

As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a
Monumentalização do Poder Local
(Séculos XIV a XVIII)

Volume I

Carlos Manuel Ferreira Caetano

Dissertação de Doutoramento em História da Arte Moderna

Julho, 2011

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História da Arte Moderna, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Rafael de Faria Domingues Moreira, Professor Associado do Departamento de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação de Doutoramento é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Carla N. F. Caetano

Lisboa, 4 de julho de 2011

Declaro que esta tese de Doutoramento se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

Rafael Moreira

Lisboa, 4 de julho de 2011

*À memória do Rui Rocha (1955-2001), grande e saudoso amigo com quem,
na companhia da Helena Viana e na Primavera das nossas vidas,
embarquei numa viagem memorável,
pelas Beiras e pelas terras do lado de cá e do lado de lá da Raia.*

ÍNDICE

VOLUME 1

AGRADECIMENTOS	XIX
RESUMO	XXIX
ABSTRACT	XXXI
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – A EMERGÊNCIA DA CASA DA CÂMARA NO PORTUGAL MEDIEVAL	13
1 - A discreta visibilidade das <i>Casas da Câmara</i> portuguesas	15
2 - A organização do poder local português nas Épocas Medieval e Moderna	55
2.1 – A formação dos concelhos medievais	55
2.2 – Os concelhos e outras formas de poder local	59
2.3 – A organização dos concelhos	69
3 – Os lugares de reunião dos homens-bons dos concelhos medievais portugueses	85
3.1 – Primitivos lugares de reunião dos homens-bons dos concelhos	85
3.1.1 – Igrejas, suas dependências e suas imediações	88
3.1.2 – Lugares indeterminados, improvisados ou atípicos	95
3.1.3 – Sítios carismáticos	96
3.1.4 – Eirados das cisternas e fontes do concelho	98
3.1.5 – Paços, pousadas, casas particulares e suas dependências	99
3.1.6 – Praça	100
3.1.7 – Portas das muralhas e torre do concelho	102
3.1.8 – Alpendre do concelho	104
3.1.9 – “Casa da Fala”, Casa ou Paço da Audiência ou da Relação e suas dependências	105

3.1.10 – Casa, Paço ou Câmara do Concelho e suas dependências	107
3.2 – Continuidade, improvisação e inovação na formação da paisagem concelhia portuguesa medieval	111
4 – A emergência das Casas da Câmara portuguesas	123
4.1 – Persistência e sobrevivência de práticas medievais na localização de actos concelhios durante a Época Moderna	124
4.2 – A Casa da Câmara, sede do poder local ao serviço de <i>todos</i> os concelhos portugueses	135
4.3 – A emergência das Casas da Câmara, entre a imposição legal e a premência das necessidades e desígnios dos concelhos	140
4.4 – A fortuna da palavra <i>câmara</i> : de designação de uma divisão da casa do concelho ao nome da instituição concelhia	150
5 – As Casas da Câmara, componente central da <i>arquitectura concelhia</i> portuguesa	155
5.1 – Edifícios, espaços e “mobiliário urbano” ao serviço das necessidades dos concelhos portugueses	159
5.2 – Tipos e formas da antiga <i>arquitectura concelhia</i> portuguesa	163
5.3 - Edifícios e equipamentos de tutela concelhia	166
5.3.1 – Estruturas e equipamentos de abastecimento de água e de higiene pública	168
5.3.2 – Estruturas e equipamentos viários	171
5.3.3 – Espaços de armazenamento, recolha e abrigo	173
5.3.3.1 – Celeiro público	173
5.3.3.2 – Curral do concelho	175
5.3.4. – Espaços de transformação para-industrial	177
5.3.4.1 – Matadouros	177
5.3.4.2 – Fornos do concelho	177
5.3.5 – Espaços públicos de sociabilidade e de comércio	179
5.3.5.1 – Espaços e mercados abertos	179
5.3.5.2 – Alpendre do concelho	184
5.3.5.3 – Açougues	189
5.3.5.4 – Casa do “Ver-o-Peso” e casa dos almotacés	200

5.3.6 – Espaços de acolhimento	205
5.3.6.1 – Residência dos magistrados (juiz de fora e corregedor)	205
5.3.6.2 – Estalagem do concelho	209
5.3.7 - Espaços de saúde, assistência e devoção	210
5.3.7.1 – Gafaria e Casa de S. Lázaro	210
5.3.7.2 – Casa da Roda dos Expostos	213
5.3.7.3 – Capelas e ermidas de S. Sebastião	220
5.3.8 – Equipamentos de representação, justiça e punição	223
5.3.8.1 – Pelourinho	223
5.3.8.2 – Forca	228

PARTE II – AS CASAS DA CÂMARA DOS VELHOS CONCELHOS PORTUGUESES

231

6 - O Nome	233
6.1 – Designações eruditas	235
6.1.1 – <i>Domus Ciuica, Domus Cameraria</i> e “ <i>Domus Municipalis</i> ”	235
6.1.2 – Casa do Senado	239
6.1.3 – Casa da Municipalidade	241
6.2 – Designações nobilitantes	244
6.2.1 – Paço da Audiência	245
6.2.2 – Paço do Concelho	246
6.3 – Designações locais e regionais	248
6.3.1 – Casa do Foral	249
6.3.2 – Outras designações locais	254
6.3.2.1 – Casa do Auditório	254
6.3.2.2 – Casa do Despacho	255
6.3.2.3 – Casa Consistorial	256
6.4 – Designações vernáculas	256
6.4.1 – Casa do Concelho	257
6.4.2 – Casa que serve de Câmara	259
6.4.3 – Casa da Câmara	260

7 - A Localização e a implantação urbana das Casas da Câmara	267
7.1 – A localização	268
7.1.1 – A cidadela	271
7.1.2 – Portas e torres da vila ou da cidade	273
7.1.3 – Rua Direita	287
7.1.4 – Praça	290
7.1.4.1 – Praça Velha	292
7.1.4.2 – Praça Nova	298
7.1.4.3 – Outras praças, largos e terreiros	304
7.1.5 – Lugar que serve de cabeça de concelho	312
7.2 – A implantação urbana das Casas da Câmara	320
7.2.1 – A inserção das Casas da Câmara no espaço físico	321
7.2.2 – A inserção das Casas da Câmara na malha urbana	324
7.2.2.1 – Casas da Câmara justapostas aos edifícios vizinhos	324
7.2.2.2 – Casas da Câmara “exentas”	328
7.2.2.3 – Casas da Câmara “rompidas” ou vazadas	332
 8 – A tipologia <i>Casa da Câmara</i>	335
8.1 – Elementos estruturantes da tipologia Casa da Câmara	337
8.1.1 – Sala da audiência, câmara das vereações e cadeia – componentes <i>essenciais</i> das Casas da Câmara	338
8.1.2 – As componentes <i>facultativas</i> das Casas da Câmara	347
8.1.2.1 – Espaços de abrigo	357
8.1.2.2 – Espaços de armazenamento	360
8.1.2.3 – Espaços de troca e de comércio	363
8.1.2.4 – Espaços administrativos	366
8.1.2.5 – Espaços residenciais	370
8.1.2.6 – Espaços de assistência e devoção	377
8.2 – O número de pisos das Casas da Câmara	384
8.3 – Os elementos identitários das Casas da Câmara	390
8.3.1 – O sino da câmara	391
8.3.1.1 – As estruturas de apoio do sino da câmara	396
8.3.1.1.1 – A torre da câmara	397
8.3.1.1.2 – O campanário	400

8.3.2 – O brasão real e o brasão concelhio na fachada das Casas da Câmara	402
PARTE III – A ARQUITECTURA DAS CASAS DA CÂMARA PORTUGUESAS	411
9 – A <i>planta</i> das Casas da Câmara portuguesas	413
9.1 – A planta global	413
9.2 – Planta do piso térreo	416
9.2.1 – Casas da Câmara com apenas uma divisão no piso térreo	418
9.2.2 – Casas da Câmara com duas divisões no piso térreo	418
9.2.3 – Casas da Câmara com três ou mais divisões no piso térreo	419
9.2.4 – Espaços cobertos e espaços de circulação no piso térreo	420
9.3 – Planta do piso nobre	423
9.3.1 – Casas da Câmara com apenas uma divisão no piso nobre	424
9.3.2 – Casas da Câmara com duas ou mais divisões no piso nobre	425
9.3.3 – A inserção da escadaria interior na planta do piso nobre	433
10 – A <i>fachada</i> das Casas da Câmara portuguesas	439
10.1 – Fachada informal	443
10.2 – Entre o vernáculo e o erudito: em busca de uma organização compositiva das fachadas	449
10.3 – Composição erudita	455
10.3.1 – Elementos de composição formal	455
10.3.1.1 – O embasamento	455
10.3.1.2 – Cunhais, pilastras e cornijas	459
10.3.1.2.1 – Fachadas imperfeitas	461
10.3.1.2.2 – Fachadas perfeitas simples	463
10.3.1.2.3 – Fachadas perfeitas complexas	466
10.3.1.2.3.1 – Fachadas organizadas verticalmente	467
10.3.1.2.3.2 – Fachadas organizadas horizontalmente	468
10.3.1.2.3.3 – Fachadas organizadas vertical e horizontalmente	471
10.3.1.3 – Empenas, frontões e cimalhas	477
10.3.2 – As aberturas	487

10.3.2.1 – Portas e janelas	488
10.3.2.2 – Portais monumentais	495
10.3.2.3 – Passagens e aberturas porticadas	500
10.3.2.3.1 – Passagens urbanas	500
10.3.2.3.2 – Pórticos	504
10.3.2.3.3 – Alpendres	526
10.3.2.3.4 – Galerias	537
10.3.2.4 – Fachadas “cegas”	545
10.3.3 – Escadas exteriores e varandas	547
10.3.3.1 – Localização das escadas	548
10.3.3.2 – Escadarias vernáculas	550
10.3.3.3 – Escadarias de inspiração erudita	553
10.3.4 – Varandas alpendradas exteriores	564
 11. – A Sala de Audiências	 569
11.1 – O lugar da Justiça	569
11.2 - A longa demanda de um espaço para a Justiça	572
11.3 - A emergência das casas da audiência	575
11.4 – As casas da audiência térreas	580
11.4.1 – A casa da audiência de Bragança	582
11.4.2 – A casa da audiência de Estremoz	595
11.4.3 – A casa da audiência de Monsaraz	618
11.5 – A emergência das casas de audiência sobradadas	638
11.6 – A sala da Casa da Câmara enquanto sala de audiências	642
11.6.1 – A Sala	644
11.6.1.1 – A planta da sala	646
11.6.1.2 – As dimensões	647
11.6.1.3 – Os materiais	649
11.6.1.4 – A decoração	659
11.6.2 – O equipamento e o mobiliário	682
11.6.2.1 – A teia	683
11.6.2.2 – A “seda” do juiz	686
11.6.2.3 – Bancas, bancos e outros assentos	695
11.6.2.4 – A iluminação da sala	698

12 – A Câmara das Vereações	701
12.1 – A Câmara	702
12.1.1 – As dimensões	704
12.1.2 – A decoração	705
12.1.3 – O mobiliário	710
12.2 – Equipamento concelhio móvel de uso comum	718
12.2.1 – O volume das <i>Ordenações do Reino</i>	720
12.2.2 – A arca do concelho e o baú dos pelouros	721
12.2.3 – O selo do concelho	723
12.2.4 – A “escrevaninha” e objectos afins	724
12.2.5 – Padrões de pesos e medidas	725
12.3 – Equipamento concelhio móvel de representação	727
12.3.1 – A bandeira do concelho	727
12.3.2 – As varas dos juízes e dos demais oficiais concelhios	728
12.4 – Elementos simbólicos na decoração e nos equipamentos concelhios	734
12.4.1 – Os brasões	734
12.4.2 – As alegorias	741
 13 – A Cadeia	 755
13.1 – As cadeias, equipamento público ao serviço das sociedades tradicionais	755
13.1.1 – Cadeias privadas no Antigo Regime	759
13.1.2 – As cadeias públicas enquanto equipamento concelhio	761
13.2 – As cadeias concelhias	764
13.2.1 – A cadeia enquanto componente essencial das Casas da Câmara	767
13.2.2 – Outras localizações da cadeia concelhia	769
13.2.2.1 – Cadeias apostas à Casa da Câmara	769
13.2.2.2 – Cadeias localizadas junto à torre do relógio	770
13.2.2.3 – Cadeias localizadas no castelo ou na torre de menagem	770
13.2.2.4 – Cadeias localizadas numa torre privativa	772
13.2.2.5 – Cadeias localizadas junto às muralhas	773
13.2.2.6 – Cadeias localizadas atipicamente	774
13.3 – A estrutura arquitectónica das cadeias concelhias	780
13.3.1 – A implantação da cadeia na Casa da Câmara	780
13.3.2 – O número de pisos	783

13.3.3 – O número de divisões	786
13.3.4 – As dimensões	787
13.4 – Materiais, técnicas e recursos construtivos	790
13.4.1 – As paredes	792
13.4.2 – Os revestimentos	797
13.4.3 – As coberturas	803
13.4.4 – As aberturas e as grades	807
13.5 - As componentes essenciais das cadeias	811
13.5.1 – Cadeias	813
13.5.2 – Enxovias	815
13.5.3 – Cadeia das mulheres	821
13.6 - Componentes facultativas	823
13.6.1 – Casa do carcereiro	824
13.6.2 – Latrinas	830
13.7 – Equipamento e mobiliário	839
14 – Outras componentes relevantes das Casas da Câmara portuguesas	845
14.1 – O Açougue	847
14.2 – Espaços de devoção	853
14.2.1 – Inscrições votivas e imagens religiosas	853
14.2.2 – Oratório da câmara	855
14.2.3 – Oratório da missa dos presos	861
14.2.4 – Capela da missa dos presos	863
14.3 – O cartório ou arquivo	868
CONCLUSÃO	875
FONTES E BIBLIOGRAFIA	883
ÍNDICE DE IMAGENS	911

VOLUME 2

ANEXO A – REDE DOS CONCELHOS PORTUGUESES ANTIGOS, ORGANIZADOS POR ORDEM ALFABÉTICA	5
ANEXO B – REDE DOS CONCELHOS PORTUGUESES AO LONGO DOS TEMPOS, ANTIGOS E DE CRIAÇÃO RECENTE, ORGANIZADOS POR DISTRITO OU REGIÃO AUTÓNOMA	19
ANEXO C – REDE DOS CONCELHOS PORTUGUESES AO LONGO DOS TEMPOS, ANTIGOS E DE CRIAÇÃO RECENTE, ORGANIZADOS A PARTIR DOS CONCELHOS ACTUAIS	35
ANEXO D – LOCAL DE REUNIÃO DOS HOMENS-BONS DOS CONCELHOS MEDIEVAIS PORTUGUESES (SÉCULOS XIV-XVI)	49
ANEXO E – LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS AUTOS RELATIVOS ÀS <i>DEMARCAÇÕES DE FRONTEIRA</i> COM CASTELA (1537-1538)	79
ANEXO F – LOCAL DE REUNIÃO DAS ASSEMBLEIAS ELEITORAIS NAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS PORTUGUESAS (1835-40)	89
ANEXO G – APÊNDICE DOCUMENTAL	143
ANEXO H – IMAGENS	229
ANEXO I – CONTRIBUTO PARA O LEVANTAMENTO GERAL DAS CASAS DA CÂMARA DOS ANTIGOS CONCELHOS PORTUGUESES	407
DISTRITO DE AVEIRO	409
DISTRITO DE BEJA	443
DISTRITO DE BRAGA	461
DISTRITO DE BRAGANÇA	483
DISTRITO DE CASTELO BRANCO	517
DISTRITO DE COIMBRA	543
DISTRITO DE ÉVORA	583
DISTRITO DE FARO	613
DISTRITO DA GUARDA	633
DISTRITO DE LEIRIA	673

DISTRITO DE LISBOA	705
DISTRITO DE PORTALEGRE	729
DISTRITO DO PORTO	755
DISTRITO DE SANTARÉM	795
DISTRITO DE SETÚBAL	827
DISTRITO DE VIANA DO CASTELO	843
DISTRITO DE VILA REAL	863
DISTRITO DE VISEU	891
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	957
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	981

AGRADECIMENTOS

É da praxe agradecer, nestas páginas, as ajudas e apoios recebidos mas, para o autor destas linhas, é sobretudo um dever de gratidão registar aqui o nome de todos os que, generosa e desprendidamente, não olharam a meios, nem a caras, nem a cores, para ajudarem e contribuírem para que este trabalho, iniciado em 2002, fosse levado a bom termo. Assim, os meus agradecimentos, muito sinceros e muito grandes, vão para:

O Professor Rafael Moreira que, com a sua amizade e a sua paciência, mais uma vez deu todo o apoio ao autor destas linhas e, em particular, a este projecto de investigação, em que acreditou e que fez seu desde o primeiro momento e que tanto ganhou e que tão iluminado foi pela luz que tão generosa e tão intensamente irradia das suas observações, dos seus conselhos e dos seus ensinamentos.

A *Direcção-Geral de Administração Escolar*, hoje *Direcção-Geral de Recursos Humanos da Educação*, do Ministério da Educação, na pessoa dos seus sucessivos directores, pela generosa *Equiparação a Bolseiro* que me foi concedida nos Anos Lectivos de 2002-2003 a 2005-2006, inclusive, e sem a qual este projecto de investigação não poderia ter tido a profundidade e a extensão que alcançou.

Cumpre-me reconhecer as lições, os apoios, os conselhos e os dados e contactos disponibilizados amigável e generosamente pelos Professores Raquel Henriques da Silva, Maria José Ferro Tavares, Vítor Serrão, João Alves Dias, Nelson Veríssimo e, no Brasil, pela minha prima e grande amiga Maria Augusta Figueiredo e pelo Professor Rodrigo Ricupero, da Universidade de S. Paulo – Brasil. Uma palavra de agradecimento é também devida ao Dr. Paulo Tremoceiro, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, responsável pelo fundo do *Ministério do Reino*, tão abundantemente investigado e usado ao longo das páginas que se seguem.

Agradecimentos são também devidos aos seguintes responsáveis e agentes das instituições seguintes (cargos referentes à data do contacto), a saber: ao Dr. António Marques, da *Comissão Coordenadora de Lisboa e Vale do Tejo*, ao Sr. Major General Vasconcelos Piroto, Director dos Serviços de Engenharia, ao Sr. Tenente Coronel Amorim

e ao Sr. Sargento-Chefe Ribeiro, do *Gabinete de Arqueologia e Estudos de Engenharia Militar*, ao Dr. Artur Trindade, Secretário Geral da *Associação Nacional de Municípios Portugueses* e ao Dr. José Miguel Correia Noras, Secretário-Geral da *Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico*.

Agradecimento é devido também aos amigos e companheiros de percurso: à Cátia Mourão e à Luísa França Luzio e, em particular, ao João Pedro Gomes, ao Vítor Pereira, ao Élvio Sousa e ao José Pereira, pelas conversas e discussões, tão longas quanto enriquecedoras, que mantive com todos eles. O seu contributo foi inestimável, bem como todas as suas ajudas e apoios, em momentos diferentes da investigação, da redacção e da montagem final da presente *dissertação*.

Uma saudação especial é devida aos amigos de sempre, pelos motivos que eles todos conhecem: à Amparo Campos, à Inês Maya, ao Jorge Freitas e à sua mulher, Filomena Freitas; à Manuela Gonçalves e ao José Manuel Zaluar Nunes, à Ana Luísa Neves, à Prof.^a Maria Alcina Salgado Lobo e à Prof.^a Maria Emília Ferreira e ao Sr. António Joaquim Pereira, de Parada (Alfândega da Fé), ao José Pedro Camacho Vieira, ao Rui Moura Chaves e ao Manuel Nicolau, à Judite Taborda e à memória do seu pai, o Sr. Manuel Inácio da Fonseca, ao João Ildefonso, ao Jaime Mendes e família e ao meu primo Hélder Dâmaso. Uma palavra é devida à memória da minha irmã Rosinha e ainda à minha irmã Natália, ao meu irmão José e à minha cunhada Nelita e, enfim, aos meus sobrinhos Isabel, Maria das Neves, Paulinha, Carolina e Carlos Ferreira, Helena e Ricardo Saraiva, e, muito em especial, ao Carlos Saraiva e ao Adriano, pois sem a sua competência, a sua disponibilidade constante e a sua maravilhosa paciência a presente dissertação também não teria sido possível.

Iniciada, desenvolvida e terminada sob o signo de grandes apertos financeiros, nacionais e pessoais, à presente *dissertação* foram – para grande surpresa do seu autor – negados apoios da parte de quem menos se esperaria. Assente numa encantatória e exaustiva mas muito cara e exigente “volta a Portugal”, que levou o seu autor a praticamente todos os concelhos portugueses, actuais e extintos, a presente *dissertação* beneficiou, porém, dos contributos de eruditos, estudiosos e curiosos locais, bem como do apoio desinteressado de cidadãos anónimos que, enquanto informadores e prestadores de serviços e favores, merecem um reconhecimento muito sincero.

Uma última palavra é devida a todos os presidentes de câmara portugueses, mesmo àqueles cujos serviços não responderam em tempo útil ou se mostraram indisponíveis para apoiar ou sequer para receber o autor destas linhas. Por isso, merecem referência explícita

os autarcas, técnicos e funcionários camarários que, a seu modo e de acordo com a informação disponível, apoiaram, nos mais diversos graus, a investigação inerente à presente *dissertação*. A identificação dos cargos dos autarcas referidos em seguida é atinente ao cargo que desempenhavam no momento da visita, maioritariamente em 2005 e em 2006. À cabeça, cumpre referir, pelos apoios excepcionais concedidos pelas respectivas Câmaras, os Senhores Presidentes das Câmaras de Trancoso, de Pinhel, de Góis, de Loulé e da Guarda, pois todos eles ou os seus técnicos disponibilizaram ou ofereceram as maiores facilidades ao autor destas linhas, a saber, dormidas (Góis e Loulé), visitas exaustivas aos respectivos concelhos e, no caso da câmara de Trancoso, a fotografia do notável desenho da velha casa da câmara local, que figuraria na capa da presente *dissertação*, se tal não fosse presentemente contrário às formalidades impostas pelas autoridades académicas. Uma palavra é devida igualmente aos técnicos das respectivas câmaras, que providenciaram os respectivos apoios, a saber, pela Câmara de Góis, a Dr.^a Ana Sá; pela Câmara de Loulé, o Dr. Luís Manuel Mendes Guerreiro e as Dr.^{as} Luísa Martins e Margarida Pereira; pela Câmara da Guarda, o Dr. Vítor Pereira e ainda a Dr.^a Dulce Helena Borges, Directora do Museu da Guarda e o Arq. Isidro Manuel Neves de Almeida, da Direcção da *Associação Cultural e Desportiva do Jarmelo*; pela Câmara de Trancoso, para lá do seu Presidente, Dr. Júlio Sarmento, a Dr.^a Maria do Céu Ferreira e o Sr. Carlos Andrade, que fotografou o desenho da velha casa da câmara, acima referido, bem como a raríssima se não única colecção dos antigos padrões de pesos e medidas, também conservada na Câmara de Trancoso e pertencentes à que terá sido a sua última moldagem, pois estão datados de 1823 e, pela Câmara de Pinhel, para lá da pessoa do seu Presidente, o meu velho amigo e companheiro de escola, o Eng.^o António Luís Monteiro Ruas, o meu amigo Laurindo Monteiro, técnico daquela Câmara e guardião de uma das séries mais raras e valiosas de bandeiras das velhas corporações de mesterais, conservadas no belo Museu desta cidade beirã.

Mas os meus agradecimentos são também devidos aos informadores locais e aos técnicos da esmagadora das demais Câmaras que, em maior ou menor grau, apoiaram este projecto e disponibilizaram informação relevante ao seu autor. Assim, os meus agradecimentos vão para – e a presente lista está referenciada aos distritos e concelhos respectivos, organizados alfabeticamente – o Dr. António Pinho, da Câmara Municipal (C. M.) de Águeda, à Dr.^a Nélia Oliveira, da C. M. de Albergaria a Velha; à Dr.^a Ana Paula Figueira Santos e ao Sr. Amadeu Ramos, da C. M. da Anadia, à Dr.^a Isabel Gomes, da C. M. de Arouca, ao Sr. Edgar Soares, Pres. da Junta de Freguesia (J.F.) de Alvarenga, à Dr.^a

Fátima Pinto, do Posto de Informação Municipal de Fervedo, à Dr.^a Gabriela Marques, da C. M. de Aveiro, ao Dr. Carlos Morais Gaio, Vereador da C. M. de Espinho, ao Dr. Abílio Silveira, Vice-Presidente da C.M. de Estarreja e à Dr. Rosa Maria Rodrigues, da mesma C. Municipal; ao Dr. Ricardo Freitas Pinheiro, da C. M. de Oliveira de Azeméis, ao Sr. P^o Manuel Pires Bastos, pároco de Ovar, ao Dr. António França, da C.M. de Ovar e ao Sr. Sérgio Morais, Pres. da J.F. de Cortegaça; à Dr.^a Ana Celina Marques, da C.M. de Santa Maria da Feira, à Dr.^a Vanda Cardoso, da C. M. de S. João da Madeira, ao Dr. Luís de Figueiredo, da C.M. de Sever do Vouga, ao Dr. Rui Santana e ao Dr. Rui Cortes, da C. M. de Almodôvar, à Dr.^a Cristina Bernardo, da Biblioteca Municipal de Alvito, à Dr.^a Mariana Coelho, da C.M. de Alvito e à Dr. Salomé, da Biblioteca de Vila Nova de Baronia; à Dr.^a Isabel Sabino, Vice-Pres. da C.M. de Barrancos e à Dr.^a Domingas Segão, da C.M. de Barrancos; ao Sr. Manuel António Emílio Domingos, Pres. da J.F. de Entradas (Castro Verde), à Dr.^a Maria João Pina, do Museu de Ferreira do Alentejo, ao Dr. João Ramos, da C.M. de Moura, à Dr.^a Ana Tendeiro Gonçalves, da C.M. de Odemira, ao Dr. Henrique Albino Figueira, da C.M. de Ourique e ao Sr. Armando Revés Gonçalves, Pres. da J.F. de Garvão; à Arq.^a Maria Manuel dos Anjos Oliveira e ao Eng.^o Nuno Mósca, da C.M. de Serpa e à Dr.^a Rosa Trola, da C.M. da Vidigueira; às Dr.^{as} Anabela Costa e Helena Silva, da C.M. de Amares, ao Dr. Víctor Pinho, Director da Biblioteca Municipal de Barcelos, ao Dr. Pedro Lopes, da C.M. de Braga, ao Dr. Manuel Oliveira, da Casa da Cultura da C.M. de Cabeceiras de Basto, à Dr.^a Fátima Cunha e ao Sr. João Moreira Dias, da Biblioteca Municipal Professor Marcelo Rebelo de Sousa, de Celorico de Basto; à Dr.^a Ivone Magalhães e ao Dr. Rui Cavalheiro, da C.M. de Esposende; ao Dr. Artur Coimbra e ao Sr. Jesus Martinho, da C.M. de Fafe; ao Arq.^o Miguel Frazão, da C.M. de Guimarães, ao Dr. Paulo Freitas e à Dr. Mariana Freitas, da Casa da Botica da C. . da Póvoa de Lanhoso; à Dr.^a Clara Afonso, da C.M. de Terras de Bouro, ao Eng.^o António de Campos, da C. M. de Vieira do Minho, ao Dr. Nelson Pereira, da C.M. de Vila Nova de Famalicão e à Dr.^a Adélia Santos, da C.M. de Vila Verde; à Dr.^a Alda Berenguel, do Arquivo M. de Bragança, ao Paulo, informador e guia em Outeiro de Miranda (Bragança); à Dr.^a Cristina Maria Novais Lima, da C.M. de Carrazeda de Ansiães, ao Dr. Jorge Cardoso Duarte, da C.M. de Freixo de Espada à Cinta, ao Arq.^o Correia Pires, ao Dr. António Pinto e ao Dr. Nelson Martins, da C.M. de Macedo de Cavaleiros; ao Dr. Ernesto Vaz, da C.M. de Miranda do Douro, ao Dr. Isidro Gomes, da C.M. de Mirandela; à Arq.^a Ana Maria Rodrigues, Coordenadora do Gabinete do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, à Dr.^a Helena Pontes, Chefe de Divisão de Cultura e Turismo e à Dr.^a Maria João Moita, do Arquivo Histórico, todas elas

técnicas da C.M. de Torre de Moncorvo; ao Sr. Paulo Evangelista Bento, Pres. da J.F. de Mós; à Dr.^a Gracinda Carvalho Peixoto, Vereadora da C.M. de Vila Flor e ao Sr. Rogério Fernandes, do *Museu Municipal Dr.^a Berta Cabral*, de Vila Flor; ao Dr. Jorge Fidalgo Martins, da C.M. do Vimioso e à Arq.^a Susana Martins, da C.M. de Vinhais; ao Dr. Mário Tomás, Vereador da C.M. de Belmonte e à Dr.^a Elisabete Robalo, da mesma C.M.; ao Dr. José Martins e à Dr. Adelina Prata, da Biblioteca Municipal de Castelo Branco; ao prof. José Benevides Prata, Pres. da J.F. de S. Vicente da Beira, à Dr.^a Margarida Mota, da C.M. da Covilhã, ao Arq.^o Carlos Santos, da C.M. do Fundão, ao Dr. Paulo Longo, da C.M. de Idanha a Nova, ao Dr. Joaquim Nabais, da C.M. de Penamacor; ao meu amigo Arq.^o João Hipólito, do Gabinete de Apoio Técnico da C.M. da Sertã, ao Arq.^o Rui Correia, da C.M. de Vila de Rei, à Arq.^a Paula Proença Fernandes, da C.M. de Vila Velha de Ródão e ao Dr. Francisco Henriques, Presidente da Associação de Estudos do Alto Tejo; à Dr.^a Carla Cristina Fernandes e ao Sr. José Afonso, da C.M. de Arganil, à prof.^a Graça Lopes, Pres. da J.F. de Pombeiro da Serra e ao Sr. Alfredo Lourenço, Pres. da J.F. de Vila Cova de Alva; à Dr.^a Maria Carlos Pego e ao Dr. Carlos Gregório, da C.M. de Cantanhede; à Dr.^a Maria Cristina Carvalho Bernardo e ao Eng.^o Fernando Mendes da Silva, da C.M. de Castanheira de Pêra; ao Dr. Mário Nunes, Vereador da C.M. de Coimbra, ao Dr. Rui Miranda, da C.M. de Condeixa a Nova; à Dr.^a Guida Cândido e ao Dr. José Manuel Santos Silva, da C.M. da Figueira da Foz; à Dr.^a Ana Sá, da C.M. de Góis, já acima referida, ao Dr. Victor Maia e Costa, dir. do Museu Municipal da Lousã e ao Arq.^o Mário Alves, também da C.M. da Lousã; ao Presidente e à Dr.^a Brigitte Capelo, da C. . de Mira; ao Dr. António Rodrigues, da C. M. de Miranda do Corvo, ao Dr. Pedro Machado e à Dr.^a Sandra Lopes, da C.M. de Montemor o Velho; à Dr.^a Ana Sofia Fonseca, do Museu da Bobadela (Oliveira do Hospital) e ao Sr. António Luís de Brito, Pres. da J.F. de Penalva de Alva (Oliveira do Hospital); ao Eng.^o Fernando Pereira Alves, à Dr.^a Cristina Ventura e ao Arq.^o Nuno Pina, técnicos de Cultura da C.M. de Pampilhosa da Serra, ao Dr. Luís Rodrigues, da C.M. de Penacova, ao Dr. Mário Duarte e à Dr.^a Elisabete Dias, da C.M. de Penela e ao Dr. Ricardo Neto, do Museu do Rabaçal (Penela); à Dr.^a Paula Gonçalves, da Biblioteca M. de Soure, à Dr.^a Paula Neves e ao Dr. Luís Branquinho, da C. . de Tábua e ao Dr. Pedro Santos, da C.M. de Vila Nova de Poiares; ao Arq.^o Rui Rodrigues e ao Dr. Ricardo Ramos, da C.M. do Alandroal; à Dr.^a Carolina Páscoa, da C.M. de Arraiolos, ao Dr. Humberto Ratado, Vereador da C.M. de Borba e à Dr.^a Sara Jacques, também da C.M. de Borba; ao Sr. Luís Pereira, da C.M. de Estremoz; à Dr.^a Maria Ludovina Grilo, do Núcleo de Documentação da C.M. de Évora; ao Dr. Jorge Fonseca, da *Biblioteca Municipal Almeida Faria*, de

Montemor o Novo; ao Sr. António Luís, da C.M. de Mora, ao Director da *Escola de Formação Profissional José Ribeiro de Pavia* de Mora e aos Presidentes da Junta de Cabeção e de Pavia; ao proprietário do Café Mourense, de Mourão, à Dr.^a Luísa Calapez, da C.M. do Redondo, à Dr.^a Ana Paula Amendoeira, da C.M. de Reguengos de Monsaraz, ao Arq. Victor Ramos e ao Dr. Tiago Salgueiro, da C.M. de Vila Viçosa; à Dr.^a Patrícia Santos Baptista, da Biblioteca Municipal de Albufeira, à Dr. Alexandra Gradim, do Gabinete de Cultura e Arqueologia da C.M. de Alcoutim, ao Sr. José Manuel Marreiros, presidente da *Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur*, ao Sr. Vítor Madeira, da C.M. de Castro Marim, à Dr.^a Dália Paulo e ao Dr. Jorge Manhita, do Museu Municipal de Faro e ao Reitor do Seminário de Faro; à Dr.^a Susana Tenil Grave, da C.M. de Lagoa, ao Dr. Luís Manuel Mendes Guerreiro, Chefe de Divisão de Cultura e Património Histórico da C.M. de Loulé e à Dr. Luísa Martins e à Dr.^a Margarida Pereira, da mesma Divisão, já acima referidos; ao Dr. Vítor Santos Correia, da C.M. de Monchique, ao Sr. Vereador João Peres, da C.M. de Olhão, ao Dr. António Pereira, do Museu Municipal de Portimão, à Dr.^a Custódia Reis, da C.M. de S. Brás de Alportel, ao Dr. Luís Cabrita, da C.M. de Silves, ao Dr. Daniel Santana, da C.M. de Tavira e ao Dr. Artur de Jesus, da C.M. de Vila do Bispo; ao Arq. João Marujo e à Dr.^a Paula Gomes, da C.M. de Almeida, à Dr. Elsa Amaral, da C.M. de Celorico da Beira, ao Eng.^o Paulo Mimoso, Pres. da J.F. de Linhares, ao Dr. Paulo Jorge Santos, da C.M. de Figueira de Castelo Rodrigo, ao Dr. Agostinho Amaral de Freitas, Vice-Presidente da C.M. de Fornos de Algodres, ao Sr. António Monteiro da Silva, Pres. da J.F. de Fornos de Algodres; ao Dr. Rogério de Figueiredo, Vereador da C.M. de Gouveia e à Dr. Catarina Santos, técnica da mesma C.M.; ao Dr. Vítor Pereira do Núcleo de Animação Cultural da C.M. da Guarda, à Dr.^a Dulce Helena Borges, Directora do Museu da Guarda e ao Arq. Isidro Manuel Neves de Almeida, da Direcção da *Associação Cultural e Desportiva do Jarmelo*, já atrás referidos; ao Dr. Rui de Carvalho, da Biblioteca Municipal de Manteigas, ao Dr. Laurindo Monteiro, da C.M. de Pinhel, já acima referido, ao Dr. Marcos Osório, da C.M. do Sabugal, ao Sr. Manuel Reis Gonçalves, da J.F. de Sortelha, à prof.^a D. Delfina Magalhães, organizadora do Museu de Vilar Maior; à Dr.^a Filomena Correia de Carvalho, Directora do Arquivo Municipal de Seia, à Dr.^a Maria do Céu Ferreira e ao Sr. Carlos Andrade, da C.M. de Trancoso, também já acima referidos e ao Sr. Alcino Melhorado, da C.M. de Vila Nova de Foz Côa; ao Dr. Jorge de Figueiredo e ao Arq. Alex Bernardo, da C.M. de Alcobaça e à Sr.^a D.^a Natália, da Biblioteca Municipal de Alcobaça; à Dr.^a Susana Carvalho e ao Arq.^o Joaquim Coelho, da C.M. de Ansião; à Arq.^a Cristina Henriques e ao Sr. José Travassos, da C.M. da Batalha, ao

Sr. Presidente da Câmara do Bombarral, ao Sr. Comandante Vítor M. Ferreira Trindade, da Divisão da P.S.P. das Caldas da Rainha e ao Arq.º Filipe de Almeida Santos, da C.M. das Caldas da Rainha; ao Dr. Fernando Pires, da C.M. de Figueiró dos Vinhos, ao Dr. Pedro Ferreira, da C.M. de Leiria, à Dr.ª Paula Maia, da C.M. da Marinha Grande, ao Dr. Diogo Correia, ao Dr. Sérgio Gorjão e ao Dr. Ricardo Pereira, da C.M. de Óbidos; ao Dr. Luís Carvalho, da C.M. de Pedrógão Grande, ao Dr. Rui Venâncio, da C.M. de Peniche, ao Dr. Fernando Parreira, Vereador da C.M. de Pombal e ao Sr. Santelmo Reis Oliveira, técnico da mesma C.M. de Pombal, à Dr.ª Fernanda, Directora do Arquivo Municipal de Porto de Mós; ao meu amigo Dr. Filipe Rogeiro, do Museu Municipal Hipólito Cabaço, de Alenquer e ao Senhor Graciano Troni, informador local nesta vila; à Dr.ª Paula Ferreira, da C.M. de Arruda dos Vinhos, ao Dr. José Machado Pereira, Director do Museu Municipal da Azambuja, ao Sr. Francisco António Galvão Morgado, Pres. da J.F. de Alcoentre; ao Dr. João Ludgero Marques, da C.M. do Cadaval; ao Dr. António Carvalho, à Dr.ª Cristina Maria Pacheco, ao Dr. Monterroso Teixeira, Director Municipal da Cultura da C.M. de Lisboa, ao Dr. João Paulo Mergulhão, da C.M. da Lourinhã, à Dr.ª Ana Pagará e à Dr.ª Maria do Carmo Vilar, do Gabinete do Património da C.M. de Mafra, e à Dr.ª Maria Manuel Beringel, Directora do Museu Municipal Raúl de Almeida, de Mafra; à Dr.ª Sofia Correia de Matos, da C.M. de Odivelas, à Dr.ª Susana Pereira, da C.M. de Oeiras, à Doutora Teresa Caetano, da C.M. de Sintra, à Dr.ª Júlia Leitão, da Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço, ao Professor Carlos Guardado da Silva, da C.M. de Torres Vedras, ao Dr. Teodoro Roque, Director do Departamento de Acção Sócio-Cultural da C.M. de Vila Franca de Xira, à Dr.ª Graça Nunes, da Divisão de Museus e Património, da mesma C.M. de Vila Franca de Xira, bem como Dr.ª Maria João Martinho e à Dr.ª Anabela Ferreira, da mesma Câmara; ao Sr. Gaudêncio Galão, da C.M. de Arronches, à Dr.ª Marta Alexandra, da C. M. de Avis, à Dr.ª Maria João T. Cunha e ao Dr. Carlos Saldanha, da C.M. de Campo Maior, bem como ao informador anónimo da Igreja Matriz de Campo Maior; ao Dr. António Manuel P. Pita, Vice-Pres. da C.M. de Castelo de Vide e ao Sr. João Magusto, da mesma Câmara, às técnicas da Biblioteca Municipal do Crato, ao Sr. Armando Mafaldo, Pres. da Junta de Freg. de Gáfete, ao Eng. Rui Nabeiro, do Departamento de Obras e Serviços Urbanos da C.M. de Elvas e ao Sr. Luciano, funcionário da mesma Câmara; ao meu amigo Professor André Carneiro, da C.M. de Fronteira, ao Sr. Manuel Fontainhas, Pres. da J.F. de Cabeço de Vide, à Dr.ª Catarina Bucho, da C.M. de Marvão, ao Sr. Telmo Pires e ao Sr. João Reigota, da C.M. de Monforte, à Dr.ª Maria de Fátima Carita Dinis Moura, vereadora da C.M. de Nisa, à Dr.ª Carla Sequeira e ao Sr. José Figueiredo, da

mesma Câmara Municipal; ao Dr. António Gomes, vereador da C.M. de Ponte de Sôr e à Dr.^a Natércia Lopes, Directora da Biblioteca Municipal de Ponte de Sôr; à Dr.^a Joana Munhoz, Directora do Departamento de Cultura da C.M. de Portalegre, bem como à Dr.^a Fátima Capote e à Sr.^a D.^a Teresa Conde, da mesma C.Municipal; ao Dr. Nuno, vereador da C.M. de Sousel, ao Sr. Joaquim Pinto, Pres. da J.F. de Cano; à Dr.^a Maria José Queirós Lopes, Directora da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira, de Amarante e ao Arq.^o João Mesquita, da C.M. de Amarante; à Dr.^a Orlanda Santos, da Biblioteca Municipal de Baião e ao Sr. Abel Carvalho de Sousa, da C.M. de Baião; à Dr.^a Isabel Evaristo, do Gabinete de Cultura da C.M. de Gondomar e à Dr.^a Natércia, da mesma C. Municipal; ao Dr. Cristiano Cardoso, do Sector do Património Histórico da C.M. de Lousada, ao Dr. Armando Tavares, do “Fórum Maia” da C.M. da Maia, ao Dr. Alexandre Aguiar, da Biblioteca Municipal de Marco de Canaveses, ao Dr. José Manuel Varela, do Centro de Arqueologia e História da C.M. de Matosinhos, à Dr.^a Antónia Silva, da C.M. de Paredes, ao Dr. Rodrigo Lopes, Vereador da C.M. de Penafiel e à Professora Teresa Soeiro, do Museu Municipal de Penafiel; ao Dr. Manuel Luís Real, Director do Departamento de Arquivos da C.M. do Porto, à memória do Sr. Manuel Lopes da Biblioteca da Póvoa de Varzim, ao Dr. Manuel Costa, da mesma Biblioteca Municipal e à Dr.^a Teresa Araújo, directora do Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim; ao Dr. Henrique da Cruz Pinheiro Machado, Pres. da J.F. de S. Tomé de Negrelos, à Dr.^a Fernanda Varela e à Dr.^a Paula Costa Machado, da C.M. do Valongo; ao Dr. António Ponte, da C.M. de Vila do Conde, à Dr.^a Débora Portela, da C.M. de Vila Nova de Gaia; ao Dr. Francisco Manuel Ferreira Lopes, da C.M. de Abrantes, ao Dr. Daniel Café, da C.M. de Alcanena, ao Dr. Jorge Gonçalves, então técnico da C.M. de Alpiarça, à Dr.^a Perpétua Martins e à Dr.^a Cristina Gonçalves, do Museu Municipal de Benavente; à Dr.^a Paula Ribeiro, da C.M. da Chamusca, ao Dr. António Matias, da C.M. de Constância, à Dr.^a Ana Paiva e à Dr.^a Raquel Marques, da C.M. de Coruche; ao Dr. Henrique dos Reis Leal, Vereador da C.M. do Entroncamento, ao Dr. Lopes Carracho, Presidente da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, à professora Sara Cura, ao Sr. Teixeira Marques, ao Sr. Luís Nobre e à Dr.^a Margarida Morais, do Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo; à Dr.^a Ana Saraiva e ao Dr. Mário Catarino, da Divisão de Educação, Desporto e Cultura da C.M. de Ourém; ao Dr. Augusto Lopes, da C.M. de Rio Maior, ao Sr. António Pedro Montês Coelho, Pres. da Junta de Freguesia da Azambujeira; ao Dr. João Oliveira e ao Dr. Roberto Caneiro, da C.M. de Salvaterra de Magos; ao Dr. Luís Mata e ao Dr. Joaquim Cordeiro, da C.M. de Santarém; ao Eng.^o João Soares e à Dr.^a Susana Romeiro, da C.M. do Sardoal; ao Arq.^o José Faria, da C.M. de

Tomar, ao Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas (2004); aos técnicos da C.M. de Vila Nova da Barquinha; ao Dr. Jorge Chaves, da Biblioteca Municipal de Alcácer do Sal, ao Sr. Mário Fagilha, estudioso e informador do Torrão; à Dr.^a Sílvia Rovisco e à Dr.^a Paula Costa, da C.M. de Alcochete; ao Dr. Alexandre M. Flores e ao Dr. Luís Barros, da C.M. de Almada; à Dr.^a Rosário Gil e à Dr.^a Rosalina Carmona, da C.M. do Barreiro; à Dr.^a Isabel Revez, da C.M. de Grândola, à Dr.^a Maria Clara, da C.M. da Moita, à Dr.^a Fátima Contramestre e ao Dr. Joaquim Baldrico, do Museu Municipal do Montijo, à Dr.^a Teresa Rosendo, da C.M. de Palmela; ao Dr. Carlos Sobral, da Biblioteca Municipal de Santiago do Cacém e à Dr.^a Luísa Gomes do Arquivo Municipal de Santiago do Cacém; ao Dr. João Ventura, da C.M. de Sesimbra, à Dr.^a Maria das Dores Meira, Vereadora da C.M. de Setúbal, à Dr.^a Francisca Ribeiro, do Museu de Setúbal, ao Sr. Bruno Ferro, do Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro / Casa Bocage e à Arq.^a Ana Pisco, e ao Sr. João Brás Pinto da Divisão de Planeamento e Urbanismo da C.M. de Setúbal; à Dr.^a Cármen Francisco, vereadora da C.M. de Sines e ao Sr. António Correia, Pres. da J.F. de Sines; ao Dr. Nuno Soares, da C.M. de Arcos de Valdevez, ao Sr. Manuel Barreira Costa, Pres. da J.F. do Soajo, à Dr.^a Angelina Esteves e à Dr.^a Isabel Domingues, da C.M. de Melgaço, à D. Elisabete, da J.F. de Castro Laboreiro, à Dr.^a Conceição Soares e à Dr.^a Odete Barra, da C.M. de Monção, ao Dr. Aníbal Almeida, da C.M. de Paredes de Coura, ao Arq.^o Samuel Varandas da C.M. de Ponte da Barca, à Dr.^a Sandra Rodrigues, da C.M. de Ponte de Lima, ao Dr. Rafael Estanqueiro do Serviço de Arquivos da C.M. de Valença do Minho e ao Sr. José António Martins da Costa, Aferidor dos Serviços de Metrologia da mesma C. Municipal; ao Dr. Maranhão Peixoto e ao Dr. António Leal, da C.M. de Viana do Castelo, à Dr.^a Salomé Oliveira e à Dr.^a Susana, da C.M. de Vila Nova de Cerveira; ao Dr. Tiago Gomes, do Gabinete de Arqueologia da C.M. de Alijó, ao Dr. Ricardo Mota, da C.M. de Boticas, ao Dr. Jorge Manuel Pinheiro Leite e ao Sr. José Carlos da Costa Félix, do Museu da Região Flaviense e ao Professor José Henrique Dias, pelas fotografias históricas da velha e hoje perdida casa da câmara de Chaves; ao Eng.^o Jorge Manuel Monteiro Sequeira, da C.M. de Mesão Frio, ao Sr. Dr. Juiz Conselheiro Custódio Montes, que, para esta *dissertação*, fez a descrição em verso da velha cadeia concelhia de Montalegre (datada de 8 de Dezembro de 2008), a pedido do Eng.^o Rui Moura Chaves, a quem também agradeço; ao Eng.^o João Leite Gomes, da C.M. de Ribeira de Pena, à Dr.^a Manuela Rocha, da C.M. de Sabrosa, à Dr.^a Marilita Fernandes, da C.M. de Vila Pouca de Aguiar e ao Dr. Pires Cabral, da C.M. de Vila Real; ao Dr. Augusto de Azevedo, ao Dr. Pedro Santos, à Dr.^a Daniela Pinto e ao Sr. Carlos Silva, todos da C.M. de Armamar; à Dr.^a Cristina Silva e à Dr.^a Paula

Teles, da C.M. de Carregal do Sal, ao Arq.º Hélder Lemos e ao Dr. Hélio Reis, da C.M. de Castro Daire; ao Dr. Manuel Rabaça e ao Eng.º Nuno Miranda, da C.M. de Cinfães; ao Dr. António de Jesus Santos, dos Serviços de Turismo da C.M. de Lamego, ao Dr. Rui Marques, da C.M. de Mangualde, à Dr.ª Dalila Dias, da C.M. de Moimenta da Beira, ao Eng.ª Luís Almeida Ferreira, da C.M. de Nelas e ao Dr. Carlos Mota Veiga, informador de Nelas; à Dr.ª Sandra Marinho, da C.M. de Penalva do Castelo, ao Eng.º Armando de Jesus da Fonseca Ramos, da C.M. de Penedono, ao Dr. Tiago Rebelo Marinho, da C.M. de Sátão e ao Sr. Francisco José Montenegro Maurício, informador em Rio de Moinhos (Sátão); ao Dr. Artur Oliveira, da C.M. de S. João da Pesqueira, à Dr.ª Isabel Costa, Directora da Biblioteca Municipal de S. Pedro do Sul e ao Dr. António Nazaré de Oliveira, grande estudioso de S. Pedro do Sul e das Beiras; ao Dr. Paulo Pinto, da C.M. de Sernancelhe, ao Dr. Pedro Teixeira, da C.M. de Tabuaço, à Dr.ª Cátia Rocha, da C.M. de Tarouca, ao Dr. Hélder Abraços e ao Dr. Jorge Arrais, da C.M. de Tondela, ao Dr. Jorge Oliveira Pinto, Vereador da C.M. de Vila Nova de Paiva, ao Dr. António Baptista da Biblioteca Municipal de Viseu e ao Arq.º Renato Fernando Rodrigues Rebelo, da C.M. de Vouzela; ao Dr. Jorge Augusto Paulus Bruto, do Instituto Açoriano de Cultura, ao Dr. Carlos Alberto Machado, da C.M. de Lajes do Pico, à Dr.ª Nélia Maria Coutinho Figueiredo, Pres. da C.M. de Vila do Porto (Ilha de Santa Maria, R.A. dos Açores), ao Dr. Roberto Manuel Lima Medeiros, Vice-Presidente da C.M. de Lagoa (Ilha de S. Miguel, R.A. dos Açores), à Dr. Maria Edite Carvalho Miguel, da C.M. de Povoação (Ilha de S. Miguel, R.A. dos Açores), ao Dr. Mário Moura e ao Dr. Hermano Teodoro, da C.M. de Ribeira Grande (Ilha de S. Miguel, R.A. dos Açores), à Dr.ª Maria Luísa Cardoso Flores Brasil, Vereadora da C.M. de Angra do Heroísmo, ao Senhor Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt, da C.M. de Angra do Heroísmo e ao Sr. Francisco Jorge da Silva Ferreira, Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, (Ilha Terceira, R.A. dos Açores); ao Dr. José Lourenço Mata Gouveia e Freitas e ao Arq.º Nuno Oliveira, da C.M. de Câmara de Lobos (R.A. da Madeira), ao Dr. Alberto Vieira, do Centro de Estudos de História do Atlântico, do Funchal, ao Dr. Nélcio Fernando Nunes Alves, Vereador da C. M. do Machico (R.A. da Madeira) e ao Dr. Élvio Sousa, da mesma C. Municipal, já acima referido, ao Dr. José Inácio Santos Silva, vereador da C.M. de Ponta do Sol (R.A. da Madeira), ao Arq. Vítor Hugo, da C.M. de Porto Moniz (R.A. da Madeira), ao Dr. Nélcio Nunes, da C.M. de Santa Cruz (R.A. da Madeira), ao Dr. Filipe Pereira e à Dr.ª Germana, da C.M. de S. Vicente (R.A. da Madeira) e, enfim, à Dr.ª Leonor Escórcio, da C.M. do Porto Santo (R.A. da Madeira). A todos o meu muito obrigado!

AS CASAS DA CÂMARA DOS CONCELHOS PORTUGUESES E A MONUMENTALIZAÇÃO DO PODER LOCAL

CARLOS MANUEL FERREIRA CAETANO

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: História da Arquitectura Portuguesa; Arquitectura concelhia; Casa da câmara; Casa ou paço do concelho; História dos concelhos portugueses; Municipalismo

As velhas casas da câmara constituíram a tradicional sede do poder local português, que se materializava essencialmente numa rede muito densa de concelhos. Formados no quadro das lutas da Reconquista Cristã e espalhados por todo o território, os concelhos proporcionaram um dos factores mais importantes da unidade e da própria identidade do Reino.

A História ensina-nos que o órgão máximo do muito jovem poder concelhio, ainda em formação, era a *assembleia de vizinhos* ou *homens-bons* do concelho. Estas assembleias tinham lugar em sítios informais e improvisados, bem conhecidos de todos e consagrados e legitimados pelo uso e pela tradição. A pouco e pouco, porém, os homens-bons e sobretudo os *oficiais* ou agentes do concelho começam a reunir-se e a decidir em espaços fechados e cobertos e, a partir de meados do século XIV, em casas sobradadas – as *casas* ou *paços do concelho*. Dava-se então início ao amplo e longo processo de *monumentalização do poder local*, que consistiu na construção sistemática dessas casas – as casas da câmara – em *todos* os concelhos portugueses, processo que alcança o reinado de D. Manuel I (1495-1521).

Na primeira parte do presente estudo propõe-se a análise desse processo, que contempla a restituição dos lugares de reunião dos homens-bons dos concelhos, a emergência das casas da câmara enquanto componente central de uma *arquitectura concelhia* portuguesa, bem como a identificação e a tipificação das demais formas de arquitectura concelhia em uso ao longo de todo o Antigo Regime.

Na segunda parte discutir-se-ão sucessivamente o *nome*, a *localização* e a *tipologia arquitectónica* “casa da câmara”. Esta foi fixada muito cedo e era muito simples e eficaz: a *tipologia* “casa da câmara” foi modelada para responder às funções essenciais de abrigar, numa casa normalmente de dois pisos e sob um telhado comum, uma *sala* para as audiências, uma *câmara* para as vereações e uma *cadeia* para os presos – aquelas localizadas no seu piso nobre, esta no piso térreo. A nobilitação da casa da câmara era proporcionada pelo *brasão* com o escudo do Reino de Portugal, pintado ou esculpido na sua fachada principal. No topo ou ao lado da mesma fachada localizava-se quase sempre a torre ou o campanário de suporte ao *sino da câmara*.

Na terceira parte propõe-se, enfim, a análise da *planta* e da *fachada* das velhas casas da câmara, bem como a abordagem monográfica das suas principais componentes, *sala de audiência*, *câmara das vereações* e *cadeia* e ainda a das suas componentes facultativas mais importantes.

Espalhadas por todo o país, as velhas casas da câmara constituem um *corpus* arquitectónico gigantesco, singularmente qualificado, homogéneo e coerente, que o presente estudo pretende conhecer e dar a conhecer, visando a sua valorização e a sua devolução às comunidades a que pertencem e ao serviço de quem estiveram durante séculos.

TOWN HALLS OF THE PORTUGUESE MUNICIPALITIES AND THE CELEBRATION OF THE LOCAL POWER

CARLOS MANUEL FERREIRA CAETANO

ABSTRACT

KEYWORDS: History of the Portuguese architecture; Municipal architecture; Town hall; History of the Portuguese municipalities; Municipalism

The old town halls – *casas da câmara* - consisted of the traditional head office of the Portuguese local power, which materialized in a dense mesh of municipalities. Formed amidst the fights of the Christian reconquest and spread along the whole territory, the municipalities created one of the most important factors in the unity of the kingdom and in its own identity.

History teaches us that the most important body of the so very young municipal power, still forming at that time, was the assembly of the locals or the gentry. These assemblies took place in informal and impromptu places known to everyone and established and legitimized by their use and tradition. Little by little, though, the gentry and mainly the officials or the municipality agents started gathering and making decisions in closed, covered places, and by the mid 14 th century on, in two storey houses – the town halls. The beginning of the vast and long process of the local power celebration was now in course. This consisted of the systematic construction of these houses – the town halls – in all the Portuguese municipalities, which was still in progress in the kingdom of Manuel I (1495-1521).

In the first part of this current study, the analysis of this process is proposed. It comprehends the devolution of the gentry's gathering places, the emergence of the town halls as the main component of a Portuguese, municipal architecture, as well as the

identification and the typification of other forms of municipal architecture in use throughout the Ancien Régime.

In the second part of this study, the name, the location and the architectural typology “town hall” are to be sequentially approached. The so called town hall was initially established and it was very simple and efficient. The typology “town hall” was modeled so that it could house, in an ordinary two storey building and under the same roof, a courtroom, an aldermen’s hall and a jail for the prisoners. The former two placed on the main floor, the latter on the ground floor. The ennoblement of the town house was provided by the royal arms of the kingdom of Portugal, painted or sculpted in its main façade. The tower or belfry was almost ever located on its top or next to the same façade.

Finally, the third part contemplates the plan and façade of the old town halls as well as the monograph of their main components, courtroom, aldermen’s hall, jail and other optional and important components.

Spread all over the country, the old town halls consist of a huge architectonic corpus uniquely qualified, homogeneous and coherent, which this current analysis aims to acknowledge, shedding a light on the town halls great importance and their devolution to the communities which they belong to and whom they served for.

INTRODUÇÃO

O Portugal dos Anos 30 do Séc. XX deixou-nos uma inesperada e muito estranha representação de três das mais antigas, mais notáveis e mais bem conservadas casas da câmara portuguesas. Com efeito, no famoso *Portugal dos Pequenitos*, memorial nacionalista da antiga arquitectura portuguesa de muito difícil classificação, propõem-se representações da casa da câmara de Bragança, então recém-baptizada de *Domus Municipalis* [Fig. 1], assim como da famosa casa da câmara de Viana do Castelo [Fig. 2] – e, como estamos em Coimbra, da representação da antiga casa da câmara local, instalada durante séculos no Arco de Almedina, aberto na velha muralha medieval da cidade [Fig. 3]. Independentemente da ideologia e da poética inerentes à construção, ao “programa” e à legitimação daquele famoso parque educativo da época do Estado Novo, dedicado a crianças e jovens a quem era proporcionada uma figuração “selecta” do mais monumental, mas também do mais pitoresco e do mais vernáculo da arquitectura pátria e dos seus monumentos mais vinculativos, aquelas representações tão estilizadas são absolutamente notáveis e dignas de reparo.

Com efeito, ao autor do *Portugal dos Pequenitos*, Cassiano Branco, cidadão culto e informado como era, não escapou a relevância arquitectónica, monumental e cívica daquelas três velhas e memoráveis casas da câmara portuguesas, pelo que aquelas “representações” são não só uma das mais raras referências e “citações” a este tipo de arquitectura como são simultaneamente uma sincera e raríssima homenagem a um património construído – o das *velhas casas da câmara portuguesas* – que mereceu no passado e que continua a merecer ainda hoje o mais completo e radical desinteresse, desprezo e desconsideração.

Como é sabido e mostraremos abundantemente ao longo da presente *dissertação*, as casas da câmara, começadas a construir e a usar desde meados do Século XIV, proporcionaram a tradicional e sempre muito digna sede do poder local português, centrado numa rede de concelhos que cobria a integralidade do território. Ora, apesar de estarem ao serviço dos povos que as construíram, à imagem e à medida dos seus recursos, das suas ambições e dos seus desígnios cívicos e estéticos, apesar de assumirem ao longo dos tempos (embora sempre dependentes de uma tipologia-base comum, como mostraremos) as mais diversas dimensões, configurações e materializações arquitectónicas e estilísticas e apesar de quase sempre estarem localizadas no centro urbano das comunidades que serviam, essas

velhas casas da câmara nunca tiveram a visibilidade nem o reconhecimento que tanto lhes era devido da parte de cronistas, de visitantes célebres ou mesmo dos eruditos locais, pelo que são excruciantes as faltas de referências ou de descrições minimamente consistentes das velhas casas da câmara portuguesas. Tendo a velha arquitectura concelhia portuguesa sido igualmente ignorada pela historiografia tradicional, as antigas *casas da câmara* constituem um território de investigação praticamente virgem. Porém, enquanto cenário e símbolo maior de um poder local multissecular, as casas da câmara constituem um objecto de estudo não só muito urgente mas também muito vasto, inovador e fascinante. A *dissertação* que agora se apresenta tem como objectivo primeiro e muito simples a localização, identificação e estudo global – sempre na perspectiva da História da Arte e da Arquitectura – deste imenso, muito qualificado e praticamente inédito *corpus* arquitectónico que durante séculos esteve ao serviço dos velhos concelhos portugueses. Um segundo objectivo visa a sua divulgação e sobretudo o reconhecimento do valor ímpar da velha arquitectura concelhia portuguesa, na plenitude das suas virtualidades arquitectónicas, institucionais e até simbólicas, enquanto componente essencial do património cultural e artístico português. Um terceiro objectivo visa contribuir não só para prevenir a destruição, em curso, de muitas das velhas casas da câmara mas também para a sua protecção e – sejamos ambiciosos e sonhadores! – o seu restauro criterioso. Visa-se, em suma, a sua redignificação e até, quando tal se justificar (e quando a moda dominante entre nós na *praxis* do restauro arquitectónico o permitir...), a sua tão desejável quanto exequível reconstituição ou mesmo, nalguns casos, uma mais ousada e radical “reconstruction à l’identique”. Pretende-se também, com este levantamento e com este estudo, contribuir para o alargamento do próprio âmbito da historiografia da Arte Portuguesa – tradicionalmente mais voltada, no que à Arquitectura diz respeito, para a arquitectura religiosa, militar, palaciana ou “civil” – ao abordar e ao trazer para o seu seio uma componente inédita com a relevância, a extensão e o significado da velha *arquitectura concelhia portuguesa* que, como procuraremos mostrar, não é contemplada ou integrável naquelas categorias tradicionais.

A invisibilidade, ou melhor, a tradicional ocultação desta arquitectura merece registo, grande reparo e discussão. Assim, como ponto prévio do estudo que agora se apresenta, proporemos no *Capítulo 1* uma reflexão sobre o efectivo “apagamento” que em Portugal – mas também, ao que pudemos apurar, no resto da Europa – se abateu sobre este gigantesco *corpus* arquitectónico. Recensear-se-ão alguns (poucos) casos célebres de revelação mas sobretudo alguns dos muito mais abundantes casos de ocultação dessa arquitectura, seguindo-se a recensão breve da pouca literatura, proveniente das áreas da

História da Arte e da Arquitectura, existente sobre o tema da *dissertação* que agora se apresenta. A reflexão sobre este “apagamento” lança-nos no âmago da mesma, centrado no estudo das velhas casas da câmara dos concelhos portugueses enquanto materialização principal, mais abundante, mais bem conservada e mais rica da velha arquitectura concelhia portuguesa das Épocas Medieval e Moderna. Expor-se-ão, nos capítulos seguintes, as grandes componentes desta *dissertação* – centrada sucessivamente na *organização do poder local*; na restituição dos primitivos *locais de reunião dos homens-bons* dos concelhos e na *emergência e erecção das primeiras casas da câmara portuguesas*; no reconhecimento de uma *arquitectura de matriz concelhia* e, enfim, na *abordagem monográfica das velhas casas da câmara* nas suas mais importantes vertentes (nome, localização, tipologia, etc.) – acompanhadas das indispensáveis considerações inerentes ao seu tão amplo âmbito espacial e temporal.

Sendo esta uma *dissertação* em “História de Arte – Arquitectura e Urbanismo”, cumpre fazer algumas observações finais. A sua realização exigiu uma muito exaustiva, exigente e dispendiosa “volta a Portugal” cujas múltiplas etapas se tornaram, para o seu autor, numas exaltantes, memoráveis e quase iniciáticas “viagens na *sua* terra”, feitas sempre sob a invocação tutelar de alguns dos grandes viajantes da história da cultura portuguesa, a começar por D. Frei Bartolomeu dos Mártires (cujas viagens pelo Minho e por Trás-os-Montes foram por nós parcialmente repetidas quase cinco séculos depois, em nome e ao serviço de um “apostolado” muito diferente mas com o voluntarismo e a frugalidade que acompanharam os passos do grande Arcebispo de Braga)¹; passando pelo seu biógrafo, Frei Luís de Sousa (ele próprio, no século, um aventureiro e compulsivo viajante) – mas passando também, como não podia deixar de ser, pelo ridente Almeida Garrett e pelo austero Alexandre Herculano. Enfim, nas infinitas e remotas paragens visitadas esteve também sempre presente a memória das equipas pioneiras que, muito mais perto de nós, participaram quer na publicação dos sucessivos volumes do *Guia de Portugal*, promovida por Raul Proença (1.º Volume: 1924) – extremamente válida e sempre útil, apesar das omissões, distrações e do snobismo cultural de alguns dos seus colaboradores² – quer nos

¹ Ver Frei Luís de Sousa, *Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1984.

² Assim, entre tantos outros exemplos de apreciações desajustadas, se não injustas, na informação relativa a Abrantes escreve-se que “na *Praça de Raimundo Soares*, que é o centro do movimento da terra, [localiza-se] a ***Casa da Câmara, construção filipina sem interesse de maior***”, Diogo Oleiro, “Abrantes”, in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Reimpressão da 1.ª Edição (Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 1927), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983, p. 383. Diga-se,

que participaram na patriótica recolha promovida pelo então *Sindicato dos Arquitectos* e que daria lugar à publicação de um outro dos livros maiores da Cultura Portuguesa, a *Arquitectura Popular Portuguesa* (1.^a Edição de 1961). Enfim, a vontade de inventariar, estudar e de, na medida dos nossos meios, poder contribuir para salvar, restaurar e divulgar as nossas velhas casas da câmara portuguesas – enquanto componente essencial do património cultural português – foi também muito devedora do exemplo de nomes da envergadura de Fernando Lopes Graça e de Michel Giacometti que, umas boas décadas antes de nós, também calcorream o país de lés a lés, com o mesmo amor, o mesmo idealismo e cremos que com a mesma carência de meios.

Esta é, pois, a *dissertação* de alguém que, no momento em que partiu para a sua visita a praticamente todos os velhos concelhos portugueses, já há-de ter ultrapassado há uns bons pares de anos – e ao contrário de Dante quando iniciava a sua narrativa – o “mezzo del cammin della sua vita”. É a *dissertação* de um cidadão português que sente que já não tem que andar atrás da última moda cultural nem dos seus agentes; de um cidadão que se reconhece nos velhos valores do patriotismo e do amor à sua terra, valores em que foi criado e em que se continua a rever sem constrangimentos de espécie alguma e sem os quais este estudo nunca teria existido. Por isso, as viagens inerentes ao levantamento das casas da câmara dos velhos concelhos portugueses foram feitas sob o duplo signo do encantamento e da indignação. Encantamento por permitiram ao seu autor a descoberta ou a revisitação de um país de uma beleza natural rara e em muito grande parte intacta, com um fabuloso património urbanístico e arquitectónico que permanece, em muito grande parte, por revelar e estudar. Indignação por proporcionaram bastantes momentos de tristeza e até de revolta, pois a revisitação que se fez de todo o país deixou bem à mostra as feridas provocadas pelo desenvolvimento muito intenso, galopante e descontrolado registado sobretudo nas últimas décadas, e que afectou tanto as paisagens naturais como os aglomerados urbanos. Por isso – e como contraponto àquele desenvolvimento, por vezes tão superficial – é tão revoltante o abandono, a decadência e mesmo a ruína que consome, como um cancro sem cura à vista, a generalidade dos centros das nossas velhas aldeias, vilas e cidades. Este desastre urbano – que assume foros de tragédia cultural de uma escala inédita, que os portugueses pagarão muito caro se não for atalhado imediatamente – é tanto mais alarmante quanto continuam a não se registar estratégias globais minimamente consistentes e coerentes para o travar. Desta

porém, que, referindo-se à casa da câmara de Portalegre, mais ou menos coetânea da de Abrantes, Raul Proença, na mesma obra, é muito mais certo: “Câmara Municipal, edifício de muito carácter”, Raul Proença, “Portalegre – Sé”, *Ibidem.*, p. 421.

falta de estratégias decorrem não só políticas culturais irracionais e erráticas, como soluções absurdas e insensatas, absurda e insensatamente copiadas por todo o lado e que mais contribuem para realçar e agravar a decadência do nosso indefeso património construído. Esta questão prende-se directamente com o âmago desta *dissertação*. Com efeito, o exemplo mais cruel de uma falta de visão política global e de gravíssimo desentendimento do sentido e do devir histórico das nossas cidades e vilas está justamente na *deslocação das sedes do poder local* registadas em muitas localidades portuguesas. Este movimento consiste no abandono das nossas históricas casas da câmara – fenómeno alarmante que se agudizou recentemente e que tanto se verifica em pequenas vilas como Barrancos ou Porto Santo, como em localidades da categoria da Guarda ou de Portalegre, cidades que recente e tão lamentavelmente abandonaram as suas históricas, seculares e tão monumentais casas da câmara.

Este é também o momento de denunciar as insensatas obras que mutilaram quase integralmente muitas das velhas casas da câmara portuguesas, no âmbito do tão grosseiro processo em curso de *betonização* de muitos dos nossos edifícios históricos, e que comprometeu e agrediu de uma maneira simplesmente escandalosa casas da câmara com a categoria das de Palmela, Almada, Murça ou Alijó, só para não dar mais exemplos. O desastre que se abateu sobre esta velha e digníssima arquitectura de matriz concelhia é de tal ordem que, na prática, entre nós quase já não se conservam, na sua integralidade, velhas câmaras de vereação, salas de audiência ou cadeias do Antigo Regime, componentes essenciais das nossas velhas casas da câmara, como veremos. Face a esta situação – e visitadas praticamente todas as nossas velhas casas da câmara sobreviventes – neste momento cumpre dar um sinal muito positivo e de esperança num futuro melhor para o nosso património construído, ao recensar os dois casos mais felizes a nível nacional de restauro dessas velhas casas da câmara: a do extinto concelho de Muxagata (concelho de Vila Nova de Foz Côa, hoje um dos centros de acolhimento do *Parque Arqueológico do Côa*) e a de Alenquer. Na da Muxagata, um projecto muito informado e muito sensível (projecto do Arquitecto e Arqueólogo Maia Pinto), devolveu ao velho e pequenino edifício toda a sua dignidade arquitectónica mas também toda a sua galhardia laica e cívica, bem patente na restituição ao mesmo tempo fiel e ousada das “masseiras” da sala da audiência e da câmara das vereações, mas também nos rebocos dignificantes das fachadas principais e sobretudo no vibrante e fortíssimo cromatismo, tão português, que tão inspirada e justamente foi devolvido ao histórico edifício [Fig.^a 4].

O outro caso de restauro muito feliz é o da tardo-oitocentista casa da câmara de Alenquer, de modelo cosmopolita (matriz francesa) mas com intensivos enxertos decorativos de inspiração neo-manuelina, no efusivo quadro decorativo próprio do ecletismo tardo-romântico. Apesar de este edifício já não caber neste estudo, pois remonta já aos fins da Monarquia Constitucional, merece aqui uma mais que justa referência o seu restauro, muito feliz quer na conservação integral não só do monumental edifício, muito arruinado, quer na restituição integral, certa e competentíssima das suas pompas decorativas, próprias de um tempo de há muito revolidado.

A competência suprema destes dois restauros – face à qual tantas “beneficiações” e “melhoramentos” impostos a muitas das velhas casas da câmara portuguesas são tristes caricaturas e tristes exemplos do que se não deve nem pode fazer num edifício histórico – dá a estes dois edifícios o valor de exemplos a seguir, pelo que merecem tanto o reconhecimento como uma visita urgente de todos os interessados e de todos os agentes ao serviço da gestão do património construído português – historiadores, eruditos, público em geral, mas também autarcas e arquitectos – pois autarcas e arquitectos têm contribuído para destruir, mutilar, agredir e sobretudo para menorizar gravemente o património que tutelam e os edifícios históricos em que intervêm.

As visitas exigidas pelo levantamento inerente a este estudo mostraram um país estranhamente virado do avesso, que “reordena” e “requalifica” o que é preciso e o que não é preciso, que mutila, em obras por vezes absurdas e desnecessárias, não só a sua arquitectura como muitas vezes o melhor do seu urbanismo, num impulso irreprimivelmente autofágico que leva por vezes à “requalificação” do que já fora “requalificado” há dez e doze anos! Mostraram um país que, à falta de políticas culturais e de desenvolvimento eficazes, consistentes e sensatas, e sobretudo à falta de estratégias sérias para acudir e salvar o seu património construído, inventou e se compraz nas “ruas pedonais” e nos empedrados de luxo, a par do escusado luxo dos “centros de interpretação” quantas vezes sem conteúdo sério e quantas vezes de utilidade duvidosa!

Aquelas viagens mostraram também um muito estranho país que, passados mais de trinta anos sobre o 25 de Abril, parece que tem no *exorcismo* a única estratégia para afrontar o seu passado, o seu presente e até o seu futuro. Com efeito, este é o país que exorciza a memória de carências e fomes ancestrais com esquálidas “rotas de sabores” pseudo-epicuristas. Mas aquelas viagens mostraram sobretudo um país que exorciza o seu atraso e o seu provincianismo com uma estranha, insensata e temerária “fuga para a frente”: por todo o país, em tempos recentes, autarcas, arquitectos e projectistas se entregaram e continuam a

entregar, patética e irresponsavelmente, nos braços de absurdas e agressivas estratégias “futuristas”, de oco e ridículo cosmopolitismo nos contextos provincianos, isolados e profundamente conservadores em que são tão desastradamente enxertadas, quantas vezes à revelia da mais simples lógica, das tradições, da sensibilidade e dos legítimos gostos das comunidades a quem são tão autoritária e unilateralmente impostas!

Aquelas viagens revelaram, enfim, o país que descobriu a absurda, agressiva e estúpida pseudo-aristocracia “da pedra (e do tijolo) à vista”, com todos os prejuízos possíveis para os monumentos a que é imposta. Com efeito, deve dizer-se que a sua falsa *ética* está a comprometer seriamente a identidade e a integridade de muita da nossa melhor arquitectura, no quadro de um agressivo, irresponsável e muito ignorante processo de escarpelização literal, empreendido por autarcas, arquitectos e proprietários, com a arrogância própria de quem detém uma tremenda incultura artística. Adiante se darão muitos exemplos destes desvios, que tanto comprometem a dignidade de muitas das velhas casas da câmara portuguesas. Face ao que precede, cumpre terminar com um voto, o de que o estudo que agora se apresenta possa contribuir, por pouco que seja, para atalhar a decadência e o abandono do nosso património construído e que possa, de caminho, contribuir para acelerar e intensificar o processo da sua conservação, da sua redignificação e da sua devolução a todos os portugueses.

Como todas, também esta não será uma *dissertação* definitiva. Algumas pistas entrevistas não puderam ser seguidas, algumas perspectivas de investigação não puderam ser contempladas e muitas referências documentais e bibliográficas não puderam ser utilizadas em tempo útil. No entanto, o empenho, bem como a vontade de localizar, identificar e estudar globalmente as velhas casas da câmara – com que esta *dissertação* foi preparada e redigida – desculparão as omissões, as imprecisões e também os erros que certamente afectarão algumas das páginas que se seguem. O seu autor, certo de que outros, com mais tempo, com mais meios e em circunstâncias mais favoráveis, corrigirão essas imprecisões e erros, reconhece, porém, que valeram a pena as dificuldades, as canseiras, as despesas e o esforço inerentes a esta *dissertação*, na convicção sincera de que ela pode contribuir para alargar, por pouco que seja, os nossos conhecimentos e sobretudo para resgatar as velhas casas da câmara portuguesas do abandono, do esquecimento, da ruína e das malfeitorias de que têm sido vítimas pois, pelo seu significado, pelo seu valor histórico e simbólico, mas também pela sua efectiva qualidade arquitectónica, merecem integrar de pleno direito a História da Arte em Geral e a da Arquitectura Portuguesa em particular.

Esta *Dissertação* contempla um universo de quase novecentas localidades, muitas delas hoje quase desconhecidas mas que, num momento ou outro da sua história, foram sede ou cabeça de concelho. A sua localização exacta não deverá merecer dúvidas, pelo que se apresentará, como complemento a esta *dissertação*, enquanto **Anexo A**, a Rede dos Concelhos Portugueses antigos organizados por ordem alfabética”, que contempla uma lista dos velhos (e dos novos) concelhos portugueses, organizada alfabeticamente, remetendo cada antigo concelho para o concelho e o distrito (ou região autónoma) a que actualmente pertence. Os anexos seguintes contemplarão a mesma “Rede dos Concelhos Portugueses ao longo dos tempos”, mas organizadas a partir dos distritos (**Anexo B**) e a partir dos concelhos actuais (**Anexo C**).

A fim de facilitar as transcrições, os textos em línguas estrangeiras são traduzidos livremente pelo Autor, à excepção dos (muito poucos) textos literários usados. Quanto às transcrições de documentos históricos anteriores a 1834, elas obedecem às normas de fidelidade ao original, tal como repetidamente expressas pelo Professor Oliveira Marques³. Porém, os documentos posteriores a 1834 serão quase sempre transcritos de acordo com as convenções gráficas e ortográficas do Português escrito actual, por facilidade de transcrição mas também no convencimento de que aquela data coincide com a emergência e a progressiva afirmação do Português Contemporâneo, nomeadamente na sua forma escrita.

Uma última observação deve ser contemplada: no decurso da investigação depressa verificámos com surpresa que a palavra “município”, que usávamos na versão original do título desta dissertação – *A Monumentalização do Poder Local: as Casas da Câmara dos Municípios Portugueses (Séculos XIV-XVIII)* – não era conhecida e muito menos usada pelos nossos antepassados. Por isso, e pelos motivos que exporemos no Capítulo 2, em que historiaremos brevemente o uso da palavra “município”, consideramos que a riqueza etimológica e a fortuna histórica da palavra *concelho*, omitida, desprezada, ignorada ou esquecida por historiadores, políticos, autarcas e teóricos do chamado *municipalismo* – a começar pelo primeiro e o maior dos seus ideólogos, Alexandre Herculano – deve ser recuperada. Assim, nesta *dissertação*, ela será intensamente usada enquanto referente maior do nosso velho poder local, dos seus princípios, dos seus mecanismos institucionais, dos seus centros e dos seus cenários privilegiados. Considerámos pois que, a par da palavra *casa*

³ Ver, por exemplo, a sua “Introdução” a João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques e Teresa Rodrigues, *Álbum de Paleografia*, Editorial Estampa, 1.ª Edição, Lisboa, 1987, pp. VII-XIII.

da câmara – outra palavra cuja origem e sentido adiante procuraremos discutir – a palavra *concelho* deve constar no título definitivo desta dissertação: *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV-XVIII)*, que com este estudo pretendemos conhecer e dar a conhecer melhor.

Uma nota final: a versão da *dissertação* que agora se entrega segue em tudo a que se entregou para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História da Arte Moderna. Integra, porém, a rectificação das gralhas e lapsos que constam da *errata* que faz parte daquela versão, bem como a rectificação das gralhas e lapsos posteriormente identificados. Integra finalmente algumas das sugestões e referências, nomeadamente bibliográficas, assinaladas pelo júri das respectivas provas de doutoramento e cuja omissão na versão inicial cumpre remediar.

PARTE I

A EMERGÊNCIA DA CASA DA CÂMARA NO PORTUGAL MEDIEVAL

1 – A discreta visibilidade das *Casas da Câmara* portuguesas

Pessimamente instalada na sua velhíssima casa da câmara, a 15 de Fevereiro de 1846 a Câmara de Bragança *representa* à Rainha D. Maria II, solicitando o terreno de certos barracões militares de há muito desocupados para neles construir os “edifícios que não tem e de que absolutamente carece”⁴. Passada a tormenta das Guerras Liberais e lambidas as feridas maiores do fim traumatizante do Absolutismo, a Câmara de Bragança pretendia edificar naquele terreno “uma Casa para a Câmara fazer suas reuniões Camarárias e poder ter em segurança o seu Arquivo”, uma “Casa para se poder estabelecer a Escola Normal com espaço conveniente”, “uma Sala destinada para Biblioteca Pública” e finalmente “para em uma das extremidades se poder estabelecer um proporcionado Teatro”. Ressalvando os propósitos da Câmara de instituir em 1846, no extremo Nordeste do Portugal oitocentista, uma espécie de Arcádia Romântica, liberalmente dotada de Biblioteca, Escola Normal e Teatro, nada de extraordinário se encontra na pretensão da vereação de Bragança daquele ano. Com efeito, naquele mesmo ano, dezenas e dezenas de Câmaras portuguesas podiam partilhar e partilhavam efectivamente das mesmas carências e das mesmas necessidades, pois a maioria delas herdara do Antigo Regime edifícios muito antigos, arruinados, acanhados e por vezes até mal localizados.

A singularidade daquela *Representação* está em que ela tem como pano de fundo e traz até nós a velha *casa da câmara* de Bragança, a famosa *Domus Municipalis* – que assim foi baptizado o histórico edifício pelo Estado Novo e seus agentes – edifício que, pela sua relevância histórica e arquitectónica, é o mais venerável monumento da velha arquitectura concelhia portuguesa. Ora, aquela velha *casa*, ao serviço da Câmara “desde tempos imemoriais”, era inóspita, pois fora construída “sobre uma Cisterna d’água que abrange todo o seu vão” e, além disso, era pequena e estava mal localizada, pelo que já não respondia de modo nenhum às novas e imperiosas necessidades, exigidas pelas novas competências e pelo novo funcionalismo que o Liberalismo impunha às Câmaras, doravante chamadas de

⁴ “Sobre a concessão do barracão das Eiras à Câmara Municipal de Bragança”, in Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AN/TT) – *Ministério do Reino* – 3.ª Direcção – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida (1848 - Livro 4.º, Processo N.º 164; Livro 6.º; Proc. N.º 38); Maço 3348. Este documento integra um conjunto de documentos arrumados num “macete” com o título acima referido (Apêndice Documental: Documento N.º 1).

Nota: a generalidade dos sublinhados nas citações desta *dissertação* é da responsabilidade do autor e por isso não serão sempre assinalados.

Municipais. No entanto, merece reparo o facto de a Câmara reconhecer que se, numa perspectiva, o edifício era imprestável para as suas novas funções, “por outra, o alterar a forma daquela casa seria tirar-lhe o **grande merecimento que tem, pela sua antiguidade (que merece ser conservada)**”. O próprio Governador Civil do Distrito, que apoia as pretensões da Câmara, no *Ofício* de 17 de Fevereiro daquele ano (que acompanha aquela *Representação*), também reconhece que

“a antiga casa das Sessões da Câmara ou os Paços do Concelho [...] tornam-se mais **um monumento histórico que deve conservar-se com todo o esmero pela sua antiguidade e singular construção** do que uma casa adequada para o Emprego a que é destinada”.

Merecem muita consideração estas palavras, pois revelam, no Portugal Liberal – e no ecossistema transmontano em particular – uma consciência muito aguda do valor histórico e arquitectónico do velho edifício, isto é, do seu valor patrimonial, como hoje diríamos. Por um lado, confrontados com a casa da câmara de Bragança, as autoridades locais reconhecem o “grande merecimento que tem, pela sua antiguidade”, tomando consciência de estarem face a “um monumento histórico”. Por outro, e como consequência deste reconhecimento, regista-se a impossibilidade de se proceder a ampliações ou modificações, assumindo-se que a velha casa “merece ser conservada”, acrescentando-se mesmo que “com todo o esmero pela sua antiguidade e singular construção”. O surpreendente nestas declarações é tanto o seu pioneirismo como a sua extrema raridade, se não singularidade. Com efeito, naquela época, também nesta matéria centenas de Câmaras podiam fazer, com toda a legitimidade, idêntico apelo ao valor histórico das suas velhas casas da câmara e apelar também à sua conservação criteriosa. Porém, os apelos de Bragança são, que saibamos, únicos no contexto português, pois a generalidade das autoridades políticas e administrativas portuguesas da época não se manifestaram (como continuam, entrados que estamos em pleno Século XXI, em muito grande parte a não se manifestar) nada sensíveis aos inegáveis e bem visíveis valores históricos e patrimoniais dos edifícios concelhios antigos que os respectivos concelhos detinham e muitas vezes continuam a deter.

Como vemos, graças à sua antiguidade e às suas características arquitectónicas únicas, a velha casa da câmara de Bragança ganhou uma visibilidade ímpar, ao merecer das autoridades locais oitocentistas um reconhecimento absolutamente inédito da sua relevância histórica e artística. Porém, o reconhecimento do valor patrimonial da casa da câmara de Bragança pelas autoridades locais de 1846, pioneiro como foi, não foi, que saibamos, seguido pelas autoridades locais dos demais concelhos e distritos portugueses. Ora, como

ponto prévio do estudo que propomos, merece registo, grande reparo e discussão o *apagamento* que se abateu em Portugal (mas também, ao que pudemos apurar, no resto da Europa) sobre esse gigantesco *corpus* arquitectónico constituído pela velha arquitectura concelhia portuguesa, centrado nas respectivas casas da câmara. Apagado, ocultado, ignorado ou omitido por todos, este património parece ter sido vítima de uma espécie de conjura que envolveu e comprometeu (e continua a envolver e a comprometer) a generalidade das autoridades, dos historiadores, dos visitantes célebres, dos eruditos locais e dos simples curiosos. Ora, desse apagamento geral, voluntário ou, como pensamos, simplesmente inconsciente, decorre o estranho e surpreendente desconhecimento e a consequente desvalorização deste tão vasto quanto tão qualificado património que constitui, afinal, um vigoroso, muito coeso e importante ramo do grande tronco comum da arquitectura portuguesa, como teremos oportunidade de mostrar abundantemente.

Uma simples revisitação de alguns monumentos da literatura portuguesa confirmará o estranho apagamento que tem ocultado tradicionalmente a arquitectura concelhia e em particular as velhas casas da câmara, apesar de estas constituírem, como mostraremos, uma realidade arquitectónica das mais intensas da história, da cultura e até da paisagem urbana portuguesas. Sem quaisquer preocupações de sistematização, pode-se reconhecer que nada se encontra na velha cronística medieval relativo a casas da câmara, o que se entenderá se considerarmos que no Portugal dos Séculos XIV ou XV⁵ a sua construção ou o seu simples uso estavam longe de cobrir todos os concelhos do Reino. Nos autores do século XVI, que escrevem quando existe uma rede de casas da câmara já plenamente estruturada e consolidada, será mais de estranhar tal omissão, pois sabemos da tradição e de velhos relatos que elas abrigaram acontecimentos memoráveis e figuras históricas de primeiríssimo plano. Foi o caso das pequeninas e lindíssimas casas da câmara de Entradas (hoje no concelho de

⁵ Atente-se nas palavras de Maria Sofia Marques Condessa, que estuda justamente a *representação* das cidades nas crónicas dos primeiros reis de Portugal: “possuindo alguma nitidez nos seus contornos exteriores, a cidade de Pina e Galvão revela-se relativamente pouco precisa no seu interior urbano. Com efeito, em contraste com a atenção prestada às muralhas, suas portas e torres, e ao castelo, o interior da cidade pouco se evoca para além dos templos que o sacralizavam e das menções a um ou outro edifício profano, silenciando-se as referências às ruas e apenas se vislumbrando a praça pública. Assim, se o exterior da urbe remete para o olhar do guerreiro que contempla e mede a sua fortaleza, o espaço intra-muros centra-se na observação da outra cabeça que estruturava hierarquicamente o corpo urbano, ou seja, o templo que celestialmente protegia o poder do castelo”, Maria Sofia Marques Condessa, *A Memória das Cidades dos Séculos XII a XIV nas Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*, Patrimonia Histórica, Cascais, 2001, p. 87.

Castro Verde) e de Almodôvar que, nos princípios do mês de Janeiro de 1573, alojaram o rei D. Sebastião, a caminho da sua Jornada pelo Alentejo e o Algarve⁶.

Na sua *Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Frei Luís de Sousa⁷ descreve, já nos inícios do Século XVII, as famosas viagens do Arcebispo de Braga tanto a caminho de Itália como por todo o Norte de Portugal, no âmbito das suas intensivas acções de apostolado militante na sua Arquidiocese, que então abrangia as Províncias do Minho e de Trás-os-Montes. Nessas descrições, em que estão sempre presentes a natureza, os rios, as pontes, as estradas e os caminhos, são surpreendentemente pobres as descrições urbanas, mas o que merece registo é que são nulas as referências à arquitectura ao serviço dos infinitos concelhos, grandes e pequenos, que visitou. Assim, nem uma palavra mereceram ao grande escritor as famosas casas da câmara de Braga, de Bragança ou da então vila de Viana da Foz do Lima, para não falarmos das casas da câmara de vilas menos importantes como Torre de Moncorvo, Caminha ou Ponte de Lima, todas de origem comprovadamente medieval. Ignorados foram, finalmente, os edifícios concelhios de Vila Pouca de Aguiar, de Ervedosa (Vinhais) ou de Gostei (Bragança), todos eles de muito provável origem quinhentista e todos eles ao serviço dos povos que os mandaram construir, que os pagaram e que neles se reviam – povos esses de que o incansável Arcebispo que curava espiritualmente e que comprovadamente visitou⁸.

Do Séc. XVII, época de grandes prosadores, não conhecemos nenhuma descrição das casas da câmara portuguesas antigas ou seiscentistas. Assim, na descrição de Lisboa inserida num relato famoso da época, a *Viagem de Cosme de Médicis por Espanha e Portugal* (1668-1669)⁹, entre os outros grandes organismos e instituições do Reino, recenseia-se, embora

⁶ D. Sebastião permaneceu na Vila de Entradas nos dias 5 e 6 e em Almodôvar no dia 9 de Janeiro de 1573: ver Henrique Albino Figueira, “A Visita de El-Rei D. Sebastião em Ourique”, *Cadernos Culturais d’Ourique*, ORIK, Associação de Defesa do Património de Ourique, Ourique, 2006, p. 56. Ver ainda, sobre este assunto, Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1987. Esta jornada de D. Sebastião está cartografada no “Itinerário de D. Sebastião no Alentejo e no Algarve (Janeiro / Fevereiro de 1573)”, in A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, *Atlas Histórico de Portugal...*, p. 190.

⁷ Frei Luís de Sousa, *Ob. Cit.*.

⁸ Ignoradas as casas da câmara enquanto cenário do poder local, Frei Luís de Sousa, desse mesmo poder local apenas retém, já no fim da sua biografia, as iniciativas, as negociações e as infinitas pressões da Câmara de Viana do Castelo no sentido de se conservar na vila minhota – face às pretensões de Braga – o corpo do famoso arcebispo, que ficaria definitivamente sepultado em S. Domingos de Viana, no convento por si criado, em túmulo que, aliás, mereceu minuciosa descrição do seu biógrafo.

⁹ Relato do Conde Lorenzo Magalotti, membro da comitiva do Príncipe Cosme de Médicis, de que se reterão a edição espanhola, *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*, Ed. y notas por Angel Sanchez Rivero y Ángela Mariutti de Sanchez Rivero, Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas, Madrid, 1933, bem como a edição parcelar portuguesa daquele texto, “Viagem de Cosme de Médicis a Lisboa em 1669”, Tradução e Nota Preliminar de A. G. da Rocha Madahil, *Revista Municipal*, N.ºs 11/12, pp. 55 – 66 e N.ºs 13/14, pp. 45 – 58, Ed. da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1942 e *Revista Municipal*, N.º 16, Ed. da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1943, pp. 43-53.

sumariamente, a organização e a composição do “Senado da Câmara de Lisboa” e ainda, “subordinada ao Senado”, a “Casa separada, chamada dos 24, que superintende em tudo o que respeita à vida civil”¹⁰. Porém, nada é dito sobre as instalações físicas onde estas duas instituições se abrigavam, apesar de ambas gozarem, desde há séculos, de localizações de prestígio, frente à Sé e à ilhargia do Hospital de Todos os Santos, respectivamente.

O séc. XVIII português assiste a três importantíssimos ciclos construtivos de casas da câmara mas, ressaltando raras e preciosas referências documentais e os testemunhos epigráficos em algumas das *casas* então construídas, não conhecemos qualquer informação minimamente consistente e sistemática sobre a arquitectura concelhia construída sob os signos de D. João V, do Marquês de Pombal ou de D. Maria I. Os próprios visitantes estrangeiros, que se comprazem em descrições e sobretudo em apreciações e juízos de toda a natureza e para todos os gostos, ignoram a velha arquitectura concelhia portuguesa, mesmo quando, como era quase sempre o caso, aquela gozava de localizações centralíssimas, o que aparentemente lhe daria uma muito maior visibilidade e a tornaria mais digna do reparo dos visitantes. Foi o caso de Murphy que, da velha arquitectura de tutela concelhia, apenas retém o *Açougue Público* da cidade de Évora, desde há séculos instalado no chamado Templo de Diana daquela cidade [fig.^a 5], como veremos¹¹. Enfim, do século XVIII reteremos apenas as pioneiras edições dos mais diversos *corpus* legislativos portugueses, a começar pelas soberbas edições das sucessivas *Ordenações do Reino*, fonte fundamental para o nosso conhecimento da organização do velho poder local, de cuja lógica dependiam as próprias casas da câmara.

Os autores do século XIX, em contexto romântico ou naturalista, mais não fazem, nesta matéria, do que continuar a tradição do apagamento e da ocultação da arquitectura concelhia. Assim, relidos os grandes textos oitocentistas nenhuma referência encontrámos às velhas casas da câmara portuguesas. A caminho de Santarém, Almeida Garrett faz escala na Azambuja e no Cartaxo. Mas a loquacidade incomparável do grande escritor, que se compraz em falar e divagar sublimemente sobre tudo, não tem uma palavra para as casas da

¹⁰ Conde Lorenzo Magalotti, “Viagem de Cosme de Médicis a Lisboa em 1669”, Tradução e Nota Preliminar de A. G. da Rocha Madahil, *Ibidem.*, pp. 46-47.

¹¹ “Foi D. Inácio Manique, Intendente Geral de Lisboa, quem primeiramente me deu a conhecer este monumento. Em antiguidade e elegância é o edifício mais valioso que existe em Portugal, mas é lamentável ter de dizer que o abandono a que está votado muito pouco abona a população de Évora. Está convertido agora em matadouro. Parece, no entanto, ter isto uma certa afinidade com o seu primitivo fim, pois era então banhado pelo sangue das vítimas sacrificadas para apaziguar a deusa Diana. No presente, tragédias semelhantes são destinadas a apaziguar a fome dos mortais. Não há dúvida de que parece estar sempre destinado a teatro de trágicas exibições”, James Murphy, *Viagens em Portugal*, Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Livros Horizonte, Lisboa, 1998, p. 264.

câmara daquelas duas localidades ribatejanas. Chegado a Santarém, esquece – como o fazem mesmo os escalabitanos mais esclarecidos – a notável casa da câmara, localizada desde a Idade Média na velha praça da então famosa vila, mesmo ao lado da Igreja de Marvila. Alexandre Herculano, nas suas voltas por Portugal para recolher documentação histórica em vias de extravio, ignora igualmente a velha arquitectura concelhia¹². O mesmo se passa com Camilo Castelo Branco, nos seus percursos e deambulações mais ou menos erráticas entre a Foz do Douro e Vila Real de Trás-os-Montes. Já na órbita do Pós-Romantismo, num esquecido romance melodramático e lacrimajante de Pedro Ivo (1842-1903), *O Selo da Roda* (1876)¹³, tecem-se as considerações mais humanitárias sobre a instituição das *casas da roda*, cuja criação fora imposta às Câmaras de praticamente todos os concelhos portugueses por Ordem de Pina Manique de 10 de Maio de 1783¹⁴. Ora, também neste romance não constam quaisquer referências a qualquer casa da câmara nem sequer à própria casa da roda enquanto realidade material e construída, pois a *roda* também era arquitectura de tutela concelhia, como adiante veremos.

Eça de Queirós (1845-1900), em *O Crime do Padre Amaro* (primeiro publicado em fascículos em 1874-75)¹⁵, cuja acção decorre em Leiria, onde o romancista viveu e trabalhou no início da sua vida profissional, também omite qualquer referência à casa da câmara local. Da arquitectura leiriense de tutela concelhia apenas surgem referências, sempre muito convencionais, à *janela* do gabinete do Administrador do Concelho – cargo criado pelo Liberalismo a fim de controlar o poder Local – gabinete que, no romance, está localizado num edifício aparentemente comum, no próprio Largo da Sé. Merece reparo, porém, como pano de fundo da acção do romance, a referência à *roda*, destino considerado em determinado momento pelo protagonista para o fruto inocente de amores muito proibidos na Leiria da segunda metade do séc. XIX¹⁶. No entanto, em vão se aguardariam descrições quer do funcionamento da instituição quer dos edifícios das casas da roda de Leiria e das vilas dos arredores. Também em *A Ilustre Casa de Ramires* (1.^a Edição, 1897)¹⁷, cuja acção

¹² Ver Pedro de Azevedo, “Apontamentos de viagem de Herculano pelo país em 1853-1854”, in *Archivo Histórico Português*, IX, 1914.

¹³ Pedro Ivo, *O Selo da Roda*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1984.

¹⁴ Publicada, por exemplo, por Sebastião Matos, *Os Expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*, Associação Cultural e Recreativa de Areias de Vilar, 1.^a Ed., Barcelos, 1995.

¹⁵ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1999.

¹⁶ “E que se lhe havia de fazer, ao pequeno?... Na cidade, a Roda fora suprimida; em Ourém, como os recursos da Misericórdia eram escassos e a afluência dos enjeitados escandalosa, tinham posto um homem ao pé da sineta da Roda, para interrogar e pôr embaraços; havia indagações de paternidade, restituições de crianças; e a autoridade, finória, combatia o excesso dos enjeitamentos com o terror dos vexames...”, Eça de Queirós, *Ibidem.*, p. 372.

¹⁷ Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, Livros do Brasil, Lisboa, s.d.

decorre em parte na cidadezinha imaginária de Oliveira, a provinciana capital de distrito idealizada pelo romancista, onde Gracinha, a irmã do protagonista é a mulher do próprio Presidente da Câmara, não constam referências dignas de nota ao respectivo edifício. De arquitectura e equipamentos de tutela concelhia, neste romance apenas surgem difusas referências ao relógio¹⁸, à torre da Câmara¹⁹, e “à sórdida enxovia de Vila-Clara”²⁰, a vila de ficção a cujo concelho pertencia a velha aldeia de Santa Ireneia onde, no Solar e Torre dos Ramires, habitava o protagonista, Gonçalo Mendes Ramires. Já no final do romance, vencidas umas muito disputadas eleições pelo círculo de Vila-Clara, no meio de outras manifestações públicas de regozijo, exhibia-se “na casa da Câmara, sobre a porta, um transparente com o retrato de Gonçalo, que uma multidão aclamava”²¹. Ocorre então a consagração do protagonista, enquanto político e escritor celebrado, quando, na própria cidade de Oliveira,

“os rapazes do clube e da Arcada ofereceram ao deputado por Vila-Clara, **na sala da Câmara, adornada de buxos e bandeiras**, um banquete [...] em que o barão das Marges (que presidia) saudou ‘o prestigioso moço que, talvez em breve, nas cadeiras do Poder, levantasse do marasmo este brioso país, com a pujança, a valentia, que são próprias da sua raça nobilíssima!’”²².

Também Oliveira Martins ignora a arquitectura concelhia. Assim, em *A Inglaterra de Hoje*, simultaneamente fascinado e desagradado com Londres e os seus habitantes, ignora a respectiva “Guildhall”, no quadro da arquitectura geral da cidade, de que aliás não gosta²³.

A literatura do séc. XX não é mais pródiga nas descrições das velhas casas da câmara. Em *Regressos*²⁴, uma comovente revisitação de sítios e arquitecturas, suscitada a Manuel Teixeira Gomes pelo seu exílio voluntário no Norte de África, não parece constar nenhuma referência à arquitectura concelhia, ignorada também pelos grandes escritores do século passado. Do ecossistema beirão, Aquilino ainda refere um ou outro dos velhos concelhos extintos mas não tem uma palavra para a sua velha arquitectura concelhia, apesar de a Beira, que ele tanto calcorreou e descreveu, continuar a deter ainda hoje belas e memoráveis casas da câmara. Mesmo em *Quando os Lobos Uivam*²⁵, as referências à casa da câmara da vila imaginária de Bouça de Rei (que o romancista designa de paços do concelho) são muito pobres. Saberemos apenas que detinha a cadeia comarcã, tal como a

¹⁸ Eça de Queirós, *Ibidem.*, p. 32.

¹⁹ Id., *Ibidem.*, p. 145.

²⁰ Id., *Ibidem.*, p. 328. Com efeito, as cadeias também eram tuteladas pelas Câmaras Municipais, como mostraremos.

²¹ Id., *Ibidem.*, p. 339.

²² Id., *Ibidem.*, p. 345.

²³ Vide “Aspecto de Babilónia” e “A arquitectura londrina”, em Oliveira Martins, *A Inglaterra de Hoje (Cartas de um Viajante)*, Guimarães & C.ª Editores, Lisboa, 1951, pp. 27-32 e pp. 33-39, respectivamente.

²⁴ Manuel Teixeira Gomes, *Regressos*, 4.ª Edição, Bertrand Editora, Venda Nova, 1991.

²⁵ Aquilino Ribeiro, *Quando os Lobos Uivam*, Livraria Bertrand, 1.ª Edição, Lisboa, 1958.

generalidade das casas da câmara ou paços do concelho portugueses, até bem entrado o Marcelismo. Ficamos ainda a saber que, na cadeia daquela vila, a “casa das ratas era a enxovia do concelho”²⁶.

Enfim, a nossa recensão deve contemplar uma referência à própria literatura infanto-juvenil. Com efeito, em *Uma Aventura em Evoramonte*, a bela casa da câmara desta antiga vila surge em primeiro plano enquanto alojamento provisório durante umas férias de Carnaval do grupo de jovens heróis e detectives da famosa série de literatura juvenil “Uma Aventura”, de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada. A casa da câmara de Évoramonte é assim referida pelo Pedro da série juvenil:

“- a Câmara de Estremoz tem uma casa em Evoramonte que está disponível. Não vive lá ninguém. Pôs essa casa à disposição da minha mãe, mas só um dos quartos é que está mobilado. Ela instala-se ali. E nós acampamos nas outras divisões. É mais prático, porque dormir ao relento agora no Inverno...”²⁷

Porém, as referências à casa e à sua tão nobre função histórica, são omitidas aos jovens leitores. Nada se diz no livrinho sobre a história do velho concelho, sobre o seu foral ou a sua intacta casa da câmara, que tem na fachada a data de 1787, como é referido por uma personagem. As suas autoras apenas se referem à presença da «cadeia» e ao alçapão de acesso à mesma²⁸ e ainda à torre do relógio, não se estranhando nem se dando qualquer explicação sobre a razão da sua existência, bem como da existência de uma cadeia (na realidade, uma enxovia) no edifício, localizado a dois passos do “Paço de Homenagem”, como as autoras chamam à famosa fortaleza daquela antiga vila alentejana, sobre a qual também não é fornecida nenhuma informação aos jovens leitores.

Realidade europeia, como mostraremos, as “casas da câmara” das cidades grandes, médias e pequenas constituíam, por toda a Europa como em Portugal, o elemento mais importante da respectiva arquitectura concelhia. Surpreendentemente, porém, também na literatura de viagens como na própria literatura estrangeira não parecem ser abundantes as referências a essas formas de arquitectura. Merece por isso uma referência especial o episódio narrado por Marc Bloch ocorrido durante uma sua viagem a Estocolmo, enquanto jovem, na companhia de Henri Pirenne, e que teve como motivo principal a então recém-construída «casa da câmara» daquela cidade. O episódio – que nos dá uma bela e muito comovente lição de História, e que desde a sua juventude sempre impressionou muito o autor do presente estudo – é assim descrito:

²⁶ Aquilino Ribeiro, *Ibidem.*, p. 225.

²⁷ Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, *Uma Aventura em Evoramonte*, 10.^a Edição, Caminho, Lisboa, 1995 (1.^a edição, 1984), p. 13.

²⁸ Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, *Ibidem.*, pág. 27.

“acompanhava, em Estocolmo, Henri Pirenne. Tínhamos acabado de chegar e ele diz-me: **‘Que vamos ver em primeiro lugar? Parece-me existirem uns Paços do Concelho novos. Começemos por aí’**. Em seguida, como se pretendesse evitar um aborrecimento, acrescentou: ‘Se fosse antiquário, só teria olhos para as velharias. Mas sou um historiador. É por esse motivo que amo a vida’. Esta faculdade de apreensão do ser vivo é, com efeito, a qualidade dominadora do historiador”²⁹.

Referência especial merece, agora no âmbito da literatura estrangeira, o moderno «hôtel de ville» do romance *Madame Bovary* (1857) de Flaubert, que o grande romancista localiza na idealizada cidade de Yonville-l’Abbaye³⁰. Trata-se de uma típica cidadezinha dos confins da Normandia, de que Flaubert nos deixa uma breve mas muito precisa descrição, construída a partir de uma espécie de planta-diagrama³¹ em que o autor localiza os principais episódios urbanos e arquitectónicos. No meio da praça estão as *Halles*, o típico mercado coberto das cidades do Norte: “c’est-à-dire, un toit de tuiles supporté par une vingtaine de poteaux, occupent à elles seules la moitié environ de la grande place d’Yonville”. Na frente do mercado fica a Câmara Municipal:

“La mairie, construite *sur les dessins d’un architecte de Paris*, est une manière de temple grec qui fait l’angle [...]. Elle a, au rez-de-chaussée, trois [sic] colonnes ioniques et, au premier étage, une galerie à plein cintre, tandis que le tympan qui la termine est rempli par un coq gaulois, appuyé d’une part sur la Charte et tenant de l’autre les balances de la justice”³².

É neste edifício que ocorre o primeiro desvio da protagonista, aquando de uma espécie de exposição agrícola (“comice agricole”), que traz à pequena vila todos os habitantes dos arredores. É então que Rodolphe, um aristocrata local,

“avec madame Bovary, était monté au premier étage de la mairie, dans la *salle des délibérations*, et, comme elle était vide, il avait déclaré que l’on y serait bien pour jouir du spectacle plus à son aise. Il prit trois tabourets autour de la table ovale, sous le buste du monarque, et, les ayant approchés de l’une des fenêtres, ils s’assirent l’un près de l’autre”³³.

²⁹ Marc Bloch, *Introdução à História* (tradução de *Apologie pour l’Histoire ou Métier d’Historien*), Publicações Europa-América, Lisboa, 1997, p. 100.

³⁰ “Un bourg à huit lieues de Rouen, entre la route d’Abbeville et celle de Beauvais”; Gustave Flaubert, *Madame Bovary*, Le Livre de Poche – Librairie Générale Française, Paris, 1999, p. 145.

³¹ A cidade de Yonville é composta de uma longa rua que desemboca na praça do mercado, onde se localiza a residência das personagens principais do romance e os principais edifícios públicos, a começar pela igrejazinha local, com o seu adro, logo à entrada da praça. Ver o “Plan d’Yonville”, in Gustave Flaubert, *Ibidem.*, p. 144.

³² Id., *Ibidem.*, p. 149, sublinhados no original. O editor do romance comenta em nota (que transcrevemos numa tradução livre) que “a arquitectura de Yonville é um condensado de história: fim da Restauração para a Igreja, nova monarquia constitucional (a ‘Carta’ é a Constituição desta monarquia) saída da Revolução de 1830, e novo direito municipal (a lei de 18 de Julho de 1837 foi a Carta das Comunas) com a ‘mairie’. O ‘galo gaulês’, símbolo antigo do país (*Gallus* em Latim significa ao mesmo tempo ‘galo’ e ‘gaulês’), emblema da Nação nas bandeiras (‘sur les drapeaux’), durante a Revolução, tinha sido substituído pela Águia sob o Império e restabelecido depois de 1830. O conjunto rodeia o ‘foyer’ tradicional da actividade da vila, as ‘halles’”.

A referência às três colunas da fachada constitui uma gralha do autor, pois adiante, na descrição das festas aquando do “comice agricole” local, fala-se de quatro colunas, donde pendem galhardetes com inscrições em letras douradas dedicadas respectivamente ao Comércio, à Agricultura à Indústria e às Belas Artes. Ver Gustave Flaubert, *Ibidem.*, p. 229.

³³ Gustave Flaubert, *Ibidem.*, p. 239, sublinhados do autor.

Enfim, uma cena tórrida de enamoramento tem lugar no sítio mais improvável da cidade, em plena “Mairie”, enquanto lá fora decorria uma cerimónia de entrega de prémios aos melhores produtores locais³⁴.

As referências de Flaubert merecem reparo não só pelo seu valor evocativo mas também por trazerem até nós a única descrição de casa da câmara (hôtel de ville) que conhecemos na literatura francesa. Com efeito, em *Le Rouge et le Noir* (1830) de Stendhal³⁵, o jovem e aventureiro protagonista Julien Sorel apaixona-se por Madame de Rênal, a esposa do muito rico e influente Presidente da Câmara da pequena cidade imaginária de Verrières, localizada junto à fronteira suíça. Ora, o grande escritor compraze-se em descrições das mais variadas mas dele não há uma única palavra sobre o respectivo “hôtel de ville”, embora surjam referências à prisão, ao hospital e ao “asilo de mendicidade” (dépôt de mendicité), instituições então de tutela municipal. Mais atenção merece a cena espectacular do julgamento do protagonista, no tribunal de Besançon (uma espécie de Tribunal da Relação), onde a arquitectura e a decoração da Sala das Audiências surpreende o protagonista³⁶. Quanto às enxovias (cachots), onde o protagonista aguardará o julgamento, delas o autor retém apenas que “le mauvais air du cachot devenait insupportable à Julien”³⁷.

Enfim, o apagamento da velha arquitectura concelhia nas artes e na cultura tradicionais parece ser uma constante e regista-se onde quer que se busque. Assim, nas grandes óperas do séc. XIX de temática histórico-medieval ou moderna nunca se encontra a casa da câmara ou sequer a praça respectiva enquanto pano de fundo ou cenário da acção. É o caso de *Os Huguenotes* (1836) de Giacomo Meyerbeer (1791-1864) (libreto de Eugène Scribe), exemplo supremo do género *grand-opéra*, cuja acção culmina com o “massacre de la Saint-Barthélémy” (24-8-1572) e cujo sucesso esmagador a tornou num verdadeiro ícone cultural da civilização burguesa oitocentista. Ora, nesta ópera, que contém uma presença tão intensa da cidade de Paris, da sua vida concelhia apenas retém o pregão, aliás belíssimo, do sentinela da ronda (“archer du guet”), o funcionário camarário equivalente ao cabeça dos quadrilheiros das velhas Câmaras portuguesas, que anda pelas ruas, noite cerrada, a todos impondo o retiro e o silêncio e a todos pedindo para agasalharem o fogo em suas casas³⁸. A

³⁴ “Rodolphe ne parlait plus. Ils se regardaient. Un désir suprême faisait frissonner leurs lèvres sèches; et mollement, sans effort, leurs doigts se confondirent”, Id., *Ibidem.*, p. 249.

³⁵ Stendhal, *Le Rouge et le Noir*, Gallimard, Paris, 2003.

³⁶ “En entrant dans la salle du jugement, il fut frappé de l’élégance de l’architecture. C’était un gothique propre, et une foule de jolies petites colonnes taillées dans la pierre avec le plus grand soin. Il se crut en Angleterre”, Stendhal, *Ibidem.*, Gallimard, Paris, 2003, p. 626.

³⁷ Stendhal, *Ibidem.*, p. 658.

³⁸ Giacomo Meyerbeer e Eugène Scribe, *Les Huguenots*, Acto III – “Archer du guet”: - “Rentrez, habitants de Paris, / Tenez-vous clos en vos logis; / que tout bruit meure, / quittez ce lieu, / car voici l’heure / du couvre-

mesma situação se passa com uma ópera de igual se não ainda maior carga urbana, *Os Mestres Cantores de Nuremberga*, de Wagner. Também aí, apesar da festiva e intensiva celebração corporativa dos ofícios medievais, da organização concelhia medieval apenas é retida uma cena em tudo equivalente à anteriormente citada, protagonizada pelo Guarda-Nocturno (“*Nachtwächter*”), oficial da Câmara local que, precedendo e encerrando uma complexa e famosa cena (II Acto) de sério desacato da ordem pública, impõe o silêncio a todos³⁹.

Ora, a ocultação – ou, pelo menos, a tradicionalmente muito discreta presença – da arquitectura de matriz concelhia, verificada tanto em Portugal como aparentemente no resto da Europa, manifesta-se também na ausência de estudos sistemáticos sobre este tema, igualmente registada tanto entre nós como no estrangeiro. Assim, o trabalho de identificação, levantamento e estudo das velhas casas da câmara portuguesas, objecto da presente *dissertação*, ainda está por fazer integralmente noutros países europeus, nomeadamente na França e na Espanha, pelo menos, ainda em tempos recentes, ao que sabemos. Com efeito, a pesquisa feita, incidindo em casos, cidades e países estrangeiros, deu

feu!”, libretto incluído na edição discográfica da ópera (Direcção Richard Bonyngue), Decca, Londres, 1991, pp. 93, 94.

³⁹ Richard Wagner, *Die Meistersinger von Nürnberg*, Acto II – Guarda-nocturno (“*Nachtwächter*”): – “Ouvi todos em vossas casas: / o sino dá as dez horas / Prudentes, apagai as luzes e agasalhai o vosso lume / Para que não haja lugar a perigo algum! / Dai graças da Deus!”, tradução livre das versões francesa e inglesa do libretto, incluído na edição discográfica da ópera (direcção Herbert von Karajan), EMI Classics, 1999, pp. 198-199.

O mesmo se passa numa ópera infinitamente menos conhecida de Bizet, *La Jolie Fille de Perth* (Paris, 1867), baseada no romance de Walter Scott. Localizada na cidade escocesa de Perth, também no quadro dos ofícios e das corporações medievais, nomeadamente de armeiros e luveiros. Com efeito, também aqui o cenário do 2.º Acto representa a praça principal da cidade, sem qualquer referência à casa da câmara local. É nesta praça que, alta noite, uma patrulha constituída por burgueses da cidade, comandados pelo luveiro Glover, aconselha o recolhimento aos vizinhos, numa cena verdadeiramente comovente: “*La Patrouille: Bons citoyens, dormez! / Tout est calme et tranquille; / Vos voisins sont armés. / Ils veillent sur la ville; / Bons citoyens, dormez!...*”, a cujos clamores responde o luveiro Glover: “*En voyant notre ronde / Que la valeur conduit, / Dans la nuit plus pofonde / Le malfaiteur s’en fuit*”, Georges Bizet, *La Jolie Fille de Perth*, ópera em 4 Actos, com libretto de Saint-Georges e Adenis. A publicação do libretto acompanha o registo da ópera (direcção Georges Prêtre), EMI France Digital, Paris, 1985, p. 46.

Neste panorama, merece referência a ópera *L’Assedio di Calais* (estreia no Teatro de S. Carlos de Nápoles, em 1836), de Gaetano Donizetti (libretto de Salvatore Cammarano). Com efeito, parte da cena passa-se na “casa da câmara” local. Assim, o cenário do 1.º Acto (Cena II e seguintes) é assim descrito: “um vestíbulo do Palácio Municipal: ao fundo, uma vista sobre Calais e parte das suas fortificações. A aurora aproxima-se. Tudo está em silêncio. Eustachio [Eustachio de Saint-Pierre, o “Mayor” de Calais e o protagonista da ópera] aproxima-se, abatido e mergulhado nos seus pensamentos”, Salvatore Cammarano (libretto) e Gaetano Donizetti (música), *L’Assedio di Calais*, Opera Rara, Londres, 1989, p. 47.

Do mesmo modo, o episódio principal da ópera – a escolha dos seis cidadãos voluntários de Calais para se entregarem como reféns ao rei de Inglaterra, para morrerem para exemplo de todas as cidades francesas rebeldes, em troca do levantamento do cerco e da libertação da cidade (2.º Acto, Cena 3 e seguintes) – passa-se na “casa da câmara” da cidade: “numa grande sala circular, destinada às assembleias públicas; há uma coluna junto à porta, na base da qual se destaca uma bandeira francesa. O Mayor está sentado a uma mesa coberta com um tecido de brocado, na qual está o material próprio para escrever. Os Magistrados, uma Deputação de Cidadãos e um Corpo de Oficiais franceses estão entre os soldados”, Salvatore Cammarano (libretto) e Gaetano Donizetti (música), *L’Assedio di Calais*, Opera Rara, Londres, 1989, p.p. 63.

resultados que têm que ser considerados muito decepcionantes, traduzidos muitas vezes em referências muito banais a *casas da câmara* em monografias locais, em livros de viagem ou em histórias urbanas, mesmo quando pesquisados casos comprovadamente relevantes em termos institucionais ou até arquitectónicos⁴⁰. Assim, pouco encontrámos de relevante sobre *Hôtels de Ville* ou sobre *Casas de Ayuntamientos*, *Casas de la Ciudad* ou *Casas Consistoriales*. Do mesmo modo, pouco encontrámos para os italianos *Palazzi Comunale*, *del Comune*, *Municipale*, *Pubblico*, *del Poppolo*, *della Ragione* ou *Broletto*⁴¹ e para os ingleses *City Hall* e *Guildhall*⁴². Por motivos óbvios, ignorámos os alemães *Rathaus* ou *Stadthaus*, os holandeses *Raadhuis* ou *Stadhuis*, ou enfim, o sueco *Stadshus*, o checo *Radnice*, o polaco *Ratusz* ou o Russo *Ratoucha* ou *Gorodskaja Douma* – para usarmos a terminologia recenseada pelo grande historiador de arte Louis Réau no seu *Dictionnaire Polyglotte des Termes d'Art et d'Archéologie*⁴³.

Este resultado muito pobre constituiu mesmo uma das maiores surpresas deste projecto de investigação, sendo revelador do aparente desprezo com que os historiadores, nomeadamente de arte, tanto em Portugal *como* no resto da Europa, têm tratado a arquitectura concelhia, ignorando-a enquanto *cenário* e *símbolo* maior do poder local europeu ao longo dos tempos, mas também enquanto *corpus* arquitectónico específico, ao abrigo de uma tipologia própria e materializado num infinito número de peças arquitectónicas espalhadas por toda a Europa⁴⁴. Este desprezo é ainda mais surpreendente quando consideramos não só a pujança do poder local das cidades europeias desde pelo menos o florescimento urbano medieval que teremos que fazer remontar pelo menos ao século XII, como a pujança dos estudos – na perspectiva da História da Arte em geral e da História da Arquitectura em particular – sobre outras famílias da grande arquitectura europeia (religiosa, palaciana, militar, etc.).

⁴⁰ Do mesmo modo, pesquisas na Internet sobre este tema, embora não sistemáticas, deram resultados relativamente irrelevantes, pela banalidade da grande maioria das informações já recolhidas. Por outro lado, apesar de insistentemente procurados, quer em grandes livrarias de Paris e Madrid, quer na *Biblioteca de Arte* da F. Gulbenkian, os resultados de pesquisas sobre a velha arquitectura concelhia de países como a Espanha, a França e a Grã Bretanha, foram algo decepcionantes.

⁴¹ Ver, por exemplo, para Florença, o celebradíssimo Palazzo Vecchio, multi-secular sede do poder local, Ugo Muccini, *Palazzo Vecchio – Guide de l'édifice, des appartements et es collections*, Scala, Florença, 1989. Trata-se de uma descrição muito simples mas muito competente, embora com fins essencialmente turísticos e de divulgação.

⁴² Ver também, de uso muito comum no mundo anglo-saxónico, as expressões *Town House* e *Town Hall*.

⁴³ Louis Réau, *Dictionnaire Polyglotte des Termes d'Art et d'Archéologie*, P.U.F., Paris, 1953.

⁴⁴ Esta situação começa a mudar presentemente: veja-se o tema da 10.^a Sessão do *1st International Meeting European Architectural History Network*, que teve lugar em Guimarães entre 17 e 20 de Junho do ano de 2010, com o título de “The Italian Civic Palace in the Age of the City-Republics”, coordenada pelo Professor Max E. Grossman.

Esta situação traduz-se numa pobreza bibliográfica inegável. As poucas excepções, recenseadas tanto em Portugal como no resto da Europa, parecem confirmar a regra. Assim, atendo-nos apenas – pelos motivos adiante indicados – aos casos da França, da Grã Bretanha e da Espanha, devemos começar por citar dois clássicos da tradição historiográfica francesa cuja revisitação se torna absolutamente imprescindível, dado não só o pioneirismo do seu interesse pela velha arquitectura concelhia francesa (e até europeia), como o próprio alcance das suas investigações. Trata-se, por um lado, do famosíssimo *Dictionnaire Raisonné de L'Architecture Française du XI^e au XVI^e Siècle*, de E. Viollet-Le-Duc⁴⁵ e, por outro, do menos famoso mas igualmente muito importante *Manuel d'Archéologie Française depuis les Temps Mérovingiens Jusqu'à la Renaissance*, de Camille Enlart⁴⁶.

A “entrada” “Hôtel de Ville” no *Dictionnaire Raisonné*..., apesar do esperado brilho literário e de toda a capacidade evocativa do seu autor, é um texto surpreendentemente pouco desenvolvido, tendo em conta não só a relevância do tema num país como a França, como o próprio desenvolvimento atribuído a centenas e centenas de outras “entradas” daquele *Dicionário*. O autor historia sumariamente a própria origem do “municipalismo” gaulês (que remontaria à época dos Romanos como, afinal, para Viollet-le-Duc, o melhor da Idade Média francesa e da sua arquitectura...) e a própria origem da “casa da câmara” francesa – “maison commune” – fazendo remontar a datação das mais antigas ao séc. XII. O autor justifica, em seguida, a grande raridade das casas da câmara francesas na Idade Média (séculos XII – início do século XVI), considerando que

“o estado precário das comunas, os poucos recursos de que dispunham para acorrer a todos os encargos que lhes eram impostos, deviam sustê-las muitas vezes nos seus projectos de construção de ‘casas da cidade’”⁴⁷.

Propõe uma muito curta recensão dos locais de reunião dos habitantes das cidades e, em seguida, a descrição do pequenino ‘hôtel de ville’ da cidade de Saint-Antonin (Tarn-et-Garonne), “cidade outrora importante e rica”, onde “existe ainda um ‘hôtel de ville’ de meados do século XII, que é certamente um dos mais curiosos edifícios civis da França”⁴⁸. Enuncia variantes estruturais e de pormenor entre os ‘hôtels de ville’ a Norte e a Sul do

⁴⁵ E. Viollet-Le-Duc, “Hôtel de Ville”, *Dictionnaire Raisonné de L'Architecture Française du XI^e au XVI^e Siècle*, Bibliothèque de l'Image, Aubin, Paris, 1997, Tomo 6.º, pp. 88-99.

⁴⁶ Camille Enlart, “Hotels de Ville”, *Manuel d'Archéologie Française depuis les Temps Mérovingiens Jusqu'à la Renaissance*, Deuxième Partie – Architecture Civile et Militaire, Éd. Auguste Picard, Paris, 1932, 2.ª Ed., pp. 325-339.

⁴⁷ E. Viollet-Le-Duc, *Dictionnaire Raisonné de L'Architecture Française du XI^e au XVI^e Siècle*, Bibliothèque de l'Image, Aubin, Paris, 1997, Tomo 6.º, p. 89.

⁴⁸ Id., *Ibidem*.

Loire⁴⁹), tenta recensear as “várias causas (que) tinham contribuído para privar as cidades francesas situadas a Norte do Loire das construções destinadas às reuniões municipais”⁵⁰ na época medieval e é o primeiro autor a deparar-se com o confronto inevitável entre os raros e modestos ‘hôtels de ville’ das cidades medievais francesas e a pujante arquitectura de matriz concelhia das regiões flamengas e italianas vizinhas, considerando que

“não é necessário, por consequência, procurar na França dos séculos XII, XIII e XIV estas vastas construções municipais das cidades da Itália e da Flandres; elas nunca existiram porque não tinham lugar para existir”.

Enfim, o texto de Viollet-le-Duc termina com a restituição muito idealizada de uma tipologia aplicável ao conjunto dos velhos ‘hôtels de ville’ da França do Norte, merecendo registo as considerações metodológicas do autor: “reunindo os documentos esparsos que pudemos procurar sobre as casas comuns destas cidades ricas e mercantis do Norte, é possível apresentar um tipo destas construções que, mais que nenhuma outra, foram submetidas a tantas mudanças e catástrofes. Como seria excessivamente longo e fastidioso dar separadamente estas informações esparsas, pensámos que os nossos leitores não receberiam de mau grado a sua reunião num conjunto único que apresentasse um modelo completo do ‘hôtel de ville’ do fim do século XIII”⁵¹. Com efeito, Viollet-le-Duc conclui que “a disposição das casas comuns, a datar do fim do século XIII, parece ter sido quase a mesma nas cidades do Norte, desde a Picardia até Lubeque”⁵², conclusão muito relevante e que espelha uma realidade que está longe de ser apenas francesa, como teremos oportunidade de mostrar.

O *Manuel d’Archéologie Française depuis les Temps Mérovingiens Jusqu’à la Renaissance*, de Camille Enlart⁵³ merece também uma breve recensão. Trata-se de um sólido e muito didáctico manual sobre o conjunto da arquitectura medieval, que beneficia de todas as vantagens de sistematização da tradição positivista, que inspira as suas melhores páginas⁵⁴. Merece reparo a introdução da “entrada” “Hôtels de Ville”:

⁴⁹ Id., *Ibidem*, Tomo 6.º, p. 95.

⁵⁰ Id., *Ibidem*, Tomo 6.º, p. 95.

⁵¹ Id., *Ibidem*, Tomo 6.º, p. 99.

⁵² Id., *Ibidem*, Tomo 6.º, p. 97.

⁵³ Camille Enlart, “Hôtels de Ville”, in *Manuel d’Archéologie Française depuis les Temps Mérovingiens Jusqu’à la Renaissance, Deuxième Partie – Architecture Civile et Militaire*, Éd. Picard, Paris, 1932, 2.ª Ed., pp. 325-339.

⁵⁴ O simples enunciado dos tópicos do Capítulo “Arquitectura pública” (que sucede ao capítulo precedente da “Arquitectura privada”) dá-nos o alcance das pretensões de sistematização do seu autor: “Trabalhos públicos”, “Urbanismo e edilidade (‘édilité’)”, “Pontes”, “Aquedutos, fontes, poços públicos, lavadouros (‘lavoirs’)”, “Hôtels de Ville”, “Torres Comunais (‘Beffrois’) e relógios públicos”, “Palácios (‘Bâtiments’) da justiça”, “Mercados, pesos e medidas públicas, mercados cobertos (‘halles’), entrepostos (‘entrepôts’), alfândegas, lojas (‘loges’) e bolsas”, “Propriedades públicas diversas, sinais de propriedade, marcas (‘bornes’) senhoriais,

“o ‘hôtel de ville’ ou casa comum é a sede da administração municipal, consulado [‘consulat’], corporação [‘jurande’] (Sul) ou vereação [‘échevinage’] (Norte). Tem nomes muito variados. Ele prolonga, através da Idade Média, a Cúria ou sala de reunião do conselho das cidades romanas, de que Vitruvius descreveu as disposições essenciais”⁵⁵.

Como vemos, de Viollet-le-Duc retém (para lá da vontade de tudo abarcar, conhecer e sistematizar) a ideia de continuidade ou de herança romana para legitimar a Idade Média e as suas realizações. No entanto, apesar da segura positivista da sua redacção e da sua também pequena extensão, aquela “entrada” é igualmente muito útil pois procura inventariar, embora muito sumariamente, os aspectos mais importantes dos velhos “hôtels de ville”, tendo em conta a sua origem, a sua tipologia-base, as suas componentes essenciais, a sua localização e a sua decoração e mobília. Finalmente recenseia casos notáveis ao longo dos tempos, quer da França, quer dos países e regiões contíguas a este país, remontando ao já conhecido ‘hôtel de ville’ de Saint-Antonin (Tarn-et-Garonne), “o mais antigo palácio municipal de França” que, porém, “não foi construído para servir de ‘hôtel de ville’”, recenseando em seguida o de La Réole (Gironda), que data do fim século XII, cujo “rés-do-chão é um mercado coberto (halle) dividido em duas naveas por arcadas sobre pilares em forma de colunas; abre-se para a rua por arcadas refeitas numa data muito recente. Em cima ergue-se a grande sala consular”⁵⁶.

Camille Enlart também considera que “os mais belos e mais célebres ‘hôtels de ville’ do último período gótico são os da Flandres e dos Países-Baixos”⁵⁷ e que “no território actual da Bélgica estão os mais belos e mais numerosos ‘hôtels de ville’ do fim da Idade Média”⁵⁸, nomeadamente os de Bruges, Bruxelas, Lovaina, Mons e Gand, para considerar, finalmente, os ‘hôtels de ville’ da Renascença, muitos “de dimensões modestas”, pois “o poder real tinha, nesta época, realizado grandes progressos, tendo as comunas deixado de ser poderosas”⁵⁹. De Camille Enlart retenham-se, finalmente, as palavras de lamento pelas destruições inúteis e criminosas desta velha arquitectura concelhia, como as que lhe foram suscitadas pela destruição, em 1834, do ‘hôtel de ville’ de

mastros porta-insígnias (‘mâts porte-enseignes’), escadarias (‘perrons’) senhoriais, monumentos comemorativos”, “Escolas, bibliotecas, colecções” e, finalmente, “Lugares de divertimento (‘divertissement’)”.

⁵⁵ Camille Enlart, *Ob. Cit.*, p. 325.

⁵⁶ Id., *Ibidem.*, p. 330.

⁵⁷ Id., *Ibidem.*, p. 333.

⁵⁸ Id., *Ibidem.*, p. 336.

⁵⁹ Id., *Ibidem.*, p. 337. Ainda no âmbito dos dicionários de arte, mas agora já do nosso tempo e no complexo cultural anglo-saxónico, retenha-se, de Colin Cunningham, a excelente entrada “town hall” in Jane Turner (“Editor”), *The Dictionary of Art*, Grove, Nova Iorque, 1996, Vol 31, pp. 235-244.

Saint-Omer, que remontava ao séc. XIV: “a sua destruição constituiu uma das aberrações mais inqualificáveis que se possam deplorar”⁶⁰.

Ainda relativamente à França, mas publicada já no nosso tempo, é a obra de Jean-Marie Pérouse de Montclos, *Hôtels de Ville de France – De la Curie Romaine à la Mairie Républicaine, Vingt Siècles d’Architecture Municipale*⁶¹. Ora, logo na introdução deste belo mas genérico estudo, o seu autor considera que

“o exame da bibliografia reserva uma surpresa: **o belo assunto que este livro aborda apenas suscitou até hoje estudos parciais**”, para acrescentar imediatamente: “os historiadores que tanto se interessaram pela cidade, como o testemunha a *Histoire de La France Urbaine* (1980), uma obra colectiva dirigida por Georges Duby, **não se interessaram pela arquitectura municipal**”.

Este livro está organizado sequencialmente, segundo os seguintes tópicos: *cúria* (“da conquista romana ao fim das Invasões, Séc.s I-X”), *casa comum* (maison commune), (“da chegada dos Capetos ao fim da Guerra dos Cem anos, fim do Séc. X - meados do Séc. XV”), *l’hôtel de ville* (“da Renascença às Luzes, 1450-1789”) e *la mairie* (“Séc.s XIX-XX”). Contém, em seguida, uma pequena introdução para cada uma das épocas consideradas, seguida de breves descrições monográficas de casos notáveis para cada época. Entre outras considerações muito pertinentes, este autor considera que

“o estudo das casas comuns medievais defronta-se com dificuldades sem conta. Mais que a dispersão da documentação, ou mesmo as suas lacunas, **são as destruições massivas**, a heterogeneidade dos edifícios subsistentes, **sem contar as restituições ou restauros abusivos**, que tornam problemática uma apresentação minimamente convincente do assunto: não se sabe mesmo que limites se lhe podem dar”⁶².

Relativamente ao nosso tema, a Grã Bretanha conta hoje com estudos muito relevantes. Apesar de incidirem em épocas ou em espaços circunscritos (e apesar do seu aparente pequeno número), constituem, que saibamos, os estudos mais completos, mais actualizados e mais estimulantes sobre a velha arquitectura concelhia. Assim, para lá de *Victorian and Edwardian Town Halls*, de C. Cunningham⁶³, que não pudemos consultar em tempo útil (corresponde, aliás, a uma época já muito afastada do âmbito temporal inerente a esta *dissertação*), devemos considerar o excelente *Architecture and Power: The Town Hall and the English Urban Community, c. 1500-1640*⁶⁴, de Robert Tittler, publicado em 1991, mas que infelizmente contempla apenas a Inglaterra e apenas a parte da Época Moderna. Quanto à Escócia, goza de um modelar *Tolbooths and Town-Houses – Civic Architecture in*

⁶⁰ Id., *Ibidem.*, *Ibidem*, p. 332.

⁶¹ Jean-Marie Pérouse de Montclos, *Hôtels de Ville de France – De la Curie Romaine à la Mairie Républicaine, Vingt Siècles d’Architecture Municipale* (Dexia Éd./Imprimerie Nationale Éd.; 2000).

⁶² Id., *Ibidem.*, p. 20.

⁶³ C. Cunningham, *Victorian and Edwardian Town Halls*, Londres, 1981.

⁶⁴ Robert Tittler, *Architecture and Power: The Town Hall and the English Urban Community, c. 1500-1640*, Oxford University Press, Oxford, 1991.

Scotland to 1833, inventário excepcional das velhas cadeias, prisões ou postos de cobrança de impostos e taxas (tolbooths) e “casas da câmara” locais, publicado em 1996 pela “Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland”⁶⁵, precedido de um estudo sumário mas muito interessante e utilíssimo.

A relevância excepcional destas publicações merece reparo. *Architecture and Power: The Town Hall...* teve como pressuposto metodológico básico o de considerar as “casas da câmara (town halls) como um meio de olhar para as cidades em si próprias”⁶⁶. A este pressuposto tão inesperado e tão frontal há que acrescentar também a igualmente inesperada e radical “profissão de fé” do seu autor no valor irredutível dos testemunhos e dos vestígios *materiais* do passado, com que o livro abre, enquanto via fundamental de acesso ao nosso conhecimento do passado em todas as suas vertentes. Merece transcrição aquela “profissão de fé” metodológica, pois ela constitui uma crítica tremenda às práticas historiográficas tradicionalmente dominantes, assentes exclusivamente no documento escrito:

“algo de valioso foi perdido no desempenho (movement) dos historiadores profissionais, afastados das evidências materiais do passado. Apesar de todas as suas óbvias virtudes, a nossa quase exclusiva preocupação com as fontes escritas ou orais esmagou (has overwhelmed) a consciência (a consciousness) dos testemunhos materiais, do ambiente construído das sociedades do passado”⁶⁷.

Considerando que a historiografia tradicional apagou, ignorou ou omitiu o enquadramento espacial e físico, fundamental para o nosso conhecimento do passado, o nosso autor passa à questão, cremos que absolutamente inédita, da efectiva ocultação da arquitectura de matriz concelhia no quadro mais geral da tradicional desvalorização dos vestígios materiais do passado, já acima referida. Assim, Robert Tittler considera que, na Inglaterra, a “**atenção aos edifícios cívicos, enquanto opostos quer aos privados quer aos eclesiásticos, é ainda mais rara para esta época** (a Idade Moderna) e, na verdade, para qualquer época da história inglesa até ao século XVIII”⁶⁸. Deste “apagamento” das velhas casas da câmara em particular e da arquitectura concelhia em geral, decorre a grande falta de estudos sobre este assunto, registada e denunciada pelo autor:

“uma pesquisa dos trabalhos académicos publicados sobre ‘town halls’ no seu contexto político e social, para já não falar de um ponto de vista puramente arquitectónico, é tão pouco produtiva que **bem nos podemos perguntar a nós próprios se o tema pode razoavelmente ser tomado como base de um estudo sério**”⁶⁹.

⁶⁵ Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland, *Tolbooths and Town-Houses – Civic Architecture in Scotland to 1833*, The Stationery Office, Edimburgo, 1996.

⁶⁶ Robert Tittler, *Ob. Cit.*, p. vii.

⁶⁷ Id., *Ibidem.*, p. 1.

⁶⁸ Robert Tittler, *Ibidem.*, p. 2.

⁶⁹ Robert Tittler, *Ibidem.*, p. 10, sublinhados nossos. Diga-se que estas palavras, pesadas como pedras, foram plena e continuamente sentidas pelo autor desta *dissertação*, nomeadamente face ao desinteresse, à surpresa, à ingenuidade, à ignorância e até à boçalidade com que por vezes foi recebido, no âmbito das visitas inerentes

A tese central deste autor é a de que

“a decisão de construir, renovar ou transformar um ‘hall’ muitas vezes não decorre de qualquer particular desejo de ostentação, num momento com capital excedentário para construir (...); decorre menos da actividade económica que da **necessidade de simbolizar uma realidade administrativa particular num estádio crucial de urbanismo político**”⁷⁰.

Reconhecido o valor “informativo” e “documental” das casas da câmara inglesas, o autor regista, adiante, as motivações para a sua investigação:

“este estudo do ‘town hall’ e da comunidade urbana inglesa nasceu principalmente (mas não apenas) de um interesse pelas cidades inglesas dos séculos XVI e XVII. A escolha do ‘town hall’ também decorreu de um maior interesse pelo ambiente construído enquanto fonte histórica (...). Este estudo procura contribuir, em primeiro lugar, para o nosso conhecimento das cidades inglesas no período considerado: o seu desenvolvimento político e social, a sua organização financeira e administrativa, a sua actividade económica e ainda as suas práticas (observances) culturais e representativas (ceremonial)”⁷¹.

Como vemos, as casas da câmara são um pretexto para alcançar algo que as ultrapassa e as transcende, como se fossem uma chave privilegiada para a compreensão global do universo de que fazem parte. Com efeito, a perspectiva do autor não é a da História da Arte/Arquitectura, mas antes a perspectiva do que, no Continente, chamaríamos de História Económica e Social. Nesta lógica, as casas da câmara estão ao serviço da história urbana inglesa na época considerada pelo seu autor, a da “Renascença Urbana Inglesa”⁷². Ora, se o estudo da velha arquitectura concelhia é o fio condutor privilegiado para o entendimento das cidades e das suas lógicas urbanas, merece registo a leitura proposta para as cidades inglesas da Época Moderna: o “pequeno tamanho e os relativamente magros recursos de quase todas as cidades” constituiriam uma surpresa para quem olhasse as cidades inglesas com os olhos de quem via a cidade de Londres. Com efeito,

“para lá de Londres – cuja dimensão, complexidade e carácter únicos lhe retiram qualquer contributo útil para este estudo dos ‘civic halls’ e das *cidades* Inglesas (enquanto opostas a cidades capitais) e cuja ‘casa da câmara’ (Guildhall), de qualquer modo, ganhou forma bem antes do nosso período – na época em estudo, havia apenas uma mão-cheia de cidades com uma população acima dos 10.000 habitantes. A grande maioria estava dentro dos 800-1500 vizinhos (rengue), o que era na verdade extremamente modesto para padrões europeus mesmo do século XVI”⁷³.

Esta modéstia urbana justifica a modéstia da respectiva arquitectura concelhia que, como a francesa, estava a léguas da opulência da arquitectura concelhia flamenga.

ao levantamento das velhas casas da câmara portuguesas, visando justamente o seu estudo, o seu reconhecimento e a sua valorização.

⁷⁰ Id., *Ibidem.*, p. 22, sublinhados nossos.

⁷¹ Id., *Ibidem.*, p. 3.

⁷² Id., *Ibidem.*, p. 5.

⁷³ Id., *Ibidem.*, p. 19.

A comparação e o confronto das “casas da câmara” locais com as italianas e sobretudo com as flamengas – que já tínhamos encontrado em Viollet-le-Duc – aparece assim como um tópico sempre latente em qualquer olhar sobre a antiga arquitectura concelhia europeia. Assim, Tittler considera que

“havia indubitavelmente estreitas afinidades materiais entre as casas do concelho (town halls) inglesas e as do continente, bem como no papel que cada uma detinha dentro da sua respectiva comunidade. É, porém, óbvio que **a escala, o ‘design’, o equipamento e as finanças dos exemplos continentais registados será, no seu conjunto, de uma grandeza muito diferente da que se encontra nos seus equivalentes ingleses**”⁷⁴.

Voltaremos a estas conclusões, pois elas prendem-se directamente com a questão central da presente *dissertação*, a de identificar e restituir uma tipologia-base para as casas da câmara portuguesas, de algum modo partilhável, como pensamos, com a das casas da câmara de pelo menos em algumas regiões da Europa.

Tolbooths and Town-Houses – Civic Architecture in Scotland to 1833 é um livro muito mais simples, assumindo-se como um mero, embora muito completo, criterioso e sóbria mas belamente ilustrado inventário da velha arquitectura escocesa de matriz concelhia, materializada essencialmente – como em Portugal e no resto da Europa – na respectiva ‘casa da câmara’ e nas cadeias anexas. Esta publicação, que surge no âmbito do “Inventário dos Monumentos Antigos e Históricos” da Escócia, mantém como honestíssimo objectivo principal o de “ajudar as sociedades contemporâneas a saberem mais sobre a cultura, a civilização e os modos de vida do povo da Escócia nos tempos mais antigos”⁷⁵. A simplicidade do projecto anda a par com a sua extrema clareza:

“O ‘tolbooth’ ou ‘town-house’ era o centro local de administração, de justiça e de representação nos burgos (burghs) escoceses desde o período medieval até ao século XIX. Os burgos reais, fundados na Escócia a partir do Séc. XII, foram autorizados a manter mercados e a arrecadar tributos, portagens e direitos que constituíam uma parte substancial das respectivas receitas. A palavra latina *tolloneum* e a sua equivalente vernácula ‘tolbuith’ foram aplicadas aos **edifícios erigidos para a recolha de tais direitos (tolls), mas estes também serviam para reuniões dos concelhos municipais, salas de audiência (courts) e para prisão** tanto dos criminosos suspeitos como dos credores (debtors)”⁷⁶.

Da simples consulta deste *Tolbooths and Town-Houses*... deduzimos surpreendentes e inesperadas afinidades entre as ‘casas da câmara’ escocesas e as portuguesas, quer quanto às tipologias e quanto às localizações, quer quanto às escalas, aos equipamentos e até quanto ao âmbito temporal contemplado – com limite em 1833! - praticamente coincidente, como veremos, com o considerado como limite extremo para esta *Dissertação*, na prática o fim do

⁷⁴ Id., *Ibidem.*, p. 20.

⁷⁵ Royal Commission on the Ancient..., *Ob. Cit.*, p. vii.

⁷⁶ Id., *Ibidem.*, p. 1.

Absolutismo português. Com efeito, este *Tolbooths and Town-House...* tem, como vimos, como tema principal

“os edifícios projectados ou adaptados para servirem como centros locais de administração urbana, de justiça e de representação antes da Reforma Municipal (Municipal Reform Act) de 1833. Esta legislação foi um marco na história da administração local na Escócia, assinalando o início das comissões (councils) democraticamente eleitas e a emergência dos modernos ‘town-halls’. Contudo, ‘tolbooths’ e ‘town-houses’ continuaram em uso e só em 1975 é que acabou finalmente o velho e tradicional modelo de administração secular de cidades e distritos (county) na Escócia, uma situação que foi confirmada pela reorganização posterior da administração local em 1996”⁷⁷.

Apesar de os ‘tolbooths’ remontarem à Época Medieval, os exemplares mais antigos registados na Escócia datam apenas dos fins do Séc. XVI. Registando-se neste inventário um total de 87 entradas, presumimos que este número corresponde às velhas unidades administrativas concelhias da Escócia.

Tópicos sempre constantes em estudos sobre a velha arquitectura concelhia europeia, também neste *Tolbooths and Town-Houses...* assume um relevo fundamental tanto a criação das primeiras ‘casas da câmara’ escocesas, como a inevitabilidade da sua comparação com as de outras regiões europeias:

“o renascimento ou a criação de comunidades urbanas ocorreu através da Europa Ocidental desde o Séc. XII em diante, e os edifícios cívicos tornaram-se uma característica essencial destas cidades. **Os exemplares escoceses não podem competir com a escala, a elaboração e a antiguidade das dos grandes centros comerciais da Europa, tais como os *palazzi* cívicos de Florença ou de Siena, a ‘casa da câmara’ do séc. XV de Bruxelas, com a sua torre sineira (belfry) de 115 metros ou a de 1667, de Amesterdão** (construída parcialmente com pedra de Culross⁷⁸), que se tornou num palácio real, **ou com os clássicos *hotels de ville* da França**. Em escala, muitos deles [os edifícios municipais da Escócia] estão mais perto dos da Escandinávia e dos das mais pequenas cidades da Holanda, as regiões com quem a Escócia mantinha as suas mais intensas relações comerciais”⁷⁹.

Curiosamente semelhante nos seus propósitos, dos Estados Unidos chega-nos uma igualmente pioneira abordagem que, embora pequena, proporciona uma excelente aproximação ao rico património relacionado com as sedes do poder local neste país, *America’s City Halls*, que constituiu o catálogo de uma exposição com o mesmo título, promovida em 1984 por várias instituições americanas⁸⁰. Tudo é notável neste estudo, a começar pela definição de “city hall” europeia, que transcrevemos:

“as ‘city halls’ americanas têm os seus antecessores na Europa do século XII, quando a ordem feudal decaía e o domínio das cidades passava da realeza e da igreja para os habitantes da urbe. Para exercerem estas novas responsabilidades, os cidadãos precisavam de um espaço para reunir, discutir e promulgar as posturas (rules); assim, a ‘town hall’ emergiu como uma construção tipologicamente

⁷⁷ Id., *Ibidem.*, p. vii.

⁷⁸ Região da Costa Leste escocesa.

⁷⁹ Royal Commission on the Ancient..., *Ob, Cit*, p. 11.

⁸⁰ William L. Lebovich, *America’s City Halls*, catálogo da exposição com o mesmo título, promovida em 1984 pelo American Institute of Architects, pelo Historic American Building Survey do National Park Service e pela United States Conference of Mayors; edição do Historic American Building Survey, The Preservation Press – National Trust for Historic Preservation in the United States, Washington, 1984.

diferenciada. A ‘town hall’ primitiva era um edifício de dois pisos dando para uma praça. O piso superior abrigava uma ou mais salas de assembleia e algumas pequenas câmaras para arquivo. O piso térreo abrigava um mercado arqueado e aberto. Os feirantes ocupavam a praça quando necessitavam de espaço adicional. O sino da casa tocava-se para reunir os habitantes e a torre sineira tornou-se o símbolo do direito de reunião – a pedra angular do governo da cidade”⁸¹.

Logo a seguir, acrescenta-se, sempre com a mesma capacidade de síntese, que

“entre 1250 e 1300, as ‘town hall’ europeias começam a passar por uma maior mudança organizativa. O piso térreo foi fechado para uso administrativo e o mercado deslocou-se para uma construção separada, não necessariamente na mesma praça da ‘town hall’. De 1300 a 1700 a ‘town hall’ europeia não conheceu mais componentes adicionais, em termos de funcionalidade, continuando a abrigar o concelho (council), os tribunais e os serviços administrativos”⁸².

A Espanha, que continua a deter um conjunto extraordinário de velhas “Casas Consistoriales”, regista, embora sempre num quadro de muito grande parcimónia bibliográfica⁸³ a importante (embora por vezes muito discutível) obra de Wifredo Rincón García, *Ayuntamientos de España*⁸⁴, cuja introdução começa com uma observação que merece reparo:

“a ampla problemática que constitui a matéria do presente trabalho, *Ayuntamientos de España*, e a **cuja complexidade nos seus diferentes aspectos trataremos de aludir muito brevemente**, inicia-se com a **raridade de notícias que oferece o panorama bibliográfico neste campo**. Não se esqueça que, face à tradicional historiografia de que dispomos, relativa à arquitectura espanhola de função religiosa (...), **a arquitectura civil, tanto pública como privada, viu-se relegada a um segundo plano** pelos historiadores e críticos ao longo dos tempos”⁸⁵.

Recenseando estudos clássicos locais⁸⁶, e sublinhando sempre a “**carência de uma bibliografia específica**”⁸⁷, o autor enuncia o seu objectivo essencial de

“oferecer, em resumo, uma visão geral dos ‘Ayuntamientos’ da Espanha, sobretudo no que se refere à evolução histórica e artística do edifício, em todas as suas partes, tanto do exterior como do interior. Sem esquecer outros aspectos não menos interessantes e cujo âmbito vai desde a sua funcionalidade enquanto instituição, passando pelas colecções de objectos artísticos e históricos, etc., que possa albergar”⁸⁸.

Assumindo-se a impossibilidade de abarcar “a totalidade de ‘Casas Consistoriales’ de Espanha”, pois “se eleva a mais de 8.000 o número dos municípios”⁸⁹ espanhóis, merece reparo a seriação estilística e provincial que intui em algumas das grandes regiões do país

⁸¹ Id., *Ibidem.*, p. 14.

⁸² Id., *Ibidem.*

⁸³ Registe-se, por exemplo, uma monografia antiga e muito datada para o *Ayuntamiento* de Barcelona: A. Durán y Sanpere, *Ayuntamiento de Barcelona – La Casa de la Ciudad – Historia de su Construcción – Guía para su Visita*, Barcelona, 1943.

⁸⁴ Wifredo Rincón García, *Ayuntamientos de España*, Espasa-Calpe, Madrid, 1988.

⁸⁵ Id., *Ibidem.*, p. 9.

⁸⁶ Vicente Lampérez, *Arquitectura Civil Española de los siglos I al XVIII*, Madrid, 1922 e, do mesmo autor, *Las ciudades españolas y su arquitectura municipal al finalizar la Edad Media*, discurso de recepção do seu autor na Real Academia de Belas Artes de São Fernando, a 20 de Maio de 1917, obras referidas por Wifredo Rincón García, *Ob. Cit.*, p. 9, mas cuja consulta para esta *dissertação* não foi possível em tempo útil.

⁸⁷ Id., *Ibidem.*

⁸⁸ Id., *Ibidem.*, pp. 9, 10.

⁸⁹ Id., *Ibidem.*, p. 10.

vizinho: “assim teremos os ‘ayuntamientos’ góticos do Levante, os renascentistas no Baixo Aragão ou os barrocos do País Basco”⁹⁰. Finalmente, a esta “selecção” da arquitectura concelhia espanhola, o autor acrescenta os exemplares provenientes “da arquitectura contemporânea, recolhendo-se inclusivamente alguns edifícios de recentíssima construção”⁹¹. Nesta recolha da arquitectura concelhia, apesar de não integral, recenseiam-se por vezes duas e três casas do concelho para a mesma localidade, “por todas terem servido de sede à Corporação ao longo da história”⁹². A introdução deste *Ayuntamientos de España* termina com uma referência inesperada:

o “interesse e a originalidade dos edifícios municipais significou a sua integração no ‘mostruário’ que da arquitectura espanhola constituiu a ‘Aldeia (Pueblo) Espanhola’, construída em Barcelona no âmbito da *Exposición Universal de 1929*. Neste conjunto encontramos reproduzidos os ‘Ayuntamientos’ de Camprodón, Sanguesa, Valderobres e Vergara, (notando-se que) o ‘consistório’ desta última localidade também possui réplica na ‘Aldeia Espanhola’ de Palma de Maiorca. O mesmo significado de transposição de formas arquitectónicas para uma exposição popular poderia ter a presença do edifício do ‘Ayuntamiento’ de Corgo (Lugo) no recinto da ‘Feria del Campo’, em Madrid”⁹³.

A citação arquitectónica de alguns dos mais pitorescos ‘ayuntamientos’ espanhóis em exposições e parques temáticos reconduz-nos ao contexto português e às figurações das tão vernáculas casas da câmara de Bragança, Viana ou Coimbra – figurações afinal não únicas no quadro da Península Ibérica – agenciadas por Cassiano Branco, como vimos, e que nos remetem às casas da câmara portuguesa e aos estudos sobre as mesmas. Como seria de prever, estes estudos são muito raros e por vezes são mesmo testemunhos de franco desentendimento da importância histórica e artística dos edifícios estudados. Assim, uma das casas da câmara mais importantes e mais bem conservadas de Portugal, a de Guimarães, era assim referenciada em 1907 numa obra famosa:

“A casa dos paços do concelho [de Guimarães] é um monumento incaracterístico e banal. Levantada sobre uma espécie de galilé, restos, acaso, das antigas *alpenduradas* ou *recebimentos* do velho rocio da Colegiada, decora-a o actual escudo das armas portuguesas, ladeado das clássicas esferas manuelinas, velho e inconsciente tributo prestado por uma tradição ilógica, incoerente e sem crítica, à memória do despótico reformador dos forais, isto é, do primeiro demolidor e atentador contra as velhas imunidades municipalistas, de altíssima e simpática recordação. Sobre uma espécie de pedestal, sem arte nem fisionomia, misto grosseiro de acrotério e de peanha, ergue-se a figura de um guerreiro armado à fantasia, coberto por um capacete extorquido aos heróis de Homero, e calçando os clássicos coturnos do legendário *Longuinhos*, antes do seu desterro para os montes da Capadócia. Na mão direita empunha uma lança decorativa, e na esquerda embraça um escudo com as divisas da cidade. É naturalmente a estátua de Guimarães, modelada por algum artista enciclopedicamente ignorante, desconhecedor da índole, natureza, história e valor moral d’esta formosa e ilustre cidade do Minho”⁹⁴.

⁹⁰ Id., *Ibidem.*, p. 10.

⁹¹ Id., *Ibidem.*, p. 10.

⁹² Id., *Ibidem.* Esta situação, verificada também noutros países, encontra-se igualmente em Portugal onde há localidades que detiveram sucessivas casas da câmara ao longo dos tempos.

⁹³ Id., *Ibidem.*, p. 10.

⁹⁴ José Caldas, “Guimarães”, in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Emílio Biel & C.^a Editores, Porto, 1907, Vol. 2.º.

Começaremos a nossa breve e certamente não exaustiva recensão por um estudo pioneiro que contempla um conjunto extraordinário de casas da câmara que, apesar de construídas fora do Reino, no Brasil colonial, integram de pleno direito o *corpus* das velhas casas da câmara portuguesas. Trata-se do muito bem documentado “Casas de Câmara e Cadeia”, de Paulo Thedim Barreto⁹⁵, que constitui um estudo notável, tanto pelo seu valor intrínseco como pelo seu pioneirismo. Apesar de um enquadramento histórico relativamente pobre e muito datado, este estudo é extraordinário, pela sua capacidade de captar uma realidade arquitectónica tão singular e tão importante, pela sua riqueza documental e pela sua capacidade de conseguir suscitar pioneiras e modelares obras de restauro de inúmeras casas da câmara brasileiras da Época Colonial⁹⁶. A relevância deste “Casas de Câmara e Cadeia” é de tal ordem que este estudo merece ser colocado a par das já clássicas “entradas” sobre a tipologia arquitectónica “Hôtel de Ville” nos acima referidos *Dictionnaire Raisonné...* de E. Viollet-Le-Duc e no *Manuel d'Archéologie Française...* de Camille

Deve dizer-se que, nesta obra monumental de divulgação pioneira do nosso património artístico e natural, a famosa casa da câmara de Bragança teve uma descrição – adiante discutida – muito mais certa da parte do seu autor, muito mais informado e sensível: ver Manuel Monteiro, “Bragança”, in F. Brütt e Cunha Moraes, *Ob. Cit.*, Vol. 7.º.

⁹⁵ Paulo Thedim Barreto, “Casas de Câmara e Cadeia”, *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1947; N.º 11, pp. 9-195. Agradeço ao Professor Rafael Moreira a referência a este tão importante quanto tão raro e inacessível estudo.

Mais de vinte anos depois, este autor voltaria ao assunto com outro notável contributo: Paulo Thedim Barreto, “Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana”, *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1968; N.º 16, pp. 219-251.

⁹⁶ A consulta desta obra de Paulo Thedim Barreto permitiu-me ainda o conhecimento da extraordinária *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, em publicação desde os anos 40 do Séc. XX. A sua simples consulta mostra-nos o quanto os nossos irmãos brasileiros estão evoluídos em matéria de teorização e de conservação, restauro e valorização do seu património arquitectónico. Aquela *Revista* mostra-nos ainda que o Estado Brasileiro já nos anos 40 restaurava modelarmente *casas da câmara* dos Séculos XVII e XVIII enquanto os concelhos portugueses continuam, em pleno Século. XXI, a abandonar, desfigurar e mutilar horrível e irreparavelmente as suas digníssimas casas da câmara antigas, mesmo quando são edifícios arquitectónicos e históricos de primeira categoria!

As casas da câmara do Brasil Colonial serão referidas com algum desenvolvimento por Robert C. Smith num ensaio notável publicado na mesma revista, já em 1969: Robert. C. Smith, “Arquitectura civil do período colonial”, *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1969; N.º 17, pp. 27-125.

Proveniente também do Brasil, merece registo, finalmente, uma pequena monografia, *A Casa da Câmara da Cidade do Salvador* que, face às muitas qualidades das obras acabadas de recensear, constitui uma decepção. Com efeito, apesar da interessante documentação aí publicada, esta obra é refém de velhos preconceitos anti-coloniais e sobretudo de um olhar absurdamente nacionalista: “chegamos pois à conclusão de que **a Casa da Câmara da Cidade do Salvador é, antes de tudo, um edifício que representa a afirmação brasileira separatista**, no momento necessário, já que o Rei quis entregar (ao menos oficialmente) o nordeste brasileiro aos holandeses. Haja vista que foi o vencedor da batalha decisiva dos Guararapes, Francisco Barreto de Menezes que, pouco depois, em 1657, foi nomeado Governador Geral do Brasil e, como tal, **mandou edificar o paço Municipal do Salvador, como símbolo da nacionalidade brasileira, que renascia depois da invasão holandesa**”, Carlos Ott, *A Casa da Câmara da Cidade do Salvador*, Publicação da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 1981, p. 22.

Enlart. Enfim, do alcance, do significado e da pertinência da obra, dirão as palavras do seu autor, na “Explicação” com que apresenta o seu estudo na *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*:

“no mapa de nosso estudo procuramos espelhar: a origem das Casas de Câmara e Cadeia; a génese dos municípios brasileiros e breves notas sobre a organização municipal em Portugal e no Brasil; inventário das existentes Casas de Câmara e Cadeia; características gerais das vilas e cidades, localização das Casas de Câmara e Cadeia e provisórias instalações; projectos, apontamentos, arrematações, contratos, fiscalização, mão-de-obra e recursos financeiros; programação: elementos de distribuição e circulação; breves notas sobre os sistemas construtivos; elementos construtivos decorativos (sic): alicerces, paredes, muros, vãos, cobertura, pisos e forros, fechamento dos vãos; condições de higiene: instalações de água e esgoto, fogões e luz; pintura: cal, têmpera, óleo e douradura; partidos das plantas e dos alçados, formas, traçados reguladores, escalas; móveis, aviamentos e alfaia; os edifícios de Casas de Câmara e Cadeia e seus artistas: intenções plásticas, princípios renascentistas que influíram na composição das Casas de Câmara e Cadeia, o movimento barroco e, por fim, as características arquitectónicas das Casas de Câmara e Cadeia, estudadas em ordem cronológica”⁹⁷.

Face a este estudo e aos seus tão amplos e tão generosos objectivos, cumpre dizer que nada de parecido se encontra entre nós. Com efeito, relativamente à nossa velha (e à menos velha) arquitectura concelhia portuguesa, as omissões bibliográficas merecem reparo. Apesar de o nosso país deter uma velha arquitectura concelhia extraordinária tanto em quantidade como em qualidade, detentora de um valor patrimonial que pensamos dispensar demonstração, nota-se uma falta impressionante quer de estudos monográficos quer de estudos de conjunto. Assim, o número de antigos (e por antigos aqui deve entender-se anteriores apenas ao 25 de Abril!...) estudos monográficos conhecidos sobre casas da câmara portuguesas é de uma pobreza mais que evangélica. Surpreendentemente, nesta matéria, o panorama não se alterou, nem em quantidade nem em qualidade, após aquela data. Enunciam-se, em seguida os estudos conhecidos aparecidos antes e depois do 25 de Abril.

Os estudos recenseados são a famosa e pioneira publicação *Domus Municipalis* – o Boletim n.º 4 da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais⁹⁸, de 1936 – que é dedicada ao monumento “fundador” da velha arquitectura concelhia portuguesa, justamente a chamada *Domus Municipalis* de Bragança. Este estudo apoiou o restauro da histórica *casa* que, de entre todas as casas da câmara portuguesas antigas, foi não só uma das que foram restauradas com mais felicidade como foi a primeira a merecer um estudo monográfico. Do ano seguinte, 1937, é o estudo de Magalhães Basto, “Os diversos Paços do Concelho da

⁹⁷ Paulo Thedim Barreto, “Casas de Câmara e Cadeia”, *Lug. Cit.*, N.º 11, p. 14.

⁹⁸ *Domus Municipalis*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N.º 4, Junho de 1936.

Cidade do Porto – Subsídios para a sua História”⁹⁹, integrando a sensacional e também pioneira publicação “*Vereações*” - *Anos de 1390-1395- O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, editadas igualmente por Magalhães Basto, enquanto Chefe de Serviços da Secção de Manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Seguem-se a obra de Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo *Casas da Câmara de Lisboa*, de 1951¹⁰⁰, o estudo de Alfredo Betâmio de Almeida, *Breve História das Casas da Câmara de Benavente*¹⁰¹, de 1954 e, já dos anos 60, de Robert C. Smith o notável estudo *A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)*¹⁰². Deve recensar-se também o estudo sobre a *Casa da Câmara* de Angra do Heroísmo, devidos a Pedro de Merelim, autor da *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho*¹⁰³ (1.ª Edição de 1966) e, ainda do mesmo autor e sobre o mesmo edifício, a *Memória Histórica do Salão Municipal*¹⁰⁴, de 1970. Ainda neste grupo parece dever incluir-se, enfim, a publicação, em 1967, de *O Palácio Municipal de Lourenço Marques*¹⁰⁵, de Alfredo Pereira de Lima, um autor moçambicano (n. na então Lourenço Marques, em 1917), que historia o notável edifício, “sem dúvida o mais belo edifício existente em Lourenço Marques (...), mandado construir em 1941 pela Câmara Municipal da presidência do major de engenharia Francisco dos Santos Pinto Teixeira”¹⁰⁶.

Destes estudos retenham-se a documentação (nomeadamente fotográfica) publicada no Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais relativa ao *Domus*

⁹⁹ Magalhães Basto, “Os diversos Paços do Concelho da Cidade do Porto – Subsídios para a sua História”, in Magalhães Basto, “*Vereações*” – *Anos de 1390-1395 – O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, Publicações da Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade – Documentos e Memórias para a História do Porto; Porto, s.d. (1937), Vol. II, pp. 247-306.

A singularidade da velha casa da câmara do Porto não se ficou por aqui. Com efeito, “as intervenções no prédio da Rua de D. Hugo e na antiga Casa da Câmara representam, em moldes científicos e modernos, a inauguração da arqueologia urbana no Porto”, Manuel Luís Real e outros, “Escavações Arqueológicas no Morro da Sé”, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2.ª Série (1985/86) – Vol. 3/4, p. 33.

¹⁰⁰ Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, *Casas da Câmara de Lisboa*, Ed. da CML, Lisboa, 1951.

¹⁰¹ Alfredo Betâmio de Almeida, *Breve História das Casas da Câmara de Benavente*, Ed. Câmara Municipal de Benavente, Benavente, 1954.

Alfredo Betâmio de Almeida (1920-1985) foi um notável pedagogo, professor metodólogo do Liceu Normal de Pedro Nunes, pintor e historiador de arte tendo, nesta qualidade, colaborado no *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão (Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971).

Para mais elementos biográficos e ainda sobre a sua interessante mas desconhecida obra de pintura, ver Elisabete Oliveira (Coordenação) *Alfredo Betâmio de Almeida – Pintura*, Câmara Municipal de Benavente, Benavente, 2004.

¹⁰² Robert C. Smith, “A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)”, *BRACARA AUGUSTA*, Vol. XXII – Fasc. 51-54 (63-66), Câmara Municipal de Braga, Braga, 1968, Separata, pp. 5-42.

¹⁰³ Pedro de Merelim (pseudónimo de Joaquim Gomes da Cunha): *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho*, Angra do Heroísmo, 3.ª Edição, 1984.

¹⁰⁴ Pedro de Merelim, *Memória Histórica do Salão Municipal*, Angra do Heroísmo, 1970.

¹⁰⁵ Alfredo Pereira de Lima, *O Palácio Municipal de Lourenço Marques*, Ed. do Autor, Lourenço Marques, 1967.

¹⁰⁶ Alfredo Pereira de Lima, *Ob. Cit.*, p. 13.

Municipalis de Bragança e a sólida erudição dos estudos das casas da câmara do Porto e de Lisboa. Os demais estudos recenseados também merecem reparo. Assim, a *Breve História das Casas da Câmara de Benavente* constitui um diligente embora resumido estudo, muito bem documentado, que tem a virtualidade de apresentar propostas de reconstituição gráfica das duas primeiras casas da câmara daquela vila ribatejana, de há muito perdidas, embora a reconstituição da casa da câmara quinhentista seja discutível. A *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho* de Angra de Heroísmo, dedica-se essencialmente ao edifício actual (lançamento da pedra fundamental a 11 de Agosto de 1849¹⁰⁷) e às peripécias e dificuldades da sua construção, embora refira, muito de passagem, as duas casas da câmara que precederam a actual. De qualquer modo, com todas as suas virtualidades e limitações, todos estes estudos pioneiros são excepções à triste regra da falta de referências às casas da câmara locais, infelizmente quase sempre ignoradas tanto pela generalidade dos investigadores como pelos próprios eruditos locais. Por sua vez, relativamente ao despretensioso *O Palácio Municipal de Lourenço Marques*, o seu autor diz-nos simplesmente:

“a ideia de escrever este livro, cuja finalidade única é a de procurar ser útil a quem visite os Paços do Concelho de Lourenço Marques e queira tomar contacto com as valiosas obras de Arte que o Palácio encerra, nasceu de uma visita que em 1959 fiz às principais capitais da Europa: Lisboa, Madrid, Londres, Paris e Roma”¹⁰⁸.

O ensaio *A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)* tem, sobre os anteriores, o mérito de ter sido o primeiro a ser feito entre nós na perspectiva da História da Arte e da Arquitectura. Merecem citação as palavras introdutórias de Robert C. Smith:

“a casa da câmara de Braga, apesar do seu pequeno tamanho e relativa simplicidade, é **uma das verdadeiras obras-primas da arquitectura civil setecentista da Península Ibérica**. A justificação desta honra baseia-se em parte na **perfeição das proporções do edifício e na finura do seu enquadramento granítico**. Muito mais, porém, deriva da **grandeza do desenho da sua fachada principal, cujo empolgante motivo central proclama-se obra de um artista da maior originalidade e dinamismo, capaz de dar a uma expressão de escala reduzida o aspecto de profunda monumentalidade**”¹⁰⁹.

Para lá da brilhante análise formal das suas componentes arquitectónicas e em particular da sua tão espectacular fachada, este estudo destaca-se também pelas referências documentadíssimas tanto à autoria do edifício, como às respectivas campanhas de obras – o que contrasta com a generalidade das velhas casas da câmara portuguesas, de que quase sempre ignoramos datação, autoria e historial da respectiva construção. Obra de André Ribeiro Soares da Silva (1720-1769), o famoso André Soares, escapou, porém, a Robert C.

¹⁰⁷ Pedro de Merelim, *Memória Histórica da Edificação dos Paços...*, p. 36.

¹⁰⁸ Alfredo Pereira de Lima, *Ob. Cit.*, Apresentação, p. 3.

¹⁰⁹ Robert C. Smith, *Ob. Cit.*, p. 5.

Smith, na sua análise, que a casa da câmara de Braga, ressaltando a opulência e o virtuosismo tanto do desenho global como da realização material da sua fachada principal é estruturalmente, como mostraremos, uma réplica fidelíssima do tipo *casa da câmara portuguesa*, tipologia que não só abarca todo o território português como fora definida muito tempo antes e se prolongará, na prática, até bem entrado o Século XX. Por outro lado, na análise da extraordinária fachada da casa da Câmara de Braga, o nosso autor considera que **“a combinação resultante, na dramática sucessão do portal, nicho e fantástico frontão, é sem par na arquitectura portuguesa”**¹¹⁰. Registrando-se o brilho da análise, teremos adiante a oportunidade de discutir esta composição formal que, diga-se desde já, integra em si o signo da incompletude pois, para todos os efeitos, o “fantástico frontão” de que fala Robert C. Smith não existe, ou melhor é o campo visual e volumétrico liso e “cego” onde se esculpiria, *in loco*, o certamente programado brasão com as armas reais, componente *obrigatória* nas fachadas das casas da câmara portuguesas e que em Braga não chegou a ser “picado” por motivos que ignoramos mas que podem perfeitamente ser pesquisados.

Muito surpreendentemente, apesar do inegável desenvolvimento dos estudos sobre o “Municipalismo Português”, no quadro da grande renovação do Poder Local após o 25 de Abril, e apesar do também inegável e enorme desenvolvimento dos estudos de História da Arte e da Arquitectura registados nomeadamente na Universidade Portuguesa no mesmo período, os estudos monográficos recentes sobre as velhas (e as novas) casas da câmara portuguesas são genericamente muito mais pobres em quantidade e qualidade do que os acabados de recensear. Indicam-se em seguida os estudos de que tivemos conhecimento, produzidos nas últimas décadas. Assim, sobre a antiga casa da câmara de Póvoa do Varzim temos, de Manuel Amorim, “Os Antigos Paços do Concelho da Póvoa de Varzim”¹¹¹, de 1993. A Margarida Vaz do Rego Machado devemos *Os Paços do Concelho da Vila de Lagoa*, publicado no ano de 2000, que descreve a história do respectivo edifício no século XX, acompanhando em particular as ampliações e demais obras recentes¹¹². Guida da Silva Cândido publicou, no ano seguinte, os *Paços do Concelho da Figueira da Foz – História de*

¹¹⁰ Id., *Ibidem.*, p. 27.

¹¹¹ Manuel Amorim, “Os Antigos Paços do Concelho da Póvoa de Varzim”, in *Póvoa de Varzim – Boletim Cultural*, Ed. da Câmara Municipal de Póvoa do Varzim, Póvoa do Varzim, 1993, Vol. XXX, N.ºs 1-2, pp. 15-33. Trata-se de um texto referido em Sandra Araújo de Amorim, *Vencer o Mar, Ganhar a Terra: Construção e Ordenamento dos Espaços na Póvoa Pesqueira e Pré-Balnear*, Edição da Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, Póvoa do Varzim, 2004, p. 45, e que não pôde ser consultado em tempo útil para este trabalho.

¹¹² Margarida Vaz do Rego Machado, *Os Paços do Concelho da Vila de Lagoa*, Câmara Municipal de Lagoa, Lagoa, 2000.

um Edifício¹¹³, de 2001 (edifício fora do âmbito temporal do presente estudo), a que se segue o estudo de Anabela Ferreira, *O Edifício da Antiga Câmara de Alverca – Uma Arquitectura Setecentista*¹¹⁴, de 2005 e, de Luís Emanuel Melo Leite, *Casa da Câmara da Ribeira Grande: Contexto, História e Memória*¹¹⁵, de 2007(?). Num contexto diferente, por estar também já fora do nosso âmbito de estudo, cumpre assinalar, pela sua raridade, o ensaio de Bernardo Pinto de Almeida e Paulo Varela Gomes sobre a moderníssima casa da câmara de Matosinhos (projecto de Alcino Soutinho, inauguração a 8-12-1987)¹¹⁶. Finalmente, de António Manuel Nunes merecem referência duas obras: o estudo académico

¹¹³ Guida da Silva Cândido, *Paços do Concelho da Figueira da Foz – História de um Edifício*, Câmara Municipal da Figueira da Foz, Figueira da Foz, 2001, edição de um trabalho académico feito na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e orientado pela Professora Doutora Regina Anacleto.

¹¹⁴ Anabela Ferreira, o *Edifício da Antiga Câmara de Alverca – Uma Arquitectura Setecentista*, estudo feito para o *Seminário de História de Arte e Património* orientado pela Professora Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara no âmbito do *Mestrado em Estudos do Património*, Universidade Aberta, Lisboa, 2005, policopiado. Este estudo daria lugar à *dissertação* de Mestrado em Estudos do Património da Universidade Aberta, *Casa da Câmara de Alverca – Conhecer a sua História, Valorizar um Património (1755-1855)*, que tive o prazer de acompanhar.

¹¹⁵ Luís Emanuel Melo Leite, *Casa da Câmara da Ribeira Grande: Contexto, História e Memória*, estudo feito na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, no âmbito do Mestrado em Reabilitação do Património Edificado, 2005-2007, Policopiado.

¹¹⁶ Bernardo Pinto de Almeida e Paulo Varela Gomes, *Matosinhos – Paços do Concelho*, Câmara Municipal de Matosinhos, 1.ª Ed., Matosinhos, 1992.

Esta publicação fora precedida pela celebração dos “20 anos do Edifício dos Paços do Concelho 1987-2007”, anunciada no *Público* – P2, de 2 de Dezembro de 2007. De entre as actividades previstas destacavam-se, programadas para o dia 8 de Dezembro: “15h00 – Comemoração dos 20 anos dos paços do Concelho (CMM); Inauguração da exposição de Alcino Soutinho; Apresentação do livro comemorativo do 20.º Aniversário dos Paços do Concelho; Entrega da medalha de honra (ouro) e o título de cidadão honorário a Alcino Soutinho” e, no dia 9, às 11h00, “Câmara Clara – Visita guiada pelo Arqt.º Alcino Soutinho ao Edifício dos paços do Concelho”.

Na sua obra acima citada, Bernardo Pinto de Almeida e Paulo Varela Gomes propõem uma avaliação singularmente encomiástica e provavelmente excessiva do edifício, pois consideram que “Matosinhos tem hoje a mais bonita Câmara Municipal construída no nosso país nas últimas décadas” (sem ind. de pág.). Ora, esta classificação tem que ser partilhada em partes iguais entre os efectivos méritos do edifício de Matosinhos e os deméritos de muito do que se tem construído e adaptado recentemente ao serviço da sede de inúmeras Câmaras Municipais, cujas vereações se renderam à petulância, à retórica triunfalista, ao futurismo salão, quando não à banalidade mais rasante dos projectos dos respectivos edifícios municipais! É evidente que os Paços do Concelho de Matosinhos são uma obra-prima em si próprios – mas são-no também face ao gigantismo da Câmara da Maia (cuja recente Câmara Municipal parece emular a de Toronto!) ou face ao estilo “Grands Travaux – Opéra Bastille” da recente Câmara Municipal de Oliveira do Bairro; ao estilo “mausoléu novo-rico” da ampliação da Câmara Municipal de Terras de Bouro (cujo espaço de circulação interior está integralmente forrado a granito rosa de Porriño!); ao estilo “fortificação medieval” (com fosso!) da novíssima Câmara Municipal de Carregal do Sal; ao estilo “neo-autoritário” (para não dizer outra coisa...) das muito recentes Câmaras Municipais de Celorico de Basto ou de Ílhavo; à desesperante banalidade arquitectónica das actuais Câmaras Municipais da Murtosa ou de Constância; à igualmente banal adaptação feita em edifícios pré-existentes, como em Vagos ou Ponte de Sor, ou à péssima “requalificação” recente de edifícios históricos, como na Câmara do Sabugal ou, às portas de Lisboa, nas de Palmela e Almada!

Merece reparo, finalmente, o facto de Paulo Varela Gomes, em colaboração com João Vieira Caldas, ignorar praticamente a casa da câmara de Viana do Castelo na pequena monografia que dedicaram à cidade da Foz do Lima. Com efeito, referenciado o muito provável sítio se reunião dos Homens-Bons na Idade Média e analisada modelarmente a expansão urbana da cidade na época quinhentista, quanto à extraordinária casa da câmara da pujante vila quinhentista apenas se diz que “com a conclusão dos paços do Concelho, já as funções municipais tinham passado da Praça Velha para o Campo do Forno, transformado agora em praça municipal da vila”, João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes, *Viana do Castelo*, Editorial Presença, 1990, p. 24.

(que não foi possível consultar em tempo útil), *Casas das Câmaras e Paços dos Concelhos (Os lugares e os espaços dos poderes municipais em Portugal)*¹¹⁷ e ainda, embora sobre um tema adjacente ao do objecto desta Dissertação, o excelente estudo *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo – Templos da Justiça e Arte Judiciária*¹¹⁸, que contém no seu primeiro capítulo, “Os espaços da Justiça entre a Revolução de 1820 e o 28 de Maio de 1926”, uma pequena síntese “Os Paços dos Concelhos: uma tradição medieval remanescente”. Desta obra merecem citação as considerações finais da respectiva “Introdução”, que subscrevemos plenamente:

“Embora não exista «tradição» em Portugal no sentido de integrar os Paços dos Concelhos e Palácios da Justiça nas «histórias da arte» e nos roteiros turísticos municipais, entendo que a Arquitectura Judiciária (com as suas obras de arte) constitui um património histórico incontornável, portador de um discurso inconfundível”¹¹⁹.

Registe-se ainda, de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca o notabilíssimo capítulo “Casas de Câmara, Pelourinhos, Fontes e Outras Obras de Prestígio Municipal” do volume dedicado a “O Gótico” numa recente *História da Arte em Portugal*¹²⁰. É com este estudo daqueles historiadores que a velha arquitectura de tutela concelhia faz de facto a sua entrada na História da Arte Portuguesa, assim resgatando brilhante, embora muito parcialmente (dado o âmbito temporal necessariamente muito limitado daquele estudo), a arquitectura concelhia medieval e assim exorcizando o seu tradicional apagamento¹²¹.

¹¹⁷ António Manuel Nunes, *Casas das Câmaras e Paços dos Concelhos (Os lugares e os espaços dos poderes municipais em Portugal)*, Trabalho Curricular de Mestrado, orientado pelo Professor José Viriato Capela, Universidade do Minho, mimeografado, Braga, 1997, não consultado.

¹¹⁸ António Manuel Nunes, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo – Templos da Justiça e Arte Judiciária*, Minerva, Coimbra, 2003. Este estudo baseia-se na Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Bernardo Pinto de Almeida apresentada em 1999 ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, sob o título “Arte, memória e ideologia – Espaços e imagens da Justiça no Estado Novo – Elementos para uma análise da arte judiciária”.

¹¹⁹ António Manuel Nunes, *Ob. Cit.*, p. 22.

¹²⁰ Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, “Casas de Câmara, Pelourinhos, Fontes e Outras Obras de Prestígio Municipal” in *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Presença, Lisboa, 2002, pp. 143-156. Deve notar-se, porém, que Carlos Alberto Ferreira de Almeida notara, tratando da “arquitectura civil” do período românico, que “a restante arquitectura pública da época românica, fontes, cisternas, banhos, paços de concelho, etc., necessita de sério trabalho arqueológico para poder ser mais bem definida”, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *História da Arte em Portugal – O Românico*, Presença, Lisboa, 2001, p. 149.

¹²¹ Já posteriormente à conclusão e entrega da presente dissertação, cuja origem remontava a 2002, o A. teve conhecimento da dissertação de doutoramento da Professora Luísa Trindade, *Urbanismo na Composição de Portugal*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2009, que teve a orientação dos Professores Pedro Dias e Walter Rossa, cujo último capítulo se designa “a Casa da Câmara”. Este capítulo, muito documentado e inovador, integra os sub-capítulos “o quadro sócio-político”, “primeiros espaços”, “o edifício”, “a consolidação do tipo” e “organização funcional” e neles a autora aborda, de uma forma necessariamente abreviada, alguns dos tópicos suscitados pelo importante tema da casa ou paço do concelho, que o A. começara a estudar em 2002, já no contexto da investigação inerente à presente dissertação. No seu referido capítulo, a autora discute sucessivamente o contexto histórico e institucional da sua emergência; apresenta propostas de cronologia global e de datação de casos notáveis (algumas naturalmente discutíveis);

Cumpre referir, enfim, os estudos produzidos pelo autor, no âmbito do projecto de investigação inerente a esta *dissertação*: “No rasto de um monumento perdido do património do Faial: a antiga casa da câmara da Horta”, de 2004¹²², e a “Casa da câmara” de Cascais, de

sinaliza os três edifícios concelhios mais antigos ainda sobreviventes (os de Estremoz, Monsaraz e Bragança); discute o nome, a origem, a localização e a identificação dos edifícios e espaços afectos ao poder concelhio e a “organização funcional” dos mesmos, propondo uma aproximação à tipologia da casa ou paço do concelho, sinalizando algumas constantes e algumas variantes tipológicas e integra mesmo um estudo de caso, o da casa da câmara quinhentista de Setúbal, começada a construir a partir de 1526.

O tratamento de um tema tão vasto num espaço tão limitado (pp. 743-802) conduz à inevitável superficialidade da respectiva abordagem e sobretudo a generalizações, a nosso ver, excessivas. Assim, parece discutível dizer-se que “se em meados de Trezentos, as casas da câmara não constituíam já uma novidade (...), pode afirmar-se que, ainda antes do fim do terceiro quartel do século XIV, este tipo de equipamento estava já amplamente divulgado” (p. 755) – asserção que parece merecer discussão, tendo em conta o universo tão grande, tão variado e tão desigual dos velhos concelhos portugueses de origem medieval. Do mesmo modo, parece excessivo afirmar-se que os exemplos da “adopção de estruturas vazadas pelos edifícios especialmente destinados à gestão urbana” “multiplicam-se a partir do século XV permitindo, sem hesitações, considerar a arcada térrea como um dos principais traços identificativos dos paços concelhios” (p. 772). Com efeito, o *corpus* conhecido das nossas velhas casas da câmara testemunha, pelo contrário, a relativa raridade de aberturas vazadas ou de estruturas porticadas ou alpendradas no piso térreo das casas do concelho portuguesas, como adiante se mostrará.

Porém, o maior reparo ao capítulo da Professora Luísa Trindade está no seu título que, apesar de muito estimulante, é historicamente inapropriado e francamente anacrónico quando referido à Idade Média, a época de estudo inerente à sua tão documentada dissertação. Com efeito, no século XIV e na maior parte do nosso século XV não se regista a expressão “casa da câmara”. Assim, na pág.^a 761 a autora recenseia as expressões dominantes na nossa Idade Média, onde não consta a referência “casa da câmara”. De facto, a expressão “casa da câmara” é uma expressão tipicamente da Idade Moderna/Antigo Regime, com uso registado desde os últimos anos do séc. XV, mas de uso dominante *apenas* a partir do séc. XVI e em curso até meados do século XIX. Por isso, a referência mais antiga e mais ou menos aproximada que a autora regista é a variante “casa para a camara”, de 1470, relativa ao Funchal (p. 783) e, como a autora nota, também relativamente ao Funchal, “a verdade é que só em 23 de Maio de 1489 surge uma referência explícita a uma reunião realizada ‘em as casas da câmara’” (p. 783) – data a que remonta, afinal, a mais antiga utilização conhecida da expressão “casas da câmara”. Este uso tão *tardio* da expressão confirma os dados que o A. tinha encontrado e que suscitaram a discussão e a tipificação das diversas expressões que os nossos antepassados usavam para designar a casa do concelho, adiante propostas.

Por outro lado, é absolutamente impróprio designar de “casas da câmara” as casas ou paços do concelho ou da audiência de Estremoz ou de Bragança, edifícios que dispunham, na sua versão original, de *um único espaço interior* e cuja morfologia arquitectónica por isso, e por definição, *não* contemplava uma câmara. Com efeito, Estremoz ou Bragança só ganhariam divisões suplementares, “câmaras” ou “câmaras das vereações”, muito posteriormente, provavelmente já na Época Moderna, após transformações ou adições muito importantes impostas às respectivas *salas* de audiência primitivas, às quais se resumia e a que correspondia a integralidade do espaço interior dos edifícios originais (Para as transformações da audiência de Bragança, ver adiante pp. 582-594 da presente dissertação; para a audiência de Estremoz e seus acrescentos, ver adiante pp.595-618).

Do mesmo modo, não há notícia de que a audiência medieval de Monsaraz tenha disposto de *câmara* ou de *câmara das vereações* anexa à sala de audiência. Também não se conhecem referências a nenhuma câmara das vereações no piso nobre do edifício, construído algures à volta de 1500, para abrigar a nova sala de audiência local. Com efeito, caso singular na nossa velha arquitectura concelhia, Monsaraz deteria durante toda a Época Moderna/Antigo Regime *duas* casas concelhias: *uma casa ou paço da audiência* (que disporia, a seu tempo, de cadeia no seu piso térreo) e *uma casa da câmara* constituída por um edifício autónomo, localizado no lado oposto da praça (ver adiante, pp. 618-638).

¹²² Carlos Caetano, “No rasto de um monumento perdido do património do Faial: a antiga Casa da Câmara da Horta”, *Atlântida – Revista de Cultura*, Instituto Açoriano de Cultura, 2004, Angra do Heroísmo, Vol. XLIX, pp. 123-152.

2005¹²³. Neles propõem-se, respectivamente, um estudo da antiga casa da câmara da cidade da Horta, demolida na segunda metade do séc. XIX e um estudo da velha casa da câmara de Cascais que, nos anos 30 do Século XX foi infelizmente abandonada enquanto sede do poder local desta vila, sendo ainda vítima, em anos recentes, de uma bárbara desfiguração integral do seu interior. Ainda no âmbito da presente investigação refiram-se “A antiga casa da câmara de Ovar” (1909)¹²⁴ e as comunicações de âmbito mais alargado, de alcance regional, apresentadas em encontros relacionados com a história e o património de várias regiões do país, “Quinhentos anos de arquitectura municipal: as casas da câmara dos velhos concelhos da Beira Interior” (2006)¹²⁵ e “As casas da câmara dos antigos concelhos do Vale do Tâmega – Um olhar sobre um património desconhecido” (2008)¹²⁶.

Ora, se algum mérito tiverem estes dois pequenos estudos ele estará em serem os únicos a estudarem, na perspectiva iniciada por Robert C. Smith, exemplares notáveis de velhas casas da câmara portuguesas na perspectiva da História da Arquitectura, partindo de um intensivo trabalho de investigação de arquivo e de observação no local.

Como se vê, o balanço da literatura sobre a velha arquitectura concelhia em geral e sobre as casas da câmara em particular é, em geral, muito pobre e a própria renovação dos estudos sobre o *Municipalismo Português*, um dos aspectos mais visíveis da historiografia portuguesa mais recente, não suscitou ainda estudos consistentes sobre a velha arquitectura concelhia portuguesa. Assim, Nuno Gonçalo Monteiro, o Coordenador da primeira parte da *História dos Municípios e do Poder Local*, dirigida por César Oliveira¹²⁷, regista muito elogiosamente, como não podia deixar de ser, os estudos de António M. Hespanha e de J. Romero de Magalhães, considerando que

“as duas contribuições apresentadas são as marcas mais relevantes de uma viragem historiográfica que se saldou, não apenas numa mudança para perspectivas radicalmente opostas às

¹²³ «Casa da Câmara» de Cascais, “entrada” a integrar um planeado *Dicionário da História de Cascais*, em preparação em 2005, mas nunca publicado. Este estudo foi feito em resposta a um convite formal da Dr.^a Ana Clara Justino, Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Cascais.

¹²⁴ “A antiga casa da câmara de Ovar”; *Dunas – Temas & Perspectivas – Revista Anual sobre Cultura e Património da Região de Ovar*, Câmara Municipal de Ovar; Ovar, N.º 9, Setembro de 1909; pp. 53-66.

¹²⁵ Participação nas *Primeiras Jornadas do Património*, organizadas pela Câmara Municipal de Belmonte com uma comunicação sobre “Quinhentos Anos de Arquitectura Municipal: As Casas da Câmara dos velhos Concelhos da Beira Interior” (21 e 22 de Abril de 2006): ver *Património I Jornadas – Belmonte – Actas*, Edição da Câmara Municipal de Belmonte, Belmonte, 2008, pp. 241-243.

¹²⁶ Participação no *II Congresso Histórico de Amarante – Memórias do Passado, Saudades do Futuro*, organizado pela Câmara Municipal de Amarante – Biblioteca Municipal Albano Sardoeira (15 a 17 de Maio de 2008), com uma comunicação sobre “As casas da câmara dos antigos concelhos do Vale do Tâmega – Um olhar sobre um património desconhecido”. *II Congresso Histórico de Amarante 2009 – Património, Arte e Arqueologia*, Actas, II Volume, Tomo I, pp. 143-167, Edição Câmara Municipal de Amarante, Amarante, 2009.

¹²⁷ César Oliveira (Direcção), *História dos Municípios e do Poder Local [dos Finais da Idade Média à União Europeia]*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.

ideias recebidas desde há muito, mas também numa multiplicação de estudos monográficos, cuja quantidade e qualidade devem ser sublinhadas”¹²⁸.

Registando a expansão recente desses estudos no Minho (graças aos estudos sistemáticos de José V. Capela) e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Nuno Gonçalo Monteiro considera que embora “com ênfase especial no século XVIII, os estudos sobre história municipal constituem hoje um dos sectores mais activos da historiografia portuguesa”¹²⁹, para concluir com um balanço do que foi feito e do que falta fazer em matéria de investigação sobre o municipalismo português. Considera que

“entre os temas mais estudados, continuam a contar-se o da formação e composição das oligarquias municipais, as formas de intervenção e tutela da coroa sobre as câmaras e as finanças municipais. Por outro lado, continua a verificar-se uma limitada investigação sobre a dimensão jurisdicional da actividade das magistraturas e sobre a articulação do poder municipal com outras instituições e pólos de autoridade à escala local. Deve registar-se, em todo o caso, o interesse recente pela actividade das misericórdias e confrarias (...), bem como o maior conhecimento que se tem das formas de conflitualidade local nos finais do Antigo Regime. Em termos gerais, deve-se reconhecer que as grandes orientações definidas pelos trabalhos decisivos dos anos oitenta [se mantêm], sem que se tenham proposto entretanto novas interpretações de conjunto”¹³⁰.

O balanço proposto por este autor, numa obra tão emblemática e ambiciosa como o foi esta *História dos Municípios e do Poder Local [dos Finais da Idade Média à União Europeia]*, merece reparo. Com efeito, desde a sua publicação em 1996, aparentemente nada mudou no panorama dos estudos sobre o chamado *Municipalismo Português*, mantendo-se os mesmos objectos de estudo e os mesmos pressupostos teóricos e metodológicos, materializados na produção de um grande número de obras de que a seu tempo faremos uma referência, necessariamente incompleta e não sistemática. Assim, mantém-se – e é do maior significado para o presente estudo – o teor do balanço proposto em 1996 por Nuno Gonçalo Monteiro, que vem mostrar a pertinência do projecto de investigação inerente a esta *dissertação*. Aquele autor, tanto no seu estudo como no balanço que propôs, *ignorou absolutamente a arquitectura concelhia*, a sua relevância e a consequente pertinência e até a urgência do seu estudo¹³¹. Com efeito, as velhas casas da câmara portuguesas ainda não

¹²⁸ Nuno Gonçalo Monteiro, “Os Poderes Locais no Antigo Regime, in César Oliveira (Direcção), *História dos Municípios e do Poder Local [dos Finais da Idade Média à União Europeia]*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, p. 23.

¹²⁹ Nuno Gonçalo Monteiro, *Ibidem.*, p. 24. Ver um excelente contributo para a Bibliografia recente, emergente dos renovados e muito produtivos estudos sobre o Municipalismo português (anterior e posterior à implantação do Liberalismo em Portugal) em, entre tantos outros, Paulo Jorge da Silva Fernandes, *Elites e Finanças Municipais em Montemor-o-Novo do Antigo Antigo Regime à Regeneração (1816-1851)*, Câmara Municipal de Montemor-o Novo, Montemor-o-Novo, 1999, pp. 3-4, Notas 1 e 2.

¹³⁰ Nuno Gonçalo Monteiro, *Ibidem.*, p. 24.

¹³¹ Nuno Gonçalo Monteiro ignora também o surto inegável de estudos desenvolvidos sobre a cidade medieval portuguesa, sobretudo desde a década de 70 do Século XX, assinalados muito oportunamente por Maria Sofia Marques Condessa: “É inegável (...) que só a partir dos anos 70 do presente século [XX] se caminhou para um trabalho mais metódico, preocupado com os aspectos sócio-económicos da vida urbana medieval e com a reconstituição do papel que as cidades desempenharam na formação, consolidação e evolução da Idade Média

mereceram a atenção dos historiadores de arte e de arquitectura nem sequer a dos historiadores do *Municipalismo Português* – nomeadamente a dos revelados nos últimos 30 anos, tão prósperos e tão férteis para a historiografia portuguesa. Assim, tanto as sedes do poder concelhio como os seus equipamentos e símbolos são temas que apesar do seu evidente interesse institucional, simbólico e artístico, continuam a merecer o desinteresse dos investigadores¹³². Nestas matérias está praticamente tudo por fazer entre nós, quer o levantamento e a inventariação dos exemplares destruídos e dos sobreviventes, quer o inerente trabalho de investigação nos arquivos locais e regionais. Estando quase tudo por fazer, a carência mais grave ainda parece ser a falta de consciência da importância arquitectónica cultural e simbólica das casas da câmara portuguesas, que integram e são a componente mais importante de uma verdadeira *arquitectura camarária, laica e cívica*, que merecerá a devida consideração no estudo que agora se propõe.

Estas circunstâncias suscitaram e legitimam abundantemente, pensamos, o presente projecto de investigação, assente num levantamento exaustivo das velhas casas da câmara, que cobriu a generalidade dos concelhos portugueses¹³³ e que suscitou a criação de uma proposta de ficheiro global, elaborado a partir da reconstituição da lista dos velhos municípios portugueses, independentemente do seu efectivo estatuto de *concelho, honra* ou *couto*¹³⁴. Recensear-se-ão, assim, todas as formas da antiga arquitectura concelhia identificadas em cada concelho, enquadradas no muito vasto âmbito temporal deste estudo. Por este motivo – e por estarem fora deste âmbito – *os edifícios construídos a partir do*

portuguesa, o qual, tendo como principais responsáveis os historiadores medievistas, não esqueceu o contributo de outras áreas do saber como a demografia, a antropologia ou os estudos antes levados a cabo por geógrafos e juristas. Sendo o principal impulsionador desta nova historiografia urbana, ficou a dever-se a A. H. de Oliveira Marques a até agora única síntese metodológica para o estudo dos sítios urbanos do Portugal medievo, ao mesmo tempo que as suas directivas e orientação acompanharam a elaboração e a produção de várias monografias, particularmente no campo dos estudos medievais desenvolvidos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa”, Maria Sofia Marques Condessa, *Ob. Cit.*, p. 9. Esta autora recenseia em seguida a generalidade dos estudos produzidos neste âmbito, tanto naquela Faculdade como “noutros centros de estudo e de investigação do país” – estudos esses a que se deve, “no seu conjunto, a renovação dos conhecimentos sobre a história das cidades medievais portuguesas”, *Ibidem.*, p. 10, 11.

¹³² Para lá da arquitectura de teor municipal, continuam por estudar os aspectos “materiais” e simbólicos inerentes ou decorrentes do exercício do poder municipal no Antigo Regime.

Esta atitude de desinteresse sobre as antigas *casas* dos nossos concelhos parece estar a mudar. Assim, registe-se o anúncio (pág.^a inteira) publicado no *Público* (25-9-2005, pág. 65): “Homenagem aos Fundadores do Concelho de Vila Nova de Famalicão – Convite – Comemorações 170 anos de Concelho” a ter lugar “Dia 28 de Setembro / Dia do Município / 170 Anos do Concelho / 1835-2005”.

Do Programa constava, às “16h00 – Casa da Cultura – **Colocação de uma placa comemorativa, na Casa da Cultura da Rua Direita, onde funcionaram entre 1836 e 1881 os Paços do Concelho**”.

¹³³ Não foi possível visitar em tempo útil os concelhos de Almeirim, Cartaxo e Trofa (este de criação muito recente), os concelhos das ilhas do Corvo, Flores, Graciosa, Pico e S. Jorge, da Região Autónoma dos Açores; os antigos concelhos de Belas e de Colares, hoje integrados no de Sintra e ainda os antigos concelhos de Faveiros (Alijó) e Fontes (Santa Marta de Penaguião).

¹³⁴ Ver o ANEXO H – Contributo para o levantamento geral das Casas da Câmara dos antigos concelhos portugueses.

triunfo do Liberalismo (1834) não serão contemplados. Ficam assim de fora os edifícios de matriz concelhio construídos nos últimos 160 anos, muitos deles da maior qualidade arquitectónica e do maior significado no quadro da História da Arquitectura Portuguesa dos Séculos XIX e XX¹³⁵. Do mesmo modo *não serão contemplados os edifícios não erigidos originalmente para servirem de casa da câmara*. Com efeito, devido à ruína, à pequenez, à má localização (mas também devido ao voluntarismo, nem sempre bem aconselhado, dos autarcas), muitas antigas casas da câmara foram abandonadas, passando algumas Câmara Municipais a ocupar palácios e solares locais (como em Cascais, Mangualde, Vila Real, Chaves, Mirandela, Pinhel ou Grândola) ou até conventos (como em Gouveia¹³⁶, Pombal, Lamego, S. Pedro do Sul, Mogadouro, Amarante¹³⁷ ou Horta) que, independentemente de adaptações por vezes muito felizes, não se enquadram na *tipologia casa da câmara portuguesa*, adiante reconstituída e discutida.

Uma última consideração de teor metodológico deve ser considerada. Sem qualquer pretensão de fazer uma “História da Arte Comparada” pois, entre outros, nos faltam recursos teóricos e até financeiros para tal abordagem, cumpre dizer que o estudo das velhas casas da câmara portuguesas será sempre considerado numa perspectiva “portuguesa” mas, justamente por isso, irredutivelmente europeia. Estando aquelas ao serviço do velho poder local português, deve dizer-se que, tanto quanto sabemos, este tinha em muito grande parte uma natureza, uma estrutura e uma escala comuns ao poder local dos outros países da Europa medieval que, tal como Portugal, constituíam monarquias estabilizadas ou em vias de consolidação, no quadro da crescente afirmação e fortalecimento do poder real. É este justamente o caso dos demais Reinos Peninsulares, mas também o da França, da Inglaterra ou da própria Escócia na maior parte do vasto período considerado para este estudo. Da própria recensão dos estudos, atrás referidos, sobre a arquitectura de matriz concelhia destes antigos reinos, todos eles de origem medieval, decorre a legitimidade desta abordagem. Ressalvando talvez o caso das cidades capitais de Paris ou de Londres (e também, em muito

¹³⁵ Diga-se, porém, que também esta arquitectura municipal do Século XIX (após 1834) e do século XX merece inventariação e estudo e merece igualmente a sua conservação integral e o reconhecimento do seu valor patrimonial.

¹³⁶ Ver o *Ofício* do Ministério da Fazenda ao Ministro dos Negócios do Reino, comunicando a *Carta de Lei* de 30-7-1839 que concedeu à Câmara Municipal de Gouveia “a parte do Edifício do extinto Convento dos Jesuítas da mesma Vila que for suficiente para acomodação do Tribunal do Juízo de Direito e Cadeia pública”, Lisboa, 5-8-1839, in IAN-TT – **Ministério do Reino – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios da Fazenda], Maço 2034**.

¹³⁷ A casa da câmara de Amarante instala-se no convento de S. Domingos em 1863. Ver Rafael Moreira, “Portugal, Roma e Galiza: Frei Julião Romero e a Arquitectura da Contra Reforma”, in Xosé Carlos Valle Pérez (Coordenação), *Do Tardo-Gótico ao Maneirismo – Galiza e Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação Pedro Barrié de la Maza, 1995, p. 222.

grande parte, do de Lisboa), em todos estes antigos reinos não só as comunidades urbanas são sempre de pequena ou média dimensão, como a organização e as competências do poder local dessas comunidades apresentam entre si, tanto quanto sabemos, um inegável «ar de família», quer estejamos na Península, em França ou nas Ilhas Britânicas. Enfim, desta organização em grande parte comum do poder local decorrem tipologias básicas igualmente comuns para a respectiva arquitectura concelhia, tipologias essas que transcendem naturais particularismos suscitados pelas condições naturais (sobretudo climatéricas), pelos materiais de construção disponíveis, pelas tradições construtivas locais mas também pelas influências estilísticas e de gosto dominante produzidas pela irradiação natural de certos centros artísticos, normalmente localizados nas proximidades.

Nesta paisagem urbana comum, polarizada na praça onde se localizam a igreja ou a catedral, o mercado (coberto ou não, consoante as condições climatéricas), mas também o pelourinho e até o poço comunal, emerge a casa da câmara, com uma tipologia-base comum e com características arquitectónicas e decorativas em grande parte também comuns. Dessa partilha de características comuns quer do poder local quer do essencial da arquitectura concelhia decorre uma *identidade urbana e mesmo “municipal” que perpassa por todas estas regiões europeias, face a uma outra realidade urbana e política em tudo contrastante, a das Cidades-Estado da Flandres e da Itália*, cuja arquitectura concelhia, na sua opulência, no seu gigantismo, na sua monumentalidade e no seu cosmopolitismo não pode ofuscar, apagar ou minorizar a arquitectura concelhia dos países e regiões que, desde a Idade Média, obedecem e se revêem em sistemas políticos e urbanos em tudo distintos. Assim, a compreensão das casas da câmara portuguesas, que não se podem nem se devem comparar com as das cidades hanseáticas, flamengas ou italianas, ganha todo a sua plenitude, inteligibilidade e significado quando confrontada com as castelhanas, as francesas, as inglesas ou as escocesas – realçando-se sempre, porém, a sua extraordinária qualidade, a sua dignidade arquitectónica e o seu significado, enquanto retrato das comunidades que as construíram, as financiaram e delas se serviram durante séculos.

Para um melhor e mais completo conhecimento das velhas casas da câmara propor-se-á no capítulo seguinte (Capítulo 2) uma abordagem, necessariamente breve, da *organização do poder local nas épocas Medieval e Moderna*. Com efeito, as velhas casas da câmara portuguesas estiveram ao serviço de um ordenamento jurídico e institucional e de um quadro administrativo muito próprio, que assumia as famosas formas de *concelho*, *couto* e *honra*, consoante o estatuto das diversas comunidades face aos poderes que as instituíram

e as tutelavam. Estas três instâncias do poder local de origem medieval confluíam, porém, para uma forma de organização no essencial comum a todas elas, o *concelho*, que importará caracterizar, ainda que sumariamente. Face, porém, à consagrada e largamente dominante presença dos *concelhos*, por motivos de ordem prática ater-nos-emos a esta designação no estudo que se propõe das casas da câmara portuguesas. Nos anexos inerentes desta *dissertação*, assinalar-se-ão, sempre que possível, os estatutos de *honra* e de *couto* conferidos na Idade Média a alguns “municípios”, sobretudo no Norte do Reino.

O ordenamento e o quadro administrativo acima referidos, muito cedo codificados e consolidados, revelaram-se de uma eficácia e de uma longevidade extremas – eficácia e longevidade que terão as maiores consequências não só na própria emergência das casas da câmara portuguesas, assim como no seu desenho global, bem como na sua construção por todo o Reino e, a seu tempo, pelas cidades e vilas das Ilhas e demais partes do Império. Assim, mereceu a maior ponderação a *reconstituição*, ainda que apenas por amostra e apenas para os concelhos de que nos chegaram testemunhos escritos, *dos primitivos locais de reunião dos Homens-Bons dos Concelhos medievais portugueses* (Capítulo 3). Trata-se quase sempre de sítios informais mas consagrados pelo costume e pela tradição – forma superior e por todos reconhecida de legitimação dos actos concelhios aí praticados. O levantamento desses locais de reunião das assembleias dos Homens-Bons é da maior importância pois traz até nós a paisagem concelhia portuguesa no momento mais fundador e vinculativo da sua história. No entanto, é nesse longo período fulcral do “municipalismo português”, cujo início remonta a meados do Século XIV e se prolonga por todo o Século XV que, por todo o país, se constroem as primeiras casas da câmara portuguesas, isto é, edifícios em cuja *câmara* passaram a ter lugar as reuniões dos Homens-Bons do Concelhos. A amostragem conseguida permitir-nos-á acompanhar o momento, fundador sobre todos, da emergência e da erecção das casas da câmara portuguesas, componente essencial da presente *dissertação* (Capítulo 4). Ora, uma vez ao serviço dos concelhos espalhados por todo o reino, as casas da câmara passam a constituir o elemento mais importante de uma verdadeira *arquitectura concelhia* ou mesmo *camarária*, que importa caracterizar e considerar (Capítulo 5). Com efeito, esta arquitectura de evidente vocação laica e cívica constitui um *corpus* arquitectónico autónomo, embora muito variado nas suas diversas formas e funções, todas elas ao serviço do poder camarário.

Entretanto, os raríssimos documentos de Bragança, de 1846 – com que iniciámos este capítulo, lançam-nos no âmago desta *dissertação*, ao permitirem discutir as casas da câmara nos seus aspectos mais vinculativos (Parte II, Capítulos 6, 7 e 8). Assim, em

primeiro lugar trata-se de discutir e definir um *nome* para os singulares objectos architectónicos que constituem o nosso objecto de estudo. Afastada, por anacrónica, a expressão hoje popular (mas muito contestável e bem digna de discussão) de “Domus Municipalis”, suscitada justamente pela casa da câmara de Bragança, o Governador Civil refere-se-lhe simultaneamente como “antiga casa das Sessões da Câmara ou os Paços do Concelho”. A opção entre as designações *casa da câmara* e *paço do concelho* para designar a sede das Câmaras “Municipais” portuguesas (para só referir agora as expressões mais comuns) será objecto de discussão e reflexão, pois ilumina o nosso entendimento sobre as *casas* que são objecto do presente estudo, sobre o seu estatuto e até o seu valor representativo e simbólico.

Aqueles documentos de 1846 suscitam também a tão importante questão da *localização* das velhas casas da câmara portuguesas. Estando a de Bragança “situada dentro da Cidadela, que fica por isso muito distante à maior população da Cidade”, a discussão da localização das casas da câmara no conjunto dos velhos Concelhos portugueses é uma componente importante desta *dissertação* que, por esta via, se articula com alguns dos tópicos mais relevantes do urbanismo português. A localização das casas da câmara portuguesas merece pois uma reflexão aprofundada, precedida do indispensável levantamento das principais ocorrências, situações, opções e soluções verificadas na sua localização nas diversíssimas comunidades portuguesas ao longo do todo urbano nacional.

A *Representação* da Câmara de Bragança de 1846 remete-nos finalmente para a questão central desta *dissertação*: a da existência (como pensamos e pretendemos demonstrar) de uma *tipologia da casa da câmara portuguesa*. Com efeito, singular entre os mais singulares monumentos da arquitectura portuguesa, o histórico edifício de Bragança, devida e oportunamente adaptado, esteve, porém, durante séculos ao serviço de funções específicas, determinadas pela lei e caucionadas pela tradição e o costume. Por isso suscita com a maior pertinência a questão maior da existência de uma tipologia-base das casas da câmara portuguesas. Independentemente de variantes importantes que se possam recensear, o reconhecimento daquela tipologia tem uma consequência principal para esta *dissertação* pois enquadra e fundamenta o seu muito vasto *âmbito temporal* (séculos XIV a XVIII) e *espacial* (todo o território nacional).

Com efeito, da extraordinária longevidade do *corpus* jurídico e administrativo que enquadra o poder local nas Épocas Medieval e Moderna, codificado nas sucessivas *Ordenações do Reino*, decorre a eficácia funcional e a consequente longevidade, também extraordinária, do desenho global das velhas casas da câmara portuguesas. Assim, impõe-se

o alargamento do período de estudo que, remontando à Idade Média avança até ao século XVIII, ganha o fim do reinado de D. João V, baliza histórica importante por, nomeadamente assinalar uma muito importante mudança de conjuntura de gosto - para usar a expressão consagrada por José Augusto França - e alcança a última geração de casas da câmara construídas no Antigo Regime, na órbita do *pombalismo*, do *tardo-pombalismo* ou do *pós-pombalismo*¹³⁸. Enfim, recensear-se-ão todas as casas da câmara do Antigo Regime, mesmo aquelas construídas já no reinado de D. João VI, como as de Cascais, de Fornos de Algodres ou de S. Miguel de Riba Tua (Alijó), por exemplo. Todas elas, apesar de tão tardias, reconhecem e se atêm a um quadro institucional que vem de muito antes e que as modela a todas. Apesar das diferenças que cada uma delas possa assumir, todas elas respeitam uma tipologia-base comum, que também vem de muito antes e que, no essencial, não se esgota com o fim do Regime Absolutista. Questão fulcral da presente *dissertação*, a restituição de uma *tipologia* global das velhas casas da câmara portuguesas e das suas principais variantes, suscita o estudo das suas componentes arquitectónicas: *Sala das Vereações*, *Sala das Audiências*, *Cadeia* e outras dependências oportunamente recenseadas e estudadas. Considerar-se-ão ainda dois elementos particularmente estruturantes daquela tipologia: o *Brasão* e o Campanário ou Torre do *Sino da Câmara*. Em suma, do ordenamento legal acima referido decorre naturalmente não só a tipologia das casas da câmara como a sua inegável fortuna, que se materializa, praticamente imutável ao longo de séculos, ao serviço de um *corpus* arquitectónico que, se conhece naturais inflexões estilísticas, é sobretudo reconhecido pela sua evidente imutabilidade tipológica essencial, que se inscreve como poucos nessa respiração lentíssima e profunda da “longa duração” de há muito teorizada por Braudel¹³⁹.

¹³⁸ Na prática, respeitamos os períodos propostos por Marcelo Caetano em “Periodificação da história das fontes e das instituições de Direito Público” na sua *História do Direito Português – Fontes – Direito Público (1140-1495)*. O grande historiador considera os cinco períodos seguintes: 1.º - Formação do Estado (1140-1248); 2.º - Consolidação do Estado (1248-1495); 3.º - Estabilização do Estado (1495-1750); 4.º - Reformas da Ilustração (1750-1820) e 5.º - Revolução liberal (1820-1926): Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, pp. 29-33.

Note-se que esta periodização é parcialmente seguida por Nuno Espinosa Gomes da Silva em “Periodização da História do Direito Português”. Ver Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, *História do Direito Português – Fontes de Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, 3.ª Ed., Lisboa, 2000, pp. 36-40.

Como se vê, o início da nossa pesquisa (que corresponde ao momento da emergência das primeiras casas da câmara, que remontam a meados do século XIV, em pleno reinado de D. Afonso IV) arranca justamente no meio do 2.º período proposto por Marcelo Caetano. O termo da nossa pesquisa, respeitando o momento fulcral da primeira revolução liberal triunfante, em 1820, deslocar-se-á ligeiramente, contemplando o reinado de D. Miguel e terminando em 1834, com o fim do Absolutismo em Portugal.

¹³⁹ Fernand Braudel, Prefácio da 1.ª Edição de *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à L'Époque de Philippe II*, Tomo I, 3.ª Edição, Armand Colin, Paris, 1976 e sobretudo “Hitoire et Sciences Sociales – La Longue Durée” in *Écrits sur L'Histoire*, Flammarion, Paris, 1969.

Mas daquele ordenamento decorre finalmente a irradiação daquela tipologia-base pelo país inteiro, pois a organização concelhia a cujo serviço estavam as velhas casas da câmara cobria o país todo, no quadro de uma inegável “*municipalização*” *integral do território*. Ao serviço de uma rede *nacional* de concelhos e de um poder local que se exercia e se materializava em *praxis* comuns e iguais em todo o território, as velhas casas da câmara cobriam todo o Reino, constituindo um *corpus* arquitectónico extremamente homogéneo, como procuraremos demonstrar. Esta circunstância explica e legitima o âmbito espacial deste estudo, que contempla a integralidade do território português. Com efeito, independentemente das variações decorrentes dos materiais e da tecnologia disponíveis de região para região e das inflexões de gosto que se possam assinalar em determinados microclimas regionais, o que ressalta é a extraordinária unidade deste *corpus* arquitectónico, cuja importância, tão desvalorizada por tantos e tantos, foi intuída por um obscuro autor, João António Gordo, num texto publicado em 1925 e que aqui transcrevemos, dado o seu olhar tão penetrante quanto visonário:

“Ilustrados com a sua biblioteca e o museu de arqueologia e etnografia local, eles [os nossos Municípios] teriam ainda o pensamento de certas exterioridades materiais que falam ao coração do homem e soerguem o espírito de quem exerce ou vê exercer certas funções públicas.

Queremos referir-nos aos Paços do Concelho, que, por serem a sede das pequenas repúblicas municipais, todos gostamos de ver em edifício amplo, tocado d’aquela aspecto majestoso que tão bem diz com a mais nobre e convicta de quantas magistraturas se exercem na terra.

São tão pobres alguns, sem estilo arquitectónico definido, sem linha senhorial, e tão apertados outros, como pensamento que não voa...

Pois não fica mal tal cunho de grandeza na casa do concelho, que em Portugal é verdadeira e tradicionalmente – a casa do povo. E que seja ampla, para que os serviços da municipalidade não fiquem amontoados e sem luzimento, como se observa em alguns concelhos, em contraposição de outros que ostentam largas instalações em construções interessantíssimas que a legenda dos séculos sagrou de glória e respeito. Em frente, no centro das praças, conservemos os velhos pelourinhos, ou reergamos esses mutilados padrões da independência municipal que o barbarismo pretensioso maculou.

Nesses Paços do Concelho, como se disséssemos, nesses paços do Povo, impregnando esta palavra de sentimento grandioso que aqueceu a alma medieval de nossos avoengos, muito convém que as salas das sessões públicas da vereação sejam recintos vastos, para que os munícipes possam assistir às resoluções da administração da sua vida colectiva. Nesse ou noutro compartimento, se organizaria, onde ainda não exista, a galeria dos filhos ilustres pelo préstimo social, exemplo e estímulo para novos homens bons do concelho que aí vão assistir a actos públicos ou neles tomar parte. Aí se celebrariam as festas do concelho sob a égide da sua bandeira própria e ao som do hino municipal que enternece nos corações o amor pela Terra-Mãe”¹⁴⁰.

Enfim, o levantamento das velhas casas da câmara trouxe à superfície uma série de *mobílias e equipamentos afectos ao velho poder local português*. Merecerão uma referência final, que consideramos muito útil e justa, não só por se tratar de matéria de estudo praticamente inédita, mas também por aquele equipamento ser constituído por peças por vezes de grande valor artístico e – mais uma vez! – também de grande significado

¹⁴⁰ João António Gordo, *Regresso aos Municípios* [1925], Edição da Câmara Municipal de Castelo de Vide, Castelo de Vide, 2.ª Edição, 1987, pp. 126-128.

institucional e até simbólico. Testemunho eloquente de um poder local de há muito revolidado, este histórico património móvel detido ainda hoje por muitas Câmaras Municipais é bem digno de ser trazido à luz, em toda a sua riqueza, dignidade e qualidade artística. A velha e raríssima *cadeira* do Juiz Ordinário (e Presidente da Câmara) da vila de Outeiro (hoje no concelho de Bragança), os velhos e raríssimos *bancos privativos dos juízes e demais oficiais camarários*, que permanecem ainda hoje nas igrejas matrizes locais, as velhas varas dos Juízes Ordinários e de Fora, os velhos *padrões de pesos e medidas* ao serviço do poder local português durante séculos e que encontramos um pouco por todo o país são, assim, o complemento necessário ao nosso estudo. Por via deste, e ainda que apenas “virtualmente”, reganharão o seu local de sempre nas respectivas dependências das velhas casas da câmara portuguesas que, assim, nos surgem mais autênticas, mais completas, mais próximas da sua integralidade histórica e, enfim, mais inteligíveis.

2 – A organização do poder local português nas Épocas Medieval e Moderna

As *casas da câmara* dos velhos concelhos portugueses constituem a componente mais importante, mais visível e mais bem conservada da antiga arquitectura concelhia portuguesa. Com efeito, a partir de meados do Século XIV alguns concelhos começam a adaptar ou mesmo a erguer *casas* para as reuniões das respectivas assembleias de Homens-Bons (e, a seu tempo, das vereações). Sedes, desde então, do poder concelhio, o entendimento global das velhas casas da câmara exige que nos debrucemos, embora sumariamente, sobre a organização do poder local português na Idade Média e na Idade Moderna e em particular sobre a organização dos concelhos e as múltiplas e muito importantes competências e funções dos seus oficiais e agentes.

2.1. – A formação dos concelhos medievais

A criação da esmagadora maioria dos concelhos portugueses data da Idade Média e só é entendível no contexto da Reconquista Cristã. Precedendo a própria fundação do Condado Portucalense, a emergência dos primeiros concelhos medievais remonta aos tempos dos reis leoneses, constituindo um fenómeno tipicamente peninsular. Como se sabe, tanto em Portugal como nos demais Reinos Ibéricos, os avanços e recuos nas seculares lutas para expulsar Mouros de terras de Cristãos traduziram-se na formação de manchas vastíssimas de territórios praticamente despovoados ou com uma população extremamente rarefeita. Tratava-se de uma terra de ninguém, fronteira inóspita entre povos e gentes em tudo rivais, no contexto de aguerridas e sectárias estratégias de expansão e de domínio que produziam *marcas* extremamente flutuantes, ao sabor da sorte das armas, das estratégias, dos recursos, dos apoios e das alianças conseguidas pelas partes em confronto. Uma vez conquistadas, sempre em nome da coroa, as terras passavam a pertencer ao rei que naturalmente providenciava as medidas possíveis para a sua defesa mas também, sempre que possível, para o seu povoamento e o seu aproveitamento económico, quase sempre através do seu arroteamento e cultivo. Para alcançar estes objectivos tão essenciais para a

conservação, aproveitamento e boa gestão das terras recém-conquistadas, o rei reservava-as para si ou, o que era muito mais frequente, doava-as aos guerreiros que o tinham acompanhado nessas ou noutras campanhas militares – guerreiros aqueles que provinham tanto da nobreza como do clero, neste caso integrados normalmente em ordens religioso-militares. Com estas doações não só se retribuíam os apoios prestados pelas diversas instâncias da sociedade empenhadas nas lutas da Reconquista como, por outro lado, se assegurava o seu povoamento sustentado, como hoje se diria.

É neste contexto que o rei e os senhores da nobreza e do clero tomam importantes iniciativas visando o povoamento dos vastíssimos territórios praticamente despovoados que detinham ou que passaram a deter. Surgem assim as *Cartas de Povoação*¹⁴¹ e as *Cartas de Foral*. Aquelas visavam o simples povoamento das zonas mais despovoadas e a sua exploração económica (agricultura e pecuária, sobretudo); estas visavam a desejável auto-gestão das comunidades de *vizinhos*¹⁴² das localidades a quem eram concedidas¹⁴³. A concessão de Forais, pelo menos numa fase mais evoluída do povoamento do território,

“não tem já como fim principal o povoamento de uma terra, mas, sim, o de definir os direitos e deveres colectivos dos habitantes de uma povoação, frente à entidade concedente, o de estatuir ou fixar o direito público local ou, pelo menos, certos aspectos desse direito público”¹⁴⁴.

¹⁴¹ “A *carta de povoação* (em latim *charta populationis*; em castelhano: *carta puebla* ou *carta de población*) visava atrair habitantes para certas zonas – escassamente povoadas ou despovoadas (*ermadas*). O monarca, um senhor ou a entidade que exercia a autoridade sobre território nessas condições fixava na *carta de povoação* um conjunto de normas definindo o estatuto dos futuros colonos, especialmente quanto às condições de exploração da terra e tendo, pois, em primeira linha, uma *fisionomia essencialmente económica*. Aí se estabeleciam quais as prestações patrimoniais (*cânones*) ou pessoais a que os povoadores ficavam obrigados, os modos de detenção e ligação à terra”, Martim de Albuquerque e Rui de Albuquerque, *História do Direito Português I*, Lisboa, Edição policopiada, 1984/1985, p. 148.

¹⁴² Para a “definição de fogo e de vizinho” ver João de João José Alves Dias, *Ob. Cit.*, pp. 31-39.

¹⁴³ “Enquanto o cerne das *cartas de povoação* se restringe às condições de *assentamento* na terra – regime agrícola local e relações entre o senhor e o habitante –, os forais contêm, para além disso, preceitos ou disposições de direito *processual, militar, fiscal, penal e administrativo* (abrangendo a organização local e a competência e atribuições dos respectivos magistrados). Não faltam, também, embora quantitativa e qualitativamente menos importantes, *regras de direito privado*, com prevalência para as *instituições sucessórias e familiares*”, Martim de Albuquerque e Rui de Albuquerque, *Ob. Cit.*, p. 151.

¹⁴⁴ Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, *Ob. Cit.*, pp. 163-164.

A problemática dos *Forais* foi um dos tópicos mais debatidos da historiografia tradicional, tanto portuguesa como peninsular. Uma síntese actualizada das principais teorias em confronto quanto aos forais, à sua natureza e à classificação e natureza dos concelhos a que deram origem pode ver-se em “Introdução”, in António Matos Reis, *Origens dos Municípios Portugueses*, Livros Horizonte, 2.ª Edição, Lisboa, 2002, pp. 17-33. Desde Herculano que se registam infinitas definições de Foral: Forais eram “diplomas que, aos habitantes de determinada terra, pré-existente ou a fundar, concediam certas regalias, principalmente de carácter fiscal e administrativo”, Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, *Ob. Cit.*, p. 163. Sobre os Forais, sua definição, suas características e sua variedade, ver Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, pp. 235-239. Finalmente, a própria natureza jurídica dos Forais tem merecido o interesse dos historiadores do Direito Português, que acentuam “a pluralidade de origens das disposições foraleiras (...); como moldura em que se movem, impõe-se, sempre, considerar o direito geral, o qual funciona, aqui e relativamente a elas, como direito subsidiário. Ou seja: no território a que respeita o foral rege este, como direito especial ou particular, com prejuízo do direito geral, sendo, todavia, o direito geral chamado a integrar as disposições foraleiras, sempre insuficientes e lacunares”, Martim de Albuquerque e Rui de Albuquerque, *Ob. Cit.*, p. 152.

Por ter sido muito comum a relação entre a concessão de forais e a criação de concelhos tornou-se costume dizer-se que a concessão de um foral determinava a criação automática de um concelho – o que não é historicamente verdadeiro¹⁴⁵. Sendo os forais outorgados tanto pelo monarca como por um senhor nobre ou eclesiástico¹⁴⁶, o que interessa reter é que a concessão dos forais se processa num reino em formação, extremamente heterogêneo e diversificado¹⁴⁷ e em cuja diversificada e complexíssima paisagem social, administrativa e económica havia, para usarmos as palavras de Marcelo Caetano

“zonas despovoadas; outras agricultadas, pertencentes à coroa, cultivadas por reguengueiros ou foreiros ou dadas em préstamo a *prestameiros* que recebiam os rendimentos respectivos; havia coutos e honras dependentes dos respectivos senhores; e aqui e acolá, como ilhas, surgiam os primeiros concelhos”¹⁴⁸.

Não sendo este o lugar para repor a velha questão da origem dos concelhos peninsulares – debate clássico da Historiografia Portuguesa tradicional¹⁴⁹ – convém, porém, determo-nos na noção de concelho. Para o seu entendimento e definição, a via etimológica afigura-se muito eficaz. Convém, porém, lembrar o que atrás já dissemos: que na boca de autarcas, historiadores e eruditos, a palavra *concelho* cedeu, nos dois últimos séculos, lugar

¹⁴⁵ Entre outros, Martim de Albuquerque e Rui de Albuquerque fazem notar que já não é defensável “a definição de foral apresentada por Herculano, que via neste a carta constitutiva de um município. Realmente, certos municípios preexistiam às cartas de foral e, em alguns casos, foram outorgados a localidades que nunca chegaram a lograr existência jurídica como municípios”, Martim de Albuquerque e Rui de Albuquerque, *Ibidem.*, p. 151.

¹⁴⁶ “Do ponto de vista administrativo, no senhorio, o senhor – nobre ou eclesiástico – exercia a sua autoridade de dono da terra sobre os homens que nele habitavam: cobrava as prestações de bens e de serviços e, através dos seus representantes quando não estava presente, presidia à administração da justiça. Quando nessas terras se formassem povoações importantes ou fosse conveniente promover o povoamento, o senhor podia conceder cartas de foral, tal como o monarca”, Maria Fernanda Maurício, *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*, Colibri História, Lisboa, 1997, p. 225.

¹⁴⁷ Para uma cronologia e cartografia dos forais medievais portugueses, ver a excelente “Cronologia de Referência”, em Amélia Aguiar Andrade, “Portugal na Idade Média: Um Território em Construção”, in *A Construção Medieval do Território*, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 38-47.

¹⁴⁸ Marcello Caetano, *História...*, p. 216.

¹⁴⁹ Nesta matéria, Marcelo Caetano segue o velho historiador espanhol Sanchez Albornoz, para quem “o concelho peninsular, tal como aparece na Reconquista, é um produto das circunstâncias do país e da época, e não reprodução de quaisquer instituições anteriores ou alheias”, nomeadamente romanas: Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 221. Com efeito, face à tese que defendia uma origem “germânica” para a origem dos concelhos medievais peninsulares, prevalecia, desde Alexandre Herculano e dos seus muitos seguidores, a tese segundo a qual o concelho português derivaria do município romano. Ora, também esta tese era muito antiga e fora certamente reforçada pelos Humanistas do Renascimento. Dela se faz eco Duarte Nunes de Leão, quando nos ensina que “havia antigamente assim em Hespânia como em outras províncias subjectas ao imperio romano muitas a que os romanos tinham por socias, e confederadas, e a que davão privilégios, e honras, e **a cujas cidades, e lugares fazião municípios romanos, que querem dizer participantes dos officios e honras que os cidadãos de Roma em sua cidade tinham**, e os havião por vizinhos para na cidade de Roma terem cargos, e magistrados, poderem militar, e vencer soldo em suas legiões, e nellas terem officios”, Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Transcrição do texto, notas, aparato crítico e biografia do autor de Orlando Gama, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002, p. 150. Sobre o Município Romano e a administração “local” e “provincial” dos romanos ver sobretudo “Système municipal” e “L’apogée du régime municipal” in Pietro Bonfante, *Histoire du Droit Romain*, Librairie du Recueil Sirey, Paris, Tomo 1.º, pp. 274-280 e pp. 381-391, respectivamente.

à palavra *município*, de que derivam as igualmente consagradas palavras *municipal* e *municipalismo*. Porém, apesar destas palavras serem hoje esmagadoramente usadas para nos referirmos ao poder local e aos estudos sobre a vida, a natureza e a história dos concelhos – de que será exemplo a tão ambiciosa *História dos Municípios e do Poder Local [dos Finais da Idade Média à União Europeia]*¹⁵⁰, dirigida por César Oliveira – a verdade é que a palavra “município” não era usada no Portugal Medieval nem no Portugal do Antigo Regime. Com efeito, a palavra não aparece na documentação portuguesa anterior à segunda metade do século XVIII, época em que começa a ser utilizada muito timidamente por alguns Corregedores e Juizes de Fora mais actualizados, formados no contexto da reforma pombalina da Universidade de Coimbra e imbuídos dos padrões culturais dos Neoclassicismo triunfante. O dicionarista José Pedro Machado diz-nos, por outro lado, que em Português a palavra *município* surge apenas na segunda metade do século XVI, mas enquanto latinismo de estrita utilização erudita, e como tal utilizado por Duarte Nunes de Leão na sua famosa *Descrição do Reino de Portugal*:

“(…) he por tanto nesta materia *municipio*, aquelle lugar a que o pouo Romano deu priuilegio, & fez participante do poder, em Roma os officios publicos, & magistrados, & de militar nas legiões dos Romanos”¹⁵¹.

José Pedro Machado dá nota da palavra *municipal*, outro latinismo de origem igualmente erudita, recenseado num documento galego de 1422¹⁵².

Em Castelhana – e segundo Joan Corominas – a palavra *município* ocorre em 1490, sempre como latinismo erudito, enquanto a palavra *municipal* ocorre naquela língua apenas em 1734¹⁵³. Enfim, o mesmo carácter erudito detinham os latinismos *municipe*, *municipal* e *municipalité*, recenseados no Francês Clássico em 1765, 1527 e 1756, respectivamente¹⁵⁴. Ora, estas ocorrências – portuguesas, castelhanas e francesas, todas de origem erudita – contrastam em absoluto com a ocorrência das tão vernáculas e tão antigas palavras *concelho*, *concejo* ou *conseil*. Todas estas palavras, com os significados de “reunião; assembleia deliberativa, conselho”¹⁵⁵; «‘consejo, parecer’, asamblea consultiva’, propriamente

¹⁵⁰ César Oliveira, *Ob. Cit.*, 1996.

¹⁵¹ Duarte Nunes de Leão, *Ob. Cit.*, p. 150 (Ver atrás, Nota 148). Citado por José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais Antiga Documentação Escrita e Conhecida de muitos dos Vocábulos Estudados*, Editorial Confluência e Livros Horizonte, 2.ª Edição, Lisboa, 1967, Vol. II, p. 1624.

¹⁵² José Pedro Machado, *Ob. Cit.*, Vol. II, p. 1624.

¹⁵³ Joan Corominas, *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*, Gredos, 3.ª Edição, Madrid, 1973, 11.ª Reimpressão, Madrid, 2003, p. 407.

¹⁵⁴ Oscar Bloch e W. von Wartburg, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Française*, Presses Universitaires de France, 2.ª Edição, refundida, Paris, 1950, p. 402.

¹⁵⁵ José Pedro Machado, *Ob. Cit.*, Vol. I, p. 671.

‘deliberación, consulta’¹⁵⁶; “délibration, assemblée délibérante”¹⁵⁷, respectivamente – remontam aos fins do século X, pelo menos nas suas formas mais arcaicas.

2.2 – Os concelhos e outras formas de poder local

Enfim, dada a carga histórica da palavra *concelho*, bem como a sua riqueza semântica, em vez de “municipalismo”, palavra modelada e imposta por Alexandre Herculano, optaremos por variantes da expressão, historicamente muito mais correcta e ajustada de “movimento concelhio peninsular”, proposta e usada por António Borges Coelho, numa famosa obra, muito controversa e datada, sobre os concelhos portugueses e sua origem¹⁵⁸. Do mesmo modo, recuperaremos neste estudo a palavra *concelho*, cuja história e sobretudo cujo sentido urge conhecer melhor. Marcelo Caetano nota que “a palavra concelho vem de *concilium*, que significa reunião, assembleia”¹⁵⁹, acrescentando que “o ponto de partida é o *concilium*, a assembleia dos vizinhos de uma povoação reunida para tratar dos seus interesses comuns. Isto pressupõe uma povoação de homens livres, que têm de resolver os seus problemas pelos próprios meios”¹⁶⁰. Sánchez-Albornoz deixou-nos uma evocação das assembleias dos moradores da cidade de Leão e das suas importantes competências numa época tão remota quanto o Século X:

“o Conde governava a cidade, auxiliado pelo meirinho e o saião. O *concilium* ou assembleia geral de vizinhos de Leão e seu alfoz reunia-se sob a presidência daquele: para fazer justiça, para presenciar actos de jurisdição voluntária – doações, testamentos, *cartas profiliationis* ou contratos de vária espécie –; para fixar as medidas de pesos, líquidos e secos, o preço das jornas e a taxa das mercadorias, e para eleger os almotacés (zabazoques) ou juízes do mercado, primeiros funcionários autónomos da futura cidade”¹⁶¹.

Porém, o conceito de concelho alarga-se e transcende a própria assembleia original para, num processo semântico do maior alcance, passar a constituir o estatuto da *localidade* onde a assembleia de Homens-Bons se reúne ou o da *terra* ou alfoz circundante. Com efeito,

“cada comunidade ou concelho formava uma unidade política, que abarcava a capital, cidade ou vila, e as aldeias ou lugares dela dependentes e que possuía autonomia municipal, isto é, elegia os seus próprios funcionários ou juízes, tinha a sua milícia e administrava os seus foros. Até meados do século XIV foi insignificante a influência de el-rei na administração interna das comunidades”¹⁶².

¹⁵⁶ Joan Corominas, *Ob. Cit.*, p. 167.

¹⁵⁷ Oscar Bloch e W. von Wartburg, *Ob. Cit.*, p. 402.

¹⁵⁸ Ver António Borges Coelho, *Comunas ou Concelhos*, Prelo Editora, Lisboa, 1973, p. 196.

¹⁵⁹ Marcello Caetano, *História...*, p. 219.

¹⁶⁰ Id., *Ibidem.*, p. 219.

¹⁶¹ Claudio Sánchez-Albornoz, *Una Ciudad Hispano-Cristiana hace un Milenio – Estampas de la vida en León*, Editorial Nova, Buenos Aires, s.d., p. 29.

¹⁶² Wladimiro Piskorski, *Las Cortes de Castilla en el Período de Tránsito de la Edad Media a la Moderna – 1182-1520*, Tradução de C. Sánchez-Albornoz, Universidade de Barcelona, Barcelona, 1930, p. 47.

É neste contexto que tem todo o sentido a definição proposta por Marcelo Caetano: “o concelho seria a povoação de homens livres onde reunisse a assembleia para deliberar sobre os seus interesses comuns e que exercesse, normalmente por meio de magistrados que a representassem, a autoridade necessária para fazer acatar as deliberações tomadas e para se comportar como pessoa jurídica nas relações com outras entidades”¹⁶³.

Para a definição de concelho – face a outras formas coetâneas de organização do poder local¹⁶⁴ – o ilustre historiador do Direito Português considera em primeiro lugar os *membros* do concelho, necessariamente homens livres¹⁶⁵, detentores do poder de, *em conselho*, deliberarem e exercerem a autoridade em diversas instâncias. Em segundo lugar está a *assembleia dos vizinhos*, elemento identitário do concelho para Marcelo Caetano: “em nosso entender é mesmo a existência desta assembleia com autoridade própria que caracteriza o município medieval”¹⁶⁶. Em terceiro lugar, há que considerar a *povoação* que constitui a *cabeça do “concelho”*, onde residem os “vizinhos”, isto é, os moradores do concelho¹⁶⁷. Em quarto lugar, sempre dentro do mesmo processo semântico de amplitude sempre crescente, na definição de concelho há que contemplar o lugar ou, muito mais frequentemente, a *vila sede do concelho* mais o *termo ou alfoz*¹⁶⁸ que lhe era concedido e

¹⁶³ Marcelo Caetano, *Ob. Cit.*, p. 221.

¹⁶⁴ Para uma síntese da organização municipal na Idade Média nos Séc.s XIII e XIV ver em particular o Cap. IV, “Organização política, administração e justiça”, in Maria Fernanda Maurício, *Ob. Cit.*, pp.s 223-250.

¹⁶⁵ Isto é, indivíduos que “não se encontram individualmente dependentes de um senhor, um *dominus*”: Marcelo Caetano, *Ob. Cit.*, p. 219.

¹⁶⁶ Marcelo Caetano, *Ibidem.*, p. 223. Quanto à natureza jurídica do concelho merecem citação as seguintes palavras de Marcelo Caetano: “O concelho surge como se fosse uma pessoa, é uma unidade que se sobrepõe à pluralidade dos seus componentes. Actuando, pois, o concelho como se fora uma individualidade única, diz-se que tem *personalidade jurídica*. Aí está a colectividade com personalidade distinta dos indivíduos que a compõem, capaz de exercer direitos e de assumir obrigações, as quais pertencem ao todo e não a cada um dos componentes isolado”; *Id.*, *Ibidem.*, p. 220.

Marcelo Caetano considera ainda que, dada a variedade de tipos e modelos de forais “não é fácil destacar traços comuns na organização dos concelhos, genericamente considerados, tanto mais que os forais não tratam dos órgãos da administração municipal, aos quais fazem vagas referências. Em todos eles [concelhos] existe a assembleia dos vizinhos ou concelho propriamente dito, em que podem tomar parte todos os homens livres que tenham casa e morada habitual na povoação ou território municipal”, *Id.*, *Ibidem.*, p. 223.

¹⁶⁷ Ainda na primeira metade do século XVIII “a каза da Câmara [do Concelho de Tuías], que tem com cadeia e pelourinho, está situada no lugar da Picota, na freguesia de São Salvador, **por ser esta dita freguesia a cabeça de todo este concelho e a mais principal**”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, Edições Carvalhos de Basto, Ponte de Lima, 1992, Vol. II, p. 174. Ora, nos fins do Século XV, os Povos, ciosos do valor e do significado “urbano” da cabeça do concelho e do seu ascendente sobre o termo, pediam em Cortes que “quem nom vivendo muros adentro nam seja juiz nem oficial”, *Cortes de D. João II*, principiadas em Évora a 12-1-1481 e acabadas em Viana de A Par de Alvito, em Abril de 1482; IAN-TT, *Núcleo Antigo*, 118f. 217.

¹⁶⁸ “A povoação aberta ou acastelada, cuja existência se afigura fundamental, é o centro de uma área, o *termo*, o *alfoz*, por ela dominada nos aspectos económico e jurisdicional. Nessa área territorial se encontram as terras apropriadas pelos que inicialmente formam o concelho, e mais as zonas inexploradas, parte das quais se destinam à fruição comum, onde todos os vizinhos poderão apascentar seus gados, apanhar lenhas, usar

que constituía o *campus* de onde os moradores retiravam, pelo menos em contexto rural, o essencial dos seus recursos económicos¹⁶⁹.

Humberto Baquero Moreno, considerando a clássica distinção entre *concelhos imperfeitos ou rudimentares* e *concelhos completos ou perfeitos*, mostra-nos, de uma forma muito clara o modo como se criaram e se estruturaram os primeiros concelhos. Seguindo nisto o historiador espanhol Font Rius, Baquero Moreno diz-nos que

“os concelhos rudimentares existentes na Península Ibérica assentam basicamente nas assembleias municipais, constituídas pelos vizinhos, que intervêm na vida local em matéria de natureza económica, com a possibilidade de aplicarem multas a todos os membros da comunidade que não obedecessem às regras estabelecidas. Apenas muito lentamente evoluem no sentido de municípios perfeitos ou completos. Este processo de transformação arrasta-se na generalidade dos casos ao longo do século XII e da primeira metade do século XIII. **Um elemento fundamental dessa mudança reside nas atribuições que as assembleias populares passam a ter em matéria de justiça, tornando-se cada vez mais autónomas em relação ao poder central.** Gradualmente assiste-se a uma substituição dos juízes nomeados pelo rei por magistrados designados pela vontade da colectividade autárquica”¹⁷⁰.

No entanto, na extraordinária paisagem concelhia portuguesa encontravam-se singularidades e excepções, a começar por concelhos cujas sedes eram extremamente aproximadas, como nos antigos concelhos de Gouveia de Riba Tâmega e o de Gestaço (ambos hoje no concelho de Amarante). As respectivas “cabeças” de concelho, localizadas do lado de lá do famoso Convento de S. Gonçalo, passada a ponte de S. Gonçalo, sobre o Tâmega, distavam entre si cerca de 400 ou 500 metros¹⁷¹. Outro caso de igual proximidade era o das antigas vilas de Buarcos e de Redondos, que mereceu a seguinte referência no Numeramento de 1527:

“Em Buarcos ha duas vilas, a saber: Buarcos, que é vila do conde de Tentugal; e os Redondos que he de Santa Cruz de Coimbra, e se mete antre elas somente huma rua que as demarca,

águas... sendo outra parte reservada para eventual partilha por futuros habitantes à medida que fossem sendo recebidos na comunidade”: Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 219.

¹⁶⁹ É neste contexto que a criação de concelhos novos é contestada pelos concelhos antigos, que assim não só vêm cerceados os seus *termos* históricos como vêm reduzidos os seus rendimentos. Assim, nas Cortes de Santarém de 1331, os Povos protestam contra a criação de novos concelhos e a consequente redução dos respectivos termos: “Art.º 16 – *Item cada huma vila ouue seu termho asinaado que lhi foy dado en seu foro. E depoy a algumas vilas foy filhado dos seus termhos contra uoontade dos Concelhos. Fazendo en Alguuns loguares Vilas das sas Aldeyas. E este agrauamento dizem que receberom tamben per uos come pelos Reys que ante foram.*”

A este Artigo diz El Rey **que el e os Reys que ante el foram. fezerom esto en Alguuns loguares. pera se pobrar porem melhor a terra e pera se arromper e aproueytar. Aquelo de que ante nom auiam prol.** e diz que cada hum Rey pode esto na sa terra por tal razom fazer. **Ca por esto he a terra mays auondada e milhor defesa e mays enparada**”, Capítulos Gerais das Cortes de Santarém de 1331, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Centro de Estudos Históricos da FCSH-UNL – Junta Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1982, p. 32.

¹⁷⁰ Humberto Baquero Moreno, “A evolução do Município em Portugal nos séculos XIV e XV”, in *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI – Estudos de História*, Editorial Presença, Lisboa, 1986, p. 33.

¹⁷¹ O Concelho de Gestaço “só tem huma rua de casas, que continua da meio da rua do concelho de Gouvea; e algumas fazem frente e prespectiva sobre o Tamega, à villa de Amarante [...]. Tem sua casa da camara com pelourinho e cadea, tudo sufficiente para a administração das justiças”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob. Cit.*, Vol. II, p. 48.

que vai pelo meio delas e ambas estão juntas. Os Redondos que está da parte de cima, tem 46 vizinhos; Buarcos que está da parte do mar tem 98 vizinhos. Parte com o mar e com o termo de Montemor de todas as partes. Soma em ambas 144 vizinhos”¹⁷².

Por outro lado, se a cada concelho correspondia normalmente uma vila que desempenhava as funções de *cabeça de concelho*, concelhos houve onde isso não acontecia. Assim, em 1527, “o concelho de lyndosso que jaz peguado com este [“concelho da nobregua”] amtre elle e gallyza e he pequeno e nom tem vylla nem llogar Jumbo e tem somente hum castello ermo [...] e nelle nom a pouoçam Jumba soamente per casaes”¹⁷³. Na Beira, um excelente exemplo desta situação é o da sede do antigo Concelho do Jarmelo (hoje no Concelho da Guarda), antiquíssima vila que, porém, não só não tinha em si qualquer implantação urbana como nem sequer tinha qualquer morador – circunstância que, em 1858, merece as seguintes palavras do Governador Civil daquele Distrito, opondo-se veementemente à pretendida restauração daquele antigo e entretanto extinto Concelho:

“Jarmelo é uma Vila de que apenas resta o nome: havendo sido arrasada em tempos muito remotos, por motivos que não vem para aqui o referir; **ficaram apenas como vestígios desta Povoação uma Igreja e a Cadeia, situadas no cume d’uma elevada montanha,** que domina um fértil e extenso vale, que contém as Povoações que compunham o extinto Concelho e que **era, verdadeiramente, um corpo sem cabeça:** resulta d’aqui que **não havendo um centro, faltando uma Vila populosa que, sendo a sede do Concelho, nela se agrupassem as principais pessoas e Autoridades, acontecia viver em uma Aldeia o Administrador do Concelho, em outra, distante meia ou uma légua, o seu Escrivão, aqui o Juiz Ordinário, além os oficiais do Juízo,** e já se vê quanto isto devia influir, para não poder dar-se a devida regularidade na expedição dos negócios Judiciais e administrativos, e quão grave incómodo tinham os Povos em suas pretensões [...]”¹⁷⁴.

Finalmente, cumpre referir que o concelho tinha encargos – muitas vezes meramente simbólicos – para com o rei (ou para com o senhor que o tivesse instituído ou de algum modo o tutelasse¹⁷⁵), merecendo destaque a famosa *terça* dos concelhos enquanto contributo

¹⁷² “Povoações da Estremadura no XVI.º Século in *Archivo Histórico Português*, Vol. VI, Lisboa, p. 281, citado por Manuela Mendonça in “Buarcos, Tavarade e Redondos – Três Povoações no Processo Histórico de uma Cidade: Figueira da Foz”, *Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal – Estudos de História Regional Portuguesa*, Colibri, Lisboa, 1995, Vol. 1, pp. 189, 190.

¹⁷³ *Gentes e Espaços – Edição Crítica do Numeramento de 1527-1532 – Dicionário Corográfico do Portugal Quinhentista – Comarca de Entre Douro e Minho*, Edição. Introdução e transcrição de João de João José Alves Dias, Patrimonia, Cascais, 1999, p. 27.

¹⁷⁴ *Ofício* do Governador Civil da Guarda ao Ministro do Reino, opondo-se à restauração do Concelho do Jarmelo; Guarda, 24-2-1858, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.ª Direcção – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida – [Ano de 1858 – Livro 16, Proc. N.º 109]; Maço 3420, onde faz parte de um conjunto de documentos referentes à restauração do Concelho do Jarmelo [Apêndice doc.: Doc. N.º 2].

Outros casos em que o concelho não correspondia sequer a uma povoação concreta são os de Refojos de Basto (hoje Cabeceiras de Basto) e o do concelho de Canal (hoje no concelho de Estremoz): as sedes respectivas eram sítios desabitados, embora sempre sinalizados pelo pelourinho (que sobrevive em Canal e em Refojos) e pela casa da câmara (que sobrevive em Refojos). Mas o caso mais estranho, de *nula implantação urbana ou sequer viária* (pelo menos na actualidade) está no extinto concelho de Bemviver (hoje no concelho de Marco de Canaveses), cuja casa da câmara, aparentemente da primeira metade do século XVIII, hoje propriedade privada, fica muito longe de qualquer via pública, estando situada no meio de campos cultivados, de acesso muito reservado e singularmente difícil, pelo menos na actualidade.

¹⁷⁵ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck refere a obrigação do povo do Concelho de S. João de Rei (hoje no Concelho de Póvoa de Lanhoso) de fazer uma *ramada* à porta do paço da terra, quando o senhor ali for,

do poder local para o poder central¹⁷⁶. Com efeito, desde muito cedo se codifica o rendimento dos concelhos, destinando-se uma terça parte para as obras, outra para as despesas de funcionamento e finalmente a terceira para o Estado. Em Cortes os concelhos pedirão sistematicamente a dispensa deste encargo junto do rei e sistematicamente – até para evitar desigualdades e precedentes – a resposta será negativa.

A criação dos concelhos, no contexto da organização do poder local após a Reconquista, contribui para aumentar a infinita variedade da paisagem social, institucional e administrativa nos primeiros séculos de existência do Reino de Portugal. Assim, no quadro da maior diversidade, verificada entre as regiões de há muito cristianizadas e as acabadas de reconquistar, deve notar-se que a Norte do Douro havia poucos concelhos, ao contrário das Beiras, onde coexistiam concelhos muito pequenos¹⁷⁷ (os “concelhinhos”¹⁷⁸ referidos na

transposta depois para o dia de S. João, o que deu origem a conflitos seculares, que chegaram ao século XIX, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob. Cit.*, Vol. II, p. 170. Ora, num *Memorial* sobre o antigo Concelho de S. João de Rei refere-se que ainda no Século XVIII “os **Moradores deste Concelho fazião ao Donatario huma ramada na manhã do dia de S. João, formados em duas alas desde a porta do paço ate a da Matriz na distancia de 2 tiros de Mosquete, com arcos arvorados a que pegavão dois a dois, fabricados de ramos com cravos, e outras flores, acompanhando a Camara o Donatario** do paço à Igreja, e desta àquele”, *Memorial* anónimo e não datado [2.ª metade do século XVIII?] sobre o antigo Concelho de S. João de Rei, que “jaz nas margens do Rio Cávado”, in IAN-TT, *Ministério do Reino – Memórias sobre Diversos Assuntos*; Maço 356, Caixa 477.

Estas práticas eram, com efeito, reminiscências de costumes muito enraizados localmente como o voto dos habitantes da Guarda de irem em romaria a Nossa Senhora de Açores: “**Item Senhor os moradores desta cidade e termo en cada huum ano vaao em Romaria a huma egreja que chamam santa maria d açores** que he duas legoas da dicta cidade **a qual Romaria teemos per carta dos Rex antigos E llevamos a syna da dicta cidade em o dicto dja o mais ssolimpnemente que podemos**”, Capítulos do concelho da Guarda a Cortes indeterminadas de 1441 (?), in IAN-TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 2, fól. 10v.º, ou *Leitura Nova, Beira*, Livro 1, fól. 253-253vº., publicados por Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval – Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*, Cadernos da *Revista de História Económica e Social* 9-10, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1987, p. 169.

¹⁷⁶ Maria Fernanda Maurício faz notar que “ao lado da sua autonomia administrativa, os concelhos possuíam autonomia financeira, o que significava cobrarem eles próprios as receitas com que custeavam as suas despesas: rendimentos dos bens próprios do concelho, direitos cobrados pela utilização dos bens comuns do concelho, pelo produto das coimas, pela violação das posturas, pelos rendimentos da almotaçaria, pelos rendimentos provenientes da aplicação da justiça, pelas rendas cobradas pela aferição dos pesos e medidas, pelas rendas das portagens e outros. Dentre as despesas, destacamos a «têrça», o jantar ou colheita, dadas ao senhor da terra, o pagamento aos funcionários concelhios, as despesas com a aposentadoria dos funcionários régios. O conjunto das receitas e das despesas constituía o orçamento do concelho”, Maria Fernanda Maurício, *Ob. Cit.*, pp. 234, 235.

¹⁷⁷ A excessiva proliferação de concelhos acabava por ter efeitos perversos, tornando-os quase ingovernáveis por falta de moradores em número suficiente, de onde pudessem emergir os juízes e demais oficiais para servirem o concelho. A questão levanta-se nas Cortes de Lisboa de 1371: “Art. 30.º - Ao que djzem aos trijnta arrtigos que per noso padre foij mandado em cortes que o que fosse ofical do concelho huum ano que dali a tres anos nom ouese ofiçio E que **no noso Senhorio ha alguuns logares tam mjnguados que escasadamente podem auer ofiçiaaes quaaes comprem** pera huum ano assij que o dito Mandado lhjs he muj dapnoso

E pedjam nos por merçee que o quisesemos correger e mandasemos que o que fose ofiçial que dalj a outro ano o posa seer se pera elo for escolheijto ca esto foj pera çidade ou vila

A este arrtigo Mandamos querendo fazer graça e merçee ao noso poboo que **quando o lugar for tal que nom posam auer ofiçiaaes quaaes comprem** pera seruir nem tantos Mandamos que se guarde cõmo djzem e per elles he pedido contanto que o sseijam huum ano e outro nom E quanto he em nos outros

documentação da época manuelina...), enquanto a expansão progressiva do território vai dar lugar à concessão de cartas de foral que criam novos concelhos no Centro e no Sul do Reino, mas agora detentores de imensos *termos* ou territórios dependentes¹⁷⁹.

A variedade desta paisagem concelhia acentua a complexidade e até o carácter caótico das instituições medievais¹⁸⁰, mas é neste quadro que a criação de concelhos (bem como a das outras modalidades de organização “municipal”), constituiu um dos mais

logares guarde se aquilo que foj Mandado per El Reij nosso padre em nas cortes que ffez”, “Capítulos Gerais do Povo” nas Cortes de Lisboa de 1371, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos da UNL, Lisboa, 1990, Vol. I (1367-1380), p. 29, sublinhados nossos.

Muitos séculos depois, já no fim do Antigo Regime, ainda a Câmara de Valongo dos Azeites (então da Comarca de Trancoso; hoje concelho de S. João da Pesqueira) *representa* à Rainha D. Maria I sobre nomeadamente a falta de habitantes habilitados para desempenharem os cargos concelhios: “Daqui rezulta não haver pessoas, que occupem ou sirvão os Cargos da Republica pelas importantes, e desproporcionadas despesas que, trazem comsigo; mais intoleravens, por que quasi sempre são os *mesmos* os que os occupão, e aquele precizo pagarem-nas ás suas proprias custas, por no *Concelho* não haver por onde se possam satisfazer”: *Representação* da Câmara de Valongo dos Azeites (Comarca de Trancoso) à Rainha, sobre a decadência da vila, a pobreza e falta de rendimentos do concelho, a redução do número e a pobreza dos seus moradores; Valongo dos Azeites, 26-12-1795, in IAN-TT, *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 987; Caixa 1107.

Finalmente, em 1834, iniciado o processo de “arredondamento dos concelhos” que conduzirá à extinção de mais de metade dos velhos concelhos de origem medieval, o Conselheiro servindo de Prefeito da Prefeitura de Viseu, em *Ofício* ao Bispo-Conde D. Frei Francisco de S. Luís, Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios do Reino, de 8 de Novembro de 1834 (menos de meio ano passado sobre o Desembarco do Duque da Terceira em Lisboa) referir-se-á ao tamanho minúsculo de muitos desses concelhos. Ssim, o Conselheiro propõe a sua fusão: “**grande parte dos Concelhos são povoações insignificantes, e como solitárias na vasta extensão da província; a coisa de que menos curam é de se comunicar e tratar com os seus vizinhos, e com as autoridades;** e talvez o maior benefício que se poderia actualmente fazer a estes Povos seria unir muitos d’eles sob uma só cabeça, aonde fossem ajuntar-se os nervos da inteligência e da vida”: *Ofício* do Conselheiro servindo de Prefeito da Beira Alta ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios do Reino relativo, entre outros assuntos, à morosidade dos Correios da Província e ao processo de arredondamento dos concelhos; Viseu, 8-11-1834 in IAN-TT, *Ministério do Reino* – Negócios Diversos, Maço 1915.

A pequenez dos velhos e minúsculos concelhos portugueses deixou rastros no cancioneiro popular português, de que é um belo exemplo a minúscula povoação de Ouguela, sede de um bem antigo e bem prestigiado concelho, assim evocada: “Bela cidade de Ouguela / Dentre todas a mais nobre / **Para teres vinte ruas / Só te faltam dezanove.**”, Maria Isabel Gomes Marques M. da Costa, *Monografia de Ouguela*, 1981, policopiado, p. 74, sublinhados nossos.

¹⁷⁸ Nas Cortes de Lisboa de 1498 os Povos pedem explicitamente a extinções daqueles “concelhinhos”: “Item Senhor <outro mayor> dano Reçebe vossos pouoos por **tirardes aas çidades e vyllas de vossos rregnnos sseus termos, grandes e boons como ssuyam teer com que vos ssuyam grandemente serujr e fostes fazer e apartar concelhinhos particulares e Jurdições apartadas** tirando as Jurdições a voos mesmo pellas dardes a pesoas particulares, senhores e fidalgos, em que fazem couas de ladroões pera destroyrem o cotaydo [sic] do pouoo E ho lançom em pobreza

seJa vosa alteza **mandar tornar os taaes concelhinhos aas çidades e vyllas donde os dessnembrastes e ficaram as çidades e vyllas ynobreçidas** pera vos poderem bem serujr e nam pereçera a Justiça pellos taaes...,” Cortes de Lisboa de 1498: Capítulos Gerais do Povo – Apresentação da terceira parte dos capítulos gerais conforme o discurso original dos procuradores dos Concelhos - Capítulo 61.º in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1.ª Ed. Lisboa, 2002, p. 99.

¹⁷⁹ Marcello Caetano, *História do Direito Português...*, p. 216.

¹⁸⁰ Com efeito, “as instituições medievais caracterizam-se pela sua grande irregularidade e variedade: não havia regras uniformes para a divisão do território, nem quanto ao regime administrativo das várias circunscrições, nem para determinar o número, a denominação e os poderes das autoridades e dos funcionários. Tudo variava de lugar para lugar, com uma frequência desconcertante”: Marcello Caetano, *Ibidem.*, p. 215.

importantes e efectivos meios de homogeneização do território e até da construção de uma identidade colectiva e nacional¹⁸¹. Com efeito, como diz Amélia Aguiar Andrade, os concelhos

“vão constituir-se como elementos de ordenamento do espaço, uma vez que lhes vão ser atribuídas funções de pólos ordenadores administrativos, fiscais e militares de áreas mais ou menos vastas – os termos – funcionando ainda como intermediários entre o rei e as comunidades que os integravam”¹⁸².

Ora, se os diversos padrões ou tipos de Forais instituidores têm permitido propostas de classificação hierarquizada ou de algum modo tipificada dos concelhos medievais, na prática, todos eles passam a ter uma organização bastante aproximada e sobretudo todos passam a deter magistrados com funções administrativas, fiscais e judiciais. Com efeito, a concessão intensiva de forais teve como resultado a *municipalização integral do território*, de que nos fala Nuno Gonçalo Monteiro:

“desde os finais da Idade Média que todo o espaço continental da monarquia portuguesa se encontrava coberto por concelhos, designados por cidades, vilas, concelhos, coutos, honras ou simplesmente terras. O mesmo se podia afirmar, aliás, acerca das ilhas atlânticas e até de territórios situados em outros continentes, aos quais o mesmo modelo se fora comunicando. Todos os concelhos eram constituídos por câmaras municipais, as quais possuíam por toda a parte atribuições formais parcialmente coincidentes, nestas se incluindo a jurisdição em primeira instância, pelo menos em matéria cível. A municipalização do espaço político local constituiu uma das heranças medievais mais relevantes”¹⁸³.

E Nuno Gonçalo Monteiro conclui que, nesta matéria, “o que parece indiscutível no final do século XV, é a universalização do modelo concelhio como unidade administrativa e judicial de primeira instância, como tal reconhecida e identificada nos primeiros numeramentos”¹⁸⁴.

Ora, esta “municipalização” global do território contribuiu para romper e anular os naturais e muito intensos factores de centrifugação tão típicos da Idade Média e é de tal modo abrangente que alcança as próprias comunidades minoritárias de Mouros e Judeus¹⁸⁵. Porém, o que ressalta é que

¹⁸¹ Esta homogeneidade decorre ou é induzida pela própria natureza dos Forais. Com efeito, tem-se considerado que “os forais não variavam, no seu conteúdo, indefinidamente, tendendo, pelo contrário, a formar certos *padrões* ou *tipos*, ditados por condicionalismos geográficos ou económicos, e até pelo próprio desejo do poder central de introduzir certa uniformidade que se sobrepusesse ao particularismo consuetudinário”, Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, *Ob. Cit.*, p. 165.

¹⁸² Amélia Aguiar Andrade, *Ob. Cit.*, p. 20.

¹⁸³ Nuno Gonçalo Monteiro, “A sociedade local e os seus protagonistas”, in César Oliveira, *Ob. Cit.*, p. 30.

¹⁸⁴ *Id.*, *Ibidem.*, p. 31.

¹⁸⁵ Com efeito, “as comunidades judaicas regiam-se pelos seus ‘Direitos e usos, em todos os feitos, casos e contendas’ entre judeus. Em cada localidade onde existissem judiarias, estas estavam organizadas em comunas em termos análogos à organização municipal. Os actos da comuna tinham lugar na sinagoga. No século XV, os membros da cada comuna elegiam os respectivos magistrados e oficiais por pelouros (O.A., II, 81, § 23); Marcello Caetano, *Ibidem.*, p. 507. Estas comunidades tinham também códigos e oficiais de justiça privativos e “dispondo, para as prisões, de cadeias próprias”, *Id.*, *Ibidem.*, p. 508.

“a existência de concelhos em todo o país parece ter sido uma consequência da municipalização do espaço político, processo iniciado na Idade Média e concluído até finais do século XV (...). **A municipalização do território acabou por criar um modelo administrativo bastante uniforme em todo o país**, com instituições municipais dotadas de uma área autónoma de jurisdição, magistraturas e competências idênticas”¹⁸⁶.

A criação de povoações e sobretudo a criação de concelhos, no quadro mais geral da Reconquista Cristã, assume uma relevância verdadeiramente transcendente. Importa recordar os princípios jurídicos e as funções e práticas dominantes na Administração Local na época considerada, bem como as diversas instâncias do poder local na sua complexidade, heterogeneidade, variedade e na ambiguidade da sua relação entre si e na sua relação com o poder real, expressos nas tradicionais designações de *concelhos*, *coutos* e *honras*¹⁸⁷.

No contexto da Reconquista, os grupos sociais privilegiados, isto é, as autoridades senhoriais – nobres ou comunidades religiosas – vão constituir *coutos* e *honras*, comunidades auto-suficientes e auto-gestionárias, dependentes apenas da entidade instituidora¹⁸⁸. Assim, da sua natureza institucional baste-nos saber que,

“de comum, os coutos e as honras tinham o serem terras imunes, onde o rei renunciava a cobrar tributos (...). Não tendo direitos a fazer valer dentro dessas terras imunes, os agentes régios (mordomos, saíões, porteiros) não podiam entrar nelas”¹⁸⁹.

¹⁸⁶ João Manuel Rodrigues Pereira, *Elites Locais e Liberalismo – Torres Vedras 1792-1878*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, 2000, p. 41.

¹⁸⁷ “O país não estava, como hoje está, todo dividido em concelhos: o concelho era uma das formas que a organização local podia revestir, mas a par dela outras existiam. Muitas terras estavam directamente subordinadas à Coroa, e eram governadas pelos seus agentes; num grande número de outras existia um regime senhorial, e a administração pertencia a um nobre ou a uma comunidade religiosa a quem competia exercer toda a autoridade. Tais eram os coutos e as honras que predominavam para o norte do Douro” José Hermano Saraiva, “Origem e Evolução Histórica dos Municípios Portugueses”, “Introdução Histórica” a AA.VV., *História das Freguesias e Concelhos de Portugal*, QuidNovi, Matosinhos, 2004, Vol. 1, s.d.

¹⁸⁸ Apesar do seu lugar quase residual, deve também considerar-se a figura da *Beetria*, a última forma de organização municipal que há que recensar. Francisco Xavier da Serra Craesbeeck informa-nos de que “Betrias que val o mesmo, que = *Bem te faria*. E assim **era regalia do povo escolher seu con quem e quando quiser e que bem lhe fizesse** (...). Em Portugal, pretendão ser beetrias esta villa de Amarante, a de Canaveses, o concelho de Tuias e a Honra de Ovelha: todas desta comarca e de fora della, Britiande, Gaiolo, Louredo, Mejão frio, Omesende, Vilamarino, Sant’Isidro e Varsea da Serra”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob. Cit.*, Vol. I, p. 251.

As Beetrias, que existiam apenas a Norte do Douro, eram “colectividades de homens livres, geralmente pequenas, que detinham o privilégio de eleger o nobre que desejassem por patrono, para seu senhor (tomar senhorio), com a faculdade de mudar para outro quando se verificassem as circunstâncias previstas nos costumes locais” Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 227. Sobre as Beetrias na Península ver “Las behetrías”, in Salvador Minguijón, *Historia del Derecho Español*, Editorial Labor, 3.ª Edição, Barcelona, 1943, pp. 113-115.

Formas de organização para-municipal tipicamente peninsular, as *Irmandades* (hermandades) eram “confederações de municípios organizados com recurso a ordenanças (ordenanzas) próprias para buscar na união a força e para alcançar objectivos de polícia e segurança. Estas organizações representaram uma grande força política e social, chegando a constituir por vezes um como que Estado dentro de outro. Datam dos finais do século XII ou princípios do XIII”, Salvador Minguijón, *Ibidem.*, p. 115. Humberto Baquero Moreno considera que “não existe em Portugal a mínima referência a uma organização concelhia semelhante às conhecidas irmandades dos reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão”, salvo nas terras de Ribacoa, tardiamente incorporadas no Reino de Portugal. Ver sobre o assunto Humberto Baquero Moreno, “A Irmandade de Ribacoa dos fins do século XIII”, in *Os Municípios Portugueses...*, pp. 27-32. A citação anterior consta logo à cabeça deste artigo, à p. 27.

¹⁸⁹ Marcello Caetano, *História do Direito Português...*, p. 225.

Do carácter “concelhio” dos coutos diga-se que todos detinham os respectivos equipamentos concelhios e a respectiva casa da câmara. Assim, relativamente ao Couto de Abadim (Badim, localizado a meia légua do mosteiro de S. Miguel de Refóios – hoje Cabeceiras de Basto), o Corregedor de Guimarães escrevia em 1726: “**tem este couto sua casa da camara, cadea e pelourinho**”¹⁹⁰. Quanto ao Couto de Lagiosa, (localizado entre Lanhoso e Guimarães), o mesmo autor informa-nos de que “Está em citio aspero, e montuoso, com poucos vesinhos, que não passam de 20. **Tem seo juis do cível: e orphãos, que tambem serve de almotacé, e hum procurador**, o que tudo faz o juis que acaba [...]”. Não tem pelourinho, nem goza de privilegios de villa ou couto, inda que tem justiça, que julga”¹⁹¹. Este testemunho mostra-nos a existência, dentro de um padrão e de um estatuto comum, a existência de uma diversidade assinalável de situações locais.

Os coutos¹⁹² – que as entidade tutelares demarcavam com marcos de pedra ou “coutos”¹⁹³, como os que sobrevivem no museu de Paços de Ferreira, por exemplo [Fig. 6] –

¹⁹⁰ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob.Cit.*, Vol. II, p. 204.

¹⁹¹ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob.Cit.*, Vol. II, p. 229. O mesmo autor diz-nos que o couto de Moreira de Rei (Fafe) “he da coroa; **não tem foral**, mas he todo demarcado e privilegiado das Taboas Vermelhas de Nossa Senhora da Oliveira da Collegiada desta villa de Guimarães”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob.Cit.*, Vol. II, p. 235.

¹⁹² O couto “era privilegiado por carta que delimitava a terra abrangida e que, a seguir, era demarcada pelo interessado mediante a colocação de marcos ou padrões, também chamados coutos. Os mais importantes foram os coutos eclesiásticos. Mas em doações régias concedia-se a donatários nobres o privilégio em termos muito semelhantes”; Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 226.

Exemplos maiores de “coutos eclesiásticos” eram os tutelados pelo Arcebispo de Braga: “sendo senhor de um vasto domínio espiritual, o Arcebispo [de Braga] também exercia o senhorio temporal de um dos maiores territórios nesta situação, integrando um conjunto muito vasto de territórios que ocupavam 8% das terras do reino (...). O senhorio temporal de Braga compreendia 15 coutos, quase todos pequenos, “salvo o couto de Braga, o de Dornelas, ao Sul do Barroso e S. Mamede de Riba Tua, no Douro. Em meados do século XVII, a ouvidoria de Braga incluía 14 terras no Minho e Trás-os-Montes, perfazendo um total de 269Km²”, Manuel Sopas de Melo Bandeira, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII – A reconstituição da cidade a partir do Mapa das Ruas de Braga e dos Índices dos Prazos das Casas do Cabido*, Edições Afrontamento, Porto, 2000, p. 81.

Sobre esta matéria merecem consideração ainda os famosos “Coutos de Homiziados”. Ver, sobre os mesmos, o importante estudo de Humberto Baquero Moreno, “Elementos para o estudo dos Coutos de Homiziados instituídos pela Coroa”, in *Os Municípios Portugueses...*, pp. 93-138.

¹⁹³ Estes marcos ou “coutos”, embora raríssimos, ainda se encontram no Norte do país, por vezes recolhidos em Museus locais, como o que se encontra no *Museu Municipal de Paços de Ferreira*. Também a área coutada do Couto de Vairão era balisada por marcos. Sendo hoje impossível de reconstituir, “tratava-se (...) duma vasta área, compreendendo cerca de 20km², bastante próxima, a Oriente, do Couto de Santo Tirso, um Senhorio com mais de 25Km², e, a Sudoeste, do Couto de S. Salvador de Moreira, também ele com uma superfície superior à de Vairão”, Alcina Manuela de Oliveira Martins, *O Mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: O Percurso de uma Comunidade Feminina*, Universidade Portucalense, Porto, 2001, p. 99.

Por outro lado, a prática de delimitar as propriedades e domínios, nomeadamente conventuais, era muito frequente. Assim, ainda existem muitos dos marcos de granito a indicarem domínios do mosteiro de Grijó. Ver António Domingues de Sousa Costa, *O Mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, Grijó 1993, p. 106.

foram maioritariamente instituídos por entidades eclesiásticas, enquanto as honras¹⁹⁴ foram instituídas por nobres. Assim, quanto à Honra de Cepães (localizada entre Montelongo, Felgueiras e Guimarães), “he della Senhor o Excelentissimo Conde de Unhão. **Governa-esta honra com hum juiz ordinario, que o he tambem dos orphãos, e almotace, hum procurador, que he meirinho, vereador e quadrilheiro**, feito pello ouvidor do Senhor da terra”¹⁹⁵. Como as demais, também a Honra de Ovelha “**tem sufficiente caza de camara**, perto da ponte, por onde se passa o dito rio [*de Ovelha*], dentro do lugar, **com sua cadea e pelourinho**”¹⁹⁶.

Esta paisagem “concelhia” de origem medieval, constituída por *concelhos*, *coutos* e *honras*, sedimentou-se de tal modo que vai sobreviver intacta por todo o Antigo Regime, sendo apenas removida, por anacrónica, residual e sobretudo por radicalmente alheia a um ordenamento jurídico novo, uniforme e centralista, já nas vésperas da aprovação da Constituição de 1822. Assim, e apenas a título de exemplo, registe-se a *Representação* da Câmara de Penafiel (de 21-8-1822)¹⁹⁷, em que expõe “que dentro do Concelho da mesma cidade há os Coutos de Bustello, e Entre os Rios sem Camara alguma mais do que hum Procurador e Juiz, e a Honra de Barboza com Camara regular”. Ora, face à necessidade de convocar eleições para a nova Câmara, os oficiais camarários de Penafiel perguntam se aqueles coutos e honra “e os moradores delles sem intervenção desta Camara deverão nomear esses mesmos governos municipais que athe o presente ahi tem havido”. No Ministério do Reino esta questão suscitou a *intervenção do próprio Almeida Garrett* que, muito jovem, enquanto funcionário nos serviços centrais daquele Ministério, deu o parecer de que “nem Coutos, nem honras são concelhos; logo á face da *Lei* não tem camara i. e. representação municipal privativa” (sublinhado no original). Muitos anos depois, ainda em 1867, com o processo de “arredondamento dos concelhos” empreendido pelo Estado Liberal praticamente encerrado, ainda os moradores da velha *Honra* de Baltar (hoje no concelho de

¹⁹⁴ “As *honras* tinham esse nome do tempo em que constituíam préstamos concedidos a nobres para remunerar serviços prestados ao rei, representante da colectividade (...). Com o tempo, houve préstamos que ficaram na posse hereditária das famílias fidalgas e generalizou-se a ideia de que a nobreza era, por definição, uma função pública e por isso os domínios territoriais dos nobres deviam ser imunes pelo simples facto de lhes pertencerem”, Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 226.

¹⁹⁵ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob. Cit.*, Vol. II, p. 314.

¹⁹⁶ Id., *Ibidem.*, Vol. II, p. 311.

¹⁹⁷ *Representação* da Câmara de Penafiel expondo a existência, na área do seu concelho, de dois Coutos, Bustelo e Entre Rios (que nunca tiveram Câmara) e uma Honra, Barbosa (que tinha Câmara), e pedindo informações quanto à legitimidade de estes elegerem câmaras, independentes do Concelho de Penafiel; Penafiel, 21-8-1822, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 986; Caixa 1105/1513. A *Representação* está acompanhada de um *Parecer* de Garrett sobre o assunto e segundo o qual “nem Coutos, nem honras são concelhos; pelo que não deverão ter Câmara, i. e. representação municipal privativa”; Lisboa, Ministério do Reino – 1.ª Repartição; não datado (1822); sublinhados no original [Apêndice Doc.: Doc.º N.º 3].

Paredes) reclamavam que esta localidade fosse a sede do projectado concelho de Paredes, nomeadamente “porque n’aquela Povoação ainda existe o antigo Edifício dos paços do Concelho da antiga Honra de Baltar”¹⁹⁸.

Caracterizada sumariamente a constituição e implantação do poder local, assente na emergência e no desenvolvimento dos municípios portugueses nas diversas formas atrás referidas – de que, porém, há que destacar a figura do *concelho*, de longe a mais implantada em todo o território, e à qual nos ateremos ao longo do presente estudo – cumpre abordar muito sumariamente a organização do poder local e em seguida as competências e funções dos municípios portugueses e dos seus oficiais e agentes.

2.3 – A organização dos concelhos

A progressiva criação de novos concelhos e o seu desenvolvimento e consolidação conduzem a uma forma de organização praticamente uniforme em todo o reino, assente na existência de oficiais e magistrados concelhios, recrutados de entre a comunidade de vizinhos – de que emanavam, que os legitimavam e a que serviam. Como considera, a Professora Maria Helena da Cruz Coelho, “no senhorio colectivo que era um concelho, o poder dos eleitos dimanava de todos os que nele moravam e o sustentavam”¹⁹⁹. É assim que os velhos «concelhos abertos» de que falam todos os medievalistas, constituídos por todos os vizinhos, reunidos mais ou menos informalmente ao ar livre ou em lugares de acesso incondicionado, vão dar a lugar aos «concelhos fechados». Esta transição, que é da maior importância pois é dela que decorre, afinal a própria emergência das casas da câmara dos velhos concelhos portugueses, mereceu as seguintes palavras a António de Oliveira:

“é para este concelho aberto, que inicialmente sobressaía nas comunidades locais, para a participação de todos os vizinhos, que se torna necessário chamar a atenção. Modelo que em Leão e Castela teve o seu ponto alto entre os séculos X e XIII, o qual se foi fechando na medida em que se operou o crescimento demográfico, o desenvolvimento económico das vilas e cidades e, naturalmente, o surgimento de novas atitudes dos fautores do engrandecimento do poder régio. O século XV, tanto

¹⁹⁸ *Representação* do povo da antiga Honra de Baltar, pedindo para que “o Concelho de Paredes deve ser elevado a Comarca, porém, a sua sede não pode deixar de ser em Baltar” (Baltar, Não datada, mas datável de 1867), in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1867), Livro 25, Proc. 1288; Maço 3153.

¹⁹⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, “No palco e nos bastidores do Poder Local”, in Fernando Taveira da Fonseca (Coordenador), *O Poder Local em tempo de Globalização – Uma História e um Futuro*, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005, p. 73.

em Portugal como em Castela ao tempo dos reis católicos, é já um tempo de consolidação das oligarquias”²⁰⁰.

Enfim, apesar das tradições da assembleia concelhia e das suas importantes funções no sentido da regulamentação geral da vida da colectividade, também em Portugal

“a tendência (...) foi para se ir restringindo a participação nas reuniões ordinárias apenas a certos vizinhos mais sisudos e experientes, com mais tempo disponível e mais interesse pelas coisas públicas – os homens-bons. Pela necessidade de haver quem permanentemente representasse a colectividade e executasse as deliberações concelhias, breve surgiram as magistraturas permanentes. São variadas, quanto ao carácter, funções e até designação”²⁰¹.

Este fenómeno acentuar-se-á com a aproximação da Idade Moderna e dele João Manuel Rodrigues Pereira dá-nos uma excelente síntese:

“com a entrada na Idade Moderna a noção de representação comunitária e participação alargada da população nas assembleias municipais do período medieval foi dando lugar a uma oligarquização das câmaras, apoiada pela convergência das tendências centralizadoras do poder central e por medidas adoptadas localmente pelos municípios, de uma maior burocratização e gestão centralizada. A formação de um quadro de funcionários (juizes, vereadores, procuradores, escrivães, almotacés) traduziu-se na restrição da assembleia municipal numerosa e pública e na passagem dos homens bons à eleição de vereadores”²⁰².

Nos meados do Século XV, aquando da primeira codificação geral das Ordenações do Reino, as chamadas *Ordenações Afonsinas*²⁰³ – que “sistematizaram um conjunto de disposições que passaram a vigorar em todo o território português”²⁰⁴ – o poder local está já plenamente organizado, estabilizado e sedimentado. Os antigos magistrados e demais oficiais das Câmaras portuguesas – que sobreviverão até ao fim do Antigo Regime – aparecem já todos referidos nos *Títulos* competentes do *Livro I* (localização e estrutura geral que serão sempre respeitadas nas sucessivas reformulações das *Ordenações do Reino*). Assim, o Título XXVI trata “Dos Juizes Hordenairos, e cousas que a seus Officios pertencem”; o Título XXVII, “Dos Vereadores das Cidades, e Villas, e cousas que a seu Officio pertencem”; o Título XXVIII, “Dos Almotaces, e cousas que a seus Officios pertencem”; o Título XXVIII, “Do Procurador do Concelho, e cousas que a seu Officio pertencem” e, finalmente, o Título XXX, “Do Alcaide Pequeno das Cidades, e Vilas, e cousas que a seu Officio pertencem”. Como se esperaria, inúmeros parágrafos descrevem minuciosamente as obrigações de cada um dos magistrados e oficiais atrás referidos.

²⁰⁰ António de Oliveira, “A República e as Repúblicas”, in Fernando Taveira da Fonseca (Coordenador), *O Poder Local em tempo de Globalização – Uma História e um Futuro*, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005., p. 22.

²⁰¹ Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 224.

²⁰² João Manuel Rodrigues Pereira, *Ob. Cit.*, p. 41.

²⁰³ *Ordenações Afonsinas*, Livro I, Reprodução «fac-símile» da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra de 1792, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

²⁰⁴ Margarida Sobral Neto, “A persistência senhorial”, in Joaquim Romero Magalhães, (Coord.) *No Alvorecer da Modernidade*, in J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. III, Estampa, Lisboa, 1997, p. 157.

Dessas infinitas disposições retenham-se, de entre as obrigações e encargos dos *Juízes Ordinários*, o §29 do *Título* respectivo:

“Porque os Juizes hordenairos com os homeens boôs teem o regimento da Cidade, ou Villa, elles ambos quando poderem, ao menos huum, hiraõ aa quuarta feira, e ao sabado sempre aa Rellaçom da Camara, pera com os outros hordenarem o que entenderem por prol cummunal, e por direito, e justiça”.

Além disso, determina-se (§30) que “sem delonga farom cada dia Audiencia aos feitos dos presos, e lhes darom livramento”.

Quanto às funções dos *Vereadores*²⁰⁵, elas são claramente especificadas no §19 do *Título* respectivo:

“ITEM. Os Vereadores teem carreguo de todo o regimento da terra, e das obras do Concelho, e qualquer cousa, que poderem saber, e entender, porque a terra, e moradores della possam bem viver, e em esto ham de trabalhar; e se souberem, que se fazem na terra malfeitorias, ou que nom he guardada per justiça, como deve, requeiraõ os Juizes que tornem hi, e se o fazer nom quizerem, fazello saber ao Corregedor da Comarca, e a Nós”.

Evidentemente, já no Séc. XV competia aos Vereadores zelarem pelos bens do Concelho (§1): “os Vereadores ham de veer, e saber, e requerer todollos beens do Concelho, assy propriedades, e herdades, cazas, foros, se som aproveitados, como devem, e os que acharem mal aproveitados, fazellos adubar e corregger”; competia-lhes ainda gerir e administrar as rendas do Concelho (§1). Competiam-lhe também as importantíssimas funções relacionadas com as obras públicas no concelho, nomeadamente a construção e reparação dessas infinitas fontes, pontes e calçadas, cujo enunciado, constante na documentação da época, assume quase um valor simbólico do poder e das competências das vereações. A eles compete, de acordo com a lei (§2), “saber como os caminhos, fontes, e chafarizes, pontes, e calçadas, e muros, e barreiras som repairados; e os que cumprir de se fazer, e adubar, e corregger, mandallas fazer, e repairar; e abir os caminhos, e testadas em tal guisa, que possam bem servir por elles”. Enfim, “esses Vereadores com os Juizes julgaram todollos feitos das injurias verbaaes [...]; e do livramento, que derem, nom darom pera Nós

²⁰⁵ Os Vereadores são, “etimologicamente, supomos, os responsáveis pelas *veredas*”, Manuel Pedro Serra, “Introdução” às *Actas de Vereação de Loulé – Séculos XIV-XV*, (Coordenação de Manuel Pedro Serra), Separata da Revista *Al’-Ulyã*, N.º 7, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1999/00, p. 9.

Marcelo Caetano considera que é no contexto do fortalecimento do poder real e do correspondente cerceamento progressivo das liberdades e privilégios concelhios que surgem os vereadores. Com efeito, perante a provável “dificuldade cada vez maior de reunir com frequência a assembleia municipal, pois a população crescia e a vida ia-se tornando mais absorvente, o rei, em nova versão do Regimento dos Corregedores, feita em 1340 [a primeira datava de 1332] [...], inclui uma *ordenação dos vereadores dos concelhos*, elaborada talvez em 1338 (...). Nessa ordenação determina-se que nas questões de pura administração os juizes sejam assistidos em cada concelho por alguns ‘homens bons’ para esse efeito designados e que reunirão semanalmente para deliberarem. Está aqui a origem dos *vereadores* que, reduzidos a dois ou três, começaram a aparecer nos concelhos a partir de 1342. Daqui por diante a administração municipal estará normalmente entregue aos juizes ou alvazis assistidos pelos vereadores, e só para os casos de maior importância e gravidade se convocará o concelho ou assembleia municipal”, Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 323.

apellaçom, nem aggravo: e assy livrarom todollos feitos de furtos, que alguuns fizeram ataa conthia de cinco libras de moeda antigua, ou de cinco desta, que ora corre” (§13). Verificarão finalmente “se se guardam as Hordenaçooens, e Posturas” (§14).

Qanto aos *Almotacés* (Título XXVIII), indicam-se os procedimentos muito engenhosos para o seu recrutamento e eleição²⁰⁶ e a natureza das suas importantes funções de controlo do abastecimento público dos bens de consumo corrente, alimentar e não alimentar (§3). Controlam ainda, entre outras coisas, os padrões de pesos e medidas (§4) e a higiene pública (§§14-17)²⁰⁷.

O Título XXVIII trata do *Procurador* do Concelho que, para lá de controlar as receitas e as despesas do concelho (§§1-7), ainda executa as ordens dos demais oficiais do Concelho (§8). Finalmente, o *Alcaide Pequeno* (Título XXX) assegura a segurança pública: “Mandamos ao Alquaide, que faça em tal guisa, que assy de noute como de dia guardem bem as Cidades, e Villas com os homeens jurados, que lhes serom dados pelos Officiaaes dos Concelhos, naturaes, ou moradores, e reiguados na terra” (Introdução). Determina-se ainda que “Todo Alquaide será deligente per sy, e per seus homeens guardar as Audiencias,

²⁰⁶ Nas Cortes de Lisboa de 1498 levanta-se a questão da eleição e designação dos Almotacés, considerada pouco prática: “L.^{ta} ij Capitollo da maneira Como se ham de fazer dos allmotaçens

Jteem por Nos parecer Coussa de que se segue gramde Jmcomveniente ao boom governo das Çidades villas e lugares de nossos Reynos averem se de ffazer Almotaçes Cada mes na forma que atee ora se ffaz

Queremdo dar a ello Remedio pera que daquy em diante pase em melhor hordeem detrjminamos e mandamos que por primeiro dia de Janeiro de Cada huum año os fymdores da Jmliçam de cada huuma Çidade villa e lugar, emleJam tres homeems de beem aJuramentados sobre os samtos avamJelhos Os quaees ffaçam, Os almotaçes que abasteem pera huum año Jmteiro de guissa que Nam seJam feitos assy em cada huum mes

fficamdo porem rresguardado que os Juizes e vereadores posam emtrar em seu mes ssegundo que estaa ordenado

E porem Cassamdo allguuma pesoa nouamente que seJa de qualidade e sorte pera niso servir ssegundo forma da ordenaçam no dito año Se poderaa tirar huum dos ditos almotaçens per sortes E este tall emtrar ssegundo fforma da dita ordenaçam

E Assy mandamos que daquy em diante se cunpra em todo e guarde”; Cortes de Lisboa de 1498, Capítulos Gerais do Povo, Versão definitiva (24-3-1498) dos capítulos gerais apresentados pelo Povo com as respectivas respostas, Capítulo 52.º in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., p. 329.

²⁰⁷ “A almotaçaria compreendia os assuntos relacionados com o abastecimento da vila, a fiscalização dos pesos e medidas, a fixação dos preços, as condições de venda e realização de mercados, obras públicas, águas e caminhos, entre outras”, António Vicente, Carlos Guardado da Silva, Pedro Barbosa e Pedro do Canto, *O Foral Medieval da Vila de Torres Vedras – 15 de Agosto de 1250*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, 2001, p. 17.

Merece transcrição a notícia histórica proposta pelo erudito autor anónimo do *Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras*: “*Almotacés*. Almotacé ou Almotacel era o que tinha o Offício e obrigação de cuidar na igualdade dos pesos e medidas, de taxar e às vezes distribuir os mantimentos e alguns outros géneros que se compram e vendem por miúdo, e vigiar noutros objectos de polícia. É termo árabe *Almohtacel* moderador dos preços dos mantimentos, etc., do verbo *Haçaba*, contar, calcular, taxar o preço. *Almotaçaria*, Offício de Almotacel ou o Tribunal composto de Almotacel, seus Escrivães, Zeladores e homens da vara. O 1.º Marquês de Pombal, que mandou fazer à sua custa a Casa da Câmara desta Vila, e a dava por Escritura Pública aos primeiros Camarários e seus Sucessores, mandou pôr, na antecâmara, uma cadeira em lugar mais elevado, para as Audiências dos Almotacés”, *Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras – Desde seu Princípio, como Lugar e Cabeça de Julgado, e depois Vila com o Título de Condado e Cabeça de Concelho*, Leitura e Notas de João Cláudio Aworters Lopes, Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras, 1982, Vol. II, p. 388.

e trazer os presos perante os Juizes, quando lhe mandarem; e prenderá per seu mandado” (§5). Além disso, exige-se-lhe que “seja ainda bem diligente em guardar os Almotacees, e açougues, e praças em tal guisa, que nom entrem nos açougues, nem tomem a carne, e pescado, e as outras cousas, que aa praça vierem, per força e sem dinheiro” (§6).

Reconstituído o quadro dos oficiais concelhios ao serviço do velho poder municipal, merecem, porém, algumas considerações as “cousas que a seu Officio pertencem”. Ora, uma das competências básicas daqueles oficiais era a administração do concelho e a boa gestão dos seus bens. Muitos séculos depois da criação dos velhos concelhos medievais, quase já nas vésperas do Liberalismo, ainda o erudito Corregedor da Comarca de Moncorvo, em 1790, considerava que

“as Camaras, instituidas neste Reyno de tempo antiquissimo, são destinadas para tres fins utilissimos, e necessarios. Hum para a administração economica da Republica, de que são cabeça por meio das Posturas, e Accordãos Municipaes. Outro para a conservação das rendas, que formão o Patrimonio do Concelho, e de que se tira a terça para Sua Magestade. **Outro para promover o Bem publico do conselho no que toca a plantação de Arvores, reedificação e conservação das Estradas, Pontes, Fontes e similhantes objectos desta natureza**”²⁰⁸.

Porém, do simples enunciado das competências e funções dos juizes e demais oficiais das Câmaras decorre a noção de uma grande «promiscuidade» entre as principais competências e atribuições dos oficiais do concelho. Assim, as duas mais importantes atribuições dos oficiais dos concelhos eram (e continuavam a ser nas vésperas do Liberalismo) a administração e a justiça (naturalmente nas suas instâncias mais elementares), o que, como vimos, fora naturalmente consagrada nas próprias Ordenações: “os Juizes hordenairos com os homeens boõs teem o regimento da Cidade, ou Villa” (Título XXVI, §29). Esta realidade é da maior importância, pois terá imensas consequências na própria definição da *tipologia* casa da câmara que, como veremos, terá que acolher, sob o mesmo telhado, aquelas duas tão importantes quanto diferentes funções. Com efeito, por surpreendente que possa parecer a filhos e a netos de Montesquieu e aos defensores do princípio iluminista da *Separação dos Poderes*, na Idade Média “a administração e a justiça pertenciam por via de regra às mesmas autoridades. O chefe militar era juiz, como os juizes

²⁰⁸ “Memoria dos abuzos praticados na Comarca de Moncorvo, e Provimentos do Corregedor José António de Sá”, in ANTT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326. Esta *Memória* foi há muito publicada, com este mesmo título, por Fernando de Sousa, na *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série de História, Vol. IV, Porto, 1974. Além disso, tem sido a base de sucessivos estudos deste autor: Fernando de Sousa, “Portugal nos fins do Antigo Regime. Fontes para o seu estudo”, separata da revista *Bracara Augusta*, T. XXXI, Braga, 1977; “Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá”, separata da revista *População e Sociedade*, n.º 3, do Centro de Estudos da População e Família, Porto, 1998 e “A Correição de Moncorvo em finais do século XVIII”, separata da revista *População e Sociedade*, n.º 7, do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto, 2001.

Ver ainda, em torno desta *Memória*, Fernando do Sousa, “O Poder Local nos finais do Antigo Regime”, in Fernando Taveira da Fonseca (Coordenador), *Ob. Cit.*, pp. 149-170.

superintendiam na administração. A palavra ‘juiz’ empregava-se correntemente na acepção de presidente ou autoridade principal”²⁰⁹. Esta situação tinha profundas raízes nas tradições peninsulares. Com efeito, nos primeiros reinados, “a justiça civil e criminal era ministrada nas assembleias judiciais, oralmente e segundo os foros e costumes”²¹⁰.

Desta realidade chegou-nos o comovente testemunho material das tão arcaicas quanto raras *Pedras da Audiência*, ainda observáveis em certas aldeias do Norte e das quais a mais famosa será talvez a de Avintes (hoje no Concelho de Vila Nova de Gaia)²¹¹ [Fig. 7]. Do mesmo modo, velhas tradições locais registam os ecos do desempenho dos humildes juizes da terra, da sua legendária sagacidade, bom senso e sentido de justiça, virtudes essas apimentadas pelo picaresco de muitas das audiências por eles conduzidas. Um belo exemplo é proporcionado pela “história tão pitoresca do juiz de Barreiras, calçado de meias amarelas”²¹², tal como no-la conta Aquilino Ribeiro:

“Ora este juiz, certa noite que recolhia a casa, presenciou uma agressão à mão armada de que resultou morte de homem. Não pudera intervir e agora, na sua qualidade de julgador, não lhe cabia testemunhar. No dia seguinte, à voz de *aqui d’el-rei, homem morto*, foram prender um inimigo declarado da vítima, com quem tivera dares e tomares, e que em público e raso lhe jurara pela pele. Tudo, não só os antecedentes como certas circunstâncias desconcertadoras, o apontava como assassino e o comprometia. Bem sabia o juiz que não fora ele, por isso, quando teve de lavar a sentença, fê-la de tomo que toda a gente ficou boquiaberta. Salomónica de forma, se bem que com os seus laivos de hermética, rezava assim:

Vi e não vi; sei e não sei; corra a água ao cimo; deite-se o fogo à queimada; dê-se laço em nó que não corra... Por tudo isto e em face da plena prova do processo constante, condeno o réu na pena de morte, mas dou-lhe cem anos de espera para se arrepender dos pecados. Cumpra-se. Juiz de Barreiras”²¹³.

Ora, desde a época da formação dos concelhos que se instituiu que “na 1.^a instância a jurisdição ordinária pertencia aos juizes das terras da coroa não organizadas municipalmente e aos juizes municipais”²¹⁴. Estes últimos são os famosos “juizes ordinários ou juizes de terra (inicialmente nalguns lugares denominados, no começo, *alvazis* ou *alcaldes*)”²¹⁵,

²⁰⁹ Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 215.

²¹⁰ Id., *Ibidem.*, p. 229.

²¹¹ Para lá da *Pedra de Audiência* de Avintes, há outra (que não foi visitada) em Outeiro Seco, no actual concelho de Chaves e uma terceira no *lugar* de Fial, hoje integrado no Concelho de Tondela e adiante novamente referida.

²¹² Aquilino Ribeiro, *Geografia Sentimental (História, Paisagem, Folclore)*, Livraria Bertrand, 4.^a Edição, Lisboa, s.d., p. 21.

²¹³ Id., *Ibidem.*, pp. 21, 22.

Outro belo exemplo de sagacidade e de justiça “popular” é o do Juiz de Fajão (hoje no Concelho de Pampilhosa da Serra). Certo estalajadeiro desonesto exigira a um freguês um preço exorbitante por certo prato de ovos cozidos que lhe servira, invocado o valor incalculável dos pintainhos e das galinhas que poderiam nascer daqueles ovos. No julgamento, o juiz mandou ao estalajadeiro que lhe trouxesse um alqueire de favas cozidas. -Para quê? – perguntou o estalajadeiro. -Para semear! – respondeu o juiz. -Mas as favas cozidas não se semeiam! – respondeu o estalajadeiro. -E os ovos cozidos dão pintos? – perguntou o juiz, assim encerrando a audiência e absolvendo o freguês do estalajadeiro por não querer pagar a conta absurda.

²¹⁴ Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 374.

²¹⁵ Id., *Ibidem.*, p. 374.

sempre eleitos em número de dois ou de três para, como vimos, aplicarem a jurisdição ordinária inerente à primeira instância²¹⁶. Um exemplo do estatuto, do alto lugar hierárquico e das suas funções é dado pelos juízes do concelho do Porto, assim enunciados por Torquato de Souza Soares:

“na escala hierárquica dos funcionários municipais o primeiro lugar é ocupado pelos juízes que, de acordo com a concordata de 1325, eram escolhidos pelo Bispo entre os quatro pares eleitos anualmente pelos homens-bons do Concelho, que julgam nos *feytos civiis* e nos *criminaes* e são designados *juizes da cidade* (...). Presidindo à assembleia dos homens-bons do Concelho, não lhes cumpria apenas julgar as causas; tinham também atribuições de carácter administrativo, competindo-lhes a promulgação de posturas como as que se referiam ao uso de armas e jogos de azar, e ainda fazer respeitar as ordens do alcaide ou corrigir os abusos por ele praticados”²¹⁷.

O entendimento do poder local das épocas Medieval e Moderna exige, finalmente, um olhar sobre a questão maior da relação do poder concelhio com o poder real. Tem-se considerado o século XIII como a época de ouro do poder concelhio, pois foi então que se acentuou a política de concessão de Cartas de Foral e a da consequente formação de concelhos, no quadro da política intensiva de povoamento do território já atrás referida. Foi ainda nos meados do século XIII que se verificou a primeira participação dos concelhos em Cortes. Com efeito, terminada a Reconquista do território, “a importância dos concelhos é abertamente reconhecida com o chamamento dos representantes de algumas das principais povoações às Cortes reunidas em Leiria, em 1254”²¹⁸, convocadas por D. Afonso III. Ora, se esta participação histórica não foi o auge do poder concelhio medieval, ela constituiu o reconhecimento do poder concelhio pelo poder central e constituiu muito provavelmente o início da aliança do poder real com o “Braço do Povo”, doravante sempre convocado para as Cortes²¹⁹.

²¹⁶ Assim, na *Carta de Foro* concedida por D. Dinis aos povoadores de Vila Boa de Montenegro, de 20-3-1303, concede-se que “[...] o Concelho dessa uilla deue A meter tres Juizes em cada huom Ano por dia de pascoa que seiam uezinos E moradores da dicta villa e non Auer «hy» outro Juiz en essa terra de Monte negro. E os dictos Juizes deuem a ouuir os preitos E husar E julgar com os dessa terra segundo o huso E o costume E o foro da mha villa de Miranda”, documento publicado, entre outros, por Maria Fernanda Maurício, *Ob. Cit.*, in respectivo “Apêndice Documental”, Doc. N.º 12, pp.s 435, 436.

²¹⁷ Torquato Brochado de Souza Soares, *Subsídios para o Estudo da Organização Municipal da Cidade do Porto durante a Idade-Média*, Edição fac-similada da edição da Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1935, Livraria Civilização, Porto, 1989, pp. 96, 97.

²¹⁸ José Hermano Saraiva, *Ob. Cit.*, Vol. 1, s.d. Este autor considera ainda que “a vitória do Conde de Bolonha [face a D. Sancho II e aos seus partidários] marca, pois, o momento mais alto da história das forças municipais. Elas conseguiram impor o regresso à política tradicional de apoio às classes populares”; *Ibidem.*, Vol. 1, s.d..

²¹⁹ Face a outras entidades, muito mais punitivas e pesadas para os Povos, os Concelhos desejavam e privilegiavam a tutela real. Assim, nas Cortes de Santarém de 1331, exigem “que seiam senpre del Rey”: “Art. 17.º - Item dizem que muytas Vilas an per foro e per priuilegio que nom seiam dadas en prestamo nem en doaçom A Ricomem nem A Caualeiro nem a ordin nem a eygreia nem a outra pesoa. mays que seiam senpre del Rey e com este preyto foy pobrada a terra e dizem que depoyls lhis foy britado este foro e este priuilegio pelos Reys. e forom dados aas Eygreias e a ordijs e A Ricos homeens e a caualeiros e a outros muytos e que em esto forom e ssom mujto agrauados.

A este Artigoo diz El Rey que lhi mostrem os que esto ouuerom per foro ou per priuilegio. e que fara hy aquelo que for dereito E os que se desto agrauam ponham o seu dereito perante el e aguarda lho ha”,

No entanto, tem-se datado desse mesmo Século XIII o primeiro momento de cerceamento das liberdades concelhias pelo poder real. José Hermano Saraiva considera que “princiaram assim, ainda em tempo de D. Afonso III – o mesmo Rei que sob tantos aspectos protegeu os Municípios –, as manifestações de uma política assimiladora e centralizadora, que terminará por transformar o concelho em instituição controlada pelo Poder Central e com competência restrita aos problemas locais”²²⁰. Ora, esta política vai reforçar-se no século XIV: “é a D. Afonso IV que vai caber a acentuação da intervenção régia na administração municipal”²²¹, intervenção que passou pela famosa criação (ocorrida nesse reinado) dos Juizes de Fora²²², verdadeiros agentes do poder real junto dos concelhos mais importantes²²³ e que irão desempenhar um papel importantíssimo nos concelhos onde

Capítulos Gerais das Cortes de Santarém de 1331, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Afonso IV...*, p. 32.

²²⁰ José Hermano Saraiva, *Ob. Cit.*, Vol. 1, s.p.

²²¹ Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 322.

²²² Marcello Caetano considera que foi como consequência da grande mortalidade provocada pela peste negra (que também “desorganizou a administração local e além disso originou um número extraordinário de heranças, muitas delas ligadas à execução de testamentos (...)” que apareceram os Juizes de Fora: “como os homens-bons dos concelhos não estavam à altura das dificuldades, resolveu nomear, para os municípios onde julgou conveniente, *juizes de fora* que substituíssem os da terra, enquanto para Lisboa designava um novo juiz especializado, o *juiz dos testamentos*”; (Marcello Caetano, *Ibidem.*, pp. 323-324.

Para a natureza, os poderes e por vezes a muito difícil relação dos Juizes de Fora com os Juizes Ordinários (que continuavam a ser eleitos) e sobretudo com os demais oficiais municipais, ver Torquato Brochado de Souza Soares, *Ob. Cit.*, pp. 123-132.

²²³ A criação dos Juizes de Fora é contestada pelos Povos nas Cortes de Lisboa de 1352, o que suscita a resposta real, que fundamente e legitima justamente a sua criação: “Art. 7.º . Item Ao que dizijam no Vijº Artjgo que elles eram de nos agrauados porque poijnhamos nossos juizes de ffora parte em essas Çidades Vilas e logares ssendo contehudo em sseus foros que em cada huum Anno elegam sseus juizes. E sseiam per nos Conffirmados e Auendo mujtos encarregos que lhjs custam mujto em cada huum Anno e juntando lhjs nos outros encarregos Mandando lhys pagar ssolairos a esses juizes dos beens desses Conçelhos E pedijam nos por merçe que os leixasemos husar ssegundo o que no dicto sseu fforo he contehudo.

Respondemos que **em aquellas Çidades e Vijlas hu posemos juizes por nos nom o ffezemos com Voontade de os agrauar mays ffezemo lo por prol delles porque os juizes naturaas da terra de dereito e de rrazom am mujtos aazos pera nom fazer com[pridamente Justiça que nom] am os estranhos que som postos de ffora parte porque os naturaas da terra teem hj mujtos parentes e Amygos e outros que com elles am deuedas de conlaça e outras ssemelhauys e Alguuns com os outros am malquerenças e desamor ou am Reçeança delles por as quaes rrazões o directo presume que tam compridamente nom faram dereito como os estranhos en que nom am logar as dictas rrazões. E porem nos mouemos de poer hj esses juizes e espijcialmente per rrazom dos testamentos dos que hj passaram na pestelença que deus deu pouco tempo ha em a terra pera sseerem compridos per esses nossos juizes como ffoij Voontade dos passados porque achamos que ante desso em Alguuns logares nom sse fazija em elo o que deuija de sij pera desenbargar mujtos ffectos Antijgos que eram pera desenbargar e pera mostrar e enformar os naturaas de terra como ssem delonga nenhuma pela uerdade como senpre ffoij e he nossa Voontade desenbargasem os fectos quando hi ffossem juizes e nom o fezemos por outra prol que ende ouuessemos maijs teemos que por o sseruiço que nos hj fezerom ouemos e auemos rrazom de lhjs fazer merçe. E teemos que maijs prol Receberom esses Conçelhos desses juizes aAlem das sobredictas Conuem a saber em tirarem as diujdas antygas dos dos [*sic*] Conçelhos desses juizes aAlem das sobredictas Conuem a ffazer laurar e aprofteytar a terra que aquello que monta em sseus ssolairos que lhjs dauam.**

Pero poys no lo pediram Teemos por rrazom de lhjs ffazer em elo graça e merçee. E outorgamos lhjs que elegam sseus juizes e Aluazijs ssegundo sseus foros taaes que sseiam pera esso e que sabham fazer deryto e justija e Requerer as Rendas desses Conçelhos e o Vereamento da terra como compre [...]”, Capítulos Gerais

foram colocados, onde desempenhariam nomeadamente a presidência das respectivas Câmaras. É ainda neste contexto que surge uma primeira *ordenação dos vereadores dos concelhos*, provavelmente de 1338²²⁴. Segue-se, sempre no quadro da regularização do poder concelhio, dos seus órgãos e dos seus agentes, a *Ordenação dos Pelouros*, de 12 de Junho de 1391, para o *sorteio* dos oficiais das câmaras (integradas nas futuras *Ordenações Afonsinas*, (Livro I, Título 23, §§43 a 46)²²⁵. Enfim, Maria Helena da Cruz Coelho considera que

“o reino de Portugal, nos séculos XIV e XV, conheceu um poder concelhio activo e actuante. Sujeito, porém, a regras, comportamentos e actuações específicas. A Coroa apoiava-se nestes poderes locais de concelhos e senhorios para dominar burocrática e administrativamente territórios e homens. Mas procurava controlar esses poderes e concertá-los com as suas linhas de acção política. Conseguiu que os municípios fossem cadeias da sua máquina de guerra e de fisco. Não logrou que os mesmos se

das Cortes de Lisboa de 1352, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV...*, p. 128.

A contestação aos Juizes de Fora volta a ser levantada nas Cortes de Lisboa de 1371, o que volta a merecer uma resposta do rei legitimando a sua colocação: “Art. 29.º - Ao que dizem aos vjnte e noue artigos que som agrauados cõmo sseia outorgado pelos Reijs que ante nos foram em cortes que os conçelhos aiam Jujzes e uereadores segundo seu foro E que nos em alguuns lugares poems Jujzes e rregedores por nos a que mandamos dar muij grandes mantijmentos das rrendas dos conçelhos que lhjs a elles sseeria muij melhor pera outros muijtos emcargos que am

E pedjam nos por merçee que os quisesemos delo dessagrauar E mandasemos que ouesem Jujzes e uereadores de seu foro

A este artigo Respondemos e djzemos que **se esto fizemos que he por seerem as çidades e villas mjlhor uereadas se fazer direito mais compridamente E porque este he prol de todos os moradores Das vilas e** logares portanto entendemos bem que he noso seruiço de os hj auer en tal tempo como este”, “Capítulos Gerais do Povo” nas Cortes de Lisboa de 1371, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...* Vol. I (1367-1380), pp.s 28, 29.

²²⁴ Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 323.

²²⁵ Marcello Caetano, *Ibidem.*, p. 498.

Escrevendo já no Século XIX, o autor anónimo do *Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras...* descreve sumariamente os diversos tipos de eleições realizadas em Oeiras já na segunda metade do século XVIII: “*Dos Pelouros, Eleições e Pautas* – Pelouro da Vereação ou Pelouro de Justiças Ordinárias é um cofre pequeno, o qual se punha em cima de um pedestal em forma de coluna, e no dito cofre se deitavam os escritinhos em que iam os nomes das pessoas que haviam de servir de Juiz, Vereadores e Procurador do Concelho. São 3 os Pelouros, para 3 anos; cada ano 3 para Juiz, 3 para Procurador do Concelho e 9 para Vereadores. O Donatário apurava estas Eleições e formava a pauta em que vinham escritos os nomes daqueles que escolheu para Juiz, para 3 Vereadores e um Procurador, etc. Pelouros da Vereação, tira um moço de 7 anos, metendo a mão no saco em cada repartimento, e o que sai, é Oficial esse ano. Livro 1.º da Ordenação, Título 67, §3.º Eleição nas Câmaras é de barrete e de pelouro: Eleição de barrete é aquela, em que vota o Povo todo da governança, para Juiz, Procurador ou Vereador, em um homem, que sirva aquele ano por falta ou impedimento daquele que é nomeado no escritinho do Pelouro”, *Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras...*, Vol. II, pp.s 287, 288.

Chegaram-nos inúmeras actas relatando a abertura dos pelouros, feitas sempre em dias assinalados, no dia 26 de Dezembro, como em Cascais ou no dia de S. João, como era de uso aparentemente na maior parte dos Concelhos do Reino. Assim, na vila do Funchal, nas vésperas de S. João, na vereação de 22 de Junho de 1470 (a primeira de que conhecemos registo) “ffoy apresentada a arca dos pelouros em que andom os ssacos das enlições dos hoffçiaes – a saber – juyzes e vereadores e procurador e a chaue da dicta arca [...] . E logo a porta de Santa Maria a mayor em sayndo das mjsas presente todo ho pouoo Joham Gonçalluez capitam deu juramento [...]” aos juizes e vereadores recém-eleitos, in José Pereira da Costa, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal - Século XV*, Ed. Centro de Estudos do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Região Autónoma da Madeira, Funchal, 1995, p. 3.

integrassem nos circuitos de livre circulação e transacção de mercadorias. Porque esses centros sempre umbilicalmente cuidavam dos seus interesses próprios, descurando os alheios e gerais”²²⁶.

Ora, depois de sucessivas iniciativas parciais, o momento culminante de normalização e de efectiva “domesticação” do poder concelhio acontece no reinado de D. Manuel I, no âmbito da sua gigantesca acção de renovação do ordenamento jurídico e administrativo português. Merecem muita reflexão as seguintes palavras de Marcelo Caetano:

“os descobrimentos e feitos ultramarinos têm ofuscado os historiadores, que relegaram para segundo plano a obra administrativa do monarca na metrópole. Todavia, ele não é apenas o homem de sorte a quem coube inesperadamente uma boa herança, não é de forma nenhuma o Venturoso fruidor, sem esforço e sem cuidados, de um império gratuito. O exame do governo interno do reino mostra-o atento às necessidades públicas, diligente em provê-las de remédio e pronto a reformar o que estivesse desactualizado ou caduco, abrindo novos rumos à vida social. **Não foi apenas o impulsionador de novo estilo arquitectónico: promoveu com inteligência e energia a criação também de novo estilo jurídico e administrativo**”²²⁷.

O enquadramento político básico da normalização e controlo dos concelhos é proporcionado pela vontade expressa de fortalecimento do Estado, apoiada no reforço da centralização das instâncias de poder e mando, legitimada pela ideologia emergente (se não ainda triunfante) do Renascimento e pelo consequente reforço da influência normativa e política do Direito Romano – ideologia essa veiculada pelos humanistas (mas também, como sempre, pelos juristas). Freitas do Amaral sintetiza brilhantemente a conjuntura política em que ocorreram as principais etapas dessa normalização, os seus principais momentos e as suas principais consequências no referente ao cerceamento da autonomia dos concelhos. Este autor nota que

“um Estado forte, poderoso, rico e centralizado, servido por um enorme funcionalismo dedicado e fiel, não é senão dificilmente compatível com uma ampla autonomia municipal: e assim, os municípios portugueses, que no período medieval tinham gozado da mais vasta autonomia administrativa e financeira, viram-se severamente limitados nessa autonomia pela intervenção do poder central manuelino”²²⁸.

Freitas do Amaral considera que a limitação desta autonomia foi o resultado não só da publicação, em 1504, do *Regimento dos Oficiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos*, mas também da famosa “Reforma dos Forais”²²⁹. Com efeito, segundo este autor,

“a forte restrição da autonomia municipal foi sobretudo resultante de uma outra reforma de D. Manuel I, porventura a mais importante ou uma das mais importantes reformas manuelinas – a «Reforma dos Forais», iniciada logo em 1497. Todos os «forais velhos» foram chamados ao Paço Real e extensamente modificados: daí saíram como «forais novos». A mudança de designação encobria uma transformação profunda de conteúdo e natureza: em vez de estatutos autonómicos, de

²²⁶ Maria Helena da Cruz Coelho, *Ob. Cit.*, p. 73.

²²⁷ Marcelo Caetano in “Prefácio” a *Regimento dos Oficiais...*, p. 18.

²²⁸ Diogo Freitas do Amaral, *D. Manuel I e a construção do Estado moderno em Portugal*, Edições Tenacitas, Coimbra, 2003, pp.s 23, 24.

²²⁹ Ver “Cap. XXV, De quomo el Rei assentov de dar foraes nouos a todolos lugares do regno, e ho modo que nisso teue”, in Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (dir. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, Parte I, p. 48 e seg.s.

cunho privilegiado, passaram a rol de deveres tributários unificados, a cargo de municípios com autonomia limitada. É certo que os povos vinham reclamando de há muito, a sucessivos monarcas, a revisão dos forais – antigos, desactualizados, por vezes mesmo incompreensíveis. Mas bem pode dizer-se que lhes saiu o tiro pela culatra: pediram a conservação ou o aumento dos direitos e privilégios, receberam em resposta o reforço e a ampliação dos deveres e encargos”²³⁰.

Enfim, a reforma dos forais²³¹ constituiu um momento determinante na normalização e uniformização do poder concelhio. Como notou Romero Magalhães, “com esta reforma uniformizou-se, até certo ponto, a administração concelhia, aproximando-se legislações locais em extremo varidas e contraditórias”. O mesmo autor nota em seguida que “a diversidade pouca importância tivera quando as relações internas entre as várias parcelas do Reino eram escassas. A sobreposição crescente do conceito geral de Reino (numa concepção moderna que vai definindo o Estado) às particularidades locais e aos seus interesses impunha agora que se atenuasse a multiplicidade inconciliável de legislações municipais”²³². Enfim, é ainda neste contexto que os forais deixam de possuir “a característica de estatutos de direito local, para se converterem em normas reguladoras das prestações e encargos devidos ao rei ou aos donatários das terras”²³³.

No entanto, paralela à reforma dos forais, a publicação do *Regimento dos ofiçiaaes das cidades villas e lugares destes Regnos*²³⁴ é um marco fundamental no quadro do fortalecimento do poder real e da ingerência deste no âmbito do poder local, doravante praticamente homogeneizado e uniformizado. Freitas do Amaral nota que a relevância do *Regimento dos ofiçiaaes das cidades villas e lugares...* também passa por ter sido “a

²³⁰ Diogo Freitas do Amaral, *Ob. Cit.*, pp.s 23, 24.

²³¹ É conhecida a enorme necessidade de reforma dos velhos forais, sentida tanto a nível central como local. Assim, nas Cortes do reinado de D. João II, principiadas em Évora a 12-1-1481 e acabadas em Viana de A Par de Alvito, em Abril de 1482 consta um Capítulo “que fala no exame e aprovação dos forais”, IAN-TT, *Núcleo Antigo*, 118, f. 145 v.

Nova e radical reforma dos forais far-se-á sentir, séculos depois, nos fins do século XVIII, num movimento que culminaria com a sua própria extinção. Ver, sobre este assunto, “A extinção dos forais” in Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, *Ob. Cit.*, pp. 425-429.

²³² Joaquim Romero Magalhães, “Os concelhos”, in Joaquim Romero Magalhães, (Coord.) *No Alvorecer da Modernidade*, in J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. III, Estampa, Lisboa, 1997, p. 161.

Este autor faz notar, em jeito de conclusão ao seu estudo citado, que “a unidade administrativa de Portugal e do império assentava na instituição municipal e na inexistência de hierarquias entre os municípios. Em Portugal, como no seu império, não há subunidades intermediárias, como em vão buscaremos capitais regionais. O rei está investido na representação de todo o Reino e os povos acatam que assim seja, sem o pôr em causa. Cada município tem a representação de uma pequena parcela. Não há solidariedades institucionais entre os concelhos, a menos de convergência fortuita de interesses, ou na recusa a pagamento de novos impostos, ou na dificuldade em contribuir para serviços ao rei. Nem todos juntos podem assumir-se, ou alguma vez pretenderam fazê-lo, como sendo o Reino. Limitam-se, e já não é pouco, a condicionar fortemente uma boa parte da vida social. São grupos de veto e não um grupo de voto. Que comecem a constituir um neomunicipalismo muito vigoroso”, Joaquim Romero Magalhães, *Ib.*, p. 169.

²³³ Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, *Ob. Cit.*, p. 425.

²³⁴ *Regimento dos Oficiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos*, Edição facsimilada do texto impresso por Valentim Fernandes em 1504, Prefácio de Marcelo Caetano, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1955.

primeira lei escrita em português que foi divulgada em todo o reino através da imprensa”²³⁵, no que foi seguida de perto pela publicação das duas versões sucessivas das *Ordenações Manuelinas*, que “incorporam as principais disposições do «Regimento dos Oficiais das Cidades, Vilas e Lugares destes reinos», diploma manuelino de 1504, que começa a limitar a autonomia dos municípios, anunciando assim uma centralização administrativa do Estado que fazia corpo com a já obtida centralização política”²³⁶. Ora, em matéria de organização do poder local português, as *Ordenações Manuelinas* constituirão, na prática, o essencial da legislação portuguesa para os três séculos seguintes. Com efeito, a legislação manuelina sobre o poder local será toda ela integrada (com naturais mas muito ligeiras ampliações, adaptações e correcções) nas *Ordenações Filipinas*, publicadas em 1603 e em vigor até ao fim do Antigo Regime.

Enfim, a acção de D. Manuel I passou também pela criação de novas vilas e cidades – fenómeno que, aliás, transcenderia o seu reinado. Como notou João José Alves Dias, “a primeira metade do século XVI, assim como os últimos anos do século XV, foram marcados por sucessivas elevações a vilas de simples lugares, com a subsequente criação de novos concelhos na sua quase totalidade. Para essa elevação eram, quase sempre, invocadas duas razões: a opressão e a dificuldade que os respectivos habitantes sentiam nos foros judicial e administrativo, e o aumento populacional”²³⁷. Cingindo-se ao reinado de D. Manuel I, Damião de Góis faz notar a grande renovação da paisagem concelhia então ocorrida:

“Fez çidades das villas do Funchal, na ilha da madeira, de Tauila no Regno do Algarue, Deluas, & Beja em Alentejo. Fez villas na ilha da madeira hos lugares da ponte do sol, da Calheta, & hos separou da Iurdição da çidade do Funchal. Fez villa do lugar do porto do Iudeu na ilha terceira com nome de sam Sebastião, & o separou da jurdição da villa Dangra. Fez villa ho lugar de Nordeste na ilha de sam Miguel, & o separou da jurdiçã de villa Franca. Fez villa ho lugar da sancta Cruz na ilha da madeira, & o separou da jurdiçam de Machiquo. Fez villa do lugar Daugoa do pao na ilha de sam Miguel. Fez villa do lugar de Tancos, & o separou da jurdiçam da villa Datalaia. Fez villa do lugar dos arcos de Valdeuez. Deu muitos Priuilegios assi ás çidaes, & villas do Regno, quomo ás das ilhas, & lugares de suas conquistas em Africa, Guine, terra de Sancta Cruz, ou Brasil, & na India, & outras prouinçias que ganhou, do que tudo foi senhor em quanto viueo”²³⁸.

Enfim, a acção reformadora e legislativa de D. Manuel I abre um novo ciclo do poder local português – que terminará apenas com o triunfo definitivo do Liberalismo. Com

²³⁵ Diogo Freitas do Amaral, *Ob. Cit.*, pp.s 23, 24. Para as circunstâncias da sua elaboração, redacção e publicação, ver Marcelo Caetano, “Prefácio” in *Regimento dos Oficiais das Cidades...*

²³⁶ Diogo Freitas do Amaral, *Ob. Cit.*, p. 22.

²³⁷ João José Alves Dias, *Gentes e Espaços (Em torno da População...*, p. 173. Ver o capítulo “Modificações nas unidades administrativas”, onde este autor inventaria as “vilas novas e novos concelhos”, “as novas vilas notáveis” e “as novas cidades” então criadas, *Ob. Cit.*, pp. 171-193. Para a cartografia destas novas vilas e cidades ver o mapa “Novas Cidades e Vilas (1475-1580)”, in A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, *Atlas Histórico de Portugal...*, p. 163.

²³⁸ Damião de Góis, *Ob. Cit.*, Parte IV, Cap. LXXXVI, p. 213.

este muito longo ciclo, que acompanha a emergência e a consolidação do Estado Moderno, “a própria autonomia municipal, quer administrativa, quer financeira, é significativamente limitada pela nova legislação central, veiculada por forma impressa, pelos «juízes de fora» e outro delegados régios, e por uma acentuada centralização financeira que acompanha a centralização política, jurídica e administrativa”²³⁹. Ora, apesar da amplitude deste período de mais de três séculos, as normas, os rituais e os agentes do poder local português variam muito pouco, sempre ao serviço de uma *praxis* muito estruturada, muito cedo codificada, divulgada e reconhecida, *praxis* essa profundamente conservadora e que, no seu horror à mudança, à inovação e ao diferente, se quer e se auto-deseja essencialmente imóvel e imutável²⁴⁰. Assim, as ligeiríssimas alterações da paisagem concelhia portuguesa verificadas nesse vastíssimo período – traduzidas na criação de alguns (poucos) novos concelhos mas sobretudo na criação (já na Época Pombalina) de muitos lugares de Juízes de Fora – submetem-se sempre ao já determinado e estatuído, legal e juridicamente, num quadro político e administrativo que não tolera inovações²⁴¹. Por isso (e para dar apenas um exemplo) a elevação de Peniche a Vila e simultaneamente a sede de concelho (por Carta de 20 de Outubro de 1609²⁴²) far-se-á da maneira mais previsível:

“E poderão eleger seus Juizes e Officiais da maneira que os fazem e elegem as outras Vilas de meus Reinos, conformando-se com minhas Ordenações, que acerca disso guardarão em tudo: - e os Juizes e Officiais da dita Vila de Atouguia [de cujo Concelho foi desanexado o Concelho de Peniche] os não constrangerão mais em cousa alguma, como moradores do seu termo; porque os hei de todo por desanexados da dita Vila de Atouguia”²⁴³.

²³⁹ Diogo Freitas do Amaral, *Ibidem.*, p. 17.

²⁴⁰ É hoje muito abundante a bibliografia sobre os concelhos, a administração municipal e os seus agentes nomeadamente nos fins da Idade Moderna e na entrada da Idade Contemporânea, produzida em grande parte no âmbito da grande renovação e investimento nos estudos do velho “Municipalismo” Português, com particular incidência na fase final do Antigo Regime e implantação de um poder autárquico “liberal”. As obras que a seguir se apresentam contêm, elas próprias, referências bibliográficas muito ricas. Assim, para os mais diversos aspectos do Poder Municipal para o período entre a segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX vejam-se os capítulos e partes respectivas em, entre muitos outros, Paulo Jorge da Silva Fernandes, *Elites e Finanças Municipais em Montemor-o-Novo do Antigo Regime à Regeneração (1816-1851)*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 1999; Ana Sílvia A. Oliveira Nunes, *História Social da Administração do Porto (1700-1750)*, Universidade Portucalense, Porto, 1999; Joaquim Candeias da Silva, *Abrantes: A Vila e seu termo no Tempo dos Filipes (1580-1640)*, Edições Colibri, Lisboa, 2000; João Manuel Rodrigues Pereira, *Elites Locais e Liberalismo – Torres Vedras 1792-1878*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, 2000; Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo: Évora, 1750-1820*, Edições Colibri, Lisboa, 2002 e Nuno Pousinho, *Castelo Branco: Governo, Poder e Elites (1792-1878)*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Castelo Branco, Lisboa, 2004.

²⁴¹ “Sem recursos económicos, sem prestígio político, sem função social própria em muitas localidades, o Município conserva todavia a utilidade de instrumento regulador da vida local. E assim se mantém, obscura mas pertinazmente, até às convulsões que marcam o fim da Monarquia absoluta”, José Hermano Saraiva, *Ob. Cit.*, Vol. 1, s.p.

²⁴² Mariano Calado, *Peniche na História e na Lenda*, Ed. Autor, 3.^a Edição, 1984, p. 132.

²⁴³ *Id.*, *Ibidem.*, p. 130.

Senhores da sua autonomia municipal, ao Povo e aos Magistrados e demais Oficiais da Câmara e Concelho de Peniche era concedido o direito de construírem as instalações e de deterem o equipamento inerente ao concelho, para lá de poderem erguer os símbolos do seu poder municipal: “Eles ditos moradores da Vila de Peniche poderão levantar força e pelourinho, e ter bandeira e selo, e as mais insígnias que têm as outras Vilas de Meus Reinos”²⁴⁴ – determinações estas que poderiam ter sido publicadas (como efectivamente foram) cem anos antes ou cem ou duzentos anos depois de 1609, como adiante veremos. Enfim, mais de duzentos anos depois, dando seguimento ao “Aviso da Intendencia Geral da Policia”, em que se remetiam “os exemplares da Regia Proclamação” de D. Miguel, em 1832, mesmo nos derradeiros momentos do Absolutismo, ainda o Juiz de Fora de Borba procedia àquela proclamação nos termos tradicionais e consagrados pela lei e o costume, embora no quadro da intolerância e do radicalismo próprios daquela conjuntura política única na História de Portugal. O Juiz de Fora conta-nos como se desempenhou da incumbência:

“fui reunir a camara, os Officiaes de Ordenanças, os Empregados publicos, parte da gente que tenho armado para as guardas, e rondas, **logo na Praça publica em presença de todos e de grande concurso de povo publiquei eu mesmo aquella Real Proclamação, e o Aviso da Intendencia**, mostrei lhes a força e espirito das Reaes Palavras de Vossa Magestade, e os excitei quanto pude a concorrermos com todas as nossas forças para defendermos os Sagrados Direitos de Vossa Magestade, a quem dei Vivas, á Santa Releição, ao Valeroso Exercito Realista, a todos os Verdadeiros Realistas, ao que correspondeo o maior entusiasmo de todos os que presenciaram este auto”²⁴⁵.

Enfim, será o Liberalismo – e mais propriamente a publicação da legislação liberal relativa ao poder local²⁴⁶, coincidente com o início do complexo e traumatizante processo de “arredondamento dos concelhos” (que num primeiro momento abate logo um terço dos velhos concelhos medievais²⁴⁷) – a ferir, corroer e depois abater e extinguir o velho poder

²⁴⁴ Id., *Ibidem.*, p. 130.

²⁴⁵ Carta do Juiz de Fora de Borba, dando notícia da proclamação local de D. Miguel; Borba, 19-7-1832 in IAN-TT, *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 367.

²⁴⁶ “Foi o Decreto de 16 de Maio de 1832 que trouxe a primeira reforma administrativa liberal. Deve-se a Mouzinho da Silveira, e foi escrito nos Açores”, José Hermano Saraiva, *Ob. Cit.*, Vol. 1, s.p.

Para a conjuntura política da época derradeira do Antigo Regime e das primeiras experiências constitucionais, ver a bela síntese de Maria de Fátima Bonifácio, “1807-1834: reacção e revolução” in Maria de Fátima Bonifácio, *Apologia da História Política – Estudos sobre os Século XIX Português*, Quetzal Editores, Lisboa, 1999, pp. 133-159.

²⁴⁷ “Um dos primeiros actos do Setembrismo triunfante foi suprimir *mais de metade* dos concelhos do país: dos 796 cuja existência tinha sido reconhecida pelo decreto de 1833 (que já eliminava os de menor porte), apenas 351 foram conservados; e entre os suprimidos estavam alguns que vinham dos primeiros tempos da Monarquia. O movimento de extinção dos pequenos Municípios continuou, e em 1855 os concelhos eram apenas 254, isto é, menos que a terça parte daqueles que o liberalismo encontrara. Essa redução maciça, que muitas vezes foi solicitada pelas próprias povoações, traduzia a inadaptação dos antigos órgão de convivência e de relação puramente local à tarefa que lhes era atribuída na nova planificação do Estado, e que só podia ser suportada por autarquias dotadas de meios materiais e pessoais de certa importância”, José Hermano Saraiva, *Ob. Cit.*, Vol. 1, s.p.

concelhio, na sua estrutura, na sua organização, na sua gigantesca e doravante irracional rede de concelhos e sobretudo na sua identidade irredutível, forjada, aperfeiçoada e consolidada ao serviço dos povos durante vários séculos. Passadas as tormentas da Guerra Civil, do passado ficava apenas a memória de um poder local muito antigo e até arcaico, que fora eficaz, necessário e até poderoso²⁴⁸. Os novos tempos, com as suas revoluções políticas, económicas e sociais, com o melhoramento dos transportes, a explosão demográfica, os progressos da instrução pública ou o próprio êxodo rural, não eram propícios nem à manutenção de um poder local arruinado e esgotado, nem a quaisquer veleidades de ressurreição anacrónica de um “municipalismo” de há muito esvaído. Enfim, como nota José Hermano Saraiva, “este ideal romântico de Municípios que funcionassem como um Estado-

A lista integral dos antigos concelhos portugueses é muito difícil de restituir. Assim, merece justa referência o chamado *Livro da Cartuxa de Évora* (Biblioteca Nacional de Lisboa, Códice L, 6, 45), onde se refere o “Caderno das cidades e villas de Portugal” existente na livraria de D. Duarte, cujo catálogo consta naquele Livro (“Estes são os livros que tinha El Rey Dom Duarte”), no “Título dos livros de lingoaem do claro Rey D. Duarte”, publicado em Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Reimpressão da edição de 1891; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1998, p. 531.

Em anexo ao seu estudo sobre o *Numeramento* de 1527-1532, ordenado por D. João III, João Alves Dias estabelece um quadro com a “Relação das circunscrições administrativas segundo o numeramento de 1527-1532” que contempla a generalidade das unidades administrativas (concelhos, coutos...) da época. Ver João José Alves Dias, *Gentes e Espaços (Em torno da População...)*, 1996, pp. 501-546. Estas circunscrições são devidamente cartografadas no “Mapa das circunscrições administrativas: Numeramento de 1527-1532”, publicado em apêndice ao citado estudo. Ver ainda, sobre o mesmo assunto, o mapa “Unidades administrativas (1527-1532)”, publicado in A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, *Atlas Histórico de Portugal...*, p. 177.

Relativamente à contagem dos velhos concelhos portugueses, João Alves Dias nota que “o número de concelhos, variável também de correição para correição, tem diferido de historiador para historiador, até para uma mesma época, embora a partir de uma só fonte. Tem-se aceite como base o numeramento de 1527-32. Acontece, porém, que o critério utilizado por cada um dos escribas desse texto foi diferente, não sendo, portanto, a realidade tão simples como à primeira vista poderia parecer”, João Alves Dias, *Ob. Cit.*, p. 200.

Quanto ao efectivo número dos concelhos portugueses na Época Medieval e Moderna merecem ponderação as palavras de Nuno Gonçalo Monteiro: “até ao século XVIII e inícios do século XIX o número de municípios efectivamente aumentou. Mas **nunca se pode dizer de forma inquestionável quantos é que existiam num dado momento**. Não é seguro que as unidades de contagem usadas fossem sempre todas autênticos municípios e é absolutamente certo que vários dos municípios efectivamente existentes foram ignorados em algumas relações. Por exemplo, uma lista de 1811 refere 841, outra de 1820 apenas 798 e uma de 1826 sobe o seu número para 816. O quantitativo máximo terá sido indicado por Alberto Carlos de Menezes, que refere as 886 circunscrições constantes da carta de lei de 20 de Agosto de 1774. Trata-se, porém, de um equívoco, pois a mesma (...) inclui algumas dezenas de unidades (...) que não eram efectivamente municípios”, Nuno Gonçalo Monteiro, *Ob. Cit.*, p. 40.

Ainda sobre este assunto, ver o “Mapa dos Concelhos do Antigo Regime” em Paulo Jorge da Silva Fernandes, *Ob. Cit.*, p. 14. Nova lista dos Concelhos Portugueses, agora existentes em 1826, nas vésperas das Guerras Cívicas, em João Manuel Rodrigues Pereira, *Ob. Cit.*, p. 26. Enfim, ainda sobre o número errático dos concelhos, ou melhor, de “unidades com autonomia jurisdiccional” ou “terras com administração própria” no Antigo Regime e novas referências bibliográficas, ver António de Oliveira, *Ob. Cit.*, Nota 71, pp. 29-30.

²⁴⁸ “A inexorável mudança dos tempos (a revolução industrial irradiava os seus efeitos mentais a todo o Ocidente europeu) tinha destruído uma arquitectura social e política, e presumia-se que era possível substituí-la através da valorização e transformação das instituições municipais. Mas o Município era algo que, à data do advento do Liberalismo, já não existia, com alma própria, competência insubstaneável (sic), elo indispensável na cadeia normativa que é verdadeira razão de ser do Estado. E por isso mesmo não se prestava ao capricho dos legisladores, mesmo quando estes, embalados pelo rimo romântico do seu tempo, viam neles o regresso a um tempo feliz, idade de ouro com que se sonha quando a dureza do tempo adulto inspira sonhos do passado”, José Hermano Saraiva, *Ob. Cit.*, Vol. 1, s.p.

miniatura – de cuja federação resultasse o Estado – não conseguiu nunca convencer os legisladores do liberalismo monárquico”²⁴⁹, legisladores evidentemente ao serviço de um Estado que se queria moderno, racional e sumamente centralista.

²⁴⁹ José Hermano Saraiva, *Ob. Cit.*, Vol. 1, s.p.

3 – Os lugares de reunião dos homens-bons dos concelhos medievais portugueses

3.1 – Primitivos lugares de reunião dos homens-bons dos Concelhos

Resolvido o problema da sucessão do Reino nas Cortes de Tomar com a aclamação do Rei Prudente, ainda foi passada naquela vila a Carta de “Perdão que El Rey D. Felliipe 2.º deu a todas as Cidades Villas e Lugares e Pessoas que seguirão as partes do Senhor D. Antonio Prior do Crato e as Pessoas Que Forão escetuadas Nelle”. Assinada a 18 de Abril de 1581, Filipe II determinava então que se “faça publicar esta Carta na Chancellaria e o **treslado della se fixe na porta dos passos desta Villa** e outra nas portas dos meus passos da Ribeira de Lisboa, e **nas portas das camaras das cidades de Coimbra, Porto, Evora e da Villa de Santarem**”²⁵⁰. Facilmente se intui o significado destas afixações, na porta do Paço da Ribeira (e não na da velha Casa da Índia ou na dos Armazéns do Reino, onde de há muito se afixavam proclamações muito relevantes) e nas portas das próprias Câmaras Municipais das três principais cidades portuguesas e ainda na de Santarém, então a principal vila do Reino e cenário recente da patriótica e tumultuosa aclamação de D. António, Prior do Crato. Ora, se Filipe II, em 1581, no momento da reconciliação, reconhece o valor simbólico das portas das casas da câmara daquelas localidades para publicar o perdão real, o seu antepassado D. João I de Portugal não poderia, após as Cortes de Coimbra de 1385, numa situação em tudo simétrica, fazer idêntica proclamação face aos concelhos que abraçaram a causa derrotada da Rainha D. Beatriz, nomeadamente porque não haveria então casas da câmara em todos aqueles concelhos para afixar tais proclamações.

Merece uma justa referência e é digno da maior reflexão o fenómeno histórico que conduz à emergência das casas da câmara portuguesas. Com efeito, se na época de Filipe II a generalidade dos concelhos de Portugal detinha uma casa da câmara, sede do seu poder concelhio, nos fins do século XIV muito poucos concelhos portugueses deteriam essas casas. Ora, a emergência das casas da câmara entronca directamente não só no âmago do

²⁵⁰ Citado em Estêvão da Gama de Moura e Azevedo, *Notícias da Antiguidade, Aumento e Estado presente da Vila de Campo Maior, Tiradas de Autores, Papéis Autênticos e Tradições Antigas, e Conservadas na Memória de seus Naturais* (anterior a 1734) (organização, introdução, biografia, transcrição e notas de Rui Rosado Vieira), Câmara Municipal de Campo Maior, Campo Maior, 1993, p. 182.

movimento concelhio português, nomeadamente na época mais rica da sua história, mas também na própria História da Arquitectura Portuguesa, pois a adaptação, a criação ou mesmo a construção de casas da câmara em todas as cidades e vilas do Reino contribuiu certamente para mudar e sobretudo para modelar não só a paisagem concelhia mas também a paisagem arquitectónica e urbana portuguesas.

O entendimento do fenómeno da emergência das casas da câmara, que ocorre no tempo longo que medeia entre os meados do século XIV e a entrada do século XVI, exige, porém, um olhar sobre o que foi a paisagem concelhia portuguesa anterior à emergência das mesmas. Para isso torna-se necessário reconstituir os *primitivos lugares de reunião dos homens-bons dos concelhos medievais portugueses*²⁵¹. Com efeito, neste período, a grande maioria das respectivas assembleias continuava a reunir-se em sítios informais, com a mais variada configuração, função e localização. Merecem referência as palavras de José Mattoso que, em relação à localização das “reuniões da assembleia municipal” (sic) nos informa de que em muitas povoações aquelas reuniões

“funcionavam **ao ar livre, nos adros ou claustros das igrejas, numa praça, debaixo de um carvalho**, etc. Só no século XIV começaram a reunir-se em recintos fechados quando o número de participantes das reuniões se foi reduzindo. Daí o nome de ‘câmara’, que acabou por prevalecer para designar o edifício onde se reunia o grupo de magistrados do concelho”²⁵².

Tema praticamente inédito, merecem igualmente reparo as seguintes palavras, em tudo concordantes, de Carlos Alberto Ferreira de Almeida relativos à localização das “reuniões dos conselhos (sic) das cidades, de vilas ou de vizinhos”:

“documentalmente, sabemos que **estes conselhos tanto se poderiam reunir ao ar livre, no adro dos templos ou debaixo de árvores, como nas galilés de igrejas ou em edifício para tal destinado**. Nas cidades e em muitas vilas o conselho tinha casa própria até para poder guardar as arcas com a sua documentação e outros bens”²⁵³.

Mais próximo de nós, António de Oliveira também se debruça sobre este tema, recenseando os espaços afectos à realização dos actos concelhios e ao seu destino:

“era na casa do concelho, assim também chamada, por exemplo, na área de Coimbra, que se efectuavam as audiências e as reuniões comuns e extraordinárias, sendo necessárias para algumas deliberações o concurso do povo todo. Em lugares menores, junto da igreja, de modo acostumado, ou ao ar livre, como na celebrada pedra de audiência de Avintes, na margem esquerda do Douro, ou em casa do escrivão quando o «paço da juradia» estivesse impossibilitado. A casa onde «faziam seus ajuntamentos e conselhos» era construída à custa dos moradores. Nela devia estar, entre outras coisas, uma arca para guardar o regimento e um «LIVRO DE EVANGELHOS». A venda destes edifícios, assim como o espaço do curral do concelho,

²⁵¹ Para os locais de reunião dos velhos concelhos medievais castelhanos e espanhóis, excelente observatória para o caso português, ver Manuel Montero Vallejo, *Historia del Urbanismo en España I – Del Eneolítico a la Baja Edad Media*, Cátedra, Madrid, 1996, pp. 310-312.

²⁵² José Mattoso (Dir.), *História de Portugal – A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, Segundo Volume, p. 227.

²⁵³ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *História da Arte em Portugal – O Românico*, Presença, Lisboa, 2001, p. 150.

efectuada nos actos liquidatários do Antigo Regime, permitem hoje, em muitos casos, conhecer a sua localização através das respectivas escrituras”²⁵⁴.

Enfim, do arcaísmo destas localizações dos actos concelhios dirá idêntico arcaísmo de algum do equipamento concelhio mais identitário, que tem merecido o interesse de alguns eruditos locais. Assim, escrevendo em 1922, um autor local informa-nos de que em Baltar (Paredes) “perto do lugar da Igreja **há um penedo onde os juizes ordinários faziam algumas audiências públicas**, e ainda hoje o povo lhe chama – **o Penedo das Audiências**”²⁵⁵. Do mesmo modo, ao serviço dos velhos concelhos portugueses,

“**podia mesmo servir de pelourinho uma árvore qualquer**, como aconteceu, ultimamente, em Sorens (será Serém de Baixo?), da feguesia de Covão do Lobo, Vagos, em que era **um enorme sobreiro, no sítio do cruzeiro novo**, a nascente do lugar, em seguimento ao velho pelourinho que estava no local do cruzeiro antigo, 100 metros à frente da capela de Santa Catarina. **Em Urmar, Soure, serviu uma Figueira**, que ainda existia em 1943, junto e em frente ao tribunal, cadeia e paços do concelho. Em vez de pedra, de qualquer natureza, podia ser de madeira”²⁵⁶.

Apesar de muito pouco documentados, conhecem-se, remontando ao século XIV, informações sobre lugares de reunião dos homens-bons – os “palcos do poder local”, de que fala Maria Helena da Cruz Coelho²⁵⁷ – relativos a mais de 70 concelhos portugueses (o que dará uma média de cerca de 10% do total dos concelhos medievais). Relativamente ao século XV e à primeira metade do século XVI recolhemos informação para os locais de reunião de mais de 50 concelhos portugueses, incluindo já os do Funchal e Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira, e Ribeira Grande (Ilha de S. Miguel) e Velas (Ilha de S. Jorge) na Região Autónoma dos Açores. Assim, ao todo – e para o período anterior a meados dos século XVI – temos informação para os lugares de reunião de cerca de 130 concelhos, todos de origem medieval (à excepção dos das ilhas), correspondente a cerca de 15% do total dos concelhos portugueses – o que tem que se considerar uma amostra muito significativa do que foram os tradicionais locais de reunião dos velhos concelhos portugueses e, paralelamente, do que foi o fenómeno da criação de *casas da audiência*, do *concelho* ou mesmo da *câmara*. Com efeito, aquela amostra permite uma reconstituição que, embora muito aproximada, nos dará, conforme pensamos, um retrato relativamente fiel do que terá sido a velha paisagem concelhia portuguesa. A primeira fonte de informação, muito preciosa, embora muito rara, está nas próprias actas das vereações medievais sobreviventes²⁵⁸. Porém, a esmagadora maioria das raríssimas informações relativamente

²⁵⁴ António de Oliveira, *Ob. Cit.*, p. 42.

²⁵⁵ AAVV, *Monografia de Paredes*, Porto, 1922, p. 255.

²⁵⁶ Francisco Dias Ladeira, *A Vila de Águeda – Monografia*, Ed. do Autor, Águeda, I.º Vol., p. 38.

²⁵⁷ Maria Helena da Cruz Coelho, *Ob. Cit.*, p. 49.

²⁵⁸ Sobre as *Actas* das vereações medievais portuguesas conhecidas ver Manuel Pedro Serra, *Actas de Vereação de Loulé – Séculos XIV-XV*, Separata da Revista *Al’-Ulyã*, N.º 7, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1999/00, *Ob. Cit.*, p. 13. Sendo as actas da Câmara de Loulé as mais antigas conhecidas, a acta

aos sítios de reunião das assembleias concelhias provém das *procurações* passadas pelos diversos concelhos aos seus procuradores às Cortes – *procurações* essas que, na sua formalidade, indicavam quase sempre o sítio da reunião da assembleia onde eram eleitos aqueles procuradores²⁵⁹. Com efeito, tanto em Portugal como nos demais reinos peninsulares,

“quando uma comunidade recebia o convite real para enviar deputados às Cortes, os membros daquela encarregados da administração comunal reuniam uma assembleia popular ou o concelho, para dar notícia do chamamento real e eleger representantes. **Estas assembleias eram convocadas a toque de trombeta pelos pregoeiros ou a som do sino e celebravam-se na praça maior, na igreja ou no edifício do concelho.** A forma de eleição e o número dos deputados de cada comunidade variava de lugar para lugar e segundo as épocas”²⁶⁰.

3.1.1 – Igrejas, suas dependências e suas imediações

A mais antiga referência conhecida a um lugar de reunião dos homens-bons dos concelhos portugueses pertence ao antigo concelho de S. Martinho de Mouros (hoje no Concelho de Resende), também detentor do mais antigo foral, concedido (a 13-3-1121) pela Condessa D. Teresa: aí, a 11 de Junho de 1312, “o juiz, dois vereadores e três tabeliães do lugar, reunidos na presença e por convocação do meirinho, **na igreja local**, reduziram a escrito os seus usos e costumes, incluindo a tradução em vernáculo do foral teresiano e várias disposições ditadas pelo corregedor”²⁶¹. Ora, a realização de actos públicos em igrejas

mais antiga conhecida tanto de Loulé como de todo o movimento concelhio português remonta a 12 de Dezembro (?) de 1384.

²⁵⁹ Ver “Eleição de Procuradores”, in Manuel Paulo Merêa, *O Poder Real e as Cortes*, Coimbra Editora, Coimbra, 1923, pp. 33, 34.

Para a consulta das *procurações* dos concelhos às Cortes usaram-se as tão úteis edições das *Cortes Portuguesas*, relativas aos reinados de D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Fernando e D. Manuel I, editadas pelo Centro de Estudos Históricos da FCSH-UNL e orientadas sucessivamente pelo Professor A. H. de Oliveira Marques e pelo Professor João Alves Dias (Cortes de D. Manuel I).

Para os locais de reunião das assembleias respectivas e os locais onde foram passadas as diversas *Procurações* conhecidas ver o ANEXO D – Local de reunião dos Homens-Bons dos concelhos medievais portugueses (Séculos XIV-XVI).

²⁶⁰ Wladimiro Piskorski, *Ob. Cit.*, pp. 47, 48.

A eleição dos Procuradores às Cortes dos demais reinos peninsulares fazia-se em sítios semelhantes aos usados em Portugal: o procurador da cidade de S. Sebastião em 1401 é escolhido numa assembleia reunida “segundo antigo costume, no campo diante da Casa de Fayet”, a assembleia de Sahagún reuniu-se em 1402 na igreja de S. Pedro; a assembleia de Cartagena reuniu-se, também em 1402, “no átrio da igreja de Santa Maria” Wladimiro Piskorski, *Ibidem.*, pp 50, 51. Porém, em Guadalajara, os procuradores às Cortes convocadas “para jurar al príncipe D. Miguel” foram eleitos em 1499 “estando ayuntados en la câmara de nuestro ayuntamiento... segund quelo avemos de vso e de costumbre”, citado in Wladimiro Piskorski, *Ob. Cit.*, p. 53.

Quanto às sessões das Cortes, o autor que vimos citando informa-nos que elas se “celebravam no palácio real, se havia algum na cidade onde tinham sido reunidos os representantes da nação, **ou nos maiores edifícios que se encontrassem nela, que naturalmente eram igrejas, mosteiros, claustros ou palácios**”, Wladimiro Piskorski, *Ibidem.*, p. 76.

²⁶¹ António Matos Reis, *Ob. Cit.*, p. 61.

(ou nas suas dependências ou imediações, em espaços cobertos ou não) era uma constante, registando-se desde muito cedo. Assim, a reunião das legendárias Cortes de Lamego teria tido lugar na Igreja de Almacave daquela cidade²⁶² – prática comum, como é sabido de há muito, pois na Península “as sessões das Cortes celebravam-se no palácio real, se havia algum na cidade onde haviam sido reunidos os representantes da nação, ou nos maiores edifícios que se achassem nela, que naturalmente eram igrejas, mosteiros, claustros ou palácios”²⁶³. Do mesmo modo, a reunião das assembleias municipais em igrejas e mesmo nas catedrais era uma velha prática não só portuguesa mas também peninsular e mesmo europeia. Com efeito, já Viollet-Le-Duc notava que as imensas catedrais francesas medievais

“assumiam então um carácter simultaneamente civil e religioso. Os cidadãos, chamados pelos bispos a concorrer para a edificação do *monumento*, com a **segura garantia de que este monumento lhes seria franqueado para as suas assembleias**, encararam durante muito tempo, nestas cidades dependentes ou vizinhas do domínio real, **a catedral como um edifício municipal**. E vemos, com efeito, que **até ao século XV as catedrais servem não só para o serviço religioso mas para reuniões políticas e profanas**”²⁶⁴.

O mesmo Viollet-le Duc cita um autor (Lebeuf) que nos informa que os habitantes de Auxerre não tiveram «hôtel de ville» até 1452, pelo que

“quando lhes era necessário tratarem dos seus negócios eram obrigados a **reunir as suas assembleias nas praças públicas ou nas igrejas, nos capítulos das comunidades ou nos claustros religiosos**. Era também nestes lugares que se desenrolavam as festas que serviam de divertimentos públicos”²⁶⁵.

Esta prática do uso das catedrais e igrejas como *fórum municipal* também se verificava na Península e levou à lei do Rei de Castela Henrique IV, ordenando

“aos jurados e deputados desta cidade [de Toledo] e a cada um deles **que não se juntem e encontrem (lleguen) em igrejas**, nem casas, nem em outra parte alguma, salvo somente na «casa do ayuntamiento» dessa dita cidade, e isto no Sábado de cada semana e não mais, tal como é costume”²⁶⁶.

Enfim, o recurso a lugares consagrados ou, pelo menos, afectos a actos e rituais religiosos para a reunião dos moradores ou vizinhos para tratarem e resolverem questões puramente laicas era de tal modo abrangente e *natural* que se verificava mesmo no seio das comunidades minoritárias. Assim não só as comunidades mouras e judaicas se regiam por

²⁶² Em Lamego sobrevive “o templo de Santa Maria de Almacave, construção românica, a que anda ligada a lenda histórica das cortes de Lamego”, Joaquim de Vasconcellos, in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Emílio Biel & C.^a Editores, Porto, 1907, Vol. 7.º. Ainda sobre o seu restauro, ver *Igreja de Almacave – Lamego*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N.º 67, Março de 1952.

²⁶³ Wladimiro Piskorski, *Ob. Cit.*, p. 76.

²⁶⁴ E. Viollet-Le-Duc, *Ob. Cit.*, p. 95.

²⁶⁵ Id., *Ibidem.*, Tomo 6.º, pp. 95, 96.

²⁶⁶ Citada por Rosario Díez del Corral Garnica, *Arquitectura y Mecenazgo – La imagen de Toledo en el Renacimiento*, Alianza Editorial, Madrid, 1987, p. 151.

leis e códigos próprios, de inegável cunho municipalizante (como já vimos), como – no caso das judiarias – **“os actos da comuna tinham lugar na sinagoga”**, onde “no século XV, os membros da cada comuna elegiam os respectivos magistrados e oficiais por pelouros (O.A., II, 81, § 23)”²⁶⁷. Paralelamente, também estas comunidades tinham códigos e oficiais de justiça privativos, “dispondo, para as prisões, de **cadeias próprias**”²⁶⁸.

Chegaram-nos testemunhos medievais portugueses muito abundantes relativamente ao uso de igrejas (e dos seus adros) para a realização dos mais diversos actos oficiais, nomeadamente concelhios. Assim, na resposta régia aos Capítulos do Clero às Cortes de Elvas de 1361 denuncia-se uma prática que parecia ser então muito comum: **“as nossas Justiças ffaziam comsselhos e audiencias em as JgreJas e em hos adros dellas maiormente em ffectos criminaes e ho que he pior e ffazem nos domjnguos e em dias de ffestas, o que era Comtra djreito”**²⁶⁹. Ora, um testemunho do uso de uma igreja para a realização de um acto concelhio vem-nos da antiga vila de Figueira, no Alentejo (hoje no Concelho de Avis). Nesta vila, dependente da Ordem de Avis, o *auto* de “Testemunho em que o comendador se obrigou a nam fazer agravos ao conselho da Figueira” foi realizado a 5 de Abril de 1381, “em a Figueira **em conselho demtro na igreja de Santa Marya do ditto logo**”²⁷⁰. Porém, os mais documentados actos concelhios realizados em igrejas são os *autos* de eleição dos Procuradores dos Concelhos às Cortes. A mais antiga *Procuração* passada numa igreja chegada até nós é a do Concelho e homens-bons de Sortelha (hoje Concelho do Sabugal), relativa aos seus representantes às Cortes de Leiria de 1376. A assembleia respectiva ocorreu no dia 8 de Novembro de 1376, estando todos **“Juntos Na egreihã de ssancta Maria da dicta villa** per Conçelho Apregoado Assj come de sseu Costume”²⁷¹.

Algumas assembleias destinadas a eleger procuradores às tão importantes Cortes de Santarém de 1383²⁷² – em que se tratava de confirmar o casamento da Infanta D. Beatriz

²⁶⁷ Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 507.

²⁶⁸ *Id.*, *Ibidem.*, p. 508.

²⁶⁹ In A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Pedro I (1357 - 1367)*, Centro de Estudos Históricos da FCSH-UNL – Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1986.

²⁷⁰ Publicado por Maria Teresa Saraiva, in *Figueira – Comenda da Ordem de Avis (Publicação de Fontes)*, Edições Colibri, Lisboa, 1997, p. 116. Também realizado numa igreja, mas desta vez em Avis, foi o *auto* inerente à “Divizam dos sesmos do termo da Figueira e d’Avis” realizado a 27-3-1379, “em a villa de Avis **demtro na igreja de samto Ildefonso da dita villa**”, in Maria Teresa Saraiva, *Ibidem.*, pp. 112, 113.

²⁷¹ Procuração do Concelho de Sortelha aos seus representantes nas Cortes de Leiria de 1376, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. I (1367-1380), p. 163.

²⁷² “As últimas Cortes do reinado de D. Fernando realizaram-se em Santarém, em finais de Agosto e começos de Setembro de 1383, com o único objectivo de jurarem herdeiros da Coroa portuguesa a infanta D. Beatriz, filha do monarca, e seu marido, o rei de Castela, Juan I”, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Ibidem*, Vol. II

com o rei D. João I de Castela – também tiveram lugar em igrejas. Foi o caso de Sesimbra: os Homens-bons daquele Concelho elegeram o seu procurador às referidas Cortes numa assembleia reunida a 9 de Julho de 1383, “em Sesimbra **dentro na egreja de Santa Marya** da dicta vylla”²⁷³. Na Lousã, idêntica assembleia ocorreu (a 15-7-1383), “Seendo todos Junntos **en a Egreia de Sam Siluestre** do dicto logo”²⁷⁴, tal como no Alandroal (a 26-7-1383), estando todos “**dentro na Jgreia de Santa Marija do Castelo** da dicta vila”²⁷⁵. Também o Concelho do Sabugal elegeu (em dia e mês indeterminado) os seus procuradores às mesmas Cortes “Seendo Juntos em conçelho apregoado [*em*] **a egreja de ssanta maria do castello** da dicta villa Asy como he de nosso costume”²⁷⁶.

Para lá das naves, outros espaços das Igrejas medievais foram usados: foi o caso de Castelo Rodrigo, que elegeu o seu Procurador às mesmas Cortes de Santarém de 1383 numa assembleia, reunida a 16 de Julho de 1383, “sendo Juntos *pera* esto *em* nosso conçelho **dentro em no Cabjdóo de Santa Maria** da dicta ujlla”²⁷⁷, o que é sublinhado no fecho da respectiva procuração, quando se explicita: “fecta A djcta procuraçom *e* outorgada Em castel rrodrjgo **dentro em no Cabjdo de santa Maria da djcta vjlla hu e costume de sse ffazer As au[diencias] E huu ffazem o conçelho**”²⁷⁸. Também os Procuradores do Concelho do Porto tinham sido eleitos a 5 de Julho de 1383, “na Cidade do porto **dentro no Cabidoo do Moesteiro de Sam domjngos** da dicta Cidade”, com a presença também de “outros Mujtos homeens boons vizinhões da dicta Cidade, **asy no dicto Cabidoo Como fora del aqueles que ao dicto logo vyr quiserom per pregom que lhis o dya d otem foy lançado**”²⁷⁹. Quanto ao Procurador do Concelho de Braga às mesmas Cortes, foi eleito numa assembleia (a 12-7-1383), “Seendo todos Juntos **na crasta da ssée de bragaa hu ffazem A audiençia**”²⁸⁰. Pela mesma altura (mas em dia indeterminado), os Procuradores de Santarém foram eleitos pelos homens-bons daquela poderosa vila, “sseendo Juntos em nosso Conçelho **em na [clast...] do [mos]teyro de sam francisco** da dita ujlla”²⁸¹. Por sua vez, a “Câmara” da cidade do Porto escolhia para certas assembleias a “**crasta Segunda do moestejro de sam domjngo**”, local onde teve lugar a mais antiga sessão daquele concelho

(1383), p. 9. Destas Cortes subsistem as procurações de 66 concelhos e senhorios, passadas aos respectivos procuradores às Cortes.

²⁷³ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 319.

²⁷⁴ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 179.

²⁷⁵ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 22.

²⁷⁶ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 294.

²⁷⁷ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 95.

²⁷⁸ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 100.

²⁷⁹ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 287.

²⁸⁰ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 58.

²⁸¹ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 300.

(ocorrida a 4 de Junho de 1390) de que nos chegou a respectiva acta²⁸². Também o Concelho de Loulé, numa circunstância diferente, se reúne (a 30-1-1404) com o Bispo de Silves, para em conjunto tratarem das obras da igreja de S. Clemente daquela vila, “em Loulle **no Mosteiro de Sam Francisco** da dicta villa”,²⁸³

No entanto, desde muito cedo é fixada a separação entre o sagrado e o profano e as assembleias e demais actos cívicos e “camarários” realizados nas igrejas serão doravante residuais. Em compensação, pelos fins do século XIV continuam a ser muito frequentes as *reuniões à porta das igrejas* ou *nos próprios adros* das mesmas. Também as reuniões à porta das igrejas e das catedrais tinham velhas tradições peninsulares, de que o caso mais famoso será o da própria Catedral de Leão. Com efeito, já no Século X lá se reunia o “*concilio* ou assembleia geral de vizinhos, congregada no pórtico de Santa Maria de Leão”²⁸⁴. Para lá das assembleias de teor concelhio, outras se reuniam no mesmo sítio: com efeito, até ao Reinado de Afonso X, o *Sábio*, aí se encontravam os quatro juízes para exercerem a sua magistratura de acordo com o tão arcaico «Libro Juzgo»: “**o sítio onde se juntavam os Juízes era o portal principal da Igreja Catedral**, onde ainda se vê um pequeno pilar com esta inscrição: *Locus appellationis*”²⁸⁵. O mesmo se verificava em Portugal. Assim, certo “Stormento em como ElRey Dom Denis mandou dar a Terça de Mouron per sua Carta a Egreja d’Evora” foi divulgado perante as autoridades locais (a 19 de Outubro de 1355) “**ante a porta da igreja de mourom**”²⁸⁶. Do mesmo modo, certo “Treslado de humas ordenaçõs e posturas para os moradores da Figueira” foi realizado a 25 de Setembro de 1362 “**a porta da igreja de Samta Marya da Figueira**”²⁸⁷. Também os Procuradores de Monsanto (actual concelho de Idanha a Nova) às Cortes de Torres Novas de 1380 foram eleitos numa assembleia (10-8-1380), “sseendo todos Juntos per pregom en Concelho **A porta da Egreia de Sam Miguel como he de nosso custume**”²⁸⁸. Poucos meses depois, em Novembro de 1383, em Beja, enquanto o povo miúdo se concentrava no respectivo adro, os “homrrados” de Beja, para ouvirem ler as cartas da rainha relativas à aclamação de D. Beatriz, “**apartarom sse todos aa porta pequena de samta Maria da**

²⁸² Magalhães Basto, “*Vereações*” – *Anos de 1390-1395 – O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto...*, Vol. II, p. 11.

²⁸³ *Actas de Vereação de Loulé – Séculos XIV-XV...*, p. 153.

²⁸⁴ Claudio Sánchez-Albornoz, *Ob. Cit.*, p. 149.

²⁸⁵ P.^e Fr. Manuel Risco, *Historia de la Ciudad y Corte de Leon, y de sus Reyes*, Oficina de Don Blas Román, Madrid, 1792, p. 144; De acordo com aquele código, os julgamentos eram assegurados por quatro juízes, dependentes da Coroa, da Igreja, da Nobreza e do Povo, respectivamente.

²⁸⁶ Publicado em Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora...*, p. 590.

²⁸⁷ In Maria Teresa Saraiva, *Ob. Cit.*, p. 82.

²⁸⁸ Procuração do Concelho de Monsanto aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. I, p. 177.

Feira, e começaram de veer aquello que lhe a Rainha escprevera”, provocando sucessivamente a suspeição, a ira e a revolta do “**poboo**”, que “**era muito que estava pello adro**, aguardamdo que lhe dissessem, que novas eram aquellas que a Rainha mandava dizer”²⁸⁹.

Muitas reuniões tinham lugar no *alpendre* das igrejas. Tratava-se de estruturas cobertas adossadas à fachada principal ou mais frequentemente às fachadas laterais das igrejas, alpendres esses muitas vezes localizados e orientados em função do clima dominante no local, voltados a Norte nas terras ensolaradas e quentes; voltados a Sul nas terras frias. Chegaram até nós vestígios abundantes e comoventes de velhos alpendres, como os robustíssimos pilares do alpendre há muito destelhado da igreja de Azinhoso (hoje concelho de Mogadouro) e mesmo alpendres restituídos, como o da igreja de Salto (concelho de Cabeceiras de Basto) [Fig. 8]. No Sul, os materiais, as tecnologias disponíveis, mas também influências da arquitectura erudita dão uma definição arquitectónica diferente aos alpendres das igrejas, de que é um bom exemplo o alpendre já muito tardio da igreja de Castro Marim²⁹⁰ [Fig. 9]. Ora, foi em muitos destes alpendres, bem encostados às igrejas locais, que tiveram lugar muitas assembleias concelhias. Muito documentado é o caso do concelho de Abrantes, onde “a primeira e objectiva referência que encontramos à Casa do Concelho data de 20 de Outubro de 1392. Antes desta data o concelho reunia-se ordinariamente debaixo dos alpendres das igrejas de S. João (1327, 1336, 1341 e 1363), de S. Tiago (1315, 1350, 1351, 1353, 1356, 1357 e 1360) e de S. Vicente (1374 e 1383)”²⁹¹. Esta última data corresponde justamente à assembleia para a eleição dos respectivos Procuradores às tão importantes Cortes de Santarém reunidas aquele ano, feita em Abrantes a 17 de Julho de 1383, “sseendo Juntos em nosso Conçelho sso o **Alpender da Egreia de Sam vicente**”²⁹². Também o Concelho de Trancoso elegera no dia 10 de Julho de 1383 os seus Procuradores àquelas Cortes, “seendo Juntos *em* nosso Conçelho **sóó Alpender de**

²⁸⁹ Fernão Lopes, *Crónica de D.João I*, Capítulo XLII; Liv. Civilização Editora, Barcelos, Vol. I, pp. 84, 85.

²⁹⁰ Para o alpendre tardo-medieval medieval de Alcoutim ver ANTT – *Ordem de Santiago* – Visitações; B. 51.229 [Visitação feita a 31-1-1518]: “Visitação da Igreja do Salvador d’Allcoutym [...] – Item. E **da parte do sull estaa hum alpendre sobre esteyos muito bõo cuberto de telha vã**”, publicado por Hugo Cavaco, *Visitações da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio*, Ed. Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António, 1987, p. 43.

²⁹¹ Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in Manuel António Morato e João Valentim da Fonseca Mota, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes, para servir de começo aos Anais do Município* [c. 1868] (Organização de Eduardo Campos), Câmara Municipal de Abrantes, Abrantes, 2002, p. 141. Ver também sobre este assunto Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes Medieval – Séculos XIV-XV*, Câmara Municipal de Abrantes, Abrantes, 1988, p. 29.

²⁹² A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 11.

Sam pedro da dicta villa²⁹³. Foi também o caso de Tomar, em que os procuradores do Concelho foram eleitos cinco dias depois, “seendo todos Juntos alem da ponte do Rjo da dicta villa **em no alpender de santa Eirea per** Conçelho”²⁹⁴. Situação em tudo semelhante se verificou em Borba, vila onde a reunião teve lugar (a 26-7-1383) “**so aLpender da Egreia de santa Marya**”²⁹⁵.

Algumas reuniões ocorrem junto às igrejas, mas numa localização menos precisa. Assim, certo “estromento publico” envolvendo a vila de Figueira (Avis) foi passado (a 8-1-1378), “em comselho **amte a igreja de Santa Marya da Figueira**”²⁹⁶. A eleição dos procuradores do Concelho de Montemor-o-Velho às Cortes de Santarém de 1383 teve lugar a 11 de Julho de 1383, “seendo Junntos *em* noso Cõnçelho *em dicta vilã* de Monte Mor **junto com santã Mari[a d]e campos**”²⁹⁷, onde foi passada a competente procuração: “fecta [*em*] a dicta villa de Monte Moor **ante a Ermyda de Santa Maria de campos**”²⁹⁸. Quanto à Procuração a apresentar pelos procuradores do famoso concelho medieval de Monforte do Rio Livre (hoje no Concelho de Chaves) às Cortes de Santarém de 1383, foi passada a 19 de Julho de 1383: “fecta A procuraçom *em* monforte de Rjo ljure **tras Egreia de sam pedro**”²⁹⁹. A eleição dos homens-bons de Penedono às mesmas Cortes teve lugar (a 29-7-1383), “sseendo Juntos *em* nosso conçelho na dicta villa **na quintãa da Igreja de ssan ssaluardor**”³⁰⁰, onde também foi passada a competente procuração: “ffecta a procuraçom na dicta vila de pena de dono **na quintãa da Jgreia de ssam ssaluardor**”³⁰¹. Mas, o mais comum, era a simples utilização do *adro* das igrejas, por um momento transformado em *agora* local. Foi o que aconteceu com a assembleia reunida em 1331, “em na Cidade de Lixboa **em no Adro da See** seendo o Conçelho Apregoado Assy como he de seu custume”³⁰² a fim de preparar a sua participação nas Cortes de Santarém daquele ano, fórmula repetida no termo do *auto* respectivo: “em na Cidade de lixbõa **en o adro da See** stando o Conçelho apregoado assi como he de sseu Custume”³⁰³.

²⁹³ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 367.

²⁹⁴ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 355.

²⁹⁵ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 58.

²⁹⁶ Publicado por Maria Teresa Saraiva, *Ob. Cit.*, pp. 65, 66.

²⁹⁷ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Ob. Cit.*, Vol. II (1383), p. 215.

²⁹⁸ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 221.

²⁹⁹ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 208.

³⁰⁰ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 251.

³⁰¹ Id., *Ibidem*, Vol. II (1383), p. 256.

³⁰² Capítulos Especiais de Lisboa (?) às Cortes de Santarém de 1331, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV...*, p. 52.

³⁰³ Capítulos Especiais de Lisboa (?) às Cortes de Santarém de 1331, Id., *Ibidem*, p. 84.

Quarenta e cinco anos depois, mantinha-se esta prática em muitos concelhos do país. Assim, os procuradores de Leiria às Cortes de Leiria de 1376 foram eleitos a 19 de Novembro de 1376, “em leyrea **no adro de santo steuam**”³⁰⁴. Também os procuradores do concelho da Lourinhã às Cortes de Santarém de 1383 foram eleitos a 5 de Julho de 1383, “sseendo Juntos em nosso Conçelho na dicta villa da lourinhã **no Adro da Egreia da santa Maria** da dicta villa”³⁰⁵. Do mesmo modo, os procuradores do Concelho de Monsanto às Cortes de Santarém de 1383 foram eleitos (a 18-7-1383), “Estando *per* conçelho apregoado **no adro de sa miguell da dicta vylla**”³⁰⁶, foi “*fecta* a *procuraçom* em *monsancto* **no adro de Sa mygel**”³⁰⁷. No dia 26 de Julho de 1383 ocorreram assembleias em tudo idênticas nas vilas da Sertã e de Setúbal, para elegerem procuradores às mesmas Cortes: na Sertã “forom juntos em no Ad[ro] do s[...] dicta vylla”³⁰⁸ e “en Setuual **no Adro da Egreia de Santa Maria**”³⁰⁹. Também a eleição dos Procuradores de Olivença foi feita numa sessão (a 27-7-1383), “ssendo juntos en noso conçelho **en o adro da igreja de santa Maria**”³¹⁰. Mais de oitenta anos depois, os Homens-Bons de Elvas ainda elegiam os seus Procuradores às Cortes de Évora de 1461 em assembleia reunida a 19 de Outubro de 1469 “em a villa d’Elvas [...] juntos *per* canpaa tangida **no adro do moesteiro de Sam Domingos da dita villa**”³¹¹.

3.1.2 - Lugares indeterminados, improvisados ou atípicos

A par das igrejas, suas dependências e seus adros, a reunião da assembleia dos Homens-Bons dos Concelhos podia ocorrer nos mais diversos lugares e nas mais diversas circunstâncias. As fontes referem lugares indeterminados, como a assembleia dos homens-bons de Numão, convocada para elegerem procuradores às Cortes de Torres Novas de 1380, reunidos a 29 de Julho daquele ano, sendo “**Juntos todos em a dicta vylla per Conçelho**

³⁰⁴ Procuração do Concelho de Leiria aos seus representantes nas Cortes de Leiria de 1376, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. I, p. 161.

³⁰⁵ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 173.

³⁰⁶ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 209.

³⁰⁷ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 214.

³⁰⁸ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 313.

³⁰⁹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 325.

³¹⁰ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 245.

³¹¹ “Capítulos do povo meudo de Elvas datados de 2 de Novembro de 1469, não apresentados em Cortes”, mas apresentados ao Rei pelos procuradores daquele concelho, cuja *Procuração* fora passada a 19-10-1469, in *Capítulos do Concelho de Elvas apresentados em Côrtes*, Prólogo de Pedro A. d’Azevedo, Editor António José Torres de Carvalho, Elvas, s.d., pp. 65, 66.

apregoado segundo he huso e Custome da dicta uylla”³¹²; Idêntica assembleia teve lugar em Guimarães, a 5 de Agosto de 1380, “seendo Juntos **em o Conçelho da dicta vila** per Conçelho Apregado A gisa que he de nosso Custume”³¹³. Também o vizinho Concelho de Lanhoso escolheu os seus procuradores às Cortes de Santarém de 1383 (a 14-7-1383) “**sendo Juntões em nosso Conçelho**”³¹⁴. O mesmo ocorreu então, nos mesmíssimos termos, em Melgaço³¹⁵ e em Monção³¹⁶.

Certos actos camarários podiam, porém, ter lugar em sítios improvisados ou atípicos. Um exemplo foi registado na própria cidade de Lisboa que, no quadro da realização das Cortes de Lisboa de 1352 se reúne “na Cidade de Lixboa **nos moedeijros em que fazem Conçelho**”. Aí, no âmbito das mesmas Cortes, “**na Cidade de lixboa nos moedeijros em fazendo cooncelho** ffoj pubricada esta carta d El Rey”³¹⁷. Trinta anos depois, a assembleia de Treixedo (hoje no Concelho de Santa Comba Dão) escolheu os seus procuradores às Cortes de Santarém de 1383 (a 18-7-1383), “Seendo Juntos em nosso Conçelho **Ante o Çelleiro que foj de Sueiro gago**”³¹⁸.

3.1.3 - Sítios carismáticos

Em certos concelhos, as assembleias respectivas têm lugar em *sítios* especiais (no centro ou mesmo na periferia da povoação), sinalizados por qualquer acidente geográfico, por alguma característica especial ou ainda por uma função específica. Trata-se sempre de sítios muito carismáticos, conhecidos e reconhecidos por todos, destacados e assinalados nomeadamente pela própria toponímia local – sítios, enfim, de uso certamente muito antigo e como tal consagrado pelas tradições locais. Assim, a 11 de Junho da era de 1380, “reuniram-se na igreja os oficiais do Concelho de S. Martinho de Mouros [Resende] ‘per

³¹² Procuração do Concelho de Numão aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, p. 182.

³¹³ Procuração do Concelho de Guimarães aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 171. Idêntica reunião em Guimarães (a 9-7-1383) para escolher procuradores às Cortes de Santarém de 1383 teve lugar “**sseendo Juntos em o nosso Conçelho**”, Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 149.

Desta Assembleia chegou-nos a respectiva Procuração: “ffecta a procuraçom e outorgada **no Conçelho da djcta vjla de Gimarãens**”, Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 154.

³¹⁴ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 155.

³¹⁵ Eleição dos Procuradores de Melgaço às Cortes de Santarém de 1383 (a 21-7-1383), “sendo Juntos em nosso Conçelho em na dicta villa”, in Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 185.

³¹⁶ Eleição dos Procuradores de Monção às Cortes de Santarém de 1383 (a 24-7-1383), “sendo **Juntos em nosso Concelho** em tal gar [sic]”, in Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 197.

³¹⁷ Publicação do teor dos Capítulos Gerais (?) das Cortes de Lisboa de 1352 no Concelho de Lisboa, in Id., *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV...*, p. 137.

³¹⁸ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p.373.

mandado de Afonso Anes, Corregedor del Rey no meirinhado da Beyra’”. Porém, os vizinhos ficaram a saber que “por mandado do Corregedor **o concelho passaria a reunir-se no local dos Carvalhos da Igreja** ‘porque he logar mays consynhravyl [sic], e mays honra del Rey e da eigreia’”³¹⁹.

Do mesmo modo, a assembleia dos homens-bons de Sintra elegeu os seus procuradores às Cortes de Santarém de 1383 a 12 de Julho de 1383, “**sseendo juntos en nosso. Concelho** en a dicta vila de Sjntra **no chãao da oljua**”³²⁰. No dia seguinte (13-7-1383) teve lugar em Penela uma assembleia em tudo semelhante, realizada “*per* Conçelho Apregoado **no outeiro da portella**”³²¹. Dessa assembleia ficou a respectiva Procuração: “ffecta foij a dicta proCuraçam, **em penella, no outeiro**”³²². Idênticas assembleias tiveram então lugar em Caminha (a 17-7-1383), “Seendo Juntos em nosso Conçelho **no Canpo dos fferreiros direjto da porta da dicta villa**”³²³ e em Castelo Bom (a 19-7-1383), “Séendo Juntos em Nosso Conçelho A par da dicta villa de castel bóó **En o lugar que chamam o póónbal**”³²⁴, de que nos chegou a respectiva procuração: ffecta esta procuraçom A par da dicta villa de castel bóó **En o poonbal**”³²⁵. Finalmente a assembleia de Viana da Foz do Lima (a Viana do Castelo das Épocas Medieval e Moderna), teve lugar a 24 de Julho de 1383, “Seendo Juntos em nosso Conçelho **na Praça do Penedo**”³²⁶. Com efeito, “o primitivo edifício dos Paços do Concelho, erguido ainda na Idade Média, ficava situado na Praça Velha que, desde os tempos pré-municipais de Viana, constituía o centro cívico e aí se concentravam os meios defensivos da Vila. Estava aliado ao **célebre penedo, que servia de palco às assembleias e dominava a referida Praça**. Deveria ser uma construção pobre e desfuncional que, com a construção da Igreja Matriz, mais anquilosado ficou”³²⁷.

Amélia Aguiar Andrade, notando que “a inexistência de edifícios administrativos (se) tornava mais gritante fora dos núcleos urbanos”, informa-nos que era

³¹⁹ Franz-Paul Langhans, *Estudos de Direito Medieval – As Posturas*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Instituto Jurídico, Lisboa, 1937, p. 47.

³²⁰ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 337.

³²¹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 257.

³²² Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 262.

³²³ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 65.

³²⁴ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 77.

³²⁵ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 82.

³²⁶ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 379.

³²⁷ Manuel António Fernandes Moreira, *O Município e os Forais de Viana do Castelo*, Ed. da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1986, pp. 100, 101. Referindo-se à casa da câmara quinhentista de Viana do Minho, Carlos Alberto Ferreira de Almeida considera que “longe estavam os tempos em que as reuniões [do Concelho] se processavam no largo em frente da Igreja Matriz, em torno de um penedo que aí existia”, Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Presença, Lisboa, 2002, p. 149.

“possível encontrar numa zona periférica como o Entre Lima e Minho, mais concretamente no julgado de Froiã em 1459, **audiências a decorrerem ao ar livre, em pontes e num couto**, o que na perspectiva régia não eram locais «onestos de se fazer e pera hy pagarem seus direytos mais seguramente»³²⁸.

Com efeito, um erudito local setecentista, discutindo a natureza da árvore que consta nas Armas de Lamego considera

“que a Arvore das Armas [daquela cidade] era Lodão e não Lamegueiro prova-se, porque depois que os nossos Reis dominarão nesta Cidade, **junto à mesma Arvore costumavão os Juizes fazer Audiencia**, como se vê de huma Sentença, que se acha no Arquivo Capitular; dada em 6 de Novembro da era de 1336 [...]”³²⁹.

Enfim, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, referindo-se ao Couto de S. Torcato (no termo do concelho de Guimarães, a Nascente) diz-nos:

“governa-ce este couto com hum juis e hum procurador, eleitos pello povo e os confirma hum conego desta collegiada [*Sr.^a da Oliveira*], que serve de ouvidor do dito couto, no que respeita ao civil tão somente, para o que tem aqui pegado as ditas Casas da Renda; huma casa da camara para as audiencias (que **antigamente se fazião ahi perto em huma cadeira de pedra, e huma lage redonda por mesa, debaixo de hum carvalho**); e nella huma pedra, na forma seguinte [Fig.^a 10]³³⁰.

O mesmo arcaísmo se registava, ainda em 1726, no Couto de Pedraido (junto a Montelongo e Moreira de Rei, hoje no Concelho de Fafe): “He este couto das freiras de Arouca. Tem [...] casa da camara e **hum carvalho serve de pelourinho**: tudo muito pobre”³³¹.

3.1.4 – Eirados das cisternas e fontes do concelho

A documentação traz até nós outro sítio de reunião das assembleias dos homens-bons dos concelhos: o *eirado das próprias cisternas locais*. É o caso de Chaves que, a 19 de Julho de 1383, escolheu os seus procuradores às Cortes de Santarém de 1383, de que resultou a procuração respectiva: “fecta E outorgada foj esta *procuraçam na villa de chaues Em cima da Cisterna*”³³². Também em Sesimbra, anteriormente a 1540, data de conclusão da casa da câmara quinhentista da vila, “**a vereação reunia-se na velha Casa da Cisterna**, no perímetro do Castelo medieval”³³³. Destas cisternas e dos respectivos eirados onde reuniam os homens bons dos concelhos chegaram-nos suficientes restos materiais. É o caso da conhecida Fonte de Aguiar da Beira [Fig.s 11 e 12] e do muito menos conhecido “Fórum”

³²⁸ Amélia Aguiar Andrade, *Ob. Cit.*, p. 145.

³²⁹ João Mendes da Fonseca, “Memoria Chronologica, citado in F. J. Cordeiro Laranjo, *Cidade de Lamego – Castelo*, Ed. Câmara Municipal de Lamego, Lamego, 1994, p. 30

³³⁰ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob. Cit.*, Vol. II, p. 306.

³³¹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 238.

³³² Id., *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 106.

³³³ Eduardo da Cunha Serrão e Vítor Serrão, *Sesimbra Monumental e Artística*, Ed. C. M. de Sesimbra, Sesimbra, 1997, p. 70.

de Linhares da Beira, isto é uma plataforma ou eirado sobre uma típica fonte de mergulho medieval. Embora hoje muito transformado e mutilado, faltando-lhe nomeadamente o *telheiro* ou *alpendre* que o abrigava [Fig. 13]³³⁴, ainda mantém os bancos originais à volta do eirado e uma espécie de pódio e mesa de provável uso pelo juiz presidente da assembleia [Fig.s 14]. Nos eirados destas duas fontes medievais se reuniram os vizinhos dos respectivos concelhos.

Mas o caso mais emblemático de reuniões *por cima da cisterna* é o de Bragança. Assim, será no “**paço da cesterna**” que terá lugar a assembleia que elegerá os procuradores do respectivo Concelho às Cortes de Lisboa de 1502! Com efeito, a assembleia respectiva reuniu-se a 2 de Agosto de 1502, “na cidade de bragança **no paço da cesterna que he paço do concelho** da djta cidade Estando hij Juntos Em vereaçom [...]”³³⁵. Trata-se da casa da câmara da cidade, a impropriamente chamada “domus municipalis” cujo nome e cuja configuração arquitectónica adiante discutiremos.

3.1.5 – Paços, pousadas, casas particulares e suas dependências

As assembleias dos Homens-Bons e sobretudo outros autos concelhios tinham por vezes lugar em casas particulares. Foi o caso da própria eleição dos procuradores do concelho de Torres Novas às Cortes de Torres Novas de 1380, que teve lugar a 8 de Agosto de 1380, “**seendo juntos na dicta villa em Casa de Gil steuez juiz geeral**”³³⁶. O mesmo aconteceu no concelho de Pombal, que escolheu os seus procuradores às Cortes de Santarém de 1383 (a 9-7-1383), “seendo Juntos dentro no castelo da dicta vila **nos paaços vmde pouosa o Meestre de christos**”³³⁷. Do mesmo modo, a procuração passada (a 21-8-1383) pelo Comendador e Alcaide de Idanha-a-Nova ao seu Procurador às mesmas Cortes, foi

³³⁴ Publicado por Maria da Conceição Moreira, *Linhares – Aspecto Históricos*, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Lisboa, 1980, pág. 6

³³⁵ Procuração dada pela cidade de Bragança ao Duque de Bragança como seu procurador nas Cortes de Lisboa de 1502, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1.ª Ed. Lisboa, 2001, p. 39. A mesma Procuração da cidade de Bragança às Cortes de Lisboa de 1502 fora já publicada pelo Visconde de Santarém in *Alguns Documentos para Servirem de Provas á Parte 1.ª das Memorias para a Historia, e Theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebrarão pelos Tres Estados do Reino ordenadas no Anno de 1824*, Impressão Régia, Lisboa, 1828, pp. 24-28.

³³⁶ Procuração do Concelho de Torres Novas aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. I, p. 187.

³³⁷ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 269.

“ffecta em monsancto **nos paaços de sam saluador**”³³⁸. Também em Loulé (cujo concelho já tinha casa da câmara) se tratou da defesa militar daquela vila numa sessão camarária que teve lugar a 6 de Fevereiro de 1385, “em Loule **nas casas que foram de malpica** onde pousa Joham Affonso camareiiro moor de nosso senhor dom Joham Mestre d’Avis”³³⁹.

Recenseiam-se também, aqui e ali, muitos autos camarários e até assembleias de homens-bons dos concelhos às *portas de casas e pousadas particulares*. Foi o caso do “Estromento de humas palavras affrontozas que o comendador disse a hum alcalde da villa da Figueira”, passado a 22 de Fevereiro de 1384 em Avis, “**ante o paço de Frei Vasco Martins comendador mor da Ordem de Avis** [...] e chegaram asy todos **so hum allpembre da dita porta do paço**”³⁴⁰. Ainda no século XIV, de 1395, em Tentúgal (hoje no Concelho de Montemor-o-Velho) certo mandado (uma Lei de D. João I em aditamento a uma outra de D. Fernando) “foy publicado [...] em Tentugual, **no alpendre da Albergaria de Sam Domingos**, em audiencia perante Gil Annes Corregedor na Corte d’ElRey”³⁴¹. Muito poucos anos depois, também em Loulé alguns actos camarários decorriam à porta de casas e pousadas particulares. Assim, a 29 de Maio de 1402, certo acto camarário teve lugar “em Loulle **a porta de Joham de Lyma** sendo hy Gonçallo Mendez corregedor por El Rey na dicta villa”³⁴².

3.1.6 – Praça

³³⁸ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 401.

³³⁹ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 32. Apesar de Loulé dispor já de “Paços do Concelho”, como veremos, há mais exemplos de sessões camarárias em casas particulares. Vejam-se os exemplos seguintes: após certa sessão camarária a 10 de Agosto de 1394), determinou-se mandar apregoar certa postura “no dicto dia **nas casas do dicto juiz** e em presença de mim escriptvam” *Ibidem*, p. 60. A 7-4-1408 tratou-se e posturas camarárias sobre gados, “em Loulle nas cassas da morada de Joham Dominguez Inchado”, *Ibidem*, p. 174. Finalmente, a 19-9-1468, “em a villa de Loulle nas possadas onde pousa Joham d’Elvas bacharel em leix” e Corregedor do Algarve, este mandou tresladar “em este livro da camara” certa carta régia ao escrivão da camara do Concelho”: Id., *Ibidem*, p. 216.

Séculos depois, o auto de veriação da Câmara de Cascais realizado em 25 de Agosto de 1764 teve lugar “em as casas de residencia do doutor juis de fora donde se achavam presentes os vereadores e procurador do Senado para averem de fazer veriação sobre o Bem comum da Republica e atenderem ao Serviço de Sua Mangestade [sic]”, in Arquivo Histórico Municipal de Cascais/ALL – CMC/B/A/001/ *Livro de Autos de Vereação*, Livro 48, 1764-1770, f.ª 3 – Auto de veriação de 25-8-1764. Em citações futuras este Arquivo será referenciado pelas respectivas abreviaturas, AHMC.

³⁴⁰ Transcrito por Maria Teresa Saraiva, *Ob. Cit.*, p. 51.

³⁴¹ “De como som deffesas as bestas muares”: *Ordenações Afonsinas*, Livro V, Título XCVIII, §16, p. 399.

³⁴² *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 90. Dos vários actos camarários ocorridos em circunstâncias semelhantes damos mais dois exemplos em tudo semelhantes: o ocorrido a 8-6-1402, “em Loule **ante as cassas da morada onde pousa Gonçalo Mendez corregedor** sendo hi o dicto corregedor” (Id., *Ibidem*, p. 91) e o ocorrido a 28-6-1402, “em Loulle **ante as cassas onde pousa Gonçalo Mendez corregedor** por El Rey no Reyno do Algarve”, Id., *Ibidem*, p. 90.

O grande fórum colectivo medieval era fornecido pelos espaços abertos, maiores ou menores, mais centrais ou mais periféricos – e destes, claro que o espaço de eleição para semelhantes assembleias era a *praça*, verdadeiro coração urbano das velhas cidades e vilas portuguesas. Portadora de um significado concelhio inegável, a presença urbana muito intensa da *praça* chegou até nós muitas vezes apenas enquanto memória de uma centralidade cívica e de um uso concelhio de há muito perdidos mas ainda hoje bem atestados na toponímia local, tão galhardamente ciosa do seu *Largo da Praça Velha*, como no antigo Concelho de Abiúl (hoje no Concelho de Pombal) [Fig. 15], do seu *Largo da Praça* ou mesmo da sua *Rua da Praça*, de que serão exemplo, bem às portas de Lisboa, o Largo de Cheleiros [Fig. 16] e a Rua de Enxara dos Cavaleiros [Fig. 17], concelhos extintos ambos no actual Concelho de Mafra. Apesar de não serem muito frequentes, merecem referência os exemplos de assembleias concelhias reunidas na *praça* local. Foi o caso do Concelho de Vila Nova de Cerveira, que escolheu os seus procuradores às Cortes de Santarém de 1383 em assembleia (realizada a 18-7-1383), estando “Juntos **em nosso Concelho na Praça do [Açougue]**”³⁴³, mas também o de Mértola, que realizou acto em tudo semelhante numa assembleia (a 21-7-1383) “seendo todos Juntos Ante as casas do dicto Roj Lourenço (juiz de Mértola) Jujz **na praça da dicta vylla**”³⁴⁴. Foi também o caso do Concelho de Odemira, que realizou a respectiva assembleia no dia seguinte (a 22 de Julho de 1383), onde foi passada a competente procuração: “ffecta ffoj a dicta carta de procuraçom **en Odemjra na praça** Ante as Cassas de Joham martjnz Mercador”³⁴⁵.

Em Loulé, certo acto camarário relativo às posturas municipais, teve lugar (a 19-9-1395) “em Loule **na praça da dicta vila**”³⁴⁶. Claro que o uso da praça se sobrepunha ao da casa do concelho em circunstâncias especiais: era o caso das inquirições ou das arrematações de bens (ou até de cargos) e actos subsequentes, actos que por definição exigiam e suscitavam a maior publicidade e a maior exposição pública possível. Assim, a 15 de Setembro de 1447, “em Poonball **na praça** perante Gil Lourenço e Affomso Vallente escudeiros juizes da dicta villa” teve lugar o início da “Inquirição executada pelos juízes de Pombal acerca da posse de certas propriedades dadas ao Mosteiro da Batalha”³⁴⁷. Dois meses depois, (a 23-11-1447), “em a villa de Lleyrea **na praça de Ssam Martinho** estando

³⁴³ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 387.

³⁴⁴ in Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 191.

³⁴⁵ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 244.

³⁴⁶ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 64. Também a 22-1-1396, “**na praça da dicta vila** [...] foram amostradas estas pusturas suso escriptas e os dictos juizes as mandaram apregoar”, *Ibidem*, p. 72.

³⁴⁷ IAN-TT – *Mosteiro da Batalha*, Livro 4, Doc. 202, publicado in Saúl António Gomes, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2002, Vol. I, p. 327.

hi Diego Gill d’Allamim escudeyro vassallo del rey e juiz hordenayro em a dicta villa” foi mostrada uma “Carta de traslado das casas que Álvaro Eanes deixara ao Mosteiro da Batalha”³⁴⁸. Perto da Batalha, a 3 de Fevereiro de 1471, “em Porto de Moos **na praça da dicta villa**” foi passado um “estormento de rremataçom” de certas terras para o Mosteiro da Batalha³⁴⁹.

A documentação traz até nós estas praças, cuja localização é normalmente muito central. Porém, as praças onde têm lugar as reuniões concelhias e outros ajuntamentos nem sempre estão no centro da localidade mas numa das suas periferias, num *rossio* exterior mas adjacente à povoação, a que uma localização especial (junto ou face à porta principal), uma qualquer particularidade (a existência de água abundante, por exemplo), o desafogo dos espaços ou o uso continuado, a tradição e o costume deram uma centralidade nova e alternativa, face às acanhadas praças centrais, incapazes já de conter grandes ajuntamentos e muito menos de qualquer expansão ou alargamento. Parece ter sido o caso de Loulé onde, a 16 de Agosto de 1394, “**em a praça de fora da villa** em presença de mim escriptvam Martim Falleiro pregoeiro do Concelho apregou estas pusturas suso escriptas”³⁵⁰.

3.1.7 – Portas das muralhas e torre do concelho

As próprias portas das cidades e vilas europeias proporcionavam um sítio privilegiado de ajuntamento e de reunião dos concelhos medievais. Desde a Idade Média que nas torres dessas portas se localizavam muitas vezes as próprias sedes dos respectivos municípios, tanto em Portugal como no resto da Europa³⁵¹, como adiante veremos.

Com efeito, a realização de actos concelhios nas portas das muralhas ou dos castelos era uma prática comum na época medieval. Um exemplo castelhano famoso era o da casa do concelho de Burgos, localizada sobre as portas da cidade. Também o exemplo seguinte, remontando aos princípios do século XV e referente ao concelho castelhano de Badajoz ilustra bem essa prática. Assim, a 6 de Junho de 1411, foi passada pelo respectivo Concelho uma Procuração ao seu Procurador para que negociasse e definisse com o Procurador da vizinha vila de Campo Maior as fronteiras exactas entre as duas localidades fronteiriças, a

³⁴⁸ Documento publicado in Saúl António Gomes, *Ibidem*, Vol. I, p. 333.

³⁴⁹ Documento publicado in Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 237.

³⁵⁰ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 61. Cem anos depois, a 29-1-1488, a “Remataçom das Varzeas” ocorre “em Loule **na praça do arravalde** da mesma”, *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 249.

³⁵¹ Para as portas da cidade ver ‘city gates’ in Spiro Kostoff, *The City Assembled – The Elements of Urban Form Throug History* (1992), Thames & Hudson, 2.^a Edição, Londres, 1999, pp. 36, 37.

fim de evitar as costumadas “contendas, e perdas, e danos, e males”. Ora, a Procuração foi passada pelo

“conselho e Alcaydes, cavalleiros Escudeiros, Regedores, e Homens bons da cidade de Badajos **estando ajuntados em nosso conselho a la puerta del Castillo de la ciudad** chamados por pregão de nosso pregoeiro segun o avemos de uso, e de costume”³⁵².

Numa conjuntura em tudo diferente, em Loulé, a 3 de Junho de 1392, merece nota o local escolhido para a publicação das posturas locais:

“em Loule **sobre a torre da Porta da Villa** Affonso Anes pregoeiro presente [*sic*] mim tabaliam e testemunhas adeante escritas **apregou sobre a dicta torre as sobredictas ordinações e pusturas** todas e cada huas per si que se guardasen asi como em ellas he contheudo”³⁵³.

Também em Loulé, num dia indeterminado de Julho de 1402, a recepção formal do Corregedor ocorreu “em Loulle **ante a porta da vila** [*onde pareceo*] Gonçallo Mendez corregedor por El Rey no Reyno do Algarve”³⁵⁴. Ora, em 1390, na vila do Redondo,

“**entre a porta da Ravessa**, sendo juízes Lourenço Martins e Estevam Rodrigues, e Vereadores Afonso Fernandes de Pomar e Estevam Infante, e Procurador Agostinho Anes Serveira, **se lavrou carta de doação de algumas terras do concelho** na serra de Ossa, aos *Pobres Ermitões* que nela viviam. Feita a carta por Lourenço Afonso, e *sellada com o sello do concelho*, em 13 de Novembro da era de 1428 (1390)”³⁵⁵.

Sete antes, a assembleia que elegeu os procuradores do Concelho de Cascais às Cortes de Santarém de 1383, realizada a 19 de Julho daquele ano, também teve lugar “**Aas portas do Castello** hu sóoem de ffazer o Conçelho”³⁵⁶. Seis dias antes, a 13 de Julho de 1383, os homens-bons da cidade de Silves tinham-se reunido em assembleia em tudo semelhante, a fim de elegerem os seus procuradores às mesmas Cortes, “seendo [Juntos em nosso conçelho] **na [torre] do conçelho dessa cidade**”³⁵⁷. Também o concelho de Santarém fazia as suas sessões na “torre do Sol a porta de Mancos”, que em 1514 o rei D. Manuel I determina que se conserve, apesar de anteriormente ter determinado a sua venda, para com o seu valor custear as obras da casa da câmara nova, localizada na praça daquela poderosa vila:

³⁵² Citado por Estêvão da Gama de Moura e Azevedo, *Ob. Cit.*, pp. 162, 163.

Infelizmente, na procuração passada ao procurador do Concelho de Campo Maior, a 5 de Julho de 1411, pelo “Conselho e Homens bons de Campo mayor [...] e outros Homens bons que estavam **todos juntos por conselho apregoado segundo se costuma**”, não se especifica o lugar concreto onde se realizou a assembleia respectiva. Transcrito in Estêvão da Gama de Moura e Azevedo, *Ibidem.*, p. 164.

Daquelas negociações resultou o “Comprimento de Campo Maior e de Badajos”, consultado a 10 de Novembro de 1537 “na camera da dita Villa”, no âmbito do famoso processo (referido abundantemente no próximo capítulo) de “Demarcação de Fronteiras”, ordenado por D. João III e levado a cabo em todas as cidades e vilas fronteiriças em 1537 e 1538. Ver Estêvão da Gama de Moura e Azevedo, *Ibidem.*, p. 161.

³⁵³ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 54.

³⁵⁴ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 92.

³⁵⁵ A. F. Barata, “Concelho de Redondo – Notas descritivas e a sua história”, in Pedro Muralha (Dir.), *Álbum Alentejano – Distrito de Évora*, Imprensa Bele, Lisboa, s.d., Tomo II, p. 438.

³⁵⁶ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 71.

³⁵⁷ *Id.*, *Ibidem.*, Vol. II (1383), p. 331.

“Dom Manuell etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que por mandarmos fazer a camara da vila de Santarém na praça da dita villa segundo he ordenado **mandamos que se vendesse a torre do Sol a porta de Manços homde damtygamente se fazia a camara da vereaçam** pera que com o dinheiro que da venda della se ouuesse de ajudar a obra nova da dita camara **porem por alguns respeitos que nos mouem e nos praz que agora nem em tempo alguum nunca se venda a dita torre e a tenha a vila como sempre teve e se nam faça dela venda nem escambo nem outro partido com nenhuma pessoa e sempre estee em poder da villa porque asy o avemos por muyto noso servuiço e homrra dela** porem lhe mandamos dyso dar esta nosa carta por nós asynada e aselada do nosso selo a qual mandamos que em todo se cumpra e guarde como nela he conteudo”³⁵⁸.

Como vemos, perdidas as *torres do concelho* de Cascais, de Loulé ou de Santarém, a torre do concelho de Silves proporcionou comprovadamente (e à semelhança do que se passava por toda a Europa medieval) a sede do poder concelhio daquela cidade desde o século XIV. Assim sendo, a vetusta torre medieval algarvia faz parte, com a casa da câmara de Bragança (a *Domus Municipalis* do Estado Novo) – e com a torre de Almedina de Coimbra, que há que incluir nesta recensão de torres concelhias medievais – do grupo dos mais antigos monumentos sobreviventes ao serviço do velho movimento concelhio português.

3.1.8 - Alpendre do concelho

Entretanto, cedo se começam a encontrar referências aos *alpendres do concelho*, isto é, a estruturas arquitectónicas de abrigo. Estas, por simples que fossem, visavam proporcionar não só um mínimo de conforto aos participantes, protegendo-os da chuva ou do sol, mas contribuíam também para dignificar a própria assembleia, que assim se afastava de um espaço amplo e desabrido para um espaço circunscrito, protegido e mesmo civicamente sinalizado e portanto investido de um valor colectivo e até simbólico.

O mais antigo *alpendre concelhio* recenseado parece ser o de Torres Vedras. Aí, a 8 de Outubro de 1345 (Era de 1383), o Foral concedido por D. Afonso III àquela Vila foi novamente publicado e revalidado num auto particularmente solene, quando

“em Torres Vedras no alpendre da crastra do paaço do conçelho [...], presentes muitos homees boons da dicta villa [...], Esteuam Martinz procurador do conçelho da dicta villa mostrou e fez leer e publicar huma carta de Dom Afonso que foy Rey de Purtugal e conde de Bolonha [...] em que he contheudo o foral que foy dado ao dicto concelho”³⁵⁹.

³⁵⁸ “Dada em Almeirim a biiijº dias de feureiro. Antonio Fernandez a fez ano de noso senhor Jhesu Christo de mil e b^C e e xiiij”, in Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 11, fol. 8v., publicada por Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Reimpressão da Edição de 1922, INCM, Lisboa, 1988, Vol. III, p. 463.

³⁵⁹ António Vicente, Carlos Guardado da Silva, Pedro Barbosa e Pedro do Canto, *Ob. Cit.*, p. 39.

Também nos chegaram notícias do alpendre do concelho de Évora no século XIV, localizado no “adro do bispo”. Neste “espaço que rodeava as casas do bispo a norte e a nordeste da sé (...) se situava **o alpendre em que se reunia o concelho, que era pertença da igreja**”³⁶⁰. Chegou-nos também a notícia do alpendre do Concelho de Numão: aí se acolheu (a 18-7-1383) a assembleia dos homens-bons para escolherem o procurador às Cortes de Santarém de 1383, “seendo **Juntos no noso Comçelho sso alpendre da dicta vyla**”³⁶¹. Enfim, para lá do *alpendre concelhio* de Estremoz, anexo ao impropriamente chamado Paço ou Audiência de S. Diniz, adiante discutido, chegou-nos também o desenho do *alpendre* do Concelho de Ouguela (Campo Maior), captado por Duarte de Armas, também adiante discutido³⁶² – alpendres estes afectos à realização de autos camarários e judiciais, como veremos.

3.1.9 – “Casa da Fala”, Casa ou Paço da Audiência ou da Relação e suas dependências

Do Alentejo chega-nos uma muito rara *Casa da Fala*, em cuja «quintã» tinham lugar as assembleias concelhias. É justamente o caso de Évora e de Moura. Évora elegeu os seus procuradores às Cortes de Santarém de 1383 a 25 de Julho, “**na quintaa das casas da falla dos paaços do Conçelho**”³⁶³. Moura fez idêntica assembleia a 29 de Julho de 1383, sendo “**todos guntos [sic] em a quintaa da casa de falla**”³⁶⁴. Presume-se que se trata de um espaço aberto (*quintã*) anexo ou dependente do edifício camarário, que deteria uma sala, a *sala da fala* – onde teriam lugar tanto as vereações como as audiências. Porém, na documentação sobrevivente, são muito mais abundantes as referências às *casas da audiência*, que nos fins do Séc. XIV existem já um pouco por todo o país e que são sítio privilegiado para a reunião das assembleias concelhias. Foi o caso do Concelho de Arronches, que elegeu os seus procuradores às Cortes de Leiria de 1376 numa assembleia reunida (a 11-11-1376) na audiência local. Lá foi “fecta A procuraçom em ARonches **na**

³⁶⁰ Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1995, p. 65.

³⁶¹ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 227.

³⁶² “Ouguella tirado naturall da banda do norte”, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 2.ª Edição, Lisboa, 1997, ff.s 29 v.º e 30.

³⁶³ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 131.

³⁶⁴ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 221.

casa da audjença”³⁶⁵. Mas a mais antiga referência a uma audiência é à de Elvas e remonta a 10 de Novembro de 1376. Aí se escolheram os procuradores do Concelho às Cortes de Leiria de 1376, estando todos “**juntos no paaço da Audiença**”³⁶⁶. Este será o cenário das sessões para a eleição dos procuradores de Elvas quer para as Cortes de Torres Novas de 1380 (sessão a 8-8-1380), de que saiu a competente procuração: “fecto esta procuraçom na dicta vjlla d Eluas **no paaço da Audjança**”³⁶⁷), quer para as Cortes de Santarém de 1383 (sessão a 20-7-1383), sendo a procuração respectiva passada “seendo **Juntos en noso Conselho en no paaço da Audiança**”³⁶⁸.

Para lá de Elvas, mais oito concelhos escolherem os respectivos procuradores às Cortes de Santarém de 1383 em assembleias reunidas nas *audiências* locais. Foi o caso dos vizinhos do concelho da Covilhã (assembleia a 6-7-1383), “seendo Juntos **em nosso Conçelho no Paaço da audiença** da dicta villa chamados *per pregoeyro segundo Auemos de huso e de Custume*”³⁶⁹. Foi também o caso dos de Soure, “seendo Juntos em noso conçelho. **em no pááço da Audiença**” (a 10-7-1383)³⁷⁰ e ainda o dos de Castelo Mendo, “seendo Juntos em noso conçelho **ante a porta da casa da [A]udjença**” (a 17-7-1383)³⁷¹ de que resultou a procuração respectiva: “fecta a procuraçom e outorgada em castel Meendo **ante as casas da audjença**”³⁷². Seguiram-se Vila Viçosa (assembleia a 19-7-1383): “ffecta esta procuraçom ffecta en na dicta vila vjçosa **no pááço da Audiança**”³⁷³; Castelo Branco (a 21-7-1383): “Seendo Juntos em noso Gonçelho **em no paaço da Audjança da dicta villa**”³⁷⁴; Avis (a 25-7-1383), “em A dicta villa d Aujs **em Audiença da dicta villa**”³⁷⁵ e Portalegre (a 26-7-1383): “No Conçelho de portalegre **sseendo Juntos no paço da audjança**”³⁷⁶ onde se lavrou a respectiva procuração, “ffecta em portalegre en o paço do Conçelho”³⁷⁷.

³⁶⁵ Procuração do Concelho de Arronches aos seus representantes nas Cortes de Leiria de 1376, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 156.

³⁶⁶ Procuração do Concelho de Elvas aos seus representantes nas Cortes de Leiria de 1376, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 157.

³⁶⁷ Procuração do Concelho de Elvas aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 171.

³⁶⁸ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 119.

³⁶⁹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 107.

³⁷⁰ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 343.

³⁷¹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 89.

³⁷² Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 93.

³⁷³ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 398.

³⁷⁴ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 83.

³⁷⁵ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 52.

³⁷⁶ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 281.

³⁷⁷ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 286.

Os moradores do concelho do Crato reuniram-se três dias depois (a 29-7-1383), “seendo Juntos *em concelho* **no paaço da odença [sic] da dicta ujlla**”³⁷⁸, numa assembleia de que resultou a procuração respectiva, que “ffecta ffoy e outorgada no dicto llogo do crato **no paaço de odjanca**”³⁷⁹. Em dia indeterminado, teve lugar idêntica assembleia em Arronches, “seendo todos Juntos *em concelho* da dicta villa **na audjença seendo chamados pera esto per Conçelho**”³⁸⁰. A respectiva procuração foi passada “*em Arronches Na audjença da dicta villa*”³⁸¹. Por sua vez, a assembleia de Torres Novas para escolher o seu procurador às mesmas Cortes de Santarém de 1383, teve lugar a 17 de Julho de 1383, “seendo todos Juntos em noso concelho em **no pááço da Rollaçom**”³⁸². O *termo* relativo à respectiva procuração específica, porém, que foi “fecta a procuraçom em torres nouas **no paaço do concelho**”³⁸³.

3.1.10 – Casa, Paço ou Câmara do Concelho e suas dependências

O século XIV assiste à emergência dos primeiros *Paços do Concelho*, então já espalhados um pouco por todo o país, tendo-nos chegado 20 referências relativas àquele século³⁸⁴. Uma das mais antigas referências a um paço do concelho corresponde a Évoramonte (hoje no Concelho de Estremoz). Lá se reuniram os homens-bons, a 5 de Outubro de 1376, para escolherem procurador às Cortes de Leiria daquele ano – reunião que já teve lugar “en Euora Monte **no paaço do Conçelho**”³⁸⁵. Também em Montemor-o-Velho assembleia semelhante se reuniu (21-7-1380) para eleger procurador às Cortes de Torres Novas de 1380, “seendo todos no Paaço do Conçelho como he costume de se fazer suas **Relações** per Conçelho Apreguado segundo seu Custume seendo todos Juntos e chamados pera esto”. Desta reunião resultou a respectiva procuração: “fecta foy a dicta procuraçan na

³⁷⁸ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 113.

³⁷⁹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 118.

³⁸⁰ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 35.

³⁸¹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 40.

³⁸² Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 361.

³⁸³ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 366.

³⁸⁴ Esta é uma realidade europeia, como nota o grande historiador de Spiro Kostof: “para nós, o surgimento da comuna, ou comunidade auto-governada, significa novos tipos construtivos como o palácio senatorial de Roma. A Revolução comercial (iniciada a partir dos finais do século XI), como se lhe chama às vezes, traz consigo a sua própria arquitectura de casas e armazéns gremiais, lojas e edifícios mercantis”, Spiro Kostof – *Historia de la Arquitectura* 2, Alianza Editorial, Madrid, 1988, p. 609.

³⁸⁵ Procuração do Concelho de Évora Monte aos seus representantes nas Cortes de Leiria de 1376, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Ob. Cit.*, Vol. I, p. 159.

dicta villa de Monte Mõor o uelho **no Paaço do dicto Conçelho**³⁸⁶. Em Ponte de Lima a assembleia reuniu-se (a 7-8-1380), para escolher procurador às mesmas Cortes, “en Ponte de limhã **en no sobrado da Casa do Conçelho** da dicta villa en hu se de Custume soe de ffazer a vereaçom do dicto Conçelho”³⁸⁷. Três anos depois, o concelho de Ponte de Lima usou o mesmo lugar para escolher os seus procuradores às Cortes de Santarém de 1383. A assembleia respectiva reuniu a 21 de Julho de 1383, “en Ponte de limha **en no sobrado da Casa do Conçelho** da dicta villa”³⁸⁸. Para lá de Ponte de Lima, outros dez concelhos escolheram os respectivos *paços* para realizarem as assembleias para elegerem os seus procuradores às Cortes de Santarém de 1383. Foram os concelhos de Óbidos³⁸⁹, Leiria³⁹⁰, Alcácer do Sal³⁹¹, Albufeira³⁹², Serpa³⁹³, Faro³⁹⁴, Tavira³⁹⁵, Atouguia [da Baleia]³⁹⁶ e Estremoz³⁹⁷.

Chegaram-nos notícias de outros Paços do Concelho medievais como o de Alenquer, o de Beja e o tão documentado de Loulé. Em Alenquer, certa *Pública Forma* feita pelo tabelião local, foi passada “**no Paaço do Concelho**”, a 5 de Maio de 1365³⁹⁸. Por sua vez, em Beja, em certo dia de Novembro de 1383, quando a reunião reservada dos notáveis da

³⁸⁶ Procuração do Concelho de Montemor o Velho aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, pp.s 179, 180.

³⁸⁷ Procuração do Concelho de Ponte de Lima aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 184.

³⁸⁸ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 275.

³⁸⁹ A assembleia de Óbidos reuniu a 5-7-1383: “fecta foj esta procuraçom em Obidos **no Paço do conçelho**”, in Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 238.

³⁹⁰ A assembleia de Leiria reuniu a 8-7-1383, “**sseendo Juntos nos paaços do Concelho**”, in Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 161. Catorze anos depois (a 5-7-1397), “em Leyrea nos **pãaços do conçelho**”, foi passada certa *Carta* dada pelas autoridades do concelho de Leiria a Frei João, do Mosteiro da Batalha, contendo a descrição dos bens que foram de Maria Fernandes de Meira, no termo da dita vila, os quais o Rei comprara para deles fazer doação ao mencionado Mosteiro; in IAN-TT – *Mosteiro da Batalha*, Livro 4, Doc. 103, publicado in Saúl António Gomes, *Fontes Históricas e Artísticas...*, Vol. I, p. 41.

³⁹¹ A assembleia de Alcácer do Sal reuniu a 12-7-1383, “**seendo todos Juntos no paaço do Conçelho** da dicta villa”, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 34.

³⁹² A assembleia de Albufeira reuniu a 14-7-1383, “seendo Juntos **En noso. Concelho no paaço**”; “fecta A procuraçom na albofeira **no paaço do Concelho**”, in Id., *Ibidem*, Vol. II, pp. 23, 28.

³⁹³ A assembleia de Serpa reuniu a 15-7-1383, “Seendo Juntos **no paaço do Conçelho**”, in Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 307.

³⁹⁴ A assembleia de Faro reuniu a 18-7-1383, “**em no paço do Concelho** desta uyla de ffaram”, in Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 137.

³⁹⁵ A assembleia de Tavira teve lugar a 19-7-1383, quando “**fforom Juntos no paaço do Comçelho** da ditta vjla”. Lá foi “fecta A procuraçom **no páaço do Comçelho** de Taurira”, in Id., *Ibidem*, Vol. II, pp. 349, 354.

³⁹⁶ A Assembleia da Atouguia [da Baleia] teve lugar a 25-7-1383, estando todos “Junntos na dicta vila da Atouguia **no paaço do Conçelho**”, in Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 41.

³⁹⁷ A assembleia de Estremoz teve lugar a 29-7-1383, “seendo Juntos **em nosso Concelho em o Páaço del**”. A respectiva procuração lá foi passada: “fecta foy na dicta villa **no Paaço do Concelho**” Id., *Ibidem*, Vol. II, pp. 125, 129.

³⁹⁸ *Pública Forma* feita pelo tabelião de Alenquer, João Eanes, em como o Mosteiro de Alcobaça confirmou os seus direitos sobre o paúl da Ota, realizada em Alenquer “**no Paaço do Concelho**”, a 5 de Maio da era de 1403; IAN-TT – *Gavetas*, Gaveta 1, Maço 1, Doc. N.º 2 (averbamento nas costas do documento). Agradeço esta referência tão rara ao Professor João Alves Dias. Note-se que a era de 1403 corresponde ao ano de 1365.

vila provocou a “união” do povo (que aguardava “que lhe dissessem, que novas eram aquellas que a Rainha mandava dizer”), para acalmar os ânimos

“**entom sse meterom todos no Paaço do Concelho**, e parte dos outros com elles; e leudas as cartas, derom nas a huum taballiam que as pubricasse aos de fora”³⁹⁹

Também antigo é o Paço do Concelho de Loulé, profusamente documentado nas respectivas actas municipais relativas ao Século XIV. Assim, a mais antiga acta de vereação do concelho de Loulé – e de todo o movimento concelhio português – corresponde a uma sessão camarária realizada a 12 de Dezembro (?) de 1384,

“[em Loule] **nos Paaços do Concelho** seendo hi Steve Anes juiz na dicta vila Stevam Vaasquez Rui Gomez Lourence Anes vereadores Lourenço Afonso Gonçalo Vaasquez Luis Gonçalvez Lourenço Anes «Mil Libras» Martim Anes Matom Joham Afonso filho d’Afonso Anes Vasco Afonso seu hirmão Joham Afonso jenrro do Baaliin Joham Vergilhos e outros homens boons da dicta vila per Concelho apregoado e chamados segundo dise e deu fe Martim Afonso Pato pregoeiro do Concelho”⁴⁰⁰.

Quanto a Abrantes, a 26 de Julho de 1395 é referido o “**paaço e conchouso do Concelho**”⁴⁰¹. Enfim, mais de cinquenta anos decorridos, o concelho de Vila do Conde já fazia as suas vereações (a 29-1-1466), “**no paaço novo do concelho**” onde, uma vez reunidos, “**logo acordarom e verearom que se corege[sse] o paaço velho do concelho** tambem de telha como de portas em guisa que seja bem fechado e corregido”⁴⁰², o que nos mostra o dinamismo concelhio desta nobre e rica vila nortenha.

Na Idade Média certos actos camarários realizavam-se na frente ou ao lado da casa do concelho. Foi o que aconteceu no Concelho de Góis, a 6 de Maio de 1380: o *Auto* de apresentação do Foral de 1314, feito pelo Procurador do Concelho ao Senhor da Vila, teve lugar naquele dia “em Goes **a par do passo do Concelho da dita Villa**”⁴⁰³. Também a escolha dos procuradores do Concelho da Guarda às Cortes de Santarém de 1383 (que teve

³⁹⁹ Fernão Lopes, *Crónica de D.João I*, Livraria Civilização Editora, Barcelos, Vol. I, pp. 84, 85.

⁴⁰⁰ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 20.

⁴⁰¹ Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in Manuel António Morato e João Valentim da Fonseca Mota, *Ob. Cit.*, p. 141. Também referente a Abrantes, a 21-2-1396 “é referido **o paaço do Concelho onde fazem a hodjençia**”, Eduardo Campos, *Ibidem*, p. 142. Enfim, a A 1-7-1401, “é referido **o paaço do Concelho** e, finalmente, um documento de 30 de Maio de 1404 refere **a cassa do dicto Concelho**”, Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ibidem.*, p. 142.

⁴⁰² *Livro da camara das vereações de Villa de Conde do ano da Era do nacymento de nosso Senhor Jhesus Christo de mil e III^C LXVI anos*, publicado por José Marques, in *A Administração Municipal de Vila do Conde, em 1466*, Separata da Revista BRACARA AUGUSTA, Vol. XXXVII, Janeiro-Dezembro, Braga, 1983, p. 72.

⁴⁰³ Auto de apresentação do Foral de 1314, pelo Procurador do Concelho de Góis ao Senhor da Vila Estêvão Vasques, na presença de Estêvão Vicente, “Notário e jurado da dita Villa por Estevao Vasques Senhor dessa mesma, e das testemunhas que adiante som escriptas”: “Saibao quantos este instrumento virem que na era de mil e quatro centos e dezoito [1380] annos seis diaz do mez de Maio em Goes **a par do passo do Concelho da dita Villa**”, in Mário Ramos (Fundador, Director, Editor e Proprietário), *Arquivo Histórico de Góis*, (1956-1971) Reimpressão da Câmara Municipal de Góis, Góis, 1999, Vol. I, p. 263.

lugar a 7-7-1383) se realizou “na cidade da guarda **tras o paaço do concelho**”⁴⁰⁴. Por sua vez, em Loulé (a 12-3-1402), “**ante a porta** do Paço do Concelho da dicta villa”, “foy hi mostrado aos dictos juizes huum alvara de Gonçalo Mendes corregedor por El Rey no Reyno do Algarve”⁴⁰⁵, impondo justamente ao respectivo concelho a eleição dos oficiais camarários por pelouros. Rita Costa Gomes regista, enfim, relativo à cidade da Guarda, certo contrato de aforamento, já de 1460, em que os vários intervenientes foram convocados “‘**ante a porta do paço do concelho**’ e ‘no adro de Santa maria do mercado’”, onde cada qual apresentou ao escrivão dos contos as suas razões”⁴⁰⁶.

Por outro lado, alguns actos camarários foram realizados no *alpendre do Paço do Concelho* – espaço que pela sua morfologia e pela sua localização parece dever distinguir-se do já atrás referido *alpendre do concelho*. Assim, também em Góis, (a 23 de Setembro de 1380) teve lugar certo auto de aferição de medidas de capacidade, “**so o alpender do paço do concelho** da dita Villa [de Góis]”⁴⁰⁷. Também em Estremoz a 13 de Abril de 1393 certo “Estromento” foi lavrado “em Estremos **so allpendre do paço do conselho**”⁴⁰⁸. Do mesmo modo, também na Azambuja certa *Pública Forma* feita pelo tabelião local fora realizada a 4 de Maio de 1365 na Azambuja “**No Alpendre do Paaço do Conçelho**”⁴⁰⁹.

Finalmente, cumpre dizer que as referências a autos camarários realizados na *Câmara do Concelho* são residuais. Uma das referências mais antigas corresponde justamente à de Lisboa: aí se procedeu à eleição dos procuradores às Cortes de Santarém de 1383 (a 4-8-1383), “Stando Juntos en nosso Conçelho **na Camara do dicto concelho**”⁴¹⁰, sendo a respectiva procuração “ffecta na dicta Çide [*sic*] no **Paaço do Conçelho denntro na dicta camãra**”⁴¹¹ – localização que não é indicada em mais nenhuma das assembleias então reunidas para a eleição dos procuradores àquelas Cortes em qualquer concelho português. Predominavam então de uma forma esmagadora as assembleias abertas a todos, embora começassem já a utilizar-se casas, paços ou pousadas para a realização das reuniões

⁴⁰⁴ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 143.

⁴⁰⁵ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 75.

⁴⁰⁶ ANTT, *Leitura Nova, Beira*, Livro 2, fól. 36 v.º, in Rita Costa Gomes, *Ob. Cit.*, pág. 134.

⁴⁰⁷ Então “mediu-se e conferiu-se o novo alqueire para as jugadas com o velho, que já era carunchoso e partido”, Mário Ramos (Fundador, Director, Editor e Proprietário), *Arquivo Histórico de Góis...*, Vol. I, p. 268.

⁴⁰⁸ “Estromento para entregarem a Affonso e Pedro [...] certos carneiros e ovelhas”, relativo à Vila de Figueira, mas realizado a 13-4-1393, em Estremoz, in Maria Teresa Saraiva, *Ob. Cit.*, p. 32.

⁴⁰⁹ *Pública Forma* feita pelo tabelião da Azambuja em como o Mosteiro de Alcobaça confirmou os seus direitos sobre o paúl da Ota, IAN-TT – *Gavetas*, Gaveta 1, Maço 1, Doc. N.º 2 (averbamento nas costas do documento). Agradeço esta referência tão rara ao Professor João Alves Dias. Nota: Este documento está datado da era de 1403, que corresponde ao ano de 1365.

⁴¹⁰ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 167.

⁴¹¹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 172.

concelhias. No entanto, o uso inovador daqueles edifícios como que ocultava ou, pelo menos, retirava visibilidade à sua *câmara*, isto é, à divisão interior do edifício então já afecta à realização de actos ou mesmo assembleias concelhias.

3.2 – Continuidade, improvisação e inovação na formação da paisagem concelhia portuguesa medieval

Apesar da eventual monotonia das referências acabadas de citar, a relevância das informações respectivas dispensa demonstração. Com efeito, parece-nos do maior interesse o levantamento e a restituição dos sítios de reunião dos homens-bons dos concelhos portugueses, pois suscita algumas considerações muito oportunas tanto sobre a própria natureza daqueles lugares e sítios como sobre os próprios actos concelhios aí praticados e a sua legitimidade.

Em primeiro lugar, aquele levantamento traz até nós uma grande variedade de lugares de reunião. O local escolhido para a realização dos diversos actos “camarários” varia infinitamente de concelho para concelho escolhendo-se, ao sabor dos costumes locais, das circunstâncias e das necessidades inerentes a cada conjuntura, locais muito variados quanto à sua função original, à sua localização, à sua própria configuração e à sua própria morfologia arquitectónica e até urbana. Com efeito, por todo o lado as assembleias concelhias se reúnem tanto em igrejas, pousadas, paços ou casas de audiência, como nos adros, nas praças ou em simples alpendres, quer isolados, quer anexos a paços e edifícios semelhantes. Porém, a variedade dos locais de reunião dos concelhos, quer fossem locais abertos ou fechados, circunscritos ou desabrigados, atípicos ou carismáticos, centrais ou periféricos não afectava em nada a legitimidade dos actos concelhios aí praticados. Face à infinita variedade dos locais e dos sítios escolhidos para a realização dos diversos actos concelhios, verificada por todo o Reino no período que vimos considerando, que corresponde ao da criação e sobretudo ao da consolidação dos concelhos medievais portugueses, o que parece de realçar é a grande uniformidade de práticas e de formas de actuação desses mesmos concelhos, muito cedo alcançada e decorrente de um quadro legal também muito cedo estabelecido, testado e reconhecido por todos. Dessa uniformidade de procedimentos, mas também de funções e de modelos organizativos decorre a legitimidade incontestável dos actos concelhios ou até judiciais praticados nos diversos lugares

escolhidos, legitimidade essa que – até aos fins do século XV – transcende e é independente do sítio ou do lugar onde aqueles actos se realizem.

Em segundo lugar, a nível de cada concelho, cumpre reconhecer uma grande constância quanto à escolha e ao uso dos sítios e lugares para a realização dos mais diversos actos e assembleias. É o caso dos Concelhos de Elvas e de Ponte de Lima, mas também de Monsanto. Assim, no século XIV, Elvas escolhe sempre os seus procuradores às Cortes – tanto para as de 1376⁴¹² como para as de 1380⁴¹³ ou as de 1383⁴¹⁴ – “no paaço da Audiença” local. O Concelho de Ponte de Lima, por sua vez, tanto em 1380⁴¹⁵ como em 1383⁴¹⁶, reúne-se sempre, como já vimos, “en no sobrado da Casa do Conçelho da dicta villa en hu se de Custume soe de ffazer a vereaçom do dicto Conçelho”⁴¹⁷. Quanto a Monsanto, em 1380 reúne “A porta da Egreia de Sam Miguel”⁴¹⁸, situação que se mantém em 1383, quando reúne “no adro de sa mjguell da dicta vylla”⁴¹⁹.

Ora, na generalidade dos concelhos medievais, a escolha continuada e mesmo invariável dos mesmos sítios e lugares para a realização dos sucessivos actos concelhios é muitas vezes justificada pelo *costume*, elemento central de uma fórmula cujo enunciado remonta pelo menos a 1331: já então o concelho de Lisboa reúne “em no Adro da See”, como vimos atrás, “Assy como he de seu custume”⁴²⁰. Encontramos expressões muito semelhantes ao longo do século XIV por todo o país. Assim, a utilização da “egreihã de ssancta Maria” de Sortelha, “Assj come de sseu Costume”⁴²¹, legitima o acto concelhio aí realizado em 1376. Em 1380 o Concelho de Monsanto reúne “A porta da Egreia de Sam Miguel como he de nosso custume”⁴²². Do mesmo modo, o concelho de Montemor-o-Velho reúne-se em 1380 “no Paaço do Conçelho como he costume de se fazer suas

⁴¹² Procuração do Concelho de Elvas aos seus representantes nas Cortes de Leiria de 1376, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 157.

⁴¹³ Procuração do Concelho de Elvas aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 171.

⁴¹⁴ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 119.

⁴¹⁵ Procuração do Concelho de Ponte de Lima aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 184.

⁴¹⁶ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 275.

⁴¹⁷ Procuração do Concelho de Ponte de Lima aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 184.

⁴¹⁸ Procuração do Concelho de Monsanto aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 177.

⁴¹⁹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 209.

⁴²⁰ Capítulos Especiais de Lisboa (?) às Cortes de Santarém de 1331, in Id., *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV...*, p. 52.

⁴²¹ Procuração do Concelho de Sortelha aos seus representantes nas Cortes de Leiria de 1376, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. I, p. 163, sublinhados nossos.

⁴²² Procuração do Concelho de Monsanto aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 177.

Relações per Concelho Apreguado segundo seu Custume⁴²³. Também em Ponte de Lima, em 1380, a assembleia se reuniu, como vimos, “en no sobrado da Casa do Concelho da dicta villa **en hu se de Custume soe de ffazer a vereaçom** do dicto Concelho”⁴²⁴. O mesmo se passa com o concelho do Sabugal, que em 1383 se reúne, “**Asy como he de nosso custume**”⁴²⁵, na “egreja de ssanta maria do castello”. Também em Castelo Rodrigo em 1383 o concelho continua a reunir-se “dentro em no Cabjdo de santa Maria da djcta vjlla **hu e custume de sse ffazer As au [diencias]**”⁴²⁶. Enfim, a reunião do concelho da Covilhã, em 1383, teve lugar “no Paaço da audiença da dicta villa”, “**segundo Auemos de huso e de Custume**”⁴²⁷.

Em terceiro lugar, a restituição dos lugares de reunião dos concelhos medievais portugueses permite ver também, no quadro da longa e da longuíssima duração, a emergência do tempo curto e a tessitura densa das conjunturas locais. Assim, regista-se um grande informalismo, um grande pragmatismo mas também uma notável capacidade de improvisação e adaptação na escolha dos lugares para reunião dos concelhos medievais portugueses para fazer face às necessidades e dificuldades do momento. É o que se nota, por exemplo, na escolha de lugares por vezes periféricos ou na opção por espaços incaracterísticos. O mesmo se nota na opção de alguns concelhos por decidirem fazer as assembleias à porta, no alpendre, nas imediações ou mesmo atrás do respectivo Paço do Concelho ou da Audiência local.

Estas assembleias, realizadas à porta ou nas imediações da casa do concelho, deixam intuir também, em conjunturas políticas muito adversas, a emoção do momento, traduzida em ajuntamentos muito grandes, cuja reunião seria inoportuna no interior do edifício concelhio, fosse qual fosse a sua natureza e por grande e por muito arejado que fosse. Foi o que se passou com as assembleias concelhias reunidas para as “eleições” dos procuradores dos Concelhos às Cortes de Santarém de 1383, que tiveram lugar no mês de Julho daquele ano, em pleno Verão, num momento e numa conjuntura tão difícil como a vivida naquele momento, que tinha como pano de fundo o casamento da Infanta D. Beatriz com o Rei de Castela, a três ou quatro meses da morte do Rei D. Fernando. Intui-se facilmente a grande preocupação dos Povos e o clima agitado, crispado e mesmo tumultuoso de muitas dessas

⁴²³ Procuração do Concelho de Montemor o Velho aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, pp.s 179, 180.

⁴²⁴ Procuração do Concelho de Ponte de Lima aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 184.

⁴²⁵ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 294.

⁴²⁶ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 100.

⁴²⁷ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 107.

assembleias, reunidas expressamente para eleger procuradores a umas das mais controversas e mesmo dramáticas Cortes de toda a História de Portugal. Assim, o Concelho de Montemor-o-Velho, que em 1380 se reunia “**no Paaço do Conçelho** como he costume de se fazer suas Relações”⁴²⁸, em 1383 reúne-se **ante a Ermyda de Santa Maria de campos**”⁴²⁹. Do mesmo modo, no mesmo ano e na mesma conjuntura, o Concelho de Castelo Mendo reúne-se “**ante a porta da casa da [A]udjença**”⁴³⁰ e o da Guarda “**tras o paaço do conçelho**”⁴³¹. Como se vê, estas localidades detêm já edifícios concelhios que, naquela conjuntura se não quiseram usar ou não se puderam usar por motivos que podemos intuir, por serem pequenos e acanhados, abafados ou até inseguros. Assim, face ao grande ajuntamento de vizinhos e à turbulência dos mesmos, a assembleia realizou-se nas imediações dos edifícios concelhios, provavelmente à sombra dos mesmos, o que justifica a própria escolha das suas traseiras, como no caso do Concelho da Guarda.

Por outro lado ainda, a restituição dos lugares de reunião dos concelhos revela, por todo o país, um dinamismo concelhio assinalável, que se traduz no *aparecimento de uma verdadeira arquitectura concelhia*, traduzida na aquisição, adaptação ou mesmo construção da respectiva casa do concelho. Assim, concelhos que reuniam na rua ou em sítios improvisados, passam a reunir na casa ou no paço do concelho. É o caso do Concelho de Lisboa, que em 1331 reunia “*em no Adro da See*”⁴³², em 1352 reúne “*nos moedeijros em que fazem Conçelho*”⁴³³, mas em 1383 reúne já “*no Paaço do Conçelho denntro na dicta camãra*”⁴³⁴. Do mesmo modo, o Concelho de Leiria em 1376 ainda reúne “**no adro de santo steuam**”⁴³⁵ mas em 1383 já reúne “**nos paaços do Concelho**”⁴³⁶. Também o Concelho de Torres Novas, que em 1380 reúne “**em Casa de Gil steuez juiz geeral**”⁴³⁷, em 1383 reúne “**em no pááço da Rollaçom**”⁴³⁸, também designado de “**paaço do conçelho**”⁴³⁹ na procuração então passada aos procuradores recém-eleitos. Quanto ao Concelho de Abrantes,

⁴²⁸ Procuração do Concelho de Montemor-o-velho aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, pp.s 179, 180.

⁴²⁹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 221.

⁴³⁰ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 89.

⁴³¹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 143.

⁴³² Capítulos Especiais de Lisboa (?) às Cortes de Santarém de 1331, in Id., *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV...*, p. 52.

⁴³³ Publicação do teor dos Capítulos Gerais (?) das Cortes de Lisboa de 1352 no Concelho de Lisboa, *Ibidem*, p. 137.

⁴³⁴ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 172.

⁴³⁵ Procuração do Concelho de Leiria aos seus representantes nas Cortes de Leiria de 1376, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 161.

⁴³⁶ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 161.

⁴³⁷ Procuração do Concelho de Torres Novas aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 187.

⁴³⁸ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 361.

⁴³⁹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 366.

que em 1383 ainda reúne “**sso o Alpende da Egreia de Sam vicente**”⁴⁴⁰, em 1392 já detém uma “**Casa do Concelho**”⁴⁴¹.

Porém, o que parece mais digno de realce é o grande pragmatismo encontrado pelos concelhos para resolver o sério problema de encontrar lugar para a realização dos respectivos actos oficiais. Assim, os casos de Évora e do Porto, nos finais do Século XIV, ou o do Funchal, nos finais do século XV, são muito elucidativos do grande pragmatismo, do grande informalismo e de uma grande agilidade, se não engenho, na escolha acertada de lugar para a reunião das respectivas assembleias, de acordo com os assuntos a tratar, as conjunturas, as circunstâncias, as próprias variantes climatéricas e, enfim, a maior ou a menor necessidade de espaço – pois todos estes factores têm sempre que ser considerados para a localização dos diversos actos concelhios na Época Medieval.

Uma breve revisitação pelos sítios de reunião usados pelo concelho de Évora nas décadas que precedem e se sucedem aos anos de brasa de 1383-1385 mostra-nos uma grande agilidade na escolha dos locais adequados para a realização dos mais diversos actos camarários. Sendo Évora certamente um dos primeiros concelhos portugueses a deter uma casa da concelho, aí foram publicadas, “**na crasta nova da quinta da casa do concelho**”, as “Posturas antigas da Câmara de Évora” relativas aos Gados, no remoto ano de 1375⁴⁴². Nos anos imediatos aí serão publicados, em momentos diferentes, diversos “títulos” das “Posturas antigas dos Mesterais de Évora”. Assim, a 15 de Outubro de 1379, “na cidade de Evora **dentro na camara dos paaços do concelho** dessa meesma”, foi publicado o “Título dos Tosadores”⁴⁴³; “**na casa da falla** sendo hi Vasco Gil juiz [...]” é publicado o Título dos alfaiates de pano de cor (a 13-10-1380)⁴⁴⁴; “**na casa da falla dos paaços do concelho** sendo hi Vasco Gil juiz [...]” é publicado o Título dos moinheiros (a 20-6-1382)⁴⁴⁵; “**na camara dos paaços do concelho** [...]” é publicado o “Título da calçadura de vacca (a 21-6-1382)⁴⁴⁶. Ora, se estas publicações têm lugar “**dentro na camara**” ou “**na casa da falla**” dos paaços do concelho, já a assembleia que se juntou para a eleição dos procuradores às Cortes de Santarém de 1383 se reuniu, como vimos, “na quintaa das casas da falla dos paaços do Concelho”⁴⁴⁷. Também aqui se intui um grande ajuntamento de populares pelo que, tal como

⁴⁴⁰ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 11.

⁴⁴¹ Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, p. 141.

⁴⁴² Publicado em Gabriel Pereira, *Ob. Cit.*, p. 129.

⁴⁴³ Publicado em Gabriel Pereira, *Ibidem*, p. 147.

⁴⁴⁴ Publicado em Gabriel Pereira, *Ibidem*, p. 149.

⁴⁴⁵ Publicado em Gabriel Pereira, *Ibidem*, p. 151. Outra postura referente ao *Peso do Concelho* da Câmara de Évora é publicada a 19-9-1382 “**na camara do concelho**”, publicado em Gabriel Pereira, *Ibidem*, p. 133.

⁴⁴⁶ Publicado em Gabriel Pereira, *Ibidem*, p. 155.

⁴⁴⁷ Id., *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 131.

noutros concelhos, as autoridades tiveram que abandonar a *câmara* da casa do concelho, certamente por ser pequena e abafada (a “eleição” teve lugar em Julho) para se reunirem na *quintã*, isto é, no pátio ou “claustro” da casa do concelho. Com efeito, a “**crasta do dito paaço do concelho**” é utilizada a 25 de Fevereiro de 1384 como sítio reservado de reunião e debate. No mesmo dia, “na cidade d’Evora **no paaço do concelho**” fora publicada a carta do Mestre de Avis relativa ao levantamento das sisas gerais necessárias para o financiamento muito urgente da “defensom e honra” do Reino, quando estava em marcha a invasão de Portugal pelo Rei de Castela. Dada a relevância do assunto, que tinha a ver com o lançamento de pesadíssimos impostos extraordinários, “os ditos regedores e juiz e homeens boons **disserom que elles se apartariam e que fallariam sobrelo** e que lhi dariam resposta. Os quaaes regedores e juiz com parte dos homeens boons que hy estavam **se apartarom loguo na crasta do dito paaço do concelho a fallar sobrelo**”⁴⁴⁸. A arrematação das ditas sisas, porém, já teve lugar (a 29-2-1384) num espaço muito aberto, “**no adro de santantoinho**” (sic), onde estava reunido o concelho⁴⁴⁹.

Um espaço religioso volta a ser utilizado para a publicação da “Hordenaçom como ham de pagar os mancebos da lavora”, que teve lugar em 1385, “**no mosteiro de sam Domingos**”⁴⁵⁰ – presumimos que no seu adro ou mesmo no seu alpendre – mas, em datas indeterminadas dos fins do séc. XIV, outras “Posturas antigas da Câmara de Évora” voltam a ser publicadas “**na casa da falla**”⁴⁵¹ (Título da Caça); “**na quintã dos paços do concelho**”; “**na crasta do paço do concelho** da mui nobre e leal cidade de Évora” (Título dos gados)⁴⁵².

Também a recensão dos sítios de reunião usados pelo concelho do Porto relativas aos Anos de 1390-1395 é muito esclarecedora, pois nos mostra a grande capacidade de adaptação de um concelho rico, grande e certamente de múltiplos recursos⁴⁵³. A sessão de vereação da Câmara do Porto mais antiga de que nos chegou notícia remonta ao dia 4 de Junho de 1390, tento tido lugar “na Cidade do porto **na crasta Segunda do moestejro de sam domjngo**”⁴⁵⁴. No entanto, este sítio é largamente minoritário enquanto lugar de assembleia dos homens-bons da cidade, pois no referido período de 1390 a 1395 apenas

⁴⁴⁸ Publicado em Gabriel Pereira, *Ob. Cit*, p. 88.

⁴⁴⁹ Publicado em Id., *Ibidem*, p. 90.

⁴⁵⁰ Publicado em Id., *Ibidem*, p. 161.

⁴⁵¹ Publicado em Id., *Ibidem*, p. 133.

⁴⁵² Publicado em Id., *Ibidem*, p. 136.

⁴⁵³ Servimo-nos dos elementos recolhidos nas actas das respectivas vereações, já atrás referidas, de há muito publicadas por Magalhães Basto e relativas aos Anos de 1390-1395: Magalhães Basto, “*Vereações*” – *Anos de 1390-1395 – O mais antigo dos Livros de Vereações...*, Vol. II, pp. 11-243.

⁴⁵⁴ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 11.

mais duas sessões terão lugar no referido claustro do referido mosteiro. Com efeito, dos 120 actos camarários de que nos chegaram as respectivas actas, descontando os 36 actos realizados em local não especificado, a esmagadora maioria das sessões ocorre já na casa da câmara do Porto, embora o lugar seja então denominado de duas maneiras largamente dominantes. Assim, regista-se que 42 sessões têm lugar “**no sobrado da ueraçom**”⁴⁵⁵, enquanto 35 têm lugar “**no ssobrado en que ffazem rrellaçom**”⁴⁵⁶. Estas duas expressões são ainda declinadas com variantes, sempre muito raras, mas que merecem registo. Assim, a sessão de 20 de Março de 1391 teve lugar “na Çydade do Porto dentro **na cassa hu ffazem a uereaçom** na dita Çydade”⁴⁵⁷ e apenas duas sessões tiveram lugar “ssendo **na cassa hu ffazem a rrellaçom** na Cydade do porto”⁴⁵⁸. Finalmente, a sessão de 27 de Julho de 1392 teve lugar “na Çydade do porto **no logo hu ffazem Relaçom**”⁴⁵⁹.

Merece reparo a utilização do claustro do Convento de S. Domingos do Porto. Com efeito, na sessão de 13 de Abril de 1391 compareceu o respectivo Prior, que solicitou ao concelho umas traves de madeira para reparação do respectivo alpendre, pois, como então disse, “*que bem sabiom como o alpendre do dito moesteiro Estaua em ponto de cayr Esto Era per minga de traues por que as que tinha Era britadas e por Esto queria cayr o dito alpendre*” Ora, o prior solicitava a cedência da madeira necessária para a reparação do referido o alpendre, pois este

“*Era huma cousa de que se os moradores da dita Cidade serujom E o conuento do dito moesteiro nom podya achar tantas traues nem tamanhas como compria a dita obra E lhj Era dito que o dito concelho tinha quatro ou çinquo paaos*”⁴⁶⁰.

A capacidade de adaptação, improvisação e boa gestão dos espaços disponíveis para a realização dos mais diversos actos concelhios é, enfim, particularmente bem ilustrada, quase cem anos depois – e já no limite temporal desta parte da pesquisa – pelos vereadores e demais oficiais da recém-criada vila do Funchal. Assim, apesar do seu povoamento e do seu estatuto concelhio tão recentes, no momento de se optar e decidir por um lugar para a realização das assembleias e demais actos concelhios, não havia lugar para dogmatismos de qualquer natureza nem o apelo de tradições ou costumes locais, nem sequer o precedente institucional ou simbólico de uns sítios sobre quaisquer outros. Assim, as primeiras vereações de que nos chegaram relatos realizaram-se, da forma mais natural, sensata e

⁴⁵⁵ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 12.

⁴⁵⁶ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 142.

⁴⁵⁷ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 62.

⁴⁵⁸ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 60.

⁴⁵⁹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 163.

⁴⁶⁰ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 69.

prática, nas casas particulares disponíveis, nas igrejas e em diversos espaços abertos da Vila. Considerando as actas mais antigas do Funchal chegadas até nós, relativas à segunda metade do ano de 1470, vemos que a vereação mais antiga se realizou a 22 de Junho daquele ano, quando **“na vylla do Funchall junto com as casas de Joham Gonçalluez capitam fforom juntos os hoficiaes e homens bons da camara”**⁴⁶¹. A sessão seguinte (a 5-7-1470) teve lugar **“em Santa maria do callao”**⁴⁶². Utilizou-se em seguida a **“casa de Joham Gomez”** (a 2-8-1470)⁴⁶³ e as vereações seguintes foram feitas **“em ho lugar de Antom Gonçalluez barbeiro”** (a 10-8-1470)⁴⁶⁴, **“em o lugar de Joham Coelho”** (a 20-8-70)⁴⁶⁵, **“em sancta Maria a Maior”** (a 12-9-1470)⁴⁶⁶, **“em as casas de Joham do Porto barbeiro”** (13-10-1470)⁴⁶⁷ e novamente **“em Santa Maria do Callao em camara”** (a 20-10-1470)⁴⁶⁸. Seguem-se sessões **“em casa de Affonso Annes tabeliam”** (a 10-11-1470)⁴⁶⁹, novamente **“ante as casas de Joham Gonçallues de Camara capjtam em a dicta ujlla do Funchal”** (a 21-11-1471 [sic])⁴⁷⁰, **“ante a porta da jgreja de Santa Maria a Major”** (a 17-12-1470)⁴⁷¹, **“nas casas de Pero Vaaz merqador onde ora pousa ho onrrado Gonçalo Godjnhu caualleiro da casa do duque nosso senhor”** (a 24-11-1470)⁴⁷², realizando-se a última sessão camarária daquele ano, a 20 de Dezembro de 1470, **“ante a igreja de Santa maria do Qalhao”**⁴⁷³.

O simples enunciado dos locais utilizados para a realização dos actos camarários do Funchal mostra-nos uma geografia camarária muito errática e variável: em meio ano usaram-se nove lugares diferentes para apenas 12 sessões! No entanto, quanto aos locais usados pelo Concelho, eles espelhavam a realidade que se passava e se vivia no Reino: nenhum daqueles lugares escolhidos fugia à prática vivida nos velhos concelhos portugueses. Cá e lá, as reuniões realizam-se, ao sabor dos acontecimentos e das circunstâncias, em casas particulares ou nas igrejas. Porém, quando os actos eram de maior importância, realizavam-se em casas especiais ou nas suas imediações. Foi o que sucedeu no Funchal, como vimos, com a sessão em frente da casa do Capitão-Donatário: **“ante as casas de Joham Gonçallues de Camara capjtam em a dicta ujlla do Funchal”**, estando lá o

⁴⁶¹ In *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. 3.

⁴⁶² *Ibidem*, p. 4.

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 8.

⁴⁶⁴ *Ibidem.*, p. 8.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p. 9.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 10.

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p. 12.

⁴⁶⁸ *Ibidem*, p. 14.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p. 14.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 14.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 16.

⁴⁷² *Ibidem*, p. 16.

⁴⁷³ *Ibidem*, p. 17.

Capitão, a nobreza local e “offjcaes do concelho da dicta ujlla e pouoo **pera uerem leer proujgar huma carta del rrey nosso senhor e outra da senhora Jnfante**”. Outra sessão realizou-se “**nas casas de Pero Vaaz merqador**”, pois lá pousava então o novo Ouvidor (recém-nomeado pelo Duque D. Fernando, Senhor da Ilha): “E o dicto ouujdor com os dictos fjdalgos e hofjcaes fizeram camara”.

José Pereira da Costa informa-nos que, a 18 de Julho de 1470, D. Fernando, o herdeiro do Infante D. Henrique (e, como tal, Senhor da Ilha) pede que se acabe a «casa para a camara que dias ha começada...», notando, porém, que só por volta de 1489 é que nas vereações se referem «casas da câmara»⁴⁷⁴. Assim, o levantamento dos demais locais usados nos anos restantes do século XV pela Câmara do Funchal para a realização das suas vereações e outros actos camarários mostra a reutilização de espaços já usados anteriormente e acentua a grande capacidade de improvisação demonstrada pelos concelhos portugueses no momento de escolherem o sítio para a realização das suas assembleias. Assim, a “Abertura de Pilouro” relativa a 1471 ocorreu no “dia de Sam Joham **em Santa maria a Maior**”⁴⁷⁵, seguida de perto de uma sessão feita “**junto com Santa maria a Maior a par das casas de Duarte Pestana**” (a 17-8-1471)⁴⁷⁶. Novos sítios se sucedem para a realização das vereações: “ffoy ffecta camara **em as casas de Pero Vaaz**” (a 6-11-1471)⁴⁷⁷; “**ante a porta de Joham Gomez**” (a 9-12-1471)⁴⁷⁸; “**em as casas de Pero Vaaz tecelam**” (a 4-1-1472)⁴⁷⁹. Regressa-se ao uso de uma igreja – “foy ffecta camara **em Santa Maria a maior**” (a 17-8-1472)⁴⁸⁰ – e regressa-se também ao uso de casas particulares: “ffoy ffecta camara **em as casas de Anrullo**” (a 11-1-1481)⁴⁸¹, registando-se mesmo a singularidade de uma sessão “**em as cassas de mjm espriuam [onde] ffoi ffecta vereaçam**” (a 7-7-1481)⁴⁸². Registrar-se-ão, enfim, inúmeras sessões noutras casas particulares: “ffoy ffecta vereaçam **em casa de Fernam do Poo**” (a 28-10-1481)⁴⁸³; “**em as casas de Joam Matosso**” (a 18-2-1486)⁴⁸⁴; “**em as casas de Rodrigo Annes no Campo do Senhor Duque**” (a 1-5-1486)⁴⁸⁵;

⁴⁷⁴ *Ibidem*, pp. VII-VIII.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, pp. 17, 18.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, p. 22.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p. 25.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, p. 26.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 26.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, pp. 40-42.

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 63.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 70.

⁴⁸³ *Ibidem*, p. 78.

⁴⁸⁴ *Ibidem*, p. 128.

⁴⁸⁵ *Ibidem*, p. 143.

“**em as cassas de Rodrigo Eannes que ffoy espriuum**” (a 23-5-1486)⁴⁸⁶; “**em as casas de Joam do Porto sorlugiam**” (a 29-5-1486)⁴⁸⁷; “**em as cassas de Joham da Castineyra alcaide**” (a 13-6-1486)⁴⁸⁸. Como vemos, usam-se casas particulares mas também os seus anexos: “ffezerom vereaçam **em o quintal de Joam da Castineira**” (a 26-1-1482)⁴⁸⁹.

Tal como no Reino, também no Funchal se recorre abundantemente a amplos espaços abertos (para lá dos que estavam nas imediações ou eram dependência de casas e pousadas particulares. Assim, retenha-se o uso do “**lugar dos orffons que esta detras as cassas de Santa Maria do Calhao** que ora tem de rrenda Joam Afonso picheleiro” (a 26-5-1486)⁴⁹⁰. Certo juramento teve lugar “**ante as portas de mym esprivam** per Joham Jacome juiz [onde] foy dado **juramento a Lopo do carvalho e ha Nuno Fernadez almotaçes**” (a 1-1-1486)⁴⁹¹. Novo juramento a certo juiz, por ter saído em pelouro nas recentes eleições, teve lugar “na rua dos Mercadores **ante as casas de Alvaro Enes** contador” (a 27-6-1488)⁴⁹². Por sua vez, certa arrematação foi feita “**na praça da dicta villa** [...] [onde] ffoy rrematada a rrenda do verde e braues [sic] e augua vay e todas as outras coymas do concelho de quatorze rrs. Pera bayxo” (a 5-3-1486)⁴⁹³. A própria abertura dos pelouros, relativa ao ano de 1491, ainda tinha lugar, embora com todas as formalidades, “**em Samta Maria a Maior a porta principall da dicta egreja** [...] [onde] lloguo hi foy trazida huua boçeta fechada em que jaz a emlliçam dos juizes e vereadores e procuradores por serujr” (sessão realizada a 14-6-1491)⁴⁹⁴.

Porém o espaço aberto mais usado no Funchal parece ter sido o Campo de S. Sebastião, que presumimos constituir um muito espaçoso *rossio* num dos arrabaldes da vila. O seu uso documentado remonta a 1485, quando, a 21 de Janeiro daquele ano, “forom juntos os senhores da camara **em Sam Sebastiam**” a fim de tratarem dos bens e rendas do Concelho⁴⁹⁵. Aí serão publicados, no mesmo ano, (15-8-1485) os poderes do novo Ouvidor da Vila “segunda feira dija de Santa Maria a campaa tangida e **em Sam Sabastiam**”⁴⁹⁶. O mesmo sítio será escolhido também para várias sessões camarárias: “**em sam Sebastiam**

⁴⁸⁶ *Ibidem*, p. 147.

⁴⁸⁷ *Ibidem*, p. 150.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, p. 156.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, p. 83.

⁴⁹⁰ *Ibidem*, p. 149.

⁴⁹¹ *Ibidem*, p. 121.

⁴⁹² *Ibidem*, p. 192.

⁴⁹³ *Ibidem*, p. 159.

⁴⁹⁴ *Ibidem*, p. 279.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 126.

⁴⁹⁶ *Ibidem*, p. 103.

ffoy ffecta vereaçam” (a 29-10-1485)⁴⁹⁷. Enfim, certa postura municipal foi apregoada e publicada, a 8 de Novembro de 1485

“per Alvaro Enes porteiro **a picota** e outro pregom **junto com a carneçaria** e outro na **rua de Santa Maria** e outro em a **rua acjma de Pero Anes alfajate** e outro a **porta da cadea** e outro **junto com Sam Sabastiam**”⁴⁹⁸.

Estes pregões, nos principais lugares públicos da então muito jovem vila, dão-nos a geografia concelhia do Funchal quatrocentista, polarizada nos principais espaços abertos da vila, espalhados pelo centro e pelos arrabaldes, mas constituindo os pólos certos de atracção tanto de moradores com de passantes. Porém, se esta velha prática do apregoamento das posturas concelhias em lugares abertos sobreviveria largamente, também no Funchal muito cedo se fala de casa da câmara, a funcionar primeiro em edifício alugado e logo a seguir em edifício próprio. Com efeito, a 8 de Outubro de 1491, os Vereadores e demais Oficiais do Concelho “acordaram e mandaram pagar a Lujs de Atouguja contador de **aluger desta cassa da camara** tres mjl e iij^CLR rrs. Que lhe ssom deujdos pera sseu pagamento”⁴⁹⁹. Ora, como nos informa José Pereira da Costa, anos antes, “o Duque D. Manuel, a 5 de Junho de 1485, doara um «chão» no seu campo, para nele se fazerem uma igreja, praça e adro e **casa para o concelho**”⁵⁰⁰. Assim se encerrava, no Funchal, o primeiro capítulo da sua história concelhia. Mas aquela doação – de que decorria a construção de uma casa da câmara numa vila tão remota – ilustra e encerra também um capítulo glorioso do movimento concelhio português – o do estabelecimento de uma rede “nacional” de concelhos e o da organização da vida concelhia, à medida e de acordo com as possibilidades, os recursos e os desígnios dos seus moradores – mas também, como vimos no Capítulo anterior, à medida e de acordo com normativos legais e institucionais que não sofriam contestação. Entre o apelo dos costumes e das tradições locais e a necessidade e a urgência de acompanhar a evolução e a consolidação de novas *praxis* concelhias, abandonam-se velhos, arcaicos e muito vernáculos lugares de reunião, para se erguer, por todo o Reino, uma rede de edifícios concelhios que, na passagem do século XV ao século XVI, dominam já – numérica e funcionalmente, mas também em importância simbólica e em dignidade artística – o amplo *corpus* do que poderemos chamar, como veremos, de *arquitectura municipal ou concelhia* e que, na mesma conjuntura, ganharão também, como também veremos, o nome largamente dominante de *casas da câmara*.

⁴⁹⁷ *Ibidem*, p. 113.

⁴⁹⁸ *Ibidem*, p. 115.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 293.

⁵⁰⁰ José Pereira da Costa, *Ibidem*, p. IX.

4 – A emergência das *Casas da Câmara portuguesas*

A doação feita ao Concelho do Funchal pelo Duque D. Manuel, a 5 de Junho de 1485, acabada de referir no capítulo anterior, de “um «chão» para nele se fazerem uma igreja, praça e adro e **casa para o concelho**”⁵⁰¹, ao mesmo tempo que encerra o primeiro capítulo da história daquela cidade, coincide com o surgimento de um período novo na própria história do movimento concelhio português, o da adaptação, criação, ou construção de uma *casa do concelho* em *todas* as cidades e vilas do Reino. Este fenómeno – que decorre tanto do instituído superiormente como das próprias disponibilidades, das rendas e das ambições dos moradores – é da maior relevância. Com efeito, a criação das casas do concelho há-de ter mobilizado uma percentagem muito relevante das receitas dos concelhos, mas também uma vontade muito grande de, através da aquisição ou mesmo construção dessas *casas* mostrar e exibir poder, brio e galhardia cívica e mesmo laica. A criação local de sedes do poder concelhio em *todos* os concelhos portugueses estimulou certamente o sentido de autonomia e a própria identidade concelhia – em confronto e em óbvia competição e afirmação “bairrista” face às cidades e vilas vizinhas. A erecção, em todo o Reino, de um *corpus* de edifícios concelhios – fenómeno que se iniciara na segunda metade do Século XIV, tem seguramente a sua fase culminante nas entradas do século XVI e que estará concluída nos meados de Quinhentos – constitui um capítulo glorioso do municipalismo português e coincide no essencial com o reinado de D. Manuel I e com as grandes reformas institucionais e legislativas impostas por este Rei. Podemos dizer que, numa geração, a criação das casas da câmara portuguesas alastra e cobre todo o território⁵⁰².

⁵⁰¹ José Pereira da Costa, Prefácio in *Vereações da Câmara Municipal do Funchal - Século XV*, Ed. Centro de Estudos do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Região Autónoma da Madeira, Funchal, 1995, p. IX.

⁵⁰² Deve dizer-se que a cronologia da criação das casas do concelho em Portugal é comum à dos demais reinos peninsulares. Assim, “em Maio de 1480 os Reis Católicos ditaram uma pragmática nas Cortes de Toledo para o reino de Castela na qual se ordenava que todos os concelhos, cidades e vilas, no termo de dois anos, tivessem ‘casas públicas capitulares’ para os seus ‘ayuntamientos, además de cárcel, casa para cilla, pósito o panera, carnicerías...’ Disposição que se repetiu em Sevilha no ano de 1500: ‘Mandamos aos corregedores, que se informem se na cidade, vila ou lugar em que foram providos, há casa de concelho e cadeia que convenha, e prisões; e se não as houver, dêem ordem para que se façam’”, María del Mar Lozano Bartolozzi, *Historia del Urbanismo en España II – Siglos XVI, XVII y XVIII*, Cátedra, Madrid, 1.ª Edição, 2011, p. 239.

Manuel Montero Vallejo já considerara que o instituído nas Cortes de Toledo [de 1480] não só vinha a universalizar a figura do corregedor mas também a fixar a residência deste em lugar central, junto à cadeia e à casa do ajuntamento, que haveria de se erigir no prazo de dois anos; embora esta última determinação não passasse de um acto de voluntarismo, a verdade é que nos primeiros decénios do século XVI se erigiram

Com efeito, os actos concelhios realizados na primeira metade do Século XVI no Reino – mas também nas Ilhas Atlânticas ou na própria Índia⁵⁰³ – são já realizados, na sua esmagadora maioria, nas respectivas casas da câmara.

4.1 – Persistência e sobrevivência de práticas medievais na localização de actos concelhios durante a Época Moderna

A força dos costumes e das tradições locais é muito intensa, pelo que, no quadro da sua proverbial sageza, da sua capacidade de adaptação e de improvisação, mas também no da rotina mais ronceira, os concelhos vão ainda, em plena Época Moderna, recorrer, aqui e ali, aos velhos e tutelares lugares e “abrigos” usados pelos homens-bons dos concelhos medievais. Assim, vai sobreviver muito longamente a prática tão arcaica da realização de actos camarários e cívicos fora da casa do concelho, mesmo quando esta comprovadamente já existe. Assim, por estranho que nos possa parecer, em pleno século XVI – ou mesmo no século XIX! - continuam a realizar-se assembleias e actos concelhios em espaços, sítios e lugares que em nada diferem dos assinalados e recenseados no capítulo anterior para o Século XIV e para a primeira metade do século XV. Assim, em pleno século XIX – e já implantado o Liberalismo – ainda se registam actos “camarários” em igrejas e sacristias, bem como em casas particulares e noutros espaços improvisados ou mesmo de uso muito arcaico. Verifica-se que o género e o tipo de locais de reunião e de realização de actos concelhios usados durante a Idade Média se continuam a usar, embora naturalmente em muito menor grau e, nalguns casos, mesmo de uma forma francamente residual. O recurso a tão antiquados sítios e lugares de reunião merece reparo e é muito digna de registo. Recensearemos, em seguida, sobrevivências da velha e afinal tão consolidada prática da realização de actos concelhios fora, à margem ou mesmo longe das casas do concelho, seja qual for a sua configuração arquitectónica ou a sua designação local.

muitíssimos edifícios municipais. No entanto, houve cidades que se apressaram a cumprir a disposição e que outras – poucas, na verdade – contavam já com instalações apropriadas. Se não nos podemos referir a uma arquitectura especializada em tal sentido, a verdade é que se tinham habilitado, ou habilitaram-se então outros edifícios que cumpriam plenamente esta missão, com a particularidade, insistimos, de que seguiam a tradição do concelho aberto, de se reunir na paragem mais concorrida da povoação ou nas suas imediações.”, Manuel Montero Vallejo, *Historia del Urbanismo en España I – Del Eneolítico a la Baja Edad Media*, Cátedra, Madrid, 1996, p. 310.

⁵⁰³ Referido por Amélia Aguiar Andrade, em *Ob. Cit.*, p. 126. Para a criação da casa da câmara de Goa ver ANTT, *Gaveta XV*, Maço 17, N.º 19.

Remontando a meados do século XVIII, certa vereação, realizada a 23-7-1748, tem lugar “nesta Cidade de Macao de Nome de Deus na China **na Casa da Câmara della**”: ver ANTT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 602, Caixa 705 – Correspondência da Índia.

O recurso a locais fora da casa do concelho relacionava-se muitas vezes com a própria natureza do acto camarário a realizar. Foi o caso do acto de “Pose e acordo que se fez sobre a terra que Fernam Gomez almargeiro tinha tomada ao Concelho”, que ainda foi realizado pela Câmara de Loulé a 21 de Fevereiro de 1488 “**em o almargem de Bylhas termo da dicta villa** almargem do Concelho”⁵⁰⁴, apesar de aquela vila deter casa da câmara pelo menos há um século. Do mesmo modo, apesar de a generalidade dos *Autos* relativos ao processo de inquirições relativas às “Demarcações de Fronteiras”, ordenado por D. João III e realizado nos anos de 1537 e 1538 (e que se iniciou na Vila de Castro Marim, abrangendo todas as cidades e vilas raianas portuguesas)⁵⁰⁵, terem tido já lugar nas respectivas casas da câmara dos concelhos raianos inquiridos, continuam a registar-se actos concelhios realizados em sítios informais, como o *auto* de “Demarcação de Fronteiras” relativo ao concelho de Noudar, que foi realizado a 28 de Julho de 1537, “**em aldea dos Barancos** jurdyçam de Nodall **em arriba da dicta aldea**”⁵⁰⁶.

A realização dos mais diversos actos concelhios em paços, pousadas e simples casas particulares mantinha-se, embora menos intensamente, no Século XVI. Assim, o muito recente Concelho de Santa Cruz (Região Autónoma da Madeira), fazia as suas sessões “**nas casas de Yoam de Freitas honde se costumam fazer aas vereações**” (sessão de 30-1-1516)⁵⁰⁷, arrendadas para o efeito. O Concelho de Sobral de Monte Agraço em 1535 reunia nos *paços* pertencentes ao Arcebispado de Évora, que então detinha o Senhorio daquela Vila:

“E o que agora tem cargo dos ditos paços he o pprocurador do comcelho da villa **porque fazem nelles os Juizes suas audiencias e camaras**”⁵⁰⁸.

Do mesmo modo, alguns *Autos* relativos às inquirições relativas às “Demarcação de Fronteiras” ainda tiveram lugar em casas e pousadas particulares, por lá funcionar a Câmara

⁵⁰⁴ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 250. Chegou-nos notícia de mais actos camarários realizados fora da Casa da Câmara de Loulé. Fora o caso de certo acto camarário (realizado a 17-3-1403), “em Loule ao Barreiro sendo hi Gonçalo Mendez corregedor d’El Rey no reyno do Algarve” *Ibidem*, p. 90. Foi ainda o caso, apenas para dar mais dois exemplos, dos autos de “Pose que foy tomada da terra dos Tylheiros” (realizado a 23-2-1488) “em a villa de Loule **nos tylheiros termo da dicta villa**”, *Ibidem*, p. 254 e do auto de “Emtrrega das coussas da Igreja de Ferrobylhas” (realizado a 23-2-1488) “**em o porto de Ferrobylhas termo e aldea da villa de Loule na casa do Concelho** onde ora mora Luiz Alvarez ‘Barba Fecta’”, *Ibidem*, p. 255.

⁵⁰⁵ Para o local de realização dos Autos respectivos, ver o Anexo E – Local de realização dos autos relativos às *Demarcações de Fronteira* com Castela (1537-1538).

⁵⁰⁶ “*Livro das Demarçoens de Crasto Marim ate Montallvaom atee Castello Branco d’antre Portugal e Castella, a saber, dos termos*” [1537] – IAN-TT, *Núcleo Antigo*, 295, edição de Humberto Baquero Moreno, *Demarcações de Fronteira – De Castro Marim a Montalvão*, Centro de Investigação e Documentação de História Medieval – Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 2003, p. 65

⁵⁰⁷ in *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. 512.

⁵⁰⁸ “Informação que deu o Ouvidor de Montagraço” do Arcebispado de Évora (1535), publicada por Maria Micaela Soares, *Monte Agraço e o seu Foral*, Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 1990, pp. 147, 148.

– como no concelho de Alegrete (hoje no Concelho de Portalegre), cuja sessão teve lugar a 5 de Setembro de 1537, “em a villa d’Alegre (sic) **nas casas de Gaspar Rodryguez** sripvav da dicta villa **onde se faz ora a camara**”⁵⁰⁹ – ou por a casa da câmara estar indisponível por a chave do edifício não aparecer, aparentemente sonogada pelos oficiais camarários, como aconteceu em Monforte de Rio Livre (Chaves), cujo *auto* ocorreu a 6 de Julho de 1538, “na villa de Monforte de Rio Livre **em as pousadas de Joaom Fernandez** morador em a dicta villa **por a casa da camara esta çarada e nam veho o oficial que tinha a chave**”⁵¹⁰. Por motivos que ignoramos, também tiveram lugar em *casas particulares* os *autos* de “Demarcação de Fronteiras” dos concelhos de Póvoa e Meadas (hoje no Concelho de Castelo de Vide)⁵¹¹, Penha Garcia (Idanha a Nova)⁵¹², Castelo Rodrigo (Figueira de Castelo Rodrigo)⁵¹³, Bemposta do Douro (Mogadouro)⁵¹⁴, Vilar Seco de Terra da Lomba” (Vinhais)⁵¹⁵ e Montalegre⁵¹⁶.

⁵⁰⁹ “*Livro das Demarcaçoens de Crasto Marim ate Montallvaom...*”, p. 151.

⁵¹⁰ “*Livro do Tonbo das demarcaçoens [sic] dos lugares das Comarcas Tra los Montes e d’Antre Douro e Minho que estam ao longuo da raia e extremo de Castela e Gualiza*” [1538] – IAN-TT, *Núcleo Antigo*, 291, edição de Humberto Baquero Moreno, *Demarcações de Fronteira – Vol. III – Lugares de Trás-os-Montes e de Entre Douro-e-Minho*, Centro de Investigação e Documentação de História Medieval – Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 2003, p. 107.

⁵¹¹ Não sendo possível fazer a inquirição no “lugar onrado das Meadas onde naom haa senam huua casa tore e outras duas casas apegado alltas e a mais povoaçam de casas estava despovoado e as casas derybadas de todo” aquela teve lugar, a 14-7-1537, “em a vila e logar da Povia que he d’Allvaro Gonçalvez de Moura o quall lugar esta huua legoa das Meadas e por ambos serem de hum senhoryo e estamdo em Marvam fyz saber ao dicto Allvaro Gonçalvez de Moura senhorio destes lugares ambos como avya de ver as Meadas por partyr com a raya de Castella que me mandase mostrar a doaçam antyga dos dytos lugares porque por ella se poderia ver por homde partya com Castella os termos. [...] vym ter das Meadas a este lugar da Povia e hahy **em casa de Joao Diaz juiz do dicto lugar e das Meadas** [...]”, in “*Livro das Demarcaçoens de Crasto Marim...*”, pp. 177, 178.

⁵¹² A inquirição teve lugar a 13-11-1537, “em a villa onrada de Pena Gracya **em as pousadas de Bertolameu Piriz onde eu dito Mend’Afonso de Resende pousava**” “*Livro do Tonbo das demarcaçoens ... desde Villa Velha de Rodaom...*”, p. 41.

⁵¹³ A inquirição teve lugar a 3-12-537, “em a villa de Castello Rodrigo **em as pousadas onde pousava o licenciado Joao da Videira corregedor** com allçada por ell Rey nosso Senhor em a comarca de Pinhel por ser esta villa de sua jurdyçam e vyr a dicta villa fazer ynlyçam”, “*Livro do Tonbo das demarcaçoens ... desde Villa Velha de Rodaom...*”, p. 107.

⁵¹⁴ A inquirição teve lugar a 14-6-1538, “em a villa da Bemposta do Doyro **em a casa de Gonçalo de Moraes cavaleiro e alcaide das sacas** desta villa”, “*Livro do Tonbo das demarcaçoens [sic] dos lugares das Comarcas Tra los Montes e d’Antre Douro e Minho ...*” [1538] – IAN-TT, *Núcleo Antigo*, 291, edição de Humberto Baquero Moreno, *Demarcações de Fronteira – Vol. III – Lugares de Trás-os-Montes e de Entre Douro-e-Minho*, Centro de Investigação e Documentação de História Medieval – Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 2003, p. 35.

⁵¹⁵ A inquirição em **Vilar Seco de Terra da Lomba**, teve lugar a 4-7-1538, “em a villa da Tera da Lomba em o lugar de Vilar Seco que he a cabeça do concelho e villa de Tera de Lomba estando **em a dicta villa em as pousadas de Ruy Diaz escudeiro morador em o dicto lugar**”, “*Livro do Tonbo das demarcaçoens [sic] dos lugares das Comarcas Tra los Montes...*”, p. 97.

⁵¹⁶ A inquirição teve lugar a 17-7-1538, “em a villa de Montalegre concelho de Baroso **em as casas de Symaom de Miranda alcaide do castello** desta dicta villa” “*Livro do Tonbo das demarcaçoens [sic] dos lugares das Comarcas Tra los Montes...*”, p. 127. Nova inquirição teve lugar, a 17-7-1538, “em aldeia de Pitões termo da vila de Montalegre que stá ao longo da raia com Galiza além de Tourém”, *Ibidem*, p. 133.

Para a realização de actos concelhios, continuam em uso os *anexos* e as *imediações de pousadas e casas particulares*. Assim, o concelho de Monsanto ainda elegia os seus procuradores às Cortes de Lisboa de 1502 numa assembleia reunida (a 22-7-1502) “em a ujla de monssanto **açerca das cassas de affomso esteuez**”⁵¹⁷. Do mesmo modo, a inquirição, feita em Ruivães (a 19-7-1538) no âmbito do processo das “Demarcações de Fronteiras”, teve lugar “em a villa de Villar de Vacas de Ruyvas (sic) **a porta das pousadas de Jorje Diaz juiz ordynario em a dicta villa**”⁵¹⁸, o mesmo acontecendo três dias depois no Lindoso, cujo auto (a 22-7-1538) ocorreu “em o lugar de Limdoso que he com sua fortaleza **a porta de Rodrygo de Lamella juiz ordynario** em este lugar”⁵¹⁹.

Certos actos camarários continuavam a realizar-se nas *praças* das vilas e cidades, como em Loulé, onde a “Rematação da Retorta e Almargem” teve lugar (a 18-11-1487), “em a villa de Loule **no alpende da praça** do arravallde”⁵²⁰. Enfim, a assembleia que elegeu os Procuradores do Concelho de Santarém às Cortes de Lisboa de 1502 retoma igualmente uma prática muito arcaica, reunindo, a 20 de Julho de 1502, “**sobre a porta de mamços**”⁵²¹ daquela vila.

Porém, cenário praticamente universal para a realização de actos e assembleias municipais na Idade Média europeia, as igrejas continuam a ser utilizadas pelos poderes laicos, profanos e, em si mesmos, a-religiosos. Assim, reuniões em igrejas ainda tinha lugar nos fins do século XV, na então vila do Funchal: a mais antiga vereação de que temos conhecimento relativa a esta antiga vila, realizada a 5 de Julho de 1470, teve lugar numa das suas igrejas: “**em Santa maria do callao ffoy ffecta camara**”⁵²². Do mesmo modo, em pleno século XVI em Trás-os-Montes continuavam a realizar-se actos camarários nas igrejas locais. Foi o que aconteceu a 4 de Julho de 1538, “em a villa da Tera da Lomba em o lugar de Vilar Seco que he a cabeça do concelho e villa de Tera de Lomba” (Vilar Seco de Terra da Lomba, hoje no Concelho de Vinhais), onde a segunda sessão relativa ao processo de “Demarcação de Fronteiras” teve lugar “em a Tera de Lomba no lugar que chamam Vyllar Seco **na igreja da dicta villa**”⁵²³. Do mesmo modo, mantinha-se a tradição da reunião de

⁵¹⁷ Procuração dada pela vila de Monsanto ao escudeiro Nuno Álvares como seu procurador nas Cortes de Lisboa de 1502, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*..., p. 55.

⁵¹⁸ “*Livro do Tonbo das demarcaçoens [sic] dos lugares das Comarcas Tra los Montes...*”, p. 139.

⁵¹⁹ “*Livro do Tonbo das demarcaçoens [sic] dos lugares das Comarcas Tra los Montes...*”, p. 149.

⁵²⁰ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 245.

⁵²¹ Fragmento da Procuração dada pela vila de Santarém ao(s) seu(s) procurador(es) nas Cortes de Lisboa de 1502, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*..., p. 63.

⁵²² *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. 3.

⁵²³ “*Livro do Tonbo das demarcaçoens [sic] dos lugares das Comarcas Tra los Montes...*”, p. 103.

assembleias concelhias nos adros ou à frente das igrejas. Assim, no Funchal, a 17 de Dezembro de 1470, “**ante a porta da igreja de Santa Maria a Major** fizeram camara hos ofijcaes e homens boons” daquela vila⁵²⁴ e a última vereação do Funchal daquele ano (realizada a 20-12-1470), teve lugar “em a dicta ujlla **ante a igreja de Santa maria do Qalhao**”⁵²⁵. Também a 3 de Setembro de 1481 a Câmara de Loulé tomou conhecimento oficial da morte de D. Afonso V e do “Regimento d’El Rei nosso senhor” para a celebração do luto dos reis e para a inerente cerimónia da “Quebra dos Escudos”, estando todos reunidos “em Loulle **acerqua da Igreja de Sam Cremente**”⁵²⁶.

Muito surpreendente é – em pleno século XIX e mesmo após o próprio triunfo do Liberalismo – a realização (embora então apenas residual) de actos camarários nas igrejas, nas suas dependências ou nos seus adros. Assim, quatrocentos e cinquenta anos depois das Cortes de Santarém de 1383, no quadro historicamente tão diferente das primeiras eleições autárquicas liberais, ainda temos notícia de reuniões e assembleias camarárias realizadas em igrejas paroquiais portuguesas, suas dependências e seus adros! Nessas primeiras eleições, impostas pelo novíssimo Código Administrativo do Liberalismo elegiam-se em cada concelho três candidatos, de entre os quais o *Administrador do Distrito* (o antepassado dos Governadores Cíveis) escolheria e nomearia o *Administrador do Concelho*⁵²⁷ – sendo um e outro cargos novos na nossa administração local e regional, recém-criados por aquele Código⁵²⁸.

Eleições semelhantes realizaram-se ao longo de todo o Liberalismo mas, em busca do *lugar* efectivo de reunião das assembleias eleitorais respectivas, consultámos apenas as actas sobreviventes⁵²⁹ relativas às eleições realizadas entre 1836 e 1839⁵³⁰. A consulta deu-

⁵²⁴ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. 16.

⁵²⁵ *Ibidem*, p. 17.

⁵²⁶ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 221.

⁵²⁷ Como se lê por exemplo na “Acta da eleição das três pessoas que na conformidade do artigo 52 do Decreto de 18 de Julho de 1835 deve recair a escolha do Administrador do Concelho desta Vila de Alegrete”, realizada a 21 de Fevereiro de 1836, “nesta Vila de Alegrete e Casas da Câmara dela”, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/L (Caixa 2).

⁵²⁸ Note-se que tanto o *Administrador do Concelho* como o *do Distrito* seriam os representantes e verdadeiros agentes do poder central em cada Concelho ou Distrito, respectivamente, no quadro do centralismo e do “controleirismo” característico do Estado Liberal, passando assim a controlar toda a vida concelhia, bem como o desempenho dos membros das Câmaras. O cargo de Administrador do Concelho só será extinto no âmbito das reformas administrativas do Estado Novo.

⁵²⁹ Consultámos a colecção conservada em IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maços H-O. Note-se que nesta colecção faltam os “macetes” relativos ao Distrito de Viana do Castelo e ao antigo Distrito do Funchal.

⁵³⁰ Para o suporte legal destas eleições veja-se, por exemplo, a “Acta da eleição da nova Câmara municipal que há-de servir neste Concelho de Pavia, conforme a nova organização territorial e novo Código Administrativo de trinta e um de Dezembro de 1836”, realizada a 4 de Junho de 1837, “nesta Vila de Pavia e Casas da Câmara da mesma”, IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/J (Caixa 2). Veja-se ainda, para as eleições de 1838, a “Acta da eleição de cinco cidadãos que segundo o disposto no artigo 114 do Código Administrativo não-de ser propostos ao Governo para dentre eles escolher, segundo a disposição do §1.º do citado Artigo”,

nos informação referente a um total de 408 concelhos, proporcionando uma muito generosa amostra dos lugares de reunião utilizados então pelos concelhos portugueses, muitos deles em vias de extinção no âmbito do processo de “arredondamento dos Concelhos” empreendido pelo Estado Liberal. Assim, se a maioria das assembleias eleitorais se realiza na respectiva casa da câmara, ainda se utilizam sítios, espaços e edifícios cuja diversidade merece recensão, pois ela permite-nos restituir a paisagem concelhia portuguesa nos momentos finais do Antigo Regime – limite extremo da pesquisa inerente a este estudo.

A nossa recensão dos lugares de realização de actos concelhios mesmo no início do Liberalismo inicia-se pelo *uso de igrejas e espaços adjacentes*, fechados e abertos. Assim, cumpre dizer que dos 408 concelhos de que nos chegaram informações, em 28 concelhos foram utilizadas as próprias igrejas matrizes⁵³¹, presumindo nós que tenham sido utilizadas as próprias naves. Com efeito, recensearam-se dezasseis assembleias eleitorais realizadas nas Sacristias das Igrejas Matrizes locais⁵³². Fora das Igrejas Paroquiais, também foram usadas para a realização destas primeiras sessões eleitorais seis Misericórdias locais e suas dependências⁵³³.

realizada a 21 de Janeiro de 1838, “em esta Vila de Borba e Paços do Concelho dela”, IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/J (Caixa 2).

⁵³¹ Nas eleições para as “Proposta de Administrador do Concelho” realizadas entre 1835 e 1839 foram utilizadas as *igrejas matrizes* dos seguintes concelhos, aqui distribuídos pelos actuais distritos e Regiões Autónomas a que pertencem: uma no Distrito de Aveiro (Ílhavo), uma no actual distrito de Beja (Vila Nova de Mil Fontes, tendo então a sede no Cercal), quatro no distrito de Coimbra (Coimbra; Alvares, hoje no Concelho de Góis; Pampilhosa da Serra e Midões, hoje no Concelho de Tábua), duas no Distrito da Guarda (Marialva e Almendra, hoje nos Concelhos da Meda e de Vila Nova de Foz Côa, respectivamente), uma no Distrito de Lisboa (Alverca do Ribatejo), uma no Distrito de Portalegre (Montargil, hoje no Concelho de Ponte de Sor), uma no Distrito do Porto (S. Tomé de Negrelos, hoje no Concelho de Santo Tirso), três no Distrito de Santarém (Lamarosa, hoje no Concelho de Coruche; Golegã e Sardoal), seis no Distrito de Vila Real (Boticas; Dornelas, também no Concelho de Boticas; Águas Revés e Carrizado de Montenegro, ambos no actual concelho de Valpaços; Valpaços e Lordelo, no actual Concelho de Vila Real), seis no actual Distrito de Viseu (Armamar; Moimenta da Beira; Sul, hoje no concelho de S. Pedro do Sul; Mondim, hoje no Concelho de Tarouca; S. Miguel do Outeiro, hoje no Concelho de Tondela e Vouzela). Finalmente, faltando-nos os dados relativos ao antigo Distrito do Funchal, na actual Região Autónoma dos Açores registaram-se duas assembleias eleitorais nas igrejas matrizes da Calheta (Ilha de S. Jorge) e Ponta Delgada.

⁵³² Nas eleições para as “Proposta de Administrador do Concelho” realizadas entre 1835 e 1839 foram utilizadas as *sacristias das igrejas matrizes* dos seguintes concelhos, agrupados pelos actuais distritos e Regiões Autónomas: uma no Distrito de Aveiro (Angeja, hoje no Concelho de Albergaria-a-Velha), uma no Distrito de Beja (Ferreira do Alentejo); quatro no Distrito de Castelo Branco (Sarzedo, no Concelho da Covilhã; Atalaia do Campo e Castelo Novo, ambos hoje no Concelho do Fundão e Idanha a Nova), uma no Distrito de Coimbra (Alvares, hoje no Concelho de Góis), uma no Distrito da Guarda (Figueiró da Granja, do actual Concelho de Fornos de Algodres), uma no Distrito de Leiria (Santa Catarina, hoje no Concelho das Caldas da Rainha), uma no Distrito de Lisboa (Vila Franca de Xira), uma no Distrito de Portalegre (Alegrete, no actual Concelho de Portalegre), uma no Distrito do Porto (Santo Tirso), uma no Distrito de Santarém (Constância), duas no Distrito de Viseu (novamente na antiga Vila de Mões e em Tondela) e, finalmente, duas na actual Região Autónoma dos Açores, na Vila do Porto de Santa Maria e outra no efémero Concelho liberal de Capelas, hoje no Concelho de Ponta Delgada).

⁵³³ Assim, no distrito de Beja realizaram-se sessões eleitorais em quatro *Misericórdias*: Aljustrel, Messejana (hoje no Concelho de Aljustrel), Ferreira do Alentejo e Ourique. As outras assembleias eleitorais realizadas em Misericórdias ocorreram no Sabugal e na Chamusca.

Convém dizer que esta prática, tão arcaica, de utilizar as igrejas e suas dependências não é privilégio de nenhuma região em particular, pois ela verifica-se em todo o país, pelo que não merecerá qualquer relevo especial o facto de nos distritos de Vila Real e de Viseu se terem realizado assembleias em igrejas em seis dos concelhos de cada um daqueles distritos ou em sacristias de igrejas matrizes de quatro concelhos do Distrito de Castelo Branco ou nas Misericórdias de quatro concelhos do Distrito de Beja. Mais interessante é a gestão do espaço disponível pelas comunidades locais, de acordo com os seus recursos, os seus desígnios e as suas necessidades. Assim, a título de exemplo, e relativamente a Ílhavo, a “Acta da Eleição do Administrador do Concelho do ano de 1839 a 1840”, relativa à sessão de 9 de Dezembro de 1838, diz-nos que a assembleia respectiva ocorreu “**nesta vila de Ílhavo e Igreja Matriz da mesma**, lugar designado para a eleição por Edital convocatório da Câmara Municipal, **afixado nas portas da mesma**”⁵³⁴.

Merecem também referência as assembleias eleitorais do Concelho de Armamar, que reúne, a 8 de Janeiro de 1837 e a 9 de Dezembro de 1838, na belíssima “**igreja da Vila de Armamar**”⁵³⁵, bem como o antigo Concelho de Carrazedo de Montenegro (hoje no Concelho de Valpaços), cujas assembleias eleitorais foram realizadas, a 1 de Janeiro de 1837 e a 9 de Dezembro de 1838, na monumental e eruditíssima “**paroquial Igreja da Vila de Carrazedo de Monte Negro**, [onde] se fez a eleição do Administrador do Concelho”⁵³⁶. Merece também reparo o caso do antigo concelho de Vila Nova de Mil Fontes, que a 24 de Dezembro de 1836 reúne “**em esta Paroquial Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Cercal**, Concelho de Vila Nova de Mil Fontes, lugar designado para a reunião da Assembleia Eleitoral do Concelho”⁵³⁷. Reparo merece também o Concelho de Alverca do Ribatejo que, a 23 de Fevereiro de 1834 (sic), prepara as eleições locais “achando-se reunida **na Paroquial igreja de S. Pedro da Vila de Alverca** a Comissão do recenseamento dos Cidadãos desta Vila que têm direito de votar nas eleições da nova Câmara Municipal”. No entanto, a “Acta da Eleição da Câmara e proposta para Administrador deste Concelho d’Alverca”, realizada a 6 de Janeiro de 1837, será realizada “nesta Vila d’Alverca e Paços

⁵³⁴ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/H.

⁵³⁵ IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/O.

⁵³⁶ IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/N.

⁵³⁷ IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/H. O mesmo lugar – a igreja de Nossa Senhora da Conceição do Cercal – será escolhido para eleições semelhantes, ocorridas a 26-2-1837 e a 30-12-1838.

Também a sessão eleitoral do Concelho de Boticas não terá lugar na sede do Concelho, como se vê da “Cópia da Acta da eleição da Câmara Municipal e Administrador do novo Concelho de Boticas”, a 8-1-1837, realizada “**nesta paroquial Igreja do Salvador de Eiró**, IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/N.

do Concelho dela” e a Acta da eleição semelhante realizada a 31 de Dezembro de 1837, teve lugar “neste Concelho d’Alverca [*do Ribatejo*] e Paços do mesmo”⁵³⁸.

No vastíssimo distrito de Viseu merece reparo o Concelho de Moimenta da Beira, que a 28 de Maio de 1837 reúne “nesta vila de Moimenta da Beira e Casas da Câmara dela” mas a 9 de Dezembro de 1838 reúne “nesta vila de Moimenta da Beira, **no recinto da Igreja do extinto Convento das Religiosas desta Vila**, que para a celebração deste acto fora designado **por não ter suficiente espaço a chamada casa da Municipalidade**”⁵³⁹. Enfim, face ao muito grande ajuntamento de populares, tornou-se, tal como noutros concelhos quatro séculos e meio antes, inadequada a casa da câmara local, pelo que a tão central igreja do Convento local (ou o seu adro), foram a solução adequada para a realização daquelas eleições. Algo de semelhante se passava por esses dias no Sardoal, onde a sessão de 18 de Janeiro de 1836 teve lugar “nesta Vila do Sardoal e **Casas que servem da Câmara pela incapacidade das próprias**”, pelo que as sessões de 23 de Abril de 1837 e de 9 de Dezembro de 1838 já tiveram lugar “nesta Vila do Sardoal e **Paroquial Igreja de S. Tiago e S. Mateus** desta Freguesia”⁵⁴⁰.

Merecem reparo, finalmente, os casos de Coimbra, Faro e Ponta Delgada. Assim, nesta cidade, a eleição “feita pelo círculo da Matriz de S. Sebastião da Cidade de Ponta Delgada”, teve lugar a 9 de Dezembro de 1838, “**sendo na Igreja Matriz Paroquial de S. Sebastião** desta Cidade de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel [onde] **a portas abertas foi reunida a Mesa definitiva** que foi eleita por escrutínio secreto da Mesa Provisória”⁵⁴¹. Quanto a Coimbra, da “Acta da Eleição dos cidadãos que obtiveram maior número de votos

⁵³⁸ IAN/TT – *Ministério do Reino* ; Lug. Cit.; Maço 1992/L. Também o Concelho de S. Tomé de Negrelos (hoje no Concelho de Santo Tirso) a 29-3-1836 reúne “**na Casa designada para as funções da Câmara** deste Concelho de Negrelos” e, a 9-12-1838, reúne “no Concelho de S. Tomé de Negrelos **na igreja paroquial do mesmo nome** e capital do Concelho”: IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/M.

Do mesmo modo, o Concelho da Golegã reúne, a 10-1-1836, “nesta Vila da Golegã e **Casas da Câmara** da mesma”, mas a 9-12-1838, reúne “nesta Vila da Golegã e **Paroquial Igreja de Nossa Senhora da Conceição**”: IAN/TT – *Ministério do*; Lug. Cit.; Maço 1992/M.

Também o Concelho de Valpaços” reúne a 1-1-1837, “nesta Vila de Valpaços e **Igreja Matriz** da mesma”; a 9-12-1838, reúne também “nesta Vila de Valpaços e **Igreja Matriz** da mesma” mas, a 16-12-1838, reúne “nesta Vila de Valpaços e Casas do Município da respectiva Câmara”: IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/N.

Do mesmo modo, o Concelho de Vouzela reúne a 12-2-1837, “nesta vila de Vouzela e **Casas da Câmara** dela, tal como a 8-3-1837 mas, a 9-12-1838, reúne “nesta vila de Vouzela e na **Igreja paroquial dela**”: IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/O.

Também no Concelho da Calheta (Ilha de S. Jorge) as eleições tiveram lugar a 30-12-1835, “**na sala da Câmara** desta vila da Calheta de S. Jorge”, mas a 9-12-1838, acto semelhante teve lugar “nesta Vila da Calheta Ilha de S. Jorge, **sendo na Igreja Matriz de Santa Catarina**”: IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/H.

⁵³⁹ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/O.

⁵⁴⁰ IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/M.

⁵⁴¹ IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/L (Caixa 2).

para Administrador do Concelho de Coimbra” (realizada a 16-12-1838), deduz-se que para a assembleia foi usada a própria Sé Velha, sendo a acta respectiva lavrada “na Casa da Câmara Municipal desta Cidade de Coimbra, constituída a Mesa Eleitoral, **que o tinha sido na Paroquial Igreja da Sé Catedral da mesma**”⁵⁴². Finalmente, cumpre registar que a própria *casa capitular* da Sé de Faro foi requisitada pela Câmara local: com efeito, a sessão do “apuramento dos votos” relativos às eleições autárquicas foi realizada em dia e mês indeterminado do ano de 1838,

“nesta Cidade de Faro e **Casa Capitular do Reverendíssimo Cabido, pedida pela Câmara Municipal para nela se reunir a Mesa** que havia de proceder ao apuramento dos votos das Assembleias parciais que se reuniram neste Concelho”⁵⁴³.

Lugares de realização de assembleias eleitorais inéditos foram, como já vimos, as sacristias das igrejas – anunciando práticas curiosamente muito comuns ao longo de todo o Liberalismo, nomeadamente enquanto lugar de realização dos actos mais diversos afectos e promovidos pelas oitocentistas *Juntas de Paróquia* instituídas pelo Liberalismo. Alguns casos, pela sua singularidade, merecem destaque particular. É o caso do Concelho de Angeja, (hoje no Concelho de Albergaria-a-Velha), que a 6-1-1837 se reúne “nesta vila de Angeja **na Sacristia da Igreja dela**”, mas a 17-5-1840 já se reuniu “nesta vila de Angeja e Casas da Câmara dela”⁵⁴⁴ – mas é também o caso de Castelo Novo⁵⁴⁵, (hoje no Concelho do

⁵⁴² IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/J (Caixa 1).

Anos antes, em 1821, o “Termo de vereação” relativo ao Juramento à realeza de D. João VI em S. Tomé tem também lugar na Sé: “Aos doze dias do mez de Agosto de mil oitocentos e vinte e hum **nesta Cathedral da Ilha de Santo Thome Sendo ahi presentes o Sennado da camara, Clero, Nobreza e Povo** no dia de hontem o Presidente do Sennado deferiu o Juramento dos Santos Evangelhos Sub cargo do qual lhes emcarregou que bem e verdadeiramente Jurasem Guardar obediencia a santa Religião ao Soberano Congresso Nacional ao Senhor Rei D. João Sesto e Sua Augusta Dinastia”. Ver ANTT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 497, Caixa 619.

⁵⁴³ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/J (Caixa 2).

⁵⁴⁴ IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/H.

⁵⁴⁵ IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/I (Caixa 2).

Também o Concelho de Idanha a Nova se reuniu, a 17-1-1836, “**na Casa da Câmara** da dita Vila [da Idanha a Nova]” e a 8-1-1837 “nesta Vila de Idanha Nova e Paços do Concelho dela”. Porém, a 6-1-1839, reuniu-se “nesta Vila de Idanha Nova e **Sacristia da Igreja matriz** da mesma” IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/I (Caixa 2).

Do mesmo modo o Concelho de Vila Franca de Xira reúne a 12-3-1837, “n’esta Vila Franca de Xira e **Casas que actualmente servem para as sessões da câmara** Municipal deste Concelho”, mas a 11-12-1837 reúne “n’esta Vila Franca de Xira e **Sacristia da Freguesia de S. Vicente Mártir**”: IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/L.

O mesmo se passou com o Concelho de Alegrete, reunido a 21-2-1836, “nesta Vila de Alegrete e **Casas da Câmara** dela, mas reunido a 20-6-1837 “nesta Vila de Alegrete **na Sacristia da Igreja Matriz desta Freguesia de S. João Baptista**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* ; Lug. Cit.; Maço 1992/L (Caixa 2).

Do mesmo modo o Concelho de Santo Tirso reuniu-se a 10-1-1836, “**na Sacristia da paroquial Igreja Matriz da freguesia de Santo Tirso**”, mas a 16-12-1838 reuniu-se “**na Sala das Sessões da Câmara Municipal** do Concelho de Santo Tirso”: IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/M.

O recém-baptizado Concelho de Constância (antiga Vila de Punhete), reúne-se a a 9-12-1838, “nesta notável vila de Constância, e **Paços do Concelho**”, mas reunira-se a 5-2-1837, “nesta notável vila de

Fundão), que se reúne a 23 de Fevereiro de 1836 “em esta vila de Castelo Novo Freguesia de Nossa Senhora da Graça, **na Sacristia da Igreja Matriz da mesma**, designada pela Câmara Municipal para nela se fazer a Eleição do Administrador deste Concelho que há-de servir o presente ano”. Como vemos, apesar de este velho Concelho deter de há muito uma das mais belas casas da câmara de Portugal, a Câmara local requisita a sacristia da Matriz local para realizar aquela sessão. Porque seria? Por ruína do edifício camarário? Por estar em obras? Por vontade de laicizar um espaço para-religioso? Não sabemos. Quanto ao Concelho de Alvares (hoje no Concelho de Góis), reúne a 3 de Janeiro de 1836,

“**na Sacristia da Igreja Matriz desta Vila** e Concelho de Alvares”, mas as sessões de 1 de Outubro de 1837 e de 9 de Dezembro de 1838 já têm lugar “em esta Vila de Alvares e **na Igreja Matriz de S. Mateus da mesma vila**”⁵⁴⁶.

Ao lado das sacristias registou-se, ao serviço do Concelho de Ulme (hoje no Concelho da Chamusca), o uso inédito das instalações de uma Irmandade paroquial. Assim, a 10 de Janeiro de 1836, “nesta Vila d’Ulme e **nas Casas do Despacho da Irmandade das Almas erecta na Igreja Matriz da mesma Vila**, se acharam reunidos todos os habitantes da mesma a fim de se proceder à Eleição d’Administrador do Concelho”, instalações voltadas a usar nos anos seguintes em actos eleitorais semelhantes⁵⁴⁷. Enfim, a localização mais estranha que encontrámos foi a recenseada, por estes mesmos anos, em 1835, em Pombal, cuja pombalina casa da câmara, muito arruinada, se encontrava então indisponível para as suas funções originais:

“a Casa da Câmara (...) é de boa architectura e solidez, mas no interior ela se acha inteiramente arruinada – de nada e para nada serve. **A Câmara faz as suas Sessões, em razão disso, na Casa da Tribuna da Capela do Senhor do Candal, aonde nem aquelas nem as outras reuniões que faz nunca podem celebrar-se com decência, respeito e siseudeza – e pelo que pertence às Audiências, eu me vejo na precisão de fazê-la, como faço, nas Casas da minha residência**, aonde, além d’algum incómodo doméstico, todos os actos hoje das mesmas nunca podem ser majestosos e inculcantes, posto eu recorra a quanto me lembre, que pode tornar menos sensível a falta do aparato de uma boa Casa especialmente destinada a esse fim”⁵⁴⁸.

Constância, e **na Sacristia da Matriz Igreja de Nossa Senhora dos Mártires**”: IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/M.

Também o Concelho de Tondela se reuniu a 12-3-1837, “nesta vila de Tondela e **Casas da Câmara**, para se reunir a 9-12-1838, “nesta Vila de Tondela e **Sacristia da Igreja Matriz dela em Assembleia Geral dos votantes do Concelho** para a eleição do Administrador do mesmo”: IAN/TT – *Ministério do Reino*; Lug. Cit.; Maço 1992/O.

⁵⁴⁶ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/J (Caixa 1).

⁵⁴⁷ Sessões realizadas a 12-3-1837 e a 2-12-1838, esta notada na *acta* respectiva como tendo sido feita “nesta Vila de Ulme e **Casa das Almas desta igreja Matriz da mesma**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/M.

⁵⁴⁸ *Ofício* do Juiz de Direito de Pombal ao Ministro dos Negócios do Reino relativo à falta de obras na casa da câmara de Pombal e ao péssimo estado da cadeia respectiva; Pombal, 11-11-1835, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – *Ofícios recebidos das Câmaras Municipais*; Maço 1995 (Caixa 2). Este *Ofício* faz parte de um conjunto muito interessante de documentos relativos ao mesmo assunto, contendo nomeadamente uma *Representação* da Câmara de Pombal ao Ministro da Fazenda, expondo que “o Juiz de Direito d’este Distrito representou à Câmara a necessidade que havia de fazer concertar um edifício do qual faz parte a Cadeia d’esta Vila e que, antes da Invasão Francesa, servia de Casa de Câmara, e isto com o fim de fazer nela as suas

Finalmente, em pleno século XIX ainda se encontraram por duas vezes assembleias concelhias realizadas em locais tão arcaicos como os *adros* das próprias igrejas, que já tínhamos visto serem muito usados na Idade Média pelos concelhos portugueses⁵⁴⁹. Assim, a sessão eleitoral do Concelho de Sul (hoje no Concelho de S. Pedro do Sul) realizada a 9 de Abril de 1837, teve lugar “**neste Adro da Igreja Matriz** desta freguesia de Sul, **estando ali formada a Mesa Eleitoral**”⁵⁵⁰. O mesmo ocorreu na Vila de Mões (hoje no Concelho de Castro Daire), onde a sessão eleitoral de 2 de Fevereiro de 1837 teve lugar “nesta vila de Mões, **no Adro da Paroquial Igreja da mesma vila**, com a Mesa definitiva que tinha sido formada para a eleição da Câmara por comum e geral aprovação”⁵⁵¹.

Merece reparo finalmente a utilização das *Misericórdias* locais e suas dependências para a realização de sessões eleitorais. É o caso de Aljustrel, que reúne a 3 de Janeiro de 1836 e a 12 de Fevereiro de 1837, “nesta Vila de Aljustrel e **Igreja da Santa Casa da Misericórdia**”⁵⁵², sendo esse também o caso do Concelho de Ourique nesses dois mesmos anos⁵⁵³. O Concelho da Messejana (hoje no Concelho de Aljustrel) reúne-se a 17 de Janeiro de 1836, “nesta vila de Messejana e **Casas da Igreja da Santa Casa da Misericórdia**”, e a 23 de Junho de 1837, “n’esta Vila de Messejana, e **Igreja da Santa Casa da Misericórdia, local designado pela Câmara Municipal para a eleição da mesma**”⁵⁵⁴. Também em 1838 idêntica assembleia eleitoral do Sabugal teve lugar na “**Casa do Despacho da Santa Casa**

Audiências e as mais reuniões que a Lei determina” e pedindo os meios precisos para as necessárias obras, orçadas em 400\$000 réis e ainda licença para extrair as madeiras necessárias no Pinhal Real da Marinha Grande”; Pombal, 12-9-1835.

⁵⁴⁹ Os adros das igrejas ainda se usavam nos anos 50 e 60 do Século XX para as eleições dos corpos dirigentes de irmandades e confrarias, pelo menos em aldeias do Distrito da Guarda.

⁵⁵⁰ Porém, a sessão de 9-12-1838 teve lugar “**em esta Igreja Matriz da Freguesia** de Sul”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/O.

⁵⁵¹ Porém, a sessão de 9-12-1838 teve lugar “nesta vila de Moens (Mões) **na sacristia da Igreja Paroquial desta vila**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/O.

⁵⁵² IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/H. Porém, a sessão eleitoral de 9-12-1838 terá lugar “n’esta Vila d’Aljustrel e **Igreja do Espírito Santo**, sendo aí o Presidente da Câmara Municipal”, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/H.

⁵⁵³ “Acta da Eleição para Administrador do Concelho, feita na forma no artigo 52 do Decreto de 16 de Julho de 1835”; a 24-1-1836, “nesta vila de Ourique e **Igreja da Misericórdia** da mesma”, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/H; “Município d’Ourique – Acta da Eleição para Administrador d’este Concelho d’Ourique, feita na forma do Artigo 52 do Decreto de 16 de Julho de 1835”; a 29-1-1837, “n’esta vila d’Ourique e **Igreja da Misericórdia** da mesma, **por se acharem reparando as Casas das Sessões da Câmara** desta mesma”, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/H.

⁵⁵⁴ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/H. Curiosamente, a sessão eleitoral de 8-12-1839, terá lugar “nesta Vila de Messejana e **Casas dos Paços do Concelho**”, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/H.

da **Misericórdia**” daquela Vila⁵⁵⁵ e idêntico espaço seria usado, nas mesmas circunstâncias e para os mesmos efeitos, pelo Concelho da Chamusca⁵⁵⁶.

Chegaram-nos notícias de assembleias reunidas em *casas improvisadas, pedidas ou alugadas*. Foi o caso “da eleição d’Administrador do Concelho” realizada a 18 de Janeiro de 1836, “nesta Vila do Sardoal e **Casas que servem da Câmara pela incapacidade das próprias**”⁵⁵⁷. Por um motivo quase semelhante – “**por não haver Casas de Câmara**” – as sessões eleitorais do Concelho de Ferreira do Alentejo tiveram lugar sucessivamente “na Casa do Despacho da Misericórdia” (6 de Janeiro de 1836), e na “casa da Sacristia da Igreja Matriz desta Vila de Ferreira” (8 de Janeiro de 1837)⁵⁵⁸.

Porém, de acordo com as *actas* sobreviventes, a esmagadora maioria das assembleias eleitorais teve lugar na *casa da câmara* do concelho – fosse qual fosse o nome por que fosse conhecida localmente e designada nos documentos camarários (nomes e designações que adiante discutiremos). Foi o caso das eleições do Concelho de Casteijão (hoje no Concelho da Meda), cuja assembleia teve lugar a 6 de Fevereiro de 1836, “nesta Vila de Casais do Monte” – “e **na parte mais publica da Casa da Câmara** desta Vila e **por não ser Igreja**, aonde se achava reunida a Assembleia Geral dos Chefes de Família”⁵⁵⁹. Com efeito, por todo o país a esmagadora maioria das primeiras assembleias eleitorais do Liberalismo realizou-se na casa do concelho local. Foi o caso de Barcelos, que se reuniu “nos Paços do Concelho desta Vila de Barcelos” ou, mais especificamente, “nesta Vila de Barcelos e **Paços do Concelho dela na casa e Sala das Sessões da Câmara Municipal**”⁵⁶⁰. O mesmo se passou – e só para dar mais um exemplo – no Alentejo, nas eleições do Concelho de Alvito, realizadas a 10 de Janeiro de 1836, “nesta vila de Alvito e **Sala das Vereações da mesma**”. O mesmo lugar foi usado nas eleições seguintes, realizadas a 26 de Fevereiro de 1837, “n’esta Vila d’Alvito e **Paços do Concelho da mesma**”⁵⁶¹. Também as eleições de

⁵⁵⁵ Sessão a 9-12-1838, “em esta vila do Sabugal e **Casa do Despacho da Santa Casa da Misericórdia** dela”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/K.

⁵⁵⁶ Sessões a 10-4-1836 e a 9-12-1838, “nesta Vila da Chamusca e **Casas do Despacho da Misericórdia** da mesma”. Porém, a sessão de 8-1-1837 teve lugar “nesta Vila da Chamusca em Casas da Câmara da mesma”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/M.

⁵⁵⁷ Talvez por esse motivo, as sessões eleitorais realizadas no Sardoal a 23-4-1837 e a 9-12-1838 tiveram lugar “nesta Vila do Sardoal e **Paroquial Igreja de S. Tiago e S. Mateus desta Freguesia**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/M.

⁵⁵⁸ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/H.

⁵⁵⁹ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/K.

⁵⁶⁰ Sessões de 12-1-1837 e de 16-12-1838, respectivamente: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/I.

⁵⁶¹ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/H.

Barrancos tiveram lugar, a 28 de Fevereiro de 1836, “em esta Vila de Barrancos e **casas que substituirão [sic] de Paços do Concelho**”⁵⁶².

4.2 - A Casa da Câmara, sede do poder local ao serviço de *todos* os concelhos portugueses

Se a esmagadora maioria de assembleias eleitorais realizadas nos primeiros anos do Liberalismo teve lugar nas casas da câmara, podemos dizer que nos fins da Idade Média a presença destas *casas* era já uma realidade não só muito consistente como estava mesmo em vias de implantação universal no conjunto dos concelhos portugueses.

A recensão dos lugares de realização dos actos camarários que agora se propõe contempla o curto período que vai dos finais do Século XV aos meados do Século XVI, abrangendo portanto os reinados de D. Manuel e de D. João III. Este levantamento mostra bem a existência de uma rede de *casas do concelho* enquanto sedes do poder local na generalidade dos concelhos portugueses, independentemente da variedade de designações usadas para identificar a *casa* onde se reuniam os Juízes, vereadores e demais oficiais camarários e onde se realizava a maioria dos actos concelhios. Com efeito, nesta época, continuam a usar-se designações muito arcaicas para identificar a casa do concelho. É o caso, mesmo nos princípios do Século XVI, do concelho da Sertã que, retomando uma antiga designação, ainda escolheu os seus representantes às Cortes de Lisboa de 1502, a 28 de Julho de 1502, “na vylla da sertam **no paço da rrolaçam** [...] [*sendo*] todos **Juntos em Rolacam em camarra**”⁵⁶³. Mas, repetimos, nesta época as *casas* ou mesmo os *paços* do concelho são já uma realidade em todo o país e como tal são referidos na documentação da época. Lá têm lugar as eleições dos procuradores às Cortes de Lisboa de 1502, como foi o caso do Concelho de Monforte, que se reuniu a 2 de Agosto de 1502, “na vylla de monfforte **dentro no paço do conçelho**”⁵⁶⁴, mas foi também o caso dos concelhos de Montemor-o-

⁵⁶² Também as sessões de 16-1-1837 e de 9-12-1838 se realizarem “em esta Vila de Barrancos, e **casas que substituem de Paços do Concelho**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos; Maço 1992/H.

⁵⁶³ Procuração dada pela vila da Sertã ao(s) procurador(es) da vila de Santarém para a representarem nas Cortes de Lisboa de 1502, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*..., p. 77.

⁵⁶⁴ Procuração dada pela vila de Monforte a Lopo Martins de Aguiar, escudeiro da casa do Duque de Bragança, como seu procurador nas Cortes de Lisboa de 1502, in João José Alves Dias (Org.), *Ibidem.*, p. 51.

Velho⁵⁶⁵, de Montemor-o-Novo⁵⁶⁶ e de Monsaraz⁵⁶⁷. Três décadas depois, o *auto* de “Demarcação de Fronteiras” celebrado em Castro Laboreiro a 26 de Julho de 1538 teve lugar “em a villa de Crasto Leboreiro **na casa do concelho** da dyta villa”⁵⁶⁸. No entanto, face às *casas* ou aos *paços* do Concelho, quando se fala da sede do poder concelhio triunfa a expressão doravante dominante de *casa da câmara* – tema desta *dissertação*.

Como atrás vimos, as referências medievais a casas da câmara são muito raras, sendo mais comuns as referências à “Câmara do Concelho”. Assim, nas actas camarárias da antiga vila de Loulé (onde, aliás, a referência à casa da câmara também é muito rara, preterida quase sempre pela expressão “paço do concelho”) a mais antiga referência registada nas respectivas actas remonta a 23 de Abril de 1468, correspondendo a uma vereação que teve lugar “em Loulle **na camara do Concelho**”⁵⁶⁹.

Porém, com o fim do Século XV as referências às *câmaras* multiplicam-se e no século XVI são largamente dominantes. Assim, a preparação da participação do Concelho do Porto nas Cortes de Lisboa de 1498 teve lugar a 29 de Novembro de 1497, “**na camara da uereacom**”⁵⁷⁰, sucedendo-se nova assembleia sobre o mesmo assunto a 30 de Dezembro de 1497, sempre “**na camara da uereacom** ffazendo vereacom”⁵⁷¹. Por esses dias, a 10 de Janeiro de 1498, idêntica assembleia se realizava em Torre de Moncorvo. Na documentação

⁵⁶⁵ Assembleia reunida em Montemor-o-Velho a 25-7-1502, “em a ujlla de montemoõr ho velho, **no paço do concelho** da dyta vylla”; Procuração dada pela vila de Montemor-o-Velho ao(s) procurador(es) da vila de Santarém para a representarem nas Cortes de Lisboa de 1502, in Id., *Ibidem*.

⁵⁶⁶ Assembleia reunida em Montemor-o-Novo a 6-8-1502, “**dentro no paço do concelho** da dicta villa”; Procuração dada pela vila de Montemor-o-Novo a [ilegível] de vasconcelos, fidalgo, como seu procurador nas Cortes de Lisboa de 1502, in Id., *Ibidem*, p. 59.

⁵⁶⁷ Assembleia reunida em Monsaraz a 5-8-1502, “em a vylla de mansaraz **no paço do concelho**”; Procuração dada pela vila de Monsaraz a Lopo Martins de Aguiar como seu procurador nas Cortes de Lisboa de 1502, in Id., *Ibidem*, p. 57.

⁵⁶⁸ “*Livro do Tonbo das demarcaçoens [sic] dos lugares das Comarcas Tra los Montes...*”, p. 159.

⁵⁶⁹ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 204.

⁵⁷⁰ In João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., pp.s 25, 26. Foi então que “**na camara da uereacom** <forom> Juntos estes cidadaaos e pessoas abaixo nomeados pera o que se segue [...] ; E ssendo asy **Juntos em a dicta camara**. Ss. Os quaees fforom chamados per pregom, ffoy haberta huuma carta D el Rey nosso Senhor e lida per mjm estpriuom em voz alta que todos bem ouujrom per a quall sua alteza manda que se enleJam dous homes boons E discretos e de boas concienças pera irem aas cortes que se ora ham de fazer em a çidade d evora”.

⁵⁷¹ In João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., p. 28. No documento escreve-se “1498”. Note-se, porém, que esta data corresponde a 1497, pois “na época, a contagem do novo ano começava a 25 de Dezembro”, *Ibidem*., p. 28.

Sempre sobre o mesmo assunto sucedem-se novas sessões, sempre “**na camara da vereacom** fazemdo vereacom” (como na sessão de 17-1-1498), *Ibidem*, p. 31.

Novamente no Porto, a 9-4-1498, “**seendo na camara da vereacom** os oficiaees E muytos çidadaos e homes boons e povõo vierom a dicta camara vasco carneiro e afomso thome cidaaos [sic] os quaees fforom enviados por procuradores aas cortens que El Rey nosso Sennhor ora çelebrou na cidade de lixbõa”, in “Acta da vereação da Câmara do Porto em que foram registados a chegada dos procuradores enviados às Cortes de Lisboa de 1498 e os documentos por eles trazidos”, Id., *Ibidem*, p. 623.

sobrevivente explicita-se que os membros do Concelho “djzem que **ssenpre teuerom e tem de custume de emllegerem o procurador pera as cortees em ssua camara**”⁵⁷².

O século XV termina com uma importante referência documental à construção de uma casa da câmara. Trata-se justamente da “manuelina” casa da câmara de Trancoso, em construção em 1498 e cujas obras levavam (em dia e mês e indeterminado daquele ano) aquele Concelho a pedir – nos Capítulos Especiais de Trancoso às Cortes de Lisboa de 1498 – a isenção das “terças do dito Concelho que perteçem a vosa alteza”. Com efeito, o Concelho de Trancoso tem então sérios encargos financeiros, “**agora que sse em a dita villa faz huma casa de cadea e outra casa pera camara e asy huum Rologio** que ao menos que tudo pode custar C^{to} L mjl rreaes”⁵⁷³. Nova referência a obras em edifícios camarários vem-nos do Porto, sempre no âmbito da participação deste Concelho nas mesmas Cortes de 1498. Ora, ao contrário do que seria despachado para o Concelho de Trancoso, a 10 de Março de 1498 regista-se a resposta régia afirmativa a certo capítulo da Câmara do Porto: “e no que toca a rrenda da terça prouue nos vos dar e fazer merçe niso por dous annos para **despeza da caza da camara que se fazees** [sic]”⁵⁷⁴. Do que se conhece da velha casa da câmara do Porto parece dever deduzir-se que a despesa referida se destinaria não a obras de construção mas antes a importantes obras de reconstrução ou sobretudo de reparação. Porém, à época manuelina – que nos deixou tantas casas da câmara, a pensar na simples aposição do brasão de D. Manuel I nas respectivas fachadas – remonta a extraordinária casa da câmara de Santarém, em obras em 1514, para o financiamento da qual

⁵⁷² “Apresentação das reclamações feitas pelo povo de Torre de Moncorvo contra os seus procuradores” in Id., *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, p. 39.

⁵⁷³ Cortes de Lisboa de 1498, Capítulos Especiais de Trancoso (Cap.º 5.º): “Senhor o Concelho da dita villa de trancosso he mujto proue de Rendas e nom terra mays que atee noue ou dez mjl rreaes E ssenpre sse lhe Recreçem neçesidades per que sse lançam mujtas fyntas **especialmente agora que sse em a dita villa faz huma casa de cadea e outra casa pera camara e asy huum Rologio** que ao menos que tudo pode custar C^{to} L mjl rreaes. Pedem uos Senhor que vosa alteza lhe faça merce das terças do dito Concelho que perteçem a vosa alteza que tudo pode sser em cada huum ano, dous mjl e quinhentos ou atee iij[mil] rreaes pera ajuda de ssoprir estas necesidades e outras que daqui adiante vierem no que uosa alteza lhe fara mujta merçee”; in Id., *Ibidem*, p. 550.

Remontando a 27-4-1492, temos referências a obras concretas na Casa da Câmara do Funchal, quando “em a villa do Funchal **na cassa da camara da dicta villa**” apareceu o “vereador e prouedor das hobras do concelho da dicta villa” e, por outro lado “Fernam Gomez pedreiro morador em a villa de Setuall ora aqui estante”, combinando-se dar “de emprejtada ao dicto Fernam Gomez **que elle rreuoque e aqueffalle – a saber – a casa da camara e o paço dos tabaliaens e telhar e rreuocar e acaffelar a cassa que esta entre elas por telhar**, todas acaffeladas da banda de dentro e asy ha de acaffellar a parede do jogo da pella da dicta cassa da banda de ffora e assj ha de ffazer todolos encanamentos das dictas cassas [...] e assentar sseus canos com sseu peytoryl”; in *Vereações da Câmara Municipal do Funchal*..., p. 321.

⁵⁷⁴ Traslado (de 10-4-1498) em pública forma de Carta régia de 10-3-1498 à cidade do Porto contendo a reformulação de capítulos apresentados nas Cortes de Lisboa de 1498 (Capítulo 5.º dos Capítulos especiais do Porto), in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., p. 499.

se chegou a encarar a venda da velha torre da porta de Mancos daquela antiga vila, como atrás vimos:

“Dom Manuell etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que **por mandarmos fazer a camara da vila de Santarém na praça da dita villa** segundo he ordenado mandamos que se vendesse a torre do Sol a porta de Mancos”⁵⁷⁵

Relativamente à participação dos diversos concelhos nas Cortes de Lisboa de 1502, a (pouca) documentação camarária sobrevivente já é registada como sendo feita nas “câmaras” dos edifícios concelhios locais. É o caso do Concelho de Palmela, reunido a 30 de Julho de 1502, “**em a camara da dicta villa**”, embora a Procuração respectiva ainda seja passada “em a dicta ujlla de palmella **no paço do Concelho**”⁵⁷⁶.

De igual modo, também as inquirições levadas a efeito em 1537 e 1538 no âmbito das “Demarcações de Fronteiras”, realizadas em todas as cidades e vilas raianas portuguesas, tiveram quase sempre como cenário a respectiva *câmara* ou a *casa da câmara* (41 autos foram feitos nas respectivas casas da câmara). Sirva de exemplo a vila de Castro Marim, onde, a 14 de Julho de 1537, começaram as referidas inquirições, “em a villa de Crasto Marym **na camara da veraçam da dyta villa**”. Aí foi mostrada “a provisaoem que levava d’Ell Rey nosso Senhor pera elles derygyda pera saber e ver a demarcaçaoem que esta villa tinha com a vylla de Ayamonte dos regnos de Castella que partyaom pella rybeira de Odyana”. Dois dias depois (a 16-7-1537), “em a villa de Crasto Marym **em a casa da camara da ditta villa**” ainda compareceram duas testemunhas que testemunharam sobre as referidas confrontações⁵⁷⁷.

Enfim, a vereação mais antiga que nos chega dos Açores, realizada a 5 de Janeiro de 1555 na vila da Ribeira Grande, teve lugar “**em a casa da camara desta villa** da Ribeira Grande desta ilha de Sam Migel [*onde*] foram juntos hos oficiais da camara”⁵⁷⁸. As actas quinhentistas sobreviventes relativas aos concelhos dos Açores⁵⁷⁹ ilustram bem o uso da

⁵⁷⁵ Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 11, fol. 8v., publicada por Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico...*, Vol. III, p. 463.

⁵⁷⁶ Procuração dada pela vila de Palmela aos procuradores da cidade de Lisboa para a representarem nas Cortes de Lisboa de 1502, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)...*, pp. 69, 70.

Também a procuração dada pela vila de Almada aos procuradores da cidade de Lisboa para a representar nas Cortes de Lisboa de 1502, foi passada a 13-8-1502, “em a villa d almadaã **na camara da dicta villa** estando hi em vereacam”, in João José Alves Dias (Org.), *Ibidem*, p. 67

⁵⁷⁷ “*Livro das Demarçaoens de Crasto Marim ate Montallvaom ...*”, pp. 19-25.

⁵⁷⁸ António dos Santos Pereira, *Ribeira Grande (S. Miguel – Açores) no Século XVI – Vereações (1555-1578)*, Câmara Municipal da Ribeira Grande, Ribeira Grande, 2006, pág. 81.

⁵⁷⁹ O livro de vereações mais antigo que chegou até nós, proveniente dos Açores, corresponde ao Concelho da Ribeira Grande e foi editado por António dos Santos Pereira, *Ribeira Grande (S. Miguel – Açores) no Século XVI – Vereações (1555-1578)*, Câmara Municipal da Ribeira Grande, Ribeira Grande, 2006. Os livros das vereações de Velas (Ilha de S. Jorge) mais antigos são relativos aos anos de 1559, 1570 e 1571, tendo sobrevivido também os livros relativos aos anos de 1575, 1576, 1578, 1586, 1591, 1593, 1597, 1599 e 1600,

casa da câmara enquanto pólo da vida concelhia nos meados do Século XVI. Assim, relativamente à Ribeira Grande, no “Auto do ajuntamento a campa tangida sobre o procurador que ha-de ir desta ilha a Portugall a requerer a Sua Alteza sobre o caiz da Ponta Delgada”, realizado a 12 de Maio de 1555, diz-se expressamente que

“foram juntos **em a casa da camara desta villa**” e “logo per elles hoficiais foi mandado a Pelo Luis porteiro que fose tanger ho sino e lancar pergões polla villa **que todos viesem a casa da camara** pera com elles consultarem algumas cousas que compriam a bem da repubryca desta villa e ilha”⁵⁸⁰.

Sempre nos Açores, a casa da câmara da vila de Velas (Ilha de S. Jorge) está muito bem documentada enquanto epicentro da vida concelhia local. Assim, a 1 de Janeiro de 1559, procedeu-se ao auto de eleição dos oficiais da Câmara, para o que “forão **juntos à [porta da] casa da camara**”, onde tiveram lugar os procedimentos inerentes e “se abrio a cayxa em que esta ho coffre da emleyção he logo **tyrarão ho dicto coffre he ho poserão na praça sobre huma mesa**”⁵⁸¹. No mesmo dia, mas já “**na casa da camara** [...] foy entregue o sello do concelho” ao competente oficial camarário recém-eleito⁵⁸², assim se repondo a desejável rotina camarária, replicada durante séculos por todos os concelhos do Reino. Assim, para dar apenas mais um exemplo, agora do Séc. XVII, a *acta* mais antiga que nos chegou do Concelho de Cascais, remonta a uma sessão camarária realizada “aos treze dias do mes de nouembro de mil e [seiscentos] e trinta annos **nesta villa de cascaes E casa [da] Camara della** [...]”⁵⁸³. Enfim, quase duzentos anos depois, nesta mesma vila de Cascais, mas agora nas “**Cazas que servem de Camera**”, tinham lugar os primeiros actos inerentes à implantação do Liberalismo, imediatamente após a Revolução Liberal de 1820. Com efeito, a 18 de Setembro de 1820, aí foram lidas a carta de El Rei e outra dos Governadores do Reino, avisando da realização próxima das Cortes e ordenando que se procedesse à eleição de dois Procuradores daquela vila para as mesmas, bem como as instruções que acompanhavam aquelas cartas, relativas àquela eleição. Aproximava-se o fim do Antigo Regime, mas nas “Instruções que acompanhão as Cartas dirigidas as Cameras das Cidades, e

publicados por António dos Santos Pereira (Introdução, Transcrição e Notas), *Vereações de Velas (S. Jorge) (1559-1570-1571)*, Secretaria Regional de Educação e Cultura / Universidade dos Açores, 1984, pp. 13, 14.

⁵⁸⁰ António dos Santos Pereira, *Ribeira Grande...*, pág. 132.

⁵⁸¹ in António dos Santos Pereira, *Vereações de Velas (S. Jorge)*, p. 45.

Outro exemplo de “auto de eleição dos oficiais da Câmara” (realizado a 1-1-1570): “**saymdo da mysa da igreja primsyvall desta vylla**, per Mateus Goncallvez purteyro do comselho foi lansado pregão [...] **que todos hos moradores desta vylla fossem juntos, ha porta da caza do comselho desta dyta vylla**, pera se aver de tyrar ho plyoyro (sic) dos hofficyos da camara segundo costume [...]. He sendo juntos, **se poz huma meza na prasa**”, in António dos Santos Pereira, *Vereações de Velas...*, pp. 147, 148.

⁵⁸² In António dos Santos Pereira, *Vereações de Velas...*, p. 47.

⁵⁸³ Arquivo Histórico Municipal de Cascais: AHMC/ALL-CMC/B/A/Lv. 382 [*Livro de Registos, 1630-1636*]; sessão de 13-11-1630.

Villas dos Reinos de Portugal e Algarve para a convocação das Cortes a fim de serem observadas na conformidade das Reas Ordens” relativas à feitura do “Instrumento do Procuração” a apresentar pelos Procuradores nas Cortes convocadas para Lisboa, para o dia 15 de Novembro, ainda se lia: “§6.º Tambem se lhes entregará hum Instrumento, extrahido do Livro das Notas, concebido na substância seguinte:

‘Saibão todos os que o prezente Instrumento de Procuração virem que no anno do Nascimento, etc., nesta Cidade ou Vila de... **nas Cazas da Camara, onde eu tabelião vim...**’⁵⁸⁴.

4.3 – A emergência das Casas da Câmara, entre a imposição legal e a premência das necessidades e desígnios dos concelhos

A existência da casa da câmara, isto é, de uma *casa* em cujas paredes se abrigassem as vereações – mas também actos de outra natureza, judicial, administrativa, fiscal, etc. – desde muito cedo se torna uma realidade nacional, exigida pelo próprio poder político, que também desde muito cedo parece impor o seu uso enquanto forma de dignificar, caucionar e legitimar os diversos actos oficiais aí praticados e, por extensão, o próprio poder real em nome do qual muitos desses actos eram feitos. Com efeito, a documentação medieval traz até nós sinais do recurso muito comum a lugares informais, abertos ou fechados, públicos ou privados, grandes ou pequenos, para a prática dos mais diversos actos judiciais, fiscais ou, como já vimos, concelhios. Para fazer frente a essa situação tão indesejada, que traduzia um abuso e um desleixo incompatíveis com a dignidade que se queria transmitir aos diversos actos oficiais, multiplicam-se os sinais, vindos de cima, no sentido de dignificar esses mesmos actos, fosse qual fosse a sua natureza, mediante a desejada dignidade do espaço onde tivessem lugar. Com efeito, desde cedo encontramos não só a interdição dos lugares informais tradicionalmente usados, como vemos a prescrição do recurso obrigatório a lugares assinalados, fixos e públicos, reservados para a realização dos mais diversos actos oficiais, independentemente da sua natureza.

Assim, relativamente à localização de certos actos fiscais, nas Cortes de Lisboa de 1410, certamente a pedido do Braço do Povo, determina-se “que se assinem **Lugares certos para escrever, e rreceber as Sizas**, sem incommodo, nem dença [*detença?*] dos Lavradores”. Com efeito, devido ao facto desta norma ser tradicionalmente desrespeitada pelos oficiais régios, D. João I tem que invocar então

⁵⁸⁴ Arquivo Histórico Municipal de Cascais: AHMC/ALL-CMC/B/A/001/Lv. 252 [*Livro de Termos e Autos de Vereação, 1817-1821*], Auto de veriação de 18-9-1820; ff. 119v.-f. 123.

“que por Nossa Hordenaçom hee posto que **em Lugar certo, e comvinavel sseja posta tabula** pera os noossos Sizeiros rreceberem, e escreverem as sizas, aa qual tabula vem o Lavradores pera paguarem, e escrepuerem a Siza”⁵⁸⁵.

Do mesmo modo, e agora relativamente a uma competência tradicionalmente tutelada ou afecta aos concelhos, a da realização das *audiências* e a do agenciamento dos espaços respectivos, nas Cortes de Lisboa de 1459, na *Resposta* régia a certos *Capítulos* do Braço do Povo, denunciavam-se superiormente os magistrados que ousavam “**em ssua Caza ou outro Lugar privado, ou ssecreto fazer audjemcia**”, prática que é então interdita e punida muito severamente. Disciplinando esse costume e prevenindo abusos futuros,

“respomde El rrey, e manda a todollos officiaaes que carreguo teem de **fazer audiencias, que as façom nos luguares pubricos, s., nas Cazas d’El rrey, ou nas das cidaades; e Villas homde sse acostumam fazeer, e hee rrazom que se façom**”⁵⁸⁶.

Aparentemente, estas medidas não tiveram resultados, pelo que, 23 anos mais tarde, nas Cortes de 1481-1482, convocadas por D. João II, mereceu séria consideração o “**Capitollo dos que fazem as audiencias em Casas**”. Os Povos queixam-se então ao Rei D. João II de que

“mujtos vossos jullgadores, e Juizes por estado ou por outras cousas bem escusadas **fazem as audiencias em ssuas casas a todos**, homde fazem vjir aas partes contra suas vontades e **deixam fazer lhas nos Luguares pubricos pera ello hordenados homde sempre sse fezerom**, o quall he contra dereito, porque **sentenças dadas, e autos feitos nos ditos Luguares privados nam vallem**, ssalvo fazendo sse a prazimento das partes”.

Para prevenir este abuso, os Povos pedem que

“todollos julgadores de qualquer comdiçam, e qualidade que sejam, **que façam as audiencias de sseus officijos nos Luguares das pubricas [sic], homde ssempre foy de custume de sse fazerem, e nam em ssuas cazas privadas, ou outros Luguares nom acostumbrados**, que parece mall e cousa de desprezo do officio nam husar delle como deue, e sseus officios rrequerem por estado, nam sse guardando o bem comum do pouoo, **ca vossa alteza nam sse menospreca aas vezes hiir aos Luguares pubricos homde fazem vossas rrelaçooens**”.

Pede-se então que quando “os taaes julgadores e juízes” fizerem o contrário, “**que nom valham as sentenças hy dadas, e autos assy ffeitos**”, pedindo-se ainda a destituição para “os taaes julgadores pois sse menosprecam do que pertence a sseus officios [...] e em esto farees merce a vosso pouoo”. Face a este pedido tão explícito

“responde El rrey que ha por bem e manda que **nenuhuuns Juizes nem Corregedores nem outros officiaaes que carreguo de justiça tenham nom façam audiencias alguumas em casa, sse nam nos luguares pubricos, e acostumbrados**, salvo algum que per hordenaçom, e antijguo custume, e estillo do rregno acostumaram de as fazer em ssua casa”⁵⁸⁷.

⁵⁸⁵ Cortes de Lisboa de 1410 – Cap.º 7.º; IAN-TT, *Núcleo Antigo*, 116, f. 563.

⁵⁸⁶ Cortes de Lisboa de 1459 [Cartório da Câmara de Ponte de Lima] – Cap. 12.º; IAN-TT, *Núcleo Antigo*, 117, f. 253.

⁵⁸⁷ Cortes de D. João II, principiadas em Évora a 12-1-1481 e acabadas em Viana de A Par de Alvito, em Abril de 1482: “Capitollo dos que fazem as audiencias em Casas” [Cartas da Câmara de Coimbra]; IAN – TT, *Núcleo Antigo*, 118, f. 104v. - 105v.

O que ressalta deste Capítulo e da respectiva resposta régia é a necessidade de dignificar os mais diversos actos feitos pelos oficiais régios ou seus agentes e, por essa via, dignificar (como já vimos) o próprio poder real, em nome do qual muitos desses actos eram celebrados. Ora, tanto a dignificação do poder (fosse ele qual fosse), como a dignificação dos seus agentes exigia a dignificação do espaço onde os diversos actos tivessem lugar. Enfim, a dignificação dos actos oficiais – que passava pela dignificação dos seus agentes e dos espaços a eles afectos – era a base da sua própria legitimação. Por isso os Povos se batiam pela realização das audiências **“nos Luguares pubricos pera ello hordenados homde sempre sse fazerom”** pois, como vimos, fazer **“as audiencias em ssuas casas”** **“he contra dereito, porque sentenças dadas, e autos feitos nos ditos Luguares privados nam vallem”**. Por outro lado, os Povos, ao pedirem para que os “julgadores” façam as audiências nos lugares públicos **“homde ssempre foy de custume de sse fazerem, e nam em ssuas cazas privadas, ou outros Luguares nom acostumados”** não só invocam uma norma muito antiga, como expressam uma censura frontal aos magistrados em falta nesta matéria, pois **“parece mall e [he] cousa de desprezo do officio nam husar delle como deue”**. E os Povos terminam o seu pedido com um argumento radical, o do próprio exemplo do rei, que **“nam sse menospreca aas vezes hiir aos Luguares pubricos homde fazem vossas rrelaçooens”**. Enfim, a legitimidade dos actos praticados decorre também da sua realização nos sítios competentes, prescritos e legais, pelo que se pede **“que nom valham as sentenças [...] dadas, e autos assy ffeitos”** fora dos lugares públicos assinalados pelas instâncias do poder em presença e consagrados muitas vezes pela tradição.

Este amplo processo de dignificação e legitimação dos autos oficiais mediante o recurso a espaços adequados, igualmente dignos e legitimados coincide com a própria emergência das casas da câmara. Ora, a criação, adaptação e mesmo construção destas inscreve-se, como já vimos, no processo histórico pelo qual os concelhos medievais passam de *abertos* a *fechados*: assim, como nota Amélia Aguiar Andrade, o “aparecimento tardio da casa da vereação” de Ponte de Lima “corresponde à progressiva substituição da assembleia concelhia alargada por órgãos mais restritos, que podiam e até queriam reunir num espaço privado”⁵⁸⁸. Assim, se é do maior interesse a restituição dos sítios de reunião dos homens-bons dos concelhos portugueses (feita no capítulo anterior), é igualmente crucial a determinação do muito importante e muito longo momento histórico em que os concelhos portugueses deixam de reunir em lugares *abertos* e mais ou menos *informais* para passarem

⁵⁸⁸ Amélia Aguiar Andrade, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990, p. 60, Nota.

a reunir-se num espaço *fechado*, especializado e sobretudo especialmente vocacionado para a realização dos actos camarários.

Este momento tão amplo da criação da casa do concelho em cuja *câmara* se reúnam as vereações remonta, como já vimos, à segunda metade do Século XIV e acentua-se ao longo de todo o Século XV. É neste século que “o exercício do poder municipal (se) foi afastando dos muitos actores e das amplas assembleias deliberativas, para se confinar ao espaço fechado de uma câmara e a uma minoria de oficiais e homens bons. A política régia e a conjuntura de Quatrocentos favoreceu inequivocamente essa feição restrita, oligárquica e fechada do poder local”⁵⁸⁹. Ora, esta feição do poder local tem a sua materialização no recurso à casa do concelho, cuja adaptação ou mesmo construção culmina nesse tempo-charneira que vai dos fins do Século XV ao primeiro quartel do Século XVI, isto é, um tempo essencialmente coincidente com o reinado de D. Manuel I, quando a casa da câmara passa a ser (como também já vimos) um equipamento, ou melhor, um edifício ao serviço da generalidade dos Concelhos portugueses⁵⁹⁰.

Já Marcelo Caetano notara que, após a eleição de D. João I, entre os muitos direitos reais, “**são do rei os paços dos concelhos**; as rendas das pescarias; metade dos tesouros achados, etc.”⁵⁹¹. Porém, a existência comprovada de uma “câmara” em cada concelho decorre da própria legislação. Com efeito, deve-se também a D. João I a Lei que impõe “**que as Cartas enviadas pelos Concelhos sejam assinadas na Camara do Concelho**, e nom em outro lugar” – lei dada em Santarém a 11 de Maio de 1431 e posteriormente incorporada nas *Ordenações Afonsinas* (Livro IV, Título XXVIII). Ora, como se lê nas considerações prévias àquela Lei, registava-se por todo o Reino uma prática, que parece ter sido muito comum, segundo a qual

“em alguas Villas, e Lugares dos nossos Regnos, e Senhorio alguns moradores delles **fazem Cartas em nome dos Concelhos das Villas, em que som moradores, e as fazem assinar, andando pelas casas rogando outros que lhas assinem**, e depois as fazem assellar aaquelle, que tem o seello do dito Concelho, **nom seendo taaes Cartas feitas nas Camaras dos ditos Concelhos**, nem com autoridade dos Juizes, e homeens boôs dos ditos Lugares [...]”.

Para fazer frente a esta situação caótica, incómoda e também imprópria da dignidade que se pretende dar aos documentos oficiais, a lei em causa impunha

⁵⁸⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, *Ob. Cit.*, p. 73.

⁵⁹⁰ Note-se, porém, que relativamente a uma vila tão central como Madrid, “apenas “em 1574 se decide levantar um edifício independente que servisse de sede ao Ayuntamiento, embora a sua construção não começasse antes de 1620”, DOCUMADRID, *La Plaza de La Villa*, Ediciones La Librería, Madrid, 2001, p. 14. Anteriormente, e desde a Idade Média, o concelho local servia-se da vizinha igreja de S. Salvador, das suas naves, de capelas e do seu claustro: ver DOCUMADRID, *La Plaza de La Villa*, Ediciones La Librería, Madrid, 2001, pp.s 11, 12.

⁵⁹¹ Marcello Caetano, *História do Direito...*, p. 466.

“que todas as Cartas, que a nós forem enviadas em nome de cada hum Concelho das Cidades, Villas, e Lugares dos nossos Regnos, sejam escriptas dentro na Camara do Concelho de cada huma das ditas Cidades, Villas, e Lugares, e hy se juntem os Vereadores, e Procurador do dito Concelho, e homeens boões, e chamados todos os que forem em acordo de se tal Carta fazer, e enviar, a assinem, e assellem logo hy com o seello desse Concelho”⁵⁹².

Ora, a mesma Lei, num acesso voluntarioso de democracia radical, impõe mesmo, no seu §2, que

“se alguns da dita Cidade, Villa, ou Lugar quizerem fazer outra Carta em contraio daquela, mandamos que se juntem todos, os que o contraio quizerem escrepver, na Camara da dita Cidade, Villa ou Lugar, e hy fação a Carta, e a assinem logo, e seja logo assellada com o seello do Concelho”⁵⁹³.

Finalmente, no seu §5, manda-se publicar a Lei nos termos legais junto dos “Juizes, e Vereadores, e Procurador, e homeens boões em cada huã Cidade, Villa, ou Lugar, e Concelho dos ditos nossos Regnos”, concluindo-se com uma imposição final aos oficiais dos concelhos segundo a qual aquela Lei devia **“seer registada em a Camara de cada huma Cidade, Villa, ou Lugar”**⁵⁹⁴. Ora, a premência destas determinações – que demonstram inequivocamente a existência de uma “câmara” no edifício concelhio – suscita um aditamento suplementar às próprias *Ordenações Afonsinas*, com o “Título” **“Que nom andem assinando per as Casas”**. Legisla-se então

“que quando alguuns do Poboo quizerem escrepver contra outro Poboo, que na Camara da dita Villa se faça per o Escripvaõ della [...], e isso mesmo aos da outra parte, que a quizerem contrariar”⁵⁹⁵.

A emergência da Câmara do Concelho é um fenómeno histórico verdadeiramente transcendente. Bem depressa a *Câmara* passou a ser não só o lugar de encontro e de reunião, mas também o lugar do depósito fiel de todos os bens móveis do Concelho, assim como das escrituras e dos documentos, tanto do concelho como da própria comunidade. Assim, nas Cortes de 1482, mandadas reunir por D. João II, consta um “Capitollo que falla nos enventairos dos horfaaos **estarem nas camaras dos concelhos**”, prescrevendo-se aos

“Escripuaos dos horfaaos” que **“tanto que fezerem os emventairos loguo os levem ás camaras das Cidades e villas e se metam em huuma arca com duas chaves**, huuma tenha o vereador e outra o taballiam o que sse fez por nom se cometer fallsydade e os horfaaos terem seguro o seu, e que agora se nam guarda”⁵⁹⁶.

⁵⁹² *Ordenações Afonsinas*, Livro IV, Título XXIV, §1; pp. 111, 112. Esta Lei já tinha sido referenciada já por Marcello Caetano, *Ob. Cit.*, p. 540. Também Humberto Baquero Moreno faz considerações à mesma, utilizando a versão existente no Arquivo Municipal de Ponte de Lima: ver Humberto Baquero Moreno, “A evolução do Município em Portugal nos séculos XIV e XV”, in *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI...*, p. 40 e, do mesmo autor, “O poder real e as autarquias locais no trânsito da idade Média para a Idade Moderna”, in *Ibidem*, p. 82.

⁵⁹³ *Ordenações Afonsinas*, Livro IV, Título XXIV, §2, p. 112.

⁵⁹⁴ *Ordenações Afonsinas*, Livro IV, Título XXIV, §5 pp. 113, 114.

⁵⁹⁵ *Ordenações Afonsinas*, Livro V, Título suplementar, p. 417.

⁵⁹⁶ Cortes de Évora-Viana a Par de Alvito, de 1482: “Capitollo que falla nos **enventairos dos horfaaos estarem nas camaras dos concelhos**”; IAN – TT, *Núcleo Antigo*, 118, f. 80.

Também nas Cortes de Lisboa de 1498, nos respectivos “Capítulos Gerais do Povo” consta um muito importante “Capitollo **como ham d estar em guarda nas camaras** os priuilegios e Jurdicões dos oficães [sic]”, pois “**em allguumas Camaras das Cidades e villas de nossos Reinos** Os priuilegios e Coussas que a ellas pertemçeem Nam estauam naqueella guarda e Recado que deuiam d estar”. Tomam-se então as providências necessárias para a boa conservação e guarda dos documentos e bens dos concelhos, surgindo mesmo uma determinação importantíssima:

“E Mandamos aos stpriuaões da Camara que Couse allguuma das sobreditas que a dita Camara pertencer Numca as tire ffora della Amte as tenha sempre na dita arquã E **Seemdo Casso que allguma sseJa neçesaria pera sse ver ou trelladar., Soomente a tirara Na cassa da tall Camara** E Acabado ho pera que ffor Neçesario sse torne a arquã em que ha d estar”⁵⁹⁷.

Sendo as câmaras o lugar do debate e da discussão das coisas públicas e de interesse comum, elas são, como vemos, o local de guarda do equipamento, da documentação corrente e mesmo dos próprios livros das *Ordenações*. Com efeito, nas mesmas Cortes de Lisboa de 1498, nos Capítulos Gerais do Povo, prevenindo a desculpa dos Corregedores e Juízes

“de se escusarem de ynorança e ssaberm ho que a sseus ofícios pertemçe”, pede-se que lhes sejam “dados senhos liuros de ordenações [...] **os quaaes liuros estem nas camaras de concelhos**”⁵⁹⁸.

Enfim, verdadeiro coração espacial, funcional e simbólico das casas do concelho, as Câmaras são espaços reservados e de acesso regulamentado. Assim, sempre nas mesmas Cortes de Lisboa de 1498, nos “Capítulos Gerais do Povo”, pedem os Povos “que **os alcaides mores nom entrem nas camaras quando se fizerem as Jlições** e asy quallquer outra pessoa poderossa”, pedido a que o Rei acede, com a imposição de que

“**este Capitollo sse assente Nas ditas Camaras**, Nam tolheemdo esto porem que os ditos Alcaides posam hijr **Requerer aas ditas Camaras** e vereações o que lhes Comprijr E acabado o que ouuerem de Requerer sse ssayam da tal vereaçam E nam esteem hi mais”⁵⁹⁹.

Ora, sendo a câmara do concelho uma realidade doravante universal, pois – para lá de corresponder aos desejos, necessidades e comodidades dos Povos, ela era imposta

⁵⁹⁷ “Rix Capitollo como **ham d estar em guarda nas camaras** os priuilegios e Jurdicões dos oficães [sic]”; Cortes de Lisboa de 1498; Capítulos Gerais do Povo, Versão definitiva (24-3-1498) dos Capítulos Gerais apresentados pelo Povo com as respectivas respostas, Capítulo 16.º, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., pp.s 326, 327.

⁵⁹⁸ Cortes de Lisboa de 1498; Capítulos Gerais do Povo - Apresentação da Segunda parte dos capítulos gerais (justiça) conforme o discurso original dos procuradores dos Concelhos - Capítulo 16.º, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., pp.s 75, 76.

⁵⁹⁹ “Xbj Capitollo **que os alcaides mores nom entrem nas camaras quando se fizerem as Jlições e asy quallquer outra pessoa poderossa**”; Cortes de Lisboa de 1498, Capítulos Gerais do Povo, Versão definitiva (24-3-1498) dos capítulos gerais apresentados pelo Povo com as respectivas respostas, Capítulo 16.º, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., p. 311.

legalmente a *todos* os concelhos do Reino – não admira que a documentação respectiva passe a ser, como também já vimos, registada como sendo feita nas *câmaras* ou, mais comum ainda, nas *casas da câmara* locais. Por isso,

“nesta villa de cascais e cazas do concelho della”, os oficiais do Concelho de Cascais decidiram, a 16 de Setembro de 1634, “fazer este termo de declaracam de como o conde de Monsanto de [*sic*] Senhor desta ditta Villa **fes a emleição dos oficiais que ham de seruir os annos vindouros de seis centos e trinta e sinco e trinta e seis e trinta e sete conforme a ordenação do Reino e por quantto o dito conde senhor da ditta Villa a fes na caza de nossa Senhora do socoro na praça e não a fez na caza do concelho por estar muito velha**”.

A resposta do conde de Monsanto ao reparo dos oficiais do Concelho foi motivo de escândalo, pois “pelo dito conde de Monsanto Senhor da dita villa foi respondido **que a queria fazer na Caza de nossa Senhora do Socoro que esta na praça por a caza do concelho estar muito velha que tudo era o mesmo que não hia niso nada**” – resposta intolerável para o brio cívico dos moradores e dos oficiais do Concelho, ciosos da sua casa da câmara, mesmo que estivesse muito arruinada pois, afinal, “a verdade por que se fez a emleição fora do concelho [é] por **a caza estar de maneira que se não aterue o dito conde a ir a ella de velha, as paredes abertas e os tilhados abertos**”⁶⁰⁰. Séculos depois, num auto de veriação realizado na mesma vila de Cascais, a 1 de Junho de 1833, no momento em que se consumava o fim do Absolutismo,

“requereo o Procurador do Concelho Luís José de Lima, que de hora em diante quando necessario for reunir se esta Camara para exercer as funçoens publicas de seo cargo **o faça nestas Cazas dos Paços do Concelho onde são obrigados a reunir-se na feitura das Posturas** para o que serão avizados os Juizes de Vintena para no dia Quinta feira se achar nestas Casas dos Paços do Concelho para acompanhar o Senado”⁶⁰¹.

Enfim, ornato e padrão maior da identidade e da autonomia administrativa e mesmo política da comunidade, a erecção das casas da câmara era entendida como inerente à própria condição e dignidade de *vila*, de que passava a ser uma componente obrigatória. Assim, referindo-se aos pequenos concelhos de há muito extintos e hoje integrados na Concelho de Fornos de Algodres, um autor local faz notar que:

“Todas as seis vilas, que vieram a constituir o actual concelho de Fornos, tiveram Casa da Câmara, embora humilde. Estes pobres municípios rurais não tinham nem podiam ter palácios municipais luxuosos; **era tudo modesto e simples**, mas os homens eram livres e autónomos; contentavam-se, porque mais não podiam, com uma casa modesta e pequena, às vezes uma única sala entre quatro paredes, mas chegava para o funcionamento da administração, vigilância e exercício da justiça à família municipal.

Como casa colectiva do povo – *domus municipalis* – a *Casa da Câmara*, a que reverentemente se chamava também *Casas do Paço*, e ainda *Paço Público do Concelho* (...), **erguia-se cheia de prestígio e acarinhada pelo amor do povo**, ordinariamente no largo mais amplo e

⁶⁰⁰ Arquivo Histórico Municipal de Cascais – ALL-CMC/B/A/001/ Lv. 382 [*Livro de Registos, 1630-1636*, f. 221] – Auto de veriação de 16-9-1634: “Termo *que* os officaes da Camara mandarão fazer sobre a emleição *que* fes o Conde de Monsanto senhor desta villa”.

⁶⁰¹ Arquivo Histórico Municipal de Cascais – ALL – CMC/B/A/001/Livro 313 [*Livro de Autos e Acórdãos, 1830-1833*] – Auto de veriação de 1-6-1833.

central da povoação, a que se dava o nome de Praça, isto é, o *Fórum*, o lugar dos grandes ajuntamentos populares”⁶⁰².

Muito longe de Fornos de Algodres, em plena Época Pombalina, a criação da Vila Fresca de Azeitão implicou também “**a honra de nella se edificarem as Cazas de Camara, Cadêa, e Pelourinho**”⁶⁰³. Do mesmo modo, praticamente na mesma época, também a criação do concelho de Oeiras em 1760 por D. José – que lhe deu “Foral separado e Termo competente” – suscitou a construção da respectiva casa da câmara, como se vê da “Memória 9.^a – De como se mandaram edificar, na Praça da Vila de Oeiras, as Casas da Câmara, Audiência, Cadeia e Açougue e de tudo se fez doação para sempre às Justiças desta mesma Vila”. Na mesma *Memória* invoca-se o testemunho dos então Condes de Oeiras, por quem foi dito que

“desejavam que **na mesma Vila florescessem a Paz e a Justiça, as quais se não poderiam conseguir sem que houvesse Casas para as Audiências e Cadeias** para coibirem os criminosos, além das outras Oficinas públicas, e necessárias para a comodidade dos habitantes da mesma Vila e seu Termo. E porquanto, sendo a dita Câmara novamente criada e carecendo por isso de todos os meios necessários para fundar os sobreditos edifícios públicos com a prontidão que se faziam necessários, eles ditos Il.^{mos} e Ex.^{mos} Condes, pela boa vontade e amor que tinham aos habitantes da mesma Vila e pelo zelo que cultivavam de concorrer no que possível fosse para a sua utilidade, **havia mandado edificar, à sua custa, na Praça da mesma Vila, as Casas da Câmara, Audiência, Cadeia e Açougue, que nela se acham findas e acabadas**”⁶⁰⁴.

Ora, a construção da casa da câmara de Oeiras em 1760 traz até nós uma prática não só muito enraizada como universal. O poder concelhio pressupunha de há muito a existência de uma sede para o exercício do seu próprio poder, sede essa que simultaneamente materializasse e consagrasse a própria autonomia local. Mas a construção da câmara de Oeiras implicava, ou melhor, retomava uma espécie de *ideologia* muito antiga que tinha na dignificação do espaço a condição prévia à dignificação dos actos públicos aí realizados, fosse qual fosse a sua natureza – uma ideologia, enfim, que procurava nas casas da câmara, na sua própria realidade construtiva e na sua dignidade arquitectónica, o suplemento de dignidade e de nobilitação necessário às várias instâncias do poder do Antigo Regime para

⁶⁰² Monsenhor José Pinheiro Marques, *Terras de Algodres (Concelho de Fornos)*, Reimpressão da 1.^a Edição (1938), Câmara Municipal de Fornos de Algodres, Fornos de Algodres, 2001, pp. 70, 71.

⁶⁰³ *Representação* do Juiz de Fora de Vila Fresca de Azeitão, com diversas considerações relativas à recente criação do Concelho respectivo e em particular à edificação das casas da câmara, cadeia e pelourinho do Concelho, sua localização financiamento e projectista, Vila Fresca de Azeitão, de 22-10-1759, in IAN-TT – Ministério do Reino – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 367. Este documento voltará a ser referido no capítulo relativo à “localização” das velhas casas da câmara; (Apêndice Doc.: Documento n.º 4).

⁶⁰⁴ “Memória 9.^a – **De como se mandaram edificar, na Praça da Vila de Oeiras, as Casas da Câmara, Audiência, Cadeia e Açougue** e de tudo se fez doação para sempre às Justiças desta mesma Vila – Por Escritura pública de 2 de Outubro de 1760”, in *Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras...*, Vol. II, pp.s 245, 247 (Este documento, já publicado, integra excepcionalmente o Apêndice Doc.: Documento n.º 5). Episódio maior do urbanismo pombalino é proporcionado pela criação de Vila Real de Santo António: ver José Eduardo C. Horta Correia, *Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2.^a Edição, Porto, 1997.

aí convocadas, fossem elas o poder local, o poder senhorial (como tão expressivamente se vê no caso do recém-criado concelho de Oeiras) ou, enfim, o próprio poder real. Únicos espaços laicos e colectivos disponíveis, as velhas casas da câmara portuguesas, que remontavam quantas vezes à Época Manuelina (se não a períodos anteriores), sendo, como eram, espaços dignificados e “honestos”, ainda serviam nos momentos derradeiros do Absolutismo. Assim, numa conjuntura política revolvida, ainda seria na casa da câmara do antigo Concelho de Cardigos (hoje no Concelho de Mação) que teria lugar o “Juramento e Aclamação da Carta Constitucional”, auto realizado a 29 de Março de 1821,

“em esta vila de Cardigos **nas Casas da Camara da mesma** aonde estavam os Juizes e vereadores e Procurador do Concelho e bem assim o cura desta freguesia **por não haver outra alguma** [onde] prestamos o juramento dos Santos Evangelhos”⁶⁰⁵.

Como se imagina muito facilmente, o uso das casas da câmara fora muito intenso e constante ao longo dos tempos, ao sabor da passagem das estações, do ciclo dos anos, das conjunturas e dos mais diversos sucessos locais e nacionais. Quebrando a rotina do seu uso continuado, previsível e monótono, apenas motivos de força maior dispensavam o uso da casa da câmara local. Tal era o caso dos acidentes naturais, em particular os terramotos, como o de 1755, que destruiu as casas da câmara de uma zona que vai da antiga vila da Pederneira (hoje no Concelho da Nazaré) a Albufeira. Nesta vasta zona do Centro e do Sudoeste de Portugal, várias foram as casas da câmara destruídas. Os edifícios camarários re-construídos na Época Pombalina e Pós-Pombalina ilustram bem o tamanho da catástrofe, de que são um índice muito seguro, particularmente bem ilustrado justamente nos casos da Pederneira, de Cascais, de Lisboa, de Almada, de Setúbal ou de Grândola, localidades que se viram forçadas a erigir notabilíssimas casas da câmara na Época Pombalina ou Pós-Pombalina. Já na Época Liberal, o Terramoto de 15 de Junho de 1841, que arrasou a Vila da Praia (hoje Praia da Vitória), na Ilha Terceira, suscitou a urgência em “reconstruir a máquina governativa n’aquelas arruinadas povoações” e também a realização de assembleias camarárias em casas improvisadas. Foi o caso da primeira vereação depois do Terramoto, a 19 de Junho, que teve lugar “sendo na Rua do Cruzeiro aonde por extraordinárias circunstâncias, em casa para isso destinada se congregaram os Vereadores e seus Conselheiros”. Nessa Sessão se decidiu também que “se continuasse no expediente da

⁶⁰⁵ P.^e Henrique da Silva Louro, *Cardigos, Subsídios para a sua História*, Composto e impresso na Gráfica Maiadouro – Vila da Maia (Porto), Agosto de 1982, pp. 136, 137.

Administração pública, como d’antes, e n’este local, **em razão de se achar arruinada a Sala das Sessões**”⁶⁰⁶.

4.4 – A fortuna da palavra *câmara*: de designação de uma divisão da casa do concelho ao nome da instituição concelhia

A construção, a adaptação ou, pelo menos, o simples recurso a uma *casa* onde os Homens-Bons do concelho se pudessem reunir constitui um episódio histórico da maior relevância e das maiores consequências, quer arquitectónicas quer institucionais. Por um lado, a casa em cuja *câmara* passam a ter lugar as reuniões dos oficiais do concelho passa a ter uma presença cada vez mais alargada, ao serviço de *todos* os concelhos portugueses, obedecendo no essencial a uma tipologia arquitectónica comum (que adiante tentaremos restituir e discutir), que alcança todo o território e cuja funcionalidade e eficiência vence o passar dos séculos, pois no essencial chega intacta ao século XX e, em casos muito pontuais, ao próprio 25 de Abril, como também veremos.

Mas a existência de uma casa do concelho em cuja *câmara* os Homens-Bons se reunissem vai ela própria ter um significado do maior alcance ao nível da organização do Poder Local português e da própria história da instituição concelhia. Com efeito, a relevância das reuniões, dos ajuntamentos e sobretudo das *decisões* tomadas na *câmara* – de uma legitimidade sempre incontestada – fazem com que tanto o *corpo colectivo* aí reunido como as próprias *reuniões* aí feitas ganhem a pouco e pouco o nome da própria sala – *câmara* – onde aquelas reuniões tinham lugar. Ora, num processo semântico do maior alcance, o nome dessa sala reservada, a “*câmara*”, muito cedo atingiu, contaminou e

⁶⁰⁶ *Ofício* do Administrador Geral de Angra do Heroísmo ao Ministro do Reino, relativo ao terramoto do passado dia 15 e aos seus estragos, descrevendo as suas impressões decorrentes da visita à Vila da Praia, às primeiras medidas tomadas (remoção dos presos e dos doentes para Angra do Heroísmo) e apresentando um plano de “prontos socorros” para acudir às necessidades mais urgentes, fornecimento de materiais, policiamento, plano para “reconstruir a máquina governativa n’aquelas arruinadas povoações” e a necessidade de “invocar o auxílio do Governo e de todo o Povo Português”; Angra do Heroísmo, 20-6-1841, in IAN-TT, *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos dos Governos Cívicos e Administrações Gerais [1835-1843], Maço 2013. Este Ofício vem acompanhado de um conjunto muito rico de documentos relativos ao Terramoto da Vila da Praia, de 15 de Junho de 1841, contendo nomeadamente os seguintes documentos: - *Ofício* do Administrador Geral de Angra do Heroísmo ao Ministro do Reino, de 20-6-1841, remetendo cópia “do auto que ontem lavrou, nas ruínas da Vila da Praia, a Câmara Municipal da mesma Vila, reunida com algumas autoridades e outros Cidadãos” pedindo o apoio e os socorros possíveis; Angra do Heroísmo, 20-6-1841. Contém ainda a *Cópia do Auto de Vereação* da Câmara da Vila da Praia, de 19-6-1841, “sendo na Rua do Cruzeiro aonde por extraordinárias circunstâncias, em casa para isso destinada se congregaram os Vereadores e seus Conselheiros”, em que se decidiu “se continuasse no expediente da Administração pública, como d’antes, e n’este local, em razão de se achar arruinada a Sala das Sessões”; Vila da Praia, 19-6-1841.

impregnou o próprio nome da instituição concelhia, que passará a ser conhecida e designada simplesmente por *Câmara*, *Câmara do Concelho* ou, sobretudo a partir de meados do Século XIX, por *Câmara Municipal*.

Quanto à sede da instituição concelhia, ela será simples mas muito galhardamente a *casa da câmara*. Adiante estudaremos e tentaremos restituir a definição, a localização e o significado arquitectónico da *câmara* da casa do concelho, enquanto sua componente essencial – à semelhança da *câmara* das casas privadas dos moradores abastados ou das dos paços da nobreza das Épocas Medieval e Moderna. Para já, baste apenas considerar que a casa do concelho abrigava, sob um mesmo telhado comum, várias dependências autónomas espacial e funcionalmente, todas elas essenciais ao bom e eficiente desempenho das muito diversificadas funções concelhias. A sua divisão interior dominante, pelo menos institucionalmente, era sempre, porém, uma *câmara* – a câmara das vereações.

A emergência das casas da câmara portuguesas (tal como a de idênticas casas tanto dos concelhos peninsulares como dos demais países europeus) coincide, como já vimos, com o momento histórico em que os concelhos passam de *abertos* a *fechados*, isto é, deixam de reunir ao ar livre e em espaços mais ou menos improvisados para se remeterem ao abrigo de um espaço funcionalmente especializado, reservado e afecto apenas à realização dos actos oficiais, nomeadamente às vereações. Este momento inicia-se muito cedo e já se intuía no *Regimento dos Corregedores*, de 1332, resultante das reclamações apresentadas pelos Povos nas Cortes de 1331 e refeito em 1340. Aí se dispunha que o Corregedor colocasse nas vilas e nos julgados

“çinco ou sex homeens bõos ou mais se uir que o logar tal he que o merece, pera regimento das dictas vilas ou julgados, e que estes huumas uez na domãa, conuem a ssaber ao domingo seiam em seu conselho de la manhã ata a terça ao meos **e que se aparte a huum logar pera averem de falar ou de concordar em todas aquelas cousas que forem prol e o bõo uereamento da dicta uila ou iulgado**. E assy como for acordado per todos ou per a mayor parte deles que asy o façam meter em obra”⁶⁰⁷.

Ora, o recurso a um espaço circunscrito, recolhido, fechado e social e institucionalmente reservado para a realização dos actos camarários coincide, por sua vez, com a criação, actualização e consolidação do quadro dos juízes, vereadores e demais oficiais dos concelhos portugueses e suas múltiplas funções (matéria a seu tempo devidamente compilada e codificada nas *Ordenações do Reino*). Como facilmente se deduz, “a elitização da governança, passando das assembleias de vizinhos às reuniões «apartadas» e seleccionadas dos auto-denominados *melhores* da terra, decorreu em paralelo com alguma

⁶⁰⁷ Citado em Humberto Baquero Moreno, “A evolução do Município em Portugal nos séculos XIV e XV”, in *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI...*, p. 36.

especialização de cargos e funções”⁶⁰⁸. Segundo Manuel Pedro Serra, o autor que vimos citando, “juizes, vereadores, procurador e um número reduzido de homens-bons reuniam então idealmente duas vezes por semana «em local apartado», de reservadíssimo direito de admissão, e sob o ouvido indiscreto e a pena obediente do escrivão da câmara”⁶⁰⁹. É neste contexto que, como já notara Marcelo Caetano,

“a administração municipal vai cada vez mais pertencendo apenas ao grupo formado pelos juizes e vereadores, os quais reúnem, não já nos adros das igrejas ou dentro destas ou nas praças públicas, sob telheiros, mas sim numa sala, ou *câmara*, da casa para tal efeito destinada. **Estas reuniões dentro de casa irão originar a designação de ‘câmara’ dada à vereação com o seu presidente**”⁶¹⁰.

Ora, desde muito cedo encontramos a palavra *câmara* no seu sentido de *instituição concelhia* ou mesmo de *concelho*, pelo que foi muito cedo que a instituição *Câmara do Concelho* ganhou e absorveu o nome da *divisão*, da *câmara* da casa onde se reunia a vereação. No entanto, a vastíssima amplitude semântica da palavra *câmara* não é isenta de ambiguidades no uso e na interpretação do verdadeiro sentido da palavra. A partir de alguns exemplos históricos da utilização da palavra procuraremos sinalizar os seus dois significados extremos de *parte ou divisão* da casa do concelho e, por outro lado, de *instituição concelhia* ou *Câmara “Municipal”*.

O *primeiro sentido*, de *simples embora importante divisão da casa do concelho* regista-se abundantemente na documentação relacionada com as participações dos concelhos nas Cortes. Começando por Lisboa, verificamos que a participação da cidade nas Cortes de Santarém de 1383 se prepara, como já vimos, “Stando Juntos en nosso Conçelho **na Camara do dicto concelho**”⁶¹¹, isto é, na *sala reservada* que o Concelho de Lisboa detinha, sentido reforçado quando se acrescenta que a procuração respectiva foi “ffecta na dicta Çide [*sic*] no Paaço do Conçelho **dentro na dicta camãra**”⁶¹². O mesmo sentido sobrevivia nos meados do Século XV, como se vê na resposta régia das Cortes de Lisboa de 1446 ao capítulo especial de Tavira, onde se determinava “que **na camara do comçelho em vereaçom nom estivesem senam os vereadores e procuradores do pouo meudo e dos mesteres** que sam dous homeens e tres uereadores he huum procurador e sam seis”⁶¹³. Dez anos depois, nos Capítulos do Concelho de Elvas às Cortes de Lisboa de 1456 lê-se que na “**camara do conçelho da dicta villa** se fallam as cousas da homrra della, **aa quall camara**

⁶⁰⁸ Manuel Pedro Serra, “Introdução” às *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 9.

⁶⁰⁹ Manuel Pedro Serra, *Ibidem*, p. 11.

⁶¹⁰ Marcelo Caetano, *História do Direito Português...*, p. 324.

⁶¹¹ A. H. de Oliveira Marques, *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 167.

⁶¹² Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 172.

⁶¹³ Citado em Humberto Baquero Moreno, *Ob. Cit.*, p. 42.

nom deum hir saluo os offiçiaaes e alguuns çertos deputados aa proll do comuum”⁶¹⁴.

Nos fins do século XV a palavra *câmara* mantinha o mesmo sentido: Assim, o Concelho do Porto inicia, como já vimos, a preparação da sua participação às Cortes de Lisboa de 1498 “**na camara da uereacom**”⁶¹⁵. Em pleno século XVI, em 1537, é “**na camara da vereçam da dyta villa**” de Castro Marim que terá lugar o início das inquirições relativas ao processo de Demarcação de Fronteiras, seguidas de uma última sessão “em a villa de Crasto Marym em a casa da camara da ditta villa”⁶¹⁶.

Porém, o sentido de *Câmara* enquanto *conjunto da vereação* ou mesmo enquanto *instituição concelhia* já se assinala na Lei de D. João I de 1431, atrás assinalada, quando se determinava nomeadamente que ela devia “**seer registada em a Camara** de cada huma Cidade, Villa, ou Lugar”⁶¹⁷. Este sentido novo de *câmara*, enquanto instituição concelhia, está já plenamente consolidado quando o Rei D. Manuel inicia o seu reinado. Assim, preparando a participação do Concelho de Lisboa às Cortes de 1498, o Rei pede que seja discutida certa “Consulta régia” onde determinava expressamente: “quisemos que **ouvesseis aserca dello pratica em Camera**”⁶¹⁸. Também na *Convocatória* do Concelho de Évora para as mesmas Cortes de Lisboa de 1498 o Rei impunha aos Juízes, Vereadores e demais oficiais deste Concelho: “E porem vos emcomendamos E mamdamos **que vos em camara** emleJãees e ordenees pera Jso vossos precuradores como se custuma fazer”⁶¹⁹.

Nessas mesmas Cortes de 1498, nos Capítulos Gerais do Povo, no Capítulo 49, “**como ham d estar em guarda nas camaras** os priujlegios e Jurdições dos ofiçães”, a palavra “câmaras” já não designa as salas nem sequer as casas dos concelhos, mas a própria instituição concelhia. Com efeito, responsabiliza-se esta pela tutela, guarda e conservação dos documentos do concelho. Esta interpretação é reforçada pelo que se lê logo no primeiro *Item* do mesmo Capítulo:

“Jteem Outrossy A nos ffoy dito que **em allguumas Camaras das Cidades e villas de nossos Reinos** Os priuilegios e Coussas que a ellas pertemçeem Nam estauam naqueella guarda e Recado que deuiam d estar”. Esta situação suscitou a resposta do Rei, que impõe, entre outras coisas, aos “ofiçiaes que agora foreem das ditas Çidades e villas de nosos Reinos mandeem **fazer nas Camaras das ditas Çidades e vilas huum** Cofre forte e boom de tres ffechaduras”.

⁶¹⁴ Humberto Baquero Moreno, *Ibidem*, p. 41.

⁶¹⁵ In João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., pp.s 25, 26.

⁶¹⁶ “*Livro das Demarçaçãoens de Crasto Marim ate Montallvaom ...*”, pp. 19-25.

⁶¹⁷ *Ordenações Afonsinas*, Livro IV, Título XXIV, §5, pp. 113, 114.

⁶¹⁸ Consulta régia de 25-2-1498 à Câmara de Lisboa sobre os agravos apresentados pela Nobreza em Cortes, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., p. 45.

⁶¹⁹ Carta régia ao concelho de Évora de 7-11-1497, convocando Cortes para essa cidade a 20 de Janeiro de 1498, in Id., *Ibidem*, p. 19.

Neste mesmo documento a assimilação do sentido da palavra *câmara* pelo de *instituição concelhia* culmina na referência ao próprio “**stpriuam da Câmara**”, que partilhará com os demais oficiais concelhios a responsabilidade pela guarda dos documentos, naturalmente “na cassa da tall Câmara”⁶²⁰. Como se vê, na mesma página do mesmo documento temos a palavra usada nos seus dois sentidos: no seu sentido primitivo e meramente espacial, físico e construtivo de *divisão* da casa do concelho, mas também no seu sentido já plenamente *institucional*, bem explícito na expressão “*escrivão da Câmara*”. Porém, a amplitude semântica da própria expressão *casa da câmara* também é imensa, pois a mesma expressão tanto contém o significado espacial e físico como alcança o seu significado institucional. Com efeito, na expressão “casa da câmara”, a *casa* tanto é o edifício (propriedade do concelho) que serve de sede e abrigo da própria entidade concelhia, como é sinónimo da própria instituição concelhia.

Importa pois conhecer, sempre na perspectiva da História da Arquitectura, as prementíssimas questões suscitadas pelo estudo das casas da câmara portuguesas na época considerada no presente estudo. Antes, porém, cumpre conhecer, ainda que abreviadamente, as diversas formas e modalidades de *arquitectura concelhia* nas Épocas Medieval e Moderna – formas e modalidades essas muito variadas e ricas, que enquadram e que ajudam a compreender melhor as velhas casas da câmara portuguesas na sua complexidade, na sua plenitude e sobretudo na sua singularidade.

⁶²⁰ Cortes de Lisboa de 1498, Capítulos Gerais do Povo, Versão definitiva (24-3-1498) dos capítulos gerais apresentados pelo Povo com as respectivas respostas, Capítulo 16.º in João José Alves Dias (Org.), *Ibidem*, pp.s 326, 327.

5 – As casas da câmara, componente central da *arquitectura concelhia* portuguesa

A elevação do lugar de Oeiras à condição de Vila, em 1760, suscitou e exigiu a edificação de uma série de edifícios e equipamentos concelhios, dos quais os principais estão referidos na “Memória” já atrás referida: “De como se mandaram edificar, na Praça da Vila de Oeiras, as Casas da Câmara, Audiência, Cadeia e Açougue”⁶²¹. Como já sabemos, a existência de casa da câmara, de audiência e de cadeia (espaços normalmente abrigados sob um telhado comum, na própria casa da câmara, de acordo com uma tipologia muito antiga e muito enraizada que adiante reconstituiremos) era o sinal material – e monumental! – da existência de uma vila, ou melhor, de um *concelho*, pois casa da câmara, audiência e cadeia tanto existiam nas vilas como nas cidades do Portugal do Antigo Regime. Ora, aqueles espaços funcionais foram então edificados em Oeiras para “que na mesma Vila florescessem a paz e a Justiça, as quais se não poderiam conseguir sem que houvesse Casas para as Audiências e Cadeias para coibirem os criminosos”. Porém, “**a comodidade dos habitantes** da mesma Vila e seu Termo” necessitava de “**outras Oficinas públicas**”, que havia que adaptar ou construir de novo. Era o caso dos açougues, também edificados então, como se vê do simples título da *Memória* acima referida. Mas era também o caso de vários outros “**edifícios públicos**”, não referidos na *Memória*, mas que, apesar da sua menor importância relativa e da sua muito menor visibilidade material e institucional, eram igualmente indispensáveis para a tão desejável “comodidade dos habitantes” da nova vila.

A existência deste conjunto de edifícios e de equipamentos estava longe de ser uma peculiaridade, um capricho mecenático ou um luxo urbano à altura dos tão poderosos senhores da recém-criada vila de Oeiras.

Com efeito, num contexto geográfico e urbano em tudo diferente, a praticamente coetânea fundação da “Cidade de Oeyras, Capitannia de S. José de Piahy do Piahy” suscitou, cerca de 1774, a elevação de um *Pelourinho*, erguido na Praça e a construção de “**huma morada de Cazas que são Paços do Conselho desta Cidade, caza de Camera vereações e Audiências e são proprias do Senado**”, sinalizando-se ainda, na toponímia local, uma “Rua da Cadeya velha”, uma “Rua da Cadeia nova”, a par das “**Cazas da**

621. *Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras...*, Vol. II, pp.s 245, 247.

Cadeya da Cidade” e de “**huma morada de Cazas pertencentes a dita Cadea mas separada della na qual mora o Carssereiro** Fellipe Pereyra da Sylva cazado, famillia dous filhos e **huma filha**”⁶²² No mesmo contexto geográfico, e sempre a muitos milhares de léguas do Reino, em certa “Planta da Villa do Itapicurú” – da Capitania do Maranhão, datável de c. de 1755 – consta a representação gráfica da “**ponte, Igreja, Caza da Camera e Coral**”⁶²³ **do Concelho**”⁶²⁴. Quase nos antípodas da paisagem física e humana do Reino, numa “Discripção da Capitania de Mosanbique, e suas povoaçoens, e producçoins, pertencentes á Coroa de Portugal” refere-se explicitamente que

“**tem Monsanbique hum bom edefiço de huma nobre caza de Camara**, não só para todas as decentes **funções do Senado**, mas tão bem para as **audiências do Juízo Ordenario**, com boa Sala Livre, Sala fechada, Archivo para os Livros competentes, **Rezidência para O carcereiro Cadeas fortissimas**, por baixo **Armazeins para seleiro publico de mantimentos** que se instituiu pela Camara no anno de 1785 e no sucesivo de 1786, se abuliu pelo actual Governador e Capitão General António Manoel de Mello e Castro. Ao zelo de Dezembargador Antonio Jose Moraes Durão falescido este anno de 1788, deve a **edeficação da prezente Caza deste Senado** por ver quando chegou a esta Capital a antiga tão impropria pela sua incapacidade, sem prizoins tão necesarias para semelhante Paiz que sem perda de tempo **fez construir este grandioso edeficio**, adquerindo com o seu trabalho o percizo para tão avultada despesa, **o qual se acha estabelecido com todo o aseio e descença e as comodidades perçizas**”⁶²⁵.

A preocupação com obras concelhias não era nova. Com efeito, cerca de duzentos e cinquenta anos, em 1533, o rei D. João III em carta ao “Honrrado Mestre e Primo” encomendava-lhe “**estas obras [que] me pareceo bem se fazerem em a villa de Setubal quando agora Lá estive**, como comvosco pratiquei, e portanto vos encomendo que tenhais lembrança de o mandar assim fazer da Impozição que hé lançada para as obras da Camara que se hy fazem por meu mandado”⁶²⁶. Assim, “**Primeiramente acabar ce há a dita Camara e o Paço do trigo novo para que fique aquelle asento acabado como ha de ser**”

⁶²² “Acento das cazas proprias, e de aluguer, *que* ocupão os moradores da Cidade de Oeyras, Capitannia de S. José de Piauhy”. In IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 601 Caixa 704 – Correspondência da capitania do Maranhão.

⁶²³ Leia-se: “Curral”.

⁶²⁴ “Planta da Villa do Itapicurú”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 601 Caixa 704 – Correspondência da Capitania do Maranhão.

⁶²⁵ IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 604, Caixa 707.

⁶²⁶ *Treslado* de uma Carta de D. João III ao Mestre de Santiago relativo a uma série de obras públicas e respectivos financiamentos a fazer na Vila de Setúbal (conclusão da casa da câmara e paço do trigo novo, adaptação do paço do trigo velho e dos açougues antigos a casas e lojas para rendimento da Câmara; feitura de calçadas, rasgamento de portas novas nas muralhas, alargamento da praça; construção de alpendres; deslocação da fonte da praça, deslocação do curral do concelho, colocação do relógio na torre da Porta Nova, etc., para lá da “torre que parece se deve fazer no Cabo de Outão”; Évora, 18-2-1533, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 987; Caixa 1106. Este *Treslado* integra uma *Representação* da Câmara de Setúbal à Rainha em que agradece a graça de autorizar a reedificação da torre da Igreja de S. Julião com disposição para receber o relógio público da cidade (destruído conjuntamente com a torre pelo Terramoto de 1755 e em que suplica a autorização de demolição de um “calcanhar” que ficara após a demolição da serventia de acesso que o antigo Palácio do Mestre de Santiago, localizado face à igreja, tinha para a mesma.

O rei determinava em seguida que **“as calçadas da villa [deviam] corregerem-se todas** por que estão mui damnificadas; e a Rua direita seja calçada de tijolo” e que **“por de fora da villa** desde a porta nova athe a porta de Santa Maria, **por derredor dos muros se faça huma calçada de boa serventia**, porque de inverno he aquella terra tão atoladiça que nam se pode andar”. Ordenava-se que “no cabo da Rua [...] em sima no topo **se Rompa o muro e se faça huma porta para fora Contra São Sebastião grande e boa**, porque será alli fermoza e proveitoza” e que **“se fação Pontes pello Rocio nas abertas para boa serventia**, por onde vos parecer melhor”. Ordenava-se ainda que **“se alargue a praça mais [...]; para a Praça se tirem as cazas que ali houver**, segundo tudo pratiquei comvosco, e he feito debuxo”. Nas imediações da praça **“se fará alpendre de longo das Cazas de Lourenço Rodrigues athe a traveça para vender nelles”**, pois **“o outro alpendre se fará depois”**. Do mesmo modo, determinava-se que **“a fonte se ha de retraher para que esté a sua ilharga da praça**; e parece que será bem contra a parte das Cazas do concelho e o chafaris para as bestas ahi donde se tira esta mota de Cazas”. Enfim, o rei pedia ainda à Câmara de Setúbal:

“mandareis mudar o curral do Concelho, para a vinha de Bastião Antunes por ficar mais afastada da porta da Villa e da povoação, pello maos cheiros que delle há [...]; **“vereis se pode estar o Rellogio na torre da porta nova**, e com maneira de mostrar tambem as oras porque sera ali muito bom [...] vereis o que pode custar a herdade que está no porto do trigo **tomando ce para Cazas e Rocio, que parece seria bom para enobrecimento da Villa”**.

Determina-lhes enfim, que mandem **“tirar os balcoens que ahinda ouver”**. Em contexto iluminista, na rica e tão central vila de Almada, localizada praticamente em cima do epicentro e do coração do Reino – e como que exorcizando os males e as destruições provocadas pelo Terramoto de 1755 – o operativo Juiz de Fora local faz um balanço exaustivo da situação global do Concelho e em particular das carências sentidas em relação a edifícios para casa da câmara e casa da audiência, cadeia e açougue nuns extraordinários e muito ambiciosos *Estatutos* datados de 26 de Novembro de 1771. Aí se enunciam providências a tomar para a construção e respectivo financiamento destas e de outras obras públicas. O Juiz de Fora começa por “representar o quanto está abandonado o commodo, e o decoro publico desta villa, e termo, e o quanto percisa de varias obras necessárias”, passando

Este “calcanhar”, que prejudicava a Praça pública daquela Vila, devia ser demolido assim como outros edifícios arruinados contíguos ao antigo Palácio do Mestre, permitindo a abertura de uma rua que ligasse a Praça à Ribeira e ainda deixasse espaço para um pequeno cemitério, tudo de acordo com a planta elaborada, a pedido da Câmara, pelo Sargento Mor Engenheiro Manuel Caetano de Sousa, incumbido do reparo de S. Julião; Setúbal, 28-1-1789; [Apêndice Documental; Documento N.º 6].

“a dellatar em groço o estado da terra rellativamente a este objecto, que certamente hê vergonhozo: **acha se esta sem casas de cammara, da audiencia, e da aposentadoria dos Ministros, sem cadea**, pois a que ha hê huma casa alugada, que tem sido repetidas vezes arrombada, [...] as ruas descalçadas em muitas partes e finalmente os caminhos invadiaveis [*sic*] com atoleiros em muitos citios, e outros á borda de precepicios, sem o lugar perciso, donde se tem despinhado passageiros, como hê no caminho de Porto Brandão, e algumas outras partes”.

O Juiz de Fora de Alamada nota ainda

“não se acha a villa, senão com huma fonte retirada a que chamão a fonte da pipa, podendo ter outra no meio da mesma villa, sem se fazere despesa consideravel, por haverem nascentes de agoa muito perto; e por fim **sem açougues, e curral do conselho**, pois os que ha são alugados: o que tudo se pode edificar, e restabeleser sem a minima dispensa da Fazenda Real, pelo meio de hum suave, e imprecetivel tributo ao povo”.

Em vista desta situação, o Juiz de Fora, certamente um influente agente do poder pombalino, determina que

“se fara na praça publica desta villa huma **Cadea** com toda a necessaria segurança repartida em duas sallas livres, huma para homens, outra para mulheres, huma enxovia, e tres ou quatro segredos, e **hum açougue publico**, fazendo se tambem em outro cham na mesma praça **humas casas para a aposentadoria dos Ministros, salla para a cammara, e outra para a da audiencia, curral do conselho, em citio separado da villa, e dois açougues mais nos lugares do termo** donde athe agora se tem vendido as carnes: **cujas obras todas se executarão fielmente pela Planta, que fizer o Ingenheiro, que Sua Magestade for servido nomear**, e no caso de ser perciso comprar algum cham, ou casas para quaesquer destas obras, se observará o disposto no cap. 7 Estatuto 3, §4: praticando se o mesmo **em quaesquer estradas publicas, que for perciso alargarem se**: as quaes se consertarão e tambem as calçadas nos citios, que mais o necessitarem”.

Verdadeiro programa de obras públicas, insiste-se no controlo quase autoritário das mesmas, pois

“o Juiz de Fora será o Inspector dellas, fazendo-as executar com toda a segurança e bem conforme á Planta de cada huma: determinando verbalmente qual se ha de fazer primeiro, e depois as que se hão de hir seguindo; e passarão os ditos officiaes da cammara mandados de entrega aos rematantes *para* cobrarem do cofre o preço da arrematação em quatro quartos; cujas importancias lhes não entregará o dito Ministro á boca do dito cofre, sem darem huma fiança abonada, para assim se evitarem os prejuizos que podem aconteser”⁶²⁷.

Um último exemplo de grandes planos de obras camarárias ao serviço da digna instalação das múltiplas funções tuteladas pelos concelhos, sempre na época pombalina, mas agora em contexto transmontano, é-nos dado pela criação do Concelho de Santa Marta de Penaguião, por Alvará de D. José de 22 de Novembro de 1755, o que suscitou obrigatoriamente as indispensáveis diligências dos responsáveis locais para providenciarem as necessárias instalações para as múltiplas funções a assegurar pelo recém-criado concelho. Assim, se estas, numa primeira fase do novo município, foram asseguradas mediante adaptações de edifícios pré-existentes, alugados e até emprestados, num segundo momento

⁶²⁷ *Estatutos* feitos e apresentados pelo Juiz de Fora de Almada José Manuel da Cruz Mendes, relativo à situação global do Concelho e em particular às carências sentidas quanto a edifícios para casa da câmara e casa da audiência, cadeia, açougue, com providências para a construção e respectivo financiamento destas e de outras obras públicas; Almada, de 26-11-1771; Cap. 7 §1; Estatuto 5. §6 e Estatuto 6 §1, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 367.

implicaram a edificação de raiz de uma série de edifícios e equipamentos. É o que se vê de uma *Representação* da Câmara local, datada já de 1793, em que se pedem certas facilidades e recursos fiscais “para na Villa se edificar huma **Caza para residencia do Juiz de Fora, outra para a do Juiz dos Orfãos, outra para assougue, outra finalmente para Cadeia, Audiência, e Camara**, de que tudo havia, e há urgencia grande”⁶²⁸.

Enfim, a existência de uma *arquitectura concelhia* – adaptada, improvisada mas sobretudo construída de raiz segundo tipologias arquitectónicas muito vincadas e sedimentadas ao serviço das funções a acolher e abrigar nos edifícios respectivos – era sempre não só sinal da promoção de certo lugar a vila, mas sobretudo da própria existência institucional de um concelho – de que aquela arquitectura era como que um sinónimo e um símbolo maior, pois a arquitectura concelhia era a expressão monumentalizada da instituição concelhia⁶²⁹. Como sabemos, todos estes edifícios e equipamentos pertenciam e eram tutelados, construídos e mantidos pelos concelhos portugueses, integrando, como veremos, o tão importante, tão rico e tão esquecido *corpus* da velha arquitectura concelhia portuguesa.

5.1 – Edifícios, espaços e “mobiliário urbano” ao serviço das necessidades dos concelhos portugueses

Como se intui com a maior facilidade e como já atrás se viu, a emergência dos concelhos portugueses e a própria legitimação do seu poder apoiaram-se em muito grande parte nas atribuições que desde sempre estes se auto-impuseram e que assentavam parcialmente na capacidade não só de arbitrar mas essencialmente de resolver problemas

⁶²⁸ *Representação* da Câmara de Santa Marta de Penaguião expondo que, por ser de criação muito recente (Alvará de D. José de 22-11-1755) e não dispondo de residência para os Magistrados, pedira, já há quatro anos, que dos sobejos das Sizas El Rei mandasse *construir naquela Vila uma casa para residência do Juiz de Fora, outra para a do Juiz dos Órfãos, outra para açougue e finalmente outra para Cadeia, Audiência e Câmara*, de que tudo havia e há urgência grande. Não tendo este pedido tido resposta e sendo aqueles sobejos presentemente recolhidos no Erário Régio, expõem novamente a situação e pedem providências superiores; Santa Marta, 11-10-1793, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 986; Caixa 1104. Esta *Representação* tem um *Despacho* à margem, feito na Contadoria Geral da Província de Trás os Montes, feito a 5 de Novembro de 1793, opondo-se à pretensão da Câmara. (Apêndice Documental: Doc.º N.º 7).

⁶²⁹ Note-se que já as cidades romanas detinham uma série de edifícios ao serviço das diversas funções “municipais”. Com efeito, “para lá das basílicas encontravam-se igualmente à volta do Forum um ou vários templos, assim como a *cúria*, sala das assembleias municipais, o *comitium* (sala das reuniões eleitorais), o tesouro público (*aerarium*), um ou vários mercados, bibliotecas, a prisão (*carcer*) e, enfim, latrinas públicas”, Max Le Roy, *Initiation À L’Archéologie Romaine*, Petite Bibliothèque Payot, Paris, 1965, p. 35. Refrindo-se às cidades medievais europeias, o grande historiador Spiro Kostoff considerava que “a reanimação das cidades nos séculos XII e XIII (...) traz consigo uma diversificação de programas (construtivos) e, mais lentamente, dota as funções públicas de uma identidade arquitectónica”, Spiro Kostof – *Historia de la Arquitectura 2...*, 1988, p. 619

práticos de toda a natureza, sentidos pela comunidade de vizinhos. Assim, para lá de responderem às exigências institucionais e simbólicas suscitadas pela sua própria necessidade de representação e de afirmação identitária, competiu desde muito cedo aos concelhos portugueses a resposta às necessidades dos povos, desde a resolução do magno problema das vias de comunicação ao dos abastecimentos, tanto de água como de outros bens de consumo corrente; do tabelamento dos preços à fiscalização económica ou ao controlo dos pesos e medidas e suas aferições periódicas – competências concelhias que iam, enfim, do policiamento urbano à higiene pública. A resposta a estes problemas tão diversificados suscitou a emergência de uma série muito diversificada de *edifícios*, de *espaços* e de “*mobiliário*” urbano – enfim, de um vasto *equipamento* concelhio que foi preciso edificar ou adaptar ao longo dos tempos e que merece recensão. Todos estes espaços e edifícios, na sua infinita variedade quanto a tipologias, formas, tamanhos e materiais construtivos, testemunham não só uma inventividade inesgotável, como uma capacidade de descobrir formas e soluções de uma eficácia a toda a prova para a eficiente resposta às tão relevantes e prementes funções que serviam. A pequenez, a modéstia e o próprio nível rasante de algumas destas estruturas – perfeitamente adequados à modéstia, à singeleza e mesmo ao carácter quase vil de algumas das funções desempenhadas – não nos deve surpreender e não nos deve impedir de as convocar para este balanço dos velhos equipamentos concelhios portugueses. Foi graças à sua funcionalidade quase imperecível que alguns desses equipamentos venceram os séculos e chegaram não só ao fim do Antigo Regime como, em alguns casos, aos nossos dias.

Com efeito, ao lado da *casa da câmara*, todos os concelhos detinham uma série de edifícios e de equipamentos que merecem consideração, apesar de a função de muitos deles há muito ter sido apagada da memória dos moradores e apesar de muitos deles terem sido simplesmente demolidos. Claro que as *casas da câmara* eram sempre o elemento central deste equipamento concelhio tão variado mas facilmente se compreende que o entendimento pleno destas suscita a reconstituição da complexa rede de edifícios e estruturas em uso durante séculos pelos velhos concelhos portugueses. Com efeito, o conjunto tão variado destes equipamentos permite-nos reconstituir a velha paisagem concelhia portuguesa que, tendo nas suas inúmeras casas da câmara a sua inegável *personagem principal*, não deixava de ter nas demais formas de arquitectura concelhia as indispensáveis *personagens secundárias* – umas e outras não só componentes essenciais como componentes indispensáveis para a plena construção, desenvolvimento e inteligibilidade da gloriosa “narrativa” concelhia portuguesa ao longo dos tempos.

O trabalho de campo inerente a esta *dissertação* revelou uma série considerável de construções e estruturas de âmbito camarário, das quais as mais antigas remontam à Idade Média. Por outro lado, a investigação de arquivo traz até nós uma documentação preciosa sobre estes equipamentos que durante séculos estiveram ao serviço dos diversos concelhos por todo o país e que sobrevivem parcialmente, embora estejam quase sempre por recensear e por estudar. Assim, uma primeira via para o seu estudo passa pelo estudo dos tão ricos “Tombos dos Concelhos”, levantamentos exaustivos dos bens dos diversos concelhos, móveis e imóveis – bens que os concelhos tinham obrigatoriamente que inventariar e cujo inventário tinham que actualizar periodicamente. Com efeito, do aforamento de muitos desses bens (constituindo muitas vezes valiosas propriedades tanto rurais como urbanas) provinha parte importante do rendimento dos concelhos. Ora, um simples olhar sobre alguns bens próprios dos concelhos traz até nós uma lista variadíssima de edifícios e estruturas que, em matéria de edifícios e de equipamentos concelhios, constituem autênticas *invariantes*, independentemente da presença, nesta matéria, de algumas especificidades locais.

Estando particularmente bem documentados os bens do Concelho de Évora⁶³⁰, merece particular referência o “Título das Posições do Concelho” desta cidade, relativo à primeira metade do Século XV. O Concelho de Évora detinha então “**tres tendas** que estão na praça”; “**huas casas** que som no muro quebrado em que o concelho tem madeira velha e torgaa e troons”; “**as casas e peso do dito concelho** que som na praça, o qual he arrendado em cada hum ano a quem por ellas mais da”; “**os açougues em que talham a carne** os quaes som arrendados em cada hum ano aos carniceiros [...] mais **o curral e casas que o concelho fez no Resio** em que matam o gaado e metem bestas e gaados que acham nos danos o qual he rendado”⁶³¹. Por sua vez, o *Tombo de 1537* do mesmo Concelho de Évora regista como bens próprios do concelho os *paços do concelho e cadeia* e as suas muito importantes e variadas dependências; *11 boticas*, o *rossio*, situado a sul da cidade (vasto espaço livre que media cerca de 22 ha); as *casas do curral*; o *mato de Montemuro*; a *casa do peso*; a *casa do poço* (onde estava o poço que abastecia o chafariz da praça) e, finalmente, os famosos *açougues* de Évora, de há muito localizados no “antigo templo romano, feito em torre e onde os carniceros da cidade tinham os seus talhos”⁶³². Mais de cem anos de diferença entre os dois tombos mostram apenas uma diferença assinalável, a da deslocação da casa da câmara para a praça “nova” (a actual Praça do Giraldo); o resto dos bens e

⁶³⁰ Para os bens do Concelho de Évora na Idade Média e princípio da Época Moderna, ver “Propriedades do Concelho”, in Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora...*, pp. 285-301.

⁶³¹ Publicado em Gabriel Pereira, *Ob. Cit.*, pp. 111-113.

⁶³² Maria Ângela Rocha Beirante, *Ob. Cit.*, pp. 288-289.

equipamentos do concelho permanecia relativamente invariável na primeira metade do Século XVI – e iria afrontar sem grandes alterações a passagem do tempo durante séculos.

Quanto à cidade de Braga, no *Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*⁶³³, consta o “Título das obras que o dito senhor Arcebispo fez na cidade dos muros adentro” na primeira metade do Século XVI. Retendo-se apenas as obras de incidência concelhia, registe-se que o Arcebispo – que “fez a praça dante a See” e “fez a **camara da cidade**”⁶³⁴ – fez também “os **açougues da carne** e seus alpendres”⁶³⁵, “mandou fazer [...] huns **asougues pera pescado**”⁶³⁶ e mandou fazer sumptuosas estruturas de alojamento e abrigo para os almocreves, suas mercadorias e suas cavalgaduras, tanto à Porta do Souto como à Porta de Sousa. Enfim, o tão operativo Arcebispo ainda “mandou fazer a dita porta do Souto hum **pellourinho** assaz bom de pedraria que agora ahi estaa”⁶³⁷ e “mandou fazer a **forqua** no monte”⁶³⁸.

Séculos depois, em 1798, nas vésperas do fim do Antigo Regime – mas nas sequelas do Terramoto de 1755 – a vereação de Peniche preocupava-se com os financiamentos inerentes às

“obras publicas que exigirão a comodidade e decoro desta villa, tão percizas como a contra-scarpa do Rio deste porto, As fontes Nova, e do Rozario, A apozentadoria dos Menistros da Comarca, a Torre do Relogio da Villa, O açougue publico, A conservação e construção das calçadas, e outras muitas tão uteis, como indispensaveis”⁶³⁹.

⁶³³ *Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*, Arquivo Distrital de Braga, Livro 330, fls. 329-334 v.º; publicado por Rui Maurício, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532) – Urbanismo e Arquitectura*, Magno Edições, Leiria, 2000, Vol.II, pp.s 296-302.

⁶³⁴ Publicado por Rui Maurício, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532) – Urbanismo e Arquitectura*, Magno Edições, Leiria, 2000, Vol.II, p. 296.

⁶³⁵ Publicado em Rui Maurício, *Ob. Cit.*, Vol.II, p. 295.

⁶³⁶ Publicado em Rui Maurício, *Ob. Cit.*, Vol.II, pp. 296, 297.

⁶³⁷ Publicado em Rui Maurício, *Ob. Cit.*, Vol.II, p. 299.

⁶³⁸ Publicado em Rui Maurício, *Ob. Cit.*, Vol.II, p. 302. Merece nota, como contraste a dois grandes e poderosos concelhos como os de Évora e Braga, a lista dos bens do Concelho de Campo Maior, na primeira metade do século XVIII, que então possuía as **casas da câmara**, “situadas na Praça”; “**as [casas] do Seleiro Comum**, na Rua da Canada”; “a **cadeia pública**, situada na Praça”; “**as [casas] do Assougue** no mesmo sítio e uma **cavalaria** que tem cento e dez manjedouras para comodar as tropas desta guarnição”, in Estêvão da Gama de Moura e Azevedo, *Ob. Cit.*, pp. 53, 54.

⁶³⁹ IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 986; Caixa 1105/1513.

Idêntica febre construtiva se verifica em Lisboa, na sequência do Terramoto. Assim, para lá das obras de empresa estatal, as obras empreendidas pela Câmara no tempo de Paulo de Carvalho, irmão do Marquês de Pombal, Monsenhor da Patriarcal e Presidente do Senado de Lisboa mereceram o aplauso de Ratton: “são inumeráveis as obras públicas que o Senado mandou fazer, durante a presidência de Paulo de Carvalho, como: 1. as casas em que actualmente faz as suas sessões, e aquelas onde se acha o deposito (...); 2. os Cais da Bica do Sapato, e Caldeiras connexas com estes; 3. os Cais dos Remulares e o de Santarém; 4. a Praça e Cais da Ribeira nova; 5. o Haver do Peso, na Ribeira velha, e todas as lojas, e casas que ali se acham arruadas; 6. o Terreiro Publico, e cuido que também a ponte de Alcântara; 7. a Estrada que vai de Lisboa a Oeiras e Carcavelos, com a grande muralha que da parte do mar sustenta as ribanceiras; 8. as novas Estradas Reais, que vão de Oeiras até Sintra, e de Queluz até Mafra (...)”, Jacome Ratton, *Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2.^a Edição, Coimbra, 1920 (Reimpressão Ed. Fenda, Lisboa, 1992), p. 169.

Enfim, trata-se de um plano que, pela sua envergadura, pareceria susceptível de emular os das autarquias portuguesas do nosso tempo – mas que nos mostra a variedade e diversidade de estruturas, equipamentos e edifícios que caíam na competência tradicional dos concelhos portugueses do Antigo Regime.

5.2 – Tipos e formas da antiga *arquitectura concelhia* portuguesa

Como se vê, os concelhos portugueses, grandes ou pequenos, possuíam uma série de edifícios e de equipamentos ao serviço das mais variadas funções camarárias. Trata-se de um riquíssimo património arquitectónico, praticamente ignorado, desprezado e esquecido tanto pela generalidade dos historiadores de arte tradicionais, como pelos moradores (mas também, ainda hoje, pelos próprios técnicos do património da generalidade dos concelhos). Com efeito, todos estes edifícios e equipamentos aguardam o competente recenseamento e estudo, pois facilmente se depreendem os contributos que um levantamento nesta área trará não só ao nosso conhecimento da arquitectura “camarária” como à própria História da Arte. Merecendo recensão todas as variadas modalidades e formas de equipamento e de arquitectura de tutela concelhia⁶⁴⁰, apresenta-se adiante uma primeira abordagem deste tão desconhecido património, de acordo com uma proposta de classificação tipológica que pensamos poder, a seu tempo, servir de base a futuros levantamentos sistemáticos e aos respectivos estudos monográficos – levantamentos e estudos que, dada a sua natureza, só a nível local poderão ser realizados com a desejável exaustividade e profundidade que estas formas de arquitectura concelhia exigem e que tanto merecem.

As modalidades e as formas desta *arquitectura concelhia* quase sempre utilitária correspondem e definem tipologias que decorrem das diversas funções que desempenharam durante séculos. Com efeito, a arquitectura de empresa concelhia tanto desempenhava funções de *armazenamento* e de *recolha* de bens e até de animais como proporcionava *espaços de comércio*, de *abrigo* ou de *transformação artesanal* e mesmo de *assistência*

⁶⁴⁰ Note-se que, ao lado desta verdadeira arquitectura de empresa *concelhia*, haveria que considerar uma verdadeira arquitectura de empresa *senhorial* e outra de empresa *eclesiástica*. Assim, Manuel Luís Real recenseou os bens da Diocese do Porto localizados no sítio da respectiva Sé: “pertenciam ainda à Igreja outros edifícios de considerável importância. O primeiro destes é a **Audiência Eclesiástica**, que ficava mesmo em frente à catedral, no rossio da feira e afastada um ou dois lotes da esquina da Rua das Tendas, para o lado sul. O **Cárcere da Mitra**, antepassado do aljube eclesiástico – já que a prisão para delitos comuns ficava na Torre da Cidade – localizava-se junto à Porta de Vandôma – Em 1474 é o *Cabido* que recebe da Câmara duas casas, por escambo, para nelas fazer o seu próprio **cárcere**”, Manuel Luís Real, “A Construção Medieval no Sítio da Sé”, in *Monumentos*, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N. 14, p. 15.

social e de *saúde*, recenseando-se mesmo – numa época de espiritualidade tão viva – *edifícios religiosos* de explícita tutela concelhia⁶⁴¹. Todas estas funções se materializavam em formas arquitectónicas muito importantes para o quotidiano e para a própria sobrevivência dos povos. Ora, dada a relevância da sua materialização arquitectónica e dada a universalidade da sua presença (que se manifestava em todo o Reino), cumpre dizer que algumas destas tipologias, dadas as funções servidas, suscitam e exigem também estudos monográficos globais que, emulando a presente “monumentalização do poder local”, se poderiam desdobrar na abordagem sistematizada da “monumentalização do abastecimento público” ou na da própria “monumentalização da saúde ou da assistência”, trazendo à História da Arte o conjunto inédito e imenso de *celeiros e terreiros do trigo, mercados, casas de-ver-o-peso, matadouros e açougues* ou ainda a rede das velhas *estalagens, albergarias e hospitais* (nomeadamente os da Misericórdia), *termas e banhos, gafarias* ou, enfim, as próprias *casas da roda dos expostos* – que aguardam o seu necessário e merecido estudo nomeadamente na perspectiva da História da Arte e da Arquitectura.

Esta infinidade de objectos arquitectónicos – sempre da maior relevância tanto para a vida dos povos como para o nosso conhecimento da velha arquitectura concelhia portuguesa – exclui tipologias e formas de arquitectura militar ou religiosa (se exceptuarmos as inúmeras *ermidas* erigidas a S. Sebastião por inúmeros concelhos portugueses, que comprovadamente tutelavam a nível local o culto ao tão popular Mártir), quase sempre de tutelas comprovadamente não-concelhias. Do mesmo modo, também não cabem neste inventário outras formas de arquitectura “utilitária” que, apesar da sua importância funcional e arquitectónica, correspondem a instituições que não dependiam dos concelhos. Tal era o caso, nas Épocas Medieval e Moderna, das *casas da moeda* ou mesmo das *relações* ou *tribunais* centrais ou das *prisões* de Estado⁶⁴² – para não falar das instalações portuárias⁶⁴³

⁶⁴¹ A esta série de funções concelhias, haveria que acrescentar a *Casa do Correio* referida em certa *carta* dirigida ao “Senhor Juiz vereadores, e mais Camera da villa de Alcoutim = por avizo que tive do Excelentissimo Marquez de Pombal me ordena Sua Magestade que Deus guarde, **mande estabelecer Casa de Correio nesta villa** adonde se distribuam as cartas a ella pertencentes derigindo-as em malla separada das outras Terras desde a villa de Mertolla” (Lugar ideterminado, 19-3-1775), in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 367.

Ainda no domínio das comunicações – e já no limite extremo do período contemplado nesta *dissertação* – haverá que referir a absolutamente inovadora e inédita *construção de casas de madeira para o telégrafo*, empreendida pela Câmara de Sines em 1831 (IAN-TT - *Ministério do Reino* - Correspondência dos Juizes de Fora - Maço 369) ou idêntica construção, no mesmo ano da *barraca para o telégrafo* de Lagos, 1831 (IAN-TT - *Ministério do Reino* - Correspondência dos Juizes de Fora - Maço 368 - Caixa 491).

⁶⁴² Nesta matéria, torna-se absolutamente necessário um estudo urgente quer da *Cadeia do Limoeiro* (e da precedente *Relação* “Manuelina”) de Lisboa quer da *Cadeia da Relação* do Porto: trata-se de objectos arquitectónicos absolutamente notáveis e detentores de uma história extraordinária.

⁶⁴³ Ver, para o caso de Lisboa e – para a época em estudo nesta *Dissertação* – do A., *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, Pandora, Lisboa, 2004.

ou das grandes estruturas estatais de armazenamento ou de transformação – todas elas instituições, edifícios e equipamentos quase sempre de empresa régia.

Amélia Aguiar Andrade, num primeiro levantamento dos “edifícios ligados às instituições administrativas que podem ser localizados com maior frequência nos núcleos urbanos”, recenseia “as alfândegas – Aveiro, Lisboa, Silves, Porto, por exemplo – os paços dos tabeliães e as estruturas de armazenamento tais como os celeiros, as casas do sal, das fangas e os armazéns”⁶⁴⁴. Merecem justa consideração estes variados edifícios, pois eles decorriam de tutelas diferenciadas – de acordo com as funções que neles se acolhiam. Se as Alfândegas (mas também os armazéns centrais e os armazéns de armamento, por exemplo) eram de tutela real, já os demais edifícios recenseados por esta autora eram de tutela concelhia. Destes o mais “esquivo” para nós é o *paço dos tabeliães*, presente na documentação escrita mas de que, que se saiba, não restaram praticamente quaisquer vestígios materiais em Portugal. Tutela dos concelhos eram igualmente as hoje raríssimas *residências dos Juizes de Fora* e *as dos Corregedores*. Uma última tipologia pareceria dever ser convocada neste recenseamento, a que contempla os edifícios dos *Compromissos Marítimos*, tão presentes pelo menos nos concelhos costeiros algarvios e dos quais o mais famoso e o mais bem conservado é justamente o de Olhão. Independentemente do interesse institucional e arquitectónico da famosa confraria das gentes do mar parece, porém, ser excluir qualquer tutela concelhia sobre a mesma, dado o carácter aparentemente corporativo e assistencial desta instituição do Antigo Regime⁶⁴⁵.

⁶⁴⁴ Amélia Aguiar Andrade, “Estado, Territórios e ‘Administração Régia Periférica’”, in *A Construção Medieval...*, Nota 106, p. 145. Do mesmo modo no utilíssimo álbum *Edifícios do Porto em 1833: Álbum de Desenhos de Joaquim Cardoso Vitorio*, constam edifícios de tutela diversificada como a Cadeia da Relação (Prancha 12), a Roda (**Hospício dos Expostos**; Prancha 70) e a Câmara Municipal (demolida em 1916; Prancha 24). Destes edifícios, a Cadeia da Relação era de tutela estatal e os demais de tutela concelhia.

⁶⁴⁵ Do mesmo modo parece não serem de incluir na grande família da *arquitectura concelhia* as sedes das confrarias e irmandades religiosas que ainda hoje se vão encontrando um pouco pelo país, como a da “Irmandade das Almas” da antiga vila de S. Lourenço do Bairro (actual concelho da Anadia), hoje instalada num edifício absolutamente banal, localizado no “Largo do Pelourinho”, edifício que partilha, aliás, com a própria Junta de Freguesia local. Uma referência particular merecem outras formas de arquitectura concelhia, que permanecem praticamente inéditas, como as sedes das *Juntas de Paróquia* do Liberalismo, como a de Montemor-o-Velho (datável do fim do Século XIX), aparentemente muito bem conservada. Da Época Liberal ainda, merecem uma particular atenção os *cemitérios* oitocentistas, de óbvia tutela camarária, ao contrário da generalidade da *arquitectura fúnebre* da época do Romantismo ou da de épocas posteriores, que normalmente é de tutela estritamente privada.

Ainda remontando ao século XIX, merece uma óbvia referência, sempre dentro da arquitectura e do equipamento urbano de tutela municipal, o conjunto infinito de *pavilhões* (nomeadamente de jardins e de “passeios públicos”) e de *coretos* – luxo urbano das cidades, vilas e aldeias oitocentistas portuguesas, a que emprestavam um suave charme provinciano, hoje lamentavelmente perdido.

No nosso tempo – que alargou bastante o repertório da arquitectura concelhia tradicional – os coretos das bandas filarmónicas de outrora deram lugar aos *palcos* fixos para os grupos e “conjuntos” musicais da actualidade, também de materiais e de desenho muito variados, desde o rusticíssimo palco de cimento

5.3 – Edifícios e equipamentos de tutela concelhia

Tendo este capítulo da presente *dissertação* como objectivo o proporcionar uma primeira recensão das tipologias e formas de arquitectura e demais equipamentos de *matriz concelhia*, não poderíamos ignorar, como ponto prévio a este primeiro levantamento, a referência a estruturas e formas em si não estritamente arquitectónicas, mas de uma premência e de uma importância muito grandes para a vida e o conforto dos Povos. Assim, a tutela inegavelmente concelhia dessas estruturas faz com que merecem aqui uma justa ainda que necessariamente breve referência. É o caso das “fontes, pontes e calçadas” – famosíssima expressão que retrata e sintetiza toda uma série de equipamentos concelhios da maior relevância – e cuja construção, reparação e manutenção é uma tradicional competência concelhia. Com efeito, seja qual for a época considerada, uma breve revisitação da legislação e da documentação de teor concelhio de qualquer época traz até nós uma das grandes preocupações “municipais” de todos os tempos, relacionada com as comunicações e com os abastecimentos – e com o abastecimento de água sempre em primeiríssimo lugar. Tratava-se então (como continua a tratar-se ainda hoje) de duas vertentes estratégicas da acção dos concelhos: a de, por um lado, assegurar boas, cómodas e seguras vias de comunicação e a de, por outro, assegurar os abastecimento de água, para as pessoas e para os animais, em níveis minimamente satisfatórios, higiénicos e tanto quanto possível

“brutalista” de Ervedosa (hoje no Concelho de Vinhais), ao sofisticado palco de desenho futurista de Cabeceiras de Basto, construído bem escusadamente mesmo à ilhargá do Mosteiro de S. Miguel de Refóios!

O nosso tempo desdobra-se numa infinidade de formas de arquitectura de tutela concelhia, de acordo com as múltiplas funções que lhe cabem e que os concelhos actuais acolhem, nas áreas escolar, recreativa, desportiva, da assistência social ou da saúde. Assim, os historiadores do futuro recensearão e estudarão um dia a colecção infinita de *Parques Desportivos*, *Parques Infantis* ou os recentíssimos *Parques de Lazer* (como o “Parque de Lazer Professor Arménio Nunes Folgado”, em Salvaterra do Extremo, hoje no Concelho de Idanha a Velha), a par dos infinitos *Centros de Saúde*, *Centros de Dia* ou os milhares de *Capelas Funerárias* hoje existentes em praticamente todas as freguesias portuguesas – e que assumem briosamente o seu papel de quase vistoso equipamento colectivo, no qual as actuais Juntas de Freguesia portuguesas parecem querer emular-se e exceder-se umas às outras. Deste vastíssimo panorama da arquitectura actual de tutela concelhia reteremos apenas as capelas funerárias, absolutamente dignas de reparo tal a intensidade da sua presença na paisagem concelhia dos nossos dias, e tal a variedade que assumem no recurso a materiais, a estilos, a referentes e mesmo a linguagens arquitectónicas infinitamente variadas e desiguais, numa exuberância formal que orça muito frequentemente tanto o genuinamente inventivo como o hilariante, pelo desajeitado, o pretensioso ou o mau gosto de muitas das soluções encontradas. No seu intensíssimo perfume provinciano assenta, aliás, o seu maior interesse, enquanto fenómeno e testemunho arquitectónico e sociológico do maior significado para o nosso conhecimento das dinâmicas e das mentalidades locais no nosso tempo, nomeadamente em matéria de gosto, de cultura artística e de desígnio ideológico. Mas este equipamento concelhio actual é também muito revelador do voluntarismo e da terrível capacidade de acção dos poderes autárquicos do nosso tempo, tão actuates mesmo na micro-escala local.

dignificados e monumentalizados. Assim, já nas *Ordenações Afonsinas* era competência dos Juizes Ordinários saber “se ha hi fontes, ou chafarizes, ou caminhos, e calçadas do Concelho, que sejam mal apostadas”⁶⁴⁶. Do mesmo modo, já então era competência dos Vereadores

“saber como os caminhos, fontes e chafarizes, pontes, e calçadas, e muros, e barreiras som reparados; e os que cumprir de se fazer, e adubar, e correger, mandallas fazer, e reparar; e abrir os caminhos, e testadas em tal guisa, que possam bem servir per elles, per que Nós tomamos encargo das obras dos muros, e barreiras”⁶⁴⁷.

No reinado de D. Manuel o financiamento das obras de tutela concelhia merecerá a maior consideração, como se vê da resposta aos Capítulos Gerais do Povo, apresentados nas Cortes de Lisboa de 1498. Aí se denunciavam os agravos que

“nosso pouo Reçebe em sse escussareem muitos de **paguar e servir nas pomtes ffontes chafarizes Caminhos calçadas e outras coussas tocantes a beem Comum**, dizendo que seus priuilegios os escussam”, ao que o Rei responde, determinando “que **da seruentia das pomtes fontes chaffarizes Caminhos Calçadas e paguamemto pera aas dictas Coussas e bem assy pera fazimemto e Repairamemto de muros Aveemos por beem que nam sseJa pessoa allguuma escusso por priuilegio que tenha**, salluo sse expresamente neelle ffor declarado que dos taaes Emcarreguos sseJa Releuado ssegumdo que Ja esto he detrijminado per Nosas ordenações”⁶⁴⁸.

A preocupação com as obras concelhias mantém-se no manuelino *Regimento dos Officiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos*, de 1504. Com efeito, no “Titulo dos vereadores”, aí consta, entre as suas atribuições, a de “saber como os caminhos e fontes e chafarizes e pôtes e calçadas e poços do cõcelho e casas e assi quaesquer outras cousas do concelho som repairadas. e as que comprir de refazer e adubar e correger mandallas fazer e reparar e abrir os caminhos e testadas em tal guisa que se possam bem servir per ellas”⁶⁴⁹ – determinações estas retomadas nos mesmíssimos termos nas *Ordenações Filipinas*⁶⁵⁰.

⁶⁴⁶ *Ordenações Afonsinas*, Livro I; Título XXVI, § 10.

⁶⁴⁷ *Ordenações Afonsinas*, Livro I; Título XXVII, § 6.

⁶⁴⁸ “Xxb Capitollo que todos pagem no fazimemto das pontes [e] outras cousas [do] bem cumum”, Cortes de Lisboa de 1498, Capítulos Gerais do Povo, Versão definitiva (24-3-1498) dos capítulos gerais apresentados pelo Povo com as respectivas respostas, in *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., p. 315.

⁶⁴⁹ *Regimento dos Officiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos*, fol. X, v.º.

⁶⁵⁰ *Ordenações Filipinas*, Livro I; Tít. LXVI, § 21.

Nos fins do Antigo Regime, mantinham-se as mesmas competências para os concelhos portugueses, como se vê na *Representação* do Superintendente da Agricultura do Ribatejo a El-Rei expondo o abandono dos caminhos, estradas, pontes e fontes dos concelhos daquela Província e informando ainda que, tendo indagado as causas daquele abandono, considera que as Câmaras envolvidas têm, de acordo com as Ordenações do Reino, obrigação de proceder àquelas reparações mediante os financiamentos aí previstos, assim como os Corregedores e os Provedores, faltando, porém, as rendas e as fintas, quem promova as reparações e quem as fiscalize, apresentando finalmente uma série de medidas para aqueles reparos, Lisboa 10 de Agosto de 1816 (IAN-TT – *Ministério do Reino* - Informações dos Magistrados das Províncias do Reino - Superintendentes; Maço 493; Caixa 614).

5.3.1 – Estruturas e equipamentos de abastecimento de água e de higiene pública

Durante as Épocas Medieval e Moderna os concelhos portugueses ergueram, repararam e mantiveram uma série de estruturas visando o abastecimento de água e a higiene pública. A variedade de tipologias e formas para resolver estas tão importantes funções merece grande reparo e merece sobretudo a sua recensão e o seu estudo (e, claro, a sua conservação) – no âmbito daquilo que poderíamos chamar, emulando mais uma vez o título da presente *dissertação*, como a “Monumentalização da Água”. Com efeito, de Norte a Sul, o território do Reino foi literalmente pontuado por estruturas visando o aproveitamento e o abastecimento de água. Por motivos óbvios, este levantamento ignora e deixa de lado as estruturas de captação, de represamento e de conduta da água, tanto para abastecimento público como para a sua utilização agrícola, tantas vezes promovidos e geridos pelos próprios concelhos e seus agentes. Assim, remeter-nos-emos apenas às estruturas visando tanto a distribuição e o uso da água pelas pessoas e animais, como o próprio embelezamento urbano. As palavras e as imagens que se seguem procurarão, sem nenhuma preocupação de sistematização nem de inventariação, ilustrar minimamente a infinita variedade de *Fontes*, *Chafarizes*, *Lavadouros*, *Poços* e *Cisternas* construídas e usadas pelos Concelhos portugueses nas Épocas Medieval e Moderna⁶⁵¹.

Dependentes do clima, do relevo mas também dos ecossistemas locais, as estruturas de abastecimento de água variam infinitamente não só quanto à sua tipologia mas também quanto à sua forma e mesmo quanto à maior ou menor carga decorativa de que se investiram ao longo dos tempos. Assim, enquanto forma mais primária de captação de água, temos os *Poços do Concelho* que, em regiões particularmente secas, ganham uma acuidade particular. Muito longe de quaisquer ressonâncias bíblicas, a função dos velhos poços concelhios foi fundamental e andava muitas vezes a par da sua localização estratégica, à entrada da vila, como o poço de Melgaço, representado por Duarte de Armas, face às muralhas e à “casa da audiencya” da vila, bem junto à estrada percorrida pelos viajantes representados na famosa vista⁶⁵². Localização discreta era a do *Poço do Mestre*, de Trancoso [Fig.^a 18], num largozinho algo periférico da vila medieval, embora a sua localização pudesse ser muito central, na *praça* da vila, como em Monsaraz (hoje no Concelho de Reguengos) ou em

⁶⁵¹ Apesar da sua infinita riqueza e variedade, permanece por inventariar e estudar globalmente todo este vastíssimo e riquíssimo património. Por isso apenas merece referência o levantamento de João Ludgero M. Gonçalves, *Fontes do Concelho do Cadaval – Sistemas de Captação e de Abastecimento de Água*, Câmara Municipal do Cadaval, Cadaval, 2001. Para a Fonte das Bicas de Borba ver João Miguel Simões, *Borba – Património da Vila Branca*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Borba, Lisboa / Borba, 2007, pp. 191-211.

⁶⁵² Vista de Melgaço in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas...*, f. 104.

Cheleiros (hoje no Concelho de Mafra) [Fig.^a 19] ou na via pública, como é o caso, em plena campina da Idanha, do mais opulento poço concelhio que nos foi dado encontrar, localizado na rua principal da antiga vila de Salvaterra do Extremo (hoje no Concelho de Idanha a Nova) [Fig.^a 20]⁶⁵³.

Tipologicamente próximas dos poços, as *Cisternas do Concelho* eram vastas estruturas de captação e sobretudo de armazenamento de água, de um valor estratégico muito grande, nomeadamente em zonas muito elevadas e em regiões de baixa pluviosidade. Estruturas total ou parcialmente subterrâneas, fortemente abobadadas, a sua definição arquitectónica é normalmente como que apagada e invisível. Cisternas de origem medieval particularmente notáveis são justamente a de Bragança – sobre que assenta a abusivamente chamada “Domus Municipalis” local, ou a da cerca muralhada do Castelo de Sesimbra, sobre a qual se ergue um edifício quinhentista – a “Casa da Cisterna” [Fig.^a 21] – onde tinham lugar as vereações do Concelho até à construção da casa da câmara local, em 1540⁶⁵⁴. Especial referência merece ainda a cisterna da antiga vila de Castelo Rodrigo (hoje no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo), com a sua famosa porta de arco ultrapassado [Fig.^a 22], e onde parece podermos intuir um vasto e poderoso sobrado [Fig.^a 23], sobre o qual – e à semelhança de Bragança, de Chaves ou de Sesimbra – se reunissem os Homens-Bons daquela tão antiga vila de Castelo Rodrigo⁶⁵⁵...

Especial referência merecem os chafarizes, como o de Miranda do Douro, fora das muralhas e naturalmente à beira da estrada – eficientíssima “estação de serviço” representada por Duarte de Armas, na sua *vista* daquela então vila⁶⁵⁶. Dignas de registo são igualmente as *fontes* medievais, como as já referidas de Aguiar da Beira ou de Linhares, ou a famosa Fonte das Figueiras de Santarém, bem como tantas *fontes de mergulho* ao longo de todo o país, embora com uma incidência particular na região da Beira Interior, de Vila Nova de Foz-Côa a Idanha-a-Nova. Um belo exemplo será a fonte manuelina de Muxagata (hoje

⁶⁵³ Um poço igualmente notável está representado em fotografias antigas na frente da antiga casa da câmara da Amieira (Nisa), hoje aparentemente entulhado ou, pelo menos, com o bucal monumental desmontado.

⁶⁵⁴ Eduardo da Cunha Serrão e Vítor Serrão, *Sesimbra Monumental...*, p. 70.

⁶⁵⁵ Muito perto de Castelo Rodrigo, mereceu grandes cuidados o abastecimento de água à cidade de Pinhel nos finais do século XVIII, como se vê da *Representação* do Ouvidor de Pinhel ao Ministro Secretário de Estado, para que este exponha à Rainha a enorme falta de água na cidade e arredores, para que esta conceda licença para a extrair do poço do Castelo, desentulhando-se a respectiva cisterna, do tempo do rei D. Dinis, vendo-se a sua qualidade e o respectivo manancial e encanando-se para a fonte pública da praça da cidade, concedendo cada fogo da cidade e seu termo um dia de trabalho (ou o seu valor) para a respectiva obra; Pinhel, 25-2-1790, in IAN-TT, *Ministério do Reino* – Informações dos Magistrados das Províncias do Reino – Contas e Informações dos Ouvidores das Comarcas; Maço 403; Caixa 506). Este documento foi publicado, bem como outros da mesma época e sobre o mesmo assunto, pelo A. in “A demolição das muralhas de Pinhel no contexto da destruição das muralhas medievais das cidades europeias”, *Praça Velha – Revista Cultural*, Ed. Núcleo de Animação Cultural da C. M. da Guarda, Guarda, Novembro de 2006, N.º 20, pp. 33-48.

⁶⁵⁶ Vista de Miranda do Douro in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas...*, f. 83.

no Concelho de Vila Nova de Foz-Côa) no “rossio” daquela antiga vila. Fontes manuelinas muito semelhantes se encontram nas antigas vilas vizinhas de Cedovim (também do actual Concelho de Vila Nova de Foz-Côa) ou de Ranhados (no actual concelho da Meda). Já no extremo Sul da Beira Baixa, merece destaque a notável fonte manuelina do Ladoeiro (actual concelho de Idanha-a-Nova) ou, nos arredores de Évora, o famoso *Chafariz das Bravas* na estrada de Lisboa [Fig.^a 24].

O Renascimento traz-nos fontes opulentas como a de Alter do Chão ou aquelas que, entre o utilitário e o ornamental, polarizaram e monumentalizam o centro das praças de muitas cidades e vilas de Portugal e de que são exemplo as fontes de Évora (quer a das Portas de Moura quer a da Praça do Giraldo) ou, no Minho, as de Viana do Castelo ou a de Caminha. Os fins do Século XVI e o Século XVII trazem-nos fontes pós-renascentistas extraordinárias, como a Fonte Nova do Campo da Feira de Trancoso [Fig.^a 25] ou a Fonte de Vila Flor ou, num contexto e com uma tipologia totalmente diferentes, o Chafariz de S. Lourenço de Elvas. A época barroca proporciona uma infinidade de fontes, como as alentejanas de Estremoz ou de Borba, as estremanhas de Óbidos ou de Palmela ou a belíssima fonte de Arruda dos Vinhos [Fig.^a 26], datada de 1789. O fim do Antigo Regime é anunciado por notáveis fontes de desenho neoclássico, como a de S. Lourenço de Elvas, ou as fontes pombalinas de Oeiras, de Torres Vedras⁶⁵⁷ [Fig.^a 27] – ou tantas fontes lisboetas, a começar pelas que o Marquês ergueu na frente das suas casas de família, a começar pela da Rua Formosa de Lisboa (a actual Rua do Século). Estruturas anexas às fontes são os bebedouros dos animais e os lavadouros públicos, definindo conjuntos e jogos hidráulicos normalmente muito eficientes, muito modestos e de escala rasante, como o de Vilar de Maçada (Alijó) [Fig.^a 28], ou mesmo monumentais, ao serviço de um muito racional aproveitamento da água, de que temos exemplos por todo o país e de que aqui reteremos o caso da fonte de Figueiró dos Vinhos, da de Vila Alva (hoje no Concelho de Cuba) ou a de Viana do Alentejo – todas elas detentoras de monumentais lavadouros concelhios.

Uma última forma de arquitectura concelhia merece ser referida neste domínio, as *Privadas do Concelho*, comprovadamente existentes ao longo do país, pelo menos nos concelhos de mais intensa implantação urbana. Não nos tendo chegado nenhum resto material dessas estruturas de higiene pública concelhia, nada sabemos da sua definição

⁶⁵⁷ A fonte da Praça do Concelho de Torres Vedras é de 1776 e tem a seguinte lápide: “JOSEPH. I. P. P. IMP. AD CARCER / POPVL. Q COMMOD FONT. / HVNC PVBL. EXP. PRAESES / PROV. ERIG. CVRAVIN IN. / MDCCLXXVI – O que quer dizer que o Corregedor da Comarca fez erigir esta fonte, a expensas do público no ano de 1776, para comodidade da cadeia e do povo, reinando José I, pai da Pátria!”, Júlio Vieira, *Torres Vedras Antiga e Moderna*, Victor Fonseca & Almeida Editores, Torres Vedras, 1920, p. 99.

arquitectónica⁶⁵⁸. Porém, a sua localização deveria ser não só muito central mas também discreta e facilitadora dos escoamentos dos detritos. Vieira da Silva localiza as *privadas* medievais de Lisboa bem sobre o que restava do “córrego” que, do Rossio ao Tejo, atravessava o velho arrabalde ocidental, de há muito fortificado e plenamente integrado na cidade, de que constituía o bairro mais rico e “progressivo”⁶⁵⁹. Dos fins do século XV, chegam-nos os ecos das *privadas* do recentíssimo concelho do Funchal, em construção ou em reparação em 1485. Com efeito, na vereação de 3 de Dezembro desse ano os oficiais do Concelho “acordaram e mandaram a Joam Gomez procurador do concelho que **compre telha pera as priuadas e que as mande cobrir em tauoado pera as acabar de tapar e ffazer ssua porta**”⁶⁶⁰.

5.3.2 – Estruturas e equipamentos viários

O Portugal das Épocas Medieval e Moderna era atravessado por uma rede densíssima de *estradas, caminhos e veredas* que bem merece o reconhecimento e o estudo dos historiadores. Ao serviço dessa rede havia uma série absolutamente excepcional de estruturas e de equipamentos de apoio (a começar pelas pontes), que não só tornavam as comunicações possíveis como faziam com que, muitas vezes, as próprias viagens se tornassem em factores de surpresa, de admiração, de contemplação estética e até de elevação espiritual. Com efeito, o viajante tinha ao seu dispor, espaçada mas ciclicamente, verdadeiras *estações de serviço* para uso de homens e animais em trânsito, constituídas pelos complexos de chafarizes e bebedouros, mas também pelas *albergarias, vendas e estalagens* com os seus currais, tabernas e até – em pontos estratégicos das grandes estradas reais – oficinas de ferradores e até carpinteiros de carros⁶⁶¹. De todo este equipamento merecem particular destaque as estruturas de apoio aos almocreves, mandadas construir pelo Arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa, nas duas mais importantes portas da cidade quinhentista. Assim, face a um novo pelourinho, também então construído, o Arcebispo à “porta do Souto fez huma **casa, estrebarias e alpendre com suas columnas pera**

⁶⁵⁸ A mesma falta de informações relevantes se regista para a França Medieval. Ver “Égouts, abattoirs, latrines publiques, dépotoirs”, in Camille Enlart, *Ob. Cit.*, pp. 279-282.

⁶⁵⁹ Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, CML, 3. Ed., Lisboa, 1987, p. 120 e Estampa I, “Fragmento da Plante de Lisboa”.

⁶⁶⁰ In *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. 117, sublinhados nossos.

⁶⁶¹ Merece referência o lanço ainda intacto da antiga Estrada Real Lisboa-Porto, algures junto à vila da Redinha (no actual Concelho de Pombal), onde sobrevive uma *estação de muda* muito tardia mas relativamente bem conservada.

pousarem de graça os almocreves que trazem mantimentos a cidade, onde agora sempre pousão”⁶⁶². Do mesmo modo, o diligente Arcebispo ainda “fez de fora da porta de Sousa **hum estrebria com suas manjadouras calçada e leitos pera os almocreves**, onde pousão de graça como a outra da porta do Souto”⁶⁶³.

Praticamente não nos chegaram restos materiais destes velhos equipamentos, edificados e mantidos pelos e para os concelhos, mas muitas vezes também pela piedade dos fiéis de todas as condições sociais – piedade que se traduzia igualmente na erecção de inúmeras ermidas, oratórios, “alminhas” e ainda milhares de cruzeiros⁶⁶⁴ – ou mesmo aquele insólito altar que Duarte de Armas representa à entrada do Sabugal: “Neste altar estão dous santinhos velhos de pão [por pau]”⁶⁶⁵ [Fig.^a 29].

De todo este equipamento, merecem particular destaque as *pontes de origem medieval e moderna*, estruturas que, transcendendo em muito o mero domínio da Architectura e da sua História, permanecem em muito grande parte por estudar e cujo levantamento integral continua mesmo por fazer. Embora a construção e a manutenção das de pequena dimensão fosse obra de empresa camarária, os elevadíssimos custos inerentes à construção e às obras de reparação das grandes pontes de nível regional e nacional suscitavam a colaboração nomeadamente tributária não só dos concelhos vizinhos como, por vezes, a de concelhos muito distantes. Pela sua beleza e pelas facilidades de circulação que traziam aos viandantes – como a ponte sobre o Côa, representada por Duarte de Armas na *vista* acima referida do Sabugal⁶⁶⁶ [Fig.^a 30] – mas também pelo seu tamanho, muitas vezes gigantesco, pela sua qualidade construtiva e mesmo pelo seu arrojo técnico, as pontes medievais transcendem em muito a sua vocação básica inicial de facilitarem a circulação de pessoas e animais, mercadorias e bens de toda a espécie, no quadro de uma vivência muito dinâmica que não encaixa na imagem tradicional de uma paisagem medieval estática e como que imutável ou adormecida. Nada disso: ao serviço de comitivas reais e senhoriais, de cobradores de impostos e de almocreves, de embaixadas ou de visitas pastorais, de procissões ou de enterros reais, de pastores e das suas manadas a caminho das grandes feiras ou das pastagens sazonais; ao serviço de peregrinos e romeiros ou de *levas* de presos (que os concelhos tinham que assegurar e policiar); calcorreadas por *troupes* de vadios, de mendigos

⁶⁶² Publicado em Rui Maurício, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa...*, Vol.II, p. 299.

⁶⁶³ Publicado em Rui Maurício, *Ob. Cit.*, Vol.II, p. 301.

⁶⁶⁴ Não parece ter havido entre nós *abrigo*s e *descansos* como os que E. Viollet-Le-Duc regista nas estradas da França e da Itália e a que designa de *repositoires*, “pequenos edifícios que se erguiam à borda das grandes estradas para oferecer abrigo aos viajantes, um asilo e um lugar de oração”: E. Viollet-Le-Duc, *Ob. Cit.*, Tomo 8.º, pp. 11-14.

⁶⁶⁵ Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas...*, f. 64.

⁶⁶⁶ Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas...*, f. 64.

profissionais ou de grupos de ladrões organizados; ao serviço, enfim, dos povos dos concelhos que a construíram e mantiveram durante muitos séculos, Portugal detinha uma rede muito antiga e muito consolidada de vias de comunicações. Esta rede, de uma eficácia a toda a prova, estava materializada numa infinidade de estradas, caminhos e veredas cuja densíssima rede venceu os tempos e que em muito grande parte chegou até nós. Com efeito, esta rede de estradas e caminhos não só não tem sido reconhecida como tem sido tradicionalmente muito mal avaliada⁶⁶⁷, permanecendo as vias de comunicação tradicionais e os seus equipamentos ainda hoje em muito grande parte por estudar nas suas múltiplas vertentes – preterida hoje, infelizmente, pelas *rotas* temáticas que a actual moda de gestão do património cultural nos impõe nos dias que correm.

5.3.3 – Espaços de armazenamento, recolha e abrigo

5.3.3.1 – Celeiro Público

O abastecimento em bens de consumo corrente, nomeadamente de comestíveis, em abundância e a preços moderados, era uma das competências e uma das preocupações maiores dos concelhos. Por isso, estes tutelavam tradicionalmente os *celeiros públicos*, onde se despachavam, recolhiam, mediam e pesavam os cereais. No âmbito da arquitectura utilitária camarária os celeiros públicos são dos espaços mais importantes. Herdeiros das *Fangas* ou *Fangas da Farinha* medievais – dos Capítulos Gerais das Cortes de Santarém de 1331 sabemos que as fangas eram locais de venda de cereais:

“en Algumas Vilas des o pobramento da terra nunca ouue faanguas. e **uendiam cada huum o pam en sas casas e pela Vila** hu se pagauam”. Face a esta situação, os Povos pedem ao Rei D. Afonso IV que “ora nouamente” as mande fazer. Por se tratar de um encargo provavelmente muito pesado, “a este Artigo diz El Rey que **as nom mandou fazer em nenhuum loguar nouamente nem o er mandara daqui adeante** saluo hu de foro ou de custume as deue d aue”⁶⁶⁸.

⁶⁶⁷ Nomeadamente nos relatos de alguns dos visitantes estrangeiros mais célebres, relatos bem dignos de uma leitura crítica que vença e abata de uma vez por todas o olhar tantas vezes paternalista, “snob” e sobretudo infinitamente pedante de muitos desses visitantes, incapazes de observar e de compreender a realidade física e humana que se lhes deparava. Com efeito, eivados de uma pretensa superioridade material, cultural, religiosa e até étnica, os preconceitos religiosos, civilizacionais ou de classe desses visitantes não permitiram, muitas vezes, olhar de frente para a realidade material que se lhes deparava nas suas viagens por Portugal. Achacados pela pretensa incomodidade das estradas, não repararam no conforto, na beleza, na monumentalidade e mesmo na extraordinária grandeza das infinitas pontes atravessadas ou na sábia distribuição e no igualmente sábio desenho dos chafarizes ao longo das vias ou noutras estruturas de apoio ao serviço do viandante – umas e outras instituindo-se em balizas essenciais do modo antigo de andar e de viajar, comum a toda a Europa do Antigo Regime.

⁶⁶⁸ Capítulos Gerais das Cortes de Santarém de 1331, Art. 18.º; in *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV...*, pp.s 32, 33.

As Fangas da Farinha de Lisboa são as mais documentadas e Vieira da Silva localiza-as com a eficiência de sempre⁶⁶⁹. Elas são as antepassadas do quinhentista *Terreiro do Trigo* lisboeta, localizado na frente da recém-criada Misericórdia e literalmente colado à Alfândega manuelina, em pleno Terreiro do Paço, entre esta praça e a da Ribeira das Portas do Mar⁶⁷⁰. Herdeiro do Terreiro Público lisboeta, o Celeiro Público pombalino retomou as suas características espaciais e arquitectónicas essenciais, embora agora numa implantação ainda mais ribeirinha, dada a sua localização literalmente em cima do Tejo, a que se acedia por um vasto cais privativo.

Mais ou menos monumentais, os celeiros públicos portugueses constituíam estruturas vastíssimas, como era o caso, em Campo Maior, das enormes “[casas] do Seleiro Comum, na Rua da Canada, que acomodam mais de seiscentos moios de trigo”⁶⁷¹. Chegaram até nós alguns exemplares de velhos celeiros, públicos e privados⁶⁷². Retenham-se os casos do quinhentista Celeiro Público da Chamusca, o Celeiro da antiga vila de Lamas do Vouga (actual Concelho de Águeda) ou, mais recentes e mais eruditos, os celeiros pombalinos de Sobral de Monte Agraço, de que só restaram as fachadas [Fig.^a 31] ou o celeiro monumental de Mourão, de há muito adaptado a casa da câmara local, e onde sobrevivem praticamente intactas as notáveis naves pombalinas do piso térreo [Fig.^{as} 32 e 33]⁶⁷³.

Infelizmente, estes exemplares (e os demais que ainda possam existir) continuam por estudar, pelo que muito pouco sabemos do arranjo espacial destes celeiros, aparentemente

⁶⁶⁹ Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa*, CML, 2.^a Ed., 1939, pp.96, 97. Ver ainda Estampa IV, “Lanço Ocidental da Cerca” (ver “Rua da Cordoaria”) e Estampa V, “Lanço da Cerca ao Longo do Tejo” (ver “Ermita de S. Sebastião da Padaria”).

⁶⁷⁰ Para a sua localização e definição arquitectónica ver, do A., *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, Pandora, Lisboa, 2004, pp. 162-167.

Instituições igualmente concelhias eram, em Lisboa, as Sete Casas e o Paço da Madeira, ambos na Ribeira das Portas do Mar: “o edifício das sete casas foi feito à custa do Senado (...). O edifício que serviu de Paço da Madeira também pertencia à Câmara”, Ribeiro Guimarães, “Os Paços da Câmara da Cidade de Lisboa”, in *Summario de Varia Historia – Narrativas, Lendas, Biographias, Descrições de Templos e Monumentos, Estatísticas, Costumes Civis, Políticos e Religiosos de Outras Eras*, Rolland & Semiond, Lisboa, 1872, p. 143.

⁶⁷¹ Estêvão da Gama de Moura e Azevedo, *Ob. Cit.*, pp. 53, 54.

⁶⁷² Exemplo de celeiro privado é o Celeiro dos Duques de Aveiro, aparentemente de origem quinhentista, que sobrevive na antiga vila de Pereira (hoje no Concelho de Montemor-o-Velho) e que mantém as armas dos Lencastres: “datado de 1547, este celeiro era utilizado para armazenamento de milho e feijão (branco, frade, manteiga e amarelo)”, *Vila de Pereira – Roteiro Urbano*, Junta de Freguesia de Pereira, Pereira, 1997 s/p.

⁶⁷³ Em 1894 foi também proposta a adaptação do *Celeiro Comum* de Évora a Cadeia Comarcã, projecto de que existe planta, publicada in Cármen Almeida (Coordenação), *Riscos de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora*, Arquivo Fotográfico Municipal e Câmara Municipal de Évora, Évora 2001, p. 32.

Merece referência aqui o “**antigo celeiro comum Monte Piedade**”, adaptado na antiga Casa da Audiência de Estremoz, adiante discutida, “a que vulgarmente chamam palácio de D. Dinis (...). Ingressando na casa do antigo Celeiro Comum é digno de ver-se o seu abobadado ogival em arcos de arestas cruzadas em séries, nervuras em tijolo caneladas, dum acabado perfeitíssimo e elegante”, Marques Crespo, “Extremôs”, in Pedro Muralha (Dir.), *Álbum Alentejano – Distrito de Évora*, Imprensa Bele, Lisboa, s.d., Tomo II, p. 282.

todos eles de dois andares, mas onde será sempre possível intuir grandes naves, à semelhança de outras grandes estruturas de armazenamento conhecidas, nomeadamente das de tutela real.

5.3.3.2 – Curral do Concelho

A intensíssima actividade agrícola e pecuária das Épocas Medieval e Moderna exigia, tanto nos concelhos rurais como até nos urbanos, a existência de *currais do concelho* – espaços adequados à guarda de animais em trânsito ou então perdidos, o famoso “gado do vento” tão referido nos forais manuelinos. Ora, já existe uma referência implícita ao Curral do Concelho nos Capítulos Gerais das Cortes de Santarém de 1331, quando se diz que certos Povos

“am en seu foro **que as cousas que acham de uento** que as uendam a certo tenpo e per certa maneyra e **as leuem a certo loguar** e todo esto dizem que se nom aguarda [...]”⁶⁷⁴.

Existindo ao serviço da generalidade dos concelhos portugueses, está particularmente bem documentado o Curral do Concelho de Évora, que já consta, como vimos, no “Título das Posições do Concelho”, relativo à primeira metade do Século XV. O Concelho de Évora detinha então, entre outras propriedades e equipamentos, “o **curral e casas que o concelho fez no Resio em que matam o gaado e metem bestas e gaados que acham** nos danos o qual he rendado”⁶⁷⁵. Por sua vez, o *Tombo de 1537*, também do Concelho de Évora registava como bens próprios do concelho as “*casas do curral*, situadas no mesmo rossio, compostas de três construções: curral onde prendiam o gado que era achado a danificar as culturas; curral redondo (antepassado da praça de touros), com 59 varas de diâmetro, onde se matava o gado dos carniceiros; casa do curraleiro com o seu alpendre”⁶⁷⁶. Nada mais sabemos do Curral de Évora, de que reteremos o complexo relacionado com a captura e abate de gado. Não tendo conseguido encontrar restos materiais

⁶⁷⁴ Capítulos Gerais das Cortes de Santarém de 1331; Art. 19.º, in A. H. de Oliveira Marques, *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV...*, p. 33.

Num “Auto de Acordons a que Procederam os Ofeciais da Camera, Homeins Bons, ou Acordistas” de Vila Nova de Foz Côa, aprovado a 21-10-1822, consta o “Artigo do Curraleiro – Item acordaram que o **Curraleiro do Curral** do Conceilho não terá mais de **curralaije** de gado miúdo que vier ao curral ou entrando de conceilhos adentro que dois reis e meio por cada cabeça; sendo gado grosso levará por cada cabeça vinte reis e sendo gado de fora será a curralaije dobrada, ficando responsável o curraleiro pela coima do gado que deixar sair do Curral sem licença do oficial acoimante”, António do Nascimento Sá Coixão e António Alberto Rodrigues Trábulo, *Evolução Político-Administrativa na Área do Actual Concelho de Vila Nova de Foz Côa – Séculos XII a XX*, Ed. Câmara Municipal de Foz Côa, V. Nova de Foz Côa, 1995, p. 210.

⁶⁷⁵ Publicado em Gabriel Pereira, *Ob. Cit.*, pp. 111-113.

⁶⁷⁶ Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora...*, p. 288.

de nenhum velho *curral*, pouco poderemos dizer da sua caracterização arquitectónica. Porém, eles continuavam a ser uma realidade muito presente em plena Época Liberal, nos Anos 60 do Séc. XIX, quando em Fronteira se dispendeu a verba de 134\$070, no **concerto do açougue e do muro do Curral do Concelho**⁶⁷⁷. Na mesma época, em Ponte de Sor, “repararam-se os Paços do Concelho e **fez-se um pequeno concerto no Curral**”, tendo-se então gastado 24\$325, pois “**melhorou-se o curral, fazendo-lhe um aterro e um parapeito d’alvenaria**”⁶⁷⁸.

Em todo o caso, podemos considerar que o curral seria um espaço mais ou menos vasto, parcialmente alpendrado mas totalmente vedado, a que amplos e sólidos portões dariam acesso⁶⁷⁹. Assim, segundo certo *Tombo da Mesa Mestral*, no terceiro quartel do século XVI, a vila de Pias (Ferreira do Zêzere)

“tinha também um rocio (...). No meio do rocio está **o curral do concelho, redondo e com as paredes de pedra e barro e tem uma oliveira, três ameixeiras, um castanheiro e uma cerejeira**”⁶⁸⁰.

Na antiga vila de Lobelhe do Mato (hoje no Concelho de Mangualde) sobrevive a memória do curral local num sítio assim chamado, mesmo nos extremos daquela antiga vila. Esta localização periférica – que se encontrava também no *Curral do Concelho* do Rosmaninhal (Idanha a Nova) [Fig.^a 34] – era, porém, uma característica comum à localização da generalidade dos *currais*, necessariamente localizados em sítios amplos, afastados dos centros urbanos mas, sempre que possível, próximos de fontes e respectivos bebedouros.

⁶⁷⁷ Distrito Administrativo de Portalegre – “Mapa estatístico das obras municipais efectuadas nos diversos Concelhos nos anos económicos de 1861 a 1865”, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil - 2.^a Divisão / 3.^a Repartição - Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 389; Maço 3138.

⁶⁷⁸ Obras Municipais no Distrito do Portalegre: “Mapa estatístico das obras municipais efectuadas nos diferentes concelhos deste Distrito, com referência ao ano económico de 1863-1864”, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1865), Livro 23, Proc. 466; Maço 3128.

⁶⁷⁹ De funções próximas do Curral, merece referência também a *Abegoaria*, que era uma espécie de parque de viaturas das Câmaras ricas, pois só elas podiam deter as respectivas instalações, bem como um conjunto de carroças e carros de todas as categorias, mais as respectivas equipagens, cocheiros, tratadores de cavalos, machos e mulas.

⁶⁸⁰ António Baião, *A Vila e Concelho de Ferreira do Zêzere – Apontamentos para a sua História Documentada*, Reimpressão da 1.^a Edição (1918), Edição da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, Ferreira do Zêzere, 1990, p. 67.

5.3.4. – Espaços de transformação para-industrial

5.3.4.1 - Matadouros

Algures entre o curral do concelho e o mercado ou o açougue, o *Matadouro do Concelho* é uma estrutura indispensável em sociedades que só eram vegetarianas por devoção ou pela força fatal das circunstâncias. Relativamente pouco referenciados, a importância das suas funções sobrepôs-se e apagou ou ofuscou intensamente a sua visibilidade. Merece reparo o de Évora, já existente nos princípios do Século XV. Segundo o *Tombo de 1537* do Concelho de Évora, o matadouro da cidade ficava nas *casas do curral*, no rossio da cidade, que integravam, como já vimos, um “curral redondo (...) onde se matava o gado dos carneiros”⁶⁸¹.

O Matadouro de Lisboa, durante séculos no Campo de Santana (onde também seria construída a primeira praça de touros da cidade já nas entradas do Século XIX⁶⁸²), será, porém, o mais conhecido – e tinha em comum com a generalidade dos demais o ter um pátio ou curral de recolha dos animais e o ser localizado nos arredores da cidade, junto a uma via importante de acesso à mesma. Poderemos presumir também que, sempre que possível, os matadouros seriam localizados preferencialmente junto de linhas de água, facilitadoras tanto de melhores condições de higiene, como do escoamento de detritos. Porém, em Trás-os-Montes, o matadouro do Concelho de Vila Flor ainda em 1791 ficava na própria casa da câmara, mesmo no centro da bela vila transmontana, o que é denunciado pelo Corregedor da Comarca de Moncorvo. Na Correição então feita naquela Vila determina-se que

“a caza que servio de Matadouro se concerte, e acrescente, como for percizo pondo-se a obra della a lanços para se rematar a quem por menos o fizer, e servir do mesmo Ministerio que a caza que nos dittos Paços do concelho serve de se talhareem as carnes, se arendar aos mercadores nas occasioens das feiras, como me insinuão”⁶⁸³.

5.3.4.2. – Forno do Concelho

Praticamente ignorados pela documentação consultada, os *Fornos do Concelho* eram equipamentos construídos em todas as cidades, vilas e lugares do Reino ao serviço de

⁶⁸¹ Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora...*, p. 288.

⁶⁸² Para a Construção da Praça de Santana em Lisboa ver Francisco Santana e Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, C. Quintas & Ass., Lisboa, 1994.

⁶⁸³ “*Copia autentica do Provimento que nesta Villa [Vila Flor] deixou em o Anno de 1791 o Doutor Joze Antonio de Sá Corregedor da Comarca de Moncorvo que mandou observar na Correição que na ditta Villa fes*”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326 –.

padeiras profissionais e do público em geral. Se o elemento principal era a fornalha, maior ou menor, de acordo com as necessidades e até com os materiais e as tecnologias disponíveis, o edifício que abrigava e continha a fornalha variaria infinitamente, novamente de acordo com os materiais, as dimensões, o número e a natureza dos *poiais* de apoio. Seguramente de origem medieval, sobreviveram muitos desses fornos do concelho, colectivos, por definição, nomeadamente nas Beiras e em Trás-os-Montes, hoje muitas vezes lamentavelmente abandonados, arruinados e preteridos por fornos privados.

Aqui referiremos apenas dois dos mais singulares fornos portugueses, o da antiga vila de Avelar (actual Concelho de Ansião) e o de Abiúl (actual Concelho de Pombal). Muito estranha mas como que votiva ou simbolicamente, o forno de Avelar, localizado na vasta praça local, assenta num pódio elevadíssimo a que se acede por uma escadaria monumental [Fig.^a 35]. Recém-restaurado exagerada e algo grosseiramente, a configuração exterior do edifício (em que não pude entrar) em nada o distingue de uma pequena ermida popular, de planta hexagonal com a sua pequena cruz barroca balizada por duas pirâmides decorativas de realização muito fruste. O Forno de Abiúl (Pombal), igualmente localizado na praça local, é mais sofisticado arquitectonicamente. Abandonado e relativamente mal conservado, merece reparo a sua fachada erudita, devidamente rebocada e caiada, que tem, bem no seu centro, a enorme boca da fornalha, muito larga, enquadrada por uma moldura muito realçada e apoiada num friso que faz a vez de pequeno poial. Quanto à fornalha, de tijolo, aparentemente em falsa cúpula, merece reparo pela sua vastidão, pois mede mais de dois metros de diâmetro.

A fachada, simétrica, é enquadrada por duas pilastras poderosas, de blocos almofadados, de um classicismo a toda a prova e que eram seguramente coroadas por ornatos hoje perdidos – urnas ou pirâmides provavelmente semelhantes à que ainda hoje coroa o topo da fachada. Esta está rematada por uma empena triangular côncava, sublinhada por um friso muito delgado. No cume da empena, uma pequena urna ou pirâmide decorativa coroa o conjunto [Fig.^a 36]. Uma lápide na fachada, com a data de 1718⁶⁸⁴, pode muito bem dar-nos a data de construção deste tão raro forno que, a ser assim, remontará aos princípios do século XVIII.

A morfologia tão particular e as dimensões tão amplas destes tão raros fornos – a começar pelos tamanhos excessivos das respectivas bocas e fornalhas – vêm lembrar-nos que este equipamento concelhio tinha um efectivo valor simbólico e ritual. Com efeito, eles

⁶⁸⁴ A fachada deste forno detém uma outra inscrição, mais pequena, mas muito mal conservada e de leitura muito difícil.

estiveram secularmente ao serviço de rituais propiciatórios e algo iniciáticos, de forte cunho popular. Com efeito, o próprio Jaime Cortesão, enquanto colaborador do *Guia de Portugal*, nos informa, em 1927, de que bem perto, na vila de Pombal,

“o edifício onde estão hoje as repartições públicas era o Convento de S.^{to} António, fundado em 1685 (...). A 47 m. da porta do convento [localiza-se] o forno (1721) onde, nas festas de N.^a Sr.^a do Cardal (da última 6.^a feira ao último domingo de Julho), entrava um homem de cravo na boca e chapéu armado, dando três voltas dentro do forno aceso desde a véspera e trazendo para fora o bolo já cozido. Esta cerimónia, que trazia a Pombal grande concurso de forasteiros, e que se repetia em Abiúl e no Avelar, foi recentemente proibida pelo bispo-conde” de Coimbra⁶⁸⁵.

5.3.5 – Espaços públicos de sociabilidade e de comércio

Para lá dos já referidos, o normal desenrolar do quotidiano dos Povos impunha a existência e a utilização de equipamentos concelhios e de espaços públicos que proporcionassem lugares de encontro, de discussão, de divertimento e de desporto, mas também lugares especializados de mercado.

5.3.5.1– Espaços e mercados abertos

Muito fáceis de agenciar localmente, os *mercados abertos* eram muito frequentes e certamente comuns a todos os velhos concelhos portugueses. Estes espaços abertos, sem barreiras arquitectónicas fixas que quebrassem o espaço ou que impedissem as vistas, eram a implantação natural para os velhos mercados, que se localizavam ora na *praça central* (e ruas adjacentes, nos dias de maior movimento) ora no *rossio* às portas da vila ou da cidade, transformado periodicamente em *campo da feira*. Trata-se de espaços que ainda hoje se encontram facilmente, embora muitas vezes ameaçados pelas pressões urbanísticas do nosso tempo, transformados em banais (mas muito úteis) parques de estacionamento ou vítimas de “arranjos urbanísticos” de gosto discutível.

Um campo da feira memorável parece ter sido o da cidade de Braga, face à Porta do Souto. É o *Forum frumentarium* representado na famosa vista quinhentista da cidade⁶⁸⁶, bem ao lado do pelourinho, de uma fonte e de um cruzeiro [Fig.^a 37]. Este *Forum frumentarium*

⁶⁸⁵ Jaime Cortesão, “Pombal”, in Raul Proença, *Ob. Cit.*, p. 509.

⁶⁸⁶ Georg Braun, *Bracaræ Avgvste descriptio*, vista dedicada ao “Ill.^{mo} D.^{no} Fratri Augustino à Iesu Brac. / Ache.po et D.^{no}, Hispaniarum Primati, Lu / sitaniae Magnati, Regiae Mai. à Consilijs / Gaspar Alvarus Machiadus Sete Brac. / eccl.iae historiographus nuncupavit ‘Brac. / Aug. Idibus Aug. Anno 1594’”, in *Civitates Urbium Terrarum, Urbium Precipuarum Mundi Theatro Quinto, Kholn*; reimpressão da Câmara Municipal de Braga, s.d.

vem lembrar-nos de que os velhos campos da feira, intensamente arborizados, equipados com fontes e bebedouros, muitas vezes monumentais, eram outrora sabiamente geridos ao longo do ano e do passar das estações e divididos consoante o tipo de mercadoria ou produto aí comercializado. Por toda a parte se encontrava a feira do gado, a das ferragens e instrumentos agrícolas, a das loiças, quinquilharias e brinquedos, a das roupas e do calçado, ou a das tendas de comidas e bebidas, a par da das diversões, num arranjo espacial muito sábio e consistente (a que não faltava espaço de deboche e transgressão), mantido ciosamente pelas posturas camarárias e pela tradição e que se manteve em pleno vigor até aos dias muito recentes que precederam a emergência triunfal da sociedade de consumo, que acabou para sempre com o muito que ainda restava das velhas sociedades rurais e dos últimos vestígios da vida económica do Antigo Regime.

Um exemplo maior de *campo da feira* concelhio era proporcionado pelo da tão antiga vila de Trancoso, belíssimo, airoso e imenso, ao serviço dos mercados semanais mas sobretudo da *Feira de Santa Luzia* e em especial da histórica e sempre memorável *Feira de S. Bartolomeu*, que foi uma das grandes feiras portuguesas de origem medieval e que o autor destas linhas ainda conheceu, de menino e adolescente, no auge de todas as suas infinitas potencialidades económicas, sociais e recreativas. Da Feira de S. Bartolomeu, a *Feira de Trancoso* da tradição popular, registe-se, para memória futura, a pujança das suas imensas virtualidades económicas, na variedade e abundância de bens a vender e a mercar, na mansidão fulva dos vitelos e na infinita placidez bovina das ubérrimas e tão possantes vacas do Jarmelo, acotoveladas, com as suas crias, na frondosíssima *feira do gado* – ou na fartura legendária das enguias da Murtosa (o *caviar* dos lavradores da Beira Alta!...), embaladas em típicas barriquinhas de madeira, vendidas à vara, a peso de ouro, e comidas avidamente com trigo de quartos ou com batatas cozidas pelas sombras, tendas e tabernas de uma vila sempre farta e sempre sóbria mas, por um dia, coalhada de gente descompassada e descomedidamente comilona, gulosa e beberrona... Da Feira de Trancoso partilhe-se com o leitor, enfim, a alacridade festiva própria do seu papel de montra de bens e tipos sociais e seus mais castiços costumes, que proporcionavam uma paisagem humana de um pitoresco inesquecível e, enfim, o fascínio ímpar do mundo colorido dos brinquedos de outrora, apenas superado pela fantasia das corridas aladas dos carrocéis ou “cavalinhos” da sua infância, pela excitação dos “carrinhos de choque” da sua juventude e pelo saudoso virtuosismo barato mas encantatório dos equilibristas e “jongleurs” de feira de província à antiga portuguesa, que precederam em muito a chegada dos cantores populares dos dias que

correm e as suas *troupes* de bailarinas de profissionalismo duvidoso mas de sucesso garantido.

Campos semelhantes encontram-se ainda um pouco por todo o país, mas merecem um reparo particular os campos de feira e de mercado de algumas localidades, nomeadamente dos vizinhos concelhos da Guarda e de Celorico da Beira, detentores de estruturas muito arcaicas e hoje muito raras de exposição e venda de mercadorias. Trata-se de *poiais* contínuos constituídos por fiadas alinhadas de balcões de pedra, muito rústicos e primitivos. Os mais espectaculares – infelizmente destruídos em tempos recentes, mas fixados pelo historiador Robert-Henri Bautier, que deles publicou uma fotografia na bela síntese editada em Portugal com o título de *A Economia na Europa Medieval* [Fig.^a 38]⁶⁸⁷ – parece terem sido os do Campo da Feira de Pínzio (no Concelho de Pinhel), estrategicamente localizado na velha estrada que da Guarda nos levava a Almeida e ao Reino de Castela, e que, de retorno, foi rota histórica de caminhantes, comerciantes, invasores, de viajantes ilustrados e, como se vê, de investigadores atentos. Muito perto, na antiga vila de Vilar Maior (hoje no Concelho do Sabugal, ainda em 1843 se pensava “em transferir o local d’um mercado mensal, que se faz em Alfaiates, do mesmo Concelho”, para Vilar Maior, para o que “pretendem **construir ruas e alpendradas**”, utilizando para isso “pedra envolvida em entulho que existe dentro do antiquíssimo Castelo da referida povoação”⁶⁸⁸. Restos importantes de estruturas semelhantes, igualmente espectaculares, ainda se encontram hoje no Campo da Feira do lugar de Gagos, junto à antiga vila do Jarmelo (actual concelho da Guarda) e, muito mais recentes e tipologicamente diferentes, na Carrapichana (Concelho de Celorico da Beira)⁶⁸⁹.

Os poiais alpendrados de Gagos [Fig.^a 39 e Fig.^a 40], localizados perto do adro da igreja local, constituem uma estrutura arquitectónica muito comprida e algo complexa, coberta por um telhado de telha vã de duas águas, cujo cume assenta num muro central longitudinal que divide simetricamente a estrutura em duas frentes alpendradas opostas e

⁶⁸⁷ Robert-Henri Bautier, *A Economia na Europa Medieval / História Ilustrada da Europa*, Editorial Verbo, Fig.^a 26, “Mercado medieval ao ar livre (Pínzio, Penafiel [sic], Portugal)”.

⁶⁸⁸ *Ofício* do Governador Civil da Guarda ao Ministro do Reino, relativo à pretensão da Câmara de Vilar Maior em transferir o mercado mensal de Alfaiates para aquela Vila; Guarda, 29-12-1843, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3322.

⁶⁸⁹ Poiais descobertos ou alpendrados ainda se encontram em alguns velhos centros de peregrinação, como é o caso dos alpendres do tão popular Santuário da Senhora do Almortão, no Concelho de Idanha-a-Nova, refeitos já no século XX, a par de alguns outros que, nos adros dos santuários respectivos, ainda vão subsistindo à ânsia modernizadora dos mordomos do nosso tempo, sempre desejosos de deixar “obra para o futuro”. Registem-se, a propósito, os extraordinários alpendres de Fátima, de vocação comercial, localizados à ilharga do santuário. Datados aparentemente dos Anos 40 do Século XX, proporcionam uma revisitação muito erudita e “estado-novista” de uma tipologia arquitectónica outrora muito presente em todo o país junto a espaços de romaria, arraial e mercado.

mais ou menos iguais. Face a este muro central, feito de pedra num aparelho muito rústico e onde se não abre qualquer abertura, o beiral da cobertura alpendrada assenta em pilares de madeira que sustentam uma viga que faz as vezes de arquitrave, também de madeira. Alinhados pelos pilares e pelo beiral, a continuidade dos poiais de pedra é ciclicamente suspensa, dando lugar a aberturas mais ou menos regulares para permitirem a entrada e saída de feirantes e seus produtos e constituem o corpo avançado deste tão arcaico espaço coberto. Na Face Nascente (do lado da Igreja), sobrevivem as prateleiras de madeira, também muito toscas, afixadas no muro central.

Os poiais do Campo da Feira da Carrapichana (Celorico da Beira) são muito mais simples. Aparentemente muito recentes, pois parecem datar dos Anos 30 ou 40 do Século XX, pelo aparelho cuidado da pedra e pelos poucos sinais de erosão da mesma, aqueles poiais merecem ser recenseados aqui, pois eles certamente trazem até nós tipologias muito ancestrais de equipamento de apoio aos mercados, aos feirantes e aos seus fregueses. Os poiais da Carrapichana são simples mesas de pedra, relativamente baixas, alinhadas umas às outras, formando corpos paralelos contínuos e muito compridos (cerca de 15 m) [Fig.^a 41]. Estes poiais estão distribuídos pelo Campo da Feira, agrupados em quatro ou cinco conjuntos autónomos, de provável vocação mercantil (frutas e legumes, queijos e outros lacticínios, etc., etc.). Face a estes poiais – e no limite do Campo da Feira, surgem uns espaços alpendrados de uma tipologia muito mais moderna que a que encontramos em Gagos. Os alpendres, de dimensões muito maiores e de tratamento arquitectónico infinitamente menos rústico, também estão alinhados, mas definem corpos individuais descontínuos, todos orientados para a mesma direcção, pois têm apenas uma face [Fig.^a 42]. As dimensões e a escala destes cobertos alpendrados, bem como o aspecto relativamente cuidado do respectivo aparelho, parcialmente rebocado e caiado, contribuem para reforçar a datação acima proposta a este notável conjunto – afinal um eficiente centro comercial provido de um muito generoso *open space* de outro tempo, localizado mesmo à ilharga da Serra da Estrela, bem à entrada da velha Estrada da Beira.

Prospecções mais sistemáticas trarão certamente ao nosso conhecimento mais estruturas semelhantes que, pela sua tão importante função, pelas suas características e pela sua raridade merecem ser conservadas e devidamente valorizadas como testemunho vivo, original e parcialmente intacto não só desta família do velho equipamento concelhio mas também das práticas comerciais, económicas e vivenciais próprias de um tempo de há muito revolidado.

Merecem ainda referência, enquanto espaços abertos de tutela concelhia os velhos *campos da bola e jogos da péla*, documentados já na Época Medieval e de que nos ficou o rasto na toponímia local⁶⁹⁰, como na raríssima *Rua do Jogo da Bola* na antiga vila de Freixiel (hoje no Concelho de Vila Flor) [Fig.^a 43]. A julgar pelo de Lisboa, o mais documentado, que estava nos finais da Idade Média, localizado no exterior da Cerca Fernandina, mesmo às Portas da Mouraria (as futuras Portas do Marquês de Alegrete), confinado a um espaço restrito e de implantação difícil, num terreno aparentemente bastante inclinado, tratar-se-ia de meros espaços abertos, sem muros e sem barreiras arquitectónicas e onde se improvisariam com a maior das facilidades os equipamentos necessários, bem como as minúsculas balizas, que se montavam e desmontavam consoante as circunstâncias e as necessidades dos jogadores e suas equipas.

A doçura do nosso clima, com os soalheiros abençoados das velhíssimas tardes domingueiras das velhas cidades, vilas e lugares portugueses, dispensava naturalmente quaisquer espaços ou estruturas cobertas. Assim, nada encontraremos em Portugal de minimamente parecido com estruturas como as que constituíam o famoso *Jeu de Paume* das Tulherias, para a prática destes jogos. No entanto, fomos encontrar um raríssimo e muito singular *Jogo da Malha* no antigo Concelho da Bemposta (hoje no concelho de Oliveira de Azeméis). Trata-se de uma construção de planta rigorosamente rectangular, definida por dois envasamentos nos dois lados maiores, onde arrancam os pilares em que se apoia a estrutura de madeira que sustenta o telhado que cobre o conjunto [Fig.^a 44]. Uma das curiosidades deste alpendre é o seu chão, de terra batida, provavelmente facilitador ou mesmo inerente a tão arcaica prática desportiva.

Espaços abertos também de tutela concelhia eram, enfim, os espaços para as *corridas de touros* que, no Portugal anterior ao Liberalismo, se improvisavam nas ruas e praças das cidades, vilas e lugares do Reino. Muito raros, merecem referência os pilares de pedra em que encaixavam as pranchas de madeira que definiam o redondel das corridas, que ainda hoje se vêem na antiga vila de Atouguia (no actual Concelho de Peniche) [Fig.^a 45]. Por sua vez, em Abiul (Pombal) sobrevivem as ruínas tristemente abandonadas de um raríssimo “camarote” (localizado mesmo ao lado do forno atrás recenseado) em uso nas corridas de touros outrora aí realizadas [Fig.^a 46]. Testemunhos locais insistem em que teria sido o

⁶⁹⁰ Um exemplo de espaço colectivo nas vilas e cidades medievais era o “Campo do Tablado”, como o que existia em Lamego. Com efeito, da praça do pelourinho de Lamego “vai uma rua larga direita até o **Campo do Tablado**, na qual finda a Rua Torta, o qual Campo é de forma quadrada, grande, e logo ao entrar n’elle, à mão direita, está o Convento de Nossa Senhora da Piedade, que é de Religiosos Eremitas de Santo Agostinho”, Códice 547, impresso, códice do século XVIII, citado por F. J. Cordeiro Laranjo, *Vultos e Ruas de Lamego*, Ed. Câmara Municipal de Lamego, Lamego, 1993, p. 103.

camarote ducal e que teria sido mandado erguer pelos próprios Duques de Aveiro, seculares donatários daquela antiga vila⁶⁹¹.

Os velhos rossios e demais espaços abertos concelhios vêm, porém, lembrar-nos que o espaço urbano tradicional, quer o Medieval, quer o do Antigo Regime, estava longe de ser um espaço especializado ou de ter uma função única e dogmaticamente pré-determinada e programada. Pelo contrário: os espaços medievais instituíam-se com a maior naturalidade e com a maior das facilidades tanto em *espaços de comércio* como em *recintos abertos de jogos infantis e juvenis*; em *praça de comestíveis* ou em *campo para largadas ou corridas de touros*, em *jogo da péla* ou em campo para o tão famoso e tão nobre *jogo das canas*. Com efeito, jogava-se literalmente em todos os lugares, variando as práticas lúdicas apenas de acordo com a época do ano, o tipo de jogos e de jogadores, novos ou velhos, rapazes ou raparigas, jovens e até crianças, como as que encontrámos a jogarem *à malha* no terreiro da freguesia da Castanheira (Bragança) [Fig.^a 47], a caminho da antiga vila de Gostei (hoje também no concelho de Bragança).

Instituindo-se ciclicamente as velhas praças e ruas em espaços de jogos, de brincadeiras e até de bailes, mas também em espaços de comércio e até de apoio a alguns trabalhos agrícolas, quando se tornavam em eiras improvisadas, aquelas mesmas velhas praças e ruas eram essencialmente espaços colectivos – concelhios, em suma – de trabalho, de diversão e de festa religiosa, mas também de festa laica, profana e mesmo cívica.

5.3.5.2 – Alpendre do Concelho

Os *alpendres do concelho* eram estruturas arquitectónicas de abrigo que proporcionavam espaços colectivos de reunião, de convívio, de descanso e de divertimento para vizinhos, passantes e forasteiros de todas as condições sociais. Porém, o alpendre era também um importante espaço de comércio, em articulação e complemento dos açougues (fechados, por definição) e demais mercados cobertos. A adaptação e utilização dos alpendres do concelho enquanto lugar de comércio merece ponderação. Com efeito, à semelhança das “halles” da tradição francesa e dos mercados cobertos dos concelhos da

⁶⁹¹ Em Benavente existia um “Corro de touros”. Era “o recinto compreendido pelas traseiras dos actuais paços do concelho (...), a Rua do Norte e a Rua da Amoreira [que], na sua fase primitiva, serviu de praça de touros, talvez a primeira que houve na vila (...). A situação deste largo era magnífica para o fim a que se destinava: os touros vinham da várzea, passavam o rio à ponte, se não a vau, subiam a Ladeira da Ponte e ficavam logo encurralados na praça”, Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente...*, p. 51.

Europa do Norte⁶⁹², também nos concelhos portugueses do Norte do país se utilizavam abundantemente, por motivos climáticos, espaços alpendrados, cobertos, para a realização de trocas comerciais, assim se protegendo da chuva os vendedores, compradores e passantes⁶⁹³. O mesmo se passaria nas Províncias do Centro e do Sul, desta vez para abrigar a uns e a outros das inclemências do sol e do calor⁶⁹⁴. Assim, em Montemor o Novo, “em 1503 foi autorizada a construção de um alpendre frente ao «açouge do povo meudo» para evitar a «muita opresam» que os compradores sofriam «em tomarem a carne quando faziam as calmas e chovia»”⁶⁹⁵.

Já vimos os *alpendres do concelho* serem usados pelos homens-bons dos concelhos para a realização das suas assembleias concelhias, pois a sua utilização não só proporcionava um mínimo de conforto aos presentes como contribuía para dignificar e legitimar os participantes, a assembleia respectiva e sobretudo as próprias decisões tomadas. Porém, é enquanto espaço coberto multi-funcional que os *alpendres do concelho* ganham

⁶⁹² Referindo-se às cidades comerciais europeias medievais, Spiro Kostof nota que “uma série integral de edifícios relacionados com o comércio – “guild halls”, armazéns, mercados, postos cambiais – sobrevivem para mostrar que mesmo antes da Época Moderna todos aqueles que ocuparam a cidade de modo a produzirem e venderem bens foram capazes de uma celebração monumental das suas actividades”, Spiro Kostof, *The City Assembled...*, p. 92. Para os mercados das cidades europeias pré-industriais, a sua configuração e a sua localização, ver “Pagus Mercatum” in Spiro Kostof, *The City Assembled...*, pp. 92-102. Noutro momento do mesmo texto, o mesmo autor considera que “no centro da cidade, um espaço aberto central era tradicionalmente disponibilizado à parte para a condução dos negócios – seja a ágora dos Gregos, o forum dos Romanos ou a praça do mercado medieval. O espaço pode ser irregularmente definido ou ser-lhe dado um enquadramento arquitectónico mediante pórticos uniformes”, Spiro Kostof, *The City Assembled...*, p. 95.

⁶⁹³ Sobre este assunto deve ser considerado o estudo de Aurélio de Oliveira, “Mercados do Norte do Douro – Algumas considerações sobre História dos Mercados regionais, Séculos XVII-XVIII”, *Separata da Revista da FLUP – História*, História, Porto, 2.ª Série, 2, FLUP, 1985, que não pôde ser consultado em tempo útil para esta dissertação.

Um bom exemplo de alpendres nortenhos era proporcionado pelos que havia na praça dos condes de Unhão (Felgueiras): “O terreiro [à frente do palácio dos Condes de Unhão] he muito grande, mais comprido que largo; e **de huma banda, huma carreira de cazas terreas, que servem na ocazião da feira** [franca, no dia de S. Mateus]; e de outra, a caza da camara e audiencia, onde junto da porta, da parte de fora, está hum escudo de pedra, com as armas dos Sylvas, no primeiro quartel e seo contrario; e no segundo, as dos Castros; e no terceiro, as dos Silveiras; e por sima, huma coroa de conde; ahi perto está o pelourinho; e no alto, hum escudo dos Telles e Sylvas, esquartelado, com sua coroa de conde”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob.Cit.*, Vol. II, p. 198. Ver ilustração, do autor, in Id., *Ibidem.*, Vol. II, à p. 190.

⁶⁹⁴ São muito de notar umas estruturas abobadadas de Olivença, localizadas perto dos *quartéis militares* setecentistas. Trata-se de uma série de naves adjacentes umas às outras e que, localizadas num “rossio” daquela antiga vila, poderiam ter constituído alpendres do concelho para uso dos comerciantes locais de verduras e de caça e peixe. Note-se que a Câmara de Lisboa não permitia o uso de “sombas” e muito menos a construção de estruturas efémeras ou permanentes na Ribeira das Portas do Mar. Com efeito, por motivos de política económica e de protecção dos consumidores, a exposição e venda de peixe, verduras e frutas frescas era obrigatoriamente sempre feita ao ar livre e a céu aberto, para evitar a especulação dos preços. Na Ribeira apenas havia estruturas cobertas – mas frágeis, efémeras e jamais monumentalizadas – encostadas aos edifícios da face norte daquele famoso mercado lisboeta de comestíveis, nos edifícios contíguos à Casa dos Bicos, onde se vendiam legumes e fruto secos. Para a localização, descrição e implantação urbana da Praça da Ribeira das Portas do Mar de Lisboa ver, do A., *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, Pandora, Lisboa, 2004, pp. 157-162.

⁶⁹⁵ Jorge Fonseca, “A Economia”, in Jorge Fonseca (Coord.), *Montemor-o-Novo Quinhentista e o Foral Manuelino*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2003, p. 74.

todo o seu sentido e importância arquitectónica. Mais extensos ou de dimensões muito modestas, mais monumentais ou mais humildes, mais efémeros ou mais resistentes, construídos de madeira ou construídos de “pedra e cal”, a sua tipologia seria de uma simplicidade extrema e, talvez por isso mesmo, portadora das mais antigas e das mais nobres tradições urbanas. Em todo o caso, parece ser de considerar que o *alpendre* dos concelhos medievais portugueses está (quanto à sua origem, à sua tipologia e mesmo à sua implantação urbana) muito longe do *fórum romano*, do seu formalismo arquitectónico e urbano e da sua solenidade funcional e simbólica. Do mesmo modo, também não poderemos ver nos alpendres concelhios portugueses uma espécie de *stoa* da *ágora* grega, transposta na Época Medieval para este canto – como para todos os cantos – da Europa. Com efeito, aparentemente muito longe da tradição arquitectónica e urbana mediterrânica, parece dever procurar-se noutras origens a inspiração para o desenho informal e indisciplinado dos velhos alpendres dos concelhos medievais, longe de qualquer *ordem* e avessos certamente a qualquer *cânone* que não fosse o que lhe impusessem os materiais com que eram construídos, a tecnologia que era utilizada e as dimensões pretendidas. O seu desenho global decorria também dos recursos financeiros de cada concelho, das disponibilidades e condicionantes da localização e da própria topografia do terreno e, enfim, das diversíssimas funções a abrigar e a acolher nos alpendres.

Tendo-se perdido praticamente todos os velhos alpendres dos concelhos medievais⁶⁹⁶, deles ficou a memória nos alpendres de inúmeras igrejas, ermidas e santuários de todo o país, constituindo estes um *corpus* arquitectónico de uma variedade extrema. Com efeito, os alpendres podiam ter as mais diversas formas. Se no Norte, terra de madeiras abundantes e baratas, as coberturas podiam assentar em sólidas vigas de madeira apoiadas em pilares de pedra ou também de madeira, no Sul, os vãos entre os pilares de sustentação poderiam ser vencidos com arcadas, o mesmo acontecendo nas soluções mais eruditas recenseadas por todo o país desde pelo menos o século XVI. Assim, em Braga, no Rossio da Porta do Souto, os alpendres definiam e eram conhecidos por “Arcadas”, cuja localização e cujas funções não oferecem dúvidas:

“As *Arcadas* constituíam desde tempos imemoriais um verdadeiro interposto entre Braga e o seu *hinterland*. Junto funcionava a alfândega, mandada construir sob o arquipiscopado de D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609) junto ao castelo para «os mercadores de fóra poderem agazalhar-se a si e suas fazendas, sem pagarem outros direitos, além do aluguel dos pezos ou medidas por que vendiam, e que d’ele se pagasse ao alfandegueiro, para guardar tudo o que na alfândega entrasse». Aí acorriam e se abrigavam feirantes e almocreves do interior serrano, convertendo a área num

⁶⁹⁶ Parece terem pertencido a um velho alpendre do extinto Concelho de Numão (Vila Nova de Foz-Côa) os fortíssimos pilares de pedra, bem à entrada das respectivas muralhas.

verdadeiro sorvedouro de gentes e actividades, tendo os seus arcos sido edificadas por D. Rodrigo da Moura Telles (1704-1728) no ano de 1715⁶⁹⁷.

Porém, as arcadas representadas por duas vezes na casa da câmara da cidade, no salão nobre e na escadaria principal [Fig.^a 48], parece serem as que pertenciam aos alpendres quinhentistas, eruditíssimos, assentes em colunas em que se apoiam os arcos de volta inteira que sustentam uma cornija ou, melhor, um entablamento que coroa o conjunto, de uma escala e de uma pureza que chamaríamos de florentina, não fora a presença das ameias tão idiomáticamente ibéricas, se não portuguesas e mesmo “manuelinas” – bem como a presença esmagadora da torre anexa à cadeia da cidade, localizada justamente por trás dos alpendres e que emergia então (como emerge ainda hoje) com um muito agressivo impacto visual, absolutamente contrastante com a extraordinária leveza dos alpendres.

Muito perto de Braga, alpendres semelhantes, também muito compridos, existiam em Ponte de Lima – hoje perdidos mas representados na iconografia antiga da bela vila minhota [Fig.^a 49] – igualmente adossados à face exterior das muralhas medievais⁶⁹⁸, na sua face ribeirinha, voltados para o secular campo da feira que ocupava e continua a ocupar o vastíssimo espaço que se espalhava até praticamente à linha de água do Rio Lima – espaço em muito grande parte ainda hoje intacto e que, hoje como ontem, continua a ser polarizado (tal como o campo da feira de Braga desde as obras de D. Diogo de Sousa), pelo competente pelourinho.

Perdidos os alpendres de Ponte de Lima, no Minho sobrevivem alguns extraordinários alpendres do concelho da Época Moderna, aparentemente todos do século XVIII. Tratando-se de peças eruditas, a todos eles se acede por arcadas. Os recenseados são os de Caminha (hoje adaptados a Posto de Turismo local) [Fig.^a 50] e os de Ponte da Barca [Fig.^a 51], datados de 1752, provavelmente os mais eruditos, localizados na Praça face ao Pelourinho também setecentista e ao arranque da monumental ponte sobre o Rio Lima, que deu o nome àquela antiga vila.

⁶⁹⁷ Manuel Sopas de Melo Bandeira, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII – A reconstituição da cidade a partir do Mappa das Ruas de Braga e dos Índices dos Prazos das Casas do Cabido*, Edições Afrontamento, Porto, 2000, p. 123.

⁶⁹⁸ Localização semelhante tinham os alpendres concelhios de Campo Maior, aparentemente construídos em 1548, quando “os oficiais” do concelho “**fizerão hu Alpendre na Praça desta Vila ao longo do Muro em que se vendião as couzas della q houver**”. Tendo-se arruinado a casa da câmara local o Rei determina: “**Hey por bem que se fação as audiencias, e Camera sobre os alpendres** que dizeis que se fazem na Praça por meu mandado para o que se derribara a barbacaa que estava defronte da dita obra, e assim a barreira athe o Castelo sendo necesario”, documento publicado por Estêvão da Gama de Moura e Azevedo, *Ob. Cit.*, pp. 177, 178.

Longe do eco-sistema nortenho, ficou-nos um desenho do alpendre de Sintra, feito pelo próprio rei D. Fernando⁶⁹⁹ [Fig.^a 52]. Estava localizado na velha praça de Sintra: “em frente do bloco formado pela torre e os dois edifícios que lhe estão adossados, ficava a «Alpendrada do Mercado» [...] . A dar crédito ao que diz o *Arquivo do Concelho de Sintra*, as notícias sobre o alpendre já datam do princípio do século XIV, até que, em 7 de Maio de 1893, foi iniciada a sua demolição”⁷⁰⁰. Como vemos, ficava na frente da velha casa da câmara que o Terramoto destruiu e da torre do relógio contígua, único elemento do velho complexo concelhio sobrevivente.

Um reparo final merecem, finalmente, os alpendres de S. João da Pesqueira [Fig.^a 53], que são os mais extensos, já da Época Pós-Pombalina, e cujas arcadas assentam em pilares de secção quadrangular. Estes alpendres estão localizados na velha Praça daquela belíssima vila, face à casa da câmara pombalina local tendo, porém, à sua ilharga de um lado o arco de entrada na Praça (e que parece ser o que resta de uma presumível cerca muralhada medieval) e do outro a Torre do Relógio, sua contemporânea. Ornato urbano de uma comunidade tipicamente duriense, certamente recém-enriquecida com as políticas pombalinas de apoio ao *vinho do Porto*, os alpendres de S. João da Pesqueira fazem parte de um excepcional complexo urbano redefinido em 1794 e modelado pelos edifícios de empresa concelhia então construídos – conjunto explicitamente referido na epígrafe então colocada no centro da fachada da casa da câmara, para memória futura do feliz reinado de D. Maria I e sobretudo para exaltação e memória futura do muito operoso e erudito Juiz de Fora José Xavier e Cerveira, que se auto-celebrava em Latim, bem como às obras por si então levadas a cabo, “DOMUS CAMERARIA, CARCER, TURRIS HOROLOGIUM ET ARCATA” [Fig.^a 54]. Esta *Arcada* de 1794 tem, porém, em comum com as demais o facto de a sua planta ser extremamente regular. Com efeito todas as Arcadas recenseadas definem rectângulos relativamente alongados, pontuados por colunas ou pilares de secção quadrangular que sustentam, na sua face principal, as obrigatórias arcadas, sempre de volta inteira, onde se apoiam as armações dos telhados, de telha-vã, ou protegidos por forros de madeira mais ou menos ricos e elaborados. De comum, ainda, o contraste entre os alçados anterior e posterior destes alpendres – este praticamente cego, definindo uma parede onde se apoiam prateleiras e outras estruturas de exposição e onde, quando muito, se abrem discretíssimas portas. Face a este, o alçado anterior é rasgado pelas arcadas que dão para a

⁶⁹⁹ Publicado in Felix Lichnowsky, *Portugal – Recordações do Ano de 1842*, Frenesi, Lisboa, 2005.

⁷⁰⁰ José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo – Bairros de Sintra*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1977, Vol. I, p. 31.

praça, a que dão um toque não só muito cosmopolita e elegante como muito raro no panorama do urbanismo português.

5.3.5.3.- Açougues

Ao contrário dos lugares de mercado que já encontramos, os açougues eram espaços de comércio fechados, construídos pelos concelhos, mas normalmente concessionados a comerciantes particulares, certamente em condições vantajosas, mas com a contrapartida de grande controlo quer dos abastecimentos quer dos preços, pelos competentes oficiais concelhios. Os velhos açougues dos concelhos portugueses estão imensamente documentados e suscitam uma infinidade de estudos, pois o seu melhor conhecimento contribui certamente para o nosso melhor conhecimento não só do abastecimento mas das próprias relações económicas e da própria sociedade do Portugal das Épocas Medieval e Moderna.

Na Idade Média abrigavam a venda de comestíveis, pelo que “o açougue era, em princípio, um mercado permanente onde se vendiam a carne, o peixe, os legumes, etc.”⁷⁰¹. O “Regimento do Mercado dos Açougues novos da Praça” de Évora contempla nos seus vários “títulos” as padeiras, fruteiras e verceira (vendedora de “verças”, hortalíça), mas também as enxerqueiras, pescadeiras de pescado fresco e seco e as vendedeiras de tripas e “debulhos de bois e vacas e outras carnes cozidas”. Aquele Regimento contemplava, enfim, os vendedores de cabritos, de candeias, limões e afins, fruta seca e figos verdes e secos⁷⁰². Como se vê, ressaltando a inclusão estranha das candeias (incluídas por serem alimentadas a azeite?), trata-se de comestíveis de toda a natureza, alguns já pré-cozinhados, vendidos a retalho. A exclusão de vaca, porco e borrego neste Regulamento mostra-nos que para estes produtos continuavam em vigor os *Açougues Velhos* de Évora, a que voltaremos. Com o tempo, os açougues passam a abrigar apenas a venda de carne e de peixe, para se especializarem posteriormente apenas na venda da carne a retalho, nos três *talhos* ou balcões que os açougues acolhiam, os *talhos* do borrego, do porco e da vaca. Aliás, por uma evolução semântica muito interessante, *a palavra talho acabará por ganhar o significado do velho açougue da carne* – palavra que sobrevive, tanto quanto se sabe, no Português do Brasil, com o seu uso e significado históricos. Um dos exemplos mais antigos desta acepção da

⁷⁰¹ Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval...*, p. 56, Nota.

⁷⁰² Publicado em Gabriel Pereira, *Ob. Cit.*, p. 320.

palavra *talho* ocorre justamente em Almeida quando, em 1865, se refere a verba de 30\$000 para “**compostura do telhado e obra do ladrilho e caiamento da casa do talho**”⁷⁰³.

Caução e símbolo maior da abastança dos Povos, os açougues foram sempre motivo de grande preocupação tanto do poder central como do local, sempre preocupado com os abastecimentos⁷⁰⁴. Assim, os Açougues, para lá da venda a retalho eram também posto de recolha e de controlo obrigatório pelo menos de certos produtos. Por isso, a Câmara de Évora determina, no séc. XV, que todo “o pescado fresco que veer aa dita cidade **se vaa ao açougue que seja posto dentro na casa que pêra ello foy feita**”⁷⁰⁵.

Os açougues eram propriedade dos concelhos, que os construíam, mantinham e tutelavam. No entanto, chegam-nos notícias de açougues aparentemente reais (onde se vendia vinho), referidos em certos “Capítulos” apresentados pelos Povos nas Cortes de Santarém de 1331, convocadas por D. Afonso IV: “Outro sy dizedes que os porteyros teem huma casa *en que metem o vijnho que se uende nos meus açougues* e a casa ha de teer duas chaues a huma teer huum homem jurado pelos porteyros E a outra huum dos almocreues que hij teuer o vijnho [...]”⁷⁰⁶. Porém, a norma era os açougues pertencerem às cidades e vilas. Assim, é conhecida certa Carta Régia de D. João I ao Concelho de Évora, “mandando **que o dito concelho houvesse os açougues da cidade**”, outrora indevidamente apropriados pela Rainha D. Beatriz⁷⁰⁷. Por serem propriedade concelhia, os açougues dos concelhos são referidos explicitamente nos forais manuelinos, como no de Montemor-o-Novo, de 1503, onde se lê, relativamente ao

⁷⁰³ “Obras das Câmaras no Distrito da Guarda – Distrito Administrativo da Guarda – Mapa estatístico das obras municipais efectuadas nas diferentes concelhos deste Distrito com referência ao Ano Económico de 1865 a 1866”. In IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 1168; Maço 3144.

⁷⁰⁴ Sendo os açougues uma realidade eminentemente concelhia, suscitavam a preocupação e o controlo do poder central. Assim, já nos fins do Século XVIII, uma informação da Provedoria da Comarca de Santarém para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino contém, entre outras, uma “Relação das carnes que se cortarão e acobrarão (?) nos Açougues desta Villa de Santarem e mais terras da sua Comarca os annos de 1772 até 1768”. Esta *Relação*, feita em resposta à *Ordem Real* de 16-11-1772, assinada pelo Marquês de Pombal e dirigida ao Provedor da Comarca de Santarém, contém a lista dos Açougues da Comarca de Santarém: Santarém, Torres Novas, Golegã, Coruche, Salvaterra, Azambuja, Alcoentre, Mujem, Almeirim, Montargil, Erra, Alcanede e Paialvo, acrescentando-se que “nesta declaração se não faz menção das vilas de Aveiras de Cima, Aveiras de Baixo, Azambujeira e Lamaroza, por não haver caza de Assougue nas ditas villaz”, Santarém a 5 de Janeiro de 1773: IAN-TT – *Ministério do Reino* - Correspondência dos Provedores das Comarcas - Provedoria da Comarca de Santarém, Maço 468 (Caixa 584).

De todos estes açougues, ainda foi possível encontrar, no âmbito do trabalho de campo inerente a esta *dissertação*, o provável açougue da antiga vila de Paialvo (Tomar).

⁷⁰⁵ “Posturas antigas da Câmara de Évora”; “Título” das “Pescadeiras”, publicado em Gabriel Pereira, *Ob. Cit.*, p. 129.

⁷⁰⁶ In Ah. H. de Oliveir Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV...*, pp.s 60, 61.

⁷⁰⁷ Carta Régia de D. João I, de Coimbra, 21-3-1395, ao Concelho de Évora, publicada por Gabriel Pereira, *Ob. Cit.*, pp. 88-90.

“coregimento dos dictos açougues [...]: Decramos que o açougue da carne e asy a casa sobredicta pera Recolhimento dos dictos carniceiros seja sempre coregida e Repairada de todo o que lhe conprir a custa dos dictos direitos que se della pagam per quaesquer pesoas que os dictos direitos de nos tiverem”⁷⁰⁸.

No entanto, estão documentadíssimos *açougues privados* ou, melhor, affectos às mais diversas entidades, instituições e grupos sociais, que legalmente tinham o privilégio de deterem açougues privativos e privilegiados. Era o caso dos “Officiaes do Regimento que forma a guarnição dessa Praça, e Villa de Cascaes”, que tinham “hum Provizão concedida pelo Senhor Rey Dom João o Quinto **para terem hum Açougue privativo, e privilegiado para fornecer de carnes o dito Regimento**”⁷⁰⁹. Era também o caso de tantas outras instituições do Antigo Regime, como o Hospital das Caldas da Rainha, cujo açougue provocava conflitos: um “foco de tensão entre o Hospital e a Câmara era a existência de dois Açougues na vila. Um era denominado de açougue do povo, funcionando no edifício dos Paços do Concelho. O outro era pertença do Hospital e destinava-se a fornecer a própria instituição, bem como os seus oficiais e privilegiados”⁷¹⁰. Em Coimbra, mesmo nos fins do Antigo Regime, a Câmara contestava privilégios da *Casa dos 24*, que detinha um açougue privado, provocando conflitos muito graves⁷¹¹.

Os açougues estavam por vezes localizados na própria casa do concelho (que adiante estudaremos), mas mais frequentemente constituíam um edifício isolado, “exento” e especializado, o “açougue” do concelho, pequenino edifício construído por toda a parte – e que será o que consideraremos neste momento.

Para o seu conhecimento enquanto estrutura construída há que considerar em primeiro lugar a sua localização que, para comodidade dos Povos, devia ser sempre central. Localizados normalmente na praça da cidade, vila ou lugar, muitas vezes junto ao adro ou

⁷⁰⁸ Publicado in Jorge Fonseca (Coord.), *Montemor-o-Novo Quinhentista e o Foral Manuelino*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2003, p. 127.

⁷⁰⁹ Carta de 31-3-1787, do Visconde de Vila Nova de Cerveira ao Juiz de Fora de Cascais em resposta a outra do Juiz de Fora de Cascais, de 18-4-1787, em que este informa ter “a Camara desta villa, como todas as mais do Reino a obrigação de pôr em Arrematação as carnes percizas para o seu respectivo Povo”: IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 368.

⁷¹⁰ Luís Nuno Rodrigues, “Caldas da Rainha no século XVIII: o Hospital e a Câmara”, in Luís Nuno Rodrigues, Mário Tavares e João B. Serra (Coord.), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Caldas da Rainha, 1993, p. 128.

⁷¹¹ Que suscitou um processo muito complicado de que subsiste o respectivo *Sumário* feito na Secretaria de Estado a 13-2-1823 por Paulo Midosi (o amigo e familiar de Almeida Garrett). O processo relaciona-se com a tutela dos Açougues de Coimbra, que provocava um conflito entre a Câmara e a *Casa dos 24* daquela cidade. A *Casa dos 24* queixava-se da usurpação do seu Açougue privativo pela Câmara, que reclamava a propriedade daqueles Açougues chegando ao próprio arrombamento do edifício respectivo: IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Magistrados das Províncias do Reino – Cartas e Informações dos Juizes do Povo – Maço 593; Caixa 693.

nas adjacências da igreja local⁷¹², chegaram até nós inúmeras Ruas do Açougue⁷¹³ como, e apenas para dar um exemplo, a de Arronches, bem junto à velha cadeia local [Fig.^a 55]. Os açougues estavam em articulação directa quer com os demais espaços de comércio quer com a própria sede do poder concelhio, pois ou se localizavam na própria casa da câmara ou nas suas proximidades. Considerando agora apenas os açougues instalados num edifício autónomo, a generalidade dos açougues que foi possível identificar localizavam-se na praça local, como o da antiga vila de Colos, hoje no Concelho de Odemira, recente e escusadamente adaptado a casa de banho pública [Fig.^a 56], ou os tão tardios açougues de Benavente ou de Alvaiázere (ambos localizados nas praças locais, bem face às respectivas casas da câmara) – para não falar na centralidade dos próprios açougues manuelinos de Lisboa, localizados em pleno Terreiro do Paço! Merecem referência os açougues das antigas vilas de Garvão (hoje no Concelho de Ourique) e de Paialvo (hoje no Concelho de Tomar), ambos nas proximidades das suas antigas casas da câmara, bem como o de Santiago do Cacém, que também sobrevive não longe da antiga casa da câmara local.

Porém, a localização central dos açougues desde cedo foi motivo de preocupação, devido tanto ao carácter por vezes promíscuo e mesmo mal cheiroso inerente à manipulação, à venda e sobretudo à por vezes muito precária conservação das carnes, como ao tradicional despudor e desbragamento de linguagem de açougueiros e açougueiras. Assim, em Elvas em 1498 existem dois açougues, uns antigos, que “**estam no meyo da villa**” e outros modernos, “que os do pouoo apartaram e foram fazer **na praça da dicta villa**”. Presume-se facilmente que, com a expansão urbana e a deslocação do “centro da vila” no sentido dos arrabaldes, os açougues antigos se tornassem pouco cómodos para os moradores. Porém, os açougues

⁷¹² Esta era uma realidade tipicamente europeia e peninsular. Em Toledo, nos começos do século XVI, “**detrás da cathedral encontrava-se a praça do mercado com as carnicerías maiores** [carnicerías], que ainda permanece, embora muito reformada. Obteve-se licença para dizer missa no alto daquelas, para maior comodidade dos comerciantes [...]”. Em 1545 o Corregedor Don Pedro de Córdova ordenou a reconstrução das carnicerías maiores, **situadas face à ábside da cathedral** [...]. Segundo Parro, era um edifício digno de elogio. **A sua portada constava de um grande arco de pedra entre colunas, coroado pelas armas da cidade e do rei.** O interior estava **organizado em torno de um pátio com arcadas nos quatro lados.** Na parte superior do edifício encontrava-se a **capela aberta.** Encontramos estas construções religiosas, que tanta influência irão ter na América Espanhola, nos lugares mais concorridos da cidade, do ponto de vista comercial: Zocodover e a praça maior ou do mercado”, Rosario Díez del Corral Garnica, *Ob. Cit.*, pp.s 147, 148.

⁷¹³ Para a presença urbana de Ruas do Açougue (ou da Carniçaria) na Idade Média, ver Amélia Aguiar Andrade, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990, p. 104, Nota.

Lamentavelmente, desde o Século XIX que a moda de substituir o nome às ruas portuguesas tem apagado as velhas designações, como esta, tão portuguesa, de *Rua do Açougue*, que constituía uma quase invariante no panorama urbano e toponímico português tradicional. Este fenómeno tem-se acentuado alarmantemente em tempos recentes e deve ser imediatamente travado, revertido e corrigido, recuperando-se as designações tradicionais, pois a toponímia histórica também é património cultural, e como tal deve ser mantida na sua integralidade. Além disso, a velha toponímia ajuda-nos a perceber a lógica urbana, tantas vezes mutilada ou mesmo integralmente perdida, das velhas cidades, vilas e aldeias portuguesas.

novos, na praça, que se intui ser também nova, provocam sérios transtornos e inconvenientes de que se fazem eco os Capítulos especiais de Elvas às Cortes de Lisboa de 1498. A lista destes merece transcrição, pois traz até nós o animado e por vezes constrangido mundo urbano dos fins do Século XV. Com efeito, os açougues novos, tutelados pelo Povo, tornavam a praça acanhada: deles

“segue [-se] gramde dano e fazem gramde noJo aa dicta villa **porque a dicta praça he mujto pequena omde conthinoadamente estam paadeiras e Regateiras e outras mujtas pessoas** que de continuo ham de estar na dicta praça comprando e vendendo e nom cabem em ella e aalem destos os fidalgos caualeiros e escudeiros sempre Restrem na dicta praça e nom se podem em ella Reboluer”.

Por outro lado, a animação inerente aos açougues perturba os serviços religiosos na igreja ao lado: “E o que pior he que **Junto com os dictos açougues esta pegada huma IgreJa de grande deuaçam** omde sse continuoadamente cada dia çellebra ho offiçio diujno e estam em ella cantando e cellebrando o dicto officio diujno e os que tomam a carne bradando ho que he muj desonesto e faz grande toruaçam ao dicto officio”. Um último transtorno era invocado, o da falta de higiene: “E aJnda por causa das carnes que se nos dictos açougues cortam he sempre na dicta praça spicialmente no veraão **a çugidade e fedor e moscas** que as gentes nom podem sofrer estar nella”. Face a tanto transtorno, pede-se a transferência pura e simples do açougue novo para o antigo: “Pedimos a uossa alteza que pois **o dicto açougue he tam odioso na dicta praça que o mande poer nos açougues antiijos** omde sempre esteue antiijamente”⁷¹⁴.

Idêntica deslocação dos açougues antigos do “centro da vila” para os arrabaldes se verificara em Faro. Também aí os açougues antigos se terão tornado pouco cómodos para os moradores, que desertaram da cerca, como se lê numa *Carta Régia* de 24 de Março de 1498 à Câmara de Faro, relativa a certos Capítulos apresentados por aquela vila nas Cortes de Lisboa de 1498:

“outrosy nos emmviaram dizer como nos tempos pasados a dita vila fora muy bem pouoada do çerco ademtro dos prinçipaees e omrrados da dicta vila **no quall tenpo as famgas da farinha e do pam e os açougues E asy a praça eram em a dicta** terça [sic, por cerca] E asy a feira quamdo Se fazia; E que ora [a dita cerca] **era despouoada asy por o pouo meudo por [pôr] o talho no aRaualde**, como por outras cousas Semelhamtes”⁷¹⁵.

Em Guimarães não houvera deslocações semelhantes pelo que, mesmo nos fins do século XVIII, se levanta o gravíssimo problema da péssima localização dos velhos açougues, no centro da vila e o da sua indispensável transferência para os arrabaldes –

⁷¹⁴ Cortes de Lisboa de 1498, Capítulo 26.º dos Capítulos especiais de Elvas (29-1-1498), in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., pp. 391, 392.

⁷¹⁵ Carta régia de 24-3-1498 à vila de Faro contendo a reformulação de sete dos capítulos apresentados nas Cortes de Lisboa de 1498 (Capítulo 2.º dos Capítulos especiais de Faro), in Id., *Ibidem*, p. 406.

transferência não só muito onerosa para a Câmara, como muito contestada, pois feria gravemente equilíbrios de há muito estabelecidos⁷¹⁶. Tudo começara com uma Real Ordem de 22-8-1778 que – considerando que “A Raynha nossa Senhora foi informada de que o **Asougue com as Suas offecinas que se achão estavalecidos dentro nessa Villa Cauza grande prejuizo aos moradores della** e de que **os mesmos prejuizos podem passar a funestos effeitos**” – determinava ao Juiz de Fora de Guimarães que “faça **mudar o dito Asougue com as Suas offecinas para outro Citio** que não possa fazer gravame nem prejuizo a vizinhança delle”. Em execução desta Real Ordem, a 1 de Outubro de 1778, o Juiz de Fora de então

“fizera remover os matadouros, e Armazens de couros, **para o Arabalde chamado a Rua do Relho acautellando assim interinamente algum prejuizo**, e tractando ao mesmo tempo de **procurar, o sítio mais comodo para a mudança do Açougue**, fazendo **para** isso as diligencias que constão da certidam **que** com esta remeto; e **por ora se concervão os talhos onde se cortão; e vendem as carnes; e so removidos os matadouros, e Armazens de couros para o sobredito Arabalde da Rua do Relho**”.

Entretanto, a Câmara de Guimarães elegera, para localização definitiva dos novos açougues, “**o çitio da Torre dos Caens incostado ao muro da villa por Ser nos arabaldes fora dos muros della dezviado de vizinhança**”. O sítio escolhido provocou o descontentamento e a oposição renhida do *lobby* franciscano local, não só o masculino mas sobretudo o feminino. Com efeito, as freiras de Santa Clara opuseram-se renhidamente à nova localização escolhida “por Reção de os **ditos Asougues ficarem incostados ao muro ahonde chega a Sua Serqua lhe poder[em] cauzar algum fetido** e juntamente de **Riba dos tilhados do tal asouge ficar mais facil o poder çe subir o muro**” da respectiva cerca. A Câmara, mediante uma vistoria a 12 de Outubro “indo esta ao dito çitio com dois Medicos, e dois Mestres pedreiros”, rebateu os argumentos das duas comunidades franciscanas, atendendo às justas reclamações dos frades mas declarando que do “**Asougue naquelle çitio nenhum prejuizo tinham as ditas Relegiozas tanto no dito asougue e matadouros como em qualquer envazão que Reçiavão no muro** atendendo a altura com que ficava”. Assim, em sessão camarária do dia 14 do mesmo mês “por todos foi asentado que **achavão útil ao povo que o dito asougue e matadouros se fizesse no dito Çitio por ser o mais auto e acomodado para o dito effeito** se Sua Magestade assim o ouvesse por bem” e por não “se achar outro Çitio nas vizinhanças desta Villa mais comviniente”. Quanto

⁷¹⁶ *Representação* do Juiz de Fora de Guimarães explicado os motivos porque se não procedera à mudança dos Açougues da Villa, desrespeitando assim a Ordem de S. Magestade de 1778 nesse sentido, com uma *Certidão* com o *Treslado daquela Ordem* e com as iniciativas então tomadas para escolher sítio adequado, no sentido de dar cumprimento àquelas Ordens; Guimarães, 26-4-1781 IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 368; Caixa 491 [Apêndice Documental: Doc. N.º 8].

aos encargos com a transferência e as obras dos novos Açougues, na mesma sessão, “Revendo o Livro do Foral que a esta Villa foi dado pello Senhor Rey Dom Manoel” a 1517, invocou-se o determinado no mesmo, nomeadamente na “declaração seguinte: «Pagarão os Carnisseiros, e outraz quaisquer pessoas que no asougue da dita Villa cortarem carne de cada Boi, ou Baca, honze seitis sigundo sempre pagarão **e por este direito se corrigirão os Asougues [...]**»”.

A antiga localização dos Açougues, no centro da vila e mesmo na própria casa da câmara também é contestada em Vila Flor na mesma época, durante a Correição realizada em 1791 e já atrás referida. Com efeito, determina-se então “que a caza que nos dittos Paços do concelho serve de se talharem as carnes, se *[possa]* arendar aos mercadores nas occazioens das feiras, como me insinuão”, tendo em conta “**o grande defeito, e indecencia, que o Asougue cauzava no antigo citio**, alem de ficar o concelho privado do rendimento annual que do Aluguel delle pode fazer”. Enfim, ainda na mesma Correição o Corregedor pôde dizer que,

“vizitando o Asougue novo ao citio de Santa Luzia achamos estar em munto bom lugar, fora da Villa e contiguo a ella, ficando o interior da terra livre das immundicies, que se costumão fazer em taes citios perjudiciaes a limpeza, e policia, e em consequencia a saude publica, e emquanto a caza nos pareceo munto bem feita com toda a commodidade, Regularidade, e bom projecto, o que tudo se deve ao Zelo encansavel genio Patriotico do nunca assaz Louvado Inspector Christovão Pereira Pinto de Menezes”⁷¹⁷.

Como se vê, o Iluminismo ou, pelos menos, a intensa difusão de novas ideias relativas à higiene e ao conforto dos povos e à própria dignidade dos “cidadãos” – veiculada em todos os concelhos e Comarcas do Reino nomeadamente pelos cada vez mais letrados, informados, eruditos e mesmo cosmopolitas agentes do poder central, nomeadamente pelos Juizes de Fora e Corregedores – vão provocar alterações substanciais no entendimento dos poderes públicos face a instituições e equipamentos tradicionais. Assim, se tradicionalmente era da conveniência dos Povos terem o seu Açougue mesmo no meio das cidades, vilas e lugares, na segunda metade do século XVIII tal localização torna-se – ou passa a ser considerada – muito prejudicial aos mesmos Povos. Veremos adiante que o mesmo debate se travou, praticamente nos mesmos termos e na mesma época sobre a localização das velhas cadeias concelhias.

Pouco sabemos da definição architectónica dos velhos açougues portugueses. Considerando agora apenas os açougues instalados em edifícios independentes e “exentos”,

⁷¹⁷ “Copia autentica do Provimento que nesta Villa [Vila Flor] deixou em o Anno de 1791 o Doutor Joze Antonio de Sá Corregedor da Comarca de Moncorvo que mandou observar na Correição que na ditta Villa fés”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

parece dever considerar-se que, pelo menos inicialmente, poderão ter ocupado instalações pré-existentes, adaptadas para o efeito. Foi esse comprovadamente o caso do famoso açougue de Évora que, em 1321, já se achava instalado no templo romano da cidade⁷¹⁸. Dada a dimensão do espaço disponível, este açougue, em serviço até à sua demolição e à famosa recuperação das ruínas romanas pelo arquitecto e cenógrafo Cinatti⁷¹⁹, constituiriam dos maiores espaços públicos da cidade e o seu valor arqueológico foi reconhecido desde cedo, tendo merecido a atenção de Murphy, que nos deixou uma representação do seu estado décadas antes da sua demolição [ver atrás, **Fig.^a 5**]. Nada sabemos do seu interior, provavelmente dividido em naves, como os açougues antigos de Elvas, invocados nos Capítulos já atrás referidos de Elvas às Cortes de Lisboa de 1498. Com efeito, aqui se referem “huuns açougues antijgos de tres naues muj grandes todos de quantarja e sam dos mljlhores de uossos Regnos e **estam no meyo da villa**”. Já atrás vimos que nas Cortes de 1498, face aos transtornos provocados pelos Açougues novos da Praça, se pede a transferência pura e simples do açougue novo para o antigo:

“Pedimos a uossa alteza que pois **o dicto açougue he tam odioso na dicta praça que o mande poer nos açougues antijgos** omde sempre esteue antijgamente e **ahij lhe sera dada huma das dictas naues omde bem caberam tres ou quatro talhos**. E sse per uentura se nom quisserem serujr pella porta dos dictos açougues poderam çarrar sobre sy cada huma das dictas naues e fazer serujdam apartadamente pera a Rua no que uossa alteza fará merçee a esta villa,,”⁷²⁰.

Como se vê, as três naves longitudinais poderiam ser divididas com a maior das facilidades no sentido do seu comprimento, em dois espaços desiguais, mas que podiam ser servidos por portas independentes.

Se em Évora os açougues se instalaram em edifícios pré-existentes, desde cedo os açougues portugueses terão ocupado espaços especializados e construídos expressamente para abrigarem as tão importantes funções de espaços comerciais fechados, permanentes e especializados na venda de comestíveis. Os mais monumentais foram certamente os de Beja, oferecidos pelo Infante D. Luís à Câmara e ao povo da cidade, localizados na face mais

⁷¹⁸ Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora...*, p. 64.

⁷¹⁹ “Não se precisando desde quando, serviu o templo, ao Município não só de açougue, mas de lugar onde o sino de correr camarário chamava cada noite os cidadãos eborenses ao recolher e ao descansar, é certo que com a sineira e com a porta ogival de entrada se conservou até ao ano de 1870. Ofendia-se a arqueologia com os emplastos do templo, por um lado, e com a completa ruína de tal preciosidade, a que o condenava com a possibilidade de desabamento de tudo, em próximos anos (...). Seja como for, o que é fora de dúvida é que em 17 de Junho de 1870, estando em Évora Cinatti, por uma escada de mão subiram este e M. Viana, presidente da Câmara, que lá no alto ofereceu a Cinatti um camartelo, com que o notável artista deu uma pancada na primeira ameia que lhe ficava à mão”, António Francisco Barata, “Templo de Diana – Monumento romano”, in Pedro Muralha (Dir.), *Álbum Alentejano – Distrito de Évora*, Imprensa Bele, Lisboa, s.d., Tomo II, p. 317.

⁷²⁰ Cortes de Lisboa de 1498, Capítulo 26.º dos Capítulos especiais de Elvas (29-1-1498), in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., pp. 391, 392.

nobre da praça, à ilhargá da casa da câmara. Sabe-se que, devido à sua magnificência, neles se adaptou a Irmandade da Misericórdia local, a pedido do próprio Infante:

“**Eu mandei fazer a obra dos açougues dessa cidade, como vistes:** a qual parece que quis Nosso Senhor que saísse tão lustrosa que fosse mal empregada em ofício baixo, mas que se dedicasse a serviço seu, e se celebrassem missas e ofícios divinos nela, como é minha tenção que se faça, caso houverdes por bem que se mude [*para lá*] a casa da Confraria da Misericórdia dessa cidade: que certo parece lugar muito próprio para ela, e que honrará e enobrecerá muito essa cidade. E movi-me a isto por me parecer serviço de Nosso Senhor, e prol da terra, e meio para conduzir os homens a cumprirem as obras de misericórdia com mais fervor, e porque também [*o fim*] de que a dita casa havia de servir, se pode remediar em outro lugar conveniente com pouca despesa, o que, enquanto se não faz, se poderá remediar como até agora se remediou”⁷²¹.

O que se pode deduzir dos pouquíssimos exemplares sobreviventes, todos muito afastados da monumentalidade dos açougues de Beja, é que os velhos açougues portugueses eram edifícios rasteiros e normalmente pequenos. O seu interior, que abrigava os talhos já referidos, era dividido por uma teia mais ou menos elaborada que, pelo menos nos açougues mais sofisticados, separaria o espaço dos talhantes dos consumidores, como as que encontramos em açougues integrados em algumas casas da câmara de algumas vilas alentejanas, adiante referidos. Aquele continha, como se sabe, os talhos reservados a cada qualidade de carne. Assim, nas “Posturas antigas da Câmara de Évora”, do séc. XV, determina-se

“que os carneiros ponham **dous talhos de vaca no açougue e dous talhos de carneiro** dê o sabado horas de vespera ataa sol posto, e os outros carneiros cada hum seu talho dê o domingo pola manham ataa quynta feira dante de véspera continoadamente aos dias de carne”⁷²².

Pouco mais sabemos da definição arquitectónica dos açougues, mas em Avis, os açougues do Concelho em 1504⁷²³ definem já o tipo mais comum dos açougues dos velhos concelhos portugueses: estão localizados na “Praça da Vila” e não passam de

“**Huma caza terrea na praça** que he da ordem e he **ordenada pera asouge do conselho** da ditta villa e **parte de huma parte contra a porta da villa** com cazas de Lourenço Annes Pinheiro que foram de Gonçallo Affonso barbeiro e da outra parte contra a judiaria com cazas da ordem que tras Gil Gonçalves chaquino e da outra contra a Igreja com alpendre da dita ordem e **por diante com a praça e he de longo sinco varas e mea e de largo tres uaras e tres quartas** e estas varas são uaras de carneira do conselho de medir”.

⁷²¹ Carta do Infante D. Luís à Câmara de Beja, pedindo o edifício dos açougues novos para instalar a Misericórdia, mantendo-se os açougues da cidade nas suas antigas instalações enquanto se não encontrarem instalações adequadas; Lisboa, 17-5-1550, publicada in “Igreja da Misericórdia de Beja (Notícia Histórica), *Ig.^a da Misericórdia – Beja*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N.º 83, Março de 1956, p. 25.

⁷²² “Posturas antigas da Câmara de Évora”, “título” dos Carneiros; publicadas por Gabriel Pereira, *Ob. Cit.*, p. 129.

⁷²³ ANTT – *Comendas de Avis*, L.º 70; Tombo de Diogo de Azambuja, de 1504, publicado por Maria Clara Pereira da Costa in *A Vila de Avis Cabeça da Comarca e da Ordem – Século XVI a XVIII – Tombos de Direitos, Bens e Propriedades*, Ed. da Revista do Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa, 1982, p. 8 (Nota 44).

Ora, anos depois, em 1538, o açougue de Avis, “era já outra casa que **fica pegada com o muro da parte de fora à porta do açougue**, isto é, a porta situada ao fim da conhecida **rua da porta de São Roque ou da Navalha**”⁷²⁴. Porém, ainda em relação à definição arquitectónica dos velhos açougues portugueses, tornam-se por vezes difíceis de interpretar as referências documentais que nos chegaram, como aquelas «grades da banda da praça por onde desem a carne», que os os carnicheiros de Montemor-o-Novo reclamavam em 1527 e que a Câmara local então mandou construir⁷²⁵.

Os poucos açougues do Antigo Regime sobreviventes remetem para o modelo dos Açougues quinhentistas de Avis, acabado de referir⁷²⁶. Com efeito, por toda a parte se mantém a localização central e as muito pequenas dimensões dos açougues quinhentistas de Avis. Podemos dizer que se trata sempre de edifícios rasteiros que, de tão pequenos, quase se tornam miniaturais. No entanto, apesar da sua pequenez e da sua singeleza arquitectónica, a premência das suas funções fez com que a sua tipologia tão eficaz vencesse o tempo e ultrapassasse os séculos. Por isso, não hesitamos em recensar o mais recente que encontrámos, justamente o de Alvaiázere, datável dos anos 20 ou 30 do Século XX, e já atido aos valores e modelos arquitectónicos e decorativos de um Modernismo muito assumido e nada provinciano [Fig.^a 57]. Porém, o mais comum eram construções muito modestas e arquitectónica e decorativamente muito despretenciosas, aproximando-se – como arquitectura emergente dos Povos ao serviço dos quais foi construída – de modelos arquitectónicos vernáculos, como o belíssimo e quase escultural Açougue de Garvão (Ourique) [Fig.^a 58]. Com efeito, tendo por abertura ao exterior apenas uma porta muito simples, o açougue de Garvão é de uma pureza quase abstracta, modelada sensualmente por gerações e gerações de caiadelas sobrepostas. Igualmente muito simples é o açougue de Santiago do Cacém [Fig.^a 59] que, porém, já detém uma cornija e sobretudo uma raríssima e singela cartela em estuque, entre esta e a porta do edifício, no centro da sua pequenina fachada principal, com a inscrição “ASOUGUE 1765”, que nos dá a data de tão singular edifício [Fig.^a 60]. Na fachada lateral deste abrem-se duas janelas desiguais, correspondendo a posterior, que também é a mais pequena, a uma provável pequenina habitação de um eventual responsável camarário pelo Açougue e instalações e equipamentos afins.

⁷²⁴ Maria Clara Pereira da Costa, *Ibidem*, p. 5.

⁷²⁵ In Jorge Fonseca, “A Economia”, in Jorge Fonseca (Coord.), *Montemor-o-Novo Quinhentista e o Foral Manuelino*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2003, p. 74.

⁷²⁶ Seria ainda muito provavelmente nos quinhentistas açougues de Avis que, no período entre 1861 e 1865, se dispendeu a verba de 4\$000, quando (se) concertaram as portas do açougue e do matadouro”: “Distrito Administrativo de Portalegre – Mapa estatístico das obras municipais efectuadas nos diversos Concelhos, no ano económico de 1861 a 1865” in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 389; Maço 3138.

Igualmente muito pequeno e rasteiro, mas arquitectonicamente mais elaborado, é o edifício que, na praça de Paialvo (Tomar) identificamos como tendo sido o antigo açougue local [Fig.^a 61]. Com efeito, a localização, o tamanho e sobretudo o refinamento das molduras da porta e da janela do minúsculo edifício, bem como as do pequeno mas sofisticado óculo elíptico da sua parede lateral, parece fundamentarem a nossa proposta de identificação do Açougue daquela antiga Vila neste tão singular e pequenino edifício muito provavelmente setecentista⁷²⁷.

Os açougues que acabámos de recensear merecem uma última referência. Com efeito, tratando-se de edifícios tipicamente concelhios, alguns mantiveram até hoje um típico atributo da arquitectura dos velhos concelhos portugueses, a *sineta da Câmara*, instalada num pequeno campanário. Este está localizado no topo da empena da fachada principal, como no muito tardio campanário do açougue de Colos (Odemira) ou simplesmente no extremo esquerdo da minúscula fachada principal do pequenino açougue de Garvão [Fig.^a 62]. Este tão rústico mas tão bonito campanário de alvenaria (felizmente ainda intacto) mantém, sob densíssimas camadas de cal, dois singelos e muito discretos frisos paralelos no seu topo, que acompanham e coroam o desenho global do mesmo e sublinham o arco que define a *ventana* do sino.

Uma referência final merece o campanário dos açougues de Évora, no chamado Templo de Diana, representado em todas as vistas dos mesmos [Fig.^a 63]⁷²⁸. Distintivo infalível da tutela concelhia do edifício a que pertence, o campanário dos açougues de Évora, apesar de pouco referido nas fontes escritas⁷²⁹, era muito antigo. Com efeito, apesar de muito pouco ou nada notado, já aparece representado na conhecida vista da cidade dos princípios do Século XVI incluída no Foral manuelino de Évora e atribuída a Duarte de Armas.

⁷²⁷ Edifícios semelhantes seriam os *açougues* das velhas vilas beirãs de Fornos de Algodres, onde em 1865 se gastou a verba de 9\$850 para o pagamento de “portas novas para a casa do Açougue” ou do de Freixo de Numão onde, no mesmo ano, se gastaram 48\$000 no concerto de paredes e telhado do açougue e rua contígua ao mesmo” – ambas as referências in “Obras das Câmaras no Distrito da Guarda – Distrito Administrativo da Guarda – Mapa estatístico das obras municipais efectuadas nas diferentes concelhos deste Distrito com referência ao Ano Económico de 1865 a 1866”, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 1168; Maço 3144.

Refira-se que – remontando à mesma época – existem inúmeras referências a pequenas obras e reparações semelhantes nos infinitos açougues espalhados ao longo do país.

⁷²⁸ Ver “Açougue no templo de Diana”, in Cármen Almeida (Coordenação), *Riscos de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora*, Arquivo Fotográfico Municipal e Câmara Municipal de Évora, Évora 2001, p. 23.

⁷²⁹ Note-se a informação, já atrás referida, segundo a qual o chamado Templo de Diana serviu “ao Município não só de açougue, mas de lugar onde o sino de correr camarário chamava cada noite os cidadãos eborenses ao recolher e ao descansar”, António Francisco Barata, “Templo de Diana – Monumento romano”, in Pedro Muralha (Dir.), *Álbum Alentejano – Distrito de Évora*, Imprensa Bele, Lisboa, s.d., Tomo II, p. 317.

5.3.5.4 – Casa do Ver-o-Peso e Casa dos Almotacés

A *Casa do Peso* ou *Casa dos Pesos*, ou mais popularmente a *Casa de A-Ver-o-Peso* ou *Casa do Ver-o-Peso* (que assim era também designada⁷³⁰), constitui uma das mais antigas instituições municipais portuguesas. Assim, a *Casa dos Pesos do Concelho* de Lisboa remonta pelo menos a 1294, ao reinado de D. Dinis⁷³¹. Tutelada pelas câmaras das cidades e vilas do Reino⁷³², a *Casa do Peso* era um edifício relevante não só no quadro da administração e da vida económica local, mas também no da velha arquitectura concelhia portuguesa pois, apesar de desaparecidas hoje, essas *casas* eram uma constante nas cidades e vilas do Reino nas Épocas Medieval e Moderna.

Na *Casa do Peso* fazia-se a conservação, aferição e controle dos padrões oficiais de pesos e medidas e lá se aferiam os pesos dos particulares, competências, então como hoje, da responsabilidade das diversas Câmaras, mas de uma grande importância no quadro da economia e da sociedade daquelas épocas. Porém, a outra função da casa era a de lá se proceder às pesagens dos mais diversos produtos, requisitadas por particulares, mediante a cobrança de taxas devidamente tabeladas. Estas funções eram de tal modo importantes que a *Casa do Peso* de Lisboa teve *foral* próprio nos finais do século XV⁷³³ e um *Regimento* novo em 1577, sucessivamente ampliado com múltiplas adendas, incorporadas na edição oficial do *Regimento* da famosa *casa*, em 1789⁷³⁴.

Os produtos aí pesados eram os mais diversos e incluíam, entre tantos outros, a lã e o linho, o ferro, a cera e o sebo, o pez e a resina, o mel, o azeite, o sabão e a carne⁷³⁵. No *Regimento* da Casa do Ver-o-Peso de 1577 a lista das mercadorias aí pesadas passa a incluir

⁷³⁰ O *Regimento da Casa do Ver-o-Peso*, publicado em 1789, aparece grafado como “Regimento de Veropezo”: ver *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo Quinto, Lisboa, 1789. Referindo-se à instituição lisboeta, Júlio de Castilho dá duas variantes para a pitoresca expressão: “Haver do peso ou aver-de-pêso”: ver Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 3.^a Edição, Lisboa, 1960, Vol. III, p. 190. Ângela Beirante regista, em Santarém, as expressões “aver-do-peso ou ver-do-peso, também deturpada em «verde peso»”, instituição “que aparece também designada por repeso”: ver Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém Quinhentista*, Liv. Portugal, Lisboa, 1981, p. 169.

⁷³¹ Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 3.^a Edição, Lisboa, 1987, Vol. I, p. 129.

⁷³² As “casas dos pesos” de Évora já existiam no século XV: Ver Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora...*, p. 88.

⁷³³ “Forall da casa do auer do pesso”, in *Livro das Posturas Antigas*, Leitura paleográfica, transcrição e apresentação de Maria Teresa Campos Rodrigues; Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1974, pp. 175-177.

⁷³⁴ “Regimento de Veropezo”, *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo Quinto, Lisboa, 1789, pp. 464-479.

⁷³⁵ A Casa do Peso do Funchal estava em obras em 1496, pelo que a Câmara pede, em sessão de 10-2-1496 que “sse corega e rrepayre de todo a **cassa que ffoj já ffecta pera o pesso** em modo que nella se possa pesar o trigo e farinha esto ate sse ffazer a outra cassa”, in *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. 435.

Como se vê, enquanto se não construísse o *Terreiro do Trigo* local, onde se pesariam obrigatoriamente o trigo e a farinha, estes produtos seriam pesados na casa do peso do Funchal.

o biscoito e o açúcar, produtos directamente ligados com as viagens ultramarinas e a Expansão, determinando-se então “que todas as ditas mercadorias serão bem tratadas, e postas em lugares convenientes, segundo a qualidade dellas, para se não damnificarem”⁷³⁶.

O Foral de 1577 registava finalmente o que se devia pagar “da dormida” de certas mercadorias na *casa do auer do pesso*. Este encargo relacionava-se com a verba a pagar com a efectiva ocupação das instalações da casa enquanto se aguardava o procedimento do peso solicitado, mas também com a obrigatoriedade de as mercadorias levadas por mercadores ficarem durante três dias na casa a fim de poderem ser livremente compradas pelos consumidores comuns. Com efeito, no *Regimento* de 1577 determina-se que “o comprador será obrigado a ter a dita mercadoria depois de comprada três dias, e dar parte della ao povo, que a quizer pelo preço, que a comprar”⁷³⁷, determinando-se ainda a taxa a pagar não só “de toda a arroba de qualquer **mercadoria que se pezar** dentro na Casa de Veropezo” como “**de dormida de cada noite, de quaesquer mercadorias**”⁷³⁸.

Conhece-se o funcionalismo colocado na *Casa do Peso* de Lisboa, naturalmente mais especializado e em maior número que o afecto aos *Pesos* da generalidade das vilas e Cidades do Reino. Para lá dos serventes e demais pessoal menor, o *Peso* de Lisboa tinha como funcionários superiores o Juiz ou *Fiel da Balança*⁷³⁹ e o *Escrivão da Balança*. Quanto ao Juiz, determinava-se que “será mui diligente em olhar como se pezaõ as ditas mercadorias, pois he fiel dellas, e sempre terá a mão na corda do dito pezo, e com os olhos na lingua da balança, e a levantará manço; de maneira que no dito pezo não haja engano contra alguma das partes; e terá muito cuidado de ter os ditos pezos e balanças muito bem concertados, e afilados cada seis mezes”⁷⁴⁰. Por outro lado, determinava-se no mesmo capítulo do *Regimento* de 1577 “ao afilador dos pezos desta Cidade, que cada seis mezes vá ver a balança, e pezos do Veropezo, e do que vir venha dar conta á Cidade para mandar fazer o que for necesario”.

As instalações das *Casas do Peso* das cidades e vilas portuguesas deveriam ser muito variadas. Nuns concelhos, como em Lisboa, o *Ver-o-Peso* estava instalado numa casa

⁷³⁶ Cap. II do “Regimento de Veropezo”, *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo Quinto, Lisboa, 1789, p. 465.

⁷³⁷ Cap. IV do “Regimento de Veropezo”, *Ibidem*, pp. 465-466.

⁷³⁸ Cap. XIII do “Regimento de Veropezo”, *Ibidem*, p. 468.

⁷³⁹ “Primeiramente haverá na Casa de Veropezo hum Juiz da Balança, que seja homem de bem, e de boa consciencia, e que saiba ler, e escrever, o qual terá a chave da dita Casa de Veropezo, e sem a dar a pessoa alguma para se não poder abrir senão por elle, por segurança das mercadorias, que na dita Casa se haõ de recolher”, Cap. I do “Regimento de Veropezo”, *Ibidem*, p. 464.

⁷⁴⁰ Cap. IX do “Regimento de Veropezo”, *Ibidem*, p. 467.

própria⁷⁴¹; noutros partilhava as instalações com outras instituições municipais, como em Montemor o Novo, em que o *Peso* partilhava instalações com a *Casa da Almotaçaria* ou como em Setúbal, onde o Ver-o-Peso local ficava, como veremos, no piso térreo da própria casa da câmara, bem ao lado das demais estruturas camarárias instaladas no edifício começado a construir em 1527.

Quanto à *localização*, esta seria extremamente central, na praça principal da localidade (ou nas suas proximidades). Com efeito, a *Casa do Peso* de Lisboa tinha uma localização centralíssima, no próprio *Largo do Pelourinho* medieval, num dos extremos da rua mais importante da cidade, a famosíssima Rua Nova. No Largo do Pelourinho (desde muito cedo ocupado com os *Açougues*, dali removidos ainda antes do século XVI), a *Casa do Peso* de Lisboa tinha na sua frente duas das instituições estatais mais importantes do Reino, a *Alfândega de Lisboa* e a *Casa dos Contos* (o Tribunal de Contas do Antigo Regime). Sendo a *Casa do Ver-o-Peso* tutelada pela cidade, estava localizada muito perto de outras importantíssimas instituições municipais: a *Portagem* e as *Fangas da Farinha*, antepassadas do *Terreiro do Trigo* quinhentista (o *Celeiro Público* da Lisboa pré-pombalina). Mas a localização do *Ver-o-Peso* de Lisboa merece reparo ainda porque (com a *Portagem*) é a única das instituições de origem medieval que não muda de instalações na época manuelina. Com efeito, ao contrário da *Alfândega*, dos *Contos* ou do *Terreiro do Trigo*, que se localizarão em pleno Terreiro do Paço a partir da segunda década do Século XVI⁷⁴², a *Casa do Peso* de Lisboa permanecerá no velho Largo do Pelourinho desde a Idade Média até ao Terramoto de 1755.

Nada mais sabemos da realidade arquitectónica das velhas Casas do Ver-o-Peso portuguesas⁷⁴³, a não ser que o *Regimento* de 1577 do *Peso* de Lisboa refere em várias passagens a existência de um *alpendre*, onde também se acolhiam e pesavam as mercadorias. Provavelmente as *casas do peso* de outras cidades e vilas também terão tido

⁷⁴¹ Túlio Espanca refere, localizada nos arruamentos do Castelo de Estremoz, “a curiosa **Casa da Balança**, decorada pelo portal trilobado e modilhão zoomórfico do estilo manuelino”, in Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora – Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978, Vol. II, Est. 228.

⁷⁴² Para a localização medieval destas instituições ver Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 3.^a Edição, Lisboa, 1987, Vol. I, pp. 129-141 e ainda a prancha “Fragmento da planta topográfica no local do Largo do Pelourinho anteriormente ao Terremoto de 1755, e das suas circunvizinhanças”: *Ibidem.*, em frente da pág. 132. Para a localização e caracterização arquitectónica das instalações modernas destas instituições, todas reconstruídas na época manuelina no igualmente manuelino Terreiro do Paço, ver, do A., *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*, Pandora, Lisboa, 2004.

⁷⁴³ Com efeito, são quase irrelevantes as referências à *Casa do Peso* do Porto, recolhidas nas actas da sessão de 26-7-1390, em que se procedeu à *arrematação dos pesos da cidade* e em que também se determinou “que outro sy seiam postas a porta da casa vnde os ditos pesos steuerem dhuas fechaduras”, in Magalhães Basto, “*Vereações*” – *Anos de 1390-1395 – O mais antigo dos Livros...*, Vol. II, p. 27.

alpendres semelhantes, nomeadamente para proteger as cargas e descargas e os utentes da *casa*, quer da chuva e da neve, quer do sol de Verão. Esses alpendres franqueariam o acesso ao interior dos edifícios, mediante portas provavelmente muito amplas, aptas para as exigentes e movimentadas operações de carga e descarga de mercadorias, exigidas pelo normal funcionamento da casa do peso. Sendo impossível restituir o seu interior, podemos intuir, pelo menos nas mais importantes, as diversas dependências inerentes ao funcionamento de uma típica instituição do Antigo Regime: um espaço autónomo para o escrivão, assim como um espaço muito reservado para a conservação dos livros, registos e dos próprios padrões de aferição. Uma porta muito larga – que permitiria a entrada fácil de qualquer espécie ou quantidade de mercadorias a serem pesadas ou tributadas – permitia também a adequada iluminação dos espaços interiores, pois podemos presumir que a maior parte do espaço disponível seria destinada às pesagens e à respectiva tributação. Em contexto arquitectónico nortenho, não parece ser de presumir a existência de naves abobadadas, tão frequentes e tão típicas dos espaços de armazenamento do Centro e Sul de Portugal, a começar pelos Armazéns do Reino e pelas demais estruturas portuárias da própria Ribeira de Lisboa. Nas *casas do peso* do Norte, que devemos presumir sobradadas, o mais que podemos intuir a dividir o espaço do piso térreo seriam os tabiques de taipa a protegerem ou a resguardarem espaços que merecessem resguardo ou protecção especial, para lá dos poucos pilares, provavelmente de pedra, que sustentariam ou reforçariam as poderosas traves em que assentaria o sobrado ou, no caso desta ser térrea, o próprio telhado da Casa do Peso.

Sendo a “Almotaçaria” uma instituição tipicamente medieval, na Casa do Peso haveria que contar provavelmente com a intervenção dos *almotacés*, oficiais camarários que constituíam, como já vimos, uma espécie de fiscais económicos das câmaras do Antigo Regime, com competências nomeadamente na fixação e controlo dos preços. Aí desempenhariam funções por inerência, mas o seu espaço de actuação seria normalmente uma casa privativa tutelada pelo Poder Local. Assim, no Porto, além do “Pelourinho, implantado no terreiro do Concelho, a Câmara possui a sua *Casa da Almotaçaria*. Será, porventura, a também denominada «casa dos pesos da Cidade», criada na Rua da Sapataria em 1393 (...). Situava-se mesmo junto aos *Açougues*, que foram ampliados em 1282 e terão passado para a responsabilidade do Município”⁷⁴⁴. Ora, séculos depois, os Almotacés do

⁷⁴⁴ Manuel Luís Real, “A Construção Medieval no Sítio da Sé”, *Monumentos*, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N. 14, p. 16.

Porto “tinham a sua sede no séc. XVII numa Casa própria, na Praça da Ribeira” à qual se refere o P.^o Manuel Pereira de Novais:

“Na Porta Principal da Ribeira, que é a da Praça principal desta Cidade, e sobre a Capela de N.^a S.^a do Ó, ou Expectação da Virgem, no que se ocupava da Torre, está a Casa dos Almotcés, que são dois cidadãos [...] e trazem umas varas de cor, com as armas reais por insígnia da sua jurisdição, e assistem na Casa do alto da Torre para esse mister e para o que possa suceder de distúrbios na Praça”⁷⁴⁵.

Já em Lisboa, a famosa *Casinha dos Almotacés*, esteve localizada durante séculos em plena Ribeira das Portas do Mar, desde pelo menos as entradas do Século XVI até ao Terramoto.

A única *Casa da Almotaçaria e de Ver-o-Peso* que conseguimos identificar foi a de Montemor-o-Novo, localizada na antiga *Praça Velha* (hoje Praça Cândido dos Reis) daquela Vila, construída em 1742⁷⁴⁶. Trata-se de um típico edifício de dois andares, aparentemente sobradado, onde no piso térreo os almotacés teriam o seu centro principal de actuação, sendo provavelmente o piso superior afecto a residência ou, ainda mais provavelmente, aforado a particulares para “arredondar” as receitas do Concelho. Esta *casa* de Montemor-o-Novo suscita a questão de as Casas do Peso e as Casas da Almotaçaria, enquanto componentes da arquitectura concelhia, deverem ter ostentado atributos simbólicos que denotassem essa sua condição que distinguisse, só por si, esses edifícios (em si comuns e vulgares), destacados e nobilitados pelas importantes funções concelhias que abrigavam. Assim, poderemos intuir em muitas instalações deste tipo *campanários* como os que encontrámos em alguns velhos açougues ou então, o próprio brasão do Reino e o do Concelho a que pertencessem. Com efeito, a *Casa da Almotaçaria e do Ver-o-Peso* de Montemor-o-Novo, ostenta ainda hoje dois brasões, um com as armas reais [Fig.^a 64] e outro com as armas do Concelho [Fig.^a 65] na sua fachada principal, ladeando uma janela-porta do piso nobre do belo edifício. Realizados em estuque e outrora devidamente pintados com as cores heráldicas (hoje perdidas), ambos os brasões foram mutilados na Época Republicana, como facilmente se nota. À imagem e semelhança do que se fez a seguir ao 5 de Outubro por todo o país, nos brasões apostos tanto em edifícios como no próprio mobiliário camarário, foram então cortadas e apagadas, bem grosseiramente, aliás, as coroas reais que coroavam ambos os brasões da fachada principal desta tão rara *casa da almotaçaria*.

⁷⁴⁵ Magalhães Basto, “*Vereações*” – *Anos de 1390-1395 – O mais antigo dos...*, Vol. II, Nota p. 360.

⁷⁴⁶ Para a “Antiga Almotaçaria” de Montemor-o-Novo, de 1743”, ver Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora – Concelhos de Arraiolos...*, Vol. II, Est. 328.

5.3.6 - Espaços de Acolhimento

O normal desenvolvimento das actividades concelhias exigia, finalmente, alguns edifícios residenciais, absolutamente necessários para acolher as entidades, indivíduos e mesmo gente comum em trânsito, que os velhos concelhos portugueses tinham que abrigar. Assim, da Idade Média chegaram-nos algumas referências aos *Paços dos Tabeliães* e à actividade destes. Porém, a realidade arquitectónica de tais *Paços* passa por ser um dos segredos mais bem guardados de toda a velha arquitectura concelhia portuguesa. Nada sabemos, com efeito das respectivas instalações, que deveriam ter uma localização provavelmente muito central⁷⁴⁷ – instalações essas muito provavelmente adaptadas em edifícios pré-existent, comprados ou alugados para o efeito. Foi o que se passou na vila do Funchal, quando, em sessão camarária de 30 de Abril de 1489 “ffoy tomada a **sobrelogia das cassas de Fernam do Poo pera paço dos tabaliães** a preço de iij^C rrs”⁷⁴⁸.

5.3.6.1 – Residência dos Magistrados (Juiz de Fora e Corregedor)

As *residências dos Juízes de Fora* e as *dos Corregedores* foram uma realidade pelo menos em muitos dos concelhos portugueses mais ricos e mais importantes – os únicos, aliás, que tinham Juiz de Fora nomeado pelo Poder Central. Estas residências muitas vezes não passariam de residências particulares, alugadas e pagas pelos rendimentos dos concelhos para alojarem os Juízes de Fora. Nada as distinguiria das normais casas de habitação dos

⁷⁴⁷ Era esse o caso da localização do Paço dos Tabeliães de Toledo. Nesta cidade, na praça do “Ayuntamiento”, que remonta à primeira metade do século XIV, “diante da fachada da catedral erguia-se um edifício onde os escrivães públicos desempenhavam as suas actividades”. Carlos V sancionou “o acordo existente entre o “ayuntamiento” e o colégio de escrivães, mediante o qual a corporação municipal lhes cedia duas divisões debaixo da torre do “ayuntamiento”, permitindo-lhes a criação de uma arcada porticada (lonja) na dianteira deste edifício”, *Ob. Cit.*, p. 151.

⁷⁴⁸ In José Pereira da Costa, *Ob. Cit.*, p. 263.

Em relação ao Paço dos Tabeliães do Funchal refira-se uma carta de D. Manuel, ainda enquanto Duque, de 3-10-1486, em que recomenda que a casa da câmara a construir “seja sobradada e «tam grande e tall que na logea de bayxo se podessem fazer as audiencias e que isso mesmo **na dita praça se fizesse huma casa pera paço de tabaliaes** e per consequente se fezese nela huma muy boa picota», José Pereira da Costa, Introdução in *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. IX. Anos depois, o paço dos tabeliães está já em construção. Com efeito, chega-nos a notícia de uma vereação, realizada a 27-4-1492, “em a villa do Funchall na cassa da camara da dicta villa” onde, perante o “vereador e prouedor das hobras do concelho da dicta villa” apareceu “Fernam Gomez pedreiro morador em a villa de Setuall ora aqui estante”, combinando-se dar “de empreitada ao dicto Fernam Gomez que elle **rreuoque e aqueffalle – a saber – a casa da camara e o paço dos tabaliaens** e telhar e rreuocar e acaffelar a cassa que esta entre elas por telhar, todas acaffeladas da banda de dentro e asy ha de acaffellar a parede do jogo da pella da dicta cassa da banda de ffora e assj ha de ffazer todolos encanamentos das dictas cassas [...] e assentar sseus canos com sseu peytoryl”, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. 321.

moradores mais abastados, pois se trataria quase sempre de casas de dois andares, normalmente sobradadas. No entanto, por aquisição ou por construção directa, as câmaras detêm residências para os magistrados, normalmente sinalizadas – como arquitectura concelhia que era – com as armas reais.

Chegam-nos, porém, testemunhos de aposentadorias nos próprios edifícios municipais. Com efeito, muitas casas da câmara, sobretudo as construídas nos séculos XVIII e primeiro terço do século XIX, têm dimensões muito vastas e capacidade para aposentar os Corregedores, os seus funcionários e por vezes até a sua família. Era o caso da casa da câmara de Vila Flor que, numa correição feita em 1791, merece a seguinte apreciação:

“vezitamos estes Paços da Camara, e notamos **terem boa, e excelente capacidade para as aposentadorias dos Ministros em Correição**, não obstante que até agora nunca dellas se tinham servido para semelhante effeito cauçando alias grande vexação a terra, porque sendo falta de cazas era percizo desacomodarem-se os moradores na ocazião das Correçoens como succedeo na minha primeira aposentadoria do prezente anno, da qual se desalojarão os domnos para a minha residencia, sendo alias hua caza indecente, e incapacissima para exercer as funcoens do meu officio, e por não haver salas onde se fizessem audiencias, e ouvisse os Povos”.

Para prevenir estes inconvenientes, o Corregedor ordena **“que estes Paços da Camara sejam sempre destinados para nellas se fazerem as aposentadorias aos Ministros da Correição por ser a caza propria para semelhante fim, e terem toda a capacidade perciza”**, ordenando para isso as necessárias adaptações⁷⁴⁹.

O problema das instalações para abrigar e acolher os magistrados, levanta-se com particular acuidade nos concelhos de criação recente. Assim, no próprio Alvará de 1755 que cria o novíssimo Concelho duriense de Santa Marta de Penaguião, constava – como se lê numa *Representação* da câmara local, de 1793 (já atrás referida), pedindo certas facilidades e certos recursos fiscais para a construção dos indispensáveis edifícios concelhios⁷⁵⁰:

“que para nelle administrarem a justiça haja **hum Juiz de Fóra do Crime, e Cível, e outro Juiz de Fóra dos Orfãos, com obrigação de fazerem aqui todas as Audiencias, e de rezidirem na Villa, ou em algum dos Lugares circunvizinhos** de Sanhoane, S. Miguel de Lobrigos ou Sarnadello, por ficarem no centro do Concelho, e em proporção quazi igoal a todas as extremidades do mesmo; **allugando as Cazas ou por convenção com as partes, ou por aposentadoria com avaliação de Louvados**”. Ora, na mesma *Representação* informa-se “não poderem os sobreditos **Ministros** satisfazer a este preceito Legal, por **não haver cazas nos mencionados sitios, que elles possam allugar ou tomar por aposentadoria**; de sorte que todos elles, ha excepção de trez que **as houverão gratuitamente, vivendo com os Donos das mesmas, ou com seus Colonos**, têm sido precizados a

⁷⁴⁹ “Copia autentica do Provimento que nesta Villa [Vila Flor] deixou em o Anno de 1791 o Doutor Joze Antonio de Sá Corregedor da Comarca de Moncorvo que mandou observar na Correição que na ditta Villa fes o qual para que a todos conste vai abaixo copiado em forma publica”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

⁷⁵⁰ *Representação*, já atrás referida, da Câmara de Santa Marta de Penaguião; Santa Marta, 11-10-1793, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 986; Caixa 1104 (ver atrás, Apêndice Documental: Doc.º N.º 7).

Note-se ainda, embora com funções provavelmente apenas burocráticas, a “Casa do Cartório” do concelho de Alvarenga (Tarouca), que “teve certamente o seu tabelião, recordado hoje pela chamada Casa do Cartório”, António Mendes, *Alvarenga – Esboço de uma Monografia*, Ed. do Autor, 1995, p. 83.

rezedir em outros Diversos, e mui distantes Lugares, com algum incommodo do Público”. Foi neste contexto que “a Camara antecedente querendo extirpar estes inconvenientes, **fixar a residencia dos Ministros no centro desta nascente Villa, e poupar a seus Habitantes a Propina da aposentadoria que pagão**, pedio a Sua Magestade haverá já quatro annos, que dos Sobejos das Cizas, que aqui chegão a sessenta mil cruzados, mandasse contribuir com o preçizo **para na Villa se edificar huma Caza para residencia do Juiz de Fora, outra para a do Juiz dos Órfãos**, outra para assougue, outra finalmente para Cadeia, Audiência, e Camara, de que tudo havia, e há urgencia grande. Esta *Representação* mereceu um despacho da Contadoria Geral da Província, segundo o qual **“não hé da Competencia do Real Erario tratar de Cazas das Camaras, Residencias dos Ministros, e Cadeias**, e como o Juiz de Fora, e Veriadores da Villa de Santa Marta dizem, *que os subejos das Sizas daquella Villa chegão a sessenta mil cruzados, a todo o tempo que se decedir pela Mêza do Dezebargo do Paço o requerimento dos recorrentes, hão de ter muito dinheiro para as ditas Obras, que ainda se não mandarão fazer*”.

Muito presentes em Castela e Leão, em Portugal são praticamente inexistentes as *Casas do Corregedor*, o super-juiz que tutelava cada uma das grandes Comarcas do Reino e que portanto fazia parte do topo do funcionalismo e da magistratura do Portugal do Antigo Regime⁷⁵¹. Como tinha que fazer julgamentos, inspecções e sindicâncias periódicas – as chamadas *correições* – nos inúmeros concelhos da sua Comarca, tinha que se deslocar constantemente pela mesma, aposentando-se em casas fornecidas pelas câmaras locais, muitas vezes adaptadas ou construídas de raiz para esse efeito. Tendo-se certamente perdido muitas, encontrámos apenas uma *casa do corregedor*, a de Miranda do Douro. Trata-se de uma casa muito grande e naturalmente sobradada [Fig.^a 66], em que se acede ao andar nobre por uma escada interior bastante comum. Muito banal, nada a distinguiria dos demais casarões da cidade, a não ser a sua enorme varanda, que estranhamente cobre apenas a metade esquerda da sua vasta fachada, apoiada em cinco poderosos cachorros e servida por duas janelas-portas. Merece também reparo a localização centralíssima desta casa, na praça da cidade, justamente entre a casa da câmara e a Misericórdia. Ora, dadas as suas tão grandes dimensões, a casa albergaria provavelmente também a Audiência privativa da Comarca, bem como outras dependências ao serviço da mesma. A ser assim, as duas portas que dão acesso à varanda poderiam corresponder à respectiva sala da audiência daquela Comarca, instalada na parte mais nobre da casa.

Residências de Juízes de Fora também não abundam. Certamente buscas mais sistemáticas empreendidas a nível local farão exumar do esquecimento essas velhas e

⁷⁵¹ No contexto das reformas administrativas e institucionais da primeira metade do século XVI, João Alves Dias informa-nos de que “as seis grandes comarcas-províncias – divididas em 14 sub-comarcas, pelo menos desde 1516 – foram, entre 1532 e 1536, subdivididas em 28 comarcas, com a criação de 15 novas e a extinção de uma antiga (Alenquer)”, João José Alves Dias, *Gentes e Espaços (Em torno da População...*, p. 210, apresentando em seguida um quadro e um “Mapa da nova divisão administrativa (1536), Ob. Cit., pp. 211 e 212.

Para as comarcas dos séculos XIV e XV ver a “Divisão Administrativa em Comarcas (séc.s XIV-XV)” em A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, *Atlas Histórico de Portugal...*, p. 190. Ver ainda os mapas “Comarcas (começos do séc. XVI)”, *Ib.*, p. 178; “Sedes de comarcas (1516)”, *Ib.*, p. 179 e “Comarcas (1541)”, *Ib.*, p. 180.

históricas residências. Por enquanto, contando apenas com o testemunho e a memória oral das gentes do local, encontramos uma “Casa do Juiz” no velho concelho de Mações de Caminho (hoje no Concelho de Alvaiázere). Ignoramos, porém, se aquele nome indica que a casa era propriedade pessoal de um qualquer juiz ou se, pelo contrário, era a residência oficial dos Juízes colocados naquele histórico concelho. Em todo o caso, trata-se mais uma vez de uma casa sobradada de dois andares. Muito reconstruída (bem grosseiramente, aliás), o seu principal motivo de interesse é a estranhíssima moldura da janela central, cheia de ornatos geométricos gravados na pedra [Fig.^a 67]. Mais interessante é a “Casa dos Juizes” de Alvalade do Sado (Santiago do Cacém) [Fig.^a 68], localizada a dois passos da velha casa da câmara e da praça locais, na Rua de S. Pedro. Aparentemente datável do século XVII-XVIII, outrora detinha um brasão na frontaria, com as armas reais, realizado em estuque⁷⁵².

Igualmente interessante é a *Residência dos juizes de Fora* da Covilhã, o edifício hoje conhecido localmente como “Casa dos Ministros”, construído na Época Pombalina, numa das ruas outrora mais centrais daquela antiga vila. Com efeito, localizava-se na rua que, da velha casa da câmara filipina (demolida nos anos 30 do séc. XX) conduzia ao núcleo mais antigo da antiga vila e à principal igreja da Covilhã. Tratava-se de

“uma boa casa (boa em relação às dos moradores da Vila), edificada outrora pelo Município com o destino em parte para a residência do Juiz de Fora e n’outra para a dos Provedores e Corregedores da Comarca, a fim de aliviar os habitantes no período das Correições do peso das Aposentadorias”⁷⁵³.

Esta casa, que fazia parte dos bens do Concelho, era, em 1867, “**a casa denominada da Residência, onde está o tribunal do juizo de direito e repartição de fazenda**”, tal como era referida em certo documento relativo à então planeada anexação do Concelho de Belmonte pelo da Covilhã⁷⁵⁴.

⁷⁵² Ver informação disponibilizada por Luís Pedro Ramos in <http://www.alvalade.info/juizes.html>.

⁷⁵³ *Representação* da Câmara da Covilhã, pedindo uma indemnização justa pelo uso da Casa dos Juizes de Fora, agora livre, para a realização das Audiências judiciais ou então a remoção do tribunal da Asudiências para o extinto Convento de S. Francisco, que tem condições óptimas para isso; Vovilha, dia indeterminado de Março de 1837, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais; Maço 1992/S (Caixa 2). Esta *Representação* faz parte de um conjunto de documentos relativos à instalação do tribunal da Covilhã na antiga Casa de Residência dos Juizes de Fora e dos Provedores e Corregedores da Comarca quando vinham fazer correições [Apêndice Documental: Doc. N.º9].

⁷⁵⁴ In “Resposta aos quesitos propostos para a circunscrição do Concelho da Covilhã”, relativos à anexação do Concelho de Belmonte pelo da Covilhã, Covilhã, 13-8-1867; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1867), Livro 25; Maço 3150. Aí se lê: “Ao 4.º [...], a Câmara de Covilhã tem três edifícios seus, onde se podem acomodar francamente todas as repartições existentes e necessárias ao serviço público, e vêm a ser a casa das sessões da Câmara, **a casa denominada da Residência, onde está o tribunal do juizo de direito e repartição de fazenda**, e um outro edifício em construção, contíguo ao primeiro, onde podem estabelecer-se a administração do concelho, conservatória, recebedoria e secretaria da Câmara”.

Assente numa teoria de arcadas, que fariam provavelmente a vez de alpendres (apesar de a cota da sua implantação ser bastante elevada), o edifício da chamada “Casa dos Ministros” é de uma bravura de desenho e de escala que orça a monumentalidade [Fig.^a 69]. Com efeito, a fachada principal assenta numa espécie de pódio muito desigual, dada a fortíssima inclinação do terreno de implantação, pódio esse de que emergem os poderosos pilares que sustentam as arcadas dos alpendres do piso térreo. Os dois andares desta fachada estão separados por uma moldura na qual assentam as sacadas das seis janelas do andar nobre. Reforçando a monumentalidade e a nobreza do conjunto, esta fachada é enquadrada, nos seus limites extremos, por duas pilastras colossais, que sustentam uma espécie de friso-arquitrave, sobre o qual se lança a cornija tão típica da arquitectura setecentista portuguesa, aqui surpreendentemente muito pouco projectada.

No centro da fachada, um brasão com uma heráldica de muito difícil descodificação (mas em que constam as armas de Portugal e uma esfera armilar nos seus dois “campos” superiores) rodeado de ornatos típicos da época pombalina [Fig.^a 70], contribui para uma proposta de datação do sensacional e raríssimo edifício, com toda a probabilidade construído na Época Pombalina, época em que naquela antiga vila se edificavam estruturas de cariz industrial igualmente notáveis e monumentais.

5.3.6.2 - Estalagem do Concelho

A aposentadoria ou o simples alojamento de grandes e pequenos em trânsito era uma preocupação dos diversos poderes, interessados em dar segurança, abrigo e conforto a todos os que deles precisassem, por preços e em condições razoáveis. Por isso, nas principais vilas e cidades mas também em lugares assinalados do Reino, os Concelhos detinham estalagens⁷⁵⁵ que concessionavam a particulares. O próprio Estado se empenhava na construção de estalagens e hospedarias, sendo conhecidos os tão famosos *Estaus* no Rossio de Lisboa, mandados construir pelo Infante D. Pedro, enquanto Regente do Reino na menoridade de D. Afonso V⁷⁵⁶.

⁷⁵⁵ Ver, remontando a 1460, a “Carta de convenção feita entre os juizes, procurador do concelho e homens bons, reunidos no paço da Audiência [do Sardoal?], por ordem do Corregedor, para estabelecerem no Sardoal uma estalagem”, Luís Manuel Gonçalves, *Sardoal do Passado ao Presente – Alguns Subsídios para a sua Monografia*, Edição Câmara Municipal do Sardoal, Sardoal, 1992, p. 23.

⁷⁵⁶ Os *Estaus* do Rossio de Lisboa são bem dignos de estudo monográfico, nas suas sucessivas versões e ocupações pré-pombalinas, bem como o Palácio da Inquisição pombalino, que lhe sucedeu. Para a sua localização ver Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina*, Câmara Municipal de Lisboa, 2.^a Ed., Lisboa, 1987

As estalagens a construir no Porto foram consideradas numa sessão camarária que teve lugar a 10 de Outubro de 1391. Foi então referido um acordo estabelecido entre o rei D. João I e os Procuradores da cidade sobre mandar fazer

“em a dita Cidade fazer **humas Estalageens ataaes En que pousasem todoslos grandes e onrrados e outros de quual quer Estado e condiçom que fosse**”. Foi ainda lida a ordem do rei para se mandarem construir as estalagens, “**fazendo em ellas boas casas e camaras e alpenderes e Curraes** quaes virdes que conprem”⁷⁵⁷.

Por sua vez, em Évora, “D. Duarte mandou construir os seus paços, no sítio em que se encontravam umas estalagens”, na Praça Nova da cidade⁷⁵⁸. O mesmo rei “mandou igualmente construir os estaus e os açougues da Praça (...) e nestas obras utilizaram-se pedras e cantaria de algumas torres e muro da cerca velha”⁷⁵⁹.

Nada sabemos da definição arquitectónica de tão úteis estabelecimentos, a não ser que, estando ao serviço da acomodação de pessoas, animais e mercadorias, estavam equipados, como se vê da estalagem que se mandava construir no Porto em 1391, com “**boas casas e camaras e alpenderes e Curraes**”.

5.3.7 - Espaços de saúde, assistência e devoção

5.3.7.1 – Gafaria e Casa de S. Lázaro

Numa época de crises de saúde pública constantes, imprevistas e descontroladas, em que as doenças contagiosas tinham um papel muito forte, surgiram, em Portugal como por toda a Europa, não só *hospitais* como *gafarias* para os leprosos. Com efeito, hospitais e gafarias ou *casas de S. Lázaro* estavam espalhadas por todo o Reino, constituindo uma rede muito densa de autênticas casas de reclusão para leprosos, que cobria a integralidade do Território, de que ficou a memória toponímica nos sítios ainda hoje chamados de S.

(Mapas VI e VII e em particular o Mapa V, “Das Portas de S.to Antão ao Paço dos Estaos”. Para as estalagens medievais ver “Estalagens e aposentadoria”, in José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1995, pp. 158-160.

⁷⁵⁷ Magalhães Basto, “*Vereações*” – *Anos de 1390-1395 – O mais antigo dos Livros...*, Vol. II, p. 106.

Para a localização da Estalagem e da Albergaria medievais de Ponte de Lima, ver o Mapa “Alojamento Temporário (1.º Quartel do Séc. XV)”, in Amélia Aguiar Andrade, *Um Espaço Urbano Medieval...*, p. 89.

O carácter concelhio das estalagens regista-se na “Carta de convenção feita entre os juízes, procurador do concelho e homens bons, reunidos no paço da Audiência [do Sardoal?], por ordem do Corregedor, **para estabelecerem no Sardoal uma estalagem**”, a1 de Janeiro de 1460: ver Luís Manuel Gonçalves, *Sardoal do...*, Edição Câmara Municipal do Sardoal, Sardoal, 1992, p. 23.

⁷⁵⁸ Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora...*, p. 78

⁷⁵⁹ Id. *Ibidem*, p. 78.

Lázaro⁷⁶⁰. Do isolamento forçado destes «campos de concentração» de leprosos, com as suas casas, a sua capela, as moradias dos serventes e a sua cerca (grande, no caso da leprosaria de Lisboa, com poços, hortas e pomares), temos um sinal evidente no “Regimento e estatuto feito sobre a casa de são Lázaro desta cidade de Lisboa” de 1460. Com efeito, aí se determina que o provedor da casa “terá cuidado de buscar manceba para servir os lázaros, assim em lhe ir ao açougue e por água como em lhes acender suas candeias segundo o costume – e isto para não saírem fora do seu circuito. E qualquer deles que fora sair seja preso e perca a ração de um mês”⁷⁶¹.

Também este notável e quase desconhecido património continua em grande parte por estudar no seus aspectos institucionais e funcionais e, que saibamos, nada há sobre o seu aspecto arquitectónico, tornando-se urgente quer o recenseamento, quer o estudo e o restauro criterioso dos exemplares sobreviventes⁷⁶².

Sabemos que a generalidade dos hospitais portugueses medievais, tutelados pelos concelhos mas sobretudo pelas mais diversas corporações e confrarias, foram sendo absorvidos pelos hospitais das Misericórdias locais⁷⁶³. Porém, parece não se ter passado o

⁷⁶⁰ Note-se o sítio de Saint Lazare, em Paris, ou a Rua de S. Lázaro de Lisboa, no sítio assim chamado desde a Idade Média. Nos dois casos se tratava de lugares fora de muros, particularmente mal afamados. No caso lisboeta, a leprosaria ficava perto do matadouro e do campo da força medievais.

⁷⁶¹ Transcrito no *Livro das Posturas Antigas* (Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues), Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1974, p. 184. A fim de facilitar a leitura actualizou-se a grafia das palavras e a pontuação.

No mesmo *Regimento* determinava-se ainda que o provedor “não consentirá que a dita manceba viva dentro com os ditos lázaros e lhe seja dada a casa que está à porta de fora a qual daqui em diante seja apropriada para as ditas mancebas para em ela viverem sem dinheiro. E todas as outras casas do circuito para dentro fiquem para os lázaros sem outra pessoa nelas morar nem pousar, salvo se for omiziado que possa aí estar três dias e mais não. E se for omiziada, que não esteja aí mais que até o sol posto daquele dia que aí vier e não durma aí em alguma maneira”. Noutro passo do mesmo *Regimento* determina-se ainda que “na dita casa serão recebidos todos os lázaros da cidade e seu termo. E posto que alguns para a dita casa não queiram ir, serão constringidos pelo provedor que se vão para ela posto que contra suas vontades, seja para evitar o dano que se deles seguir poderia, vivendo entre osãos. E tanto que aí forem metidos serão escritos todos seus bens assim móveis como de raiz [...] e se alguns lázaros de fora da cidade e termo na dita casa estar quizerem, não serão aí recebidos em maneira alguma”, *Ibidem*, pp.s 185-186. Determinava-se ainda “que nenhum lázaro vá pedir fora do circuito da dita casa em nenhum dia nem por festas nem endoenças que venham, sob pena de perder o mantimento de todo o mês qualquer que o contrário fizer”, *Ibidem*, p. 186.

⁷⁶² Não existindo estudos sobre a arquitectura da assistência, da saúde e a das próprias termas na Idade Média, aparentemente também nada há sobre os primitivos Hospitais das Misericórdias portuguesas, que bem mereciam um estudo, tal foi a sua relevância institucional e, cremos querer, também arquitectónica. Estudo muito difícil, pois muito se há-de ter perdido, registem-se aqui apenas os excelentes exemplos sobreviventes do Hospital do Lourçal (hoje no Concelho de Pombal), do de Pedrógão Grande, do da Azinhaga do Ribatejo (Golegã) ou até a Albergaria da Misericórdia de Alvor (hoje no Concelho de Ansião) – edifícios históricos a merecerem estudo e programa de conservação urgentes.

⁷⁶³ Ainda no âmbito da assistência, chegou-nos uma referência muito difusa a uma “casa da saúde” quinhentista, provavelmente em Lisboa: “El-Rei D. Manuel mandou que a **casa de saúde**, feita no ano de 1519, fosse perpétua”, Ribeiro Guimarães, *Summario de Varia Historia – Narrativas, Lendas, Biographias, Descrições de Templos e Monumentos, Estatísticas, Costumes Civis, Políticos e Religiosos de Outras Eras*, Ed. Rolland & Semiond, Lisboa, 1873, p. 124.

mesmo com as gafarias, que aparentemente continuaram a ser tuteladas pelos concelhos a que pertenciam. Com efeito, em resposta a certos Capítulos de Coimbra apresentados às Cortes de Santarém de 1331, o rei D. Afonso IV refere que “Outrosy dizedes que **a gaffaria, he do Conçelho e ssoya sseer prouehuda pelo Conçelho** e que meu padre a ffilhou e meteo proueedor de sa mão⁷⁶⁴. No entanto, a piedade dos particulares poderia naturalmente contribuir para aumentar o número destes estabelecimentos, que bem cedo alcançam as Ilhas Atlânticas. Assim, numa sessão da Câmara do Funchal de 1 de Fevereiro de 1497 foi referido que Miguel, escravo de Álvaro Pires, “tinha ganhado de soldadas dinheiro o quall era em seu poder e **esto era pera o fazimento de uma casa pera os lazares**, que o dicto Aluaro Pirez deixara pera isso R^{ta} rrs.”⁷⁶⁵. Em 1521, com a casa já construída na cidade do Funchal, em Câmara “foj acordado que **todos os lazarus que ha em esta cidade se vão a casa de Sam Lazaro** que pera jsso he fecta”⁷⁶⁶.

Recenseiam-se casas de S. Lázaro também no Arquipélago dos Açores, nomeadamente na vila de Velas (Ilha de S. Jorge), muito arruinada em 1570. Em sessão camarária de 14 de Janeiro desse ano o procurador do concelho informou “que **a caza de Sam Lazaro dos hemfermos hestá cayda**. Que saybam se cayo à mingua **he a fasam comsertar he tornar telha que hé levada della he recolham hos emfermos bem**, avendo-os na terra”⁷⁶⁷. Nos fins do mesmo ano, a mesma casa volta ser referida numa Correição aí realizada a 6 de Dezembro de 1570, devido à sua ruína (e à de outros edifícios concelhios). A Câmara local pede então certas facilidades, pois

“a casa de Sam Lazaro bem aventurado **estava a enfermaria caida** [...] per homde não avia donde a reparar [...] pedião a elle dezenbargador que asy pera ysso como tanbem pera se fazer reparar a casa do conselho e asougue que estava pera cair e se se não reparassem seriam postos por terra”⁷⁶⁸.

Ainda nos Açores, na Praia da Vitória (Terceira) subsiste a casa e a capela da antiga gafaria [**Fig.^a 71**], à beira da estrada que da vila conduzia ao interior da Ilha. Hoje bastante transformada, das imagens antigas [**Fig.^a 72**] podemos inferir algo da tipologia destas casas

Chegou-nos também notícia de uma *Casa de Saúde* de Guimarães, criada em 1599, na sequência da peste desse ano, localizada na Serra de Santa Catarina, nos arredores da vila, com um “Coveiro-mor que tinha 6 ou 7 criados, que não fazião mais que enterrar a gente que morria, a qual era cada dia tanta, que punha espanto; dentro nesta casa ou cerca, se desia missa cada dia aos feridos; e, para esse effeito, se fes hum altar de madeira; e os feridos se recolhiaõ em humas choupanas de torrões, colmassas, que para elles se mandaraõ faser”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob. Cit.*, Vol. I, p. 94.

⁷⁶⁴ Capítulos Especiais de Coimbra (?) às Cortes de Santarém de 1331, in *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV*..., p. 62.

⁷⁶⁵ In José Pereira da Costa, *Ob. Cit.*, p. 586.

⁷⁶⁶ Sessão de 9-3-1521, in *Ibidem*, p. 111.

⁷⁶⁷ In António dos Santos Pereira, *Vereações de Velas*..., p. 164

⁷⁶⁸ Correição de 6-12-1570, in António dos Santos Pereira, *Vereações de Velas*..., p. 442.

de acolhimento de empestados. Com efeito, praticamente nada sabemos da definição arquitectónica das velhas Gafarias portuguesas.

Para lá das enfermarias, a *capela* era uma componente essencial das Gafarias e dos hospitais, sendo a das gafarias da invocação tradicional de S. Lázaro. Chegou-nos o eco da de Tavira, nos princípios do século XVI, no âmbito das *Visitações* aí levadas a cabo pela Ordem de Santiago. Assim, em Tavira, a 17 de Janeiro de 1518 teve lugar a

“Visitação da irmida de São Lázaro [...] a qual tem huma capela d’abobada com hum campanayro e hum syno piqueno nele e huma imagem de vulto sobre ho altar [...]. Achámos que a dita irmida foy feita e edyficada pollo povoo desta Vila por sua devação e elle a repaira e correge do que ha mester”⁷⁶⁹.

5.3.7.2 - Casa da Roda dos Expostos.

É sabido que as sociedades tradicionais, à margem de códigos de honra inflexíveis e de padrões morais muito rigorosos, se instituía – no quadro da transgressão mais radical daqueles códigos e padrões – em abundantes produtoras de crianças indesejadas. Estas surgiam no seio de todas as camadas sociais, tanto dentro como fora do casamento, constituindo sempre terríveis dilemas privados, suscitados por relações socialmente desiguais, proibidas ou simplesmente desviantes e cujo desenlace deu lugar a infinitas tragédias humanas. Mais frequentemente, porém, as crianças indesejadas decorriam das altíssimas taxas de natalidade típicas dessas sociedades, que sofreram de tremendas carências de bens alimentares, suscitadas quer pela distribuição desigual da propriedade e dos meios de produção, quer pelo arcaísmo dos meios e recursos técnicos disponíveis, quer pela extrema dependência das sempre imprevisíveis condições climáticas. Todas estas causas, hoje muito conhecidas levaram à existência de um número significativo de crianças indesejadas e ao consequente fenómeno do *infanticídio*, típico das sociedades tradicionais que, nas comunidades rurais portuguesas, se manteve até bem avançado o século XX.

No princípio da Época Moderna, em Portugal (e provavelmente no resto da Europa da época), a protecção às crianças indesejadas é feita, por motivos morais e religiosos, com a criação das *Rodas dos Expostos*, pelo menos nas cidades mais importantes. Segundo as *Ordenações do Reino*, as Rodas eram da responsabilidade dos concelhos. Assim, sabemos que a de Lisboa, que remonta aos princípios do Século XVI, estava situada na Rua da Betesga, à ilharga do próprio Hospital de Todos os Santos, bem próxima da famosa “Casa

⁷⁶⁹ IAN-TT – *Ordem de Santiago* – Visitações; B. 51.229; publicado por Hugo Cavaco, *Visitações da Ordem de Santiago...*, p. 83.

dos 24”, que partilhava com a *Roda* instalações do famoso e gigantesco Hospital. Porém, com o tempo, a tutela das *Rodas* passou em grande parte para as *Misericórdias* locais, mediante protocolos celebrados com as Câmaras envolvidas⁷⁷⁰.

Na segunda metade do séc. XVIII, agravando-se por toda a Europa o problema do nascimento de crianças indesejadas e o consequente problema do infanticídio, a questão é encarada no quadro do triunfo do Iluminismo, pelos seus ideólogos e agentes, como um gravíssimo problema humanitário, social e político. Passando o ser humano a ser considerado como um factor de riqueza e de poder do próprio Estado, encara-se então uma solução para as crianças indesejadas, através da criação intensiva de *casas da roda* por toda a Europa. Em Portugal, coube ao Intendente Geral da Polícia Pina Manique atacar a gravíssima questão das crianças abandonadas bem como a dos órfãos desamparados, impondo, por um lado, a criação de *casas da roda* em todos os concelhos portugueses para resolver o gravíssimo problema do abandono de crianças recém-nascidas e, por outro, *casas pias* em Lisboa e nalgumas das principais cidades do Reino, para acolherem, criarem e educarem os órfãos desprotegidos, retirando-os à miséria e à vadiagem para, como hoje se diria, os integrar e tornar socialmente úteis.

É neste contexto que a *Ordem* de 10 de Maio de 1783 do Intendente Geral da Polícia Pina Manique impõe a criação de uma *casa da roda* em todas as vilas e cidades do Reino onde se exponham as crianças indesejadas, prevenindo o seu abandono, mas “sem que se conheça quem as leva”. Na casa da roda residiria a *rodeira* “para a todas as horas, dia e noite, receber os enjeitados que ali se forem expor”⁷⁷¹. A *rodeira* fazia uma primeira inspecção aos expostos, prestava-lhes os primeiros cuidados e cuidava-os durante o prazo máximo de três dias, sendo em seguida obrigatoriamente dados a criar a *amas* recrutadas e

⁷⁷⁰ A Misericórdia de Lisboa tutelou a Roda da cidade desde 1635: Isabel dos Guimarães Sá, *A Circulação de Crianças na Europa do Sul: O Caso dos Expostos do Porto no Século XVIII*, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1995, p. 89 e seg.s; p. 104.

Sobre a tutela das *rodas* ver ainda Manoel Emygdio Garcia, *A Roda dos Expostos*, Imprensa Litteraria, Coimbra, 1871, p. 83.

⁷⁷¹ Transcrita por Sebastião Matos, *Ob. Cit.*, pp. 253-255.

Dada a relevância humanitária, mas também social e política suscitada pelas crianças abandonadas, a esta Ordem sucedeu-se a publicação de inúmeros documentos visando a tutela, organização, administração e gestão das Casas da Roda, a começar pelo *Alvará* de 18 de Outubro de 1806, passando pela própria Constituição de 1822 (Artigo 240.º) e pelos sucessivos Códigos do Liberalismo; pelo primeiro *Código Administrativo* do Liberalismo (Artigos 129 e 137) e pelo Decreto de 19 de Setembro de 1836 (que regulamenta o exposto no documento anterior). Ver, sobre este assunto, Nuno Osório Cortes, *O Abandono de Crianças no Algarve – O Caso dos Expostos de Loulé (1820-1884)* – Tese de Mestrado apresentada à Un. do Porto, Porto 1991 (policopiado), p. 10, 11.

Precedido por um muito intenso debate, em que foram usados infinitos argumentos humanitários, morais, sociais e políticos, o Decreto de 21 de Novembro de 1867 impôs a extinção das rodas e sua substituição por *hospícios de admissão restrita*, (Nuno Osório Cortes, *Ob. Cit.*, p. 19), embora a sua aplicação fosse muito tardia em muitos concelhos, que ainda tutelavam a criação de expostos na Época Republicana.

pagas pelos concelhos⁷⁷². A manutenção da casa da roda e a criação dos enjeitados seria feita “à custa das Câmaras e dos povos que lhes deram o ser: e isto até a idade de sete anos”⁷⁷³. Na prática, impunha-se o princípio de que as comunidades que geraram e de que emergiram aquelas crianças pagassem a sua criação.

Os concelhos portugueses criaram então uma infinidade de casas da roda onde pudessem ser expostas as crianças – na típica *roda* instalada para o efeito, assim se institucionalizando um hábito social que sobreviveu à instauração do Liberalismo e que constitui uma realidade social e política muito intensa durante todo o Séc. XIX. Rodas terá então havido nessa época com um funcionamento institucional e organizativo modelar, como a de Coimbra, em 1854, modelarmente instalado em certas dependências do Mosteiro de Santa Cruz, como se lê em certo *Ofício* do Governador Civil de Coimbra ao Ministro do Reino, informando ter ido

“visitar o Estabelecimento da Roda dos Expostos desta Cidade, colocado no Dormitório do Pilar do antigo Convento de Santa Cruz, o qual achei na maior regularidade possível, tanto pelo que respeitava à limpeza e asseio do edifício [sic], salas, quartos e oficinas – como no tocante ao pessoal – amas e expostos, que pelo belo aspecto que apresentavam facilmente deixavam ver o bom tratamento que gozavam”⁷⁷⁴.

Porém, eram muito mais frequentes os motivos de preocupação das autoridades em relação à gestão e ao funcionamento das *rodas* locais, quer pela falta de recursos para as despesas com as amas e o enxoval dos expostos, quer pela falta de recursos para a construção e manutenção e reparação dos respectivos edifícios, de que será exemplo o *Ofício* de 2 de Janeiro de 1866 do Governador Civil de Coimbra ao Ministro do Reino relativo aos “reparos dos telhados da Roda dos expostos [de Coimbra] e outras obras indispensáveis n’aquele estabelecimento”, obras orçadas em cerca de 150\$000 rs⁷⁷⁵.

⁷⁷² A criança era obrigatoriamente criada por uma ama recrutada, paga e inspeccionada periodicamente pela Câmara local. Era a *ama externa* (ama *de leite* e, depois dos 18 meses, *ama de seco*), que criava a criança até aos sete anos, após o que era dada a quem a acabasse de criar em troca dos trabalhos que a mesma pudesse prestar.

⁷⁷³ Transcrita em Sebastião Matos, *Ob. Cit.*, pp. 253-255).

⁷⁷⁴ *Ofício* do Governador Civil de Coimbra ao Ministro do Reino; Coimbra, 16-6-1854, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida – [Ano de 1854 – Livro 12, Proc. N.º 538 A]; Maço 3397.

⁷⁷⁵ Conjunto de documentos relativos às obras na Casa da Roda de Coimbra, incluindo nomeadamente o *Ofício* do Governador Civil de Coimbra ao Ministro do Reino, de Coimbra, 2-1-1866, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição - Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 4; Maço 3136.

Também da mesma época é o *Ofício* do Governador Civil de Évora para o Ministro do Reino, relativo ao “Edifício que fora Hospício dos Monges de Monte Furado, em Montemor, desde 1839 que já servia para Casa da Roda dos Expostos” e a uma casa – celeiro do antigo Hospício e seu destino, para casa das Amas dos Expostos; Évora, 16-2-1860; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3439 [1860].

A grande preocupação das autoridades nesta matéria, por todo o século XIX, incidia sobretudo nas muito precárias e mesmo desumanas condições de muitas das *rodas*, como o da Horta que, em 1855, “estava uma miséria e vergonha em todo o sentido”⁷⁷⁶. Porém, já em 1822 a situação da antiga Roda da Horta – localizada na própria casa da câmara, como veremos, é contemplada num *Auto de Vistoria* de 15 de Julho daquele ano, de que resultou a decisão da construção de uma nova casa da roda num lugar mais adequado. Com efeito:

“a caza dos Expostos [da Horta] he huma emchovia pestillenta em proximidade de huma cloaca emteiramente incapaz do fim para que foi estabelecida que mais serve de infeccionar os tristes innocentes que ali se recebem do que lhes dar a vida e criação para que nella se lanção; E que dentro deste edificio não há citio a preposito para se poder acomodar este estabelecimento de caridade sendo muito melhor acomoda llo em sitio do concelho mais remotto ou escuso, e aonde respirem ares mais livres, pois que athe se acha a dita Roda pegada ao assougue publico aonde nunca há bom cheiro; ficando então servindo a caza dos Expostos de mais hua prizão de emchovia único fim que se pode dar ao mesmo sitio.

E passando o dito Menistro e Coronel Engenheiro commigo Escrivão e ditos Peritos ao sitio da Ladeira da galinha aonde tem o Concelho hum sitio, nelle se procedeo a aviriguação se admittia a fabrica da nova caza para os Expostos, e sendo medido tomadas todas as suas dimenções se achou ser sufficiente e bem proprio pela sua localidade em lugar bem arejado, oculto, e junto da Povoação e por isso mandou que a sua fabrica fosse igualmente calculada no orçamento a que mandou proceder de toda a referida obra [de reconstrução do conjunto da então muito arruinada casa da câmara] em cumprimento da citada ordem do Ex.mo Governo Provizorio”⁷⁷⁷.

A manutenção das *rodas* e a criação dos *expostos* tornou-se um encargo muito pesado para a generalidade dos Concelhos, que tinham que suportar as despesas inerentes ao recrutamento e ao salário das amas, ao enxoval e aos cuidados de saúde das crianças e, enfim, ao amortalhamento e enterro provocados por taxas de mortalidade infantil que podiam chegar aos 80%⁷⁷⁸.

Apesar de terem sido uma realidade institucional muito intensa em todo o Reino, as Casas da Roda enquanto objectos architectónicos detentores de uma *tipologia própria*, são

⁷⁷⁶ *Oficio* do Gov. Civil da Horta a Rodrigo da Fonseca Magalhães, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino; Horta, 5-8-1855, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3405 – Ano 1855, Livro 13, N.º 677.

⁷⁷⁷ IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620: Conjunto de documentos relativos à ruína e necessidade de reconstrução da velha Casa da Câmara da Horta, incluindo nomeadamente o *Auto de Vistoria* de 15-7-1822 do edificio da Casa da Câmara e instalações anexas e o *Orçamento da Despesa* de 24-12-1822 das importantíssimas obras de restauro e reconstrução do conjunto e a construção de uma nova Casa da Roda num lugar mais adequado, tudo no valor global de 6:705\$664 reis; Horta, 24-1-1822 – documentos publicados pelo A, in “No rasto de um monumento perdido do património do Faial: a antiga Casa da Câmara da Horta”, *Atlântida – Revista de Cultura*, Instituto Açoriano de Cultura, 2004, Angra do Heroísmo, Vol. XLIX, pp. 123-152.

⁷⁷⁸ Manoel Emygdio Garcia, *A Roda dos Expostos*, Imprensa Litteraria, Coimbra, 1871, p. 68).

hoje praticamente desconhecidas⁷⁷⁹. Com efeito, muitas foram demolidas, como a da antiga vila de Mós (hoje no Concelho de Torre de Moncorvo)⁷⁸⁰, pelo que sobrevivem apenas alguns exemplares de velhas *rodas*, uma praticamente abandonada, a do antigo Concelho de Caria (hoje no concelho de Belmonte); uma em ruínas, a de Vilar Maior (hoje no concelho do Sabugal) [Fig.^a 73]; outras hoje parcialmente descaracterizadas, como a de Cascais⁷⁸¹ [Fig.^a 74] e a da Praia da Vitória [Fig.^a 75]; uma absolutamente esquecida, como a que descobrimos no antigo concelho de Ferreiros de Tendaís (hoje no Concelho de Cinfães) e, enfim, duas modelarmente restauradas, a de Torre de Moncorvo [Fig.^a 76] e a de Almeida (esta não visitada durante o trabalho de campo inerente à presente *dissertação*).

⁷⁷⁹ Para o fenómeno do abandono de crianças, a sua exposição nas Casas da Roda e a sua criação, nas suas vertentes social e institucional ver, para lá dos autores já atrás citados, as seguintes fontes: António Joaquim de Gouveia Pinto, “Resumo de Providencias estabelecidas a Favor da Criação, e Educação dos Expostos ou Engeitados”, in *Compilação das Providencias que a Bem da Criação, e Educação dos Expostos ou Engeitados se tem publicado, e achão espalhadas em Differentes Artigos de Legislação Patria, a que accrescem outras, que respeitando ao bom regimen, e economia da sua Administração, e sendo com tudo filhas das mesmas Leis, tem a experiencia provado a sua utilidade*, Lisboa, 1820 e o *Regulamento e Instrucções para o Serviço da Administração dos Hospícios destinados á Recepção de Creanças Expostas – Abandonadas e Outras e dos Subsídios de Lactação Aprovado pela Junta Geral de Districto em Sessão de 13 de Julho de 1870*, Districto Administrativo de Lisboa, Lisboa, 1870 (in IAN-TT, *Ministério do Reino - Direcção-Geral da Administração Política e Civil - 2.ª Rep. Liv.º 37, Proc.º 256, Maço 2572*).

Ver ainda, sobre o mesmo assunto, Maria João Madeira Rodrigues (Coord.), *Sinais de Expostos – Exposição Histórico-Documental*, Catálogo da Exposição da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa Lisboa, 1987 e Luís de Pina, “Da Roda dos Expostos à «Carta dos Direitos da Criança»”, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol. XXVII – Fasc. 3-4, Câmara Municipal do Porto, Porto, 1964. Ver ainda Luís de Pina, “Da Roda dos Expostos à «Carta dos Direitos da Criança»”, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol. XXVII – Fasc. 3-4, Câmara Municipal do Porto, Porto, 1964.

Mais recentes são, entre outros, Nuno Osório Cortes, *O Abandono de Crianças no Algarve – O Caso dos Expostos de Loulé (1820-1884)* – Tese de Mestrado apresentada à Un. do Porto, Porto 1991 (policopiado) e o de Sebastião Matos, *Os Expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*, Ass. Cultural e Recreativa de Areias de Vilar, 1.ª Ed., Barcelos, 1995.

As *casas da roda* continuam, porém, por estudar na sua realidade arquitectónica. Ressalvando muito poucas e muito ligeiras referências a *rodas* e à sua localização em monografias locais e em alguns dos estudos acima referidos, apenas se registam dois estudos sobre o edifício de uma *roda* sobrevivente, embora hoje muito descaracterizada, a de Cascais: de Carlos Andrade Teixeira, “Apontamentos para o Estudo da... Casa dos Expostos de Cascais”, in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, Câmara Municipal de Cascais, 1984, N.º 5, pp.s 31-44 e do A., «Casa da Roda» para um previsto *Dicionário de História de Cascais*, já atrás referido, em preparação em 2005 mas nunca publicado, estudo feito a convite dos serviços competentes da Vereação da Cultura daquela Câmara Municipal.

⁷⁸⁰ Outra *Casa da Roda* demolida foi a da Póvoa do Varzim, de que ficou uma fotografia, editada em Sandra Araújo de Amorim, *Vencer o Mar, Ganhar a Terra: Construção e Ordenamento dos Espaços na Póvoa Presqueira e Pré-Balnear*, Edição da Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, Póvoa do Varzim, 2004, p. 248.

⁷⁸¹ A *Casa da Roda* de Cascais ficava no edifício N.º 7 da actual Rua Latino Coelho. As outras casas da roda referidas são todas muito fáceis de localizar. Ver Carlos Andrade Teixeira, “Apontamentos para o Estudo da... Casa dos Expostos de Cascais”, in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, Câmara Municipal de Cascais, 1984, N.º 5, pp.s 31-44.

As casas da roda podiam estar instaladas na própria casa da câmara, como foi o caso (raríssimo) da da Horta⁷⁸² ou então ocuparem um edifício autónomo e frequentemente isolado. Arquitectonicamente as casas da roda sobreviventes são muito variadas, aproximando-se naturalmente – com as excepções das do Porto⁷⁸³ e da da Praia da Vitória, muito eruditas – de modelos residenciais vernáculos, que variavam naturalmente de região para região. Porém, todas elas respeitavam e decorriam de uma *tipologia* comum, ao serviço das funções de recolher temporariamente os enjeitados com um mínimo de conforto e de respeito pelo apagamento da sua identidade – *tipologia* essa perfeitamente caracterizada no “Orçamento da obra para a Caza da Recepção dos Expostos”, que a vila da Horta pretendia construir em 1822. Tratava-se de um edifício relativamente pequeno, pois “a medição das paredes da caza [“*produz*”] 3 braças, 175 palmos” que seriam cobertas com apenas 4 milheiros de telha. O edifício, situado nos arredores da vila, tinha um quintal, cujo muro também é então orçamentado. A Roda da Horta teria algum conforto, pois teria chaminé, “duas Janellas, huma porta d’entrada, outra para a Roda”, bem como um “Tabique para devidir a caza”. O conjunto da obra de pedreiros, caiadores e carpinteiros orçava em 114\$680⁷⁸⁴.

Como a projectada casa da roda da Horta deixa intuir, a *tipologia* respectiva tinha como elemento central uma *casa isolada*, localizada nas periferias da vila ou cidade, com uma *roda* obrigatória instalada numa janela, ao alcance de qualquer adulto (normalmente no piso térreo da casa), com um curral anexo (e de preferência com um quintal privativo). Assim, todas as casas da roda recenseadas têm em comum a sua localização muito periférica, a fim de facilitar o acto clandestino de expor, protegendo ao mesmo tempo a ocultação da identidade dos expositores e a da própria criança exposta. A própria Roda da Horta, que ficava no piso térreo da casa da câmara, ficava justamente na fachada das traseiras do edifício, numa rua estreita e muito pouco movimentada.

A localização periférica das *rodas* facilitava também a existência de um quintal, de uma pequena horta (como era o caso das Rodas de Mós ou da Praia da Vitória) ou mesmo de

⁷⁸² Para a localização e caracterização sumária da Roda da Horta ver, do A., “No rasto de um monumento perdido do património do Faial: a antiga Casa da Câmara da Horta”, *Atlântida – Revista de Cultura*, Instituto Açoriano de Cultura, 2004, Angra do Heroísmo, Vol. XLIX, pp. 123-152.

⁷⁸³ Ver uma representação da casa da Roda do Porto, designada de “Hospício dos Expostos” (Prancha 70) in *Edifícios do Porto em 1833: Álbum de Desenhos de Joaquim Cardoso Vitorio*.

⁷⁸⁴ IAN – TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620: Conjunto de documentos relativos à ruína e reconstrução da casa da câmara da Horta e à construção de uma nova casa da roda, incluindo nomeadamente o “Orçamento da Despesa da nova obra que precizão as cadeias publicas desta Villa de Horta, cazas da camara e casa da Roda para a Recepção dos Expostos”; Horta, 24-1-1822. Este documento está igualmente publicado pelo autor in *Ob. Cit.*

um pequeno curral (casos de Caria, Cascais e de Ferreiros de Tendais), para abrigar uma cabra. Com efeito, a existência desta estava prevista legislação⁷⁸⁵, pois o seu leite teria que alimentar as crianças recém-expostas à falta de *amas de leite* nas redondezas que pudessem amamentar os expostos no muito curto período de até três dias em que aqueles podiam estar na *roda*.

As casas da roda constituem sempre edifícios muito pequenos e sempre rasteiros, à excepção das de Torre de Moncorvo e de Tendais, que ocupavam edifícios sobradados – ou da casa da roda do Porto [Fig.^a 77], de evidente monumentalidade. Os edifícios eram geralmente modestos ou mesmo muito pobres, como o que abrigava a de Caria (Belmonte), que nunca terá sido rebocada nem caiada [Fig.^a 78] – intensíssimo sinal de pobreza na arquitectura beirã dos séculos XVIII e XIX. O seu interior constava normalmente de duas divisões, separadas por um simples tabique, correspondentes uma ao *quarto que continha a roda*, que se conserva em Torre de Moncorvo [Fig.^a 79] e a outra ao *quarto da rodeira*, que também continha os berços para as crianças recém-expostas e que integrava ou a que estava anexa uma *cozinha*, de que sobrevive também a de Torre de Moncorvo.

O grande distintivo das casas da roda, quer fossem alugadas e adaptadas em casas pré-existentes, quer fossem construídas de raiz pelas câmaras, era justamente a *roda*, isto é, o mecanismo muito engenhoso montado numa janela, a uma altura conveniente, a fim de facilitar o acto de expor. A *roda* era um corpo cilíndrico oco, de eixo vertical, encaixado na janela de modo a poder rodar em torno do seu eixo – de que sobrevive o encaixe da de Caria e da de Ferreiro de Tendais [Fig.^a 80], mas aberto longitudinalmente em cerca de um terço da sua área lateral, como se vê na restituída Roda de Torre de Moncorvo [Fig.^a 81]. Era por esta abertura, quando voltada para o exterior, que a criança a expor era introduzida, após o que o se fazia com que o mecanismo rodasse, voltando essa parte aberta para o interior, entregando a criança que assim seria vista e recolhida pela rodeira. O mecanismo não permitia que houvesse contactos visuais entre o interior e o exterior pelo que, pela janela que continha a *roda*, quem estava de dentro nunca via quem estava do lado de fora, como se nota nas rodas da Praia da Vitória [Fig.^a 82] ou da Torre de Moncorvo. Provavelmente o movimento giratório da roda era acompanhado por um ruído característico provocado pela

⁷⁸⁵ A *Ordem* da Intendência Geral da Polícia de 5 de Julho de 1800, prevenindo a morte dos expostos por faltarem *amas de leite*, prescrevia às Câmaras “que tomem cabras e *amas secas* que possam chegar os tenros inocentes a mamar nas mesmas cabras, sendo estas mulheres escolhidas por quem bem as conheça e que tenham humanidade e génio caritativo, e se lhe encarregue o número de enjeitados a cada uma de que possa tratar, subministrando o leite das cabras na falta de *amas de leite*” (Transcrita em Matos, *Ob. Cit.*, p. 255). Enfim, nos três dias em que o exposto podia ficar na casa da roda, à falta de *ama de leite* que aleitasse os meninos, “se lhes mandará dar leite de Cabra, ou de vacca” (Art.º XXX do “Resumo de Providencias”, Gouveia Pinto, *Ob. Cit.*, p. 27).

rotação do próprio mecanismo, que acordaria e alertaria a rodeira. Porém, para acordar a rodeira serviria uma pequena campainha, instalada numa estrutura muito simples.

Típico equipamento ao serviço do poder local, à semelhança de outras formas de arquitectura concelhia, também a casa da roda podia deter as armas reais, esculpidas ou simplesmente pintadas. Chegou-nos apenas o brasão da casa da roda da Praia da Vitória, com as armas de Portugal do tempo da Rainha D. Maria I [Fig.^a 83], que nos permitem datar tão raro edifício do curto período entre 1783 a 1816/7⁷⁸⁶.

5.3.7.3 – Capelas e Ermidas de S. Sebastião

Sendo a organização do poder local português uma realidade laica – e portanto absolutamente independente da organização e do poder da Igreja – a sincera religiosidade das sociedades tradicionais materializava-se, porém, numa série de cultos e devoções tanto individuais como colectivas. Entre estas, merecem referência as que eram organizadas pelos velhos concelhos portugueses, como o cumprimento de certos votos, por vezes muito antigos, a celebração de acção de graças por efemérides absolutamente profanas, por vezes também muito remotas, ou, enfim, a celebração obrigatória de determinados cultos, impostos pelas próprias *Ordenações do Reino* aos concelhos⁷⁸⁷. Estas cerimónias religiosas, realizadas por vezes com uma pompa e um brio cívico a orçarem a ostentação, constituíam acções colectivas auto-celebratórias que contribuíam para reforçar a identidade das comunidades concelhias ou mesmo transconcelhias que as promoviam.

Das festas religiosas tuteladas, organizadas e pagas pelos concelhos a primazia cabia à festa do Corpo de Deus, celebrada com toda a pompa que os recursos locais permitissem desde a Idade Média até à Implantação da República. Os concelhos organizavam também obrigatoriamente, embora provavelmente longe do aparato daquela, as procissões da

⁷⁸⁶ A data de 1816 corresponde à criação do efémero *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves* por D. João VI, que teve heráldica própria, adiante referida.

⁷⁸⁷ Para as relações entre o poder local e os cultos religiosos locais ver, do A.: Carlos Caetano, “Uma Relíquia do Velho Poder Municipal: o *Banco da Câmara* do extinto Concelho de Castelo Bom na Igreja Matriz daquela antiga Vila”, *Praça Velha – Revista Cultural*, Ed. Núcleo de Animação Cultural da C. M. da Guarda, Guarda, Fevereiro de 2006, N.º 19.

O grande historiador Spiro Kostof faz referências muito interessantes ao carácter como que votivo inerente à construção de algumas casas do concelho italianas. Assim, a mais antiga “casa do concelho” italiana “sobrevivente, o chamado Palazzo de Broletto de Como, que data de 1215, **foi dedicado pelos cidadãos à ‘honra e glória de Santo Abbondio (o seu santo padroeiro) e à cidade de Como’**. A própria catedral se concebia como uma componente da imagem da cidade. **Os florentinos construíram a sua própria casa do Concelho ‘em honra e respeito a Deus Todo Poderoso e à bendita Virgem Maria...** e para honra, decore e ornamento da cidade”’, Spiro Kostof – *Historia de la Arquitectura* 2..., p. 625.

Visitação de Nossa Senhora, a 2 de Julho, e a do *Anjo Custódio*, no terceiro Domingo de Julho⁷⁸⁸. A terceira obrigação dos concelhos nesta matéria era o culto ao Mártir S. Sebastião, que assumiu um vincado cunho concelhio desde pelo menos o reinado de D. Sebastião. Escrevendo cerca de 1854, o obscuro autor das *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros* informa-nos que

“Lei positiva de nossos Soberanos encontro que **ordenassem a erecção das Ermidas de S. Sebastião nas povoações para nas mesmas se prestar culto ao Mártir Santo**; nem dela seria necessário visto a epidemia que grassava no Reino que aconselhava remédio recorrendo a Deus pela intervenção de S. Sebastião, a quem o Rei D. Sebastião se esmerava em reverenciar, e **todos imitando o Rei rivalizavam entre si de quem mais venerasse o Santo Advogado contra a peste**: o exemplo do Monarca servia de poderoso e irresistível estímulo a todos os Vassallos”⁷⁸⁹.

O culto de S. Sebastião era organizado pelos concelhos, que asseguravam também a construção e a manutenção das capelas ou ermidas dedicadas ao tão popular e tradicional padroeiro da Fome, Peste e Guerra⁷⁹⁰ que, em si, em nada diferiam das demais capelas e ermidas da região – e de que nos chegaram exemplares espalhados por todo o país. Assim, em Avis “ha **fora da villa**, quatro irmidas. No roçio está **a de S. Sebastião, de que hé**

⁷⁸⁸ As *Ordenações Manuelinas* (Livro I, Título LXXVIII) impunham aos concelhos as procissões da *Visitação de Nossa Senhora* e a do *Anjo Custódio*, obrigações retomadas nas *Ordenações Filipinas* (Título LXVII, Dos Vereadores, § 48 “Procissões): “Item, mandamos aos Juizes e Vereadores, que em cada hum anno aos dous dias do mez de Julho ordenem huma procissão solemne à honra da Visitação de Nossa Senhora. E assi mesmo farão em cada hum anno no terceiro Domingo do mez de Julho outra procissão solemne, por commemoração do Anjo da Guarda, que tem cuidado de nos guardar e defender, para sempre sejam em nossa guarda e defensão. As quais procissões se ordenarão e farão com aquella festa e solemnidade, com que se faz a do Corpo de Deos [...]”, in *Ordenações Filipinas*, pp. 152, 153.

Sobre este assunto ver, por exemplo, a *Postura* sobre a obrigatoriedade de a Câmara de Oeiras acompanhar as Procissões seguintes: “a Procissão de S. Sebastião, a de N.ª S.ra das Candeias, a de São Marcos, a das ladainhas, a do Corpo de Deus, a de S. Isabel, a do Anjo Custódio, a do Patrocínio de N.ª Senhora. Com combinação do que faltar sem justo impedimento pagar para as despesas da Câmara 400 réis”, *Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras...*, Vol. II, p. 213.

⁷⁸⁹ João José Miguel da Silva Amaral, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira...*, Vol. II, pág. 31.

⁷⁹⁰ Sobre a ermida de S. Sebastião do Vimioso e a instituição do culto camarário a este santo registre-se que “teve princípio no reinado de el-rei D. Sebastião pelos anos de 1573, fez-se por conta do povo e para a mesma concorreu a pedra que havia na igreja matriz velha; o motivo que houve para se fazer esta capela, foi aquela lei com que **o mesmo Rei mandou que em todo o reino nas cidades, vilas e lugares que houvesse capacidade se erigisse uma capela ao mártir S. Sebastião**” António Ferreira de Castro, *Descriçam do Vimioso* (1748), transcrito por Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal) e Adrião Martins Amado, *Vimioso – Notas Monográficas*, edição dirigida por Paulo Quintela, Junta Distrital de Bragança, 1968, Reimpressão editada pela Câmara Municipal do Vimioso, Vimioso, 2002, p. 218.

Emfim, ainda “sobre o particular da construção destas capelas diz Frei Diogo do Rosário que o papa Gregório XIII mandou ao novo rei D. Sebastião como relíquia uma das setas com que foi martirizado ‘e de então para cá é grandíssima a devoção que este reino lhe tem, dedicando-lhe muitas igrejas e capelas; e **por voto dos Ordinários e das Câmaras se lhe faz procissão no seu dia, invocando-o contra a peste**”, Frei Diogo do Rosário, *Flos Sanctorum* (1767), transcrito por Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal) e Adrião Martins Amado, *Vimioso...*, p. 218.

protectora a Camara”⁷⁹¹. Referindo-se à ermida de S. Sebastião de Vila Franca de Xira, nas *Ofertas Históricas* pode ler-se:

“a Câmara Municipal é quem vigia a conservação do Edifício com os reparos necessários, e com as vestimentas e cálice para o culto, e um Ermitão, ou Ermitoa que trata do asseio do templo e abrir e fechar as portas quando convém. A Igreja é de uma nave só [...], tem púlpito fixo na parede da parte do Evangelho, e bom coro assente em duas colunas; a porta principal virada ao Oeste, a travessa ao Sul. A Câmara neste ano de 1854 desmanchou uma elevação de terra, e terraplanou um largo espaço que aformoseia a entrada para o templo, e saída da procissão”.

O elemento essencial do culto concelhio a S. Sebastião era, como não podia deixar de ser, a missa cantada, sermão e procissão, em que participava formalmente toda a Câmara, como em Vila Franca de Xira:

“no dia 20 de Janeiro de cada um ano se festeja o Santo com Missa Cantada, e Sermão, e música instrumental, e **assiste a ela a Câmara Municipal; antigamente de capa, e volta, e espadim à cinta, em tom diplomático, e de grande cerimónia**. Na manhã do mesmo dia finda a Missa se organizava procissão; no andor pegavam Vereadores antigos, ou os Almotacés de capa, espadim à cinta, sapatos e meias calçados se o tempo era seco; se chovia não havia procissão, a Câmara acompanhava de capa e volta, e muita outra gente vestida de casacas formavam as alas da procissão. Se esta não saía de manhã saía de tarde com o mesmo cerimonial, encaminhando-se pela Rua Direita à praça, daqui pela Rua dos Mercadores, voltando sobre a esquerda, rua da Ribeira, Sapal, dirigindo-se pela Rua das Pedras se recolhia a São Sebastião, sua Igreja. Há cinquenta anos a esta parte, ou mais que se não faz a procissão anual, nem se repetirá jamais”⁷⁹².

Localizadas normalmente num sítio aprazível dos arredores, ou em pleno “rossio” da vila, como a ermida manuelina de S. Sebastião de Alvito [Fig.^a 84], chegaram até nós inúmeras velhas capelas, praticamente todas reconstruídas na Época Barroca, de que serão exemplo as de S. Sebastião de Cascais ou a de Montalegre, Águeda, Vila de Touro (hoje no concelho do Sabugal) ou Alfândega da Fé. A localização afastada do centro das vilas ou cidades proporcionava uma vistosa procissão. Mais uma vez o caso de Vila Franca de Xira merece referência:

⁷⁹¹ ANTT – *Memórias Paroquiais (Dicionário Geográfico)* – Avis, transcrito por Maria Clara Pereira da Costa in “A Vila de Avis Cabeça da Comarca e da Ordem – Século XVI a XVIII – Tombos de Direitos, Bens e Propriedades”, Ed da *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral*, Lisboa, 1982, p. 22.

Francisco Xavier da Serra Craesbeeck informa-nos de que na freguesia de S. Martinho do antigo couto de Moreira de Rei, a igreja respectiva tinha quatro capelas filiais, nomeadamente a de “São Sebastião **ao pee da casa da audiência**”, de aparente tutela concelhia, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob.Cit.*, Vol. II, p. 235. Note-se que ainda nos fins do século XVIII eram “imóveis da responsabilidade da Vereação” da Câmara de Aveiro, a “Casa da Audiência, capela de Santo António dos Presos e Capela de S. Sebastião”, Inês Amorim, “A construção da Câmara de Aveiro nos finais do Séc. XVIII: 1790/94 (?) – 1797/99 I”, *Boletim Municipal – Cultura e Património*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, Dezembro 1997, p. 112. Para a ermida de S. Sebastião de Borba ver João Miguel Simões, *Borba – Património da Vila Branca*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Borba, Lisboa / Borba, 2007, pp. 169-172.

⁷⁹² João José Miguel da Silva Amaral, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira...*, Vol. II, pp. 30, 32.

Em Aveiro, “a vereação tinha a seu cargo a conservação e promoção da capela onde, anualmente, a Vereação acorria em procissão, a 20 de Janeiro, saindo da Igreja de S. Miguel, transportando a imagem de S. Sebastião com uma relíquia no braço, sendo obrigado a acompanhá-la uma pessoa de cada casa, sob pena de multa, Inês Amorim, “A construção da Câmara de Aveiro nos finais do Séc. XVIII: 1790/94 (?) – 1797/99 I”, *Boletim Municipal – Cultura e Património*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, Dezembro 1997, p. 112.

“ao fim da Vila sobre a estrada real saindo dela para a de Povos olhando a leste se edificou a Ermida consagrada ao Mártir S. Sebastião, que data a época de sua existência do reinado do Soberano daquele nome em ocasião que o reino se abrasava com epidemia da peste que nele grassava. Em todas as povoações onde se erigiram Igreja a S. Sebastião **o local ou no começo, ou no fim das Vilas em distância da Igreja da paróquia a fim de que as Procissões do voto tivessem espaço para andar entoando as ladainhas**, entrando na Igreja onde as concluíam rogando ao Santo que perante Deus intercedesse por eles suspendendo o flagelo da peste. **Em algumas partes as Igrejas de S. Sebastião distavam meia e uma légua**”⁷⁹³.

5.3.8 – Equipamentos de representação, justiça e punição

5.3.8.1 - O pelourinho

Símbolo e padrão maior da autonomia, do poder e das liberdades locais, o pelourinho erguia-se em todas as velhas comunidades portuguesas detentoras de estatuto concelhio, fosse qual fosse a sua condição de *concelho*, *honra* ou *couto*⁷⁹⁴. Por isso, mesmo no fim do Antigo Regime, ainda em 1821 se edificava um pelourinho em Punhete (hoje, Constância), devido à destruição do antigo na época das invasões francesas⁷⁹⁵. Do mesmo modo, “a ruína que a chea do Guadianna fez nas Cazas da Camera, e pelourinho” de Alcútem no dia 2 de Fevereiro de 1823 – que parece anunciar o Fim do Antigo Regime e dos seus símbolos fundadores – ainda provocava a consternação das autoridades e das populações locais. Com efeito, o Juiz de Fora informa “que hé verdade que a chea do Rio Guadianna, estragou as Cazas da Camera, deitando abaxo huma parede, e as mais ficarão aruinadas, e o pelourinho cahio”. O Magistrado considera ainda que “o reparo das Cazas da Camara he necessario, porque os camaristas estão exercendo suas funções em huma caza, muito pequena, alhea e incapaz” e orçamenta a obra respectiva. Assim, o “Autto de Orsamento” que remete,

⁷⁹³ João José Miguel da Silva Amaral, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira...*, Vol. II, pp. 30, 32.

Para a localização, também periférica, da ermida de S. Sebastião da vila do Machico, de há muito demolida, ver Élvio Duarte Martins Sousa, *Arqueologia da Cidade de Machico – A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*, Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, Machico, 2006, p. 69. Este autor publica a imagem de S. Sebastião da antiga ermida, hoje na matriz local, que é muito parecida com a do Museu do Açúcar do Funchal (aparentemente flamenga) Élvio Duarte Martins Sousa, *Arqueologia da Cidade de Machico – A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*, Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, Machico, 2006, p. 69.

⁷⁹⁴ O Corregedor de Guimarães dá testemunho, porém do Couto de Lagiosa, (entre Lanhoso e Guimarães), desprovido de pelourinho: “está em citio aspero, e montuoso, com poucos vesinhos, que não passam de 20. Tem seo juiz do cível: e orphãos, que tambem serve de almotacé, e hum procurador, o que tudo faz o juiz que acaba [...]. **Não tem pelourinho**, nem goza de privilegios de villa ou couto, inda que tem justiça, que julga”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob.Cit.*, Vol. II, p. 229.

⁷⁹⁵ António Matias Coelho, *Histórias do Património do Concelho de Constância*, Câmara Municipal de Constância, Constância, 1999, p. 59.

ouvidos os peritos, indica “que serão neçesarios quinhentos mil reis; e com esta soma ficavão compostas as ditas cazas da Camara e o Pelourinho”⁷⁹⁶.

Não sabemos se o pelourinho de Alcoutim foi reconstruído depois do desastre de 1823 mas, muito antes, em meados do século XVIII, num contexto geográfico tão longínquo do vivido no Reino, a fundação de Borba-a-Nova, suscitava o levantamento obrigatório de um pelourinho, em 1756, simbolicamente erguido no dia primeiro de Janeiro, como se vê do “Auto que se fez na ocasião em que foram declaradas as ordens de Sua Magestade para se erigir a Villa de Borba a Nova e se levantar nella o Pelourinho na forma que Sua Magestade ordena”. Nesse dia

“pelo Ex.mo Sr. General foi declarado na presença de todos que Sua magestade tinha sido servido erigir em Villa a referida Povoação de Trocans impondo lhe nome de Borba a nova e que em presença das ditas ordens havia por erigida a dita Villa em signal do que faria levantar Pelourinho na Praça publica della, o que com efeito logo se fez **alvorando se o dito pelourinho na referida Praça pelo que houve a dita Povoação por erigida em Villa** com o referido nome de Borba a nova”, sendo o acto acompanhado por todo o povo. No fim da cerimónia, “em demonstração de grande satisfação e contentamento [...] foi por todo o Povo geralmente lebandada por tres vezes a voz de Viva El Rey com universal alegria de todos, de que de tudo eu Escrivão da Camara fiz este termo”⁷⁹⁷.

Poucos anos depois, a erecção de idêntico pelourinho na Cidade de Oeyras, da Capitannia de S. José de Piauhý era um óbvio sinal do poder concelhio, mesmo que recém-instituído. Com efeito, cerca de 1774,

“na mesma Praça [da cidade de Oeiras], e na distancia *que* medeya entre a sobredita Matriz, e Paços do Conselho **se acha sentado o Pellourinho obra de pedra com suas escadas no qual lugar foy posto de novo** por ordem, e mandato do *Illustríssimo Senhor* Governador João Pereyra

⁷⁹⁶ *Carta* do Juiz de Fora de Alcoutim confirmando os estragos que a cheia do Guadiana (de 2-2-1823) tinha feito na vila, arruinando a Casa da Câmara e derrubando o Pelourinho, Alcoutim, 12-4-1823, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 367. No mesmo conjunto seguem-se os seguintes documentos:

- *Representação* da Câmara Constitucional de Alcoutim ao Secretário do Negócios da Justiça sobre os estragos da cheia do Guadiana na vila, em particular na Casa da Câmara e Pelourinho; Alcoutim, 13-2-1823;

- *Auto de inquirição de testemunhas*, feito pelo Juiz de Fora na sua própria Casa, em Alcoutim, a 12-4-1823;

- *Autto de Orsamento* da reconstrução da casa da Câmara e do Pelourinho de Alcoutim, feito em Alcoutim, a 11-4-1823; (Apêndice Documental: Doc. N.º 10).

⁷⁹⁷ “Relação das aldeias que na conformidade das Reaes Ordens de Sua magestade passarão a ser villas e lugares tudo nomes do reino”. Ver, sobre este assunto, Vasco da Costa Salema, *Pelourinhos do Brasil*, Edição da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1992, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 598, Caixa 701.

Gaspara Correia dá-nos notícia da erecção, séculos antes, de um pelourinho em Malaca, que transcrevemos, dado o valor punitivo mas também simbólico que lhe atribui: “o Gouernador [*de Malaca*] **mandou no bazar da cidade fazer huma picota sobre hum masto, com muytos degraos derrador, e no masto postas argolas e ganchos para enforcar**, e hum cepo preso por cadea, pera cortar n’elle mãos e cabeças; o que sendo acabado, o Gouernador, de noite, com poucos homens o foy vêr, e chegando a elle pôs os joelhos no primeyro degrao, e com o barrete na mão, disse: «**Deos te salue pera sempre, e acrecente em verdade, vara da real justiça d’ElRey nosso senhor, por Deos querida e amada pera punição dos mãos, e conseruação e guarda dos bons, que pouco podem!**» E se tornou á fortaleza, e mandou dizer a ElRey que os malfeitores mandasse castigar n’aquella picota que estaua no bazar, porque todos o vissem e ouvessem medo. Com o que ElRey muyto folgou, e assy o mandou fazer”, Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, edição de Rodrigo José de Lima Felner, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1860, Livro Segundo, Tomo II, p. 441.

Caldas, expedida aos camaristas para o dicto efeito, por ser de antes sentado em Lugar menos proprio, e que servia de embarço [...]”⁷⁹⁸.

A intensíssima presença institucional e mesmo física destes tão pitorescos padrões monumentais do nosso velho poder local que, na sua esmagadora maioria, remontavam à Idade Média e aos princípios do Século XVI faz com que, apesar das muitas demolições e extravios provocados no século XIX, após o triunfo do Liberalismo⁷⁹⁹, Portugal ainda hoje detenha – caso único em toda a Europa – um número extraordinário de belíssimos pelourinhos. Por isso, o pelourinho foi a primeira marca urbana de matriz portuguesa sinalizada pelo grande historiador de arquitectura Spiro Kostoff, tão pouco dado às coisas portuguesas⁸⁰⁰. Aliás, de todos os testemunhos materiais do velho poder local português, os pelourinhos são não só os mais abundantes como são os mais divulgados, conhecidos, estudados e amados, tanto por visitantes como pelos naturais das localidades onde se erguem, instituindo-se em *plateau* de exibição das insanidades existenciais do demente da terra, como em Cedovim (hoje no concelho de Vila Nova de Foz Côa) [Fig.^a 85] ou polarizando centros de reunião, convívio e descanso, como acontece ainda hoje no Alentejo, pelo menos nas doces tardes de Primavera de Vila Nova da Baronia (hoje no concelho de Alvito) [Fig.^a 86]. Por outro lado, os pelourinhos são ainda hoje enfaticamente sinalizados enquanto suporte tanto dos modestos galhardetes das rústicas decorações de festas e romarias locais, como em Chacim (hoje no concelho de Macedo de Cavaleiros) [Fig.^a 87], como da própria bandeira nacional, aí galhardamente hasteada pelos residentes das vizinhanças, como em Rossão (Castro Daire) [Fig.^a 88]. Os pelourinhos portugueses constituem, enfim, um muito popular referente toponímico, traduzidos em *Ruas* ou *Largos do Pelourinho* espalhados por todo o país como em Rossão (Castro Daire), em Freixiel (hoje no Concelho de Vila Flor) ou S. Lourenço do Bairro (Anadia) [Fig.^a 89].

respectivamente.

⁷⁹⁸ IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 601 Caixa 704 – Correspondência da Capitania do Maranhão.

⁷⁹⁹ Ver a proposta de demolição de pelourinho de Peniche, que estrangulava a praça e dificultava a entrada da Câmara, em 1862, em Mariano Calado, *Ob. Cit.*, p. 197, 198. Note-se, porém, que no *Livro das Posturas* da Vila do Redondo, de 1810, ainda se prescrevia, entre outras determinações, “que nelles [*Pelourinhos*] ninguém arranque pedra, nem faça arrombamento, nem quebre a Haste pena de seis mil reis da Cadeia: e reparar-se-há o damno à custa do encoimado”, in Franz-Paul Langhans, *Estudos de Direito...*, pp. 150, 151.

Por sua vez, “o pelourinho de Benavente foi apeado cerca de 1874, quando se procedeu à construção dos actuais Paços do Concelho”, Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente – Estudo Histórico-Descritivo*, Lisboa, 1926, Reimpressão da Câmara Municipal de Benavente, Benavente, 1981, p. 57.

⁸⁰⁰ Spiro Kostoff, *The City Assembled...*, p. 124.

Como se vê, a visibilidade dos pelourinhos é extrema, pelo que – apreendido finalmente pelas comunidades o seu velho sentido de padrão simbólico das liberdades e dos poderes locais – se tem assistido no nosso tempo, por todo o país, ao fenómeno inverso do vivido na época posterior à implantação e triunfo do Liberalismo, mediante a reposição, reconstrução e mesmo refeitura integral de pelourinhos de há muito perdidos. Este fenómeno verifica-se tanto em concelhos de há muito extintos, como o de S. Lourenço do Bairro (hoje no concelho de Anadia), muito recentemente como que “reinventado” e reconstruído, de uma maneira bem frustrante, aliás [Fig.^a 90] – como em concelhos como Seia ou Sabugal, cujo velho pelourinho “de gaiola”, de há muito perdido, aparece representado com o maior destaque e centralidade na famosa vista de Duarte de Armas⁸⁰¹, em tudo igual, afinal a tantos dos pelourinhos manuelinos bairões, como, por exemplo, os de Moreira de Rei ou de Trancoso [Fig.^a 91].

Da sua extraordinária visibilidade decorre a abundante informação hoje disponível sobre os pelourinhos portugueses⁸⁰², pelo que as poucas linhas que se seguem não têm qualquer pretensão de sistematização do que hoje é conhecido sobre o assunto. Por isso, e apesar do maior interesse que merecem, não serão analisadas a sua tipologia, a sua estrutura ou a sua evolução estilística. Assim, nesta matéria remeter-nos-emos a Luís Chaves, que considera que

“a sua composição é em regra simples: sobre *degraus*, uma *base*, que sustenta a *coluna*, *capitel* e *remate*, e a *guarnição de ferro*. Há, portanto, uma espécie de «modelo central» mas a variedade da ornamentação e as formas diferentes que apresentam, permitem a sua classificação em famílias distintas. Primeiro, a identidade de destino, dá certa unidade ao monumento – sempre colocado em plano alto, sobre degraus e uma coluna e argolas para o delinquente ficar preso e bem visível. O que lhes imprime variedade é a decoração e o remate, onde, na série cronológica destes monumentos, podemos admirar todos os estilos arquitectónicos, desde as rudes picotas românicas, aos delicados labores do manuelino, às linhas severas do barroco [sic], ou exuberantes do *rococó*, às formas neoclássicas dos fins de Setecentos”⁸⁰³.

Merece reparo, porém, a sua localização, que é do maior interesse, pois os pelourinhos normalmente pontuavam – tanto em Portugal como noutras regiões da Europa –

⁸⁰¹ “Sabugall tirado do naturall da banda de leste”, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas...*, f. 66

⁸⁰² De entre a enormíssima bibliografia disponível sobre o assunto, de E. B. de Ataíde Malafaia, *Pelourinhos Portugueses – Tentâmen de Inventário Geral*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1997. De entre as inúmeras publicações sobre o assunto ver, por exemplo, Júlio Rocha e Sousa, *Pelourinhos do Distrito de Braga*.

⁸⁰³ *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, N.º 123, *Pelourinhos do Distrito de Lisboa*, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Março de 1966, pp. 7,8. Ataíde Malafaia considera, quanto à estrutura dos pelourinhos portugueses, as seguintes componentes: “Plataforma”, “Base”, “Coluna” (esta com “Base”, “Fuste” e “Capitel”) e “Remate”, verificada, entre tantos outros, no pelourinho de Vila Cova à Coelheira (hoje no concelho de Vila Nova de Paiva): ver E. B. de Ataíde Malafaia, *Pelourinhos Portugueses...*, p. 419

o centro urbano das comunidades e ombreavam com a casa da câmara local⁸⁰⁴. Dessa localização, tão centralizada, sejam exemplo os pelourinhos manuelinos de Moreira de Rei (Trancoso), de Castelo Mendo (Almeida) [Fig.^a 92], mas também, num contexto geográfico tão diferente, o pelourinho – pillory – da cidade de St Andrews, na Escócia, representado numa vista do século XVI, igualmente localizado na praça local, ou melhor, em plena “Market Street”, bem face à “Domus Urbis” da cidade⁸⁰⁵.

Dada a relevância dos pelourinhos de pelo menos algumas localidades, a erecção destes podia decorrer do empenho das mais diversas entidades envolvidas na densa teia em que se movia o poder local. Assim, nas Caldas da Rainha, “só em 1532 iria ser levantado na Praça, a expensas do Hospital, um pelourinho de boa pedra, lavrada provavelmente por Vasco Fernandes e Afonso Peres, exibindo a grimpa e dois colares de ferro, o que tudo custou 6.000 reis”⁸⁰⁶. Poucos anos antes, em Braga, o Arcebispo D. Diogo de Sousa “mandou fazer a dita porta do Souto hum pellourinho assaz bom de pedraria que agora ahi estaa”⁸⁰⁷.

Porém, a construção de pelourinhos podia merecer quer a aprovação, quer o apoio, quer mesmo a imposição do poder real. Foi o caso do de Montemor o Novo. Aqui, “em 1519 o rei ordena a erecção de um novo pelourinho, pois «ho pelourinho que esta na praça» tinha-se quebrado. Perto estavam, certamente, os paços do Concelho”⁸⁰⁸. Anos antes, logo no início do seu reinado, o mesmo Rei D. Manuel I tinha disponibilizado uma coluna de mármore à Câmara de Lisboa para a sua adaptação a pelourinho a edificar em pleno Terreiro do Paço, visível na famosa *vista* de Braunio⁸⁰⁹. Esta intervenção régia na edificação de pelourinhos – bem como a grande quantidade de pelourinhos “manuelinos” sobreviventes – leva-nos a considerar a existência anterior de *pelourinhos de madeira* em muitas regiões do país, nomeadamente no Norte, onde seria muito fácil obter as necessárias vigas gigantescas

⁸⁰⁴ Assim, o pelourinho de Benavente, localizado junto aos paços do concelho locais, “para aí fora removido posteriormente a 1607 e anteriormente a 1685, erguendo-se primitivamente na Praça Velha, fronteiro aos mais antigos Paços”: Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente...*, p. 58.

⁸⁰⁵ Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland, *Tolbooths and Town-Houses...*, p. 206. Não se publica a imagem, dada a má qualidade gráfica da reprodução do original, de c. de 1580, onde a casa da câmara (Town’s House) aparece indicada como “Domus Urbis”.

⁸⁰⁶ João Saavedra Machado, “As Caldas – A fundação do Hospital e da vila pela Rainha D. Leonor – Aspectos da sua evolução até ao séc. XVII”, in Luís Nuno Rodrigues, Mário Tavares e João B. Serra (Coord.), *Ob. Cit.*, p. 68.

⁸⁰⁷ *Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou...*, publicado por Rui Maurício, *Ob. Cit.*, Vol.II, pp.s 299.

⁸⁰⁸ Jorge Fonseca, “O Foral Manuelino”, in Jorge Fonseca (Coord.), *Montemor-o-Novo...*, p. 116.

⁸⁰⁹ “Olissipo quae nunc...”, gravura em cobre in Georgius Braunius, *Urbium Proecipuarum Mundi Theatrum Quintum*, 1598.

de carvalho, freixo ou castanho⁸¹⁰. Com efeito, de madeira seriam muitos dos pelourinhos de localidades europeias com estatuto municipal, a começar pelo de Paris, que nunca foi “monumentalizado”, isto é, materializado em pedra – pelourinho esse que parece ter sido, aliás, o primeiro símbolo do Antigo Regime a ser abatido no dia 14 de Julho de 1789.

Se de muitos pelourinhos nos não chegaram quaisquer restos, como é o caso do da Covilhã que, porém, deixou o seu nome à velha praça onde esteve durante séculos, face à casa da câmara local, doutros chegaram até nós importantes fragmentos, como do de Entradas (Castro Verde), depositado num armazém da Junta de Freguesia local, ou do de Alcochete, [Fig.^a 93] exposto no belo Museu local. Doutros chegou-nos o *remate*, como do de torre de Moncorvo, exposto na entrada da casa da câmara actual. Mas o que cumpre destacar é o número surpreendente de pelourinhos sobreviventes em todo o país, detentores de todas as configurações, tamanhos e materiais, por vezes sumptuosos e trazidos de muito longe⁸¹¹ – e de que daremos apenas quatro exemplos: o quase brutalista pelourinho da Pederneira (hoje no concelho da Nazaré), o invulgar e quase desafiante pelourinho inclinado de Moure (hoje no Concelho de Póvoa de Lanhoso) [Fig.^a 94], o rústico mas escultural pelourinho de Terena (Alandroal) [Fig.^a 95] e o pelourinho “manuelino” de Algodres (Fornos de Algodres), certamente um dos mais altos, dos mais tecnicamente ousados e dos mais bonitos pelourinhos portugueses [Fig.^a 96].

5.3.8.2 – Forca

Embora instrumento de suplício, também a forca era um equipamento concelhio. Porém, ao contrário das cadeias concelhias – que eram espaço de punição e sobretudo de guarda, custódia e privação da liberdade dos presos, mais ou menos “facinorosos”, para usar a linguagem dos moralistas juízes de fora e corregedores do Século XVIII, sempre localizadas (como veremos) no centro ou nas portas da vila ou da cidade respectiva – a forca estava sempre localizado fora das localidades, em espaços literalmente ermos, por vezes ainda hoje referenciados na toponímia local. É o caso da localização da forca do antigo Concelho de Basto (na freguesia de Arnóia, hoje no Concelho de Celorico de Basto), da de

⁸¹⁰ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck informa-nos, relativamente ao Couto de Pedraido (pega com Montelongo e Moreira de Rei), de uma situação inesperadamente muito arcaica em pleno século XVIII: “he este couto das freiras de Arouca. Tem [...] casa da camara e **hum carvalho serve de pelourinho**: tudo muito pobre”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob.Cit.*, Vol. II, p. 238.

⁸¹¹ Assim, o pelourinho de Benavente, manuelino, “é de fino mármore branco de Estremoz”, Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente...*, p. 60

Cabeço de Vide (hoje no Concelho de Fronteira) [Fig.^a 97] ou da de Freixiel (hoje no Concelho de Vila Flor) [Fig.^a 98], todas muito longe da cabeça do concelho a que pertencem⁸¹². Do mesmo modo, a força de Olivença “encontrava-se levantada, no ano de 1637, **nas cercanias da povoação**, próximo do caminho que, desde a muralha que cercava a vila, conduzia aos olivais de Vale Salgado”⁸¹³. As forças erguiam-se em terrenos concelhios, em baldios, pelo que, em Évora, “**a terra da força pertencia ao concelho. Situava-se entre ferragiais** à saída da Porta do Raimundo e junto da ermida de S. Sebastião”⁸¹⁴.

Equipamentos comprovadamente concelhios, as forças estavam espalhadas por todo o Reino. Assim, Duarte de Armas, no *Livro das Fortalezas*, representa as forças de dezanove concelhos⁸¹⁵, o que nos permite traçar o panorama nacional no tocante a este equipamento de suplício nesses momentos fulcrais dos inícios do século XVI⁸¹⁶.

Normalmente, as forças eram estruturas muito simples, constituídas por dois pilares, de pedra ou de madeira, aparelhada ou não, sustentando traves horizontais no seu topo, de onde seriam suspensos os enforcados. Assim, as forças de Penha Garcia [Fig.^a 99]⁸¹⁷, Vilar Maior e de Vinhais eram de *madeira não aparelhada*. Por sua vez, as forças de Castro Marim, Alcoutim, (esta com os pilares convenientemente travados), Mourão, Alpalhão, Freixo de Espada à Cinta [Fig.^a 100]⁸¹⁸ e Vimioso – estas duas com a trave superior também travada – eram de *vigas de madeira aparelhada*. A força de Serpa era de *pedra ou alvenaria*, formando um arco ameadado superiormente [Fig.^a 101]⁸¹⁹, enquanto as forças de Monsaraz, Castelo Mendo, [Fig.^a 102]⁸²⁰, Monforte de Rio Livre, e Montalegre eram constituídas por *três pilares* que sustentavam três traves formando um triângulo mais ou menos regular.

As forças de Elvas, de Arronches (ambas instaladas num arco ameadado de alvenaria), de Bragança (esta com trave de madeira) e de Chaves, *estavam dentro de um recinto fechado e ameadado*. Delas reteremos apenas a representação das forças de Arronches [Fig.^a

⁸¹² Uma fotografia da força de Porto de Mós (que não pôde ser consultada em tempo útil para este trabalho) é publicada por Alfredo de Matos, *A Comarca de Porto de Mós*, 1956, p. 67.

⁸¹³ Rui Rosado Vieira, *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço...*, p. 141.

⁸¹⁴ Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora...*, p. 716.

⁸¹⁵ Castro Marim, Alcoutim, Serpa, Mourão, Monsaraz, Elvas, Arronches, Alpalhão, Penha Garcia, Vilar maior, Castelo Mendo, Freixo de Espada à Cinta, Vimioso, Bragança, Vinhais, Monforte do Rio Livre, Chaves e Montalegre.

⁸¹⁶ As velhas forças estão em muito grande parte por levantar e estudar. Por isso, merece referência o trabalho pioneiro de Jorge de Oliveira e Ana Cristina Tomás, *As Forças do Distrito de Portalegre 140 anos após a abolição da pena de morte*, Edições Colibri, Lisboa, 2007.

⁸¹⁷ Vista de Melgaço in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas...*, f. 60.

⁸¹⁸ Vista de Melgaço in *Ibidem*, f. 78.

⁸¹⁹ Vista de Melgaço in *Ibidem*, f. 8.

⁸²⁰ Vista de Melgaço in *Ibidem*, f. 69.

103]⁸²¹ e de Bragança [**Fig.^a 104]**⁸²². Estas forcas estão muito próximas da sofisticação da forca quinhentista de Braga, que consta do *Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*:

“[...] **mandou fazer a forqua no monte** alem da Ribeira d’este **cerquada de parede e ameada com porta fechada e seus pillares e pao de cima** a qual **dantes não era mais que dous pilares de pedra ençosa com hum pao atraveçado per cima**”⁸²³.

Desta informação tão rara, relativa à forca de Braga, retenha-se quer a sua localização, que se presume muito afastada, quer o seu carácter de recinto circunscrito e fechado, rodeado de paredes ameadas no centro do qual se erguiam os dois pilares devidamente construídos, ao contrário dos pilares de “pedra ençosa” da forca antiga, que encontramos nas forcas sobreviventes, nomeadamente na de Freixiel.

⁸²¹ Vista de Melgaço in *Ibidem*, f. 32.

⁸²² Vista de Melgaço in *Ibidem*, f. 90.

⁸²³ Publicado por Rui Maurício: *O Mecenato de D. Diogo de Sousa...*, Vol.II, p. 302.

PARTE II

AS CASAS DA CÂMARA

DOS VELHOS CONCELHOS PORTUGUESES

6 – O nome

O Regime Liberal herdara um vastíssimo conjunto de casas da câmara esmagadoramente acanhadas, antiquadas, muito velhas e muitas vezes arruinadas. Cem anos depois, o Estado Novo depara-se com um panorama em grande parte semelhante. Apesar das renovações impostas pelo Liberalismo tanto em matéria de redefinição radical da rede dos concelhos portugueses (então racionalizada e modernizada), como em matéria de construção de edifícios camarários, ao sabor das necessidades, das disponibilidades financeiras e dos modelos estilísticos disponíveis (renovações em grande parte retomadas pela Primeira República), também o Estado Novo se defronta com carências tremendas em matéria de instalações camarárias. A situação será agravada pelo facto de as Câmaras continuarem a tutelar e a providenciar as instalações, o mobiliário e demais equipamento para as audiências e consequentemente para as cadeias, no respeito por uma *tipologia* arquitectónica muito antiga de casa da câmara, que adiante restituiremos, mas que chegou intacta até ao Estado Novo. Com efeito, só então a tutela sobre as instalações e equipamentos dos tribunais e cadeias concelhias e comarcãs passa, muito gradualmente, das Câmaras Municipais para a órbita do Ministério da Justiça. Do mesmo modo, só durante o Estado Novo o Ministério das Obras Públicas vai construir as novíssimas instalações requeridas pelo Ministério da Justiça, em articulação com o Ministério do Interior. Enfim, só então as velhas *audiências*, então normalmente muito mal instaladas em edifícios que remontavam por vezes ao século XVI, vão sendo a pouco e pouco substituídas por modernos, amplos, sólidos e higiénicos tribunais – as tão famosas *Domus Justitiae* do Estado Novo¹. Devemos notar, porém, que as muito grandes pretensões arquitectónicas dos respectivos edifícios (rendidos quer às graças de uma poética nacionalista, mais ou menos vernácula, quer à presumida dignidade de uma linguagem musculada, viril, austera e monumental), têm um paralelo exacto na sua presunçosa designação oficial de *Domus Justitiae*, orgulhosa auto-consagração que, se é fruto de um brio cívico sincero, não deixa também de acusar – no seu recurso a uma designação latina praticamente inédita entre nós – certo pedantismo cultural e até um intenso odor autoritário, se não fascizante, bem típico

¹ Ver António Manuel Nunes, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo – Templos da Justiça e Arte Judiciária*, Minerva, Coimbra, 2003.

daqueles tempos de chumbo e das tão difíceis conjunturas então vividas tanto em Portugal como a nível internacional.

É então que, nos alvares do Estado Novo e da sua tão auto-celebrada política de fomento, a recém-criada Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais *cria* ou *inventa*, por analogia, uma designação equivalente para a tradicional e portuguêsíssima expressão “casa da câmara”, a de *Domus Municipalis*. Ora, esta expressão será usada pelos técnicos e ideólogos do Estado Novo justamente para rebaptizar a famosíssima casa da câmara de Bragança, um dos primeiros monumentos portugueses a beneficiar de um ambicioso restauro integral empreendido por aquela Direcção-Geral². Com efeito, na “notícia histórica” que precede a *memória* que serviu de base ao restauro lê-se que

“é notável a circunstância de se não encontrar a denominação ‘*Domus Municipalis*’ na obra de Cardoso Borges [o autor da ‘Descrição Topográfica’, 1.º quartel do séc. XVIII] – obra realizada, evidentemente, com intuítos panegíricos. Ou o latinismo não era ainda usado no seu tempo (hipótese que se me afigura a mais plausível) ou ele o desprezou em homenagem à opinião que recuava às eras pré-romanas a fundação do edifício”³.

Teríamos que esperar pela abordagem do historiador Carlos Alberto Ferreira de Almeida que, apesar de extremamente sumária, nos proporciona, em palavras muito certas, a lógica e a funcionalidade da *casa* de Bragança, bem como o seu verdadeiro nome:

“Bragança possui o mais notável edifício municipal de Portugal, verdadeiro ex-líbris da cidade. No entanto, as suas origens e funções têm sido um tanto mitificadas. Nem o edifício é românico, como muito pretendem, nem a sua função foi apenas de **Domus Municipalis (designação, de resto, estranha à nossa Idade Média, que foi consagrada por investigadores do século XX)**”⁴.

A impropriedade e até a petulância da tão pomposa e excessiva designação de *Domus Municipalis* suscita o levantamento e a necessária discussão das palavras e expressões que ao longo dos tempos designaram as *casas dos concelhos* portugueses. Com efeito, aquelas palavras e expressões iluminam não só o *conceito* e a própria *tipologia* da casa da Câmara portuguesa mas também a sua apropriação pelas comunidades de que emergiam e a que pertenciam, assim como o nosso entendimento global dessas velhas *casas*, cujas designações – tanto as oficiais como as mais comuns e mesmo populares – conheceram uma gradação infinita de modulações muito subtis que, usadas durante séculos,

² Ver “*Domus Municipalis*” – Bragança, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N.º 4, Junho de 1936.

³ “A ‘*Domus Municipalis*’ de Bragança (Notícia Histórica)”, in “*Domus Municipalis*” – Bragança..., p. 6. José Cardoso Borges, *Descrição Topográfica de Bragança*, “manuscrito do do primeiro quartel do século XVIII, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa”.

⁴ In Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Presença, Lisboa, 2002, p. 146.

retratam e simbolizam o poder local português que naquelas *casas* se exercia e que aquelas *casas* materializavam e monumentalizavam.

A variedade dessas designações é imensa, tendo num extremo uma designação de antiguidade inegável – *paço do concelho* – e, no outro, uma expressão também antiga mas de cunho mais vernáculo e de comprovadíssimo uso tanto oficial como popular, comum e continuado – *casa da câmara*. Pelo meio, recenseiam-se tradicionais designações alternativas, especificamente locais ou regionais, mas também – nos contextos do Humanismo Renascentista ou, séculos depois, no de um Iluminismo agenciado e veiculado por Corregedores e Juízes de Fora muito actualizados e mergulhados em cultura clássica – designações classicizantes e mesmo latinizadas, de inegável matriz erudita. Começaremos a recensão proposta por estas últimas.

6.1.– Designações eruditas

É sabido que, em contexto pombalino e pós-pombalino, o Iluminismo setecentista português tem nos magistrados judiciais superiores, Corregedores e Juízes de Fora, os seus mais poderosos agentes. Formados no quadro da renovação e da reforma da Universidade de Coimbra, estes magistrados são simultaneamente modelados pela sua adesão a intensas e sinceras influências de uma cultura literária de inspiração clássica, apreendida nas escolas, nas academias e nos salões literários. Dotados de semelhante formação e embebidos nos valores de um classicismo mais ou menos arcádico, estes magistrados vão fazer vicejar e triunfar por todo o Reino múltiplos e diversificados modelos e referentes classicizantes, de uma erudição a toda a prova e cuja intensidade contaminará a própria designação vernácula de “casa da câmara”.

6.1.1 – *Domus Ciuica*, *Domus Cameraria* e “*Domus Municipalis*”

Apesar de toda a erudição latina dos magistrados judiciais, activos nas diversas Províncias, Comarcas e principais Concelhos do Reino (assim como nos seus Domínios Ultramarinos), não há notícia nem memória da utilização em Portugal da expressão *Domus Municipalis* para designar qualquer casa da câmara portuguesa entre meados do século XVIII e o fim do Absolutismo. Com efeito, apesar da erudição tantas vezes pedante e

ostensivamente exibida em *Relatórios* e *Memoriais* relativos a correições e outros actos judiciais e administrativos, remetidos para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, cheios de latinismos e de neologismos variados, nunca encontrámos a utilização daquela expressão⁵

O recurso a esta expressão latina (inexistente ou, pelo menos, não usada, que saibamos, em contexto iluminista) seria naturalmente impensável no Portugal anterior à emergência do “Pombalismo”. Com efeito, tanto a precária escolaridade da generalidade dos agentes do poder concelhio, como o seu proverbial pragmatismo e bom senso inviabilizariam o recurso a esta ou a outras expressões latinas – desconhecidas de juizes, escrivães e sobretudo dos demais oficiais camarários, na sua esmagadora maioria bem pouco letrados. Além disso, o contexto tão conservador e quase imobilista em que se moviam aqueles agentes do poder local português inviabilizava à partida o uso de expressões latinas ou latinizantes, muito afastadas das tradições e dos costumes dominantes em matéria de designação das casas dos concelhos portugueses. Dado o efectivo desconhecimento do uso desta idealizada designação de *Domus Municipalis*, é particularmente surpreendente a sua recuperação, ou melhor, a sua *invenção* e o seu uso pelos historiadores e ideólogos do Estado Novo e os seus agentes – que, num primeiro momento, foram os próprios técnicos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [Fig.^a 105]. Uma única explicação se pode encontrar para o recurso a tal expressão para designar as tradicionais casas da câmara portuguesas, a da analogia, atrás referida, com as *Domus Justitiae* que então começavam a ser construídas intensivamente por todo o país, ao serviço da modernização e actualização do parque judiciário português.

Deve notar-se, porém, que a expressão *Domus Municipalis*, apesar de não passar de uma construção cultural e até ideológica muito datada, é particularmente inspirada, o que lhe permitiu ganhar uma eficácia e um prestígio extremos. Por isso, passou a contaminar e a

⁵ Deve dizer-se que sobre a porta de entrada central de acesso ao salão nobre dos paços do concelho de Viseu surge pintada a designação de “DOMUS MUNICIPALIS”. Esta inscrição faz parte da decoração global do espaço de enquadramento da escadaria do edifício, aparentemente datável de cerca de 1910. Deve dizer-se que, pela sua coerência e opulência decorativa, esta caixa de escada é provavelmente a mais bela de todas as dos paços do concelho construídos desde a instauração do Liberalismo.

Também a fachada da casa da câmara da Póvoa de Varzim, de 1791 - integralmente decorada com painéis de azulejos em 1908-1910 - ostenta, sob o brasão real, a epígrafe em metal “DOMUS MUNICIPALIS”.

Enfim, a designação “domus municipalis” surge usada por Alberto Pimentel num texto publicado em 1916, ao referir-se à casa da câmara tardo-pombalina do Porto – e esta pensamos ser a primeira vez que encontrámos a palavra em letra de forma: “perto do *Forum* [romano] erguia-se o edifício vulgarmente chamado Cúria, onde se reunia o senado romano. **Na Praça Nova alinham-se, ainda que modestos, os paços do concelho – *Domus municipalis***”, Alberto Pimentel, *A Praça Nova* [1910], Edição da «Renascença Portuguesa», Porto, 1916, p. 9.

sobrepôr-se às tradicionais designações com que durante séculos se identificaram as casas do concelho. A nova expressão passou a ser usada para designar qualquer casa da câmara, independentemente da época a que pertencesse e em qualquer contexto – historiográfico, turístico ou de mera divulgação didáctica em situação escolar. Por isso, a velha casa da câmara de Bragança (durante séculos assim designada, assim como por outras expressões igualmente consagradas pelo uso, como veremos), ganhou – às mãos dos técnicos do património e dos agentes de turismo locais – a designação historicamente falsa e portanto inadequada e incorrecta de *Domus Municipalis*, cunhada por volta de 1936 no âmbito das respectivas obras de restauro, sobrepondo-se à designação “passos do concelho”, ainda presente numa *planta* da cidade, actualizada nessa época [Fig.^a 106]. Do mesmo modo (e apenas para darmos mais dois exemplos), no rasto de um prestígio – afinal pseudo-histórico e pseudo-tradicional – foram igualmente baptizadas de *Domus Municipalis* as históricas casas da câmara de Penamacor e da Bemposta (hoje também no Concelho de Penamacor) [Fig.^a 107] – uma e outra comprovadamente conhecidas e designadas oficialmente como *casas da câmara*, como se vê das actas das primeiras eleições autárquicas aí realizadas, em 1836, e que tiveram lugar respectivamente “nesta Notável Vila de Penamacor e **casas da Câmara**”⁶ e “**nas Casas da Câmara** desta Vila da Bemposta”⁷.

Remetendo-nos apenas à *Pseudo-Domus Municipalis* de Bragança, já vimos atrás que o respectivo edifício era a antiquíssima e notável casa da câmara, reconhecida, identificada ou designada de maneiras diferentes ao longo dos tempos, mas que, para todos os efeitos, só com o Estado Novo ganha a designação por que hoje é conhecida. Assim, se em 1502, ela era (como já vimos atrás) o “**paço da cisterna que he paço do concelho da dita cidade**”⁸, em 1538 ela já é conhecida (como também já vimos) como “**casa da camara da dicta cidade**”⁹. Séculos depois, em pleno Liberalismo, o edifício continuava a abrigar as verações e as audiências, embora nas piores condições possíveis, inerentes a um edifício que

6. “Eleição do Administrador do Concelho em proposta tríplice”, realizada a 7-2-1836: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações de Administradores de Concelhos, Maço 1992/I (Caixa 2). Ver ainda a “Acta da Eleição do Administrador do Concelho de Penamacor”, realizada a 15-1-1837, “nesta notável vila de Penamacor e Casas da Câmara” IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I (Caixa 2).

7. “Cópia do Auto da Eleição para Administrador do Concelho da Vila da Bemposta”, realizada a 31-1-1836: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I (Caixa 2).

⁸ Procuração dada pela cidade de Bragança ao Duque de Bragança como seu procurador nas Cortes de Lisboa de 1502, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*..., p. 39.

⁹ “*Livro do Tonbo das demarcaçoens [sic] dos lugares das Comarcas Tra los Montes e d’Antre Douro e Minho que estam ao longuo da raia e extremo de Castela e Gualiza*” [1538] – IAN-TT, *Núcleo Antigo*, 291, edição de Humberto Baquero Moreno, *Demarcações de Fronteira* – Vol. III – *Lugares de Trás-os-Montes e de Entre Douro-e-Minho*, Centro de Investigação e Documentação de História Medieval – Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 2003, p. 65

os tempos tinham tornado pequeno, arruinado, inóspito e periférico – mas sobretudo continuava a ser conhecida e considerada como a velha “**Casa de Câmara**” de Bragança, que “é ao presente, como tem sido desde tempos imemoriais, **uma única Sala, hoje dividida em duas, sobre uma Cisterna d’água** que abrange todo o seu vão e é situada dentro da Cidadela”. É este edifício que no mesmo processo é designado, como vimos, como “**a antiga casa das Sessões da Câmara ou os Paços do Concelho**”¹⁰.

Dada a sua singularidade, a sua antiguidade e a sua raridade, a casa da câmara de Bragança entra bem cedo na lista dos edifícios notáveis a integrarem o património construído e o próprio imaginário cultural português. Assim, em 1907, ela consta, enquanto “**Antiga casa do Senado**” de Bragança numa obra tão fundadora como a famosa *A Arte e a Natureza em Portugal*¹¹. Mas a velha casa da câmara de Bragança entra logo em seguida na própria História da Arte e da Arquitectura Portuguesas, agora pelas mãos de Joaquim de Vasconcelos. Este autor retoma naturalmente as designações tradicionais para a identificar e reconhecer enquanto componente da

“arquitectura românica portuguesa, profana, de Portugal: ela existiu, sem dúvida, como se prova por um belo exemplar, infelizmente em muito mau estado: **a casa da Câmara ou do Senado de Bragança**, antiquíssima construção do século XII”¹².

Se, do exposto, podemos concluir que a expressão *Domus Municipalis* aplicada à antiga casa da câmara de Bragança (ou, na prática, a qualquer outra antiga casa da câmara portuguesa) só aparece por volta de 1936, a verdade é que, em contexto de classicismo triunfante, a casa da câmara quinhentista de Braga aparece notada como *Domus Ciuica*, na famosa *vista* de 1594 da Cidade¹³. Por sua vez, em 1794 surge-nos uma referência explícita a uma *Domus Cameraria*. Trata-se da então muito recente casa da câmara de S. João da Pesqueira, pomposamente designada de *Domus Cameraria* na epígrafe, já atrás referida,

¹⁰ IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3348 (1848) (Livro 4.º, N. 164; 6.º; N.º 38), *Ofício* do Governo Civil de Bragança ao Ministro do Reino, remetendo uma *Representação*, já atrás referida, da Câmara local, Bragança, 17-2-1846 (ver atrás, Apêndice Doc.; Doc. n.º 1).

¹¹ Ver Manuel Monteiro, “Bragança”, in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Emílio Biel & C.^a Editores, Porto, 1907, Vol. 7.º.

¹² Joaquim de Vasconcellos, *A Arte Românica em Portugal*, com reproduções seleccionadas e executadas por Marques Abreu, Re-impressão da Edição de Marques Abreu, Porto, 1918, por Publicações D. Quixote, Lisboa, 1992, p. 40. Adiante se transcreverá a descrição proposta pelo ilustre historiador.

¹³ *Vista* de Braga dedicada ao “Ill.^{mo} D.^{no} Fratri Augustino à Iesu Brac. / Ache.po et D.^{no}, Hispaniarum Primati, Lu / sitaniae Magnati, Regiae Mai. à Consilijis / Gaspar Alvarus Machiadus Sete Brac. / eccliae historiographus nuncupavit ‘Brac. / Aug. Idibus Aug. Anno 1594’”; reimpressão da Câmara Municipal de Braga, s.d.

Também a “casa da câmara” (“Town’s House”) da cidade de St Andrews (Escócia) aparece indicada como “**Domus Urbis**” numa *vista* ingénua de c.^a 1580, Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland, *Tolbooths and Town-Houses – Civic Architecture in Scotland to 1833*, The Stationery Office, Edimburgo, 1996, p. 206. Note-se que nesta *vista* aparecem representadas a praça, a igreja, a “domus urbis”, o “pillory” (pelourinho) e ainda a “mercant cross and tron”, equipamento de interpretação difícil.

mandada colocar bem no centro da fachada do edifício respectivo [ver atrás **Fig.^a 54**], centro do complexo urbano monumental então mandado erguer pelo erudito Juiz de Fora José Xavier e Cerveira, que assim se auto-celebrava, à moda da época, em Latim.

6.1.2 - Casa do Senado

Retomando as referências à casa da câmara de Bragança, acabadas de recensear, vemos que nos princípios do século XX o edifício respectivo ainda era conhecido como a “Antiga casa do Senado” ou por “casa da Câmara ou do Senado de Bragança”. Merece muita consideração esta expressão de *Casa do Senado*. Ela remonta, entre nós, ao Renascimento tardio, ao período em que, em Lisboa, se cria o *Senado da Câmara*. Com efeito, é em pleno reinado de D. Sebastião que o Poder Central impõe à cidade um *Presidente do Senado da Câmara*, no caso o famoso Brás de Albuquerque. O recurso ao neologismo *senado* mostra-nos a vontade política de super-legitimar um poder autárquico para lá e acima das próprias *Ordenações do Reino*. Com efeito, se estas tinham um alcance jurídico e institucional estritamente nacional, ancorado na tradição e assente numa efectiva autonomia que em parte tolerava particularismos e localismos, francamente arcaizantes, o triunfo pleno do Direito Romano, por influência não só de juristas mas também enquanto desígnio ideológico dos próprios humanistas, vai impor uma inflexão institucional e simbólica que não só visa um maior controlo do poder local pelo poder central, como uma redefinição e actualização – por via erudita – do próprio desenho da paisagem institucional do Reino. Como se sabe, é no quadro de uma espécie de *classicização* intensiva vivida na segunda metade do Século XVI que emergem e triunfam palavras como *República*, *Príncipe*, *Lusíadas* ou *Política*. Ora, é no mesmo caldo de cultura que os *concelhos* – e sobretudo as câmaras portuguesas, enquanto verdadeiras metáforas das antigas assembleias medievais dos homens bons ou dos “vizinhos” – começam a dar lugar aos *Senados* ou aos *Senados das Câmaras* – de que será exemplo a palavra “Senado” pintada na verga da porta da câmara das vereações de Coimbra [**Fig.^a 108**], localizada no último piso da Torre de Almedina da cidade. Será nesta designação, então inédita, que, nos fins do século XVI e durante os séculos seguintes, juristas, ideólogos e pensadores, eivados de erudição e de latinidade, esclarecidos e actualizados, se reverão como forma de sublinharem e dignificarem uma instituição e um poder que se queriam nobilitados e dignificados e como tal reconhecidos pela comunidade de que emergiam e que serviam.

Com efeito, neste vasto período (que coincide largamente com a Idade Moderna) o *Senado da Câmara* era – face à *República* (o grande corpo político que simbolizava e abrangia a comunidade nacional, ou melhor, o Reino) – a parcela de poder político e administrativo que correspondia e a que se remetia cada comunidade local concreta. Fruto dos humanistas do Renascimento, a aura clássica e verdadeiramente antiga da palavra *senado* há-de ter sido muito sedutora para os magistrados criados no âmbito do Iluminismo setecentista. Assim emerge a rara mas incisiva expressão *Casa do Senado da Câmara*.

A casa do senado está sinalizada por todo o país, mesmo em concelhos que nós imaginaríamos muito periféricos e isolados mas que, nas épocas pombalina e pós-pombalina estavam na mira da política de afirmação de um poder central que teve nos magistrados os seus agentes privilegiados. Foi o caso de Vinhais, cuja Câmara *representa* (quase em cima da Revolução Liberal, a 9 de Dezembro de 1820!) ao “Augusto Congresso” o agrado com que se vêm servidos do actual Juíz de Fora pois, entre muitas outras coisas, “ultimamente elle Reedificou, sem despeza grave do povo, **a Caza do Senado da Camera desta vila**, que se achava em grave ruina, e á ponto de perder se”¹⁴. Meses antes, ainda no calor da primeira Revolução Liberal triunfante, certo “Auto de Camera Geral” fora realizado numa “Vereação extraordinária” a 24 de Agosto de 1820, “nesta cidade do Porto e **Casa do Ill.mo Senado da Camara**”¹⁵. Derrotado definitivamente o Absolutismo, na margem Sul do Douro ainda se sinalizavam, praticamente nos mesmos termos, as “**Casas do Senado da Câmara deste Concelho** de S. Martinho de Mouros” enquanto lugar de realização das primeiras eleições autárquicas em moldes modernos, em 1837 e em 1838¹⁶. Enfim, algures nos fins do século XVII a cerimónia de que se fez o competente “Termo da entrega das tres chaues do Cofre das eleições em cujo poder ficão as *ditas tres chaues*” da Câmara de Cascais teve lugar “aos

¹⁴ *Representação* da Câmara de Vinhais ao “Augusto Congresso” após a vitória da Revolução Liberal, Vinhais, 9-12-1820, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 987; Caixa 1107.

Também em Moçambique, ainda em contexto pombalino, se tratava da “edificação da prezente Caza deste Senado”, ao serviço nomeadamente de “todas as decentes funções do Senado, mas tão bem para as audiências do Juizo Ordenario”, como já atrás vimos: ver a “Discripção da Capitania de Mosanbique, e suas povoasoens, e produçoins, pertencentes á Coroa de Portugal”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 604, Caixa 707.

Do mesmo modo, numa “Planta de la Plaza de Miranda, y su Castillo [...]”, “Levantado el 12 de mayo, de 1762” - planta espanhola da cidade de Miranda do Douro - consta, assinalada com “S” a “**Casa del Senado, ô audiência**”.

¹⁵ Vereação extraordinária de 24 de Agosto de 1820, in IAN-TT - *Ministério do Reino* – Correspondência dos Provedores das Comarcas, Maço 468 (Caixa 584).

¹⁶ Eleições locais realizadas a 27-5-1837 “nas **Casas do Senado da Câmara deste Concelho de S. Martinho de Mouros**” e também a 9-12-1838, sempre “nas **Casas do Senado da Câmara deste Concelho de S. Martinho de Mouros**”: ambas as *Actas* in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/O).

Assim, certo *Livro de Acórdãos* da Câmara de Cascais era assim sinalizado: “Este Liuro he para servir no Senado da Câmara desta Villa de Cascaes, ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS - AHMC/ALL – CMC/B/A/001/ Livro 14 – *Livro dos Acórdãos, 1692-1697*, f.^a 1.

vinte e seis dias do mes de Dezembro de mil e seis centos nouenta e dous annos neste **paço do Concelho do Senado desta Villa de Cascais**”¹⁷.

É na Época Liberal que, num contexto político absolutamente revolvido, nos surge uma nova designação, que encontramos em Lagos, no âmbito de certa *Representação*, feita pela respectiva vereação em “Lagos em **Cazas da Camara Constitucional** aos 23 de Maio de 1823”¹⁸. Claro que a palavra “constitucional”, na expressão citada, não se refere a nenhum atributo particular da casa da câmara, aparecendo antes como uma espécie de manifesto político de adesão do Concelho e da respectiva Vereação, isto é, da Câmara, aos valores e à ideologia da Constituição Liberal.

6.1.3 - Casa da Municipalidade

No rasto das influências iluministas e do inerente classicismo, que lhe é culturalmente tão afim, emerge novo latinismo, a palavra *município* e as suas derivadas, *municipalidade* e *municipal*. A palavra “municipal” remete-nos mais uma vez para uma muito prestigiada palavra latina, o *Municipium*, cujo prestígio os primeiros Liberais procuraram emular por todo o país. De uso muito residual antes do triunfo do Liberalismo, surge então com uma pujança avassaladora, ocupando o lugar de palavras e expressões tradicionais abrangidas na área semântica da tão tradicional palavra *Concelho*. É só então que se afirmam e popularizam as expressões hoje consagradas de *Câmara Municipal* e de *Município*. Assim, em certa *Representação* dos moradores do recém-extinto Concelho de Albergaria de Penela (Ponte de Lima), de 1839, pedindo o restauro do respectivo Concelho, argumenta-se com uma “bem traçada e explícita **planta do seu antigo Município**”¹⁹. Nos edifícios respectivos – nas *casas do município*, na *casa municipal* ou nas *casas da Câmara Municipal* – passarão a ter lugar os mais diversos actos camarários. Assim, em 1838, no recém-criado Concelho de S. Tomé de Negrelos encara-se a possibilidade de vender a “Casa do Concelho denominada da Granja sita na freguesia de Refóios”, inadequadamente localizada, “a fim de que com o seu produto e com algumas subscrições possa construir uma

¹⁷ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS - AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 14 – *Livro dos Acórdãos, 1692-1697*, f. 4v.

¹⁸ IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 986; Caixa 1104/1512.

¹⁹ *Representação* dos moradores do extinto Concelho de Albergaria de Penela aos Deputados da Nação Portuguesa, pedindo o restauro do respectivo Concelho; Albergaria, 24-4-1839, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.ª Direcção – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3339 (Livro 4; N.º 400).

Casa Municipal na freguesia de Monte Córdova por ser a que fica no centro do Município”²⁰.

Por outro lado, a “Acta definitiva por apuramento de votos para eleição de Administrador e substituto do Concelho de Valpaços”, realizada a 16 de Dezembro de 1838, teve lugar “nesta Vila de Valpaços e **Casas do Município** da respectiva Câmara”²¹. Por sua vez, a “Acta do apuramento dos votos para Administrador do Concelho de Viseu”, relativa a uma sessão eleitoral realizada também a 16 de Dezembro de 1838, teve lugar “nesta cidade de Viseu e **Casas da Câmara Municipal**”²². Note-se que, também aqui, a expressão “municipal” denota a própria instituição concelhia e não qualquer atributo ou característica da casa do concelho.

Um sinal evidente do sucesso do uso da palavra “município” está no facto de inúmeras sessões eleitorais realizadas após o triunfo definitivo do Liberalismo, entre 1836 e 1840, serem referenciadas como tendo lugar nas “**Casas da Câmara Municipal**”, como no Alentejo, a 9 de Dezembro de 1838, “n’esta vila de Mértola e **Casas da Câmara Municipal**”²³ ou como em Lamego, uma semana depois²⁴. Esta expressão era muito comum, mas admitia variantes. Assim, as eleições de 14 de Maio de 1537 da vila de

²⁰ Conjunto de documentos relativos à Casa da Câmara do concelho de Negrelos e à hipótese de “deslocalização” da sua sede para Monte Córdova, integrando nomeadamente um *Ofício* da Administração Geral do Distrito do Porto ao Ministério do Reino – 3.^a Repartição, N.º 1931/N.º 318; Porto, 8 de Maio de 1838, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais – Maço 1996 (Caixa 2).

Também o Concelho da Maia dispunha de uma “**Casa Municipal** no sítio chamado o Castelo, a qual se compõe de duas pequenas salas meramente, servindo os baixos de prisão”: ver *Representação* da Câmara da Maia, expondo que “o local onde se fazem as Audiências e onde deve ser a sede do mesmo Juízo de Direito não oferece as necessárias e indispensáveis comodidades”, pedindo que “sejam feitas as Audiências e seja a residência do Juiz na Casa da Comenda de Águas Santas, que é hoje da Fazenda Nacional a qual, além de se achar dentro da Comarca e do Concelho da Maia, Cabeça daquela, presta todas as comodidades e contém os precisos arranjos”, Maia, 4-9-1839, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais – Maço 1994.

²¹ “Acta definitiva por apuramento de votos para eleição de Administrador e substituto do Concelho de Valpaços”; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/N.

²² IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/O.

²³ “Acta da Eleição do novo Administrador do Concelho que há-de servir no próximo futuro biénio [...]”, realizada a 9-12-1838, “n’esta vila de Mértola e Casas da Câmara Municipal”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/H. Idênticas sessões têm lugar, rigorosamente no mesmo lugar, a 20-3-1836, “nesta vila de Mértola e **Casas da Câmara Municipal**”, Id. *Lugar Cit.*

Também a 23-12-1838, “neste lugar do Sardão, concelho e freguesia de Águeda e **Casas da Câmara Municipal**” tiveram lugar eleições semelhantes: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/H.

Eleições semelhantes tiveram lugar a 16 de Dezembro de 1838 “na **Casa da Câmara Municipal** do Concelho de Esposende”. Ver a Acta da Eleição definitiva de Administrador do Concelho de Esposende que há de principiar a servir no próximo futuro ano de 1839; a 16-12-1838, “na **Casa da Câmara Municipal** do Concelho de Esposende”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I.

²⁴ “Acta de apuramento dos votos dos cidadãos que nas Assembleias parciais do Concelho foram votados para Administrador do mesmo Concelho”, a 16-12-1838, “reunidos na **Casa da Câmara Municipal** deste Concelho de Lamego”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/O.

Odemira tiveram lugar na “**Casa das Sessões da Câmara Municipal**”²⁵, expressão também usada num contexto geográfico totalmente diferente, referente às eleições de 1838 da vila de Santa Comba Dão²⁶. Em Santarém, as eleições de 1838, tiveram lugar “nesta Vila de Santarém e **Paços do Concelho da Câmara Municipal** da mesma Vila”²⁷. Eleições semelhantes tinham sido realizadas, a 30 de Abril de 1837, “nesta Vila de Ançã e na **Sala das Sessões Camarárias** deste município”²⁸.

Uma variante notável, de igual cunho latino, é a de *casa da municipalidade*, de uso também muito comum nesses primeiros anos do Liberalismo. Assim, as eleições realizadas a 14 de Maio de 1837 em Sernancelhe, tiveram lugar nas “**casas da Municipalidade**”²⁹, o mesmo acontecendo com as eleições de Penalva do Castelo, realizadas a 9 de Dezembro de 1838 “nesta vila de Castendo e **Casa da Municipalidade**”³⁰. Enfim, as eleições de Moimenta da Beira de 1838 tiveram lugar “no recinto da Igreja do extinto Convento das Religiosas desta Vila, que para a celebração deste acto fora designado por não ter suficiente espaço a chamada **casa da Municipalidade**”³¹. No Ribatejo surge uma ligeira variante: as eleições de Benavente, de 1837, tiveram lugar “nesta Vila de Benavente e **Casas da Municipalidade**”³².

²⁵ “Acta da Eleição da Câmara Municipal e d’Administrador do Concelho d’Odemira”, a 14-5-1837, “n’esta Vila d’Odemira **na Casa das Sessões da Câmara Municipal**”, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/H. No mesmo lugar, indicado nos mesmos termos, tiveram lugar eleições semelhantes a 31-1-1836, “n’esta vila d’Odemira e **Casas das Sessões da Câmara Municipal**”; Id. *Ibidem*.

²⁶ “Acta da Eleição da Câmara Municipal e Administrador do Concelho de Santa Comba Dão”, a 9-12-1838, nesta Vila de Santa Comba Dão e **Casa das Sessões da Câmara Municipal**” IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/O. Em lugar semelhante – e só para dar mais um exemplo – tiveram as eleições de Vagos, a 9-12-1838, “nesta Vila e Concelho de Vagos e **Casa da Câmara Municipal** dele”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/H).

²⁷ A 16-12-1838, “nesta Vila de Santarém e **Paços do Concelho da Câmara Municipal** da mesma Vila”, se procedeu à eleição do Administrador do Concelho: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

²⁸ “Acta da Eleição do Administrador deste Concelho de Ançã”, a 30-4-1837, “nesta Vila de Ançã e **na Sala das Sessões Camarárias deste município**”, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/J (Caixa 1).

²⁹ “Sernancelhe – Acta da Eleição para Administrador deste Concelho de Sernancelhe” a 14-5-1837, “nesta vila de Sernancelhe, **casas da Municipalidade do mesmo**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/O.

Também na Praia da Vitória, na Ilha Terceira, as eleições tiveram lugar a 17-1-1836, “sendo nesta vila da Praia, Ilha Terceira, e **Casas da Municipalidade** da mesma”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/H) e a 16-12-1838, “nesta muito notável Vila da Praia da Vitória e **Casas da Municipalidade** da mesma”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/H.

³⁰ Penalva do Castelo; 1838: “Acta da eleição a que se procedeu neste concelho de Penalva do Castelo para Vereadores e Administradores do Concelho, que hão-de servir no ano próximo futuro de 1839”, a 9-12-1838, “nesta vila de Castendo e **Casa de Municipalidade**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/O.

³¹ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/O; Sessão realizada a 9-12-1838.

³² Acta da eleição para Administrador do Concelho de Benavente – a 21-5-1837, “nesta Vila de Benavente e **Casas da Municipalidade**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

Merecem registo as variantes a esta expressão consagrada. Assim, em 1836, “nos Paços do Concelho da Maia e **Casa Municipal**”, procedeu-se à eleição do Administrador do Concelho³³. Quanto à “Acta da eleição para Administrador do Concelho de Baltar”, ela corresponde a uma sessão realizada em 1836, “no **Paço Municipal** deste Concelho de Baltar”³⁴. Enfim, eleições semelhantes ocorreram em 1837 “nesta Vila de Sobral de Mont’Agrass, e **Paço da Municipalidade**”³⁵.

6.2 – Designações nobilitantes

No momento da escolha de uma designação oficial para a casa do concelho recorria-se naturalmente a expressões consagradas pelo uso, sendo as expressões eruditas e as regionalistas sempre excepcionais, independentemente do seu sucesso pontual em certa época ou em certa região. Assim, uma das opções de uso não só mais antigo como mais frequente é a famosa expressão de *Paço do Concelho*, que continua a ser a mais intensamente aplicada nos nossos dias. O recurso à palavra *paço* tem um significado óbvio: ela visa dignificar e nobilitar tanto o *edifício* como a *instituição concelhia* que aí é abrigada. Fórmula muito cedo estabilizada, o paço é a forma vernácula do *palácio* de que os latinistas se reclamavam³⁶. Assim, comentando o Foral de Ourém de 1180, um erudito local ainda escreve em 1868 que

“o edifício chamado entre nós *casa da camara*, denominava-se o *palacio*, e n’elle funcionavam os officiaes nomeados pelo rei, ou donatario: **ordinariamente tinha as insignias na fachada**”³⁷.

José Custódio Vieira da Silva nota bem a assimilação entre paço e poder, seja ele régio, senhorial ou concelhio. Com efeito “a palavra “*paço* adquire uma significação muito precisa de autoridade régia, **passando a designar simbolicamente, por transferência do**

³³ A 24-4-1836, “nos Paços do Concelho da Maia e Casa Municipal”, procedeu-se à eleição do Administrador do Concelho IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

³⁴ Sessão de 8-2-1836: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

³⁵ Cópia da Acta da Eleição para Administrador deste Concelho – a 30-4-1837, “nesta Vila de Sobral de Mont’Agrass, e **Paço da Municipalidade**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/L.

³⁶ Para a caracterização plena do palácio ou paço e a sua origem medieval merecem a maior consideração as seguintes palavras de José Custódio Vieira da Silva: “o paço assume-se, por conseguinte, como a habitação por excelência da nobreza. Predominantemente inserido, pelo menos até ao século XIII, no mundo rural dos senhorios, ele é também um dos símbolos mais convincentes do poder feudal, já que as suas dimensões e o conjunto de aprestos agrícolas que possui resumem, de forma exemplar, a organização da sociedade e economia medievais. Entre todos sobressaem os paços régios, quer pela quantidade quer por se tornarem símbolo máximo do poder”, José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1995, p. 35.

³⁷ José das Neves Gomes Eliseu, *Esboço Histórico do Concelho de Vila Nova de Ourém* [1868], reimpressão in AAVV, *Ourém, Três Contributos para a sua História*, Câmara Municipal de Ourém, Ourém, 1994, p. 140.

nome dado ao edifício material, o poder exercido por quem o possui e habita”³⁸. Logo em seguida, o mesmo historiador mostra o alcance da designação de *paço* enquanto espaço, atributo e símbolo do poder concelhio:

“o sentido de poder que se torna inerente ao *paço*, sobretudo quando relacionado com a administração pública, transfere-se igualmente para as Câmaras, de acordo com a definição exemplar que, a este nível, aparece nas Ordenações Afonsinas. No Título XXVIII [Livro II] – «Dos Direitos Reaes, que aos Reys pertence d’aver em seus Regnos per Direito Cõmuum» – afirma-se textualmente no seu artigo 27.º: *Os Paaços, que som deputados em qualquer Cidade, ou Villa pera se fazer direito, e justiça, que se dizem em vulgar, Paaços do Concelho. Paço, nesta acepção, equivale claramente ao poder de exercer o direito e a justiça*, atributos régios que, por neste caso serem em parte delegados nos concelhos, autorizam a que o edifício concreto onde tais funções se realizam se denomine também de paço”³⁹.

O paço do concelho foi historicamente o verdadeiro “palácio” dos Povos – tal como o paço da audiência foi o autêntico “palácio” da Justiça. Por isso, dignificado arquitectonicamente com a existência de um piso nobre, sobradado (pelo menos nas regiões do Norte), o *paço* – quer seja residência do rei, dos dignitários do clero e da nobreza, quer seja sede do poder concelhio – é nobilitado com o brasão competente. No caso do paço do concelho, este ostentava, como veremos, o brasão do respectivo concelho ou, muito mais frequentemente, o brasão real.

Recensear-se-ão em seguida as referências aos diversos *Paços* affectos, tutelados ou usados pelos concelhos portugueses nas Épocas Medieval e Moderna, pois elas ajudam a entender melhor os velhos paços do concelho portugueses enquanto casa do concelho, mas também enquanto sede e símbolo do poder concelhio.

6.2.1 – Paço da Audiência

A ocorrência da palavra *paço* para designar a casa do concelho é muito comum e encontra-se conjugada em variantes que merecem recensão. Uma das mais antigas será a de *Paço da Audiência*, edifício que ganha o seu nome do *tribunal* local aí instalado – edifício esse que abriga igualmente as sessões camarárias. Já vimos atrás o seu uso no Século XIV, nomeadamente para a eleição de Procuradores às Cortes nos Concelhos de Leiria (1376), Elvas (1380 e 1383), Covilhã (1383), Soure (1383), Vila Viçosa (1383), Castelo Branco (1383), Portalegre (1383) e Crato (1383).

Quanto ao Concelho de Torres Novas, reunira em 1383 “em no **pááço da rollaçom**”, como já vimos. Mais de um século depois, já no Século XVI, o concelho da Sertã ainda

³⁸ José Custódio Vieira da Silva, *Paços...*, p. 35.

³⁹ José Custódio Vieira da Silva, *Ibidem*, p. 36.

escolheu os seus representantes às Cortes de Lisboa de 1502 numa assembleia reunida a 28 de Julho daquele ano, “na vylla da sertam **no paço da rrolaçam** [...] [*sendo*] todos Juntos em Rolacam em camarra”⁴⁰.

Sendo, porém, a *Audiência* uma das componentes integrantes da casa da câmara local (como veremos), esta última expressão absorverá a expressão *paço* ou *casa da audiência*, que cairá em desuso na Época Moderna.

6.2.2 – Paço do Concelho

A emergência da casa do concelho no século XIV enquanto lugar de reunião das assembleias dos homens-bons coincide com a emergência das duas expressões mais famosas para designar o edifício concelhio, as de *Casa da Câmara* e de *Paço do Concelho*. Já atrás vimos que, relativas àquele século, nos chegaram 20 referências a paços do concelho, os de Évora Monte, Évora, Montemor-o-Velho, Óbidos, Leiria, Alcácer do Sal, Albufeira, Serpa, Faro, Tavira, Atouguia e Estremoz, Alenquer, Beja, Loulé, Abrantes, Góis, Guarda, Azambuja e Santarém. Os de Évora Monte, onde foram passadas as respectivas *Procurações* às Cortes de 1376, atrás referidas, parecem ser os mais antigos paços do concelho portugueses referenciados documentalmente.

Os paços do concelho medievais documentalmente mais referenciados são, porém, os de Loulé, insistentemente presentes enquanto local de reunião das vereações locais, de que nos chegaram as *Actas* respectivas, relativas a períodos muito vastos dos Séculos XIV e XV⁴¹. Nestas *actas*, face a apenas nove referências à câmara do concelho, temos 109 referências aos paços do concelho daquela vila. Aí decorreu, como já vimos, uma sessão camarária de que nos chegou a respectiva acta – a mais antiga acta de vereação portuguesa conhecida – realizada no dia 12 de Dezembro (?) de 1384, “[*em Loule*] **nos Paaços do Concelho**”⁴².

Em 1466, em Vila do Conde, é igualmente “**no paaço do concelho**”, que tem lugar a generalidade dos actos camarários⁴³. Trata-se então do “**paaço novo do concelho** de Villa

⁴⁰ Procuração dada pela vila da Sertã ao(s) procurador(es) da vila de Santarém para a representarem nas Cortes de Lisboa de 1502, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*..., p. 77.

⁴¹ *Actas de Vereação de Loulé – Séculos XIV-XV*, Coordenação de Manuel Pedro Serra, Separata da Revista *Al’-Ulyã*, N.º 7, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1999/00.

⁴² *Actas de Vereação de Loulé*..., p. 20.

⁴³ A 14-4-1466, “**no paaço do concelho**”, “mandarom a Rodrigo Annes que tevese os pesos do concelho no açougue”, *Livro da camara das vereações de Villa de Conde do ano da Era do nacymento de nosso Senhor*

de Conde”⁴⁴ pois, da leitura das actas relativas a esse ano, ficamos a saber que no dia 29 de Janeiro de 1466 “acordaram e verearam que **se corege[sser] o paaço velho do concelho tambem de telha como de portas** em guisa que seja bem fechado e corregido”⁴⁵.

Passados os meados do século XVI, o paço do concelho, enquanto sede e lugar das reuniões camarárias, é uma realidade que pode ser entrevista em todo o território. Assim, na vila de Velas, na Ilha de S. Jorge, as reuniões realizavam-se (em 1559) “estando **no paço do concelho donde se faz a vereação**”⁴⁶; “**no paso do conselho he camara** desta dita vylla” (em 1570)⁴⁷ ou, enfim, quando o juiz e oficiais “foram juntos **na caza da camara e paso do conselho** desta villa das Vellas” (em 1570)⁴⁸. Séculos depois, em 1836, num contexto político e administrativo pós-revolucionário, nas eleições autárquicas então realizadas, a assembleia eleitoral daquele concelho continuou a reunir-se “nesta vila de Velas e **nos Paços do Concelho** da mesma”⁴⁹. Também as eleições de Angra do Heroísmo desse ano tiveram lugar estando todos “reunidos **no Paço do Concelho** da Cidade d’Angra”⁵⁰. Ora, já no ano anterior (1835), as eleições na vizinha Vila da Praia tinham tido lugar “nesta vila da Praia desta Ilha Graciosa, **nos Paços do Concelho** dela”⁵¹. No continente (e apenas para darmos mais dois exemplos) as eleições de 1839 do Concelho de Penafiel, tiveram lugar “nesta cidade de Penafiel e **Paços do Concelho**”⁵². Também as eleições da antiga vila de Fermedo (hoje no Concelho de Arouca) foram realizadas (provavelmente no mesmo ano) “**nos Paços do Concelho** de Fermedo”⁵³.

Surgem variantes na designação oficial do edifício. Assim, as eleições de Pinhel de 1838 foram realizadas “em esta cidade de Pinhel e **Paço do seu Concelho**”⁵⁴. Quanto às

Jhesus Christo de mil e IIII^C LXVI anos, publicado por José Marques, in *A Administração Municipal de Vila do Conde*, em 1466, Separata da Revista *BRACARA AUGUSTA*, Vol. XXXVII, Janeiro-Dezembro, Braga, 1983, p. 78.

⁴⁴ Sessão camarária a 21-1-1466, “**em o paaço novo do concelho** de Villa de Conde em vereação ordenada”, *Livro da camara das vereações de Villa de Conde...*, p. 67.

⁴⁵ *Livro da camara das vereações de Villa de Conde...*, p. 72.

⁴⁶ Sessão de 25-2-1559: ver António dos Santos Pereira (Introdução, Transcrição e Notas), *Vereações de Velas (S. Jorge) (1559-1570-1571)*, Secretaria Regional de Educação e Cultura / Universidade dos Açores, 1984, p. 81.

⁴⁷ Sessão de 2-1-1570: ver *Vereações de Velas (S. Jorge)...*, p. 155.

⁴⁸ Sessão a 17-6-1570: *Vereações de Velas (S. Jorge)...*, p. 248.

⁴⁹ A 31-1-1836, “nesta vila de Velas e **nos Paços do Concelho da mesma**”, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/H.

⁵⁰ Sessão realizada a 31-1-1836: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/H.

⁵¹ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/H.

⁵² Ver a “Cópia – Acta de apuramento de votos das diferentes Assembleias parciais para Administrador do Concelho de Penafiel, que há-de servir pelos anos de 1839 e 1840”, a 6-1-1839, “nesta cidade de Penafiel e **Paços do Concelho**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

⁵³ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/H.

⁵⁴ “Acta da Eleição para Administrador do Concelho para o ano de 1839” – a 1-12-1838, “em esta cidade de Pinhel e **Paço do seu Concelho**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/K.

eleições de Lavos (Figueira da Foz) de 1837, elas tinham sido realizadas “neste Concelho de Lavos e **no paço dele**”⁵⁵. Uma última variante na utilização de designações nobilitantes para a casa do concelho merece recensão, a de “Paços da Câmara”. Com efeito, “em esta Vila de Viana do Alentejo e **Paços da Câmara**” tiveram lugar as eleições de 1836⁵⁶. A mesma localização foi usada em Aguiar da Beira: lá foi elaborada a “Lista dos Candidatos apurados na Assembleia reunida no **Paço da Câmara** desta Vila de Aguiar da Beira no dia 21 de Abril de 1836”⁵⁷.

6.3 – Designações locais e regionais

Entre as expressões já assinaladas e as expressões consagradas de *paços do concelho* e de *casa da câmara* (que analisaremos no fim deste Capítulo) para assinalar e designar a casa do concelho, aparecem, ao longo do país, expressões e palavras, por vezes bem pitorescas, para designar as velhas casas da câmara. Destas merece particular relevância a expressão *casa do foral*, que analisaremos a seguir. Apesar de os exemplos apresentados serem quase todos posteriores à implantação definitiva do Liberalismo, nem por isso perdem a sua validade histórica, pois reflectem uma situação comprovadamente muito anterior, plenamente dentro do âmbito temporal deste estudo.

⁵⁵ “Treslado da Acta da Eleição para Administrador do Concelho”, realizada a 16-7-1837, “neste Concelho de Lavos e **no paço dele**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/J (Caixa 1).

Idêntica designação tem o lugar de reunião de que saiu o “Auto de Eleição do Administrador do Concelho de Fralães [Fralães]”, realizado a 13-3-1836, “neste Concelho de Fralães e **Paço dele**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I.

⁵⁶ “Cópia da Acta dos Vereadores e a de Administrador do Concelho em 6 de Janeiro de 1836”, “em esta Vila de Viana do Alentejo e **Paços da Câmara**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/H. Idêntica localização se indica na “Acta da Eleição do Administrador do Concelho desta Vila de Viana do Alentejo”, relativa às eleições de 23-10-1836, realizadas “nesta Vila de Viana do Alentejo e **Paços da Câmara**”, onde “**a portas abertas e francas** se procedeu por escrutínio secreto à eleição do Administrador do Concelho”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/J (Caixa 2).

Também a sessão eleitoral da Mealhada, a que corresponde a “Acta da Eleição de Administrador do Concelho para o ano de 1839”, foi realizada a 30-12-1838, “nesta Vila da Mealhada e **paços da Câmara**”, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/J (Caixa 1).

⁵⁷ “Lista dos Candidatos apurados na Assembleia reunida no Paço da Câmara desta Vila de Aguiar da Beira no dia 21 de Abril de 1836”, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/K.

6.3.1 – Casa do Foral

Muito pouco conhecida e de há muito em desuso enquanto sinónimo de casa da câmara, a expressão *casa do foral* não passa hoje de um pitoresco arcaísmo. No entanto, ela gozou de alguma popularidade enquanto expressão privilegiada para designar a casa do concelho numa região particular do Norte de Portugal. A singularidade da expressão passa assim também pelo âmbito geográfico do seu uso, vincadamente regional, circunscrito apenas à antiga Província de Entre Douro e Minho, isto é, aos concelhos incluídos nos actuais Distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo. A sua originalidade justifica uma recensão de casos relevantes do seu uso e das respectivas variantes.

A razão para tão pitoresco nome atribuído à casa da câmara parece estar no facto de a casa respectiva abrigar o *Foral* local. José Viriato Capela, no “Dicionário” com que complementa a sua edição das *Memórias Paroquias* de 1758 relativas ao Distrito de Braga, considera que a casa da câmara “no Antigo Regime toma muitas vezes a designação de Foral por aí estar ou haver estado depositado o Foral que constitui e dá personalidade jurídica ao concelho”⁵⁸. O mesmo autor, na entrada *Foral*, acrescenta que “Foral exprime também, nas *Memórias Paroquiais* de 1758, a sede do concelho, a casa da câmara e paço do concelho onde em princípio está depositada a carta de foral”⁵⁹.

Documento fundador do concelho e como tal considerado por todos – o velho Foral era não só legitimador do *termo* do concelho e da vila “*cabeça de concelho*”, como da própria casa do concelho, justamente a *casa do foral*. A existência do velho *foral*, guardado no *arquivo* instalado na casa da câmara há-de ter tido um significado relevante para a comunidade concelhia. Verdadeiro “Bilhete de Identidade” do Concelho, não admira que, ainda em 1849, face à ameaça eminente de extinção do respectivo Concelho, a Câmara do Jarmelo (hoje no Concelho da Guarda) *represente* a Sua Majestade para que “haja por bem Mandar-se-lhes conserve seu Concelho”, referindo e invocando explicitamente que os povos daquele concelho ameaçado ainda detêm o “Foral da mesma Câmara, **que com todo o cuidado se conserva no Arquivo da mesma**”⁶⁰ – argumento patético, passados quase vinte anos depois da extinção dos Forais!

⁵⁸ José Viriato Capela, *As Freguesias do Distrito de Braga nas “Memórias Paroquias” de 1758 – A Construção do Imaginário Minhoto Setecentista*, S/ Ind. Ed., Braga, 2003, p. 586.

⁵⁹ José Viriato Capela, *As Freguesias do Distrito de Braga...*, p. 614.

⁶⁰ *Representação* da Câmara do Jarmelo pedindo a conservação do respectivo Concelho”; Jarmelo, 29-9-1849, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3361 (Ano de 1849) (Livro 7.º; N.º 719).

Estas considerações terão justificado que o nome de Foral contemplasse a casa que o abrigava e até a própria localidade onde aquela se localizava. Falando do Concelho de Pena (a vila de Ribeira de Pena, no Distrito de Vila Real), um memorialista vimaranense da primeira metade do Século XVIII informa-nos que “**tem o seo foral e cabeça de concelho** no lugar da Temporam, onde está a casa da auditoria e cadeia e pelourinho”⁶¹. Do mesmo modo, nas *Memórias Paroquiais*, na descrição da freguesia de Amares diz-se que “hé esta freguezia cabeça deste concelho de Entre Homem e Cavado e **nella está o foral, caza da audiencia e camera, cadea e pilourinho**”⁶². Na descrição da freguesia de Santa Marta de Bouro (hoje no Concelho de Amares) diz-se que a mesma é cabeça do respectivo concelho, acrescentando-se que “no lugar da Martinga **tem a casa do Foral com cadea e pelourinho** donde se fazem as audiências todas as Terças Feiras de cada somana que não são feriadas”⁶³. Também na descrição da Caniçada (hoje no Concelho de Vieira do Minho) o pároco respectivo informa-nos de que “nesta freguesia **está o paço e foral das audiências**” e, mais adiante acrescenta que esta freguesia “é **cabeça de concelho aonde está o foral das audiências** e este se governa por juiz ordinário e senado da Câmara e não está sujeito a outra terra. Não é couto mas cabeça de concelho da Ribeira de Soaz”⁶⁴. Do mesmo modo, em 1836, o velho Concelho de [*Souto de*] Rebordões (Ponte de Lima) detinha uma “pequena casa térrea que serve de antigo **Foral das audiências**”⁶⁵.

Usado sobretudo no Antigo Regime, a palavra *Foral* ainda aparece na documentação oitocentista, sempre em contexto minhoto e duriense, como *sinónimo de casa da câmara* mas também *da própria cabeça do concelho*. Assim, em 1836, num *Ofício* do Governo Civil de Braga ao Ministro do Reino, relativo aos inconvenientes sentidos pelas Câmaras de Larim e Vila Chã em serem anexadas ao concelho de Regalados (hoje no Concelho de Vila Verde), considera-se “que quanto aos inconvenientes que se seguem de serem anexadas ao Concelho de Regalados é exacto [...] porque os **Foraes dos Concelhos** ficam a muita

⁶¹ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, Edições Carvalhos de Basto, Ponte de Lima, 1992, Vol. II, p. 342.

⁶² José Viriato Capela, *As Freguesias do Distrito de Braga...*, p. 32.

⁶³ José Viriato Capela, *As Freguesias do Distrito de Braga...*, p. 37.

⁶⁴ Concelho de Vieira do Minho, Freguesia da Caniçada, in José Viriato Capela, *Ibidem*, p. 444.

⁶⁵ Governo Civil de Viana – “Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias, dos reparos naquelas que deles carecem, e bem assim das Casas para as Audiências dos Juizes de Direito e mais funções, tanto das Autoridades Judiciais como Administrativas”; Viana, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004. Esta Relação será adiante abundantemente citada (ver Apêndice Documental: Doc. N.º 11).

distância uns dos outros”⁶⁶. Do mesmo modo, a Câmara de Albergaria de Penela (hoje no Concelho de Ponte de Lima) pede em 1839 que

“se torne a instaurar o antigo Concelho de Albergaria [...] fazendo-se cabeça do concelho em São Julião, para onde já antigamente se pretendeu **mudar o Foral daquele Concelho**, topograficamente muitíssimo bem organizado e com número suficiente de fogos para poder como tal subsistir”⁶⁷.

Sinónimo de sede do concelho ou mesmo de casa do concelho, *Foral* é sobretudo sinónimo da *sede do poder concelhio*, como se vê na mesma *Representação*. Com efeito, a Câmara de Penela “pensa que é grave inconveniente para os povos ficar-lhe o **Foral do seu Concelho em distância tal que eles não possam ir requerer sua justiça** e no mesmo dia tornarem a pernoitar em suas Casas”. Com efeito, noutra *Representação* dos moradores do extinto Concelho de Albergaria de Penela pedem a

“instauração do mesmo Concelho ao seu antigo estado, **conservando-se a sede, ou cabeça dele, no local de Santa Marinha d’Anais, onde existe ainda uma boa Casa de Câmara, com Cadeia**, tudo há poucos anos mui decentemente construído e arranjado com avultadas despesas”.

Enfim, não se poupam a argumentos tendo em vista

“a Restauração do seu [concelho] d’Albergaria, com as modificações indispensáveis, **conservando inalteravelmente por cabeça a sua antiga casa de Câmara**, que sendo reconstruída à custa de avultadas despesas, de sorte alguma se deve abandonar para iniquamente subcarregar os povos com as necessárias para fazer-se outro novo”⁶⁸.

O sentido de *Foral* enquanto casa da câmara encontra-se muito vincado na documentação relativa ao concelho de S. Tomé de Negrelos e à tentativa de “deslocalização” da sua sede, em 1838. Chegou-nos, com efeito, a acta de uma sessão realizada “nesta casa da Granja que actualmente é a do **Foral deste Concelho** de São Tomé de Negrelos”⁶⁹. Enfim, numa *Representação* da mesma Câmara de Negrelos às Cortes, do mesmo ano, informa-se que a mesma decidira

⁶⁶ *Ofício* do Governo Civil de Braga, de 12-5-1836, ao Ministro do Reino, remetendo e apoiando o teor de certas *Representações* (extraviadas) das Câmaras de Larim e Vila Chã em que estas alegavam inconvenientes em serem anexadas ao concelho de Regalados”, in *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos dos Governos Cívicos e Administrações Gerais [1835-1843], Maço 2015.

⁶⁷ *Cópia* de *Representação* da Câmara de Penela, sobre o restauro do extinto Concelho de Albergaria; Penela, 24-4-1839, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3339 (Livro 4; N.º 400).

Sobre o mesmo assunto constam mais documentos, nomeadamente um *Ofício* do Administrador Geral do Distrito de Braga para o Ministro do Reino “sobre a conveniência da reintegração do concelho de Albergaria, cujas freguesias de que em outro tempo se compunha, se acham em parte reunidas ao Concelho de Penela da Comarca desta Cidade e em parte ao de Ponte do Lima, no Distrito de Viana”; Braga, 6-5-1839.

⁶⁸ *Cópia* da *Representação* dos moradores do extinto Concelho de Albergaria de Penela aos Deputados da Nação Portuguesa, pedindo o restauro do respectivo Concelho; Albergaria, 24-4-1839, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3339 (Livro 4; N.º 400).

⁶⁹ Conjunto de documentos relativos à Casa da Câmara do concelho de Negrelos e à hipótese de “deslocalização” da sua sede para Monte Córdova, contendo nomeadamente a *Acta* da sessão extraordinária de 2-1-1838, realizada “**nesta casa da Granja que actualmente é a do Foral deste Concelho** de São Tomé de

“que a suas Sessões se fizessem na Casa da Granja, localizada na Freguesia de São Cristóvão de Refojos, freguesia que faz parte do Concelho, **Casa esta que serviu de Foral ao extinto Concelho de Refojos** e aonde o Juiz Ordinário e Administrador do Concelho também actualmente exerce as suas funções”⁷⁰.

O nome *casa do foral* aparece, como nas demais expressões usadas para designar as casas do concelho portuguesas, declinado em inúmeras variantes. A expressão mais comum é, porém, a de *casa* ou *casas do foral*, como “nesta Vila do Pico de Regalados e **Casas do Foral** da mesma” onde tiveram lugar as eleições locais de 1836⁷¹. Também a sessão eleitoral relativa à “Acta da eleição do Administrador do Concelho de Sobroza, a que se procedeu em 18 de Setembro de 1836” teve lugar “**em a Casa do Foral** de Paços de Ferreira, pertencente ao Concelho de Sobroza”⁷². Não muito longe, também em 1836, ocorreram eleições semelhantes “neste Concelho de Aguiar de Sousa e **Casa do Foral dele**”⁷³. Porém, a “Acta da Eleição d’Administrador do Concelho de Amares” corresponde a uma sessão que tivera lugar simplesmente “**no foral d’Amares**”, em 1836⁷⁴.

Quanto às eleições de 1836 “deste Concelho de Terras de Bouro e Couto de Souto”, elas tiveram lugar “**no Paço e Foral e Casa da Câmara** deste concelho de Terras de Bouro”⁷⁵. Identificação muito parecida ocorre na acta relativa às eleições de 1838 realizadas “**no Paço e Foral deste Concelho** de Santa Cruz, Distrito Administrativo do Porto”⁷⁶.

Negrelos”, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais – Maio 1996 (Caixa 2).

⁷⁰ Conjunto de documentos relativos à Casa da Câmara do concelho de Negrelos e à hipótese de deslocalização da sua sede para Monte Córdova, contendo nomeadamente a *Representação* da Câmara de Negrelos às Cortes, de 16-3-1838, pedindo autorização para vender a casa da Granja (em Refojos) e construir uma casa da câmara em Santa Luzia de Monte Córdova, que seria a sede do novo concelho, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais – Maio 1996 (Caixa 2).

Ver mais documentação sobre este assunto e o desenho do novo concelho in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais; Maio 1994 (Caixa 2).

⁷¹ Em sessão que teve lugar a 13-3-1836, “nesta Vila do Pico de Regalados e **Casas do Foral da mesma**”, tiveram lugar as respectivas eleições locais: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/I.

⁷² “Acta da eleição do Administrador do Concelho de Sobroza, a que se procedeu em 18 de Setembro de 1836”, “**em a Casa do Foral** de Paços de Ferreira, pertencente ao Concelho de Sobroza” IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/M.

⁷³ Ofício do Governador Civil do Porto, de data indeterminada do ano de 1836, para o Ministro do Reino, remetendo a “Cópia da Acta da eleição de Administrador do Concelho de Aguiar de Sousa”, realizadas a 31-1-1836, “neste Concelho de Aguiar de Sousa e **Casa do Foral dele**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/M.

⁷⁴ “Acta da Eleição d’Administrador do Concelho de Amares”, a 28-2-1836, realizada “**no foral d’Amares**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/I.

⁷⁵ “Cópia da Acta de Eleição de Administrador deste Concelho de Terras de Bouro e Couto de Souto”; a 21-2-1836, “**no Paço e Foral e Casa da Câmara deste concelho** de Terras de Bouro”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/I.

Do mesmo modo, também a “Acta da Eleição da nova Câmara deste Concelho de Terras de Bouro para o ano de 1839 bem como de Administrador para o dito ano e para o de 1840”, realizada a 9-12-1838, teve lugar “**no Paço Foral e Casa da Câmara** deste dito Concelho de Terras de Bouro” IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/I.

⁷⁶ Trata-se do antigo Concelho de Santa Cruz de Riba-Tâmega, hoje Vila Meã, integrado no Concelho de Amarante. Ver a “Proposta dos cinco cidadãos mais votados para Administrador que têm de servir neste

Idêntica designação ocorreu nas eleições de 1838 realizadas “neste lugar de Brancelhe **Paço e Foral deste Concelho** de Vieira”⁷⁷.

Os últimos testemunhos que nos chegaram das velhas *casas do foral* têm a ver quer com a sua ruína quer com a sua localização tornada periférica e incómoda para os moradores. Assim a casa do foral do antigo Couto da Apúlia em 1853 está ameaçada – pela ruína mas também pela consequente ameaça de venda por arrematação. Com efeito, numa *Representação* da Câmara de Esposende pede-se “autorização para a **venda de uma arruinada Casa de Foral** do mesmo extinto Couto” da Apúlia, sendo o seu produto destinado ao melhoramento “da estrada que conduz de Fão a Vila do Conde em os limites da Paróquia do Couto d’Apúlia”⁷⁸. A ruína e a venda (sempre para custear importantes obras rodoviárias) das velhas casas de foral suscita porém o receio político de que, com aquelas vendas precipitadas, se criem factos consumados impedindo o eventual restauro de concelhos extintos de modo pouco pensado e ponderado, como se vê num *Ofício* do Administrador Geral do Porto, de 1840, ao Ministro do Reino, sobre a venda de bens dos concelhos, considerando que

“há já exemplo nesta Administração Geral de se procurar a **venda de Casas de Foral e Câmara** somente com o fim de diminuir ou acabar as esperanças dos Povos d’antigos Concelhos, hoje agregados ou unidos a outros, que ainda se lembram do seu restabelecimento algum dia, manejando requerimentos para alteração na divisão territorial”⁷⁹.

Testemunhos arquitectónicos de um mundo revolvido, nos primeiros anos do Liberalismo as casas do foral também foram sinalizadas devido à sua péssima localização. As velhas casas do foral serão sacrificadas em nome de novas dinâmicas políticas e urbanas e de novas centralidades. Assim, a Câmara Municipal de Bemviver (Marco de Canaveses)

Concelho de Santa Cruz para os anos de 1839 e 1840”, a 27-12-1838, “**no Paço e Foral deste Concelho** de Santa Cruz Distrito Administrativo do Porto”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

⁷⁷ Acta da Eleição dos cinco Cidadãos que devem compor a lista quántupla dos administradores deste novo concelho de Vieira” a 10-12-1838, “neste lugar de Brancelhe **Paço e Foral deste Concelho** de Vieira”: ver IAN/TT - *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I.

⁷⁸ IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida – [Ano de 1853]; Maço 3391 – [Livro 11, Proc. N.º 656] – Conjunto de documentos relativos à venda da casa do Foral do extinto Couto da Apúlia, contendo nomeadamente:

Uma *Representação* da Câmara Municipal de Esposende, Esposende, 18-6-1853;

- *Cópia* da acta da sessão da Junta de Paróquia de S. Miguel de Apúlia em que se decidiu a venda por arrematação da casa do Foral daquele extinto Couto, Apúlia, 6-5-1853. (Apêndice Documental: Doc. N.º 12).

⁷⁹ *Representação* da Câmara de Amarante, de 1-8-1840, “a solicitar respeitosamente a devida autorização para poder vender em hasta pública as Cadeias dos extintos Concelhos de Gouveia, Gestação e Ovelha do Marão, em mau estado e sem proveito algum público, para com o seu produto acudir de pronto à reedificação de algumas Estradas Reais, que dão trânsito para diversas terras deste Reino, com razão de se acharem muito danificadas”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais Maço1992/Q (Caixa 2). Junto consta o *Ofício* do Administrador Geral do Porto, de 8-5-1840, ao Ministro do Reino, sobre a venda daquelas Cadeias e em geral sobre a venda de bens dos concelhos; [Apêndice Documental: Doc. N.º 13].

pede para transferir a sede daquele Concelho do velho edifício chamado «**Foral de Lamas**» na freguesia de Sande, para um lugar mas apto do mesmo Concelho⁸⁰.

6.3.2 – Outras designações locais

Ao longo dos tempos e ao longo do país, registam-se outras expressões usadas para designar a casa da câmara. Recensear-se-ão em seguida as diversas expressões recolhidas.

6.3.2.1 – Casas do Auditório

Vinha do passado medieval a utilização das raras *casas da audiência* quer enquanto sede do poder concelhio, quer enquanto espaço para a reunião das *assembleias dos homens-bons* dos concelhos. Esta designação tão arcaica sobrevive em 1836 enquanto local de reunião da assembleia eleitoral do Concelho de Aboim (Vila Verde), que teve lugar “**na casa de Audiência** deste Concelho”⁸¹.

Parece ser assimilável a essas velhas casas da audiência a *casa do auditório* referida em 1838 enquanto lugar de reunião de certa assembleia eleitoral. Foi o caso das eleições realizadas “nesta Vila de Celorico de Basto e na **Casa do Auditório** dela”⁸². Trata-se de expressões da mesma família, remetendo a palavra “Auditório” para a velha palavra “Audiência”, entendida esta enquanto acto judicial, mas também enquanto sede do poder judicial, e por isso uma das duas dependências mais importantes da tipologia casa da câmara, como veremos.

Sentido semelhante terá a expressão “Casas das Audiências Gerais”, onde, após o triunfo do liberalismo, se fazem autos camarários. Foi o caso, em 1837, do “Auto de apuramento das actas das eleições que se fizeram nos círculos deste concelho de Vila Pouca de Aguiar para Administrador”, realizadas “nas **Casas das Audiências Gerais**” daquele

⁸⁰ Conjunto de documentos relativos ao pedido da Câmara Municipal de Bemviver para transferir a sede daquele Concelho do edifício chamado «**Foral de Lamas**» na freguesia de Sande, para o lugar da Feira Nova, na freguesia de Ariz, do mesmo Concelho; ano de 1849, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3356 (1849) (Livro 7.º; N.º 65).

⁸¹ “Concelho de Aboim – Auto de eleição do Administrador e respectivos substitutos a que se procedeu neste Concelho”, realizada a 22-2-1836, “na casa de Audiência deste Concelho”: IAN/TT - *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

⁸² “Acta da Eleição da Câmara e Administrador 1838 para 39”, relativa a uma sessão eleitoral realizada, a 10-12-1838, “nesta Vila de Celorico de Basto e na Casa do Auditório dela”: IAN/TT - *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I.

Concelho⁸³. Tratava-se, por vezes, de um edifício muitas vezes improvisado, mediante aluguer, cedência ou empréstimo (e portanto à revelia de qualquer tipologia arquitectónica específica) – edifício esse em que então se instalavam mais ou menos provisoriamente os tribunais, com os seus magistrados, oficiais e júris, de acordo com importantes inovações formais impostas pelos recentes códigos processuais e de Justiça e que, pelo número de intervenientes nos autos, muitas vezes não cabiam nas velhas Audiências instaladas nas casas da câmara locais.

6.3.2.2 – Casa do Despacho

De provável influência eclesiástica ou mesmo por influência directa das conhecidas casas do despacho das Misericórdias portuguesas, aparecem referências às *casas do despacho* enquanto nome oficial para os lugares de realização de autos camarários. Assim, certo Auto de veriação de 1824 teve lugar “nesta Vila de Cascais e **Cazas do Despacho e actos judiciais, e Paços do Concelho**”⁸⁴. Poucos anos depois, nas faldas da Serra da Estrela, certas eleições de 1838 foram realizadas “nesta vila de Loriga [*Seia*] e **Casas do Despacho da Câmara Municipal**”⁸⁵. Do mesmo modo, as eleições de 1837 da Câmara de Rio Maior tiveram lugar “nesta freguesia de Rio Maior em **Casa do Despacho desta paróquia** estando juntos os cidadãos que formam esta Assembleia Eleitoral”⁸⁶, sítio novamente escolhido nas eleições realizadas no ano seguinte, 1838, dadas então por realizadas “nesta Freguesia de Rio Maior e **Casas do Despacho da mesma**”⁸⁷.

Podendo estas *casas do despacho* pertencer ou estarem afectas a confrarias e irmandades, pontualmente requisitadas para a realização das eleições nos anos de 1836 a

⁸³ “Auto de apuramento das actas das eleições que se fizeram nos círculos deste concelho de Vila Pouca de Aguiar para Administrador”, realizadas a 5-3-1837, “nas Casas das Audiências Gerais”; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/N.

⁸⁴ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS - AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 277 – *Livro de Autos e Acórdãos, 1823-1824* – Auto de veriação de 15-5-1824, f. 64.

⁸⁵ “Cópia da Acta da eleição d’Administardor do concelho de Loriga para os anos de 1839 e 1840 pela forma que abaixo se declara”; sessão realizada a 9-12-1838 “nesta vila de Loriga e **Casas do Despacho da Câmara Municipal**”; ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/K.

⁸⁶ “Acta da eleição da mesa definitiva para a eleição das pessoas que hão-de compor a Câmara Municipal deste Concelho de Rio Maior e assim como das pessoas que hão-de ser propostas para o cargo de Administrador do mesmo Concelho”, realizada a 6-1-1837, “nesta freguesia de Rio Maior **em Casa do Despacho desta paróquia** estando juntos os cidadãos que formam esta Assembleia Eleitoral”; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

⁸⁷ “Acta da eleição da mesa definitiva para a eleição do cargo de Administrador deste Concelho e seu substituto a qual se mandou proceder por ofício do Administrador Geral deste Distrito de 8 de Março do presente ano” – 25-3-1838, “nesta Freguesia de Rio Maior e **Casas do Despacho da mesma**”; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

1840 (como já vimos que aconteceu em alguns concelhos), a expressão também pode designar a própria casa da câmara local, ou melhor, a respectiva *câmara das vereações*. Com efeito, é esse o sentido da raríssima expressão recenseada em seguida.

6.3.2.3 – Casa Consistorial

Muito próxima da anterior, merece o maior destaque esta referência às *casas consistoriais*. Com efeito, esta é de há muito a expressão canónica usada em Castelhana para designar as casas do concelho. Encontrámos uma única referência portuguesa, aplicada em 1821 à casa da câmara de Vila do Conde. Com efeito, em certa *Representação* a El-Rei, a Câmara respectiva queixa-se do Juiz de Fora, que impedira a realização de uma “vereação extraordinária”, pois

“fazendo uzo do seu genio absoluto, e insolente, chamou para sua Caza o Escrivão da Camara, **negou as Chaves das Cazas Consistoriaes**, impedio que se continuasse a tocar o sino; mandou chamar o Procurador, e o tractou incivil, e dezatenciozamente, como tem de costume”⁸⁸.

Para lá destas expressões, registre-se uma última. Com efeito, em 1836 o “Auto da eleição de Administrador do Concelho” ocorreu “neste lugar do cais da Vila de S. Roque do Pico, nas **Casas públicas** dela”⁸⁹.

6.4 – Designações vernáculas

Consideraremos finalmente uma série de designações para o edifício onde, desde os fins da Idade Média, a maioria dos concelhos portugueses passam a realizar as suas sessões e onde têm a respectiva sede. Estamos no domínio da *casa* que é de todos, construída por

⁸⁸ *Ofício* a El-Rei do Provedor da Comarca de Viana Foz do Lima, de 17-12-1821, acerca da *Representação* (em anexo) da Câmara da Vila do Conde, em relação à obra da ponte de pau sobre o Rio Ave desta Vila; *Representação* da Câmara de Vila do Conde a El-Rei, queixando-se do despotismo e arbitrariedade com que o Juiz de Fora protege o arrematante da obra da ponte de pau, em “substituição da de pedra, recentemente destruída”, impedindo mesmo a realização de uma sessão camarária extraordinária; Vila do Conde, 11-10-1821, in IAN – Ministério do Reino – Informações das Câmaras do Reino, Maço 987; Caixa 1107.

⁸⁹ “Auto da eleição de Administrador do Concelho” realizada a 24-1-1836, “neste Lugar do cais da Vila de S. Roque do Pico, **nas Casas públicas dela**”, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/K (Caixa 2).

Note-se que a “Acta da eleição para Administrador do Concelho” da Marinha Grande foi realizada a 1 19-3-1837, “**neste Palacete da Nacional e Real Fabrica de Vidro da Marinha Grande, e Sala das Sessões da Comissão Municipal**”. Como se vê, a “Comissão Municipal” local, não dispondo de Casa da Câmara, usava instalações emprestadas e adaptadas para o efeito: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/K (Caixa 2).

todos, ao serviço de todos e a que todos têm acesso (pelo menos às partes mais públicas dela). Estamos no domínio da casa que, sendo parecida em tamanho, formato e escala com as casas mais nobres, mais importantes e mais ricas da comunidade é, porém, diferente de todas elas pelas suas funções, pelos seus símbolos e, enfim, pelo seu próprio nome. Estamos, enfim, no domínio da *casa do concelho*, na casa em cuja *sala* têm lugar as audiências, na casa, enfim, em cuja *câmara* têm lugar as vereações – casa esta conhecida por diversas expressões que importa agora considerar.

6.4.1 – Casa do Concelho

Ao longo desta *dissertação* temos utilizado a expressão *casa do concelho* para designar o edifício onde se realizavam as assembleias concelhias e portanto a sede do poder local. Esta expressão, na sua simplicidade, desinvestida de qualquer conteúdo que não seja o do seu próprio significado, é de facto muito útil para a identificação de semelhante edifício. Com efeito, todas as outras expressões que já encontrámos são em termos semânticos muito mais complexas e portadoras de significações e mesmo de usos concretos que as inscrevem em momentos determinados da longa existência do nosso Poder Local e da sua história. No entanto, a expressão *casa do concelho*, apesar da sua assertividade tão positiva, também foi utilizada para designar oficialmente a sede do poder local em determinados concelhos ao longo dos tempos⁹⁰. É o que veremos a seguir.

A mais antiga referência que encontrámos a uma casa do concelho remonta a 1380 e pertence ao concelho de Ponte de Lima: como já vimos, “en Ponte de limhã en no sobrado da **Casa do Concelho** da dicta villa en hu se de Custume soe de ffazer a vereaçom do dicto Concelho”⁹¹ reuniu-se a assembleia dos Homens-Bons que elegeu o respectivo procurador

⁹⁰ Chega-nos, porém, notícia de que certa “quijtaçam de João de Ruaom,” relativa às obras por si feitas “em a dita casa da misericórdia de que herã fejtos cōtratos” foi passada a 11 de Setembro de 1549, “**em a casa do cōselho da misericórdia** desta cidade de cojnbra”, documento publicado por A. Nogueira Gonçalves, “O Escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra” in *Estudos de História da Arte da Renascença*, Livraria Estante Editora, Aveiro, s.d, p. 174.

⁹¹ Assembleia reunida a 7-8-1380. Aí foi passada a Procuração do Concelho de Ponte de Lima aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos Históricos da UNL, Lisboa, 1990, Vol. I (1367-1380), p. 184.

Nova assembleia teve lugar, a 21-7-1383, “en Ponte de limha **en no sobrado da Casa do Concelho da dicta villa**”, para eleger procuradores às Cortes de Santarém de 1383: A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, p. 275.

às Cortes de Torres Novas de 1380. Também em Abrantes, “um documento de 30 de Maio de 1404 refere *a cassa do dicto Concelho*”⁹².

Século e meio de pois, em 1538, “em a villa de Crasto Leboreiro **na casa do concelho da dyta villa**”⁹³ teve lugar o auto de demarcação de fronteiras ordenado por D. João III e, em 1559, na Ilha de S. Jorge, em pleno Atlântico, certa assembleia camarária da vila de Velas foi dada por realizada “na **casa do concelho**” local⁹⁴. Séculos depois, as eleições de 1836, de Ranhados (hoje no concelho da Meda), realizaram-se “nesta Vila de Ranhados e **Casas do Concelho** da mesma”⁹⁵. Dois anos depois, em 1838, “em esta vila de Sortelha e **Casas do Concelho**”⁹⁶ tiveram lugar eleições semelhantes, bem como, no Algarve, “nesta Vila do Bispo, **Casas do Concelho** da mesma”⁹⁷.

Claro que dizer casas do concelho é o mesmo que dizer paços do concelho. Assim, as eleições realizadas em S. Vicente da Beira (Castelo Branco) a 8 de Maio de 1836 foram localizadas “nesta Vila de S. Vicente da Beira e **Casas do Concelho** da mesma”⁹⁸, mas as eleições realizadas meses antes, a 24 de Janeiro de 1836, foram referenciadas como tendo lugar “nesta Vila de S. Vicente da Beira e **Paços do Concelho** da mesma”⁹⁹.

No entanto, face à *casa do concelho* e à sua premência arquitectónica e institucional, sobrevivem ecos de outras designações. Foi o caso da assembleia eleitoral que, em 1837, se reuniu “**nas Casas e Paços do Concelho** de Santa Marta de Penaguião”¹⁰⁰, ou da que, em

⁹² Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in Manuel António Morato e João Valentim da Fonseca Mota, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes...*, p. 142.

⁹³ Sessão a 26-7-1538: “*Livro do Tonbo das demarcaçoens [sic] dos lugares das Comarcas Tra los Montes...*”, p. 159.

⁹⁴ In *Vereações de Velas (S. Jorge)...*, p. 89.

⁹⁵ “Auto de apuramento de votos para as pessoas que hão-de servir o cargo de Administrador do Concelho”, realizado a 28-2-1836, “nesta Vila de Ranhados e **Casas do Concelho da mesma**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/K.

⁹⁶ “Cópia da Acta da Eleição de Administrador deste Concelho para os anos de 1839 e 1840”, a 9-12-1838, “em esta vila de Sortelha e Casas do Concelho” IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I (Caixa 2).

⁹⁷ “Acta da Eleição de Administrador do Concelho de Vila do Bispo”, a 9-12-1838, “nesta Vila do Bispo, Casas do Concelho da mesma”, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/J (Caixa 2).

Mais eleições se realizaram na Casa do Concelho local: deixamos apenas mais um exemplo, relativo às eleições de Provesende de 1837, que se realizaram, a 1-3-1837, “nesta freguesia de S. João Batista de Proveze e Casas do Concelho” IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/N.

⁹⁸ “Cópia da Acta da Eleição de Administrador do Concelho desta Vila de S. Vicente da Beira”, a 8-5-1836, “nesta Vila de S. Vicente da Beira e Casas do Concelho da mesma” IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I (Caixa 2).

⁹⁹ “Cópia autêntica da Acta da Eleição do Administrador deste Concelho de S. Vicente da Beira para o corrente ano de 1836”, a 24-1-1836, “nesta Vila de S. Vicente da Beira e **Paços do Concelho da mesma**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I (Caixa 2).

¹⁰⁰ “Cópia da Acta da mesa Definitiva da Cabeça de Concelho para a eleição d’Administrador Civil do Concelho de Santa Marta de Penaguião”, a 5-3-1837, “nas Casas e **Paços do Concelho** de Santa Marta de Penaguião”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/N.

1836, se reunira “em esta Vila de Sortelha e **Casas dos Paços do Concelho**”¹⁰¹, ou da que em 1838 se reuniu “nesta vila de Pico de Regalados e **Casa do Paço do Concelho da mesma**”¹⁰². Também em 1838, “nesta Vila de Aguiar da Beira e **Casas do Paço dela**”¹⁰³ tiveram lugar eleições semelhantes, tal como, sempre em 1838, “em esta Vila de Fornos e **Casas dos Paços da Câmara da mesma**”¹⁰⁴. Enfim, eleições semelhantes se realizaram por esses anos “na **Casa e Paços da Câmara deste Concelho de Meinedo**” (hoje no concelho de Lousada; 1836)¹⁰⁵ e “em as Casas **adonde se faz os Autos camarários** nesta Vila de Fronteira” (1837)¹⁰⁶.

6.4.2 – Casa que serve de Câmara

Apesar da existência comprovadamente muito remota de casas da câmara em todo o território, foi necessário a muitos concelhos recorrerem, ao longo dos tempos, a casas improvisadas, emprestadas ou mesmo alugadas. Em suma, foi necessário usar casas que, mesmo em documentos oficiais, se designam de “*casas que servem de...*”. Foi o caso das eleições de 1836 do antigo Concelho de Bornes, realizadas “neste lugar do Beco e **Casa que**

¹⁰¹ “Sortelha – Acta da Eleição do Administrador do Concelho desta Vila”; a 8-5-1836, “em esta Vila de Sortelha e **Casas dos Paços do Concelho**”, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I (Caixa 2).

¹⁰² Acta Eleitoral da Câmara e Administrador para o ano de 1839; a 9-12-1838, “nesta vila de Pico de Regalados e **Casa do paço do Concelho da mesma**”, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I.

¹⁰³ “Cópia da Acta da Eleição a que se procedeu para a Câmara Municipal que há-de servir nesta Vila de Aguiar da Beira e seu Concelho o ano de 1839” – a 9-12-1838, “nesta Vila de Aguiar da Beira e **Casas do Paço dela**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/K.

Não têm nada a ver com arquitectura municipal as “**Casas do Paço Nacional**” de Penela onde se realizaram as eleições locais de 1838, de acordo com a “Cópia autêntica da Acta da Eleição para Administradores do Concelho de Penela”, a 16-12-1838, “nesta Vila de Penela e **Casas do Paço Nacional dela** para que foi deferida a eleição por a conveniência de circunstâncias que sendo levada ao conhecimento da Administração Geral desta dimanou ordem para ter lugar hoje”, IAN/TT - *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/J (Caixa 1).

¹⁰⁴ “Acta da Eleição para Administrador do Concelho da Vila de Fornos d’Algodres para o ano de 1839 a 1840” – a 9-12-1838, “em Esta Vila de Fornos e **Casas dos Paços da Câmara da mesma**”: ver IAN/TT - *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/K.

A mesma localização surge para idênticas eleições realizadas no ano seguinte: “Cópia da Acta da Eleição para Administrador do Concelho desta Vila de Fornos d’Algodres para o ano de 1839 a 1840”, a 30-5-1839, “em esta Vila de Fornos e **Casas dos Paços da mesma**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/K.

¹⁰⁵ A 6-2-1836, “na **Casa e Paços da Câmara deste Concelho** de Meinedo”, procedeu-se à eleição do Administrador do Concelho, ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

¹⁰⁶ “Acta da Eleição dos Cidadãos para Administrador do Concelho desta Vila feita segundo disposto no Código Administrativo” – a 20-2-1837, “em as Casas **adonde se faz os Autos camarários** nesta Vila de Fronteira”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/L (Caixa 2).

serve de Câmara”¹⁰⁷. O mesmo aconteceu nas eleições da antiga vila de Maiorga (Alcobaça), de 1836, realizadas “em esta Vila de Maiorga e **Casas que servem de Paço do Concelho dela**”¹⁰⁸, ou das eleições realizadas, no mesmo ano, “em esta Vila de Águas Belas [Ferreira do Zêzere] e **Casas que servem do Concelho dela**”¹⁰⁹. É também o caso do então recente Concelho de Santo André de Poiares (hoje Poiares) que, em 1838, se reúne “nas **Casas que servem interinamente de Câmara** deste Concelho de Santo André de Poiares”¹¹⁰. Claro que o recurso a tais casas, mais ou menos improvisadas, pode decorrer de motivos muito concretos, como aconteceu na sessão de 4 de Agosto de 1764 que, nove anos depois do Terramoto de 1755, decorreu, a dois passos de Lisboa, “nesta villa de Cascaes **em as casas deputadas para a vereação**”¹¹¹ – ou come aconteceria, setenta anos depois, nas eleições do Sardoal de 1836, realizadas “nesta Vila do Sardoal e **Casas que servem da Câmara pela incapacidade das próprias**”¹¹².

6.4.3 – Casa da Câmara

A mais famosa, a mais utilizada e mesmo a mais vernácula expressão para designar a sede local do poder concelhio foi, no passado, a de *casa da câmara*, hoje francamente fora de moda, se não mesmo fora de uso entre nós. Embora substituída de há muito pela expressão hoje dominante de *paços do concelho*, que já regressara em força com o Liberalismo, e pela própria expressão *Domus Municipalis*, que se impôs com o Estado Novo

¹⁰⁷ “1836 – Concelho de Bornes – Julgado de Tomar – Acta da Eleição triple para Administrador deste Concelho”, a 24-1-1836, neste lugar do Beco e **Casa que serve de Câmara**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

¹⁰⁸ “Lista tríplice para Administrador do Concelho da Vila de Maiorga”, a 3-1-1836, “em esta Vila de Maiorga e **Casas que servem de Paço do Concelho dela**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/K (Caixa 2).

¹⁰⁹ “Concelho de Águas Belas – Distrito de Santarém – Acta da Eleição para a proposta de Administrador do Concelho de Águas Belas” – a 6-3-1836, “em esta Vila de Águas Belas e **Casas que servem do Concelho dela**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

¹¹⁰ “Acta da eleição para Câmara e Administrador deste Concelho de Santo André de Poiares para o ano de 1839”, a 9-12-1838, “**nas Casas que servem interinamente de Câmara deste Concelho** de Santo André de Poiares”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/J (Caixa 1).

Note-se que a improvisação na escolha da localização dos actos camarários leva à utilização de casas particulares: foi o caso das eleições do Concelho de Condeixa-a-Nova, onde a sessão a que corresponde a “Acta de apuramento do votos das Assembleias parciais para Administrador do referido Concelho”, relativa às eleições de 16-12-1838, se realizou “**nas casas do Bacharel José Ferreira de Azevedo Amado, que servem interinamente de Casa de Câmara**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/J (Caixa 1).

¹¹¹ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS - AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 48 – *Livro de Autos de Vereação, 1764-1770*: Auto de veriação de 4-8-1764.

¹¹² “Acta da eleição d’ Administrador do Concelho” – a 18-1-1836, “nesta Vila do Sardoal e **Casas que servem da Câmara pela incapacidade das próprias**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/M.

– a expressão *casa da câmara* foi historicamente a mais usada para indicar a sede dos velhos concelhos portugueses na Época Moderna, ou melhor, no muito longo período multissecular que precedeu o triunfo do Liberalismo. A presença intensa das casas da câmara ao longo de todo território, a sua importância institucional e arquitectónica, o seu uso continuado, a riqueza do significado daquela expressão e a sua consequente amplitude semântica legitimam e justificam o seu uso no título desta *dissertação* que, entre outros objectivos, pretende reabilitar uma das expressões mais idiomáticas de toda a História da Arquitectura Portuguesa

A expressão *casa da câmara* identifica uma propriedade urbana que, fazendo parte dos bens do concelho, constitui uma *casa* especial: uma *casa enobrecida* com um sobrado (que a distingue da maioria das casas comuns da cidade ou vila sede do concelho); uma *casa nobilitada* porque ostenta na fachada os símbolos do poder concelhio ou real (que a distinguem das demais casas nobres); uma casa, enfim, que detém quase sempre uma *localização* privilegiada, na praça, na rua principal, junto à Matriz ou à Misericórdia local – ou então (como acontece em certas regiões) num sítio desabitado e isolado mas mais ou menos equidistante dos diversos lugares dispersos que integram quer a vila “cabeça de concelho”, quer o termo do Concelho respectivo. Sede do poder local, a casa da câmara não só assinala como simboliza o concelho e o seu centro urbano.

A expressão *casa da câmara* significa que esta é a *casa* do concelho que, para lá das diferenças já assinaladas que a distinguem das demais casas urbanas, tem, sobre todas elas, uma *câmara* mais ou menos reservada, onde se reúnem os vizinhos, os notáveis, os representantes ou os eleitos do concelho, a quem cabe a boa gestão dos bens respectivos, a resolução dos problemas colectivos em certos domínios e a defesa dos interesses da comunidade, de acordo com o estabelecido na lei.

Vimos atrás que a importância dos actos concelhios e a sua legitimidade incontestada contribuíram para valorizar e acentuar o papel da *casa* e sobretudo da *câmara* onde eram realizados. Num processo inverso, este nome contaminará e impregnará, com o tempo, o próprio nome da instituição concelhia, doravante a *Câmara do Concelho* e, a seu tempo, a *Câmara Municipal*. Vimos também o momento da emergência e o da irradiação das *casas do concelho* (fosse qual fosse a sua designação oficial) ao longo de todo o território – momentos-charneira do movimento concelhio português, aquele (que remonta à segunda metade do século XIV) assinalando o momento de implantação e sobretudo de consolidação do poder local; este (datável dos fins do século XV – primeiro quartel do século XVI)

assinalando a sua actualização e a sua homogeneização global ao longo do território. A presença das casas da câmara em todos os concelhos portugueses, ao serviço de um poder local profundamente consolidado e sedimentado em todo o Reino constitui não só um dos factores de unidade institucional (e poderíamos acrescentar, “nacional”) do país mas também de homogeneidade e identidade da própria paisagem urbana e arquitectónica portuguesa, pois *as casas da câmara instituíram e impuseram uma tipologia construtiva comum que contemplou todo o território durante séculos*, com uma qualidade de desenho, de construção e de integração que as tornam um dos grandes tópicos arquitectónicos da cultura visual portuguesa.

Enfim, a *câmara* das vereações dará o seu nome ao edifício-sede do concelho, que passará a ser conhecido pela tão portuguesa expressão *casa da câmara*, designação que, com o século XVI, se sobrepõe e quase chega a apagar a expressão também medieval de paço do concelho. É neste vasto período que vai dos fins dos inícios do século XVI até ao triunfo do Liberalismo que, para designar o edifício sede do poder concelhio, triunfa a expressão de *casa da câmara*.

Com efeito, ao contrário dos relativamente bem documentados paços do concelho medievais, não existem referências a casas da câmara no século XIV, surgindo apenas, como atrás vimos, raríssimas referências à “Câmara do Concelho”, nomeadamente à de Lisboa, no âmbito da preparação das Cortes de Santarém de 1383. Do mesmo modo, nas actas camarárias da antiga vila de Loulé a mais antiga referência registada nas respectivas actas remonta a 23 de Abril de 1468, correspondendo a uma vereação que teve lugar “em Loulle **na camara do Concelho**”¹¹³.

As primeiras referências a casas da câmara surgem apenas, como vimos, nos fins do século XV. Uma das mais antigas remonta a 27 de Abril de 1492 e refere-se a obras concretas na casa da câmara do Funchal. Então, “em a villa do Funchall **na cassa da camara** da dicta villa” apareceu o “vereador e prouedor das hobras do concelho da dicta villa” e, por outro lado “Fernam Gomez pedreiro morador em a villa de Setuall ora aqui estante”, combinando-se dar

“de emprejtada ao dicto Fernam Gomez que elle rreuoque e aqueffalle – a saber – **a casa da camara** e o paço dos tabaliaens e telhar e rreuocar e acaffelar a cassa que esta entre elas por telhar [...] e assj ha de ffazer todosol encanamentos das dictas cassas [...] e assentar sseus canos com sseu peytoryl”¹¹⁴.

¹¹³ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 204.

¹¹⁴ In José Pereira da Costa, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal – Século XV*, Ed. Centro de Estudos do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Região Autónoma da Madeira, Funchal, 1995, p. 321.

Novas referências surgem quando, no âmbito da preparação das Cortes de Lisboa de 1498, o Concelho de Trancoso informa que está a construir uma “**casa pera camara**”¹¹⁵ e o Concelho do Porto consegue uma importante isenção fiscal “por dous annos para despeza da **caza da camara** que se fazees [sic]”¹¹⁶.

A partir de então, chegaram-nos inúmeros testemunhos do seu uso intenso e constante, ao serviço de todos os concelhos portugueses, pelo que as mais antigas actas concelhias chegadas até nós correspondem muitas vezes a vereações que tiveram lugar nas respectivas casas da câmara. Assim, a acta mais antiga do Concelho de Cascais refere-se, como já vimos, a uma vereação ocorrida “aos treze dias do mes de nouembro de mil e [seiscentos] e trinta annos nesta villa de cascaes E casa [da] Camara della”¹¹⁷. A esmagadora maioria dos actos concelhios do Antigo Regime teve localização semelhante. Do mesmo modo, em pleno século XIX, a “Acta da eleição e apuramento do Administrador do Concelho de Trancoso para os anos de 1839 e 1840”, corresponde a uma sessão eleitoral realizada a 16 de Dezembro de 1838, “nesta Vila de Trancoso e **Casas da Câmara**”¹¹⁸ – justamente o edifício que estava em construção em 1498!

Na Época Liberal, quando se reafirma a designação “paços do concelho”, como vimos, inúmeros actos camarários são dados por realizados nas velhas casas da câmara. Assim, sempre em 1838, “nesta Vila Nova de Famalicão **cazas da Câmara do Concelho**” tiveram lugar as respectivas eleições¹¹⁹. As eleições de Fafe de 1838 tiveram lugar “na **Casa da Câmara do Concelho e Vila de Fafe**”¹²⁰ e as do Concelho de Pico de Regalados (Vila Verde) de 1837, “nesta **casa da Câmara e Cabeça do Concelho** do Pico de Regalados”¹²¹. Também as eleições da vila de Aguda (Figueiró dos Vinhos) de 1836 tiveram lugar “na Vila

¹¹⁵ Cortes de Lisboa de 1498, Capítulos Especiais de Trancoso (Cap.º 5.º); in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., p. 550.

¹¹⁶ Traslado (de 10-4-1498) em pública forma de Carta régia de 10-3-1498 à cidade do Porto contendo a reformulação de capítulos apresentados nas Cortes de Lisboa de 1498 (Capítulo 5.º dos Capítulos especiais do Porto), in João José Alves Dias (Org.), *Ibidem*, p. 499.

¹¹⁷ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS - AHMC/ALL-CMC/B/A/001/Livro 382 – *Livro de Registos, 1630-1636*.

¹¹⁸ “Acta da eleição e apuramento do Administrador do Concelho de Trancoso para os anos de 1839 e 1840” – a 16-12-1838, “nesta Vila de Trancoso e **Casas da Câmara**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/K.

¹¹⁹ Acta da Eleição Apuração de votos para administrador do concelho de Vila Nova de Famalicão; a 16-12-1838, “nesta Vila Nova de Famalicão **cazas da Câmara do Concelho**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I.

¹²⁰ Acta da Eleição do Administrador do Concelho de Fafe, que tem de servir nos próximos e futuros anos de 1839 e 1840; a 9-12-1838, “na **Casa da Câmara do Concelho e Vila de Fafe**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I. As eleições de 1836 tinham sido realizadas “na **casa da Câmara e Paço deste Concelho e Vila de Fafe**”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I.

¹²¹ Acta da Eleição d’Administrador do Concelho de Pico de Regalados; a 12-2-1837, “nesta **casa da Câmara e Cabeça do Concelho** do Pico de Regalados”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maço 1992/I.

de Aguda e na **Casa da Câmara Municipal deste Concelho e Freguesia**”¹²². Por vezes a identificação da casa da câmara é extremamente sintética. Assim as eleições da antiga vila de Melo (Gouveia) de 1836 tiveram lugar estando “reunida a Câmara desta Vila **nas Casas da mesma**”¹²³.

Encontram-se variantes no uso da tão popular expressão. É o caso da sessão eleitoral relativa às eleições de 1838 do concelho de Canelas (Peso da Régua), que teve lugar “**nas Casas da Sessão da Câmara**”¹²⁴. Do mesmo modo, as eleições de 1838 tiveram lugar “nesta Vila de Pedrógão Grande e **Casa das Sessões da Câmara da mesma**”¹²⁵. Nova variante se regista no então recente e muito efêmero Concelho de Campanhã, onde as eleições de 1836 tiveram lugar “neste Concelho de Campanhã e **Casas das Sessões da Câmara municipal dele**”¹²⁶.

Muitas vezes a expressão assimila-se à de paços do concelho, numa redundância muito explícita. Assim, certo auto de vereação de 1820 tivera lugar “nesta Villa de Cascais e **Casas dos Passos da Camera**”¹²⁷, mas as eleições do Concelho de Barcos (Tabuaço) de 1838 tiveram já lugar “em esta Vila de Barcos e **Casas da Câmara e Paço do Concelho da mesma**”¹²⁸. Em pleno Baixo Alentejo, as eleições de Casével (Castro Verde) de 1836 também tiveram lugar “nesta vila de Casével, **Casas da Câmara e Paço do Concelho da mesma**”¹²⁹. Semelhante redundância consta nas eleições de Ponte de Sor de 1836, que

¹²² “Acta da Eleição de Administrador do Concelho e freguesia de Aguda, a 7-2-1836, “na Vila de Aguda e **na Casa da Câmara Municipal deste Concelho e Freguesia**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/K (Caixa 2).

¹²³ Melo – A 24-1-1836, “reunida a Câmara desta Vila **nas Casas da mesma**” para se proceder às eleições locais: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/K.

¹²⁴ A 22-4-1838, “nas **Casas da Sessão da Câmara**” do concelho de Canelas, se fez a eleição do Administrador do Concelho: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/N.

¹²⁵ “Acta da Eleição do Administrador do Concelho que há-de servir nos futuros anos de 1839 a 1840”, a 9-12-1838, “nesta Vila de Pedrógão Grande e **Casa das Sessões da Câmara da mesma**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/K (Caixa 2).

¹²⁶ A 7-2-1836, “neste Concelho de Campanhã e **Casas das Sessões da Câmara municipal dele**”, procedeu-se à eleição do Administrador do Concelho: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/M.

¹²⁷ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS - AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 252 – *Livro de Termos e Autos de Vereação, 1817-1821* – Auto de veriação de 5-2-1820. Uma variante é proporcionada pela referência seguinte: “nesta villa de Cascais e **Passos da Camara**”: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS - AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 252 – *Livro de Termos e Autos de Vereação, 1817-1821* – Auto de veriação de 26 de Fevereiro de 1820.

¹²⁸ “Acta da Eleição do Administrador do Concelho de Barcos”: a 9-12-1838, “em esta Vila de Barcos e Casas da Câmara e **Paço do Concelho da mesma**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/O.

¹²⁹ “Auto da Eleição das três pessoas que vão a serem [sic] eleitas para Administrador do Concelho desta vila de Cazevel”, a 3-1-1836, “nesta vila de Cazevel, Casas da Câmara e **Paço do Concelho da mesma**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/H.

tiveram lugar “em esta Vila da Ponte de Sôr e **Paços do Concelho e Casas da Câmara dela**”¹³⁰.

Casa da câmara é sinónimo de paço do concelho, podendo os dois termos ser usados praticamente nas mesmas circunstâncias, pelo menos após o triunfo do Liberalismo, quando a expressão “paço do concelho” se começa a sobrepor a “casa da câmara” enquanto designação da sede do poder local. Assim, as eleições de Torre de Moncorvo de 1838 foram realizadas “nesta vila de Moncorvo e **Casas da Câmara**”¹³¹, mas as de 1839 já foram realizadas “nesta Villa da Torre de Moncorvo e **Paços do Concelho** da mesma”¹³².

É neste momento que a expressão *casa da câmara* começa a ser preterida enquanto designação oficial do edifício-sede do poder local. Com efeito, na Época Liberal, o poder local português, renovado, redesenhado e institucionalmente actualizado pretende sobretudo cortar os laços com um passado considerado opressivo, desactualizado, antiquado e ineficiente. É no quadro desta ruptura voluntária com o passado que o uso da expressão *casa da câmara* entrará em crise. Símbolo maior desse velho poder local antigo e revolvido, a expressão *casa da câmara* sofrerá a erosão que o Liberalismo voluntariamente lhe impôs, bem como a tudo o que o novo regime considerou antiquado, obsoleto e dispensável. Assim, ao serviço de um poder local arcaico, a própria expressão “casa da câmara” passará a constituir um mero arcaísmo linguístico – não suficientemente pitoresco, porém, para merecer, por exemplo, a sua reabilitação literária da parte dos escritores do Romantismo ou do Tardo-Romantismo português. O seu próprio prestígio anterior e a intensidade do seu uso de nada lhe serviram; vai rareando o seu uso para, com o tempo, desaparecer praticamente entre nós. Entre nós, sobreviverá apenas residualmente, apenas para identificar edifícios históricos desafectos (ou até já desaparecidos). Contudo, no Brasil a expressão *casa da câmara* continuará a designar velhos edifícios concelhios, nomeadamente da Época Colonial – e como tal é usada, como vimos, por Paulo Thedim Barreto no seu estudo pioneiro, em que, de uma forma inspirada mas também historicamente rigorosa, devolveu ao edifício-sede do poder concelhio o seu óbvio nome de sempre, o de “Casas de Câmara e Cadeia”¹³³.

¹³⁰ A 3-1-1836, “em esta Vila da Ponte de Sôr e **Paços do Concelho e Casas da Câmara dela**”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/L (Caixa 2).

¹³¹ A 5-12-1838, “nesta vila de Moncorvo e Casas da Câmara”: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/I (Caixa 2).

¹³² “Acta da apuração de votos para Administrador e Sstituto deste Concelho, para os anos de 1839 e 1840, apurados das duas diferentes actas das Assembleias parciais de Moncorvo e Carviçais, na parte que diz respeito aos cinco cidadãos mais votados”, a 10-3-1839, nesta Villa da Torre de Moncorvo e **Passos do Concelho** da mesma”: ver IAN/TT – *Ministério do Reino* – Nomeações..., Maio 1992/I (Caixa 2).

¹³³ Paulo Thedim Barreto, “Casas de Câmara e Cadeia”, *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1947; N.º 11, pp. 9-195.

7 – A localização e a implantação urbana das casas da câmara

Quem hoje se passeie pela cidadela de Bragança não pode fugir à intensa presença visual das quatro grandes estruturas monumentais aí localizadas – o Pelourinho, a Torre de Menagem, a Igreja de Santa Maria e, no fim do percurso, a velha casa da câmara local. Como se sabe, o nível excepcional destas peças justifica bem a subida que precede as portas de acesso da cidadela. Passadas estas, impõe-se de facto a visibilidade extrema de que aqueles monumentos hoje gozam, bem diferente da que tiveram no passado, pois se a igreja e a torre de menagem ainda se destacavam no horizonte, o mesmo não acontecia com o pelourinho e em particular com a casa da câmara, que apenas se vislumbrava da sua proximidade mais imediata. Com efeito, o excessivo desafio espacial de que hoje goza este histórico edifício é uma conquista da época do Estado Novo, conseguido à força de expropriações e demolições em massa que rasgaram e apagaram para sempre uma parte muito importante da malha urbana da cidadela brigantina. A virulência destas demolições não deixa de evocar – apesar das diferenças de época, de conjuntura e de escala – demolições semelhantes levadas a cabo um pouco por toda a parte, tendo como objectivo o proporcionarem nomeadamente uma melhor visibilidade a monumentos relevantes localizados à sua volta. Porém, sabemos hoje que a produção artificial e quase sempre agressiva de amplas e por vezes desabridas e desoladas praças, esplanadas e “parvis”, com o objectivo de nos permitirem visualizar e contemplar de longe edifícios monumentais, nos dá perspectivas historicamente falsas¹³⁶. É este justamente o caso da casa da câmara de Bragança, localizada bem no coração outrora muito acanhado da *cidadela* local. Esta localização tão central suscita a questão da localização das casas da câmara na malha urbana das velhas vilas e cidades portuguesas. Esta questão é muito relevante pois se, por um lado, ilumina a nossa compreensão das casas da câmara, bem como a da sua importância institucional e a do seu papel junto das comunidades que serviam, por outro, aquela localização prende-se directamente com a natureza, a lógica e a própria história urbana das velhas vilas e cidades portuguesas, que aquela localização ajuda a entender melhor.

¹³⁶ Ver para o fenómeno do “disencumbering” (‘desatracar’, libertar; “*dégagement* ou *isolement*, em Francês”), Spiro Kostof, *The City Assembled – The Elements of Urban Form...*, pp. 138-141.

7.1 – A localização

O levantamento tão exaustivo quanto possível dos casos relevantes referentes à localização das casas da câmara, que em seguida se propõe, proporciona-nos um instrumento muito útil e praticamente inédito para um melhor conhecimento e compreensão da estrutura urbana das velhas vilas e cidades portuguesas. Conduzindo-nos ao mais íntimo da vida e da realidade urbana portuguesas, do seu desenho global, das suas formas dominantes e da sua história – aquele levantamento remete-nos mais uma vez para o domínio do *tempo longo*, um tempo aparentemente imóvel e quase estático, afinal o tempo próprio da história urbana. Porém, nesse *tempo longo* que foi o vivido pelas comunidades urbanas portuguesas no muito longo período em estudo nesta *dissertação*, assinalam-se inflexões e mudanças, no quadro de um dinamismo urbano inegável, ora “subterrâneo”, “surdo” e como que clandestino, ora tumultuoso e feito de rupturas e mesmo de “rasgões” urbanos de extrema visibilidade. Com efeito, este dinamismo urbano é pontuado por momentos históricos de evolução e até de revolução urbana declarada, que se assinalam em tantas e tantas vilas e cidades portuguesas na época em estudo, mediante crescimentos, expansões, abandonos e deslocações, tanto de moradores como de funções urbanas. Épocas particularmente dinâmicas foram a da passagem da Idade Média para a Idade Moderna, mas também momentos particulares do Antigo Regime e da sua dissolução, coincidentes com os reinados, todos eles tão contrastantes entre si, de D. João V, de D. José e de D. Maria I, todos eles proporcionando ou impondo momentos de inegável renovação institucional e urbana no velho quadro das cidades, vilas e lugares do Reino. Com efeito, a discussão da localização das velhas casas da câmara suscita ainda, no quadro deste dinamismo urbano e desta renovação institucional, a questão da criação de novas vilas e cidades ao longo do Antigo Regime – fenómeno que, embora limitado e muito controlado, não deixa de se reflectir na adaptação e na edificação de novas casas da câmara ao longo de sucessivos ciclos políticos, urbanos e arquitectónicos (que adiante consideraremos). Ora, as casas da câmara recém-criadas tinham que ser implantadas no espaço disponível, em malhas urbanas antigas, adaptadas ou violentamente rasgadas – ou então em malhas urbanas recém-criadas de raiz. A sua localização sinalizava, enfim, quer concelhos acabados de criar, quer a expansão ou até a revolucionária e quicá traumatizante deslocação de povoações ou de velhos e históricos centros urbanos.

Embora portadoras de uma tipologia arquitectónica comum e de um significado também comum a todas elas, as velhas casas da câmara dos concelhos portugueses localizaram-se nos mais diferentes sítios, de acordo com as inúmeras condicionantes em presença no “terreno”: os dados do relevo, da topografia, da estrutura urbana, do espaço disponível e da própria história local. Sendo a sua *centralidade urbana* um dos desígnios desejados para a sua localização, o entendimento dessa centralidade foi naturalmente glosado em função das disponibilidades físicas de espaço, dos recursos financeiros e até do próprio poder das velhas comunidades urbanas portuguesas. Nessa localização se jogam, enfim, equilíbrios políticos entre o poder central e os poderes locais, na prática tutelados nesta matéria em muito grande parte pelos agentes daquele, Juizes de Fora e Corregedores, que não deixam de interferir intensamente na “paisagem concelhia” e na própria paisagem urbana portuguesa, como várias epígrafes mostram um pouco por todo o território do Reino, assinalando nomeadamente a construção de novas casas da câmara, muitas vezes em sítios integralmente redesenhados ou mesmo em sítios recém-urbanizados ou mesmo em vias de urbanização.

Ora, se a localização das casas da câmara ajuda a entender a sua lógica institucional e arquitectónica, a verdade é que essa localização também ajuda a entender o desenho urbano global e a lógica essencial de cada comunidade urbana – vila ou cidade – que teve na sua casa da câmara um dos pilares da sua identidade secular, bem como – no jogo da sua implantação na malha urbana respectiva – um dos *retratos* mais autênticos e mais ricos da sua realidade urbana, enquanto materialização institucional e arquitectónica específica, implantada num sítio concreto, modelado e “afeiçoado” historicamente pelos seus habitantes, isto é, pelos *vizinhos* que a mandaram construir ou adaptar no sítio que foi o seu durante séculos.

É este o estudo que agora se propõe, e que incide essencialmente na localização das velhas casas da câmara portuguesas e no levantamento das variantes mais notáveis registadas nessa localização¹³⁷. Este levantamento mostrar-nos-á a riqueza e o dinamismo do

¹³⁷ Deve dizer-se que a localização exacta das velhas casas da câmara – nomeadamente das desaparecidas há muito tempo – se, por vezes, parece óbvia, por vezes é extremamente difícil, nomeadamente para os estudiosos locais. Por isso, um autor local, referindo-se à difícil questão de localizar a casa da câmara do couto de Cortegaça (Ovar) pôde escrever que aquela localização “até parecia coisa fácil mas não é, pois apresentam-se dois locais (embora não muito afastados um do outro), facto que pouco abona a nossa memória colectiva. Assim:

1 – Dizem uns que a Casa da Câmara (e cadeia anexa) será uma construção térrea, ainda existente, no lugar de Cortegacinhas, face à estrada, chamada no século XVII e XVIII Estrada Real, ao lado e a sual do sobrado que foi de Manuel Ribeirto da Silva.

urbanismo português, traduzido por exemplo na existência de casas da câmara sucessivas na mesma vila ou cidade, localizadas no mesmo sítio ou em sítios diferentes, sinalizando dinâmicas urbanas por vezes insuspeitadas. Mas a discussão da localização das casas da câmara portuguesas reforça uma das ideias dominantes ao longo da presente *dissertação*: a da unidade extraordinária do todo “nacional”. Com efeito, a par da unidade administrativa ou institucional (que poderíamos explicar pelas pequenas dimensões do território, ferreamente “domesticado” e “modelado” por um poder central que nunca sofreu a mais pequena contestação no período em estudo), há que registar a existência de uma *tipologia comum* (adiante restituída) para as casas da câmara portuguesas, bem como uma inegável e quase milagrosa unidade urbana ao longo de todo o território, materializada em variantes muito vincadas mas que, tanto quanto se pode observar e concluir, nunca são específicas ou reservadas a determinada região ou Província do Reino. Assim, seja qual for o aspecto por que se encarem, as variantes a seguir recenseadas relativamente à localização das casas da câmara portuguesas nunca têm um cunho particular ou “localista”, assinalando antes fenómenos urbanos muito vinculados historicamente, típicos de certa época ou até de certa conjuntura – mas sempre verificáveis ao longo de todo o território. Com efeito, das implantações urbanas mais vernáculas das casas da câmara às mais dependentes da vontade política dos poderes em presença, local ou central, todas elas se encontram espalhadas pela integralidade do território do Reino, nunca se podendo dizer, de nenhuma delas, que seja típica de determinado micro-clima histórico, geográfico ou institucional. Embora arriscando-nos a afrontar os actuais bairrismos e “localismos” radicais (estranha e bizarramente assumidos e defendidos hoje por muitos autarcas, técnicos, estudiosos e eruditos locais) pensamos que o entendimento das velhas casas da câmara – e consequentemente o da própria lógica urbana das diversas comunidades (bem como o do património histórico-cultural local) – só ganha sentido e só pode ser plenamente entendido no âmbito de um olhar muito amplo, supra-regional e sobretudo nacional, pois só a esta escala este património ganha a relevância e o significado que são os seus.

2 – Dizem outros que a mesma Casa (e cadeia) seria uma construção também térrea, um pouco a norte da mesma rua, onde morou o João Torto, depois demolida para no local se edificar a casa hoje de herdeiros de Vitorino Rodrigues de Almeida.

Seja como for, o importante é que ainda hoje os moradores da rua evocam essa efeméride, pois nem tudo o vento levou.

Obs.: Quanto ao pelourinho (que os coutos e concelhos erguiam como sinal de autoridade) nada consta”, Albertino Alves Pardinhas, *Monografia de Cortegaça*, Ed. do Autor, 1997, p. 88.

7.1.1 – Cidadela

A localização do mais antigo monumento da nossa arquitectura de matriz concelhia, a velha casa da câmara de Bragança, bem no coração da *cidadela* local, remete-nos para a localização mais emblemática das casas do concelho, mais ou menos *no centro do núcleo urbano amuralhado* das velhas vilas e cidades portuguesas¹³⁸. Assim, no primitivo e outrora muito acanhado recinto fortificado de Bragança [Fig.^a 109], onde se inscrevia a *Rua da Cidadela* e os demais eixos de comunicação e onde se localizavam as grandes estruturas defensivas e religiosas (mas também habitacionais), localizava-se também a casa do concelho ou os “passos do concelho”, como já sabemos. A inóspita *cidadela* de Bragança, que chegou intacta ao Século XX, mereceu em 1907 a seguinte descrição, digna da pena de um autor naturalista encartado:

“para a direita da referida Rua da Cidadela comprime-se o bairro húmido, viscoso e sujo, sulcado de vielas e becos fétidos por onde cursa, n’um sossego inefável, toda a fauna que as lendas dos evangeliários fixaram no afecto da alma popular e d’onde vem o ruído de bitesgas sombrias e cavernosas, uns casinhos humildes espelhando uma vida amofinada e miserável e de poluídos valhacouts onde se aloja a soldadesca”¹³⁹.

Praticamente colada à igreja local, a casa da câmara de Bragança implantava-se – de um modo que só pode ser considerado de muito informal e mesmo “orgânico” – num espaço que, como vimos, estava coalhado de habitações comuns, servido por aberturas e ruelas secundárias, nenhuma delas com qualquer destaque urbano particular, salvo um minúsculo largo pelo qual se acedia à casa da câmara – aos “Passos do Concelho”, como se lê na *Planta* de 1878, atrás referida, mediante uma escada exterior muito tardia e que o restauro de 1936 demoliu [ver atrás Fig.^a 106]. Este largo irregular é, porém, muito menor que o largo que precede e dá acesso à igreja vizinha, cujo adro tem uma área duas ou três vezes maior e que na planta que estamos considerando é classificado de “Praça”. Assim, a casa da câmara era – ou tornou-se – um edifício *urbanisticamente* apagado, de localização periférica e de acesso algo errático. Já sabemos que o isolamento, ou melhor, o destaque urbano de que hoje goza a velha casa da câmara de Bragança, que remonta apenas à época do restauro imposto pelo Estado Novo, foi conseguido à custa da expropriação e da demolição de todos os edifícios privados circundantes, como se vê da planta com a indicação dos lotes a demolir e da fotografia da casa (posteriormente demolida) cuja escada exterior dava para o então acanhado largo da casa da câmara [Fig.^a 110]. Uma última marca da localização informal da

¹³⁸ Para a cidadela e sua relação com a cidade a que pertence ver Spiro Kostof, *The City Assembled – The Elements of Urban Form...*, pp. 15-26.

¹³⁹ Manuel Monteiro, “Bragança” in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza...*, Vol. 7.º.

casa do concelho na cidadela amuralhada está na própria implantação do pelourinho local, erguido num largo medieval, hoje também devassado e ampliado, mas muito afastado da casa da câmara local.

Ao longo do país, outras casas da câmara de origem medieval tinham localização semelhante, dentro das primitivas cercas amuralhadas, informalmente localizadas na respectiva malha urbana. Um bom exemplo era o da velha casa da câmara do Porto, situada no famoso *morro* da cidade, bem junto à Sé e cujas origens são aqui evocadas por Manuel Luís Real:

“para construir os seus *Paços do Concelho* ou da *Rolaçom*, num gesto simbólico, a Câmara escolheu o alto da colina, à entrada do Burgo, mesmo a par do edifício do Bispo. As primitivas instalações eram bastante precárias, em madeira, encostadas à própria Catedral. Em 1350 foram substituídas por um *paço em arcos*, agora defronte da fachada principal da Sé, mas que ruiu logo a seguir, em virtude de defeitos construtivos. A autarquia passou a reunir entre a judiaria do Olival e o Largo de S. Domingos, encomendando um novo projecto para a escarpa setentrional do morro, sobre um trecho da muralha e mesmo em frente ao alpendre de São João, da Sé Catedral”¹⁴⁰.

Outros exemplos de casas da câmara localizadas informalmente no interior de cercas amuralhadas merecem referência. Assim, a casa da câmara de Faro, felizmente ainda em uso nos nossos dias – para serviço de todos e honra das sucessivas vereações que respeitaram a velha e histórica localização do histórico edifício, apesar de muito transformado e ampliado hoje – continua localizada desde tempos imemoriais “vila a dentro”, na desembocadura da rua principal da *cidadela*, à ilharga da Sé **[Fig. 111]**. Com efeito, a casa da câmara de Faro não dispõe de qualquer praça reservada que a nobilite, que nobilite o seu acesso ou que a destaque dos demais edifícios não-religiosos daquela antiga vila.

Parece deverem incluir-se neste grupo de casas da câmara localizadas na cidadela os casos dos Concelhos de Vila Nova de Cerveira **[Fig. 112]** e de Marialva. Com efeito, apesar de ambas terem (pelo menos hoje) uma localização relativamente desafogada, gozando ambas da presença de largos informais pontuados pelos respectivos pelourinhos, elas inscrevem-se bem no centro de acanhados e muito circunscritos perímetros amuralhados, extremamente definidos, isto é, no centro de verdadeiras *cidadelas*, sempre densamente ocupadas, face às quais se desenvolveram muito importantes *arrabaldes* que, com o tempo, irão ganhar algumas importantes funções urbanas. O caso de Marialva é particularmente impressionante: a casa da câmara localizava-se bem no interior da cerca amuralhada, num largo muito informal que tem tanto de pitoresco quanto de geometricamente irregular **[Fig.^a 113]**. Neste largo, a casa da câmara é um dos pólos monumentais de uma paisagem urbana

¹⁴⁰ Manuel Luís Real, “A Construção Medieval no Sítio da Sé” in *Monumentos*, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N. 14, p. 16.

excepcional que, a dois passos das duas igrejas do castelo, é pontuada pelo pelourinho, pela boca da cisterna e pelos tardios e quase rústicos “Passos” das procissões da Paixão.

Outro exemplo histórico de uma localização da casa do concelho medieval na *cidadela* é o de Évora, de há muito perdida, mas comprovadamente situada no interior das muralhas medievais. Com efeito, ainda em 1446 o Castelo Velho da cidade partia de uma parte “**com paaço do concelho da dita cidade**”¹⁴¹, sendo a casa do concelho posteriormente transferida para a praça, como veremos¹⁴²

Localização semelhante tinha a casa da câmara de Ouguela (Campo Maior) no interior acanhado do castelo local. O edifício respectivo, encostado a uma das portas da vila, foi demolido há anos, provavelmente pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a fim de desafrontar as muralhas do castelo. Dele se conserva, porém, o “negativo” da respectiva empena posterior, “impresso” na própria muralha, sinal bem visível de acanhamento e informalidade espacial e urbana [Fig.^a 114]. Em Castelo de Vide, a provável casa da câmara medieval [Fig.^a 115] também se situava informalmente dentro das muralhas, mas numa rua periférica, longe do pelourinho, da praça ou de qualquer largo que a destacasse ou que monumentalizasse a sua implantação urbana¹⁴³. Enfim, idêntica localização, bem no coração da cidadela fortificada primitiva, tinha a antiga “casa da audiência” de Estremoz, adiante estudada – e que foi comprovadamente a casa da câmara desta vila alentejana desde a Idade Média até um momento indeterminado do século XVIII [Fig.^a 116].

7.1.2 – Portas e Torre da Vila ou da Cidade

Vimos atrás que entre os lugares escolhidos na Idade Média para a realização de assembleias e demais actos concelhios estavam as próprias *portas da cidade* ou da vila e as *torres* anexas. Era o caso de Cascais que, como vimos, elegia os seus Procuradores às Cortes de Santarém, de 1383 estando todos juntos “**Aas portas do Castello** hu sóoem de ffazer o

¹⁴¹ Ver a *Doação* do Castelo Velho de Évora a Martim Afonso de Melo; Santarém, 30-4-1446; publicada em Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Reimpressão da edição de 1885; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1998, p. 270.

¹⁴² Ver sobre o assunto, Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade...*, p. 86.

¹⁴³ Na cidadela de Castelo de Vide encontra-se o “recanto da Casa da Câmara, entre todos sugestivo, com os arcos quebrados, os seus portais góticos e as suas mísulas e poiais de granito”, Laranjo Coelho e Raul Proença, “Castelo de Vide”, in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Reimpressão da 1.^a Edição (Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 1927), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983, p. 407.

Concelho”¹⁴⁴. Em Loulé, em 1402, a apresentação oficial do novo Corregedor também teve lugar “em Loulle **ante a porta da vila**”¹⁴⁵.

Alguns actos concelhios tinham lugar não no espaço *entre* ou *ante* as portas mas numa torre das muralhas, que sinalizava e monumentalizava as próprias portas. Assim, certo acto concelhio teve lugar em Loulé, em 1392, na própria “**torre da Porta da Villa**”¹⁴⁶. Do mesmo modo, as eleições dos Procuradores do Concelho de Silves às Cortes de 1383 tinham tido lugar, a 13 de Julho de 1383, “seendo [Juntos em nosso *concelho*] **na [torre] do concelho dessa cidade**”¹⁴⁷.

Por estranha que a localização destas assembleias nas *portas* da cidade ou em torres anexas nos possa parecer, ela é muito antiga, podendo ser assinalada desde tempos muito remotos um pouco por toda a Europa Medieval. Podemos encontrar um precedente dessa localização tanto nas portas das cidades como nos *pórticos* das próprias abadias da Alta Idade Média. O exemplo mais perfeito de um pórtico abacial monumental é proporcionado pelo Pórtico de Lorsch (Alemanha) [Fig.^a 117], que dava acesso ao vasto átrio que precedia a igreja do respectivo mosteiro. Trata-se de uma *porta triunfal* ou de um “pavilhão de entrada do mosteiro” (“Torhalle”), localizado na frente da igreja monacal de Saint Nazaire¹⁴⁸. Remontando à Época Carolíngia (último terço do século VIII), o pórtico, “disposto a modo de arco triunfal”¹⁴⁹, é constituído por três portas sobre as quais se ergue uma espécie de galeria contínua coberta constituindo uma típica sala superior. O conjunto é enquadrado por dois pequenos torreões laterais onde se localizam as escadas de acesso à sala. Independentemente da discussão quase filológica sobre a origem e as fontes quer da tipologia inerente a este *pórtico*¹⁵⁰, quer da composição arquitectónica da sua fachada, interessa-nos particularmente a questão da existência da sala espaçosa do piso nobre e a das suas obscuras funções originais: “a função desta sala, belamente pintada no seu interior (...), é desconhecida. Possivelmente estava relacionada com **recepções realizadas quando o**

¹⁴⁴ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II (1383), p. 71.

¹⁴⁵ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 92.

¹⁴⁶ *Actas de Vereação de Loulé...*, p. 54.

¹⁴⁷ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II (1383), p. 331.

¹⁴⁸ André Corboz, *Haut Moyen Age*, Office du Livre, Friburgo, 1970, p. 34.

¹⁴⁹ Spiro Kostof – *Historia de la Arquitectura 2*, Alianza Editorial, Madrid, 1988, p. 485.

¹⁵⁰ Na origem do *Pórtico de Lorsch* tem-se intuído quer o *arco do triunfo* romano quer sobretudo o próprio desenho das *portas* das cidades antigas amuralhadas. O exemplo maior seria, neste caso, o das portas das próprias *Muralhas de Aureliano* de Roma, como a Porta Appia (as famosas Portas de S. Sebastião), com as suas duas torres laterais e uma galeria ou um espaço praticável e coberto entre elas, sobreposto aos arcos das portas. Ver Spiro Kostof – *Historia de la Arquitectura 2...*, p. 485. Para a tipologia das portas das muralhas das cidades romanas, ver MULLER, Werner e VOGEL, Gunther – *Atlas de Arquitectura I*, Alianza Ed., Madrid, 1992, pp. 216, 217. Estes autores filiam, porém, o *Pórtico de Lorsch* na tradição do arco do triunfo: ver Werner Muller e Gunther Vogel, *Atlas de Arquitectura, 2*, Alianza Ed., Madrid, 1992, pp. 308, 309.

imperador, exercendo as suas prerrogativas como fundador, visitava a abadia. Frequentemente os reis dispunham de aposentos próprios na entrada dos mosteiros. **Ou talvez esta divisão fosse utilizada pelo abade como sala de audiências, segundo o velho costume dos bispos de viverem sobre uma das portas da cidade**¹⁵¹.

Estas considerações sobre a existência de um *pórtico*, bem como das suas complexas funções, conduzem-nos directamente à questão da localização de certos actos concelhios às portas, *nas* portas ou *sobre* as próprias portas da cidade – episódio maior do urbanismo e da sua história, nomeadamente na Época Medieval. Esta localização merece referência pois sinaliza e como que consagra o carácter único e irreduzível das portas, enquanto *componente* essencial da cidade – e enquanto inegável espaço de poder, militar, político-administrativo, concelhio e mesmo cívico.

A localização das assembleias concelhias às portas da vila ou cidade sinaliza e sublinha, em primeiro lugar, o *papel defensivo* fundamental que as portas desempenhavam¹⁵². Elas eram a caução da protecção e da segurança não só dos vizinhos, como da pessoa dos próprios visitantes e dos seus bens, fossem eles funcionários e agentes régios, mercadores, peregrinos, mendigos ou vadios em trânsito.

Para lá das funções defensivas inerentes a umas portas fortificadas de origem medieval, elas asseguram, em segundo lugar, outras *funções vitais* da cidade. Lugares de entrada e de saída, as portas permitem o controlo dos passageiros e das mercadorias e instituem-se em postos de cobrança de impostos e de *portagens* de toda a natureza¹⁵³. Elas asseguram, enfim, a ligação essencial entre o interior e o exterior, entre a malha urbana e o campo, entre a cidade-cabeça de concelho e o termo deste, entre a cidade e o mundo inteiro, entre a cidade, amuralhada e protegida e o espaço exterior, desabrigado e desprotegido; enfim, entre um espaço ordenado e policiado e um espaço desordenado, descontrolado e até ameaçador.

Em terceiro lugar, a localização das assembleias nas portas assinala e sublinha também a própria *monumentalidade arquitectónica da entrada* da cidade e, por extensão, da própria cidade. Por isso, a velha heráldica concelhia portuguesa recorre muito frequentemente à figuração e à representação das portas, fortificadas e monumentais –

¹⁵¹ Spiro Kostof – *Historia de la Arquitectura* 2..., pp. 485, 486.

¹⁵² Para o papel das portas da cidade e em particular para o das muralhas, bem como para os momentos fundamentais da sua erecção e da sua demolição, ver Cesare de Seta e Jacques Le Goff, (Eds.) – *La Ciudad y las Murallas*, Catedra, Madrid, 1991.

¹⁵³ Um exemplo maior em Portugal deste uso ancestral era o proporcionado pela famosa *Porta da Portagem* de Coimbra, à saída da ponte, que deu o nome à vizinha *Cadeia da Portagem*, a cadeia concelhia local, e ao *Largo da Portagem* fronteiro, ainda hoje presente na toponímia coimbrã.

portas essas assim tornadas símbolo e sobretudo auto-retrato da respectiva comunidade urbana. Com efeito, face à arquitectura religiosa e às demais formas de arquitectura defensiva, as portas proporcionam a estrutura construída mais importante da vila ou da cidade. As suas dimensões impõem-lhe uma presença visual e uma monumentalidade que muitas vezes só se pode comparar às das mais importantes igrejas locais, assim como às das próprias torres de menagem.

Em quarto lugar, refira-se que a escolha das portas da cidade para a realização de assembleias concelhias consagra o seu *carácter público, colectivo, laico e cívico*. Com efeito, as portas são estruturas quase sempre construídas por todos e com o esforço de todos, para garantirem a protecção e segurança de todos – mas também para estarem ao serviço de todos, proporcionando não só o abrigo mas também a localização mais adequada aos encontros, às *reuniões e às decisões de todos*.

Como consequência das considerações anteriores, merece referência o *carácter laico das portas* da cidade, que não era iludido com a presença intensiva de imagens religiosas, de oratórios ou até de pequenas capelas anexas. Com efeito, face às demais estruturas urbanas monumentais, igrejas e torres de menagem, detentoras de um uso religioso ou de um uso militar-palaciano, as portas da cidade eram não só portadoras de um significado como detinham um uso laico e cívico contínuo e muito intenso da parte dos seus moradores e até dos visitantes. Com efeito as portas proporcionavam um muito prático referente toponímico e funcional, mas sobretudo um excelente lugar de encontro, de negócio, de mercado e até de devoção e mesmo de catequização e pregação. Elas proporcionavam, enfim, um lugar óbvio de reunião, de assembleia e mesmo de ajuntamento. Este uso multissecular reforçou o inegável *carácter cívico das portas da cidade*, perfeitamente compatível com as suas óbvias funções defensivas.

Enfim, ao carácter defensivo, monumental e simbólico das portas da cidade há sempre que acrescentar o carácter estratégico da sua própria localização, nos limites, ou melhor, bem no centro da “fachada” exterior da cidade, o que lhe dá uma “centralidade” e sobretudo uma *visibilidade* extremas. As portas constituem desde bem cedo um referencial espacial muito importante para todos, moradores e forasteiros, o que as torna, como acabámos de ver, pontos de encontro e de reunião e, quando for o caso, de levantamento e de motim – mas também de pólo difusor e ordenador de expansão urbana futura, proporcionando e impondo, a seu tempo, a localização da uma autêntica “praça nova” fora de muros, como veremos.

Chegaram-nos abundantes testemunhos do valor e do uso tanto militar como cívico das portas das cidades europeias nas Épocas Medieval e Moderna. No entanto, o exemplo mais comovente e mais vinculativo do seu uso colectivo é o proporcionado pela própria localização de velhas casas da câmara de alguns dos mais importantes concelhos sobre as próprias portas da cidade. Desta localização chegaram-nos exemplos portugueses excepcionais, como os proporcionados pelas velhas casas da câmara de Silves, de Coimbra, de Penamacor ou de Lamego, todas elas de origem inegavelmente medieval e todas elas relativamente bem conservadas ainda hoje, mantendo bem visíveis não só as suas características militares e defensivas, como os sinais do seu uso concelhio e cívico multissecular. Merecerão referência outras vilas e cidades cujas casas da câmara se localizavam também sobre as respectivas portas ou nas suas proximidades imediatas, embora tenham sido demolidas ou tenham sofrido reconstruções intensivas na Época Moderna ou em tempos posteriores.

A velha casa da câmara de Silves, que chegou quase intacta aos nossos dias, localizava-se sobre as portas principais da velha cidade [Fig.^a 118]. Estas polarizavam um vasto complexo amuralhado, envolvendo e abrigando a cidade medieval, franqueando o acesso à sua malha urbana cerrada, onde se destacava a Sé e, na sua extremidade, o respectivo castelo. Face às portas da cidade, implantou-se, no seu exterior, uma autêntica “praça nova”, onde hoje se localiza o pelourinho e de onde irradiariam os eixos inerentes à futura expansão urbana da cidade na direcção do rio. Já atrás vimos que a *torre* que sinalizava as portas da cidade proporcionou comprovadamente a sede do concelho de Silves desde o século XIV, pelo que ela constitui, a par da velha casa da câmara de Bragança (a *Domus Municipalis* do Estado Novo) um dos mais antigos monumentos ao serviço do velho poder local português.

A muito vasta torre que coroa as portas, definindo um complexo e massivo jogo de volumes, abrigava as duas componentes obrigatórias daquela velha casa da câmara em duas vastas salas, segundo uma tipologia que restituiremos adiante. A única surpresa que esta torre nos proporciona está na cobertura do amplo espaço de passagem do seu piso térreo, entre as suas portas de entrada e de saída. Com efeito, passados os arcos que lhe dão acesso, o espaço coberto interior, que sustenta o piso da sala de entrada da torre, é sobradado [Fig.^a 119], à maneira das regiões do Norte. Ora, esta solução é inesperada no Sul de Portugal, onde seria mais previsível encontrar uma cobertura abobadada.

Ignoramos como se processava o acesso à torre nas épocas Medieval e Moderna. Porém, de há muito que o acesso se faz por uma esguia, muito alta e muito íngreme escada

que conduz a uma varanda localizada à ilhargá da torre, sobre um pitoresco arco [Fig.^a 120] que dava acesso à parte Norte e Noroeste da velha cidade. Dessa varanda lateral acede-se directamente ao edifício por uma porta sobrepujada por um brasão anterior a 1485 e à reforma das armas reais imposta por D. João II naquele ano. As aberturas nobres para a praça fronteira parece decorrerem de obras de modernização levadas a cabo em momentos indeterminados dos séculos XVII ou XVIII. Por sua vez, os tectos estucados das divisões interiores denunciam importantes obras e reparações feitas na época pombalina, provocadas pelos estragos produzidos pelo Terramoto de 1755¹⁵⁴, e que permitiram que o velho edifício continuasse em uso aparentemente até à construção dos actuais e quase fronteiros paços do concelho, datados de 1891.

A continuada decadência urbana de Silves¹⁵⁵ permitiu que a velha torre da cidade permanecesse praticamente isolada, desafrentada e liberta da presença parasita de edifícios anexos que, por excesso de espaço urbano disponível, nunca foi preciso construir à sua volta. Como sabemos, não foi este o caso da velha casa da câmara de Coimbra, que também se localizava sobre a porta mais importante da cidade, o famoso *Arco de Almedina*. Ora, este complexo monumental está de há muito como que absorvido pelos edifícios adjacentes que, numa promiscuidade de formas e de funções, se lhe foram encostando nos últimos séculos [Fig.^a 121]. Com efeito, a muito intensa ocupação urbana desta zona da cidade faz com que ainda hoje estejam em uso as minúsculas lojas cavadas na base do histórico monumento, ao serviço do comércio local, das lojas de recordações aos modestos “bouquinistes” e alfarrabistas coimbrões [Fig.^a 122]. No entanto, aquele complexo monumental gozava outrora de um destaque visual extraordinário, à altura da sua importância defensiva e institucional, captável nas vistas antigas, como na tão famosa *Illustris ciuitatis CONIMBRIAE in Lusitania ad flumen Mundam effigies*, onde consta como “porta Almedinae” [Fig.^a 123] – mas cuja *representação* bem merece ser discutida. Com efeito, nesta vista quinhentista a “porta Almedinae” segue de perto a tipologia das portas fortificadas antigas – as da muralha aureliana de Roma, em particular – muito afastada portanto do medieval e monumental Arco e Torre de Almedina que todos conhecemos.

O Arco de Almedina, a porta mais importante da cidade, franqueava o acesso para o rico arrabalde fronteiro onde, na direcção do rio, desde a Idade Média se localizava a

¹⁵⁴ No Terramoto de 1755 “apenas sobreviveram 10 edifícios” na cidade: ver “Notícia Histórica”, in *Castelo de Silves*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 51, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Março de 1948, p. 17.

¹⁵⁵ No século XVII, na época filipina, “não havia em toda a cidade mais de 40 fogos”: ver “Notícia Histórica”, in *Castelo de Silves...*, p. 16.

componente mais comercial da cidade, em torno da vasta *praça* balizada pelas igrejas de S. Bartolomeu e de S. Tiago. Aí se localizava o pelourinho e o mercado local. Aquela porta proporcionava, enfim, a ligação da cidade à ponte e, por ela, não só a ligação aos conventos da família franciscana local (Santa Clara e S. Francisco) como a ligação estratégica à estrada de Lisboa.

O Arco e a Torre de Almedina – bem como a Porta da Barbacã contígua – constituíam um complexo e estratégico conjunto defensivo [Fig.^a 124]. A vastidão do conjunto permitiu a sua adaptação – em data que ignoramos mas que parece remontar ainda ao Século XIV – a *casa da audiência* local e permitiu também, provavelmente ainda na Idade Média, o acrescento de um andar, onde se instalou a casa da câmara, assinalada com uma inscrição pintada “Senado” datável ainda do Século XVI ou do século seguinte [ver atrás, fig. 108]. A inscrição belamente gravada “NO ANO 1541” refere-se provavelmente a reconstruções ou modernizações deste andar superior¹⁵⁶. Datará de então a abertura de janelas e sobretudo o rasgamento de amplas e luminosas galerias arquitravadas no piso cimeiro (sustentadas por eruditas e muito canónicas colunas toscanas), rodeando e contornando a velha sala das sessões camarárias [Fig.^a 125], que assim contrasta em absoluto com a obscuridade e a soturnidade medieval do piso inferior, bem patente nas muito profundas janelas e nas frestas sobreviventes [Fig.^{as} 126 e 127].

Merece reparo a presença intensa de brasões – as Armas do Reino (também aqui anteriores à reforma de 1485) e as da Cidade, ladeando uma representação da Virgem – localizados sob a abóbada do arco, num plano de articulação que franqueia a secção intermédia das portas [Fig.^a 128]. Do mesmo modo, merece registo a presença do símbolo da cidade, infelizmente mutilado e algo toscamente adaptado sobre o lintel da porta de entrada na *Sala do Senado*¹⁵⁷. Trata-se de uma bela execução, aparentemente da primeira metade do Séc. XVI, provavelmente adaptada em 1541. Ainda desta época poderá datar o campanário quase fronteiro, improvisado na galeria do andar superior, na face que deita para o arrabalde e para o rio – e que sustentava e continua a sustentar o “sino de correr” [Fig.^a 129], que remontará aos séculos XVI ou XVII, como se lê numa “tabela” informativa afixada no local.

¹⁵⁶ O Arco de Almedina de Coimbra remonta ao Século IX, mas “o seu aspecto actual deriva de uma grande reforma dos últimos anos do séc. XV ou do início do séc. XVI, durante o reinado do D. Manuel, e de um acrescento feito em 1541, quando se construiu a parte superior, onde funcionou a Câmara. Era conhecida, por este motivo, por Torre da Relação”, Pedro Dias, *Coimbra – Arte e História*, 3.^a Edição, Minerva, Coimbra, 1995, p. 57.

¹⁵⁷ Para a simbólica do brasão da cidade de Coimbra, ver adiante o Capítulo 12, “a Câmara das Vereações”.

Ignora-se o esquema de acesso à torre na Época Medieval. Porém, de há muito esse acesso se faz por uma escada sobreposta ao arco de entrada na face da porta que dá para o interior da cidade. Esta escada, excepcionalmente inclinada, era outrora certamente alpendrada, abrigando das intempéries os juízes, os oficiais camarários e o povo comum que aí se dirigia para as audiências com cuja ampla sala aquela escada comunica directamente. A partir desta sala, uma escada interior, cavada no próprio corpo das muralhas [Fig.^{as} 130 e 131], contornava a torre e dava acesso à galeria cimeira que, como vimos, rodeava quase integralmente a Sala do *Senado*, no piso cimeiro da torre.

Com o tempo, a velha casa da câmara de Coimbra passou a englobar alguns edifícios adjacentes, mais ou menos monumentais, ficando o complexo *Casa da Audiência – Câmara das Vereações* aqui instalados até praticamente ao fim do Antigo Regime. Porém, já em 1810 a Câmara de Coimbra estava instalada numa casa que a mesma detinha na praça da cidade, então incendiada pelos franceses, voltando a Câmara a reunir pelo menos temporariamente na Torre de Almedina. Com efeito, lê-se numa *Representação* da Câmara a El-Rei, de 18 de Julho de 1821, que “um fogo devorador, na terrível invazão franceza, reduziu a sinzas a caza da Praça aonde fazia as suas Sessãoens: e que desde esse tempo as tem feito Ja em uma caza particular, Ja na Chamada Torre, sem que uma, ou outra tenha a capacidade, que demanda o exercicio, e gravidade das mesmas funcçoens, especialmente quando ha ajuntamento de Nobreza, e Povo”. Em 1821, um ano após o triunfo da Revolução Liberal e da consequente extinção da Inquisição, a Câmara considera, na *Representação* já referida, que “felismente, parece ser chegada a época da terceira Cidade do Reino, ter não só uma decente, e commodada morada para o exercicio das funcçoens dos seus Representantes; mas até de allivio dos aquartelamentos de tropa [...] e ao mesmo tempo reconcentrar os Magistrados em uma residencia fixa, e a mais adquada para o socego, que exige a Justiça administrativa”¹⁵⁸. A Câmara de Coimbra pede então “a caza do Tribunal da extinta Inquizição para as suas sessoens, os carcereos, corredores, e cazas annexas, e lojas do Patio para arranjo de aquartelamento dos Soldados, e para cavalharices, e as cazas, que ficão

¹⁵⁸ *Representação* da Câmara de Coimbra a El-Rei, solicitando a Casa do Tribunal da extinta Inquisição para as suas Sessãoens; os cárceres, corredores, casas anexas e lojas do pátio da mesma para aquartelamento de soldados e cavalaria e finalmente as casas daquele pátio para residência dos Magistrados, pois as antigas tinham sido incendiadas durante as Invasões Francesas, tendo a Câmara regressado às velhas instalações do Arco do Almedina, que não têm as condições necessárias; Coimbra, 18-7-1821, in IAN-TT – Ministério do Reino – Informações das Câmaras do Reino, Maço 985.

Em anexo constam vários documentos, de entre os quais a recolha de três “testemunhos para Informe”, sobre o mesmo assunto, recolhidos em Coimbra, a 10-9-1821. Contém ainda o *Aviso Régio* de 22-9-1821 mandando entregar as chaves das casas da Inquisição à Câmara de Coimbra para os fins por esta solicitados (Apêndice Documental: Doc. N.º 14).

dentro do mesmo Pateo para a mencionada residência dos Magistrados, poupando se assim o que elles recebem a titulo de apozentadorias”.

As sucessivas crises políticas vividas desde então no Reino terão inviabilizado o cumprimento daquelas pretensões da Câmara (que tinham chegado a ser atendidas positivamente) e dessas crises temos um eco ainda em 1834 quando, “na madrugada do dia 30 [de Setembro de 1384], apareceu afixada no Arco do Almedina” de Coimbra uma “insidiosa” *Proclamação* de Realistas de apoio ao rei D. Miguel I¹⁵⁹.

É a partir de então que, com a extinção das Ordens Religiosas, a Câmara passa a solicitar insistentemente a cedência gradual de componentes cada vez maiores do Mosteiro de Santa Cruz para o seu uso e para as instalações de inúmeras estruturas de tutela camarária. O processo parece ter-se iniciado em 1835, com “uma Representação da Câmara Municipal de Coimbra pedindo se lhe conceda uma parte do extinto Mosteiro de Santa Cruz e sua cerca e várias outras concessões”¹⁶⁰. No ano seguinte, 1836, considerando-se que “a casa da câmara desta Cidade não tem comodidade para as audiências gerais nem ainda para as de ratificação de pronúncia, e mesmo para as ordinárias”, o Juiz de Direito de Coimbra informa que se tem “servido de uma casa d’aula no chamado Colégio Novo pertencente ao Mosteiro de Santa Cruz, a consentimento do Governador Civil”¹⁶¹. Assim se iniciava o uso profano do secular mosteiro, numa primeira fase com simples adaptações a Tribunal de

¹⁵⁹ *Ofício* do Prefeito interino da Prefeitura do Douro ao Bispo-Conde Ministro Secretário de Estado do Reino transmitindo uma Cópia (feita na Prefeitura de Coimbra a 30-9-1834) de uma “insidiosa” *Proclamação* de Realistas de apoio ao rei D. Miguel I, “que na madrugada do dia 30 apareceu afixada no Arco do Almedina” de Coimbra, com várias considerações sobre os adversários do Liberalismo, seu número e suas iniciativas subversivas. Transmite-se igualmente uma cópia do *Ofício* do Sub-Prefeito de Coimbra para o Prefeito do Douro (de Coimbra, 30-9-1834), relatando a notícia da afixação daquela *Proclamação* e uma cópia da mesma; Porto, 3-10-1834, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Negócios Diversos, Maço 1917.

¹⁶⁰ *Ofício* do Prefeito da Província do Douro ao Ministro dos Negócios do Reino em que se refere nomeadamente uma *Representação* da Câmara de Coimbra em que esta pede entre outras coisas uma parte do extinto Mosteiro de Santa Cruz e a respectiva cerca; Porto, 13-3-1835, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Offícios recebidos das Prefeituras, Maço 1953 – Prefeitura do Douro (Apêndice Documental: Doc. N.º 15).

¹⁶¹ *Ofício* do Juiz de Direito de Coimbra ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça sobre as vantagens de estabelecer o Tribunal no Colégio Novo do Mosteiro de Santa Cruz, Coimbra, 10-1-1836, in IAN – TT – Ministério do Reino – Offícios recebidos de vários Ministérios – [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça]; Maço 2032. Esta referência contém o importante Processo relativo à instalação do Tribunal de Justiça de Coimbra no chamado Colégio Novo do Mosteiro de Santa Cruz (ou noutras dependências do mesmo), contendo inúmeros e muito importantes documentos referentes ao uso de antigas componentes do Mosteiro – então ainda intactas – ao seu novo uso (Apêndice Documental: Doc. N.º 16).

É inúmera e preciosa a documentação recolhida relativa às primeiras adaptações do Mosteiro de Santa Cruz para aí se instalarem diversas repartições públicas, a estudar oportunamente, pois é do maior interesse para a história e o destino do Mosteiro. Por agora cite-se apenas o *Ofício* do Ministério da Fazenda ao Ministro dos Negócios do Reino, comunicando a *Carta de Lei* de 30-7-1839 pela qual são concedidos para os fins e pela forma que declara, à Câmara de Coimbra, os edifícios, terrenos e mais propriedades que menciona; Lisboa, 3-8-1839, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Offícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios da Fazenda], Maço 2034. Aí se lê que “são concedidos à Câmara Municipal de Coimbra o Edifício do Mosteiro de Santa Cruz da mesma Cidade, o pequeno laranjal, a horta e a encosta que ficam contíguas ao mencionado Edifício e vão terminar na estrada pública no sítio da Fonte Nova”.

Justiça, de Julgado, para as Audiências Gerais, etc., no quadro das então muito recentes alterações aos códigos judiciais e processuais. Seguem-se novos e intensivos pedidos de mais componentes do convento para a instalação quer da própria Câmara, quer dos demais serviços por si tutelados, quer mesmo para a instalação de repartições e serviços não camarários – no quadro de um complexo processo que liga o destino de uma das casas da câmara mais antigas com o de um dos conventos também mais famosos do Reino – no quadro de um processo histórico tipicamente oitocentista e liberal de cobiça, de uso e consequente adaptação e modernização de bens tornados nacionais ao serviço de um poder, local ou central, que se quer actualizado e condignamente instalado. Ora, a instalação da Câmara de Coimbra no Mosteiro de Santa Cruz – que se fez no quadro de um complexo e dramático processo histórico, mediante obras que mutilaram muito do antigo conjunto monástico, a começar pela sua fachada, lamentavelmente refeita num desenho de gosto mesquinho e provinciano no decurso de um ciclo de obras concluído em 1879 – encerra assim o capítulo mais nobre da longa história do monumental Arco e Torre de Almedina de Coimbra.

O Concelho de Penamacor proporciona outro exemplo perfeito de localização da casa da câmara sobre as portas da vila. Tal como em Silves, também aqui o conjunto porta-casa da câmara permanece desafrontado de edifícios parasitas, dando a porta da vila acesso a um amplo e muito informal terreiro ou *rossio*, delimitado pela localização fronteira da Misericórdia e pontuado pelo pelourinho quinhentista [Fig.^a 132]. Tal como em Coimbra, a entrada para a casa da câmara fazia-se pelo lado interior das muralhas, onde ficava a fachada principal do edifício, mediante uma escadaria e uma varanda outrora certamente alpendradas [Fig.^a 133].

Ignoramos a época da instalação da casa da câmara de Penamacor sobre as portas da vila. Porém, as armas de D. Manuel, localizadas no centro da fachada posterior do edifício, assim como as armas da vila, na fachada principal, também da mesma época [Fig.^a 134] (a par do pelourinho vizinho), testemunham importantes obras nesta vila raiana da Beira Baixa no reinado de D. Manuel e sobretudo fazem remontar o edifício pelo menos ao fim do Século XV ou aos princípios do século XVI. Na Época Moderna a parte superior do conjunto monumental, correspondente às duas salas da *casa*, foi reconstruída, como se deduz das muito tardias molduras relevadas das janelas das suas duas fachadas. No fim do século XIX, a velha casa da câmara de Penamacor, acanhada e provavelmente arruinada, foi substituída pelo novo e muito vasto edifício dos paços do concelho, datados de 1867.

De idêntica localização gozava a que terá sido a primitiva casa da câmara de Guimarães. Com efeito, numa data que presumimos ser o século XVI, Guimarães detinha “Relação e Casa do Concelho, **esta situada na porta da villa, que sae ao Campo da Feira**, onde assistia o Juis particular que deferia as Causas Ordinarias; e **na Prassa estaua a Casa da Relação, sobre arcos**, onde se expedião as Causas Maiores e as Appellações”¹⁶².

O concelho de Lamego proporciona outro caso relevante de casa da câmara instalada numa *torre* das muralhas medievais [Fig.^a 135]. Tratava-se da *Torre* do Concelho, que ficava na face Norte da velha cidadela, nas proximidades da chamada Porta da Vila¹⁶³, desde sempre a porta mais importante da cidade, pois era a que permitia o acesso mais prático (porque mais nivelado) aos importantes arrabaldes medievais da velha cidade [Fig.^a 136].

Tendo na sua base um muito alto arco, de há muito tapado e impraticável, a casa da câmara de Lamego ocupava o espaço, muito amplo e pelo menos parcialmente sobradado [Fig.^a 137], de uma torre de grandes dimensões, onde se localizavam as suas diversas componentes, de acordo com a tipologia “casa da câmara portuguesa” já tantas vezes referida. Localizada na torre, a casa da câmara dispunha de um alpendre monumental, como se vê de uma descrição não datada mas aparentemente quinhentista, que nos informa que as muralhas de Lamego têm, na “parte do Norte”, “dous baluartes, **hum mayor que serve hoje de caza da Camera, com seo alpendre, guarnecido de cantaria, e coberto sobre colunas de pedra lavrada**”¹⁶⁴.

O acesso à torre, muito alta, parece não ter sofrido alterações: faz-se como outrora, sobre a própria muralha, por uma espécie de um muito pitoresco caminho de ronda [Fig.^a 138], a que se acede por uma escada que arranca junto das vizinhas portas da cidade, já acima referidas. Ignoramos a época em que o Concelho de Lamego se instala nesta torre, sinalizada, porém, por um brasão da cidade muito antigo e provavelmente pré-manuelino. Porém, as molduras tardias das janelas que deitam para o recinto amuralhado denunciavam, também aqui, reparações e até reconstruções parciais do andar superior da torre na Época Moderna.

Na Época Liberal, a velha casa da câmara de Lamego é considerada, numa *Representação* da Câmara local de 3 de Agosto de 1842, como “**uma pequeníssima e indecente Casa em uma rua imunda, que antigamente serviu para as Sessões da**

¹⁶² Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, p. 98, 99.

¹⁶³ “A Porta da Vila também se chamou do Aguião, do Norte, dos Fogos e dos Figos”, F. J. Cordeiro Laranjo, *Cidade de Lamego – Castelo*, Ed. Câmara Municipal de Lamego, Lamego, 1994, p. 14.

¹⁶⁴ Códice 547 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, cit. in F. J. Cordeiro Laranjo, *Cidade de Lamego...*, p. 13.

Câmara e para que hoje é insuficiente em virtude de reuniões de grande número de pessoas em ocasião d'Eleições, e por outros motivo, **é o único Edifício Municipal que existe em Lamego**, e por esta razão a Câmara desde 1835 se viu na necessidade de vir ocupar uma parte da Casa em que se fazem as Audiências; esta casa, porém, é propriedade d'um particular, que apesar de a ter oferecido em outro tempo ao Estado para Relação do Distrito, hoje pugnou para lhe ser restituída e não poderá deixar de o conseguir”¹⁶⁵. Sabemos que a Câmara de Lamego pede insistentemente o Convento dos Agostinhos locais para seu uso, o que será concedido, chegando-nos o projecto das respectivas adaptações para casa da câmara e para outras importantes repartições e instituições tuteladas pela Câmara na Época Liberal¹⁶⁶.

Ao longo de todo o país recenseiam-se mais casos de localização de casas da câmara sobre ou junto às portas da vila ou da cidade. Um dos casos mais notáveis é o do Concelho de Elvas, cuja casa da câmara, sobre uma das portas daquela cidade, esteve em uso até há poucos anos [Fig.^a 139]. Por estas portas se entrava e saía e por elas se acedia e acede directamente a duas das praças mais notáveis da cidade – no quadro de um dos episódios mais interessantes de todo o urbanismo português – a uma “praça velha” interior, onde se localiza a própria Sé [Fig.^a 140] e, no seu exterior, a uma “praça nova”, a actual *Praça da Cadeia*, praça suscitada pela presença daquela tão importante porta [Fig.^a 141] e que retira o seu nome da cadeia local, durante séculos instalada numa torre vizinha, pontuando a muralha medieval e cuja presença massiva dominava e domina a praça “nova” a que deu o nome.

Era pela “praça velha” que se acedia à casa da câmara, instalada provavelmente na época manuelina sobre a porta da então vila. Com efeito, parece datarem dessa época os importantes e complexos espaços abobadados do piso térreo, onde hoje estão instalados respectivamente o Posto de Turismo [Fig.^a 142], um café [Fig.^a 143] e pequenas lojas, estas no intradorso do velho arco da muralha medieval. Sobre estes espaços, onde entre outras funcionalidades, se localizavam os açougues da cidade, assentava a casa da câmara – adiante discutida – certamente então adaptada nas muralhas, de que restam importantes vestígios, recentemente descobertos [Fig.^a 144].

¹⁶⁵ *Representação* da Câmara de Lamego à Rainha pedindo se lhe concedesse o Convento da Graça para Paços do Concelho e instalação de outras instituições, Lamego, 3-8-1842, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3320, onde faz parte de um conjunto de documentos relativos à instalação da Câmara de Lamego no Convento dos Gracianos daquela Cidade.

¹⁶⁶ *Planta* do Edifício do extinto Convento da Graça da Cidade de Lamego, com indicação da localização das diversas Repartições Públicas a instalar nas respectivas instalações, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3320.

Igualmente localizada sobre as portas da vila, a casa da câmara de Torres Novas, de há muito perdida, há-de ter gozado de uma localização urbanisticamente muito semelhante à da casa da câmara de Elvas¹⁶⁷. O Concelho de Moura proporciona, porém, outro exemplo alentejano de casa da câmara secularmente instalada sobre uma porta das velhas muralhas daquela vila [Fig.^a 145]. Esta porta, provavelmente a mais importante da vila, proporcionava a passagem para os arrabaldes mais importantes de Moura, nomeadamente para a Matriz, a famosa Igreja de S. João Baptista, localizada mesmo de frente daquelas portas.

Embora sinalizada com os competentes brasões reais, anteriores à reforma de 1485 [Fig.^a 146], não sabemos desde quando a velha porta sustenta a casa da câmara local. O muito complexo piso térreo, que terá sido ocupado pela cadeia concelhia, parece remontar ao século XV. Por sua vez, parece remontar à época quinhentista a bela *galeria arquitravada* que se ergue sobre a porta medieval, adiante discutida. Quinhentista parece ser também uma galeria semelhante que se ergue na face lateral deste complexo, e que coroa o chafariz monumental Tardo-Barroco datado de 1815.

O Concelho da Covilhã proporciona outro caso notável de localização da casa da câmara sobre uma porta das muralhas medievais. Lamentavelmente demolida no fim dos anos 40 do Séc. XX, tratava-se de um edifício monumental que, embora de muito provável origem medieval, fora reconstruído na Época Filipina. Na muito vasta e muito erudita fachada mantinha-se, porém, a porta da velha muralha, que remontava certamente à Época Medieval [Fig.^a 147]. Na sua frente abria-se uma “praça nova”, relativamente acanhada mas muito regular, a antepassada da actual *Praça do Pelourinho*, onde se localizava o pelourinho local. A demolição deste na segunda metade do século XIX inaugurou o início da destruição sistemática e integral deste excepcional centro cívico e urbano português, hoje lamentavelmente devassado e desfigurado.

Registam-se outros casos importantes de localização de casas da câmara de alguns concelhos sobre as portas das respectivas muralhas ou junto das mesmas. Parece serem estes os casos de Caminha, de Pinhel, de Seia e do Sabugal ou, no extremo Sul do território, de Albufeira¹⁶⁸. Tudo indica que a casa do concelho desta última vila estivesse sobre a porta

¹⁶⁷ Para a sua implantação urbana na Época Moderna e em particular para a sua relação com a localização da Misericórdia local, ver Paulo Renato Ermitão Gregório, *A Igreja da Misericórdia de Torres Novas – Um Estudo Monográfico (1572-1700)*, Edição da C. M. de Torres Novas, Torres Novas, 2003, pp. 27 e 49-50.

¹⁶⁸ Parece ser este, enfim, o caso de Olivença, cuja casa da câmara se localiza ainda hoje na praça rasgada, provavelmente na Época Quinhentista, num *rossio* apostado e exterior à velha cerca amuralhada medieval. Porém, nesta *praça nova*, em tudo semelhante a outras praças novas portuguesas (Évora ou Viana da Foz de Lima, por exemplo), a casa da câmara quinhentista de Olivença encosta-se ou sobrepõe-se mesmo à linha das muralhas medievais, com toda a probabilidade junto a uma das portas medievais mais importantes daquela vila. Aliás, a localização quinhentista da casa da câmara de Olivença, cuja fachada dá para a praça exterior,

principal das respectivas muralhas ou encostada à mesma. Dessa velha implantação urbana sobrevive a *torre do relógio*, hoje muito transformada mas certamente adaptada sobre uma torre que fortificaria a entrada na vila. Sobrevive também o edifício vizinho, que pensamos ser o da velha casa da câmara de Albufeira, que tudo indica estar localizado sobre as muralhas medievais. Este edifício, provavelmente arruinado no Terramoto de 1755, terá sido reconstruído na Época Pombalina e, muito transformado, chegou aos nossos dias, embora tenha perdido de há muito as suas funções de sede do poder concelhio local.

No extremo Norte do território, também a casa da câmara de Caminha parece ter localização semelhante, junto à porta da vila, onde sobrevive a notável *torre do relógio*, a poderosa torre que protegia a sua entrada principal. A casa da câmara de Caminha estava localizada sobre a linha das muralhas medievais, embora aqui no extradorso das mesmas [Fig.^a 148]. Uma localização em tudo idêntica é proporcionada pelo Sabugal, onde a casa da câmara actual, refeita à pressa nos meados do século XIX, certamente como caução política da sobrevivência então muito ameaçada do respectivo concelho, se sobrepõe à velha linha das muralhas medievais. Tal como em Caminha, também aqui a casa da câmara está localizada mesmo ao lado da porta principal da vila, protegida por uma torre medieval, de há muito transformada em pitoresca torre do relógio. A velha casa da câmara de Pinhel, reconstruída nas primeiras décadas do século XVIII, também estava localizada, provavelmente desde a Idade Média, sobre ou junto das portas principais das muralhas daquela então vila, de que sobrevivem importantes segmentos adjacentes à setecentista casa do concelho¹⁶⁹. Do mesmo modo, também a casa da câmara de Seia, que remonta aparentemente à época joanina, parece estar assente sobre as velhas muralhas medievais (de que restam vestígios abundantes nas proximidades), localizada provavelmente junto de umas de há muito perdidas portas de acesso ao outrora fortificado núcleo urbano local.

A localização muito parecida das casas da câmara de Caminha, do Sabugal, de Pinhel e muito provavelmente da de Seia sobre ou ao lado das portas das respectivas muralhas, merece consideração. Com efeito, aquelas portas, certamente as mais importantes das respectivas cercas amuralhadas, davam acesso a *rossios* ou *terreiros* exteriores, muito cedo “urbanizados”, provavelmente a partir dos fins do século XV ou de inícios do século seguinte. É então que os vastos terreiros fronteiros de Caminha e de Pinhel ou o de Seia

induz não só uma urbanização do arrabalde fronteiro como uma deslocação de funções urbanas que terá um sinal coetâneo do maior significado na vizinha e monumental Igreja da Madalena manuelina.

¹⁶⁹ A vizinha torre do relógio de Pinhel, já muito *tardia* (inícios do Século XIX), parece resultar da provável deslocação de idêntica torre outrora implantada sobre as portas da cidade, então demolidas.

passam a ser limitados ou balizados pelas Misericórdias locais¹⁷⁰. A Misericórdia de Seia, bem na frente da casa da câmara, define uma “praça nova” muito vasta e excepcionalmente regular, outrora pontuada pelo pelourinho (hoje muito frustemente restituído e implantado num dos lados da praça). O terreiro de Pinhel, polarizado pelo pelourinho manuelino [Fig.^a 149] será, a seu tempo, circunscrito e ordenado pelo complexo monumental fronteiro do Convento de Santa Clara. Quanto ao de Caminha, será oportunamente ornamentado e dignificado pela vanguardista fonte quinhentista inspirada na fonte da praça vizinha de Viana.

7.1.3 – Rua Direita

Episódio maior do urbanismo português das Épocas Medieval e Moderna, a *Rua Direita* acolhia funções urbanas essenciais. Com efeito, na via principal das velhas vilas e cidades portuguesas, na rua mais rica, mais cobiçada e mais densamente povoada, paredes meias com a residência mais ou menos apalaçada dos moradores mais dinâmicos e mais influentes da comunidade – nessa rua se localizavam igrejas e capelas, confrarias e hospitais, a par de outros equipamentos urbanos tão importantes como os Açougues ou a própria casa da câmara¹⁷¹. Um caso histórico de localização informal numa rua central da respectiva vila é o da velha e de há muito perdida *casa do concelho* de Ponte de Lima, que remontava, como vimos atrás, aos fins do século XIV. A referida casa estava situada na confluência de duas ruas do interior do recinto amuralhado daquela vila, a *Rua da Carniçaria* e a *Rua da Triparia* [Fig.^a 150], afastada da igreja matriz, num espaço aparentemente próximo da sua localização actual (que remonta aparentemente aos inícios da Época Moderna)¹⁷². Outro exemplo de uma localização semelhante, numa rua importante da vila, encontra-se em Trancoso, cuja casa da câmara se localizava na extremidade da importante rua que desempenhava as funções urbanas de “Rua Direita”. Aqui, face à

¹⁷⁰ Tal como já víamos acontecer com a localização da de Penamacor. Quanto à Misericórdia do Sabugal, esta fica um pouco mais afastada, na rua principal da vila, embora também aqui a dois passos da porta-torre do relógio da vila.

¹⁷¹ Ver sobre a rua, “The Street”, in Spiro Kostof, *The City Assembled – The Elements of Urban Form...*, pp. 189-243. Para Portugal, para lá do famoso e pioneiro estudo de Orlando Ribeiro, “A Rua Direita de Viseu”, *Geographica, Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, N.º 16, Vol. IV, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1968, uma primeira síntese pode encontrar-se em Walter Rossa, “A Cidade Portuguesa”, in Paulo Pereira (Dir.), *História da Arte Portuguesa*, Vol. III, 3ª ed., Lisboa, Temas e Debates, 1999.

¹⁷² Para a localização do Paço ou Casa do Concelho de Ponte de Lima na Idade Média ver as plantas “Distribuição espacial de propriedade – Bens Concelhios (1.º quartel do século XV)” e “Edifícios Públicos (1.º quartel do século XV)” in Amélia Aguiar Andrade, *Um Espaço Urbano Medieval...*, p. 122.

cabeceira (inicialmente românica e, posteriormente, barroca) da Igreja de S. Pedro, a presença da casa da câmara de Trancoso fazia parte de um complexo urbano e arquitectónico muito equilibrado, denso e quase intimista, dada a proximidade entre os dois edifícios fronteiros, que não comportava a existência de uma praça entre si. Com efeito, a verdadeira *praça* de Trancoso era definida pelas fachadas das Igrejas de S. Pedro e da Misericórdia e pela fachada do hoje perdido Convento das Freiras de Santa Clara, definindo um espaço urbano muito pitoresco, pontuado pelo pelourinho “manuelino”.

A Beira Interior proporciona-nos outro exemplo de localização da casa da câmara na “Rua Direita” na antiga vila de S. Miguel de Acha (hoje no concelho de Idanha a Nova). Aqui, no eixo urbano principal da antiga vila, que da entrada da povoação nos conduz à matriz, a casa da câmara localizava-se a meio do percurso, longe de qualquer praça formal, assinalada apenas pela sua própria presença física monumental e sinalizada pelo brasão real, em que todos viam uma marca muito estruturante da arquitectura de matriz concelhia [Fig.^a 151].

No Douro Litoral, a monumental casa da câmara de Amarante, que remonta à época de D. Sebastião, também se localizava na mais importante rua daquela antiga vila. O mesmo se passava nos muito vizinhos concelhos de Gouveia de Riba Tâmega (Foral manuelino em 1513) e de Gestaço, cujas vilas cabeças de concelho ficavam localizadas, a poucas centenas de metros umas das outras, na famosa Rua do Covelo, do outro lado da ponte, na velha estrada que do Porto seguia para Vila Real. Com efeito, o Concelho de Gestaço “**só tem huma rua de casas, que continua do meio da rua do concelho de Gouveia**; e algumas fazem frente e perspectiva sobre o Tamega, à villa de Amarante [...]. Tem sua casa da camara com pelourinho e cadea, tudo sufficiente para a administração das justiças”¹⁷³. Por sua vez, “o conelho de Gouveia (de Riba-Tâmega) tem “caza da camara, cadeia e pelourinho, na rua do Covello”¹⁷⁴. Ora a rua que atravessava aquelas duas vilas desempenhava óbvias funções urbanas de *rua direita* local, onde se localizavam, a poucas centenas de metros entre si, as respectivas casas da câmara.

No actual distrito de Vila Real merece referência a localização da casa da câmara manuelina de Vila Pouca de Aguiar, na velha rua principal da outrora pequena vila transmontana – localização curiosamente mantida no fim do Século XIX, pois a casa da câmara tardo-oitocentista localiza-se na mesma rua. O mesmo se passa na antiga Vila de Ermelo (hoje no concelho de Mondim de Basto), cuja casa da câmara fica na rua principal

¹⁷³ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. II, p. 48.

¹⁷⁴ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. II, p. 62.

daquela antiga vila. Em Bragança, repare-se na localização das antigas casas da câmara de Ervedosa (Vinhais), também na rua principal da vila, mas sobretudo na de Carrazeda de Ansiães – que resulta do abandono e consequente deslocação da antiga vila de Ansiães em 1734, imposta na época de D. João V. A casa da câmara desta “vila nova”, concluída em 1737¹⁷⁵, está localizada num eixo urbano muito vincado, embora modelado, em contexto barroco, num complexo jogo urbano que contrapõe o edifício concelhio ao pelourinho e à fonte monumental, estruturas localizadas na frente da casa da câmara, do outro lado da rua [Fig.^a 152].

No Minho, as casas da câmara de Melgaço e de Ponte de Barca gozam de idêntica localização numa rua que urbanisticamente funcionava como “rua direita” local. Com efeito, em ambas as vilas, as casas da câmara ficavam nas suas ruas mais importantes, embora face a um pequeno largo, como em Melgaço (onde a velha casa da câmara sobrevive, travestida em “Solar do Alvarinho”!...) [Fig.^a 153], ou face a uma praça urbanisticamente periférica, como em Ponte da Barca. Com efeito, nesta vila a casa da câmara deita a sua fachada mais monumental para a rua que conduz à ponte e à praça setecentista que contém o pelourinho e as arcadas do mercado, já atrás referidas¹⁷⁶.

No actual distrito de Aveiro, gozam de localização semelhante as casas da câmara da Esgueira (hoje no Concelho de Aveiro) e a da Feira – uma e outra localizadas nas ruas principais, embora em ambos os casos a dois passos da praça das respectivas vilas. No actual distrito de Coimbra, as casas da câmara de Tentúgal (Montemor o Velho) e do Rabaçal (Penela) localizavam-se nas ruas principais destas antigas vilas. Também aqui, estas duas ruas definem eixos muito vincados no quadro de um urbanismo a que poderíamos quase chamar de “longitudinal” ou de “axial”, pois se estrutura em torno da rua principal, à volta e ao longo da qual se localizavam todas as funções urbanas relevantes. No distrito de Santarém, merece referência a localização das antigas casas da câmara de Ulme (Chamusca) e da de Muge (Salvaterra de Magos), ambas na rua principal daquelas antigas Vilas.

Localizações semelhantes de casas da câmara no que podemos chamar de “Rua Direita” (independentemente do seu efectivo valor toponímico actual) encontramos-las, no Alentejo, nas antigas vilas de Assumar (hoje no Concelho de Monforte), Amieira (Nisa) ou

¹⁷⁵ Abade de Baçal, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Edição Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus, Museu do Abade de Baçal, Bragança, 2000, Tomo IX, p. 519

¹⁷⁶ Note-se que a fachada secundária da casa da câmara de Ponte da Barca dá para uma praça muito discreta, que a separa da matriz local mas que, pela sua implantação num terreno muito desnivelado, bem como pela sua localização marginal, como que nas traseiras do edifício concelhio, a torna não só afastada do centro urbano como a torna invisível dos passantes que se deslocam na rua principal, na direcção da ponte ou de lá procedentes.

Terena (hoje no concelho do Alandroal). Nesta antiga vila, a casa da câmara faz corpo com a Misericórdia e com o próprio pelourinho, literalmente apostos às paredes contíguas da Misericórdia e da casa da câmara – estando este conjunto monumental localizado na rua principal da vila. Em Évoramonte (Estremoz), talvez um dos casos mais puros de localização em plena “Rua Direita”, a imponente e muito bela casa da câmara localiza-se a meio da rua que da matriz conduz ao castelo. Mais a Sul, também a casa da câmara de Vila Nova da Baronia (hoje no Concelho de Alvito) se localiza numa importante rua daquela antiga Vila, rua essa que tem início justamente no largo do pelourinho, a centenas de metros da velha casa da câmara local. Localizações semelhantes, num ponto fulcral das velhas “Ruas Direitas” locais, isto é, nos tradicionais eixos de comunicação das vilas respectivas, parece poderem intuir-se nos casos das casas da câmara de Odemira (embora o edifício actual, inegavelmente oitocentista, seja muito tardio) ou em Garvão (Ourique).

7.1.4 –Praça

Para lá dos sítios acabados de recensear enquanto locais de implantação urbana das casas da câmara, torna-se evidente que estas gozavam – tanto em Portugal como por toda a Europa¹⁷⁷ – de uma localização privilegiada: a *praça* da cidade ou da vila respectiva. Deve desde já notar-se que esta designação entre nós é muito ampla e mesmo ambígua, abrangendo quer os espaços urbanos regulares e ordenados de uma *praça* propriamente dita, quer espaços urbanos circunscritos, acanhados e irregulares como os *largos*, quer, enfim, espaços urbanos informais, vazios e amplos como os dos velhos *rossios* e *terreiros* – que todas estas designações se encontram abundantemente por todos os lugares, vilas e cidades portuguesas. Independentemente do uso destas expressões, da efectiva designação

¹⁷⁷ Por exemplo, na Itália (com a excepção muito relevante de Roma) “as primeiras ‘Casas do Concelho’ localizaram-se na imediata proximidade do complexo catedralício, que ocupava o palácio episcopal e o espaço do mercado. Frequentemente esta área correspondia à localização dos antigos foros romanos. Desfrutava de uma imunidade especial”, Spiro Kostof – *Historia de la Arquitectura* 2..., p. 625. Ainda sobre a praça e deste mesmo autor ver “Public Places”, Spiro Kostof, *The City Assembled – The Elements of Urban Form...*, pp.123-187. De há muito, porém, que a praça fizera a sua entrada na História do Urbanismo: ver, a propósito, os capítulos I a VI e VIII in Camillo Sitte, *L'art de bâtir les villes - l'urbanisme selon ses fondements artistiques* [Viena, 1889], Point - Seuil, Paris, 1996. Para Portugal, ver, para lá dos capítulos inerentes nas obras atrás citadas, Manuel C. Teixeira (Coord.), *A Praça na Cidade Portuguesa*, Comunicações apresentadas no Colóquio A A Praça na Cidade Portuguesa, organizado pelo Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura do ISCTE, em Março de 1999, Livros Horizonte, Lisboa, 2001.

toponímica usada caso a caso ou mesmo da discussão, muito interessante, das subtilezas de sentido e de conteúdo urbano encontradas em cada uma delas, deve considerar-se que a localização da casa da câmara na *praça* nos conduz a um dos aspectos mais intensos do urbanismo português, que tem na *praça* – seja qual for a sua forma, a sua definição ou a sua implantação urbana – uma das suas componentes mais estruturantes. Com efeito, a figura da praça, a sua realidade urbana, funcional e simbólica é da maior relevância, pois também a praça se institui em barómetro do pulsar urbano de cada comunidade, da sua história, dos seus recursos e dos seus desígnios representativos e simbólicos. Do pulsar urbano da praça dirá a sua necessidade de expansão para todos os espaços contíguos, a começar pelos próprios adros das igrejas e capelas. Por isso, num momento indeterminado de meados do século XVI considera-se que “*muitos [adros das igrejas] são tão devasos que se não sabe a demarcação delles: e outros são feytos praças e Resyos homde se fazem allguns autos desonestos, e coRem touros, e jogão canas, e outros semelhantes: e muytas vezes se deRama samge JmJurioso, por elles Domde Ficam polutos e violados*”¹⁷⁸.

Coração da cidade, vila ou lugar, a praça local – assim como a sua implantação urbana secular – decorre e atesta a influência dos dados naturais, mas atesta também o peso da tradição e da História, para lá do próprio conservantismo dos seus habitantes. Porém, a localização da praça local – e sobretudo a sua “deslocação” em determinada época histórica – também pode atestar o dinamismo da comunidade, a sua expansão demográfica, económica e urbana, expressa numa deslocação de funções e mesmo de formas urbanas, traduzidas estas na criação de novos arrabaldes, polarizados em torno de *praças novas*, face às precedentes *praças velhas*, umas e outras adiante consideradas enquanto espaços urbanos privilegiados para a localização de casas da câmara na longa época histórica contemplada no presente estudo.

O levantamento que agora se propõe – o das casas da câmara portuguesas localizadas na *praça*, seja qual for, insistimos, a sua forma ou a sua inserção na malha urbana local – iluminará a estrutura íntima de muitas cidades e vilas portuguesas, na sua infinita variedade, quer quanto à origem e quanto à época da sua criação enquanto cabeças de concelho, quer quanto à sua história, à sua evolução e ao seu desenho urbano. Assim, em Angra do Heroísmo, “*a praça (...) he um Rocio muy plano, & muyto direyto, em que se fazem os exercicios da milicia, & se correm todos os annos touros (...). Nella estão os Paços do*

¹⁷⁸ Capítulo 104 da demarcação dos adros das Igrejas e do modo como serão feitos (não tem dia, mês, nem ano, não está assinado), in IAN-TT – *Núcleo Antigo -Administração e Justiça – Cartas Missivas*, Maço 2 - doc. 148 (Apêndice Documental; doc. N.º 17).

Senado da Camera, & do Tribunal da Justiça, & Audiencia geral. & as cadeas, & enxovias por bayxo, & no meyo hua alta torre de cantaria, & em cima os sinos, & relógio da Cidade (...). Os da governança da Cidade fizeram esta praça em 1610 e em 1611...)”¹⁷⁹.

Começaremos por abordar as comunidades urbanas que, tradicionalmente remetidas ao apelo intenso e contínuo da sua *praça velha*, aí localizaram e mantiveram as respectivas casas da câmara no período histórico em estudo. Consideraremos em seguida as vilas e cidades que, de há muito atraídas pelas vantagens e comodidades de uma *praça nova*, ampla e desafogada, aberta no arrabalde justaposto à velha implantação urbana, aí localizaram as suas casas da câmara. Consideraremos finalmente as localidades que, grandes ou pequenas, antigas ou de fundação mais recente, mantiveram o essencial do seu desenho urbano na muito vasta época histórica considerada na presente dissertação. Com efeito, muitas vilas e cidades portuguesas localizaram as suas casas da câmara nas respectivas *praças, largos e terreiros* – sítios que, por motivos de ordem prática, incluiremos aqui na designação genérica e abrangente de *praça*, independentemente da efectiva implantação e do desenho do respectivo espaço urbano, mais ou menos formal e regular. Trata-se, enfim, de um conjunto muito grande de cidades e vilas que, pelos mais diversos motivos, se mantiveram reféns de uma certa imobilidade urbana que dispensou deslocações de moradores e de funções e que por isso não tolerou a deslocação da respectiva casa da câmara, que se conservou, muito naturalmente, na praça, aí afrontando e resistindo ao passar do tempo e ao passar das modas e das vontades de mudança de muitas gerações vizinhos, bem como de juízes, vereadores e demais oficiais camarários.

7.1.4.1 – Praça Velha

Dentro da vila ou da cidade amuralhada, a casa da câmara podia ter uma localização especial, muito central, no largo principal ou mesmo numa praça formal, normalmente sinalizada pelo pelourinho local – praça essa onde se localizavam também outros edifícios de prestígio, a começar pela própria sé ou pela matriz local. Esta praça, no *interior* da cerca amuralhada, assume-se como uma *praça velha*, componente obrigatória de muitas das velhas cidades e vilas portuguesas. Com efeito, a inevitável expansão urbana que o tempo e

¹⁷⁹ P.^e António Cordeiro, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Ocidental*, 1717.

a própria evolução urbana impuseram, implicariam um muito frequente rasgamento ou uma simples abertura de *praças novas* fora dos circuitos amuralhados medievais, constituindo o outro pólo urbano das velhas cidades e vilas portuguesas, como veremos.

Uma das *praças velhas* mais importantes do velho urbanismo português é a de Portalegre [Fig.^a 154], onde a casa da câmara se localizou durante séculos – localização lamentavelmente abandonada pela respectiva Câmara em tempos muito recentes. Trata-se de uma das mais bem conservadas, mais belas e mais monumentais “praças velhas” portuguesas, definindo uma autêntica praça cívico-religiosa onde se localizavam a casa da câmara, a sé e, à ilhargia desta, o próprio paço episcopal.

Localização muito semelhante, na *praça velha* local, se recenseia na Guarda [Fig.^a 155], que tem ainda o mérito de ter conservado e consagrado essa vernácula designação se não na toponímia, pelo menos na memória local. Muito perto ficava a casa do concelho medieval, perto da Sé – e face à de há muito perdida Igreja de Santa Maria do Mercado. Aí, “ante a porta do paço do concelho” e “no adro de Santa maria do mercado”, se debatiam e julgavam em 1460 causas e processos particularmente conflituosos¹⁸⁰. Porém, o nome daquela hoje tão rara invocação de Santa Maria do Mercado¹⁸¹ remete-nos para a existência objectiva da velha praça e de uma das suas funções urbanas, a de acolher o mercado periódico local. Naturalmente pontuada pelo pelourinho (de há muito perdido), foi nas proximidades dessa *praça velha*, feita e refeita ao sabor das disponibilidades, vantagens e conveniências da comunidade e sobretudo dos desígnios das sucessivas vereações egitanienses – que se reconstruiu na época quinhentista a notável casa da câmara da Guarda que sobreviveu até aos nossos dias e que esteve em uso enquanto sede multissecular do poder concelhio até aos fins do século XX, quando também este histórico edifício perdeu lamentavelmente as suas seculares funções.

São muito abundantes os exemplos de localização das casas da câmara nas “praça velhas” locais. Perto da Guarda, registem-se os casos de Belmonte [Fig.^a 156] e de Castelo

¹⁸⁰ Veja-se certo “contrato de aforamento de 1460”, em que, “havendo vários pretendentes ao mesmo terreno, os intervenientes foram convocados «ante a porta do paço do concelho» e «no adro de Santa maria do mercado», onde cada qual apresentou ao escrivão dos contos as suas razões”: ver ANTT, *Leitura Nova, Beira*, Livro 2, fól. 36 v.º, citado in Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval – Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*, Cadernos da *Revista de História Económica e Social* 9-10, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1987, pág. 134.

A *praça velha* polarizaria, na velha cidade da Guarda, um importante bairro que, “dentro das muralhas [se] organiza em torno da Igreja de Santa Maria do Mercado. Inclui a rua que vai para o hospital, a praça onde se situaria o pelourinho face ao edifício dos paços do Concelho (já existente no século XIV) e cadeia adjacente”, Rita Costa Gomes, *Ibidem*, p. 57.

¹⁸¹ A mesma invocação sobreviveu na vizinha e antiga vila de Touro (hoje no Concelho do Sabugal), onde existe ainda hoje uma capela dedicada a Nossa Senhora do Mercado, tendo o largo contíguo ao respectivo adro a mesma designação.

Branco. Notando-se que estas duas localidades ainda hoje mantêm a vernácula designação toponímica de “Praça Velha”, também aqui as respectivas praças – e as casas da câmara, aí situadas – se localizavam bem no centro das respectivas malhas urbanas. Ainda no distrito da Guarda, uma localização semelhante regista-se em Celorico da Beira, num largo que deteria o pelourinho e onde a casa da câmara fazia face a uma das grandes igrejas da vila, localizada no lado oposto daquele largo.

No Norte de Portugal, parece poderem entrever-se casas da câmara localizadas nas praças “velhas” de antigas cidades e vilas em Monção (demolida no fim do século XIX, para dar lugar à actual), bem como em Arcos de Valdevez, onde a casa do concelho da época medieval (assim como as funções urbanas essenciais) se localizava certamente na *praça velha* da vila “baixa”, próxima do rio, vila essa deslocada na Época Liberal por se ter tornado acanhada, alagadiça e inóspita e, sobretudo, muito mal localizada. Assim, em 1836 – e relativamente à vila de Arcos [de Valdevez] – considera-se que “**é indispensável fazer uma** [cadeia e casa da câmara anexa] **nova em outro sítio**, porque a actual é pequena, mal segura, **mal situada** e arruinada, sendo até necessário ter guardas continuamente, o que vexa muito os povos; e os presos vivem no maior estado de penúria pela pequenez da Cadeia¹⁸². Ainda no Minho, merece particular referência Barcelos, cuja casa da câmara, pré-quinhentista, ficava localizada numa praça “velha” a dois passos da boca da ponte e do Paço Ducal, na frente da Colegiada local [Fig.^a 157]¹⁸³. Na Época Quinhentista, localizou-se à sua ilharga a Misericórdia e suas importantes dependências, ficando as respectivas fachadas principais contíguas com a da precedente casa da câmara local. Porém, no ecossistema minhoto merece uma referência particular a localização da casa da câmara quinhentista de Braga. Ora, esta casa da câmara, mandada construir no tempo do Arcebispo D. Diogo de Sousa – já captada na famosa “vista” de 1594 *Bracaræ Avgvste descriptio*, publicada no *Civitates Urbium Terrarum*, de Bráunio, adiante analisada – ficava na “Praça do Pão, na

¹⁸² “Governo Civil de Viana – Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias, dos reparos naquelas que deles carecem, e bem assim das Casas para as Audiências dos Juizes de Direito e mais funções, tanto das Autoridades Judiciais como Administrativas [Governo Civil de Viana, 18-8-1836]”, anexo ao *Ofício* do Governo Civil de Viana do Minho para o Ministro do Reino, remetendo o “orçamento geral de todas as obras e reparos” necessários para a instalação dos tribunais e cadeias dos concelhos do distrito e com considerações sobre o péssimo estado das casas da câmara e cadeias do Distrito e sobre as formas de financiamento das obras necessárias à sua recuperação; Viana do Castelo, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004 (para novas referências a esta Relação, ver atrás Apêndice Documental – Doc. N.º 11).

¹⁸³ Localização da *casa da câmara* de Barcelos in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.ª Direcção – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida – [Ano de 1857 – Livro 15, Proc. N.º 872]; Maio 3417. Esta planta da Praça, Colegiada, frontaria dos “Passos do Concelho” de Barcelos e ruas adjacentes, faz parte de um grupo de quatro e consta da “Descrição das obras designadas na Sessão de Câmara e Conselho Municipal de 17 de Janeiro de 1857, às quais as plantas juntas têm referência”, integrando um conjunto de documentos referentes às obras públicas a emprender pela Câmara de Barcelos e seu financiamento; Barcelos, 1857.

extremidade oposta da Rua de Maximinos¹⁸⁴, que dava acesso à Sé [Fig.^a 158]. Porém, também esta praça é, em termos urbanísticos, uma clássica *praça velha* – provavelmente no mesmo sítio de uma anterior casa do concelho medieval (por enquanto não documentada).

Muito perto de Braga, a casa da câmara quinhentista de Guimarães gozava de uma localização semelhante: permitindo “a passagem directa do Largo da Oliveira para a Praça de Santiago”¹⁸⁵, a sua entrada e a sua fachada principal davam para a Praça da Senhora da Oliveira [Fig.^a 159], que parece ter desempenhado a função de “praça velha” no quadro da história urbana local. Também a Póvoa do Varzim teve uma importante *praça velha*. Face à casa da câmara, “a praça do mercado ou Praça Velha, a mais antiga e geradora do povoado quinhentista, acolheu desde cedo a função comercial: aí se fazia a feira e se localizava o açougue público. Composta por uma vasta área, compreendida entre a casa da câmara e a Igreja Matriz, foi por vezes chamada «Praça da Igreja». Apresentava-se maior do que o cruzamento que hoje encontramos no seu lugar pois, para além de abarcar o jardim da residência em frente aos Paços do Concelho, incluía também o adro da igreja (que não se encontrava demarcado como na actualidade), criando-se então, um espaço desafogado de formato mais ou menos quadrangular [...]. Era o pólo privilegiado da vida pública do povoado”¹⁸⁶.

Em Chaves, era também na “praça velha” que se localizava a respectiva casa da câmara, hoje perdida [Fig.^a 160]. A praça, sinalizada pelo pelourinho, tinha numa das suas faces a fachada lateral da igreja, refeita na época quinhentista. Ainda no Norte, em Miranda do Douro, a velha casa da câmara localizava-se na desembocadura da rua principal, sinalizando o rasgamento desta numa vasta praça quadrangular da qual a casa da câmara constituía outrora a face mais nobre [Fig.^a 161].

Merece referência a localização de algumas casas da câmara em idênticas “praças velhas” de algumas cidades e vilas do centro de Portugal. Assim, a primitiva casa da câmara das Caldas da Rainha localizava-se na praça daquela então vila, balizada pelo Hospital, a

¹⁸⁴ Ver uma vista in *Mapa das Ruas de Braga*, (1750; Arquivo Distrital de Braga), publicada por Manuel Sopas de Melo Bandeira, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII...*, p. 47. Note-se que o *Mapa das Ruas de Braga* foi desenhado pelo “Padre Ricardo Rocha (1702-1767), a mando da Mesa Capitular sob a tutela directa do Cônego Francisco Pacheco Pereira (1697-1763), Provisor do Arcebispado”, Id., *Ibidem*, p. 25.

¹⁸⁵ Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal – O Gótico...*, p. 148. A localização urbana da *casa da câmara* medieval de Guimarães consta da “PLANTA DA PRAÇA DA OLIVEIRA NA CIDADE DE GUIMARÃES”, Guimarães, 17 de Dezembro de 1871: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção-Geral da Administração Política e Civil – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1871), Livro 29, Proc. N.º 82; Maço 2500. Esta planta faz parte de um conjunto de documentos relativos à *expropriação da oliveira* da Praça da Oliveira de Guimarães, por utilidade pública; Guimarães, 1871.

¹⁸⁶ Sandra Araújo de Amorim, *Vencer o Mar, Ganhar a Terra: Construção e Ordenamento dos Espaços na Póvoa Pesqueira e Pré-Balnear*, Edição da C. M. da Póvoa do Varzim, Póvoa do Varzim, 2004, p. 277-278.

cuja ilhargá se localizava o primeiro edifício concelhio¹⁸⁷ [Fig.^a 162] – praça aquela tornada “velha” com a expansão urbana da vila, como veremos. Também em Sintra, a primitiva casa da câmara (arruinada no Terramoto de 1755, mas de que sobreviveu a torre do relógio) ficava numa autêntica embora acanhada “praça velha” [Fig.^a 163], frente às arcadas dos açougues, já atrás referidos, e a dois passos da igreja. Alenquer proporcionava outro caso notável de localização da casa da câmara numa *praça velha*: o antigo edifício concelhio (localizado no sítio da actual sede da Câmara) ficava numa praça muito airosa [Fig.^a 164], na vila alta, a dois passos da Misericórdia, ignorando os apelos e as comodidades proporcionadas pelas margens planas da Ribeira de Alenquer, que desde muito cedo foram urbanizadas, constituindo um importante e muito progressivo arrabalde modelado em torno do complexo monumental tutelado pela Igreja do Espírito Santo e pela boca da ponte fronteira.

A Sul do Tejo, pensamos que também a antiga casa da câmara de Almada se localizava numa idêntica “praça velha” – o actual *Largo do Pelourinho* – onde intuímos a que pode ter sido a primitiva casa do concelho num belo embora hoje algo abastardado edifício¹⁸⁸, separado das traseiras da igreja por um pequeno largo. A caminho do Alentejo, a casa da câmara de Sines ficava numa idêntica praça velha [Fig.^a 165], muito regular e afastada da presença de qualquer igreja ou capela¹⁸⁹. A cidade de Beja proporciona outro exemplo de localização da casa da câmara na vasta e também muito regular “praça velha”, aberta ou remodelada na época manuelina [Fig.^a 166], junto à famosa Misericórdia local – adaptada nos açougues monumentais que o Infante D. Luís tinha oferecido à Câmara e ao povo da cidade, como vimos. Também Serpa proporciona outro caso de uma localização

¹⁸⁷ “Até 1747, ano em que este primitivo hospital é destruído (...), a Câmara funciona numa dependência anexa ao hospital”, Luís Nuno Rodrigues, “Caldas da Rainha no século XVIII: o Hospital e a Câmara”, in Luís Nuno Rodrigues, Mário Tavares e João B. Serra (Coord.), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Caldas da Rainha, 1993, p. 111.

¹⁸⁸ Trata-se de um edifício muito harmónico, remontando provavelmente ao século XVI, provido de uma ampla e notável varanda, servida por uma escadaria exterior, outrora provavelmente sustentada por arcadas de desenho e realização mais ou menos eruditos. A localização e a configuração do velho edifício são extremamente sugestivas. Estamos convencidos que ligeiras sondagens arqueológicas podem revelar restos significativos das componentes essenciais de uma velha casa da câmara portuguesa, nomeadamente restos das enxovias no piso térreo (latrinas e cloacas, por exemplo), bem como os encaixes das grades de ferro (hoje removidas) daquelas enxovias nas janelas desse piso térreo, nomeadamente na janela que dá para o Largo do Pelourinho. Estragos intensos do edifício no Terramoto podem ter levado ao abandono e ao posterior uso doméstico do velho edifício, então substituído pela notável e muito cosmopolita casa da câmara pós-pombalina de Almada.

¹⁸⁹ “A Câmara Municipal de Sines deve ter tido as suas primeiras instalações algures na Praça Tomás Ribeiro (Largo dos Correios) até à sua anexação ao município de Santiago do Cacém, em 1855. Em 1914 dá-se a restauração do Concelho. A Câmara compra o edifício actual, onde funciona até à chegada do Gabinete da Área de Sines, no início da década de 70. O GAS ocupa o edifício, restaurando-o e ampliando-o. A CMS instala-se, durante este período, na Rua Teófilo Braga. Mais tarde, com a saída do Gabinete da Área de Sines para Santo André, a CMS voltou a ocupar estas instalações” (*site da CMS*; 17-9-2003)

semelhante da respectiva casa da câmara, numa praça igualmente muito regular, bem no centro da malha urbana outrora amuralhada.

No Alentejo recenseiam-se mais casos notáveis de localização das casas da câmara nas “praças velhas” locais. Assim, em Campo Maior, a antiga e provavelmente quinhentista casa da câmara localizava-se junto ao Castelo e face aos açougues que remontavam à Idade Média, numa “praça velha” na Época Barroca substituída, enquanto sítio de implantação da sede do poder local, por uma “praça nova” adiante considerada. Também em Arronches a monumental casa da câmara local, datável do século XVII, ganha a *praça velha* local, de há muito sinalizada pela imponente Matriz e, a seu tempo, pela Misericórdia local. Mais a Sul, Castro Verde parece ter conhecido uma situação semelhante. A velha casa da câmara localizar-se-ia numa muito central embora algo acanhada, irregular e desnivelada “praça velha”, na Época Pós-pombalina abandonada enquanto local de implantação do poder local.

Enfim, bem no coração do Reino, também em Santarém a casa da câmara ficava na praça, localizada no ponto de confluência das ruas mais movimentadas da velha vila, as que das portas mais importantes conduziam à praça e a que daqui conduzia à alcáçova do castelo. Foi nesta praça, de forma triangular, que em 1514 D. Manuel I mandava construir a nova casa da câmara – “fazemos saber que por **mandarmos fazer a camara da vila de Santarém na praça da dita villa** segundo he ordenado” – para a despesa da qual mandara vender “a torre do Sol a porta de Manços homde damtygamente se fazia a camara da vereaçam”¹⁹⁰, como já sabemos. Temos que considerar que a substituição – enquanto sede do poder concelhio – da *torre* medieval de Santarém por uma *casa da câmara* construída de raiz, bem como a substituição de uma torre localizada junto à Porta de Mancos, uma das *portas das muralhas* (periféricas, por definição), por uma casa na Praça de Marvila, a *praça mais central da vila*, assinalam bem a efectiva modernização do próprio poder concelhio que então ocorria também, como já sabemos. Com efeito, esta modernização manifestava-se não só no próprio fenómeno de renovação praticamente integral dos velhos forais medievais dos concelhos portugueses, que então tinha também lugar, como na efectiva e intensiva construção de casas da câmara doravante ao serviço de *todos* os concelhos portugueses. Mas a deslocação do poder concelhio da torre junto à porta medieval para uma casa da câmara na praça assinala também um progresso no sentido da modernização das instalações da casa do concelho, bem como uma efectiva renovação urbana. Esta far-se-á doravante à revelia ou

¹⁹⁰ “Dada em Almeirim a biiijº dias de feureiro. Antonio Fernandez a fez ano de noso senhor Jhesu Christo de mil e b^C e e xiiij”, in Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 11, fol. 8v., publicada por Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental...*, Vol. III, p. 463.

mesmo contra as velhas muralhas medievais, tornadas defensivamente antiquadas e sentidas como urbanisticamente estranguladoras e mesmo asfixiantes e, por isso, inviabilizadoras ou dificultadoras de uma expansão e renovação urbanas desejadas então – no quadro do Humanismo Renascentista – tanto pelas autoridades como pelos teóricos da arquitectura e do urbanismo.

A recensão acabada de fazer, de localização das casas da câmara nas *praças velhas* de algumas cidades e vilas portuguesas não pode deixar de suscitar o levantamento seguinte, o das *praças novas* enquanto espaço urbano privilegiado para a localização de muitas casas do concelho, como veremos a seguir.

7.1.4.2 – Praça Nova

No quadro muito estático e aparentemente imobilista que é em grande parte o do urbanismo e o da história urbana, assinalam-se naturalmente – e por todo o lado – episódios de descontinuidade, de evolução e mesmo de ruptura. Assim, a expansão demográfica implicou quase sempre expansões urbanas e a consequente deslocação de funções urbanas importantes. Com efeito, também em Portugal a expansão urbana de muitas velhas cidades e vilas se traduziu na criação de importantes arrabaldes onde desde cedo se localizaram não só alguns dos moradores mais poderosos e influentes, como algumas das actividades e das funções urbanas mais significativas. Estes arrabaldes, localizados no exterior das velhas cidades amuralhadas, estruturam-se normalmente a partir das respectivas portas e das vias de acesso mais importantes, em torno de uma praça ampla, mais ou menos regular e, sobretudo, espacialmente muito desafogada, muito longe dos acanhamentos e dos constrangimentos de espaço que frequentemente afligiam as praças e os largos inseridos nas velhas malhas urbanas medievais¹⁹¹. Estes arrabaldes, e em particular a sua “praça nova”, serão a seu tempo servidos por uma rede de equipamentos e de serviços urbanos relevantes. Entre estes conta-se muitas vezes a implantação do próprio pelourinho e a da casa da câmara, então deslocados e reconstruídos e que assim ganham uma localização nova e muito peculiar, a da *praça nova* local, muito afastada dos velhos, acanhados e por vezes inóspitos centros cívicos e religiosos de origem medieval.

¹⁹¹ Para a evolução e expansão urbana registada na Época Moderna no Alentejo Fronteiriço ver Rui Rosado Vieira, *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço...* pp. 117-155.

Este fenómeno, que traduz um dinamismo urbano que merece registo, assinala-se por todo o país e parece ter em Évora, no fim do século XV, um dos seus primeiros casos relevantes. Como sabemos, a expansão urbana desta cidade fora anunciada – aqui como em muitas outras cidades, tanto portuguesas como europeias – pela implantação dos conventos das Ordens Mendicantes nos arrabaldes da cidade, no caso presente pela implantação do da Ordem de S. Francisco. Mas aquela expansão materializou-se ainda na pioneira abertura do que hoje é a *Praça do Geraldo* que todos conhecemos. Ora, como nos ensina Ângela Beirante, “só nos finais de Duzentos parece ter começado a individualizar-se a grande praça que chegou aos nossos dias com o nome de Praça do Geraldo. A definição da praça, que não se fez de um jacto, foi uma consequência da feira ou mercado periódico que se realizava no terreiro próximo da barbacã, mas a proximidade da porta contribuiu para que tal definição fosse mais decisiva. Por isso essa praça foi, durante muito tempo, a «Praça da Porta de Alconchel». Além das funções económicas que presidiram ao seu nascimento, a Praça conquistou outras, de natureza política e social. Foi lá que se ergueu a picota e, na Idade Média tardia, a câmara, a cadeia e os açougues”¹⁹². Com efeito, foi num dos seus topos que se localizou nos finais do Século XV a casa da câmara de Évora, adaptada num paço real que remontava a D. Duarte, o que implicou o abandono de um edifício anterior, localizado no interior da cerca amuralhada, como já vimos. Évora constituirá assim um dos primeiros casos de deslocação da casa do concelho para fora das muralhas medievais, para uma autêntica praça nova – a *Praça do Geraldo* – localizada junto mas no exterior das portas principais da cidade, no espaço de onde irradiavam algumas das mais importantes vias de comunicação que serviam a cidade.

Outro caso notável e igualmente pioneiro de implantação da casa da câmara na *praça nova* é o de Viana do Castelo. Com efeito, na entrada de Quinhentos, também aqui se abandona a localização medieval da casa do concelho ou, pelo menos, do local de reunião das assembleias concelhias. É nessa época que aquela então vila ganha uma *praça nova* – a Praça do Campo do Forno. Com efeito, para a construção da nova casa da câmara manuelina de Viana “o local escolhido foi o topo nascente da Praça do Campo do Forno (...). Presume-se que o edifício tenha sido construído à volta de 1505. No final da década estava terminado”¹⁹³. À ilharga da casa da câmara instalou-se a seu tempo a Misericórdia local e na sua frente a Câmara de Viana faria erguer uma muito aparatosa fonte [Fig.^a 167].

¹⁹² Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na...*, p. 116.

¹⁹³ Manuel António Fernandes Moreira, *O Município e os Forais de Viana do Castelo*, Ed. da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1986, pp. 101, 102.

Outras localidades ganham casas da câmara localizadas nas *praças novas* na época histórica considerada neste estudo. Sem nenhuma preocupação de sistematização, recenseiam-se em seguida alguns casos notáveis de implantação da casa do concelho na *praça nova* local, adaptada nos arrabaldes dos velhos e acanhados espaços urbanos amuralhados medievais. Assim, ainda no Norte, em Moncorvo, a casa da câmara, provavelmente de origem quinhentista, ficava também numa *praça nova*, localizada nos limites imediatos do núcleo urbano medieval [Fig.^a 168], provavelmente junto das portas mais importantes das muralhas medievais, de onde irradiava o que seria doravante o eixo viário principal da vila, que servia o seu arrabalde moderno, polarizado em torno da monumental Matriz tardo-quinhentista.

Um dos casos mais notáveis de localização da casa da câmara numa *praça nova* parece ser o de Abrantes. Com efeito, este concelho ganha uma casa da câmara na Época Filipina, localizada numa verdadeira praça nova, muito regular e monumental e muito afastada do velho recinto amuralhado daquela vila, bem como das grandes igrejas locais de origem medieval.

Uma situação semelhante, remontando provavelmente à mesma época, parece poder entrever-se em Viana do Alentejo, cuja casa da câmara seiscentista se instala numa praça vasta e regular, bem longe do recinto amuralhado de origem medieval onde sobrevive a famosa Matriz.

A época Joanina conhece casos muito interessantes de expansão urbana. Para lá do caso já atrás referido de abandono da velha vila de Ansiães, deslocada na primeira metade do século XVIII para a *vila nova* de Carrazeda de Ansiães, três casos merecem uma referência particular. Começando por Campo Maior, é digna de nota a vasta e muito regular *praça nova* setecentista¹⁹⁴, polarizada pelo extraordinário pelourinho e delimitada, na sua face mais nobre, pela monumental e muito erudita (embora incompleta, como veremos) fachada da casa da câmara também Joanina. Esta integra no seu centro uma passagem abobadada que assegura a ligação da praça com uma das ruas principais daquela vila alentejana.

No centro do país, as Caldas da Rainha constituem outro caso típico de *praça nova* a proporcionar uma localização moderna à igualmente nova casa da câmara. Trata-se, com

¹⁹⁴ Com efeito, após o raio, explosão e incêndio de 16 de Setembro de 1732, que arrasou Campo Maior, D. João V “mandou aplicar a Terça do concelho para a reedificação da Igreja matriz, e dar o acréscimo do depósito comum e 400 moios de trigo para se fazer uma Praça Nova, Casas da Câmara, Açougues, e Cadeia, nos quintais que há entre a Rua da Canada, e a do Manantio [sic], com entradas para estas duas ruas e para a de São Pedro, cuja obra se deve principiar”, Estêvão da Gama de Moura e Azevedo, *Notícias da Antiguidade, Aumento e Estado presente da Vila de Campo Maior...*, p. 141.

efeito, da famosa, muito vasta e muito regular praça das Caldas da Rainha, adaptada então no *Rossio* da Vila, que já estava sinalizado com o pelourinho na época de grande renovação urbana imposta àquela antiga vila já na fase final do reinado de D. João V [Fig.^a 169]. Aí se localizou a moderníssima casa da câmara, tendo as respectivas obras – ordenadas pela Rainha, que detinha o senhorio da Vila – sido encabeçadas por uma equipa do maior prestígio:

“A equipa de responsáveis por esta obra manteve-se a mesma relativamente a obras anteriores. Manuel da Maia foi secundado por Eugénio dos Santos como primeiro inspector e executor, Pedro Gualter da Fonseca igualmente inspector e executor e cabendo a Mestre Manuel Martins novamente a empreitada das obras. Escolheu-se o terreno fronteiro ao pelourinho do *Rossio* da Vila (...). A compra do terreno, avaliado em oitenta mil réis, bem como as despesas das obras, terão sido custeadas, sobretudo, pela quantia resultante da venda das casas da Cadeia Velha. Com projecto constituído por três plantas (actualmente desaparecidas), deu-se início ao arranque das escavações em 24 de Novembro de 1749”¹⁹⁵.

Para lá das considerações que se possam fazer sobre a importante casa da câmara das Caldas da Rainha, agora cumpre recordar que a sua nova localização “no *Rossio*, ou Praça Nova, não é também isenta de significado no contexto das alterações urbanas sentidas pela vila no século XVIII. Em primeiro lugar ela representa o culminar de um processo – comum à maioria das vilas e cidades portuguesas – de desenvolvimento de uma Praça ou *Rossio*, relativamente afastado do aglomerado primitivo e que se constitui progressivamente como um pólo da actividade comercial e mercantil da vila”¹⁹⁶.

Rigorosamente da mesma época é a *praça nova* de Braga, onde também se localizou a novíssima casa da câmara local já atrás referida. Também aqui foi possível rasgar uma vastíssima e muito regular praça nova, oportunamente sinalizada por uma fonte monumental. O poder dos verdadeiros donatários da cidade, os arcebispos, então provenientes da Casa de Bragança, fez com que aqui fosse possível rasgar a nova praça dentro do velho perímetro amuralhado, conseguindo-se em Braga o feito inédito de uma praça nova numa malha urbana antiga.

Na época pombalina, uma série de vilas e cidades portuguesas são dotadas de praças novas em que se localizarão actualíssimas casas da câmara. Evidentemente, muita da renovação urbana então verificada, nomeadamente na parte Sudoeste do Reino, decorre do

¹⁹⁵ Jorge Mangorrinha, “Arquitectura caldense no século XVIII”, in Luís Nuno Rodrigues, Mário Tavares e João B. Serra (Coord.), *Terra de Águas...*, p. 147.

¹⁹⁶ Luís Nuno Rodrigues, “Caldas da Rainha no século XVIII: o Hospital e a Câmara”, in *Ob. Cit.*, p. 113. Este autor considera ainda que “a instalação da Câmara neste novo centro vital da vila acaba também por ser um reflexo da própria actividade camarária e da sua capacidade de intervenção ao nível da economia local que (...) se fazia sentir precisamente nas questões relacionadas com as trocas comerciais”, Luís Nuno Rodrigues, “Caldas da Rainha no século XVIII: o Hospital e a Câmara”, in *Id.*, *Ibidem*, p. 113.

Este autor informa-nos finalmente que a obra de construção da nova casa da câmara das Caldas da Rainha “demorou cerca de um ano a construir e nela se despenderam cerca de oito contos de réis”, *Id.*, *Ibidem*.

Terramoto de 1755, que impõe a reconstrução de casas da câmara num vasto território que vai desde pelo menos a Pederneira (hoje Nazaré) até ao Algarve. Outras praças novas pombalinas são, porém, devidas a uma explícita vontade política de modernizar e de actualizar malhas urbanas tornadas antiquadas, acanhadas e inóspitas. O caso mais notável de abertura de uma praça nova e da inerente localização da casa da câmara local na Época Pombalina é o proporcionado pela própria cidade do Porto. É nesta época que se abandona a velha casa da câmara medieval, muito arruinada e sofrendo de há muito de gravíssimos problemas de estabilidade, de salubridade, mas também de uma localização tornada inadequada, num sítio muito acanhado que impedia não só qualquer reconstrução como qualquer alargamento ou renovação urbana. Ao fim de alguns anos atribulados, em que a Câmara se instala provisoriamente em casas de recurso, o Concelho do Porto decide-se pela instalação da casa da câmara numa praça nova recém-aberta. Descontando a reconstrução da cidade de Lisboa, a abertura da *Praça Nova* do Porto constitui um dos episódios urbanos portugueses mais relevantes da segunda metade do século XVIII. A sua relevância, porém, é dificilmente compatível com as peripécias inerentes ao longo e difícil processo que levou à aquisição, adaptação e reconstrução do edifício da respectiva casa da câmara pombalina, demolida nos fins do século XIX para permitir o rasgamento do *boulevard* que conhecemos pelo nome de *Avenida dos Aliados*. Da antiga *praça nova*, muito regular e muito equilibrada, mas de escala monumental, ficou a estátua de D. Pedro IV, localizada no seu centro geométrico. Esta traz até nós a memória do perdido traçado global da praça setecentista, bem como a localização aproximada da casa da câmara pombalina, que ocupava a fachada posterior da praça, servindo de pano de fundo monumental à estátua do Rei-Soldado.

Muito perto, a Póvoa do Varzim oferece um caso semelhante quase da mesma época. Com efeito, também na segunda metade do século XVIII, aquela vila não só abandona a sua histórica casa da câmara, reconstruída em 1713 sob os restos do primitivo edifício provavelmente quinhentista, como abandona a sua própria localização tradicional. Na época pombalina a vila ganha uma muito vasta e muito regular praça nova – a *Praça Nova do Almada* – convenientemente atravessada pela estrada do Porto, que assim serve também um importante arrabalde recém-criado. Numa das faces da nova praça, bem junto à estrada, se localizou a muito moderna e erudita casa da câmara pós-pombalina, mandada construir por uma provisão régia de 21 de Fevereiro de 1791 e inaugurada a 24 de Dezembro do mesmo

ano”¹⁹⁷. Claro que uma renovação urbana tão radical implicou a decadência da Praça Velha, atrás referida: “como centro cívico, político e económico, decaiu pelos inícios do século XIX, devido à mudança da sede do poder municipal para a Praça Nova do Almada”¹⁹⁸.

No centro da fachada marítima do Reino, onde mais se fizeram sentir os efeitos desastrosos do Terramoto, merecem consideração as *praças novas* de algumas vilas das antigas províncias da Estremadura e do Alentejo. Começando pela própria cidade de Lisboa, note-se que a actual *Praça do Município* faz figura de *praça nova* face às refeitas e reconstruídas *praças velhas* do Rossio ou da Praça do Comércio, herdeira do Terreiro do Paço manuelino. Com efeito, a praça onde os engenheiros do Marquês de Pombal localizarão a casa da câmara da capital do Reino, herdeira do velho espaço da *Tanoaria* e a seu tempo da *Patriarcal* de D. João V, refaz, redesenha e disciplina o muito antigo, irregular e pequeno espaço urbano de há muito aberto face às Portas da Oura da Cerca Fernandina. Ora a pombalina *praça nova* de Lisboa (que na cidade apenas terá um paralelo no vizinho e igualmente monumental Largo de S. Paulo, à Rua da Boavista), que conhecemos sob o nome de *Largo do Pelourinho*, era sinalizada pelo obrigatório pelourinho, sendo devidamente monumentalizada pela novíssima casa da câmara pombalina, cuja fachada austera emparceirava muito harmoniosamente com as muito dignas e igualmente austeras fachadas dos outros lados da praça, nomeadamente com as das instituições estatais reedificadas do outro lado da Rua do Arsenal.

Sempre no contexto pombalino ou pós-pombalino, nas vizinhanças de Lisboa aparece uma notável *praça nova* em Torres Vedras, mais uma vez polarizada pelo pelourinho e, caso relativamente raro em Portugal, por um chafariz monumental. Porém, a fachada principal da praça, também muito ampla, airosa e regular, é a que lhe é dada pela monumental casa da câmara, reconstruída na mesma época.

No Sul do Tejo, um último e perfeito exemplo de casa da câmara localizada numa *praça nova* parece ser o da vila de Fronteira¹⁹⁹, datável já da época pós-pombalina. Com

¹⁹⁷ Ver, sobre o assunto, Paula Carolina Ramos Dionísio, in *A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim – Assistência e Caridade numa Vila Piscatória (1756-1806)*, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, 2005, pp. 36, 37.

Para a Póvoa do Varzim, ver ainda uma planta histórica in Sandra Araújo de Amorim, *Vencer o Mar...*, p. 160-161. Outra planta da Póvoa do Varzim pode ser consultada in Manuel Amorim, *A Póvoa Antiga – Estudos sobre a Póvoa de Varzim, Séculos X-XVI*, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, 2003, p. 212.

¹⁹⁸ Sandra Araújo de Amorim, *Vencer o Mar...*, p. 278.

¹⁹⁹ Um exemplo alentejano de localização da casa da câmara numa *praça nova* parece ser o de Vila Viçosa, cuja casa da câmara pombalina se localiza numa vastíssima e muito regular praça, provavelmente rasgada no século XVIII. Um melhor conhecimento da história urbana da bela vila alentejana esclarecerá quer a

efeito, também nesta vila alentejana a praça se apõe ao velho núcleo urbano, face ao que terá sido uma das portas da vila, sinalizada por uma torre, de há muito adaptada a *torre do relógio* local. A respectiva fachada proporciona o lado mais pitoresco da *praça nova*, mais uma vez sinalizada pelo pelourinho e tendo no lado oposto a monumental casa da câmara de Fronteira, concluída e decorada com o maior brio cívico e com a maior magnificência já na Época Liberal.

7.1.4.3 – Outras Praças, Largos e Terreiros

No quadro peculiar da história do urbanismo, em que se cruzam factores de imobilidade com factores de dinamismo, a *praça* assumiu-se tradicionalmente, como vimos, como um dos elementos mais estruturantes do desenho urbano, assinalando tanto velhos como novos centros. No entanto, face ao dinamismo urbano traduzido em ampliações, renovações e deslocações de moradores e de funções urbanas que se regista no nosso país no vasto período considerado neste estudo, muitas cidades e vilas portuguesas permaneceram como que imutáveis e circunscritas nos seus velhos limites urbanos, de há muito definidos. Assim, nestas localidades não se pode verdadeiramente falar de praças velhas face a praças novas. Com efeito, naquele longo período estas praças “novas” nunca apareceram – porque o número dos moradores não aumentou, porque o desenrolar normal das actividades e funções urbanas o não solicitou, porque as autoridades, locais ou centrais as não desejaram – enfim, porque não foram necessárias. Temos assim, em inúmeras vilas e cidades portuguesas, de fundação mais antiga ou mais moderna, espalhadas por todo o território, uma série de praças e largos, abertos em momentos históricos distintos, mais remotos ou mais recentes, mas que desempenharam continuada e secularmente as suas funções de efectivo centro urbano da comunidade. Estas praças e largos merecem uma referência especial neste levantamento, pois uns e outros proporcionaram, entre outras funções, a localização mais central, mais digna e mais cómoda às casas da câmara locais.

Independentemente do conteúdo semântico muito amplo e ambíguo das palavras *praça* e *largo*, consideraremos aqui o *largo* como um espaço aberto mas circunscrito, rodeado de casas ou muros de vedação, muitas vezes na confluência de vias de comunicação

localização da casa da câmara quinhentista quer a datação exacta da abertura da praça onde, mesmo ao lado da casa da câmara, também se localiza a Misericórdia local.

importantes, espaço esse que foi sendo ampliado e modelado informalmente ao longo dos tempos, mantendo sempre, porém, uma configuração básica irregular, muitas vezes resultante da justaposição de pequenos largos contíguos mas desalinhados. Diferente é o entendimento de *praça*, que aqui consideraremos como um espaço urbano aberto, também circunscrito mas sensivelmente regular. A sua forma mais comum é a rectangular, mas encontram-se praças mais ou menos quadradas. Fruto de um aventureirismo urbanístico muito raro entre nós, encontra-se mesmo uma praça *hexagonal*, já muito tardia e de erudição a toda a prova. Trata-se da Pós-pombalina *Praça dos Imperadores* de Manique do Intendente [Fig.^a 170], essa pequenina “ville de volonté” – para usarmos a definição com que Braudel caracterizou a vila de Madrid de Filipe II – criada pelo voluntarismo utópico e iluminado de Pina Manique. Tendo no centro o competente pelourinho, na face mais nobre da praça (a julgar pela hierarquia dos Imperadores convocados na toponímia das seis ruas que dela irradiam) se localiza a casa da câmara²⁰⁰.

Em Portugal, na época considerada nesta dissertação, recenseiam-se inúmeros e muito importantes exemplos de praças regulares ou, pelo menos, subsidiárias de uma nítida vontade de regularização. Elas constituem um bom paralelo às *Plazas Mayores* da tradição urbanística espanhola e às *Grandes Places* da tradição urbanística da França do Norte, da Flandres e das cidades da Europa que bordejam o Mar do Norte. Entre nós, Tomar detém uma das mais belas praças portuguesas, vasta e muito regular, balizada pela famosa igreja de S. João Baptista e pela menos famosa mas igualmente notável casa da câmara quinhentista.

Ao longo do país recenseiam-se belos casos de casas da câmara localizadas em praças mais ou menos regulares. Um dos exemplos maiores é proporcionado pela casa da câmara de Monsaraz, que se localiza também numa praça, definida pelo rasgamento muito regular e muito amplo, a meio do seu percurso, do eixo de circulação longitudinal da antiga vila [Fig.^a 171]. Aí se localizam, em lados opostos, a matriz e a Misericórdia, a casa da câmara e a velha casa da audiência, tendo a praça, no seu centro, o pelourinho e a cisterna. Um belo exemplo beirão, de provável origem quinhentista, é proporcionado pela notável e muito regular praça de Leomil (Moimenta da Beira), em que a casa da câmara proporciona a

²⁰⁰ Não muito afastada de Manique, merece igualmente referência a praça cronologicamente um pouco anterior de Sobral de Monte Agraço devida a um aventureirismo urbanístico de cariz semelhante. Num dos topos desta praça quadrangular (quase à ilhargia da Igreja Matriz, localiza-se a pombalina casa da câmara: “*Câmara Municipal* – Situada no centro da povoação, há a registar o edifício onde está instalada a Câmara, pela lápide alusiva à mercê de senhorio concedida por D. José, em 1771. Numa sala, a tela do século XVIII com o retrato do conde de Sobral”, Texto de Carlos de Azevedo / Adriano de Gusmão, in Maria Micaela Soares e Virgolino Ferreira Jorge (Coord.), *Concelho de Sobral de Monte Agraço...*, p. 38.

fachada mais nobre da praça local, mais uma vez sinalizada pelo pelourinho manuelino. Na actual Beira Baixa, duas antigas vilas merecem referência, Salvaterra do Extremo (hoje no Concelho de Idanha a Nova) e Sobreira Formosa [Fig.^a 172] (Proença a Nova). As casas da câmara destas duas antigas vilas (perdida a de Sobreira Formosa), ambas de provável origem quinhentista, localizavam-se nas regulares e muito aconchegadas praças locais.

Na região Centro, a casa da câmara de Óbidos e a de Ourém localizavam-se igualmente nas praças, ambas muito regulares, daquelas antigas vilas, onde ainda hoje sobrevivem os respectivos pelourinhos, perto de importantes igrejas locais e, no caso de Óbidos, bem no centro da respectiva malha urbana [Fig.^a 173]. Às portas de Lisboa, nos fins do Século XVIII notava-se, na legenda de uma *vista* muito ingénua mas muito interessante que “a vila do Cadaval, e Seu Termo compõem-se de Praça, e Pelourinho defronte do paço da Câmara”²⁰¹. No Ribatejo encontramos casas da câmara localizadas em praças bem definidas e regulares nas vilas de Benavente (edifício de há muito perdido) e em Salvaterra, onde sobrevive a notável casa da câmara setecentista, proporcionando a face mais nobre e mais monumental à bela praça local [Fig.^a 174].

A Sul do Tejo, as casas da câmara de Monforte e a de Nisa parece gozarem de localização semelhante, em praças em ambos os casos muito amplas e regulares. Nestas duas praças, outrora sinalizadas pelos pelourinhos (dos quais sobrevive o de Nisa, datado de 1792) se localizam as Igrejas da Misericórdia locais que, no caso de Nisa, tem uma fachada adjacente e contínua à da casa da câmara [Fig.^a 175]. Perto de Monforte, a casa da câmara de Cabeço de Vide (hoje no Concelho de Fronteira) localizava-se na praça local, sinalizada pelo pelourinho, face aos açougues (reconstruídos já na Época Contemporânea), junto ao castelo e muito perto da Misericórdia. Relativamente perto – e sempre no actual distrito de Portalegre – a velha casa da câmara do Cano (hoje no Concelho de Sousel) localizava-se igualmente na muito regular praça daquela antiga vila, a que proporciona a fachada mais importante e mais monumental. Localizada na praça, ainda hoje sinalizada pelo pelourinho, a casa da câmara de Cano estava (numa implantação que lembra a de Almada), literalmente colada à Misericórdia local. Quanto a Arraiolos, a casa da câmara localizava-se no coração da vila, numa praça muito regular. O mesmo se passava em

²⁰¹ Legenda da componente representada com o n.º 2 – “Praça” – no *Mapa da Vila do Cadaval*, Apresentação e estudo de João Ludgero Marques Gonçalves, Câmara Municipal do Cadaval, Cadaval, 2002, p. 4. O *Mapa da Vila do Cadaval*, que se encontra na Casa Cadaval, em Muge, foi mandado fazer “durante o ducado de D. Miguel Caetano Álvares Pereira de Melo, de 1771 a 1806”, podendo-se “situar a realização do mapa entre 1771 e 1790”, *Mapa da Vila do Cadaval...*, p. 1.

Ourique, onde a antiga casa da câmara (de que só resta a torre do relógio) se localizava na praça local, face à Misericórdia, de há muito profanada.

Sempre no Alentejo, a casa da câmara de Grândola, aparentemente reconstruída na Época Pombalina devido a eventuais estragos provocados em edifício anterior pelo Terramoto, localiza-se numa enorme praça quase quadrada [Fig.^a 176], de origem provavelmente quinhentista. Ocupando uma face inteira da vasta praça, a casa da câmara, que sobrevive intacta (embora lamentavelmente abandonada pela respectiva autarquia enquanto sede do poder concelhio, no fim dos anos 60 do século passado), tinha na face oposta da praça a Misericórdia local, também lamentavelmente demolida na Época Republicana. Localização em tudo semelhante se registava na vizinha vila de Alvalade do Sado, cuja casa da câmara se situava numa praça igualmente muito regular, aproximadamente quadrada, tendo na frente a respectiva Igreja da Misericórdia, hoje profanada. Enfim, casas da câmara localizadas nas praças locais, sempre muito regulares, registam-se ainda em Barrancos, onde a casa da câmara é rigorosamente fronteira à Matriz, localizada do outro lado da praça sensivelmente quadrangular; em Mértola, onde a perdida casa da câmara, localizada com grande probabilidade no sítio da actual (reconstruída nos fins do século XIX), ficava numa praça rectangular muito regular, ou em Almodôvar, onde a casa da câmara ficava numa vasta praça sensivelmente quadrangular, tendo também no seu topo oposto a Misericórdia local.

No Norte, várias casas da câmara gozam de semelhante localização, na fachada mais nobre das respectivas praças. É o caso da provavelmente joanina casa da câmara de Couto de Esteves (Sever do Vouga). Também a pombalina casa da câmara de Aveiro proporciona a fachada principal da respectiva praça local, quase à ilhargá da Misericórdia, que outrora proporcionava o adro onde se localizava a igreja de S. Miguel [Fig.^a 177]. De há muito tutelada pela figura emblemática de José Estêvão, representado na estátua localizada no seu centro, merece reparo esta praça pois é das mais harmónicas de Portugal, apesar dos desequilíbrios provocados nos nossos dias por várias intervenções muito agressivas nas suas imediações. Enfim, na Beira, a monumental casa da câmara de Linhares (Celorico da Beira), datável do reinado de D. Maria I, ocupa um lado inteiro da respectiva praça, pequena mas regular, pontuada pelo pelourinho e, num dos seus extremos, pela fonte de mergulho medieval em cujo eirado se adaptara o chamado “fórum”, o espaço de reunião dos homens-bons do concelho na Idade Média, também atrás já referido.

Muitas cidades e vilas portuguesas não conheceram nunca, na época em estudo, os requintes de uma praça regular, revendo-se e servindo-se sem quaisquer problemas ou constrangimentos, de largos mais ou menos vastos, mas sempre irregulares, rasgados de uma forma informal e quase orgânica na velha malha urbana, amuralhada ou não. Aguiar da Beira proporciona-nos um exemplo maior de localização da casa da câmara no largo principal da vila. Com efeito, o edifício concelhio, que remonta à época de D. João V (infelizmente hoje não utilizado pela Câmara local), insere-se num largo muito vasto que, apesar do seu piso desnivelado e da sua configuração muito irregular, nos proporciona uma das paisagens urbanas portuguesas mais ricas, mais intensas e mais bem conservadas. Merece registo o equilíbrio com que a componente residencial se articula com o carácter laico e cívico do largo, pontuado pela fonte monumental (já atrás referida), pela torre do relógio e pelo pelourinho quinhentista, num conjunto único de edifícios, equipamentos e símbolos do velho poder concelhio português. Muito próximo da Aguiar da Beira, a casa da câmara da vizinha vila de Penedono, certamente reconstruída também na época de D. João V (infelizmente hoje muito descaracterizada por obras posteriores, de gosto muito banal), está localizada num vasto e irregular largo que, dando acesso ao castelo vizinho, também está sinalizada pelo pelourinho local. Localização semelhante, num largo muito irregular, se entrevê na antiga vila de Sortelha, em que a casa da câmara se implanta no amplo e informal largo que também detém o pelourinho, assim como a entrada monumental do castelo. Outro caso também muito pitoresco é o de Moreira de Rei (Trancoso): a sua casa da câmara localiza-se no velho largo, face à igreja e ao pelourinho – e ao lado de um freixo colossais que pode ter servido de força, se a tradição local for de seguir neste aspecto **[Fig.^a 178]** – constituindo o conjunto uma das mais intensas paisagens urbanas portuguesas medievais.

Ao longo do país registam-se inúmeros casos de localização da casa da câmara em largos irregulares, bem no coração urbano das respectivas localidades, mais ou menos circunscritos pela malha urbana circundante. Trata-se sempre de largos informais, normalmente adaptados nos pontos de confluência dos mais importantes eixos viários que atravessam as respectivas vilas. Um exemplo beirão é proporcionado pela antiga vila da Rua (Moimenta da Beira) cuja casa da câmara está localizada num pequeno largo rasgado muito informalmente num ponto fulcral da velha estrada de Trancoso para Lamego, bem no centro da vila. Neste pequeno e provinciano largo, a que o pelourinho dá, porém, uma dignidade e um significado urbano inconfundíveis, a casa da câmara mal se distinguiria das demais casas do largo, não fora a presença dos sinais inerentes à arquitectura concelhia portuguesa (adiante caracterizados) – o *campanário*, as *armas reais* e a janela da *cadeia* (de há muito

privada das respectivas grades), que a distinguem das casas contíguas dos modestos lavradores daquela antiga vila.

Localizações semelhantes da casa da câmara em largos circunscritos mas irregulares assinalam-se por todo o país. Mais uma vez sem nenhuma pretensão de sistematização, registe-se o exemplo de Vila do Conde, cuja casa da câmara quinhentista empresta uma monumentalidade a toda a prova ao amplo e muito pitoresco largo daquela antiga vila, proporcionando um equilíbrio urbano notável ao quase contíguo e muito amplo adro da famosa Matriz local. Muito perto, a casa da câmara de Azurara (Vila do Conde), hoje muito transformada, localizava-se num vasto e muito irregular largo, à ilharga da imponente matriz e do seu adro.

A Sul do Douro, a casa da câmara de Maceira de Cambra (hoje no actual concelho de Vale de Cambra), datável já de cerca de 1820, localiza-se também num largo irregular, de formato triangular, também perto da Matriz. Situação parecida se assinala em Tábua, cuja antiga casa da câmara se situa num largo irregular perto do centro da vila. Localizações semelhantes, em largos triangulares mais ou menos vastos definidos pela confluência de importantes ruas locais, se encontram nas antigas vilas de Segura e do Rosmaninhal [ver atrás **Fig.^a 34**], cujas casas da câmara também se situavam em largos irregulares a que o pelourinho emprestava um intenso princípio de ordenação urbana. Em Idanha-a-Velha, a casa da câmara, ombreando com a matriz, embora numa escala muito modesta e provinciana, define a face mais monumental do largo local, irregular, mais uma vez polarizado pelo pelourinho.

No centro do país, a casa da câmara de Pombal, refeita no tempo do Marquês, localizava-se igualmente num amplo e muito irregular largo. A caminho de Lisboa, também a casa da câmara de Vila Franca de Xira, reconstruída na Época Pombalina, se localiza igualmente num largo irregular mas aqui muito aconchegado e sinalizado pelo pelourinho. Localizações semelhantes se assinalavam nas casas da câmara de Alverca do Ribatejo ou da de Oeiras, ambas de empresa pombalina, situadas em largos irregulares.

A mesma localização se encontra em várias vilas a Sul do Tejo. É o caso de Almada, cuja casa da câmara pombalina se situa num largo triangular que resulta da confluência de duas das ruas mais importantes daquela vila [**Fig.^a 179**]. Também em Palmela, a casa da câmara, parcialmente reconstruída após o Terramoto, se situa na ilharga da matriz, no topo da íngreme rua principal da vila, no ponto em que esta se alarga, se divide em duas, proporcionando uma implantação urbana muito desafogada à fachada principal da casa da câmara. Muito perto, a pombalina casa da câmara de Sesimbra parece gozar de idêntica

localização, num largo irregular, mais uma vez sinalizado pelo pelourinho e tendo, também mais uma vez, na casa da câmara a sua fachada mais ordenadora e monumental. Em Montemor-o-Novo, a casa da câmara, datável do século XVII, localiza-se igualmente num largo muito irregular e estreito, resultante do alargamento informal de uma importante rua local. Em Santiago do Cacém, a casa da câmara setecentista, de há muito abandonada enquanto sede do poder local, situa-se num amplo e monumental largo triangular (ainda hoje sinalizado pelo pelourinho), definido pela confluência das outrora mais importantes ruas da vila [Fig.^a 180]. O mesmo se passa na vila do Crato, onde a casa da câmara se localiza num largo em tudo semelhante. Enfim, em Marvão, a casa da câmara serve de cenário e de fundo monumental a um pequeno e esguio largo, mais uma vez sinalizado pelo pelourinho.

Face ao uso intenso e francamente predominante de praças e largos para a localização das casas da câmara portuguesas, na época em estudo na presente dissertação regista-se também, por todo o Reino, o recurso a *terreiros* irregulares e sobretudo periféricos para a localização das respectivas casas do concelho. Trata-se dos velhos *rossios*, quase sempre de origem muito antiga, muito vastos e de desenho quase orgânico, localizados normalmente, às portas, nos arrabaldes ou mesmo nos arredores das vilas e das cidades portuguesas. A localização das modernas casas da câmara nesses *rossios* e *terreiros* transforma-os em verdadeiras praças cívicas modernas, polarizadoras da urbanização dos espaços adjacentes e sobretudo da concentração de importantes funções urbanas.

Localizações da casa da câmara em *terreiros* muito abertos e informais encontram-se por todo o país. Mais uma vez sem qualquer preocupação de sistematização, daremos alguns exemplos relevantes, começando por um dos casos mais notáveis de semelhante implantação da casa do concelho. Trata-se de Castelo de Vide, cuja monumental casa da câmara se localiza face ao morro do castelo, num muito vasto espaço aplanado – *Devesa*²⁰² – nitidamente separado embora contíguo aos complexos núcleos militares e urbanos de origem medieval. A construção da casa da câmara de Castelo de Vide naquele vasto *terreiro* (então defendido por novas e modernas fortificações daquela vila, localizadas no lado oposto ao do castelo medieval) nos inícios do Século XVIII, culmina o processo – que se iniciara com a construção anterior da contígua Matriz local – de uma autêntica deslocação de funções

²⁰² A palavra *Devesa* surge com alguma regularidade na velha toponímia local, normalmente para designar um espaço muito aberto e não urbanizado, adaptado por vezes a campo da feira local, como em Marialva (Meda). Conhecemos um caso – Granja (Concelho de Trancoso) – em que a palavra é utilizada para designar terras planas de cultivo muito produtivas, relativamente aproximadas da aldeia a que pertencem.

urbanas primeiro para a *vila baixa* e, em seguida, para a Devesa, isto é, o velho *rossio* local, assim urbanisticamente ordenado e dignificado.

No Norte, registre-se o exemplo de Alijó, no Distrito de Vila Real: a muito tardia casa da câmara local, que remonta ao fim do século XVIII, localiza-se num muito irregular e vasto terreiro. O mesmo se passa com a de Mondim de Basto. Em ambos os casos as respectivas casas da câmara afastam-se sensivelmente do centro das velhas malhas urbanas locais. No actual Distrito do Porto, também a pombalina casa da câmara de Penafiel parece localizar-se num vasto terreiro aposto à antiga povoação (então elevada a cidade), bem na frente da Misericórdia local.

A Sul do Douro, a tardia casa da câmara de Castelo de Paiva tem pela sua frente um amplíssimo terreiro muito irregular, muito mais tarde transformado em aprazível *Passeio Público* local. Por sua vez, a casa da câmara de Arouca – cuja fachada principal é contígua à da Misericórdia local – localiza-se também num muito vasto e relativamente regular terreiro, localizado bem na frente do Mosteiro local. O mesmo se passa, num contexto geográfico diferente, em Alcobaça, onde a casa da câmara, reconstruída na Época Pombalina, se localizava no alinhamento de casas que, fronteiras ao Mosteiro, definiam e definem ainda hoje um gigantesco *plateau* triangular. Perto da casa da câmara erguia-se outrora o pelourinho local. Em Mafra, a velha casa da câmara ficava também num espaço aberto muito amplo e irregular [Fig.^a 181], ainda hoje escassamente urbanizado. No Ribatejo, a notável casa da câmara pombalina da Golegã localiza-se em idêntico terreiro informe, onde de há muito se localizava, no seu lado oposto, a igreja manuelina daquela vila.

O Alentejo proporciona-nos outros exemplos de casas da câmara localizadas em amplos e quase periféricos terreiros, como no Alandroal, onde a monumental casa da câmara pós-pombalina se localiza num vasto espaço urbano informe, face ao castelo de origem medieval. Muito perto, a muito notável casa da câmara pombalina do Redondo localiza-se também num vastíssimo terreiro, porém muito afastado do cerro onde sobrevive o bonito e muito pitoresco castelo medieval. Implantada num espaço adjacente à velha vila medieval (ainda hoje escassamente urbanizado), a localização da casa da câmara

do Redondo é singularmente semelhante à da de Castelo de Vide. Em Borba, a pombalina – e provavelmente mais bem conservada casa da câmara portuguesa do Antigo Regime – situa-se também num amplo e muito desafogado *rossio*, encostado do lado de fora do primitivo núcleo urbano. Este *rossio* era particularmente adaptado para paradas, festas e manifestações políticas como a que, nos limites extremos da época em estudo nesta *dissertação*, aí teve lugar a 26 de Outubro de 1831, celebrando efusivamente o aniversário do

Rei D. Miguel I. Nesse dia, após o *Te Deum* na Matriz da vila (também descentrada em relação ao núcleo urbano primitivo), “deu a companhia de voluntarios Realistas as discargas, **passando dipois em continencia pela frente das Cazas da Camara ahonde se achava collocada a Real Effigie de Vossa Magestade**, precedendo logo os vivas a Vossa Magestade, à nossa Sancta Religião e a toda a Real Familia”²⁰³. Enfim, no Algarve, a localização da casa da câmara de Tavira gozava de localização semelhante, também face a um vasto terreno muito irregular e ao próprio rio, que lhe passa ao lado.

7.1.5 – Lugar que serve de cabeça de Concelho

Na época histórica considerada neste estudo, praticamente todos os concelhos tinham a sua sede numa localidade determinada, com o estatuto de vila ou de cidade. Porém, nessa mesma época houve concelhos que não só não tiveram a sua sede numa vila pré-existente como nem sequer numa povoação minimamente estruturada em termos urbanos. Concelhos houve, com efeito, que não integravam nenhuma vila no seu termo, de que retirassem o respectivo nome e onde se localizassem as instalações e equipamentos inerentes ao seu respectivo funcionamento, a começar pela casa do concelho. Esta realidade, apesar de ser relativamente rara foi uma das surpresas maiores proporcionadas pela investigação inerente ao presente estudo. Com efeito, deparámo-nos com concelhos famosos, de origem muito antiga, que nunca corresponderam a uma localidade concreta, fosse qual fosse o seu estatuto, e que nunca integraram uma vila de que retirassem o respectivo nome. Assim, ao velho Concelho de Vouga nunca correspondeu uma vila com semelhante nome. O mesmo se passou com concelhos com nomes tão evocativos como Coura, Basto, ou Lafões e Besteiros, designações muito abrangentes que englobavam *termos* mais ou menos vastos, ou melhor, as famosas circunscrições de origem tipicamente medieval chamadas de *terras*. Tratava-se de uma espécie de super-concelhos, que conhecemos por nomes muito antigos e evocativos, mas que nunca corresponderam a vilas ou a cidades concretas que, por qualquer ascendente

²⁰³ *Representação* da Câmara de Borba para El-Rei expondo que a 26-10-1831 celebraram o aniversário do Rei D. Miguel com *Te Deum*, descargas de fogo e demais manifestações de júbilo na frente da casa da câmara; Borba, 29-10-1831, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 984; Caixa 1102.

urbano, demográfico ou institucional, se destacassem ou se sobrepussem a qualquer outra povoação do termo ou da respectiva *terra*.

Esta situação, apesar de muito estranha para nós, pois a cada sede de concelho corresponde hoje uma comunidade urbana concreta, de que retira o próprio nome, de tamanho e importância normalmente superior às demais povoações do respectivo termo – levanta a questão da localização efectiva da sede do poder concelhio na Idade Média e no Antigo Regime. A ausência histórica de uma vila concreta em alguns velhos concelhos portugueses suscitou, enfim, a emergência da figura da *cabeça do concelho* enquanto lugar de implantação da própria casa do concelho. Assim, em 1535, o ouvidor de Montagrago (Sobral de Monte Agraço) informa o Arcebispo de Évora, que tutelava esta circunscrição, nos seguintes termos: “*Senhor eu fiz camara com todo o povo da villa sobr a detriminaçam homde se fizese e posese o pelourinho como me Vosa A. mandou que fizese e achou se huum chão do comcelho que esta arendado oito braças do adro da Igreja homde o pelourinho sohia a estar e por todos foy acordado que neste lugar e chaão se posesse ho pelourinho por que dizem que este sjtio dos paços de Vosa Alteza he a cabeça da Villa homde elles som obrigados fazer suas camaras e audiencias e todo o que lhe he necesario por bem de Justiça e tudo isto sempre se ally costumou fazer*”²⁰⁴.

A escolha de um lugar para a efectiva implantação da casa da câmara e demais equipamentos concelhios deve ter levantado as maiores dificuldades às autoridades, devido à necessidade de contemplar não só as características do povoamento local como a de respeitar interesses muito sensíveis e equilíbrios sempre precários e ameaçados que haveria que manter. Assim, numa data tão tardia como 1759, em plena Época Pombalina, a criação do recentíssimo concelho de Vila Fresca de Azeitão põe a questão muito pertinente – levantada pelo recém-nomeado Juiz de Fora – de se saber qual das treze aldeias de que se compunha o recém-criado concelho havia de ser escolhida para sede do respectivo concelho, como atrás vimos:

“e como não sey em qual das referidas Aldêas se deve levantar as Cazas da Camera, Cadêa, e Pelourinho porquanto se o nome de Villa Fresca se hã de entender pella Aldêa do mesmo Nome, sendo esta huma das menores entre as mais, e cujoz Edifícios pella pobreza dos seos Moradores se achão actualmente na mayor parte por terra concorrendo a circunstancia de ser a quarta que fica da parte do Nascente, e em distancia de quarto, e meyo de Legoa da ultima da parte do Poente: parece se me deve determinar em qual das Aldêas se hã de erigir esta Villa se na Aldêa de Nogueyra aonde se acha o Palacio, Convento, Freguezia, e Caza de Mizericordia, se na Aldêa de Villa fresca que se acha arruinada, e cujoz Moradores pella sua pobreza parece estão impossibilitados para reedificarem os seos Domicilios com a brevidade que seria necesario”.

²⁰⁴ Informação que o ouvidor de Montagrago deu ao arcebispo de Évora do estado dos paços junto da “igreja matriz da villa que se chama o Salvador”; Montagrago, 1535; publicada por Maria Micaela Soares, *Monte Agraço e o seu Foral*, Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 1990, p. 149.

Na mesma *Representação*, o Juiz de Fora faz novas e quase pedantes considerações quanto às vantagens e inconvenientes da localização da casa da câmara, cadeia e pelourinho na aldeia de Nogueira (hoje Vila Nogueira de Azeitão), no Terreiro do antigo Palácio dos Duques de Aveiro e nas suas imediações:

“Na suppozição de que *Sua Magestade* pellos motivos referidos conferirá a Aldêa de Nogueyra a honra de nella se edificarem as Cazas de Camara, Cadêa, e Pelourinho: **ocorre a duvida do Sítio em que estas se hão de edificar: pois sendo o mais á propozito o que fica no Terreiro do Palacio para a parte do Norte e defronte da sua Perspectiva porque ficaria formando huma especie de Praça regular com que a Villa se ennobreceria, se offerecem os inconvenientes de que este Edificio tiraria alguma pequena parte da vista de mattos e Pinhaes que o quarto de baixo do mesmo Palacio goza para a dita parte do Norte, e que precizamente seria edificado em Terras dos Religiozos Dominicos**, por não offender a estrada publica que não pode ser por outra parte senão pella em que ao prezente se acha. E quando estes inconvenientes fossem motivo bastante para se destinar outro Sítio aos ditos Edificios, **parece se deverião edificar de frente do Convento dos sobreditos Religiozos da parte do Norte**, e junto a Freguezia, mediando entre esta, e os ditos Edificioz a estrada publica que vay de Lisboa para o dito Convento, ou aliás na ilharga do mesmo Convento da parte do Poente: porem **em nenhum destes dous Sítios formará Praça regular, nem deixará de ser edificado em Terra pertencente aos ditos Religiozos: em cujos termos se deve determinar em qual deste Sítios se hão de levantar a Caza de Camera Cadêa, e Pelourinho, ou se deixando de parte a regularidade da Praça idêada se hão de levantar na mesma Aldêa de Nogueyra que fica em muito pequena distancia para a parte do Poente**”²⁰⁵.

Ora, tal como em Vila Fresca de Azeitão na segunda metade do Século XVIII, também noutras regiões de povoamento muito disperso e de escassa urbanização – e em épocas mais remotas – terá sido muito difícil encontrar uma localidade que, sobrepondo-se naturalmente às demais, permitisse a sua elevação não só a vila como a sede do próprio concelho²⁰⁶. Por outro lado, é fácil intuir profundas rivalidades entre as diversas comunidades urbanas locais, por modestas e pobres que fossem. Assim, no momento de se escolher um lugar para implantar a sede do poder concelhio, algumas vezes ter-se-á optado ou por uma localidade de impacto urbano insignificante ou então por um sítio simplesmente desabitado. Porém, a escolha deste espaço não terá sido feita ao acaso: nessa escolha hão-de ter pesado factores como a facilidade dos acessos ou ainda a relativa centralidade geográfica do sítio a escolher enquanto cabeça de concelho em relação ao *termo* do mesmo.

Porém, importa reter que, uma vez escolhido o sítio, ele será imediata e convenientemente sinalizado e dignificado pela implantação obrigatória do pelourinho e, a seu tempo, pela construção da casa da câmara. A força e o valor simbólico destes sítios era

²⁰⁵ *Representação* do Juiz de Fora de Vila Fresca de Azeitão, de 27-10-1759, com diversas considerações relativas à recente criação do Concelho respectivo e em particular à edificação das Casas da Câmara, Cadeia e Pelourinho do Concelho, sua localização financiamento e architecto; Vila Fresca de Azeitão; 27-10-1759, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 367 [ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 4].

²⁰⁶ Note-se que ainda em plena Época Liberal surgiram novos concelhos que, como os de Macedo de Cavaleiros, Marco de Canaveses ou Águeda, resultaram da incorporação de vários antigos e pequenos concelhos, então extintos, que passaram a integrar os termos dos concelhos novos então criados.

de tal modo intensa que sobreviveram e permaneceram até hoje, por vezes urbanamente isolados, enquanto outros acabaram por dar lugar a comunidades urbanas de algum significado, tendo sido posteriormente elevadas a vilas. Noutros casos, enfim, os velhos sítios foram simplesmente abandonados por imposição real, dando lugar a deslocações da sede do poder concelhio e, a seu tempo, a novas comunidades urbanas. Recensearemos em seguida os casos que encontrámos de *lugares-cabeça de concelho* implantados em lugares incaracterísticos, atípicos e sobretudo escassamente urbanizados ou mesmo não urbanizados. Estas *cabeças de concelho* não povoadas nem urbanizadas localizavam-se a Norte e a Sul do Tejo embora, como seria previsível, com nítida concentração na antiga Província de Entre Douro e Minho.

Um dos casos mais insólitos de localização da *cabeça do concelho* encontra-se, porém, no Alentejo e é proporcionado pela sede do tardio e cremos que muito efémero Concelho de Canal (hoje no concelho de Estremoz). Nada encontrámos da respectiva casa da câmara, mas o pelourinho sobrevive no terreiro das traseiras de um minúsculo e muito isolado povoado. Desprovido de funções urbanas essenciais como igreja, capela, ou mesmo de uma fonte central, Canal é mais parecido com uma quinta agrícola ou com um pequeno *monte* alentejano do que com uma aldeia por pequena que seja. Quase às portas de Lisboa, nas entradas do segundo quartel do Século XVI, a cabeça do concelho de Monte Agraço (então do senhorio da Sé de Évora) estava também num sítio isolado. Com efeito, no “Cadastro da População do Reino” regista-se que **“em esta vila de Mõte Agraço não vive nhuma pessoa no corpo da vila** somente esta ahi huma igreja e huns paços velhos do Cardeal e agora sam de Luis da Silveira, e he reguengo. E tem o pelourinho ahi”²⁰⁷. No Minho, o lugar de Mantelães proporcionava a sede do antigo Concelho de “Terras de Coyra” ou simplesmente de Coura²⁰⁸, de que não consta que tenha sobrevivido qualquer elemento da velha arquitectura concelhia²⁰⁹. O mesmo se passava com o de há muito extinto Concelho de Ribeira de Soaz (Foral de 1515; hoje no Concelho de Vieira do Minho): a cabeça do

²⁰⁷ Publicado, entre outros, por Maria Micaela Soares, *Monte Agraço...*, p. 144.

²⁰⁸ O Concelho de Coura teve foral renovado por D. Manuel I, a 13-4-1515 (consulta no *sítio Internet* da Câmara local).

²⁰⁹ Coura deu lugar ao concelho moderno de Paredes de Coura. Com efeito, “o nome actual surge na década de 70 do Século XIX, quando a sede do concelho foi transferida de Mantelães para a freguesia de Paredes” (consulta no *sítio Internet* da Câmara local). Não visitada a antiga cabeça de concelho, Mantelães, durante a visita feita a Paredes de Coura, não recolhemos qualquer informação da sobrevivência de qualquer forma de equipamento ou arquitectura concelhia local.

concelho ficava no lugar de Caniçada, onde sobrevivem as ruínas da respectiva casa da câmara²¹⁰.

As famosas Terras de Basto incluíam um muito vasto termo, em torno da chamada Vila de Basto, que se localizava junto ao castelo da actual aldeia de Arnóia (hoje Concelho de Celorico de Basto)²¹¹. Da velha arquitectura e demais equipamentos de empresa concelhia, subsiste o pelourinho, restituído na época do Estado Novo – e subsiste a memória histórica, pelas palavras do Corregedor de Guimarães, de 1726: “não consta que em tempo algum foce grande a povoação desta villa, por estarem em seo destrito muito espalhados os habitantes. Hoje concerva poucos vezinhos, porque a aspereza do citio não permite o acrecentar-se mais. Concerva ainda pelourinho, casa da câmara e cadeia, cuja obra foi feita no anno de 1586, sendo corregedor desta comarca o Doutor João Gil de Abreu Castelo-Branco, como se ve de hum letreiro, que descobrimos no alto da cadea, entre as duas janellas de sima, que fazem frente ao Norte, em que se lê o seguinte: MANDOU HA FAZER O / C(ORREGED)OR JOÃO GIL D’ABREU / CASTELO B(RAN)CO (15)86”²¹². Enfim, quanto à deslocação da cabeça de concelho da velha vila de Basto, ainda no tempo de D. João V, suscita ao Corregedor de Guimarães a descrição do respectivo processo, que pela sua riqueza informativa e pela sua raridade transcrevemos: “como a casa da Camara desta villa [*de Basto*] se foi arruinando com o tempo, e os Juises de Fora não tinham povoação, e citio onde residirem com comodidade, asim sua como dos povos, a instancia do Doutor Antonio Teixeira Alvares, do Concelho de Sua Magestade e seo Desembargador do Passo, **se mandou buscar, citio para os Juises de Fora poderem acistir, que ficasse com comodidade, asim para elles como para as partes, por ser o termo muito dillatado;** e depois de varias diligencias e das vidas [*sic*, por *dúvidas?*], que se moverão entre os moradores da parte de cima do castello e os da parte de baixo, **se asentou ficar quase no meio do concelho o lugar de Freixieiro, na freguesia de São Pedro de Britello, por ser tambem o citio ameno e o valle aprasivel;** e mandou Sua Magestade **que no dito lugar se**

²¹⁰ O Concelho de Ribeira de Soaz “tem o seo foral e casa da Camara e Cadeia na freguesia de São Mamede, no lugar de Canissada, e polourinho, onde tem armas reaes; sendo que antiguamente, estando nelle as armas dos Sylvas, as picação os moradores, hã mais de sincoenta annos, entendendo serem as ditas armas o leão de Castella”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, 1992, Vol. II, p. 130.

²¹¹ “A primeira sede do antigo julgado, nos arredores do castelo de Arnóia, denominada Vila de Basto, recebeu Foral dado em Évora por D. Manuel I, no dia 29 de Março de 1520, mas por provisão de D. João V, datada de 21 de Abril de 1719 foi transferida para o local onde hoje a conhecemos, com a denominação de Vila Nova de Freixieiro, por ficar situada a norte do antigo lugar com este nome e junto do rio também chamado Freixieiro, na freguesia de Britelo” (consulta no *sítio Internet* da Câmara local).

²¹² Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, p. 323.

Deve dizer-se que em Arnóia, num monte sobranceiro ao castelo, sobrevivem as ruínas da *forca*, também restaurada na época do Estado Novo. Subsiste ainda, em ruínas, a chamada e notável *Casa da Botica* que, em rigor, não parece dever integrar o conjunto de equipamentos e edifícios de teor concelhio.

fizesse huma casa da Camara com casa de audiencia e mais cazas para os juises de fora aestirem; o que assim se fez à custa do povo e se acabou no anno de 1723, concorrendo os moradores da dita villa com toda a despesa, para se fazer a obra com a grandeza, que tem; e só falta fazer-ce também casa de cadeia, em razão da que está no castello tambem se hir aruinando e ser mais util estar nas vesinhanças do Menistro. Ao presente se vão já fazendo varias casas no mesmo citio, que muitos particulares vão mandando erigir; e pello tempo em diante se fará huma boa povoação, com que as partes não sintam as desconvidades, que experimentavão, nem os Menistros os discomodos, que tinhão. **Nesta casa da Camara se puserão sobre a porta da audiencia as armas reaes, muito bem feitas e dentro todos os apartamentos necesarios para semelhante Casa;** e sobre esta se anda preparando o mais de que ainda necessita; e **já o anno de 1722, em os 31 de Agosto, se fés a primeira audiencia na dita Casa; e no de 1723, em huma quarta feira, pellas des horas da manhan, 3 de Novembro, fizemos a primeira audiencia da Correição na dita casa da Camara**”²¹³. Assim se iniciou um muito lento processo de urbanização do novo lugar-cabeça de concelho, sede desde então do moderno Concelho de Celorico de Basto.

Quanto a Cabeceiras de Basto, a cabeça de concelho ficava no lugar de Pereiras (freguesia de Refojos), outrora não urbanizado e hoje escassamente povoado²¹⁴. Aí sobrevive a monumental casa da câmara setecentista, num largo muito desafogado e desabrido, pontuado pelo pelourinho. Quanto à cabeça do antiquíssimo Couto de Refojos de Basto, desde o fim do século XVIII integrado no actual concelho de Cabeceiras, tinha a sua sede em Refojos – a actual vila de Cabeceiras de Basto – sobrevivendo a respectiva casa da câmara setecentista numa das faces do enorme terreiro fronteiro ao famoso Convento de S. Miguel de Refojos.

Do outro lado do Tâmega, já em Trás os Montes, o antigo concelho de Pena²¹⁵, o antepassado do actual Concelho de Ribeira de Pena, tinha a respectiva cabeça de concelho

²¹³ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, pp. 328-329.

²¹⁴ O Concelho de Cabeceiras de Basto teve foral de D. Manuel I em 1514; “He cabeça deste concelho o lugar das Pereiras, na freguesia de São Miguel de Refojos (mas fora do Couto), aonde está a caza da Camara, cadea e pelourinho”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, p. 378.

O mesmo autor acrescenta noutro passo das suas *Memórias Ressuscitadas*: “em o lugar das Pereiras [...] descobrimos no alto da dita casa [da Câmara do Concelho de Cabeceiras de Basto], da parte de fora, sobre a janella, hum letreiro, por que consta, que mandara fazer a dita caza o corregedor desta comarca, o Doutor João Gil de Abreu Castello Branco, no anno de 1586, em que floresceo nella [...]. He o letreiro na forma seguinte: MANDOU HO CO(RREGEDOR) I(O)AM / GIL D’ABREU CASTEL(O) / B(RAN)CO ANO DE. (15)86”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, pp. 380.

²¹⁵ Na Idade Média integrado nas Terras de Aguiar de Pena (a actual Vila Pouca de Aguiar). A Vila de Pena teve Foral de D. Manuel a 16 de Maio de 1517.

em Venda Nova, sítio servido por uma estrada importante, mas isolado e ainda hoje escassamente urbanizado. Aí sobrevive a casa da câmara de origem manuelina, embora reconstruída no século XVIII, localizada num vasto terreiro onde se localiza o pelourinho restituído recentemente, de uma maneira bem grosseira, aliás²¹⁶. Perto de Pena ficava Alfarela, cabeça do antigo Concelho de Jales (Vila Pouca de Aguiar), referida em 1726 pelo Corregedor de Guimarães: o “lugar de Alfarella (que alguns erradamente chamão villa), [...] he cabeça do dito concelho e nelle está a casa da audiencia, que serve tambem de camara, com sua cadeia, e defronte desta o pelourinho, que no alto tem, de hum banda, as cinco quinas, e na outra hum concha, e na outra hum florão, e na outra = 1585 =”²¹⁷.

A caminho do Rio Douro, a cabeça do Concelho de Lousada ficava, no século XVI, no lugar da Oitava, na actual freguesia de Pias, onde se localizava a respectiva casa da câmara, deslocada em época que ignoramos para a vila de Lousada²¹⁸. Muito perto, o Concelho de Felgueiras (que teve Foral em 1514) “tem a caza da Camara, no lugar de Margaride”²¹⁹. Na região do Vale do Sousa, o actual Concelho de Paredes é o herdeiro do velho Concelho de Aguiar de Sousa²²⁰. O pelourinho e a casa da câmara setecentista deste concelho localizavam-se no pequeno lugar de Paredes, na freguesia de Castelões de Cepeda, estando a respectiva casa da câmara em uso até à época do Estado Novo. A dois passos, o actual Concelho de Penafiel é o herdeiro do antigo Concelho de Arrifana de Sousa, que tinha a sede em S. Martinho de Mozares, “elevado a vila em 1741 e, em 3 de Março de 1770, a cidade, com o nome de Penafiel”²²¹. Seguem-se três antigos concelhos portugueses, Canaveses, Benviver e Portocarreiro (todos hoje integrados no Concelho de Marco de Canaveses, concelho criado apenas na Época Liberal) que, pela singular localização das respectivas casas da câmara e dos pelourinhos contíguos (perdido o de Portocarreiro) ilustram muito bem a existência efectiva de lugares-cabeça de concelho em sítios minimamente ou mesmo não urbanizados. Assim, a cabeça de Concelho de Canaveses é hoje (tal como o foi no passado) uma mera e muito dispersa aldeia cujo centro urbano, a dois passos da ponte, estava historicamente assinalado pela presença de importantíssimas estruturas hospitalares e assistenciais que remontavam ao início da nacionalidade e, a seu

²¹⁶ Quanto ao lugar da actual vila de Ribeira de Pena, foi apenas urbanizado nos anos 20 e 30 do século XX, em volta da monumental Igreja do Salvador, templo da segunda metade do Século XVIII que sobrevivera rigorosamente isolado até então e junto da qual se edifica então o actual edifício da casa da câmara local.

²¹⁷ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. II, p. 331.

²¹⁸ Informação amavelmente cedida pelo Dr. Cristiano Cardoso, da Câmara Municipal de Lousada.

²¹⁹ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. II, p. 5.

²²⁰ O Concelho de Aguiar de Sousa é extinto em 1821 (sic) e o Concelho de Paredes é criado a 6-11-1836, sendo Paredes elevada a Vila a 7-2-1844 (consulta no *sítio Internet* da Câmara local).

²²¹ In www.cm-penafiel.pt.

tempo, pela casa da câmara, hoje perdida e pelo pelourinho, que sobrevive²²². Muito perto, sobrevive o pelourinho e a casa da câmara (muito desfigurada por obras recentes, muito mal aconselhadas) do famoso Concelho de Benviver, localizadas num lugar ainda hoje quase desabitado mas que proporcionou durante séculos o sítio-cabeça de concelho. Segue-se o caso mais excepcional, proporcionado pelo antigo Concelho de Portocarreiro. Com efeito, o respectivo sítio-cabeça de concelho está (hoje, como no passado) afastado de qualquer povoação vizinha e hoje longe de qualquer via de comunicação por modesta que seja. O acesso à casa da câmara, abandonada mas habitada por particulares até tempos recentes, faz-se hoje atravessando uma imensa propriedade agrícola privada. O antigo Concelho de Portocarreiro proporciona, assim, o caso mais extremo de uma cabeça de concelho afastada de uma povoação minimamente estruturada em termos urbanos, privada de moradores, de vizinhos e mesmo de acessos cómodos. Ignoramos os desígnios das vereações que edificaram ou reedificaram a respectiva casa da câmara naquele ermo, já na primeira metade do Século XVIII, a avaliar pelas características arquitectónicas do edifício e do respectivo brasão. Longe dos moradores, longe da Igreja Matriz, longe da Misericórdia (se é que chegou a ser criada em tal Concelho), tudo indica que um sítio tão singular para localizar a casa da câmara e consequentemente a sede do poder local tenha a ver com o facto de aquele sítio constituir um hipotético centro geográfico do *termo* daquele antigo concelho.

A Sul do Douro merece referência a localização da casa da câmara do antiquíssimo Couto de Grijó (hoje no Concelho de Vila Nova de Gaia), localizada no adro do famoso Convento, que sobrevive galhardamente à ilharga da fachada da igreja do mesmo. Muito afastada da povoação, essa localização aparece referenciada num *Inventario* de 1770: “**no fim deste terreiro, da parte Norte, está a caza da camara**, com duas cadeas da jurdiçam secular e eclesiástica dos Coutos e Izento do Mosteiro em hum só e nobre edefício: da parte do sul fronteira às ditas cadêas se acha a porta que dá entrada ao Mosteiro”²²³.

²²² “Compõe-se esta villa [*de Canaveses*] de duas ruas de cazas: huma da parte do concelho de Santa Cruz, que chega athe à ponte, junto da qual está a caza da camara, audiencia e cadea, e ao alto da igreja de Santa Maria de Sobre Tamega, da qual são fregueses todos os moradores desta casa; a outra rua começa no fim da ponte, da parte d’alem, aonde está a igreja de Sao Nicolao; e esta rua he mais comprida; e quaze no fim e alto desta, está o pelourinho, da parte esquerda. Indo para sima, no meio desta rua, está huma caza, torre velha da parte direita, que ainda concerva em huma janella sacada, huma grade de ferro antigua; e nella aestio a Rainha D. Mafalda enquanto por sua ordem se faria a ponte desta villa; e junto della está o hospital que mandou fazer a dita Rainha, que he huma boa caza, com nove camas para os passageiros pobres e huma ermida do Espirito Santo, na porta da qual está, em hum nicho, a figura da dita Rainha”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, pp. 365, 366.

²²³ “Inventario do edefício da Igreja Convento Cazas e quintas proximas Ortas e mais pertenças deste Mosteiro de Grijó”, citado in António Domingues de Sousa Costa, *O Mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, Grijó, 1993, p. 126.

Já em plena Beira Alta, a localização das casas da câmara de dois últimos concelhos merecem referência, a do Jarmelo (Guarda) e a de Lafões (Vouzela). Começamos por este último. Nas palavras do professor Nazaré Oliveira, um ilustre e extremamente amável historiador da região, de que é natural, “o Concelho de Lafões era um concelho bicéfalo. Era constituído por duas vilas, S. Pedro do Sul e Vouzela – ‘ambas são cabeças’ – e havia duas câmaras, cada uma com as suas autoridades e funcionários, mas um só concelho, o de Lafões, ao qual presidia o juiz de fora, que não pertencia a nenhuma das duas vilas”²²⁴. Afinal o Concelho de Lafões – cujo termo parece coincidir com as chamadas Terras de Lafões, era um concelho com duas cabeças, de que sobrevive a velha casa da câmara de Vouzela. Note-se que muito perto ficava o antiquíssimo Concelho de Banho (as *termas* hoje integradas no Concelho de S. Pedro do Sul)²²⁵, que tivera Foral dado por D. Afonso Henriques, quando ali fora tratar-se e cuja cabeça de concelho estava nas próprias termas e de cuja casa da câmara, hoje perdida, sobrevive um desenho feito pela Rainha D. Amélia [Fig.^a 182].

Finalmente, agora na Beira Interior, o antigo Concelho do Jarmelo (hoje no Concelho da Guarda) de há muito deixou de integrar uma vila no seu termo, com este ou com outro nome. Arrasada pela vontade real – por D. Pedro I, como vingança póstuma de Pêro Coelho, senhor da vila e envolvido na morte de Inês de Castro – ou simplesmente abandonada pelos seus moradores, a cabeça do concelho localizava-se, até à sua extinção, em 1855, num monte que já estava praticamente despovoado em 1527. De um passado ainda muito obscuro para nós são as ruínas das muralhas – de fundação, configuração e morfologia muito enigmáticas. Face à vasta cerca amuralhada, no centro de um terreiro também muito vasto e irregular, não urbanizado nem povoado – aqui pontuado não pelo pelourinho, de há muito perdido, mas pelo antigo e muito vernáculo campanário da igreja, isolado no centro do terreiro – sobrevive a igreja paroquial (reconstruída provavelmente nos fins do Século XVIII) e, do lado oposto, a velha casa da câmara. Da análise do edifício, deduz-se que esta foi reedificada, pelo menos em parte, nos anos imediatamente posteriores a 1825, a ter em conta o brasão com as armas reais que, copiando (embora grosseiramente) o típico desenho da coroa imperial do Brasil, já não ostenta as armas do efêmero *Reino Unido de Portugal*,

²²⁴ A. Nazaré Oliveira, *Revista Beira Alta*, p. 433. Agradeço ao Professor Nazaré Oliveira não só a amigável oferta da documentação como as informações sobre a sua região, bem como a cópia do desenho da casa da câmara de Banhos, feita pela rainha D. Amélia, nos fins do século XIX.

²²⁵ Ver A. Nazaré Oliveira, “Património Histórico-Cultural da Região de Lafões”, in: <http://www.ipv.pt.millennium/Millennium22/22>.

Brasil e Algarves, que deixava de existir com o simples reconhecimento oficial da independência do Brasil por Portugal, ocorrida naquele ano.

7.2 – A implantação urbana das casas da câmara

Estudada no capítulo anterior a localização geral das casas da câmara portuguesas, merece igual consideração o estudo da sua efectiva implantação quer no espaço físico em que se localizavam quer na malha edificada da praça, largo, rua ou terreiro da vila ou cidade em que aquelas casas foram efectivamente construídas. Dessa implantação decorre muito da própria *presença*, da própria *afirmação física e arquitectónica* do edifício. Porém, essa implantação diz-nos também muito não só dos recursos materiais e financeiros disponíveis à época da sua construção, mas sobretudo do seu *significado* para os que as construíram e as usaram durante séculos.

Assim, e tal como no capítulo anterior, proporemos em seguida um levantamento das diversas situações observáveis neste domínio no Reino e nas Ilhas, na longa época em estudo nesta *dissertação*. Consideraremos primeiro a implantação das velhas casas da câmara no espaço físico disponível, tendo em conta as suas características orográficas, pois estas modelaram o desenho global das velhas (e das menos velhas) casas da câmara portuguesas. Consideraremos em seguida a inserção das casas da câmara nas malhas urbanas das velhas cidades e vilas portuguesas. Procuraremos levantar os casos (largamente dominantes, diga-se desde já) de casas da câmara integradas, apostas ou justapostas a outras casas pré-existent, no correr da mesma fachada urbana da respectiva rua, praça ou largo. Considerar-se-ão finalmente as casas da câmara isoladas, ou melhor, *exentas*, isto é, implantadas numa área exclusiva, no centro ou num dos lados do espaço urbano disponível (praça, largo, etc.).

7.2.1 – A inserção das casas da câmara no espaço físico

Como facilmente se conclui de uma simples observação, a grande maioria das casas da câmara portuguesas implantava-se num terreno mais ou menos plano, pelo que a sua fachada ou as suas fachadas tinham sensivelmente a mesma altura e sobretudo o mesmo número de andares. Era este o caso de inúmeras casas da câmara construídas ao longo do

país e ao longo dos tempos como, por exemplo, a quinhentista de Viana de Foz do Lima ou a setecentista de Braga. Mas o mesmo se passava também – independentemente da época da sua construção – com as antigas casas da câmara de Bragança e de Miranda; de Aveiro e da Guarda; de Torres Vedras e de Cascais; de Arronches ou de Évora. Era esse também o caso das casas da câmara da Vidigueira, de Faro ou de Vila Real de Santo António – ou o da de Porto Santo (Região Autónoma da Madeira) ou da da Horta, no Faial (Açores; esta hoje perdida).

No entanto, existem casas da câmara implantadas em terrenos inclinados, por vezes muito intensamente. Esta implantação, imposta pelas características orográficas locais, tem consequências no desenho global das *casas*, pois as suas fachadas acusam necessariamente a maior ou menor inclinação do terreno, apresentando não só desenhos diferentes como mesmo um diferente número de andares nas suas diversas fachadas. Um dos exemplos mais típicos desta implantação num espaço muito inclinado encontramos-lo na casa da câmara de Soutelo do Douro (hoje no Concelho de S. João da Pesqueira) [Fig.^a 183]. A julgar pela localização do brasão – com as armas de D. Maria I – a fachada principal será a que dispõe de dois andares, de acordo com a norma. É essa a fachada que, dando para um largo muito irregular, assegura uma monumentalidade irrecusável ao edifício. Porém, devido à inclinação violentíssima do terreno, a *casa* tem uma fachada lateral com apenas um andar, à qual se acede pela rua principal da antiga vila e que faz as vezes de fachada principal. Nesta fachada, nobilitada com a aposição do campanário com o sino da câmara, se localizava a entrada que dava serventia ao piso nobre do edifício. Uma localização em tudo semelhante se regista na pequena casa da câmara de Alcanede (Santarém) ou na tão monumental casa da câmara de Ponte da Barca, ambas com fachadas profundamente desiguais – as principais de dois pisos e as de serviço com apenas um – devido ao acidentado do terreno de implantação.

Outras *casas* implantadas em terrenos igualmente muito acidentados são as de Vilar Maior (Sabugal), Óbidos ou Marvão. Assim, na casa da câmara de Vilar Maior, construída ou reconstruída, aparentemente na segunda metade do século XVIII, sobre o que restava das muralhas medievais, o acesso ao edifício faz-se pela sua fachada principal, também de apenas um piso. Porém, todas as janelas do edifício dão para a sua fachada posterior que, devido à forte inclinação do relevo, tem dois andares [Fig.^a 184]. É esta fachada, aberta sobre a antiga vila, que dá à casa da câmara uma visibilidade e uma presença arquitectónica que as outras fachadas lhe não dão.

A casa da câmara de Óbidos tem uma implantação igualmente acidentada. A sua fachada lateral acusa bem a inclinação violenta do terreno. Porém, o arranjo urbano

posterior que levou ao nivelamento da praça fronteira (que tinha uma inclinação semelhante), apagou o piso térreo original da fachada principal da casa da câmara, “apagando” igualmente a escadaria que dava acesso ao piso nobre, outrora existente nessa fachada. Tendo-se então criado artificialmente uma nova fachada principal de apenas um piso para a casa da câmara pré-existente, o acesso ao seu piso nobre (assim tornado piso térreo) passou a fazer-se directamente pela entrada que abre directamente para a praça.

A casa da câmara de Marvão está implantada num terreno provavelmente ainda mais desnivelado. Também nesta a entrada para o piso nobre do edifício se faz hoje por uma fachada de apenas um piso, aparentemente refeita na época do Liberalismo, a ter em conta os brasões e ornatos da respectiva fachada. Porém, a fachada que contém a pitoresca escada exterior de acesso ao piso nobre é muito irregular, acusando a inclinação brutal do terreno disponível. A fachada que contém no seu andar inferior as janelas das enxovias – e que dá para o pequeno largo que contém o pelourinho, é a mais desafogada e aquela a que os seus três andares dão uma monumentalidade irrecusável. Como vemos, a casa da câmara de Marvão apresenta hoje três fachadas diferentes, com respectivamente um, dois e três pisos.

Ao longo do país encontram-se outros exemplos muito interessantes de casas da câmara implantadas em terrenos com um relevo muito acentuado. Bons exemplos são os das de Penalva de Alva (Oliveira do Hospital) ou de Fajão (Pampilhosa da Serra). Uma das que mais tira partido arquitectónico desta implantação é a de Valença do Douro (hoje no Concelho de Tabuaço). Localizada no topo de um pequeno largo muito inclinado, essa inclinação dá o maior impacto visual ao edifício, datado de 1818 [Fig.^a 185]. Passa-se o contrário com a casa da câmara de Moreira de Rei (Trancoso), que fica como que “afogada” pela sua implantação num espaço inclinado. Com efeito, a sua fachada principal, que dá para a praça da vila, sinalizada pelo pelourinho e por um freixo colossal, como atrás vimos, é praticamente térrea. Apenas se destaca por conter o pequeno e rústico campanário, único elemento visual que assinala o edifício enquanto casa da câmara. Porém, as suas fachadas laterais acusam a inclinação das pequenas vielas que enquadram a casa, e para onde abria a janela da cadeia.

O relevo acidentado dá sempre pitoresco aos edifícios que nele se implantam. Uma das casas da câmara que mais partido tira dessa inclinação é a de Sortelha (Sabugal). A sua fachada principal, muito irregular, tem um lance de dois pisos e outro de apenas um piso, a que se acede não por uma escadaria mas por um passadiço ou plataforma nivelada que, arrancando do largo fronteiro, ele próprio inclinado, entronca directamente na ampla varanda de raiz quinhentista do edifício. Embora longe do pitoresco de Sortelha, a vizinha

casa da câmara de Bemposta (Penamacor) tem igualmente fachadas muito assimétricas, devido à sua implantação num terreno desnivelado. O mesmo se passa, já a caminho do Tejo, com a casa da câmara de Vila Velha de Ródão, cuja fachada principal é (pelo menos hoje) quase térrea. Porém, devido ao acidentado do relevo, a fachada lateral apresenta dois andares plenamente desenvolvidos. Passado o Tejo, também a casa da câmara de Montalvão (Nisa) tem uma fachada principal, de três andares, que dá para a praça, embora a fachada lateral dê para uma viela muito inclinada. No piso térreo desta fachada lateral funcionava o açougue, de acordo com informação recolhida no local. Assim, a casa da câmara de Montalvão, que apresenta duas fachadas muito assimétricas (como a generalidade dos edifícios com implantações semelhantes), tinha três pisos na sua fachada principal e quatro na sua fachada lateral.

Este breve levantamento das velhas casas da câmara em função dos dados físicos do terreno em que se implanta permitiu encontrar variantes na tipologia-base das casas da câmara portuguesas, adiante discutidas, manifestadas nomeadamente na existência de *fachadas muito desiguais*, quer em relação ao seu *desenho global* quer sobretudo em relação à sua *altura* relativa e ao respectivo *número de pisos* – elementos estruturantes a considerar oportunamente ao longo deste capítulo.

7.2.2 – A inserção das casas da câmara na malha urbana

Mais ou menos vasta, rica ou mesmo monumental, a casa da câmara assume-se naturalmente como fachada urbana da rua ou da praça em que se localize. Adiante teremos oportunidade de analisar os diversos tipos de composição arquitectónica da fachada principal das velhas casas da câmara portuguesas. Agora, cumpre apenas referir que a casa da câmara não é apenas cenário urbano para os actos, grandes e pequenos, da vida colectiva que se desenrolava no seu interior, nas suas varandas ou nos espaços urbanos localizados na sua frente. Com efeito, não sendo apenas um mero pano de fundo urbano (o que já teria um imenso significado arquitectónico e urbano), a sua simples presença arquitectónica faz da casa da câmara também um protagonista do facto urbano. Como objecto construído que é, o seu papel institucional, arquitectónico e urbano joga-se tanto nas múltiplas funções que abriga como na sua inserção na malha urbana e na sua interacção com as construções vizinhas. Assim, a restituição plena da implantação da casa da câmara portuguesa implica

que se considere a sua articulação tanto com os edifícios vizinhos como com a própria malha urbana da comunidade a que pertence. É o que veremos em seguida.

7.2.2.1 - Casas da Câmara justapostas aos edifícios vizinhos

No domínio da implantação urbana das velhas casas da câmara portuguesas, verificamos que a esmagadora maioria delas estão justapostas a outros edifícios, muitos deles certamente pré-existent à data da construção dos edifícios concelhios. Um simples deambular pelo centro histórico de velhas vilas e cidades portuguesas mostra-nos que não só esta implantação é de longe a mais frequente, como nos mostra também que era essa a implantação urbana das casas da câmara portuguesas mais antigas. Com efeito, independentemente do seu valor arquitectónico e das suas marcas identitárias, a maioria das casas da câmara estavam como que urbanisticamente assimiladas pelos edifícios circundantes, que as enquadravam e que normalmente lhes impunham as suas dimensões e a sua escala. Esta assimilação urbana das casas da câmara, que aparentemente faz delas umas simples *casas* entre as demais casas vizinhas, impõe-lhes de facto dimensões e escalas muito equilibradas. No entanto, graças a eventuais primores e requintes arquitectónicos e sobretudo aos sinais exteriores (materiais e simbólicos) inerentes à casa do concelho, elas polarizam de facto a mais ou menos longa fachada urbana em que se integram e a que pertencem.

Casas da câmara integradas na fachada urbana de uma rua ou mesmo da praça local encontram-se por todo o país e desde as épocas mais antigas. Trata-se de casas com apenas *uma única fachada*, a que corresponde à sua frente urbana. Algumas das mais antigas casas da câmara com esta implantação remontam à Época Manuelina: é o caso das de Santarém ou da de Vila do Conde (c. 1530), ambas elas abertas para as respectivas praças fronteiras, sinalizadas pelos pelourinhos locais. Implantação semelhante se regista na casa da câmara da cidade da Guarda (datável de c.1570 ou anterior), rodeada de casas dos dois lados da respectiva fachada. O mesmo se passa ao longo de todo o país e ao longo dos tempos. Assim, implantações semelhantes têm as casas da câmara de Belmonte, da Covilhã (hoje perdida), de Alpedrinha, de Nisa ou de Portalegre, todas elas datáveis da Época Filipina e todas elas enquadradas por edifícios em ambos os lados da sua única fachada urbana. Provavelmente a essa época ou a uma época pouco posterior pertencem as casas da câmara da vila de Rua (Moimenta da Beira, de datação muito incerta mas provavelmente Pré-

Joanina), ou a mais antiga casa da câmara de Sintra (anterior ao Terramoto, hoje perdida, mas de que ficou a torre do relógio). A mesma implantação urbana, sempre entre edifícios contíguos, se regista na casa da câmara da Vila da Praia (Ilha Terceira), certamente anterior à Época de João V²²⁶.

A mesma implantação das casas da câmara se regista nas *casas* setecentistas de Esgueira (Aveiro), na da vila da Feira, na de Évora Monte (datada de 1787), assim como na de S. Mamede de Riba Tua (hoje no Concelho de Alijó; c. 1820). Em todas elas a fachada principal fica na rua (ou no largo) principal da vila, rodeada pelas construções vizinhas. As fachadas posteriores, quando existem, são sempre muito informais, tendo uma dimensão essencialmente utilitária e arquitectonicamente desinvestida.

Dentro da mesma tipologia de implantação das casas da câmara, encaixadas entre edificações vizinhas, devemos também considerar os *edifícios com duas fachadas* mais ou menos monumentalizadas, uma anterior e outra posterior. Integram-se neste esquema de implantação urbana as casas da câmara de Elvas (que remonta à Época Manuelina) e a de Campo Maior, setecentista – ambas com duas frentes urbanas e ambas com um desenho arquitectónico também totalmente diferente. No Norte, uma implantação semelhante parece ser a do Sabugal, embora as suas duas fachadas urbanas tenham sido muito transformadas nos meados do século XIX.

Outra implantação a considerar é a das casas da câmara que apresentam *duas fachadas contíguas*, normalmente uma principal e uma secundária, correspondentes às duas únicas frentes urbanas daquelas *casas*. Trata-se de edifícios implantados nos ângulos de quarteirões, ou melhor, de blocos urbanos que integram outros edifícios, localizados nas duas frentes urbanas que confluem na casa do concelho. É este o caso, também muito frequente, de edifícios como o de Melo (hoje no Concelho de Gouveia) [Fig.^a 186] que, embora profundamente alterada em épocas posteriores, é uma das mais antigas casas da câmara portuguesas, a ter em conta o brasão do cunhal respectivo, anterior à reforma de D. João II (1485). Mantém uma implantação semelhante as casas da câmara de Almodôvar, de Canha (Montijo) e de Miranda do Douro (provavelmente quinhentistas); a de Seia e a de Santa Cruz de Riba Tâmega (hoje Vila Meã, Amarante), provavelmente ambas setecentistas. Outro exemplo muito interessante é o da vizinha “Casa do Foral do Concelho de Gouveia” de Riba-Tâmega (hoje no Concelho de Amarante) que tinha apenas uma fachada plena e

²²⁶ Muito frequente, este tipo de implantação regista-se por exemplo nas antigas casas da câmara de Vila Ruiva (Cuba, da Época Manuelina), da Messejana (Aljustrel), de Ourique (esta hoje perdida) e de Vila de Frades (Vidigueira), edificadas em diversos momentos da época em estudo na presente *dissertação*, todas elas no actual distrito de Beja.

outra parcialmente desafogada. Assim, segundo um *Tombo* de 1650, esta casa da câmara tem as seguintes confrontações: “pella fronteira [...] **confina com a Rua publica** do Nascente para o Puente”; “do Norte para o Sul [...] **“confina com o capitam** António José Pereira que são humas casas fureiras ao dito Huspital da Albergaria”; “do Puente para o Nascente pela parte do Sul [...] **confina com o muro** da mesma Albergaria”; “do Sul para o Norte [...] **confina com as esquadas de pedra e patio** da mesma Albergaria e Rego de Agoa que dese da fonte”²²⁷.

Uma referência especial merece a casa da câmara de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) que, integrando elementos antigos, ganha uma fachada principal nova na Época Pós-Pombalina, embora com um desenho barroco. Enfim, têm implantação semelhante, sempre na esquina de um quarteirão e adjacentes aos edifícios vizinhos, a casa da câmara de Linhares (finais do século XVIII) e a de Alverca da Beira (Pinhel), a do Rabaçal (hoje no concelho de Penela) e a de Cascais, todas coetâneas, estando esta última datada de 1821. No Sul, poderíamos considerar semelhante implantação nas casas da câmara de Vimieiro (Arraiolos), na de Veiros (Estremoz) ou na de Monsaraz (Reguengos), provavelmente todas elas datáveis da Época Pré-Barroca.

Merece referência também o caso de *casas da câmara com três fachadas*, duas principais e uma secundária. O melhor exemplo é o proporcionado pela casa da câmara de Pinhel, da Época Joanina (c. 1730) [Fig.^a 187]. A sua entrada localiza-se na fachada voltada a Norte, para o interior da então vila, mas a fachada mais monumental – e que detém as portas-janelas da antiga sala das vereações no piso nobre do edifício – é a que está voltada a Sul, para o rossio fronteiro, sinalizado pela Misericórdia e pelo pelourinho manuelinos.

Muito mais frequentes são as casas da câmara que se encostam por uma única das suas faces aos edifícios contíguos, apresentando portanto apenas três fachadas, uma principal e duas secundárias, todas elas desiguais. É o caso da casa da câmara de Arouca (aparentemente setecentista) que, contígua à Misericórdia local, apresenta três frentes urbanas, das quais a principal, que contém a entrada, dá para a vasta praça local. O mesmo se passa com a de Arraiolos e com a de Fornos de Algodres (esta de c. de 1820).

Sempre no domínio da implantação urbana das casas da câmara deveremos considerar as casas que, sempre contíguas a outros edifícios pré-existent, ocupam toda a frente do respectivo quarteirão, proporcionando edifícios com três fachadas, nos quais a

²²⁷ “Título da Casa do Foral do Concelho de Gouveia”, in *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Amarante: Livro de Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Casa do Hospital do Concelho de Gouveia anexo à Santa Casa da Misericórdia de Amarante*, Livro 88, fl.15.

principal é ladeada por duas fachadas secundárias relativamente iguais, formando o todo um conjunto mais ou menos simétrico. Um dos exemplos mais antigos desta implantação é o da casa da câmara manuelina de Castelo Branco [Fig.^a 188]. Nos Açores, a casa da câmara quinhentista de Angra (que tinha a mesma implantação urbana que o edifício actual, de meados do século XIX), dispunha (tal como o actual) de uma fachada principal e de duas fachadas laterais eventualmente muito semelhantes. Uma implantação urbana parecida, em que a casa da câmara ocupa toda a frente do quarteirão maior ou menor a que pertence e que partilha com outros edifícios, encontramos-na na *casa* de Abrantes, da Época Filipina. A fachada dá para a praça local, mas está enquadrada por duas vielas laterais, para onde dão as duas fachadas laterais do edifício. Casos notáveis de *casas* com implantação semelhante são proporcionados pela de Castelo de Vide ou pela de Salvaterra de Magos, aparentemente ambas Joaninas, ou pela de Almada, da Época Pombalina²²⁸. Trata-se nos três casos de edifícios notáveis cujas fachadas principais fazem as vezes de frente urbana do bloco de edifícios a que pertencem, enquadrados por duas ruas, mais ou menos largas, que desembocam na praça ou largo para que dá a fachada principal dos edifícios concelhios.

No caso de Castelo de Vide, a casa da câmara culmina um correr de casas implantadas na “Devesa” [Fig.^a 189], um vasto e extraordinariamente desafogado rossio (muito afastado do acanhamento relativo que caracteriza a implantação urbana da *casa* de Abrantes), provavelmente começado a urbanizar nos fins do século XVII, e onde se destacam a nova igreja matriz e, face a ela, a casa da câmara, datável dos inícios do século XVIII. As três fachadas do edifício concelhio, todas diferentes e todas arquitectónica e urbanamente muito importantes, dão ao edifício uma presença arquitectónica muito intensa, verdadeiramente monumental, que lhe permite afrontar belamente as escalas colossais quer da igreja vizinha, quer da imensa praça fronteira, proporcionando uma das paisagens urbanas mais intensas de todo o urbanismo português.

Quanto à implantação da *casa* de Salvaterra de Magos, ela encabeça um quarteirão muito regular, a que empresta uma fachada muito harmónica e muito erudita, proporcionada pela escadaria monumental que franqueia o acesso ao piso nobre. Implantação semelhante tem a casa da câmara pombalina de Almada [ver atrás Fig.^a 179], localizada no topo de um quarteirão vagamente trapezoidal, circunscrito por duas ruas adjacentes que confluem para o

²²⁸ Belos exemplos desta inserção das casas da câmara no topo de quarteirões mais ou menos alongados, de que constituem a frente monumentalizada, são proporcionados pela antiga casa da câmara de Monção (aparentemente quinhentista) e por idênticas *casas* de Viana do Alentejo (seiscentista), pela de Grândola (datável da primeira metade do século XVIII), pela de Peniche, (pombalina) e pela da Póvoa do Varzim (Pós-Pombalina).

pequeno largo da câmara. A sua fachada principal proporciona uma “monumentalização” rara da entrada no edifício, mediante uma escadaria nobre de erudição a toda a prova. Ainda da Época Pombalina, e com implantação urbana semelhante, merece referência especial a casa da câmara de Borba, atribuída a Carlos Mardel e que, para lá do seu desenho notável, é hoje é uma das maiores e mais bem conservadas casa da câmara portuguesas. A sua fachada proporciona a frente urbana de um vasto e muito regular quarteirão localizado no também muito vasto rossio da vila.

Enfim, embora muito longe da monumentalidade e da erudição do desenho das fachadas dos edifícios acabados de assinalar, a mesma implantação urbana de casas da câmara no extremo de um corpo urbano se encontra tanto nas humildes casas da câmara de Leomil (Moimenta da Beira) ou de Moreira de Rei (Trancoso), como na de Mafra, na de Barrancos [Fig.^a 190] ou na de Alter do Chão, todas elas construídas em momentos diferentes mas aparentemente todas anteriores a meados do século XVIII.

7.2.2.2 – Casas da câmara *exentas*

As casas da câmara que acabámos de recensear estavam literalmente “coladas” ou apostas a outros edifícios de maior ou menor impacto arquitectónico. Alguns dos edifícios adjacentes a certas casas do concelho eram francamente prestigiantes: era o caso das próprias Misericórdias, como as de Arouca, Almada ou Nisa, por exemplo, cujas igrejas, consistórios e hospitais ficavam literalmente apostos às respectivas casas da câmara locais. No entanto, embora mais raros, encontramos casos muito importantes de casas da câmara *exentas*, isto é, afastadas de qualquer outro edifício contíguo. Trata-se, neste caso, de edifícios mais ou menos regulares, inscritos normalmente em plantas quadrangulares e implantados no centro geométrico ou mais frequentemente num dos lados dos espaços abertos disponíveis. Vinha, porém, da Idade Média um edifício concelhio exento, a famosa casa da câmara de Bragança, inscrita numa planta pentagonal alongada e geometricamente irregular. O edifício abre as suas famosas arcadas para todas as suas frentes urbanas, tendo permanecido quase sempre livre de quaisquer acrescentos ou de edifícios adjacentes ao longo dos tempos.

A época quinhentista vai, porém, trazer-nos *casas da câmara exentas e muito regulares, com quatro fachadas independentes*, das quais se destaca sempre a principal (que normalmente contém a entrada do edifício) e que proporciona uma frente urbana

monumentalizada à rua ou à praça principal da respectiva vila ou cidade. Assim a casa da câmara quinhentista de Setúbal, que remonta a 1526, constitui um dos mais antigos exemplos de edifício com quatro frentes, neste caso cada uma com o seu desenho próprio, pois o edifício integrava uma série de funções concelhias que suscitavam naturalmente formas arquitectónicas diferenciadas. Localizada na *praça nova* da então vila, em 1526 tratava-se de financiar a aquisição de casas vizinhas para abrir a respectiva praça e para, com os materiais das demolições, proceder à construção do edifício, cujas quatro fachadas davam para os quatro pontos cardeais, como se explicita no respectivo contrato de construção, adiante analisado.

Sendo muito raras as casas da câmara quinhentistas com semelhante implantação urbana, merece referência a casa da câmara de Alvito [Fig.^a 191], certamente de origem quinhentista, que goza de uma implantação urbana semelhante. Embora tenha uma planta algo irregular, o edifício apresenta quatro fachadas independentes, todas diferentes, mas todas de leitura arquitectónica muito desafrontada. No Minho, também a casa da câmara de Ponte de Lima (certamente também de origem quinhentista, embora com modificações importantes por volta de 1820) é um edifício exento.

Porém, a casa da câmara quinhentista exenta mais importante é a de Tomar, localizada na praça local, face à igreja matriz. A sua implantação proporcionava não só a existência de quatro fachadas monumentais, a principal, a posterior e as laterais (estas com um desenho semelhante) como permitia a deslocação livre a toda a sua volta e sobretudo uma afirmação arquitectónica muito intensa e também muito desafogada de todo o edifício, em qualquer uma das suas frentes.

Como seria natural, fez escola o formalismo e a disciplina compositiva da casa da câmara de Tomar. Com efeito, as épocas posteriores proporcionarão novos e importantes casos de uma implantação urbana semelhante, com casas da câmara independentes dos edifícios das vizinhanças. Um dos casos mais notáveis é o da casa da câmara de Braga, já do final da Época Joanina. Tal como em Tomar, o edifício, inscrito num rectângulo, apresenta quatro fachadas livres, a principal, a posterior e duas laterais iguais – todas elas de uma fortíssima presença urbana. Merece reparo o facto de apesar de a conclusão deste famoso edifício se ter arrastado durante quase um século, as suas fachadas respeitarem o projecto inicial, devido a André Soares, como já vimos. Sempre no Minho, também a casa da câmara de Ponte da Barca, (datada de 1814) é um edifício exento, com quatro fachadas livres, sendo as laterais sensivelmente iguais, como adiante veremos.

No Norte assinalam-se outros edifícios concelhios exentos de grande qualidade arquitectónica, a começar pela casa da câmara joanina de Carrazeda de Ansiães, já atrás referida, articulada com o monumental complexo barroco que integra a fonte e o pelourinho fronteiros. No entanto, cumpre dizer que a casa de Carrazeda de Ansiães apresenta ainda (como a casa de Setúbal de 1526) quatro fachadas diferentes. Com efeito, as fachadas laterais são inesperadamente assimétricas, sendo muito convencional a do flanco direito mas muito conservadora a do flanco esquerdo, com uma quase anacrónica escadaria de acesso ao piso nobre, surpreendentemente atida a uma tipologia quinhentista, ou mesmo tardo-medieval.

Os edifícios construídos na Época Pombalina merecem particular destaque, a começar pela própria casa da câmara de Pombal. Apesar de a sua fachada principal ser extremamente conservadora – pois nos remete mais uma vez para uma tradição arquitectónica que remonta pelo menos à Época Manuelina – o edifício tem uma projecção arquitectónica extraordinária, que decorre mais da sua escala monumental que das suas dimensões. Assente numa planta regular, quase quadrangular, as fachadas laterais e a fachada posterior são muito semelhantes e servidas por um desenho “pombalino” típico, muito rigoroso, austero e tenso²²⁹.

No Alentejo, a casa da câmara pombalina do Redondo tem uma implantação muito moderna [Fig.ª 192]. Em pleno rossio, o edifício é muito regular, apresentando igualmente quatro fachadas, sendo também aqui iguais as fachadas laterais. Perto, a casa da câmara de Castro Verde, pós-Pombalina, goza de implantação urbana relativamente semelhante, num rossio sobranceiro à vila alentejana, onde se inscreve um complexo monumental (dos mais originais da arquitectura concelhia portuguesa) que contempla a casa da câmara exenta e uma praça circunscrita na frente da sua fachada principal, balizada pela primeira e cremos que única vez por um obelisco, que na singular conjuntura política, cultural e urbana em que foi erigida, nos fins do século XVIII, desempenha as funções simbólicas de pelourinho. No Norte do Reino e também da segunda metade do século XVIII, merecem reparo as monumentais casas da câmara de Aveiro e de Penafiel²³⁰. Ambos os edifícios são exentos, apresentando quatro fachadas, das quais as laterais são semelhantes.

²²⁹ Outra casa da câmara exenta da mesma época é a de Palmela. Reconstruída no pós-terramoto, ela assenta certamente em bases quinhentistas, apresentando quatro fachadas totalmente diferentes entre si.

²³⁰ A antiga casa da câmara de Castelo de Paiva, que remonta ao fim do século XVIII ou aos princípios do século XIX, gozava de implantação urbana semelhante embora, no seu brutalismo quase rústico, esteja a léguas dos requintes arquitectónicos das de Aveiro ou de Penafiel. No entanto, é também um belo edifício *exento*, localizado à entrada de um muito vasto rossio, a seu tempo transformado em “passeio público” local.

Cumprir dizer que este tipo de implantação das casas da câmara teve o maior sucesso. Com efeito, depreendem-se facilmente as comodidades logísticas, funcionais ou mesmo higiénicas que a implantação exenta das casas da câmara proporcionava. Depreende-se também a importância da variante que aquela implantação traz à tipologia-base da casa da câmara, enquanto edifício exento com *quatro fachadas urbanas independentes*. Mas aquela implantação ainda tem o mérito de proporcionar um edifício simétrico que se institui em frente urbana dignificada e monumentalizada, em modelo e padrão imbatível de decoro urbano no qual toda a comunidade se revê, a que se atém e que procura emular nas suas próprias construções particulares. Diga-se ainda que a fortuna deste tipo de implantação urbana das velhas casas da câmara está também no facto de ele inspirar a larga maioria das casas da câmara construídas na Época Liberal e mesmo na primeira metade do século XX²³¹.

Porém, a restituição tão completa quanto possível de casos assinaláveis da implantação da casa da câmara portuguesa implica que se considere também a sua articulação com os próprios eixos viários que a servem e que, nos casos especialíssimos que recensearemos já a seguir, se inscrevem no seu próprio corpo arquitectónico.

7.2.2.3 – Casas da câmara “rompidas” ou vazadas

Na variada paisagem proporcionada pela antiga arquitectura de matriz concelhia portuguesa, as casas da câmara, embora em casos raríssimos, podiam constituir ou erigirem-se em algo como um arco de triunfo, ou antes, como um pórtico monumentalizado – não para a entrada do edifício concelhio, como seria natural, mas para a entrada ou a saída da própria vila, como já víamos nos casos das *casas* que se erguiam sobre as próprias portas das respectivas muralhas. Com efeito, algumas casas da câmara, enquanto fachadas urbanas privilegiadas, integravam no seu corpo construído uma abertura, um ponto de rasgamento, de passagem ou de circulação pública, ao serviço de pessoas, animais e produtos e mercadorias de toda a natureza.

Trata-se, nestes casos, de edifícios explicitamente abertos, rompidos ou vazados para darem lugar a *passagens públicas* mais ou menos monumentais e mesmo a ruas, de importância variável, ao serviço da rede viária da respectiva localidade. Estas casas da

²³¹ Curiosamente, alguns importantes “paços do concelho” construídos na segunda fase do Estado Novo regressam a modelos arquitectónicos muito assimétricos. É o caso dos de Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Lanhoso ou Penela.

câmara têm de facto o seu corpo construído literalmente *atravessado por passagens e mesmo ruas* cujo rasgamento se inscreve na planta e na fachada respectivas. Os casos que registámos são proporcionados, por ordem de antiguidade, pelas casas da câmara de Rio de Moinhos (hoje no Concelho de Sátão) [Fig.^a 193], de Monforte, de Nisa, de Évoramonte [Fig.^a 194] e, na Ilha de S. Miguel, pela da Ribeira Grande²³². As aberturas arqueadas que rasgam e atravessam as casas da câmara de Rio de Moinhos e de Évoramonte dão acesso a ruas ou caminhos muito rústicos. A que rasga a actual casa da câmara da Ribeira Grande resulta da expansão do edifício original para o único espaço disponível, a própria rua pública, cujo vão é vencido por um arco monumental que liga a casa da câmara aos edifícios do outro lado da rua, a seu tempo incorporados no conjunto [Fig.^a 195]. As restantes casas da câmara acabadas de referir, localizadas nas praças mais importantes das respectivas localidades, são rasgadas por aberturas também arqueadas, devidamente monumentalizadas, que conduzem a ruas importantes daquelas antigas vilas.

Um último exemplo de casa da câmara integrando uma passagem pública, neste caso em escadaria, é proporcionado pela antiga casa da câmara da Covilhã [ver atrás Fig.^a 147]. Porém, tudo indica que o monumental arco de passagem que se inscrevia na fachada daquela casa correspondesse a uma antiga porta das muralhas medievais daquela antiga vila – à volta e sobre a qual se edificou e reedificou a casa da câmara local nas suas diversas formulações, medieval ou tardo-medieval, filipina e a actual, do Estado Novo. Porém, as sucessivas casas da câmara da Covilhã, que conservaram provavelmente desde a Idade Média a sua localização tão emblemática, *sobre as portas* da vila e *face à praça* “nova” local – a hoje tão descaracterizada Praça do Pelourinho que todos conhecemos – trazem até nós três edifícios arquitectonicamente muito diferentes entre si mas que, por isso, nos ajudam a discutir melhor a questão central desta dissertação – a da *tipologia* das velhas casas da câmara portuguesas. Com efeito, para lá da sua *localização* tão especial, já discutida, as três sucessivas casas da câmara da vila serrana merecem referência pelas suas *componentes essenciais* e pelas suas *componentes facultativas*, pela sua *composição arquitectónica* muito própria, materializada em *plantas e alçados* e em determinado *número de pisos*. Ora, pelas três gerações de casas da câmara que entre a Idade Média e a Época do Estado Novo se

²³² A existência de *passagens rasgadas no piso térreo* das casas da câmara proporcionando o acesso a ruas e praças traseiras também não é um exclusivo português. Casas da câmara “rasgadas” por ruas e passagens registam-se em Espanha – *casa consistorial* de Burgos, por exemplo, provavelmente setecentista, numa linguagem *herreriana* – e em França, das quais a mais famosa justamente a casa da câmara quinhentista de Paris, que franqueava a ligação da Place de Grève (para onde dava a fachada principal do “Hôtel de Ville” e onde se localizava o Pelourinho) para uma rua das traseiras. Ver Danielle Chadych e Dominique Leborgne, *Atlas de Paris – Évolution d’un Paysage Urbain*, Parigramme, Paris, 1999, p. 50 e seguintes.

ergueram naquele mesmo sítio perpassam *invariantes* e *variantes* construtivas, arquitectónicas e funcionais que urge identificar e discutir. Com efeito, por entre o jogo ora subtil ora muito claro e evidente das invariáveis e das variáveis patentes nas casas da câmara ao longo dos tempos emerge a respectiva *tipologia arquitectónica*. É essa tipologia – com as suas constantes e as suas variáveis – que discutiremos no capítulo seguinte, cingindo-nos naturalmente apenas às Épocas Medieval e Moderna, as próprias do âmbito temporal inerente a esta *dissertação*.

8 – A tipologia *Casa da Câmara*

As antigas casas da câmara portuguesas, erguidas e utilizadas em todos os concelhos do Reino enquanto sede do poder local no longo período contemplado neste estudo, tinham, como seria de prever, *características arquitectónicas comuns*. Com efeito, aquelas casas estavam ao serviço do poder concelhio e das suas múltiplas e muito relevantes funções, que decorriam do legislado nas *Ordenações do Reino* onde, como vimos, se instituía e regulamentava a organização do poder local, dos seus agentes e das suas funções. Desta organização decorria o seu desenho global, ou melhor, uma *tipologia arquitectónica própria e exclusiva das casas da câmara portuguesas*. Esta tipologia, muito cedo definida, fazia com que estas fossem não só distintas das demais casas da comunidade urbana em que se localizavam, como fazia com que pudessem ser muito facilmente identificadas por todos – residentes e visitantes – enquanto sede local do poder concelhio.

A quase imutabilidade do quadro administrativo e legal vigente até ao fim do Antigo Regime²³³ suscitou o recurso e o respeito universal e incondicional por aquela tipologia, pois ela informou durante séculos o desenho, a construção, a manutenção e a utilização da casa do concelho de *todas* as cidades e vilas do Reino. De facto, a tipologia tradicional das casas da câmara portuguesas resistiu imutável à passagem do tempo e das modas, à mudança dos estilos arquitectónicos e até ao voluntarismo, ao brio urbano e cívico e mesmo à vaidade manifestada tanto pelos juízes e demais oficiais camarários como pelo conjunto da comunidade que financiava a construção, a reconstrução e a actualização daquelas *casas*, que as utilizava em todas as boas e as más circunstâncias e que nelas se revia enquanto símbolo maior e sede do poder local.

Assim, séculos antes das intervenções por vezes megalómanas de oficiais camarários – mas também dos agentes do poder central, juízes de fora e corregedores – que, em contexto barroco e pombalino, propuseram e impuseram edifícios sumptuosos, gigantescos e mesmo supra-dimensionados, a *tipologia casa da câmara* estava já plenamente estabelecida. Remontam, com efeito, ao início do século XVI e mesmo aos fins do século XV algumas

²³³ Note-se que em matéria de Poder Local o legislado nas *Ordenações Manuelinas* perpassa, como também vimos atrás, de uma forma praticamente imutável para as *Ordenações Filipinas*, publicadas em 1603. Estas ficarão em vigor até ao Liberalismo, registando-se apenas ligeiras alterações em matéria de organização do poder local.

casas da câmara onde aquela tipologia se afirma já em toda a sua plenitude, como se vê da simples observação dos exemplares remanescentes da Época Manuelina, adiante considerados. Ainda da primeira metade do século XVI temos testemunhos escritos muito importantes que nos mostram como aquela tipologia básica não só se encontrava já plenamente definida, como se encontravam já então plenamente definidas as suas *variantes essenciais*. No entanto, são bem anteriores os testemunhos que nos mostram que a *tipologia casa da câmara portuguesa* estava em formação (se não já então plenamente estabelecida) já nos fins do século XIV, como adiante veremos.

De origem muito antiga, a tipologia arquitectónica *casa da câmara* revelou-se extremamente eficaz, pelo que desde muito cedo se imporá e será mantida e respeitada no essencial por *todas* as casas da câmara construídas ou adaptadas em *todo* o território do Reino. É justamente a própria *universalidade daquela tipologia-base*, a par da *universalidade das suas principais variantes*, que fundamenta e legitima o próprio âmbito espacial e temporal da presente *dissertação*²³⁴.

Enfim, da eficácia extrema daquela tipologia decorre o facto de esta continuar a informar e a modelar a generalidade dos edifícios concelhios construídos no longo período que medeia entre o triunfo pleno do Liberalismo e o advento do Estado Novo, sendo apenas ultrapassada e praticamente abandonada com a emergência das primeiras *Domus Justitiae*, começadas a construir a partir de meados dos Anos 30 do Século XX²³⁵.

É fácil restituir a tipologia que informou a construção das velhas casas da câmara portuguesas e mesmo, por vezes, a adaptação de edifícios pré-existentes a essas funções. Ela intui-se a partir da observação dos muitos edifícios sobreviventes e da simples leitura da abundante documentação escrita que nos chegou, por vezes relativa a obras de construção, de reconstrução ou de simples reparação, produzida por mestres de obras, “louvados”

²³⁴ A tipologia-base *casa da câmara portuguesa* – e as suas variantes principais – informa naturalmente as casas do concelho construídas nas mais diversas vilas e cidades do Império. Assim, parece serem inaceitáveis as seguintes palavras, relativas à casa da câmara de Salvador: “A Casa da Câmara da Cidade do Salvador foi projectada por um arquitecto que também não negou a inspiração romana e contribuição renascentista; mas soube dar formas novas e próprias, **criando um novo conjunto arquitectónico, único no mundo lusitano** e realmente digno da Capital do Brasil”, Carlos Ott, *A Casa da Câmara da Cidade do Salvador*, Publicação da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 1981, p. 22 (sublinhados nossos). Ora, ao longo deste estudo teremos oportunidade de recensar exemplares de casas da câmara portuguesas em tudo parecidos à notável casa da câmara de Salvador, como por exemplo as de Esposende, de Tavira, ou da antiga de Ovar, hoje perdida.

²³⁵ Note-se que aquela velha tipologia sobrevive ainda, embora de forma já praticamente residual, até ao fim do Estado Novo. É o caso de Penela, por exemplo, pois a sua notabilíssima casa da câmara (com excelente e sumptuoso projecto do final dos anos 60, mas concluída e inaugurada já depois do 25 de Abril) respeita uma tipologia que já estava plenamente consolidada no Século XV! Outros casos muito interessantes, sempre devedores daquela tipologia como que “primordial”, datáveis de vários momentos da época do Estado Novo são os das modernas casas da câmara de Macedo de Cavaleiros, de Sátão, de Amares, de Vila Nova de Famalicão ou mesmo da Póvoa do Lanhoso – todas elas à espera do estudo que tanto merecem..

(avaliadores) ou oficiais de pedreiro e carpinteiro, a pedido de juízes, vereadores e procuradores de concelhos grandes e pequenos – eles próprios produtores de importante documentação escrita sobre as velhas casas da câmara. A tipologia *casa da câmara* – e em particular a discussão das suas componentes, essenciais e subsidiárias – emerge também das descrições e relatos históricos como este, do P.^e António Cordeiro, datado de 1717, que, referente a Angra do Heroísmo, nos diz que na respectiva praça

“estão os Paços do Senado da Camera, & do Tribunal da Justiça, & Audiencia geral & as cadeas, & enxovias por bayxo, & no meyo hua alta torre de cantaria, & em cima os sinos, & relógio da Cidade”²³⁶.

A documentação escrita mais rica relativamente às velhas casas da câmara decorre, porém, da correspondência oficial produzida pelos juízes de fora e em particular pelos corregedores, quando estes, no âmbito das suas competências, se deslocavam aos inúmeros concelhos da sua comarca, para procederem às respectivas correições. Nessa documentação, expressa em *memoriais*, *relatórios*, *vistorias*, *representações* e *cartas* de toda a natureza, se expunha, por vezes muito minuciosa e criteriosamente, o estado das casas da câmara, as reparações a fazer ou as mobílias a renovar ou a adquirir e os equipamentos a agenciar para o regular funcionamento da vida concelhia. Enfim, para o melhor conhecimento e entendimento das velhas casas da câmara portuguesas torna-se necessária a restituição da tipologia-base – bem como a das variantes mais importantes registadas ao longo dos tempos e ao longo do país – pois uma e outras informaram a generalidade das *casas* que se construíram em todo o Reino durante a longa época em estudo na presente *dissertação*.

8.1 – Elementos estruturantes da tipologia Casa da Câmara

Elementos prévios à própria restituição da tipologia-base das casas da câmara eram a sua própria *localização e implantação na malha urbana local*, já atrás consideradas. Porém, elementos essenciais àquela tipologia são as principais *componentes funcionais e arquitectónicas* daquelas *casas*. É fácil deduzir quer as suas *componentes essenciais*, quer as suas *componentes facultativas*, assim como a sua localização relativa no edifício concelhio, segundo um modelo funcional e arquitectónico mais ou menos invariável. Mas a restituição daquela tipologia passa também pela recensão da sua *estrutura arquitectónica básica*, materializada num edifício com determinada *configuração* global, com uma *fachada* com

²³⁶ P.^e António Cordeiro, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Ocidental*, 1717.

determinada composição, com determinado *número de pisos*, cada um portador de um determinado arranjo espacial ou *planta* – planta, fachada e número de pisos adiante discutidos. Mas aquela tipologia passa também pela própria presença, pela implantação e pelo desenho das *estruturas de ligação* entre os pisos, estruturas estas que transcendem, como veremos, o mero recurso a *escadarias nobilitantes* ou *utilitárias*. Enfim, a *nobilitação* do edifício – que o distingue dos demais edifícios da comunidade urbana em que se integra – suscita a presença de elementos simbólicos tão relevantes como os *brasões*, o *real* e, por vezes, o do *concelho*. A necessidade de encontrar uma estrutura adequada para colocar o obrigatório *sino da câmara* levanta finalmente a questão da existência de uma *torre* ou de um simples *campanário*, este muitas vezes construído ou simplesmente adaptado numa das fachadas da própria casa da câmara – que também por esta via se distingue das demais casas da cidade ou vila a que pertence.

8.1.1 – Sala da audiência, câmara das vereações e cadeia – componentes *essenciais* das Casas da Câmara portuguesas

O elemento estruturante mais vinculativo da tipologia-base que informa e modela as velhas casas da câmara portuguesas é naturalmente proporcionado pelas *componentes* funcionais e espaciais que aquelas *casas obrigatoriamente* detinham pois, como sabemos, elas estavam ao serviço do poder local, das suas funções e dos seus agentes. Assim, muito cedo se sentiu a necessidade premente de se abrigarem as diversas actividades, equipamentos, valores e bens móveis tutelados pelo poder local numa *casa* ao serviço do concelho. Do mesmo modo, muito cedo se fez sentir a conveniência de que essa *casa* respondesse igualmente à necessidade de acolher quer os agentes do poder local quer vastas camadas de vizinhos do concelho, ao sabor das conveniências, das necessidades e das circunstâncias da vida concelhia. Estas duas funções essenciais contribuíram para que se estruturasse a tipologia-base casa da câmara portuguesa segundo um modelo comum que ganha todo o território do Reino – modelo esse que também desde muito cedo contempla *componentes fixas e essenciais* ao lado de *componentes secundárias* ou mesmo *facultativas*, todas adiante identificadas e discutidas.

Captadas nos testemunhos escritos que nos chegaram dos fins da Idade Média, mas também observáveis nos muitos exemplares remanescentes dos inícios do século XVI, é fácil deduzir as *componentes essenciais* de uma casa da câmara portuguesa. Estas

componentes integravam de há muito uma *tipologia-base* que se surpreende abundantemente na infinita documentação escrita produzida no âmbito da administração local e regional e no do exercício e aplicação da justiça. Um exemplo excelente deste tipo de documentação é-nos proporcionado pelo operoso Corregedor da Comarca de Guimarães, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, que em plena Época Barroca nos deixa listas muito completas dos edifícios e demais equipamentos de tutela concelhia relativa aos inúmeros concelhos integrados na respectiva Comarca numa obra, a todos os títulos notável e já repetidamente citada, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*. As suas listas, apesar de muito concisas, permitem restituir as componentes inerentes à tipologia-base casa da câmara.

Assim quanto ao concelho de Montelongo (hoje Fafe), o Corregedor informa-nos de que “he cabeça deste concelho o lugar de Fafe, onde ha **Casa de Audiencia e camara e cadeia e pelourinho**”²³⁷. Já em Trás-os-Montes, referindo-se ao concelho de Jales (Vila Pouca de Aguiar), diz-nos que o

“lugar de Alfarella (que alguns erradamente chamão villa), [...] que he **cabeça do dito concelho e nelle está a casa da audiencia, que serve tambem de camara, com sua cadeia**, e defronte desta o pelourinho, que no alto tem, de huma banda, as cinco quinas, e na outra huma concha, e na outra hum florão, e na outra = 1585 =”²³⁸.

Estas referências trazem até nós as componentes essenciais da tipologia casa da câmara. Assim, no Norte do Reino, os pequenos concelhos de Montelongo e de Jales detêm *casa de audiência, câmara e cadeia*, deduzindo-se das descrições que as câmaras e as cadeias estavam integradas nas chamadas “casas da audiência”, edifícios que detinham ou abrigavam a *câmara*, isto é, a *câmara das vereações*, no piso nobre e a *cadeia* no piso térreo, segundo uma invariante tipológica que merece registo.

Sempre no respeito estrito por esta tipologia (adiante discutida) mas que, desde já, devemos considerar universal, estas componentes verificam-se igualmente no pequeno concelho de Belas (Sintra), a dois passos de Lisboa. Com efeito, a casa da câmara de Belas – “cuja pertence ao Ex.mo Marquês de Belas, que sempre a prestou para tal fim” – detinha, para lá da previsível *câmara das vereações*, de uma *sala das audiências*, que aí eram “**feitas na Casa para isso destinada desde tempos imemoriais**”. Além disso, o nosso informador, o próprio juiz ordinário da vila, registava “haver na mesma [casa da câmara] um **sino** que anuncia as audiências, e estar ali próxima [leia-se: contígua] a **Cadeia**”²³⁹. A localização

²³⁷ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. II, p. 106.

²³⁸ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ibidem*, Vol. II, p. 331.

²³⁹ *Representação* do Juiz Ordinário da vila de Belas ao Presidente da Relação de Lisboa, expondo que, ao contrário do que se praticava desde tempos imemoriais, a Câmara de Belas tinha proibido as Audiências na

desta não oferece dúvidas, pois ela faz parte integrante da casa da câmara. Com efeito, e tal como em tantas outras casas da câmara, grandes e pequenas do Reino, a cadeia de Belas “tem a vantagem de poderem os presos vir a perguntas sem sair à rua pois que a Cadeia se serve por dentro da dita Casa, prevenindo-se assim qualquer fuga que possa ter lugar nas ocasiões [em] que os presos vêm a perguntas” – como informa o Secretário Geral da Prefeitura da Província da Estremadura. Este burocrata considera ainda, algo salomonicamente, que, para a boa e pacífica gestão dos espaços da casa da câmara de Belas, “não deixaria de ser útil haver duas chaves da Casa da Câmara tendo uma o Juiz Ordinário e outra o Presidente da mesma”²⁴⁰ – o que confirma a existência no mesmo espaço, de *duas funcionalidades independentes*, câmara e audiência e, como complementar desta última, *uma terceira*, a de cadeia dos presos.

Das referências anteriores é fácil deduzir as componentes principais ou essenciais da tipologia *casa da câmara*. Esta tem uma estrutura arquitectónica muito simples, constituindo um *edifício de dois andares*, com um *piso térreo* e um *piso nobre*, muitas vezes sobradado. O piso nobre contém a “câmara”, isto é, a sala das vereações e, a seu lado, a *casa* ou *sala da audiência*. Facilmente se deduzem as importantes funções *concelhias* daqueles dois espaços, localizados normalmente *sobre um sobrado* e abrigados *sob um telhado comuns*. Independentemente da sua riqueza ou até do seu aparato construtivo ou decorativo, aqueles espaços encaixam plenamente no que sabemos do “paço” medieval. Com efeito, segundo José Custódio Vieira da Silva,

“mais do que com características tipológicas e arquitectónicas bem definidas, o paço medieval parece assumir-se simplesmente como **uma habitação maior do que as demais**, elevando-se sistematicamente em **dois pisos (o térreo e o sobrado)**, em que sobressai **a importância da sala, a dependência maior**, na sua definição e imagem”²⁴¹.

A existência da sala de audiência no piso nobre implica, como seu complemento natural, a existência, no piso térreo, da cadeia local. *Câmara das vereações, sala das*

Casa da Câmara (que pertence ao Marquês de Belas, que sempre a emprestou para esse fim) e que tinha exigido as chaves do armário que servia de arquivo àquele Juízo; Belas, 1-8-1834, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Negócios Diversos, Maço 1911, Caixa b) Doc. 2. Esta *Representação* faz parte de um conjunto muito interessante de documentos relativos ao lugar para a realização das audiências naquela vila (Apêndice Documental: Doc. N.º 18).

²⁴⁰ Ofício do Secretário Geral da Prefeitura da Província da Estremadura ao respectivo Prefeito dando conhecimento do teor da *Representação* do Juiz Ordinário da vila de Belas de 1-8-1834 (referida na nota anterior), Belém, 23-8-1834, IAN-TT – *Lug. Cit.*, Maço 1911, Caixa b). Este Ofício constitui o Doc. c) do processo referido na nota anterior (ver Apêndice Documental: Doc. anterior, N.º 18).

²⁴¹ José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais...*, p. 21. Este autor lembra-nos que, por sua vez – e em contraponto com o piso nobre e as suas nobres funções – “o piso térreo dos paços, organizado internamente, por razões estruturais, de acordo com o piso nobre, destinava-se, em geral, a celeiros, adegas, cozinhas e outras instalações utilitárias”, José Custódio Vieira da Silva, *O Fascínio do Fim*, Livros Horizonte, Lisboa, 1997, p. 31.

audiências e cadeia constituem, de facto, as três componentes essenciais e obrigatórias de uma típica casa da câmara portuguesa ao longo dos tempos. A existência de duas salas – ou melhor, de uma *sala* e de uma *câmara* – no piso nobre suscita a discussão das suas localizações relativas e a questão do seu equipamento e mesmo da sua decoração, convenientemente diferenciada – mas estas duas componentes, bem como a configuração global da casa da câmara, como *casa nobre* que é, suscita também a discussão das respectivas *fontes* tipológicas. Estas atêm-se no essencial à tipologia *paço medieval*, acabada de referir, de que decorre directamente a tipologia *casa da câmara*. Com efeito, a sala e a câmara do seu piso nobre são como que uma simplificação, uma miniatura, uma redução à pequenina escala do “paço do concelho”, da planta – naturalmente mais elaborada, complexa e grandiosa – do piso nobre do paço medieval. Com efeito, a estrutura desta é assim evocada por José Custódio Vieira da Silva:

“a descrição mais completa e exemplar sobre a composição interior de um paço e das funções reservadas a cada uma das suas dependências mais representativas deve-se, singularmente, ao rei D. Duarte (...). De acordo, pois, com essas indicações de D. Duarte, o paço de um senhor devia comportar, como mais principais e indispensáveis, as seguintes dependências: a *sala*, a *antecâmara*, a *câmara de dormir*, a *trascâmara* e o *oratório*. Esta sequência não é aleatória; pelo contrário, representa o modelo por excelência que deveria reger a definição e composição de um paço”²⁴².

Enfim, a existência de dois (ou, excepcionalmente de três) pisos na casa da câmara implica a existência de *escadas*, muitas vezes exteriores e verdadeiramente monumentais e que, como veremos, depressa se transformam num dos elementos mais estruturantes quer da composição arquitectónica global da casa da câmara, quer da respectiva fachada.

Aquelas componentes – sala de audiências, câmara das vereações e cadeia – integravam de há muito a tipologia-base que já se intuía nas casas do concelho do Século XIV e que está já plenamente consolidada na Época Manuelina e de que são exemplos casas da câmara como as dos concelhos de Vila Pouca de Aguiar, Trancoso, Marialva (Meda), Castelo Novo (Fundão) ou, já no Sul do território continental, de Marvão, de Vila Ruiva (Cuba), de Entradas (Castro Verde) ou de Almodôvar – todas elas atidas a essa tipologia-base. Esta tipologia chega naturalmente intacta às ilhas e terá modelado as casas da câmara

²⁴² José Custódio Vieira da Silva, *O Fascínio...*, p. 26. Para as funções da sala, da câmara e das demais componentes do piso nobre do paço medieval ver pp. 26-30.

Para entender esta “tipologia de habitação”, José Custódio Vieira da Silva considera, noutro momento da mesma obra, que “desde logo importa sublinhar que as dependências do piso destinado a morada (situado, como regra geral, no primeiro andar) se estruturam sequencialmente de acordo com a descrição daquele monarca, isto é, da mais exterior e maior – a *sala* – até à mais interior e de menores dimensões – a *trascâmara*. Não há corredores a distribuir os diferentes espaços, o que explica não só o aspecto compacto que o paço medieval apresenta como também a limitação progressiva da entrada de estranhos nas dependências mais interiores, de forma a salvaguardar a intimidade da habitação. A comunicação entre os diferentes pisos fazia-se por escadas de madeira que, a pouco e pouco, vão sendo substituídas por escadas de pedra, mais ou menos elaboradas”, José Custódio Vieira da Silva, *Ibidem*, pp. 30, 31.

edificadas na Época Quinhentista nas actuais Regiões Autónomas da Madeira – de que chegaram até nós restos importantes da de Santa Cruz – e dos Açores, de que nos chegaram exemplares tão notáveis como os da Ribeira Grande, de Vila Franca do Campo, de Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel) ou da vila da Praia (Terceira).

Convém determo-nos nas *componentes essenciais das velhas casas da câmara*. Elas assinalam-se quer nas casas da câmara de concelhos grandes quer, por maioria de razão, nas de concelhos pequenos. Assim, a velhíssima e arruinada casa da câmara do concelho de Sanfins (hoje no Concelho de Cinfães), localizada “no lugar de Casconha, da freguesia de Piões”²⁴³, em 1852 não passava de “**uma pequena Casa composta de duas pequenas Salas**”²⁴⁴. Porém, séculos antes, a casa da câmara de uma vila importante como Torres Vedras atinha-se a essa mesma tipologia de base. Com efeito, em 1597 tratava-se de juntar recursos extraordinários “pera se consertar a **caza da audiencia** he **camara** desta vila por estar tudo desconcertado, he ser muito necesario as ditas obras por não aver onde se fazer as audiencias”²⁴⁵.

No Minho, intuem-se casas da câmara minúsculas ao serviço dos inúmeros *concelhos*, *honras* e *coutos*, cuja rede medieval sobrevivia intacta na primeira metade do século XVIII. Assim, em 1726, a Honra de Ovelha (hoje no Concelho de Amarante) “tem

²⁴³ *Representação* do Sub-Delegado do Procurador Régio no Julgado de Sanfins (não datada, cópia truncada), contestando o projecto de demolição dos antiquíssimos Paços do Concelho (no lugar de Casconha) e sua reconstrução no lugar de Maceira, da Freguesia de Fornelos; Sanfins [s.d.; datável de 1852], in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição - Correspondência Recebida; Maço 3380 (Livro 10.º; N.º 173).

²⁴⁴ *Cópia* da Acta da Sessão extraordinária da Câmara de Sanfins, de 24-1-1852, relativa a um requerimento dos Juizes Ordinários e empregados de diversas freguesias do Concelho, em que pedem a demolição da antiga casa da câmara e com os respectivos materiais construir uma nova no lugar de Maceira, mais central, propondo-se os moradores a contribuir para a referida construção, sessão que teve lugar “**neste lugar de Maceira e casa das Sessões da Câmara**”; Sanfins, 22 de Janeiro de 1852, in IAN/TT, *lugar cit.*).

Os moradores consideravam que aquela casa da câmara “não dá lugar para os requerentes que neste Concelho se costumam juntar, e tanto assim é que por este motivo se têm feito as Audiências fora d’ali, já na Freguesia de Fornelos, já na Freguesia de Nespereira, em Casas particulares; além de que **semelhante Casa não só não dá comodidade para ali se fazerem as Audiências mas também as não tem para a Câmara Municipal funcionar**, nem a Administração, vendo-se na necessidade de arrendar casa [para] esse fim, e funcionar em casas particulares, como tem funcionado há vários anos e em diferentes freguesias”. Consideravam ainda que “aquela pequena Casa, como nela se não tem funcionado, por não ter comodidades para isso, **está hoje arruinada tanto de parede como de tudo o mais, achando-se descoberta por lhe ter caído já a armação, sendo apenas hoje um pardieiro, que está breve desmoronar-se**, e para a pôr outra vez a pé tem de gastar-se tanto como se gastará em formar-se uma de novo, além de que reformada que seja, apenas poderá servir para funcionar um Juiz eleito, por não ter capacidade para colher dentro em si grande número de pessoas; e finalmente aquela pequena Casa acha-se situada na freguesia de Piães, que é uma das extremidades do Concelho”.

²⁴⁵ Em sessão camarária de 8-2-1597, referida por Carlos Veiga e Carlos Guardado da Silva in *O Livro de Acórdãos do Município de Torres Vedras 1596-1599*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, 2003, p. 65. Escrevendo séculos depois, um autor local informa-nos de que “**funcionava nos paços do concelho o tribunal da comarca e na parte poente estava instalada a cadeia**. (...). **No edifício da câmara não funcionavam outras repartições** além das aludidas”, Júlio Vieira, *Torres Vedras Antiga e Moderna*, Victor Fonseca & Almeida Editores, Torres Vedras, 1920, p. 100.

suficiente **caza de camara**, perto da ponte, por onde se passa o dito rio [*de Ovelha*], dentro do lugar, **com sua cadea** e pelourinho”²⁴⁶. Quanto à tardo-quinhentista casa da câmara de Amarante, ela “consta de dous sobrados: no de cima he a **Casa da Camara e audiencia**; en o segundo, **a cadeia**; e por baixo, **a enxovia**”²⁴⁷.

O Regime Liberal vai herdar inúmeras pequenas casas da câmara que se cingiam às componentes básicas que temos vindo a recensear. Assim, ainda em 1836 – e sempre no contexto minhoto – o concelho de Arcos [de Valdevez], dispõe de uma casa da câmara arruinada, que conta apenas (para lá da *cadeia*, então absolutamente imprópria) de uma *sala* para as audiências e de “uma **pequena Sala do Paço do Concelho**” onde a Câmara “exerce suas funções”²⁴⁸. Também no concelho de Capareiros (hoje Barroselas, no actual Concelho de Viana do Castelo) “a Câmara Municipal exerce as suas funções em **uma das Salas** do Paço do Concelho, **onde outrora fazia audiência o Juiz ordinário** deste extinto couto, e além disso tem **outra sala boa e decente**”²⁴⁹. No Concelho de Coura existe “um edifício nacional aonde se exercem e sempre exerceram as **funções da Câmara**”. Este “edifício tem **duas salas** e um escritório”²⁵⁰. Por sua vez, “a Câmara Municipal [do Concelho de Santo Estêvão da Facha, hoje no Concelho de Ponte de Lima] exerce suas funções **nas casas das Audiências**, que são **junto com as Cadeias**”²⁵¹. Também a “Câmara Municipal [do Concelho de Lanheses] exerce as suas funções no **Paço do Concelho, em baixo do qual está a cadeia**”, edifício então “tão arruinado de solho e telhados que a Câmara não pode exercer as suas funções”²⁵².

A casa da câmara aparentemente quinhentista de Monção não foge à regra: no piso térreo tem a *cadeia*, que em 1836 precisava de importantes obras visando a sua segurança, tendo “**por cima dela**, a [*casa*] que chamam **Paço do Concelho** [que] é aonde se fazem as **Sessões da Câmara e Audiências**”. Tratava-se, como se vê, do piso nobre do edifício, piso esse que se deve “reduzir a três prisões decentes [...] ficando toda a casa servindo de prisão, pois que os altos nem eram próprios **para as Audiências** nem **para as funções da Câmara**”

²⁴⁶ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. II, p. 311.

²⁴⁷ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, p. 256.

²⁴⁸ “*Governo Civil de Viana – Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”, Relação remetida a coberto do *Ofício* do Governo Civil de Viana para o Ministro do Reino, remetendo o “orçamento geral de todas as obras e reparos” necessários para a instalação dos tribunais e cadeias dos concelhos do distrito; Viana, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004; Ver atrás Apêndice Documental, Doc. N.º 11).

²⁴⁹ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004 (Apêndice Documental, Doc. N.º 11).

²⁵⁰ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004 (Apêndice Documental, Doc. N.º 11).

²⁵¹ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004 (Apêndice Documental, Doc. N.º 11).

²⁵² IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004 (Apêndice Documental, Doc. N.º 11).

Municipal pela sua pequenez”²⁵³. Quanto a Ponte de Lima, “existe nesta Vila uma boa e excelente Casa de Paço do Concelho, que oferece todas as comodidades para as **audiências** dos Juizes de Direito”²⁵⁴, para lá da competente sala para as vereações. Quando à casa da câmara do Concelho de Ponte da Barca (que data de 1814) dispõe, para lá de “**uma boa Cadeia**, que se compõe de duas salas e duas enxovias”, de “**uma excelente casa** para [a Câmara] exercer suas funções”, dispondo ainda de uma “**Casa das audiências**”²⁵⁵. Quanto a Vila Nova de Cerveira, a respectiva “Câmara Municipal faz as suas sessões e tem o seu arquivo nas **casas do Paço do Concelho**”, edifício que ainda detém “**o salão onde se faziam as audiências** do extinto Juizo Geral”²⁵⁶. Sempre a Norte do Douro, também a velha casa da câmara do Concelho da Maia (localizada “no sítio chamado o Castêlo”), ainda em 1839 “se compõe **de duas pequenas salas** meramente, **servindo os baixos de prisão**”²⁵⁷.

A força desta *tipologia-base* das casas da câmara, assente nestas *três componentes essenciais* que vimos recenseando – *sala* da audiência, *câmara* das vereações e *cadeia* – resiste ao triunfo do Liberalismo. Com efeito, ela está presente nas décadas seguintes à implantação do novo regime, quando se encara a ampliação ou a aquisição de edifícios vizinhos ou mesmo de casarões devolutos visando a substituição de edifícios acanhados ou arruinados. Aquela tipologia está ainda presente quando (no contexto da política de “arredondamento dos concelhos” empreendida pelo Liberalismo) as Câmaras portuguesas invocam a antiguidade, a dignidade, o tamanho e sobretudo a *funcionalidade* das respectivas casas da câmara como derradeiro e patético argumento para a conservação, então ameaçada, dos respectivos concelhos, quase sempre minúsculos e doravante insustentáveis, como hoje se diria.

Um exemplo do respeito por aquelas três componentes essenciais nota-se no âmbito do processo de ampliação da casa da câmara de Faro, mediante a compra de casas vizinhas. Com efeito, em 1867 a muito acanhada casa da câmara de Faro apenas “conta [...] **duas pequenas casas, sendo uma d’entrada, simultaneamente servindo d’arquivo**, com grave

²⁵³ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (Apêndice Documental, Doc. N.º 11).

²⁵⁴ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (Apêndice Documental, Doc. N.º 11).

²⁵⁵ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (Apêndice Documental, Doc. N.º 11).

²⁵⁶ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (Apêndice Documental, Doc. N.º 11).

²⁵⁷ *Ofício* do Administrador Geral do Porto para o Ministro do Reino, com *Parecer* sobre o exposto numa *Representação* da Câmara da Maia (de 4-9-1839), pedindo certo edifício para a realização das Audiências, Porto, de 13-9-1839, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – *Ofícios recebidos das Câmaras Municipais* – Maço 1994. O *Parecer* considera nomeadamente que “a Casa pedida não tem talvez o espaço necessário para o intento, posto que é seguramente maior do que a Casa Municipal no sítio chamado o Castelo, **a qual se compõem [sic] de duas pequenas salas meramente, servindo os baixos de prisão**, porém o segundo sou informado não há nas proximidades dela [*Casa da Comenda*] habitações para morarem os empregados pertencentes ao Juizo de Direito e só a grande distância poderá aparecer uma ou outra Casa que possa ser alugada”.

risco d'estrageo ou perda do mesmo, e **outra destinada para as sessões da Câmara**"²⁵⁸. Como se deduz facilmente, o arquivo estava então instalado muito precariamente na sala de entrada da velha casa da câmara que, dada a sua localização tão comum face à entrada principal do edifício, era certamente a *antiga audiência* local.

Trancoso fornece um excelente exemplo da pretensão de um edifício devoluto para sede do poder local. Com efeito, também em 1867 a Câmara local cobiça “a casa do extinto Convento das religiosas [de Santa Clara] daquela Vila para n'ela se estabelecerem as **Repartições públicas** assim como o **Tribunal Judicial e Cadeias**”²⁵⁹ – isto é, instalações aptas, amplas e saudáveis para as vereações, as audiências e as cadeias, afinal as mesmas componentes que existiam na velha casa da câmara local que – construída em 1498 e demolida nos fins do século XIX – era em 1867 um edifício muito acanhado e até inóspito, dadas as péssimas condições higiénicas das superpovoadas cadeias e enxovias do seu piso térreo.

Por estes mesmos anos, no Baixo Alentejo, as mesmas componentes essenciais das velhas casas da câmara emergem no âmbito dos processos relativos à conservação de concelhos então ameaçados. Assim, na mesma data de 1867, os moradores do Concelho de Cuba subscrevem uma *Representação* a El-Rei (de 16-6-1867) pedindo a conservação da dita Vila em Cabeça de Concelho e de Comarca, nomeadamente

“porque **tem um edifício** no qual existem não só **todas as repartições publicas** montadas com bastante ordem e asseio e com a necessária independência umas das outras, **mas também a cadeia**, a qual, se bem que não boa, é todavia a melhor de toda a Comarca e das melhores de todo o Distrito de Beja, em razão da sua segurança e limpeza, **assim como o Tribunal Judicial** é incontestavelmente o melhor de todo o mesmo Distrito [...], cujo edifício, não continuando esta Vila a ser Cabeça de Comarca, ficará perdido e obrigará as Municipalidades dos Concelhos que o não têm, a fazê-lo à custa dos seus habitantes”.

²⁵⁸ IAN/TT – *Ministério do Reino – Direcção Geral da Administração Civil - 2.ª Divisão / 3.ª Repartição - Correspondência Recebida (Ano de 1867, Livro 25 , Proc. N.º 860); Maço 3164*: respectivamente

a) *Cópia da Acta da Sessão da Câmara Municipal de Faro, de 15-5-1867; Faro*

b) *Representação* da Câmara de Faro pedindo a “expropriação que pretende fazer, d'uma pequena tira de terreno contíguo ao edifício onde celebra as suas sessões, no Largo da Sé d'esta Cidade, e bem assim d'uma casa e terraço, também contíguos, no pavimento superior do mesmo”, pois “com a aquisição do terreno a expropriar poderá a Câmara estabelecer no pavimento térreo do dito edifício a aula d'instrução primária que, por falta de casa conveniente, se conserva na própria habitação do professor, e alargar a área d'aquela edifício [da casa da câmara] ; Faro, 17-6-1867.

Deste processo fazem parte ainda outros documentos relativos à expropriação, pela Câmara Municipal de Faro, de uma casa contígua à Câmara Municipal, ao Liceu e ao Seminário daquela cidade, para lá instalar a Escola Primária daquela Cidade, com pareceres concordantes e discordantes em relação à expropriação pedida pela Câmara de Faro, incluindo nomeadamente a “*Planta – Superior e inferior da parte do Edifício pertencente à Câmara Municipal de Faro e d'aquela que a dita Câmara pretende fazer a aquisição*”; Obras Públicas do Distrito de Faro; 27 de Maio de 1867.

²⁵⁹ *Minuta de Offício* do Ministério do Reino para o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça sobre o destino do Convento de Santa Clara de Trancoso, relativo ao pedido da Câmara daquela Vila para lá instalar Repartições, Tribunal e Cadeia; Lisboa, 6-2-1867, in IAN/TT – *Ministério do Reino – Direcção Geral da Administração Civil - 2.ª Divisão / 3.ª Repartição - Correspondência Recebida (Ano de 1867), Livro 25 , Proc. N.º 169; Maço 3160.*

Do mês seguinte é a *Representação* (de 24-7-1867) da Câmara de Ourique a El-Rei, pedindo a manutenção do concelho,

“porque possui uma **casa para as sessões camarárias** e para os **serviços judiciais** e bem assim **uma prisão adequada** às necessidades actuais, edifícios que necessariamente hão-de ser melhorados e aumentados pelos recursos municipais se chegar a conseguir, como espera, a autonomia administrativa e judicial, para cuja aquisição a Suplicante, em nome dos Povos seus administrados, não hesitará em fazer os sacrifícios possíveis”²⁶⁰.

Enfim, numa data tão tardia como 1872, as mesmas componentes – câmara, audiência e cadeia – ainda transparecem, sempre dentro do mesmo processo de *arredondamento dos concelhos*, na disputa entre Mondim de Cima e Mondim de Baixo (ambas as localidades hoje no Concelho de Tarouca) enquanto candidatas à localização da futura cabeça do concelho de Mondim. Ficamos a saber que esta estava outrora localizada em Mondim de Cima,

“onde existem os antigos paços do concelho, e neles tem funcionado a **Câmara** e o **juiz ordinário**, sendo **uma casa pequena**, como eram em geral as das câmaras dos antigos concelhos, e insuficiente para o conveniente estabelecimento de **paços do concelho** e **tribunal judiciário**, quanto mais para as outras repartições do concelho”²⁶¹.

Como acabámos de ver, a tipologia-base das casas da câmara portuguesas era extremamente simples. As casas da câmara portuguesas abrigavam, *sob um mesmo telhado comum*, a câmara das vereações, a sala da audiência – onde se procedia aos julgamentos pelos diversos tipos de juízes, de acordo com o estabelecido na lei – e, consequentemente, a cadeia do concelho.

Subsidiariamente, em casos particulares, relativamente numerosos, as casas da câmara abrigavam toda uma série de funções que urge recensear, pois elas traziam variantes muito importantes à tipologia-base que estamos a reconstituir e a discutir. Com efeito,

²⁶⁰ IAN-TT – *Ministério do Reino* – Negócios diversos relativos à divisão territorial [ano de 1867] – Maço 3148 – Macete Distrito de Beja. Ver ainda, sobre o mesmo assunto e integrado no mesmo conjunto documental, o “MEMORIAL ANÓNIMO RELATIVO dirigido à Junta Geral sobre o ARREDONDAMENTO DOS CONCELHOS de Castro Verde, Ourique e Almodôvar”, defendendo a “capitalidade” de Castro Verde; N. ass., não datado, mas datável de 1867; maiúsculas no original. Neste *Memorial* lê-se: “Todos querem capital de Concelho nas suas terras, e olhando o negócio em relação a cada terra de per si, d’eles têm razão, porque a questão é de vida ou de morte, porquanto quem conhece o viver d’estas terras é que sabe a sorte que as espera, especialmente àquelas que não forem comerciais ou que esse comércio não tenha a razão de ser na sua posição topográfica. Essas hão-de tornar-se Aldeias, mas Aldeias desgraçadíssimas, porque a Aldeia que sempre o foi, tende a caminhar e progredir, mas a Vila que descai vai sempre em maior decadência mas com uma rapidez que parece incrível”. São infinitos os documentos deste teor produzidos no âmbito do complexo e por vezes traumatizante processo oitocentista do “arredondamento dos concelhos”.

²⁶¹ IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção-Geral da Administração Política e Civil – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1872), Livro 30, Proc. N.º 463; Maço 2515 – Conjunto de documentos relativos à efectiva e futura sede do concelho de Mondim, incluindo nomeadamente o *Ofício* do Governador Civil de Viseu ao Ministro do Reino, acompanhando a *cópia* de um *ofício* da Câmara de Mondim (de 30-4-1872) ao Governador Civil de Viseu pedindo ser “elucidada acerca de qual dos mencionados povos deve ser escolhido para n’ele se preparar o edifício” para instalar as repartições públicas do Concelho de Mondim; Viseu, 6-5-1872; (Apêndice. Doc.; Doc. N.º 19).

aquela tipologia quase minimalista aceitava variantes infinitas – de natureza funcional, mas também morfológica, construtiva, dimensional, estilística, etc., etc., etc. No entanto, também estas variantes, adiante recenseadas e discutidas, não são típicas de determinada região, pois elas recenseiam-se indiscriminadamente por todos o Reino. Com efeito, ainda da Idade Média e da primeira metade de Quinhentos chegaram-nos casas da câmara que apresentam assinaláveis variantes a esta tipologia-base – ou por não incorporarem as três componentes essenciais acima referidas, ou sobretudo por incorporarem outras componentes e funcionalidades. No primeiro caso, a omissão mais frequente é devida à *não existência da cadeia na casa da câmara*. Esta situação, que se regista em vilas pequenas, é mais frequente nas grandes cidades e vilas do Reino. Era o caso de Lisboa e do Porto, cidades que de há muito dispunham de estruturas prisionais concelhias e sobretudo estatais fora das respectivas casas da câmara²⁶². Era este também o caso de Braga, Barcelos, Ponte de Lima, Coimbra ou Elvas, apenas para dar mais alguns exemplos. Em todas estas localidades as respectivas cadeias (adiante referidas) ficavam afastadas das casas da câmara respectivas, instaladas em torres das velhas cercas medievais ou em *torres* edificadas de propósito para servirem de cadeia, como em Elvas ou Ponte de Lima.

8.1.2 – As componentes *facultativas* das Casas da Câmara portuguesas

As variantes mais comuns que afectavam a velha tipologia-base das casas da câmara portuguesas relacionam-se com a existência, a inclusão ou a adaptação, nessas *casas*, de outras componentes, estruturas e divisões destinadas a outras funções, para lá das três já mencionadas²⁶³. Essas variantes, muito importantes, remontam já à primeira metade do século XVI. O caso mais notável e mais documentado é o da casa da câmara quinhentista de

²⁶² São bem conhecidas, com efeito as palavras de Damião de Góis, que nos informa que D. Manuel I “fez de nouo em Lisboa, junto da Igreja de sam Martinho hos **Paços da casa da suplicação, & do çiucl, & cadea do limoeiro**, obra muito manifica, & sumptuosa, onde dantes fora ha casa da moeda, & depois paços de Reis, atte ho tempo delRei dom Denis, que fez hos Paços Dalcaçova”, Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo Rei...*, Parte IV, Cap. LXXV, p. 205.

²⁶³ Esta realidade não era apenas portuguesa. Assim, em Salamanca “a Casa Consistorial [...] albergava a **contaduría, o oratório, o arquivo, o cárcere, o peso, a residência do Corregedor e a audiência pública**” Pablo N. Paz, Pablo R. Gómez e Juan V. Garcia, *Salamanca – Guía de Arquitectura*, Colegio Oficial de Arquitectos de León, Salamanca, 2001, p. 27; sublinhados nossos.

Merece reparo que já entre os Romanos, ao serviço de cada comunidade urbana organizada, no coração das cidades, “para lá das basílicas encontravam-se igualmente à volta do Forum um ou vários templos, assim como a *cúria*, sala das assembleias municipais, o *comitium* (sala das reuniões eleitorais), o tesouro público (*aerarium*), um ou vários mercados, bibliotecas, a prisão (*carcer*) e, enfim, latrinas públicas”, Max Le Roy, *Initiation À L’Archéologie Romaine*, Petite Bibliothèque Payot, Paris, 1965, p. 35.

Setúbal, que albergava uma série de funções de tutela concelhia em espaços projectados especificamente para servirem esses usos diversificados. O levantamento de todas as componentes funcionais e espaciais daquela casa da câmara, nomeadamente das de carácter subsidiário ou complementar, ajuda-nos a entender melhor a tipologia geral da casa da câmara portuguesa.

A importância do histórico edifício de Setúbal, que nos mostra a tipologia *casa da câmara* já perfeitamente definida, anda a par da importância da respectiva documentação sobrevivente²⁶⁴. Com efeito, chegou até nós um muito rico conjunto documental relativo à construção da casa da câmara de Setúbal e instalações anexas, nomeadamente o respectivo *Contrato* de construção – primeiro e aparentemente único documento quinhentista do género chegado até nós. O “Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal”²⁶⁵ é datado de um mês indeterminado do ano de 1526 e está acompanhado por uma série de documentos anexos, relativos à construção e às alterações ao projecto inicial. Esta documentação não escapara a Sousa Viterbo, que refere nomeadamente o *Contrato* das obras de Setúbal, celebrado entre o Mestre Pedreiro Gil Fernandes e o Amo de El-Rei. Dada a sua extensão, publica apenas o respectivo cabeçalho, embora considere que o contrato “ofereça curiosidade, porquanto por ele quasi se poderia traçar a planta do edifício”²⁶⁶.

²⁶⁴ Deve registar-se que a casa da câmara de Setúbal é provavelmente a mais documentada de todas as casas da câmara portuguesas. Assim, conseguimos acompanhar a sua acidentadíssima história, desde a assinatura do *Contrato* de construção, de 1526, e das dificuldades das obras respectivas, registadas nos anos seguintes, passando pela sua destruição em 1755 e pela sua reconstrução pombalina. Um último episódio relevante da sua história é proporcionado pelo seu incêndio a 5 de Outubro de 1910 e a sua reedificação posterior, excelente e muito criteriosa, já na época do Estado Novo.

²⁶⁵ IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815: Conjunto documental relativo à construção da casa da câmara de Setúbal e instalações anexas, composto dos seguintes documentos:

Documento 1 – Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; ano de 1526;

Documento 2 – Alvará de D. João III em que há por bem e manda que se cumpra e guarde o contrato estabelecido entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes sobre as obras do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência, Açougues, etc., de Setúbal; Almeirim, 29-3-1526;

Documento 3 – Auto de apresentação ao almotacé da vila de Setúbal do Alvará régio, apresentado por Gil Fernandes, mestre das obras do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência, Açougues, entre outras, concedendo a este que os animais que servirem nestas obras possam pastar no Rossio da vila e noutros lugares onde não façam dano; Setúbal, 21-5-1528;

Documento 4 – Auto de publicação perante os vereadores da Câmara de Setúbal do Alvará régio e do Regimento das obras da Praça da mesma vila (Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência, Açougues, entre outras), a cargo de Gil Fernandes, Setúbal, 27-5-1528 (Apêndice Documental: Documento N.º 20).

²⁶⁶ Sousa Viterbo, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos...*, Vol. I, p. 331.

A empreitada foi arrematada por Gil Fernandes, que “era pedreiro e morador em Lisboa”²⁶⁷ mas, pelas personagens envolvidas, avalia-se bem da importância das obras respectivas, que correspondiam a um desígnio mais antigo que não passara despercebido dos próprios cronistas régios. Com efeito, as obras na praça de Setúbal remontavam pelo menos ao tempo de D. João II pois, segundo uma informação de Rui de Pina, citado por Sousa Viterbo,

“no anno de mil quatrocentos e oytenta e sete estando El-rei em Setuvel [...] **mandou fazer as Praças do Sapal, e do Paaço do trigo**, que se fizeram com muitas despesas pera que fez mercees, e de sua Fazenda deu muita ajuda”²⁶⁸.

Nada mais se sabendo sobre essas obras, presumimos que se tratava então da mera abertura e do respectivo “arranjo urbanístico” daquelas praças. Porém, em 1526 tratava-se do

“fazimento das obras **que hora Su alteza mamda fazer do paço do tryguo e Casa da camara e audiência e cadea e açougues e outras Casas** de **que** ao diamte fara memçam Na vila de satuvell”²⁶⁹, obra a fazer “**pelo teor e ordenança de huuns debuxos** que pera yso sam feitos e asynados **polo dicto Amo, e asy polos apomtamentos deste contrato** Em que ao diamte fara de decraçam da medida das caSas e grosuras e alturas de paredes e medidas d arcos e Janelas e portaes”.

Este *Contrato*²⁷⁰, aprovado por D. João III a 29 de Março de 1826²⁷¹, especificava, entre outras muitas coisas²⁷², a disposição e o desenho global das componentes instaladas no

²⁶⁷ Sousa Viterbo, *Ibidem*, Vol. I, p. 331.

Sousa Viterbo informa-nos ainda de que “Gil Fernandes concluiu a sua empreitada aí por 1530, mas sofreu prejuízo, saindo-lhe a obra mais cara que o ajuste. El-rei, satisfeito porventura com o trabalho, e querendo dar uma prova de equidade, mandou-lhe pagar a diferença, depois de feita a respectiva avaliação por Diogo de Arruda e Pêro Vicente”, Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 332. Ver sobre o assunto IAN/TT – *Corpo Cronológico*, I – 46, 61.

²⁶⁸ Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, Capítulo XXV, citado por Sousa Viterbo, *Ob. Cit.*, Vol. III, p. 168.

²⁶⁹ Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; ano de 1526, in IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815; Documento 1 (ver atrás Apêndice Documental: Documento N.º 20).

²⁷⁰ Especificadas as diversas componentes, sua localização, dimensões e demais indicações necessárias, indicam-se depois os preços respectivos, com um pormenor e um rigor surpreendentes para a época.

²⁷¹ *Alvará* de D. João III em que há por bem e manda que se cumpra e guarde o contrato estabelecido entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes sobre as obras do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência, Açougues, etc., de Setúbal; Almeirim, 29-3-1526, in IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815 (Documento 2) (ver atrás Apêndice Documental: Documento N.º 20).

Dois anos depois, a 21 de Maio de 1528, Gil Fernandes apresenta formalmente ao almotacé de Setúbal o *Alvará* régio que permite que os animais que servirem nas obras da Casa da Câmara possam pastar no Rossio da vila e noutros lugares onde não façam dano: ver IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815 (Documento 3) – Auto de apresentação ao almotacé da vila de Setúbal do *Alvará* régio, apresentado por Gil Fernandes, mestre das obras do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência, Açougues, entre outras, concedendo a este que os animais que servirem nestas obras possam pastar no Rossio da vila e noutros lugares onde não façam dano; Setúbal, 21-5-1528.

Porém, só a 27 de Maio de 1528 será formalmente publicado o *Alvará* régio relativo às obras e o Regimento das mesmas perante os vereadores da Câmara de Setúbal: IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815 (Documento 4) – Auto de publicação perante os vereadores da Câmara de Setúbal do *Alvará* régio e do Regimento das obras da Praça da mesma vila (Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência, Açougues, entre outras), a cargo de Gil Fernandes, Setúbal, 27-5-1528.

edifício. O espaço de construção era enorme (22 por 12 braças, isto é, 48,4^m x 26,4^m) e o piso térreo seria dividido em quatro naves longitudinais. Três naves seriam definidas por duas fiadas de colunas com os seus arcos, para serem destinadas “pera o **paço do tryguo**”, a primeira componente “facultativa” da casa da câmara quinhentista de Setúbal. Quanto à quarta e última nave, que “sera de paredes”, ela abrigaria as restantes componentes, também “facultativas”, acolhidas no piso térreo do edifício, isto é, a “**Casa da cadea**”, a “**CaSa pera os legumes**”²⁷³, a “**Casa da balança**” e finalmente a “**caSa pera os açougues**”. Ainda no piso térreo, o topo das quatro naves do piso térreo e nomeadamente as portas da “casa do paço do tryguo” dariam para a praça, mas ficariam protegidas por um *alpendre* que serviria toda a largura do piso térreo da fachada principal do edifício.

Como seria de prever, o edifício tinha dois andares, sendo o andar nobre sobradado. Este, de apenas 12 braças de comprimento por 4 braças de largura (26,4^m x 8,8^m), abrigava, de acordo com a tipologia-base,

“**duas caSas** ambas de *huma gramdura*. S. **huma pera camara e outra pera caSa d audiencia**”, fazendo-se o acesso ao piso nobre por uma escada exterior e respectivo “*tauoLeiro*” (varanda).

Para lá das dependências que já referimos, a casa da câmara de Setúbal tem uma última divisão no piso nobre, que não encontrámos em mais nenhum outro edifício do género durante a longa época em estudo nesta *dissertação*. Trata-se de uma singular “**caSa pera os direitos d el Rey**”, a construir “No Amdar da casa das audiencias”, sobre a cadeia do piso térreo. Regista-se que “esta caSa avera seu portall **pera seruentia polla dicta caSa das audiencias** No lugar omde vay Emlegido” e que terá “**huma Janela no lugar omde vay emlegido** e tera de lume seys pallmos E d alto nove,. e avera suas sedas e peitorjs tudo de pedrarja”. Da presença da janela nesta pequena divisão podemos intuir que esta “casa” constituía um espaço ao serviço não só da recolha de tributos régios (uma eventual sede de almoxarifado, por exemplo), mas também do seu registo escrito e do respectivo arquivamento.

Da leitura do *Contrato* ficamos a saber também que, com uma localização simétrica a esta, “no amdar da caSa da camara se Fara **outra tal casa e da mesma gramdura**” da casa dos direitos de El-Rei que, porém, será apenas iluminada por “**huma fresta ferrada**

²⁷² O *Contrato* especifica com o maior pormenor o número, o feitio e os tamanhos dos “arcos da casa do paço do tryguo”, a grossura e o feitio das respectivas colunas “oitavadas”, bem como o das respectivas “vasas e capytes”. Especifica-se a natureza, o tamanho e a construção dos alicerces e das paredes (sendo mais grosso “o lamço da parede da parte da cadea”). Especificam-se naturalmente as aberturas, portas, janelas e frestas do piso térreo, bem como o tipo de grades que todas as janelas e frestas teriam que ter.

²⁷³ Cremos que esta dependência, dada a sua proximidade com o Paço do Trigo, servia para a recolha, medição e venda dos legumes secos.

sobre os telhados pera lume da dicta caSa e tera de lume dous palmos e meyo, e d alto três”. A fraca iluminação suscita a hipótese de esta também pequena divisão do piso nobre proporcionar o espaço de arquivo da casa da câmara e ainda o lugar de depósito dos seus bens móveis mais preciosos e de uso reservado a certas formalidades e a certas ocasiões festivas, cívicas e religiosas. Finalmente, o contrato prevê que “Sobre a cadea se hão de Fazer huns **amtreSolhos pera aposentamento do caçereiro e cadea de mulheres**”, indicando-se os acessos e as aberturas respectivas. O *Contrato* refere, finalmente, a localização e as dimensões de uma “**logea do caçereiro**”, de funções indeterminadas.

A documentação sobrevivente traz até nós as peripécias da construção²⁷⁴ e as alterações impostas pelo desenrolar dos trabalhos²⁷⁵. Com efeito, chegou-nos também o *Contrato* relativo ao madeiramento dos telhados das quatro naves correspondentes ao Paço do Trigo e à nave que continha a cadeia e os açougues, bem como à execução das portas e janelas de todas as aberturas do piso térreo, tendo sido o conjunto desta empreitada arrematado pelo carpinteiro de Setúbal, Gomes Dias²⁷⁶.

²⁷⁴ Assim, a 25 de Fevereiro de 1528, estando as obras muito avançadas e tratando-se de erguer o piso sobradado, nos próprios “paços do mestre noso Senhor” e com a presidência do mesmo, foi necessário reunir uma junta de pedreiros, que reuniu, para lá de Gil Fernandes, “vicente e andre diaz pedreiros mestres das obras d el Rey noso senhor moradores na cidade de lixboa E asy johan fauacho pedreiro mestre do moesteiro de sam johan da dita vila”: ver IAN-TT – *Corpo Cronológico*, Parte II – Maço 147, Doc. N.º 10: Determinação que tem o Mestre da Ordem de S. Tiago na Vila de Setúbal com os Mestres Pedreiros das Obras de El-Rei, sobre as que era preciso se fizessem na dita vila; Setúbal, 25-2-1528 (Apêndice Documental: Documento N.º 21).

Na primeira parte deste encontro tratou-se do financiamento e do que era necessário “pera se fazer nas ditas obras alem do dito sobradado que ja esta todo principiado polos tradozeens dos arcos do dito sobradado”, considerando o Mestre que o “seu parecer era que se fizesse no dito sobrado e se acabase por que ficarja camara e audienças feitas e cadea e averja hy dinheiro pera todo e a dita obra luzirja E bem asy averja dinheiro pera se deRibarem, algumas casas pera se fazer praça do dinheiro que sobejase do dito sobradado que se avia de fazer como dito he”. A segunda questão era muito mais grave e tinha a ver com a própria estabilidade do sobradado a construir. Com efeito, “pelo dito gil fernandez foy dito que ele se nam estreuerja a fazer o dito sobradado por que averja medo de lhe cairy per Rezam dos arco [sic] que corem leuante e ponente e asy polos outros que cruzam de norte a sul E que fazendo se o sobradado sobremente [?] que os ditos arcos nam tinham omde fazer o Repuxo nem estribarem”, tendo-se decidido que se reforçasse o piso térreo, reforçando-se os pilares dos cunhais extremos dos alpendres e ainda que se fechassem os dois arcos transversais do Paço do Trigo sobre cujos vãos assentava a parede posterior do andar nobre, reforçando-se o arco central do mesmo tramo das naves do referido Paço.

Ver ainda, sobre outras alterações ao projecto inicial (adiante referidas), IAN-TT – *Corpo Cronológico*, Parte II – Maço 174, Doc. N.º 42.

²⁷⁵ Uma última alteração, de um ano indeterminado, é um *Mandado* do Mestre Duque de Santiago para Gil Fernandes, ordenando que fizesse o mainel da escada do edifício um palmo mais alto, ao contrário do que fora estabelecido no contrato de construção de 1526: ver IAN-TT – *Cartas Missivas*, maço 1, N.º 208 – Carta do Mestre Duque de Santiago para Gil Fernandes, mestre das Obras da Casa da Câmara de Setúbal, ordenando que fizesse o mainel da escada do edifício um palmo mais alto; Lisboa, 4-6-ano indeterminado (Apêndice Documental; Documento N.º 22).

²⁷⁶ O contrato, igualmente muito minucioso quanto a questões técnicas, a materiais de construção e respectivo fornecimento, ao prazo e aos oficiais a meter na obra, foi celebrado a 19 de Abril de 1533, por ordem do Mestre, entre Brás Dias, “vedor e Recebedor das obras da praça da dita vila” e o carpinteiro de Setúbal Gomes Dias, após as competentes formalidades dos pregões e da arrematação da obra. Enfim, num averbamento a este *Contrato*, feito em Setúbal, a 30 de Abril de 1535, consta o *Contrato de Quitação* assinado pelo Mestre Carpinteiro Gomes Dias em como se havia por pago da totalidade da verba inerente ao contrato do

Enfim, as obras de Setúbal trazem até nós com a maior clareza quer as *componentes essenciais* de qualquer casa da câmara portuguesa, isto é, a “**camara**”, a “**caSa d audiência**” e a “**Casa da cadeia**” (que aqui contempla uma “**cadea de mulheres**”), quer as suas importantíssimas *componentes facultativas* que, no caso de Setúbal, contemplam o “**paaço do trigo**”, a “**CaSa pera os legumes**”, a “**Casa da balança**” e a “**caSa pera os açouges**”. Subsidiárias das cadeias temos o “**aposemtamento do caçereiro**” e uma “**logea do caçereiro**” e anexo à câmara temos um provável arquivo ou cartório e, enfim, anexa à audiência temos uma última dependência interior, a “**caSa pera os direitos d el Rey**”. Além disto, sabemos que o edifício era servido por um espaçoso *alpendre* que abrangia toda a sua fachada principal.

Ainda mais antiga que a de Setúbal, a casa da câmara de Évora dispunha no seu piso nobre (segundo uma descrição de 1615) de uma “**casa da audiência**” ou “**casa das audiências**”, da “**casa da Câmara**” propriamente dita, “em que se faz Vereação” e de uma “**casa em que está o Cartório da mesma Câmara**”. Ficamos ainda a saber daquela descrição que a esta “casa do Cartório a divide uma parede (...) que se separou para **uma Capelinha** que tem à entrada”²⁷⁷, divisão esta feita em época que ignoramos.

Século e meio depois da construção da casa da câmara quinhentista de Setúbal, a monumental casa da câmara de Abrantes detinha, em 1685 duas “casas” – “a de cima **onde se faz a Veriasão** [...] e outra em baixo **onde se faz Audiência**, [...] “com sua **Torre onde tem hum sino e relajo**”. Mas o edifício tinha ainda “**uma loja que esta debaixo destas Cazas da Camera** a que chamão Pissarra que tem a porta para a banda da Rua dos Asoitados” e um “**Alpendre que fica debaixo das barandas da Camera**”, então aforados a particulares²⁷⁸.

Do mesmo ano de 1685 chegou-nos o *Tombo do Concelho* de Benavente, que nos diz que

“a camara desta villa tem **humas cazas em que se faz Camara e audiencia** as quaes são **duas cazas por cima**, e por **baixo tem duas cazas que servem de cadeia e duas em que mora o**

madeiramento do Paço do Trigo de Setúbal e dependências anexas: ver IAN-TT – *Corpo Cronológico*, Parte II – Maço 182, Doc. N.º 62; “Contrato pelo qual em virtude da arrematação das Obras do Paço do Trigo de Setúbal se obrigou Gomes Dias debaixo das condições mencionadas”; Setúbal, 19-4-1533. Seguem-se-lhe os seguintes documentos em anexo:

- *Mandado* do Mestre para que Brás Dias proceda aos pagamentos inerentes a este contrato ao carpinteiro Gomes Dias; Setúbal, 16-6-1533;

- *Contrato de Quitação* assinado pelo carpinteiro Gomes Dias em como se havia por pago da totalidade da verba inerente ao contrato do madeiramento do Paço do Trigo de Setúbal e dependências anexas; Setúbal, 30-4-1535; (Apêndice Documental: Doc. N.º 23).

²⁷⁷ Publicado por Teresa Fonseca em “O Senado Camarário Eborense: sua Caracterização”, in Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo: Évora, 1750-1820*, Edições Colibri, Lisboa. 2002, p. 137.

²⁷⁸ Publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, p. 146.

carcereiro e um bocado de **quintal** as quaes partem da banda do nacente com prassa da dita villa e do norte com beco dos Assucares e do poente com quintal de Antonio Pedrigão e do sul com **torre do Relógio da mesma Câmara** [...]. Tem a dita Camara **mais huas cazas pegadas a dita torre** que ficam partindo com a mesma prassa da banda do nacente [...] as quaes servem de **asougue de peixe e de vender fruta**”²⁷⁹.

Quase cem anos depois, em 1767, no *Tombo do Concelho* de Cardigos (hoje no Concelho de Mação) aparecem devidamente medidas e demarcadas:

“as casas da Câmara na praça cujas casas têm uma **escada de pedra** para a parte do Norte **com doze degraus** de pedra pela qual se sobe para as ditas casas e **no cimo um patim coberto donde se acha um sino pequeno** com sua cadeia de ferro. No cimo do dito patim está **uma porta** para a parte do norte **pela qual se entra para a primeira casa** que tem sua janela para a praça que lhe fica para a parte do norte e tem esta **uma casa donde se faz a vereação** quatro varas de largo e quatro de comprido. Debaixo desta se acha **uma logea** com porta para o norte com a mesma medição **que serve de cavalharisse**. Tem **outra casa pegada** pela parte do poente **com sua chaminé** que também **serve de cadeia de cima** com sua janela e grade de ferro para o norte a qual tem quatro varas de comprido e duas e meia de largo. **Debaixo desta está a enxovia** com janela e grade de ferro para a parte norte. Tem a mesma medição”²⁸⁰.

Quanto à casa da câmara de Leiria, também de origem indeterminada mas muito arruinada em 1839, de

“uma descrição do edifício denominado Casa da Câmara” consta que este se compõe “**de duas salas contíguas** [...] uma delas bastante espaçosa, que é a **destinada para o Tribunal** [...] e a **outra** incomparavelmente mais pequena, **que a Câmara reservou para as suas Sessões**”.

Nota-se ainda a existência “de **um corredor que se pode fechar** sobre si, **quarto do Carcereiro** e uma outra casa chamada «**enfermaria**», todas estas também exíguas, mas separadas das duas primeiras Salas por uma pequena escada”²⁸¹.

Em 1771, mas já em contexto iluminista, o Juiz de Fora de Almada faz o balanço dos estragos do Terramoto, expondo “o quanto esta abandonado o commodo, e o decoro publico desta villa, e termo, e o quanto percisa de varias obras necessárias”, pois a vila acha-se “sem casas de **cammara**, da **audiencia**, e da **apresentadoria dos Ministros**, sem **cadea**, pois a que ha hé huma casa alugada, que tem sido repetidas vezes arrombada”. Para fazer face a este panorama, entre muitas outras obras de tutela camarária, propõe a construção:

“na praça publica desta villa [*de*] **huma Cadea** com toda a necessaria segurança repartida em duas sallas livres, huma para homens, outra para mulheres, huma enxovia, e tres ou quatro segredos, e

²⁷⁹ Publicado por Álvaro Rodrigues d’Azevedo, in *Benavente – Estudo...*, pp. 48, 49.

²⁸⁰ Tombo feito em Cardigos, datado de 3-2-1767, publicado pelo P.º Henrique da Silva Louro, *Cardigos, Subsídios para a sua História*, Composto e impresso na Gráfica Maiadouro – Vila da Maia (Porto), Agosto de 1982, pp. 130, 131.

²⁸¹ *Offício* do Administrador Geral Interino do Distrito de Leiria, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, relativo a uma Portaria que obrigava a Câmara a prontificar ao Juiz de Direito “a Sala das suas Sessões para as Audiências ordinárias, gerais, de ratificação de pronúncia e de polícia correccional”; Leiria, 6-4-1839, in IAN-TT – *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais; Maço 2020, Cx. 1.

O Processo inclui ainda vários documentos relativos aos obstáculos levantados pela Câmara ao cumprimento daquela Portaria, nomeadamente o *Offício* do Juiz de Direito de Leiria ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiástico e de Justiça, “a respeito da casa em que devem recolher os Jurados e testemunhas” no Tribunal de Leiria; Leiria; 9-4-1839.

hum **açougue publico**, fazendo se tambem em outro cham na mesma praça **humas casas para a aposentadoria dos Ministros, salla para a cammara, e outra para a da audiencia, curral do conselho**, em citio separado da villa, e **dois açougues mais** nos lugares do termo donde athe agora se tem vendido as carnes: cujas obras todas se executarão fielmente pela Planta, que fizer o Ingenheiro, que Sua Magestade for servido nomear”²⁸².

No Porto, a casa da câmara recentemente adaptada e parcialmente reconstruída na Praça Nova, detém, em 1822 uma imensidade de funções que merecem registo. Assim, “uma simples inspecção do Edifício mostrará” que:

“1.º As Lojas baixas dos Paços do Concelho na sua frente estão ocupadas, de um lado com a **Casa das Audiências dos Juízos de Fora do Cível, Órfãos, Crime e Almotaçaria** e não tem o Edifício lugar cómodo além deste para as ditas Audiências, porque

2.º Na mesma frente e lado correspondente se acha estacionada por Ordem Superior a **Guarda principal desta Cidade** e a sua remoção, por isso, não pode já ser da nossa competência, e talvez o local se julge como mais central, o mais próprio para os fins a que se destina;

3.º No átrio interior existem **duas Lojas mui escuras, uma das quais está servindo de Armazém em que se guardam vários efeitos e utensílios pertencentes ao Edifício e quantidade de alcatrúzes e objectos concernentes a Obras Públicas** e outra igualmente com pouca luz.

4.º Subindo a escada, e com Porta para ela, há **um quarto ocupado com a Escrituração da Comissão Fiscal** que, por Ordem superior, se acha estabelecida em o Quarteirão alto da frente do Edifício, correspondente à Sala das Vereações, e naqueles Quartos que, segundo o primitivo arranjo, se faziam as Sessões da Il.ma Junta das Obras Públicas e Cofre.

5.º Na mesma frente há a **Sala das Vereações, em que não só se celebram as Sessões destas, mas as de Obras Públicas e Jurados**, devendo para as destes dar-se uma Casa ou Sala imediata, por Ordem Superior, e tem acontecido, por ocorrência de Sessões de diferentes repartições não só não haver Sessão de Vereação, mas ainda interromper-se depois de principiada para dar lugar a Jurados.

6.º A sala da Espera, que dá entrada para a **Casa de Escrituração do Expediente do Senado e Arquivo do mesmo**, repartições estas que d’absoluta necessidade devem ficar desembaraçadas, e que de maneira alguma se podem interromper-se [*sic*], pois que sem elas jamais poderá o Senado progredir nas funções do seu Ministério.

7.º Resta finalmente do lado da Rua dos Três Reis Magos **um estreito Corredor em que, sem as precisas comodidades, se aloja o Guarda da Câmara, responsável pela limpeza e conservação dos moves [*sic*] pertencentes ao Edifício**, sendo além disso necessária ali a sua existência; e além deste Corredor só há no mesmo Edifício **uma sala incompleta junta à Capela**, e com ela paralela, para a qual se transferirão os Cofres, cuja igualmente está servindo às Sessões da Comissão sobre o melhoramento das Cadeias, Junta do Cofre e Subsídio, sendo que pela sua pouca segurança actual até fica sendo quasi de necessidade a conservação da Guarda principal, cuja ali está estabelecida por Ordem Superior, como fica apontado”²⁸³.

²⁸² Estatutos de 26-11-1771, feitos e apresentados pelo Juiz de Fora de Almada José Manuel da Cruz Mendes, relativos à situação global do Concelho e em particular às carências sentidas quanto a edifícios para Casa da Câmara e Casa da Audiência, cadeia, açougue, com providências para a construção e respectivo financiamento destas e de outras obras públicas; Almada; 26-11-1771 (13 v e seg.s), in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora - Maço 367.

O Estatuto 6 §1 determinava ainda que “nenhuma destas obras se executará, sem que primeiro a cammara a faça remmatar em praça a quem menos der; e o **Juiz de Fora será o Inspector dellas, fazendo-as executar com toda a segurança e bem conforme á Planta de cada huma**: determinando verbalmente qual se ha de fazer primeiro, e depois as que se hão de hir seguindo”.

²⁸³ *Offício* da Câmara do Porto ao Governador das Justiças da Relação e Casa da Porto, expondo os sete motivos pelos quais não se pode instalar nos respectivos Paços do Concelho o Depósito Público daquela cidade; Porto, 15-6-1822, in IAN – TT – *Ministério do Reino* – Consultas de Diferentes Repartições – Junta do Depósito Público; Maço 360, Caixa 481:

Ainda relativo à ocupação, pelos Cofres do Depósito Público, de instalações na casa da câmara do Porto constam no mesmo processo os documentos seguintes:

a) *Offício* do Juiz do Depósito Público do Porto, sugerindo a instalação do Depósito fora da casa da câmara do Porto; Porto, 20-6-1822

Pela mesma época, a antiga e muito arruinada casa da câmara da Horta²⁸⁴ dispunha naturalmente de *Casa da Câmara*, de *Casa da Audiência* e de *Cadeia*, desdobrando-se esta em *Cadeia de Homens* e em *Cadeia de Mulheres*, o que, em termos de definição arquitectónica do edifício não é irrelevante, como veremos. Em articulação com as Cadeias, a casa da câmara dispunha ainda de *Casa do Carcereiro* e de um muito raro *Oratório*. O edifício acolhia ainda, no seu piso térreo, os *Açougues do Concelho* e, finalmente, a *Casa da Roda*²⁸⁵, nas traseiras do mesmo.

Enfim, já após o triunfo definitivo do Liberalismo e a dois passos de Almada, a então muito arruinada casa da câmara de Palmela dispunha ainda em 1837 da “bela e excelente **Casa das Audiências, contígua à da Câmara Municipal**; porém a lima subtil do tempo que tudo gasta e destrói tem reduzido aqueles Nobres Edifícios ao mais eminente risco de se perderem”. Assim, urgia então “acudir ao concerto dos telhados tanto daquelas duas Casas belas, como do restante de todo o Edifício, aonde se acha a **Cadeia e Roda dos Expostos**, o **Açougue**, o **Paço destinado à venda dos géneros comestíveis** e outras oficinas”²⁸⁶.

b) *Ofício* do Presidente das Arrematações e da Junta do Depósito Público e Juiz do Cofre da Cidade do Porto ao Governador das Justiças desta Cidade, expondo que a Junta do Depósito Público e Praça dos Leilões funcionava na casa da câmara antes da sua reedificação, após o que passou para a Casa Pia, situada num sítio muito periférico, solicitando-se, por isso, a sua instalação na reedificada Casa da Câmara ou numa casa alugada mais central; Porto, 21-6-1821; Seguem-se duas *Certidões*, atestando que o Depósito Público assim como a Praça dos Leilões e Rematações no edifício da antiga Praça Nova até à sua compra pela Câmara para se tornar, após a sua reconstrução na actual casa da câmara do Porto; Porto, 14-6-1821

c) *Cópia* de ofício ordenando a remoção do Depósito Público do Porto das casas que ocupa, pois são pertença da Câmara Municipal, que precisa delas para as suas Sessões, depois de convenientemente reparadas; Porto, 11-3-1817.

d) *Ofício* relativo a edifício adequado para instalar o Depósito Público do Porto, sugerindo-se que o mesmo volte para a casa da câmara, onde apenas ocupa uma pequena sala e um ou dois quartos, para lá da vantagem da centralidade do sítio; Porto, 20-10-1825.

²⁸⁴ Para a casa da câmara da Horta ver o estudo do A.: “No rasto de um monumento perdido do património do Faial: a antiga Casa da Câmara da Horta”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

²⁸⁵ A *Roda* terá sido adaptada na própria casa da câmara da Horta num ano indeterminado certamente posterior a 1781, ano em que as Rodas foram instituídas em todos os Concelhos do Reino por uma *Ordem* de 10 de Maio de 1783 do Intendente Geral da Polícia Pina Manique, que estabelecia uma *Roda* em todas as Vilas e Cidades do Reino.

²⁸⁶ *Cópia* de Ofício do Administrador do Concelho de Palmela, de 8-6-1837 ao Administrador Geral do Distrito de Lisboa, relativo ao Tribunal de Palmela, considerando que o único sítio adequado para a sua instalação era a Casa da Audiência na Casa da Câmara daquela vila, cujo edifício está muito arruinado e cuja reparação se propõe; Palmela, 3-8-1837, in IAN-TT – *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais; Maço 2021, Cx. 1:

Sobre o mesmo assunto e na mesma colecção constam ainda os seguintes documentos:

- *Ofício* do Administrador Geral Interino do Distrito de Lisboa, de 3-8-1837, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, remetendo cópia de Ofício do Administrador do Concelho de Palmela abaixo transcrito) “pedindo o reparo e conservação de um edifício denominado «a Casa das Audiências», que pela sua nobreza e perfeição merece particular cuidado, até mesmo porque reunindo em si comodidades para muitas oficinas, todas em utilidade pública, encerra uma boa galeria de quadros dignos de atenção”; acompanhado de *Ofício* do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, de 7-11-1837, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, também “sobre os reparos de que precisam os paços do Concelho

Como vemos, as velhas casas da câmara integravam já – ao serviço das várias e importantes funções concelhias que havia que abrigar – uma série de espaços diferenciados que se podem tipificar em *espaços de abrigo, espaços de armazenamento e de abastecimento, espaços comerciais, espaços administrativos* e mesmo *espaços residenciais*. Estes espaços, de natureza e de desenho diversificados – a que há que acrescentar *espaços de assistência e de devoção* – introduziam naturalmente variantes muito impressivas e importantes na tipologia-base da casa da câmara portuguesa que já conhecemos.

Nas páginas seguintes procuraremos fazer uma primeira revisão destas componentes, facultativas mas muito importantes, das nossas velhas casas da câmara. Antes disso, porém, convém referir que é pela via da revisão e análise das componentes facultativas que as casas da câmara portuguesas podem apresentar alguma *singularidade tipológica* face às casas da câmara de outras regiões europeias. Assim, merece consideração o facto de, ao contrário dos velhos “concelhos” escoceses e ingleses, que comprovadamente organizavam banquetes – e cujas “casas da câmara” por vezes detinham cozinhas, que na Inglaterra se justificavam “se se considerar a importância de festas e banquetes em cerimónias urbanas” ou mesmo a necessidade de “pelo menos no princípio do século XVII se cozer pão para os pobres em tempos de grandes privações”²⁸⁷ – em Portugal os concelhos não só não organizavam banquetes como as respectivas casas da câmara normalmente não tinham cozinha.

Do mesmo modo, nas casas da câmara portuguesas não havia lugar a festas, recepções e muito menos bailes, ao contrário do que acontecia nas casas da câmara da Escócia, nomeadamente na segunda metade do século XVIII. Com efeito,

“um incentivo para substituir casas do concelho inadequadas e arruinadas foi o apoio financeiro dos burgueses e da pequena nobreza das vizinhanças, que ganhou um interesse crescente por bailes e assembleias e exigiu salas adequadas para estes e outros acontecimentos sociais”²⁸⁸.

Um bom exemplo é proporcionado pela velha “town-house” da cidade de Aberdeen, “começada a construir em 1788 e terminada no ano seguinte”²⁸⁹, que passou a deter uma “meeting-room” e uma “council-chamber”, nos 1.º e 2.º andares, respectivamente – e que adapta ainda hoje um “templo maçónico” na sua “council-chamber”, que ocupa a integralidade do segundo piso do edifício. Com efeito, na cidade de Aberdeen,

de Palmela [...] Edifício que reunindo comodidades para diversas oficinas e estabelecimentos públicos, é digno de toda a tenção para se não deixar cair por terra”.

²⁸⁷ Robert Tittler, *Architecture and Power: The Town Hall and the English Urban Community, c. 1500-1640*, Oxford University Press, 1991, p. 38.

²⁸⁸ Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland, *Tolbooths and Town-Houses – Civic Architecture in Scotland to 1833*, The Stationery Office, Edimburgo, 1996, p. 3.

²⁸⁹ Id., *Ibidem*, p. 163.

“a associação de comerciantes, as associações profissionais e a loja maçónica locais, todas contribuíram para custear a nova construção, sendo-lhes permitido usá-la para reuniões, dependentes apenas de um simples pedido da respectiva chave. Alguns rendimentos provinham também do arrendamento da sala de reuniões (meeting-room) para uma série de finalidades, nomeadamente aulas de dança e representações dramáticas”²⁹⁰.

Mas esta multiplicidade de funções inerentes às casas da câmara escocesas sobreviveria largamente. Assim, já “na segunda metade do século XIX, muitas casas da câmara foram construídas para responder às necessidades públicas de locais de reunião adequados para assembleias, evangélicas e outras, como concertos e eventos cívicos”²⁹¹.

Ora, que saibamos, não há rastros da realização de bailes, de recepções ou de banquetes colectivos, mais ou menos celebratórios, promovidos pelos nossos antigos concelhos, e muito menos qualquer sinal de que tais funções tivessem decorrido nas instalações das nossas antigas casas da câmara. Equipamento doméstico, mobílias, serviços de loiça ou faqueiros mais ou menos ricos, a existirem, estavam ao serviço restrito e privado de Corregedores e Juízes de Fora, na sua residência, que poderia estar integrada na própria casa da câmara e cuja manutenção e equipamento condigno eram encargos concelhios. Do mesmo modo – e agora ao contrário do que acontecia nos *hôtels de ville* franceses pelo menos na Época da III República, radicalmente laica, como sabemos, que detinham um “salão de casamentos”, nas instalações das nossas antigas casas da câmara também não se realizavam festas de casamento.

8.1.2.1 – Espaços de abrigo

Vimos que a casa da câmara de Setúbal dispunha de um espaçoso alpendre, com 12 varas de largura por 12 palmos de profundidade (26,4^m x 2,64^m). Ocupando toda a largura da casa da câmara, era definido por poderosas colunas que sustentavam os arcos (aparentemente em número de cinco) sobre que assentava a fachada principal do edifício. O peso esmagador desta suscitou, aliás, obras suplementares de reforço, nomeadamente dos pilares extremos que enquadravam as arcadas respectivas.

Os *alpendres* de algumas casas da câmara portuguesas, tão raros em Portugal – mas tão típicos da arquitectura concelhia estrangeira, nomeadamente da espanhola, nas suas variantes galega, leonesa, castelhana e aragonesa – tinham precedentes muito importantes

²⁹⁰ Id., *Ibidem*, p. 163.

²⁹¹ Id., *Ibidem*, p. 3.

entre nós, nos amplos espaços abertos que precediam ou que ocupavam mesmo, total ou parcialmente, o piso térreo de algumas antigas casas do concelho.

O exemplo mais antigo de alpendre de um edifício de irrecusável cunho concelhio é provavelmente o proporcionado pelas arcadas do chamado *Celeiro Público* de Estremoz, edifício que constituiu a histórica e raríssima *casa da audiência medieval* daquela vila, adiante discutida. Com efeito, o edifício (refeito em grande parte na época Manuelina, pelo menos ao nível das coberturas), que detém uma fachada excepcional, adiante também considerada, é precedido por um *coberto* cuja extensão coincide com a da fachada da antiga audiência medieval. O alpendre, definido por arcadas ogivais, é da maior erudição, a que o mármore local em que foi construído empresta um refinamento arquitectónico excepcional. Trata-se de

“uma **arcaria de cunho antiquíssimo**, a que vulgarmente chamam palácio de D. Dinis, **arcos que abrem num pequeno recinto gradeado** para dar entrada, por uma bela porta ogival, para o antigo celeiro comum Monte Piedade”²⁹².

Datáveis da passagem da Idade Média para a Idade Moderna, chegaram-nos casas da câmara assentes em espaços “alpendrados”. Construídas sobre pilares, arcadas e sobrados, trata-se de edifícios tão notáveis como os das casas dos Concelhos de Barcelos, de Viana ou de Guimarães. Merece reparo o caso desta vila, que dispunha no século XVI, de “Relação e Casa do Concelho”, embora em edifícios separados. Localizada “na Prassa, estaua **a Casa da Relação, sobre arcos**” – isto é, o edifício que todos conhecemos e que serviu secularmente de casa da câmara de Guimarães. Escrevendo nos princípios do século XX, um erudito nortenho considera, em obra famosa já atrás referida, que “a casa dos paços do concelho” está “**levantada sobre uma espécie de galilé**, restos, acaso, das antigas *alpenduradas* ou *recebimentos* do velho rocio da Colegiada”²⁹³. Aparentemente, no mesmo complexo arquitectónico, ainda no século XVIII “havia também **huma cadea, que chamavão Pórtico** para as cousas leves (ainda se conçerva para as prisões dos contratadores dos usuaes, pão, carne, vinho, pescado)”²⁹⁴ – deduzindo-se que a cadeia ocupava parte do piso térreo coberto sobre que assentava a *Relação* local e onde a seu tempo se instalou também a casa da câmara de Guimarães.

Perdidos os alpendres da casa da câmara de Setúbal com a destruição desta no Terramoto de 1755, sobreviveram, porém, alguns alpendres quinhentistas, como os da casa da câmara da Guarda, datável de c. de 1570 ou os da casa da câmara de Tomar, de

²⁹² Marques Crespo, “Extremôs”, in Pedro Muralha (Dir.), *Álbum Alentejano – Distrito de Évora*, Imprensa Bele, Lisboa, s.d., Tomo II, p. 282.

²⁹³ José Caldas, “Guimarães”, in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza...*, Vol. 2.º.

²⁹⁴ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias...*, Vol. I, p. 98, 99.

construção anterior a esta data. Tratava-se neste caso dos “**arcos de baixo da caSa dos contos que sam da villa e o concelho** os mandou correger e esta deles de pose” - arcos esses que, com a própria casa da câmara, proporcionaram aposentadoria ao “baram” durante umas Cortes de Tomar - provavelmente as de 1580-81²⁹⁵.

A documentação escrita e a iconografia trazem até nós outros alpendres quinhentistas como os da antiga casa da câmara da Póvoa do Varzim (hoje transformada) ou o da casa da câmara de Monção (hoje perdida). Muito provavelmente de origem quinhentistas (e mesmo manuelina) eram também os “Paços da Câmara” de Vila Flor, onde se intuem vastos alpendres nos espaços cobertos referidos numa Correição de 1791. Tratava-se dos “**pateos** deste Paços”, onde se acomodava tradicionalmente o açougue e o próprio matadouro²⁹⁶. Ora, em 1791, o Corregedor de Moncorvo determina

“que **o pateo** em que elle estava se concertasse em maneira, que delle se pudesse fazer rendimento annual para o Concelho, **arendando-se aos mercadores no dia de feira** a vista do que determino, e mando que todas as obras assim acordadas se fação o mais breve que for possível, em primeiro lugar o concerto do **pateo do antigo asougue**”.

Enfim, tudo indica que “a caza que nos dittos Paços do concelho serve de se talharem as carnes” e que agora se determina “**arender aos mercadores nas occazioens das feiras**”²⁹⁷ é a antepassada das excepcionais arcadas da fachada lateral da velha casa da câmara de Vila Flor [Fig.^a 196], reparadas ou mesmo reconstruídas durante o Estado Novo, onde hoje está instalado o importante acervo etnográfico de origem colonial do museu local, instalado no histórico edifício.

Do século XVII temos o testemunho de estruturas alpendradas na casa da câmara de Abrantes. Com efeito, o monumental edifício, datável da Época Filipina, detinha em 1685, entre muitas outras dependências, um “**Alpendre que fica debaixo das barandas da Camera**”, então aforado a particulares²⁹⁸. Alpendres existiam, enfim, nas casas da câmara

²⁹⁵ Apontamentos de muitos agravos e opressões que os moradores de Tomar receberam quando El Rey foy à dita vila de todos os fidalgos e pessoas que os acompanharam [Cortes de Tomar de 1580-81?], in IAN-TT – *Núcleo Antigo* – Administração e Justiça – Cartas Missivas, Maço 3 – Doc. 55.

²⁹⁶ A localização do matadouro nos baixos da própria casa da câmara de Vila Flor constitui um exemplo raríssimo, senão único, de tal uso numa dependência de uma casa da câmara portuguesa.

²⁹⁷ “Cópia autentica do Provimento que nesta Villa [*Vila Flor*] deixou em o Anno de 1791 o Doutor Joze Antonio de Sá Corregedor da Comarca de Moncorvo que mandou observar na Correição que na dita Villa fes o qual para que a todos conste vai abaixo copiado em forma publica”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

²⁹⁸ Publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, p. 146.

As referências ao alpendre da casa da câmara de Abrantes desaparecem na *Provisão* de D. João V de 24 de Maio de 1715), pela qual se ordenam prementes e muito ambiciosas obras de restauro e de ampliação do então arruinado edifício, levadas a efeito nos anos seguintes. A *Provisão* foi publicada por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, pp. 146, 147.

setecentistas da Póvoa do Varzim, de Esposende e de Tavira (esta hoje muito reconstruída), bem como nas antigas casas da câmara de Ovar ou de Chaves, hoje perdidas.

Apesar de muito raros, os alpendres das casas da câmara portuguesas, pela sua localização e inserção no edifício, pelas suas dimensões e pelo seu desenho, eram portadores de uma presença visual muito intensa, conferindo às casas da câmara e às respectivas fachadas – adiante discutidas – uma presença e uma identidade arquitectónica muito próprias no contexto da arquitectura de tutela concelhia portuguesa. Porém, os alpendres eram também, por definição, excelentes espaços colectivos de abrigo e de protecção, de convívio e de descanso, de comércio, de troca e mesmo de arrumação, de armazenamento ou de guarda de bens e de mercadorias em trânsito. Veremos em seguida outras estruturas e espaços vocacionados para esse armazenamento nas próprias casas da câmara.

8.1.2.2 - Espaços de armazenamento

Entre as componentes facultativas das velhas casas da câmara portuguesas constaram, embora raramente, importantes espaços de armazenamento – espaços estes que, ao serviço dos Povos e das suas comodidades, localizados dentro ou fora da casa da câmara, já vimos serem de tutela concelhia. Com efeito, acolher, abrigar e recolher bens, mercadorias e equipamentos de toda a natureza eram serviços indispensáveis para o bem-estar, para a sobrevivência e para o próprio brio cívico das comunidades de vizinhos²⁹⁹ e, como tal, uma competência concelhia fundamental. Vimos que a casa da câmara de Setúbal integrava, já em 1526, um importante “Paço do Trigo”. Tratava-se de uma vasta estrutura de armazenamento que, à semelhança do *Terreiro do Trigo* de Lisboa³⁰⁰, recolhia obrigatoriamente os cereais vindos de fora para aí serem guardados e despachados, isto é,

²⁹⁹ Exemplo extremo de um espaço de armazenamento para guardar um equipamento de natureza muito especial é o proporcionado pela “*sala da Custódia*” existente na casa da câmara de Madrid. Aí se guarda a Custódia de prata que a Câmara encomendou no século XVI para a Procissão do Corpo de Deus. Dada o carácter desta festa e a sua efectiva natureza concelhia, pelos menos nas cidades e vilas da Península, não parece serem aceitáveis as seguintes palavras relativas à tutela da festa do Corpo de Deus naquela antiga Vila: “o motivo de a Custódia se encontrar num edifício civil tem a ver com o facto de a Vila não ter tido sede episcopal até ao século XIX e a Festa e Procissão do *Corpus* ter sido tradicionalmente uma das maiores, mais vistosas e mais esperadas pelo povo madrileno, pelo que o concelho mostrou o seu interesse por construir uma custódia, numa sessão de Junho de 1565”. Aquela, construída efectivamente em 1573, teve acrescentos e restauros posteriores, DOCUMADRID, *La Plaza de La Villa*, Ediciones La Librería, Madrid, 2001, p. 43.

³⁰⁰ Para a localização e caracterização arquitectónica do Terreiro do Trigo manuelino de Lisboa (mas também da sua réplica, proporcionada pelo Celeiro Público pombalino) Lisboa ver, do A., *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*, Pandora, Lisboa, 2004, pp.s 162-168.

medidos, pesados, distribuídos e vendidos, a fim de serem consumidos naquela importante vila e seu termo.

Paços do Trigo como o de Setúbal – herdeiros dos *Terreiros do Trigo* e das *Fangas da Farinha* medievais – darão lugar aos *Celeiros Públicos* da Época da Restauração e das épocas posteriores, celeiros esses por vezes localizados e ao serviço do *Forum Frumentarium* como o de Braga, explicitamente representado na vista quinhentista de 1594 *Bracarae Avgvste descriptio*, já atrás representada. Embora quase sempre estes celeiros gozassem de instalações exclusivas³⁰¹, casos houve em que ocupavam dependências importantes das próprias casas da câmara. Embora muito longe do Reino, era este o caso, em 1788, da “nobre caza de Câmara” de Moçambique, que “por baixo” tinha “**Armazeins para seleiro publico de mantimentos** que se instituiu pela Camara no anno de 1785”³⁰².

Muito mais comum era a simples presença de *lojas*, isto é de espaços mais ou menos incaracterísticos e multi-funcionais que facilmente se adaptavam às mais diversas funções. Da existência destas lojas, temos um exemplo muito antigo na “**cassa pequena que esta debayxo das casas do concelho**” do Funchal, que a 11 de Julho de 1495 a Câmara decidiu dar “a pero armeyro [...] e esto por ser armejro e mujto bom hofficjall e prouejtoso e necessario pera a terra”³⁰³. Naturalmente, a existência de lojas tornou-se mais comum nos edifícios mais tardios, normalmente de maiores dimensões. Era o caso da casa da câmara de Abrantes, que já vimos que em 1685 detinha “**uma lojia que esta debaixo destas Cazas da Camera** a que chamão Pissarra que tem a porta para a banda da Rua dos Asoitados”³⁰⁴. Obras importantes levadas a cabo no edifício em 1715, então arruinado e tornado acanhado, não esquecem essa antiga dependência, pois o *Contrato* de arrematação das obras contemplava, no piso térreo, “hum a Caza a que chamão da pissarra onde se **recolhem as mercancias que vem a vender a esta Villa** com outra Caza mais seguida a ella para mais largueza das fazendas”³⁰⁵.

Muito tempo depois, em 1822, existiam “Lojas baixas dos Paços do Concelho” do Porto, no novíssimo edifício concelhio da Praça Nova, então ocupadas com actividades

³⁰¹ Um belo exemplo é o proporcionado pelo “Celeiro do Comum”, de Évoramonte, fundado em 1642 e localizado na rua principal daquela antiga vila, a dois passos da casa da câmara local.

³⁰² Descrição da Capitania de Mosambique, e suas povoaçoens, e producçoins, pertencentes á Coroa de Portugal, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 604, Caixa 707.

³⁰³ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal – Século XV...*, p. 366.

³⁰⁴ Publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, p. 146.

³⁰⁵ Contrato de arrematação das obras da casa da câmara de Abrantes pelo mestre pedreiro Manoel Luiz da Silva; Abrantes, 25-9-1715, publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, pp. 147, 149.

nobilitantes (salas de audiências), como já sabemos. Ainda no mesmo edifício, no seu “átrio interior existem **duas Lojas mui escuras, uma das quais está servindo de Armazém em que se guardam vários efeitos e utensílios pertencentes ao Edifício e quantidade de alcatruzes e objectos concernentes a Obras Públicas** e outra igualmente com pouca luz”³⁰⁶, provavelmente com uma função semelhante. Porém, em tempos de assédio e de guerra, a excelência e largueza da casa da câmara do Porto, assim como a sua centralidade tornaram-na cobiçada na época do Cerco do Porto enquanto sede de serviços e mesmo enquanto posto de recolha dos mais diversos equipamentos. Assim, em Outubro de 1832, todas as salas estavam intensamente ocupadas ao serviço de diversas comissões e tribunais, havendo mesmo uma última sala, “absolutamente **precisa para se recolherem aí as enxergas, lençóis, mantas e camisas** que esta Comissão faz prontificar para os Hospitais Militares e Quartéis do Exército Libertador”³⁰⁷. Por se “conhecer bem **o grande risco em que se achava aquele nobre Edifício por conter em si coisas de fácil combustão**”, no fim daquele ano tratava-se de transferir aqueles bens para uma das casas “que fosse das abandonadas pelos rebeldes ou ausentes”. Assim, no Primeiro de Janeiro de 1833, ainda antes do fim do Cerco e mais de meio ano antes da entrada dos Liberais em Lisboa, removeram-se “para a casa abandonada do Morgado do Carregal sita numa Travessa que fica próxima à Rua de Cedofeita, **todos esses enxergões e palha que estavam na Casa da Câmara à Praça Nova**”³⁰⁸.

Outro exemplo muito interessante da existência de lojas no piso térreo é proporcionado pela monumental casa da câmara pombalina de Lisboa, cujas lojas, abertas para as fachadas laterais do edifício, ainda em 1863 eram alugadas a particulares, que aí desempenhavam as mais diversas actividades, rendendo então à Câmara a verba global de 653\$000 réis³⁰⁹.

³⁰⁶ *Ofício* – já atrás referido – da Câmara do Porto ao Governador das Justiças da Relação e casa da Porto, expondo os sete motivos pelos quais não se pode instalar nos respectivos Paços do Concelho o Depósito Público daquela cidade; Porto, 15-6-1822, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Consultas de Diferentes Repartições - Junta do Depósito Público; Maço 360, Caixa 481.

³⁰⁷ *Ofício* de Comissão indeterminada a Sua Magestade Imperial, relativa às inúmeras instituições instaladas na casa da câmara do Porto e respectivos horários de ocupação e funcionamento dessas entidades e instituições; Porto, 15-10-1832, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência da Câmara Municipal do Porto; Maço 261 – Caixa 346 (Apêndice Documental; Doc. n.º 24).

³⁰⁸ *Ofício* de Comissão indeterminada a Sua Magestade Imperial..., Lugar Cit.

³⁰⁹ Em 1863 “as **lojas do edifício** dos paços do concelho andavam arrendadas. Umas eram dadas a particulares por avisos régios. A **loja onde se vendia a Gazeta de Lisboa**, que era a quarta vindo do Terreiro do Paço, pagava 50\$000 réis de renda, e outras, incluindo **tabernas**, pagavam entre 60\$000 e 100\$000 réis. E **uma servia de cocheira** e não pagava renda (...). Do lado da Rua dos Capelistas também se alugavam as lojas, entre 56\$000 réis e 28\$000 réis. Havia ali **barbeiro, cabeleireiro, loja de venda de loiça da Índia. Rendiam as lojas 653\$000 réis** (...). O senado possuía também a ala do Terreiro do Paço, onde estavam os tribunais do Conselho da Fazenda e a Junta do Comércio, e hoje a Secretaria das Justiças e a Junta do Crédito Público, e

Para uso próprio, enquanto arrecadação ou instalação de algum serviço específico, ou para rendimento, através do seu aluguer a particulares, é ainda hoje fácil intuir a presença dessas *lojas* nas velhas casas da câmara. Trata-se sempre de espaços localizados no piso térreo das casas da câmara, normalmente numa das suas extremidades, quase sempre sem janelas, mas sempre com porta de comunicação com o exterior (o que as distinguiu das enxovias localizadas ao lado e que, por definição, não tinham portas, dispondo apenas de janelas para o exterior, como veremos). Para a sua definição arquitectónica haveria que contar finalmente com o seu isolamento relativamente às demais dependências da casa da câmara, quer às do piso térreo, quer às do piso nobre. Encontram-se ainda hoje lojas, de dimensões mais ou menos reduzidas, por exemplo nas casas da câmara de Évoramonte (Estremoz) ou na de Ermelo (Mondim de Basto).

Ainda no âmbito dos espaços de armazenamento e abastecimento público haveria que contar com a presença estratégica de *poços* e sobretudo de *cisternas*. Provavelmente muito numerosos no passado, no âmbito do levantamento feito para este estudo apenas conseguimos sinalizar a muito conhecida cisterna da casa da câmara de Bragança. Nos inícios do século XX ainda mantinha, emergindo “do lagedo do pavimento, o parapeito circular da boca da cisterna que ocupa a subjacencia do edifício”. A cisterna de Bragança detém uma “vigorosa abóbada de cantaria em curva plena com arcos de reforço”. Porém, face à “lóbrega e soturna superfície do líquido” acumulado na cisterna multissecular, “o indígena ignorante e supersticioso foge com pavor d’este presumido antro de bruxedo”³¹⁰ – como se escrevia ainda nos começos do século XX!

8.1.2.3 - Espaços de troca e de comércio

Uma das componentes facultativas mais importantes das velhas casas da câmara portuguesa era proporcionada pela existência de espaços vocacionados para as trocas comerciais, normalmente de produtos comestíveis, verduras, peixe e sobretudo carnes, frequentemente designados de *açougue*. Apesar de estes constituírem uma componente facultativa recenseiam-se ainda hoje exemplos muito interessantes de açougues integrados no edifício sede do concelho. Note-se que alguns destes açougues estiveram em uso até

alugava as lojas e andares”, Ribeiro Guimarães, “Os Paços da Câmara da Cidade de Lisboa”, in *Summario de Varia Historia – Narrativas, Lendas, Biographias, Descrições de Templos e Monumentos, Estatísticas, Costumes Civis, Políticos e Religiosos de Outras Eras*, Rolland & Semiond, Lisboa, 1872, p. 142.

³¹⁰ Manuel Monteiro, “Bragança”, in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza...*, Vol. 7.º.

muito recentemente e também muito recentemente alguns têm sido bem escusadamente mutilados e destruídos, como o da casa da câmara de Cano (hoje no Concelho de Sousel), sobrevivendo – embora com novas funções – os velhos açougues das casas da câmara vizinhas de Monforte (actual Posto de Turismo) ou de Borba (actual Biblioteca Municipal). Quase milagrosamente, sobrevive com as suas funções de sempre o açougue da antiga vila de Gafete (hoje no Concelho do Crato) que, pelo menos hoje, ocupa a totalidade do piso térreo da casa da câmara daquele antigo concelho.

Se estes exemplares alentejanos constituem autênticas raridades arquitectónicas é, porém, muito abundante a presença dos açougues concelhios na documentação sobrevivente. Assim, os da casa da câmara de Tomar – que já vimos “ocupados e pejados” ao serviço da aposentadoria do Barão aquando de uma Cortes de Tomar (provavelmente as de 1581) – eram **estruturas arqueadas** pertença do concelho: com efeito, os açougues de Tomar

“**sam da villa e o concelho os mandou correr e esta deles de pose e foram feitos e ordenados pera se neles venderem o pão e os mais mantimentos que de fora vem a vemder homde estauam seguros e fechados e aguora [devido à aposentadoria do Barão] estam na praça E a peJam toda ao soll e a chujua** E nam estam muito seguros de os Roubarem de noue”³¹¹.

Estruturas semelhantes se registavam na casa da câmara quinhentista da Póvoa do Varzim onde, “no piso térreo, por trás da arcaria, existiam dois compartimentos, um destinado a prisão, o outro a armazém ou açougue”³¹². Também a casa da câmara de Vila Flor – de muito provável origem quinhentista – dispunha de açougues, aparentemente em comunicação com os importantes alpendres que o edifício detinha. Com efeito, numa Correição de 1791 (já atrás referida), refere-se não só “o concerto do **pateo do antigo asougue**” (que aqui significa *matadouro*) mas também “a **Caza em que dantes se talhavão as carnes**”³¹³. Provavelmente longe da erudição dos de Tomar e mesmo dos outros acabados de referir, a casa da câmara de Benavente também dispunha, em 1685, aparentemente num edifício anexo, de “huas cazas pegadas a dita torre [*do relógio*] que ficam partindo com a

³¹¹ Apontamentos de muitos agravos e opressões que os moradores de Tomar receberam quando El Rey foy à dita vila de todos os fidalgos e pessoas que os acompanharam [Cortes de Tomar de 1580-81?], in IAN-TT – *Núcleo Antigo* – Administração e Justiça – Cartas Missivas, Maço 3 – Doc. 55:

Nos mesmos Capítulos àquelas Cortes, a Câmara de Tomar pede “**que mamde sua Alteza que ho açougue da praça seJa partido em duas partes e que hum se de aos carniçeiros cortesãos e a outra aos da villa e que uns partam e outrosi se colham [?] por que hos cortesãos ho tem aguora todo tomado e os da villa nam tem homde cortar** E lembra de se dar comta a sua *Alteza* de como se vemde a carne a çimquo rreaes e de como os allmotages da corte Almotacam As cousas da villa”.

³¹² Sandra Araújo de Amorim, *Vencer o Mar...*, pp. 45-46.

³¹³ “Cópia autentica do Provimento que nesta Villa [Vila Flor] deixou em o Anno de 1791 o Doutor Joze Antonio de Sá Corregedor da Comarca de Moncorvo que mandou observar na Correição que na ditta Villa fes o qual para que a todos conste vai abaixo copiado em forma publica”; Vila Flor; 1791, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

mesma prassa da banda do nascente [...] **as quaes servem de asougue de peixe e de vender fruta**»³¹⁴.

A existência de açougues no edifício camarário, não sendo comum, era porém uma realidade em todo o Reino e alcançava as Ilhas e as outras partes do Império³¹⁵. Assim, os açougues da cidade da Horta localizavam-se na casa da câmara (datável dos finais do século XVI ou dos princípios do século XVII), no piso térreo, por baixo da cadeia das mulheres. A degradação do edifício impunha vistorias e um *Orçamento* muito pormenorizado, datado de 24 Dezembro de 1822, para obras muito importantes de restauro global do edifício (que nunca chegariam a ser feitas), onde constam o “orçamento da bobeda da prizão sobre o açougue” e o “orçamento da obra de Carpina [*carpintaria*] na prizão sobre o assougue”³¹⁶.

Na Época Joanina, previa-se que a nova casa da câmara a edificar em Campo Maior após o desastre de 1732, que arrasou a vila, também dispusesse de Açougues³¹⁷ – espaço de que a casa da câmara de Pinhel, então recentemente reconstruída, também dispunha. Após o Terramoto, em contexto iluminista, também se previa que a casa da câmara de Almada – cuja construção se propunha em 1771, tivesse, mesmo ao lado da “enxovia, e tres ou quatro

³¹⁴ Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente...*, pp. 48, 49.

³¹⁵ Com efeito, a casa da câmara de Salvador da Baía integrava, para lá das demais componentes próprias de uma casa do concelho, o açougue, cujas portas estavam a ser colocadas em 1681. Sabemos ainda que o açougue ficava na ala direita da casa da câmara e a cadeia na ala posterior do edifício. Ver Carlos Ott, *A Casa da Câmara...*, p. 9.

Merecem transcrição os seguintes comentários deste autor relativos à localização dos açougues da cidade na casa da câmara: “É de estranhar que se não tivesse modificado esta distribuição interna delineada por [o Governador] Francisco Barreto de Menezes. **A instalação de açougue e cadeia nos recintos abaixo das divisões onde funcionavam a Sala de Audiência e o Tribunal de Contas era de todo inconveniente, fazendo certamente supor aos juizes e Procuradores que ali trabalhavam que o Governador sofria de séria deficiência olfactiva**; estes, porém, não teriam bastante coragem para reclamar, em vista do sistema paternalista a que estavam sujeitas, o que se verificou até mesmo sob outros Governadores. Quanto à instalação da Cadeia na Prefeitura ninguém reclamara, por ser de costume multissecular”, Id, *Ibidem*, p. 9. Ora, por estranho que possa parecer a este autor, a localização dos açougues era sempre, em Portugal como por toda a Europa, extremamente central, como já vimos. Pense-se nos açougues manuelinos de Lisboa, em pleno Terreiro do Paço, numa localização em tudo simétrica ao próprio Paço da Ribeira, ou na localização das tão importantes *Carnicerías* de Toledo, Madrid ou Salamanca, sempre nas respectivas *plazas mayores*.

³¹⁶ *Ofício* do Ministro Secretário de Estado da Fazenda remetendo à Secretaria de Estado do Reino a *Representação* de 24-1-1822 da Junta Provisional da Comarca da Horta, em que esta expõe o estado de ruína do edifício da Casa da Câmara, Casa da Audiência, Cadeias, Casa do Carcereiro e Açougues e a necessidade de edificação duma nova Casa da Roda dos Expostos da Vila da Horta e se pede autorização para transferir a Matriz da Vila para a Igreja do Colégio dos Jesuítas dado o estado de ruína da actual, cuja demolição se solicita também, prevendo-se o arranjo de uma praça no seu sítio, Lisboa, 26-3-1823, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620.

Pede-se ainda, na mesma *Representação*, autorização para erigir no lugar da antiga Matriz um monumento à “regeneração política” do Reino. Segue-se o *Auto de Vistoria* de 15-7-1822 do edifício da Casa da Câmara e instalações anexas e o *Orçamento da Despesa* de 24-12-1822 das importantíssimas obras de restauro e reconstrução do conjunto e a construção de uma nova Casa da Roda num lugar mais adequado, tudo no valor global de 6:705\$664 reis; Horta, 24-1-1822. Publicado pelo A. in “No rasto de um monumento perdido do património do Faial: a antiga Casa da Câmara da Horta”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

³¹⁷ Estêvão da Gama de Moura e Azevedo, *Notícias da Antiguidade, Aumento e Estado presente da Vila de Campo Maior...*, p. 141.

segredos” da cadeia local, “hum açougue publico”³¹⁸. Muito perto, também a casa da câmara de Palmela, também em grande parte reconstruída após o Terramoto, dispunha ainda em 1837 de, entre muitas outras componentes, do Açougue e de um **“Paço destinado à venda dos géneros comestíveis e outras oficinas”**³¹⁹.

A par dos açougues, uma outra dependência facultativa das velhas casas da câmara portuguesas merece ser considerada enquanto espaço de algum modo relacionado com trocas comerciais, a **“Casa da balança”**, que encontrámos em Setúbal. Era, no fundo, o equivalente moderno da medieval *Casa do Ver-o-Peso* dos velhos concelhos portugueses, onde se faziam pesagens e aferições. De acordo com o famoso *Contrato* de construção de 1526, a casa da balança de Setúbal foi projectada para ficar instalada no piso térreo da própria casa da câmara, na ala que integrava também a **“Casa da cadea”**, a **“CaSa pera os legumes”** e a **“caSa pera os açougues”**, prevendo-se então a sua construção entre estas duas últimas dependências.

Como sabemos, com o desenrolar das obras – e para permitir a ampliação dos açougues vizinhos – a casa da balança abandonaria o edifício concelhio, instalando-se numa casa fronteira, adquirida para o efeito. De facto, em 1532, estando as obras da casa da câmara praticamente concluídas, o Mestre de Santiago, por lhe “parecerem pequenos os açougues novos, e aver necesydade de se fazerem mayores”, ordena que eles passem a incluir a prevista **“casa da balança que ora estaa feita no paaço do trigo nouo”**. Para isso, o Mestre determina ainda que “a dita cassa da balança” seja feita “da outra parte, no pedaço da casa *que foy d aluaro de sande, da mesma grandura que he a que asy agora estaa feita e mandamos meter nos açougues*”³²⁰.

8.1.2.4 - Espaços administrativos

Ao serviço de um poder local muito pragmático, expedito e nada burocrático, as velhas casas da câmara normalmente não dispunham de arquivo, de cartório e muito menos

³¹⁸ Estatutos – já atrás referidos – feitos e apresentados pelo Juiz de Fora de Almada José Manuel da Cruz Mendes, relativos à situação global do Concelho, Almada; 26-11-1771, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 367.

³¹⁹ *Cópia* de Ofício do Administrador do Concelho de Palmela, de 8-6-1837 ao Administrador Geral do Distrito de Lisboa, relativo ao Tribunal de Palmela (já atrás referido); Palmela, 3-8-1837, in IAN-TT; *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Civis e das Administrações Gerais; Maço 2021, Cx. 1.

³²⁰ Mandado do Mestre Duque sobre as Obras dos Açougues de Setúbal, ordenando que os Açougues novos da vila, por terem ficado pequenos, incorporem a vizinha Casa da Balança; Setúbal, 23-3-1532, in IAN-TT – *Corpo Cronológico*, Parte II – Maço 174, Doc. N.º 42 (Apêndice Documental: Documento N.º 25).

de secretaria. Sabemos que os papéis e valores do concelho se guardavam em arcas e armários cuja abertura era devidamente regulamentada. Sabemos também que este equipamento chegou para as necessidades locais durante séculos, tanto nas casas da câmara dos concelhos mais pequenos como nos concelhos maiores e mais ricos. Com efeito, não encontramos nenhuma referência à palavra *arquivo* antes de fins do século XVIII, mas não é de excluir a existência de espaços reservados de arquivamento e guarda de valores nas velhas casas da câmara. Era essa provavelmente a vocação do pequeno espaço anexo à sala das vereações, no piso nobre da casa da câmara quinhentista de Setúbal, atrás referido. Mais antiga que esta, a casa da câmara de Évora dispunha no seu piso nobre, pelo menos em 1615, de uma “**casa do Cartório**” ou “**casa em que está o Cartório da mesma Câmara**”³²¹. Mais de século e meio depois, em 1781, o Concelho de Cascais considera

“a necessidade que havia nesta camara de hum Porteiro da mesma Camara que satisfizesse aos obrigações da mesma Camara bem riguladas como são a de **tomar conta das chaves, trastes, e livros e Cartorio para trazer tudo limpo, e assiado, e bem guardado**, e outrossim assistisse a todas as funções da mesma Camara tanto as que ella praticasse nesta villa como no mesmo termo, e juntamente abrir as portas da caza da audiencia, e servir em tudo o mais a Camara com decencia [...] e ficasse assim bem soprido o **lugar de Porteiro e guarda livros**, em cuja falta padecia esta Camara alguma indissencia e falta de seu serviço”³²².

Porém, será preciso esperarmos até ao fim do século XVIII para encontrarmos – curiosamente muito longe do Reino” – uma primeira referência documental a um arquivo que assegurasse a guarda dos documentos, valores e demais bens móveis do concelho. Com efeito, a já atrás referida casa da câmara de Moçambique, construída num ano indeterminado anterior a 1788, em pleno contexto iluminista, dispunha, entre outras muitas comodidades, de “**Archivo para os Livros competentes**”³²³. Alguns anos depois, também a câmara de Cascais dispõe de Arquivo na sua casa da câmara recém-construída. Com efeito, em 1824 ainda se invoca “a Ordenação do Reino [...] para que não se extraviem” os livros, decidindo-se nomeadamente que “as folhas mensais das Amas dos Expostos que não devem sahir do **arquivo** desta Camara a quem pertence esta Admenistração”³²⁴.

Algumas décadas depois, em 1836, também no Concelho de Vila Nova de Cerveira “a Câmara Municipal faz as suas sessões e **tem o seu arquivo** nas casas do Paço do

³²¹ Descrição publicada por Teresa Fonseca em “O Senado Camarário Eborense: sua Caracterização”, in Teresa Fonseca, *Ob. Cit.*, p. 137.

³²² ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS – AHMC/ALL – CMC/B/A/001/ Livro 102 – *Livro de Registo de Termos e Autos de Vereação, 1779-1782*; Auto de veriação de 13-1-1781, f. 29.

³²³ Descrição da Capitania de Mosanbique, e suas povoações, e produções, pertencentes á Coroa de Portugal, in IAN-TT – Ministério do Reino – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 604, Caixa 707.

³²⁴ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS – AHMC/ALL – CMC/B/A/001/ Livro 277 – *Livro de Autos e Acórdãos, 1823-1824*, Auto de veriação de 17-7-1824, f. 73 v.

Concelho³²⁵. Caso diferente vivia-se na monumental e muito moderna casa da câmara de Ponte da Barca, “que custou grandes somas, em 1814”, onde, no mesmo ano de 1836, “a Câmara tem uma excelente casa para exercer suas funções” pelo que, para o cabal desempenho das suas funções “**precisa só de casa para o arquivo**”, cuja adaptação então se orçamenta: “A casa para o arquivo custará pronta de tudo” – na verba de 250\$000³²⁶.

Ora, da falta destes espaços temos um testemunho derradeiro nas então velhíssimas e muito pequenas casas da câmara que o Liberalismo herdou, manifestamente incapazes de abrigarem as novas funções entretanto atribuídas aos concelhos portugueses. Assim, no velho concelho de Albergaria (hoje no Concelho de Ponte de Lima), “a Câmara faz suas Sessões no Paço do Concelho e **o Administrador tem a Secretaria em sua Casa**”³²⁷. Como se vê, o novo cargo de Administrador do Concelho, órgão aos serviço do Poder Central criado pelo Liberalismo no sentido de melhor controlar e dominar o poder local (cargo apenas extinto cerca de 1929), exigia o recurso a espaços normalmente indisponíveis nas velhas e acanhadas casas da câmara. Também no Concelho de Arcos [de Valdevez] “**a Administração está na própria Casa do Administrador e a Câmara tem seu Arquivo em uma pequena Sala do Paço do Concelho**, e nela mesmo exerce suas funções”. Como vemos, em 1836, o arquivo da câmara de Arcos de Valdevez estava na própria sala das sessões³²⁸. Também na gigantesca e então muito moderna casa da câmara de Ponte da Barca “**a Secretaria da Administração está em casa do Administrador**”³²⁹. Enfim, no Baixo Alentejo, em 1849, a casa da câmara de Ourique “apenas consta d’uma Sala onde a Câmara

³²⁵ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”; Governo Civil de Viana, Viana, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (ver Apêndice Documental; Doc. N.º 11)

³²⁶ “*Relação das terras ...*”; Lug. Cit.; Maço 2004 (ver Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

³²⁷ “*Relação das terras...*”; Lug. Cit.; Maço 2004 (ver Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

³²⁸ “*Relação das terras...*”; Lug. Cit.; Maço 2004 (ver Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

³²⁹ “*Relação das terras...*”; Lug. Cit.; Maço 2004 (ver Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

Note-se que em quase todos os concelhos recenseados nesta *Relação* do Governador Civil de Viana a “secretaria” e os próprios os documentos relativos à Administração do Concelho estão em casa do respectivo Administrador. É o caso dos seguintes concelhos:

Concelho de Sanfins: “há uma Casa da Câmara também aonde exerce as suas funções e esta se acha em bom estado e **pelo que toca à Administração tem estado em casa do Administrador**”;

Concelho do Soajo: “a Câmara serve-se do Paço do Concelho; **o Administrador tem a Secretaria em sua própria casa**”;

No Concelho de Valadares: “a Câmara Municipal exerce as suas funções em a Casa antigamente já para isso destinada, existente sobre a Cadeia. **A Secretaria da Administração tem estado na própria casa do Administrador, mas há toda a comodidade para a ter na Casa da Câmara**”.

No Concelho da Feitosa (hoje no Concelho de Ponte de Lima “**as funções da Câmara e da Administração exercem-as na mesma Casa**, assim mesmo arruinada como se acha”. Registe-se que, minúscula e muito arruinada, da sua modéstia dirá a modéstia da verba orçamentada para a sua reparação: “para o concerto correspondente para remediar, pode-se fazer pela quantia” de 25\$000!

celebra suas Sessões e mais **dois quartos onde estão os Cartórios**³³⁰, o que parece constituir uma novidade no panorama das componentes das antigas casas da câmara portuguesas.

Como vemos, são praticamente nulas as referências a arquivos nas velhas casas da câmara portuguesas³³¹, bem como muito raras as referências à instalação de “serviços” de tutela concelhia e mesmo estatal. Assim, a quinhentista *Casa da Relação* de Guimarães – a futura casa da câmara que todos conhecemos – localizada “na Prassa [...], sobre arcos, onde se expedião as Causas Maiores e as Appellações”, tinha ao seu lado, sempre sob o mesmo telhado, “a **Casa dos Contos**, onde se ordenava o que tocava à Fazenda Geral (ainda hoje conçervão estes títulos, posto que já particularisadas algumas das casas)”³³².

As casas da câmara de Lisboa e do Porto proporcionam, séculos depois, bons exemplos de instalação de serviços estranhos ao Concelho nos respectivos edifícios. Assim, na casa da câmara pombalina de Lisboa, no seu “primeiro andar, do lado da rua do Arsenal, onde esteve a companhia de seguros *Fidelidade*, **teve a sua sede a antiga Casa dos Vinte e Quatro**”³³³, que até ao Terramoto estivera instalada na ilharga sul do Hospital de Todos os Santos, na esquina do Rossio com a Rua da Betesga.

Por sua vez, na casa da câmara do Porto, ainda em 1825 se pretendiam instalar “tanto o Depósito Público, como o Cofre da Mina do Carvão”, considerando-se então que

“é muito conveniente [*que*] o dito Depósito se remova do sítio aonde está para a Casa da Câmara desta cidade, aonde sempre esteve, pois lhe não causa incómodo ou prejuizo algum, visto que **o dito Depósito [*Público*] apenas ocupa uma pequena Sala e um ou dois quartos, e ali fica mais central e não há assim necessidade alguma de se pagar o aluguer de Casas**”³³⁴.

³³⁰ Cópia do Ofício da Câmara Municipal de Ourique ao Governador Civil de Beja, expondo a precaridade das actuais instalações da Câmara para nela se celebrarem as Audiências Gerais; Ourique, 14-12-1849, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.ª Direcção – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1855 - Livro 13, Proc. N.º 122); Maço 3402.

Deste processo faz ainda parte um conjunto muito vasto de documentos relativos à ampliação do minúsculo tribunal de Ourique, mediante a compra do casarão adjacente, de entre os quais a *Representação* da Câmara de Ourique aos Deputados da Nação Portuguesa, expondo as medidas necessárias para arranjar instalações adequadas para o Tribunal da respectiva Comarca e os meios para financiar a aquisição de um casarão anexo ao Tribunal velho e as obras necessárias; expõe-se ainda a necessidade de outras obras públicas no concelho e os financiamentos previstos para elas; Ourique, 15-6-1854.

³³¹ Numa época muito tardia, a muito acanhada casa da câmara de Faro dispunha, como vimos atrás, de um arquivo, em 1867 instalado muito precariamente na sala “d’entrada, simultaneamente servindo d’arquivo, **com grave risco d’estrago ou perda do mesmo**”: Cópia da Acta da Sessão da Câmara Municipal de Faro, de 15-5-1867; Faro, 1867, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1867, Livro 25, Proc. N.º 860); Maço 3164.

³³² Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, p. 98, 99.

³³³ Ribeiro Guimarães, “Os Paços da Câmara da Cidade de Lisboa”, in *Summario de Varia...*, p. 137.

³³⁴ *Ofício* relativo a edifício adequado para instalar o Depósito Público do Porto, sugerindo-se que o mesmo volte para a Casa da Câmara, onde apenas ocupa uma pequena sala e um ou dois quartos, para lá da vantagem da centralidade do sítio; Porto, 20-10-1825, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Consultas de Diferentes Repartições – Junta do Depósito Público; Maço 360, Caixa 481.

A centralidade e as dimensões da casa da câmara do Porto suscitaram a instalação de outros serviços alheios à vida concelhia. Assim, em 1822, na própria sala das veriações primitiva funcionava “a Escrituração da Comissão Fiscal que, por Ordem superior, se acha estabelecida em o Quarteirão alto da frente do Edifício, correspondente à Sala das Vereações, e naqueles Quartos [em] que, segundo o primitivo arranjo, se faziam as Sessões da Il.ma Junta das Obras Públicas e Cofre”. Mas, moderna como era, a casa da câmara do Porto abrigava também, no seu piso nobre,

“a **Casa de Escrituração do Expediente do Senado e Arquivo do mesmo**, repartições estas que d’absoluta necessidade devem ficar desembaraçadas, e que de maneira alguma se podem interromper-se [*sic*], pois que sem elas jamais poderá o Senado progredir nas funções do seu Ministério”³³⁵.

8.1.2.5 - Espaços residenciais

As casas da câmara portuguesas, pela natureza das suas funções essenciais, constituíam um *corpus* arquitectónico que escapava ao que costumamos chamar de “arquitectura civil”. Com efeito, aquele *corpus* englobava uma infinidade de edifícios que, na sua esmagadora maioria, desconhecia qualquer dimensão “doméstica” e muito menos “residencial”. Ao contrário do verificado nas casas do concelho de outros países e regiões europeias, as velhas casas da câmara portuguesas nunca tiveram nada de parecido com cozinhas, lareiras, dispensas ou depósitos de géneros alimentícios a consumir no local pelos seus utentes. Do mesmo modo (também ao contrário do verificado naquelas casas do concelho estrangeiras), as casas da câmara também em Portugal nunca tiveram salas de jantar, de banquetes, ou mesmo de festas. *Casas diferentes das outras*, as casas da câmara portuguesas também na sua esmagadora maioria eram casas sem chaminés – ao contrário das demais casas sobradadas e nobilitadas da comunidade urbana a que pertenciam. No entanto, apesar disso, elas poderiam, tal como as demais casas da respectiva vila ou cidade, ser requisitadas para a aposentadoria de personagens importantes e seus servidores, como aconteceu com a casa da câmara de Tomar, como já vimos. Com efeito, durante a realização de umas Cortes (provavelmente de 1581), “**ho baram tem ocupada a casa da camara**

³³⁵ *Ofício* – já atrás referido – da Câmara do Porto ao Governador das Justiças da Relação e casa da Porto, expondo os sete motivos pelos quais não se pode instalar nos respectivos Paços do Concelho o Depósito Público daquela cidade; Porto, 15-6-1822 in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Consultas de Diferentes Repartições – Junta do Depósito Público; Maço 360, Caixa 481.

desta villa por cujo Respeito o Regimento e Vereações e guouernamça da villa se nam pode nella fazer”³³⁶.

A existência quase sistemática de prisões, normalmente no seu piso térreo, impôs desde cedo, pelo menos nas casas da câmara das vilas e das cidades maiores e mais ricas, a existência de *casa de carcereiro*, já prevista no *Contrato* de construção de 1526 da casa da câmara de Setúbal, como vimos. Com efeito, as casas do carcereiro serão, durante séculos, as principais componentes facultativas das velhas casas da câmara portuguesas de natureza residencial. Detentoras, estas sim, de cozinhas e das respectivas chaminés – que se tornam no principal indicador da natureza e função da respectiva divisão – ainda hoje se podem detectar as velhas casas do carcereiro em casas da câmara sobreviventes como Alpedrinha (hoje no Concelho do Fundão), Castelo Mendo (Almeida), Évoramonte (Estremoz) ou Santiago do Cacém. Porém, para lá destes testemunhos materiais da sua existência, casas do carcereiro entrevêm-se também na documentação escrita sobrevivente. Assim, a casa da câmara de Castelo Branco, de origem inegavelmente quinhentista, e que em 1866 tinha péssimas condições higiénicas devido ao péssimo funcionamento das latrinas das prisões que abrigava, ainda mantinha naquela data a sua velha casa de **“habitação do carcereiro”**, num entressolo, à maneira da casa da câmara quinhentista de Setúbal. Em Castelo Branco, **“a porta da entrada da Casa do Carcereiro”** ficava no **“primeiro patamal [sic]”**, **“no cimo do primeiro lanço”** da bela “escadaria de pedra descoberta e exterior de dois lanços” que dá “serventia para o Paço do Concelho”³³⁷.

³³⁶ “Apontamentos de muitos agravos e opressões que os moradores de Tomar...” in IAN-TT – *Núcleo Antigo – Administração e Justiça – Cartas Missivas*, Maço 3 – Doc. 55.

³³⁷ *Vistoria* feita à casa da câmara de Castelo Branco por dois peritos, um pedreiro e um carpinteiro de Castelo Branco; Castelo Branco, 28-5-1866, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866, Livro 24, Proc. 399); Maço 3138.

Este *Auto de Vistoria* faz parte de um conjunto muito interessante de documentos relativos às deficientes instalações do Tribunal de Castelo Branco na Casa da Câmara, integrando, entre outros, os seguintes:

Doc. a) *Ofício* do Governador Civil de Castelo Branco ao Ministro do Reino, relativo às deficientes condições do Tribunal daquela Cidade na respectiva Casa da Câmara; Castelo Branco, 22-6-1866:

Doc. b) *Representação* da Câmara de Castelo Branco pedindo que o Tribunal daquela Comarca volte a funcionar nas velhas Casas da Câmara; Castelo Branco, para benefício e proveito da Câmara e dos povos, até que se construa “um edifício em que se coloquem todas as Repartições do Estado”; Castelo Branco, 12-5-1866.

Doc. c) *Cópia* do *Ofício* do Delegado de Saúde de Castelo Branco ao Governo Civil daquela cidade sobre as péssimas condições higiénicas do Tribunal e das cadeias de Castelo Branco, instalados na Casa da Câmara; Castelo Branco, 17-6-1866.

Doc. d) *Ofício* do Juiz de Direito da Comarca de Castelo Branco ao Governador de Castelo Branco, expondo as péssimas condições do Tribunal contestando o teor da Representação da Câmara sobre o mesmo assunto, e propondo algumas soluções provisórias para a decente instalação do Tribunal; Castelo Branco, 4-6-1866 (Apêndice Documental; doc. n.º 26).

Também em Vila Flor, os respectivos “Paços da Câmara” (que remontariam também à Época Manuelina) dispunham de uma “**cozinha das cadeyas aonde vivia o Carcereiro**”³³⁸. Quanto à certamente muito antiga e então muito acanhada casa da câmara de Leiria, esta ainda em 1839 dispunha no seu piso nobre, segundo uma descrição daquele ano, de um “**quarto do Carcereiro**”³³⁹. Do mesmo modo, a casa da câmara da Horta (que remontaria aos fins do século XVI, princípios do século XVII), muito arruinada em 1822, dispunha de uma “**Caza em que reside o carcereiro**”. O mau estado desta suscitou o orçamento da verba de 30\$000 réis para “*madeira e feitio para duas portas e duas Janellas*”³⁴⁰. Também a casa da câmara de Benavente detinha em 1685, no seu piso térreo, “*duas cazas que servem de cadea e duas em que mora o carcereiro*”³⁴¹.

Localizada bem no coração do Reino, a muito arruinada casa da câmara de Abrantes em 1715 vai ter obras de reparação e ampliação muito importantes. No respectivo *Contrato* de arrematação determinava-se que “se ha de fazer **Caza sufissiente para Carssereiro**”³⁴². Em contexto iluminista, também a moderna e “nobre caza de Camara” de Moçambique, mandada construir pelo “Dezembargador Antonio Jose Moraes Durão falecido este anno de 1788”, dispunha, entre muitas outras comodidades, de “**Rezidência para O carcereiro**”³⁴³.

Enfim, remontando aparentemente à primeira metade do século XVIII, também a casa da câmara “da mui nobre, antiga e sempre leal Vila d’Avô” ainda em 1843 dispunha de uma “**cómoda residência para Casareiro**”³⁴⁴. Merece reparo esta designação de *casareiro*, que encontráramos usada em 1818 pelo Escrivão da Câmara de Cascais como sinónimo de

³³⁸ “Copia autentica do Provimto que nesta Villa [Vila Flor] deixou...”; Vila Flor, Ano de 1791, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

Note-se que, em 1791, o Corregedor de Moncorvo determinava que ao Carcereiro “se lhe pode destinar **hum quarto [...] immediato a cozinha** com o novo corredor para a sua vivenda, independente de todas as mais cazas que ficão para apozentadoria dos Ministros”.

³³⁹ *Officio* do Administrador Geral Interino do Distrito de Leiria ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, relativo a uma Portaria que obrigava a Câmara a prontificar ao Juiz de Direito “a Sala das suas Sessões para as Audiências ordinárias, gerais, de ratificação de pronúncia e de polícia correcional”; Leiria, 6-4-1839, in IAN-TT – *Ministério do Reino*, Offícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais; Maço 2020, Cx. 1.

³⁴⁰ *Orçamento da Despeza* de das obras de restauro e reconstrução da casa da câmara da Horta e da construção de uma nova casa da roda num lugar mais adequado, tudo no valor global de 6:705\$664 reis; Horta, 24-1-1822, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620, publicado pelo A. in “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

³⁴¹ Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente...*, pp. 48, 49.

³⁴² Contrato de arrematação das obras da casa da câmara de Abrantes pelo mestre pedreiro Manoel Luiz da Silva; Abrantes, 25-9-1715, publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, pp. 147, 149.

³⁴³ “Discripção da Capitania de Mosambique...”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 604, Caixa 707.

³⁴⁴ *Representação* da Câmara e Povo de Avô ao Governador Civil de Coimbra, pedindo a manutenção do respectivo Concelho e expondo os respectivos motivos para justificar a sua pretensão; Avô, 24-11-1843, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.ª Direcção – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3321.

carcereiro. Tratava-se, então de decidir sobre o “Requerimento do Alcaide da mesma Camara Norberto Jose Mendes”, “**casareiro**” do concelho, visando a concessão de “alguma gratificação para ajuda da Renda das Casas, como **casareiro por este se modar das Casas em que estava a Camara por estas estarem aroinadas**”. Decidiu-se então em Câmara “uniformemente que visto estas circunstancias que alega se lhe confirão seis mil reis para ajuda da dita renda de Casas anualmente visto que nas actuais não pode residir por não ter comodos”³⁴⁵. Também em 1819 – 64 anos depois do Terramoto que destruíra a antiga casa da câmara daquela vila, então ainda não reconstruída – dois moradores daquela Vila

“vierão oferecer a esta Camara huma Propriedade de Casas para nellas se extabelecer **caza propria de Camara e para casareiro** visto que ellas se acharão Contiguas com as Casas da Cadeia desta mesma Villa”, acordando a Câmara a sua compra, tendo em conta o “lugar onde estão citias [sic] e proximidade em que se achão com as Casas da Cadeia pello que oferece todas as comonidades [sic] nesecarias para Casa de Camara, [e] para a d’ casareiro”³⁴⁶.

A aposentadoria dos funcionários régios, nomeadamente a dos Juizes de Fora, foi sempre uma preocupação dos povos. Porém, apenas no século XVIII é encarada pelo poder local, quando se leva a efeito (muitas vezes por pressão régia) a construção de residências permanentes, tanto para os Juizes de Fora como para os Corregedores, nomeadamente para seu uso no decorrer das correições periódicas que eram obrigados a fazer. Como vimos atrás, estas residências eram improvisadas, adaptadas ou construídas de raiz enquanto edifícios meramente residenciais. Porém, a partir do século XVIII algumas destas residências são adaptadas ou integradas nas próprias casas da câmara. Assim, no *Contrato* de arrematação das obras de restauro e de ampliação da então arruinada casa da câmara de Abrantes, de 1715, previam-se, no piso nobre, a par da casa da audiência, “**Cazas de apoventadorias** para os ministros das Correições”³⁴⁷.

Praticamente à mesma época pertence a recém-construída casa da câmara do concelho de Basto, concluída em 1723, localizada, como vimos, no “lugar de Freixieiro, na

³⁴⁵ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS – AHMC/ALL-CMC/B/A/001/ Lv. 252 - *Livro de Termos e Autos de Vereação, 1817-1821*, Auto de veriação de 11-4-1818, f. 18v.

Note-se que *casareiro* é sinónimo de *carcereiro*. Conhecemos, com efeito, a nomeação deste Norberto Joze Mendes enquanto *Carcereiro de Cascais*, acto que teve lugar a 8-6-1803, “em as Cazas que servem de Camara”: “e logo ahi Requeero o Procurador do Concelho **se devia nomear Carcereiro visto não aver Carcereiro nomeado que ouvesse de vigiar e dar conta dos prezos que lhe focem entregues**, e visto o seu Requerimento **nomearão para o dito cargo a Norberto Joze Mendes desta villa** o qual estando ahi presente disse **se obrigava a dar conta de todos os Prezoes de que tomar conta quando lhe forem pedidos por Justiça e a Responder por todo aquelle que faltar**, de que fiz o presente Termo [...]”: ver Auto de veriação de 8-6-1803 in AHMC/ALL – CMC/B/A/001/ Livro 186 – *Livro de Autos de Vereações, 1800-1806*, f. 67.

³⁴⁶ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS – AHMC/ALL-CMC/B/A/001/ Lv. 252 - *Livro de Termos e Autos de Vereação, 1817-1821*, Auto de veriação de 7-8-1819, f. 75.

³⁴⁷ Contrato de arrematação das obras da casa da câmara de Abrantes pelo mestre pedreiro Manoel Luiz da Silva; Abrantes, 25-9-1715, publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, pp. 147, 149.

freguesia de São Pedro de Britello”, hoje Celorico de Basto. O Corregedor de Guimarães Francisco Xavier da Serra Craesbeeck conta-nos que

“mandou Sua Magestade que no dito lugar se fizesse huma casa da Camara com casa de audiencia e **mais cazas para os juises de fora aestirem**; o que assim se fez à custa do povo e se acabou no anno de 1723”³⁴⁸.

Em Almada, em 1771, a vila, devassada pelo Terramoto, achava-se desprovida nomeadamente “da **apozentadoria dos Ministros**”, pelo que o Juiz de Fora propõe superiormente que se construa “na praça publica desta villa” não só a competente casa da câmara com as suas dependências mas “fazendo se tambem em outro cham na mesma praça **humas casas para a apozentadoria dos Ministros**”³⁴⁹. Muito melhor era, em 1791, a situação de Vila Flor, cujos “Paços da Camara têm

“boa, e excelente capacidade para as apozentadorias dos Ministros em Correição, não obstante que até agora nunca dellas se tinham servido para semelhante effeito cauzando alias grande vexação a terra, porque sendo falta de cazas era percizo desacomodarem-se os moradores na ocazião das Correçoens como succedeo na minha primeira apozentadoria do prezente anno, da qual se desalojarão os domnos para a minha residencia, sendo alias hua caza indecente, e incapacissima para exercer as funcoens do meu officio”.

Em função disto, o Corregedor de Moncorvo determina e manda

“que estes Paços da Camara sejam sempre destinados para nellas se fazerem as apozentadorias aos Ministros da Correição por ser a caza propria para semelhante fim, e terem toda a capacidade perciza”³⁵⁰.

Subsidiárias das “**Cazas de apozentadorias** para os ministros das Correissões”, que já vimos adaptarem-se ou construírem-se em 1715 na monumental casa da câmara de Abrantes, surgem residências adaptadas para o pessoal ao serviço destes altos funcionários régios. Assim, no *Contrato* de arrematação daquelas obras, previa-se a criação ou adaptação de “alguns comodos e **Cazas para mossos**” na “**logia grande** com seus arcos” que existia no piso térreo daquela casa da câmara³⁵¹.

Para lá dos espaços residenciais que já recenseámos haveria que contar ainda com a acomodação de funcionários camarários e de suas famílias. Assim, em 1822, a casa da câmara do Porto alojava, como já sabemos, “do lado da Rua dos Três Reis Magos **um estreito Corredor em que, sem as precisas comodidades, se aloja o Guarda da Câmara, responsável pela limpeza e conservação dos moves [sic] pertencentes ao Edifício,**

³⁴⁸ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, pp. 328-329.

³⁴⁹ Estatutos feitos e apresentados pelo Juiz de Fora de Almada, Almada; 26-11-1771, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 367.

³⁵⁰ “Copia autentica do Provimento que nesta Villa...”; Vila Flor; Ano de 1791, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

³⁵¹ Contrato de arrematação das obras da casa da câmara de Abrantes pelo mestre pedreiro Manoel Luiz da Silva; Abrantes, 25-9-1715, publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, pp. 147, 149.

sendo além disso necessária ali a sua existência”³⁵². Quase vinte anos depois, em 1840, também a “pequena e velha Casa da Câmara” da Vila de Porto de Santa Maria (Santa Maria, Açores) servia “**d’habitação ao Guarda da Câmara e à Rodeira dos Expostos**”³⁵³ – merecendo reparo a localização desta última funcionalidade, adiante discutida.

Embora residualmente, também as velhas casas da câmara alojaram *forças organizadas de segurança*. Com efeito, se tradicionalmente abrigavam os presos e muito subsidiariamente alojavam os carcereiros e as suas famílias numa “casa” adaptada para o efeito, chegam-nos sinais de aboletamentos e mesmo de alojamento organizado de tropas e de guardas. Os aboletamentos, notoriamente improvisados, ocorreram nas épocas de turbulência militar e política, nomeadamente durante as Invasões Francesas e as Guerras Cívicas, em que tanto as forças dos invasores como as dos resistentes se aboletaram em casas da câmara um pouco por todo o país. Em 1822, provavelmente na sequência da Revolução Liberal, na casa da câmara do Porto, na metade da frente do seu piso térreo, achava-se, como atrás vimos, “estacionada por Ordem Superior **a Guarda principal desta Cidade** e a sua remoção, por isso, não pode já ser da nossa competência, e **talvez o local se julge como mais central, o mais próprio para os fins a que se destina**”³⁵⁴.

Estruturas subsidiárias da componente residencial que algumas casas da câmara abrigaram são as *cavaliarias* e espaços afins. Assim, no *Contrato* de arrematação das obras a fazer na casa da câmara de Abrantes, datado de 1715, determinava-se que se adaptassem

³⁵² Ofício – já atrás referido – da Câmara do Porto ao Governador das Justiças da Relação e casa da Porto, expondo os sete motivos pelos quais não se pode instalar nos respectivos Paços do Concelho o Depósito Público daquela cidade; Porto, 15-6-1822, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Consultas de Diferentes Repartições – Junta do Depósito Público; Maço 360, Caixa 481.

³⁵³ Ofício do Juiz de Direito da Comarca da Vila do Porto de Santa Maria para o Administrador daquele Concelho, expondo as péssimas condições da actual Casa da Audiência (na velha Casa da Câmara local) e a necessidade de transferir as Audiências Gerais para o extinto convento dos Franciscanos daquela Vila, Porto de Santa Maria, 7-5-1840, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2008. No mesmo processo constam ainda:

a) O Ofício do Administrador Geral do Distrito de Ponta Delgada ao Ministro do Reino, relativos às “casas d’audiência dos Julgados da Vila da Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Nordeste, Capelas e Lagoa” e ainda à de Vila do Porto da Ilha de Santa Maria com, em anexo o muito interessante “orçamento da despesa precisa para se construir no extinto Convento de S. Francisco d’aquela Vila uma casa d’audiência”, com consideração sobre este assunto, Ponta Delgada, 3-7-1840;

b) O Ofício do Administrador do Concelho de Vila do Porto de Santa Maria para o Administrador Geral do Distrito de Ponta Delgada em que pede o Convento dos Franciscanos para nele se estabelecer a Casa das Audiências, pois “não existe neste Concelho Casa alguma própria das Audiências mas sim têm sido feitas n’uma indecente Sala dos paços do Concelho por uma condescendência antiquíssima dos Membros da Câmara Municipal. Esta Sala, ainda que por qualquer maneira pudesse ser tida para a conservação das Audiências, contudo, pelo pequeno local dos Paços do Concelho, não é susceptível de melhoramento algum que faça os cómodos para as Audiências Gerais”, Porto de Santa Maria, 8-5-1840 (Apêndice Documental: Doc. N.º 27).

³⁵⁴ Ofício – já atrás referido – da Câmara do Porto ao Governador das Justiças da Relação e casa da Porto, expondo os sete motivos pelos quais não se pode instalar nos respectivos Paços do Concelho o Depósito Público daquela cidade; Porto, 15-6-1822, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Consultas de Diferentes Repartições – Junta do Depósito Público; Maço 360, Caixa 481.

no piso térreo “alguns comodos e Cazas para mossos [*moços de cavalaria*] e **para Cavalgaduras**”³⁵⁵.

Em 1767, também a casa da câmara de Cardigos (hoje no concelho de Mação), dispunha, no seu piso térreo, de “**uma logea com porta para o norte [...] que serve de cavalharisse**”³⁵⁶. Na casa da câmara de Vila Flor o Corregedor de Moncorvo, que ordenava em 1791 a adaptação das “apozentadorias aos Ministros da Correição” na própria casa da câmara, naquele mesmo ano, determina: “examinando com os offeciais da Camara as percizas obras, **asentamos que se devia fazer huma cavallarice** nas loges de baixo das cazas livres”³⁵⁷.

Em 1863, de entre as muitas lojas da casa da câmara pombalina de Lisboa afectas a usos particulares mediante a competente renda, “**uma servia de cocheira** e não pagava renda”³⁵⁸. Nos Açores, em pleno século XIX, em 1840, também a “pequena e velha Casa da Câmara” da Vila de Porto de Santa Maria (Santa Maria, Açores), servia, como já vimos, “d’habitação ao Guarda da Câmara e à Rodeira dos Expostos e **também de Curral a algum gado que eles possuem**”³⁵⁹.

Enfim, também subsidiário da componente residencial das velhas casas da câmara é o *quintal*, que algumas detêm, ao serviço dos aposentados e sobretudo do Carcereiro e sua família. O quintal anexo à casa da câmara – que deve ter sido muito raro – ainda hoje sobrevive em Garvão (hoje no Concelho de Ourique) [**fig.^a 197**]. Por outro lado, também sabemos que a casa da câmara de Benavente tinha, em 1685, anexo às “duas [*cazas*] em que mora o carcereiro [...] **um bocado de quintal**”³⁶⁰.

³⁵⁵ *Contrato* de arrematação das obras da casa da câmara de Abrantes pelo mestre pedreiro Manoel Luiz da Silva; Abrantes, 25-9-1715, publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, pp. 147, 149.

³⁵⁶ P.^e Henrique da Silva Louro, *Cardigos, Subsídios para a sua História*, Composto e impresso na Gráfica Maiadouro – Vila da Maia (Porto), Agosto de 1982, pp. 130, 131.

³⁵⁷ “*Copia autentica do Provimento que nesta Villa...*” Vila Flor, Ano de 1791; in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

³⁵⁸ Ribeiro Guimarães, “Os Paços da Câmara da Cidade de Lisboa”, in *Summario...*, p. 142.

³⁵⁹ *Ofício* do Juiz de Direito da Comarca da Vila do Porto de Santa Maria para o Administrador daquele Concelho (atrás citado), Porto de Santa Maria, 7-5-1840, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2008.

³⁶⁰ *Tombo do Concelho* de Benavente em 1685, citado in Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente...*, pp. 48, 49.

8.1.2.6 – Espaços de assistência e devoção

Entre as componentes facultativas que integraram as velhas casas da câmara e que de algum modo modelaram a sua tipologia global há que contar, finalmente, com espaços vocacionados para a assistência e a devoção. Dada a natureza essencialmente laica e cívica das casas da câmara portuguesa ao longo dos tempos, a presença de espaços com estas funções é praticamente residual. No entanto, os respectivos espaços merecem uma recensão. Começaremos pelos espaços de assistência, com uma referência à *enfermaria* que em 1839 existia na velha e acanhada casa da câmara de Leiria. Com efeito, segundo “uma descrição do edifício denominado Casa da Câmara”, esta dispunha então, “na parte superior” do edifício, contígua ao “quarto do Carcereiro”, de “uma outra casa chamada «**enfermaria**»”, sendo ambas as divisões “exíguas”³⁶¹.

A outra componente assistencial integrada nas casas da câmara diz respeito à *casa da roda* local. Como sabemos, a instituição da Roda foi criada por Pina Manique em 1781, essencialmente com o motivo humanitário de prevenir e combater as altíssimas taxas de infanticídio que, em Portugal como por toda a Europa, atingiam as crianças de tenra idade e sobretudo os recém-nascidos indesejados. Pelos motivos expostos atrás, as Rodas localizavam-se normalmente em espaços periféricos e o mais isolados possível, a fim de se prevenir o anonimato do acto de expor.

Em alguns raros casos a Roda instalou-se na própria casa da câmara. Era o caso da Roda da Horta, em 1822 localizada nas traseiras sombrias e inóspitas da casa da câmara, mesmo ao lado dos açougues, também integrados no edifício, como já vimos. Num *Auto de Vistoria* realizado naquele ano considera-se

“que a caza dos Expostos he huma emchovia pestillenta em proximidade de huma cloaca emteiramente incapaz do fim para que foi estabelecida que mais serve de infeccionar os tristes innocentes que ali se recebem do que lhes dar a vida e criação para que nella se lanção; E que dentro deste edificio não há citio a preposito para se poder acomodar este estabelecimento de caridade sendo muito melhor acomoda llo em sitio do concelho mais remotto ou escuso, e aonde respirem ares mais livres, pois que athe se acha a dita Roda pegada ao assougue publico aonde nunca há bom cheiro”³⁶².

³⁶¹ *Ofício* do Juiz de Direito de Leiria ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiástico e de Justiça, “a respeito da casa em que devem recolher os Jurados e testemunhas” no Tribunal de Leiria; Leiria, 9-4-1839: IAN-TT – *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais; Maio 2020, Cx. 1 (Apêndice Documental: Doc. N.º 28).

³⁶² *Auto de Vistoria* do edifício da Casa da Câmara e instalações anexas; Horta, 15-7-1822, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maio 498, Caixa 620. Propõe-se então a construção de uma Roda nos arredores da vila, tendo-nos chegado o “Orçamento da obra para a Caza da Recepção dos Expostos” a construir no “sitio da Ladeira da galinha”, documento integrante do *Orçamento da Despesa* das importantíssimas obras de restauro e reconstrução da casa da câmara da Horta e da construção de uma nova Casa da Roda num lugar mais adequado, tudo no valor global de 6:705\$664 reis; Horta, 24-1-1822. Ambos os documentos foram publicados pelo A., in “No rasto de um

Quase vinte anos depois, em 1840, a “pequena e velha Casa da Câmara” da Vila de Porto de Santa Maria (Santa Maria, Açores) ainda servia “d’habitação [...] à Rodeira dos Expostos”³⁶³, como também já vimos. Enfim, por esses mesmos anos, também a “**Roda dos Expostos**” de Palmela estava instalada, em 1837, na monumental casa da câmara local, entre muitas outras componentes já atrás assinaladas³⁶⁴.

Uma última componente há que considerar nas velhas casas da câmara portuguesas: trata-se da existência de uma *capela* ou de um simples *oratório*. As capelas eram muito comuns ou mesmo quase obrigatórias nas casas da câmara europeias³⁶⁵. Para lá de devoções, celebrações litúrgicas e práticas religiosas variadas, estas capelas proporcionavam o lugar ideal e mais vinculativo para os mais diversos *juramentos*. Em Portugal os juramentos eram normalmente feitos na câmara das vereações ou na sala das audiências, sem mais preocupações de sacralização do acto que não fosse a presença física de um volume dos Evangelhos, sobre o qual se jurava. Por isso, nas nossas casas da câmara estes espaços de devoção eram raríssimos. Quando existiam estavam afectos ao serviço religioso com que a piedade das vereações e dos fiéis entendiam assinalar certos actos administrativos ou judiciais, como veremos. Nesses pequenos oratórios se realizavam, enfim, as missas que os presos ouviam das cadeias e enxovias localizadas no edifício, como também veremos.

Muito fáceis de instalar ou de adaptar num espaço disponível das casas da câmara, chegaram-nos notícias de *Oratórios* como o que existiu na casa da câmara de Guimarães desde meados do século XVI (adiante discutido). Sabemos também que a casa da câmara da Horta dispunha de um Oratório em 1822. Tratava-se da “**caza do Orathorio**” referida no *Auto de Vistoria* do edifício da casa da câmara realizado naquele ano e já atrás referido³⁶⁶. O

monumento perdido ...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152. A nova Casa da Roda da Horta foi efectivamente construída e chegou, muito adaptada, aos nossos dias.

³⁶³ *Ofício do Juiz de Direito da Comarca da Vila do Porto de Santa Maria* (atrás citado), Porto de Santa Maria, 7-5-1840/IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2008.

³⁶⁴ *Cópia* de Ofício do Administrador do Concelho de Palmela, de 8-6-1837 ao Administrador Geral do Distrito de Lisboa, relativo ao Tribunal de Palmela, (doc. já atrás referido); Palmela, 3-8-1837, in IAN-TT; *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais; Maço 2021, Cx. 1.

³⁶⁵ Por exemplo, a antiga capela do *Ajuntamento* de Madrid tem um tecto pintado por Palomino em 1696, “em que aparecem pintados santos espanhóis que rodeiam a Virgem, assim como motivos madrilenos como os escudos da Vila, uma alegoria do Rio Manzanares ou Santo Isidro e Santa Maria da Cabeça e alguns dos seus milagres. Separada por um arco de volta inteira abre-se outra estância, também profusamente decorada, agora com alegorias da Fé, Pureza, Obediência e Castidade”, *DOCUMADRID, La Plaza de La Villa*, Ediciones La Librería, Madrid, 2001, p. 44.

³⁶⁶ *Auto de Vistoria* do edifício da casa da câmara e instalações anexas; Horta; 15-7-1822, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620.

Oratório da Horta, provavelmente muito pequeno e adaptado nalgum espaço disponível do piso nobre, junto à cadeia das mulheres, foi benzido em 1798³⁶⁷.

Ressalvada a presença muito esporádica de oratórios mais ou menos improvisados, podemos dizer que a *tipologia casa da câmara portuguesa* nunca contemplou a existência de capelas, à excepção da casa da câmara de Lisboa, instalada na chamada *Casa de Santo António* desde as suas origens, em meados do século XIV, até ao Terramoto. Com efeito, esta casa da câmara detinha a muito importante capela dedicada a Santo António, segundo a tradição nascido *no sítio* daquela casa. Conhecem-se as intervenções régias no sentido de dignificar a capela, de há muito o centro do culto antoniano lisboeta. Assim, Damião de Góis lembra-nos que D. Manuel I “fez de nouo ha **Egreja de sancto Antonio de Lisboa**, per legado delRei dom Ioam segundo, que lho deixou encomendado em seu testamento”³⁶⁸. Com efeito, no seu testamento, D. João II diz ter “prometido de **fazer huum oratorio a santo âtonio aly naquella casa onde elle naceo em Lixboa**”, acrescentando ainda que “se alguua cousa sobejasse se despendesse em **outra obra que aproueitasse em seruiço do dito oratório**”³⁶⁹.

Arruinada pelo Terramoto, a casa da câmara e a capela deram lugar à Igreja que todos conhecemos, onde uma pequenina cripta ainda hoje assinala o lugar do nascimento do Santo. Dada a tutela camarária do culto lisboeta de Santo António, ainda no século XIX se dizia que “a Igreja [*de Santo António*] é do município, e deve por isso ser mantida com decência e até com certa grandeza”³⁷⁰.

A casa da câmara de Évora proporciona outra excepção. Com efeito, em 1615 dispunha de “**uma Capelinha**” no seu piso nobre, anexa à “casa em que está o Cartório da mesma Câmara”³⁷¹ e adaptada no próprio cartório, mediante a construção de uma parede divisória. Também a casa da câmara do Porto dispunha em 1822 de uma capela no seu piso nobre, mas numa localização periférica, conhecendo-se certa “sala incompleta **junta à**

³⁶⁷ Veja-se o Auto de «Benção do oratorio dos presos» da Cadeia da Horta, benzido pelo Dr. Francisco Ignacio Xavier Withon, «vigário proprio da matriz do Santissimo Salvador desta villa da Horta da ilha do Fayal» a 22 de Maio de 1798, publicado por António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, Reimpressão fac-similada da edição de 1871, Região Autónoma dos Açores, Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1.º Vol., pp.s 533, 534.

³⁶⁸ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, Parte IV, Cap. LXXV, p. 204.

³⁶⁹ Testamento de D. João II, feito em Alcáçovas, a 9-9-1495; publicado por Sousa Viterbo, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos...*, Vol. I, pp. 282, 283.

³⁷⁰ Ribeiro Guimarães, “A Real Casa de Santo Antonio”, in *Summario de Varia Historia...*, p. 2.

³⁷¹ Descrição publicada por Teresa Fonseca em “O Senado Camarário Eborense...”, in *Ob. Cit.*, p. 137.

Capela, e com ela paralela”³⁷². Como o edifício tinha sido comprado pela câmara para aí adaptar a sua sede (adaptação então ainda não concluída), presumimos que a capela acima referida fazia parte da casa apalaçada da Praça Nova que a Câmara tinha comprado nos fins do século XVIII. Do mesmo modo, também em Caminha, em 1836, havia “**uma Capela junta ao edifício**” da casa da câmara, que também aqui podia ser uma estrutura absolutamente independente do “edifício onde [a Câmara] exerce as suas funções, mui pequeno e acanhado”³⁷³.

Reconstituídas as componentes essenciais e as componentes facultativas das velhas casas da câmara portuguesas, merece uma derradeira referência o seu destino na Época Liberal, com a adaptação no seu seio das múltiplas repartições e funcionalidades que o Liberalismo lhes impôs. O Regime Liberal herdara não só uma rede de concelhos antiquada e desajustada como um conjunto de casas da câmara muito decadente, arruinado e sobretudo desajustado face às novas necessidades. Com efeito, sabemos que o conjunto das velhas casas da câmara era constituído quase sempre por edifícios muito pequenos para poderem abrigar e acolher as funções que o novo regime impunha aos concelhos. Mais uma vez o caso de Setúbal ilustrará as situações das velhas casas da câmara num momento crucial – e para muitas derradeiro – da sua história. Com efeito, face às suas novas e inúmeras necessidades, em 1867, “a Câmara Municipal desta Cidade” encara a possibilidade de “**acrescentamento do Edifício** dos paços do Concelho”. Assim, “a Câmara Municipal” projecta então

“**continuar o edifício dos paços do Concelho, que está por acabar**, e fazer ali todas as acomodações necessárias para a **Administração do Concelho, Conservatória, Repartição de Fazenda e Recebedoria da comarca e respectivos arquivos**. Isto é uma obra de muito alcance e vantagem, porque os paços do Concelho é [sic] um edifício completamente central e ali vêm a **ficar reunidas no mesmo edifício todas as repartições administrativas e judiciais e suas dependências**”, pelo que “as vantagens desta providência estão demonstrados por si”³⁷⁴.

³⁷² *Ofício* – já atrás referido – da Câmara do Porto ao Governador das Justiças da Relação e Casa da Porto, expondo os sete motivos pelos quais não se pode instalar nos respectivos Paços do Concelho o Depósito Público daquela cidade; Porto, 15-6-1822, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Consultas de Diferentes Repartições – Junta do Depósito Público; Maço 360, Caixa 481.

³⁷³ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (ver atrás, Apêndice Documental; Doc. n.º 11).

³⁷⁴ *Cópia* de Ofício do Administrador do Concelho de Setúbal ao Governador Civil de Lisboa sobre a ampliação da Casa da Câmara de Setúbal e respectivo financiamento; Setúbal, 30-4-1867, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1867), Livro 25, Proc. 637; Maço 3163.

Esta *Cópia* deste Ofício faz parte de um conjunto de documentos relativos às obras de ampliação da Casa da Câmara de Setúbal e à construção de uma escola com o legado do Conde Ferreira, e ao empréstimo de 4:5000:000rs, integrando, entre outros, a *Representação* da Câmara de Setúbal pedindo a autorização para contrair um empréstimo de quatro contos e meio “para acrescentar o edifício do Paço do Concelho para o lado

Acentuava-se então um movimento que alterou não só a rede dos concelhos como a própria arquitectura de tutela concelhia. É então que as velhas casas da câmara são profundamente revolvidas, reconstruídas, ampliadas ou simplesmente abandonadas, por desnecessárias em concelhos extintos, ou por imprestáveis face às novas necessidades impostas pelo Poder Liberal aos concelhos portugueses da segunda metade do século XIX. Esta conjuntura merece uma referência final pois ela culmina e encerra, por vezes dramaticamente, uma história secular. Com efeito, a premência das novas necessidades dita a inexorável sentença de morte não só de muitas casas da câmara como de velhos concelhos de origem medieval. Foi o caso do Concelho de Vilar de Maçada (hoje no Concelho de Alijó), que, em 1842, carecia **“de uma Casa para as suas Sessões** que possa ao mesmo tempo servir para o **estabelecimento da roda dos Expostos, Tribunal Judicial e Cadeia”**. Como sabemos, as facilidades então solicitadas para a **“edificação de uma Casa de Câmara em sítio próprio** que a mesma designar”³⁷⁵ não foram concedidas e o concelho não sobreviveria.

Sorte diferente teve o Concelho de Odemira que, muitos anos depois, em época de profunda remodelação do “parque construtivo” de tutela concelhia, sofria de inúmeras carências. Com efeito, “a Câmara Municipal do Concelho d’Odemira, Distrito de Beja”, não dispõe, em 1865, de “casas para acomodação da **Administração do Concelho, Repartição de Fazenda, Professora d’ensino primário do sexo feminino, residência do Carcereiro** e nem ainda para **gabinete do pessoal do Juízo de Direito, sala para as testemunhas e dita das deliberações do Júri**”. Enfim, “reconhecendo a palpitante necessidade e incontestável conveniência de semelhantes obras”, decide-se realizá-las, pelo que “ mandou proceder por pessoa competente à descrição, planta e orçamento” das obras respectivas, que terão sido realizadas e que tudo indica estarem na base da muito digna e muito bem conservada casa da câmara daquela vila alentejana³⁷⁶.

do sul, a fim de estabelecer ali a Conservatória e Repartições da Administração do Conselho e Fazenda”; Setúbal, 24-4-1867.

³⁷⁵ *Representação* da Câmara de Vilar de Maçada, pedindo a pedra da arruinada Casa da Residência do pároco para construção da Casa da Câmara, Tribunal, Cadeia e Casa da Roda; Vilar de Maçada; 19-1-1842, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais – Maço 1997.

Segue-se um conjunto de documentos relativos à projectada construção de edifício para a Casa da Câmara, Tribunal, Cadeia e Roda de Vilar de Maçada, incluído pareceres do Administrador do Concelho e do Governador Civil de Vila Real, ambos contestando a pretensão da Câmara.

³⁷⁶ *Representação* da Câmara de Odemira sobre a necessidade de construção de casa para Administração do Concelho, Tribunal, etc., pedindo ainda autorização para poder contrair um empréstimo para financiar as obras projectadas; Odemira, 18-10-1865, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1865; Livro 23, Proc. 974); Maço 3133. Do

Igualmente concretizado foi um ambicioso projecto, que remonta a 1868, de compra de um edifício já semi-construído, que proporcionaria a monumental casa da câmara de Santa Comba Dão (que ainda hoje continua em uso). As peripécias então vividas e a sua história exemplar justificam que nos detenhamos neste verdadeiro “estudo de caso”, proporcionado por aquela vila beirã em busca de aquisição e de adaptação de um edifício condigno para a sede do respectivo Concelho. Com efeito, o Concelho de Santa Comba Dão servia-se, em 1869, de uma casa alugada para acomodar a sua sede, pelo que encarou naquele ano a compra de um casarão inacabado para instalar a câmara e as demais repartições e serviços que havia que abrigar:

“desde que a Vila de Santa Comba Dão é [...] Cabeça de Comarca e Concelho se tem sentido a **necessidade de um edifício apto para nele se acomodarem as diversas repartições públicas**; pois que ainda hoje **faz as vezes de sala de tribunal uma casa que é parte do edifício da Misericórdia!** E as outras repartições se aninham n’um estreito recinto de que o Município paga uma avultada renda, sendo ainda assim o único edifício apto [...]. À falta de cadeias na terra são os presos enviados para a antiga Vila d’Óvoa (hoje povoação insignificante, pobríssima, quasi erma e a quasi dois e meios quilómetros de distância), aonde serve de casa de retenção de presos uma imunda baiúca, sem reparos possíveis pela sua imperfeita edificação para aquele fim; ali os presos só o são no nome, porque nem sempre pode um batalhão de cabos ou soldados entrincheirar as paredes d’aquele ridículo simulacro de cadeia.

Neste estado de cousas **como dispensar uma casa onde se acomodem todas as repartições públicas, cadeias e hospício para roda d’expostos** (pois que até d’uma casa para este fim imprópria o Município paga rendas excessivas!)?

Apontado o mal resta indicar o remédio: Ao poente d’esta Vila, e debruçado sobre uma fértil ribeira, alevanta-se, defrontando com um largo desta terra, a que chamam “praça”, um edifício que apenas de paredes está, e que começado há muitos anos pelos ascendentes do Barão d’esta Vila tem sido deixado quasi ao abandono. Consultado o actual dono se queria vender aquele edifício, respondeu afirmativamente e pediu um conto e duzentos mil réis.

Nenhum outro local parece mais acomodado ou em melhores condições higiénicas para **casas de repartições públicas, cadeias e roda d’expostos**, pois que entra fazendo parte da venda **um quintal que muito aproveita a este último estabelecimento**; além disso, acha-se a obra quasi feita em um terço, não tendo que alterar-se na construção das paredes e nem por aquela quantia pedida se ia hoje comprar a pedra para um edifício semelhante. **As paredes comportam a Construção de prisões que até podem ser lavadas pelas águas da ribeira que lhe corre à beira; e na parte nobre do edificio se acomodam com largueza todas as repartições precisas e até gabinetes para empregados judiciários, de fazenda e recebedoria. Todas as repartições ali se podem centralizar** de forma que, qualquer pessoa que tenha a tratar com as diversas repartições pode em meia hora arranjar o que agora lhe é impraticável n’um dia”³⁷⁷.

processo consta ainda um conjunto de documentos relativos à construção de edifício, incluindo nomeadamente orçamentos e plantas.

³⁷⁷ *Cópia* do “Extracto da acta da sessão da Câmara Municipal do Concelho de Santa Comba Dão, com data de vinte e quatro de Julho de mil oitocentos sessenta e oito”, relativa à decisão de compra de um casarão inacabado para lá instalar a Câmara e demais repartições do Concelho e respectivo financiamento; Santa Comba Dão, 24-7-1868, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção-Geral da Administração Política e Civil – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1871, Livro 27; Proc. 910 e Livro 29, Proc. N.º 311); Maio 2502:

Do processo constam ainda outros documentos relativos à autorização para o pedido de um empréstimo para financiar a compra pretendida, pedida pela Câmara Municipal de Santa Comba Dão:

- *Offício* do Governador Civil de Viseu ao Ministro do Reino relativo à petição da Câmara de Santa Comba Dão, que pretende “ser autorizada a contrair um empréstimo para com a Companhia Geral de Crédito Predial Português da quantia de quatro contos de réis para compra de um edifício e para o pôr em termos de no mesmo poderem, depós de conveniente construção, ser estabelecidas as repartições públicas e Cadeia, indo a dita petição acompanhada dos documentos exigidos”; Viseu, 30-6-1869;

Como sabemos, o projecto de aquisição do casarão inacabado foi bem sucedido e aí se instalou a seu tempo a sede do Concelho de Santa Comba Dão. Ignoramos o destino que teve, em 1870, a *Representação* da Câmara de Torres Vedras pedindo

“autorização para a compra de três propriedades de casas sitas na rua da Olaria, para ali se estabelecerem definitivamente as **Repartições d’Administração, Conservatória, Cartório de Fazenda, Recebedoria, aquartelamento militar e aula d’instrução primária**”³⁷⁸.

Enfim, terminaremos este excuro pela renovação liberal da velha rede das casas da câmara com as necessidades sentidas pelo concelho de Alcoutim que, em 1876, tinha os seus Paços do Concelho mais uma vez derrubados por uma cheia do Guadiana. Com efeito, a cheia de 6 e 7 de Dezembro de 1876,

“**arrasou também totalmente o edifício dos Paços do Concelho**, onde funcionam **todas as repartições públicas** e também **escola do sexo masculino**. A falta desta casa é tão sensível quanto é impossível de ser suprida pela falta de poucas habitações que escaparam à inundação e que não chegam para recolher os que perderam seus prédios”.

Pede-se então o castelo para nele edificar os Paços do Concelho, bem como certas facilidades fiscais para a respectiva reedificação³⁷⁹.

Como vemos, a história multissecular das velhas casas da câmara portuguesas conheceu um momento muito importante (e muitas vezes fatal) com a implantação do Liberalismo, que as confrontou cruelmente com um contexto, uma conjuntura e um mundo que política, jurídica e administrativamente fora radicalmente revolvido. Porém, a busca, ainda que muito parcelar, do destino, do rasto (ora exaltante, ora inglório) das velhas casas

- *Representação* da Câmara de Santa Comba Dão relativa à proposta de compra de um edifício semi-construído para Casa da Câmara e pedindo autorização para contrair um empréstimo para o respectivo financiamento; Santa Comba Dão, 2-1-1869 (Apêndice Documental; Doc. n.º 29).

³⁷⁸ *Representação* da Câmara de Torres Vedras pedindo “autorização para a compra de três propriedades de casas sitas na rua da Olaria, para ali” estabelecer diversas repartições públicas, pedindo autorização para lançar um empréstimo de quatro contos e meio para o efeito; Torres Vedras, 24-11-1869, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção-Geral da Administração Política e Civil – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1870), Livro 28, Proc. N.º 48; Maço 2487.

³⁷⁹ *Representação* da Câmara de Alcoutim informando sobre os graves estragos provocados pela recente cheia dos dias 6 e 7 de Dezembro de 1876; Alcoutim, 21-12-1876. No mesmo processo há mais documentos sobre o assunto, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Direcção-Geral da Administração Política e Civil / 2.ª Repartição – Correspondência Recebida; Maço 2554 (Livro 35, Ano de 1877; Proc.º N.º 43):

Outro exemplo das *novas funcionalidades* atribuídas às velhas casas da câmara é dado pela Câmara de Esposende, que em 1867 atesta que “esta Vila tem uma Cadeia muito sofrível, tendo separação os homens das mulheres e uma sala para os presos de pequenos crimes e sentenciados a cumprir sentença nela. Os Paços do Concelho são muito bons, formados sobre arcaria e a sua colocação no Coração da Vila, tendo cinco janelas rasgadas. As Repartições da Administração, Fazenda, Conservatória e Biblioteca estão perfeitamente instaladas e acomodadas em uma casa de dois andares com as proporções necessárias, tendo além disso os baixos que se acham destinados para Quartel dos Soldados em trânsito e a estação do fio eléctrico está em outra Casa próxima, com as melhores comodidades possíveis, dando lugar a viver nela a família do empregado com muita largueza, sendo também de dois andares”, in *Representação* da Câmara de Esposende por se considerar prejudicada face a Barcelos no recente arranjo dos concelhos, em que se refere a “comodidade com que se acham instaladas as diferentes repartições públicas”; Esposende, 5-9-1867: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1867), Livro 25, Proc. 1267 [sic]; Maço 3149.

da câmara portuguesas após o fim do Antigo Regime ajuda-nos a olharmos melhor para elas, enquanto objectos construídos particularmente relevantes quer quanto à sua definição tipológica quer quanto à sua materialização arquitectónica. Ora, a tipologia casa da câmara passa também pela discussão da sua configuração global. Esta, traduzindo-se em *plantas* e *alçados* (também adiante discutidos), suscita, porém, a discussão prévia do seu *número de pisos*, outro elemento estruturante da tipologia casa da câmara, que estamos a tentar restituir e compreender. É o que faremos em seguida.

8.2 – O número de pisos das Casas da Câmara portuguesas

Durante séculos ao serviço das comunidades organizadas que as construíram, as velhas casas da câmara portuguesas, plenamente integradas no contexto urbano a que pertenciam, eram simultaneamente iguais e diferentes das demais casas da respectiva cidade ou vila. Se por um lado detinham elementos identificadores que as distinguiam das demais casas, por outro, elas detinham elementos estruturantes essenciais que as irmanavam e as integravam plenamente na paisagem urbana circundante. Um dos elementos simultaneamente diferenciadores e integradores está no próprio número de pisos da casa da câmara. Com efeito, como *casa* que é, ela detém necessariamente *um sobrado*, o que a distingue de outras formas de arquitectura urbana que, detendo ou não vocação residencial, dispunham apenas de um piso. A presença do sobrado constitui, para todos os efeitos, um elemento nobilitador da casa³⁸⁰. Basta pensarmos que em regiões particularmente carenciadas, a casa da câmara proporcionava a única residência local de dois pisos – e por isso naturalmente escolhida para a aposentadoria dos grandes do reino ou do próprio rei, como aconteceu com D. Sebastião que, segundo a tradição, dormiu na própria casa da câmara da vila de Entradas (Castro Verde) e, na noite seguinte, na de Almodôvar numa das suas jornadas ao Algarve³⁸¹.

³⁸⁰ Para lá do sobrado, outro elemento nobilitador da casa portuguesa do Antigo Regime e a presença de um telhado de *telhas*. Com efeito, mesmo em ecossistemas propícios à utilização massiva do colmo, a casa da câmara – assim como a igreja ou a ermida local, por pobres ou pequenas que fossem – eram invariável, necessária e sistematicamente cobertas de telha.

³⁸¹ Na noite de 5 para 6 de Janeiro de 1573 D. Sebastião dorme em Entradas, onde terá dormido na casa da câmara; a 8 de Janeiro entrada e dormida em Almodôvar: ver Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, Academia Portuguesa de História, 2.^a Edição, Lisboa, 1987, p. 265. Por sua vez, um autor local faz notar que D. Sebastião fizera igualmente uso da casa da câmara de Ulme (Chamusca): “quer dizer que o nosso edifício, hoje conhecido como o Edifício da Câmara deu alojamento a D. Sebastião, que aí tomou algumas refeições”, Jaime Marques, *Ulme – Uma Vila – A História e as suas Tradições*, Ed. Junta de Freguesia de Ulme, Ulme, 2002, p. 101.

Elemento nobilitador, o sobrado desde muito cedo é um elemento identificador das casas da câmara portuguesas. Por isso *a generalidade das casas da câmara portuguesas detém dois pisos, um piso térreo e um nobre*. Dadas as importantes funções a abrigar nas casas da câmara (restituídas no capítulo anterior), é fácil distribuir essas importantes funções pelos dois pisos de acordo com um modelo quase invariável, que localiza a sala da audiência e a câmara das vereações no *piso nobre* e a cadeia no *piso térreo*. Assim, em 1726, o couto do antigo mosteiro beneditino de Fonte Arcada (hoje no Concelho de Póvoa de Lanhoso) “tem a sua **casa da camara** perto do mosteiro, para a parte do Norte, e **sobre a janella da grade da cadea e por baixo da janella da casa da camara**, está o letreiro seguinte, aberto em pedra, por que consta que o Arcediago Fernando Sardinha de Saá fizera aquella casa à sua custa, no anno de 1704”³⁸². Da descrição do Corregedor de Guimarães Francisco Xavier da Serra Craesbeeck ficamos a saber que aquela casa da câmara tinha *dois andares*, com a *cadeia no piso térreo* e a *câmara*, isto é, a *câmara das vereações* (e a respectiva *sala de audiências*) no *piso nobre*.

No entanto, apesar do domínio esmagador das casas da câmara de dois andares, sobreviviam residualmente *casas da câmara térreas*³⁸³ ao serviço de concelhos particularmente isolados e pobres. Era o caso do antigo concelho de S. João de Rei (hoje no Concelho da Póvoa de Lanhoso) que, apesar de ter tido Foral em 1514, para surpresa e justo motivo de escândalo do Corregedor de Guimarães, numa data tão tardia como 1726 ainda não dispunha de uma casa da câmara digna – exigida pela história, pela antiguidade e pela dignidade inerente à instituição concelhia. Com efeito, o Corregedor pôde escrever relativamente a S. João de Rei:

“tem este concelho **hum casa da camara terrea, em monte**, e afastada della o pelourinho, tudo tosco, indigno de se fazer della menção, sendo que **Sua Magestade, que Deus guarde, tem mandado, a requerimento do Senhor da terra, se faça caza da camara e cadeia, com a decencia necessaria ao dito concelho, o que o povo tem embargado**, por implicancias com que sempre anda com o Senhor da terra”³⁸⁴.

Também o pequeno Concelho de Rebordões (Souto de Rebordões, Ponte de Lima), ainda em 1836 dispunha apenas de uma

“insignificantíssima Cadeia [...] constituindo parte integrante da **pequena casa térrea que serve de antigo Foral das audiências**” – isto é, de casa da câmara – que, naquele ano, precisava de “ser reparada em todo o madeiramento de seu tecto”³⁸⁵.

³⁸² Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas* ... Vol. II, p. 220.

³⁸³ Não parece deverem integrar-se neste grupo as casas da câmara que, implantadas em terrenos muito inclinados, dispunham – ao lado de fachadas mais convencionais de dois ou três pisos – de uma fachada apenas com um piso (como em Soutelo do Douro, S. João da Pesqueira).

³⁸⁴ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas*..., Vol. II, p. 169.

³⁸⁵ *Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias*..., in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 11).

Ora, o modelo tipológico que abriga na mesma casa a audiência, a câmara das vereações e a cadeia, infinitamente repetido, impôs desde muito cedo a existência e o domínio esmagador de *casas do concelho de dois pisos* desde pelo menos o século XIV, assim se inaugurando e impondo uma tradição, ou melhor, uma tipologia que chegou, também neste domínio, praticamente intacta aos nossos dias. Algumas das mais antigas casas da câmara documentadas assentam já neste modelo. Assim, em Ponte de Lima, o **“sobrado da Casa do Concelho da dicta villa en hu se de Custume soe de ffazer a vereaçom do dicto Concelho”**,³⁸⁶ serviu de cenário à eleição dos Procuradores às Cortes de Torres Novas de 1380, como já vimos³⁸⁷.

Também detêm dois andares as poucas casas da câmara de origem medieval e tardo-medieval que chegaram até nós. Assim, assentes em pórticos muito pitorescos – e portanto detentoras de uma tipologia arquitectónica muito própria – as históricas casas da câmara de Barcelos, de Guimarães ou de Viana detinham dois andares. O mesmo acontecia com a casa da câmara de Melo (hoje no concelho de Gouveia), datável de um momento desconhecido de meados do século XV, que igualmente detinha dois andares, certamente à semelhança das casas dos lavradores mais abastados da vila.

Remontando provavelmente aos fins da primeira metade do século XV, a casa da câmara de Évora, que teve obras importantes na Época Manuelina, detinha também dois andares, ligados entre si por uma escada que se presume algo aparatosa³⁸⁸. Do mesmo modo, praticamente todas as das casas da câmara que se integram na Época Manuelina, bem como a esmagadora maioria das construídas nos séculos seguintes, do Minho ao Algarve, terão dois andares. É o caso das casas da câmara integradas no ciclo manuelino, como as de Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena, Marialva (Meda), Castelo Novo (Fundão), Redinha (Pombal) ou Vila Ruiva (Cuba). Era também o caso das casas da câmara de muito provável origem quinhentista de Benavente e de Monção. Em 1836 esta continuava a deter no seu piso térreo, como seria de prever, a cadeia local e **“por cima dela, no respectivo andar nobre, a [sala] que chamam Paço do Concelho é aonde se fazem as Sessões da Câmara e Audiências”**. O espaço do piso nobre era muito acanhado, **“pois que os altos nem eram próprios para as Audiências nem para as funções da Câmara Municipal** pela sua

³⁸⁶ Procuração do Concelho de Ponte de Lima aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. I, p. 184.

³⁸⁷ Procuração do Concelho de Ponte de Lima aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 184.

³⁸⁸ Descrição da casa da câmara de Évora, de 1615, adiante discutida, publicada por e em Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo: Évora, 1750-1820*, Edições Colibri, Lisboa. 2002, p. 137.

pequenez”³⁸⁹. No Ribatejo, também “a camara desta villa” de Benavente, provavelmente datável do século XVI, tinha, segundo o *Tombo do Concelho* de 1685, “humas cazas em que se faz Camara e audiencia as quaes são **duas cazas por cima, e por baixo tem duas cazas** que servem de cadeia e duas em que mora o carcereiro”³⁹⁰.

Esta tipologia de casas da câmara de dois pisos prossegue com exemplos tão notáveis como os proporcionados pelas casas da câmara de Tomar, da Guarda ou da casa da câmara quinhentista da Póvoa do Varzim. Do século XVII retenhamos os exemplos de Belmonte, da Covilhã, de Ourém, de Monforte ou de Viana do Alentejo. Da época de D. João V temos abundantíssimos exemplos de casas da câmara de dois pisos, como em Murça, Porto-Carreiro, Celorico de Basto, Carrazeda de Ansiães ou Arruda dos Vinhos. Remonta provavelmente a esta época a pequenina casa da câmara de Cardigos (Mação) que, em 1767, detém “uma **escada de pedra** para a parte do Norte **com doze degraus de pedra** pela qual se sobe para as ditas casas”, onde, nos seus dois pisos, se distribuem as componentes que já conhecemos³⁹¹. Provavelmente de origem também joanina, ainda em 1836 “a Câmara Municipal” do Concelho de Valadares (Monção) “exerce as suas funções em a **Casa** antigamente já para isso destinada, **existente sobre a Cadeia**”³⁹² – isto é, na casa da câmara daquela vila, datável provavelmente da mesma época, a primeira metade do século XVIII. O mesmo se passava, na mesma data, no Concelho de Bretiandos (Ponte de Lima), onde “a Câmara Municipal [se] tem servido da **Casa do Concelho, por cima da mesma Cadeia**, apesar do mau estado a que se acha reduzida”, pois a cadeia se achava então “muito arruinada de solhos, Janelas, Portas e Telhados”³⁹³. Enfim, sempre no ecossistema minhoto, nessa mesma data de 1836, tão cruel para a maioria dos velhos e minúsculos concelhos portugueses de origem medieval, também no Concelho de Lanheses (Póvoa de Lanheses) “a Câmara Municipal exerce as suas funções no **Paço do Concelho, em baixo do qual está a cadeia**”, edifício que “além de incapaz, está tão arruinado de solho e telhados que a Câmara não pode exercer as suas funções”³⁹⁴.

Enfim, da Época Pombalina e Pós-Pombalina temos os exemplos monumentais de casas da câmara com *dois andares* de Penafiel, Aveiro, Pederneira (Nazaré), Almada e Grândola, ou Redondo, Vila Viçosa, Alandroal e Borba, encerrando-se o nosso inquérito

³⁸⁹ *Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...; Governo Civil de Viana*”; 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004 (ver atrás Apêndice Doc.; Doc. N.º 11).

³⁹⁰ Citado in Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente – Estudo Histórico...*, 1981, pp. 48, 49.

³⁹¹ P.º Henrique da Silva Louro, *Cardigos, Subsídios...*, pp. 130, 131.

³⁹² *Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...; Governo Civil de Viana*”; 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004 (ver atrás Apêndice Doc.; Doc. N.º 11).

³⁹³ *Relação das terras...*, in *Lug. Cit.*, (ver atrás Apêndice Doc.; Doc. N.º 11).

³⁹⁴ *Relação das terras...*, in *Lug. Cit.*, (ver atrás Apêndice Doc.; Doc. N.º 11).

com exemplares tardo-pombalinos como Valença do Douro (concelho de Tabuaço), Fornos de Algodres, ou Cascais – esta datada de 1821, aquelas datáveis da mesma época.

Uma variante a este modelo é proporcionada pelas muito raras casas da câmara de *três pisos*. Com efeito, os exemplos quase se contam pelos dedos de uma mão, embora integrem edifícios tão importantes como a perdida casa da câmara do Porto, que remontava ao século XIV, as casas da câmara quinhentistas de Santarém e de Braga, que remontam à Época Manuelina, a casa da câmara de Amarante, da época de D. Sebastião, a de Abrantes, da Época Filipina³⁹⁵, a de Alpedrinha (Fundão; datada de 1680), a de Pampilhosa da Serra, datada de 1711, ou as de Montalvão (Nisa) e de Ponta Delgada, ambas de época indeterminada. Trata-se de edifícios que, localizados na praça ou numa rua central, se viram forçados – impossibilitados de se expandirem em largura pela exiguidade do espaço disponível – a crescerem em altura. Apesar de se tratar de edifícios por vezes relativamente estreitos, abrigavam, mesmo assim, as três componentes essenciais que esperamos encontrar numa típica casa da câmara portuguesa. Assim, como por toda a parte, também aqui teremos quase sempre cadeias no piso térreo. No primeiro sobrado abrigava-se a audiência e no segundo, o de acesso mais reservado, abrigava-se a câmara das vereações. Um belo exemplo é o da monumental casa da câmara de Abrantes, que em 1685 detinha, como já sabemos, duas “casas”, “**a de sima** onde se faz a Veriasão [...] e **outra em baixo** onde se faz Audiência”. O **piso térreo** era ocupado por uma loja, por um “Alpendre que fica debaixo das barandas da Camera” e naturalmente pelas cadeias do Concelho³⁹⁶. Como já sabemos, o edifício foi objecto de grandes obras, autorizadas por uma *Provisão* de D. João V (de 24-5-1715), prevendo o respectivo contrato de arrematação intervenções em todos os três pisos e ainda num *entressolho* que agora aparentemente se criava sobre as arcadas das cadeias do piso térreo³⁹⁷.

Quanto à casa da câmara de Amarante, tal como é descrita, em 1726, pelo Corregedor de Guimarães, apresenta uma ligeira alteração na distribuição dos dois pisos superiores: “tem esta dita villa **hum Casa da Camara, que consta de dous sobrados: no de sima he a Casa da Camara e audiencia; en o segundo, a cadeia; e por baixo, a**

³⁹⁵ Por alvará de 22-7-1605, Filipe II de Portugal providenciou o financiamento para a recolha de certas verbas para “aplicar tudo à fábrica das Casas da Câmara e audiências (...) [de Abrantes]. As obras foram arrematadas em hasta pública (...) e continuaram até ao ano de 1609 (... embora) faltasse o arrematante à conclusão da torre do relógio, que estava incluída na obrigação do seu contrato” Manuel António Morato e João Valentim da Fonseca Mota, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes...*, p. 132.

³⁹⁶ *Tombo da Câmara* de Abrantes, de 1685, publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, p. 146.

³⁹⁷ *Portaria e Contrato* de arrematação das obras da casa da câmara de Abrantes, de 25-9-1715, Id., *Ibidem*, 149.

enxovia: para o que tem cada casa duas janellas e a enxovia duas grades [...] ³⁹⁸. Como vemos, em 1726 nota-se uma alteração sensível na ocupação da casa da câmara de Amarante. Com efeito, a expansão da população prisional levou consequentemente à expansão dos espaços de carceragem, pelo que, para lá da enxovia, também o primeiro sobrado passou a ser adaptado a cadeia, o que obrigou a audiência a adaptar-se na câmara das vereações, no último sobrado, correspondente ao terceiro piso do edifício.

Embora não dispondo de cadeias, no grupo das casas da câmara de três pisos parece dever incluir-se a casa da câmara de Coimbra, em que a sala de audiências – que também servia de *Relação*, de que dependiam as Comarcas daquela região – ficava no primeiro sobrado e a câmara do “Senado” ficava no último piso. Também a câmara quinhentista de Braga, edificada pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa, que dispunha de três andares, como nos mostra a iconografia sobrevivente, parece ter um esquema de ocupação semelhante, embora, tal como em Coimbra, também aqui a cadeia concelhia estivesse muito afastada da casa da câmara.

Muito diferente destes casos é o das casas da câmara que, não tendo em rigor três pisos, apresentam, porém, *entressolhos*, normalmente ao serviço das cadeias e da habitação do carcereiro. Um bom exemplo é o da já tão referida casa da câmara quinhentista de Setúbal, cujo contrato de construção, de 1526, previa a construção dos “**amtreSolhos que esta cadea ha d aver**”. Referindo-se as respectivas escadas interiores de acesso, explicita-se no contrato que “**Sobre a cadea se hão de Fazer huns amtreSolhos pera aposentamento do caçereiro e cadea de mulheres**” ³⁹⁹.

³⁹⁸ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, p. 256.

³⁹⁹ IAN-TT / *Núcleo Antigo*, Doc. 815: Conjunto documental relativo à construção da Casa da Câmara de Setúbal e instalações anexas, composto de, entre outros, o *Contrato* entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; ano de 1526.

O *Contrato* especifica que os amtreSolhos “pera parte da praça averam duas Janelas Ferradas nos lugares omde vam emlegidas e averam suas sedas e peitorjs baixos,. e terão de lume çimquo palmos e meyo e d alto dos peytorjs pera çima seis palmos ate a vollta A qual sera escaçamte e os peitorjs teram tres palmos e meyo d alto com as sedas

E na caSa das mulheres avera outra Janella baixa .s. d huma casa pera a outra asy como vay emlegida e sera Ferrada e tera de lume quatro palmos e meyo, E d alto hoyto do cham ate voltas, e o peitorjll sera de dous palmos e meyo, e avera suas couceiras E boulhões,. E na parede do Corredor que ha de vir da parte da Rua avera huma fresta Aeram [?] do sobrado de cima Ferrada ha quall tera de lume ao comprido quatro pallmos E d alto tres e sera Rasguada d ambas partes, E os quatro pallmos sera em quadrado posto que digua tres E avera couceiras e boulhões pera ter portas, E na caSa do cacereiro avera huma Janela Ferrada com suas sedas e peitorjll da gramdura que vam ordenadas as que vam pera parte da praça da mesma cadea dos amtreSolhos

Item Na parede que ha de vir amtre a cadea das mulheres e a casa diamteyra avera huum portall no Corredor o quall tera tres pallmos de lume e sete e meyo d allto, e sera de pedrarya, E os outros mais Repartymmentos não se Falla neles por que ham de ser de madeira”.

A casa da câmara de Castelo Branco, que é praticamente coetânea da de Setúbal, também dispunha de generosos entressolhos, que em 1866 continuavam a servir de “**habitação do carcereiro e de uma das prisões**”⁴⁰⁰. Tratava-se aqui, tal como em Setúbal, da cadeia das mulheres. O péssimo funcionamento das respectivas latrinas provocava sérios danos ao funcionamento do tribunal, localizado no sobrado de cima, no piso nobre do edifício. Com efeito, tornava-se então insuportável “a exalações das coloacas [sic] das prisões, das quais uma que é a da **prisão das mulheres ficava no pavimento inferior por baixo da minha cadeira**, separada d’aquela coloaca apenas pelo desgovernado solho da casa do Tribunal”⁴⁰¹. Enfim, de uma *Vistoria* então realizada, ficamos a saber que “no cimo do primeiro lance [da escadaria de pedra descoberta que dá acesso à casa da câmara] está o primeiro patamal [sic] e aí a porta da entrada da Casa do Carcereiro”⁴⁰². Enfim, nas obras autorizadas em 1715 na casa da câmara de Abrantes, previa-se que no *entressolho* que se criava sobre as arcadas das cadeias do piso térreo, “se ha de fazer **Caza sufissiente para Carssereiro e algumas Cazas para Sallas livres e para Cadeias de homens e molheres com separação**”⁴⁰³.

Porém, um melhor entendimento das casas da câmara e da respectiva tipologia passa necessariamente pela análise dos elementos identitários patentes nas respectivas fachadas. É o que faremos a seguir.

8.3 – Os elementos identitários das Casas da Câmara

Para lá da restituição e da discussão das suas componentes funcionais, a *tipologia casa da câmara* passa também pela identificação e discussão dos seus elementos verdadeiramente *identitários*, que integram *estruturas funcionais* tão importantes como as que sustentam o *sino da câmara* (uma torre ou, muito mais frequentemente um campanário)

⁴⁰⁰ *Ofício* do Governador Civil de Castelo Branco ao Ministro do Reino, relativo às deficientes condições do Tribunal daquela Cidade na respectiva casa da câmara; Castelo Branco, 22-6-1866; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 399; Maço 3138 (Apêndice Doc.; Doc. N.º 26)

⁴⁰¹ *Ofício* do Juiz de Direito da Comarca de Castelo Branco ao Governador de Castelo Branco, expondo as péssimas condições do Tribunal...; Castelo Branco, 4-6-1866; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 399; Maço 3138 (ver atrás Apêndice Doc.; Doc. N.º 26)

⁴⁰² *Vistoria* feita à casa da câmara; Castelo Branco, 28-5-1866; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 399; Maço 3138 (ver atrás, Apêndice Documental; Doc. N.º 26).

⁴⁰³ *Portaria e Contrato* de arrematação das obras da casa da câmara de Abrantes, de 25-9-1715, publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, pp. 147, 149.

e *elementos simbólicos* tão significativos como o *brasão real* e, menos frequentemente, o do *concelho*. Trata-se de elementos identitários que – a par das *grades nas janelas das cadeias* do piso térreo da casa da câmara – estão quase sempre bem patentes nas fachadas principais das nossas velhas casas da câmara e que urge recensear e discutir.

8.3.1 – O sino da câmara

O sino da câmara constitui um dos equipamentos concelhios simultaneamente mais úteis, mais pitorescos e mais representativos do concelho, do seu poder e da sua jurisdição. Fixado em *torres*, em *campanários* ou em simples estruturas de ferro mais ou menos improvisadas e atípicas, a sua presença apagou-se muito entre nós a partir do Liberalismo, enquanto símbolo do poder concelhio. Regressando apenas pela via da arquitectura de natureza institucional de fim de século sob a influência cosmopolita da *École des Beaux Arts* – e por essa via patente nas centenas e centenas de escolas primárias construídas nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século passado – o *campanário* do sino da câmara tinha uma presença muito intensa ao serviço dos concelhos do Antigo Regime. Por isso, o campanário passou de símbolo a *metáfora* do poder concelhio, como nesta frase do culto e muito claridente Administrador do Concelho de Pinhel que, em 1867, propunha um rearranjo administrativo do seu enorme concelho em apenas cinco “paróquias civis”, **“chamando os campanários a exercerem novos direitos pelos seus corpos electivos”**⁴⁰⁴. Equipamento e símbolo do poder concelhio, a ameaça a este implicou o apeamento dos sinos e até a demolição dos respectivos campanários. Por isso, um autor de Ourém, lamentando a demolição do campanário da respectiva casa da câmara e o abandono deste

⁴⁰⁴ *Ofício* N.º 324 do Administrador de Pinhel ao Governador Civil da Guarda, com a proposta de criação de cinco Paróquias Civis no respectivo Concelho; Pinhel, 14-8-1867, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1867); Maço 3151. Em anexo constam outros documentos sobre o assunto, nomeadamente “Concelho de Pinhel – Projecto do seu arredondamento e da circunscrição das paróquias civis”.

Dada a sua pertinência e até a sua actualidade, os argumentos do Administrador do Concelho de Pinhel merecem ser citados: “1820-1867. Duas épocas de revolução! Aquela nivela a sociedade perante a lei; esta reforma a administração, alarga a esfera da iniciativa local e **chamando os campanários a exercerem novos direitos pelos seus corpos electivos**, impõe-lhes a lei obrigações novas para o cumprimento das quais eram impotentes as paróquias eclesiásticas n’a sua imensa maioria, e por isso provê a lei da administração civil à criação de uma nova entidade robusta e forte, populosa e rica, denominando-a “Paróquia Civil”. A paróquia civil, entre nós, recebendo apenas o mínimo número de fogos (500), fica em circunstâncias mais apuradas do que a antiga paróquia eclesiástica. É preciso alargá-la, alargá-la de forma que possa ter na administração económica um lugar útil, porque não admitem compassos [sic] na administração. A civilização impôs a lei do progresso aos grandes países e aos grandes centros. Essa lei chega-nos, hoje; é preciso obedecer-lhe [...]”.

edifício devido à deslocação da cabeça do respectivo concelho para o sítio de Aldeia da Cruz, a futura Vila Nova de Ourém, considerava:

“Estava deliberado nos concelhos fazer desaparecer tudo que ainda desse realce à terra; restavam portanto os paços antigos da camara; esses foram votados ao camartelo demolidor.

Abandonados já desde muitos annos, servindo a misteres muito differentes d’aquelles para que haviam sido edificadas, estavam em mau estado, mas ainda tinham um sino em seu campanario com que antigamente se faziam as chamadas ara as audiencias: estas desde muitos annos faziam-se em Aldeia da Cruz (hoje Villa Nova d’Ourem) por ser para ali que os magistrados haviam mudado a sua residencia, mas ninguem havia attentado contra os antigos paços de Ourem, ate que sendo administrador do concelho Joaquim Gomes Vieira Gaio **foi o sino e campanario arriado do seu logar para Villa Nova d’Ourem onde se conserva em arrecadação, pois que até agora tem servido uma sineta que há muito tempo tem a casa que ali serve de tribunal**. Não ficou nisto o ataque ao antigo paço; determinou-se a sua demolição para que não ficasse pedra sobre pedra; e houve um official de pedreiro a quem a camara, ou a administração, offereceu 30\$000 rs, natural d’Ourem, que pertendeu encarregar-se d’esta obra de destruição!”⁴⁰⁵.

Face ao sino das igrejas e capelas, o campanário da câmara, essencialmente laico e cívico, sinalizava os edifícios concelhios, fosse qual fosse a sua função⁴⁰⁶. O campanário surgia, assim, no cume da fachada das cadeias concelhias, quando instaladas em edifícios independentes, como em Mirandela [Fig.^a 198], Aguiar da Beira⁴⁰⁷, Vila de Rei, Punhete (hoje Constância)⁴⁰⁸, Alandroal ou Aljustrel, tal como no cume de açougues como os de Garvão (Ourique), de Colos (Odemira) - ou mesmo o tão monumental açougue de Évora, adiante referido. Em pleno processo de implantação do Liberalismo, no momento em que se processa o arrolamento e a venda dos bens dos conventos extintos, por toda a parte as câmaras cobiçam os sinos das respectivas igrejas, pois os mesmos continuam a ser um equipamento concelhio indispensável. Por isso, em 1834, a Câmara de Alter do Chão *representa à rainha que*

“tem, com a economia devida, melhorado e asseado a Cadeia Pública e as Casas da Câmara d’ele, colocando até nestas o Retrato de Vossa Magestade com toda a decência, restando-lhe ainda o concerto das calçadas e de algumas ruas e **um sino para a Torre do Relógio das Casas da Câmara, visto que o deste se acha quebrado**, e não deixa por isso ouvir as horas senão em pequena distância”.

⁴⁰⁵ Joaquim António de Oliveira Flores, “Anotações ao Esboço Histórico [do Concelho de Vila Nova de Ourém] do Dr. José das Neves Gomes Eliseu” [c.1870-1877], in AAVV, *Ourém, Três Contributos...*, pp. 214-217.

⁴⁰⁶ No Museu Municipal da Póvoa do Varzim está exposto o sino, não datado, do hospital local, com a respectiva armação de ferro.

⁴⁰⁷ O “concerto das cambalheiras da sineta da cadeia”, bem como o “concerto das cambalheiras da sineta da casa da Câmara e Tribunal” (este pela verba de \$320) ainda fazia parte das despesas em obras municipais empreendidas pela Câmara de Aguiar da Beira, tal como consta do “Mapa estatístico das obras municipais efectuadas nos diferentes Concelhos d’este Distrito, com referência ao ano económico de 1864 a 1865”, in *Relatório apresentado à Junta geral do Distrito da Guarda na sua Sessão Ordinária de 1866 pelo Governador Civil António Pais de Sande e Castro*; Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1867), Maço 3151.

⁴⁰⁸ Como consta da representação daquela cadeia num painel de azulejos no jardim-miradouro local. Com efeito, sobre a fachada em que se rasga a porta, surge um campanário, certamente demolido após a desafecção e venda da cadeia, hoje recente e felizmente readquirida e restaurada pela Câmara.

Ora, não podendo a Câmara

“fazer a despesa da compra de um sino para o Relógio e como no extinto Convento de Santo António desta Vila existe um sino grande próprio para o dito relógio, podendo ficar o outro da Câmara servindo para os toques ordinários da mesma Câmara e Audiências [...], esta Câmara leva ao conhecimento de Vossa Magestade a presente exposição, para que em vista d’ela lhe faça a graça de mandar pôr à sua disposição o referido sino para o dito fim”⁴⁰⁹.

Face à importância funcional e simbólica do tradicional sino da câmara, não admira que alguns arquitectos mais inspirados e mais cultos ao serviço do Estado Novo ainda projectassem torres sineiras em praças e mercados cobertos erguidos durante aquela época. Note-se que ainda hoje se encontram sinos instalados em mercados cobertos bem menos monumentais, de que será um bom exemplo o bem modesto sino do mercado de Monchique [Fig.ª 199].

Tratando-se de um equipamento e de um atributo concelhio tão vinculativo, o sino estava patente em praticamente todas as antigas casas da câmara, pois ele pontuava não só a vida concelhia e os seus rituais judiciais, administrativos e celebratórios como o próprio quotidiano da comunidade de vizinhos. O sino da câmara assegurava tanto os toques obrigatórios da alvorada e do crepúsculo, consagrados nas *Ordenações* como os rebates mais dramáticos, dos desastres naturais e dos grandes acidentes aos desacatos, levantamentos (as temíveis “uniões” da Idade Média e dos Tempos Modernos) e todo o género de “arruídos” públicos em que facilmente descaíam comunidades por vezes bem carenciadas e indefesas.

O sino era a voz do povo, pelo que o barbante ou a corda do seu badalo estava ao alcance de todos, a começar pelas crianças. Muito facilmente qualquer um o poderia accionar para avisar de um incêndio, de um perigo de afogamento, de um crime, de uma briga, de uma pendência, de um desaparecimento estranho ou de uma aparição miraculosa. Não tendo a riqueza e a variedade tímbrica dos sinos da igreja ou da sé vizinha, o sino da câmara, enquanto mensageiro de boas e más notícias, tanto era uma causa do abatimento colectivo como o efusivo agente das epifanias mais radiosas. Mas, enquanto voz, ou melhor, enquanto “clamor” dos povos, o sino da câmara era também um agente de revolta, materializado no “tocsin” da tradição urbana francesa, no rebate desesperado de incitamento à luta, à revolta e à defenestração descontrolada de pessoas e bens: **“toca-se por toda a parte a rebate nas sinetas dos Campanários”** – lê-se em certo *Memorial* anónimo de

⁴⁰⁹ *Representação* da Câmara de Alter do Chão à Rainha expondo a necessidade de um sino para o relógio da torre da casa da câmara, pelo que pede a graça de poder ir buscar para esse fim o sino grande do extinto Convento de Santo António daquela Vila; Alter do Chão, 29-11-1834, in IAN-TT – *Ministério do Reino – Negócios Diversos* [Correspondência recebida – Câmaras Municipais], Maço 1905, (Caixa 1) (Apêndice Documental: Doc. N.º 30).

1867⁴¹⁰, relatando a revolta das populações de concelhos alentejanos da zona de Castro Verde ameaçados de extinção no âmbito do processo de “arredondamento dos concelhos”.

O tempo concelhio era, porém, normalmente muito sossegado e previsível anunciando o toque do sino a realização dos diversos autos judiciais e camarários. Por isso e para isso, em Viana do Castelo,

“em 1521, foi mandado construir um campanário ‘sobre a parede da entrada do dito paço, por maneyra que se possa tanjer no dito campanaryo, no syno’. Destinava-se ‘a **tanger quando ouverem de vir ha camara como quando ouverem de correr ha dita villa**’. Custou 3.000 rs. Em Abril estava terminada a obra. Como não tivessem possibilidades de adquirir, de imediato, o sino, ‘acordaram de pedirem aos mordomos da confraria de Jesus o syno que tem pera a dita confrarya ... para o porem no **campanaryo que está ordenado se fazer amtre as ameas do paço do concelho pera se correr**’. Este empréstimo durou até ao São João”⁴¹¹.

Como sabemos, as sessões camarárias eram convocadas e abertas obrigatoriamente a “som de campa tangida”, como se lê nos protocolos formais de abertura dos infinitos autos camarários. Assim, em 1693, certo auto camarário teve lugar “em esta villa de Cascais no paço da Camara della sendo ay presentes a som de campa tangida” os competentes oficiais concelhios e o público que se disponibilizou a assistir⁴¹². Muito mais raramente, o sino tocava para convocar a comunidade para a celebração de acontecimentos festivos ou fúnebres – desde os casamentos, baptizados ou enterros na família real – para a celebração de efemérides particularmente queridas à comunidade ou para a celebração de episódios e acontecimentos inesperados cujo alcance histórico ninguém poderia alcançar ou prever. Assim, em Torres Vedras, as celebrações relativas ao triunfo da Revolução de 1820 tiveram lugar a 19 de Setembro daquele ano, estando “o Corpo da Camara, as Authoridades Ecclesiasticas, Civis, e Militares, a Nobreza e Povo [...] reunidos todos nas Cazas da Câmara”. Aí,

“unanimemente, e com geral satisfação se concordou, que se prestasse o Juramento ao Governo novamente instaurado, e [...] ás Cortes e á Constituição, que ellas fizerem” Na mesma sessão deliberou-se também “que em demonstração do publico regozijo desta Villa, se repicasse o

⁴¹⁰ Memorial anónimo relativo dirigido à Junta Geral do Distrito de Beja sobre o arrendondamento dos Concelhos da região de Castro Verde, Ourique e Almodôvar, defendendo a “capitalidade” de Castro Verde; N. ass., não datado; mas datável de 1867, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Negócios diversos relativos à divisão territorial [ano de 1867] – Maço 3148 – Distrito de Beja; em itálico no original.

Da dramaticidade da situação então vivida pelas populações dos concelhos então ameaçados de extinção dirá o seguinte passo do *Memorial*: “Todos querem capital de Concelho nas suas terras, e olhando o negócio em relação a cada terra de per si, d’eles têm razão, porque a questão é de vida ou de morte, porquanto quem conhece o viver d’estas terras é que sabe a sorte que as espera, especialmente àquelas que não forem comerciais ou que esse comércio não tenha a razão de ser na sua posição topográfica. Essas hão-de tornar-se Aldeias, mas Aldeias desgraçadíssimas, porque a Aldeia que sempre o foi, tende a caminhar e progredir, mas a Vila que descai vai sempre em maior decadência mas com uma rapidez que parece incrível”.

⁴¹¹ Manuel António Fernandes Moreira, *O Município e os Forais de Viana do Castelo*, Ed. da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1986, pp. 101, 102.

⁴¹² “Autto de eleição de Capitam de [S. Domingos] de Rana”, ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS - AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 14 – *Livro dos Acórdãos, 1692-1697*, Auto de eleição de 10-4-1693, f. 20.

Sino da Camara, e se illuminassem as Cazas da mesma por tres noutes sucessivas, principiando na do dia de hontem, em que apparecerão illuminadas espontaneamente as Cazas das principaes pessoas da Villa, e reinando nella a maior tranquillidade”⁴¹³.

Equipamento funcional de uma extrema presença visual e sonora, o campanário do sino da câmara – a seu modo e, ressaltando a escala, à semelhança do sino da aldeia – acaba por se tornar num símbolo do próprio concelho e dos seus interesses legítimos e ilegítimos, tornando-se mesmo no símbolo do bairrismo mais provinciano e mesquinho, de que decorre a expressão pejorativa “espírito de campanário”, que usamos para caracterizar a natureza e a intervenção de certos grupos ideológicos ou artísticos. Seja, porém, qual for o seu sentido, aquela expressão não é apenas portuguesa. Por isso, o grande historiador Louis Réau, em obra famosa, considera que o “‘**campanilisme**’ que mantém o **espírito de campanário**, do qual tão mal se disse, merece ser encorajado” pois ele encerra uma componente identitária óbvia do sítio ou do bairro a que pertence⁴¹⁴. Noutro passo da mesma obra, o ilustre autor acrescenta ainda que “erramos quando ridicularizamos o ‘**patriotisme de clocher**’. Longe de excluir ou de enfraquecer meramente o patriotismo (...), ele é a sua força viva. O ‘**esprit de clocher**’ é a escola primária do patriotismo”⁴¹⁵.

Realidade europeia muito antiga e muito intensa, os campanários ou torres do concelho recenseiam-se por toda a Europa, onde ganham por vezes a maior presença arquitectónica e urbana⁴¹⁶. Por isso, por toda a parte o sino da câmara ombréia com os demais símbolos concelhios, recenseados por Maria Ângela Rocha Beirante: “como pessoa colectiva que é, o concelho dispõe de uma personalidade jurídica que se afirma através de vários símbolos: o **selo** (...); a **picota**, afirmação da capacidade judiciária do concelho; a **arca**, em que [os oficiais do concelho] guardam religiosamente os privilégios da cidade; os **imóveis do concelho**, que provam o seu domínio do espaço”⁴¹⁷. Esta autora, estudando a cidade de Évora na Idade Média, considera, porém, que “o sino – uma das encarnações da comunidade urbana muito frequente nas cidades francesas, onde deu origem ao «beffroi» – não constitui aqui símbolo concelhio. Em Évora era a voz do pregoeiro jurado do concelho

⁴¹³ *Ofício* do Provedor da Comarca de Torres Vedras dando conta ao Ministério do Reino, entre outras coisas, das celebrações relativas ao triunfo da Revolução de 1820; Torres Vedras, 20-9-1820, in IAN-TT – Ministério do Reino – Correspondência dos Provedores das Comarcas, Maço 468.

⁴¹⁴ Louis Réau, *Histoire du Vandalisme – Les Monuments Détruits de L’Art Français...*, p. 833.

⁴¹⁵ Louis Réau, *Ibidem*, p. 254. Noutro passo da mesma obra, Louis Réau faz-se eco da condenação dos campanários (clochers) no tempo da Revolução Francesa: “os **Jacobinos declaram a guerra aos campanários** ‘cuja dominação sobre os outros edifícios contraria os princípios da igualdade’: são aristocratas que levantam muito alto a cabeça”, Id., *Ibidem*, p. 377.

⁴¹⁶ Para a torre sineira do mercado (“Market belfry”) das cidades flamengas, ver Spiro Kostof, *The City Assembled – The Elements of Urban Form...*, p. 97. Refira-se, a propósito, a palavra francesa “beffroi”, para a designação do campanário ou da torre sineira, tão comum nas igrejas mas também nas fortalezas e nas várias formas de arquitectura de tutela concelhia nos países de expressão francesa.

⁴¹⁷ Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade...*, p. 676.

que anunciava publicamente as reuniões e, tal como nas cidades italianas, o sino das igrejas podia ser utilizado para finalidades civis”⁴¹⁸. Apesar de em Portugal haver alguns concelhos que terão usado o sino das torres de igrejas vizinhas à casa da câmara – provavelmente o Barreiro, o Porto e Évora, como pretende a historiadora que vimos citando⁴¹⁹ – a verdade é que *a cidade de Évora dispunha pelo menos de um sino da câmara*, isto é, de âmbito estritamente concelhio. Trata-se do sino instalado no campanário do *açougue* muito cedo adaptado no chamado “Templo de Diana”, campanário esse que surge representado em todas as vistas do século XIX [Fig.^a 200], mas que já surge, bem visível, na iluminura com a *vista* da cidade do Foral Manuelino de Évora, atribuída a Duarte de Armas.

8.3.1.1 – As estruturas de apoio do sino da câmara –

Em 1767, a casa da câmara de Cardigos (Mação), dispunha, “no cimo [da escada de acesso ao respectivo piso nobre, de] um patim coberto donde se acha um **sino pequeno** com sua cadeia de ferro”. A modéstia desta casa do concelho dispensava a presença de um campanário e muito menos o luxo de uma torre sineira para suporte do sino da câmara. Uma simples *estrutura de ferro fixada na parede* bastava para apoiar o sino, certamente pequeno, como os da câmara da Lousã ou de Mação [Fig.^a 201], hoje conservados nos simpáticos museus locais⁴²⁰. Estruturas de ferro semelhantes existiam certamente noutras casas da câmara, como na da Pampilhosa da Serra, datável de 1711 [Fig.^a 202]. Do mesmo modo, o sino da casa da câmara de Tábua apoia-se numa trempe de ferro erguida no topo da empena da casa da câmara [Fig.^a 203]. Outras vezes, porém, o sino apoiava-se em cachorros de pedra colocados no topo da fachada, como na belíssima casa da câmara de Rio de Moinhos (Sátão).

Noutros casos, muito raros, o sino da câmara localizava-se num nicho cavado na própria parede da fachada da casa da câmara, no topo da mesma. Era este o caso da casa da câmara de Alpedrinha [Fig.^a 204], de Vouzela [Fig.^a 205], de Oliveira de Frades [Fig.^a 206] ou de Torres Vedras, assim referido em 1920:

⁴¹⁸ Id., *Ibidem*, p. 676.

⁴¹⁹ “Prova de que aqui o sino da sé servia também o concelho está o facto de o sineiro e relojoeiro da sé ser pago pela vereação, como se vê por um documento de 1462”, Id., *Ibidem*, p. 676, Nota.

⁴²⁰ O museu de Mação é hoje o *Museu de Arte Pré-Histórica de Mação*, que teve na sua origem o *Museu Municipal Dr. João Calado Ribeiro*, a seu tempo conhecido como *Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo*.

“Já não existe no edifício um pequeno sino que chamava para audiências e para as sessões da câmara. Este sino tinha também a função de tocar ao recolher, de verão às 10 horas e de inverno às 9 horas. **Ainda se pode ver o respectivo nicho no interior da parede do lado nascente**, parede esta que tem a monstruosidade de 1,55m de espessura”⁴²¹.

Com efeito, por motivos que nos escapam, o sino da câmara instalava-se por vezes numa espécie de ventana rasgada na fachada da casa do concelho, com óbvio prejuízo da qualidade e do volume do som dos repiques. Na casa da câmara de Outeiro de Miranda (Bragança), o sino da câmara instala-se numa ventana rasgada no muro que, prolongando a fachada lateral da casa da câmara local, protege o alpendre que abriga a entrada para o piso nobre da casa da câmara [Fig.^a 207]. Uma situação algo semelhante ocorria com o sino da casa da câmara de Coimbra, cuja ventana estava adaptada num pano de muro na galeria circundante da câmara das vereações, no último piso da Torre de Almedina, como sabemos [Fig.^a 208], na face voltada à praça e ao rio, o que o tornava invisível das ruas das vizinhanças. Porém, sempre que era possível, as câmaras implantavam o respectivo sino em torres, integradas ou não na própria casa da câmara, como veremos a seguir.

8.3.1.1.1 – A torre do sino da câmara

Na velha paisagem concelhia portuguesa haveria que contar com a presença de uma torre sineira camarária, isto é uma torre cuja função essencial, se não única, fosse a de servir de suporte ao sino da câmara. Sabemos, porém, que bem cedo as torres concelhias começaram a ganhar a função cada vez mais dominante de *torres do relógio*, pois serviam de apoio à instalação dos relógios da câmara e respectivos mostradores – típico equipamento concelhio que, dada a sua especificidade, não poderemos considerar neste estudo⁴²². Ora, a simples presença arquitectónica das torres, a sua dignidade artística, as suas dimensões gigantescas, a sua grande altura ou até a sua localização carismática davam uma dignidade, uma amplificação e uma reverberação acústica, visual e simbólica do maior significado ao sino ou ao relógio da câmara instalados no topo das suas faces mais visíveis.

Apesar da sua importância – e ao contrário do que se passava na esmagadora maioria dos concelhos da Europa – em Portugal não era muito frequente a presença de uma torre

⁴²¹ Júlio Vieira, *Torres Vedras...*, p. 101.

⁴²² Para a problemática dos relógios históricos e dos sinos ver *Torre das Cabaças – Núcleo Museológico do Tempo*, Catálogo da exposição documental coordenada por Carlos Amado, Jorge Custódio e Luís Mata e organizada pelo Museu Municipal de Santarém, Câmara Municipal de Santarém, Santarém. 1999. Sobre os primeiros relógios portugueses, muitos dos quais ainda não concelhios, ver a tabela “Relógios públicos monumental em Portugal. Século XV”, in Jorge Custódio, “Da Torre do Relógio à Torre das Cabaças”, *Torre das Cabaças – Núcleo Museológico...*, p. 43.

sineira camarária, estrutura monumental certamente considerada desnecessária pelos vizinhos, dada a pequeníssima área urbana da generalidade das velhas vilas portuguesas, que por isso dispensavam a sua construção, certamente dispendiosa. Por isso, contam-se quase pelos dedos das duas mãos as grandes torres concelhias portuguesas. No entanto, apesar de algumas serem provavelmente muito tardias, são todas muito pitorescas, merecendo referência as torres concelhias de Alfândega da Fé, Penedono, Meda, Pinhel, Tentúgal (Montemor o Velho), Pombal, Semide (Miranda do Corvo), Figueiró dos Vinhos⁴²³, Póvoa e Meadas (Castelo de Vide) [Fig.^a 209], Pavia (Mora), Vila de Frades (Vidigueira) ou Almodôvar [Fig.^a 210].

Torres concelhias arquitetonicamente muito interessantes são também as de Fonte Arcada (Sernancelhe), sobrepujada por um campanário e localizada num outeiro rochoso de onde se domina aquela antiga vila [Fig.^a 211] e a torre da vizinha vila de Aguiar da Beira, localizada em plena praça e quase contígua à fonte de mergulho medieval em cujo eirado se reunia a assembleia dos homens-bons. Outras torres notáveis são a aparentemente quinhentista de Vila Nova de Foz Côa, recente e tristemente embonecada com pseudo-silhares de canto em granito polido [Fig.^a 212], a da Vidigueira⁴²⁴ ou a de Serpa [Fig.^a 213], sobranceira à praça local – certamente uma das mais belas torres de Portugal. Famosa é também a torre concelhia de Monsanto (Idanha a Velha), no topo da qual se colocou, durante o Estado Novo, o famoso troféu – um estilizado galo de prata – ganho por aquela pitoresca vila num concurso tão famoso quanto controverso, empreendido sob os auspícios e ao serviço de uma portuguesidade então em construção ideologicamente acelerada. Todas estas torres, muito difíceis de datar, parecem ser anteriores ao século XVII. Porém, da Época Pós-Pombalina chegou-nos a extraordinária torre de S. João da Pesqueira, a “*turris horologium*” erguida na praça local, fazendo parte do extraordinário complexo concelhio erguido em 1794, já atrás referido.

⁴²³ “Logo no início de quinhentos, a construção (concluída em 1506, segundo inscrição aposta e assinada por dois juízes e dois vereadores coevos) de uma torre municipal na Vila de Figueiró dos Vinhos (...) testemunha simbólica e materialmente a afirmação do poder concelhio; a esta estrutura foi anexado, cinco décadas mais tarde, o Edifício da Cadeia”, Jorge Gaspar (Dir.), *Monografia do Concelho de Figueiró dos Vinhos*, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, Figueiró dos Vinhos, 2004, p. 81.

⁴²⁴ Na Vidigueira sobrevive “a *torre do relógio*, onde bate as horas um sino mandado fundir por Vasco da Gama, com a cruz de Cristo, as armas dos Gamas e a data de 1520”, Raul Proença, “Vidigueira”, in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II*, p. 143.

Em Pombal, mereceu a atenção de Jaime Cortesão “a torre do relógio, com ventana, ameias e coruchéus manuelinos”, Jaime Cortesão, “Pombal”, in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II...*, p. 510.

António Baião, referindo-se a Dornes (hoje no Concelho de Ferreira do Zêzere), informa-nos de que “já neste tempo [primeira metade do século XVI] a velha torre dos Templários servia para ter os sinos pertencentes ao concelho”, António Baião, *A Vila e Concelho de Ferreira do Zêzere...*, p. 51.

A mais famosa de todas as torres concelhias talvez seja, porém, a *Torre das Cabaças* de Santarém, popularizada em azulejos e celebrada em pinturas tardo-românticas bem como pela pujante pena naturalista de Ramalho Ortigão, cuja evocação merece ser citada:

“A Torre das Cabaças (...) data apenas do tempo de D. Manuel. Não tem carácter propriamente arquitectural, é uma simples peça de alvenaria quadrada. Mas o seu estranho remate, em grande elevação, formado pelo sino a descoberto, sustido na convergência superior de quatro varões de ferro, estribados obliquamente nos quatro ângulos da torre, e revestidos de púcaras de barro, da olaria local, destinadas a ampliar a sonoridade do bronze no tanger das horas e dos sinais de rebate, dá-lhe uma feição verdadeiramente especial, inconfundível, indelével. Não será talvez o mais monumental, o mais nobre, o mais rico, mas é decerto o mais sugestivo, o mais anedótico, o mais interessante, o mais carinhoso, o mais familiar, o mais lindo campanário de toda essa tão formosa campina ribatejana, o mais aberto sorriso agrário da terra portuguesa. Tudo envolve de penetrante poesia local essa velha torre. O seu mesmo nome de *relógio das cabaças* ou de *cabaceiro* se alia harmonicamente no ouvido à lembrança das lezírias, das hortas, dos paúis, das courelas e dos olivedos que o circundam, e fazem dele como que uma parte integrante da paisagem, um natural rebento da terra. O aspecto de improvisação e de interinidade dessa sumária ventana do sino, que parece armada em quatro pampilhos, é uma verdadeira obra de arte, que lembra mais comoventemente do que nenhuma outra inventada pelos arquitectos, a origem árabe, a vida nómada, a tradição pastoral da religião em que surgiu (...). A Torre das Cabaças (...) não [se] construiu para que suas excelências [*a vereação de Santarém*] a alveitassem doutoralmente de dentro dos paços do concelho, ou cá fora na praça, de chapés altos, sobrecasacas dominicais e barbas feitas, abordoados nos seus chapéus de sol, e muito mais garantidamente cucurbitáceos que o seu próprio cabaceiro. A Torre das Cabaças fez-se para ser olhada do vasto campo da Golegã ou do campo de Almeirim, vindo do Vale, vindo de Coruche, de Benavente, ou da Barquinha, através dos olivais, das terras de sementeira e das eiras do termo de Santarém, de jaqueta e sapatos de prateleira, montando uma égua de maior, de cabeçada de esparto, almatriza de peles e estribos chapeados. O Cabaceiro de Santarém, com a sua cúpula em trempe, as suas cabaças de barro e o seu sino grande de correr e de governar as horas, fez-se para o largo e ridendo campo ribatejano, fez-se para os campinos, para os vaqueiros, para os almocreves, e talvez se fizesse também para mim, que não vejo em arte razão alguma plausível para que, como motivo ornamental de uma torre, à folha de acanto ou ao chavelho em voluta da arquitectura grega se [não] prefira a nossa linda pucarinha de barro vermelho de Reguengo, da Atalaia ou da Asseiceira”⁴²⁵.

Face à construção de torres sineiras isoladas – função que a seu tempo acumularão com a de torre do relógio da câmara – muito mais comum era a adaptação da torre do concelho numa das torres das muralhas. Exemplos excelentes serão os proporcionados pelas torres sineiras de Freixo de Espada à Cinta [Fig.^a 214], de Montemor o Velho, de Castelo Novo (Fundão), de Arraiolos, de Alcácer do Sal ou de Viana do Alentejo [Fig.^a 215]. Por vezes a torre sineira ou a torre do relógio sobrepunham-se mesmo às torres de menagem dos castelos locais, como no Alandroal ou em Moura. Por vezes, ainda, a torre sineira adaptava-se numa torre das muralhas sobranceira às portas mais importantes das mesmas, como em Caminha, Castelo Rodrigo (Figueira de Castelo Rodrigo), Sabugal, Nisa, Montemor o Novo [Fig.^a 216], Fronteira [Fig.^a 217], Redondo ou Mourão.

⁴²⁵ Ramalho Ortigão, *Arte Portuguesa Tomo I – O culto da Arte em Portugal e Outros Estudos*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943, pp. 73-76.

Para a Torre das Cabaças de Santarém ver *Torre das Cabaças – Núcleo Museológico do Tempo*, Catálogo da exposição documental coordenada por Carlos Amado, Jorge Custódio e Luís Mata e organizada pelo Museu Municipal de Santarém, Câmara Municipal de Santarém, Santarém. 1999.

Sempre que era possível, as câmaras implantavam o respectivo sino em torres erguidas de propósito na própria casa da câmara. O caso mais famoso e mais vistoso é o proporcionado pela muito tardia casa da câmara do Porto, concluída no fim dos Anos 20 do século passado. A torre do Porto – que replica de algum modo a vizinha Torre dos Clérigos, num contexto cultural dominado pelo ecletismo inerente ao *gosto* École des Beaux Arts – está localizada bem no centro da respectiva fachada. O mesmo se passa com as muito mais antigas torres – todas joaninas ou pombalinas – das casas da câmara de Aveiro, de Esgueira (Aveiro) [Fig.^a 218], da Pederneira (Nazaré), da Arruda dos Vinhos [Fig.^a 219], de Sintra (que aparentemente escapou ao Terramoto de 1755), ou de Almada. Por vezes ainda as torres estão colocadas informalmente na fachada, como na Zebreira (Idanha a Nova) ou então nas traseiras do edifício, como em Évoramonte (Estremoz) ou Cano (Sousel). Por vezes as torres localizam-se na extremidade da fachada, como em Proença a Velha, Salvaterra do Extremo (ambas as vilas hoje no Concelho de Idanha a Nova), Pernes (Santarém), Vimieiro (Arraiolos)⁴²⁶, Alvito, Grândola, Cabeço de Vide (Fronteira), Marvão ou Albufeira, ou mesmo num corpo contíguo à mesma, como em Salvaterra do Extremo (Idanha a Nova), Castelo de Vide, Elvas (embora a torre actual remonte apenas à época do Estado Novo) ou mesmo como na torre sineira do Paço de Audiência de Estremoz, em que a torre quinhentista se ergue sobre uma das extremidades do formosíssimo alpendre gótico que dá acesso à sala respectiva, adiante discutida.

8.3.1.1.2 – O campanário do sino da câmara

Nas casas da câmara portuguesas a estrutura mais comum e mais popular para suportar o sino da câmara era o campanário. Normalmente cada casa da câmara detinha apenas um campanário mas registam-se casas da câmara com dois campanários, como em S. Vicente da Beira (Castelo Branco) [Fig.^a 220], Elvas ou Marvão, vila onde os dois sinos,

⁴²⁶ O edifício das “antigas casas da câmara” do concelho do Vimieiro (Arraiolos) “é constituído por duas partes distintas de arquitectura civil: torre, de alvenaria, fortemente revestida de cal branca, de secção quadrangular, e corpo da municipalidade. Aquela, do séc. XVI, é terminada por cúpula piramidal, ladeada, nos acrotérios, por quatro pináculos de igual formato e de base quadrada. Nos olhais existem dois sinos de bronze; o maior, moderno, fundido em Lisboa em 1889, na oficina de Luís Rodrigues e o pequeno, antigo, mas sem marcas, proveniente do demolido campanário da Cadeia Comarcã (...). A *Cadeia*, situada na mesma faceira e hoje em espaço ocupado pela Junta de Freguesia, desapareceu no ano de 1964. De frente sóbria mas antiga, tinha, também, rés-do-chão e piso alto, sendo o beiral sobrepujado por campanário de alvenaria com sino, que foi adaptado (...) no olhal vazio da torre camarária. As correntes de ferro e outros instrumentos dos encarcerados, talvez do séc. XVI, subsistem, dispersos, no imóvel”, Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora...*, Tomo VIII, Vol. I, pp. 51, 52.

apostos na torre do relógio, parece estarem voltados para cada uma das duas fachadas principais do edifício. Sempre muito pitorescos, os campanários localizavam-se por vezes no topo das escadas de acesso ao piso nobre da casa da câmara, à ilharga do edifício. Era o caso do campanário perdido da casa da câmara quinhentista da Póvoa de Varzim⁴²⁷, de Ulme (Chamusca) ou de Rebordãos (Bragança) [Fig.^a 221]. O mais comum era, porém, que o campanário se localizasse na fachada principal da casa da câmara ou, muito menos frequentemente, numa das suas fachadas laterais. Muito excepcionalmente, os campanários localizavam-se nas traseiras, como na casa da câmara de Rabaçal (Penela) [Fig.^a 222], de Tomar, ou de Portalegre [Fig.^a 223], tornando-se, neste último caso, invisível dos moradores do concelho.

Por vezes os campanários tinham uma estrutura muito rudimentar, constituída por dois plintos unidos no topo por uma trave de ferro ou de madeira, como no campanário da casa da câmara de Rebordãos. Aqui, a muito rústica trave de azinho incorpora o próprio cabeçalho onde se fixam as asas do pequeno sino [Fig.^a 224]. Normalmente, porém, os campanários eram muito mais sofisticados, sendo constituídos por dois pequenos corpos verticais, rematados ou não por cornija, mas coroados por uma estrutura arqueada que delimitava superiormente a *ventana* do sino. Os campanários das casas da câmara quase sempre detinham apenas *uma* ventana mas em casos muito raros podiam deter duas, como na casa da câmara pós-pombalina de Cascais.

Em busca da maior amplitude e da maior projecção sonora, procurava-se que os sinos estivessem muito elevados⁴²⁸ pelo que o corpo das ventanas podia estar muito acima do topo da fachada da casa da câmara, como em Cascais ou até no Redondo, em que o campanário se apoia no frontão do corpo central da fachada principal da casa da câmara pombalina, adiante discutida. O mais frequente, porém, eram os campanários assentarem directamente sobre a fachada da casa da câmara, por vezes sobre uma pequena moldura ou cornija, como a da casa da câmara de Melo (Gouveia), única estrutura que sobreviveu do

⁴²⁷ “A Casa da Câmara quinhentista da Póvoa do Varzim “foi substituída por um novo edifício levantado em 1713 pelo mestre pedreiro João Francisco, de Terroso, que pela obra de pedraria e carpintaria levou 428\$000. [...] Recupera o esquema da arcaria térrea composta por cinco arcos, dois dos quais laterais. Entre as duas janelas de peitoril do andar nobre surgiam, salientes, **as armas reais**. Em contraste com o reboco, o granito aparece a desenhar a arcaria, nos cunhais, no rodapé e na cornija «em papo de rola». Adossada pelo exterior à parede lateral norte, a escadaria de pedra, rematada por volumoso modilhão, conduz ao segundo piso, onde se situavam duas salas para as sessões camarárias. **No cimo da escada estava o imprescindível campanário**. Os compartimentos existentes no rés-do-chão destinavam-se às funções de cadeia e açougue público”, Sandra Araújo de Amorim, *Op. Cit.*, p. 258.

⁴²⁸ Note-se que encontrámos campanários extremamente rasantes, embora apenas ao serviço das igrejas vizinhas, como o de Coruche ou o de Ribeira Brava, este muito moderno.

perdido campanário do sino da câmara local, desmontado e apeado em época que ignoramos [Fig.^a 225].

As componentes estruturais dos campanários – pilaretes de apoio, cornija facultativa e arquete cimeiro – podiam ser muito singelas e mesmo modestas, como nos campanários das casas da câmara de Lalim (Lamego) ou de Penalva de Alva (Oliveira do Hospital). Mais frequentemente, porém, os campanários eram arquitectonicamente mais elaborados e mais ou menos garridamente decorados, como nos casos dos campanários das casas da câmara de Goujoim (Armamar), Gostei (Bragança) [Fig.^a 226], Mões (Castro Daire), Rua (Moimenta da Beira). Por vezes os pilaretes de apoio formavam pequenas pilastras que podiam ser delimitadas por volutas muito elegantes, como em Avô (Oliveira do Hospital [Fig.^a 227]. Por vezes ainda, os campanários podiam ser extremamente eruditos, como o da casas da câmara quinhentista de Amarante [Fig.^a 228] ou o da casa da câmara pombalina do Redondo [Fig.^a 229], atribuída a Carlos Mardel, pois ambos replicam, na sua pequena escala, o modelo de típicos arcos de triunfo.

Uma última observação deve ser aduzida: os campanários das casas da câmara – quantas vezes vizinhos ou mesmo sobranceiros aos campanários ou às torres sineiras das igrejas ou capelas vizinhas – eram, tal como a casa da câmara em que se integravam, estruturas essencial e mesmo irredutivelmente laicas, pelo que na sua esmagadoura maioria não detinham cruces no seu remate cimeiro. No entanto, realizadas em pedra ou em ferro forjado, elas registam-se nalguns casos, absolutamente excepcionais, como em Gostei (Bragança), Mões (Castro Daire) [Fig.^a 230] ou Redondo.

8.3.2 – O brasão do reino e o brasão do concelho

O brasão do reino ou, muito mais raramente, o brasão do concelho, proporcionavam a última componente, ainda que simbólica, das velhas casas da câmara. Com efeito, a casa do concelho, que era essencialmente uma casa como as outras, era *também*, enquanto casa do concelho, uma casa diferente das outras, pois quase sempre ostentava um ou, mais raramente, dois brasões nobilitadores na sua fachada. Porém, este brasão ou estes brasões não pertenciam às famílias gradadas da terra ou da região, nem sequer às grandes famílias do Reino, que poderíamos encontrar, porém, nas casas da câmara de *coutos* e *honras* ou

concelhos com estatuto muito particular⁴²⁹. Assim, em 1839, face à “**existência das Armas da Casa de Pombeiro nos Paços d’esse Concelho** [de Belas (Sintra)]” a Administração Geral do recém-criado Distrito de Lisboa, faz

“saber à mesma Câmara que **deve imediatamente fazer demolir as ditas Armas, porque não pode adoptar as Armas da Casa de um particular nem também as da Nação, mas sim usar umas próprias**, para o que deverá munir-se de um modelo e requerer com ele a Sua Majestade pela Secretaria d’Estado dos Negócios do Reino a necessária licença para usar das Armas constantes do mesmo modelo”⁴³⁰.

Tendo esta ordem sido imediatamente contestada pelo Marquês de Belas, a mesma foi revogada:

“Havendo o Conde de Pombeiro mostrado com documentos n’esta Administração Geral que **a Casa em que a Câmara Municipal d’essa Vila faz as suas sessões pertence aos vínculos em que ele sucedeu por falecimento de seu Pai o Marquês de Belas, e que os seus antepassados apenas a emprestaram para aquele fim**, ordena por isso Sua Excelência o Senhor Administrador Geral que Vossa Senhoria, como Presidente da Câmara, passe desde já as suas **ordens para que as Armas da sobredita Casa não sejam demolidas enquanto a Câmara não mostrar seu direito de propriedade sobre a mesma**, ficando por esta forma declaradas e revogadas as Ordens que sobre o assunto lhe foram expedidas”⁴³¹.

De facto, nas fachadas das casas da câmara dos concelhos portugueses colocava-se *exclusivamente* o brasão do próprio reino ou, mais raramente, o brasão do reino e o brasão do concelho⁴³². Desta prática de nobilitar a casa da câmara com o brasão temos um

⁴²⁹ Assim, na Chamusca, tutelada por Rui Gomes da Silva e seus descendentes, “o edifício da farmácia Joaquim Maria Cabeça onde estiveram instalados os Paços do Concelho, a cadeia e o tribunal (...) tinha na parede do lado poente **uma pedra de armas com o leão rampante dos Silvas**”, João José Samouco da Fonseca, *História da Chamusca I – das Origens a 1643*, Câmara Municipal da Chamusca, Chamusca, 2001, p. 79. Ainda em relação à Chamusca, o mesmo autor informa-nos que “o brasão que agora existe no edifício da Câmara Municipal encimava a fachada do lado Norte dos antigos Paços do Concelho. A coroa foi-lhe retirada aquando da implantação da República [...]. **Representa as armas partidas de Portugal e Espanha, adoptadas pela rainha D. Mariana Vitória, mulher de D. José I**”, Id., *Ibidem*, p. 114; sublinhados nossos.

No Norte, em Unhão (Felgueiras), tutelada pelos Condes do mesmo nome, na “caza da camara e audiência (...) junto da porta, da parte de fora, está **hum escudo de pedra, com as armas dos Sylvas, no primeiro quartel e seo contrario; e no segundo, as dos Castros; e no terceiro, as dos Silveiras; e por cima, huma coroa de conde**; ahi perto está o pelourinho; e no alto, hum escudo dos Telles e Sylvas, esquartelado, com sua coroa de conde”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. II, p. 198.

⁴³⁰ Cópia do Ofício (de 16-12-1839) do Secretário Geral interino da Repartição Central da Administração Geral do Distrito de Lisboa à Câmara de Belas comunicando a ordem para a demolição das armas dos marqueses de Belas patentes na fachada da respectiva casa da câmara, Lisboa, 23-12-1839, in IAN-TT; *Ministério do Reino – Ofícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais*; Maio 2022. Este documento surge acompanhado por outros, igualmente interessantes, sobre o mesmo assunto (Apêndice Documental; Doc. N.º 31).

⁴³¹ *Ibidem*.

⁴³² Deve notar-se que, até às reformas da heráldica concelhia dos inícios do Estado Novo, poucos concelhos detinham brasão privativo. O mesmo se não passava, porém, com os grandes concelhos do Reino. Assim, em Évora, “numa escada que se abre na parede S. da Sé, sobre a varanda do claustro, existe **o mais antigo brasão de Évora (séc. XIII): Giraldo sem pavor, de largo gibão, montado num cavalo a galope e empunhando a espada com duas cabeças no campo do escudo**”, Reinaldo dos Santos in “Évora – Sé” – “História da Arte” in Raúl Proença (Coord.), *Guia de Portugal – Vol. II...*, p. 60.

Por sua vez, na casa da câmara de Torres Vedras “umas antigas armas reais que existiam na frontaria, foram substituídas pelas armas da vila que ali se vêm por baixo das janelas do segundo andar”, Júlio Vieira, *Torres Vedras...*, p. 101.

testemunho muito claro proporcionado pela audiência da histórica vila de Basto. Com efeito, o Corregedor da Comarca de Guimarães conta-nos que

“nesta casa da Camara se puserão sobre a porta da audiencia as armas reaes, muito bem feitas e dentro todos os apartamentos necessarios para semelhante Casa; e sobre esta se anda preparando o mais de que ainda necessita; e já o anno de 1722, em os 31 de Agosto, se fêz a primeira audiencia na dita Casa; e no de 1723, em huma quarta feira, pellas des horas da manhan, 3 de Novembro, fizemos a primeira audiencia da Correição na dita casa da Camara”⁴³³.

Com o brasão do reino ou, mais raramente, também com o do concelho, a Câmara local nobilitava não só a sua casa da câmara como outros edifícios, estruturas e equipamentos fixos concelhios, açougues, pontes, fontes ou pelourinhos, bem como parte do equipamento móvel do concelho, como adiante veremos.

Um exemplo de brasão concelhio é proporcionado pelo do Concelho da Lourinhã, que dispunha de brasão muito antigo. Chegou-nos uma recensão e a descrição das armas daquela vila numa relação de 1782:

“Armas da vila – **Há duas pedras** em que estão esculpidas: **uma muito antiga que que está por cima da Fonte do Povo** e que mostra ser obra de mouros ou pouco depois feita, Contém esta pedra, no meio, uma árvore, que parece ser pinheiro, muito mal feita; ao lado direito da árvore e esquerda de quem olha para ela, tem a lua em quarto minguante com uma cara saída para fora entre as duas pontas e do outro lado três flores de lis, duas de ilharga e uma de cima.

A outra pedra que está na parede das Casas do Concelho, que hoje estão completamente arruinadas, também é antiga, mas não nos parece tanto como a outra; a árvore tem semelhanças e feito do acipreste e por baixo se descobre de mais a mais um escudete com um castelo, ainda que por outra parte o não parece muito, por ter um bocado fora com o tempo [sic], e nas ilhargas como umas borlas caídas”⁴³⁴.

⁴³³ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, pp. 328-329.

⁴³⁴ Ver «Cópia do Arquivo do Convento da Lourinhã», relativo a 1782, publicado por Rui Marques Cipriano, *Vamos Falar da Lourinhã*, Câmara Municipal da Lourinhã, Lourinhã, 2001, p. 56. Este autor considera que “a pedra que estaria na Fonte do Povo podemos identificá-la, pela sua descrição, com a que se encontra presentemente por cima da porta do edifício dos actuais Paços do Concelho. Este é um edifício setecentista, de estilo pombalino, que poderia estar em construção na data daquele documento. Da pedra que estaria na Casa da Câmara não há notícia, ignorando-se até o local onde aquela se ergueria”, Rui Marques Cipriano, *Vamos Falar da Lourinhã*, Câmara Municipal da Lourinhã, Lourinhã, 2001, p. 56.

De entre as muitas outras descrições de brasões concelhios, refiram-se ainda o do Concelho de Abrantes: “As armas de Abrantes compõem-se de *quatro Flores de Lis em campo azul, quatro Corvos, uma Estrela no centro e um Pelicano por timbre*.”

As flores-de-lis tomou-as ou deu-lhas o seu 1.º alcaide-mor, D. Pedro Afonso, filho bastardo de D. Afonso Henriques. Os corvos, inseparáveis companheiros do ínclito mártir S. Vicente, atestam ser este santo o patrão ou o orago da vila. A estrela simboliza a Virgem Maria, como memorando a fundação da igreja de Sr.ª Maria do Castelo sobre as ruínas da mesquita dos mouros; querem, porém, alguns autores que signifique simplesmente o ter sido habitada esta vila por eles. O pelicano, símbolo do amor e da caridade, era o timbre de que sempre usou o seu 1.º alcaide-mor, homem caridoso por excelência”, Manuel António Morato e João Valentim da Fonseca Mota, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes...*, p. 11.

Por sua vez, as armas da antiga villa de Ourém constam de “um castello de duas torres, as cinco quinas em cruz, por cima uma aguia de azas estendidas, ao lado esquerdo a meia lua, e ao direito uma estrella”, José das Neves Gomes Eliseu, *Esboço Histórico...*, p. 61.

Quanto ao brasão ou armas do Concelho de Benavente, posteriores a 1404 e anteriores a 1436, constam do sinete ou selo “de que ainda usa a Câmara Municipal de Benavente: é gravura que parece do século XVI, e não é conhecido outro mais antigo padrão das armas benaventinas”, Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente...*, p. 23. Uma reprodução do brasão do Concelho de Benavente consta in Id., *Ibidem*. Quanto à descrição, sigamos também Álvaro Rodrigues d’Azevedo: “o brasão de armas de Benavente consta de um estandarte vermelho, quadrado e franjado, sem dúvida o estandarte real; por baixo deste, a cruz da ordem de

Brasões do reino *emparelhando* lado a lado com os do concelho notam-se em casas da câmara tão importantes como a da Guarda [Fig.^a 231], anterior a 1578 ou na de Abrantes, datável da Época Filipina⁴³⁵. Brasões do reino sobrepondo-se aos do concelho registam-se nas casas da câmara de Vouzela [Fig.^a 232] e de Celorico da Beira [Fig.^a 233], ambas da Época Barroca, provavelmente datáveis do reinado de D. João V, ou na de Palmela, com o brasão do concelho sobrepujado pelo brasão real, provavelmente já de D. Maria I. Com efeito, os brasões são excelentes indicadores da época da construção das casas da câmara a que pertencem. No caso da Guarda, o brasão do reino ainda ostenta a coroa aberta, o que mostra ser, para todos os efeitos, anterior ao reinado do Cardeal-Rei D. Henrique que, tanto quanto sabemos, usou sempre da coroa fechada a coroar o respectivo brasão real. Datável do reinado de D. Sebastião era também a casa da câmara de Amarante, pois o respectivo brasão real, também de coroa aberta, apresenta uma variante muito rara, devida à inscrição de duas setas [Fig.^a 234], que e, 1726 mereceram a atenção do consciencioso Corregedor Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, que dele nos deixou um desenho⁴³⁶, [Fig.^a 235], bem pouco rigoroso, aliás.

Muito mais antiga, a casa da câmara de Melo (Gouveia) ostenta, tal como a de Silves, um brasão real anterior à reforma de 1485, empreendida por D. João II⁴³⁷, dada a posição das suas quinas laterais [Fig.^a 236]. Muitas casas da câmara ostentam brasões tipicamente manuelinos ou pós-manuelinos, como as de Vila do Conde [Fig.^a 237], Marialva (Meda), Castelo Novo (Fundão), S. Vicente da Beira (Castelo Branco) [Fig.^a 238] ou Penamacor. As casas da câmara de Melgaço (1687) [Fig.^a 239] e de Alpedrinha (Fundão; datada de 1680) apresentam brasões tipicamente pós-filipinos⁴³⁸, tal como Ourém, que

Avis e ao lado de cada um dos braços da cruz, uma trave ou peia de ferro. E, conseqüentemente, estamos em que este brasão significa que Benavente é vila da Ordem de Avis e sob a especial protecção régia”, Id., *Ibidem*, p. 24.

⁴³⁵ Também a casa da câmara do Couto de Refóios de Basto (S. Miguel de Refóios, hoje Cabeceiras de Basto) ainda hoje mantém, numa localização semelhante à de Abrantes, o brasão real numa das pilastras que delimitam a sua fachada principal e o brasão da Ordem Beneditina, na pilastra oposta.

⁴³⁶ Desenho do brasão da casa da câmara de Amarante in Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, Edições Carvalhos de Basto, Ponte de Lima, 1992, Vol. I, p. 256.

⁴³⁷ García de Resende, *Crónica de D. João II e Miscellanea*, Reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798, INCM, Lisboa, 1991, Capítulo LVII.

⁴³⁸ Datável da Época Filipina, na Covilhã a mais moderna pedra de armas, “que se vê na fachada da Câmara Municipal, mandada construir por Filipe II, tem a seguinte descrição: escudo encimado por coroa ducal, na parte superior e no centro as armas reais; à esquerda a esfera armilar com meridianos, equador, paralelos e eclíptica; à direita a Cruz de Cristo, pendendo-lhe da aspa vertical quatro fitas; por baixo das armas reais uma estrela; duas silvas saem da parte inferior do escudo envolvendo dum e doutro lado todos os emblemas, pendendo uma carranca humana”, in “Covilhã”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, transcrito por José Ferreira Folgado, *Medalhas do Concelho da Covilhã – Aspectos Medalhísticos e Monográficos – 1861-*

ostenta um brasão aparentemente datável da época de D. João IV ou posterior [Fig.^a 240]. O brasão de D. João V entrevê-se, por exemplo, nas casas da câmara de Carrazeda de Ansiães, de Aguiar de Sousa (hoje Paredes; mutilado, com a coroa picada e removida na Época Republicana), de Sobrosa (Paredes), de Aguiar da Beira ou de Pinhel [Fig.^a 241]. As casas da câmara construídas ou reconstruídas na época Pombalina ostentam o brasão real de D. José, como em Porto Santo [Fig.^a 242] e as da geração seguinte apresentam o brasão de D. Maria, como em Mondim de Baixo, Póvoa de Varzim, Soutelo do Douro (S. João da Pesqueira), Alverca da Beira (Pinhel) [Fig.^a 243] ou no Alandroal.

A última geração de casas da câmara contempladas neste estudo pertence ao reinado de D. João VI e ao efêmero *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*, criado em 1814 e extinto em 1825, com o reconhecimento da independência do Brasil. As armas do seu típico brasão, tal como tinham sido definidas na Carta de Lei de 8 de Julho de 1817, incorporavam “em hum só Escudo Real as Armas de Portugal, Brasil, e Algarves, para symbolo da União, e identidade dos referidos tres Reinos”⁴³⁹. No respectivo brasão as quinas tradicionais representavam os Reinos de Portugal e dos Algarves e a esfera armilar circundante representava o recém-criado Reino do Brasil. Este brasão, tão patente em bandeiras e demais equipamento móvel concelhio, como veremos, exhibe-se também em casas da câmara como as de Valença do Douro (Tabuaço) [Fig.^a 244], Fornos de Algodres [Fig.^a 245], Cascais (hoje mutilado, pois lhe foi removida a coroa real na Época Republicana) [Fig.^a 246] ou Pavia (Mora) [Fig.^a 247]⁴⁴⁰.

Podemos dizer que o brasão da casa da câmara se localizava sempre na parte superior da fachada. Normalmente localizava-se no topo e mais ou menos no seu centro. Por vezes localizava-se mesmo no frontão triangular ou semicircular que coroava a secção central da respectiva fachada, como em Celorico da Beira, Palmela ou Campo Maior. Por vezes, porém, podia localizar-se na esquina entre a fachada principal e uma fachada secundária, como acontecia na velha casa da câmara de Melo (Gouveia) [Fig.^a 248], na da Azurara (Vila do Conde), ou na do Alandroal.

1990, Ed. do Autor, Covilhã, 1991, p. 159. Para o brasão da Covilhã na antiga Casa da Câmara ver Arthur de Moura Quintella, *Subsídios para a Monographia da Covilhã*, 1899 in José Ferreira Folgado, *Ibidem*, p. 533.

⁴³⁹ Carta de Lei de 8 de Julho de 1817, IAN-TT, *Desembargo do Paço*, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, Maço 1422.

⁴⁴⁰ A Câmara do Rio de Janeiro em 1817 não sabendo que brasão colocar na fachada da sua nova casa da câmara, consultou o Ministério do Reino naquele ano, obtendo a resposta de “que **na fachada do seu edifício ‘se coloquem somente as armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves’**”, Do mesmo modo, o estandarte do Rio de Janeiro em 1817 “tinha de um lado as armas reais e de outro a effigie de São Sebastião, sendo o topo da hâstea constituído de uma esfera com três setas”, Adolfo Morales de los Rios Filho, *O Rio de Janeiro Imperial* [1946], Topbooks Editora, 2.^a Edição, Rio de Janeiro, 2000, pp. 197, 198.

O brasão com o escudo real era o símbolo do Reino, mas também da sua incorruptibilidade e da sua perenidade. Colocado na fachada da casa da câmara e pintado ou esculpido no tecto da câmara das vereações, como veremos, torna-se num elemento estruturante da respectiva fachada⁴⁴¹. O brasão real passava a simbolizar não só a pertença e a fidelidade do concelho face ao reino e ao rei reinante, mas também a simbolizar o próprio concelho, a sua identidade e a sua integridade. Por isso, era normalmente realizado em materiais nobres e duros, usando-se quase sempre a pedra da região, granito, calcário ou mármore.

Por vezes, em regiões desprovidas de pedreiras, ou de pedreiras de qualidade, a pedra do brasão era trazida de longe. Assim, encontram-se brasões de calcário ou de granito em terras de barro e brasões de calcário macio ou até de mármore em terras de granito, num procedimento que repetia em tudo o que se passava com os brasões eclesiásticos e senhoriais. Porém, face a brasões esculpidos integral ou parcialmente em pedra, encontramos brasões em estuque, como o da casa da almotaçaria de Montemor o Novo, mutilado na Época Republicana, quando lhe foi picada a coroa [Fig.^a 249], já atrás referido. Um brasão em estuque encontra-se também, hoje muito arruinado e mutilado, na fachada da igualmente arruinada cadeia concelhia da Juromenha (Alandroal) [Fig.^a 250] e um outro, bem conservado mas pintado com cores de fantasia, mantém-se na fachada da casa da câmara de Canha (Montijo) [Fig.^a 251].

Também muito raros, encontrámos brasões realizados na velha técnica do *esgrafito*⁴⁴², como na casa da câmara de Garvão (Ourique) [Fig.^a 252], a que também foi

⁴⁴¹ A presença dos brasões reais nas casas da câmara portuguesas contratava com o que se passava nos “hôtels de ville” franceses, onde a efígie ou o retrato, mesmo equestre e em escala monumental, marcava uma presença intensiva quer no interior quer nas próprias fachadas, quer nas praças fronteiras, refeitas e redesenhadas em pleno apogeu do Absolutismo. Com efeito, em França, “a forma mais comum de homenagem [ao rei] é a representação da efígie real, bem localizada, sobre a fachada do ‘hôtel de ville’: Henrique IV em Paris, Luís XIII em Reims, Luís XIV em Lyon, Luís XV em Toulouse. Todavia, a estátua real ainda exige mais: Colbert, pela acção dos ‘intendants’, convida as cidades a abrirem no seu seio uma praça real, isto é, uma praça destinada a receber a estátua do monarca. Os projectos de praça real estão intimamente ligados às reconstruções dos ‘hôtels de ville’ a partir dos anos de 1680” Jean-Marie Pérouse de Montclos, *Hôtels de Ville de France...*, p. 57.

Louis Réau, no seu comovente inventário dos “monumentos destruídos da arte francesa” diz-nos que uma estátua pedestre de Luís XIV (1687) ornava o nicho central da fachada do novo hôtel de ville de Troyes, destruída em 1793 (Louis Réau, *Histoire du Vandalisme...*, p. 311) e que “um aluno de Puget, Marc Chabry, tinha decorado o frontão do hôtel de ville de Lyon com um baixo-relevo representando Luís XIV a cavalo. Foi substituído na Revolução por um grupo em gesso celebrando a Liberdade e a Igualdade, que deu lugar, sob a Restauração, em 1820, a Henrique IV”, Id., *Ibidem*. O mesmo autor refere que “em Reims, a estátua equestre, obra de Nicolas Jacques (1636), que decorava o frontão do hôtel de ville, foi igualmente destruída em 1792”, Id., *Ibidem*, p. 302.

⁴⁴² “Os esgrafitos obtinham-se colocando sobre a superfície caiada uma folha de metal com um ornato em aberto, e raspando em seguida a cal por meio de um garfo de ferro. A cor cinzenta do barro ficava assim a descoberto, constituindo o fundo do desenho. Este também se obtinha cinzento sobre fundo branco,

removida a coroa real. Realizados em materiais brandos e de fácil modelação, os brasões em estuque ou em esgrafito parece terem sido sempre rodeados de ornatos de gosto ora mais erudito, ora mais popular e podem ter sido usados em muitas zonas do país e não apenas nas regiões de cal abundante⁴⁴³.

A relativa fragilidade de algumas técnicas e materiais acabados de referir podem ter provocado a perda de brasões de algumas casas da câmara. Com efeito, brasões simplesmente pintados ou realizados em materiais particularmente frágeis podem ter sido removidos ou apagados sob camadas de cal, nomeadamente quando as velhas casas da câmara, com as extinções dos respectivos concelhos, perderam as suas funções históricas, ganharam novas funções ou foram simplesmente vendidas ou até demolidas. Com efeito, facilmente encontramos velhos brasões muitas vezes manuelinos, apeados, como em Armamar, ou reutilizados, nomeadamente no topo da coluna do pelourinho, como em Longroiva (Meda). Pensamos que alguns destes velhos brasões pertenceram às casas da câmara locais, entretanto vendidas e até demolidas. Outros foram reutilizados nas novas casas da câmara que vieram a substituir as antigas, como o antigo, provavelmente manuelino, de Vila Nova de Foz Côa, recolocado na fachada posterior dos monumentais Paços do Concelho desta vila beirã [Fig.^a 253], construídos na Época Liberal.

Realizados na pedra da região ou em pedras nobres buscadas em regiões mais ou menos distantes, os brasões mais comuns são, como dissemos, aqueles em que todos os elementos heráldicos, nomeadamente as quinas e os castelos são esculpidos totalmente. Um caso nos chegou, porém, em que o brasão com as armas de Portugal não chegou a ser esculpido. Trata-se do que coroar a fachada principal da monumental casa da câmara barroca de Braga, devida a André Soares⁴⁴⁴, que *foi de certeza projectado* e que ficou “apontado” e afeiçoado *in situ*, para ser concluído, ou melhor, para ser realizado

arrancando-se na folha de metal a recortar, em vez do fundo, o ornato”, J. Barreira, citado por Reinaldo dos Santos in “Évora – História da Arte” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II...*, p. 44, Nota. Reinaldo dos Santos acrescenta ainda que “o *esgrafito*, cinta em friso, sob as cornijas de algumas das casas eborenses, deixou uma tradição ainda hoje [1927] imitada”.

Em Alvalade do Sado, a bela “Casa dos Juízes” local, na Rua de S. Pedro, datável do século XVII-XVIII, “até meados do século passado tinha um brasão em estuque, na frontaria, com simbologia da região e encimado pela coroa real, que ainda pode ser observado em fotografias da época”, Luís Pedro Ramos, (<http://www.alvalade.info/juizes.html>).

⁴⁴³ Com efeito, encontrámos um belíssimo painel setecentista de tema religioso realizado em estuque, na vila de Sortelha (Sabugal). Trata-se de um *registro* muito grande e aparatoso, embora hoje ameaçado de destruição devido à perda dos rebocos da superfície circundante. Do mesmo modo, embora muito tardios, encontrámos excelentes ornatos em esgrafito na região de Viseu, por exemplo a sublinhar o topo da fachada de uma casa em Cabanas de Viriato e a fazer a cercadura de um brasão senhorial em Oliveira do Conde (ambas as localidades no Concelho de Carregal do Sal).

⁴⁴⁴ Para a análise desta fachada ver Robert C. Smith, *A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)* Separata da Revista *BRACARA AUGUSTA*, Vol. XXII – Fasc. 51-54 (63-66).

materialmente quando houvesse oportunidade e recursos financeiros para isso. Por motivos que ignoramos, este brasão real monumental nunca foi esculpido, o que justifica o muito insólito e, para todos os efeitos, muito “errado” motivo que coroa o corpo central da fachada principal da Casa da Câmara de Braga que é, para todos os efeitos, um “campo” visual “cego” e liso [Fig.^a 254], espaço em branco pronto a ser esculpido de acordo com um programa decorativo e sobretudo iconográfico mais que previsível – programa esse com que há que contar para ler na sua integralidade compositiva e tipológica a fachada da casa da Câmara de Braga, pois ele daria a essa fachada o seu elemento mais emblemático e visualmente mais cimeiro, mais destacado e certamente mais virtuosisticamente ornamentado.

Por vezes os brasões eram apenas parcialmente esculpidos: nestes casos, a banda exterior e o escudo central seriam pintados e sobre eles se aplicariam, também pintados, os castelos e as quinas ou até, no sítio adequado, as coroas reais. Com efeito, os brasões com as armas picadas, que a tradições locais atribuem aos castelhanos, aos espanhóis ou mesmo aos franceses⁴⁴⁵, são muitas vezes o resultado do apagamento das pinturas originais, por vezes muito antigas, dos brasões. Um bom exemplo de um brasão “cego” é proporcionado pelo da casa da câmara de Azurara, já atrás referido em que se pintariam, após a competente preparação de base, as quinas e os castelos nos respectivos campos, aqui tratados em dois planos distintos [Fig.^a 255]. Uma prova do que acabámos de dizer é proporcionada pelo brasão pintado da casa da câmara Pós-Pombalina de S. João da Pesqueira. Este brasão, cuja pintura se conserva, surge rodeado de ornatos rocaillle esculpidos e sobrepujado pela coroa real, também esculpida (aqui bem desproporcionada, por sinal) e apresenta dois campos bem distintos, separados por um filete relevado onde se pintaram, no central as quinas de Portugal e, na cercadura à sua volta, os castelos heráldicos competentes [Fig.^a 256].

⁴⁴⁵ Assim, numa *Representação* não datada – mas dos fins de 1819 ou posterior a esta data – de Manuel António Lopes, natural da vila de Paredes da Beira (hoje no concelho de S. João da Pesqueira; outrora na comarca de Trancoso), proprietário dos ofícios de Escrivão da Câmara, Órfãos, Público, Sizas e Almotaçaria da mesma vila, aquele cidadão expõe que no tempo da Invasão Francesa o juiz ordinário lhe entregou “hum a ordem Superior do Governo Intruso, a fim de se picarem, e arrazarem as Armas Portuguezas, o não consentio, nem executou, antes fez tocar os Sinos para o levantamento contra os Invazores”, IAN-TT – *Ministério do Reino* – Ministério do Rio de Janeiro [Correspondência de Cariz Municipal relativa aos Açores (sic)] – Maço 256 – Caixa 340.

Anexo àquela *Representação*, consta o *Termo de Assentada* mandado fazer pelo Juiz ordinário de Sendim (Tabuaço) a pedido do suplicante Manuel António Lopes, a 21.12-1819, onde consta que naquela vila de Sendim: **“no tempo de Junó, General de Napoleão, [este] mandou picar as Armas de Sua Magestade Fidelíssima, deste Reino; o Supplicante oppôz-se e não deixou picar as dittas Armas no Pelourinho da dita Villa de Paredes; por este motivo correu o risco de pena capital.**= Justificará, por que também então o supplicante commoveo aquella Villa a sublevação que fez contra o dito Governo de Napoleão, quando o mesmo supplicante foi tocar os Sinos da dita Villa, proclamou, pelas ruas publicas que todo o Povo se sublevasse contra aquelles tiranos Invazores”.

Também o brasão do lintel da audiência da casa da câmara de Elvas, parcialmente esculpido, mantém a sua pintura original **[Fig.^a 257]**.

Para lá destes brasões “lisos”, pensamos que também os brasões completamente esculpidos seriam pintados. Com efeito, face ao aparelho da parede, o brasão teria que sobressair, nomeadamente pelo contraste com a cor do reboco caiado circundante. Assim, um brasão manuelino como o de Penamacor, sobressaía necessariamente sobre o branco da caiação – há muito perdida – da fachada principal da casa da câmara [ver atrás **Fig.^a 134**]. Porém, esse contraste era ainda reforçado pela pintura do brasão esculpido com as devidas cores heráldicas, que davam ao brasão uma inegável presença visual e um efectivo reforço do seu valor simbólico.

PARTE III

A ARQUITECTURA DAS CASAS DA CÂMARA PORTUGUESAS

9 - A *planta* das casas da câmara portuguesas

A discussão da planta global das velhas casas da câmara portuguesas e em particular a das plantas dos seus diversos pisos constitui também um elemento essencial para a definição da respectiva tipologia. Com efeito, esta passa não só pela distribuição das importantes funções abrigadas naquelas casas pelos seus diferentes pisos, como pela sua localização concreta em cada um deles – localização e distribuição que constituem elemento essenciais para percebermos a organização espacial daquelas casas. Com efeito, esta é captável nas suas diversas plantas, com particular incidência na sua planta térrea e na planta do andar nobre. Assim, consideradas a sua *localização* e as suas *componentes funcionais, essenciais e facultativas* e uma vez recenseados elementos tão estruturantes para a tipologia-base da casa da câmara portuguesa como a sua efectiva *implantação na malha urbana e no espaço físico* locais, cumpre tentar conhecer a *estrutura da planta global* das casas da câmara, assim como a *composição da planta* de cada um dos pisos dos respectivos edifícios.

9.1 – A Planta global

A casa da câmara de Bragança, assinalável por todos os motivos, como temos visto, assinala-se também pela forma global da sua planta, vagamente pentagonal [Fig.^a 258]. Com efeito, apesar de todos os seus cinco lados serem rectilíneos, todos eles apresentam dimensões diferentes, dando à planta global do histórico edifício uma forma pentagonal pronunciadamente oblonga. Porém, esta forma tão irregular de planta global de uma casa da câmara não terá seguimento. Como casa urbana que é – e independentemente da sua implantação na malha urbana circundante, mais ou menos “orgânica” ou “formalista”, a generalidade das casas da câmara portuguesas inscreve-se numa planta mais ou menos rectangular e tendencialmente regular. Plantas rectangulares regulares, que se recenseiam já em casas da câmara quinhentistas, tornar-se-ão, com o tempo, numa norma quase invariável,

podendo dizer-se que a generalidade das plantas das casas da câmara datáveis dos séculos XVIII e dos primeiros anos do século XIX assumem essa forma¹.

Este apelo, ou melhor, este recurso a uma forma geométrica mais ou menos regular vinha de longe, embora algumas das mais belas casas da câmara de origem quinhentista ainda se inscrevam numa planta-base algo irregular: era o caso das casas da câmara de provável origem manuelina de Caminha, Castelo Novo, Sortelha, Marvão ou Alvito. A esta lista parece deverem acrescentar-se as velhas casas da câmara de Santarém, de Elvas ou de Évora, todas elas de planta relativamente informal. Com efeito, todas estas casas se inscrevem em quadriláteros mais ou menos irregulares a que, porém, as fachadas principais davam, com o seu alinhamento urbano rectilíneo, um irrecusável cunho de *regularidade* – condição inerente à nobilitação própria da casa do concelho e à fachada urbana que ela proporciona à rua ou à praça da cidade ou vila em que se localiza.

Mas vinham de longe casas da câmara inscritas em quadriláteros estritamente regulares. Sinal de urbanidade e de ordem, poderemos dizer que, à excepção da de Bragança, as mais antigas casas da câmara portuguesas sobreviventes se inscrevem já em rectângulos regulares: é o caso das casas da câmara de Barcelos, de Viana, de Guimarães e de Vila Flor. Longe destes centros (e da variante tipológica que os respectivos alpendres dão a estas casas), encontramos casos de implantação muito regular nas casas da câmara quinhentistas de Castelo Branco, de Ribeira de Pena (hoje muito transformada) ou mesmo de Vila Pouca de Aguiar. Merece referência esta casa da câmara, que de há muito se compõe de dois corpos rigorosamente regulares mas descontínuos [Fig.^a 259], sendo a sua planta global constituída por dois rectângulos desiguais só parcialmente justapostos. Ainda do século XVI merecem reparo outros exemplos notáveis de casas da câmara assentes em plantas estritamente rectangulares, a começar pela de Setúbal, passando pela de Tomar e também pelas importantes casas da câmara da Guarda [Fig.^a 260], de Monção (hoje perdida) ou de Amarante.

As comodidades e o prestígio estético proporcionado por uma planta regular era muito intenso, pelo que deixaria intensos rastros nas casas da câmara construídas nos séculos seguintes em todas as regiões do Reino. Assim, apresentam também plantas muito regulares

¹ Deve notar-se, porém, que uma relativa irregularidade das plantas globais sobreviverá ainda em algumas casas da câmara pós-pombalinas. Assim, plantas algo irregulares ainda se assinalam em exemplos tão tardios como os das casas da câmara de Alverca da Beira (Pinhel, datável de c. de 1800) ou de Cascais (datada de 1821).

casas da câmara tão diferentes como as de Miranda do Douro, Alpedrinha, Belmonte, Ourém, Portalegre [Fig.^a 261], ou Castelo de Vide, todas elas datáveis de momentos muito diferentes do século XVII. As casas da câmara construídas no século XVIII, quer no contexto joanino, quer no pombalino ou no pós-pombalino, mantêm a tradição do recurso a uma planta global estritamente regular. Assim – e apenas para referirmos casos notáveis – esta regularidade nota-se nas casas joaninas de Celorico de Basto, de Baltar e de Sobrosa (estas duas localidades ambas hoje no Concelho de Paredes), de Carrazeda de Ansiães, de Murça ou, às portas de Lisboa, na de Arruda dos Vinhos. Enfim, a planta regular triunfará nas épocas pombalina e pós-pombalina, dela sendo excelentes exemplos as casas da câmara de Penafiel, Ponte da Barca, Alijó ou Cabeceiras de Basto, mas também as de Esposende, Póvoa de Varzim [Fig.^a 262], Aveiro, Esgueira (hoje no Concelho de Aveiro) ou Macieira de Cambra (Vale de Cambra, esta já de cerca de 1820). Remontando sempre à Época Pombalina ou Pós-Pombalina, o recurso a uma planta rectangular regular assinala-se, no centro do território, nos casos de Pombal ou no da Pederneira (Nazaré) e também nas casas da câmara alentejanas de Grândola, Vila Viçosa, Alandroal, Redondo ou Borba, todas elas pombalinas.

Enfim, dotada de planta regular e simétrica, embora não rectangular, merece referência a casa da câmara pós-pombalina de Almada, inscrita numa forma vagamente trapezoidal que decorre da forma global do extremo do quarteirão urbano onde se localiza, resultante da convergência das duas ruas que a ladeiam e que confluem na pequenina praça para onde dá a fachada principal do notável edifício.

Em suma, podemos considerar que as velhas casas da câmara portuguesas sempre se inscreveram numa forma rectangular mais ou menos regular. Esta forma, sempre muito compacta, não deixava lugar a plantas “recortadas”, com convexidades ou concavidades, com corpos avançados ou recuados², ao contrário do que se verifica por vezes nos monumentais (e também por vezes algo pretensiosos) “Paços do Concelho” construídos desde meados do Século XIX até quase meados do Século XX. Enfim, aquela forma muito compacta também não dava lugar a espaços vazios no seu seio, pelo que, contrariamente ao que se encontra por

² Uma excepção notável confirmará esta regra: a que é proporcionada pela casa da câmara pombalina do Redondo, cuja planta, simétrica, é composta por um corpo central recuado e por dois corpos laterais avançados, enquadrando estes o pequeno pórtico alpendrado, muito erudito, que dá acesso ao edifício.

vezes noutras cidades e vilas europeias, as casas da câmara portuguesas na época em estudo nunca terão nem abrigo no seu seio claustros nem pátios interiores de qualquer natureza³.

Restituída a forma global da planta das velhas casas da câmara portuguesas, cumpre agora considerar as plantas dos seus diversos pisos, bem como a da distribuição das suas componentes, essenciais e facultativas, por aqueles dois pisos. Assim, já sabemos que a audiência e a câmara das vereações se localizavam no *piso nobre* (ou nos pisos nobres), enquanto as cadeias e suas dependências se localizavam normalmente no *piso térreo*. Estudaremos em seguida os arranjos espaciais dos diversos andares das velhas casas da câmara, tendo em conta as diferentes funções aí localizadas.

9.2 – Planta do piso térreo

Inscrito numa forma rectangular mais ou menos regular, o piso térreo das velhas casas da câmara tinha normalmente uma planta muito simples, ao serviço das importantes funções aí abrigadas, nomeadamente a de acolherem os presos na cadeia do concelho – o que constituía uma função essencial para a segurança dos povos. Porém, o piso térreo do edifício estava duplamente relacionado com o seu piso nobre, quer em termos funcionais, quer em termos construtivos. Com efeito, se a cadeia dependia e estava ao serviço da audiência localizada no piso nobre, também *o desenho do piso térreo correspondia e sustentava o desenho do piso nobre*. Ora, como este quase sempre dispunha de duas divisões, normalmente construídas em alvenaria, a planta do piso térreo acusava necessariamente

³ Merece muita consideração esta característica das velhas casas da câmara portuguesas. Com efeito, implantadas numa forma rectangular compacta, esta implantação manter-se-á nas casas da câmara construídas ou adaptadas na Época Liberal e mesmo entre as construídas já em diversos momentos do século XX. Ressalvar-se-ão as casas da câmara oitocentistas adaptadas em conventos, como as de Amarante, de S. Pedro do Sul, de Gouveia, de Lamego, de Mogadouro ou de Pombal, que mantêm total ou parcialmente os velhos claustros dos conventos pré-existentis. Uma excepção a esta regra é dada pela bela casa da câmara de Sintra, construída nos finais do século XIX – a partir de um projecto de Adães Bermudes e que, emulando velhas casas do concelho de inspiração europeia, integra um pátio interior, desenvolvido em dois andares. Adaptada provavelmente já no século XX no Palácio dos Marialvas, também a casa da câmara actual de Cantanhede integra um belo pátio interior.

Para a instalação da câmara de Gouveia no convento dos Jesuítas ver *Ofício* do Ministério da Fazenda, de 5-8-1839, ao Ministro dos Negócios do Reino, comunicando a *Carta de Lei* de 30-7-1839 concedendo à Câmara Municipal de Gouveia “a parte do Edifício do extinto Convento dos Jesuítas da mesma Vila que for suficiente para acomodação do Tribunal do Juízo de Direito e Cadeia pública”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios da Fazenda], Maio 2034.

aquela divisão. Assim, praticamente todas as casas da câmara têm o *piso térreo dividido pelo menos em duas áreas distintas por uma parede transversal* muito reforçada que sustenta idêntica parede do piso nobre. Esta parede tanto pode isolar como ligar, mediante a inserção de uma porta, as duas divisões do piso térreo criadas por aquela.

Esta tão simples organização do piso térreo das velhas casas da câmara portuguesas, típica das mais antigas e das mais pequenas, vai tornar-se cada vez mais complexa. Assim, à medida que o desenho global das casas da câmara vai evoluindo e à medida que estas se vão tornando maiores, surgem não só novas divisões no piso térreo como um arranjo espacial mais elaborado da planta do mesmo.

O aumento da área de implantação das casas da câmara proporciona a existência de um maior número de divisões no piso térreo. Estas divisões tanto podem estar vocacionadas para abrigar exclusivamente as prisões locais como para abrigarem as prisões numa divisões e, nas outras, os açougues do concelho ou mesmo simples lojas (servindo esta para arrecadação ou mesmo para arrendamento a particulares).

A presença quase constante das prisões suscita, aliás, a questão da respectiva tipologia, adiante discutida. Por gora, basta referir que nas cadeias do piso térreo das velhas casas da câmara portuguesas haverá que contar com a existência de uma *enxovia* ou de uma *cadeia* e de uma *enxovia*. Haverá ainda que considerar a existência de uma simples *cadeia* ou de *cadeia de homens* e *cadeia de mulheres* e, subsidiariamente com a presença da *casa do carcereiro*.

Procuraremos recensear em seguida casos notáveis de casas da câmara cujo piso térreo detenha uma, duas ou mais divisões. Em seguida, procuraremos compreender a articulação destas divisões quer com a presença de eventuais espaços alpendrados quer com a existência e a implantação da escada de acesso ao piso nobre.

9.2.1 – Casas da câmara com apenas uma divisão no piso térreo

Nas casas da câmara mais pequenas⁴, que não são necessariamente das mais antigas, o piso térreo contempla apenas um único espaço, sem qualquer divisão interior, onde se instalou a enxovia ou a cadeia concelhia. Exemplos de pisos térreos ocupados integralmente por uma única enxovia são proporcionados pelas casas da câmara de origem quinhentista de Rio de Moinhos (hoje no Concelho de Sátão) e de Amarante, mas também pelas casas da câmara setecentistas de Penalva de Alva (hoje no Concelho de Oliveira do Hospital, datada de 1758) ou pela de Ucanha (Tarouca). Merece reparo a planta do piso térreo de Rio de Moinhos, pois ela integra a rua que, atravessando a casa da câmara, passa por baixo do respectivo edifício – na definição de uma tipologia de implantação urbana muito rara (já atrás referida) que articula a própria casa da câmara com a rede viária local. A enxovia, muito pequena, localizava-se na parte direita da fachada principal, ao lado do arco monumental que, rasgando a fachada, dava passagem para a rua que ligava a praça com os campos dos arredores daquela antiga vila.

9.2.2 – Casas da câmara com duas divisões no piso térreo

Muito mais comuns são os edifícios cujos pisos térreos foram divididos em *duas divisões contíguas*, mais ou menos iguais, mas *separadas por poderosas paredes* que não só contribuíam para a inviolabilidade das cadeias ou das enxovias aí localizadas como para sustentar a parede divisória que no piso nobre praticamente quase sempre separava as duas divisões principais aí localizadas, como veremos. Assim, localizada no piso térreo da casa da câmara do extinto Concelho de Santo Estêvão da Facha (hoje no Concelho de Ponte de Lima) a cadeia local carecia, entre muitos outros “reparos”, de **“meter uma porta na parede de**

⁴ Muitas casas da câmara eram de facto muito pequenas. Um exemplo entre tantos: os quatro lados da “Casa do Foral do Concelho de Gouveia” de Riba Tâmega (hoje no Concelho de Amarante), segundo o *Tombo* já atrás referido de 1650, mediam 8,5, 4, 7 e 4 varas, respectivamente; Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Amarante, *Livro de Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Casa do Hospital do Concelho de Gouveia anexo à Santa Casa da Misericórdia de Amarante*, Livro 88, fl.15.

entre-meio das Cadeias, por ser muito necessária”⁵. Do mesmo modo, também a cadeia do Concelho do Soajo (Arcos de Valdevez) precisava naquele ano de 1836 – fatal para tantos e tantos pequenos concelhos, então à beira da extinção – da “reedificação das grades de ferro nas mesmas e **parede de entro-meio** e uma de lado”⁶.

Outros exemplos de pisos térreos divididos por uma parede interior transversal são fornecidos pela casa da câmara de Entradas (hoje no Concelho de Castro Verde), mas também pelas casas da câmara de Sortelha (Sabugal), de Vilar Maior (Sabugal), de Castelo Mendo (Almeida), de Marialva (Meda) ou de Sever do Vouga. Em Trás-os-Montes era esse também o caso da casa da câmara de Miranda do Douro, posteriormente muito ampliada e, no Douro Litoral, o da casa da câmara quinhentista da Póvoa do Varzim e no Minho o da casa da câmara de Melgaço ou de Lanheses (Viana do Castelo) [Fig.^a 263].

9.2.3 – Casas da câmara com três ou mais divisões no piso térreo

A modernização e actualização da rede de casas da câmara – que se regista ao longo de toda a Época Modera – vai traduzir-se na construção de casas da câmara cada vez maiores, mais complexas e mais modernas. Surgem então novas divisões, quer no piso nobre quer no piso térreo. Mas da complexidade da planta do piso térreo tínhamos um exemplo bem antigo proporcionado pela casa da câmara quinhentista de Setúbal, já atrás referido. Ainda da época quinhentista temos excelentes exemplos de várias divisões no piso térreo nas casas da câmara de Alvito, de Castelo Branco, de Castelo Novo (hoje no Concelho do Fundão), de Ribeira de Pena (hoje muito transformada) ou de Vila do Conde. Datável dos fins do século XVI ou dos princípios do século XVII, a casa da câmara da Horta tinha um piso térreo com uma ocupação muito densa. Como por toda a parte, o seu espaço principal era ocupado pelas *Cadeias* dos homens e pelas *Enxovias*. Porém, no piso térreo da casa da câmara da Horta, ao lado das cadeias ficavam os *Açougues* e, junto destes, a *Casa da Roda*

⁵ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

⁶ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

do Concelho, provavelmente a partir de 1783, o que constituía uma situação muito excepcional⁷.

Datáveis do século XVII, as casas da câmara de Monforte, de Cano (Sousel), de Pavia (Mora) [Fig.^a 264], de Montemor o Novo, de Portalegre, de Nisa [Fig.^a 265], de Alpedrinha, de Belmonte ou da Covilhã, integravam também várias divisões no seu piso térreo. Praticamente todas as grandes casas construídas na primeira metade do século XVIII detêm plantas complexas, integrando por isso também várias divisões. Sem nenhuma preocupação de sistematização, era esse o caso de Alandroal, de Vila Viçosa, de Santiago do Cacém, de Mafra e de Arruda dos Vinhos, das Caldas da Rainha, de Abrantes, de Pinheiro da Bemposta (Oliveira de Azeméis), de Celorico da Beira, de Carrazeda de Ansiães, de Boticas, de Celorico de Basto ou mesmo de Braga (apesar de a sua casa da câmara setecentista ser apenas completada nos meados do século XIX). Das Épocas Pombalina e Pós-Pombalina temos casas da câmara muito importantes e muito vastas, detentoras de plantas complexas, com várias divisões nos seus pisos térreos. Alguns exemplos notáveis são proporcionados pelas casas da câmara do Redondo e de Grândola, mas também pelas de Setúbal, de Almada, de Palmela, de Lisboa, de Cascais ou da Pederneira (Nazaré) – todas estas reedificadas após o Terramoto de 1755. No Norte merecem particular destaque as casas da câmara de Aveiro, da Esgueira (Aveiro), de Macieira de Cambra (Vale de Cambra), do Porto, de Esposende, da Póvoa do Varzim e sobretudo de Penafiel e de Ponte da Barca.

9.2.4 – Espaços cobertos e espaços de circulação no piso térreo

O estudo da planta do piso térreo das velhas casas da câmara portuguesas suscita finalmente a consideração dos espaços de circulação e mesmo a dos espaços abertos ou semi-abertos integrados nesse piso. Vinha da Idade Média a tradição de integrar espaços “alpendrados” ou mesmo “porticados” no piso térreo de algumas casas da câmara

⁷ Para a casa da câmara da Horta, ver, do A., “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

Como atrás vimos, a criação obrigatória de Casas da Roda concelhias deve-se a uma *Ordem* de 10 de Maio de 1783 do Intendente Geral da Polícia Pina Manique, que estabelecia uma *Roda* em todas as Vilas e Cidades do Reino para se recolherem os enjeitados, isto é, “uma Casa em que haja um lugar em que se possam expor as crianças, sem que se conheça quem as leva” e onde resida uma *rodeira* “para a todas as horas, dia e noite, receber os enjeitados que ali se forem expor”: Ver, do A., “Casa da Roda” de Cascais, no prelo.

portuguesas – assim aclimatando em Portugal uma tendência muito forte nos demais reinos peninsulares e europeus. Seja qual for a sua designação e a sua variante tipológica (caracterizadas e discutidas no capítulo seguinte; sub-capítulos 10.3.2.3.2 e 10.3.2.3.3, respectivamente), tratava-se sempre de espaços cobertos mas abertos ao exterior, ocupando total ou parcialmente os pisos térreos das respectivas casas da câmara.

Os “pórticos” medievais conservados são os das casas da câmara de Barcelos e de Guimarães [Fig.^a 266]. Os demais remontam a vários momentos do século XVI. Trata-se dos “pórticos” integrados no piso térreo das casas da câmara, mais ou menos profundos e assentes em *arcadas* sobre colunas ou pilares de uma monumentalidade a toda a prova. Estes pórticos, por onde se fazia muitas vezes a entrada da casa da câmara, podiam ocupar toda a largura da fachada principal do edifício, como acontecia nas casas da câmara quinhentistas de Viana de Foz de Lima, de Setúbal, de Monção (hoje perdida) ou da Guarda [Fig.^a 267]. O mesmo se passava nas sucessivas casas da câmara da Póvoa do Varzim – quer no edifício de provável origem quinhentista reconstruído em 1713⁸, quer no edifício tardo-setecentista. Do mesmo modo, detinham notáveis pórticos a toda a largura das respectivas fachadas edifícios tão notáveis como a casa da câmara de Tavira (em uso desde 1645, mas reconstruída muito fielmente a partir de 1954) ou as casas da câmara hoje perdidas de Chaves e de Ovar, ambas de datação incerta⁹. Também a casa da câmara tardo-pombalina de Esposende detém alpendres a toda a largura da fachada principal, embora as suas arcadas se apoiem em pilares de secção rectangular.

Os pórticos do piso térreo das casas da câmara podiam ocupar apenas uma parte da largura da fachada principal do edifício. Era o caso da casa da câmara de Tomar, a que se acede por um muito folgado espaço coberto que ocupa apenas o muito amplo corpo central daquela tão erudita fachada. O mesmo se verifica na casa da câmara de Seia, datável do Século XVII, que detém um pequeno pórtico central, a que se acede por dois arcos que se

⁸ A casa da câmara quinhentista da Póvoa do Varzim “foi substituída por um novo edifício levantado em 1713 pelo mestre pedreiro João Francisco, de Terroso, que pela obra de pedraria e carpintaria levou 428\$000. [...] Recupera o esquema da **arcaria térrea composta por cinco arcos, dois dos quais laterais (...). Os compartimentos existentes no rés-do-chão destinavam-se às funções de cadeia e açougue público**”, Sandra Araújo de Amorim, *Ob. Cit.*, p. 258. Esta autora nota que a “arcada abrindo para o largo fronteiro” da *casa* da Póvoa “aproxima-se da solução patente noutros edifícios da administração municipal, nomeadamente nos Paços do Concelho da vizinha povoação de Esposende (1732-1758), Id., *Ibidem*, p. 258, nota.

⁹ Muito longe do Reino, também a seiscentista casa da câmara de Salvador da Baía detém um pórtico que ocupa toda a largura da fachada principal. As respectivas arcadas apoiam-se em robustas colunas toscanas.

inscrevem rigorosamente no centro da fachada e da planta do piso térreo do edifício. Este espaço *porticado* era a *arcada*, que mereceu beneficiações em 1867, época em que se aplicou “ladrilho de pedra grossa no **pavimento da arcada dos Paços do Concelho**”¹⁰.

Face aos pórticos, havia que contar com alpendres apostos à fachada do edifício concelhio. Um bom exemplo é proporcionado pelo alpendre da casa da câmara de Lanheses (Viana do Castelo), definido por cinco pilares fronteiros, provavelmente de pedra, sobre os quais se apoiava a estrutura da varanda do piso nobre daquela pequenina casa da câmara [ver atrás, **Fig.^a 263**].

Merecem finalmente referência os espaços que, vocacionados para os açougues, estavam integrados no piso térreo das casas da câmara. Tratava-se de espaços arquitectonicamente algo singulares pois, por integrarem a casa do concelho, bem ao lado das cadeias concelhias, eram portadores de toda a segurança. Por outro lado, estes espaços tinham em si muito de um espaço “porticado”, pois normalmente abriam-se à rua por aberturas muito amplas, normalmente arqueadas, que denotavam à primeira vista a presença dos açougues locais instalados na casa da câmara. Era este o caso dos açougues de Pinhel, localizados por baixo da sala da vereação e a que se acedia, a partir da praça fronteira, por duas aberturas arqueadas muito amplas, de desenho estranho (lintel recto enquadrado por segmentos de arco laterais). Era também o caso de Pinheiro da Bemposta (Oliveira de Azeméis), onde uma abertura também arqueada denota a presença dos açougues. Aberturas igualmente arqueadas se encontram no Alentejo, nas casas da câmara de Vila de Frades (Vidigueira) ou de Monforte. Também a casa da Câmara de Manique do Intendente dispunha de açougue, a que se acedia também por uma abertura arqueada, aqui de uma escala monumental, aposta à ilharga do corpo principal da erudita casa da câmara local. Enfim, longe dos requintes classicizantes de Manique, dois últimos açougues merecem ser referidos, ambos localizados no piso térreo das respectivas casas da câmara, o de Gáfete (Crato) e o de Cano (Sousel) – ambos milagrosamente ainda em uso em 2006! O de Cano corresponde ao amplo arco localizado na fachada principal da casa, à esquerda da porta de acesso ao piso

¹⁰ *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito da Guarda na Sessão Ordinária de 1867 pelo Governador Civil do mesmo Distrito António Pais de Sande e Castro*; Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867: “Mapa N.º 48, Mapa estatístico das Obras Municipais efectuadas nos diferentes concelhos deste Distrito com referência ao ano económico de 1865 a 1866”, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1867), Livro 25, Proc. 1229; Maço 3167.

nobre. O de Gáfete é mais complexo. Datado de 1670, integra as complexas fachadas térreas da respectiva casa da câmara, adiante discutidas.

Uma última componente haveria que integrar no piso térreo de muitas das velhas casas da câmara, a existência de um espaço de passagem, de circulação ou de distribuição dos utentes do edifício, em função do seu respectivo destino. Assim – e apenas nas casas da câmara em que o acesso ao piso nobre era feito por uma escada interior, mais ou menos monumental – encontram-se forçosamente espaços de passagem, por vezes simples corredores, por vezes mínimos, precedendo a escada de acesso, como em Esgueira, Arouca, Belmonte, Évoramonte, Barrancos ou Pavia (Mora). Porém, nas casas da câmara mais monumentais, a escada de acesso ao piso nobre é precedida por um importante e por vezes monumentalizado átrio a que se acede pela porta principal do edifício. É o que se passa nas casas da câmara de Montemor-o-Novo ou, no Norte do Reino, em Aveiro, em Penafiel, em Linhares ou em Macieira de Cambra – estas últimas remontando todas à Época Pombalina e Pós-Pombalina. Em todos estes casos, a partir do átrio acedia-se directamente às cadeias ou aos açougues (ou a outras dependências térreas). A existência de uma escada mais ou menos monumental, localizada no topo extremo do átrio (adiante considerada), solenizava naturalmente o acesso ao piso nobre e às suas tão importantes dependências aí localizadas. Estudaremos em seguida a sua distribuição na planta do piso nobre.

9.3 – Planta do piso nobre

Independentemente do seu acesso por uma escada exterior ou interior, independentemente de estar apoiado num sobrado ou numa abóbada, o piso nobre abriga sempre a sala da audiência e a câmara da vereação. O próprio nome destas divisões remete-nos à natureza mais essencial da tipologia *casa* – sobradada, por definição – e para a de uma casa em particular, a *casa da câmara*, isto é, uma casa que detém, no seu piso nobre, duas divisões, de localização e de acesso muito próprios e tipificados. Esta estrutura-base do piso nobre, assente no conjunto sala-câmara, muito cedo definida, manter-se-á durante séculos e poderá ser entrevista praticamente em todas as casas da câmara, tanto as pequenas como as grandes.

9.3.1 – Casas da câmara com apenas uma divisão no piso nobre

Contrariando o que considerávamos como uma característica imutável e uma verdade indiscutível no âmbito da tipologia que estamos a considerar, encontrámos antigas casas da câmara portuguesas com *apenas uma divisão no seu piso nobre*. O caso mais inesperado foi o da pequenina casa da câmara de Ucanha (Tarouca), que detém apenas uma divisão no seu piso nobre. Apesar de hoje mal conservada (e de há muito dividida por tabiques improvisados pelos moradores aí residentes, que aí instalaram também uma lareira muito rústica), sobrevive o típico tecto em masseira da sala respectiva [Fig.^a 268], que cobre e unifica todo o espaço do respectivo piso nobre.

Também a casa da câmara de Porto Carreiro (Marco de Canaveses) aparentemente nunca concluída, parece ter tido apenas uma sala no seu piso nobre, de há muito dividida também por tabiques muito modestos para proporcionar a sua adaptação a residência dos caseiros ou dos proprietários das terras circundantes. Com efeito, a superfície integral do piso nobre daquela antiga casa, datável dos inícios do século XVIII, encontra-se também coberta por um forro em masseira, hoje muito arruinado, mas que outrora definia e correspondia a uma única sala [Fig.^a 269].

Merece muito reparo a existência insólita destas duas casas da câmara com apenas uma divisão no piso nobre. Com efeito, poderíamos justificar a presença desta única divisão – *sala* – com a pequenez dos edifícios respectivos ou até com o facto de o de Porto Carreiro nunca ter sido concluído, como se vê do rasgamento da parede das traseiras (onde se abria a janela da enxovia local), que permanece por travar quase três séculos depois do início da sua construção. Esta pequenez poderia decorrer da pobreza dos moradores e da modéstia das rendas dos concelhos respectivos. Porém, parece poder-se entrever na presença de uma única sala no piso nobre daquelas aparentemente estranhas casas da câmara um eco muito longínquo da primitiva organização espacial das mais antigas casas do concelho portuguesas. Com efeito, já vimos que na segunda metade do século XIV muitos concelhos se reuniam, muito simplesmente, *na audiência* – o que deixa intuir a existência de edifícios – públicos, por definição – de apenas uma divisão, onde tinham lugar as audiências locais. Voltaremos a referir estes espaços singelos, de apenas uma divisão, pois, afectos às audiências, parece estarem na origem do que seriam as futuras casas da câmara. Por agora, baste referir que a

famosa casa da câmara de Bragança originalmente também detinha apenas uma única sala [Fig.^a 270], ou melhor, um único espaço coberto, por sinal muito vasto, onde se desenrolavam todos os actos – públicos e reservados – de interesse e ao serviço da comunidade.

9.3.2 – Casas da câmara com duas ou mais divisões no piso nobre

Mais ou menos antigas ou modernas, ricas ou pobres, grandes ou pequenas, a generalidade das casas da câmara detinha obrigatoriamente *duas divisões essenciais no seu piso nobre, a sala e a câmara*. No entanto, são comuns as casas da câmara que têm mais de duas divisões no piso nobre. Com efeito, as necessidades crescentes do Poder Local e dos seus agentes impuseram a actualização, a modernização e sobretudo a ampliação de muitas casas da câmara. Este fenómeno acentuou-se nos momentos finais da Época Moderna, tendo proporcionado a construção de edifícios monumentais, capazes de albergarem não só as duas funções essenciais de sala de audiências e de câmara das vereações mas, como já vimos, toda uma série de funções complementares, nomeadamente residenciais.

A divisão do piso nobre em sala e em câmara mais ou menos reservada era muito antiga e tinha o maior significado, pois traduzia espacialmente as duplas funções atribuídas pelas *Ordenações do Reino* aos juízes, vereadores e demais oficiais concelhios de, por um lado, assegurarem a *aplicação da justiça* (mesmo que a um nível elementar mas mesmo assim muito importante para a boa ordem e a própria sobrevivência da comunidade) e, por outro, *administrarem os negócios concelhios* que a todos interessavam e a todos diziam respeito, desde a administração local, aos abastecimentos, preços, pesos e medidas, passando pelas obras públicas do concelho. Foi, aliás a “nobreza”, ou melhor, a dignidade institucional destas duas funções essenciais – judiciais e administrativas – que desde muito cedo exigiu a sua monumentalização, isto é, que impôs a sua localização no piso nobre da casa do concelho.

Por outro lado, aquela duplicidade de funções também desde muito cedo se traduziu numa duplicidade de espaços no piso nobre e na sua respectiva especialização. Assim, as duas componentes espaciais essenciais daquele piso nobre, a sala e a câmara, foram muito

naturalmente afectas ao exercício daquelas funções, ficando *a sala reservada às audiências e a câmara às vereações*. Esta distribuição justificava-se pelo facto de as audiências envolverem na prática toda a comunidade, sem exclusões de idades, sexo ou condição social. Sendo os actos judiciais por definição eminentemente públicos, a sua localização óbvia seria na sala do piso nobre, pois esta comunicava directamente com o exterior do edifício. Das vantagens desta localização diriam as pequenas multidões que é muito fácil imaginar apinhadas na sala (bem como na varanda e na escada que lhe davam acesso) durante os pleitos e os julgamentos dos casos mais emotivos. Por outro lado, a conhecida evolução da organização do poder concelhio e dos seus agentes e a sistematização das suas funções, impôs a *câmara* do piso nobre da casa do concelho como o espaço – reservado – mais adequado para a reunião das vereações, assim surgindo a famosa *câmara das vereações*, tão presente na documentação sobrevivente.

Do processo de monumentalização da casa do concelho – que cedo impôs a existência de um *piso nobre* – e da tão típica divisão espacial deste temos um exemplo extraordinário na casa da câmara de Bragança. Assente sobre a cisterna, como sabemos, algures na Época Moderna ganha uma *escada exterior* para o seu único piso praticável – assim tornado piso nobre – onde então se rasgaram portas-janelas com as respectivas sacadas, os “janelões, a sul e oeste, destinados a iluminar o interior em substituição das fenestras primitivas, obstruídas no século passado com enchimento e pedregulho”, como se escrevia (e se denunciava) em texto famoso, em 1907¹¹. Quanto ao seu espaço interior, ele será dividido transversalmente por uma parede em alvenaria, assim se improvisando no espaço unificado original duas divisões interiores, uma dianteira e outra posterior, embora ambas comunicantes entre si

¹¹ Manuel Monteiro, “Bragança”, in F. Brütt e Cunha Moraes, *Ob. Cit.*, Vol. 7.º.

A partir de uma descrição de 1721, adiante referida, o Abade de Baçal tece as seguintes considerações àquelas janelas, rasgadas por volta de 1681: “daqui se vê que o vandalismo de abrirem três estúpidas janelas ou portas, rasgando para isso algumas das primitivas (...) remonta aos anos de 1681 (...). Vergonha é dizê-lo, mas este monumento, único no seu género, não só em Portugal mas até na Península, admiração de quantos prezam a arte, como se Bragança não lhe alcançasse o merecimento, jaz para aí metido a um canto, desprezado, mutilado e, o que é pior ainda, sem cobertura, a chover nele!!! Debalde espíritos generosos, como os eruditos Albino Lopo e Francisco de Moura Coutinho, gritam pela sua reparação. Bragança apenas tem tempo para se degladiar em retaliações políticas e nos intervalos atassalhar o bispo actual por querer fazer desta terra alguma coisa.

Por Deus! Cessemos de dar, perante o estrangeiro, o triste espectáculo de um povo que não aprecia as tradições do seu passado; salvemos o monumento. Depressa, um arquitecto inteligente que ponha fora as tais estúpidas janelas e o repare segundo sua primitiva traça. Que o civismo de nossos conterrâneos atenda a esta imperiosa necessidade, sob pena de o futuro nos taxar de selvagens”, in *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, TOMO I.

[Fig.^a 271]. Com efeito, ainda em 1907 o seu “interior [era] composto de **duas salas que se comunicam por uma abertura ogival feita no muro divisório**”¹². Face ao que já sabemos, a vocação destas duas divisões assim criadas não oferece dúvidas: a sala que dava para a porta da entrada correspondia à audiência e a divisão posterior correspondia à câmara das vereações. Esta distribuição é confirmada por uma descrição de 1721:

“He este edificio de pedraria em fôrma quadrangular, bayxo, e por toda a circumferencia tem janellas de arco com distancia de dous palmos de huas a outras, e pouco mais tem estas de largura. **Formava huma grande e espaçosa sala que agora se vê dividida em duas; na primeyra se fazem as audiencias do Geral e na segunda se junta o Senado.** Toda a capacidade d’este edificio ocupa huma cisterna de agoa nativa, cuberta de fortissima abobeda, e sobre esta estão as salas”¹³.

Tendo, porém, duas ou mais divisões, uma *sala fronteira* e uma *câmara traseira*; tendo uma planta mais simples ou mais complexa, acede-se directamente ao piso nobre da maioria das casas da câmara por uma porta normalmente aberta na fachada principal, depois de atravessar uma *varanda* localizada ao cimo de uma *escadaria exterior*, mais ou menos monumental. Aquela *porta* franqueia o acesso directo à *sala*, através da qual se acede à *câmara* definindo-se um eixo dominante em que a sala ocupa a parte anterior do piso nobre e a câmara a sua parte posterior. Nesta variante tão comum das casas da câmara, o piso nobre é dividido em duas divisões principais – sala e câmara – por uma parede transversal paralela à fachada principal. Esta parede é quase sempre muito sólida, garantia não só da estabilidade estrutural do edifício mas também da sua segurança funcional, pois no seu piso térreo se localizavam também as cadeias e sobretudo as enxovias, cujo acesso se fazia justamente pelos alçapões abertos no sobrado ou nas abóbadas do piso nobre.

A sequência porta exterior-sala das audiências-câmara das vereações muito cedo impôs uma organização como que axial da planta do piso nobre. Um bom exemplo é proporcionado pela casa da câmara da Muxagata (Vila Nova de Foz Côa) de muito provável origem quinhentista: a pequena e muito rústica escada alpendrada dá acesso directo à sala das audiências, na parede do fundo da qual se rasga uma porta (no alinhamento da entrada) que dá acesso à segunda divisão do piso nobre do edifício, isto é, à câmara das vereações. O mesmo se passava no piso nobre da casa da câmara quinhentista de Setúbal, que proporciona um excelente exemplo daquela sequência. Com efeito, de acordo com o *Contrato* de 1526

¹² Manuel Monteiro, “Bragança”, in *Ob. Cit.*, Vol. 7.º.

¹³ Borges – *Descrição Topográfica...*, Notícia 4.^a, in Abade de Baçal, *Memórias...*, Tomo I.

entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes¹⁴, já atrás analisado, vemos que a audiência e a câmara se localizavam no sobrado do edifício, que cobria apenas a parte fronteira do amplo piso térreo do complexo cuja construção então se contratava. Especificam-se todos os reforços necessários para a sustentação das pesadas “paredes do Sobrado”, a construir “em grosura de tres palmos vymte pallmos d allto dos sobrados *pera* çima ate os Frechaes”. Quanto às dimensões e ao desenho do sobrado, este “Ficara de comprido doze braças de vñao e de larguo quatro e **avera huum Repartimento polo meyo pera que seJam duas caSas** ambas de huma gramdura. S. **huma pera camara e outra pera caSa d audiemçia**”. O “repartimento” ou muro interior, seria de alvenaria: “Se fara o dicto Repartimento de paredes de dous palmos e meyo”.

A entrada no sobrado de Setúbal far-se-ia por uma escadaria exterior e pela respectiva varanda, ao meio da qual se abriria a respectiva porta, que comunicava directamente com a sala da audiência:

“Na caSa das audiemçias se Fara entrada per huum portall que venha no meyo do tauoLeiro da dicta escada asy como vay emlegido e tera de lume seys pallmos e d alto dez com suas volltas em quadrado”. Como na Muxagata e em tantas outras casas da câmara, também em Setúbal **“per esta casa d audiemçia se seruira A casa da camara e ser lhe a Feito huum portall de pedrarya o quall tera de lume cymquo pallmos e d alto nove**”. A novidade no sobrado de Setúbal estava em que, como já vimos, **“no Amdar da casa das audiemcias se fara huma caSa pera os direitos d el Rey [...] e esta caSa avera seu portall pera seruemtia polla dicta caSa das audiemçias No lugar omde vay Emlegido, e tera de lume quatro pallmos,. e d alto hoyto, e sera de pedrarya**”. Do contrato ficamos a saber que haverá uma divisão sensivelmente semelhante a esta, afecta à câmara das vereações: **“No amdar da caSa da camara se Fara outra tal casa e da mesma gramdura**”, cujas funções já acima discutimos.

Esta *organização* como que *axial do piso nobre da casa da câmara* encontra-se também num edifício tão prestigiado como o da histórica sede do concelho de Évora. Aqui, em 1615, assinalava-se uma muito vasta **“varanda ao entrar da porta da casa da Câmara”**, belamente alpendrada, de “treze varas de comprido bem medidas e duas de largo”.

¹⁴ Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; ano de 1526, in IAN-TT / *Núcleo Antigo*, Doc. 815.

Como em Setúbal e na Muxagata, por aí se acedia à *sala* do edifício, onde estava instalada a audiência: “e **desta varanda vai uma porta para a casa (...) da audiência (...)**. Esta casa tem de comprimento oito varas e meia e de largo sete varas bem medidas”. Como por toda a parte, por aqui se passava para a *câmara* das vereações: “e **desta casa da audiência entra outra (...) que é a casa da Câmara**, a qual tem de comprimento oito varas e de largura seis”. Enfim, “**desta casa (...) entram (...) para a casa em que está o Cartório** da mesma Câmara (...) e **esta casa do Cartório a divide uma parede (...) que se separou para uma Capelinha** que tem à entrada...”¹⁵.

Em Elvas, uma localização semelhante do tribunal causava os maiores transtornos, pois ainda em 1869

“o tribunal judicial acha-se colocado em uma sala contígua à sala das sessões municipais e dando passagem para esta; e por este motivo, durante as funções judiciais no tribunal, tem ele de ser atravessado não só pelos vereadores, pelo conselho municipal e pelos mais funcionários que são chamados às respectivas funções na sala das sessões municipais mas também pelos respectivos empregados e pelas pessoas que têm negócios dependentes das sessões municipais, factos estes que muito frequentes vezes perturbam a ordem e a regularidade das funções municipais”¹⁶.

A sequência *porta exterior-audiência-câmara* – tão belamente ilustrada pelas casas da câmara de Setúbal, Évora e Elvas, encontra-se abundantemente ilustrada, quer em edifícios sobreviventes, quer documentalmente. Assim, para lá dos casos já referidos, encontramos inúmeras casas da câmara que respeitam aquela sequência. Certamente muito longe dos requintes de Setúbal ou de Évora, também a casa da câmara de Benavente, anterior a 1685 e localizada na Praça Nova local respeitava a mesma sequência. Acedendo-se ao piso nobre por uma escada exterior de pedra,

“ao cimo da escada havia um patim para onde deitavam duas portas: a da frente era a da torre do relógio; a da direita **abria para a casa do tribunal** judicial. **Esta era uma casa grande**, dividida por uma balaustrada a formar o tribunal propriamente dito e **deixando uma passagem para a casa anexa que servia de sala das sessões da Câmara**. Havia ainda um pequeno compartimento contíguo, deitando para trás e para o Beco, para onde tinha uma janela, o qual servia de casa de jurados e de testemunhas”¹⁷.

¹⁵ Descrição publicada por Teresa Fonseca in *Ob. Cit.*, p. 137.

Merece reparo o caso da antiga casa da câmara da Horta, cujo piso nobre detinha a audiência e a câmara das vereações, mas também um *Oratório*, outra *Cadeia* e a *Cadeia das Mulheres*. Ver, do A., “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

¹⁶ *Representação* da Câmara de Elvas expondo as péssimas condições do Tribunal local e pedindo parte do antigo Colégio dos Jesuítas para a sua instalação; Elvas, 22-6-1869; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1869), Livro 27, Proc. N.º 894; Maio 3183.

¹⁷ Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente – Estudo Histórico...*, pp. 48, 49. Note-se que este edifício constituía já a segunda casa da câmara de Benavente. O primitivo, de há muito perdido, ficava na Praça Velha.

A casa da câmara de Cardigos, muito mais modesta, teria uma distribuição semelhante: o seu piso nobre tinha apenas duas pequenas divisões, sala (4x4 varas) e câmara (4x2,5 varas), estando esta, de acordo com um tombo de 1767, transformada em “cadeia de cima”. Claro que esta distribuição correspondia a igual distribuição do piso térreo¹⁸. Também nas velhas casas da câmara do Minho encontramos uma organização espacial semelhante dos respectivos pisos nobres. Assim, em 1836 no de há muito extinto Concelho de Capareiros (Viana do Castelo) “a Câmara Municipal exerce as suas funções em uma das Salas do Paço do Concelho, onde **outrora fazia audiência o Juiz ordinário** deste extinto couto, e além disso **tem outra sala boa e decente**, onde muito bem se pode colocar a Secretaria da Administração”¹⁹. Como vemos, a casa da câmara local detinha duas divisões essenciais, a sala das audiências e ainda uma “**outra sala boa e decente**”, certamente nas traseiras daquela e que era certamente a antiga câmara das vereações. O mesmo se passava na vizinha vila de Lanheses (Viana do Castelo), em que o “salão” do piso nobre era a audiência e a pequena divisão contígua proporcionava a câmara das vereações [Fig.^a 272]. Do mesmo modo, também a casa da câmara da Vila do Porto da Ilha de Santa Maria, em 1840 tinha como sala de audiências a “**casa verdadeiramente imunda que serve d’entrada e d’espera à pequena e velha Casa da Câmara**”. Naquela data já não era “possível praticar lá as audiências, não só pelos motivos ponderados, porém mais ainda porque de certo se abateria o sobrado com o peso dos Jurados, testemunhas e Povo que concorresse a presenciar qualquer acto judicial”²⁰.

Também o piso nobre da casa da câmara de Faro tinha tido uma distribuição semelhante, pois ainda em 1867 contava apenas “duas pequenas casas altas, sendo uma d’entrada, servindo simultaneamente d’arquivo e outra de sala das sessões”. Facilmente se deduz que a sala de entrada foi durante séculos a casa da audiência local, pela qual se acedia,

Enfim, “no ano de 1874 foram demolidos os segundos Paços do Concelho para se construir um novo edifício, o actual, para câmara, tribunal, repartições públicas e cadeia”, Id., *Ibidem*, , p. 49.

¹⁸ P.^e Henrique da Silva Louro, *Cardigos, Subsídios para a sua História*, Composto e impresso na Gráfica Maiadouro – Vila da Maia (Porto), Agosto de 1982, pp. 130, 131.

¹⁹ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

²⁰ *Ofício* – atrás citado - do Juiz de Direito da Comarca da Vila do Porto de Santa Maria para o Administrador daquele Concelho, expondo as péssimas condições da actual Casa da Audiência (na velha Casa da Câmara local) e a necessidade de transferir as Audiências Gerais para o extinto convento dos Franciscanos daquela Vila, Porto de Santa Maria, 7-5-1840, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2008.

como por toda a parte, à câmara das vereações²¹. Muito perto, no Alentejo, ilustravam bem aquela distribuição que temos vindo a recensear as casas da câmara de Almodôvar e Entradas (Castro Verde), ambas hoje muito transformadas, bem como as de Vila Nova da Baronia ou a de Castelo de Vide. Também nesta, a escadaria monumental [Fig.^a 273] dá directamente acesso à antiga audiência – o actual salão nobre que adiante estudaremos. A Norte do Tejo, respeitavam certamente a mesma distribuição as casas da câmara de Idanha-a-velha (Idanha a Nova), de Santa Marinha e de S. Romão (ambas hoje no Concelho de Seia), a de Leomil (Moimenta da Beira), as de Vila Flor e de Miranda do Douro ou, no Douro Litoral, as de Sobrosa e Baltar (ambas hoje no concelho de Paredes). Sempre a Norte do Tejo, na faixa litoral do território, poder-se-iam incluir nesta variante tipológica de organização da planta do piso nobre as casas da câmara de Couto de Esteves (Sever do Vouga), de Pombal ou de Mafra.

Enfim, este arranjo como que axial verifica-se nas casas da câmara existentes ao longo de todo o país e podemos dizer que na prática chega aos nossos dias. Com efeito, a sala da audiência do tribunal de Amares (distrito de Braga), instalado na velha casa da câmara local e em uso até aos anos finais do Estado Novo, quando se construíram os actuais edifícios da Câmara e do Tribunal, comunicava directamente com o exterior. De facto, o acesso do público à sala de audiências de Amares não era precedido de nenhum átrio e muito menos de quaisquer *Passos Perdidos* mais ou menos monumentalizados: fazia-se directamente pela porta principal do edifício, aberta no topo da escada de acesso ao mesmo [Fig.^a 274].

Uma variante neste arranjo da planta do piso nobre é proporcionada pelas casas da câmara cujas duas divisões principais davam directamente para a fachada que detinha a respectiva porta de acesso ao edifício, impondo uma *orientação dominante no sentido transversal* e, portanto, paralela à fachada principal do edifício. Neste caso, a porta dava, como sempre, para a sala de audiências, onde uma porta interior aberta numa parede transversal – localizada à esquerda ou à direita de quem entra – daria acesso à câmara das

²¹ *Representação* da Câmara de Faro pedindo a “expropriação que pretende fazer, d’uma pequena tira de terreno contíguo ao edifício onde celebra as suas sessões, no Largo da Sé d’esta Cidade, e bem assim d’uma casa e terraço, também contíguos, no pavimento superior do mesmo”; Faro, 17-6-1867; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil - 2.^a Divisão / 3.^a Repartição - Correspondência Recebida (Ano de 1867), Livro 25, Proc. N.º 860; Maço 3164. Aquela *Representação* faz parte de um conjunto de documentos relativos à expropriação, pela Câmara Municipal de Faro, de uma casa contígua à Câmara Municipal, ao Liceu e ao Seminário daquela cidade, para lá instalar a Escola Primária daquela Cidade, com pareceres concordantes e discordantes em relação à expropriação pedida pela Câmara de Faro.

vereações. Bons exemplos são proporcionados pelas casas da câmara de origem manuelina de Sever do Vouga ou de Penamacor. Nesta última, o piso nobre detém apenas duas divisões que dão simultaneamente para as duas fachadas, anterior e posterior, do edifício. Entra-se directamente para a sala de audiências, separada da câmara das vereações por uma sólida parede, perpendicular à fachada principal – localizada à esquerda de quem entra – e onde se rasga a porta interior de comunicação entre os dois espaços interiores²².

Geograficamente muito próxima da de Penamacor, merece particular menção a belíssima casa da câmara de Castelo Branco, também de origem manuelina. Tendo sobre a generalidade das casas da câmara portuguesa a particularidade de ter um *entressolho* entre o piso térreo e o piso nobre, que em 1866 continuava a servir de localização “da habitação do carcereiro e de uma das prisões”²³, a planta do piso nobre contemplava as duas divisões esperáveis, a sala da audiência e a câmara das vereações. Esta distribuição é confirmada por uma série de documentos de 1866, motivados pelas péssimas condições sanitárias e higiénicas do edifício, devido à presença das cadeias. Assim, sabemos que

“os Paços do Concelho, onde até há pouco se exerciam as funções judiciais, **contém unicamente duas casas**, que ocupam o pavimento superior (...). **A primeira d’estas casas, ou de entrada, era ocupada pelo Tribunal e a segunda destinada para a Câmara celebrar as suas reuniões**, servia também para se recolherem as testemunhas e para as deliberações do Júri”²⁴.

Outro testemunho confirma que “O Tribunal Judicial d’esta Comarca tem sempre existido, desde que em Castelo Branco houve Juizes Letrados, **em uma Sala nos Paços do Concelho, contígua a outra em que a Câmara celebra as suas sessões**”²⁵. Só o juiz recém-

²² Parece ser também este o caso da antiga e de há muito perdida casa da câmara de Leiria. Com efeito, segundo a “descrição do edifício denominado Casa da Câmara”, de 1839, já atrás referida, ficamos a saber que “[se] compõe este edifício, **na parte superior**, em questão, **de duas salas contíguas; ao lado esquerdo da entrada**, uma delas bastante espaçosa, que é **a destinada para o Tribunal** do Julgamento das causas cíveis e crimes e **a outra incomparavelmente mais pequena, que a Câmara reservou para as suas Sessões**”, in *Ofício* do Administrador Geral Interino do Distrito de Leiria ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, relativo a uma Portaria que obrigava a Câmara a prontificar ao Juiz de Direito “a Sala das suas Sessões para as Audiências ordinárias, gerais, de ratificação de pronúncia e de polícia correccional”; Leiria, 6-4-1839: IAN-TT – *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais; Maço 2020, Cx. 1 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 28).

²³ *Ofício* do Governador Civil de Castelo Branco ao Ministro do Reino, relativo às deficientes condições do Tribunal daquela Cidade na respectiva Casa da Câmara; Castelo Branco, 22-6-1866; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 399; Maço 3138 (Ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 26).

²⁴ *Ofício* do Governador Civil de Castelo Branco...; IAN/TT – *Ministério do Reino*...; Maço 3138 [Ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 26].

²⁵ *Representação* da Câmara de Castelo Branco pedindo que o Tribunal daquela Comarca volte a funcionar nas velhas casas da câmara de Castelo Branco, para benefício e proveito da Câmara e dos povos, até que se construa

nomeado para aquela cidade se surpreende com a localização do tribunal: “deparei com a **casa d’espera da Sala da Câmara, à porta da rua, a que se chamava o Tribunal Judicial**”. Mais adiante diz-nos que era “aquela casa [do Tribunal] a que dava entrada e serventia para a Sala das Sessões da Câmara”²⁶.

9.3.3 – A inserção da escadaria interior na planta do piso nobre

A existência de duas divisões no piso nobre, a *sala* e a *câmara* – marca essencial da tipologia casa da câmara portuguesa – e a simplicidade do arranjo da respectiva planta, proporcionado pelo acesso directo às duas divisões do piso nobre por uma escadaria exterior, dá, porém, lugar a novas variantes quando o acesso àquele piso se faz por uma *escada interior*. A implantação desta no próprio corpo da casa da câmara impõe uma planta relativamente simétrica. Assim, no topo da mais ou menos pequena e banal escada interior de acesso encontramos mais uma vez duas portas, uma ao lado da outra – ou uma face à outra – dando acesso respectivamente à sala da audiência e à câmara das vereações. É este o caso das casas da câmara do Crato, de Évoramonte (Estremoz), de Pavia (Mora) [Fig.^a 275], de Arruda dos Vinhos, de Arouca ou da Esgueira (Aveiro).

Merecem referência, ainda no âmbito desta variante, as casas da câmara de Barrancos e de Belmonte (esta datável da Época Filipina). Ambas detêm um piso nobre não só muito assimétrico como desnivelado. Com efeito, o pequeno patim no topo da escada interior da casa de Barrancos dá acesso a novos e muito desiguais lances de escadas [Fig.^a 276] que abrem cada um para as divisões onde outrora se localizavam a audiência e a câmara, respectivamente. Em Belmonte, o patim, também muito irregular, dá acesso a novo lance de degraus, que conduzia provavelmente à antiga câmara das vereações – mas dá também acesso à sala grande do edifício (onde outrora se localizava certamente o tribunal) e ainda à pequena torre do relógio. A casa da câmara quinhentista da Guarda detém uma escadaria

“um edifício em que se coloquem todas as Repartições do Estado”; Castelo Branco, 12-5-1866; IAN/TT – *Ministério do Reino...* Maço 3138 (Ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 26).

²⁶ *Ofício* do Juiz de Direito da Comarca de Castelo Branco ao Governador Civil de Castelo Branco, expondo as péssimas condições do Tribunal, contestando o teor da *Representação* da Câmara sobre o mesmo assunto, e propondo algumas soluções provisórias para a decente instalação do Tribunal; Castelo Branco, 4-6-1866; IAN/TT – *Ministério do Reino...* Maço 3138 (Ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 26).

monumental interior, embora localizada num corpo posterior do edifício [ver atrás **Fig.^a 260**]. Dado o aparato desta escadaria, presumimos tratar-se de uma construção muito tardia, adaptada ao edifício numa época que ignoramos. Na varanda superior a que aquela dá acesso, abrem-se várias portas dando acesso às várias divisões do piso nobre. A porta principal e mais monumental dava naturalmente para a audiência local [**Fig.^a 277**].

Muitas outras casas da câmara pré-pombalinas detinham pisos nobres com plantas mais complexas, suscitadas pela existência de escadas monumentais interiores, mas também por um maior número de divisões. Um dos casos mais antigos e mais complexos é proporcionado pela casa da câmara de Tomar: acede-se ao respectivo piso nobre subindo uma escadaria interior monumental mas de composição atípica, que tem no topo dos seus dois lances superiores (de sentido contrário, apostos à fachada posterior, a que se encostam) uma galeria de tamanho e de desenho singulares, dada a sua complexidade e vastidão, por onde se acedia quer à câmara das vereações quer à sala da audiência.

Dos séculos seguintes chegam-nos casas da câmara monumentais, detentoras de pisos nobres a que se acedia por escadarias relativamente complexas – que, dada a sua variedade e até complexidade, parece configurarem, por vezes, autênticos lances do que quase poderíamos chamar de arquitectura experimental. Perdida a escadaria da casa da câmara filipina da Covilhã, assim como a de Abrantes, esta no curso das sucessivas obras de restauro da respectiva casa da câmara, referir-se-ão em seguida alguns casos exemplares de escadarias de aparato de algumas casas da câmara portuguesas. Assim, a escadaria da casa da câmara de Tavira, em uso a partir de 1645, (edifício reconstruído em 1954, com fidelidade ao original, segundo os eruditos locais), consta de quatro lances ligados por patamares quadrados, apoiados nas quatro faces da ampla caixa da escada. A de Sesimbra (provavelmente de origem pré-pombalina, embora reconstruída após o terramoto e muito restaurada em obras dos meados do século XX) consta de um lance inicial que dá acesso a um pequeno patamar de onde irradiam dois novos lances, de extensão desigual e de sentidos opostos sendo, porém, todos os lances perpendiculares à fachada que contém a porta de entrada da casa da câmara. A escadaria de Linhares (Celorico da Beira; fins do século XVIII) arranca de uma pequena série de degraus de perfil aproximadamente quadrado, implantados num átrio muito vasto [**Fig.^a 278**], que dão acesso a um patamar intermédio. Daqui irradiam os dois lances

simétricos de acesso ao piso nobre, de sentido divergente, pois avançam em sentidos opostos, definindo embora uma direcção paralela à da fachada principal.

A escadaria mais complexa que encontrámos é, porém, a da casa da câmara pombalina de Vila Viçosa. Muito longe da configuração das suas vizinhas e coetâneas do Alandroal, Redondo ou Borba, adiante referidas), a escadaria de Vila Viçosa ocupa uma caixa espacial muito vasta. Consta de três lances, todos desiguais embora todos paralelos e todos eles perpendiculares à fachada principal do edifício. O primeiro lance é comum e conduz a um vasto patamar transversal comum de onde irradiam dois lances em direcções opostas e com implantações muito diferentes [Fig.^a 279], dando um para a audiência (o que dá para o lado da fachada posterior) e outro para a câmara (do lado da fachada principal). Sendo estes lances de desenho desigual (encostado à parede da caixa da escada o do “lado câmara”; rigorosamente centrado e simétrico o do “lado audiência”, desiguais são também os patamares cimeiros a que dão acesso. O que precede a vereação tem um resguardo de alvenaria, belamente revestido a azulejos. Enfim, o patamar que precede a audiência (de planta muito recortada) é protegido por uma grade de ferro apoiada em pilastras ou pilaretes de mármore.

Outros casos notáveis de escadarias interiores são proporcionados pelas casas da câmara de Nisa ou de Celorico da Beira, cujas escadarias interiores – relativamente modesta a de Nisa, mais monumental a de Celorico – dão acesso a patamares em que se abrem as *duas* portas que dão para as *duas* divisões principais do piso nobre. A escadaria de Nisa, relativamente atípica, consta de dois lances de sentido oposto, ligados por um patamar intermédio. A de Celorico é muito mais convencional: um lance inicial dá acesso a um patamar intermédio de onde irradiam dois lances paralelos que, definindo um sentido oposto ao do primeiro lance, se encontram num patamar superior. Como vemos, é a típica escadaria interior de aparato que serviu de ligação entre os pisos térreo e o nobre da generalidade das casas nobres portuguesas desde a Época Barroca.

Fosse, porém, qual fosse o seu desenho, uma vez vencida a escada, o piso nobre das casas da câmara apresenta, porém, uma composição relativamente simétrica, com a *audiência* de um lado da caixa da escada e a *câmara das vereações* do outro. Um exemplo excepcional deste arranjo, anterior a 1750 (tal como os exemplos anteriores), é proporcionado pela maior e mais monumental casa da câmara portuguesa da época pré-pombalina, a de Braga, iniciada

nos fins do Reinado de D. João V e que demoraria cerca de um século a ser concluída. Obra de André Ribeiro Soares da Silva (1720-1769), o famoso André Soares, Robert C. Smith considera que **“a casa da câmara de Braga sugere em muitos respeitos um palácio particular de Setecentos** e sobretudo aquele que André Soares desenhou em escala menor para o rico mercador José Duarte de Faria ‘atraz do Hospital’ em grande parte construído no ano de 1754”²⁷ – a chamada *Casa do Raio* de Braga. Vasta como é, a casa da câmara de Braga detém uma das mais monumentais escadarias interiores de toda a arquitectura portuguesa. Um átrio muito vasto no piso térreo dá passagem a um primeiro lance de escadas no topo do qual um patamar intermédio dá acesso a dois lances paralelos e simétricos (ambos de orientação oposta ao lance anterior), que se encontram no patamar do topo, numa composição de escadaria interior nobre, muito típica da época barroca e que será replicada intensamente na arquitectura de matriz palaciana – residencial ou institucional, nomeadamente camarária – nas épocas e nos séculos seguintes²⁸. Esta organização espacial da escadaria nobre levou Robert C. Smith a considerar que **“a planta da casa da câmara revela a mesma orientação que foi dada à residência de Faria**, com um grande espaço central reservado à escadaria, que em ambos os casos consta de um lance conduzindo a um patamar onde se divide em dois elementos laterais”²⁹. Porém, apesar das semelhanças

²⁷ Robert C. Smith, *Ob. Cit*, p. 25, (sublinhados nossos).

²⁸ A escadaria da casa da câmara de Braga ganharia uma decoração em azulejos nos fins do século XIX, com representação inédita, em painéis de azulejos, de velhos edifícios da cidade, a começar pela própria casa da câmara quinhentista da cidade, devida ao Arcebispo D. Diogo de Sousa.

Um exemplo igualmente monumental e com uma composição arquitectónica em tudo semelhante é proporcionado pela escadaria monumental da casa da câmara de Viseu, dos finais do século XIX ou já dos inícios do século XX, merecendo reparo a notável e raríssima decoração da caixa arquitectónica que lhe serve de enquadramento. De forte inspiração “École des Beux Arts”, o plano decorativo, certamente em obra por volta de 1910, estava ao serviço da propaganda, ou melhor, da ética intensamente laica e cívica tão típica da ideologia da III República Francesa, que aqui tem uma das aplicações portuguesas mais voluntariosas, mais sensacionais e mais conseguidas. Desse pendor cívico ressalte-se a fabulosa figuração dos heróis nacionais – a começar por Viriato – nos opulentos medalhões que enquadram a decoração do tecto, bem como a figuração dos brasões heráldicos citadinaos, em que a coroa (real ou mural) foi notoriamente substituída à pressa – em contexto de triunfo da Implantação da República – por improvisadas e inesperadíssimas estrelas de cinco pontas!. Ora, se estes brasões, aplicados nos panos triangulares correspondentes aos dois lances superiores da escadaria, já são realizados em muito vistoso azulejo polícromo, o resto da decoração parietal da caixa da escadaria bem como respectivo tecto são realizados a fresco, numa técnica com bem poucas tradições entre nós.

Registem-se mais três exemplos – entre tantos outros que poderiam ser referidos – de belas e monumentais escadarias oitocentistas: a dos “Paços do Concelho” de Vila Nova de Foz Côa (de c. de 1850) e as das Câmaras de Lamego ou de S. Pedro do Sul – estas duas adaptadas nos conventos locais dos Agostinhos e dos Franciscanos, respectivamente.

²⁹ Robert C. Smith, *Ob. Cit*, p. 25 (sublinhados nossos).

assinaladas por Robert C. Smith entre a casa da câmara de Braga e a Casa do Raio, aquele autor assinala “duas diferenças fundamentais”:

“a planta da casa da câmara de Braga segue também à (sic) casa do Raio na colocação de dois blocos de apartamentos aos dois lados da escada, cada um com as duas salas mencionadas no contrato com o carpinteiro Domingos Pereira. Há, porém, duas diferenças fundamentais. **Na casa de João Duarte de Faria existe uma sala com uma nobre portada esculpida na cabeceira da escada e ocupando o centro da fachada principal**, enquanto **na casa da câmara toda esta zona ficou aberta**, dando ao interior um efeito extremamente espaçoso e proporcionando ao exterior uma grandiosa perspectiva através de todo o palácio”³⁰.

Isto é, enquanto a *Casa do Raio*, enquanto residência privada que é, detém a sua *única sala nobre no topo da escadaria* de aparato, bem no centro da planta do piso nobre e da própria fachada, a casa da câmara apresenta naquele patamar *duas* portas monumentais, ambas nobilitadas com brasões mas orientadas em sentidos opostos, cada uma dando acesso a uma sala nobre. Com efeito, no momento da sua construção, previra-se naturalmente que uma daquelas portas desse para a *sala das audiências* e a outra para a *câmara das vereações*. Como sabemos, esta organização espacial – tão típica das casas da câmara portuguesa e por isso programada desde a raiz para o piso nobre da casa da câmara de Braga – nunca foi levada a cabo na sua pureza tipológica pois, como sabemos, o edifício não foi então concluído³¹. Ainda no século XVIII, houve que improvisar no único corpo então construído as duas dependências essenciais, audiência e sala das vereações, que integravam obrigatoriamente – em Braga, como por toda a parte – o piso nobre das casas da câmara portuguesas³².

As casas da câmara do ciclo pombalino e pós-pombalino são normalmente monumentais – e portanto dotadas de pisos nobres com várias divisões, distribuídas de forma mais elaborada, embora se continuem a construir edifícios concelhios modestos, pequenos e até dependentes de modelos arquitectónicos vernáculos. Porém, face às pequeninas casas da câmara que ainda se constroem por aqui e por ali, ao serviço de concelhos muito pequenos e

³⁰ Id., *Ibidem*, p. 26 (sublinhados nossos).

³¹ A construção do segundo corpo (o do lado oposto à Sé, do lado direito de quem olha para o edifício) em meados do século XIX, quando se compraram as casas onde assenta, respeitou escrupulosamente a composição das fachadas exteriores da casa da câmara mas não respeitou a planta do piso nobre do projecto inicial. Por outro lado, a audiência e a câmara das vereações primitivas (localizadas no lance oposto, do lado da Sé) foram decoradas já nos finais do século XIX, aparentemente durante o Reinado de Luís I. Quando ao lance oposto não chegou a ser verdadeiramente decorado, mantendo ainda hoje um aspecto estranha e inesperadamente utilitário.

³² O edifício apenas seria concluído nos meados do século XIX, depois de se terem comprado umas casas que lhe ficavam anexas. Estas foram então demolidas, o que possibilitou a conclusão do edifício, de acordo com o projecto inicial. Porém, a decoração do interior do edifício assinala bem as dificuldades de conclusão do mesmo. Com efeito, a primitiva audiência, transformada em salão nobre da câmara, foi decorada algures os finais do século XIX. Porém, o corpo do edifício só construído no século XIX nunca chegou a ser decorado, mantendo-se ainda hoje enquanto espaço meramente utilitário, sem qualquer ornato assinalável.

pobres, prevalecem os edifícios monumentais. No entanto, rica ou pobre, a organização da planta do piso nobre respeita sempre uma das variantes acabadas de recensear. Exemplos de casas da câmara com escadaria interior de aparato e com pisos nobres mais ou menos simétricos e remontando aos últimos reinados e aos momentos derradeiros do Antigo Regime, são proporcionados pelas de concelhos como Penafiel, Aveiro, Macieira de Cambra (Vale de Cambra) ou, a Sul do Tejo, pelas casas da câmara do Alandroal, Borba ou Redondo, todas elas pombalinas e todas elas com escadarias e com pisos nobres com uma composição semelhante à que acabámos de encontrar noutras casas da câmara de outras regiões do país. Destaque-se a casa da câmara de Borba, uma das mais monumentais e mais bem conservadas de Portugal, que detém uma das mais sumptuosas escadarias nobres. Construída em mármore, a sua tipologia segue fielmente a da escadaria interior barroca de lance comum inicial / patamar intermédio / dois lances superiores a convergirem num patamar superior para onde se abrem as duas dependências principais do piso nobre. Mas a escadaria de Borba merece destaque ainda pelo finíssimo trabalho de modelação em que são dados os ornatos de inspiração *rocaille* que a decoram.

Porém, retomando o tema central da organização espacial das plantas quer do piso térreo quer do piso nobre, cumpre dizer que *aquela organização transparece nas próprias fachadas* das velhas casas da câmara portuguesas. Por isso, o estudo destas, proposto em seguida, é uma componente fundamental para a restituição plena da tipologia que vimos estudando.

10 – A fachada das casas da câmara portuguesas

Independentemente da época de construção, do tamanho, da riqueza, da complexidade ou de erudição do seu desenho global, a casa da câmara proporciona quase sempre uma fachada urbana arquitectonicamente relevante e reconhecível. Nessa fachada existe a sua única entrada ou pelo menos a sua entrada principal: por aí se entra e se sai, por aí se acede aos diversos “serviços” instalados na casa da câmara, por aí se acede às diversas instâncias de poder e de autoridade aí alojadas. Consequentemente, na rua ou praça fronteira se organizam mercados, festas e cortejos. Espaços colectivos por excelência, a rua e a praça são os lugares mais óbvios dos ajuntamentos que têm nos *alpendres*, nas *escadas*, nos *balcões*, nas *varandas*, ou nas *janelas* da casa da câmara o epicentro da vida colectiva na sua dimensão irredutivelmente laica, cívica e mesmo política. Aí se publicam avisos, anúncios, posturas e pelouros que irão marcar a vida da comunidade local. O jogo dinâmico entre a praça (ou a rua) e a casa da câmara, entre os moradores e os oficiais camarários, entre o espaço aberto e o espaço reservado da câmara das vereações terá nas janelas ou na varanda ou nas varandas da casa da câmara o seu ponto fulcral³³.

Localizadas bem no centro da sua fachada, as janelas ou a varanda da casa da câmara enquadram, sinalizam, consagram e como que sintetizam praticamente todos os momentos importantes do quotidiano e do pulsar locais, materializados nos pequenos factos e rituais de uma vida colectiva rotineira, previsível e que não admite rupturas nem inovações. Mas mesmo estas, nos raríssimos momentos de fervor revolucionário ou para-revolucionário, também têm o seu local de eleição nas janelas ou nas varandas da casa da câmara, enquanto prolongamento ou mesmo projecção simbólica quer da câmara das vereações, quer da própria praça ou da rua fronteiras. Assim, um facto histórico tão tardio e tão assumida e vincadamente urbano como a Proclamação da República Portuguesa, a 5 de Outubro de

³³ A janela da casa da câmara é de facto o camarote ideal para os grandes assistirem às mais diversas festividades, nomeadamente durante as entradas régias nas respectivas localidades. Assim, a 27 de Janeiro de 1573, aquando da entrada de D. Sebastião em Silves, “à tarde teve **toros, os quais foi ver da Câmara da cidade, onde lhe concertaram uma janela**”, João Cascão, *Relação da Jornada...*, in Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, Academia Portuguesa de História, 2.ª Edição, Lisboa, 1987, p. 270. Do mesmo modo, a 11 de Fevereiro do mesmo ano, aquando da entrada do mesmo rei na cidade de Elvas (onde dormiria), “à tarde teve El-Rei **toros, os quais viu da Câmara da Cidade numa janela**”, João Cascão, *Relação da Jornada...*, in Joaquim Veríssimo Serrão, *Ibidem*, p. 276.

1910 – celebrado justamente nas varandas da Casa da Câmara de Lisboa! – teve precedentes históricos por todo o país.

Um bom exemplo é proporcionado pela aclamação, na casa da câmara de Cascais, de D. João VI, enquanto Rei Absoluto, após a contra-revolução da Vilafrancada, acto que teve lugar a 1 de Junho de 1823, dia em que, “nesta villa de Cascais se fez a aclamação d’El-Rey Nosso Senhor Livre e independente”. Foi então que,

“pelas 10 horas da manhã se reuniram nos Paços do Conselho os ditos Ministro [Juiz de Fora], Governador, Camara Constitucional, e os que compunhão a Camara antecessora, que por ordem do dito Ministro tinham sido mandados avizar, e bem assim o Clero, Nobreza e Povo e logo o dito Juiz de Fora fez hum breve discurso, mostrando qual era a vontade do Povo, e que se devia aclamar El-Rei o Senhor Dom João Sexto, Mui livre, e independente, e haver por não existente a Constituição de 1822”.

Findo o auto e esclarecidas algumas questões protocolares,

“logo todos os que presentes estavam romperão em vivas d’allegria [e] o dito Juiz de Fora **chegando a Baranda dos Paços do Concelho fez huma fala ao Povo, que se achava na Praça**, recomendando o sucego e dando os seguintes vivas: Viva El-Rei Nosso Senhor Livre e independente, viva a Familia Real, viva a Religião Catholica Apostolica Romana”³⁴.

Séculos antes, a Proclamação da Restauração do Reino tivera também lugar nas varandas da casa da câmara de Portalegre em certo dia de Dezembro de 1640:

“«REAL, REAL, POR D. JOÃO IV, REI DE PORTUGAL!» - ESTE FOI O GRITO DE PROCLAMAÇÃO SOLTADO DO PAÇO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, MAL NA CIDADE HOUVE NOTÍCIA DA REVOLTA DE 1640”

– como se lê na inscrição constante da tapeçaria monumental (datada aparentemente dos Anos 50 do século XX) existente na Câmara Municipal celebrando o episódio. Foi também nas praças e nas varandas das câmaras da vila da Praia e da cidade de Angra, na Ilha Terceira, que se celebrou a Restauração e se aclamou a realeza do Duque de Bragança, a 24 e a 27 de Março de 1641, respectivamente – episódios patrióticos aplicadamente

³⁴ “Registo da Certidão d’Aclamação de El-Rei”, Cascais, 21-6-1823, in Arquivo Histórico Municipal de Cascais – AHMC/ALL – CMC/B/A/001/ Livro 277 – *Livro de Autos e Acórdãos, 1823-1824*, f. 22 v.

Note-se que a celebração tão festiva da Vilafrancada deixa intuir um ambiente político local muito reaccionário. Com efeito, dez anos depois, a aclamação da Rainha D. Maria II, realizada em Cascais a 26-7-1833, isto é, apenas dois dias após o histórico desembarque do Duque da Terceira em Lisboa, ocorrido a 24 de Julho, foi muito menos efusiva, apesar de também ter tido lugar “nesta Villa de Cascaes e Paços do Concelho, aonde se achavão congregados Clero, Nobreza e Povo, alem dos membros de que o mesmo Senado se compoem; e por todos concordemente foi declarada a demonstração mais viva de regozijo a que dá motivo o restabelecimento do feliz Governo das Rainha Fidelissima a Senhora D. Maria Segunda, que anciozamente se esperava, e todos com a mesma unanimidade renovão seus juramentos e protestos de fidelidade à mesma Real Senhora e a quem legitimamente a representar”, ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS - AHMC/ALL – CMC/B/A/001/ Livro 313 - *Livro de Autos e Acórdãos, 1830-1833*: Auto de Aclamação realizado a 26-7-1833, f. 56v.

evocados em painéis de azulejos alusivos pelo pintor e azulejista L. Batistini, existentes no átrio do palácio onde está instalado o Arquivo Histórico de Angra do Heroísmo³⁵.

Quase sempre destacadas arquitectonicamente e também quase sempre localizadas nos pontos mais estratégicos da casa da câmara, as *varandas* suscitam o estudo das respectivas fachadas enquanto *rosto* do edifício mas também enquanto moldura de pedra e cal ao serviço de um poder local efectivo e cuja legitimidade não oferecia contestação nem réplica. Mas a relevância das fachadas da casa da câmara ultrapassava em muito o seu imenso valor funcional e o seu transcendente valor simbólico, pois detinham um valor compositivo, isto é, arquitectónico, do maior interesse, pelo que merecem recensão e estudo.

Antes, porém, convém recordar que esta recensão suscita algumas questões, a começar pela das casas da câmara hoje perdidas (de algumas das quais muitas vezes ignoramos a própria localização), passando pela questão da sua por vezes muito discutível identificação – o que suscita a questão da efectiva existência de antigas casas da câmara atípicas, isto é, de casas que, embora em número reduzido e por motivos que nos escapam, fugiram à tipologia que vimos estudando. Enfim, a recensão das fachadas das casas da câmara portuguesas depara-se com a existência de edifícios que chegaram até nós na maior ruína, muito transformados ou mesmo desfigurados, vítimas de abandono ou de intervenções muito infelizes e descaracterizadoras. Face a estas dificuldades, ganham um valor documental acrescido as descrições, os testemunhos pessoais e ainda os desenhos e as fotografias antigas que, apesar do seu pequeno número, constituem fontes preciosas para o levantamento que agora se propõe. No entanto, este assenta essencialmente nas observações directas feitas no decurso do trabalho de campo inerente ao presente estudo.

Uma última consideração deve ser levada em conta: decorrente da sua efectiva implantação na malha urbana local, as casas da câmara podiam, como já sabemos, estar isoladas na praça ou estarem mais ou menos integradas no casario circundante e terem por isso um número de fachadas relativamente variável. Deve notar-se, além disso, que essas fachadas podiam ter alturas muito diferentes devido aos desníveis do terreno de implantação

³⁵ Os painéis têm as seguintes legendas: “ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV NA VILA DA PRAIA NO DIA 24 DE MARÇO DE 1641” e “O POVO DE ANGRA ACLAMA D. JOÃO IV NO DIA 27 DE MARÇO DE 1641”.

Idêntico episódio ocorrera às portas da casa da câmara de Santarém, a 5 de Dezembro de 1640, evocado numa epígrafe alusiva, colocada em 1935 na muito transformada fachada daquele edifício: “1640-1935 / NO DIA 5 DE DEZEMBRO DE 1640 FERNÃO TELES DE MENEZES, CONDE DE UNHÃO, VEIO APEAR-SE ÀS PORTAS DOS PAÇOS DO CONCELHO, E TOMANDO A BANDEIRA DA VILA, SEGUIDO DOS FIDALGOS E POVO, SAUDOU O NOVO REI PORTUGUÊS D. JOÃO IV, NO MEIO DAS PROVAS MAIS AFECTUOSAS DE CONTENTAMENTO. / REBELO DA SILVA / HISTÓRIA DE PORTUGAL. TOMO IV”.

e casas da câmara há cujas fachadas detêm composições arquitectónicas totalmente diferentes, devido a reconstruções e actualizações parciais dos edifícios concelhios. Um bom exemplo destas diferenças é proporcionado pela casa da câmara de Castelo Mendo (Almeida) que apresenta duas frentes absolutamente desiguais³⁶.

Localizada sobre a muralha medieval, junto à porta principal da vila (hoje demolida), a entrada da casa da câmara de Castelo Mendo faz-se por uma fachada provavelmente tardo-quincentista, de escala rasante, voltada para a vila, onde se abre um pórtico muito pitoresco e quase vernáculo, por onde se faz o acesso ao edifício [Fig.^a 280]. Porém, voltada para a praça fronteira, aberta no “rossio” exterior contíguo à antiga porta da vila, a casa da câmara ostenta uma fachada da maior monumentalidade e actualização, com o seu embasamento poderoso, as suas pilastras colossais e a sua cornija muito projectada a dominar o conjunto [Fig.^a 281]. No piso térreo desta fachada, oportunamente ampliada, rasgam-se as duas janelas das enxovias e um pequeno janelo de uma arrecadação, próprio de uma casa que também tinha a função de abrigar periodicamente os Corregedores da Comarca, os seus criados e os seus pertences. No altíssimo piso nobre, a fachada ostenta quatro janelas, correspondentes às componentes esperáveis numa casa deste tipo: a *audiência*, a *câmara* das vereações e certamente a *aposentadoria* dos Corregedores, tendo em conta a lareira monumental que a casa da câmara de Castelo Mendo conserva.

Na recensão que agora se propõe consideraremos, salvo indicação em contrário, apenas a fachada principal. Ora, cumpre referir desde já que estas fachadas se cingem – independentemente da época da sua construção, do seu tamanho ou da riqueza do concelho a que pertenciam – a fachadas de dois tipos: as fachadas mais ou menos informais ou, pelo contrário, as fachadas organizadas segundo princípios de composição mais ou menos erudita, como veremos a seguir.

³⁶ Outros excelentes exemplos de fachadas profundamente assimétricas são proporcionados por casas da câmara como as de Elvas, de Évora (hoje perdida), de Moura, a da Vidigueira, a antiga de Cuba, a do Alvito ou a de Tavira (esta reconstruída com muita fidelidade nos anos 50 do século XX). No Norte, registem-se (entre tantas outras!) as assimetrias das fachadas principal e lateral de Viana de Foz do Lima, de Miranda do Douro ou da casa da câmara de Pinhel (da primeira metade do século XVIII; esta com três fachadas diferentes). Todos estes edifícios apresentam fachadas – contíguas ou não – muito desiguais mas todas elas merecedoras de reparo, dadas as suas evidentes qualidades e pretensões arquitectónicas.

10.1 – Fachada informal

Como já sabemos, as casas da câmara estavam ao serviço de um poder local que – apesar de enquadrado e legitimado institucional e juridicamente pelas *Ordenações do Reino* – tinha uma natureza em muito grande parte *popular*, quer pela sua própria implantação e âmbito de actuação, quer pelas suas funções e atributos essenciais, quer, enfim, pela origem social da generalidade dos seus agentes. Criados e estruturados ao serviço dos povos e das comunidades de vizinhos, cujas formas de organização e até de sociabilidade regulavam, emergindo como que de baixo para cima, os concelhos portugueses – ou pelo menos uma parte muito significativa destes – eram instâncias de poder de certo modo muito rasantes.

Esta situação permitiu a emergência de casas da câmara em tudo iguais, aparentemente, às dos modestos proprietários e lavradores da região – não fossem as funções aí exercidas e a presença mais ou menos enfática dos inerentes sinais e atributos simbólicos na fachada das mesmas. Por isso, as casas do concelho eram muitas vezes pequenas, pobres e arquitectonicamente muito despretensiosas, partilhando das características das casas mais vernáculas da região, nomeadamente ao nível das respectivas fachadas, o que torna, como já sabemos, a sua localização e a sua identificação por vezes muito difíceis. As fachadas de muitas das casas da câmara portuguesas estavam normalmente desprovidas de quaisquer elementos decorativos e muito menos de quaisquer pretensões compositivas. Este despojamento sobreviveu longamente, pelo que em pleno século XVIII e mesmo na primeira metade do século XIX ainda encontramos ao longo do Reino casas da câmara extremamente modestas e arquitectonicamente muito simples em uso e mesmo em construção. Assim, as casas da câmara de Anais (Ponte de Lima, de cerca de 1820, hoje bastante descaracterizada), do Soajo (Arcos de Valdevez), de Ribeira de Pena, de Outeiro e de Gostei (ambas no actual Concelho de Bragança), de Vilar Seco da Lomba (Vinhais), de Pinhovelo (Macedo de Cavaleiros) ou de Mós (Torre de Moncorvo) partilham um inegável ar de família com as demais casas destas velhas e históricas vilas.

Atravessado o Rio Douro, as casas da câmara dos antigos concelhos integrados nos actuais distritos de Viseu, Guarda ou Castelo Branco fazem parte de uma paisagem concelhia e arquitectónica muito semelhante. Assim, as velhas casas da câmara de Lalim (Lamego), da Ucanha (Tarouca), de Vila da Ponte (Sernancelhe), de Leomil (Moimenta da Beira), de Ferreira de Aves (Sátão) ou de Janardo (Tondela) [Fig.^a 282] confundem-se com as demais casas das antigas vilas a que pertencem. O mesmo se passa com as de Souto (Penedono), Mesquitela (Celorico da Beira), Jarmelo (Guarda), S. Romão (Seia), Almendra

(Vila Nova de Foz Côa), Vilar Maior e Alfaiates (ambas no actual Concelho do Sabugal) ou mesmo com a tardia casa da câmara do Sabugal – ou, mais a Sul, com as casas da câmara da Bemposta (Penamacor) ou de Idanha a Velha (Idanha a Nova): também todas estas casas se irmanam, pela sua localização, pelas suas dimensões, ou pelo seu desenho global, às casas vizinhas.

Sempre a Sul do Rio Douro, o mesmo se passa com a casa da câmara do antigo Concelho de Fervedo (Arouca), certamente anterior ao século XVIII. A par da bela escadaria, quase brutalista, desta casa da câmara, merece reparo, face à presença de molduras de portas e janelas, a ausência de cornija ou de pilastras (e mesmo de brasão com as armas reais), esperáveis num edifício cujas funções essenciais eram as de abrigar o poder concelhio e os seus agentes. Com efeito, quer pelo seu desenho global, quer pelas suas dimensões, quer pela sua escala, também a casa da câmara de Fervedo se irmana com as casas dos lavradores e demais proprietários daquela antiga vila.

O mesmo se passa na parte mais ocidental da bacia do Mondego, onde se registam as casas da câmara modestas e vernáculas de Maiorca (Figueira da Foz), Avô [Fig.^a 283] e Penalva de Alva (ambas no actual Concelho de Oliveira do Hospital), bem como a rusticidade da tardia casa da câmara do antigo Concelho de Fajão (Pampilhosa da Serra), hoje muito abastardada. No actual Distrito de Leiria, integram esta família as casas da câmara de Aljubarrota (Alcobaça), Atouguia da Baleia (Peniche) e Monte Real (Leiria). No actual Distrito de Santarém, refiram-se a perdida casa da câmara de Cardigos (Mação) [Fig.^a 284] ou a da Azambujeira (Rio Maior) e no Distrito de Lisboa a de Alcoentre (Azambuja). A Sul do Tejo são praticamente residuais as casas da câmara de inspiração vernácula. Registem-se apenas as casas da câmara quinhentistas de Benavente (de há muito perdida, mas de que há descrição), a primitiva de Campo Maior (localizada junto ao castelo) ou a muito singela casa da câmara de Vila Nova de Mil Fontes [Fig.^a 285], hoje muito transformada³⁷.

O facto de os edifícios concelhios citados, mais antigos ou mais modernos, se caracterizarem por fachadas muito simples e mesmo banais, em tudo semelhantes às demais

³⁷ A esta lista parece ser de acrescentar a que pensamos ter sido a casa da câmara quinhentista de Almada. Trata-se de uma extraordinária casa, actualmente pintada de amarelo-ocre, dotada de uma vasta varanda corrida para a qual dão duas portas, localizada na actua *Rua do Castelo*, antigo *Largo da Câmara*, como se lê numa inscrição toponímica no local. No largo fronteiro, que ombréia com as traseiras do importante adro da vizinha igreja de S. Tiago, localizava-se comprovadamente o pelourinho da vila de Almada, de há muito demolido. Muito vernácula, esta casa encaixa perfeitamente no que sabemos já da tipologia das velhas casas da câmara portuguesas, apesar de lhe faltarem o brasão e o campanário para o sino da câmara. Ligeiras prospecções poderão confirmar a sua antiga existência bem como a presença eventual de sinais de as janelas do piso térreo terem tido grades, pois estas denotariam a existência de antigas enxovias.

casas sobradadas da região é, porém, um dos poucos factores que trazem algum particularismo regionalista ou mesmo local às velhas casas da câmara portuguesas. Com efeito, uma simples revisitação das mais pequenas e mais simples casas da câmara dos antigos concelhos portugueses traz até nós peças arquitectónicas absolutamente previsíveis no quadro do “complexo histórico-geográfico” local que as ergueu, usou e conservou. Trata-se de casas sempre muito vernáculas e por isso perfeitamente integradas na malha construída da comunidade a que pertencem e que serviram durante séculos. Por isso estas casas da câmara – apesar de sempre filiadas e dependentes de uma tipologia arquitectónica comum – variavam de facto, arquitectonicamente, ao longo do Reino, ao sabor dos materiais de construção usados, dos recursos técnicos e construtivos disponíveis, do gosto e das competências dos mestres e artesãos que as edificaram e decoraram, para lá das variações imposta pelos maiores ou menores recursos financeiros do concelho e pelos próprios desígnios representativos e simbólicos das comunidades que as mandaram construir.

Dada a variação muito acentuada dos diversos “ecossistemas” locais e regionais, cada um portador da sua identidade natural e cultural próprios, não se estranhem as variações do aspecto global destas casas da câmara, traduzidas em presenças visuais muito distintas de região para região. Assim, mesmo quando são extremamente rústicas, algo separa as casas da câmara de Lalim [Fig.^a 286], da Mesquitela [Fig.^a 287], e de Penalva de Alva das casas da câmara igualmente rústicas de Almendra ou de Idanha a Velha. As diferenças acentuam-se quando comparamos estas casas da câmara transmontanas e beirãs com as de Monte Real (Leiria), Azambujeira (Rio Maior) ou a quinhentista de Campo Maior – mas estas diferenças, ou melhor, estas *variações*, são inerentes à efectiva diversidade das paisagens naturais e humanas que se regista no nosso país. São estas diferenças e variantes (que se materializam em inegáveis particularismos construtivos) que justificam, enfim, a efectiva concentração de casas da câmara integráveis na arquitectura vernacular – e portando dotadas de uma fachada que designaremos de “informal” – no Norte e no Centro de Portugal.

Consideramos que o mero enunciado dos nomes acima citados se justifica pois, apesar da sua eventual monotonia, ele conduz-nos directamente à natureza mais íntima do nosso velho e digno poder local e dos seus agentes, quase sempre pragmático e sóbrio. Com efeito, localizadas no Norte ou no Sul, todas as casas da câmara acima citadas se aproximam ou integram o mesmo grupo do que podemos chamar de arquitectura *vernácula*, isto é, de uma arquitectura feita à margem de quaisquer pretensões de composição arquitectónica. As fachadas daquelas casas da câmara não correspondem a qualquer *plano prévio*, a qualquer

projecto que ordenasse os elementos arquitectónicos a integrar, de acordo com qualquer teoria arquitectónica, por elementar que fosse, legitimadora das opções tomadas ou do modelo ou do desenho global escolhidos. Arquitectura-filha da terra, à imagem e semelhança das casas dos seus moradores mais abastados, a arquitectura de muitas casas do concelho era uma arquitectura comum e não pretendia outra coisa que não fosse abrigar com segurança e de uma forma digna e confortável as funções concelhias aí sediadas. Casa de todos, paga e construída por todos para ficar ao serviço de todos, a casa da câmara era também o retrato de todos – gente muito simples, modesta e virtuosa mas também muito ciosa do seu poder colectivo. Por isso a casa do concelho dispensou muitas vezes – e durante séculos – o ornato e sobretudo o uso consciente e informado, voluntarioso ou simplesmente petulante de elementos arquitectónicos importados, cosmopolitas e de inspiração ou natureza erudita.

Uma casa da câmara tão rústica como a da Mesquitela (Celorico da Beira) ilustra bem as palavras anteriores: pelo desenho, pelas dimensões ou pela ausência de ornatos visíveis nas suas fachadas, ela irmana-se às demais casas daquela região das Beiras. O mesmo se passava com as de Outeiro de Miranda (Bragança), Lalim (Lamego), ou de Penalva de Alva (Oliveira do Hospital), por exemplo – todas elas com uma dimensão e uma escala a que quase poderíamos chamar de vilã e a que apenas o *campanário*, o *brasão* (ausente em Penalva de Alva) ou as *grades* do que foram a respectivas enxovias (sobreviventes em Lalim) davam um carácter distintivo, distinguindo-as das casas modestas das vizinhanças, o que permitia a sua identificação por todos. Com efeito, a casa da câmara de Penalva de Alva (Oliveira do Hospital), por exemplo, era servida por uma modestíssima fachada principal, térrea, onde apenas se rasga a porta de entrada do edifício [Fig.^a 288]. Não fora o pelourinho fronteiro, a datação (MDCCLVIII, dada em caracteres extremamente rústicos, aliás), o campanário e as grades das duas janelas das respectivas enxovias (das quais uma está hoje transformada em porta) e ninguém veria naquele tão modesto edifício a casa do concelho. O mesmo se diga, enfim, da casa da câmara de Montalvão (Nisa) que, apesar dos seus três andares, da sua cornija e até das molduras de granito de algumas das suas aberturas, não tem duas portas nem duas janelas iguais! [Fig.^a 289]. Com efeito, as aberturas, embora relativamente alinhadas vertical e horizontalmente, estão muito longe – pela sua implantação na fachada, pela sua forma e até pelas suas dimensões! – de configurarem uma fachada minimamente organizada e regular. Aliás, da desigual distribuição e da variedade da forma daquelas aberturas decorre muito do encanto daquela tão singular e tão rústica fachada. Algo de semelhante se passa com a fachada da muito bela

casa da câmara de Pavia (Mora), que, tendo tido obra importantes por volta de 1820, remonta certamente ao século XVI. Apesar de princípios ordenadores de natureza erudita, dados pelas pilastras e a cornija, a composição, a inserção e a própria variedade das aberturas da sua fachada é de um informalismo a toda a prova – e dele decorre certamente muito do encanto da fachada desta notável casa da câmara.

O mesmo se diria, enfim, de tantas outras casas da câmara pois todas elas, pelas suas dimensões e sobretudo pelo seu carácter vernáculo, na sua informalidade radical, apresentam fachadas extremamente simples, muito longe de quaisquer pretensões compositivas. Com efeito – e apesar das suas qualidades arquitectónicas, dadas pelas suas dimensões e sobretudo pelas suas proporções, pelos materiais de que são feitas, pelo respectivo tratamento e, enfim, pelo agenciamento dos diversos elementos construtivos inerentes no espaço disponível – surpreende por vezes o aparente “desinvestimento artístico” das casas da câmara de algumas vilas e cidades portuguesas detentoras de outros edifícios coetâneos, de natureza colectiva ou privada, de insuperável erudição e mesmo da maior monumentalidade. Assim, como interpretar a presença e a conservação do carácter quase brutalista de uma casa da câmara como a de Miranda do Douro, face às culminâncias arquitectónicas e estilísticas da respectiva sé, localizada cento e cinquenta metros adiante? Com efeito, da monumental fábrica da sé local *nada* sobrou, nem materiais, nem mestres pedreiros, nem projectos de desenho que pudessem ser usados ou adaptados (nem que fosse apenas por amostra) para ampliar, enriquecer, modernizar ou tornar mais cosmopolita a então já pequena e antiquada casa da câmara de Miranda, que comprovadamente teve obras no século XVII.

Como explicar que casas da câmara tão antigas e por vezes tão acanhadas como as de cidades como o Porto, Lamego, Viseu, Coimbra, Leiria, Beja, Faro – ou mesmo Évora ou Lisboa – tenham sobrevivido intactas e em uso ao longo de praticamente todo o Antigo Regime, enquanto ao seu lado se construía, reconstruía ou actualizavam sés, igrejas, palácios e solares de toda a natureza – todos eles quase sempre do maior aparato, monumentalidade e erudição? Como explicar a sobrevivência de casas da câmara pequenas e modestas, em vilas e cidades ricas ou importantes como o eram as de Bragança, Amarante, Pinhel, Alcobaça ou Elvas? Como explicar a conservação de casas da câmara acanhadas e arquitectonicamente despretensiosas, ao lado de conventos gigantescos, de igrejas monumentais, de solares jactantes de fidalguia, ou de fortalezas imensas e invulneráveis – edifícios estes construídos e reconstruídos à medida dos recursos mais generosos e de acordo com a última moda?

A resposta parece ser só uma: ao serviço de um poder local muito simples, despojado e pragmático, casas da câmara modestas e antiquadas continuavam, séculos depois da sua construção, a servir muito bem as suas funções de sempre, elas próprias essencialmente imutáveis em si. Por isso as vereações não precisavam ou não sentiam a necessidade de as actualizarem, ampliarem ou sequer “deslocalizarem”. A eficácia do seu desenho de base e a sua localização no coração da vila ou cidade a que pertenciam e cujos órgãos concelhios abrigavam – a par da força da tradição, que, em matéria do nosso velho poder local, há sempre que considerar! – fizeram com que as velhas casas da câmara tivessem ou passassem a ter um valor simbólico extremo, o da própria perenidade do concelho e a da sua organização, que se pretendia imutável.

Ora, face às antiquadas, acanhadas, modestas e, nalguns casos, arruinadas casas da câmara das cidades e vilas acabadas de citar – todas elas das mais ricas e poderosas do Reino – não admira que tenham sobrevivido casas da câmara igualmente antiquadas, acanhadas e modestas ao serviço de concelhos muito mais pobres, periféricos ou mesmo isolados. Porém, é neste mesmo quadro, muito conservador, quase estático e como que “embalsamado”, enfim, é face à aparente imutabilidade do nosso velho poder local que as nossas casas da câmara se irão justamente instituir em autêntico e verdadeiro programa, se não mesmo em “manifesto” de actualização, de modernização e de rejuvenescimento da nossa velha e adormecida paisagem concelhia, urbana e mesmo arquitectónica. Ora, diga-se desde já que este rejuvenescimento – que se vive e se sente na maioria das cidades e vilas do Reino e que se manifesta numa efectiva renovação institucional, urbana e arquitectónica, embora sempre muito lenta e por vezes quase imperceptível, mas constante e progressiva, extensiva às cidades e vilas das Ilhas e do Império – tem como dinamizador o processo de construção, renovação e actualização das próprias casas da câmara! Com efeito, em momentos diversos do longo período em estudo, o processo de renovação e actualização das velhas casas da câmara constitui não só um ensaio como um motor efectivo da própria renovação da paisagem concelhia das velhas cidades e vilas do Reino, plasmada no magnífico, variado e riquíssimo *corpus* da nossa velha arquitectura de tutela concelhia, que em momentos muito relevantes do Antigo Regime conheceu episódios evidentes de inegável renovação. É esta aventura e esta pulsão renovadoras que, captáveis sobretudo nas fachadas das casas da câmara portuguesas, iremos considerar em seguida.

10.2 – Entre o vernáculo e o erudito: em busca de uma organização compositiva das fachadas

Vinha de muito longe a demanda por casas da câmara que, pela localização, pelas dimensões, pela forma ou mesmo pelos seus requintes e primores construtivos se distinguíssem das demais casas da comunidade. Há todos os motivos para pensar que esta distinção fosse conscientemente procurada por juízes, vereadores e demais oficiais concelhios enquanto *forma de legitimar, dignificar e monumentalizar o poder concelhio* de que eram agentes. Por isso escolheram, solicitaram ou dinamizaram a construção de casas do concelho que, pela sua inserção ou pela sua própria presença arquitectónica no meio urbano que serviam, pudessem ser o *retrato* eficaz e digno do poder da respectiva comunidade enquanto corpo social e político cujo prestígio e dignidade não tolerava qualquer mancha e muito menos qualquer contestação.

Esta pretensão justificou certamente a escolha, a adaptação ou a própria construção de algumas das mais antigas casas do concelho portuguesas, cuja existência comprovada remonta, como já sabemos, à segunda metade do século XIV. Assim antigas casas do concelho como as de Óbidos [Fig.^a 290] ou de Castelo de Vide [Fig.^a 291] – localizadas *sobre* ruas importantes das respectivas localidades, numa espécie de *passadiços concelhios* apoiados em arcos de passagem muito pitorescos, a cavalo entre duas frentes urbanas, que lhes proporcionavam uma monumentalidade rara – cumpriam perfeitamente as funções (então ainda em vias de definição) que se esperavam da casa-sede do concelho. O mesmo acontecia com as *torres das muralhas*, localizadas junto ou sobre as portas de vilas e cidades, requisitadas e concedidas a concelhos como os de Lamego, Penamacor, Coimbra ou Silves. Esta localização, estratégica como poucas mas, para todos os efeitos, parasitária de estruturas monumentais pré-construídas, proporcionava também às respectivas casas do concelho um ascendente sobre todas as demais casas e paços, públicos ou particulares, da respectiva cidade ou vila – e por isso aquelas casas da câmara sobreviveram e se mantiveram naquelas torres ao serviço dos respectivos concelhos durante séculos, como vimos.

Mas o ascendente, ou melhor, a diferenciação da casa do concelho face às demais podia decorrer de um processo e de propósitos estritamente arquitectónicos. Está neste caso a procura consciente e voluntária de uma tipologia arquitectónica própria e, portanto, talvez exclusiva da casa da câmara enquanto arquitectura de tutela e matriz concelhia. Pensamos

que foi o que se passou com casas da câmara tão antigas como as minhotas de Barcelos³⁸, de Guimarães³⁹ ou de Viana da Foz do Lima⁴⁰ ou as transmontanas de Vila Flor ou de Freixo de Espada à Cinta (esta hoje perdida mas parcialmente “replicada” no edifício que a substituiu na Época do Estado Novo, a actual Biblioteca Municipal) – todas elas assentes sobre amplos e muito desafogados alpendres, aparentemente muito raros na arquitectura medieval portuguesa⁴¹.

Ora, se merece discussão a opção destes concelhos por esta variante tipológica; se merece discussão a própria singularidade, bem como as fontes arquitectónicas da variante escolhida ou mesmo os seus requintes construtivos, o que cumpre assinalar é que aqueles concelhos assumiram voluntariamente o desejo de monumentalização do seu próprio poder concelhio mediante a construção de uma casa do concelho em tudo diferente da esmagadora maioria das casas daquelas localidades⁴².

O processo de “diferenciação construtiva” das casas da câmara face às demais casas da respectiva vila ou cidade podia materializar-se de uma forma mais comum e mais óbvia, mediante o recurso a valores estritamente arquitectónicos. Está neste caso o uso de tecnologias ou, pelo menos, de processos mais sofisticados de construção, o recurso a materiais nobres e ao seu aparelhamento e tratamento muito mais cuidado ou mesmo

³⁸ Trata-se do “paço apoiado em arcadas” de Barcelos. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “o edifício municipal de Barcelos poderia ser posterior a 1484, à execução de D. Fernando, conde de Barcelos e duque de Bragança, às ordens de D. João II e fruto da iniciativa deste monarca: ‘D. João II, após tal acto, deslocou-se até às vilas da Casa da Bragança. Segundo os seus itinerários, publicados por J. Veríssimo Serrão, esteve oito dias [em Barcelos] sem que nada saibamos das resoluções que tomou. Entre estas esteve certamente a construção dos Paços do Concelho, nobilitados por torre e ameias”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal – O Gótico...*, p. 148.

³⁹ “O Paço Municipal de Guimarães (...) é obra dos meados da centúria de Quatrocentos. Para a sua construção ainda se pagava finta no reinado de D. Afonso V”, Id., *Ibidem*, p. 148.

⁴⁰ A Casa da Câmara de Viana do Castelo é “uma construção dos inícios do século XVI posterior a 1501, e que se ergueu no espaço extramuros da Póvoa régia, junto da sua saída para norte. Sabemos que o edifício já estava concluído nos fins da primeira década do século XVI”, Id., *Ibidem*, p. 149.

⁴¹ A este grupo parece poder acrescentar-se a própria casa da câmara do Porto, pelo menos numa das suas formulações medievais. Com efeito, Mário Barroca, recensando o complicado historial desta casa da câmara, refere que “a decisão de se erguer esta nova Casa – aquela de que ainda hoje sobrevivem ruínas – foi tomada apenas em 1350, quando a vereação decidiu erguer *um paço em arcos*. Concluídos em 1390, estavam, logo nos meados do século XV, a necessitar de reconstrução, por cedência dos alicerces e desabamento das estruturas”, Id., *Ibidem*, p. 146.

⁴² Note-se, porém, que chegaram até nós outras casas, privadas e públicas, apoiadas em espaços alpendrados, mas abertos ao exterior e ao público. Um dos casos mais notáveis ocorre justamente em Viana de Foz do Lima e é proporcionado pela famosa “Casa dos Velhos”, provavelmente do século XV, localizada muito perto da praça medieval daquela antiga vila, a dois passos do famoso “penedo” junto do qual decorriam as Assembleias dos Homens-Bons de Viana.

Outro caso notável de casa assente sobre alpendre aberto é proporcionado pela muito mais tardia e famosa casa conhecida por “Mercado dos Escravos” de Lagos que, datável do século XVII, remonta certamente ao século XV. Outro exemplo de casa integralmente apoiada sobre espaços arqueados e alpendrados é proporcionado pela intrigante casa provavelmente setecentista localizada na Praça da Sé de Faro, contígua à fachada da respectiva catedral, face ao Seminário daquela cidade, que ocupa o lado oposto da formosa praça algarvia.

luxuoso. Outro factor de diferenciação estava na presença, por vezes ostensiva, não só de ornatos decorativos explícitos e na de eventuais requintes de desenho, mas também no recurso a elementos arquitectónicos de presença visual tão intensa como *galerias* ou mesmo *ameias* a amenizarem ou a coroarem o topo das respectivas fachadas, como adiante veremos.

Pertencem ao grupo destas casas “arquitectonicamente diferenciadas” das demais casas da comunidade urbana em que se inserem, as casas da câmara integradas no que poderíamos chamar de uma *segunda geração de uma arquitectura concelhia portuguesa*. Esta, coetânea da renovação manuelina dos *Forais*, do famoso *Regimento dos Officiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos* (de 1504), e das sucessivas publicações das *Ordenações Manuelinas*, instituía-se também, à imagem e semelhança destes verdadeiros monumentos jurídicos e institucionais, num *corpus* arquitectónico de âmbito universal, isto é, a aplicar uniforme, simultânea e compulsivamente em todo o Reino. Com efeito, a arquitectura concelhia – ou *camarária*, como também lhe podemos chamar – lançava então as suas raízes no território parcialmente virgem (ou, pelo menos, muito longe da saturação, em matéria de estruturas e equipamentos de tutela concelhia) de um Reino que se queria ideológica, política, social e administrativamente unificado e mesmo monolítico (até em termos religiosos, como sabemos). Porém, esta é uma arquitectura que não é apenas imposta “de cima para baixo”: ela emerge também num sentido inverso, como que de baixo para cima. Com efeito, esta arquitectura concelhia é simultaneamente desejada, querida, assumida e paga pelos velhos concelhos portugueses, tanto pelo conjunto dos vizinhos da respectiva comunidade como pelos seus agentes, juízes, vereadores e demais oficiais camarários.

Integra-se nesta gloriosa família arquitectónica a generalidade das casas da câmara da *Época Manuelina*: todas elas partilham com outras estruturas e equipamentos de tutela concelhia daquela época (pontes, fontes, calçadas, etc.) um requinte construtivo extremo que, pela nobreza dos materiais, pelas dimensões, pela bravura técnica ou pela sua delicadeza compositiva, pelo brilhantismo construtivo ou pelo apuramento dos seus ornatos continuam, cinco séculos depois, a afirmar-se e a distinguir-se facilmente nas velhas paisagens urbanas portuguesas, de que continuam a ser padrões e balizas arquitectónicas essenciais. São aquelas características que nobilitam e distinguem casas da câmara “manuelinas” como as de Vila Pouca de Aguiar [ver atrás **Fig.^a 259**], de Vila Flor, de Marialva (Meda), de Rio de Moinhos (Sátão), de Sortelha (Sabugal), de Penamacor ou de Castelo Novo (Fundão). Foi a solidez e o brilho técnico, a par da inegável harmonia

daquelas casas da câmara que fizeram com que elas tivessem sido imediata e intensivamente emuladas em inúmeros paços e casas, grandes e pequenas, em todas as cidades, vilas e lugares do Reino.

Com efeito, a arquitectura concelhia da Época Manuelina é portadora de valores arquitectónicos óbvios, igualmente diferenciadores e dignificadores das velhas casas da câmara. Estes valores tanto são proporcionados pelo extraordinário equilíbrio das suas proporções e pela sua escala sempre subtil e equilibrada, algures entre o monumental e o humano, como pelo desenho das suas fachadas ou pela própria configuração global dos edifícios, simultaneamente severa e aprazível, austera e amável. Mas aqueles valores arquitectónicos, que registamos nas casas da câmara manuelinas, são proporcionados também tanto pelo tratamento delicado ou simplesmente mais aprimorado de pilares ou arcarias, como pelo recurso a elementos e pormenores construtivos, a labores delicados de molduras de portas e janelas ou dos próprios resguardos de grades de varandas e escadarias. Todos estes valores se intuem na que foi provavelmente a mais bela casa da câmara manuelina – a de Freixo de Espada à Cinta, hoje perdida, mas documentada num precioso desenho provavelmente oitocentista⁴³ que no-la restitui com bastante clareza [Fig.^a 292]. A sua configuração global é muito simples e previsível: de planta rectangular, está organizada em dois pisos, fazendo-se o acesso ao piso nobre por uma escada exterior localizada na fachada lateral. A fachada do piso térreo rasga-se em três arcos contíguos, algo atarracados, a que se sobrepõem, no piso nobre, três amplas janelas. As fachadas eram coroadas por um cordão corrido, em pedraria, tipicamente manuelino, em que, a espaços regulares, se inseriam gárgulas de canhão. Sobre o friso do cordão uma teoria de ameias de recorte também muito característico coroava as fachadas desta casa da câmara⁴⁴. Porém, se a

⁴³ Publicado por Joaquim Augusto Ramos Taborda, *Freixo de Espada à Cinta Monografia*, S.N.I., Lisboa, 1948, p. 64.

⁴⁴ Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca notam que as casas da câmara de Barcelos, Guimarães e Viana, entre outras afinidades, contam “também no coroamento dos edifícios, com o uso dos merlões manuelinos (em Barcelos e em Guimarães fruto de reformas posteriores, em Viana coevos da própria construção). Ora, não podemos deixar de sublinhar como é simbolicamente importante e muito significativa esta apropriação dos merlões pela arquitectura municipal, o que ocorre em paralelo com a arquitectura senhorial, depois de ter sido ‘liberalizado’ o uso dos merlões na arquitectura civil. Efectivamente, depois de, desde os meados do século XIII (com D. Afonso III e D. Dinis), a utilização de merlões na arquitectura civil ter estado sujeita a autorização régia (no quadro do *Ius Crenelandi*), D. Manuel I liberalizou o seu uso, reconhecendo que os merlões já tinham perdido toda a sua valia militar”, Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte...* p. 149.

Entremeados entre as ameias, poderiam assinalar-se ornatos variados, como a estátua que coroa a fachada da casa da câmara de Guimarães, edifício assim descrito por um erudito do princípio do século XX: “a casa dos paços do concelho é um monumento incaracterístico e banal. Levantada sobre uma espécie de galilé, restos, acaso, das antigas *alpenduradas* ou *recebimentos* do velho rocio da Colegiada, decora-a o actual escudo das armas portuguesas, ladeado das clássicas esferas manuelinas, velho e inconsciente tributo prestado por uma tradição ilógica, incoerente e sem crítica, à memória do despótico reformador dos forais, isto é, do primeiro

simples presença destes elementos já proporcionaria notáveis indicadores de prestígio, diferenciação e monumentalização, também aqui o próprio tratamento dado àqueles elementos arquitectónicos acentuava aquelas pretensões e desígnios. Assim, merecem reparo quer o vazio intenso dos três enormes vãos do piso térreo, dado pelos arcos de desenho muito subtil, se não estranho, a cavalo entre o arco apontado e o de volta inteira; quer a densidade extrema e quase marcial do aparelho construtivo, particularmente patente no tratamento do piso nobre; quer o jogo intenso de luz e sombra imposto à fachada principal pelos arcos alpendrados, proporcionador de um diálogo muito enfático entre os vazios dos vãos dos arcos do piso térreo e os elementos “cheios” do piso superior; quer enfim pela sequência repousante das três janelas do piso nobre.

Esta animação da fachada principal repete-se parcialmente na organização da fachada lateral, vincada pela presença da escadaria de acesso ao piso nobre, que está apoiada sobre um arco (hoje parcialmente cego) de configuração aparentemente semelhante aos da fachada principal. À presença visualmente muito forte desta escadaria haveria que acrescentar o respectivo alpendre existente originalmente, pois o desenho bem mostra uma peanha de suporte da estrutura de madeira do telhado do mesmo, bem como um apoio, no topo do resguardo da escada, de onde arrancava a coluna, de madeira ou de pedra, de sustentação do mesmo. Porém, a configuração tão comum e tão previsível do desenho da escadaria e do seu primitivo alpendre atenua parcialmente o dramatismo que caracteriza a fachada principal. Com efeito, o resguardo de pedra, também belamente aparelhado e moldurado desta escadaria, empresta-lhe uma densidade mas também uma pureza extremas. Enfim, o desenho de que nos servimos deixa intuir a beleza da respectiva *inclinação*, que é, aqui como por toda a parte, um dos índices e uma das marcas caracterizadoras e mesmos identitárias mais intensas da nossa velha arquitectura de inspiração vernacular.

Mas a portentosa fachada de Freixo de Espada à Cinta – que foi provavelmente a nossa mais bela casa da câmara manuelina! – ostentava outros elementos diferenciadores e nobilitantes, a começar pelos brasões real e concelhio (este recuperado e aplicado na fachada principal do edifício que substituiu o anterior, a actual Biblioteca Municipal local), que se localizavam na fachada principal, um de cada lado da janela central do piso nobre. Porém,

demolidor e atentador contra as velhas imunidades municipalistas, de altíssima e simpática recordação. Sobre uma espécie de pedestal, sem arte nem fisionomia, misto grosseiro de acrotério e de peanha, ergue-se a figura de um guerreiro armado à fantasia, coberto por um capacete extorquido aos heróis de Homero, e calçando os clássicos coturnos do legendário *Longuinhos*, antes do seu desterro para os montes da Capadócia. Na mão direita empunha uma lança decorativa, e na esquerda abraça um escudo com as divisas da cidade. É naturalmente a estátua de Guimarães, modelada por algum artista enciclopedicamente ignorante, desconhecedor da índole, natureza, história e valor moral d'esta formosa e ilustre cidade do Minho”: José Caldas, “Guimarães”, in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte...*, Vol. 2.º.

os elementos diferenciadores mais intensos eram os que rematavam superiormente as fachadas do edifício e que constituíam uma espécie de *entablamento manuelino* composto de uma muito típica corda ou friso entrançado, a que se sobrepunha um novo friso, agora vazio ou “cego”, sobrepujado pela teoria das ameias manuelinas. Pondo de lado o campanário do sino da câmara, implantado descentradamente entre as ameias da fachada lateral numa época provavelmente posterior, merece reparo este coroamento superior da fachada, que lhe empresta um cunho mais uma vez muito ambíguo, entre o militarista e o civilista, entre o fortificado e o palaciano, irmanando assim esta casa da câmara com a demais arquitectura palaciana ou paçã tardo-medieval portuguesa. Sublinhe-se, enfim, o valor e o significado arquitectónicos deste “entablamento” quinhentista, que dá uma intensa densidade à fachada, como que comprimida pelo seu peso (pelo menos tal como é captável no desenho disponível) – mas dando-lhe também uma monumentalidade certamente ausente nas demais casas da câmara de dimensão semelhante das vilas vizinhas.

Enfim, são todos aqueles valores arquitectónicos de que vimos falando – a que há que acrescentar quase sempre o uso, nobilitador sobre todos, de uma caiação imaculada – que se notam nas fachadas e em particular no tratamento dos vãos de casas da câmara manuelinas ou pós-manuelinas como a de Vila Ruiva (Cuba), de Vila Pouca de Aguiar ou mesmo de Ribeira de Pena. Eles notam-se igualmente na plasticidade quase escultórica das fachadas das casas da câmara de Vila do Conde [Fig.^a 293], da Redinha (Pombal) ou da primitiva casa da câmara das Caldas da Rainha (outrora à ilharga do antigo hospital). O mesmo se nota nas velhas casas da câmara da Muxagata (Vila Nova de Foz Côa), de Pernes (Santarém), de Marvão e aparentemente na das Lages do Pico (Ilha do Pico, Açores, hoje perdida). Nestes últimos casos a plasticidade das fachadas apresenta-se mesmo avivada pelos cunhais que rematam os respectivos panos construtivos, “dados” por um aparelho muito irregular mas muito pitoresco de blocos de pedraria dispostos alternadamente mas travados entre si, visando a maior consolidação do edifícios. São estes requintes, enfim, que perpassam na beleza vibrante dos paramentos, a que o uso intensivo e tão civilizado da cal dá um valor táctil e quase sensual que acaricia e como que humaniza as fachadas de Vila do Conde – permita-se a insistência neste notável edifício, uma das glórias da nossa velha arquitectura concelhia, que ainda por cima é dos mais bem conservados! – Pernes (Santarém), Marvão, Vila Ruiva (Cuba), Campo Maior, Entradas (Castro Verde) ou Lages do Pico – como dignificou outrora as de Almendra ou de Idanha-a-velha – aquela hoje muito transformada e mal conservada, esta vítima de um restauro muito mal aconselhado que,

entre outras coisas, a privou do reboco e do manto de cal diferenciador e mesmo nobilitador, próprio da casa do concelho⁴⁵.

10.3 – Composição erudita

O processo de diferenciação e de nobilitação das velhas casas da câmara entrevê-se sobretudo no recurso voluntário, desejado e procurado de modelos arquitectónicos *cultos*, isto é, não vernaculares, cujo uso proporciona fachadas organizadas formalmente. O recurso a estes modelos, eruditos e importados, contribuiu para que as fachadas das casas da câmara passassem a transcender em muito a mera bravura técnica ou o simples brilhantismo dos ornatos presentes nas casas que acabámos de recensear. É o que veremos a seguir, com a recensão das imensas possibilidades compositivas proporcionadas a muitas das velhas casas da câmara portuguesas pelo recurso, voluntário ou imposto, esclarecido ou ingénuo, a modelos e padrões compositivos inerentes e decorrentes da grande tradição erudita.

10.3.1 – Elementos de composição formal

10.3.1.1 – O embasamento

O primeiro assomo de uma composição arquitectónica formal da fachada das velhas casas da câmara portuguesas denota-se na própria gestão dos dados naturais em que se irá implantar o respectivo edifício. Com efeito, elementos naturais como o relevo, mais ou menos inclinado, muito cedo são superados e como que domesticados – isto é, urbanizados - visando a criação de um plano nivelado, rigorosamente horizontal, onde a casa da câmara se possa implantar da maneira mais regular possível. A criação deste plano artificial e como que abstracto tem as maiores consequências, pois impõe padrões de regularidade óbvios em relação à altura global do edifício e ao seu número de andares e suscita, por outro lado, a emergência e o triunfo cada vez mais intenso de valores compositivos de origem e natureza erudita enquanto elementos ordenadores da composição das respectivas fachadas.

⁴⁵ Muitas outras casas da câmara de origem quinhentista ou até pré-quinhentista se apresentam hoje privadas de reboco e respectiva caiação: é o caso de Leomil (Moimenta da Beira) ou Vila Pouca de Aguiar, por exemplo.

Assim, a análise das fachadas das velhas casas da câmara portuguesas parece dever começar necessariamente pela base, pelo próprio *chão* e pelo consequente levantamento de casos notáveis de inserção dessas casas no próprio terreno, elemento tipológico muito discreto e hoje por vezes quase inobservável ou até apagado. Com efeito, os arranjos urbanísticos das praças e ruas adjacentes às velhas casas da câmara necessária e sistematicamente alteiam, às vezes de uma forma brutal a cota histórica, ou pelo menos a cota vigente à época de construção dos respectivos edifícios. Estes alteamentos contribuem, aliás, para falsear em muito a nossa leitura das fachadas, tanto das casas da câmara como de outras formas de arquitectura histórica. Assim, fachadas hoje muito baixas e até atarracadas como a da casa da câmara provavelmente seiscentista de Outeiro de Miranda (Bragança) ou a de Cascais, esta já muito tardia, datada de 1821, foram inicialmente muito mais altas, desafogadas e airosas. Intervenções urbanísticas e obras sucessivas, a par de calcetamentos e empedrados sobrepostos ao longo de gerações, impuseram o alteamento progressivo dos largos e das ruas circundantes e o consequente “afogamento” não só destes como de muitos outros edifícios históricos, como sabemos.

Ora, face à silenciosa mas efectiva aventura cultural em que se transformou a construção intensiva e quase universal de casas da câmara modernas, cosmopolitas e de desenho erudito (isto é, com fachadas organizadas e ordenadas), que mostra a sua disponibilidade em adoptar modelos importados – permaneceu bem presente uma das características da nossa velha arquitectura de tutela camarária, já atrás repetidamente registada e sublinhada: a do seu evidente pragmatismo e a da sua evidente capacidade de improvisação e de adaptação. Assim, a casa da câmara provavelmente joanina de S. Miguel do Outeiro (Tondela), cujas fachadas são devidamente enquadradas por pilastras colossais e por uma cornija adequada (elementos hoje quase imperceptíveis, devido à tão absurda quanto ignorante remoção dos rebocos e da inerente caição em restauros recentes), como acontece, como veremos, na generalidade das casas da câmara construídas ao longo do século XVIII, ainda assenta parcialmente num muito tosco *barroco* – que assim se chama nas Beiras aos rochedos informes e desmesurados – que, apesar de desbastes recentes, continua muito visível e insólito, na base de uma fachada tão monumental e tão credora de elementos compositivos de origem erudita. Este afloramento granítico, tão visível que até deu o nome à própria rua em que se localiza a casa da câmara, a “Rua do Penedo da Cadeia”, traz até nós a memória de um tempo de há muito revolido em que a arquitectura vernácula e popular, de tutela pública ou privada, se implantava informal e directamente no terreno disponível, sem *embasamentos* ou *socos* artificiais de permeio.

Porém, muito cedo a arquitectura de tutela concelhia se revê no recurso a um *pedimento* monumental ou, pelo menos, muito reforçado. É o que parece entrever-se na base da casa da câmara de Seia, muito provavelmente localizada sobre a muralha medieval, no ponto em que esta se abria para um rossio amplo, a seu tempo urbanizado e nobilitado com a localização da Misericórdia no seu extremo oposto. Com efeito, tanto o *soco* em que assenta a casa da câmara, provavelmente seiscentista, como o muito poderoso *embasamento* que sustenta aquele, remontam ou pertenceram mesmo às próprias muralhas medievais. Embasamento igualmente reforçado e ostensivamente destacado é o que sustenta a base da notável fachada da casa da câmara de Alpedrinha, que apenas é interrompido para dar lugar ao ragamento das portas térreas daquela casa da câmara. Outro embasamento excepcional é o que sustenta a pequena e algo atarracada casa da câmara de Sever do Vouga, de provável origem quinhentista [Fig.^a 294]. Surpreende, com efeito, o soco imponente e mesmo brutalista desta casa da câmara, certamente uma das mais seguras de Portugal, a ter em conta a própria grossura das paredes, estranha e absurdamente reforçadas num edifício tão modesto, ao serviço de um outrora pequeno e obscuro concelho. Infinitamente mais discreto é o embasamento da casa da câmara de Mafra, que assinala e vence a inclinação muito suave do respectivo terreno de implantação. Tratando-se de um edifício localizado em terras saloias, de alvenarias frágeis, o pedimento é apenas sinalizado como que “graficamente”, sendo definido apenas pelo tratamento diferenciado dos rebocos, neste caso mediante o recurso a uma textura típica, muito áspera, dada ao reboco que sinaliza aquele embasamento, bem diferente da textura macia que cobre o resto da superfície das fachadas⁴⁶.

Porém, o recurso a um embasamento pode ser visualmente mais afirmativo e pode mesmo alcançar um cunho muito erudito. É o caso do que sustenta a casa da câmara quinhentista de Tomar. Implantada num terreno de aluvião, em terra de pedra branda e de alvenarias muito frágeis, o edifício – a maior e mais monumental casa da câmara quinhentista portuguesa – assenta em alicerces muito reforçados cujo topo aflora à superfície. Sobre eles se ergue um *soco* contínuo que sustenta o edifício e em que se apoia o “rodapé” contínuo que constitui a base estrutural de todas as paredes e de onde emergem as pilastras que enquadram as quatro fachadas do edifício. Mas aquele *soco* faz ao mesmo tempo de banco corrido, dando um ar humanizado e muito familiar ao erudito edifício. Com efeito, a presença deste soco – para lá das suas funções construtivas “portantes” e do seu

⁴⁶ Caso bem diferente é hoje proporcionado pelo embasamento “falso” da casa da câmara de Vila de Frades (Vidigueira). Este resulta da aplicação, em obras recentes, de pequenas lajes de xisto, de execução muito fruste, a imitar de uma forma extremamente artificial um aparelho mais ou menos rústico.

papel enquanto base da composição arquitectónica das fachadas, contribui ao mesmo tempo para facilitar a “aclimatação” deste tão vanguardista edifício na velha paisagem concelhia portuguesa, cujas tradições se atinham e se reviam num *assento colectivo*, interior ou exterior, sempre muito comprido e contínuo. Ora, a presença daquele *assento corrido* na base da fachada erudita de Tomar [Fig.^a 295] contribui para atenuar a impressão causada por este edifício tão inovador, pois o assento corrido de uso colectivo era um elemento-base comum e necessário, sempre ao serviço e para uso da comunidade de vizinhos (ou de fiéis) tanto em espaços abertos de praças e adros, como no interior de edifícios públicos como a velha casa da câmara de Bragança⁴⁷ – ou no exterior de uma casa da câmara tão tardia como a de Esposende [Fig.^a 296], que remonta à época de D. Maria I.

Muito longe do cosmopolitismo e da centralidade da antiga vila de Tomar, outras casas da câmara se erguem sobre socos dignos de referência. Todas elas remontam ao século XVIII e à Época Barroca ou Pós-Barroca e, curiosamente, todas elas pertencem a velhos e até obscuros concelhos do Norte do Reino, a região onde as características orográficas dos espaços de implantação exigiam um embasamento que fizesse a ligação entre os dados naturais e os dados do elemento construído. Assim, as belas casas da câmara de Valadares (Monção) ou de Couto de Esteves (Sever do Vouga), ambas provavelmente da primeira metade do século XVIII, assentam em socos ainda hoje bem visíveis, apesar dos alteamentos verificados no piso da rua e da praça respectivas em que estão localizadas.

Socos mais evidentes e importantes registam-se nas casas da câmara de Torre de Ervededo (Chaves), que ultrapassa um metro de altura e que suporta o rodapé corrido em que se apoiam os panos das fachadas, que aqui conservaram o competente reboco caiado. O mesmo se passa na pequenina casa da câmara de Ermelo (Mondim de Basto), onde um soco caiado vence o desnível muito acentuado da fachada lateral do edifício e sobre o qual assenta uma moldura horizontal de perfil muito discreto mas com o tamanho suficiente (cerca de 30cm) para visual e simbolicamente assinalar a base daquela puríssima fachada lateral, de que voltaremos a falar. Sempre da mesma época, a casa da câmara de S. Martinho de Mouros (Resende) apresentam um dos mais monumentais embasamentos de todas as velhas casas da câmara portuguesas [Fig.^a 297]. Ultrapassando o metro e meio de altura, o soco deste edifício, excepcionalmente bem aparelhado, institui-se num autêntico *pódio*

⁴⁷ Exemplos de espaços públicos detentores de compridos assentos corridos são a igreja românica de Bravães (Ponte da Barca) ou a igreja manuelina do Alvito. Ambas as igrejas conservam, com efeito, assentos – em pedra e em alvenaria, respectivamente – adossados às paredes laterais, para uso dos fiéis.

monumentalizado de suporte à respectiva casa da câmara, a que dá uma presença arquitectónica muito intensa.

Um pódio igualmente muito reforçado regista-se na casa da câmara pombalina de Pombal, que detém um envasamento contínuo muito saliente, sobre o qual assenta, numa solução de continuidade, o corpo inferior da fachada do nobre edifício. Mais uma vez em terra de alvenarias frágeis, o tratamento homogéneo e quase massivo do embasamento e do corpo inferior da fachada, dados com uma pedra branda mas belamente aparelhada, não só dá uma maior segurança ao edifício como lhe acrescenta uma presença e uma monumentalidade raras na velha arquitectura concelhia portuguesa.

O mesmo se passa nas casas da câmara Pós-Pombalinas de Penafiel ou de Ponte da Barca. Com efeito, para vencer a forte inclinação do terreno onde está implantada, a casa da câmara de Penafiel apoia-se no que é provavelmente o mais poderoso e reforçado embasamento de todas as antigas casas da câmara portuguesas [Fig.^a 298]. Também a casa da câmara de Ponte da Barca que está localizada na rua que atravessa a vila e que conduz à ponte e ao alpendre coberto do mercado local, já atrás referido, tem que vencer a inclinação do terreno de implantação. Assim, no seu ponto de cota mais inferior, o embasamento ainda hoje tem cerca de 1m de altura. Sobre esse embasamento contínuo assentam as pilastras colossais e a teoria de arcadas dos dois corpos que ladeiam o corpo central do belíssimo edifício, contribuindo para acentuar a sua excepcional presença arquitectónica e a sua inerente monumentalidade.

Pouco posteriores à casa da câmara de Ponte da Barca, também as casas da câmara de S. Miguel de Riba-Tua (Alijó), do Rabaçal (Penela) e de Macieira de Cambra (Vale de Cambra) – todas elas datáveis de cerca de 1820 – exibem ainda hoje os respectivos socos de sustentação. Assinale-se, porém, o da fachada lateral de Macieira de Cambra, que chega a alcançar uma altura visível de mais de metro e meio [Fig.^a 299]. Sobre ele se estriba o “rodapé” que sustenta o pano da respectiva fachada deste estranho edifício que exhibe a mais intrigante fachada posterior de toda a nossa arquitectura camarária, como veremos adiante.

10.3.1.2 – Cunhais, pilastras e cornijas

Para lá dos embasamentos, os elementos mais simples, mais estruturantes e mais comuns de uma fachada organizada são – para lá das aberturas e das escadarias, adiante estudadas – os *cunhais* ou as *pilastras* e, no topo da mesma, a respectiva *cornija*. Recensear-

se-ão em seguida casos relevantes em que estes elementos aparecem em toda a sua plenitude e complexidade enquanto elementos não só enquadramentos da fachada, a que fixam os limites laterais e superiores, mas também enquanto elementos estruturantes da mesma, no esplendor formal de uma composição plenamente articulada segundo a grande tradição erudita.

Tão interessantes como essas fachadas complexas e formalmente correctas são, porém, as inúmeras fachadas cujas pilastras não sustentam cornijas ou (caso muito mais comum) aquelas em que as cornijas não se apoiam em pilastras. Assim surgem fachadas formalmente muito imperfeitas, que apresentam aqueles dois elementos compositivos isolados ou profundamente desarticulados entre si. Esta desorganização formal das fachadas, ou melhor, o recurso como que inconsequente a elementos compositivos eruditos reconduz-nos a um tempo longo (de datação muito difusa) de improvisação, de importação e de aplicação voluntariosa mas ingénua, desajustada e sobretudo muito desajeitada de modelos estranhos. Enfim, aquelas fachadas formalmente imperfeitas remetem-nos para um momento histórico e cultural particularmente sensível – captável no desenho de inúmeras casas da câmara ao serviço de inúmeros concelhos ao longo de todo o Reino – em que o vernáculo dá a vez ao elaborado, em que o autóctone cede ao importado, em que o popular cede ao erudito, enfim, ao momento em que o pulsar espontâneo cede o lugar ao desígnio formalista. Trata-se de um momento cultural sensível sobre todos, em que a adaptação do *novo* traz ganhos inapreciáveis mas implica custos e perdas – a perda de uma tradição secular e dos seus valores, assim como a corrupção ou mesmo a perda da pureza do próprio modelo que se importa, se apropria, se adapta e se utiliza pela primeira vez, de uma forma compreensivelmente fruste, desajeitada e incompetente.

A recensão que agora se propõe suscita mais uma vez a questão sensível do estado de conservação actual dos edifícios e a da sua história concreta, bem como a questão prévia dos materiais de construção disponíveis e utilizados ao longo do país⁴⁸. Com efeito surgem-nos edifícios hoje desprovidos de pilastras e cornijas mas que seguramente as tiveram no momento da sua construção. Esta situação é mais patente nas regiões Centro e Sul do país, em particular nas zonas onde os materiais de construção disponíveis são mais frágeis. Com efeito, é nessas regiões que se recorre ao uso intensivo da alvenaria, que proporcionava a realização fácil, rápida e barata de ornatos e sobretudo de elementos compositivos que estruturavam as respectivas fachadas. Por isso, nessas regiões, ornatos e sobretudo pilastras

⁴⁸ Estas questões, relevantes como são, transcendem naturalmente o estudo das casas da câmara, pois afectam outras formas de arquitectura histórica portuguesa.

e cornijas, mas também frisos, bandas, molduras e até frontões e empenas das mais diversas configurações eram dados em alvenaria, *relevada* nos sítios competentes para produzir o efeito compositivo pretendido. A posterior e obrigatória aplicação de cor àqueles ornatos e elementos arquitectónicos dar-lhes-ia posteriormente uma presença visual muito intensa, assegurando, assim, a maior visibilidade à composição formal das respectivas fachadas.

Como sabemos, restauros e actualizações sucessivas em muitas casas da câmara levaram à remoção desses ornatos e de muitos daqueles elementos compositivos. Neste processo, foram cerceadas e mutiladas velhas fachadas detentoras de organização compositiva mediante o “apagamento” de pilastras, frisos e bandas, e até pela própria remoção de cornijas e de molduras de portas e janelas. O processo de transformação culminou em muitos casos na demolição de frontões, ameias e até de campanários, que outrora comprovadamente coroaram as fachadas de muitas casas do concelho. Um bom exemplo destas remoções parece ser proporcionado pela velha casa da câmara de Mafra, cuja fachada está hoje desprovida das pilastras e da cornija que muito provavelmente há-de ter tido no momento da sua reconstrução, algures no reinado de D. João V. O mesmo se terá passado na casa da câmara da Pederneira (Nazaré) [Fig.^a 300] que, remontando à Época Pombalina, poderá ter tido pilastras e cornijas, realizadas em alvenaria, pois a respectiva torre sineira da mesma ostenta-as. Também a belíssima casa da câmara de Porto Santo (Madeira) (que remonta ou há-de ter tido obras importantes também na Época Pombalina), apesar de ostentar uma escadaria de erudição a toda a prova, não apresenta hoje sombras das pilastras ou cornijas que muito provavelmente há-de ter tido. Enfim, um exemplo de remoção parcial de uma cornija é dado pela casa da câmara de Entradas (Castro Verde), que mantém a cornija na sua fachada lateral mas a perdeu na fachada principal. Do mesmo modo, as pilastras de enquadramento desta última fachada hoje apenas aparecem assinaladas cromaticamente nos capitéis respectivos, tendo-se apagado o respectivo fuste, de há muito ocultado por camadas sucessivas de cal.

10.3.1.2.1 – Fachadas imperfeitas

Independentemente dos casos acabados de referir, decorrentes certamente de restauros desrespeitadores da identidade e das características dos edifícios, muitos casos houve em que as fachadas não respeitavam a ordenação formal esperada de *embasamento – cunhais ou pilastras – cornija*, pela falta de um destes elementos. Destes, os mais ausentes

são os cunhais ou as pilastras, que faltam em muitas fachadas caracterizadas por preocupações de organização formal, mesmo que apenas embrionárias. Em contrapartida, o elemento arquitectónico mais comum é a cornija, que aparece muitas vezes – e desde muito cedo – como mero remate construtivo do pano da fachada de algumas casas da câmara. Saídas da grande tradição vernácula, recensearemos em seguida casos notáveis de casas da câmara que apresentam fachadas imperfeitas, isto é, com cornija mas desprovidas de cunhais ou pilastras.

A casa da câmara *manuelina* de Braga, que remonta à época do Arcebispo D. Diogo de Sousa, não apresentava cunhais nem pilastras nem qualquer elemento compositivo de natureza semelhante. Organizada verticalmente em três andares sobrepostos (de desenho igual os dois pisos cimeiros), separados por bandas horizontais assinaladas de um extremo ao outro da fachada, esta culminava numa cornija muito discreta [Fig.^a 301]. Porém, esta fachada, para lá de muito pitoresca, era muito equilibrada, pois à verticalidade inerente aos três andares sobrepostos contrapunha-se a horizontalidade inerente à própria largura da fachada, reforçada quer pelas bandas horizontais que indicam a distribuição dos diversos pisos, quer pela disposição das janelas e demais aberturas do famoso edifício, quer sobretudo pelo estranho e falso “entabelamento” composto pela cornija e pela teoria de ameias que se lhe sobrepõe e que coroava o conjunto. Muito perto, uma casa da câmara como a de Guimarães, que comprovadamente teve obras nos séculos XVII ou XVIII, quando ganhou elementos de pendor classicizante (disposição e molduras das janelas e sacadas, por exemplo), nunca teve pilastras a definir nem a enquadrar nenhuma das suas fachadas⁴⁹.

Igualmente desprovidas de pilastras eram algumas belas casas da câmara beirãs. Assim, também a fachada da quinhentista casa da câmara da Guarda, estruturada visualmente em três copos verticais suscitados pelos rasgamentos muito poderosos dos três arcos do pórtico do seu piso térreo, apresenta apenas uma discreta cornija, onde se implantam, em espaços regulares, as típicas gárgulas de canhão [Fig.^a 302]. Esta cornija sustenta finalmente a teoria de esferas armilares muito provavelmente já pós-manuelinas, que coroa a bela fachada desta casa da câmara. Muito perto, a fachada da antiga e de há muito perdida casa da câmara de Trancoso ganhou algures (aparentemente em obras da segunda metade do século XVII) uma cornija corrida que coroava toda a composição e que

⁴⁹ As pilastras (mas também as cornijas e, como já vimos, as ameias) que de há muito enquadram a fachada da vizinha casa da câmara de Barcelos são de uma época muito posterior, muito provavelmente da segunda metade do século XIX, a ter em conta o seu desenho e a sua própria implantação.

suportava o respectivo beiral. O mesmo se passa com a fachada da casa da câmara de Seia, aparentemente seiscentista. Com efeito, também esta fachada apenas é limitada superiormente por uma cornija corrida que suporta, na sua secção central, o tímpano de um clássico e tão vasto quanto desgracioso frontão triangular, ele próprio limitado por uma cornija e por uma linha de beiral português [Fig.^a 303]. Ora, apesar da presença de um frontão que empresta um ar inegavelmente classicizante à fachada da casa da câmara de Seia, a sua fachada está desprovida de qualquer cunhal ou pilastra, como acontecia nas fachadas das demais casas da câmara que acabámos de recensear⁵⁰.

10.3.1.2.2 – Fachadas perfeitas simples

Muito cedo se encontram entre nós casas da câmara cujas fachadas, maiores ou menores, mais simples ou mais complexas, se começam a organizar de acordo com as normas compositivas básicas que associamos aos modelos eruditos, tal como são formulados em diversos pólos artísticos e em diversos momentos do Renascimento e do Pós-Renascimento. Estes modelos impõem sempre fachadas estruturadas em função de duas coordenadas, uma vertical face a outra horizontal, asseguradas pela presença obrigatória de *pilastras* (ou de simples *cunhais*, nos casos mais primitivos ou mais simples) e de *cornijas* a enquadrarem, definirem e organizarem a composição arquitectónica da fachada. Por vezes,

⁵⁰ Por todo o país sobrevivem velhas casas da câmara igualmente desprovidas de cunhais ou de pilastras, mas apresentando cornijas, por vezes muito elaboradas. Assim, a fachada da antiga casa da câmara de Belmonte, que não apresenta quaisquer vestígios de alguma vez ter tido pilastras – e apesar de ser uma das fachadas mais “imperfeitas” de uma casa da câmara portuguesa, pois resulta da justaposição de componentes totalmente distintas - apresenta dois corpos com cornijas, o da torre, com uma cornija mais arcaica, provavelmente da primeira metade do século XVII e a do corpo que terá abrigado a antiga câmara das verações, muito mais desenvolvida, de “maior voo” e consequentemente muito mais recente.

Outras casas da câmara detêm fachadas apenas com cornija. Um exemplo excelente é proporcionado pela fachada da antiga casa da câmara de Melgaço (datada de 1697), que é coroada por uma discreta cornija que rodeia todo o edifício, fachada aquela que, apesar de relativamente complexa, não apresenta quaisquer sinais de pilastras. Aparentemente muito tardia, também a pequena casa da câmara de Barcos (Tabuaço), estuturada em dois andares detêm apenas uma cornija que coroa todas as suas três fachadas visíveis.

No Centro e no Sul do país recenseiam-se mais caso de fachadas de casas da câmara com cornijas mas sem pilastras. Assim, a fachada da casa da câmara do Cadaval, hoje muito transformada, apresenta apenas cornija, embora numa vista setecentista apresente o que parecem ser duas pilastras colossais bem vincadas.

No Alentejo, a fachada da casa da câmara de Montalvão (Nisa), que ostenta molduras de portas e janelas em granito, apresenta apenas cornija de alvenaria. Também a fachada da casa da câmara quinhentista de Monsaraz (Reguengos) parece ter tido apenas uma cornija corrida, que ainda hoje remata as duas fachadas do edifício, a principal e a lateral. Aliás no topo do cunhal que dá para a praça e a rua principal, não definido arquitectonicamente, localiza-se o brasão com as armas reais. Muito perto, a casa da câmara de Terena (Alandroal) aparentemente só dispunha de cornija, belamente realizada em alvenaria mas outrora provavelmente realçada e avivada cromaticamente. O mesmo se passa, enfim, com a fachada da casa da câmara de Vila de Frades (Vidigueira), muito vasta, apresenta como único elemento compositivo relevante, a cornija que coroa toda a fachada.

os elementos de recorte classicizante coexistem, na mesma fachada, com modelos arquitectónicos vernaculares. Um exemplo notável de ensaio de uma ordem compositiva nova num corpo arquitectónico tradicional é proporcionado pela fachada da casa da câmara quinhentista de Vila do Conde. Com efeito, esta fachada, muito simples, integra e articula elementos tradicionais e elementos inovadores. Assim, tanto a imponente varanda como os arcos dos açougues primitivos, ambos muito vernáculos e de inegável e típico “recorte” tardo-manuelino, coabitam com os dois cunhais de pedraria que sustentam a vasta cornija corrida, elementos inovadores anunciadores de uma ordem, ou melhor, de valores arquitectónicos novos.

Por vezes estas novas fachadas de recorte classicizante vão inserir-se e adaptar-se em edifícios pré-existent. Penamacor oferece um dos casos mais interessantes de renovação tendencialmente erudita de um velho edifício de matriz vernácula. Com efeito, a sua pequenina casa da câmara manuelina ganhou, em época que desconhecemos, mas provavelmente já nos séculos XVII ou mesmo XVIII, no decurso de prováveis obras de reparação e consolidação, uma fachada muito renovada, também aqui enquadrada por pilastras rematadas por uma cornija corrida [Fig.^a 304]. Realizadas em pedra aparelhada, a pilastra e a cornija destacavam-se originalmente quer pelo seu contraste com os panos de parede das fachadas que enquadravam, outrora rebocadas e caiadas, quer ainda pela novidade compositiva que proporcionavam a uma das mais arcaizantes casas da câmara portuguesas, assente sobre uma das portas da vila, como já vimos.

Não longe de Penamacor, mas sempre na Província da Beira, duas fachadas monumentais merecem reparo, pois não só têm outras pretensões compositivas como apresentam uma grande pureza compositiva. Trata-se das monumentais casas da câmara de Linhares (Celorico da Beira) e de Castelo Mendo (Almeida). Apesar de apresentarem fachadas muito semelhantes, refira-se a fachada posterior da casa da câmara de Castelo Mendo [Fig.^a 305], pois esta fachada, pelas suas dimensões, mas também pela sua implantação num terreno desnivelado e pela sua localização, junto a uma antiga porta (hoje perdida) da muralha que outrora cingia a vila, proporciona uma das frentes urbanas mais imponentes de toda a nossa velha arquitectura de matriz concelhia. Dando para uma ampla praça, a fachada posterior da casa da câmara de Castelo Mendo ganhou uma monumentalidade rara no decurso de obras datáveis dos séculos XVII ou XVIII, com as suas duas pilastras colossais a sustentarem a belíssima cornija que coroa esta nobre fachada, em tudo semelhante à de Linhares (Celorico da Beira) [Fig.^a 306], que comprovadamente data do Reinado de D. Maria I.

Infinitamente mais pequena, modesta e despreziosa é a fachada da casa da câmara de Assumar (Monforte) [Fig.^a 307]. Porém, também aqui as pilastras enquadram os extremos laterais da fachada e sustentam a cornija que coroa o respectivo topo e de onde emerge o pequeno campanário com o sino da câmara. Mas as pilastras e cornijas da fachada desta casa da câmara, realizadas em alvenaria, merecem reparo ainda graças à sua pintura, extremamente viva, que contribui para acentuar o carácter compositivo desta fachada extremamente simples. Porém, a pintura das pilastras e da cornija (e demais molduras), num verde de uma alacridade cromática efusiva e mesmo gritante, empresta um inegável cunho popular ao pequenino edifício, fazendo dele uma das mais memoráveis casas da câmara portuguesas, pois consegue fazer chegar até nós e fazer reviver no nosso tempo as contradições inerentes à sempre ambígua articulação e coabitação entre os elementos compositivos de matriz erudita e o substracto popular e mesmo rústico da comunidade que, com a sua sensibilidade tipicamente popular, um dia se reviu e apropriou elementos eruditos.

Abundam no Alentejo casas da câmara cujas fachadas apresentam já uma composição arquitectónica plenamente estruturada. Igualmente muito pequena, a casa da câmara de Vila Nova da Baronia (Alvito) [Fig.^a 308] mantém o mesmo esquema de duas pilastras extremas a sustentarem a cornija discreta, ambas realizadas em alvenaria e hoje também muito pitorescamente pintadas. Datada de 1683, também a casa da câmara de Viana do Alentejo apresenta uma fachada extremamente simples (apesar das suas aberturas muito pitorescas, adiante assinaladas), escorada por duas pilastras colossais a sustentarem a respectiva cornija corrida. Muito mais tardia (datada de 1787), a casa da câmara de Évora Monte (Estremoz) exhibe também uma composição de inspiração erudita, com um rodapé no qual se apoiam as pilastras que, nos limites laterais da fachada principal, sustentam a cornija corrida que a coroa integralmente. O mesmo se passa com a casa da câmara de Lavre (Montemor o Novo), que também apresenta apenas pilastra e cornija. Enfim, assinaladas cromaticamente ou não, todas estas pilastras e cornijas são, tal como em Assumar, realizadas em alvenaria. Porém, a fachada da casa da câmara de Cano (Sousel) [Fig.^a 309], que tem uma organização compositiva semelhante, apresenta pilastras de mármore a sustentarem uma cornija de alvenaria⁵¹.

⁵¹ Muitas outras casas da câmara detêm fachadas enquadradas por pilastras e cornijas. Assinalem-se, como exemplo, a casa da câmara de Ulme (Chamusca), com as suas pilastras a sustentarem a cornija que coroa todas as fachadas do edifício, elementos estes realizados em alvenaria e destacados cromaticamente.

No Distrito de Aveiro a casa da câmara de Bemposta (Oliveira de Azeméis) integra-se no mesmo grupo: a sua extensa fachada (que no seu piso nobre pode ter abrigado espaços importantes de aposentadoria)

Apesar de ter três andares, a fachada da casa da câmara de Santarém (hoje muito alterada), não foge a este esquema: duas pilastras colossais sustentam uma cornija em que se estriba uma bela balaustrada oitocentista, datável da época de D. Pedro V ou de D. Luís, quando o edifício e a própria praça fronteira são redesenhados de uma forma bastante radical. Também a casa da câmara de Ponta Delgada, apesar da imponência que lhe é dada pelos seus três andares, é muito simples. Dois cunhais-pilastras, muito realçados cromaticamente, são rematados superiormente por uma cornija corrida, enquadrando a fachada principal, que assim ganha a forma aproximada de um quadrado algo desgracioso, não fora a bela escadaria (adiante analisada) e a teoria de janelas quase espontaneamente distribuídas na vasta fachada, pois não estão alinhadas verticalmente.

10.3.1.2.3 – Fachadas perfeitas complexas

Uma vez definida uma tipologia de fachada organizada segundo modelos eruditos, estruturada e balizada pelo jogo elementar de pilastras e cornijas, muito cedo desta fachada simples derivaram fachadas mais complexas. Com efeito, a utilização purista e mesmo austera de apenas duas pilastras e de uma cornija cimeira depressa deu lugar à replicação destes elementos arquitectónicos, visando a animação visual das fachadas que, assim dinamizadas, passaram a proporcionar jogos compositivos cada vez mais complexos. A recensão que agora se propõe procura recolher casos notáveis de fachadas de velhas casas da câmara portuguesas arquitectonicamente complexas, isto é, visa o registo de variantes compositivas relevantes proporcionadas pela multiplicação de cunhais e pilastras, bem como de elementos horizontais (cintas, bandas, frisos e cornijas), no jogo quase infinito permitido pela articulação – ora muito purista e mesmo ortodoxa, ora formalmente muito impura, insólita e mesmo experimental – daqueles elementos arquitectónicos.

A recensão das variantes compositivas registadas nas fachadas das velhas casas da câmara portuguesas, para lá de nos permitir uma melhor leitura arquitectónica dos edifícios respectivos, permite-nos também avaliar do grau de actualização, de permeabilidade a modelos eruditos e da efectiva penetração destes ao longo do território, no longo período histórico inerente ao presente estudo. Permite avaliar também do grau de pureza ou de impureza com que estes modelos são apropriados e adaptados e permite, enfim,

está enquadrada por duas poderosas pilastras colossais que sustentam uma cornija discreta, como o são a maioria das que coroam a generalidade das fachadas portuguesas.

proporcionar padrões fiáveis de comparação para a datação, leitura e interpretação de monumentos e edifícios coetâneos ao serviço de outras funções e decorrentes de tipologias diversas das das casas da câmara, objecto do presente capítulo.

A recensão dos jogos compositivos proporcionados pelas fachadas a que, por comodidade de expressão, chamamos de *complexas*, suscita a consideração de três variantes: a das fachadas de orientação predominantemente *vertical*; a das fachadas de orientação predominantemente *horizontal* e, enfim, a de fachadas onde se cruzam e se articulam elementos estruturantes simultaneamente *verticais e horizontais*. A primeira daquelas variantes verifica-se nas fachadas das velhas casas da câmara que, embora em muito pequeno número, são organizadas como que *verticalmente*, isto é, aquelas em que a orientação dominante imposta pelo jogo vertical das pilastras da respectiva fachada não é contrariada por nenhum elemento arquitectónico estruturante de orientação horizontal (faixa, banda ou frisos horizontal). A segunda variante, a de orientação predominantemente *horizontal*, é proporcionada pelas fachadas em que a horizontalidade imposta pelo jogo repetido de frisos, bandas e cornijas (muitas vezes acentuado pela própria localização de janelas, portas-janelas e respectivas sacadas), nunca é contrariada pela inserção e sobretudo pela intersecção de pilastras ou de quaisquer outros elementos de orientação vertical. Enfim, a terceira variante é proporcionada por fachadas muito mais complexas e dinâmicas nas quais os elementos verticais se cruzam e interagem com elementos arquitectónicos horizontais, proporcionando a criação de panos, ou melhor, de campos visuais de altura e largura e até de configurações muito diferentes entre si. Assim surgem fachadas visual e compositivamente muito animadas e complexas, por vezes muito eruditas e dotadas dos maiores requintes e subtilezas de desenho.

10.3.1.2.3.1 – Fachadas organizadas verticalmente

A já muito tardia casa da câmara de Manique do Intendente (Azambuja), que detém uma das mais elaboradas fachadas portuguesas, proporciona um exemplo perfeito da complexidade a que pode chegar a fachada de uma casa da câmara portuguesa [Fig.^a 310]. Apesar de organizada em três corpos, de desenho e de altura diferentes, as pilastras colossais que os enquadram, bem como o jogo de pilastras que estruturam o corpo central, fazem desta um exemplo típico de fachada organizada verticalmente, proporcionando um excelente e raríssimo exemplo da primeira variante acabada de caracterizar.

A composição do corpo central da casa da câmara de Manique do Intendente merece um destaque particular, pois é de uma presença arquitectónica rara e de uma monumentalidade a toda a prova, no jogo densíssimo das suas *seis pilastras, entablamento e frontão*. As pilastras dividem a fachada do corpo central do edifício em três tramos ou panos verticais de larguras desiguais, dos quais o mais largo é o central (que detém a porta de entrada), sendo mais estreitos os tramos laterais.

Notando-se que as pilastras, apesar da sua monumentalidade e da pureza das respectivas proporções, são estranhamente imperfeitas – pois carecem de capitel! - deve registar-se que a sua distribuição na fachada daquele corpo central também foge às normas correntes de composição arquitectónica. Com efeito, o tramo central é separado dos tramos laterais mediante dois jogos de pilastras emparelhadas, à revelia de qualquer justificação construtiva ou compositiva. No entanto, e independentemente do eventual desrespeito pelos princípios da tratadística mais ortodoxa, a fachada deste corpo central ganha um brilho quase musical, no animadíssimo jogo rítmico proporcionado pela localização irregular das pilastras e pelos contrastes visuais e mesmo tácteis entre as pilastras e os panos intermédios que aquelas enquadram e delimitam.

Os outros elementos de surpresa desta fachada são proporcionados pelos seus extraordinários *entablamento e frontão*, de uma monumentalidade rara, a que adiante faremos referência mais desenvolvida. Haverá que acrescentar, enfim, enquanto elemento compositivo da maior relevância, a presença de inesperadas aletas côncavas (também adiante referidas) em torno do corpo central da extraordinária e tão elaborada fachada da casa da câmara de Manique do Intendente.

10.3.1.2.3.2 – Fachadas organizadas horizontalmente

Se a casa da câmara de Manique do Intendente proporciona um caso raríssimo de articulação vertical da respectiva fachada, são muito mais comuns as fachadas correspondentes à segunda variante que acima identificámos, isto é às casas da câmara cuja fachada se organiza mediante uma direcção predominante ou dominantemente horizontal. Um belo exemplo é proporcionado pela vizinha casa da câmara de Arruda dos Vinhos [Fig.^a 311], que parece ser datável da primeira metade do século XVIII. Assente num poderoso embasamento sobre o qual se apoia um sólido roda-pé, a fachada é enquadrada por duas pilastras de desenho e realização muito puras e é sobrepujada por uma cornija igualmente

muito bem lançada. Porém, o classicismo desta estrutura não é acompanhado no resto da composição da fachada. Com efeito, os dois andares desta são assinalados por uma banda horizontal simplesmente aposta na fachada e sem qualquer articulação com as pilastras de enquadramento nem com a composição da relativamente complicada moldura da porta de entrada do edifício. O seu papel limita-se a sublinhar a linha de arranque das portas-janelas do seu piso nobre. A singeleza anti-clássica desta composição nota-se ainda na nula articulação entre a fachada e a torre sineira localizada no topo da sua secção central. Ora, mandariam as boas normas que se articulasse a composição da torre com a da fachada que a sustém (como veremos que se passa em Aveiro, por exemplo) mas tal não se passa na Arruda: as pilastras da torre emergem do beiral que coroa a cornija do edifício, inexplicavelmente sem qualquer projecção na fachada do mesmo – o que teria proporcionado uma fachada mais elaborada e mais de acordo com os cânones, permitindo dar uma monumentalidade à entrada e à parte central da fachada a cuja lógica compositiva a torre sineira é totalmente alheia, fazendo o papel de corpo arquitectónico simplesmente estranho à fachada a que se opõe.

Apesar de muito mais antiga, a fachada da casa da câmara de Monforte obedece essencialmente ao mesmo esquema de fachada organizada horizontalmente. Organizada em dois andares separados por banda horizontal e coroada por uma cornija que sustenta uma bela balaustrada com os balaústres hoje pintados de branco. Sempre no Alentejo, a fachada da casa da câmara de Nisa é também um belo exemplo de fachada organizada horizontalmente. Com efeito a verticalidade das pilastras que enquadram esta vasta fachada é contrabalançada pela sua largura extrema e por uma banda corrida em que se apoiam as sacadas das portas do piso nobre. O próprio conjunto das inúmeras portas-janelas e a sua localização nivelada e regularmente espaçada acentua a horizontalidade da fachada, coroada por uma bela cornija de alvenaria cujo cromatismo intenso mais acentua a orientação visual dominante.

A Norte do Tejo, a fachada da casa da câmara de Alpedrinha (Fundão) [Fig.^a 312] parece anterior à epígrafe “1680” patente no respectivo brasão com as armas reais. É, porém, de uma monumentalidade a toda a prova, proporcionando ainda por cima um dos melhores exemplos de fachada organizada horizontalmente. Com efeito, para lá do poderoso e muito realçado embasamento (já atrás referido), esta notável fachada, desenvolvida em três andares e enquadrada entre duas pilastras colossais, está organizada em três campos horizontais separados por vigorosíssimas e muito realçadas cintas de secção semi-circular. Estas cintas, extraordinariamente relevadas, assinalam a implantação das sacadas e o

arranque das janelas-portas que pontuam e animam esta fachada memorável, rematada por uma muito extensa cornija algo arcaizante, dado o seu “voo” de alcance muito discreto.

Datada de 1736, a casa da câmara de Pinhel proporciona um caso muito interessante de apropriação de um modelo compositivo erudito. Com efeito, as suas três fachadas, todas muito diferentes entre si, são todas definidas e delimitadas por pilastras colossais e pelas competentes cornijas cimeiras. Porém, se a fachada que contém a escada de acesso à porta de acesso ao piso nobre, atarracada como é, se aproxima ainda muito de modelos vernáculos de fachada, o mesmo não se passa com a fachada lateral e com a mais monumental, a que deita para a praça **[Fig.^a 313]** onde de há muito se localiza o pelourinho, fachada essa onde se rasgam as portas do que pensamos ter sido o antigo açougue. Estas duas fachadas integram-se plenamente na variante das fachadas organizadas horizontalmente, pois estão divididas em dois andares por uma barra contínua que as divide em dois campos visuais distintos. As três sacadas da antiga câmara das vereações, que dão para a praça, apoiam-se nessa faixa, acentuando a horizontalidade do conjunto a que as pilastras haviam dado uma verticalidade muito intensa, proporcionando o conjunto uma fachada muito equilibrada.

Muitas outras fachadas de casas da câmara integram o grupo das que apresentam o campo visual da respectiva fachada dividido horizontalmente por elementos arquitectónicos como frisos ou bandas. É o caso de uma série de soberbas fachadas alentejanas todas elas construídas, reconstruídas ou actualizadas na Época Pombalina ou Pós-Pombalina, pertencentes às vilas de Santiago do Cacém, Grândola, Mora, Alandroal e Borba. Assim a fachada principal da casa da câmara de Grândola, cuja vasta fachada principal **[Fig.^a 314]**, apoiada num rodapé e enquadrada por duas pilastras colossais (das quais uma está hoje apagada, absorvida pela do prédio vizinho!), é limitada no seu topo por uma bela cornija, a que algures nos fins do século XIX ou nos começos do século XIX apuseram um ático imponente embora algo desgracioso⁵². Este modelo repete-se invariavelmente nas fachadas das outras casas da câmara acabadas de citar, independentemente das suas dimensões e dos materiais usados. Assim, ele recenseia-se na fachada de Santiago do Cacém (apesar da bela empena recortada que coroa a fachada), na muito mais modesta casa da câmara de Mora, nas sumptuosas casas da câmara monumentais de Borba ou do Alandroal ou, enfim, na quase experimental casa da câmara de Vila Viçosa. A fachada principal deste edifício **[Fig.^a 315]**

⁵² É também o caso da fachada principal da casa da câmara de Peniche, seguramente da Época Pombalina, que parece obedecer ao mesmo esquema compositivo. Enquadrada por duas pilastras colossais, tipicamente pombalinas, de forte presença visual, a fachada apresenta dois panos horizontais sobrepostos, divididos por uma banda discreta mas acentuada pelas sacadas das portas do piso nobre. A horizontalidade da fachada é sublinhada discretamente pela presença da cornija no seu topo

está apoiada num sólido e bastante alteado rodapé de mármore, em que se apoiam as duas pilastras que a enquadram. As pilastras, também realizadas em mármore, são, porém, segmentadas e almofadadas, embora afastadas de quaisquer efeitos rusticados.

Mais recente, datável já de cerca de 1820, mas longe da sofisticação e da monumentalidade que encontrámos em algumas das casas da câmara alentejanas que acabámos de referir, a casa da câmara de Macieira de Cambra (Vale de Cambra) [Fig.^a 316] apresenta uma vasta fachada principal apoiada num poderoso soco (já referido) e está enquadrada por duas pilastras. Estas enquadram os dois andares da fachada deste importante edifício, separados por uma banda corrida e travados superiormente pela competente cornija.

10.3.1.2.3.3 – Fachadas organizadas vertical e horizontalmente

As imensas possibilidades compositivas proporcionadas por elementos arquitectónicos de origem e natureza erudita como os que vimos referindo – pilastras, cornijas, cintas, frisos, etc. – cedo deram lugar a fachadas muito elaboradas em que estes elementos se sobrepõem, se entrecruzam e articulam entre si. Assim surgem fachadas de casas da câmara muito complexas, cuja recensão nos proporciona uma viagem pela história da importação e adaptação entre nós de modelos arquitectónicos eruditos.

Um dos casos mais antigos é proporcionado pela fachada da casa da câmara de Tomar [Fig.^a 317], que tem intensas afinidades compositivas com a fachada da chamada “Hospedaria Velha” do Mosteiro de Alcobaça, sua contemporânea [Fig.^a 318]. Trata-se do palácio mandado construir pelo Cardeal D. Henrique, enquanto Abade do Mosteiro, por volta de 1550 no extremo Norte da sua fachada Ocidental, só em 1580 transformado em Hospedaria⁵³. Igualmente complexas, ambas as fachadas se organizam em três corpos, um central muito vasto e dois laterais muito mais estreitos, delimitados por pilastras, sobrepostas pouco canonicamente em Alcobaça; interrompidas pelas bandas horizontais que delimitam os seus pisos, em Tomar. Merece reparo o facto de aqui as diversas secções das

⁵³ Para a história e a documentação desta “Hospedaria” ver o estudo de Alex Bernardo, “Apontamentos para um estudo Histórico Arqueológico das Hospedarias – Guião para Visita”, policopiado. Este autor – a quem agradeço a amável disponibilização deste útil estudo – informa-nos ainda que em 1857 funcionavam na parte Norte do piso nobre da “Hospedaria Velha” e da contígua “Hospedaria Nova” (esta datável de meados do século XVII) os serviços da Câmara Municipal de Alcobaça, localizando-se o tribunal local na parte Sul do mesmo piso nobre. A partir de 1948, com a saída da Câmara Municipal, todo o piso nobre ficou afecto ao Tribunal de Alcobaça, que aí permaneceu até cerca de 1970. O piso térreo da “Hospedaria Nova” acolheu em 1857 as cadeias da vila, substituídas em data desconhecida pelos serviços de Finanças, que ainda hoje (2006) aí se localizam.

quatro pilastras da fachada principal terem sempre a mesma largura, enquanto tal não se verifica na fachada das “Hospedarias Velhas”. Com efeito, em Alcobaça as duas pilastras dos extremos da fachada têm sensível mas inexplicavelmente o dobro da grossura das pilastras intermédias que separam os três corpos da fachada, apesar de todas terem a mesma altura. Esta anomalia de composição, que contraria todas as normas tratadísticas, parece emprestar um carácter quase experimental à respectiva fachada, que assim pode ser considerada como que um ensaio para a provavelmente posterior fachada da casa da câmara de Tomar.

Outro elemento de comparação é proporcionado pelos tramos centrais das duas fachadas, muito mais largos e visualmente muito mais intensos devido à abertura dos poderosos arcos que dão acesso aos pórticos rasgados nos dois pisos térreos desses mesmos tramos centrais. Enquanto em Alcobaça os arcos (em número de cinco) são contínuos, de aduelas visualmente muito destacadas e estão apoiados muito canonicamente em pilastras toscanas puríssimas, em Tomar os arcos (em número de três) têm aduelas muito mais discretas e os seus vãos estão intercalados estranhamente por vastos e muito densos blocos de alvenaria, que parece terem como única função o eventual reforço construtivo da fachada principal.

Enfim, nos dois edifícios as fachadas dividem-se por uma banda corrida (muito mais destacada em Alcobaça), em dois pisos de altura muito desigual, sendo os pisos nobres muito mais baixos que os pisos térreos. Porém, na casa da câmara de Tomar os corpos laterais apresentam um entressolo que arranca do nível das impostas dos arcos do corpo central. Estes entressolos, outrora destinados a cadeia, provavelmente de mulheres, apresentam cada um duas janelas contíguas que realçam a sua visibilidade, sublinhando a horizontalidade global da fachada, sem prejuízo do extremo equilíbrio compositivo da mesma.

No extremo Norte do Reino, a fachada da antiga casa da câmara de Monção (datável de finais do século XVI, mas de há muito demolida), [Fig.^a 319] apesar de muito mais pequena que a de Tomar, apresenta algumas afinidades com esta. Com efeito a sua complexa mas muito classicista fachada principal, que consta de dois andares, separados por uma banda horizontal era enquadrada por duas pilastras colossais e, também aqui, dividida em três corpos verticais sensivelmente iguais por dois pares de pilastras intermédias, sobrepostas duas a duas, o que proporcionou que fossem muito mais delgadas que as que ocupam os lugares dos cunhais. A própria sobriedade que encontráramos nas aberturas do piso nobre de Tomar é replicada na fachada de Monção, desprovida de portas-janelas, aqui

substituídas por quatro janelas de recorte muito sóbrio e de forma aproximadamente quadrangular. Porém, tal como em Tomar, a sobriedade do piso nobre contrasta com a extrema animação visual do piso térreo, rasgado pelas arcadas do respectivo pórtico, adiante considerado.

A casa da câmara de Portalegre **[Fig.^a 320]**, que ostenta uma epígrafe datando-a de 1632, apresenta uma fachada igualmente memorável: muito pura, também aqui quatro pilastras definem três corpos verticais, desta vez sensivelmente iguais. Provida de dois pisos, uma banda horizontal localizada sensivelmente ao meio da altura do edifício coincide com o alinhamento das muito pouco profundas sacadas que servem as portas-janelas que nobilitam o piso nobre. Como por toda a parte, uma cornija corrida, apoiada nas pilastras, trava o conjunto. Porém, esta cornija sustenta, na sua secção central, um muito elaborado e complexo remate arquitectónico constituído por um inesperado e muito alto corpo vertical em que se apoia um frontão de desenho puríssimo, corpo aquele enquadrado por duas aletas de muito forte presença visual, como adiante veremos. Enfim, o topo das quatro pilastras da fachada é rematado por pináculos de formas diversas, contribuindo, juntamente com o complexo remate central, para dar uma monumentalidade rara à fachada da casa da câmara de Portalegre.

A nossa recensão termina com as fachadas de cinco casas da câmara notáveis, todas elas setecentistas, uma da época de D. João V – a de Braga – e quatro outras erguidas já nas Épocas Pombalina ou Pós-Pombalina, as da Golegã, Aveiro, Redondo e Penafiel. Apesar da enfática afirmação barroca dos seus ornatos, a fachada da casa da câmara de Braga **[Fig.^a 321]** é estruturalmente muito simples: organizada em três corpos enquadrados por quatro pilastras colossais muito relevadas, está dividida em dois andares, separados por uma cinta discreta alinhada pelas pequenas sacadas que também aqui servem as portas-janelas do piso nobre. A fachada da casa da câmara de Braga apresenta, porém, uma novidade em relação às fachadas que vimos analisando. Com efeito, apesar do desenho tão dinâmico da generalidade dos seus elementos arquitectónicos e em particular das molduras de portas e janelas, esta fachada é singularmente clara e mesmo transparente, pois deixa entrever do exterior a organização funcional e espacial do seu interior, tal como foi originalmente planeado. Assim, o corpo central corresponde à caixa da escada, de uma monumentalidade rara, se não única, entre as casas da câmara portuguesas. Enquadrando este corpo, cada um dos corpos laterais corresponderia a cada uma das componentes funcionais que o edifício necessariamente abrigaria por definição: a câmara das vereações de um lado e a sala das audiências do outro. Por motivos que se prendem com a história muito complicada da sua

construção, muito arrastada e suspensa quase um século, como sabemos, ambas aquelas componentes ficaram alojadas no corpo da esquerda (lado da Sé), o único construído nos meados do século XVIII. Ora este corpo parece ter sido originalmente destinado a alojar a câmara das vereações, a ter em conta o brasão com as armas reais (brasão que encima a porta que do lance superior da escadaria monumental dá acesso a este corpo) e que normalmente assinalava as câmaras das vereações, como veremos. O corpo do lado direito (lado do Campo 28 de Maio) seria inicialmente destinado a sala das audiências mas devido à sua construção muito tardia, passaria a abrigar apenas serviços camarários.

A casa da câmara da Golegã, datável do Reinado de D. Maria I apresenta duas fachadas em tudo desiguais **[Fig.^a 322]**. Com efeito, a fachada principal, que analisaremos em seguida, é muito erudita e não tem nada a ver com a fachada extremamente conservadora da fachada lateral, que detém a escada arcaizante por onde se fazia a entrada no edifício, sobrepujada pelo campanário concelhio⁵⁴. Quanto à fachada principal, está organizada em três corpos verticais desiguais, delimitados por pilastras colossais. Destes, o corpo central é muito mais estreito, pois enquadra apenas as aberturas que se rasgam nesse corpo, apenas uma janela no piso térreo e uma janela-porta no piso nobre, sendo esta ligeiramente maior e mais alta que as restantes janelas deste piso. O excessivo reforço deste corpo central, como que esmagado e comprimido pelas pilastras que o enquadram, deve-se à muito provável projecção inicial de uma torre sineira a coroar a fachada principal da casa da câmara, à semelhança do que encontraremos em Aveiro, por exemplo (e que consideraremos já a seguir) – aqui nunca construída e substituída por um frontão adiante analisado. A muito intensa e quase agressiva presença das pilastras (sublinhada pelos massivos e muito pesados pináculos que rematam as que, nos limites laterais da fachada fazem as vezes de cunhais) é, porém, equilibrada pelos valores horizontais que esta fachada também apresenta. Com efeito, ela está organizada em dois andares separados por uma banda em que se apoiam as portas-janelas do piso nobre (aqui desprovidas de sacadas). A fachada está rematada por uma cornija corrida, sublinhada por um beiral belamente restaurado, mas aqui a cornija está como que sublinhada e precedida por uma delgada moldura horizontal, discretamente alteada no corpo central para enquadrar a moldura do lintel da porta-varanda central.

No Norte, Aveiro apresenta provavelmente a mais original e mais complexa fachada erudita de todas as casas da câmara portuguesas **[Fig.^a 323]**. Está organizada em cinco

⁵⁴ Também as casas da câmara joaninas de Favaios (Alijó) e de Carrazeda de Ansiães dispõem de escadas laterais muito arcaizantes de acesso ao piso nobre, localizadas em fachadas laterais cuja organização compositiva é em tudo contrastante com a erudição das respectivas fachadas principais.

corpos verticais, um central, por onde perpassa o eixo de simetria que ordena toda a composição e dois laterais, todos eles enquadrados por pilastras colossais. Merece destaque o corpo central [Fig.^a 324], ligeiramente avançado em relação ao resto da fachada, enquadrado por duas pilastras emparelhadas de cada lado, que sustentam a cornija, também ligeiramente avançada em relação à que trava superiormente os outros corpos do edifício. Sendo esta cornija do tramo central da fachada interrompida na sua secção central para dar lugar ao brasão com as armas reais, ela sustenta, porém, nas suas extremidades, o complexo frontão que remata o tramo central da fachada e em que se apoia a torre sineira. A face frontal da torre está enquadrada por pilastras que estão alinhadas e projectam no espaço as duas pilastras interiores que enquadram o estreito campo do tão complexo tramo central da fachada da casa da câmara de Aveiro.

Organizada em três andares sobrepostos, a fachada apresenta uma banda algo discreta que assinala apenas a linha das sacadas e o arranque do andar nobre, o terceiro. Com efeito, a inexistência de qualquer cinta ou friso a distinguir o piso térreo do segundo piso, faz deste como que um mero entressolo utilitário, à semelhança do que já encontráramos em Tomar. Porém, os três andares do edifício estão assinalados pelo jogo visualmente intenso das aberturas, nomeadamente pelas janelas do piso intermédio e pelas portas-janelas e sacadas do piso nobre, o mais elevado. A horizontalidade proporcionada pela orientação destas aberturas, pela banda e pela cornija, contrabalançada pela acentuada verticalidade das pilastras e da torre, contribuem para o equilíbrio desta tão complexa fachada.

No Sul do país, na vila do Redondo, encontramos uma das mais elaboradas fachadas de quaisquer casas da câmara portuguesas [Fig.^a 325]. A sua complexidade decorre da própria complexidade da respectiva planta, em U, como atrás vimos. Assim, a sua fachada principal, que se desenvolve em dois andares, desdobra-se por três corpos frontais, recuado o central, avançados os laterais, todos eles competentemente enquadrados por belíssimas pilastras de mármore e todos eles travados por uma complexa cornija corrida (apoiada nas pilastras, como por toda a parte) que remata todos os planos, frontais e laterais, desta tão elaborada fachada⁵⁵.

A composição da fachada dos corpos laterais é muito simples, pois limita-se a assinalar os seus dois pisos mediante uma discreta barra horizontal, assim criando dois panos autónomos, o térreo, onde se localiza uma janela e o nobre, onde se localiza uma

⁵⁵ Note-se que as cornijas dos corpos laterais da casa da câmara do Redondo apresentam estranhas goteiras localizadas rigorosamente no seu centro geométrico.

porta-janela que arranca da barra que assinala o nível do piso nobre. A fachada do corpo central é muito mais elaborada, pois este corpo é ele próprio dividido em três panos por duas pilastras intermédias – panos aqueles onde se abrem as três portas de acesso à varanda do piso nobre da fachada. Estas pilastras intermédias, de belo desenho, obedecem à mesma ordem das pilastras de enquadramento dos corpos laterais, embora sejam natural e canonicamente mais pequenas. Sustentam, porém, a mesma cornija corrida que coroa toda a fachada, embora no pano central esta seja interrompida para dar lugar à implantação do brasão com as armas reais, enquadradas num pequeno frontão, sobre o qual se apoia o elegante campanário que remata e coroa esta bela fachada, que integra ainda um muito raro alpendre, localizado sob a varanda do piso nobre – frontão e alpendre estes adiante analisados.

A fachada principal da casa da câmara de Penafiel **[Fig.ª 326]**, datada de 1782, sendo muito articulada, é muito mais simples e aparentemente mais conservadora que as de Aveiro ou do Redondo. Assente num muito sólido embasamento, como já vimos, a sua fachada principal está estruturada em três corpos verticais enquadrados por quatro pilastras colossais e organiza-se em dois andares separados por uma cinta, aqui muito realçada. Como vemos, esta fachada aproxima-se muito da que encontráramos em Portalegre, anterior àquela em cento e cinquenta anos. Porém, Penafiel apresenta novidades relevantes, que não se cingem apenas às suas dimensões excepcionais. As novidades afirmam-se antes de mais no abandono explícito da enfática solenidade diferenciadora e classicizante que se entrevia em Portalegre. Com efeito, em Penafiel aquela solenidade é substituída por um pragmatismo viril, funcional e previsível, que nos proporciona uma fachada extremamente pura mas extremamente “descomplexada” pois, ao contrário da de Portalegre, é infinitamente menos dependente da mera teoria e da tratadística arquitectónica e dos seus purismos, tal como é infinitamente menos dependente de quaisquer desígnios mais ou menos utópicos ou até fundamentalistas de “sacralização” de quaisquer formas ou instâncias do poder concelhio que aí se abrigasse, tão patentes naquela casa da câmara alentejana. Com efeito, a fachada amplíssima de Penafiel, apesar de também nobilitada por brasões, epígrafes e mesmo por um frontão, é muito pragmática e quase funcionalista e muito mais próxima de modelos correntes de arquitectura residencial e utilitária da época.

Mas Penafiel apresenta outros elementos inovadores, nomeadamente ao nível do corpo central, sensivelmente maior que em Portalegre e aqui servido por uma também muito inovadora e muito desafogada sacada comum de apoio às três monumentais portas-janelas que para ela se abrem. Outro factor de inovação está no avanço, embora discreto, deste

corpo central em relação ao plano geral da fachada. Mas o último e decisivo factor de diferenciação das duas fachadas está na implantação e no desenho dos respectivos frontões, adiante referida.

Como sabemos, a funcionalidade, a solidez e a própria correcção do desenho da casa da câmara de Penafiel contribuíram para o seu extraordinário sucesso futuro. Com efeito, apesar da relativa *secura* inerente ao rigor académico algo frio do desenho da sua fachada, a inegável correcção e dignidade desta fez com que a mesma fosse copiada, replicada e emulada intensivamente nos cento e cinquenta anos seguintes, nas inúmeras casas da câmara – doravante chamadas de paços do concelho – edificadas ao longo de todo o país ao serviço de um poder concelhio renovado⁵⁶, tal como foi redefinido, modelado (e domesticado) pelo Liberalismo, pela I República e até pelo Estado Novo.

Por tudo isto a casa da câmara de Penafiel apresenta o maior valor histórico, pois não só proporciona uma síntese extremamente eficaz e feliz das tradições mas também das aquisições e conquistas compositivas de matriz erudita da velha arquitectura concelhia portuguesa como anuncia já as principais características de uma futura arquitectura de tutela camarária, materializada na construção de dezenas e dezenas de novos, amplos, arejados, funcionais e monumentais “paços do concelho” a edificar intensivamente em inúmeros concelhos, desde a Época Liberal até aos primeiros anos do Estado Novo.

10.3.1.3 – Empenas, frontões e cimalkas

O remate superior das fachadas das velhas casas da câmara portuguesas constitui um elemento essencial para a perfeita compreensão da respectiva tipologia. Com efeito, o remate exterior dos respectivos panos de parede oferece múltiplas possibilidades de desenho e constitui um elemento essencial da própria organização compositivas das fachadas, proporcionando ele próprio uma como que sub-tipologia de coroamento das fachadas. Esta tanto contempla as *ameias* tardo-medievais como a projecção de *empenas* de recorte mais ou menos popular ou mais ou menos classicizante ou o recurso explícito a *frontões* de perfil

⁵⁶ Mas doravante cada vez mais chamado de “municipal”, graças ao uso cada vez mais frequente do neologismo “município” pelos juristas formados no quadro da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, muitos deles imbuídos dos valores culturais e estéticos do Neo-Classicismo mais radical. Porém, seria Alexandre Herculano quem, muito depois, popularizaria e imporia a palavra “município”, naturalmente desconhecida dos agentes do nosso antigo poder local. Com efeito, do Direito Romano os agentes dos antigos Concelhos portugueses só em casos muito excepcionais retiveram e usaram a palavra “Senado”, como já vimos.

variado, maiores ou menores, mas por vezes de erudição a toda a prova. Ora, a recensão dos casos assinaláveis destes remates proporciona, mais uma vez, um novo índice do nível de penetração regional e local de modelos eruditos mais ou menos puros e a sua apropriação e aclimação mais ou menos fiel e intensa.

Algumas das casas da câmara mais antigas que chegaram até nós ainda apresentam as suas fachadas coroadas de ameias, tipicamente tardo-medievais. Trata-se de *casas* construídas algures nos fins do século XV e inícios do século XVI, isto é, na conjuntura política e cultural que informa e enquadra o ciclo manuelino. Com efeito, as ameias surgem e coroam as fachadas das casas da câmara manuelinas de Viana de Foz de Lima, de Braga e de Freixo de Espada à Cinta – estas de há muito perdidas⁵⁷. Dispostas muito regularmente ao lado umas das outras, todas elas têm a mesma configuração: como ameias que são, têm a forma de um prisma quadrangular regular recto, bastante realçado, tendo, porém (e apenas com a provável excepção de Braga), a sua face anterior, a voltada para o exterior, tipicamente biselada e moldurada. O seu conjunto forma um coroamento dentado de grande efeito visual que ganha, até por assimilação, um valor simbólico de poder e de força quase marcial que se exercia sobre todos, tanto sobre os oficiais e agentes do concelho, como sobre a comunidade de vizinhos e sobre o conjunto dos visitantes, forasteiros, estranhos ou vadios.

As ameias da casa da câmara de Viana de Foz de Lima [Fig.^a 327] são as de mais simples implantação, simplesmente apoiadas no topo dos quatros muros das respectivas fachadas, sem qualquer ornato ou friso intermédio. As ameias da casa da câmara manuelina de Braga, edificada na época do Arcebispado de D. Diogo de Sousa (1505-1532) e demolida em 1755, parece terem um desenho mais simples – simples blocos prismáticos maciços – a ter em conta a documentação gráfica disponível [Fig.^a 328]. Estas ameias sobrepõem-se a um friso relativamente simples, constituído por uma cinta e por uma moldura cimeira, de perfil também muito simples e discreto.

O remate da casa da câmara manuelina de Freixo de Espada à Cinta era muito mais elaborado e complexo. Como atrás vimos, as suas ameias proporcionavam o coroamento final das respectivas fachadas [Fig.^a 329]. Assentavam num friso cego de altura considerável, apoiado num cordão entrançado, de desenho tipicamente manuelino. Este cordão, de desenho tenso e de intensa presença visual (intensificada pela inserção espaçada

⁵⁷ Ameias aparecem ainda na fachada da casa da câmara de Barcelos e na fachada de serviço da *casa* de Marvão, estas certamente feitas no decurso de obras importantes que o edifício teve, algures entre 1834 e cerca de 1855-60. Trata-se, nos dois casos, de pastiches - românticos, como em Marvão, e tardo-românticos, como em Barcelos.

mas regular das gárgulas de escoamento) constitui assim a base do remate exterior desta fachada, a mais elaborada de todas as que remontam à Época Manuelina.

Passada (ou enfraquecida) a moda da utilização das ameias para sinalizar, decorar e nobilitar as fachadas, encontramos ainda na segunda metade do século XVI remates de fachadas constituídos por ornatos diversos e mesmo por símbolos heráldicos explícitos, independentemente do seu valor decorativo. É o que acontece na casa da câmara da Guarda [Fig.^a 330], certamente anterior a 1578, que apresenta uma cornija de perfil já muito clássico a sustentar o beirado, rítmica e regularmente pontuado por uma teoria de pequenos suportes prismáticos em número de sete, que sustentam alternadamente esferas armilares e urnas-pilaretes decorativos de recorte característico.

Para lá das ameias e de ornatos mais ou menos eruditos ou mesmo heráldicos, o remate das fachadas das casas da câmara pode decorrer da existência de empenas, que contribuem para uma efectiva animação das fachadas, a que emprestam remates de uma harmonia, de uma graça ou até de um pitoresco irrecusáveis. Como noutras formas de arquitectura, as empenas tanto podem resultar da projecção dos acidentes, formas ou alçados dos telhados, como podem ser (e é o caso mais frequente) meros alteamentos dos muros das fachadas de modo a obter efeitos simplesmente decorativos, expressivos ou pitorescos.

A casa da câmara do Alvito proporciona provavelmente os jogos de empenas mais intensos de toda a nossa velha arquitectura de tutela concelhia. O edifício, que estranhamente consta de dois corpos longitudinais sensivelmente iguais mas adjacentes [Fig.^a 331], apresenta nos seus respectivos topos duas empenas emparelhadas. Diga-se que apenas numa destas fachadas laterais (a mais afastada da torre do relógio) as respectivas empenas têm pretensões arquitectónicas. Com efeito, a empena da fachada do corpo contíguo à torre é muito simples e despojada de qualquer pretensão compositiva. As empenas que agora nos interessam, as mais elaboradas, pertencem a uma fachada enquadrada entre sólidos cunhais colossais de alvenaria, muito reforçados mas pouco eruditos. No seu topo uma cinta discreta une os cunhais e assinala o arranque das duas empenas contíguas. Estas, rigorosamente triangulares, têm os seus lados superiores moldurados com discretos frisos decorativos. O conjunto destas duas empenas ganha, enfim, o aspecto insólito de uma espécie de duplo frontão rústico, efeito acentuado pela presença de cinco enormes pirâmides decorativas de recorte muito vulgar, mas de intensa presença visual, que sinalizam os seus vértices superiores e inferiores.

Face às empenas do Alvito – que decorrem de uma função meramente estrutural, mas que são muito raras na nossa velha arquitectura concelhia – são muito mais frequentes as

empenas que, com valor estrutural ou sem ele, coroam muitas fachadas a que dão um inegável pitoresco e graciosidade, com os seus recortes muitas vezes muito caprichosos e insinuantes. Casos muito interessantes são proporcionados pelas pequenas empenas das casas da câmara de Campo Maior e de Palmela.

A empena da casa da câmara joanina de Campo Maior está localizada na secção central do topo daquela tão vasta fachada [Fig.^a 332] e acentua o eixo de simetria da mesma, definido pela passagem arqueada que se abre no seu nível térreo, pela porta de sacada do seu piso nobre e pela empena arqueada de que vimos falando. Esta, que tem a configuração de um segmento circular, proporciona como que uma expansão da fachada de modo a poder abrigar no topo da sua secção média o brasão com as armas reais. Porém, apesar de rematada por uma moldura que repete e dá continuidade à cornija do topo desta fachada da casa da câmara, a integração da empena foge em muito às normas académicas. Com efeito, parece – e é – muito desproporcionada, pois é demasiado pequena para remate e ornato de uma tão vasta e tão larga fachada. Porém, o que perde em pureza formal ganha-o em efectiva graça, pois é muito pitoresca, como o são todas as empenas de recorte barroco e a sua presença contribui para animar aquela tão notável fachada, a que voltaremos em capítulos seguintes. O mesmo se passa com a empena da casa da câmara de Palmela, também ela de recorte semi-circular e também muito pequenina. Também esta se localiza no topo da secção central da respectiva fachada e, tal como em Campo Maior, também aqui a sua única função é a de permitir a expansão do pano da fachada principal, a fim de agenciar um espaço suficientemente vasto, centrado e nobre para a implantação condigna do brasão com as armas reais.

A casa da câmara de Santiago do Cacém (provavelmente restaurada na Época Pombalina) apresenta uma empena também muito típica a coroar uma fachada muito comum [Fig.^a 333], enquadrada por duas pilastras e dividida em dois andares por uma discreta banda. A empena localiza-se na secção central do topo da fachada, proporcionando também aqui uma sensível expansão da área desta. Com efeito, a sua cornija suspende-se na sua secção central para dar lugar a uma empena muito desenvolvida de típico recorte curvilíneo convexo-côncavo / côncavo-convexo. O seu recorte é muito realçado pois é rematado por um friso de alvenaria pintado que repete e prolonga o emolduramento da cornija do topo da fachada. Presume-se que o vértice da empena sustentasse um ornato adequado, hoje apeado.

A empena da fachada principal da casa da câmara de Faveiros (Alijó), datável do fim do século XVIII, também de dois andares, apresenta uma variante interessante de empena: a secção central da estreita fachada projecta-se sobre si própria de modo a formar um corpo

triangular que, no seu vértice superior, se expande para dar lugar a um segmento circular, de modo a proporcionar, também aqui, espaço para a implantação do enorme brasão com as armas reais. O efeito global, realçado pela cornija muito vincada e pelo belíssimo beirado, muito projectado, é, porém, o de uma empena contínua, como que côncava / convexa / côncava.

A casa da câmara de Alpalhão (Nisa) apresenta a empena mais desenvolvida de todas as fachadas das antigas casas da câmara portuguesas [Fig.^a 334]. Ela coroa toda a largura da fachada desta pequena mas bela casa da câmara de dois andares, enquadrada por duas pilastras sobrepostas que fazem as vezes de cunhais laterais. Para lá da sua extensão, que coincide com toda a largura da fachada, o mais notável nesta empena é a sua enfática configuração, rigorosamente simétrica mas muito recortada. Com efeito, a empena dá continuidade à minúscula cornija-capitel que, nos extremos laterais da fachada, remata as pilastras laterais, mas depressa ganha um recorte que define uma sequência, não contínua mas quebrada, de sentido convexo / côncavo / convexo / côncavo / convexo. Enquadrada nos seus extremos por duas urnas decorativas erguidas no topo das pilastras laterais, hoje garridamente pintadas de vermelho e branco, também a moldura desta empena merece reparo. Esta moldura, que se apresenta hoje vibrantemente pintada de ocre intenso, foi realizada em alvenaria (ao contrário dos demais elementos arquitectónicos da fachada) e aparece muito relevada e projectada, efeito acentuado pelo beiral muito desenvolvido do telhado que nela se apoia. Enfim, o conjunto desta empena, da sua moldura, do beirado e das urnas decorativas de enquadramento proporcionam uma visibilidade extrema à fachada desta casa da câmara, simultaneamente monumental, pitoresca e amável.

Paralelamente às empenas, que podem proporcionar elementos compositivos de natureza erudita⁵⁸, os *frontões*, grandes ou pequenos, asseguram, por definição, uma fidelidade e uma dependência infalíveis aos modelos arquitectónicos de origem tratadística. Assim, cumpre recensar os frontões encontrados a coroar as fachadas das velhas casas da câmara portuguesas, pois eles proporcionam novo índice de penetração de modelos eruditos a nível regional e local.

⁵⁸ A recensão apresentada é necessariamente incompleta. Empenas a coroarem as fachadas principais das velhas casas da câmara portuguesas encontram-se um pouco por todo o país. Normalmente são sempre pequenas e estão sempre localizadas na secção central das cornijas, no remate superior das fachadas principais, apresentando, porém, formas ou recortes diversos. Uma das mais emblemáticas será a da casa da câmara pombalina de Setúbal (reconstruída na primeira metade do século XX), constituída por quatro segmentos de arco côncavos, dispostos simetricamente, dois de cada lado, formando um desenho muito típico assente em *arcos inflectidos*, que seria abundantemente copiado e replicado na arquitectura pública e privada de inspiração nacionalista do Estado Novo.

Nesta matéria, a casa da câmara de Vila do Conde (1543) apresenta uma situação muito pioneira e original, pois apresenta no topo da sua fachada um remate de composição muito ambígua, misto de empena e de falso-frontão [Fig. 335]. Independentemente das suas pretensões compositivas, que andam a par das suas irregularidades formais, esta empena-frontão, de recorte inegavelmente classicizante, parece constituir um dos mais antigos casos de recurso a modelos eruditos no remate de fachadas registado na arquitectura portuguesa. Com efeito, a fachada muito pura mas muito complexa da casa da câmara de Vila do Conde é rematada por uma vasta mas discreta cornija corrida. Sublinhando e nobilitando a localização da porta de acesso ao andar nobre (descentrada, aliás, no conjunto da fachada), a cornija sustenta nessa sua secção um minúsculo e muito ambíguo corpo de remate triangular. Dada a sua configuração e a sua forma triangular, podemos dizer que aquele corpo constitui um caso extraordinário e raríssimo de *pseudo-frontão* triangular de desenho quase experimental. Com efeito, o frontão está apoiado numa espécie de entablamento constituído pelo lintel da porta de entrada e pela cornija que nele se apoia (prolongamento da cornija contínua do remate da fachada) e, nos seus extremos, pelos capitéis que rematam as duas pilastras que enquadram os batentes da porta principal.

A empena-frontão tem os seus topos devidamente moldurados, apresentando a típica inclinação triangular. Porém, aqueles topos não formam os lados laterais de um triângulo, como acontece nos frontões convencionais. Assim, o campo visual enquadrado por aqueles topos angulares prolonga-se até à cornija de sustentação deste corpo e está enquadrado por duas pequenas volutas de recorte muito típico. Como vemos, o desenho do corpo inferior de enquadramento da porta e de sustentação do pseudo-frontão equipara-se ao desenho do frontão, na medida em que ambos decorrem e materializam uma atitude e um desenho como que experimentais, para lá de serem, em termos compositivos, absolutamente alheios e independentes um do outro. Enfim, no centro desta tão insólita empena-frontão localiza-se o brasão com as armas reais, ladeado de duas esferas armilares. Foi mesmo a necessidade de proporcionar um campo visual condigno, vistoso e muito destacado para servir de base e enquadramento às armas reais, assim monumentalizadas que por certo esteve na origem da invenção deste tão insólito falso tímpano.

Muito mais convencional e mais puro é o frontão da casa da câmara pombalina do Redondo, já atrás referido, e que integra o remate da secção central da respectiva fachada. Este frontão [Fig.ª 336], que apesar de ser “interrompido”, isto é, privado de base, é de desenho muito erudito, apoiando-se nas pilastras que enquadram a porta central do piso nobre. A intensa articulação destas pilastras com o frontão mostra-nos que o papel daquelas

é essencialmente compositivo, pois sobre os seus capitéis – alinhados e dando continuidade à cornija da fachada – se ergue o pequeno frontão. Mas este frontão interrompido, que de algum modo se aproxima do frontão-empena que encontráramos em Vila do Conde, também aqui se institui em expansão da fachada, a fim de proporcionar espaço suficiente para abrigar o brasão com as armas reais. Enfim, singularidade nada ortodoxa deste frontão é o facto de sobre ele se apoiar uma espécie de *ático* (adiante referido) ornado com duas urnas decorativas nos seus extremos, a enquadrarem o lançamento do competente campanário para sustentar o sino da câmara.

Face à presença frequente de empenas e de falsos frontões nas nossas velhas casas da câmara, são relativamente raros os frontões puros a coroarem as respectivas fachadas. Como sabemos, a quinhentista casa da câmara de Tomar não apresenta qualquer tipo de remate no topo da sua fachada tão erudita. Será preciso avançarmos para a primeira metade do século XVII para encontrarmos frontões a coroarem as fachadas de casas da câmara portuguesas. Um dos mais antigos, mais belos e mais puros é o da portentosa fachada da casa da câmara de Portalegre (1632) [Fig.^a 337]. Como já vimos atrás, a cornija desta casa da câmara sustenta, na sua secção central, um muito elaborado remate arquitectónico constituído por três corpos. O corpo central, está enquadrado por pilastras apoiadas nos capitéis das pilastras colossais que delimitam o tramo central da fachada do edifício e é constituído por dois níveis. Destes, o primeiro é um corpo cego rectangular, de altura ligeiramente inferior à do andar nobre, travado por uma nova e derradeira cornija que sustenta no seu topo um frontão triangular de desenho e proporções bastante correctas e que constitui o remate absoluto da fachada. Quanto ao corpo central que, apoiado na cornija geral, sustenta o frontão do remate, ele é enquadrado por duas muito grandes *aletas* de recorte côncavo e de desenho algo fruste. Estas aletas, enquadrando aquele pujante corpo central, fazem a ligação entre as pilastras e a cornija corrida do topo dos corpos laterais da fachada. Enfim, dois pináculos de desenho algo desgracioso e mesmo pesado contribuem para comprimir e atenuar o aspecto invulgarmente aéreo do remate superior, por onde perpassa um estranho mas intenso perfume “albertiano”, que tanto impregna a belíssima fachada da casa da câmara de Portalegre – e que iremos reencontrar, um século e meio depois, na fachada da casa da câmara de Manique do Intendente.

A fachada da *casa* de Manique é rematada, como já sabemos, por um extraordinário e pesado *entablamento* que suporta um enorme e monumental *frontão* [Fig.^a 338]. Com efeito um entablamento esmagador coroa o poderoso feixe de pilastras colossais que, como vimos, organiza e estrutura a fachada do corpo central do edifício. Este entablamento, de

composição tão heterodoxa como a das pilastras que o suportam (o entablamento privado de friso; as pilastras privadas de capitéis!), é coroado pela competente cornija e sobretudo por um frontão de configuração e tratamento desta vez muito puros, cujo tímpano ostenta o brasão do fundador desta efémera e utópica “ville de volonté”, o Intendente Pina Manique, enquadrado por neoclássicas grinaldas a derramarem-se sobre uma teoria de troféus, fachos e cornucópias. Estes ornatos, de belo desenho e de execução muito correcta, tal como a generalidade da fachada, contrastam, porém, com a relativa fragilidade do desenho das molduras de enquadramento do frontão, excessivamente delgadas e mesmo “secas”.

A dimensão, a escala e a pureza do desenho deste frontão, em articulação com o entablamento e as pilastras que o sustentam, dá ao conjunto da fachada deste corpo central da casa da câmara de Manique do Intendente, no seu experimentalismo compositivo radical, um travo inesperada e simultaneamente “albertiano” e utópico. Com efeito, o carácter como que experimental desta fachada, que tanto sugere o coetâneo aventureirismo artístico dos grandes arquitectos do Iluminismo⁵⁹, não deixa de convocar idêntico aventureirismo, empreendido trezentos anos antes, pelos pioneiros do Renascimento. De facto, como se não bastasse a composição do memorável corpo central da fachada da casa da câmara de Manique do Intendente – que estranhamente tanto recorda idêntico motivo a coroar a fachada de Santa Maria Novella, dos Dominicanos de Florença – para invocar o nome de Leon Battista Alberti, a associação com o nome do arquitecto humanista é ainda mais reforçada graças às inesperadas e pitorescas, embora algo desgraciosas, aletas côncavas que enquadram este corpo central e que fazem a ligação entre o respectivo frontão e o remate superior dos dois corpos laterais da casa da câmara de Manique do Intendente.

Não longe de Manique, a sua coetânea e também muito erudita casa da câmara da Golegã ostenta igualmente um frontão, mas desta vez muito desgracioso. Com efeito, induzido pelas duas massivas pilastras colossais que enquadram o corpo central da fachada, como vimos atrás, o frontão, apoiado na cornija que remata a fachada, é muito estreito. A necessidade de abrigar no seu tímpano o brasão com as armas reais, impôs o seu alteamento excessivo, o que o transforma num triângulo aproximadamente equilátero, muito afastado, portanto, das proporções mais canónicas dos frontões clássicos. Enfim, a inclinação tão exagera dos seus lados laterais retira-lhe muito do seu simbolismo e da sua força classicizantes, aproximando-o muito ou tornando-o mesmo numa prosaica empena mais ou menos banal.

⁵⁹ Para a arquitectura da Época do Iluminismo ver Emil Kaufmann, *La Arquitectura de la Ilustracion – Barroco y Posbarroco en Inglaterra, Italia y Francia*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1974.

Dois últimos frontões merecem referência nesta breve resenha de elementos classicizantes a rematarem as fachadas das casas da câmara portuguesas, os das *casas* de Aveiro e de Penafiel. O frontão de Penafiel [Fig.^a 339] coroa o tramo central da respectiva fachada que já atrás vimos ter uma organização compositiva aparentemente muito semelhante à de Portalegre, apesar de diferenças muito sensíveis quer ao nível do desenho quer ao nível do significado das respectivas composições. Com efeito, para lá dos factores de diferenciação das duas fachadas atrás assinalados, um outro factor diferenciador está na implantação, nas dimensões e na própria “densidade” do desenho dos respectivos frontões. Em Penafiel o frontão – triangular, de acordo com as mais antigas tradições – é muito grande, embora de desenho muito controlado e mesmo puro, apoiado directa e previsivelmente na cornija do tramo central da fachada, ao contrário do de Portalegre, que se projectara nas alturas, à revelia de qualquer solicitação estrutural ou de qualquer funcionalidade que não fosse a inerente à exaltação teórica e mesmo tratadística de um poder que assim se queria nobilitado e monumentalizado – e também desta maneira legitimado. Com efeito, a simples presença do frontão era já um elemento nobilitador, o que dispensava qualquer elemento decorativo ou heráldico a preencher o seu tímpano. Com efeito, o frontão de Portalegre apresenta-se “cego”, puro e vazio, ao contrário do de Penafiel, que detém um papel funcional óbvio, o de ostentar no seu centro o brasão da Rainha D. Maria I, enquadrados por dois pujantes ramos entrelaçados de palma e de loureiro (?), de típico desenho neoclássico.

O frontão de Aveiro é – tal como a fachada a que pertence (de 1797) – o mais complexo de todos os que encontrámos nas fachadas das antigas casas da câmara portuguesas. O frontão [Fig.^a 340] está apoiado nos dois pares de colunas emparelhadas que definem e enquadram o tramo central daquela fachada, a que serve de remate superior. A base do frontão é proporcionada pela cornija daquele tramo central, sendo, porém, interrompida na sua secção central para dar lugar à localização do vasto brasão com as armas reais. A configuração do frontão é muito complexa, apresentando um muito raro perfil superior arqueado, também interrompido na sua secção central para permitir a implantação do relógio. Sendo toda a composição muito engenhosa, note-se que a interrupção da cornija e do frontão nas suas secções centrais permite que o tramo central da fachada se projecte e como que se expanda superiormente, de modo a que essa expansão vá ser a “geratriz” da fachada frontal da torre sineira que, no andar imediatamente superior, está rigorosamente no mesmo plano. Porém, independentemente da sua complexidade ou das efectivas audácias patentes no seu desenho, este frontão partilha com os demais a

necessidade de nobilitar, por via erudita, o edifício da casa da câmara que, por esta via, se quer e assume como *casa* diferente, distinta e arquitectonicamente nobilitada. Mas a nobilitação da casa da câmara passa também pela aposição de um brasão no ponto mais assinalado e nobilitado da respectiva fachada, isto é, pela colocação do brasão no frontão da casa da câmara, nem que para isso tenha que se recorrer, por motivos estéticos, decorativos, funcionais ou simplesmente práticos, ao uso de frontões “interrompidos”, incompletos ou até morfológicamente impuros. Com efeito, o lugar e o papel do frontão é complexo e mesmo ambíguo, pois tanto pode constituir o remate da fachada como uma via sofisticada ou até sofismática de expandir a fachada a fim de se permitir o agenciamento de um campo visual apto, central, airoso e suficientemente vasto para localizar o brasão, normalmente com as armas reais – elemento nobilitante sobre todos da fachada em que se integre.

O último elemento arquitectónico a considerar enquanto remate das fachadas das velhas casas da câmara portuguesas é o *ático*, a *platibanda* ou *balaustrada*, que por vezes surgem no topo dos muros de edifícios de intensa influência erudita ou melhor, classicizante. Por vezes os áticos são inseridos muito posteriormente à construção dos edifícios. É o caso da casa da câmara pombalina de Grândola, que apenas terá ganho esse elemento em obras muito tardias, em momento do século XIX que não podemos precisar. O mesmo se terá passado, entre outras, nas casas da câmara pós-pombalinas de Esposende ou da Póvoa de Varzim, que terão ganhado umático algures nos fins do século XIX⁶⁰.

⁶⁰ Com efeito, no Norte, no Distrito de Braga, a casa da câmara de Esposende (aparentemente também Pombalina, embora muito transformada no fim do século XIX) apresenta um *ático* muito desenvolvido, apoiado na cornija da fachada. No topo do alinhamento do mesmo ergue-se um pequeno *frontão* de desenho nada canónico, de recortes laterais côncavos interceptados por uma moldura de recorte misto (linear e curvilíneo) que no topo delimita o seu campo e que serve de enquadramento ao relógio. Sobre este frontão ergue-se a armação do sino da câmara, provavelmente muito tardia. O desenho doático e em particular o deste tão insólito frontão (tão contrastante com o classicismo imaculado do resto da fachada), bem como a própria textura da pedra, o seu tratamento e o seu estado de conservação, muito menos erodido, fazem-nos porém presumir que estes remates datam de finais do século XIX, época em que o edifício comprovadamente conheceu obras muito profundas de ampliação, alteração e decoração.

O mesmo se passou na casa da câmara Pós-Pombalina da Póvoa de Varzim, que remonta a 1791. Com efeito, chegaram-nos fotografias antigas desta casa da câmara com a sua fachada original (adiante descrita), que estava rematada com um beirado à portuguesa apoiado na cornija. Chegou-nos ainda, datado de 1890, o “Projecto dos Melhoramentos a fazer no edifício camarário da Póvoa de Varzim” onde, entre muita outra documentação, consta a folha com os “detalhes / platibanda, vergas, frestas e telhado”; Arquivo Histórico da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Como consta da enorme epígrafe inscrita nos azulejos então aplicados na sua fachada principal, estas obras terão sido realizadas no período de 1908-1910.

No Alentejo, também a fachada principal da antiga casa da câmara de Cuba se apresenta hoje coroada por umático, provavelmente também muito tardio. Sendo de desenho banal, apresenta, na sua secção central, uma espécie de empena ou frontão de recorte muito desgracioso. A fachada lateral deste edifício apresenta também umático com o mesmo desenho do da fachada principal, também aqui desenvolvido num frontão com idêntico desenho do anterior, apenas com a diferença de aqui o frontão sustentar (tal como na casa da câmara do Redondo) o campanário do edifício.

O recurso a platibandas ou balaustradas de vários tipos foi uma solução para o remate das fachadas, muito frequente nomeadamente no Sul do país. Uma muito comum, mas de efeito muito belo, é proporcionada pela balaustrada da fachada da casa da câmara de Monforte [Fig.^a 341]. Apesar de aparentemente muito tardia, a balaustrada, realizada com balaústres de louça vidrada, empresta uma leveza aérea à nobre e massiva fachada de Monforte. Outros áticos, platibandas e balaustradas mereceriam recensão, mas agora cumpre abordar as aberturas – portas e janelas – que se rasgam nas fachadas das velhas casas da câmara, elementos essenciais para a compreensão dessas casas, da sua funcionalidade, mas também da organização compositiva das respectivas fachadas.

10.3.2 – As aberturas

“Olhos” e “ouvidos” das fachadas, as aberturas de uma casa são, com as paredes e as coberturas, o seu elemento essencial, o respiradouro pelo qual circulam pessoas e animais, bens e mercadorias, valores materiais e imateriais, num fluxo de fora para dentro ou de dentro para fora, que – animado ou mortiço, urgente ou adiável, vivificador ou decadente – é sempre necessário, essencial e mesmo vital. Mais ou menos decoradas e complexas, as aberturas das fachadas desdobram-se em sub-tipologias, formas e configurações diferenciadas, dependentes das suas funções ou do seu arranjo formal, que urge conhecer. Com efeito, no que toca às velhas casas da câmara, essas aberturas não se resumem à existência previsível de portas e janelas convencionais, pois contemplam outras formas, tão vinculativas como os portais monumentais, bem como os pórticos e os alpendres, rasgados ou apostos no piso térreo das respectivas fachadas, ou como as sofisticadas e sempre muito elegantes *galerias* abertas no andar nobre de algumas muito raras casas da câmara portuguesas. Recensearemos em seguida casos notáveis de aberturas, considerando quer os casos proporcionados pelas *portas e janelas* de desenho, perfil e implantação mais convencional, quer os casos, relativamente raros, de *portais monumentais*, quer finalmente os casos, raríssimos em Portugal, de *pórticos*, *alpendres cobertos* e *galerias*. Com efeito, apesar da sua variedade morfológica, todas estas aberturas são igualmente relevantes no contexto da recensão e análise das fachadas das velhas casas da câmara portuguesas.

10.3.2.1 – Portas e janelas

O número e a localização das portas de acesso às casas da câmara é da maior relevância para o estudo da funcionalidade e da composição das respectivas fachadas e por isso estes elementos são também dignos de reparo e recensão. Assim, consideraremos sucessivamente as *casas* que detêm apenas *uma porta* de acesso ao edifício, *localizada no piso térreo ou no piso nobre* e depois as casas com *duas ou com mais aberturas no piso nobre*, a que se acede por uma varanda servida por uma escadaria exterior, alpendrada ou não.

São relativamente comuns as casas da câmara que detêm apenas *uma porta exterior de acesso* a todo o edifício, localizada mais ou menos no centro do piso térreo da respectiva fachada principal. Trata-se normalmente das *casas* que detêm as fachadas mais simples, sóbrias e provavelmente mais funcionais ou, pelo menos, mais seguras. As casas da câmara com apenas uma porta na fachada principal, implantada no centro do respectivo piso térreo, surgem ainda em pleno século XVI e irão ter uma relativa divulgação nos séculos seguintes. As casas da câmara de Pavia [Fig.^a 342] e de Cabeção (ambas hoje no Concelho de Mora), de Portalegre, de Nisa, de Alpalhão e de Montalvão (antigas vilas hoje no Concelho de Nisa), de Alpedrinha, de Celorico da Beira, de Linhares (Celorico da Beira), de Vouzela, de S. João da Pesqueira, de Arouca, da Esgueira (Aveiro), de Braga ou de Penafiel – todas elas (à excepção da de Pavia, que é de origem quinhentista, embora com obras de c. de 1820), construídas em momentos diferentes dos séculos XVII e XVIII – são exemplos do modelo que acabámos de considerar. Trata-se de edifícios que, edificados em épocas muito diferentes, ao sabor de gostos estéticos muito diversificados e ao serviço de comunidades de posses e de recursos também muito desiguais, respeitam a mesma variante tipológica. Com efeito, todas aquelas casas da câmara apresentam apenas uma porta de entrada na sua fachada principal, localizada no seu piso térreo – variante tipológica retomada em edifícios tão tardios como os das casas da câmara de Alverca da Beira (Pinhel), datável de cerca de 1820, ou da de Cascais, datada de 1821.

Muito mais comuns são as casas da câmara com *apenas uma porta de entrada*, mas de acesso directo ao piso nobre, mediante uma varanda a que se acede por uma escada exterior, muito frequente nas casas da câmara mais antigas. Algumas das casas da câmara detentoras de apenas uma porta de acesso directo ao seu piso nobre remontam já à Idade Média e configuram provavelmente a primeira variante das casas da câmara portuguesas: edifícios sobradados de dois andares em que o acesso ao andar nobre se faz por uma escada

exterior: Era o que se verificava nas primitivas casas da câmara de Óbidos e de Castelo de Vide, mas era também o que se verificava nas *casas* localizadas sobre as próprias portas da vila ou da cidade, como já vimos ser o que acontecia nas casas da câmara de Silves, de Coimbra ou de Penamacor, esta comprovadamente manuelina.

Na época pós-manuelina e nos séculos XVII e XVIII novas casas da câmara continuarão a ser dotadas de escada exterior e de apenas uma porta de acesso directo ao piso nobre. Bons exemplos são proporcionado pelas casas da câmara de Melo (Gouveia), da Muxagata (Meda) [Fig.^a 343] ou de Rio de Moinhos (Sátão) – a de Melo, de origem seguramente anterior a 1480 e as restantes de origem quinhentista, mas todas elas outrora servidas por apenas uma porta no seu andar nobre. O mesmo se passa com as casas da câmara mais tardias das antigas vilas de Penalva de Alva (Oliveira do Hospital), de Caria ou de Quintela (aquela na vila de Rua; esta no lugar da Lapa, ambas no actual Concelho de Moimenta da Beira), ou na da Ucanha (Arouca). Com efeito, todas estas casas tinham apenas uma porta de acesso ao piso nobre do edifício, fazendo-se a serventia das enxovias do piso térreo por alçapões comprovadamente rasgados nos sobrados das respectivas audiências⁶¹. Com efeito, as portas que hoje vemos nos pisos térreos das casas da câmara de Melo [Fig.^a 344], da Muxagata, de Rio de Moinhos (Sátão), de Penalva de Alva (Oliveira do Hospital), de Caria/Rua (Moimenta da Beira) [Fig.^a 345] ou da Ucanha (Tarouca) mostram bem que resultam do rasgamento relativamente recente das janelas das enxovias primitivas⁶².

Enfim, muitas outras antigas casas da câmara portuguesas estavam dotadas de apenas uma porta de acesso directo ao andar nobre. Exemplos muito tardios deste modelo tipológico são proporcionados pelas casas da câmara de Santa Marinha e de São Romão, esta já de c. de 1820 (ambos os concelhos, hoje extintos, integram o actual Concelho de Seia).

Muito frequentes são também as casas da câmara com duas portas de acesso ao piso nobre. Ora, a existência de duas divisões no piso nobre, a *sala* e a *câmara* – marca essencial da tipologia casa da câmara portuguesa – transparece por vezes no próprio *número de portas exteriores de acesso ao piso nobre* – elas próprias definidoras de uma variante tipológica

⁶¹ Também algumas antigas mas muito raras cadeias, construídas em edifícios mono-funcionais, obedeciam a este modelo de acesso ao edifício por apenas uma porta rasgada no andar nobre, a que se tinha acesso por uma varanda ou um simples patamar no topo das respectivas escadas. A cadeia manuelina de Estremoz e a cadeia, também provavelmente quinhentista, de Mértola, obedeciam a este esquema.

⁶² Num contexto geográfico muito afastado, o mesmo se passa com as janelas das enxovias das casas da câmara de Bemviver ou de Porto Carreiro (Marco de Canaveses), também rasgadas para nelas se adaptarem as portas de acesso aos respectivos pisos térreos.

que também há que considerar. Com efeito, às vezes, aquelas *duas divisões principais são assinaladas na própria fachada*, detendo cada uma a sua porta independente para a varanda comum da casa da câmara, assim definindo uma variante em que, a partir da escada e da varanda comuns se abriam *duas portas* afectas cada uma a espaços e funções divergentes⁶³. A audiência – sempre de acesso mais facilitado pois, por definição, era aberta a toda a comunidade – correspondia normalmente à *primeira porta* no topo da escada. Era este certamente o caso das casas da câmara de origem manuelina de Marialva (Meda) ou de Sortelha – todas elas com *duas* portas exteriores de acesso ao piso nobre. Também as casas da câmara de Vila Pouca de Aguiar ou de Ribeira de Pena, ambas de origem quinhentista, detêm duas portas independentes no topo das respectivas escadas, denunciando bem a vocação essencialmente diferente das duas divisões abrigadas nos pisos nobres dos respectivos edifícios. Muito mais recentes, as casas da câmara de Pinhel e de Favaíós (Alijó), detêm igualmente duas portas de acesso ao piso nobre, implantadas nas respectivas varandas de acesso.

A este grupo pertence ainda a casa da câmara de Miranda do Douro, a que se acedia originalmente por uma escadaria semi-coberta que conduzia directamente à portentosa varanda do seu piso nobre. Aí se rasgavam as duas portas da casa da câmara, que davam directa e respectivamente para a audiência e para a câmara das vereações, naturalmente localizadas no seu piso nobre.

Sempre no Sul do Reino, merece particular reparo a monumental casa da câmara joanina de Campo Maior, nunca concluída. Também ela previa duas portas exteriores, abertas na vastíssima fachada do piso nobre, dando acesso independente à audiência e à câmara das vereações, respectivamente [Fig.^a 346]. A singularidade da casa da câmara de Campo Maior está, porém, no facto de, de acordo com o projecto original, se aceder a cada uma daquelas duas portas por *duas escadarias monumentais independentes*, das quais apenas se construiu a da esquerda do edifício, que provavelmente dava acesso à câmara das vereações e a uma sala das audiências então improvisada e nunca concluída de acordo com o inicialmente projectado – escada aquela de uma erudição inultrapassável e cuja composição adiante analisaremos. Com efeito, no momento da construção ainda foi rasgada a porta do lado direito da fachada, que ainda sobrevive (embora sem qualquer função, pois não dá

⁶³ No contexto peninsular, refira-se idêntica plurifuncionalidade de funções por exemplo na casa da câmara de Madrid, reflectida na existência de duas portas exteriores, aqui localizadas no piso térreo da respectiva fachada: “Há que assinalar em primeiro lugar a curiosidade do edifício por ter duas portadas principais na fachada, consequência do duplo uso que teve na sua origem: a de ser a sede do ‘Ayuntamiento’ e a de cárcere da Vila”, DOCUMADRID, *La Plaza...*, p. 37.

acesso a nada, nem sequer a uma simples sacada), tendo-se deixado já o encaixe para a montagem da escadaria projectada, que teria um desenho e uma localização rigorosamente simétrica à da escadaria do lado esquerdo, efectivamente construída.

Mas as duplicações funcionais e compositivas registadas em Campo Maior, obviamente excessivas, coexistiam com modelos de fachadas muito mais simples e despreziosos. Muito longe do Alentejo, a antiga casa da câmara de Lajes do Pico (Pico) [Fig.^a 347] apresenta uma variante ao esquema mais comum, pois detém *três portas de acesso ao piso nobre* das quais uma correspondia à câmara das vereações e duas à sala da audiência, presumindo-se que a central (a mais próxima da câmara das vereações) fosse de utilização reservada ao juiz e eventualmente a outros agentes da justiça, sendo a outra porta – a mais próxima do lance de escada respectivo – para utilização do público⁶⁴. O mesmo se passava com a casa da câmara de Trancoso, que detinha igualmente três portas de acesso ao piso nobre: a primeira (a contar da esquerda) de acesso à câmara das vereações e as duas seguintes de serviço à audiência, das quais a do meio era de acesso reservado ao juiz (e eventualmente a outros protagonistas do auto judicial a desempenhar), sendo a terceira e última de acesso ao público, pois era a que estava mais próxima da escadaria comum. Mais complexa, também o piso nobre da casa da câmara de Évora – a que se acedia (tal como em Miranda) por uma escadaria semi-coberta que dava acesso à belíssima varanda voltada para a praça do Giraldo – dispunha de três portas. Estas davam directamente para a audiência e, através desta, para a câmara das vereações. Da sofisticação e da elegância dos portais tipicamente manuelinos da casa da câmara de Évora dá razão o desenho publicado por Mário Chicó em obra famosa [Fig.^a 348]⁶⁵, que faz entrever o que teria sido o interior luxuoso do interior deste perdido edifício, redecorado e actualizado nos primeiros anos de Quinhentos.

Tal como Évora, também a casa da câmara de Angra detinha uma muito vasta varanda alpendrada, adiante analisada, a que se acedia por duas escadarias simetricamente localizadas nos seus extremos opostos. Nessa varanda se abriam as duas portas para as duas divisões previstas, mas aqui também uma *terceira* porta, provavelmente de acesso às cadeias, que aqui também se localizavam na secção central do piso nobre do edifício.

⁶⁴ Também o acesso à sala de audiência da casa da câmara tardo-seiscentista de Castelo de Vide se fazia por três portas abertas para o patamar cimeiro de uma muito complexa escadaria a céu aberto, também adiante analisada.

⁶⁵ “Portal dos antigos paços do concelho de Évora”, in Mário Tavares Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 2.^a Edição, 1968, p. 195; Fig.^a 59.

Na Beira, a casa da câmara manuelina de Castelo Novo (Fundão) [Fig.^a 349] apresenta uma variante ao esquema mais comum, pois detém *quatro portas de acesso ao piso nobre* das quais as duas mais próximas do topo da escada que dá acesso à extensa varanda comum poderiam dar acesso à antiga audiência e a porta seguinte à câmara das vereações. Porém, um tão excessivo número de portas pode corresponder a eventuais componentes residenciais abrigadas no edifício. Assim, uma das portas poderia corresponder à casa do carcereiro ou, muito mais provavelmente, estar reservada para a aposentadoria do Juiz de Fora ou sobretudo do Corregedor, que a utilizaria aquando das suas deslocações periódicas àquela antiga Vila.

A Sul do Tejo, o exemplo mais notável desta última variante tipológica relativa à composição da fachada do piso nobre das antigas casas da câmara portuguesas é proporcionado pela de Palmela [Fig.^a 350]. Esta, de provável origem quinhentista, foi reconstruída parcialmente após o Terramoto, mantendo certamente muito do desenho primitivo. Assim, para a extensa e belíssima varanda, que abrange toda a largura do edifício, abrem-se agora *cinco portas*, das quais a segunda (a partir do lado do campanário da casa da câmara e do lado do castelo) conduzia directamente à *audiência*, abrindo-se a terceira muito provavelmente para a *câmara das vereações*). Pelo menos algumas das restantes portas conduziram a espaços residenciais, de utilização contínua ou sazonal, nomeadamente por Juizes de Fora e Corregedores ou mais provavelmente por Ouvidores ao serviço da Ordem de Santiago.

Uma última variante merece ser considerada neste levantamento: a relativa à da importância – principal ou secundária – da fachada em que se implantava a porta principal da casa da câmara. Se na esmagadora maioria das *casas* a porta se implanta no centro da fachada principal, proporcionando uma composição mais ou menos simétrica da respectiva fachada, casos há em que a porta se abre numa fachada lateral. Era o que se passava na hoje perdida casa da câmara manuelina de Freixo de Espada à Cinta ou na casa da câmara de Freixo de Numão [Fig.^a 351], também de origem quinhentista, embora muito modernizada na segunda metade do século XVIII⁶⁶. O mesmo se verifica nas casas da câmara muito mais tardias de Carrazeda de Ansiães (da Época Joanina), na da Golegã (esta da Época Pombalina), nas de Alijó [Fig.^a 352] e de Favaios (Alijó) (ambas do reinado de D. Maria I)

⁶⁶ Também a escadaria de acesso às casas da câmara de Gavião (Ourique) ou de Vila Nova da Baronia (Alvito) se faz pelas fachadas laterais, segundo um esquema muito pouco comum, pois ambas as escadas são exteriores ao edifício mas ocultas da rua, a elas se acedendo por uma porta exterior aberta num muro que proporciona como que uma caixa exterior às respectivas escadas. Aparentemente, também as escadas de acesso ao piso nobre da perdida casa da câmara de Évora e ao da casa da câmara de Miranda do Douro (acesso este hoje muito transformado), tinham uma implantação semelhante, adiante considerados.

ou nas muito menos pretensiosas casas da câmara de Monte Real (Leiria), Couto de Esteves (Sever do Vouga) ou Barcos (Tabuaço).

Merece referência ainda a casa da câmara de Viana da Foz de Lima, cuja escadaria de acesso à porta do piso nobre está implantada na fachada posterior do edifício [Fig.^a 353]. A mesma localização, nas traseiras dos respectivos edifícios, têm também as escadas de acesso aos pisos nobres das casas da câmara setecentistas de Pinhel, de Penedono e de S. Martinho de Mouros (Resende) e a de Valença do Douro (Tabuaço), esta de c. de 1820.

As janelas merecem uma referência muito mais ligeira. Se, como já víamos quando falámos nas fachadas que então designámos de *informais*, algumas casas da câmara mais antigas detêm janelas com formas e dimensões diferentes. É o que se passa, por exemplo na casa da câmara de Marialva (Meda) [Fig.^a 354], que apresenta cinco aberturas na respectiva fachada principal, duas portas e três janelas, todas de dimensões diferentes e parcialmente desalinhadas entre si. Assim, as portas estão alinhadas mas têm larguras muito desiguais. Quanto às janelas, são todas diferentes: as duas janelas do piso nobre são relativamente diferentes e estão relativamente desalinhadas entre si e estão sobretudo muito desalinhadas em relação às duas portas de acesso ao edifício. A janela da enxovia (no piso térreo) é mais pequena e tem uma forma diferente das do piso nobre, estando ainda descentrada em relação à janela que se lhe sobrepõe no andar superior. Porém, estes são casos que, no seu inegável arcaísmo, podemos considerar muito raros, pois a maioria das fachadas das casas da câmara detêm janelas de formas e dimensões semelhantes, implantadas de acordo com a norma esmagadoramente dominante da regularidade e da simetria imposta pela tradição de inspiração tratadística e erudita.

Merece, porém, uma referência muito especial a estranha fachada da casa da câmara de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), que apresenta duas fachadas muito desiguais, a lateral, de matriz vernácula, por onde se acedia ao edifício (como já vimos) e a fachada principal [Fig.^a 355], que dá para a praça e que ostenta o vistósíssimo brasão com as armas provavelmente de D. João V. Esta fachada, talvez muito alterada naquela época (embora o pelourinho, localizado na praça fronteira, esteja datado de 1793), está ladeada por duas pilastras colossais e encimada por uma cornija alteada na sua secção central de modo a proporcionar uma minúscula empena de recorte circular para acomodar o remate superior do brasão monumental, à semelhança do que já encontrámos em Campo Maior ou em Palmela. Ora, a fachada de Freixo de Numão tem três andares e apresenta seis aberturas (duas portas e quatro janelas), duas por andar, alinhadas horizontalmente entre si. Porém se as janelas do

piso intermédio estão alinhadas verticalmente com as portas do piso térreo, o mesmo se não passa com as janelas de sacada do piso superior, cuja localização nos dois extremos da fachada é deveras invulgar. Invulgar é ainda o insólito recorte do lintel das mesmas portas, provavelmente de origem quinhentista, cujo vão é simultaneamente querenado e abatido. Invulgar é ainda o desenho muito recortado das respectivas sacadas bem como as exageradas e muito complexas mísulas barrocas que as suportam. Os outros elementos de reparo são as estranhas molduras arqueadas que, a jeito de frontão imperfeito, coroam as janelas do piso intermédio, que não têm nada a ver com as molduras muito convencionais que rematam o lintel das portas do piso térreo. Mas esta belíssima fachada – hoje infelizmente desfigurada devido à horrível remoção do reboco e da respectiva caiação – de composição tão estranha e mesmo excêntrica, não teve réplicas nas demais casas da câmara do Reino.

Anterior à fachada barroca de Freixo de Numão, também a fachada da casa da câmara de Rates (Póvoa do Varzim) merece reparo devido às molduras muito originais das suas aberturas, de desenho muito afastado de tudo o que se esperaria encontrar numa casa do concelho [Fig.^a 356]. O edifício está localizado face ao pelourinho local, na “Praça dos Forais”, adjacente ao adro da famosa igreja românica local. A casa actual resulta da ampliação de um edifício mais pequeno e aparentemente um pouco mais antigo, datado de 1755 e afasta-se também do que esperaríamos de uma típica casa da câmara portuguesa⁶⁷.

Tratava-se originalmente de uma casa de dois andares, com entrada pelo piso térreo. A fachada principal apoiava-se num tosco embasamento e estava delimitada por cunhais em pedraria realizados por blocos dispostos alternadamente, proporcionando um efeito muito pitoresco aos seus enquadramentos laterais. Uma cachorrada contínua formada de cachorros de desenho muito invulgar, em forma de voluta, sustenta uma falsa cornija, isto é um mero ressalto de pedra, muito avançado em relação à parede que o sustenta mas desprovido de quaisquer molduras, em que se apoia o beirado, muito grosseiramente feito em tempos recentes.

A fachada da casa da câmara de Rates, rigorosamente simétrica, tem a sua porta de entrada no centro do seu piso térreo. No piso nobre apresenta quatro aberturas de desenho e

⁶⁷ Com efeito, apesar de localizada face ao muito arcaico pelourinho, a casa da câmara de Rates não detém janelas no piso térreo (a denunciaram a existências de cadeias ou de enxovias) nem apresenta qualquer um dos sinais identificadores da respectiva tipologia, brasão ou campanário. A decoração da sua fachada e a sua própria localização adjacente ao adro parece fazerem dela uma antiga casa paroquial ou mesmo a antiga residência dos abades, padres, curas ou vigários que tutelassem a igreja vizinha. Porém, todos os informantes e todas as fontes identificam a casa como casa da câmara daquele extinto concelho. Analisamos aqui a sua fachada devido ao carácter de excepcionalidade que apresenta face aos modelos que vimos considerando e que integram a tipologia “casa da câmara”.

de dimensões muito diferentes: duas janelas grandes, de “aventais” e duas janelas muito pequenas (hoje tapadas e “cegas”). Registrando-se o muito vistoso recorte do desenho curvilíneo dos “aventais”, merecem também reparo os recortes vagamente arqueados que ornaram o topo do lintel de todas as aberturas. No piso térreo merecem reparo também os muito insólitos e decorativos respiradouros, em número de quatro, dois circulares e dois de abertura em aspa e de moldura como que foliculada. No centro do piso nobre da fachada uma cruz enorme e também de recorte característico, apoiada numa peanha muito recortada (onde se lê a data de 1755), sobrepõe-se à verga da porta do piso térreo.

Provavelmente ainda no século XVIII a casa foi ampliada, ganhando um corpo novo que replica a métrica e a composição das aberturas da metade esquerda da fachada primitiva, embora com variantes de desenho. Com efeito, a verga das duas novas janelas replicadas é ainda mais recortada, acentuando o intenso perfume de bordado popular amplificado que esta tão pitoresca fachada nos proporciona, no quadro de uma poética inegavelmente ingênua, muito afastada da tradição classicizante e da tratadística erudita que informavam uma grande parte, se não mesmo a esmagadora maioria das fachadas das casas da câmara portuguesas.

10.3.2.2 – Portais monumentais

Para lá da porta ou das portas de acesso à casa da câmara, algumas dispunham ainda de portais monumentais, de acesso a outras dependências integradas no corpo do edifício. Trata-se normalmente dos portais de acesso aos açougues do concelho, quando estes se localizam no piso térreo da própria casa da câmara. Sendo o seu tamanho sempre muito grande, a sua configuração, a sua implantação na fachada e mesmo o seu número são muito variáveis.

A maioria das vezes estes portais monumentais são únicos, mas há casas da câmara que têm dois portais, contíguos ou não, na sua fachada principal. Normalmente estes portais definem aberturas arqueadas de desenho mais ou menos erudito. A sua localização na respectiva fachada é, porém, quase sempre muito informal, longe de quaisquer preocupações de simetria ou de quaisquer outras formas de ordenamento que não fossem o respeito pelas meras conveniências e comodidades que se desejam e esperam no acesso aos açougues do concelho ou às dependências franqueadas por aqueles portais. Com efeito, aspectos tão práticos como as boas condições de carga e descarga de mercadorias, a entrada e saída de

fornecedores, de talhantes e de compradores foram mais determinantes na definição do tamanho, da configuração e da localização dos portais respectivos que quaisquer considerações de ordem compositiva⁶⁸. Procurando respeitar uma sequência cronológica, recensearemos em seguida os portais monumentais mais interessantes, começando pelos portais únicos e passando depois aos portais emparelhados existentes nas velhas casas da câmara portuguesas.

A casa da câmara de Vila de Frades (Vidigueira), de datação muito difícil mas provavelmente de origem ainda quinhentista, conserva um portal monumental cujas características ilustram bem o que acabámos de dizer. Localizado junto à que inicialmente deve ter sido a outra única porta de entrada no edifício, no extremo da sua vasta fachada [Fig.^a 357], este portal, dos mais monumentais de toda a nossa antiga arquitectura concelhia, surpreende tanto pelas suas dimensões como pelo seu desenho. O seu grande vão é vencido por um muito bem lançado arco quase de volta inteira, apoiado em duas impostas algo rudes, no topo de pés-direitos muito atarracados. Como vemos, o portal de Vila de Frades, apesar de ser muito baixo, é extremamente largo, pelo que por ele poderiam entrar com a maior facilidade carros e carroças de abastecimento quer ao açougue quer mesmo a um eventual mercado interior outrora provavelmente aí instalado⁶⁹.

A pequenina casa da câmara de Atouguia da Baleia (Peniche), de datação indeterminada, detinha também um portal monumental. O seu vão era vencido por um amplo arco segmentado [Fig.^a 358]. Pela sua grande largura, merece reparo o antigo portal desta casa da câmara, desmontado no âmbito de obras algo recentes de que resultou a reconstrução de praticamente toda a fachada do edifício⁷⁰.

⁶⁸ Note-se, porém, que portais monumentais podem ser assinalados ou apenas “apontados” graficamente nas fachadas de algumas casas da câmara meramente por motivos de composição. Assim, a casa da câmara de Monforte ostenta no extremo esquerdo da sua fachada principal o perfil de um portal monumental apenas por motivos de simetria. Com efeito, este perfil é a réplica da *passagem urbana* rasgada no outro extremo da fachada da casa da câmara, adiante referida.

⁶⁹ Algo semelhante é o portal também arqueado da casa da câmara de Bemposta (Oliveira de Azeméis), localizado numa das extremidades da fachada. A singularidade deste portal está no facto de o seu arco, de volta inteira, se apoiar na extremidade das impostas, pelo que o vão do portal é mais largo que o próprio diâmetro do arco.

⁷⁰ A casa da câmara de Santarém, de origem quinhentista mas muito desfigurada nos séculos XIX e XX, mantém um portal monumental, também muito alterado. Dando acesso à actual garagem do edifício, o portal localiza-se no topo extremo do piso térreo da fachada do edifício e apresenta hoje um perfil muito banal, em que o respectivo vão é vencido por um arco segmentado muito tardio.

Muito semelhante ao de Santarém e ao de Atouguia é o portal monumental do piso térreo da pequenina casa da câmara de Ulme (Chamusca), aparentemente também muito transformado mas cujo vão apresenta também um arco segmentado.

À lista dos portais monumentais existentes, haveria que acrescentar a lista dos exemplares hoje perdidos. Assim, a par do portal da casa da Atouguia, acima assinalado, um dos portais desfeitos terá sido o da antiga casa da câmara do Cadaval, que aparentemente detinha um portal monumental em tudo semelhante, a ter em conta o desenho da casa respectiva, constante do *Mapa da Vila do Cadaval*, já atrás referido.

As épocas pombalina e pós-pombalina proporcionam exemplos interessantes de portais monumentais. Um dos mais curiosos é o da casa da câmara de Cano (Sousel), datada de 1759, localizado na secção esquerda da fachada do respectivo edifício **[Fig.^a 359]**. Este portal franqueia o acesso ao açougue concelhio – ainda em funcionamento! – instalado no piso térreo da casa da câmara. O portal é muito largo e o seu vão é vencido por um arco abatido de perfil e de execução muito grosseiras. A sua localização assimétrica e o seu desenho muito informal e quase ingénuo emprestam um toque surpreendentemente desequilibrado e mesmo irregular a esta casa da câmara. Com efeito – ressaltando a inserção desse portal de gosto tão tosco e provinciano – a sua fachada obedece (tanto pela datação como pelo seu desenho global) às boas e típicas normas compositivas de rigor e decoro formal que associamos à arquitectura pombalina⁷¹.

O portal monumental do açougue da casa da câmara de Manique do Intendente (Azambuja) está muito longe do informalismo do portal da antiga vila do Cano (Sousel). No entanto, a sua localização numa secção lateral da respectiva fachada **[Fig.^a 360]** dá a esta uma nota intensa de irregularidade. Com efeito, a sua implantação assimétrica quebra a rígida, vanguardista e quase utópica organização formal daquela fachada. O portal é delimitado por dois pés-direitos muito altos sobre os quais se apoia directamente o arco. A ausência de impostas, o estranho perfil do arco, aparentemente quebrado, o vão relativamente estreito e sobretudo a altura muito sensível do conjunto acentuam o efeito como que “perpendicular” deste portal, muito afastado da horizontalidade classicizante do conjunto da fachada.

A casa da câmara de Castelo de Vide apresenta dois portais, abertos nas suas duas fachadas, anterior e posterior **[Fig.^a 361]**. Proporcionam o acesso a um átrio muito folgado localizado no seu piso térreo, de onde arranca a passagem para a escadaria monumental de acesso ao piso nobre, passagem esta também provida de um portal de desenho semelhante. Mas os dois primeiros portais, localizados um face ao outro nas fachadas anterior e posterior do edifício, permitem ainda a passagem de um lado da praça para o outro através do átrio do respectivo piso térreo. Estes dois portais, rigorosamente iguais, tal como o campo superior das fachadas que tão harmoniosamente os integram, são muito equilibrados, apesar das suas

⁷¹ Também a casa da câmara pombalina de Peniche apresentava um portal monumental no piso térreo da respectiva fachada, que assim ganhava uma composição profundamente assimétrica. Apesar de profundamente refeito (e mesmo reconstruído), aparentemente na época do Estado Novo, o portal monumental de Peniche merece reparo tanto pelo apuro da sua execução, como pelo seu tamanho e pelo seu próprio desenho global, que pode emular ou evocar o desenho pombalino do portal original. Hoje o vão do portal é vencido por um arco segmentado e os seus pés-direitos são reforçados por um perfil de desenho estranho, decorado com pequenas volutas de implantação muito insólita.

grandes dimensões. Os seus vãos, muito generosos, são vencidos por arcos de volta inteira⁷². Tanto os seus pés-direitos como os arcos que neles se apoiam têm um grande destaque visual, proporcionado pelo diálogo muito contrastante entre a pedra em que são feitos e o branco imaculado das paredes em que se integram.

Mas estes dois portais, bem como o que dá acesso à escadaria, são ainda dignos de reparo graças aos seus velhos e extraordinários portões de ferro batido, também eles todos iguais [Fig.^a 362]. A grande qualidade da sua execução bem como o seu desenho excepcional, muito vernáculo e sóbrio (varões de ferro repuxados e jogos de volutas de lançamento muito controlado) suscitam o estudo urgente dos belíssimos portões de Castelo de Vide.

Duas antigas casas da câmara – as de Pinhel e de Aveiro – apresentam *portais monumentais emparelhados*. A ter em conta descrições antigas, o mesmo se passava com a primitiva casa da câmara de Benavente, que remontava certamente à primeira metade do século XVI. Com efeito, esta casa da câmara detinha no seu piso térreo dois portais contíguos, separados por uma coluna ou um pilar comum. Os seus vãos, relativamente largos, seriam vencidos por arcos de volta inteira [Fig.^a 363]⁷³. Porém, a casa da câmara quinhentista de Braga apresentava *três*, dois contíguos na sua fachada principal e um isolado, na lateral [Fig.^a 364]. Na representação da antiga casa da câmara que consta do *Mappa das Ruas de Braga*, que data de 1750⁷⁴, vemos claramente a configuração global dos três portais. Trata-se de aberturas não muito altas mas de vãos generosos, vencidos por arcos quebrados de flecha muito baixa, o que lhes dá um perfil aproximado ao que se costuma designar de “arco Tudor”, muito raro se não inédito entre nós. Providos de sólidos portões, a funcionalidade daqueles portais monumentais não oferece dúvidas. Com efeito, um portal – provavelmente o da fachada lateral, que abria para a tão importante Rua de Maximinos – proporcionava a entrada para o edifício e, através de escadas interiores, o acesso ao piso

⁷² A actual fachada da casa da câmara de Castelo de Vide apresenta na sua fachada do lado do Pelourinho, colado à torre do relógio, um outro arco, sensivelmente das mesmas dimensões dos referidos. Trata-se, porém, de uma construção já da época do Estado Novo, quando o edifício histórico ganhou um novo corpo apostado à torre. No lado da praça, aquele arco dá lugar a dois arcos geminados, construídos também na mesma época.

⁷³ Proposta de reconstituição segundo Alfredo Betâmio de Almeida, *Breve História das Casas da Câmara....*, 1954.

⁷⁴ Arquivo Distrital de Braga, *Mappa das Ruas de Braga* (1750), publicado por Rui Maurício, in *O Mecenato de D. Diogo de Sousa....* A mesma vista foi publicada por Miguel Sopas de Melo Bandeira, in *O Espaço Urbano de Braga....* No programa decorativo do salão nobre da actual casa da câmara de Braga, datável dos fins do século XIX, a casa da câmara quinhentista de Braga aparece representada a fresco, ao lado de outros monumentos históricos da cidade. Pouco posterior à pintura do salão nobre é a representação da mesma casa da câmara quinhentista nos azulejos que decoram a escadaria de acesso ao piso nobre do actual edifício. As duas representações (a fresco e em azulejos) da casa da câmara quinhentista são semelhantes, embora ignoremos a fonte iconográfica comum.

nobre e ao andar superior. Os dois portais da fachada principal franqueavam a passagem para os açougues do concelho, com toda a probabilidade localizados no piso térreo da casa da câmara⁷⁵.

Dotada de duas fachadas principais, como vimos, a casa da câmara de Pinhel (datada de 1734) apresenta na sua fachada voltada à praça ou rossio fronteiro dois portais monumentais contíguos, separados por um pilar comum [Fig.^a 365]. Os vãos destes portais, muito amplos, são vencidos por arcos de perfil misto, em que os dois segmentos de arco que se apoiam nas impostas se ligam a aduelas articuladas entre si de modo a constituírem um falso lintel, produzindo o conjunto o que se costuma chamar de “arco deprimido”. Registe-se, enfim, o belo e tenso aparelho com que são tratados os pés-direitos, o pilar intermédio e os próprios perfis dos arcos, aparelho este que contribui em muito para a intensa presença visual destes portais, muito harmonicamente integrados na bela fachada barroca da casa da câmara de Pinhel.

A casa da câmara de Aveiro proporciona os portais monumentais mais elaborados de toda a nossa antiga arquitectura concelhia, bem à medida das pretensões compositivas da sua fachada, bem como das suas dimensões e da sua própria monumentalidade [Fig.^a 366]. Os dois portais, rigorosamente simétricos, estão dispostos também simetricamente em torno do corpo central da respectiva fachada, pontuada pela torre onde se instalaram o relógio e o sino da câmara e onde se abre a principal porta do edifício e por onde se acede às escadas que sobem para o piso nobre. Os seus vãos, muito largos, são enquadrados por pés-direitos apoiados em socos e são rematados por impostas discretas. Os vãos são vencidos por arcos em forma de “asa de cesto”, que dão ao conjunto dos portais um perfil muito elegante, acentuado pelas molduras belamente aparelhadas que decoram pés-direitos e arcos⁷⁶.

⁷⁵ Porém, como a fachada principal da casa da câmara dava para a chamada “Praça do Pão”, um daqueles portais poder-se-ia abrir para as *padarias* do concelho. Não encontrei nenhuma referência a estes espaços públicos de abastecimento em Braga, mas em Lisboa as padarias quinhentistas ficavam quase paredes-meias com os açougues da cidade. O mesmo se passava em cidades espanholas na época quinhentista e em épocas posteriores. Era o caso das “Panaderías” de Madrid ou de Salamanca, ao lado dos Açougues locais, ambas nas respectivas Praças Maiores.

⁷⁶ Nos portais monumentais da casa da câmara de Aveiro merecem muito reparo os respectivos portões, aparentemente tardo-setecentistas (a não serem uma réplica feita na época do Estado Novo). Independentemente da sua datação – e tal como os de Castelo de Vide, atrás referidos – são bem dignos de estudo devido ao seu desenho muito elegante e ao notável trabalho de ferro forjado que ostentam.

10.3.2.3 – Passagens e aberturas porticadas

Com a porta de acesso localizada no piso térreo ou no piso nobre (neste caso com serventia por uma varanda a que se acesse por uma escadaria exterior), com muitas ou poucas janelas, com sacadas ou sem elas, a esmagadora maioria das casas da câmara portuguesas respeitava um modelo arquitectónico de uma grande massividade e mesmo de uma grande sobriedade compositiva. Já atrás vimos que, ressalvando a excepção notável da *casa* pombalina do Redondo, as antigas casas da câmara portuguesas não apresentavam plantas em U e as suas fachadas, mais ou menos eruditas, eram, também na sua esmagadora maioria, de uma grande regularidade, de acordo com padrões compositivos que não toleravam extravagâncias, aventureirismos ou excessos formais. Porém, em número muito restrito, algumas casas da câmara integravam no seu corpo outro tipo de aberturas, para lá das portas e janelas comuns, previsíveis em qualquer casa sobradada no Portugal das Épocas Medieval ou Moderna. Para lá das *galerias* rasgadas no piso nobre, adiante estudadas, estão neste caso as *passagens* urbanas, os *pórticos* abertos no piso térreo de algumas casas da câmara e os *alpendres* apostos às respectivas fachadas – espaços de uso público que tanto davam passagem como acolhiam e abrigavam certas funções. Apesar de raros, a sua presença regista-se, porém, em todo o território do Reino: tratava-se sempre de *espaços colectivos cobertos*, abertos para o exterior e normalmente franqueados por arcos ou mesmo arcadas mais ou menos extensas e monumentais.

10.3.2.3.1 – Passagens urbanas

O primeiro tipo de *rasgamento* inserido nas fachadas das antigas casas da câmara é proporcionado pelas próprias portas da cidade ou da vila sobre as quais algumas dessas casas estavam localizadas. Era o que se passava em Silves, Coimbra, Penamacor, Moura, Elvas e mesmo em Lamego, concelhos cujas casas da câmara se localizavam *sobre, ao lado* ou *na proximidade imediata* das portas da respectiva cidade ou vila. Como já vimos, algumas destas localidades proporcionam alguns dos mais antigos exemplos de espaços arquitectónicos especificamente concelhios, cujo uso pelos respectivos concelhos remonta pelo menos à segunda metade do século XIV. Este era o caso, comprovado documentalmente, de Silves e muito provavelmente também o de Coimbra. Com efeito, a antiga casa da câmara de Silves, localizada sobre as portas principais da antiga cidade é uma

das mais antigas de Portugal. Quanto à velha casa da câmara de Coimbra, fora adaptada na torre localizada sobre o *Arco de Almedina*, e a casa da câmara de Lamego estava instalada na chamada *Torre do Concelho*, localizada junto à “Porta da Vila”, a mais importante da cidade. O acesso à torre, muito alta, parece não ter sofrido alterações: faz-se como outrora, sobre a própria muralha, por uma espécie de um muito pitoresco caminho de ronda [Fig.^a 367], a que se acede por uma escada que arranca junto das vizinhas portas, acima referidas. Neste grupo haveria que incluir ainda a perdida casa da câmara da Covilhã (comprovadamente localizada *sobre* a porta principal da muralha medieval) e ainda as casas da câmara de Caminha, Seia, Pinhel, Sabugal, Castelo Mendo (Almeida), Olivença ou Albufeira – todas elas localizadas *nas proximidades* de uma porta da muralha.

As aberturas inseridas no corpo destas casas da câmara merecem algumas considerações. Por um lado, como todas estavam inseridas no perímetro amuralhado da cidade ou vila a que pertencem – normalmente localizadas no cume ou nas encostas de colinas mais ou menos elevadas – quase todas aquelas aberturas e passagens vencem desníveis mais ou menos acentuados, como se nota tão intensamente em Penamacor, em Coimbra ou em Elvas e como acontecia certamente na Covilhã, onde a passagem rasgada no piso térreo da casa da câmara deveria feita mediante escadas.

Por outro lado, as passagens abertas no piso térreo das torres em que se apoiaram ou adaptaram algumas destas casas da câmara tanto podem ser rectilíneas, ligando directamente o exterior com o interior do perímetro amuralhado (também como em Coimbra, Penamacor ou Elvas) como podem desenhar ângulos mais ou menos rectos, como em Moura ou Silves. Com efeito, era esse o traçado da passagem que da praça exterior (onde hoje se localiza o pelourinho) conduzia à antiga Rua da Cadeia que, passadas as portas, conduzia ao centro da antiga cidade algarvia [Fig.^a 368].

Enfim, as próprias portas, pelas suas dimensões, pela sua construção, pela sua localização e até pelo seu desenho – todas elas arqueadas (em arcos apontados ou ogivais, como em Elvas ou Moura, ou de volta inteira, como em Silves) – são sempre de uma monumentalidade a toda a prova e inscrevem-se directamente na história da arte da fortificação medieval, nomeadamente na desse momento histórico, cultural e militar tão intenso que, localizado na charneira entre os séculos XIII e XIV, assiste à emergência e ao triunfo da chamada arquitectura militar de inspiração gótica⁷⁷.

⁷⁷ Sobre a fortificação gótica ver, entre outros, a muito útil síntese de Carlos Alberto Ferreira de Almeida “Arquitectura Gótica Militar” in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca *História da Arte em Portugal – O Gótico...*, pp.s 79-86.

Pertencem a um tipo muito diferente as aberturas de passagem inscritas nas fachadas principais das casas da câmara de Rio de Moinhos (hoje no Concelho de Sátão), de Monforte, de Nisa, de Campo Maior, de Évoramonte e da Ribeira Grande. Estas aberturas são muito mais interessantes para nós. Com efeito, apesar de nada terem de militar nem de fortificado, aquelas aberturas inscrevem-se em fachadas arquitectónicas que decorrem e respeitam a tipologia privativa da antiga casa da câmara portuguesa, que vimos estudando – independentemente da época, das dimensões, dos recursos ou das pretensões arquitectónicas de cada edifício em si.

De todas as casas da câmara acabadas de referir, a de Rio de Moinhos (Sátão) [Fig.^a 369], provavelmente quinhentista, é a mais antiga e também a mais “brutalista”, na sua rusticidade e na sua austeridade irreduzíveis, dadas pela pedra e pelo belo aparelho em que é realizada a sua fachada principal. A muito ampla passagem aberta no seu piso térreo faz-se por um arco segmentado de desenho quase militarista, muito tenso e reforçado. Com efeito, o arco como que descarrega e distribuiu toda a massa do pesado edifício em pés direitos muito baixos, contribuindo para reforçar a massividade da casa da câmara, acentuando a sua horizontalidade e a sua ligação ao solo e à terra – efeito hoje acentuado pelo relativo afogamento imposto pelos empedrados recentes da praça fronteira e das ruas adjacentes.

Muito diferente era o efeito provocado pela passagem inscrita na fachada da casa da câmara, hoje perdida, da Covilhã. Apesar de quase certamente constituir uma adaptação, seiscentista, da porta mais importante daquela antiga vila, esta passagem tem um cunho “civilista” óbvio. Com efeito, a passagem rasgada na *casa* da Covilhã pertence a uma fachada devidamente nobilitada [Fig.^a 370], embora tivesse uma implantação assimétrica no corpo da fachada do edifício e apesar de nunca ter sido sinalizada com pés direitos ou aduelas devidamente definidas e aparelhadas, nem ter sido monumentalizado por qualquer tipo de composição arquitectónica de natureza classicizante, como encontramos em tantas portas amuralhadas quinhentistas, seiscentistas e posteriores de cidades e vilas portuguesas. No entanto, o vão de passagem da Covilhã, vencido por uma abóbada de volta inteira, estava dignificado e monumentalizado pela teoria de portas-janelas do piso nobre do edifício, com as suas sacadas e sobretudo com os seus inesperados frontões curvilíneos, de belo desenho clássico.

Ao contrário da passagem da casa da câmara da Covilhã, a de Nisa inscreve-se rigidamente no centro da respectiva fachada, marcando bem o arranque do respectivo eixo de simetria [Fig.^a 371]. Porém, o vão aqui é mais estreito e sobretudo muito mais baixo, efeito acentuado pelo arco abatido que dá acesso à passagem, aqui sinalizado com uma

modesta moldura de pedraria onde apenas se realçam, embora discretamente as impostas e a chave. Este arco projecta-se na abóbada, também abatida, que cobre a respectiva passagem, e onde também apenas se assinalaram as respectivas impostas, hoje muito justa e garridamente pintadas. Implantação semelhante, no centro da sua fachada, tem o arco de passagem rasgado no piso térreo da casa da câmara de Campo Maior. Esta passagem arqueada [Fig.^a 372] proporciona a ligação entre a rua principal da vila e a notável *praça nova* que, sinalizada pelo pelourinho, foi induzida e comandada urbanisticamente pela amplíssima fachada da monumental casa da câmara joanina.

Sempre no Distrito de Portalegre, a passagem inscrita na casa da câmara de Monforte⁷⁸ retoma a monumentalidade que encontráramos na Covilhã, desta vez numa fachada de composição rigorosamente simétrica [Fig.^a 373]. Com efeito, o desenho do muito amplo vão rasgado no flanco direito da fachada é replicado simetricamente no lado oposto, embora aqui o vão, hoje cego, provavelmente nunca tenha sido vazado e tenha sido apenas “apontado” no desenho global da fachada por óbvios efeitos compositivos⁷⁹.

Apesar de ser provavelmente a mais tardia, a passagem rasgada na casa da câmara de Évoramonte (Estremoz) é também a mais simples de todas [Fig.^a 374]. Sinalizada apenas por uma moldura quase ingenuamente dada por um toque muito álaçre de cor, esta abertura merece reparo pela informalidade e o pragmatismo com que se inscreve na fachada. Com efeito, o seu rasgamento não considera quaisquer das normas compositivas de regularidade ou de simetria que encontráramos nas aberturas das outras *casas* alentejanas acabadas de referir. Também implantada assimetricamente, a abertura hoje rasgada na casa da câmara da Ribeira Grande [Fig.^a 375], resulta de um acrescento ao edifício original, construído em fins de setecentos, feito na única direcção possível: a própria rua pública e os espaços confinantes! É então que, a casa da câmara ganha a sua torre sineira e um novo corpo,

⁷⁸ Designada por “túnel” numa planta do arquivo da C. M. de Monforte.

⁷⁹ O mesmo se passa na fachada principal da actual casa da câmara de Loulé que, no seu tramo direito, inclui idêntica passagem urbana arqueada, cujo perfil é replicado – também aqui apenas por motivos compositivos – no tramo esquerdo da fachada.

Note-se, porém, que este edifício é muito tardio, pois remonta apenas à primeira metade do Séc. XIX. Sendo inicialmente uma residência privada, foi “construído por José Rafael Pinto e adquirido em 1885 pelo Presidente da Câmara, António Vaz de Mascarenhas”, Isilda Maria Renda Martins, *Loulé no Século XX – Volume I – Da Decadência da Monarquia à Implantação da República*, Ed. Colibri / Câmara Municipal de Loulé, Lisboa, 2001, p. 80.

A implantação do edifício dos actuais Paços do Concelho de Loulé merece, porém, o maior reparo, pois “implicou a destruição de parte do pano da Muralha, que corria de nascente a poente”. O edifício acabou por integrar uma passagem urbana em túnel e o seu dono mandou rebocar à sua custa uma torre da muralha onde se tinha adaptado o relógio público, in “Edifício dos Paços do Concelho de Loulé”, Câmara Municipal de Loulé, policopiado.

justamente localizado sobre a rua⁸⁰. O amplo vão resultante é vencido por um arco de grande presença visual, apoiado num embasamento muito reforçado e de desenho complexo mas atípico.

10.3.2.3.2 – Pórticos

Ao contrário do que se passava noutras regiões da Europa, nomeadamente nos países do Norte, de clima muito húmido e de chuvas muito frequentes, a existência de pórticos e alpendres nas casas da câmara portuguesas era muito rara, pois o ameno clima português dispensava a existência de “cobertos” ou abrigos concelhios monumentalizados, inscritos no próprio corpo das casas do concelho. Com efeito, estes pórticos e alpendres, que tinham, como já atrás vimos, as múltiplas mas muito importantes funções de espaço colectivo de abrigo, de convívio ou até de reunião, proporcionavam também espaços de mercado e mesmo o acesso ao açougue concelhio quando este se localizava no piso térreo da casa da câmara. Ora, se os açougues portugueses normalmente dispunham, como também já vimos, de instalações próprias – normalmente localizadas na praça local, a dois passos da casa da câmara – e se a existência de “pórticos” alpendrados públicos e de uso colectivo eram dispensáveis, o mesmo não se passava nos países de chuvas abundantes (nomeadamente no Norte da Espanha, da França e da Itália, ou na Inglaterra e na Escócia). Com efeito, em todos estes países ou, pelo menos, nas suas regiões mais húmidas e pluviosas, era muito frequente, para não dizer obrigatória, a existência não só de mercados cobertos – de que as *halles* de origem medieval e de tão intensa tradição urbana francesa serão o exemplo mais perfeito e até mais universal – como a existência de *pórticos* no próprio corpo dos edifícios concelhios. Assim, nessas regiões da Europa surgem espaços públicos multi-funcionais abrigados em pórticos alpendrados ou cobertos, isolados no meio da praça local ou rasgados nos pisos térreos das respectivas casas do concelho.

Em Portugal, apesar de ser muito rara a existência destes pórticos alpendrados localizados no piso térreo das casas da câmara, ela verifica-se ao longo de todo o país, como veremos na recensão que propomos a seguir. Porém, para maior rigor e por maior respeito para com a própria identidade e tipologia arquitectónica daqueles espaços concelhios cobertos, no presente estudo distinguiremos entre *pórticos* e *alpendres*, atendo-nos a duas

⁸⁰ Luís Emanuel Melo Leite, *Ob. Cit.*

definições muito práticas e que pensamos que afastarão quaisquer ambiguidades ou confusões na sua identificação e caracterização. Assim, consideraremos neste estudo que o *pórtico* é uma “**galeria aberta** sustentada por colunas ou pilares, **colocada à frente de um edifício**”⁸¹, mas *no próprio corpo dele* e, como tal, integrante e inscrito *na planta do respectivo piso térreo*. Do mesmo modo, *alpendre* é uma “**construção à frente de uma fachada ou porta, pouco profunda** e normalmente sustentada por colunas, pilares ou muros laterais”⁸².

A abordagem de pórticos e alpendres concelhios suscita a consideração da sua raridade e a da sua própria forma arquitectónica. Com efeito, tanto a sua raridade como a sua própria composição formal lhes emprestam quase sempre um valor icónico ímpar quando se trata de figurar a praça onde se localizam ou a casa da câmara a que pertencem. Assim, os arcos dos pórticos das casas da câmara de início de Quinhentos de Viana de Foz de Lima ou de Freixo de Espada à Cinta proporcionam os elementos visuais mais intensos e mais “idiomáticos” quer da *planta* ingénua que representa a antiga vila de Viana, datada de 1752 [Fig.^a 376]⁸³, quer do *desenho* anónimo que representa a casa da câmara de Freixo de Espada à Cinta [Fig.^a 377].

Espaços públicos alpendrados, mais ou menos monumentais, existiam seguramente no Portugal medieval ao serviço das mais diversas funções. Um dos mais famosos e monumentais foram os Estaus de Tomar, fundados pelo Infante D. Henrique, estando a sua criação “relacionada com a sua feira franca de 1420”⁸⁴. Hoje dos Estaus restam apenas alguma arcadas, algumas isoladas num pequeno espaço ajardinado e outras continuando a integrar pitorescos prédios urbanos herdeiros dos edifícios quatrocentistas. Numa dessas

⁸¹ Maria João Madeira Rodrigues (Coord.), Pedro Fialho de Sousa e Horácio M. P. Bonifácio, *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Quimera, 4.^a Edição, Lisboa, 2005, p. 221, sublinhados nossos. Outra definição diz-nos que pórtico “é **uma galeria que se abre, sobre pelo menos um dos seus lados (flancs), por uma colonata**. O pórtico é um elemento essencial da arquitectura romana”, Max Le Roy, *Initiation À L'Archéologie...*, p. 33, Nota.

Para a caracterização e inserção urbana dos pórticos ver “Porticoes and Poches” in Spiro Kostof, *The City Assembled – The Elements of Urban Form...*, pp. 216-218.

⁸² Maria João Madeira Rodrigues (Coord.), Ob. Cit., p. 25.

⁸³ Planta da Vila de Viana, feita em “Vianna 28 de Março de 1752 annos / Pello Ajudante de Infantaria e Engenheyro da Província do Minho Joze Miguel da Cruz”, no Gabinete de Arqueologia e Estudos de Engenharia Militar, Planta N.º 2897, 24-26A-38.

Também as arcadas dos alpendres, hoje demolidos, mas outrora anexos à antiga casa da câmara de Valença estão aparentemente representadas numa planta da mesma época da anterior, e provavelmente pelo mesmo autor. Trata-se do “Prospeto da planta da praça de Vallença do Minho”, assinada por Joze Miz.s (?) da Cruz, existente no Gabinete de Arqueologia e Estudos de Engenharia Militar, Planta N.º 2777, 2A-24-34.

⁸⁴ José-Augusto França, *Tomar*, Editorial Presença, Lisboa, 1994, p. 92.

casas nasceu em 1922, “de pais e avós nabantinos”⁸⁵, o historiador José-Augusto França, que nos informa, numa revisitação muito amável e sentida da sua cidade natal, que

“o destino das edificações henriquinas era de proporcionar poiso aos feirantes que acorriam e a outros forasteiros, e ainda à criadagem dos Mestres da ordem de Cristo e dos seus freires (...). De qualquer modo, **terá havido no seu primeiro piso sede do município** antes dos paços manuelinos”⁸⁶.

Ainda segundo José-Augusto França, no rasto de obscuras descrições em tombos quinhentistas, que apesar de tudo (e em articulação com os elementos urbanísticos e arquitectónicos sobreviventes), permitem uma reconstituição mais ou menos fiel do complexo original [Fig.^a 378], os Estaus constavam de dois corpos de ambos os lados da rua, larga e dasafogada. Os Estaus de Tomar detinham amplos pórticos corridos, franqueados por arcadas góticas de aberturas muito generosas:

“as bases das colunas (ou ‘esteios’) estavam colocadas sobre um passeio (ou ‘poial’) de pedra elevado a cerca de 70 centímetros do leito da rua, e os arcos erguiam-se (...) a 4 varas de altura (4 metros e meio), tendo de largura meia vara mais – ‘tudo de pedraria lavrada e carrão em cima de ponto (ou seja, ‘arco ogival’), como é apreciável ainda, no seu desenho gótico”⁸⁷.

Em suma, os pórticos de Tomar eram muito extensos e amplos e, embora constantemente abertos ao público, estavam parcialmente protegidos por poiais, talvez de alvenaria, em que assentavam as colunas das suas arcadas góticas. Merece reparo a existência destes poiais, que iremos encontrar em pórticos e alpendres concelhios como o da casa da audiência de Estremoz ou o da casa da câmara quinhentista de Setúbal, pois eles circunscrevem um espaço público, destacando-o do espaço urbano envolvente, monumentalizando-o e dignificando-o, bem como às funções e actividades desenvolvidas no seu seio.

Um belo exemplo deste ordenamento do espaço público entre espaço aberto e circunscrito é proporcionado pela antiga audiência de Ouguela (Campo Maior), modesto espaço alpendrado, adiante analisado⁸⁸, nos antípodas da monumentalidade dos pórticos de Tomar.

Os mais antigos pórticos incorporados no piso térreo das casas da câmara portuguesas documentados estão sintomaticamente localizados no Noroeste do Reino, em regiões de chuvas abundantes onde se tornava premente o recurso a espaços públicos cobertos. Trata-se dos pórticos abertos no próprio corpo das casas da câmara de Guimarães, de Barcelos, de Viana da Foz de Lima e de Chaves (casa da câmara lamentavelmente demolida aparentemente já no século XX), onde ocupavam a integralidade dos respectivos

⁸⁵ Id., *Ibidem*, in “Apresentação”, p. 8.

⁸⁶ Id., *Ibidem*, sublinhados nossos.

⁸⁷ Id., *Ibidem*, p. 93.

⁸⁸ Para a representação da *audiência* de Ouguela, ver Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas...*, f. 30.

pisos térreos⁸⁹. Note-se, porém, que, pelo menos no Minho, havia espaços alpendrados abertos ao público implantados no piso térreo de casas particulares. Um exemplo excelente é o proporcionado pela excepcional “Casa dos Velhos” de Viana de Foz de Lima [Fig.^a 379], um dos grandes monumentos da nossa arquitectura residencial privada tardo-medieval.

O pórtico de Guimarães [Fig.^a 380], aparentemente o mais antigo, pois parece remontar aos fins do século XIV, a ter em conta as informações disponibilizadas localmente, faz a ligação urbana entre a Praça da Colegiada da Oliveira e o vasto “rossio” posterior [Fig.^a 381]. Trata-se do pórtico mais complexo ou, pelo menos, do mais irregular de todos os antigos pórticos portugueses sobreviventes, tendo sofrido, no entanto, muitas alterações e acrescentos. Inicialmente, porém, este alpendre parece ter sido mais regular que hoje, sendo constituído por duas espécies de naves transversais [Fig.^a 382], de tamanho mais ou menos igual, separadas a meio por dois arcos transversais adjacentes de vão relativamente diferente [Fig.^a 383], sendo um praticamente de volta inteira e outro apontado. Estes dois arcos, muito reforçados e de perfil biselado, ligam a fachada anterior (a principal, do lado da Praça da Oliveira) e a posterior (lado do “rossio”) do alpendre, com a função evidente de sustentarem a parede que no piso nobre separava, como por todo o lado, a *sala da audência* da *câmara das vereações* [Fig.^a 384].

Aquelas naves proporcionavam um vasto espaço coberto, contínuo e originalmente talvez todo rodeado por uma arcada. Hoje muito transformado, presumimos que inicialmente o pórtico de Guimarães deteria quatro arcos ogivais na fachada principal (que se mantêm) e outros quatro na fachada posterior, todos de desenho e de dimensões sensivelmente semelhantes. Dois arcos da fachada posterior ter-se-ão perdido quando se construiu, num extremo do alpendre, um corpo onde encaixa a escada por onde de há muito se acede ao piso nobre do edifício. Pensamos que inicialmente o alpendre deteria ainda dois arcos idênticos aos anteriores, rasgados em cada uma das suas fachadas laterais.

O alpendre da casa da câmara de Guimarães proporciona um dos espaços concelhios portugueses simultaneamente mais antigos e mais notáveis. Merece reparo o pitoresco inegável do conjunto, hoje acentuado devido às alterações sofridas ao longo dos séculos e proporcionado em grande parte pelos tão típicos suportes a que há que acrescentar, no seu interior, os rudes pilares suplementares de escoramento do sobrado do piso nobre, o que faz

⁸⁹ A esta lista haveria que acrescentar a primitiva casa da câmara de Aveiro, que “em 1532 era descrita como Casa da Audiência, de dois sobrados [assente] ‘sobre dois arcos que tomam a Rua Direita que vai para a ponte’; serve no primeiro andar (rés-do-chão) de Casa de Ver o Peso, e no primeiro sobrado de Casa de Audiência, no de cima de Câmara da Vila”, Inês Amorim, “A construção da Câmara de Aveiro...” in *Ob. Cit.*, p. 112.

das naves deste piso térreo uma espécie de sala hipóstila minhota de tutela camarária, aberta a toda a gente. O pitoresco do alpendre decorre também das suas irregularidades, dos vãos entretanto abertos ou dos arcos entretanto fechados ou mesmo demolidos. Uma última nota é devida à resistência extrema, quase fortificada, destes alpendres. Com efeito, as arcadas são constituídas por arcos ogivais de desenho muito característico, a que as flechas, sensivelmente menores que os vãos respectivos, emprestam um aspecto inegavelmente rasante e mesmo massivo. Este efeito é sublinhado pelas impostas rudes dos pilares, também muito atarracados, que os sustentam e pelos próprios perfis intensamente biselados que ostentam e cujo desenho, quase “brutalista”, tanto contribui para o pitoresco do conjunto e para o seu estranho carácter fortificado. Este é acentuado, enfim, para lá da relativa pouca altura das arcadas, do seu desenho tão denso e dos seus pilares tão atarracados e resistentes, pelos contrafortes, igualmente atarracados e massivos, de reforço aos cunhais extremos das fachadas principal e traseira [Fig.^a 385] – efeito sublinhado, enfim, pela coroa de ameias que trava a fachada e que reforça o inegável cunho de fortificação que o edifício ostenta.

O pórtico rasgado no piso térreo da primitiva casa de câmara de Barcelos é muito mais simples [Fig.^a 386]: acedia-se-lhe por quatro arcos ogivais monumentais, todos rasgados na fachada principal da primitiva casa do concelho (posteriormente muito ampliada e transformada, como sabemos). Apesar de os respectivos arcos terem um recorte próximo dos de Guimarães (flecha muito menor que o respectivo vão), a arcada de Barcelos é, porém, sensivelmente mais airosa, pois os arcos assentam directamente nos pilares de secção quadrada que os sustentam, sem qualquer imposta de permeio, o que dá uma ligeireza e um aspecto mais aéreo e elegante à arcada.

O pórtico da casa da câmara de Chaves [Fig.^a 387] – localizada na praça, sinalizada pelo pelourinho e à ilharga da igreja – era também muito interessante. Ocupando apenas a face fronteira da casa da câmara, instituía-se em espaço de abrigo e de passagem, quer para quem entrasse na *casa*, quer para quem se deslocasse de um lado para o outro da praça. Muito simples mas monumental, era constituído por cinco aberturas ogivais algo atarracadas, duas de topo, mais estreitas e três frontais, mais amplas, um pouco à semelhança do que seria o esquema compositivo do pórtico de Viana de Foz do Lima. Os arcos apontados arrancavam de impostas molduradas de belo efeito. Porém, a necessidade de reforçar a construção geral e em particular o piso superior que se lhe apunha, levou à inserção de quatro pilares muito toscos na frente dos pilares de sustentação dos arcos fronteiros. Provavelmente na sua origem esta estrutura constituiria um simples alpendre anexo e afecto à casa da câmara local, podendo, porém, servir de suporte de uma varanda ou

de uma galeria coberta de serviço à mesma *casa*. Com efeito, a ter em conta a fotografia disponível, a estrutura do piso superior parece ser de tabique – de uso tão frequente na arquitectura tradicional da região – o que denota o seu carácter como que improvisado e muito tardio, pois esta técnica estava em absoluto desacordo com o que se pretendia de uma casa do concelho, sempre construída de pedra e cal, visando a sua conservação e a sua perenidade, nomeadamente enquanto sede mas até enquanto metáfora do poder e da própria intemporalidade do concelho que servia.

Quanto ao pórtico de Viana, detinha também cinco arcos também ogivais, todos com a mesma flecha mas de vãos sensivelmente diferentes, sendo muito maiores os dos extremos da fachada principal e menor o do arco central, restituído durante os restauros da primeira metade do século XX [Fig.^a 388 e 389]. Tal como no pórtico de Chaves, três daqueles arcos estão abertos na fachada principal da casa da câmara e os dois restantes um em cada fachada lateral do edifício.

A Norte do Rio Douro, em Trás-os-Montes, registavam-se outros pórticos quinhentistas inscritos no piso térreo das respectivas casas da câmara em Freixo de Espada à Cinta (perdida) e em Vila Flor (demolida e reconstituída, aparentemente com bastante fidelidade). Em Freixo de Espada à Cinta [ver atrás Fig.^a 377] acedia-se ao pórtico por três arcos ogivais de flechas também muito mais pequenas que os respectivos vãos, o que, a ter em conta o desenho disponível, dava um aspecto como que comprimido ao edifício, que assim ganhava uma massividade quase militar, efeito reforçado pela teoria de ameias que coroava esta tão bela fachada. De dimensões muito semelhantes seriam os três arcos do pórtico que se abria na fachada da casa da câmara muito provavelmente também manuelina de Vila Flor [Fig.^a 390]. Estes arcos, posteriormente “cegos” e belamente reconstruídos durante as intensivas obras de restauro de que o edifício beneficiou durante o Estado Novo, eram, porém já de volta inteira.

Sempre no Norte, a casa da câmara de Vila do Conde (datada de 1543) apresenta uma variante muito interessante de espaço porticado. Com efeito, como o piso térreo desta casa da câmara tinha que ser partilhado entre a cadeia do concelho e um espaço de mercado coberto, o pórtico de acesso a este ocupa apenas uma parte menor da respectiva fachada, a localizada nas traseiras da escadaria de acesso ao piso nobre do edifício [Fig.^a 391]. O acesso ao pórtico faz-se por três vãos monumentais, arqueados e contíguos. Os seus arcos, de perfil abatido mas de grande flecha, assentam em pilares e em semi-pilares adossados nas paredes contíguas, uns e outros muito robustos, mas cuja massividade em nada é afectada pelo intenso perfil biselado e muito menos pelos típicos ornatos manuelinos que ostentam

[Fig.^a 392]. Uma eventual ampliação do edifício ou mesmo uma reconsideração do projecto inicial quanto à localização, configuração e dimensões da escadaria fez com que a implantação dos suportes da varanda do piso nobre coincidissem com o enquadramento do primeiro vão do pórtico, por onde se acede ao interior do piso térreo da casa da câmara. Assim, àquele primeiro vão do pórtico apôs-se o pequeno tramo abobadado que sustenta a varanda, ele próprio arqueado e que faz o efeito de alpendre de acesso aos antigos açougues. Deve notar-se, enfim, que os quatro apoios deste tramo alpendrado que precede o pórtico (de certeza mais antigo) apresentam um desenho inesperadamente actualizado pois, adossadas aos respectivos pilares, surgem pilastras com os seus capitéis classicizantes. Por tudo isto, os dois pilares posteriores de suporte da varanda, com as respectivas pilastras adossadas, apõem-se e sobrepõem-se assim aos pilares medievalizantes e suas impostas, sinalizando – no tempo curto da conjuntura local – uma mudança e uma actualização de gosto que merece reparo [Fig.^a 393].

Do Alentejo chega-nos outro belo exemplo de casa da câmara porticada: a antiga *casa* da cidade de Évora, que remontava ao século XV mas que ganhou a sua configuração iconograficamente documentada nos princípios de Quinhentos. Com efeito, à semelhança da *casa* de Vila Flor, também a casa da câmara de Évora ostentava uma teoria de arcos na sua fachada lateral – aqui em número de cinco, também já de volta inteira – que proporcionavam um espaço “porticado” não só de passagem como apto a outros usos colectivos [Fig.^a 394]. Mas as arcadas de Évora ganhavam um realce inédito, pois as aberturas da sua fachada lateral estavam em diálogo directo com idênticas aberturas alpendradas dos edifícios fronteiros, proporcionando uma identidade urbana muito vincada à cidade, cuja lógica sobrevive na pitoresca série de edifícios porticados da face Leste da Praça do Giraldo da Évora⁹⁰.

Sempre a Sul do Tejo, merece particular referência o tão documentado pórtico da quinhentista casa da câmara de Setúbal, cuja construção foi contratada em 1526, como já sabemos. Com efeito, esta *casa* detinha, como já vimos, um vasto pórtico – sempre chamado de “alpendre” na documentação quinhentista – rasgado no piso térreo da respectiva fachada principal. No “Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de

⁹⁰ Idênticas aberturas alpendradas, aqui arquitravadas, rasgadas nos edifícios da respectiva praça, sobrevivem na Praça Velha da Guarda, justamente à ilharga da casa da câmara, na face oposta à da sé. Registavam-se também em Beja, aqui dotadas de arcadas, na sequência de casas imediatamente a seguir à antiga casa da câmara, localizada no sítio da actual, reedificada na época do Estado Novo.

Setúbal”, celebrado em Setúbal no ano de 1526⁹¹ refere-se abundantemente o respectivo “alpendre”, as suas dimensões e as particularidades da sua construção. Este “alpendre” localizava-se na sua fachada principal e estava todo delimitado por “huum poyall de boas paredes d aluenarja Fumdadas No fyrme” que, na sua parte visível, isto é, “do cham pera cyma sobira tres pallmos”, tendo “de larguo quatro e por cima sera lageado de lageas chamFradas d ambas partes e grosas”. É neste poial corrido e muito reforçado que se erguerão as colunas em que se firmarão os arcos do alpendre:

“e sobre ho lamço deste poyal [...] avera quatro arcos de pedrarya asemados sobre o dicto poyal E terem de lume de meyo a meyo dez palmos e averam suas vasas e capitees laurados de muldura grosa de buçes e naçellas E as Culunas serem Redomdas e terem de groso dous palmos e meyo, e serem de pedrarya A mylhor e a maes forte que se achar por bem do peSo que ham de ter em çima, E estes arcos terem d allto dezaseys palmos E de groSo tres e meyo, e serem chamfrados d ambas partes”.

Determina-se então que

“no cunhal do dicto alpendre lhe Fara seu estribo Aquelle que lhe bem parecer pera Seguramça dos arcos Com sua mea vasa e meya Culuna e meyo capitell e outro tanto da outra parte da parede do tauoLeiro⁹² E no topo do dicto alpendre da parte do norte avera outro arco por o teor dos outros da gramdura que couber Ficando lhe seu Respalldo no cunhall e com seu poyall de baixo e com seu lagemamento tudo polo teor dos outros”.

Como vemos, o “alpendre” da casa da câmara de Setúbal, embora aberto ao exterior por seis arcos, quatro na fachada principal e dois nos topos, estava também protegido por poiais, adiante referidos.

Transversalmente, o “alpendre” era reforçado (tal como em Guimarães) por um arco localizado a meio a fim de melhor suportar o peso da parede que, no piso nobre, separava a *audiência* da *câmara*. Ainda para reforço da fachada previa-se então que

“Nos cunhaes destas caSas e alpendres haveram cunhaes de pedrarya os quaaes serem de tres palmos e alguns de dous e meyo, e d alto palmo e meyo, e de leyto outro tanto e tanto dy pera çima, e do cham ate o sobrado avera cunhall e emxelhar e do sobrado pera çima cunhall somente”.

Enfim, os “alpendres” de Setúbal, tal como os pórticos das casas da câmara de Freixo de Espada à Cinta, Vila Flor e mesmo Évora, ocupavam apenas uma pequena superfície do respectivo piso térreo. O mesmo não se passava com os pórticos existentes nas *casas* mais antigas, que ocupavam a integralidade da superfície daquele piso. Com efeito, a relevância institucional e a própria centralidade de casas da câmara como as de Guimarães, Barcelos ou Viana, bem como a pujança demográfica destas antigas vilas, hão-de ter feito com que os respectivos pórticos ocupassem a totalidade do piso térreo das respectivas casas da câmara, assim tornado em espaço colectivo de passagem, de acesso e de uso indiscriminado.

⁹¹ IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815 (ver atrás Apêndice documental; Doc. n.º 20).

⁹² Isto é, do patamar inferior da escada de acesso ao piso nobre da casa da câmara.

Notemos ainda que se os pórticos de Barcelos, Viana e Freixo de Espada à Cinta se abriam na fachada principal, os de Vila Flor e os de Évora abriam-se para ruas laterais e relativamente acanhadas, embora muito importantes.

Os pórticos de Viana de Foz do Lima e de Setúbal abriam-se na respectiva fachada principal mas também nas extremidades das fachadas laterais, a eles se acedendo tanto pela praça como pelas ruas laterais confinantes, através de arcadas abertas também nos seus respectivos topos.

Os “alpendres” de Setúbal apresentam ainda uma particularidade que merece referência, a de serem circunscritos por um *poial* corrido, à semelhança do que ocorria no alpendre da “audiência” de Ouguela, atrás referido. Merece reparo este poial, pois ele veda ou dificulta o seu acesso aos transuentes e dificulta mesmo o processo de carga e descarga das mercadorias a despachar, pesar, medir e armazenar no Terreiro do Trigo da vila, cuja única entrada se fazia por este pórtico, como vimos. Com efeito, como se vê do *Contrato* de construção de 1526, o “alpendre” da casa da câmara de Setúbal era rodeado por um forte “poyall de boas paredes d aluenarja Fumdadas No fyrme” que teria quatro palmos de largura e três de altura, reforçado superiormente com peitoris de pedraria, devidamente aparelhada, pois seria “lageado de lageas chamFradas d ambas partes e grosas”, como vimos.

Mas os “alpendres” de Setúbal merecem um último e ainda mais importante reparo. Com efeito, eles acentuam uma evolução formal e mesmo estilística que se insinuava já em pórticos anteriores. Com efeito, se as arcadas em *volta perfeita* de Vila Flor e Évora substituíam as ogivas, patentes nas aberturas arqueadas – assim tornadas antiquadas - dos alpendres das demais casas da câmara acima referidas (Guimarães, Viana, Barcelos e Freixo de Espada à Cinta), também as arcadas de Setúbal acentuam a opção por aberturas em arco de volta inteira. Por outro lado, se as arcadas ogivais de Guimarães assentavam já em *pilares* ainda extremamente primitivos e toscos, mas detentores de uma base e de uma imposta no lugar do capitel (que faltava nas arcadas dos restantes alpendres já referidos), as arcadas de volta inteira de Setúbal assentam muito ineditamente em *autênticas* colunas. O contrato não oferece dúvidas quanto à tipologia dos suportes daquelas arcadas, pois especifica que são *colunas* e que estas “**seram Redomdas e terem de grosso** dous palmos *e meyo, e serem de pedraria A mylhor e a maes forte que se achar por bem do peSo que ham de ter em cima*”. Ora estas colunas, que “**averam suas vasas e capitees** laurados de muldura grossa de buçes e naçellas”, proporcionam um sinal extremamente pioneiro de actualização formal no quadro da nossa arquitectura de tutela concelhia, num momento histórico em que a adesão às *ordens*

arquitectónicas, tal como definidas na tratadística renascentista, dava os primeiros passos entre nós.

As arcadas renascentistas da casa da câmara quinhentista de Setúbal inauguram – com os seus arcos de volta inteira e as suas colunas presumivelmente toscanas – uma segunda geração de arcadas, agora de desenho muito mais actualizado e mais ou menos erudito, espalhadas um pouco por todo o país. A fachada quinhentista da casa da câmara de Monsaraz, desenvolvida em dois andares, tem como elemento compositivo e visual mais importante o seu belo pórtico [Fig.^a 395]. Este, centrado na fachada, é pouco profundo e muito alto e ocupa quase toda a largura do piso térreo da *casa*. O seu acesso faz-se por três amplas aberturas, cujos vãos são vencidos por arcos de volta inteira sublinhados por uma moldura muito realçada, biselada, em alvenaria, outrora provavelmente destacada cromaticamente. Tal como acontecera em Setúbal, os arcos do pórtico estão apoiados em colunas e aqui também em semi-colunas – aquelas no centro, enquadrando o vão central e suportando o arranque dos três arcos, estas adossadas nos dois extremos laterais do pórtico, onde escoram o arranque dos dois arcos laterais.

As muito elegantes colunas quinhentistas de Monsaraz, tributárias da Ordem Toscana e realizadas em mármore, merecem grande reparo. Com efeito, apesar do seu desenho tão puro, estranhamente aquelas colunas não terão réplica nas arcadas de mais nenhuma outra casa da câmara do Reino – com a excepção singularíssima de *uma única coluna* na fachada da *casa* de Seia e outra na fachada de Melgaço, como veremos em seguida.

A casa da câmara da Guarda, seguramente anterior a 1578 (como mostraremos adiante), apesar de deter arcadas também muito actualizadas [Fig.^a 396], é histórica e formalmente muito ambígua. Por um lado, a composição global da sua fachada, com as suas três aberturas arqueadas rasgadas no respectivo piso térreo remete-nos para o passado e para uma variante tradicional de fachada e de pórtico – variante que já encontráramos em Viana, em Setúbal e mesmo em Monsaraz, mas sobretudo num ecossistema cultural relativamente próximo, o do Alto Douro, na casa da câmara de Freixo de Espada à Cinta. Os próprios pilares que sustentam as arcadas da Guarda, muito fortes e de secção rectangular, mas na prática desprovidos de base e mesmo de imposta convencional, embora de execução muito aprimorada, remetem-nos também para modelos anteriores e mais arcaicos de suporte de arcos de pórticos e alpendres. Porém, na parte superior do intradorso dos pilares da fachada da Guarda apoiam-se muito inesperada e cremos que ineditamente os topos de semi-colunas toscanas. Estas estão escoradas por mísulas de estranho e raríssimo desenho, também muito

ambíguo, com a figuração muito estilizada de flores ou, muito mais provavelmente, com a figuração, também algo estilizada, de conchas [Fig.^a 397], de uso tão intenso no Renascimento, devido à sua riqueza formal e ao seu valor simbólico⁹³.

Estas mísulas, de desenho tão vanguardista, bem como as semi-colunas toscanas por elas sustentadas, suportam os três muito amplos e airosos arcos de volta inteira do pórtico da casa da câmara da Guarda, a cuja fachada emprestam um inegável ar de leveza, em contraste com a massividade e o “peso” da generalidade das fachadas das *casas* “porticadas” tardo-medievais que já referimos. Ora, a arcada da Guarda, graças à sua sobriedade classicizante e ao equilíbrio formal que decorre do seu desenho tão puro, dá uma brandura, uma elegância e um inegável ar de “civildade” à fachada da casa da câmara – características estas muito raras na austera e tantas vezes rude arquitectura da região na segunda metade do século XVI. Claro que a “brandura” e a óbvia elegância da fachada da casa da câmara da Guarda e da sua tão bela arcada são devidas também ao desenho puro e discreto mas sempre muito elegante dos ornatos e sobretudo das molduras dos arcos, das sacadas e dos demais elementos arquitectónicos da fachada. Mas a inegável empatia que emana desta fachada decorre também do doce tom dourado que o granito utilizado, muito brando e macio, empresta a esta portentosa fachada, tonalidade aquela que a passagem do tempo vai tornando cada vez mais intensa.

Canto do cisne de uma variante de fachadas de casas do concelho cuja origem remontava à Idade Média, a casa da câmara da Guarda, com o seu soberbo pórtico arqueado, a cavalo entre a tradição medieval e uma linguagem inegavelmente clássica e mesmo purista, não terá réplicas entre nós. As outras casas da câmara portuguesas que incorporaram pórticos na fachada do seu piso térreo (muito raras, aliás) atêm-se a modelos compositivos que, se ainda evocam mais ou menos remotamente o desenho dos “alpendres” de Setúbal, com as suas colunas e os seus arcos de volta inteira, replicam sobretudo as extensivas arcadas monumentais modeladas e impostas pela tratadística arquitectónica, triunfante também entre nós.

⁹³ Encontrámos mísulas de desenho idêntico no claustro tardo-quincentista do antigo convento de S. Francisco, também na cidade da Guarda e ainda na igreja de origem quincentista de S. Pedro de Aldeia Galega (hoje Montijo) e na sacristia também quincentista da igreja de Bucelas (Loures).

Numa descrição das arcadas do piso térreo da relativamente vizinha casa da câmara quincentista de Zamora (na Província de Leão, Espanha) referem-se “duas mísulas com decoração de «media margarita» na parte inferior, em contacto com o arranque das torres”, de onde arrancam, à semelhança da Guarda, as arcadas que constituem o “pórtico” do edifício. Ver Bernardo Calvo Brioso e outros, *Itinerarios Arquitectonicos Zamoranos*, Ayuntamiento de Zamora, Zamora, 1999, p. 239. Esta “meia margarida” que decora as mísulas de Zamora (que também desempenham as mesmas funções de suporte de arcos que encontramos na Guarda) será semelhante ao ornato que decora as mísulas da Guarda e as restantes mísulas que acabámos de recensar?

Com efeito, os outros importantes exemplos conhecidos de pórticos ou de alpendres, respectivamente inseridos ou apostos aos pisos térreos de casas da câmara portuguesas – coetâneos do pórtico da Guarda ou mais tardios – inspiram-se e inserem-se na grande tradição arquitectónica erudita, como é o caso dos pórticos que preenchiem a *totalidade da largura* dos pisos térreos das estreitas fachadas das casas da câmara da Póvoa de Varzim (a antiga, provavelmente quinhentista; hoje muito transformada), de Monção (de datação indeterminada; hoje perdida), de Caminha (de datação indeterminada; hoje muito ampliada) ou da de Esposende (tardo-setecentista). Pórticos monumentais inscreviam-se igualmente – também a toda a sua largura! – nos pisos térreos das muito extensas fachadas da casa da câmara de Ovar (de datação indeterminada; hoje perdida) e sobrevivem nas da Vidigueira e de Cuba (ambas de datação indeterminada) bem como na de Tavira (provavelmente seiscentista; reconstruída nos anos 50 do século XX). Merecem ainda um destaque particular os singularíssimos pórticos das casas da câmara de Tomar (quinhentista) e de Seia (provavelmente seiscentista), que ocupavam apenas o *segmento central* das respectivas fachadas principais⁹⁴. Enfim, pela sua tão rara configuração ou pela sua implantação excêntrica nas respectivas fachadas, os pórticos das casas da câmara tardo-seiscentistas de Melgaço e de Gáfete (Crato) merecerão também uma chamada especial, bem como os pórticos das casas de datação indeterminada de Castelo Mendo (Almeida), da Amieira (Nisa) e de Lavre (Montemor o Novo).

⁹⁴ Nesta pequena série de casas da câmara cujos pórticos ocupavam apenas uma parte do piso térreo das respectivas fachadas merece referência a casa porticada localizada na praça de Serpa, à ilharga da casa da câmara actual (que remonta à época do Estado Novo). Trata-se da casa onde funciona o “Café Alentejano” a que os dois campanários (um na fachada principal e outro na lateral) emprestam um cunho concelhio irrecusável. Esta casa apresenta no seu piso térreo três amplas aberturas arqueadas que merecem reparo, apesar de os perfis dos seus vãos terem aparentemente sofrido algumas alterações. Os vãos, muito largos, são vencidos por arcos bastante apontados de recorte muito típico, elíptico, apoiados em pés direitos quase rasantes e sem qualquer imposta de permeio.

Muito longe do Reino, merece também referência – graças à sua visibilidade, proporcionada pela ilustração da sua fachada numa obra de referência, abaixo assinalada – a casa da câmara brasileira de Cachoeira (Baía; século XVIII). Trata-se de um belo edifício de dois andares, assente sobre um pódio muito elevado a que se acede por uma escadaria frontal de três faces. O piso térreo da casa da câmara ostenta um pórtico a que se acede por quatro aberturas contíguas que surpreendentemente têm uma disposição assimétrica. Com efeito, elas ocupam apenas a secção central e a secção esquerda da respectiva fachada, dando a impressão de o projecto inicial ter previsto a inclusão de uma quinta abertura, na extremidade direita da fachada. Porém, a assimetria imposta pelas arcadas do piso térreo é replicada nas aberturas do piso nobre (constituídas por seis janelas-portas de sacada). Com efeito, estas aberturas, embora simetricamente dispostas, definem um ritmo pouco usual (ababaababa) e sobretudo não têm qualquer correspondência com as arcadas do piso inferior (à excepção das duas primeiras do lado esquerdo). Trata-se de irregularidades e excentricidades de composição que poderão ter suscitado a consideração de que “as casas da câmara e cadeia brasileiras apresentam uma fisionomia mais integrada na arquitectura residencial”, como se lê em Ramón Gutierrez, *Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica*, Ed. Cátedra, 3.ª Edição, Madrid, 1997, p. 278. Este autor apresenta uma fotografia desta casa da câmara, belamente restaurada, in Id., *Ibidem*, p. 280. Para as casas da câmara brasileiras, ver sobretudo Paulo Thedim Barreto, “Casas de Câmara...”, in *Lug. Cit.*, pp. 9-195. Este autor apresenta uma fotografia da casa da câmara de Cachoeira antes do restauro: in Id., *Ibidem*, p. 44.

A abordagem dos pórticos de óbvia inspiração erudita deve começar pela análise do que dá acesso à casa da câmara quinhentista de Tomar [Fig.^a 398]. Muito amplo e de uma monumentalidade a toda a prova, este pórtico ocupa apenas o corpo central da respectiva fachada. Consta de três tramos sensivelmente quadrados, cobertos por abóbadas de arestas separadas por arcos torais de pedraria. Estes arrancam da barra horizontal que, no interior do pórtico, prolonga idêntica barra que, no exterior do edifício, circunda toda a fachada e de onde arrancam os três arcos que cobrem os vãos de acesso ao mesmo. Com efeito, acede-se ao pórtico por três aberturas cujos vãos, vencidos por arcos de volta inteira, se apoiam em inesperados *panos* de muro em vez de pilares convencionais. Estes panos, limitados lateralmente pelos muito discretos e quase subtis pés-direitos dos arcos, providos do seu embasamento, estão limitados superiormente pela barra horizontal que percorre toda a fachada principal e que assinala a localização das impostas de arranque dos arcos. Ora, a articulação desta moldura horizontal com os arcos que dela arrancam, contribui, com o seu muito puro jogo de linhas rectas e curvas, para dar um efeito visual muito subtil de falsa arquitrave e arco, próximo do típico “motivo paladiano”, assim discretamente insinuado nesta fachada.

Mas os panos de muro em que se apoia a arcada são relativamente largos, o que proporcionou a inserção de molduras quadrangulares cegas meramente decorativas. Ora, a largura daqueles panos contribui para o destaque extremo da fachada, que ganha uma presença visual muito forte, auto-projectando-se como que para fora de si própria, graças à dimensão e sobretudo à profundidade proporcionada ao pórtico pelas suas aberturas muito vastas e muito afastadas umas das outras. O efeito de vazamento assim conseguido (replicado em Alcobaça, como já vimos), com a profundidade que dá ao pórtico, dá uma dramaticidade à fachada de Tomar que não terá paralelo nem réplica nas casas da câmara portuguesas posteriores.

O pórtico da casa da câmara de Seia é muito mais simples, pois consta de um simples espaço rectangular com cobertura plana de madeira [Fig.^a 399]. No contexto de grandes obras no edifício, levadas a cabo em 1865 e 1866, chegou-nos a referência ao “ladrilho de pedra grossa no pavimento da **arcada dos Paços do Concelho**”⁹⁵, pavimento então

⁹⁵ Ver o “Mapa N.º 48, Mapa estatístico das Obras Municipais efectuadas nos diferentes concelhos deste Distrito [da Guarda] com referência ao ano económico de 1865 a 1866”, constante do *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito da Guarda na Sessão Ordinária de 1867 pelo Governador Civil do mesmo Distrito António Pais de Sande e Castro*; Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867 (IAN/TT – Ministério do Reino – Direcção Geral da Administração Civil / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1867), Livro 25, Proc. 1229; Maço 3167).

certamente substituído ou refeito por desgaste do primitivo. Acede-se, algo insolitamente a esta “arcada” por apenas duas aberturas localizadas no centro do piso térreo da fachada principal. Esta, muito simples, de notável tem apenas um fortificadíssimo embasamento (provavelmente remanescente das muralhas medievais, como vimos) e uma cornija contínua no seu topo, sustentando um vasto frontão na sua secção central.

As duas aberturas de acesso ao pórtico de Seia são relativamente amplas e os seus vãos são vencidos por arcos de volta perfeita. A novidade de Seia é que o apoio comum dos dois únicos arcos do pórtico é feito por uma inesperada *coluna toscana*, algo atarracada, que emparelha com os pés direitos muito comuns que sustentam as impostas (também muito banais) de descarga dos dois arcos.

Muito mais simples é o pequeno pórtico de apenas uma abertura que encontramos, muito descentrada, na fachada do piso térreo da casa da câmara de Lavre (Montemor o Novo) [Fig.^a 400]. Proporcionando um minúsculo espaço de forma rectangular, coberto com uma abóbada abatida, acede-se a este pórtico por uma simples abertura arqueada, mas o que cumpre destacar é a sua inspiração e realização, muito vernáculas e mesmo informais

O pórtico aberto na antiga casa da câmara de Melgaço (datada de 1687) tem outras pretensões arquitectónicas. Oferece uma variante muito interessante aos modelos já recenseados e a recensear. Com efeito, a sua singularidade começa na própria casa da câmara, vasta e maciça construção localizada numa encosta algo inclinada, o que suscitou o “afogamento” de parte do piso térreo, intensamente escavado no terreno [Fig.^a 401]. Ao contrário de Tomar e de Seia, este pórtico está muito descentrado, pois ocupa apenas uma secção lateral (a esquerda) da fachada principal da casa da câmara, na confluência com a fachada lateral confinante. É de forma rectangular e o tecto, plano, tem cobertura de madeira. Sendo relativamente alto, o pórtico de Melgaço abriga, também ineditamente, os dois pisos desta secção da fachada, isto é, as duas portas para o piso nobre (também aqui dando acesso directo à audiência e à câmara, respectivamente) e uma janela, rasante, de uma das cadeias situadas no piso térreo.

A outra singularidade do pórtico de Melgaço está nas suas aberturas desigualmente distribuídas: duas dão para a fachada principal da *casa* e a outra dá para o topo esquerdo do pórtico, abrindo-se numa das fachadas laterais do edifício. Os vãos destas aberturas são

Daquela *Mapa*, relativo à casa da câmara de Seia, constam as obras seguintes: “Reconstrução das paredes do edifício dos paços do Concelho e da Cadeia; abertura d’uma janela na dita parede; desaterro de 3 m de largura junto às ditas paredes com profundidade até aos sobrados das ditas casas; ladrilho de pedra grossa no pavimento da arcada dos Paços do Concelho; acomodações na mesma Casa para as Secretarias da Câmara e Administração do Concelho, reparos e concertos nos sobrados, forros e telhados do mesmo edifício”.

vencidos por arcos de volta inteira muito airosos e bem lançados. Porém, o motivo de maior surpresa das arcadas deste pórtico está nos suportes dos arcos, apoiados, tal como em Monsaraz, em colunas e semi-colunas toscanas, belamente aparelhadas no belo granito da terra. Com efeito, os dois arcos da face frontal do pórtico são suportados (tal como em Seia), por uma coluna central e, por duas semi-colunas laterais, uma adossada à fachada principal e outra ao intradorso de um pilar angular brutalmente reforçado, localizado na esquina do edifício. O arco do topo do pórtico que se abre na fachada lateral da casa da câmara é simplesmente apoiado em duas semi-colunas semelhantes às da fachada principal, uma adossada à parede lateral e a outra ao respectivo intradorso do pilar da esquina [Fig.^a 402]. Enfim, muito mais elegantes que a solitária e atarracada coluna da arcada de Seia, estas colunas, de proporções quase canónicas, não serão replicadas na fachada de mais nenhuma outra casa da câmara portuguesa.

A casa da câmara da Amieira (Nisa)⁹⁶ apresenta um pórtico também muito atípico, localizado nas extremidades da fachada principal e da fachada lateral confinante [Fig.^a 403]. À excentricidade desta localização há a acrescentar o pitoresco dos arcos ogivais que lhe dão acesso, bem como o próprio poço do concelho, localizado nas imediações da casa da câmara, proporcionando um belo e muito arcaico conjunto urbano e arquitectónico.

O acesso à tão complexa casa da câmara de Castelo Mendo (Almeida) faz-se por um pórtico rasgado na sua fachada do lado da vila [Fig.^a 404]. Dado o desnível do terreno de implantação, esta fachada quase rasante (em contraste absoluto com a fachada monumental posterior, voltada para o “rossio” exterior, como já vimos) seria em tudo semelhante às de muitas outras casas térreas dos moradores da antiga vila, não fora o pórtico que nela se rasga. Este, rectangular e com cobertura de madeira, é franqueado por uma ampla abertura rectangular. O pórtico é enquadrado e protegido por duas guardas laterais que rodeiam a abertura central, desprovidas de quaisquer ornatos e que lembram os “poiais” do “alpendre” de Setúbal. No topo destas guardas de pedra erguem-se duas colunas de configuração toscana, embora de realização muito ingénua, que sustentam a arquitrave de madeira que cobre o vão deste tão rústico pórtico.

Muito diferente dos de Seia, de Tomar, Melgaço ou mesmo de Castelo Mendo, a pequenina casa da câmara de Gáfete (Crato), no Sul, conserva um pórtico também muito interessante. Datado de 1690, este pórtico é resultante de obras de ampliação ou mesmo de

⁹⁶ Esta casa, hoje muito transformada, é a popularmente chamada “Casa do Balcão” pelas gentes daquela antiga vila. Informação epigráfica muito recente assinala-a como sendo “Antigos Paços do Concelho de Amieira em 1830 – Edificada em 1682 – Séc. XVII”.

reconstrução do edifício original, certamente mais antigo. Localizado na fachada lateral da casa da câmara (a fachada contígua à que contém a escada de acesso ao seu piso nobre), é fácil deduzir, de uma simples observação do piso térreo do edifício, que este pórtico detinha originalmente três frentes contíguas [Fig.^a 405]. Com efeito, abria-se para a sua frente principal por duas aberturas também contíguas e para cada uma das suas frentes laterais por apenas uma abertura.

Apesar de hoje inobservável do exterior, devido à adição de um corpo térreo na sua frente principal e à construção de um outro edifício adjacente às traseiras da casa da câmara, o pórtico mantém-se na sua integridade. As suas quatro aberturas, muito folgadas e harmónicas, proporcionam vãos vencidos por arcos de volta inteira de belo efeito. Os arcos apoiam-se em pilastras clássicas adossadas às paredes contíguas e (no caso dos dois arcos contíguos da frente principal do pórtico) num pilar de secção quadrada, elementos estes finamente moldurados.

No Norte, a antiga casa da câmara (provavelmente quinhentista) da Póvoa do Varzim detinha um pórtico franqueado por cinco aberturas arqueadas, três na fachada principal e duas nos extremos das fachadas laterais [Fig.^a 406]. Apesar disso, enquadrada por duas pilastras colossais que sustentavam a cornija do respectivo topo, a fachada principal desta *casa* era muito simples. Com efeito, apenas detinha duas janelas muito singelas no piso nobre, cada uma delas correspondendo a cada uma das duas divisões principais do piso nobre, já nossas conhecidas – *sala* das audiências (a que dava para a porta de entrada) e *câmara* das vereações. Estas duas janelas enquadravam (a ter em conta os desenhos relativamente tardios que a representam) um vistoso brasão real. Porém, tal como nas demais casas da câmara porticadas, também na Póvoa a fachada do piso térreo era visualmente muito animada pela presença da arcada constituída por arcos (aqui abatidos) apoiados em amplos pilares de alvenaria de secção rectangular.

Estes pilares merecem uma referência especial. Sendo bastante largos, arrancam de um embasamento muito desenvolvido e acabam por enquadrar e integrar um estreito mas bem definido pano de parede, devidamente rebocado e caiado. Como estes pilares terminam com as normais impostas, agora relativamente vastas, estas, em articulação com os arcos que nelas se apoiam, contribuem para criar – à semelhança do que encontrámos na arcada do pórtico de Tomar – uma inesperada embora algo impura sugestão de motivo “paladiano”. Com efeito, também aqui as impostas dos pilares desempenham o papel visual de arquitraves, articuladas entre si pelos voos dos arcos intermédios que nelas se estribam.

As arcadas da casa da câmara de Monção (provavelmente tardo-quinhentistas) proporcionavam vãos muito amplos [Fig.^a 407]. Apoiadas em sólidos pilares, eram constituídas por cinco amplos arcos abatidos de grande vão – três na fachada principal e dois nos topos, como acontecia nos muito mais arcaicos alpendres de Viana de Foz de Lima. A novidade dos arcos de Monção está na sua implantação muito formal naquela muito erudita fachada: como esta está dividida em três corpos verticais por pilastras sobrepostas (como já vimos), a cada um dos três panos do piso térreo corresponde uma abertura do respectivo pórtico, assim monumentalizado.

Sempre no Norte, merece destaque o pórtico da outrora pequena casa da câmara de Caminha, muito transformada e ampliada ao longo dos tempos. O pórtico primitivo foi sendo ampliado à medida que a casa da câmara ia sendo acrescentada, pelo que o pórtico actual é muito extenso e também muito interessante. Tendo cobertura plana, em madeira apresenta uma estranha planta em forma de coroa poligonal algo irregular, pois acompanha a linha como que “orgânica” e muito informal das muralhas medievais, a cuja face exterior a casa da câmara se encosta [Fig.^a 408], afastando-se assim de todos os pórticos inscritos nas demais casas da câmara portuguesas, todos eles de forma rectangular sempre bastante regular.

A fachada da casa da câmara de Caminha organiza-se em dois andares e actualmente é constituída por três corpos justapostos, mas ligeiramente desalinhados entre si pelos motivos acima expostos. O corpo central é mais estreito e mais simples que os dois corpos extremos, pois estes têm as respectivas cornijas alteadas na sua secção central de modo a formarem empenas de típico recorte circular onde se inscrevem o brasão do Concelho (muito recente, aparentemente da época do Estado Novo) e as armas reais – provavelmente as do *Reino Unido de Portugal, Brasil e dos Algarves*, a que se terá “apagado” a representação heráldica do Reino do Brasil algures após 1825, ano do reconhecimento por Portugal da independência do país irmão [Fig.^a 409].

Os três corpos da fachada da casa da câmara de Caminha são separados por contrafortes que assinalam as três frentes ligeiramente divergentes da mesma, de uma forma visualmente muito enfática. Com efeito, ao desenho característico destes contrafortes há que acrescentar os surpreendentes pináculos de desenho aparentemente tardo-gótico que hoje os rematam, dois dos quais provenientes de uma antiga capela adjacente à primitiva casa da câmara, demolida na primeira metade do século XX, e dois outros replicados na mesma época, à imagem e semelhança daqueles.

O acesso ao pórtilo faz-se por oito aberturas arqueadas – duas no corpo central e três em cada corpo lateral - que proporcionam uma arcada algo atarracada. Com efeito, os respectivos vãos, relativamente largos, são vencidos por arcos sensivelmente abatidos, apoiados em sólidos mas muito baixos pilares sustentados em socos muito alteados. Porém, o aspecto algo rasante da fachada é superado pelo inegável pitoresco da mesma, resultante das suas próprias irregularidades, a começar pelos seus três panos divergentes. Mas o pitoresco desta fachada advém também do diálogo sempre visualmente muito estimulante entre a relativa rusticidade dos elementos e molduras arquitectónicas, realizadas em pedra, e a irrecusável “urbanidade” imposta pelo reboco caiado – efeito reforçado, enfim, pela presença da cornija e pelo desenho das empenas e dos coruchés que hoje ornem esta fachada – que, por tudo isto, é uma das mais pitorescas de todas as casas da câmara portuguesas!

A pequena casa da câmara tardo-setecentista de Esposende (que remonta ao reinado de D. Maria I, posteriormente muito ampliada) [Fig.^a 410] apresenta um pórtilo muito mais erudito, muito semelhante aos da Póvoa e de Monção. O de Esposende está integrado numa fachada de dois andares, complexa mas equilibrada, organizada em três corpos verticais separados por pilastras colossais que suportam uma cornija interrompida no tramo central, para dar lugar à localização do brasão. Tal como naquelas *casas*, também nesta fachada o pórtilo proporciona o elemento visual mais intenso, com as suas cinco aberturas: três na fachada principal e duas nos topos respectivos. As aberturas da arcada da fachada principal estão implantadas nos três panos que constituem o respectivo piso térreo e os seus vãos são vencidos por arcos de volta inteira, dos quais o do tramo central é ligeiramente mais estreito. Como acontecia em Guimarães e em Setúbal, também aqui o pórtilo é reforçado transversalmente, com dois sólidos arcos que unem a fachada principal à fachada recuada onde se abre a porta do edifício e as janelas das antigas cadeias, localizadas no piso térreo [Fig.^a 411].

Enfim, como os arcos do pórtilo de Esposende estão apoiados em meros e bastante baixos *pés direitos*, o piso térreo da fachada é igualmente muito baixo, quase rasante, o que contribui para o efeito algo atarracado que o conjunto da fachada hoje tem – efeito este realçado pelo desgracioso e pesadíssimo “entablamento” constituído pela cornija e pelo muito tardio ático. Este efeito é, porém, agravado aqui – como em muitos outros edifícios históricos, como já temos repetidamente referido – pelos alteamentos contínuos do piso da praça e das ruas envolventes, que contribuem para “afogar” a fachada, assim tornada muito menos airosa graças aos empedrados sobrepostos realizados por gerações sucessivas de

briosos calceteiros concelhios ao serviço dos desígnios de gerações sucessivas de zelosos vereadores.

A última geração de arcadas localizadas no piso térreo das casas da câmara portuguesas é proporcionada pelas antigas casas da câmara de Ovar e pelas de Tavira, da Vidigueira e de Cuba – todas de datação incerta, mas provavelmente Tardo-Quinhentistas ou Seiscentistas – e ainda pela nova da Póvoa do Varzim (Pombalina e pela de Ponte da Barca (Pós-Pombalina). Com as suas fachadas muito extensas e com as suas arcadas muito desenvolvidas, todas estas *casas* partilham uma variante de fachada algo afastada de todas as que encontrámos até aqui. Trata-se em todos estes casos de edifícios com fachadas principais muito extensas, muito longe das fachadas estreitas que, da casa da câmara de Freixo de Espada à Cinta ou mesmo da de Évora até à da Guarda ou à de Esposende (esta já tão tardia), eram tão típicas das casas da câmara portuguesas.

Destas, a casa da câmara de Ovar (escusadamente demolida nos fins do século XIX para dar lugar aos actuais e pomposos “Paços do Concelho” - excelente exemplo de “Hôtel de Ville” de província, de desenho pretensamente mais actualizado e cosmopolita) era talvez a mais interessante⁹⁷. A ter em conta os dados de uma gravura oitocentista [Fig.^a 412], o edifício constava de um corpo principal a que, em altura que desconhecemos, se acrescentou um corpo relativamente semelhante, embora menos extenso. Assim, a primitiva fachada da casa da câmara perdida de Ovar estava organizada em dois andares, enquadrados por pilastras colossais que sustentavam, como por toda a parte, a cornija que coroava o conjunto. Esta, no seu centro, era ligeiramente alteada, como em Palmela ou em Campo Maior, de modo a proporcionar uma pequena empena ou frontão onde certamente se inscreveria o brasão com as armas reais. Porém, o elemento mais intenso da fachada era a extensa arcada, constituída por *onze* arcos de volta inteira, apoiados em pilares de secção quadrangular. Estes, apoiados em socos bastante altos e dotados das competentes impostas, proporcionavam um destaque visual adequado aos vãos que enquadravam, contribuindo para dar uma singularidade extrema ao piso térreo da fachada, que contrastava em absoluto com a sobriedade do piso nobre, onde se rasgavam onze janelas, das quais pelo menos a do tramo central parece ser de sacada. Ora, a fachada de Ovar – a mais extensa que encontrámos até agora ao serviço das velhas casas da câmara portuguesas! - em momento que desconhecemos foi ampliada com a justaposição de um corpo novo, com seis arcos no piso

⁹⁷ Ver do A., “A antiga casa da câmara de Ovar”; *Dunas – Temas & Perspectivas – Revista Anual sobre Cultura e Património da Região de Ovar*, Câmara Municipal de Ovar; Ovar, N.º 9, Setembro de 1909; pp. 53-66.

térreo e seis janelas (agora todas de sacada) no piso nobre, que mantiveram as dimensões e as proporções dos da fachada primitiva.

As extensíssimas arcadas da casa da câmara de Ovar inauguram, como vemos, uma última geração de casas da câmara detentoras de pórticos no respectivo piso térreo. Com efeito, ela foi replicada (embora moderadamente) ao longo do país, em casas da câmara dotadas de arcadas muito mais desenvolvidas e extensas que as recenseadas anteriormente.

Embora de datação também incerta, mas de origem provavelmente seiscentista, a casa da câmara de Tavira merece um destaque muito especial [Fig.^a 413]. Reconstruída nos anos 60 do século XX, aparentemente com bastante fidelidade, as suas extensas arcadas proporcionam um digno contraponto algarvio às antigas de Ovar. A fachada da casa da câmara de Tavira é constituída por dois andares separados por uma banda corrida em que se estriba a teoria de janelas de sacada que servem o piso nobre e está enquadrada por duas pilastras colossais que sustentam uma cornija corrida que coroa toda a fachada. Porém, o que a singulariza em muito são, mais uma vez, as aberturas arqueadas do piso térreo – aqui em número de dez – e que servem o pórtico, desta vez muito profundo, que ocupa toda a largura da extensíssima fachada e que, como por toda a parte, proporciona um espaço público de passagem, de abrigo, de produção artesanal e sobretudo de mercado, de que infelizmente só já resta a simpática e útil banca de jornais dos nossos dias [Fig.^a 414]. A arcada é constituída por arcos de volta inteira, apoiados em sólidos mas muito atarracados pilares, hoje dotados de base e imposta, embora de desenho muito simplificado e quase esquemático, elementos estes não representados na *vista* antiga consultada [Fig.^a 415]⁹⁸.

Muito semelhante à de Tavira é a fachada principal da casa da câmara da Vidigueira, também enquadrada por duas pilastras colossais e estruturada igualmente em dois andares [Fig.^a 416]. Destes, o andar nobre é travado por uma cornija que hoje sustenta um ático corrido que acentua a horizontalidade do edifício. Porém, tal como em Tavira, o elemento mais saliente da fachada é o pórtico do piso térreo e a respectiva arcada [Fig.^a 417]. Se esta é muito previsível, com os seus sete arcos de volta inteira, apoiados em pilares de secção quadrada, o mesmo não se passa com o pórtico a que dá acesso, provavelmente o mais belo de toda as casas da câmara portuguesas. Com efeito, com a sua sólida abóbada de berço (generosamente interceptada por lunetas transversais), este pórtico, não muito alto mas muito profundo, é inesperadamente espaçoso e luminoso, detentor de uma escala

⁹⁸ Veja-se, por exemplo a “vista da Praça d’Tavira tirada da parte Occidental”, desenho da 2.^a metade do século XVIII, da Biblioteca Pública de Évora, de que se usou uma reprodução disponibilizada pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Tavira.

certeira e aconchegada e humana que proporciona, em pleno Alentejo, o que de mais aproximado aos pórticos do *forum* da cidade clássica possamos encontrar em terras portuguesas.

Muito próxima, a fachada principal da antiga casa da câmara de Cuba apresenta idêntica composição, de que reteremos apenas a arcada do piso térreo [Fig.^a 418]. Esta é constituída por uma teoria de oito arcos apoiados em pilares de secção quadrangular, cujos vãos dão acesso a um pórtico mais alto mas menos profundo que o da Vidigueira, também aqui coberto por uma abóbada de aresta de belo efeito.

Muito mais sofisticado que os pórticos alentejanos é o da casa da câmara pós-pombalina da Póvoa de Varzim, que remonta a 1791, integrado numa fachada de uma pretensão compositiva inédita na arquitectura camarária portuguesa [Fig.^a 419]. Também aqui a fachada está enquadrada entre duas pilastras colossais laterais que sustentam a cornija que a coroa e também aqui esta está dividida em dois andares extremamente contrastantes entre si, à semelhança das fachadas que vimos recenseando. Com efeito, o piso térreo integra uma arcada eruditíssima de sete vãos (dos quais o central é ligeiramente mais largo) [Fig.^a 420]. Quanto ao piso nobre, de desenho extremamente despojado, integra seis janelas: uma porta-janela de sacada, central, enquadrada por três janelas comuns de cada lado. Porém, o contraste entre estes dois pisos acentua-se ainda mais se considerarmos que face ao desenho tão elaborado, aos materiais ricamente trabalhados e ao efeito visual muito denso assim obtido, se contrapõe a singeleza e a pureza extremas da fachada do piso nobre, onde se rasgam as aberturas já referidas. Estas, também muito simples e desprovidas de qualquer ornato, estão em total acordo com a pureza do vastíssimo e quase minimalista pano branco em que se inseriam, outrora simplesmente rebocado e caiado – efeito perdido com os festivos e congratulatórios painéis de azulejos da campanha de obras de ampliação e decoração do edifício de 1908-1910.

Ora, a arcada do piso térreo da casa da câmara da Póvoa de Varzim – com os seus pilares desprovidos de impostas a proporcionarem um como que abaixamento visual dos arcos, todos eles de volta inteira, à excepção do central, abatido; com o seu sofisticado aparelho regular de biselado tão característico; com as aduelas dos respectivos arcos estudadamente projectadas de modo a prepararem a inserção triunfal da sua aduela-chave – está muito longe da simplicidade, da singeleza e da previsibilidade que tínhamos encontrado nas demais arcadas recenseadas nas antigas casas da câmara portuguesas. Mas a Póvoa de Varzim traz outro elemento de surpresa, a da cobertura do seu pórtico, naturalmente em abóbada de arestas, mas em que cada tramo se articula com os tramos imediatos mediante

um arco toral ou transversal [Fig.^a 421]. Este une os intradorsos dos pilares da fachada com as pilastras ritmicamente localizadas no lado oposto do pórtico, na sua parede interna, onde se abrem a porta de acesso ao edifício e as janelas das antigas cadeias e enxovias – replicando numa escala muito mais rasante uma composição e uma organização espaciais tipicamente pombalinas, que reencontraremos nos alpendres de Setúbal, adiante discutidos.

A casa da câmara de Ponte da Barca (datada de 1814) proporciona das arcadas eruditas mais recentes encontradas ao serviço do velho poder concelhio português [Fig.^a 422], localizadas na fachada posterior (lado da estrada) do edifício. Esta fachada é muito elaborada e apresenta uma variante muito importante ao tipo de fachadas porticadas que vimos recenseando. Rigorosamente simétrica, está organizada em três corpos separados por pilastras colossais, dos quais o central era dedicado às cadeias. Os seus corpos laterais ganham uma visibilidade extrema devido aos arcos que dão acesso aos dois pórticos independentes que se abrigam no seu piso térreo. Pouco profundos (ao contrário dos de Tavira e da Vidigueira), os dois pórticos da casa da câmara de Ponte da Barca, constituídos por duas séries de quatro aberturas, rasgadas nos dois extremos do piso térreo da respectiva fachada, são franqueados por vãos cobertos por arcos de volta inteira. Estes, à semelhança dos das outras arcadas que acabámos de recensear estão apoiados em pilares de secção rectangular.

Os pilares das arcadas da casa da câmara de Ponte da Barca suscitam a questão da sistemática não utilização de colunas nos pórticos das casas da câmara portuguesas. Com efeito, as arcadas dos *alpendres do mercado* de Ponte da Barca, datados de meios século antes e localizados a dois passos, no terreiro do mercado, junto ao rio e à ponte monumental de que provém o nome desta bela vila minhota, apresentam belas colunas toscanas – colunas essas que não encontrávamos na arquitectura de tutela concelhia desde as pioneiras e *únicas* colunas da arcada da casa da câmara quinhentista de Setúbal, contratadas em 1526, ressaltando as duas únicas colunas isoladas das pequenas arcadas das seiscentistas casas da câmara de Seia e de Melgaço, bem como o par de colunas rústicas da *casa* de Castelo Melhor. De facto, todas as arcadas implantadas posteriormente nos pisos térreos das fachadas das casas da câmara portuguesas assentaram sempre em pilares, normalmente de desenho muito canónico e classicizante. Conhecemos apenas uma excepção, embora localizada muito longe do Reino, no Brasil, na casa da câmara seiscentista de Salvador da Baía [Fig.^a 423]. A fachada principal da *casa* desta antiga capital seria em tudo semelhante às de Ovar ou de Tavira, ressaltando o desenho do tramo central que, em Salvador, contém a porta de acesso para o edifício e no seu topo a própria torre sineira. Ora, os doze vãos das

arcadas de Salvador (seis de cada lado do tramo central), vencidos por arcos de volta inteira, assentam inesperadamente em colunas toscanas – curiosamente muito parecidas à coluna isolada de Seia – de belo desenho embora de proporções pouco canónicas, pois são muito baixas e grossas, o que lhes dá um aspecto algo atarracado, contrabalançado aqui, porém, pelos socos muito peraltados em que se erguem, pelo que o conjunto das duas arcadas desta fachada única ganham um efeito visualmente muito airoso e de rara monumentalidade.

10.3.2.3.3 – Alpendres

A par das aberturas ou pórticos rasgados no piso térreo das velhas casas da câmara o presente estudo das suas fachadas deve contemplar, enfim, os *cobertos* ou *alpendres*, a elas adossados, abertos ao exterior e normalmente de acesso livre ao público. Estes alpendres, apostos à fachada principal dos edifícios concelhios, estão quase sempre localizados ao lado ou por baixo das varandas que dão serventia ao piso nobre de algumas casas da câmara portuguesas. Tudo indica que estes alpendres, hoje muito raros – em seguida recensearemos casos notáveis sobreviventes – seriam outrora muito mais abundantes. Devida e pomposamente monumentalizados ou meramente improvisados e feitos de materiais perecíveis, alpendres concelhios deveriam ter sido muito comuns nas Idades Média e Moderna. Espalhados por todo o território do Reino, de Norte a Sul, os alpendres concelhios tanto protegiam os moradores e os visitantes das inclemências do clima, da chuva e do sol, mas sobretudo protegiam o acesso à casa do concelho.

Com efeito, encontramos frequentemente as mísulas de onde arrancava a armação de madeira que suportava o telhado de alpendres concelhios de há muito perdidos ou desmontados. Um bom exemplo é proporcionado pelos cachorros que suportavam o perdido alpendre da casa da câmara de Fonte Arcada (Sernancelhe) [Fig.^a 424], desde muito cedo localizada – a ser verdade a tradição que perdura muito intensamente naquela antiga vila – na belíssima e extraordinária casa quatrocentista localmente conhecida por “Casa do Paço (ou da Loba)”, localizada na praça. O alpendre respectivo abrigava a passagem para um portal monumental que dava acesso aos prováveis açougues concelhios. O vão deste portal, muito largo, era vencido por um arco abatido de grande flecha, apoiado directamente nos respectivos pés-direitos sem a interposição de qualquer imposta.

Para lá da presença intensa de mísulas e cachorradas de apoio às coberturas de antigos alpendres hoje perdidos, sabemos que casas da câmara hoje desprovidas de alpendre

o detiveram no passado. Era o caso de Lamego. Localizada, como já sabemos, numa torre junto à porta principal das muralhas, a casa da câmara desta tão antiga cidade dispunha de um alpendre monumental, como se vê de uma descrição não datada mas aparentemente quinhentista, que nos informa que as muralhas de Lamego têm, na “parte do Norte”, “dous baluartes, **hum mayor que serve hoje de caza da Camera, com seo alpendre, guarnecido de cantaria, e coberto sobre colunas** de pedra lavrada”⁹⁹.

Nada mais sabemos da forma ou mesmo da tipologia do perdido alpendre de Lamego (provavelmente circunscrito por “poiais” em cantaria à semelhança do que encontráramos na *casa* quinhentista de Setúbal), nem da efectiva natureza das suas “colunas” (muito provavelmente simples pilares de aparelho mais ou menos refinado)¹⁰⁰. Chegou-nos, porém um alpendre monumental afecto a um espaço fechado tipicamente concelhio, cuja origem remonta provavelmente a um momento indeterminado da segunda metade do século XIII. Trata-se do que protege e precede a entrada na antiga *casa da audiência* de Estremoz, o mais antigo alpendre concelhio português conhecido [Fig.^a 425]. O alpendre actual, que abriga a entrada da casa de audiência medieval e a sua portentosa fachada principal, uma e outra adiante estudadas, resulta da monumentalização de um primitivo alpendre cuja cobertura estava apoiada numa estrutura de madeira de que sobreviveram, bem visíveis, os respectivos cachorros de suporte, assentes no topo da fachada [Fig.^a 426].

Pensamos, com efeito, que esse primitivo e posteriormente muito transformado alpendre dava acesso ao chamado “**Paaço do Concelho**” – cuja função era também a de abrigar no seu seio a audiência local, como já sabemos – onde teve lugar, a 29 de Julho de 1383, a assembleia (já atrás referida) onde se escolherem os Procuradores de Estremoz às Cortes daquele mesmo ano, as últimas do Reinado de D. Fernando¹⁰¹. Pensamos também que este alpendre seria aquele em que, a 13 de Abril de 1393, se lavrou certo “Estromento” jurídico – acto que teve lugar “em Estremos **so allpendre do paço do comselho**”¹⁰².

Mais ou menos por esta data de 1393 (ou poucos anos ou poucas décadas depois) o alpendre primitivo de Estremoz foi substituído por um alpendre novo, com fachada de

⁹⁹ Códice 547 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, cit. in F. J. Cordeiro Laranjo, *Cidade de Lamego – Castelo*, Ed. Câmara Municipal de Lamego, Lamego, 1994, p. 13).

¹⁰⁰ A casa da câmara filipina de Abrantes, hoje muito transformada, detinha também um alpendre. Com efeito, o seu piso térreo era ocupado por uma loja, por um “**Alpendre que fica debaixo das barandas da Camera**”, em 1865 aforado a particulares e, naturalmente, pelas cadeias do Concelho. Ver *Tombo da Câmara de Abrantes*, de 1685, publicado por Eduardo Campos: “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, p. 146.

¹⁰¹ Ver A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II (1383), pp. 125, 129.

¹⁰² Documento já atrás referido, publicado por Maria Teresa Saraiva: *Figueira – Comenda...*, p. 32.

mármore e cobertura abobadada¹⁰³ que chegou aos nossos dias [Fig.^a 427]. De forma rectangular, o novo alpendre é pouco profundo mas muito largo, pois abarca toda a extensão da fachada da audiência. Construído numa conjuntura de pleno triunfo do gótico, algures durante os fins do século XIV ou nas décadas seguintes, o alpendre da Audiência de Estremoz (adiante discutida) é um objecto arquitectónico extraordinário. Podemos dizer ainda que, tendo em conta a sua função tão laica e mesmo “profana” de dar acesso não a uma igreja mas à própria casa do Concelho, o alpendre de Estremoz, na sua pureza, nas suas dimensões e na sua própria monumentalidade, é praticamente único na arquitectura portuguesa.

O “**alpendre do paço do conselho**” usado em 1393, suscita a questão de sabermos se o alpendre então efectivamente usado foi o antigo, com cobertura de madeira, ou o novo, que chegou aos nossos dias e que, tendo em conta o seu desenho e a composição das suas respectivas três frentes, foi certamente reedificado por esses anos (ou nas décadas seguintes) de acordo com a linguagem gótica mais actualizada e cosmopolita então em uso em Portugal, linguagem aquela que, irradiando da Batalha, perpassa por Leiria, Santarém, Évora e, como vemos, pelo alpendre de Estremoz.

O alpendre [Fig.^a 428], a que se acede apenas pelas aberturas rasgadas nas suas faces laterais, está apoiado num sólido “poial” (tal como o que já encontráramos na casa quinhentista de Setúbal ou até nos mais antigos Estaus de Tomar), hoje muito alto, devido aos desbastes posteriormente escavados no terreno fronteiro, de cota mais alta originalmente. Com efeito, o rebaixamento do chão do largo fronteiro deixou a descoberto o aparelho muito rude que sustenta as fiadas de mármore dos poiais do alpendre, aparelho aquele que originalmente não estava certamente à vista.

O alpendre, muito regular e rigorosamente simétrico, tem três faces, a frontal e duas laterais (estas iguais), todas elas dignas de reparo, independentemente das dimensões e da composição, necessariamente diferentes entre si. A composição da face frontal, a maior, é naturalmente a mais importante. Esta face é enquadrada por dois panos de parede, extremamente sólidos, localizados nos dois cantos exteriores do alpendre. O muito largo espaço intermédio é demarcado por um filete rectilíneo muito elegante mas discreto que faz as vezes de *alfiz* de enquadramento da arcada. Esta é em tudo semelhante às demais arcadas

¹⁰³ A actual cobertura abobadada foi provavelmente refeita na época de D. Manuel I, pois ostenta nas respectivas chaves a emblemática Cruz de Cristo. Com efeito, à Época Manuelina remonta a altíssima Torre Sineira manuelina, literalmente construída sobre o flanco esquerdo do alpendre gótico. Adiante referiremos as demais obras empreendidas nessa época na chamada casa da audiência de Estremoz, que sofreu então uma reforma radical, como veremos.

góticas que encontramos nos claustros da mesma época, nomeadamente nos edificadoss no aro geográfico Batalha-Évora, já referido.

A arcada do alpendre gótico de Estremoz é constituída por cinco vãos vencidos por belos arcos ogivais de proporções muito elegantes e de perfis belamente emoldurados, muito sublinhados, na sua face exterior, por densas molduras arqueadas, concêntricas aos arcos dos vãos. Estes assentam em capitéis gémeos, belamente esculpidos, sustentados em muito característicos colunelos emparelhados, apoiados numa base também “jumelada”, aposta ao parapeito do poial corrido que sustenta toda a arcada.

O acesso ao alpendre faz-se, como já vimos, pelas duas faces laterais, mediante um amplo rasgamento provocado nos poiais respectivos. Os vãos laterais, sensivelmente mais largos que os cinco que encontramos na face principal, são igualmente cobertos por arcos em ogiva (um apenas em cada face lateral) de proporções e desenho semelhantes aos cinco da fachada principal, embora agora com flechas consequentemente maiores. Os arcos das faces de topo do alpendre são, porém, igualmente circunscritos por idênticos alfizes rectangulares, delimitando os campos visuais que integram as suas molduras exteriores. Enfim, tal como os da face principal, também estes arcos são apoiados em colunelos emparelhados iguais aos dos vãos da face principal do alpendre.

As três fachadas do alpendre são rematadas por uma discreta cornija, pouco avançada em relação aos planos dos respectivos muros, mas muito enfaticamente apoiada numa teoria de cachorros, de típico perfil côncavo e de desenho já muito moderno, se não pré-renascentista. Este desenho e o próprio ritmo da cachorrada suscitam mesmo a hipótese muito verosímil de a sua datação remontar à época da refeitura manuelina da abóbada do alpendre e da construção da torre manuelina sobre a extremidade esquerda do mesmo.

Não conhecemos outros alpendres góticos que de perto ou de longe se aproximem da pureza compositiva e mesmo da monumentalidade do alpendre de Estremoz. Com efeito, no âmbito da história da arquitectura portuguesa estes ganham, repetimos, uma relevância arquitectónica única, perdidos que foram alpendres mais ou menos idênticos que, de uma forma mais ou menos monumental certamente hão-de ter abrigado, adornado e dignificado as fachadas, as entradas e mesmo as portarias de muitas outras casas, paços, conventos e mosteiros portugueses nesse amplo momento que vai dos alvares do século XIV até às primeiras décadas do século XVI.

O alpendre de Estremoz merece, porém, uma última consideração pois se, funcionalmente, está ao serviço de entidades e corpos institucionais estritamente laicos e cívicos, arquitectonicamente é muito devedor de uma tipologia e de uma linguagem que, se

não tiveram a sua origem nos claustros medievais e tardo-medievais, aí tiveram pelo menos a sua progressiva afinação formal e as suas realizações e materializações mais esplendorosas. Com efeito, com as suas tão típicas e mesmo tão “idiomáticas “ aberturas, com o seu desenho tão afinado – cujas origens e interferências é possível apreender com um rigor quase filológico nos claustros de sés, mosteiros e conventos portugueses trecentistas – com a sua realização tão aprimorada e, enfim, com a finura e pureza que o mármore lhe dá, o alpendre de Estremoz é profundamente devedor do desenho de idênticas arcadas previamente ensaiadas e afinadas em claustros medievais. O alpendre de Estremoz constituiu, de facto, uma espécie de lanço de um claustro, embora como que *invertido*. Projectado para fora, para o exterior, para o virulento confronto visual com as poderosas e dissonantes massas construídas fronteiras, para os irregulares espaços abertos confinantes e, sobretudo, para os *longes* alentejanos (que a sua localização, no alto de uma colina relativamente elevada lhe proporciona), o alpendre de Estremoz é como que um claustro às avessas. De facto, ao contrário das dos claustros, as arcadas de Estremoz abrem-se ao mundo e aos homens em vez de se fecharem a eles; irradiam harmonia em vez de a reterem egoisticamente numa célula espacial monumental mas concentracionária. As arcadas de Estremoz dissipam e derramam a sua intensa presença arquitectónica em vez de a ocultarem ou sonegarem, num processo maravilhoso de sociabilização e partilha de beleza pelos espaços circundantes, pela vila, pela província, pelo mundo inteiro!

Enfim, ponto de passagem obrigatório entre o exterior e o interior, o alpendre de Estremoz é também um ponto de passagem, de comunhão, de partilha e de difusão de sentido inverso, entre o interior e o exterior, por ele passando e dele irradiando a Ordem, a Lei e a Justiça. Por isso, a bela composição e a bela realização arquitectónica do alpendre é (também aqui) uma metáfora muito eficaz do bom funcionamento do Concelho e dos seus agentes – base do bom governo da Vila, do Reino e do Mundo! – uma metáfora, enfim, do belo ordenamento que governa os homens e os controla, os domina, os humaniza e os irmana a todos. Metáfora do Poder e da Ordem, por ela perpassam a Lei e a Justiça, que igualam os Homens-Bons e que impõem a sua espada justiceira a todos, grandes e pequenos, ricos e pobres, nobres e vilões, integrados ou marginais.

Na sua dignidade e na sua nobreza, o alpendre da chamada casa da audiência de Estremoz é a fachada ou melhor, o verdadeiro *rosto* material da Justiça, visível, reconhecido, querido e, a seu tempo, temido por todos. Mas aquele alpendre é também o rosto verdadeiro da Autoridade, da Legalidade e sobretudo da *Legitimidade* que tem que

pautar *todos* os autos a terem lugar entre as suas paredes, uma vez transpostos os limiares como que sacralizados das suas arcadas.

E este é o extremo carisma do belo e tão comovente alpendre de Estremoz, que começa por ser uma simples adaptação laica de um “motivo” arquitectónico de matriz tão intensamente religiosa, assim laicizado na figura de um simples e utilitário alpendre de apoio a uma casa muito especial: a casa do concelho. Ora, se a sua forma arquitectónica decorre da secularização de uma tipologia construtiva religiosa, a beleza do seu desenho e a perfeição da sua execução material, aliadas à dignidade ímpar das funções e dos actos desempenhados na casa cujo acesso aquele alpendre abrigava e protegia, dão-lhe uma aura como que transcendente, assim se re-sacralizando algo que se quisera laico e secularizado. Mas entre o sagrado e o secular, entre o religioso e o cívico, entre o espiritual e o material, o alpendre de Estremoz integra o elo contínuo, subtil e como que subterrâneo (se não secreto) mas viril e nobre que unge a verdadeira arquitectura, grande, digna e imorredoiamente bela!

A futura arquitectura concelhia, perdidas certas práticas e certos hábitos de sociabilidade tipicamente medievais – que impunham ajuntamentos intensivos ao ar livre ou à porta das casas do concelho ou até das igrejas e conventos locais – desprezará os alpendres, que se tornarão praticamente residuais. Recensearemos em seguida alguns dos alpendres sobreviventes, começando pelos mais modestos e até informais. Com efeito, para lá dos raros alpendres apoiados em colunas ou pilares, são aparentemente mais comuns os que se improvisavam *por baixo das varandas* de acesso ao piso nobre de algumas casas da câmara. Pense-se nos dois vãos arquivados extremamente simples apostos à fachada principal da *casa* de Trancoso (perdida), nos de Castelo Novo (Fundão) ou nos de Castelo Branco.

Os dois alpendres localizados sob a tão extensa varanda da *casa* de Castelo Novo são muito pitorescos [Fig.^a 429]. Um é coberto com uma simples e algo irregular abóbada de berço. O outro, maior e mais complexo, é composto por dois vãos justapostos, de largura um pouco desigual. Acede-se-lhe por duas aberturas separadas por um pilar. Os seus vãos definem arcos segmentares que geram abóbadas de desenho de perfil semelhante. Os dois espaços assim abobadados comunicam entre si por uma arquivada de topo, que une o pilar fronteiro com a parede do fundo – arquivada esta em que também se apoiam as duas pequenas abóbadas que cobrem os dois vãos deste alpendre.

Embora com afinidades com este, o alpendre da casa da câmara de origem quinhentista de Castelo Branco é mais complexo [Fig.^a 430]. Localizado sob a ampla

varanda e sob um lance da escada de acesso a esta, o alpendre tem duas partes muito contrastantes entre si. A primeira é a menor e é a que se localiza sob o último e mais elevado lance de escada de acesso à varanda. De forma rectangular, este primeiro alpendre é coberto por uma surpreendente e inesperada abóbada de berço segmentada, gerada por uma espécie de arco “aviajado” rasgado na sua face frontal.

O segundo alpendre é muito maior. Localiza-se sob a varanda e está enquadrado por dois sólidos corpos laterais que sustentam os empuxos das duas abóbadas laterais do alpendre. Com efeito, este é composto por três vãos sensivelmente desiguais (mais estreito o central), justapostos e separados (tal como em Castelo Novo) por duas arquitraves de topo. A surpresa aqui está no apoio frontal destas duas arquitraves, constituído por duas colunas toscanas de bom desenho, que suscitam a questão da sua datação, provavelmente tardia. Tudo indica que parte da actual fachada da casa da câmara de Castelo Branco seja contemporânea das importantes obras levadas a cabo nesta antiga vila pelos bispos da Guarda na época da edificação do Paço Episcopal e do arranjo dos jardins anexos. Com efeito, ao serviço destes jardins encontram-se estruturas cujas singularidades construtivas as aparentam de certas particularidades da composição e do desenho quer do alpendre, quer da escadaria e da varanda, quer da própria fachada da casa da câmara de Castelo Branco, mais ou menos refeita nessa época.

Remontando provavelmente ao século XVI (ou até ao anterior), a fachada da casa da câmara de Miranda do Douro apresenta também dois amplos arcos de volta inteira localizados sob a varanda do piso nobre [Fig.^a 431], de acesso ao seu piso térreo. Porém, a rústica arcada de Miranda do Douro – com os seus dois arcos de desenho extremamente tenso e quase brutalista – parece estar muito longe dos requintes que intuímos nas arcadas transmontanas de Freixo de Espada à Cinta ou de Vila Flor, atrás referidas.

Igualmente interessantes são as duas aberturas também arqueadas rasgadas no piso térreo da pequena casa da câmara de Entradas (Castro Verde) [Fig.^a 432]. Estes dois espaços alpendrados, que precedem o acesso à antiga cadeia e ao antigo açougue, respectivamente, estão localizados, tal como em Miranda, sob a varanda de serviço do piso nobre do edifício. Proporcionam aberturas de tamanho e de perfil muito desiguais, de desenho ingénuo, cujo inegável travo popular é acentuado ainda hoje pelo cromatismo muito garrido dos respectivos vãos. O mesmo se passava com o pórtico aberto no piso térreo da casa da

câmara de Terena (Alandroal) [Fig.^a 433], também localizado sob a varanda exterior do edifício, embora aqui o respectivo vão seja vencido por uma abóbada de volta inteira¹⁰⁴.

Totalmente diferente é o alpendre da casa da câmara da antiga vila de Outeiro de Miranda (Bragança), que nos proporciona uma variante também muito interessante e até engenhosa de *coberto*, aqui aparentemente derivada de formas da arquitectura vernácula [Fig.^a 434]. Com efeito, a fachada principal da *casa* era toda ela protegida por um vasto alpendre, cuja cobertura, com estrutura de madeira, hoje muito informal, resulta do mero prolongamento do telhado do edifício. Porém, a novidade deste alpendre é que ele é enquadrado e sustentado lateralmente, na sua face esquerda, por um muro exageradamente reforçado, que resulta do prolongamento da parede de topo da casa da câmara – parede essa onde muito inesperadamente se rasga a ventana do campanário.

Localizado a muitas léguas das Terras de Miranda, o alpendre da casa da câmara da vila de Palmela é totalmente diferente dos de Miranda ou de Outeiro. Notoriamente subsidiário de modelos arquitectónicos da maior erudição, o alpendre de Palmela é franqueado por uma arcada provavelmente tardo-quinhentista que é uma das mais belas de toda a arquitectura concelhia portuguesa [Fig.^a 435]. Tal como nas casas da câmara de Miranda, Entradas, Terena e Lajes do Pico, também em Palmela as arcadas sustentam a muito extensa varanda que (também aqui) ocupa a integralidade da fachada principal do edifício. Porém, ao contrário de Miranda e da rusticidade e mesmo do “brutalismo” medievalizante das suas arcadas, as de Palmela são constituídas por nove arcos abatidos apoiados em belas colunas jónicas, dando acesso ao alpendre, coberto com elegante abóbada corrida de arestas de nove tramos.

As colunas da arcada de Palmela, de desenho muito puro, foram realizadas em calcário muito fino e muito branco, material em que também são realizados os arcos abatidos, muito ligeiros e aéreos, que nelas se apoiam e por cujos vãos acedemos ao alpendre. A utilização deste material contrasta com o calcário comum, acinzentado, em que foram realizados quer o empedrado de que emergem, quer os *poiais* ou *bancos de assento* corridos, localizados no alpendre. Trata-se de estruturas de apoio rasantes e contínuas, de cerca de dois palmos e meio de altura, encostadas à parede das antigas cadeias e do antigo açougue, espaços a que se acedia directamente através deste belo alpendre [Fig.^a 436].

¹⁰⁴ O mesmo se passava na antiga casa da câmara de Lajes do Pico (Pico, Açores), de há muito demolida [ver atrás, Fig.^a 347], que também detinha um pequeno espaço alpendrado, localizado sob a varanda que dava serventia ao seu piso nobre. O alpendre ficava na secção central da fachada principal, que era rigorosamente simétrica. Tal como em Terena, o vão do alpendre era vencido por uma abóbada de volta inteira.

Se os cobertos alpendrados são muito raros, também a sofisticação, pureza e elegância da colunata do alpendre da casa da câmara de Palmela parece quase não terem réplica nas demais arcadas dos poucos alpendres concelhios portugueses. Com efeito, tipologicamente algo próxima da de Palmela (não fora a galeria do piso nobre e a ostensiva torre sineira da *casa* terceirense), a fachada da casa da câmara, perdida, de Angra dispunha de um extenso alpendre apostado à sua fachada principal e também localizado sob a sua vasta varanda [Fig.^a 437]. Remontando aos inícios de Seiscentos, o alpendre de Angra dava acesso às enxovias e, tal como naquela vila, estaria coberto por eventuais abóbadas de aresta. Abria-se ao exterior por uma arcada de cinco vãos, aparentemente suportados por pilares, sobre cujas impostas arrancavam os respectivos arcos. Estes eram abatidos, como em Palmela, mas os seus perfis estavam aqui garridamente sublinhados com cores intensas.

Muito afastado tipológica e cronologicamente dos alpendres das *casas* de Palmela ou de Angra, o alpendre da *casa* pombalina de Setúbal merece uma menção muito especial [Fig.^a 438]. Com efeito, o alpendre que integra a fachada principal da casa da câmara de Setúbal, também muito vasto, assenta em sólidos pilares, ao contrário do alpendre vizinho de Palmela. Merece reparo a fachada desta casa da câmara, simultaneamente a mais documentada e a mais acidentada *casa* de toda a história da arquitectura concelhia portuguesa pois, reconstruída integralmente após o Terramoto de 1755, foi nova, sumptuosa e bastante fielmente reconstruída nos anos 30 do século XX, após o incêndio de 5 de Outubro de 1910, já atrás referido, e que destruiu o edifício pombalino.

O alpendre da casa da câmara pombalina de Setúbal, que ocupava a mesma área do actual, era muito vasto: abria-se para a praça fronteira da antiga vila, a *Praça das Couves*, assim designada na cartografia antiga¹⁰⁵, por oito vãos, seis na sua frente principal e dois nos topos (estes mais pequenos e menos monumentalizados. Estes vãos eram vencidos por arcos muito airosos de volta inteira, assentes em pilares de secção rectangular. Estes pilares, assentes em socos e integrando a respectiva imposta de arranque para os arcos, eram, porém, os mais complexos de todos os que encontrámos em alpendres de casas da câmara portuguesas. Com efeito, nas suas faces anteriores ostentavam, adossadas, pilastras de desenho puríssimo, que sustentavam uma espécie de falsa arquitrave em que se apoiava a cornija que rematava o alpendre sobre o qual se apoiava a varanda do piso nobre, sobreposta ao alpendre. Este desenho tão complexo emulava em Setúbal, mais de dois séculos e meio

¹⁰⁵ Ver, por exemplo, a “Planta da Praça da Villa de Setubal / Levantada em 1804 por – Maximiano Joze da Serra / Coronel do Real Corpo de Engenheiros, desenhada por Caetano Joze Vaz Parreiras, 2.º Tenente do mesmo Corpo, em 1820”, de que existe uma reprodução no Arquivo Histórico de Setúbal.

depois, o muito refinado desenho assente no “sistema de pilar, pilastra e arco” que, em 1500, Bramante tinha inaugurado em Roma, no piso térreo do claustro de Santa Maria della Pace. De facto, o projecto de Bramante para os pilares de sustentação das arcadas do piso térreo deste claustro proporcionou a fonte de inspiração mais remota para o desenho tão erudito e tão inesperado das arcadas, em tudo idênticas, do alpendre da casa da câmara pombalina de Setúbal¹⁰⁶.

Por outro lado, a arcada da face principal do alpendre não cobria toda a largura deste. Os seus seis vãos estavam enquadrados, nos seus extremos laterais, por panos de parede de reforço, eles próprios enquadrados pela pilastra do pilar vizinho e – nos seus extremos, no lugar dos cunhais laterais do alpendre – por sólidos pilares, desta vez desprovidos de pilastras adossadas. Refira-se ainda que idênticos panos de parede ocupavam também as faces de topo do alpendre, onde se rasgavam, agora muito mais informalmente, as aberturas laterais, também arqueadas, de acesso ao mesmo, sensivelmente mais baixas e mais estreitas que as da fachada principal.

Os alpendres pombalinos de Setúbal eram cobertos por abóbadas de aresta [Fig.^a 439] articuladas entre si por arcos torais que arrancavam dos pilares da arcada para se unirem às mísulas apostas na parede da fachada, no lado oposto. Para lá das suas dimensões (dos mais vastos de toda a arquitectura municipal), da sua escala e da sua monumentalidade, os alpendres de Setúbal são ainda dignos de nota pela sua composição global. Com efeito, eles reproduziam, afinal, a composição e, aparentemente, as próprias dimensões dos pórticos do próprio Terreiro do Paço Pombalino. Em Setúbal, porém, estamos muito longe do rigor compositivo, centralista, autoritário e quase dogmático de Lisboa¹⁰⁷ graças quer ao âmbito infinitamente mais limitado do respectivo alpendre (circunscrito a apenas seis vãos frontais), quer às pequenas dimensões da antiga praça onde se localizava a casa da câmara, quer à própria irregularidade e mesmo ao carácter fechado e circunscrito da mesma.

¹⁰⁶ Sobre o claustro de Santa Maria della Pace de Roma ver, entre outros, Ludwig H. Heydenreich e Wolfgang Lotz, *Arquitectura en Italia 1400-1600*, Manuales Arte Catedra, Madrid, 1991, pp. 241, 242.

¹⁰⁷ Deve notar-se que o alpendre de Setúbal, apesar das suas especificidades, tem algumas afinidades com o que abriga a secção central do piso térreo do Teatro de S. Carlos (1793). O alpendre actual da casa da câmara de Setúbal, reconstruído nos Anos 30 do século passado, respeitou o essencial da composição e das dimensões dos alpendres pombalinos originais. Porém, assinalam-se algumas diferenças que merecem registo. Assim, as aberturas arqueadas na fachada principal do alpendre passaram de seis para sete. Desapareceram os dois panos cegos dos extremos da mesma fachada pelo que, consequentemente, os arcos actuais passaram a cobrir um vão maior. As aberturas das duas fachadas laterais, que eram muito mais pequenas e estavam implantadas muito informalmente, passaram a ter a mesma composição que as da fachada principal e, aparentemente, as mesmas dimensões.

Pouco posteriores aos alpendres pombalinos de Setúbal, merecem reparo, no Norte, as arcadas, já acima referidas, do pórtico da casa da câmara Tardo-Pombalina da Póvoa de Varzim. Estas têm uma composição interna muito semelhante às arcadas de Setúbal, embora desprovidas da escala monumental das da antiga vila sadina.

Sempre a Sul do Tejo, o alpendre integrado na fachada principal da casa da câmara do Redondo, também pombalina, é franqueado por uma pequena arcada de apenas três vãos arqueados [Fig.^a 440] que, porém, contribuem para a singularidade e a própria complexidade da que é, como já vimos, uma das mais elaboradas fachadas de todas as casas da câmara portuguesas. A arcada assenta em pilares de secção mais ou menos quadrada, de que arrancam os três arcos, aqui abatidos. Embora sem a complexidade do desenho de Setúbal, também aqui os pilares têm adossadas pilastras que sustentam o rebordo, desta vez muito simples, da varanda que localizada sobre o alpendre, está apoiada numa abóbada de arestas de lançamento também tipicamente pombalino.

A casa da câmara de Macieira de Cambra (Vale de Cambra), datável de cerca de 1820, proporciona um alpendre muito convencional mas com a localização mais insólita que se possa imaginar. Com efeito, localiza-se não na fachada principal, relativamente austera e bastante comum, mas na sua fachada posterior, hoje muito transformada, dando estranhamente para um espaço ainda hoje não urbanizado [Fig.^a 441]. Tal como no Redondo, também aqui o alpendre estava enquadrado entre os dois corpos laterais, mais avançados, daquela fachada, suportando originalmente uma varanda corrida de apoio ao piso nobre, com as mesmas dimensões¹⁰⁸. O alpendre de Macieira de Cambra, rectangular, muito largo e relativamente pouco profundo, é precedido por uma bela arcada enquadrada entre os dois panos de muro bastante vastos, correspondentes aos corpos laterais avançados desta fachada. A arcada é constituída por oito arcos de volta inteira solidamente emoldurados, apoiados em muito massivos e pesados pilares de secção quadrangular.

Muito diferente é o muito insólito alpendre que adorna a fachada principal da casa da câmara de Elvas. Provavelmente contemporâneo do alpendre do Redondo, o alpendre de Elvas afasta-se de tudo o que temos encontrado até agora pelo seu desenho, pela sua implantação e até pelas suas dimensões. Trata-se de um muito engenhoso *coberto* [Fig.^a 442], muito pequeno, de forma poligonal, apostado à complexa fachada da *casa*, de modo a proteger o acesso à porta do que pensamos terem sido os açougues daquela antiga vila (o actual Posto de Turismo local). O acesso ao pequeno alpendre poligonal faz-se por cinco aberturas muito amplas, enquadradas por quatro pilares (não muito altos) de desenho singularmente rebuscado. Os pilares que sustentam as pujantes arquitraves que cobrem os respectivos vãos de acesso sustentam novas arquitraves, agora dispostas concêntricamente.

¹⁰⁸ A vasta varanda do piso nobre da fachada posterior da casa da câmara de Macieira de Cambra foi posteriormente tapada, aparentemente em meados do século XX, dando lugar a uma muito bem lançada *galeria* arquivada, apoiada em pilares de secção quadrangular.

Estas pilastras (de desenho mais simples) ligam os pilares exteriores ao topo das pilastras apoiadas na parede da casa da câmara, aqui redesenhada de modo a reproduzir ainda que apenas parcialmente o contorno poligonal do alpendre. As arquitraves exteriores, em articulação com as arquitraves interiores radiais, sustentam a cobertura do alpendre, também diferente de tudo o que temos visto, pois é relativamente cónica, embora muito rasante. Enfim, fogaréus de desenho muito estranho apostos nos ângulos da arquitrave poligonal, que faz a vez de entablamento, emprestam pitoresco e alguma leveza ao conjunto, todo construído em mármore mas relativamente atarracado devido à pouca altura quer dos pilares quer da própria cobertura deste tão raro quanto insólito alpendre concelhio.

10.3.2.3.4 – Galerias

A recensão das aberturas rasgadas nas fachadas das velhas casas da câmara portuguesas deve incluir, enfim, as muito raras *galerias abertas no seu piso nobre ou num piso ainda superior*. Entendendo-se por galeria um “corredor aberto por arcadas ou colunatas”¹⁰⁹, no presente estudo distinguimos este tipo de abertura da dos pórticos e dos alpendres, mesmo que providos de arcadas, pois estes, segundo a muito sumária caracterização atrás proposta, integram sempre os pisos térreos das fachadas respectivas. Apesar de serem muito raras em Portugal, as galerias constituem uma forma arquitectónica muito comum nas casas do concelho francesas e sobretudo nas espanholas, onde chegam a constituir um motivo quase obrigatório na respectiva arquitectura concelhia, com particular incidência em certas regiões como Castela e sobretudo Aragão¹¹⁰. Uma autora local considera mesmo que a presença da galeria no piso nobre das ‘casas de Ayuntamiento’ decorre do “desenvolvimento das festas populares, essencialmente dos touros” a partir do século XVI, o que “aconselhou a abertura de uma galeria no primeiro andar de onde os ‘regidores’ pudessem contemplar os festejos. Esta adequação às funções próprias do

¹⁰⁹ Maria João Madeira Rodrigues (Coord.), *Ob. Cit.*, p. 145.

¹¹⁰ As típicas galerias do piso cimeiro das “casas consistoriales” espanholas quase sempre precedem e sustentam beirais muito desenvolvidos. Um exemplo excelente de galeria é o proporcionado, entre tantos outros, pela “*casa de Ayuntamiento*” de Sos de Rey Católico (Saragoça): “en el último piso una galeria de arcos de medio punto que apoyan en pilastras y sobre ella, un alero de madera, muy volado y con riquísima decoración”, Wifredo Rincón García, *Ayuntamientos de España*, Espasa-Calpe, Madrid, 1988, p. 348.

Concelho é perceptível numa série de ‘Ayuntamientos’ da província” de Cuenca [Sudeste de Castela]”¹¹¹.

Uma função e uma tipologia muito diferentes detêm os tão memoráveis arcos de volta inteira que adornam todas as paredes da casa da câmara de Bragança [Fig.^a 443], adiante discutidos, cuja arcada o historiador Mário Jorge Barroca considera “ser obra do século XIV”¹¹². De há muito notada, para Manuel Monteiro, um erudito do início do século XX, a “série sucessiva das fenestras que se abriam ao longo das faces com as arquivoltas chanfradas caindo sobre a saliência das impostas é d’uma proporção harmoniosa para a sua altura comedida e breve”. Para este autor, estas características – juntamente com outras qualidades arquitectónicas que regista no edifício – “evidenciam uma ponderada sagacidade arquitectónica tendente a uma frisante convergência d’efeitos na sua sóbria estrutura”¹¹³.

As demais galerias das casas da câmara portuguesas sobreviventes, aparentemente todas quinhentistas, afastam-se muito da pioneira arcada da casa da câmara de Bragança. Além disso – tirando a excepção notável da de Tomar – todas elas correspondem a casas da câmara construídas ou adaptadas sobre as portas da cidade ou vila a que pertencem. A galeria de Tomar é composta por uma teoria de aberturas arqueadas cujos vãos, vencidos por arcos de volta inteira, são muito maiores do que os pés direitos respectivos. Estes, constituídos por sólidos pilares de secção rectangular, muito baixos, sustentam as impostas onde assentam os arcos mas, dadas as suas dimensões, dão um ar algo atarracado e como que arcaizante à galeria [Fig.^a N.º 444].

Mas a galeria da casa da câmara de Tomar é muito surpreendente por outros motivos. Por um lado, surpreende a sua complexidade pois, na realidade, a galeria arqueada acabada de referir desdobra-se por dois andares sobrepostos, o intermédio e o superior (sendo este o andar nobre) e apõe-se a um pórtico igualmente arqueado que servia o piso térreo (de há muito tapado), naturalmente mediante um rigoroso alinhamento vertical das suas diversas componentes construtivas essenciais. Com efeito, as aberturas deste pórtico e as da dupla galeria dos dois andares superiores têm um desenho global rigorosamente igual, mantendo todas o mesmo vão e a mesma altura, à excepção das aberturas do pórtico, cujos pés direitos são naturalmente mais altos.

Por outro lado, este complexo de arcadas rigorosamente sobrepostas ocupa apenas a secção central da fachada posterior do edifício. De facto, esta fachada, à semelhança da

¹¹¹ Maria Luz Rokiski Lazaro, *Arquitectura del Siglo XVI en Cuenca*, Ed. Diputación Provincial de Cuenca, Cuenca, 1985, p. 53.

¹¹² In Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte...*, p. 147.

¹¹³ Manuel Monteiro, “Bragança”, in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza...*, Vol. 7.º.

principal, é também rigorosamente simétrica e desdobra-se igualmente em três panos verticais, um central, muito mais largo e muito mais complexo, e dois laterais, iguais entre si e muito mais simples e estreitos.

Outro motivo de reparo das galerias de Tomar decorre do facto de os respectivos pilares assentarem em apoios de composição diferente. Assim, os pilares da galeria inferior (correspondente ao piso intermédio do edifício) assentam directamente na barra que assinala horizontal e integralmente o arranque do piso intermédio nas quatro faces do edifício. Quanto aos pilares da galeria superior assentam numa barra horizontal contínua que, circunscrita apenas à secção central da respectiva fachada, serve apenas de apoio às respectivas arcadas. Ora esta barra trava um extenso pano horizontal (também circunscrito à secção central daquela fachada) que faz de guarda da galeria respectiva e que arranca, por sua vez, da segunda barra horizontal contínua que assinala o nível do andar nobre em todas as fachadas e a toda a volta do notável edifício.

O último motivo de surpresa proporcionado pela complexa galeria de Tomar prende-se com a sua localização e a suas funções. Com efeito, esta galeria, tão complexa e compositivamente tão rebuscada, localiza-se surpreendentemente na *fachada posterior* do edifício, voltada para Ocidente e para o morro do castelo e do Convento de Cristo, mas voltada também para as traseiras da cidade. Esta localização tão estranha da galeria torna-a quase desprovida de qualquer valor urbano e mesmo do destaque visual que a sua monumentalidade lhe daria numa localização urbanamente mais favorável. O último factor de surpresa está nas suas funções, tão absurdas ou, pelo menos, tão inesperadas como a sua localização nas traseiras do edifício e da cidade. Com efeito, se a galeria do piso intermédio ainda serve o plano do patamar intermédio da complexa escadaria interior do edifício, a vasta galeria superior, meramente suspensa sobre a galeria inferior e portanto desprovida de qualquer corredor ou passagem interior praticável, serve apenas o amplo e quase abismático vão vazio proporcionado pela monumental caixa da escadaria e pelos seus vastos patamares intermédio e superior [Fig.^a N.º 445]. Esta ausência de funcionalidade prática, descontando o facto de ser uma fonte muito generosa e sofisticada de luz para a complexa e vasta caixa espacial interior – dá-lhe porém, um valor compositivo inédito que, na sua complexidade, na sua vastidão e no seu desenho tão original, ganha um carácter quase experimental.

Embora quase coetânea mas muito diferente da de Tomar é a extraordinária galeria que dava serventia à câmara das vereações de Coimbra, edificada ou modernizada em 1543. Como já sabemos, a casa da câmara de Coimbra adaptou-se muito cedo na torre que protegia e se sobrepunha ao Arco de Almedina. Com efeito, a própria localização e a vastidão da

torre permitiram a sua adaptação – em data que ignoramos mas que parece remontar ainda ao Século XIV – a *Casa da Audiência* local e permitiu também, num momento que não podemos precisar, o acrescento ou a adaptação de um andar onde se instalou a câmara das vereações. Esta está assinalada com uma inscrição pintada, “SENADO”, na porta daquela câmara, datável ainda do Século XVI ou do século seguinte. A inscrição belamente gravada na mesma porta “NO ANO 1541” [Fig.^a 446] refere-se provavelmente a reconstruções ou modernizações naquele ano efectuadas neste andar superior. Datará de então a abertura ou a reformulação das janelas na câmara das vereações e sobretudo o rasgamento das três luminosas galerias arquivadas no piso cimeiro, rodeando e contornando aquela “câmara”.

As galerias de Coimbra abrem-se em três direcções opostas, dando uma para o exterior da porta das muralhas medievais [Fig.^a 447], a outra para a direcção contrária [Fig.^a 448] e uma terceira, voltada ao rio. Esta apresenta, porém, um desenho diferente, pois nela foi, provavelmente naquele ano, adaptada e improvisada a ventana do campanário concelhio, já atrás referido. No presente estudo consideraremos apenas as duas galerias orientadas para as duas direcções principais.

Tendo em conta o espaço disponível, as galerias de Coimbra, lançadas nas alturas, bem no topo da Torre de Almedina, constam de apenas dois vãos justapostos cada uma, embora de proporções muito puras. A novidade destas galerias está no seu desenho muito actualizado e muito refinado, pois as suas arquivadas são sustentadas (com a excepção da voltada ao rio, que detém a ventana do campanário) por eruditas e muito canónicas colunas – uma no centro de cada galeria – e por semi-colunas laterais, todas elas toscanas [Fig.^a 449].

No mesmo nível das galerias, surgem pequenas janelas quadrangulares abertas para o exterior, uma de cada lado. Estas janelas apresentam um desenho muito rebuscado, com o seu inesperado perfil côncavo nos vértices. Mas, a par das galerias, também estas janelas contribuem, com a sua forma tão actualizada, para a composição tão erudita e sofisticada do pano cimeiro da torre medieval. Note-se, porém, que os requintes da composição deste pano cimeiro, decorrentes da pureza extrema do desenho e da qualidade construtiva das suas galerias – dada a sua localização tão elevada – muito dificilmente seriam observáveis e apreensíveis pelos vizinhos e pelos visitantes da cidade quinhentista. Aqueles requintes formais apresentam-se assim como um índice extremo e suplementar da relevância formal, institucional e mesmo simbólica que as vereações quinhentistas de Coimbra atribuíram àquele troço cimeiro da torre medieval, assim actualizada e nobilitada.

Embora diferentes das de Coimbra, as duas galerias da casa da câmara de Moura são igualmente dignas de reparo. A *casa* está também localizada, provavelmente desde a Idade Média, sobre uma das portas da vila, como já sabemos, mas a bela galeria arquivada que se ergue sobre a porta medieval parece remontar à época quinhentista [Fig.^a 450]. Quinhentista parece ser também uma galeria semelhante que se ergue na face lateral deste complexo, e que coroa o monumental chafariz tardo-barroco datado de 1815, adossado àquela fachada [Fig.^a 451]. Ambas as galerias são rectangulares e abertas ao exterior por vãos cujas arquivadas se apoiam em colunas toscanas. A galeria localizada sobre a porta da vila, quase em frente à fachada da tão famosa igreja de S. João Baptista, detém quatro vãos, delimitados por cinco colunas toscanas de mármore de belo desenho mas de proporções muito tensas, duas das quais estão localizadas junto aos limites laterais da galeria [Fig.^a 452]. As colunas estão apoiadas sobre socos muito sólidos, destacados na “balastrada” cega que circunscribe a face da frente da galeria e que serve de “poial” à colonata. A colonata da fachada lateral é em tudo idêntica, ressaltando o facto de ter cinco vãos, circunscritos por seis colunas também toscanas e também apoiadas em socos semelhantes aos da fachada principal [Fig.^a 453].

A última grande galeria portuguesa que há que recensear é a galeria quinhentista da casa da câmara de Elvas que, tal como a de Moura ou a de Coimbra, estava instalada sobre uma das principais portas daquela então vila muito provavelmente desde os finais do século XV. A *casa* contava com uma série de espaços abobadados mais ou menos vastos e complexos no seu piso térreo (a par de outros nos entressolhos), localizados de ambos os lados da porta das muralhas medievais. Trata-se de espaços progressivamente ganhos ou apostos às muralhas, outrora ocupados em parte pelos açougues da cidade – pensamos que localizados no espaço do actual Posto de Turismo [ver atrás Fig.^a 142] – e em parte aforados a particulares. A memória destes aforamentos sobrevive no pequeno café [ver atrás Fig.^a 143] de há muito localizado no piso térreo do edifício e nas muito pequenas e modestas lojas ainda hoje implantadas nos intradorsos do velho arco da porta das muralhas medievais [Fig.^a 454]. Sobre estes espaços, algo irregulares e desalinhados, assenta a histórica e extraordinária casa da câmara, hoje lamentavelmente privada das suas nobres e multi-seculares funções de sede do Concelho de Elvas, ao ser tão lamentavelmente preterida pelas autoridades concelhias locais, em tempos recentes, por uma casa apalaçada das vizinhanças.

A casa da câmara de Elvas foi profundamente acrescentada e alterada ao longo dos tempos, nomeadamente nas épocas pombalina e pós-pombalina e ainda foi reformada e ampliada na época do Estado Novo, quando ganhou a actual torre do relógio. Desses

sucessivos acrescentos, remodelações e actualizações resultou a sua tão complexa fachada actual [Fig.^a 455], que tem na *galeria* do seu piso nobre o seu elemento compositivo mais vistoso, em intenso diálogo visual com o vão da porta das muralhas medievais e com a torre do relógio. O entendimento pleno da galeria do piso nobre da casa da câmara de Elvas exige uma análise global do edifício, bem como da sua fachada principal – a mais complexa de todas as casas da câmara portuguesas.

Sabemos que a Assembleia dos Homens Bons do Concelho de Elvas escolhia os seus representantes às Cortes estando todos “juntos no paaço da Audiença”¹¹⁴. O mais antigo registo destas assembleias remonta a 10 de Novembro de 1376, quando se elegeram os Procuradores às Cortes de Leiria de 1376. Idênticas assembleias, sempre no paaço da Audiença”, realizaram-se ao longo de todo o reinado de D. Fernando e muito provavelmente durante os reinados seguintes. Porém, a 19 de Outubro de 1469, os moradores que escolheram os Procuradores às Cortes de Évora daquele ano (1469) reuniram-se “per canpaa tangida no adro do moesteiro de Sam Domingos da dita villa”¹¹⁵. Dos *Capítulos* de Elvas às Cortes de Lisboa de 1498 (datados de 29 de Janeiro daquele ano), sabemos que este Concelho já dispunha da sua (talvez então muito recente) “camara da vereaçam”¹¹⁶. Sabemos ainda que a nova câmara, talvez por ser muito central e de acesso muito facilitado, era escolhida pelas autoridades judiciais extra-concelhias nomeadamente para lugar de tormento. Com efeito,

“os Corregedores das comarcas e outras Justiças que trazem alçada **quando a esta villa veem e querem meter alguuma pesoa a tormento mandam lho dar na camara da vereaçam** a qual esta tam açerca da JgreJa prinçipall desta villa que he desonesto fazer sse o dicto auto tanto açerca donde esta ho sacramento”.

Pelos mesmos *Capítulos* de 1498 ficamos a saber ainda que o Concelho continuava a dispor da sua antiga “**casa d audiência**” e de uma “**torre noua**” (certamente a vizinha Torre da Cadeia, que chegou aos nossos dias), qualquer delas considerada mais apta para aquelas práticas pelo povo e pelas autoridades concelhias de 1498.

Pensamos que a casa da câmara de Elvas, datável de fins do século XV mas provavelmente já posterior à aclamação de D. Manuel I, era constituída por apenas uma sala, então adaptada ou mesmo construída de raiz sobre a porta mais importante da vila e sobre as

¹¹⁴ Procuração do Concelho de Elvas aos seus representantes nas Cortes de Leiria de 1376, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. I (1367-1380), p. 157.

¹¹⁵ “Capítulos do povo meudo de Elvas datados de 2 de Novembro de 1469, não apresentados em Cortes”, mas apresentados ao Rei pelos procuradores daquele concelho, cuja *Procuração* fora passada a 19-10-1469, in *Capítulos do Concelho de Elvas apresentados em Côrtes*, Prólogo de Pedro A. d’Azevedo, Editor António José Torres de Carvalho, Elvas, s.d., pp. 65, 66.

¹¹⁶ Cortes de Lisboa de 1498, Capítulo 23.º dos Capítulos especiais de Elvas (29-1-1498), in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)...*, p. 390.

próprias muralhas medievais – de cujas ameias restam importantes vestígios, recentemente descobertos [Fig.^a 456]. Esta sala, que ainda existe, hoje dispõe de três janelas dando para a praça (provavelmente refeitas na época pombalina) e de uma típica janela manuelina amainelada na sua face oposta, dando para a Rua da Cadeia [Fig.^a 457], rua concêntrica mas exterior à linha das muralhas medievais que polariza um importante largo adjacente à muralha, no ponto onde se abria uma das principais portas da vila, sobre a qual se instalaria a futura casa da câmara [ver atrás Fig.^a n.º 141].

A entrada fazia-se atravessando uma muito vasta varanda, localizada (pelo menos em parte) sobre as muralhas primitivas. Tudo indica que se acesse a esta varanda, inicialmente talvez alpendrada – a antepassada da actual galeria – pelas primitivas escadas da muralha, então a céu aberto, localizadas no sítio das actuais, reconstruídas posteriormente, como veremos.

Aquela sala, ainda hoje a maior do edifício, abrigava inicialmente apenas a câmara das vereações, pois tudo indica que as audiências continuassem a ter lugar no edifício medieval, que ainda sobrevivia em 1498. Subsidiariamente, porém, poderia ser requisitada para algumas audiências mais importantes, tendo em conta a sua centralidade, as suas dimensões, a sua modernidade e mesmo a sua proximidade com a Torre da Cadeia, a “torre noua” de 1498. Num momento que ignoramos, provavelmente ainda quinhentista, a esta sala apõe-se uma segunda. É então que a função definitiva das duas salas se redefine, de acordo com a tipologia que já conhecemos: a sala primitiva, sobre a porta das muralhas, deixa de ser a câmara das vereações para passar a ser a sala da audiência; a sala posterior, mais recolhida, a que se acede atravessando a sala anterior, passará a ser a nova câmara das vereações e será totalmente remodelada e sumptuosamente redecorada na época pombalina ou pós-pombalina, como veremos

A porta da câmara das vereações primitiva foi devidamente dignificada na época manuelina, quando sobre ela se apuseram as armas de D. Manuel I [Fig.^a 458], adiante discutidas. A esta sala acede-se hoje pela galeria quinhentista objecto da presente recensão. Relativamente complexa, pensamos que esta tenha sido construída no lugar de uma muito provável varanda medieval, localizada no eirado de uma primitiva torre que, apoiada às muralhas, desse acesso à casa da câmara original. O eirado antigo terá sido então ampliado e reforçado por contrafortes de granito de uma rudeza de desenho inesperada, para dar lugar à galeria de planta quadrangular, que ficou relativamente vasta e muito elegante. As suas aberturas arqueadas [Fig.^a 459] abriam-se outrora para as duas frentes da casa da câmara, dando a anterior para a praça, e a posterior para a muito importante Rua da Cadeia. Os vãos

desta arcada posterior foram há muito tapados, pois a existência das duas arcadas tornaria muito inóspita a utilização pública do respectivo espaço nos tempos ventosos e em particular no Inverno. Dela restam, porém, as respectivas arcadas, hoje cegas, cuja presença dá um pitoresco muito especial à galeria.

Os vãos das duas arcadas (sete em cada uma) são vencidos por arcos de volta quase perfeita, apoiados em pequenas colunas de fuste cilíndrico, cujos capitéis suportam pesadas, muito grandes e mesmo desgraciosas impostas. Merecem muita discussão estas arcadas, pois a análise do seu desenho pode ajudar a definir a sua provável datação. Com efeito, pensamos que a forma simplesmente cilíndrica das suas colunas, o desenho pesado e estranho das impostas e a própria realização dos arcos de suporte das arcadas, em alvenaria, são sinais objectivos de um arcaísmo inegável, cremos que inobservável em qualquer sítio do Reino nos anos que se sucedem à morte do Rei D. Manuel I. Por tudo isto, pensamos que esta galeria, com as suas arcadas tão impressionantes, data da construção ou da remodelação da casa da câmara de Elvas ocorrida ainda na época manuelina, podendo ter coincidido (ou não) com o arranjo geral da sala a que dava acesso, bem como com a nobilitação da respectiva porta, sinalizada com as armas de D. Manuel, como vimos.

Enfim, a complexa fachada da casa da câmara de Elvas acusa bem as alterações e ampliações sofridas nos séculos seguintes, em particular nas épocas pombalina e pós-pombalina. Com efeito, remonta a esta época a nova decoração quer da primeira sala (a primitiva), transformada em sala das audiências em momento indeterminado (de que restam as armas de D. José I, pintadas a fresco no tecto), quer a da sala contígua - a segunda e última sala a partir da galeria - que passou a ser a câmara das vereações, como já vimos.

Ainda na época pombalina terá sido refeita a escadaria de acesso ao piso nobre do edifício, provavelmente resultante de uma adaptação e modernização da velha escadaria de serviço das muralhas medievais. À mesma época remonta o corpo arquitectónico que abriga esta escadaria, que assim passou de exterior a interior, e em cuja fachada se abriu então a actual porta de entrada da casa da câmara, devidamente sinalizada com o brasão da cidade. A esta época remontará, enfim, o muito original e muito raro alpendre poligonal arquivado já atrás descrito e que daria acesso aos prováveis açougues instalados no piso térreo da histórica e belíssima casa da câmara de Elvas.

10.3.2.4 – Fachadas “cegas”

A análise das fachadas das antigas casas da câmara portuguesas, esmagadora mas naturalmente centrada nas suas fachadas principais, tem, porém, que incluir aqueles casos muito raros de fachadas plenamente *cegas*, isto é privadas de aberturas (nomeadamente no seu andar nobre) ou aquelas cujas aberturas apresentam configurações e tamanhos particularmente atípicos, ou ainda as que foram inexplicavelmente fechadas posteriormente. Recensearemos em seguida alguns casos relevantes pois, apesar de em número muito restrito, eles trazem até nós fragmentos de grande intensidade arquitectónica.

Normalmente, as fachadas cegas surgem nas faces laterais ou nas das traseiras das casas da câmara. Apesar de deter duas janelas no piso nobre, a fachada lateral da casa da câmara de Ermelo (Mondim de Basto) apresenta uma composição cuja pureza formal merece justo destaque [Fig.^a n.º 460] – e por isso se refere neste momento. Apoiada no seu embasamento, enquadrada por duas pilastras colossais e travejada pela cornija cimeira, esta fachada secundária proporciona-nos um vasto e memorável pano de parede devidamente dignificado pelo competente reboco e a respectiva caiação. O mesmo se passa com a tão impressionante fachada traseira da provavelmente coetânea casa da câmara de Óvoa (Santa Comba Dão) [Fig.^a 461]. Apesar de hoje lamentavelmente desprovida da sua caiação original, esta fachada, de uma monumentalidade a toda a prova, apresenta-se sem qualquer abertura e mesmo sem qualquer ornato (ressalvando a desconsolada pseudo-cornija actual, imposta em recentes obras de restauro, também aqui muito mal aconselhadas), friso ou elemento que, no exterior, assinala a estrutura interna ou até a função do edifício. A sua nudez voluntariosa e rude proporciona assim a rectaguarda sóbria, austera e securitária da casa da câmara, que tem na sua fachada oposta, voltada para a praça e para o pelourinho locais, a sua radiosa e amável fachada principal, adiante considerada.

No Sul, a casa da câmara de Cabeço de Vide (Fronteira) apresenta apenas aberturas na fachada principal [Fig.^a 462], apresentando todas as outras fachadas plenamente cegas, se ressalvamos a porta ogival que serve a torre do relógio, adossada à sua fachada lateral esquerda.

Totalmente diferente é a fachada lateral da casa da câmara de Pinhel (1736), que é também muito interessante [Fig.^a 463]. Como acontece com tantas fachadas históricas, também esta era originalmente mais alta e mais airosa que hoje, pois actualmente apresenta-se bastante afogada pelo alteamento excessivo proporcionado pelos empedrados circundantes. A sobreposição secular de calçadas e empedrados acabaram por ocultar o

embasamento em que se apoiam as duas pilastras colossais que, no topo, sustentam um friso que se instituiu em pseudo-arquitrave na qual se apoia a cornija que remata a fachada. Esta está dividida em dois campos sobrepostos, superior e inferior, por uma barra horizontal que assinala exteriormente o nível do sobrado e o arranque do piso nobre. Enquanto o campo inferior é absolutamente cego, o campo superior apresenta na sua secção central o brasão da então vila de Pinhel encimando uma vistosa epígrafe relativa à construção do edifício e respectiva datação (1736). Nos seus extremos, surgem dois minúsculos óculos circulares, abertos no plano mais recuado de uns muito raros enquadramentos de forma cónica ou ovóide, cavados na espessura da parede. Estes dois óculos, com as suas molduras também circulares, parece não terem funções de iluminação. Com efeito, dadas as suas tão pequenas dimensões e a sua orientação (a Oeste) parece terem tido apenas função de respiradouros ao serviço da câmara das vereações, localizada no interior. Porém, independentemente do seu valor funcional, retenham-se as suas dimensões e o seu desenho tão singulares que, em articulação com o brasão e a epígrafe centrais, emprestam a esta fachada um raro valor compositivo que só pode ter paralelo no seu tão singular valor expressivo, de sentido quase antropomórfico.

Aparentemente coetâneas da de Pinhel, as casas da câmara de Sobrosa (Paredes) [Fig.^a 464] e de S. Miguel do Outeiro (Tondela) [Fig.^a 465] apresentam, porém, uma configuração arquitectónica global bastante diferente da daquela antiga vila beirã. Trata-se, nos dois casos, de edifícios muito convencionais, de dois andares bastante airosos, servidos por escadarias exteriores de acesso ao andar superior, onde se abrigavam as três componentes funcionais esperáveis de uma típica casa da câmara portuguesa: sala da audiência e câmara das vereações no piso nobre, com cadeia no piso térreo. Independentemente da diferente distribuição das entradas e da presença e da própria localização de elementos identitários tão importantes como os brasões ou o campanário (este apenas em S. Miguel do Outeiro), ambos os edifícios apresentam as suas respectivas fachadas posteriores cegas. Curiosamente, como ambas as fachadas dão para espaços públicos muito amplos, em ambas essas fachadas tinham sido abertas portas de sacada, inexplicavelmente tapadas mais tarde, provavelmente após a extinção dos concelhos que serviam, posteriormente a 1836.

10.3.3 – Escadas exteriores e varandas

O longo excurso proposto nas páginas anteriores, suscitado pelas fachadas das velhas casas da câmara portuguesas, encerra com a recensão de casos notáveis de uma última componente arquitectónica a considerar, a *escadaria exterior* e a *varanda*, alpendrada ou não, a que esta quase sempre dá acesso. Apesar de constituírem uma componente facultativa, a existência de escadas nas fachadas das casas da câmara proporciona sempre um motivo construtivo muito intenso e mesmo pitoresco, cuja presença se torna não só num elemento essencial da composição da fachada como contribui mesmo para a própria identidade arquitectónica das velhas casas do concelho.

Já sabemos que a monumentalização do poder concelhio – que se inicia pelo recurso à existência de um *espaço* fechado, reservado e privativo do concelho em cujo interior passam a ter lugar os mais importantes actos de tutela concelhia – passa, num segundo momento, pela emergência do *paço* ou *casa* do concelho em cuja *câmara* passarão a decorrer obrigatoriamente as vereações, isto é, as sessões camarárias. Ora esta casa, a casa da câmara, detém quase obrigatoriamente, por definição – e à semelhança das casas dos *vizinhos*, proprietários urbanos e rurais, lavradores mais ou menos abastados da respectiva vila ou cidade, artesãos, mercadores, burgueses, em suma – um *sobrado*, isto é, *desenvolve-se normalmente em dois pisos*. Desde muito cedo que as funções essenciais asseguradas pelo concelho e os seus agentes se distribuirão pelas diversas componentes e divisões da casa da câmara, segundo o esquema praticamente invariável que já conhecemos. Independentemente de deter elementos identitários específicos (brasão, campanário, etc.), a casa da câmara, maior ou menor, mais rica ou mais pobre, emulará, como se compreende, as casas sobradadas da região.

A existência de dois ou mais pisos suscita a questão da ligação, exterior ou interior, entre si. Ora, se as casas da câmara posteriores à segunda metade do século XVI parecem privilegiar uma escadaria interior (já atrás considerada), tudo leva a crer que as casas da câmara mais antigas privilegiavam a existência de escadas exteriores. É o que se passa nas tão antigas casas da câmara de Castelo de Vide e de Óbidos [Fig.^a 466] (a ser verdade a função histórica que a tradição local atribui a estas duas casas), aparentemente ambas datáveis de fins do século XIV ou de inícios do século seguinte – e que já encontrámos atrás, erguidas sobre passagens arqueadas daquelas respectivas vilas. Com efeito, ambas as casas, de dimensões muito modestas, são providas de pequenas e muito vernáculas escadas de acesso aos respectivos pisos nobres.

As escadas das antigas casas da câmara, estruturadas num ou mais lances de configuração variada, conduzem praticamente sempre a uma varanda exterior, maior ou menor, outrora quase sempre alpendrada. Percebem-se as vantagens desta escadaria alpendrada: protegida por um *coberto* mais ou menos monumentalizado, não só abrigava como embelezava e até dignificava o acesso ao piso nobre da casa da câmara. Além disso, proporcionava, com os seus eventuais patamares e a sua varanda mais ou menos elevada, uma excelente tribuna para as proclamações e a divulgação de notícias, informações, posturas, avisos de toda a natureza e até a publicitação anual das listas resultantes das aberturas dos pelouros.

Localizadas na fachada principal ou numa fachada lateral, centradas ou descentradas na fachada a que se apõem, simétricas ou assimétricas, regulares ou irregulares, mais vernáculas ou mais eruditas, as escadas exteriores das antigas casas da câmara portuguesas são um indicador, uma via excelente para uma melhor aproximação à arquitectura portuguesa “civil”, residencial e mesmo “cívica”, no tempo longo contemplado neste estudo. Recensearemos em seguida casos relevantes e particularmente típicos relacionados com a localização, a estrutura e a composição das escadas das velhas casas da câmara portuguesas.

10.3.3.1 – Localização das escadas

Normalmente as escadas localizam-se nas fachadas principais das casas da câmara. Os exemplos abundam, pelo que reteremos apenas três exemplos, proporcionados pelas escadarias das casas da câmara de Cabeceiras de Basto, de Vila do Conde e de Quintela-Lapa (Sernancelhe) [Fig.^a 467], em todos os casos localizadas bem no centro das respectivas fachadas. Porém, por motivos de ordem prática, por falta de espaço na rua ou na praça em que se localiza a fachada principal, por características do relevo, por especificidades do espaço de implantação, pelo próprio peso da tradição e dos costumes locais ou até por motivos estéticos, a escada pode implantar-se ou ser relegada para uma fachada lateral ou mesmo para a fachada posterior do edifício. É o que se verifica na casa da câmara de Carrazeda de Ansiães (1737), cuja escada monumental se localiza na respectiva fachada lateral, por manifesta falta de espaço na importante rua que serve a fachada do mesmo [Fig.^a 468]. Verifica-se, assim, que este edifício tão actualizado mantém uma escadaria quase arcaica na sua fachada lateral, que contrasta em absoluto, pelo seu desenho tão tradicional, pelas suas guardas maciças tão arcaicas e pela sua própria inclinação, com o carácter

vanguardista do extraordinário conjunto barroco a que pertence, constituído pela casa da câmara (e em particular pela sua fachada principal), pela fonte, pelo pelourinho e pelo próprio arranjo urbanístico global, único entre nós e que felizmente se conserva intacto. O mesmo contraste se nota nas escadas, de composição igualmente arcaizante, das casas da câmara joaninas de Mafra, de Favaio (Alijó) e de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) e na pombalina de Pombal ou da Golegã, adiante discutidas.

A existência ou mesmo a conservação de escadarias arcaizantes apostas às fachadas laterais de casas da câmara actualizadas ou mesmo parcialmente reconstruídas pode justificar-te provavelmente por respeito à sua primitiva localização, como parece acontecer nas monumentais casas da câmara de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), reconstruída na época de D. João V [Fig.^a 469], ou de Grândola [Fig.^a 470], reconstruída na Época Pombalina. Nos dois casos as vistosas fachadas principais dos edifícios contrastam em absoluto com a modéstia, a lateralidade e o arcaísmo das escadarias de acesso aos respectivos pisos nobres. O mesmo parece passar-se com a localização, também numa fachada lateral, das escadarias monumentais da casa da câmara tardo-seiscentista de Castelo de Vide.

Enfim, visando vencer as inclinações do terreno de implantação dos respectivos edifícios, também apresentam escadarias nas fachadas laterais casas da câmara como a quinhentista da Muxagata, a de Ucanha (hoje no Concelho de Tarouca; datável da primeira metade do século XVIII) ou as de Valença do Douro e de Fornos de Algodres (ambas de c. 1820)¹¹⁷. Esta localização tão insólita das escadas proporciona por vezes efeitos do maior pitoresco às fachadas a que aquelas se encostam, de que são exemplo os lances desalinhados e desiguais que dão acesso à casa da câmara de Silves, a que se acede por uma escadaria de desenho de uma qualidade quase escultórica [Fig.^a 471] ou as altíssimas e vertiginosas escadas de Marvão – cujos lances, de inclinação quase abismática, não conduzem, curiosamente, a nenhum patamar [Fig.^a 472] – ou, enfim, as escadas quase rasantes implantadas na pequenina fachada lateral da *casa* de Ermelo (Mondim de Basto) [Fig.^a 473].

¹¹⁷ A existência de escada adossada às fachadas laterais verifica-se no país inteiro. Pense-se nas escadas da modesta casa da câmara de Barcos (Tabuaço) ou, no centro do país, nas casas da câmara de Monte Real (Leiria), da Golegã ou de Ulme (Chamusca), todas elas excelentes exemplos desta localização.

10.3.3.2 – Escadarias vernáculas

A composição de escada talvez mais comum ou, pelo menos, mais antiga é proporcionada por aquelas que, compostas normalmente de um único lance, se apõem, se *encostam* simples e como que parasitariamente à fachada a que pertencem e que servem. Foi isso que naturalmente aconteceu na casa da câmara de Bragança quando, em data que ignoramos, mas que deve ter sido muito antiga, se rasgou uma porta com arco quebrado na fachada voltada à pequena praça fronteira e se construiu a pequena escada que Joaquim de Vasconcelos ainda viu [Fig.^a 474]. Trata-se de uma escadaria muito modesta, constituída por um único lance que conduz à pequena varanda cimeira que dá acesso à porta da nova sala da audiência, a seu tempo adaptada no velho edifício, como veremos. Desprovida de qualquer monumentalidade, a pequenez do conjunto e o reduzido número de degraus dispensaram a construção de qualquer tipo de guardas, o que, associado ao seu aparelho tão irregular (e aparentemente nunca rebocado), dá a esta escadaria e à sua varanda uma rusticidade rara no âmbito da nossa arquitectura concelhia.

Escadarias igualmente muito rústicas – localizadas na fachada principal ou na fachada lateral da casa da câmara – são as das modestas *casas* de Ervedosa ou de Vilar Seco de Lomba (ambas hoje no Concelho de Vinhais), de Gostei (Bragança) [Fig.^a 475] e de Rebordãos (hoje muito refeita, no decurso de obras muito mal aconselhadas) [Fig.^a 476]. Escadas semelhantes se encontram em casas da câmara do Interior Beirão, como nas de Fonte Arcada (Sernancelhe), Leomil (Moimenta da Beira), Barco (Tabuaço), Couto do Mosteiro (Santa Comba Dão) e na de Melo (Gouveia), hoje demolida para alargar a rua em que se localizava; restituída num desenho de um curioso local [Fig.^a 477]. Também as casas da câmara de Trancoso, de Marialva, da Muxagata (Vila Nova de Foz Côa) ou de Idanha a Velha (Idanha a Nova) [Fig.^a 478] – todas elas de origem quinhentista ou mesmo anterior (como a de Melo), e quase todas elas muito vernáculas – apresentavam escadarias semelhantes, por vezes protegidas por guardas maciças de uma rusticidade extrema mas de uma bravura arquitectónica que merece registo, como acontecia nas guardas da Muxagata (Vila Nova de Foz Côa) e sobretudo em Trancoso [Fig.^a 479]. No Sul, registe-se a muito modesta escadaria também adossada da casa da câmara de Cabeço de Vide (Fronteira), a que o reboco e a caiação tão vernáculas com que são tratadas a caixa da escada e as respectivas guardas dão um encanto particular.

Respeitando a mesma tipologia de escada de um ou mais lances contíguos, adossada à fachada do edifício, merecem registo, porém, outras escadarias, coetâneas de muitas das

acima referidas, mas muito mais aparatosas, elaboradas e mesmo sumptuosas. Era o caso da escada exterior, excepcionalmente inclinada que, no Arco de Almedina, sobreposta ao arco que abre para o interior da cidade [Fig.^a 480], de há muito dá acesso ao piso nobre da casa da câmara de Coimbra. Esta escada era outrora certamente alpendrada, assim abrigando das intempéries os juízes, os oficiais camarários e o povo comum que aí se dirigia para as audiências, a cuja ampla sala aquela escada conduzia directamente¹¹⁸.

Escadarias relevantes e monumentais eram igualmente proporcionadas pelas casas da câmara manuelinas de Vila Flor (hoje refeita) e de Freixo de Espada à Cinta (hoje perdida) ou pela tardo-manuelina casa da câmara de Vila do Conde [Fig.^a 481], quase coetânea e na prática em tudo semelhante à escada da casa da câmara de Setúbal, cuja construção foi contratada em 1526, como já sabemos¹¹⁹.

A escada quinhentista de Setúbal arrancava de um patamar térreo, o “**tauoleiro de huum bom palmo d alto**” que “tera de larguo doze palmos”. Determinava-se no contrato que

“deste tauoleiro Comecara **huuma escada** pera sereuemtya das Casas de cima a quall sera de **pedrarya e tera de larguo hoyto palmos** não Comtamdo o maynell¹²⁰, e os **degraos** serem de **buçell**¹²¹ e **teram de larguo huum palmo e meyo E d alto huum bom couto**¹²² aberto [...] e nesta ordenamça se Fara **ate o amdar dos sobrados de çyma** que vam ordenados em **vymte sete palmos d alto**”.

Prevê-se que

“**Em çima avera huum tauoleiro** de dez palmos e meyo de larguo e de comprido treze,, E estes palmos *que* tem de mais largura do *que* he a escada serão de **sacada sobre huuns cães de pedra asemados de palmo a palmo** e sera **lageado per çyma** Com seu **peytorill a Roda de quatro pallmos e meyo d alto e huum palmo de groso**, E **avera por cyma huum bucell groso e huma Nacela**¹²³, **com seus alistens** [?]”¹²⁴ **per a parte de Fora** E da mesma maneira Fara o **mainell da dicta escada e sera de tres palmos e meyo d alto**”.

¹¹⁸ Ignoramos o esquema de acesso exterior à torre na Época Medieval. A escada actual, provavelmente de origem pré-quinhentista dá acesso, desde a sua origem, à sala da audiência. A partir desta, uma escada interior, cavada no próprio corpo das muralhas, contorna a torre e dá acesso à galeria cimeira que rodeia quase integralmente a Sala do *Senado*, no piso cimeiro da torre.

¹¹⁹ IAN-TT / *Núcleo Antigo*, Doc. 815 - Conjunto documental relativo à construção da Casa da Câmara de Setúbal e instalações anexas, composto entre outros, do “Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; ano de 1526” (Ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 20).

¹²⁰ Mainel: “(...) Corrimão de uma escada”, Maria João Madeira Rodrigues (Coord.), *Ob. Cit.*, p. 178.

¹²¹ Bocel (do Esp. Bocel): “Membro redondo, que forma a base das colunas”; “Moldura em meia cana, que as peças [de artilharia] de bronze têm no primeiro reforço”, A. de Morais e Silva, *Grande Dicionário da Língua...*, Vol. II, p. 531; Bocel: “Moldura em meia-cana, estreita, que circunda a parte inferior da coluna; bastão; toro”, Maria João Madeira Rodrigues (Coord.), *Ob. Cit.*, p. 63

¹²² Couto (Açor.) “Medida que tem por base a largura de uma mão fechada, pouco mais de um decímetro”; “Certa medida antiga, provavelmente o mesmo que *côvado*”, A. de Morais e Silva, *Grande Dicionário da Língua...*, Vol. III, p. 646

¹²³ Nacela, (do Francês *Nacelle*): “O mesmo que escócia; Moldura côncava na base de uma coluna”, Id., *Ibidem*, Vol. VII, p. 149.

¹²⁴ Alistão, “Pedra faceada e esquadriada para cantaria, Id., *Ibidem*, Vol. II; “(...) o mesmo que silhar”, Maria João Madeira Rodrigues (Coord.), *Ob. Cit.*, p. 24.

Para segurança das guardas da escada (o mainell” acabado de referir) determinava-se no contrato que **“as Juntas da pedraria deste mainell e peytorill da escada serem emgataadas com gatos de ferro ou de cobre os quaaes lhe serem dados E o dicto empreyteiro hos asemtara”**. Enfim, determinava-se que

“este tauoleiro [*superior*] sera asemtado sobre dous arcos de pedraria chamFrados huum de fora e outro de demtro do Alpemdre e serem da gramdura que poderem caber de baixo do tauoLeiro, e ha mais largura damtre arco e arco sera de tyJolo”.

No *Contrato* especificam-se naturalmente os custos previstos para a escada. Consideremos apenas os custos relativos aos “dous arcos do tauoleiro da escada” (no valor de “tres mjll rreaes por cada huum”) e sobretudo a especificação de que aqueles dois arcos, em tudo semelhantes aos da escada e do *pórtico* de Vila do Conde, atrás referido “averam **Suas unhas de baixo com suas çimalhas domde movem as voltas**”, embora em Setúbal aquelas arcadas tivessem o “seu poyall laJeado da maneira dos outros”.

Enfim, a escada quinhentista de Setúbal respeitava a tão vernácula tipologia de escadaria de lances uni-direccionais encostados às fachadas. Dada a sua simplicidade construtiva e as suas vantagens práticas, esta tipologia de escadaria continuará a ser utilizada nos séculos seguintes em escadas de casas da câmara muito mais tardias como as de Santa Marinha (Seia), da Bemposta (Oliveira de Azeméis), de Fermedo (Tarouca) ou, no Sul, na de Gáfete (Crato; esta com dois lances contíguos, separados por um pequeno patamar intermédio) [Fig.^a 482] ou na de Terena (Alandroal) [ver atrás Fig.^a 433].

As escadas adossadas às fachadas das casas da câmara, num ou dois lances, podem ser descontínuas, proporcionando escadas cujos lances formam ângulos muito amplos e irregulares, como em Castelo Novo (Fundão) [Fig.^a 483]. Estes lances podem mesmo formar ângulos rectos, como em Alijó [Fig.^a 484], no Cadaval, em Palmela ou em Entradas (Castro Verde) [Ver atrás Fig.^a 432], onde a escada tem um pequeno lance encostado à fachada, para depois se desenvolver num segundo, perpendicular àquele, aqui adossado a um corpo construído em que (tal como em Palmela) se apoia o campanário com o sino da câmara¹²⁵. Também a casa da câmara de Castelo Branco ostenta uma escadaria de dois lances, perpendiculares entre si, assim notados numa *Vistoria* feita em 1866:

“a serventia para o Paço do Concelho é por uma **escadaria de pedra descoberta e exterior de dois lances, começando na Praça com direcção do Poente ao Nascente; no cimo do primeiro**

¹²⁵ A casa da câmara manuelina da Redinha (Pombal) apresenta uma variante muito interessante deste modelo. Os seus dois lances, também perpendiculares entre si, dão acesso a um patamar cimeiro muito desenvolvido por onde se acede ao edifício [Ver adiante Fig.^a 519]. A casa da câmara de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira), reconstruída na Época Pombalina, proporciona outro exemplo clássico de escadaria de dois lances perpendiculares, ligados por um patamar intermédio e conduzindo a um patamar cimeiro.

lance está o primeiro patamal [sic] e aí a porta da entrada da Casa do Carcereiro; d'esse patamal sobe o segundo lance da escada na direcção do Norte ao Sul, ficando ao cimo uma varanda descoberta que dá entrada para a casa do antigo Tribunal Judicial, e para as Cadeias superiores¹²⁶.

Uma segunda geração de escadas adossadas às fachadas, mais complexas e normalmente mais tardias, é proporcionada pelas escadarias em vários lances adjacentes mas com direcções contrastantes. Exemplos excelentes são proporcionados pelas escadarias das casas da câmara joanina de Mafra e da pombalina de Pombal. Mais recente, a escadaria de Pombal é constituída por dois lances de orientações opostas, separados por um patamar intermédio comum. A sua inclinação muito acentuada e as suas guardas em pedra dão um ar muito arcaizante a esta escadaria [Fig.^a 485]. Um pouco mais antiga, a escadaria de Mafra é muito semelhante, embora algo mais complexa. Culmina num patamar, cimeiro e amplo, contíguo a uma varanda muito desenvolvida e profunda, cuja largura coincide com a da fachada a que pertence. Esta varanda dá acesso à única porta de acesso ao piso nobre do edifício [Fig.^a 486]. Desse primeiro patamar desce um primeiro lance que partilha com o segundo e último lance (contíguo ao primeiro, mas de sentido inverso, como em Pombal) um patamar intermédio. Paralelamente às dimensões muito generosas quer da varanda cimeira, quer dos patamares, quer dos lances de escada, cumpre realçar a inclinação muito subtil e ao mesmo tempo muito vernácula dos dois lances desta escada, bem como as soberbas guardas da mesma, que, tal como as da varanda, são realizadas em alvenaria devidamente rebocada e caiada, embora sublinhadas no seu topo pelo competente remate de pedra. Lançada a pleno céu aberto, o jogo de formas e volumes desta escadaria tem uma muito rara qualidade plástica [Fig.^a 487]¹²⁷ que, em matéria de arquitectura concelhia, só tem paralelo nas pompas barrocas da escadaria, também a céu aberto, da casa da câmara de Castelo de Vide, adiante discutidas.

10.3.3.3 – Escadarias de inspiração erudita

Se a prodigiosa escadaria de Mafra decorre, pela estrutura, pelo desenho e até pelos materiais utilizados, de uma praxis construtiva de um vernáculo sem mancha, muitas casas da câmara apresentam escadas que, tendo uma composição mais simples ou mais complexa,

¹²⁶ *Auto de Vistoria* feita à casa da câmara por dois peritos...; Castelo Branco, 28-5-1866 in IAN/TT – *Ministério do Reino*... Maço 3138 (Ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 26).

¹²⁷ A escadaria monumental da casa da câmara de Mafra não merece o agressivo, desgracioso e “ruidoso” mobiliário urbano – candeeiros e muretes fronteiros – montados ou construídos no âmbito do recente e, neste aspecto, muito mal aconselhado arranjo urbanístico da praça circundante.

decorrem de uma preocupação compositiva mais rebuscada, mais reflectida ou mesmo de uma influência mais erudita. Esta começa por se afirmar pela opção por escadarias com um ou mais lances contíguos implantadas *perpendicularmente* à fachada da casa da câmara. Um exemplo de muito provável origem manuelina, embora posteriormente muito alterado, é proporcionado pela casa da câmara de Ribeira de Pena [Fig.^a 488], em que a escadaria dá acesso a uma pequena varanda alpendrada para a qual abrem, como já vimos atrás, as duas portas relativas às duas funções canonicamente instaladas no piso nobre do edifício. Bastante parecida é escadaria que serve a casa da câmara provavelmente setecentista de Óvoa (Santa Comba Dão) [Fig.^a 489]. Também aqui uma escada de apenas um lance, com a sua pequena varanda cimeira, está lançada perpendicularmente à simpática fachada principal do edifício. O mesmo se passa com a escadaria da casa da câmara de S. João do Monte (Tondela) [Fig.^a 490], que apresenta uma fachada praticamente idêntica, com o seu lance de escadas perpendicular à fachada e com a sua varanda, aqui mais elevada, mais desenvolvida e protegida com pesadíssimas guardas maciças de pedra.

A relativamente vizinha casa da câmara de Avô (Oliveira do Hospital) apresenta também uma escadaria semelhante, mas aqui servida por um alpendre muito característico [Fig.^a 491]. Um único lance de escadas dá acesso à varanda que serve (também aqui) as duas portas de acesso ao piso nobre. Porém, as guardas de pedra maciça da escada e da varanda dão uma grande intensidade à fachada, efeito acentuado pelos muito sólidos esteios em que se apoia o alpendre que cobre a varanda, que emprestam um aspecto simultaneamente rústico e solarengo a esta belíssima casa da câmara, também recente e lamentavelmente privada do seu reboco e respectiva caiação.

No actual Distrito do Porto, a casa da câmara de Sobrosa (Paredes) apresenta uma escadaria semelhante, dando também acesso a uma pequena varanda alpendrada. Muito mais interessante é, porém, a vizinha casa da câmara da antiga *Honra* de Baltar (hoje integrada também no moderno Concelho de Paredes), que apresenta uma escadaria muito mais complexa, composta por dois lances de escadas contíguos e também perpendiculares à fachada a que dão acesso [Fig.^a 492]. O lance superior conduz a um patamar cimeiro, protegido por um alpendre apoiado em dois esteios fronteiros que aqui, à maneira de pseudo-colunas rústicas, sustentam uma espécie de muito pesado entablamento. Porém, o lance cimeiro desta escadaria conduz a um patamar intermédio de forma circular. Acede-se a este patamar intermédio, de desenho tão singular, por um lance inferior de seis degraus também circulares, concêntricos e de dimensões progressivamente maiores [Fig.^a 493], constituindo o conjunto uma composição cremos que muito rara se não única no âmbito das

escadarias barrocas portuguesas. Enfim, as pesadas guardas maciças que protegem o patamar e o lance superiores terminam em dois enfáticos jogos de volutas que se abrem para o patamar circular. O desenho muito denso e o tratamento bastante tosco das guardas e do seu tão barroquizante remate em volutas acentuam o cunho inegavelmente ingénuo desta escadaria que, muito longe de quaisquer experimentalismos, se assume descomplexadamente como uma apropriação portuguesíssima e garridamente popular de óbvios modelos eruditos¹²⁸.

Ora, estes modelos insinuam-se mais intensamente na própria composição de uma série de escadarias de casas da câmara mais actualizadas e mais dependentes de modelos tratadísticos. Estes eram veiculados nomeadamente pelos agentes do poder central, sobretudo por engenheiros militares e juristas, uns e outros detentores de sólida formação e informação técnica, mas detentores também de uma igualmente sólida cultura clássica. A adopção voluntária e por vezes obstinada de modelos arquitectónicos eruditos é certamente obra da vontade de modernização e de “normativização”, ou melhor, de uma uniformização imposta por Corregedores e Juizes de Fora. Com efeito, estes eram de há muito formados no contexto de uma cultura clássica de inspiração italiana (e sobretudo romana), cuja influência se acentua e intensifica na época de D. João V, triunfa abertamente na época de D. José I e culmina na reforma pombalina da Universidade de Coimbra. É então que, numa nova conjuntura de gosto saturada de Neo-Classicismo e dos seus princípios, os valores do Direito Romano – a par dos valores e modelos da tratadística arquitectónica triunfante – vão afirmar-se definitivamente, passando a modelar e a inspirar algo utopicamente os agentes que o poder central vai colocar estrategicamente nas mais diversas comarcas e nos principais concelhos do Reino, das Ilhas e do próprio Império. Da renovação operada na paisagem concelhia portuguesa nesse tempo longo que perpassa pelos reinados de D. João V, de D. José e de D. Maria I chegaram-nos muito sinais, a começar pela discreta mas eficiente reforma feita no plano administrativo do Reino, com a criação e a própria deslocação da cabeça de concelhos antigos e com a intensificação do processo de criação de Juizes de Fora. Mas a renovação da paisagem concelhia passa também pelas obras concelhias sugeridas, inspiradas ou impostas por aqueles agentes – Corregedores e Juizes de Fora – ao serviço do bom governo, da eficiência e da actualização administrativa, económica e social (mas também cultural!) do Reino. É neste contexto extremamente renovador (que prossegue

¹²⁸ Tratadas em alvenaria, em pedra ou em ferro batido, as guardas das escadarias e das varandas das antigas casas da câmara portuguesas, desde as mais vernáculas às mais eruditas, merecem uma abordagem mais sistematizada, impossível de levar a cabo no âmbito do presente estudo.

até ao fim do Antigo Regime) que surgem novos edifícios e mesmo novas estruturas e equipamentos concelhios, implantados em núcleos urbanos novos ou reformulados de acordo com planos muito inovadores e muito informados teóricamente.

Já atrás vimos o caso paradigmático e pioneiro do centro cívico barroco criado em torno e face à casa da câmara de Carrazeda de Ansiães, (concelho criado em 1734, a partir da deslocação da cabeça do muito antigo concelho medieval de Ansiães, então extinto), assim como os notabilíssimos complexos concelhios impostos pelo Iluminismo em Ponte da Barca (casa da câmara, alpendres e pelourinho) ou em S. João da Pesqueira (praça, casa da câmara, alpendres e torre do relógio). Ora, a vontade de actualização e de cosmopolitismo, que passa pela emulação, transposição e cópia de modelos exteriores, sobretudo romanos, nota-se nos próprios planos arquitectónicos das casas da câmara e detecta-se com uma intensidade muito especial nas suas fachadas e, muito em particular, na própria implantação e composição das suas escadarias exteriores.

As escadarias, tendo em conta o seu papel funcional, formal e arquitectónico, vêm então reforçado o seu papel simbólico de acesso, passagem e ascensão para a casa da câmara, isto é, para a casa do concelho, a casa de todos. A nova casa da câmara, muitas vezes com as suas escadarias monumentais e arquitectonicamente actualizadas, será a sede de um utópico *Senado da Câmara* cujos magistrados e agentes – em perfeita identidade com o príncipe que tudo manda mas também com os povos de que procedem, que representam e que servem – se reclamam do bem comum de todos, do bem-estar dos Povos e do bom governo da República. Assumidamente auto-investidos em autênticos *senadores* de um poder utópico e iluminado que voluntária e obstinadamente exorciza o mal (os inimigos do Reino e do príncipe ou mesmo os eventuais atrasos, isolamentos e carências locais, que urge remediar), são os sacerdotes, ou melhor, os agentes laicos de um *Senado* novo, ao serviço da República, do Príncipe e dos Povos. Um pouco por toda a parte, Corregedores e Juizes de Fora (mas também juizes ordinários, vereadores e demais oficiais camarários) se instituem em autênticos *senadores* de um *tempo novo, esclarecido e iluminado*, que só se sentem diferentes dos verdadeiros senadores romanos por terem substituído a toga romana pela casaca bordada e os eventuais louros pela cabeleira empoada que tão garbosamente ostentam. Em suma, estes novos agentes revêem-se radicalmente na sua formação classicista, no seu carácter de missão ao serviço do Rei e dos Povos, na dignidade irredutível dos cargos e no significado para eles quase transcendente dos símbolos do poder de que estão investidos e, antes de mais, no valor simbólico da própria casa da câmara que – como

autêntica *cúria* que querem que seja – se quer funcional, higiénica e salubre mas que também querem devidamente dignificada arquitectónica e decorativamente.

O regresso das escadas exteriores às fachadas das casas da câmara da Época Barroca e das Épocas Pombalina e Pós-Pombalina é um sinal de exteriorização e de exibição dos poderes que ciclicamente nelas se cruzam e coabitam – o poder local e uma extensão do poder central. Mas as grandes escadarias tardo-barrocas são também um exuberante monumento à integração e à interacção urbana e à dignificação arquitectónica das casas da câmara, do poder que nelas se abriga e da própria autoridade dos agentes que nelas actuam.

Assim, para lá das escadarias, já atrás referidas, de um ou mais lances contíguos, adossados ou perpendiculares às fachadas, há que considerar a existência de escadarias mais complexas, com *dois ou mais lances*, totalmente independentes e *paralelos entre si*, face a outras escadarias, muito mais comuns, cujos lances se *desenvolvem em direcções opostas*. Exemplos excelentes destas variantes, de nítida inspiração erudita, são proporcionados pelas mais antigas casas da câmara açoreanas, todas elas construídas numa época em que, por todo o Reino, se ensaiavam já propostas arquitectónicas influenciadas pelos modelos renascentistas ou tardo-renascentistas.

A casa da câmara perdida de Lajes do Pico (Ilha do Pico), apesar da sua aparente rusticidade, tinha uma fachada muito interessante [Fig.^a 494], na qual se inseria uma raríssima *escadaria dupla, formada por dois lances paralelos e independentes*, implantados em cada extremo da fachada, que conduziam a uma ampla varanda alpendrada comum.

A casa da câmara quinhentista de Angra (demolida no princípio do século XVII), proporcionava uma variante mais comum e igualmente muito interessante, de escadaria constituída por dois lances simétricos e divergentes, a partir de um patamar cimeiro comum. Desta casa da câmara, a ter em conta a representação gráfica proposta por Linschotten (de cerca de 1593-95¹²⁹) [Fig.^a 495], chegou-nos uma réplica terceirense perfeita, proporcionada pela casa da câmara da Praia, com a sua “escadaria dupla e simétrica, convergindo os dois lances num alpendre”, como notou José Manuel Fernandes¹³⁰. Porém, ao contrário deste autor, que considera que a primitiva casa da câmara de Angra se construiu “seguindo provavelmente o modelo observável na actual Câmara da Praia”¹³¹, pensamos que se terá passado o contrário, tendo a primitiva casa da câmara de Angra inspirado a da Praia. Esta,

¹²⁹ Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, CNCDP, Lisboa, 1977.

¹³⁰ José Manuel Fernandes, *Angra do Heroísmo – Aspectos Urbano-Arquitectónicos*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008, p. 24.

¹³¹ Id., *Ibidem*, p. 24.

datável de cerca de 1540¹³², e apesar de algumas alterações entretanto sofridas, permanecerá pois como o exemplo insular – e mesmo português – mais antigo da *escadaria de dois lances opostos e simétricos* [Fig.^a 496], inaugurando assim entre nós um modelo que se repetirá e declinará noutras casas da câmara açoreanas e continentais embora com variantes por vezes muito complexas, como veremos. No Continente registe-se a casa da câmara de Aguiar de Sousa (hoje Paredes), muito mais tardia, pois aparentemente remonta ao Reinado de D. João V [Fig.^a 497]. Esta escadaria apresenta uma variante importante, pois, tal como a da vila da Praia, integra sob o patamar cimeiro o acesso alpendrado para as cadeias e demais dependências do piso térreo do enorme edifício – modelo repetido integralmente na escadaria da antiga e monumental casa da câmara de Cabeceiras de Basto [Fig.^a 498], aparentemente também joanina.

Uma variante a este modelo de dois lances opostos e simétricos mas convergentes num patamar cimeiro comum é proporcionada pelas escadarias cujos lances laterais dão acesso a uma vasta varanda central. É o caso da escadaria da casa da câmara de Pinhel (1734) [Fig.^a 499], que está implantada na fachada principal do edifício, voltada para o interior daquela então vila. Esta escadaria inaugura na região, que saibamos, a escadaria de dois lances simétricos, convergentes numa relativamente vasta varanda alpendrada comum. Escadarias deste tipo são muito raras nas casas da câmara portuguesas. O exemplo mais complexo é proporcionado pela escadaria da casa da câmara seiscentista de Angra [Fig.^a 500], em que dois lances laterais de escadas convergem para uma varanda larguíssima, adiante analisada.

A escadaria de dois lances opostos e simétricos e convergentes num patamar ou numa ampla varanda cimeira comum apresenta uma variante muito interessante, proporcionada por aquelas cujos lances laterais se desdobram e articulam em sub-lances de modo a formarem ângulo recto entre si. A escadaria de Palmela (provavelmente coetânea da seiscentista de Angra) proporciona um exemplo muito interessante [Fig.^a 501]. Também

¹³² Com efeito, foi nesta data que “o Corregedor Jerónimo Luís *o Mau* mandou que o Donatário Antão Martins da Câmara fizesse construir à sua custa a cadeia noutro lugar. Tudo passou então para a actual Praça de 11 de Agosto, onde não chegava o mar”, Vitorino Nemésio (Org.), *Memorial da Muito Notável Vila da Praia da Vitória no Centenário da Acção de 11 de Agosto de 1829*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1929; Prefácio, Direcção e Coordenação da reimpresão, refundida e aumentada, de Eduardo Ferraz da Rosa, Edição da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Praia da Vitória, 2002, p. 27.

Consideramos que a cadeia da Praia em construção em 1540 era a antepassada directa da casa da câmara actual, tendo em conta a sua localização (coincidente com a actual) e a própria *tipologia de casa da câmara*, atrás restituída, pois, na esmagadora maioria dos casos a cadeia concelhia local ocupava o piso térreo da casa da câmara. Era, com efeito, o que se passava na vizinha casa da câmara de Angra, a ter em conta as legendas do famoso desenho oitocentista e era o que se passava na própria casa da câmara da Praia, que ainda tinha as grades da respectiva cadeia na época da primeira edição do *Memorial* de Vitorino Nemésio (1929), a ter em conta a respectiva fotografia, acima reproduzida.

aqui os dois lances laterais da respectiva escadaria monumental convergem numa larguíssima varanda, apoiada em arquetes muito elegantes, como já sabemos. Porém, os lances laterais de Palmela são “quebrados”, isto é, são constituídos por dois sub-lances orientados perpendicularmente entre si e ligados por patamares intermédios. Assim, os lances cimeiros são adjacentes à fachada da casa da câmara, enquanto os lances inferiores se orientam perpendicularmente àqueles, avançando para a praça fronteira.

Uma variante mais simples deste modelo é proporcionada pela escadaria de Ponta Delgada [Fig.^a 502]. Também aqui se acede ao seu patamar cimeiro (onde se abre a porta para o andar nobre) através de dois jogos de escadas rigorosamente simétricos, cada um constituído por dois lances perpendiculares, ligados entre si por patamares intermédios, em que os lances superiores são adossados à fachada e os inferiores avançam perpendicularmente àqueles, para a praça pública. Um exemplo muito semelhante ao de Ponta Delgada, menos monumental mas igualmente muito qualificado e elegante, é proporcionado pelas escadarias das casas da câmara da Ribeira Grande¹³³ e de Vila Franca do Campo (Ilha de S. Miguel) [Fig.^a 503], bem como das da *casa* pombalina de Porto Santo (Madeira) [Fig.^a 504]. Todas elas apresentam escadarias de tipologia muito semelhante, sempre com lances fundeiros perpendiculares às fachadas.

A escadaria monumental da casa da câmara pombalina de Almada, coetânea da de Porto Santo, é muito mais complexa. Localizada no eixo da fachada [Fig.^a 505], é igualmente composta por dois grupos de lances simétricos que arrancam de um patamar térreo comum, divergindo para formarem patamares laterais intermédios, após o que convergem novamente para atingirem um patamar cimeiro, novamente comum, por onde se faz o acesso ao piso nobre do edifício. Como se vê, cada grupo é composto por dois lances ligados por um patamar intermédio comum, mas de direcções contrastantes. Este modelo fora já utilizado na sumptuosa escadaria monumental da casa da câmara de Campo Maior, onde foi realizado com assinaláveis requintes de execução [Fig.^a 506].

As escadarias monumentais de Campo Maior e Almada são objectos arquitectónicos verdadeiramente memoráveis, pelo que suscitam algumas considerações. Com efeito, nestas duas escadarias merecem reparo as respectivas guardas que, apoiadas em sólidos e muito

¹³³ Gaspar Frutuoso conta-nos uma proeza ocorrida na escadaria da casa da câmara da Ribeira Grande: “António Barradas, um dos melhores cavaleiros desta ilha, tão destro que parecia que nasceu sobre um cavalo, em que **fazia muitas coisas notáveis, entre as quais foi subir a cavalo por quinze íngremes degraus, que sobem para a casa da audiência da vila da Ribeira Grande, onde era morador, e virando o cavalo em um estreito recebimento, tornava a descer por eles**” Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro 4, 1998, p. 64, citado por Mário Moura, *Ribeira Grande: Entender a Cidade*, Separata da Revista *Islenha*, N.º 26 – Janeiro-Junho de 2000; Edição Museu da Ribeira Grande, Ribeira Grande, 2000, p. 51.

correctos balaústres, localizados nos extremos dos lances e dos patamares (e também como reforço no meio da guarda lateral dos patamares de Almada), são realizadas não no lioz de Lisboa – usado em Almada – nem no mármore rosado – usado em Campo Maior – mas, nos dois casos, curiosamente em ferro batido. Motivo de reparo é também a área ocupada por estas escadarias, tendo em conta a largura generosa dos respectivos degraus. Nos dois casos a área disponibilizada para o pleno desenvolvimento das escadarias é muito vasta e muito projectada no sentido das praças fronteiras, amplificando assim generosamente o espaço de implantação das respectivas casas da câmara. Outro motivo de consideração relaciona-se com a forma e o próprio volume correspondente à estrutura em que assentam os lances inferiores e os patamares intermédios das duas escadarias, nos dois casos tratado em cantaria. Esta dupla estrutura divergente enquadra o espelho “losangular” do corpo central daquelas escadarias, onde se abrem as passagens abobadadas que dão acesso aos pisos térreos dos dois edifícios, mediante aberturas arqueadas de desenho muito correcto.

A estrutura destas escadarias – que não teriam réplica em mais nenhuma casa da câmara portuguesa no período em estudo¹³⁴ – levanta uma última questão: a da sua origem, ou melhor, a das fontes históricas do respectivo modelo. Estas encontram-se no engenhoso e aparatoso desenho da escadaria que Bramante concebeu (1505 e anos seguintes) para vencer o acentuado desnível entre o troço superior e o troço intermédio do *Cortile do Belvedere* [Fig.ª 507], no Vaticano – espaço renascentista privilegiado de criação e experimentação de alguns dos mais originais e mais afortunados tipos de escadarias monumentais¹³⁵.

Da análise da estrutura da referida escadaria de Bramante – que teve a maior fortuna na Época Barroca – deduz-se facilmente a sua variante principal, assente numa simplificação deste modelo, do qual se retomou apenas a metade superior. Assim se originou a escadaria de dois lances simétricos e convergentes num patamar cimeiro comum, que víramos aplicar tão pioneiramente entre nós nas casas da câmara quinhentistas de Angra e da Praia, na Terceira. Derivada do modelo de Bramante, esta variante de escadaria é

¹³⁴ Ressalve-se a escadaria em tudo semelhante da casa da câmara pombalina de Mariana (Capitania de Minas, hoje no Estado de Minas Gerais), no Brasil, projectada em 1762 por José Pereira dos Santos “mestre pedreiro e arquitecto (...), natural da freguesia de São Salvador de Grijó, comarca e bispado do Porto”, Paulo Thedim Barreto, “Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana”, *Revista do Património Histórico...*; n.º 16, p. 220. As obras desta casa da câmara apenas são arrematadas em 1784, Id, *Ibidem*, p.225. Ver ainda Paulo Thedim Barreto, “Casas de Câmara e Cadeia”, *Lug. Cit.*, n.º 11, pp. 9-195. Agradeço ao Professor Doutor Rafael Moreira a referência a este tão importante quanto tão raro e inacessível estudo.

¹³⁵ Para o Pátio do Belvedere do Vaticano ver, por exemplo, Ludwig H. Heydenreich e Wolfgang Lotz, *Arquitectura en Italia 1400-1600*, Manuales Arte Catedra, Madrid, 1991, pp. 243-250; ilustração na p. 246. Ver ainda, para a génese das escadarias do Belvedere e das do Palácio do Senador no Capitólio, Spiro Kostof, *The City Shaped – Urban Patterns...*, p. 229.

ensaiada e materializada na sua formulação talvez mais feliz na escadaria monumental que Miguel Ângelo começou por impor ao *Palazzo del Senatore* no Capitólio¹³⁶ que, de há muito erguido sobre o *Tabularium* do Forum Romano, abrigava desde a Alta Idade Média a verdadeira “casa da câmara” de Roma [Fig.^a 508].

Como sabemos, esta escadaria foi a primeira componente efectivamente construída, pouco depois de 1544, no contexto da refeitura integral da fachada do velho palácio, empreendida por Miguel Ângelo a partir daquela data. Ora, aquela escadaria monumental foi pioneira e oportunamente replicada entre nós, embora em versões muito mais simplificadas. Devemos notar, no entanto, que na casa da câmara seiscentista de Angra a emulação da escadaria nobre do Palácio do Senador de Roma implicou não só a existência de dois lances simétricos de escadas como a própria projecção de dois *chafarizes* iguais! Com efeito, estes, embora de desenho muito simples, estavam apostos aos corpos dos dois lances simétricos de escadas que davam acesso ao piso nobre da *casa* de Angra [Fig.^a 509]. Devemos notar ainda que, apesar da existência de algumas fontes monumentais apostas às fachadas de algumas

¹³⁶ No Capitólio, a partir de 1144 – ano da consagração do novo coro da Abadia de S. Denis e da revolta do povo de Roma contra o prefeito e os juízes designados pela Igreja, com o assalto do Capitólio, como nota Spiro Kostof. Este autor informa-nos de que “a fortaleza instalada nas ruínas do *Tabularium*, o antigo edifício dos arquivos, estava sob a nova dignidade do governo popular. Assim, construiu-se apressadamente um grande palácio senatorial sobre aquele lugar. Foi o antecessor do edifício que agora define a parte posterior da grande praça de Miguel Ângelo no Capitólio”, Spiro Kostof – *Historia de la Arquitectura* 2, Alianza Editorial, Madrid, 1988, p. 607.

A escadaria do *Palazzo del Senatore* apresenta também um patamar cimeiro muito desenvolvido do qual divergem os dois corpos laterais, embora aqui cada um com dois lances contíguos, separados por patamares novamente muito desenvolvidos, terminando aqueles lances em dois patamares laterais rasantes.

Deve notar-se ainda que a monumentalidade desta escadaria é acentuada por múltiplos factores, a começar pela diferente largura dos diversos lances e patamares (estes sensivelmente mais largos, bem como os lances laterais inferiores de escadas). A sua monumentalidade decorre também da solene inclinação dos lances de escadas, sublinhada pela teoria de balastradas que servem de guarda dos mesmos e respectivos patamares. Também o inédito programa decorativo e simbólico da escadaria contribui para a sua monumentalidade. Com efeito, aquele programa está materializado nas esculturas apostas nas faces frontais da escadaria, com as figurações da Cidade de Roma e dos Rios Tibre e Pó – aquela no grandioso nicho central, no centro do “espelho” frontal localizado sob o patamar superior; estes nos “espelhos” triangulares correspondentes aos dois lances de escada contíguos. Trata-se de personificações classicizantes, reabilitadas pelo Renascimento triunfante de velhos motivos decorativos e simbólicos que remontavam à Época Helenística – a que a presença simbólica das fontes que o programa decorativo também comporta dá a maior autenticidade expressiva.

Todas estas características dão à portentosa escadaria romana de Miguel Ângelo um valor arquitectónico ímpar, de uma plasticidade verdadeiramente escultórica, apenas comparável à que encontramos (embora por outras vias) na escadaria da *Biblioteca Laurenziana* de Florença. A monumentalidade rara da escadaria de Roma é amplificada, enfim, pelo poderoso impacto urbano da Praça do Capitólio e dos edifícios circundantes, que lhe emprestam um valor cénico esmagador, e cremos que único, na História da Arquitectura. Com efeito, “a reconstrução do Capitólio levada a cabo por Miguel Ângelo ocupa um lugar sem igual na história do urbanismo”, como consideram Ludwig H. Heydenreich e Wolfgang Lotz in *Arquitectura en Itália...*, p. 395.

Para a história e a análise da composição do Palácio do Senador e da Praça do Capitólio ver, entre outros, Edmund N. Bacon, *Design of Cities*, (1967) Thames and Hudson, 3.^a Edição, Revista, Londres, 1978, pp. 114-119. Sobre o Capitólio ver ainda Ludwig H. Heydenreich e Wolfgang Lotz, *Ob. Cit.*, pp. 390-395.

antigas casas da câmara portuguesas, nunca se repetiu entre nós o gesto radical proporcionado pelas duas fontes simétricas de Angra.

Apesar disso, merecem muito reparo algumas fontes monumentais apostas às fachadas de algumas casas da câmara. Assim, muito longe da erudição e mesmo das pretensões compositivas inerentes ao desenho e sobretudo à localização dos dois chafarizes inscritos na fachada da casa da câmara de Angra, note-se a belíssima fonte inserida no próprio corpo da fachada (datada de 1683) da casa da câmara de Viana do Alentejo [**Fig.^a 510**]. As bicas que servem o respectivo “pio” encontram-se num vão relativamente profundo, a que se acede por uma abertura arqueada, constituída por dois arcos de volta inteira apoiados em colunas muito delgadas, proporcionando um conjunto muito elegante. Para o pitoresco da fonte contribui também a sua localização, no extremo da fachada principal do edifício e a própria erosão das guardas de protecção e acesso às bicas e ao pio, provocada pelo roçar secular do barro áspero do fundo dos cântaros no mármore puríssimo em que aquelas foram realizadas.

Outras fontes memoráveis – todas elas bem dignas de referência e de estudo – são as da famosa fonte joanina aposta à casa da câmara manuelina de Castelo Novo (Fundão) [ver atrás **Fig.^a 349**] e a fonte provavelmente pombalina aposta à fachada da casa da câmara de Sesimbra, no lado da Praça, infelizmente removida cremos que em meados do século XX, quando o edifício e a praça fronteira sofreram uma grande remodelação [**Fig.^a N.º 511**]. Porém, a fonte mais monumental de todas parece ser a que se encosta à fachada lateral da casa da câmara de Moura, apesar de ser a mais tardia, pois já é posterior a 1816, uma vez que ostenta a efígie do Rei D. João VI e o brasão do efémero Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves [ver atrás **Fig.^a 451**].

Embora muito diferente dos modelos eruditos acima referidos, a nossa recensão termina com a escadaria da casa da câmara de Castelo de Vide, a mais complexa e certamente uma das mais belas escadarias exteriores das velhas casas da câmara portuguesas. Datável de finais do século XVII, esta escadaria monumental proporciona um objecto arquitectónico ímpar entre nós, bem à altura da complexa e belíssima casa da câmara a que pertence. A complexidade da escadaria decorre da sua estrutura particular, mas também da sua própria inserção no corpo do edifício, pois acede-se-lhe a partir do átrio coberto existente no piso térreo da casa da câmara, mas desenvolve-se integralmente a céu aberto. A escadaria consta de três lances muito largos (o primeiro, que arranca do limite do átrio do piso térreo, mais dois, paralelos entre si, que acedem ao patamar superior por onde se entra no piso nobre), embora de inclinações contrastantes, adjacentes e unidos entre si por

um patamar intermédio, comum a todos eles. Acede-se à escadaria a partir de um portal arqueado e monumental, aberto na face de topo do amplo átrio abobadado localizado no piso térreo da casa da câmara [Fig.^a 512], átrio este que é aberto ao exterior por dois arcos monumentais, como já sabemos. O lance que parte do piso térreo conduz a um amplíssimo patamar, da largura de quase toda a fachada da casa da câmara servida por esta escadaria – a fachada de topo do edifício, que dá para o lado da Matriz local. Deste patamar intermédio arrancam dois lances, contíguos ao primeiro mas de orientação inversa [Fig.^a 513], que conduzem ao patamar cimeiro, com as mesmas dimensões do intermédio, onde se abrem as três portas de aparato que servem a antiga sala da audiência (o actual salão nobre).

Esta escadaria apresenta algumas singularidades. A primeira é a de partir de um espaço coberto para um espaço aberto. Por isso, o seu arranque (que prepara e conduz ao lance que parte do piso térreo), localizado sob o piso da varanda-patamar superior da escadaria, é coberto por uma abóbada de berço, pelo que o primeiro lance irrompe da parede exterior da casa da câmara por idêntica abertura arqueada. Outra singularidade está no seu desenho, sem réplica nas demais escadarias exteriores das velhas casas da câmara portuguesas. A terceira singularidade está na portentosa “caixa” de alvenaria que sustenta a escadaria e que envolve e serve de guarda exterior aos dois patamares e aos lances superiores, proporcionando um corpo construído de uma rara qualidade arquitectónica, apenas comparável ao corpo que sustém e protege a escadaria da casa da câmara de Mafra, atrás referida. A pureza e a força desta monumental “caixa de escada” decorrem da sua elaborada composição, das suas dimensões, das suas proporções mas também dos seus panos imaculadamente caiados e debruados por molduras de pedra [Fig.^a 514]. Este corpo respeita a típica composição clássica, com o seu sólido embasamento, as suas igualmente sólidas pilastras angulares e o seu travejamento cimeiro com uma densa moldura de pedra. As duas faces laterais deste corpo são iguais entre si e apresentam um desenho muito invulgar. Estando ambas divididas em três panos por insólitas bandas verticais, o perfil quebrado do seu aparatoso remate superior é muito característico, pois é nivelado e mais elevado no pano correspondente ao patamar superior e à respectiva guarda. O remate do pano central tem um perfil belamente inclinado, correspondente ao lance dos degraus superiores e às respectivas guardas. Finalmente, o remate do pano menos elevado, também nivelado, corresponde ao patamar intermédio e às respectivas guardas. Este pano inferior é como que replicado nos três panos (também da mesma altura) que constituem a face de topo (do lado da Matriz) do corpo que sustenta e protege a escadaria. [Fig.^a 515]. Enfim, as

guardas interiores dos lances cimeiros, travejadas por típicas molduras barrocas, detêm pináculos decorativos esculpidos em granito, também de desenho característico.

10.3.3.4 – Varandas alpendradas exteriores

Se os patamares da escadaria a céu aberto de Castelo de Vide não contemplam nem nunca contemplaram quaisquer tipos de cobertura, o mesmo não se passou com patamares e varandas de muitas antigas casas da câmara portuguesas, que detinham varandas alpendradas mais ou menos vernáculas ou eruditas. Um bom exemplo é proporcionado pela singela e tão vernácula varanda alpendrada da casa da câmara de Leomil (Moimenta da Beira), em tudo semelhante às varandas das modestas mas tão dignas casas dos lavradores mais ou menos abastados da região. Assim, também em Leomil a pequena varanda, localizada no topo de uma escadaria de um simples lance adossado à fachada principal, protegida com as suas guardas tão brutalistas de pedra, dá acesso ao respectivo piso nobre [Fig.^a 516]. Muito próxima, merece referência especial a vasta e rústica varanda da casa da câmara da Muxagata (Vila Nova de Foz Côa), cujo alpendre tão pitoresco foi belamente restituído no quadro de um recente restauro modelar [Fig.^a 517], já atrás referido. Graças ao desnível do terreno de implantação acede-se à varanda por um pequeno lance de escadas, desprovidas de guarda, ao contrário da varanda, que detém guardas maciças e pesadíssimas, à semelhança de outras que se encontram a proteger idênticas varandas de inúmeras casas – quer particulares quer da câmara – da região. Era o que se passava na casa da câmara de Trancoso e o que se passa em Marialva (apesar de aqui as guardas terem sido parcialmente apeadas), para citar apenas dois dos casos mais exemplares de varandas exteriores, dotados de guardas extremamente massivas – e outrora certamente alpendradas.

Remontando igualmente à época quinhentista, merece reparo a vasta varanda alpendrada da Redinha (Pombal), com as suas guardas em alvenaria e as suas colunas toscanas a fazerem o papel de esteios informais, que lhe emprestam um tom simultaneamente rústico e familiar [Fig.^a 518]. O acesso à casa da câmara da Redinha e à sua varanda alpendrada levanta a questão da entrada dupla verificada nalgumas antigas casas da câmara. Com efeito, a escadaria da Redinha dá acesso a uma primeira porta que não conduz directamente ao edifício mas à sua varanda alpendrada [Fig.^a 519]. O mesmo se passava nas casas da câmara de Évora (demolida) e na de Miranda do Douro (escadaria hoje muito transformada). Nos dois edifícios franqueavam-se portas abertas no piso térreo que

davam para escadas semi-abertas ao exterior que conduziam às varandas por onde se fazia o acesso aos respectivos pisos nobres, por uma única porta (como em Miranda) ou por três (como em Évora)¹³⁷.

Um Tombo concelhio de 1615 dá-nos uma descrição relativamente clara do acesso à casa da câmara de Évora [Fig.^a 520]:

“Têm estas casas uma **escada de pedraria mármore com seu portal e portas da escada**, para a qual porta tem dois degraus ao pé do chão, e daí para o **tabuleiro da porta que entra para a casa da Câmara** tem vinte degraus (...) e tem mais uma **varanda ao entrar da porta da casa da Câmara** com nove colunas de pedra mármore e entre elas suas grades de ferro, e tem esta varanda (...) treze varas de comprido bem medidas e duas de largo (...) e desta varanda vai uma porta para a casa (...) da audiência (...)”¹³⁸.

A varanda alpendrada da casa da câmara de Évora serve a fachada que dava sobre a praça e cuja demolição Ramalho Ortigão tão indignada e justamente denunciou¹³⁹. Dando acesso directo à sala da audiência, que a ela se abria por três portas “manuelinas” de desenho extremamente cuidado, a varanda era rectangular e ocupava toda a largura daquela fachada. A frente da varanda era definida por sete colunas, implantadas regularmente na sua face frontal, proporcionando seis vãos nessa face e dois nos seus topos laterais. As colunas apoiavam arquitraves que sustentavam uma espécie de entablamento em que se apoiava a estrutura da cobertura. Ora, tal como as colunas toscanas que encontrámos na galeria de Coimbra, também as da varanda de Évora são motivo de reparo e de discussão, pois o seu desenho tão actualizado parece contrastar em absoluto com o exuberante desenho manuelino das três aberturas do piso nobre da fachada daquela casa da câmara. Com efeito, elas erguem-se em socos muito peraltados (em que se apoiavam as discretas grades de ferro de protecção da galeria), o que lhes permitiu assegurar as proporções canónicas, ao serviço de um desenho também aqui muito puro e muito elegante. Tratando-se aparentemente de colunas coríntias, elas suscitam a questão da sua datação, certamente posterior ao ciclo manuelino que tanto marcou a história do edifício e a da sua própria decoração como veremos adiante.

¹³⁷ No Alentejo, o acesso ao piso nobre das antigas casas da câmara de Vila Nova da Baronia (Alvito) e Garvão (Ourique) proporciona uma variante destas entradas duplas. Com efeito, nos dois casos as portas rasgadas no piso térreo de uma parede adjacente às fachadas dão acesso a escadas descobertas que conduzem aos patamares cimeiros por onde se acede verdadeiramente aos respectivos pisos nobres.

¹³⁸ Publicado por Teresa Fonseca: “O Senado Camarário Eborense: sua Caracterização”, in *Ob. Cit.*, p. 137.

¹³⁹ “Em Évora, para dar mais um metro ou metro e meio de superfície a uma praça, a câmara deita abaixo a histórica varanda da casa dos paços do concelho. Edificada em tempo de D. Afonso V, por João Mendes Cecioso, o *pai dos pobres de Évora*. A varanda demolida, da qual pela primeira vez se aclamou a independência de Portugal depois das famosas alterações, tão minuciosamente narradas por D. Francisco Manuel de Melo na sua *Epanáfora política*, parece ter sido obra de D. João II”, Ramalho Ortigão, *Arte Portuguesa Tomo I – O culto da Arte...*, p. 92.

Muito afastada geograficamente de Évora, a fachada da antiga casa da câmara de Angra (reconstruída nos inícios do século XVII e demolida em meados do século XIX) apresentava também uma varanda alpendrada no seu piso nobre [ver atrás **Fig.^a 437**], a que se subia por dois lances de escadas exteriores¹⁴⁰, dispostos simetricamente nos seus extremos, como já vimos, e que davam para duas portas cimeiras (algo à semelhança do que encontrámos na Redinha) que franqueavam o acesso à varanda. A frente desta, muito elegante, era sustentada e monumentalizada pela teoria de arcadas do alpendre do piso térreo, desenvolvida em cinco vãos, como também já vimos¹⁴¹. A varanda de Angra abria-se ao exterior por dez vãos enquadrados por nove colunas (provavelmente toscanas, como as da galeria de Moura, atrás referida). As bases das colunas arrancavam de um plinto inscrito no poial corrido que servia de guarda à varanda e as colunas sustentavam, enfim, a arquitrave em que se apoiava a estrutura de madeira da cobertura.

A varanda alpendrada da casa da câmara de Miranda do Douro [**Fig.^a 521**] é também muito interessante. Outrora acedia-se-lhe directamente por uma escada lateral (hoje desmontada) que conduzia a uma porta rasgada no piso térreo da fachada do corpo adjacente à casa da câmara primitiva. Esta varanda impressiona, por um lado, pelo carácter tão intenso das arcadas em que se apoia. Por outro, merece muito reparo a bela e igualmente rústica sacada, com o seu perfil tão característico em segmento de círculo, apoiada em mísulas de perfil semelhante [**Fig.^a 522**]. Sobre estas mísulas, a espaços regulares, ergue-se a teoria de colunas toscanas, em número de cinco, de realização muito informal e quase rústica, com os seus plintos singularmente esgaldados. As colunas sustentam como tão frequentemente acontecia entre nós, na arquitectura camarária e na arquitectura doméstica, uma arquitrave de madeira [**Fig.^a 523**]. Muito inesperadas são, porém, as incisões lineares e paralelas

¹⁴⁰ A ter em conta os exemplos conservados e a documentação disponível, as escadarias para os pisos nobres das antigas casas da câmara dos concelhos do Açores eram aparentemente todas exteriores.

¹⁴¹ Embora desprovida de alpendre, a escadaria de Angra seria aparentemente muito parecida com a da casa da câmara da Horta (Faial; demolida nos finais da primeira metade do século XIX), também localizada na fachada principal. De facto, a varanda e a própria escadaria da Horta também estavam apoiadas numa arcada composta por um número indeterminado de arcos, chamados de “archetes” na documentação local. Com efeito, um «archete sobre que se firma huma Escada de pedra que dá servidão centrada para as cazas da Camara» estava em ruínas em 1822, a ter em conta nomeadamente o *Auto de Vistoria* de 15-7-1822 do edifício da casa da câmara e instalações anexas (IAN/TT - *Ministério do Reino* - Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620), publicado (com outros documentos relativos ao edifício, à sua ruína e à sua demolição) pelo Autor, “No rasto de um monumento perdido...”, in *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

A arcada da casa da câmara da Horta é referida explicitamente numa «Representação da camara da Horta ao soberano Congresso», de 1823, relativa à ruína da casa da câmara: «com amargura vê a camara em ruínas, por falta de reparos, os edificios e obras públicas da sua inspecção; o paço do concelho indecoroso, pelo estado em que se acha, tendo saído as paredes fora da sua linha, **havendo caído grande parte de um dos archetes, que sustentam a arcada que lhe dá serventia**», publicado por António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas...*, 2.º Vol., p. 406.

gravadas na face da sacada, sob cada um dos cinco plintos, proporcionando uma espécie de tríglifos encurvados. Estes ornatos pseudo-clássicos, dada a sua configuração, merecem reparo pois, muito longe de serem fruto de quaisquer experimentalismos ou de quaisquer liberdades de composição auto-assumidas, só são entendíveis no quadro de uma grande ingenuidade compositiva, certamente bem ao gosto das autoridades camarárias que encomendaram e financiaram a feitura ou a refeitura da varanda provavelmente seiscentista da portentosa casa da câmara de Miranda do Douro.

Uma última varanda alpendrada merece reparo, a de Mondim de Basto [Fig.^a 524], cuja casa da câmara ostenta as armas da rainha D. Maria I. Implantada num terreno bastante inclinado, o acesso ao piso nobre desta *casa* faz-se por uma escadaria monumental de apenas sete degraus de muito ligeira inclinação. Esta escadaria está protegida por sólidas guardas de pedra belamente aparelhada, rematadas superiormente por molduras de perfil muito típico – guardas aquelas que, no seu arranque inferior, são travadas por um muito aparatoso jogo de volutas de bom desenho e de excelente execução.

A escadaria de Mondim de Basto dá acesso a uma varanda alpendrada cuja extensão alcança quase toda a largura da respectiva fachada. De notar nesta varanda, para lá das sólidas guardas de pedra devidamente aparelhada, os três muito sólidos esteios prismáticos que, apoiados nestas guardas, estão simetricamente distribuídos de um lado e outro do topo da escadaria e ainda a meio da face da guarda fronteira da varanda. Estes esteios, desprovidos de quaisquer capitéis, sustentam uma espécie de muito pesada arquitrave de pedra em que se apoia a cornija que sustenta o beiral do telhado da cobertura. O respectivo alpendre detém ainda um forro muito característico, cuja forma em “masseira” dignifica também esta varanda, embora a sua realização seja algo provinciana e sobretudo muito tardia, pois deve ter sido feito no quadro de importantes restauros do edifício algures nos meados do século XX. Estes restauros tornam, aliás, a interpretação da varanda de Mondim de Basto algo difícil, pois parte desta varanda – os esteios de suporte da respectiva cobertura e parte das grades em que estes se apoiam – pode ter sido refeita então, tendo em conta a notória diferença de *patine* entre estes elementos e a pilastra/cunhal tardo-setecentista vizinho, que remata as duas fachadas confinantes do pequeno edifício, a que integra a porta de acesso ao piso nobre e a que ostenta o brasão com as armas reais.

Mas o interesse arquitectónico das fachadas das velhas casas da câmara portuguesa ultrapassa em muito o tão difícil debate – suscitado pela varanda alpendrada de Mondim de Basto – sobre a legitimidade da sua refeitura, adaptação, restauro (feliz ou desastroso) ou a da sua própria reconstrução, fidedigna ou abusivamente “melhorada” e até “actualizada”.

Com efeito, as fachadas das velhas casas da câmara, na sua singeleza ou na sua complexidade, na sua pequenez ou na sua monumentalidade, proporcionam não só alguns dos mais intensos momentos da história da arquitectura portuguesa como proporcionam a parede, isto é, a “capa” protectora para as suas diversas e tão importantes divisões interiores, que também urge conhecer. É o que faremos em seguida, começando pelo andar nobre e pela *sala*, isto é, pela sala das audiências, o primeiro e, de certo modo, o principal espaço interior daquelas casas, como veremos.

11 – A Sala de Audiências

11.1 – O lugar da Justiça

Ao princípio era a Justiça – e a necessidade de a legitimar e de a acolher e instalar condignamente, bem como aos seus agentes. Como atrás vimos, a formação e a sobrevivência multi-secular de uma tão densa rede de concelhos, em Portugal como pelo menos nos demais reinos cristãos peninsulares, resultou sobretudo da necessidade da existência de instâncias mínimas de aplicação da Justiça, devidamente legitimadas e portanto reconhecidas, respeitadas e acatadas por todos. Com efeito, o pleno e normal funcionamento da sociedade exigia a presença de instâncias locais de justiça, por básicas e elementares que fossem, pelo que desde a fundação da nacionalidade se tratava de encontrar modelos, entidades, agentes e regulamentações que, reconhecidas por todos, pudessem arbitrar as conflitualidades emergentes nas diversas comunidades a nível local e regional.

Ora, sendo a conflitualidade inerente a qualquer forma de sociedade, a presença daquelas instâncias básicas de Justiça tornava-se ainda mais premente em territórios recém-conquistados, recentemente integrados ou em vias de redefinição e reorganização administrativa. A aplicação expedita e muito rigorosa – por vezes mesmo cruel – da justiça tornava-se fundamental para o quotidiano e mesmo para a sobrevivência de comunidades recém-formadas, desenraizadas, carenciadas e por vezes mesmo pobres. Estas comunidades, muito jovens, quer demográfica quer institucionalmente, proporcionavam um quadro existencial particularmente favorável ao desvio, à marginalidade e mesmo ao crime. Com efeito, sabemos que tanto a Idade Média como o Antigo Regime produziram sociedades muito conflituosas e inseguras, onde a marginalidade e a criminalidade se exerciam em todas as modalidades e escalas.

Desse clima de insegurança geral e da inerente vulnerabilidade da sociedade face aos agentes desviantes e criminosos temos um sinal bem patente nas pesadíssimas penas, por vezes extremamente cruéis, consagradas pelo costume, celebradas pela tradição¹⁴¹ e

¹⁴¹ Dessa tradição de penas muito pesadas ao serviço de uma Justiça eficaz e expedita são testemunho as seguintes palavras, escritas em 1925: “diz-se que a justiça é cara entre nós, e a prova do acerto de tal afirmação está no facto de fugirem dos tribunais muitos cidadãos que em certos casos têm necessidade de a eles recorrer.

registadas quer nos *forais* concelhios, quer nas próprias *Ordenações do Reino*. Com efeito, o bom “governo da Justiça” é explicitamente invocado por D. Filipe I para justificar a reforma e a recompilação que deu origem às *Ordenações Filipinas*¹⁴², em vigor até à implantação do Liberalismo. Ora, aquela reforma teve na sua base o desejo expresso de “conservar, e manter nossos Subditos, e Vassallos em perpetua paz, e bons costumes”, pelo que o rei de Portugal pode dizer, na *Lei* que aprova, confirma, faz cumprir e manda imprimir as *Ordenações do Reino* (e que serve de Preâmbulo às mesmas): “vindo a succeder na Coroa destes Reinos, e Senhorios, **houvêmos por mui necessario entender sobre o governo da Justiça**”¹⁴³. Por isso, as *Ordenações Filipinas* assentam na consideração, explicita na mesma *Lei*, do “**quam necessaria he em todo tempo a Justiça**, assi na paz, como na guerra, para boa governança, e conservação da Republica, e do Stado Real, a qual aos Reis convem como **virtude principal, e sobre todas as outras mais excellente**, e em a qual, como em verdadeiro spelho, se devem elles rever, e esmerar”.

Ora, de acordo com a ideologia que inspira e legitima as *Ordenações* e a sua reforma e actualização, a Justiça, sempre de acordo com o mesmo documento, “**he virtude não para si, mas para outrem**, por aproveitar sómente a aquelles, a que se faz, dando-se-lhes o seu, e **fazendo-os bem viver, aos bons com premios, e aos maos com temor das penas**, donde resulta paz, e assocego na Republica”. Em suma, a Justiça tem que ser dura para ser eficaz. Por isso – e “porque **o castigo dos máos he a concervação dos bons**”, como se considera na mesma *Lei* – a dureza das penas proporcionava uma estratégia preventiva visando o combate ao desvio social em geral, à vadiagem ou à mendicidade abusiva, por exemplo. Mas aquela dureza visava, em particular, a própria criminalidade, expressa num leque imenso de atentados à propriedade, à vida, ao estado e à própria religião e aos seus agentes, bem como à honra e à moral, pública e privada.

Ora, a conflitualidade, que é inerente a qualquer sociedade (embora fosse muito mais intensa nas sociedades tradicionais), muito cedo exigira uma resposta, quer informal, quer

Todavia, **Portugal teve em tempos idos justiça austera e certa** que ninguém acusou de dispendiosa e **cuja mão apenas se tornava pesada para os ladrões e os facínoras que lhe caíam na alçada**”, João António Gordo, *Regresso aos Municípios* [1925], Edição da Câmara Municipal de Castelo de Vide, Castelo de Vide, 2.^a Edição, 1987, p. 112; sublinhados nossos.

¹⁴² Aprobadas, confirmadas e mandadas imprimir a 5 de Junho de 1595 e efectivamente publicadas em 1603.

¹⁴³ *Lei* de D. Filipe I, aprovando, confirmando, fazendo cumprir e mandando imprimir e publicar as *Ordenações do Reino* recém-reformadas e recopiladas (Madrid, 5-6-1595), publicada como Preâmbulo às “*Ordenações e Leis do Reino de Portugal publicadas em 1603 – Livro Primeiro*”, insertas na *Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal – Parte II – Da Legislação Moderna – Tomo I*, Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, Ano de 1806. Por comodidade (e para as distinguir das *Ordenações Afonsinas* e das *Manuelinas*), as referências e citações serão notadas utilizando a designação mais simples e comum de *Ordenações do Reino*, plenamente consagrada pela tradição.

organizada, da parte da comunidade. Sabemos que uma reacção organizada como resposta ao desvio ou ao crime, por rudimentar que fosse nos seus modelos, agentes e normas, era um índice importantíssimo e substancial de progresso civilizacional. Com efeito, ela implicava a existência de uma autoridade e de uma organização supra-individual, local, regional ou mesmo supra-regional que zelasse por todos e a que todos se submetessem. Implicava, enfim, a existência de um *Estado*, por rudimentar que fosse a sua organização, por geograficamente limitado que fosse o seu campo de acção, por precárias que fossem as suas normas de funcionamento, consagradas pelo costume e transmitidas oralmente ou, a seu tempo, por escrito.

Já sabemos que os concelhos são criados e instituídos em todo o território do Reino com a função primeira de proporcionarem e aplicarem a Justiça a todos os moradores do respectivo termo. Para isso – e esse era o seu grande privilégio – os moradores do concelho, os vizinhos, reunidos em assembleia, elegiam periodicamente os respectivos juízes – os modestos mas eficazes e por vezes tão sagazes e engenhosos *juízes ordinários*, eleitos localmente. Sabemos também que, por rudimentar que fosse, este modelo institucional e jurídico, centrado na escolha e na acção dos juízes locais e, a partir do século XIV, também na acção dos *juízes de fora*, uns e outros zelosos aplicadores da Justiça, foi muito cedo estabelecido e codificado e era muito eficaz e dissuasor. De facto, e de acordo com as *Ordenações*,

“os Juízes ordinarios, e outros que Nós de fóra mandarmos, **devem trabalhar, que nos lugares, e seus termos, onde forem Juizes, se não fação malefícios nem malfetorias.** E fazendo-se, provejaõ nisto, e **procedaõ contra os culpados com diligencia**”¹⁴⁴.

Da eficácia deste sistema decorreu a sua própria sobrevivência, pelo que o modelo, plenamente estruturado já no Séc. XIV, com a criação do cargo de Juiz de Fora¹⁴⁵, funcionou durante séculos, tendo sobrevivido até à implantação do Liberalismo.

Da longevidade desse sistema são testemunho as próprias relíquias do velho poder judicial tutelado pelos antigos concelhos portugueses e seus agentes, ainda hoje relativamente frequentes. Com efeito, durante a longa visita aos concelhos portugueses proporcionada pela investigação inerente à presente *dissertação*, pudemos encontrar comoventes vestígios materiais desse antigo poder judicial. Os mais significativos vestígios talvez sejam proporcionados pelas velhas *varas* dos juízes ordinários e dos juízes de fora –

¹⁴⁴ *Ordenações do Reino*, Livro Primeiro, Título LXV, Preâmbulo.

¹⁴⁵ Trata-se dos famosos juízes colocados superiormente apenas nos concelhos mais importantes e ricos e que, por isso, constituíam uma instância intermédia entre os juízes ordinários, eleitos localmente, e os Corregedores, super-juízes de nomeação régia que controlavam e tutelavam os desempenhos dos diversos juízes concelhios das outrora vastíssimas Comarcas a que presidiam.

varas aquelas que, de acordo com as *Ordenações*, eram vermelhas ou brancas, respectivamente, como veremos adiante. Em seguida, veremos, porém, outros vestígios e testemunhos muito antigos relacionados com o *próprio cenário do exercício da Justiça* entre nós.

11.2 - A longa demanda de um espaço para a Justiça

Estando o exercício e a aplicação da Justiça na base da formação e da organização dos concelhos – o espaço da Justiça está também na base da arquitectura de tutela concelhia e naturalmente na origem da própria casa da câmara. Por isso, o estudo dos *espaços de exercício da Justiça* conduz-nos directamente à história da origem, da formação e da evolução da *casa* ou *paço do concelho*. Com efeito, o reconhecimento, o levantamento e o estudo dos velhos espaços de exercício e aplicação da justiça conduz-nos, repetimos, à história da origem não só dos nossos concelhos mas da nossa arquitectura concelhia, nomeadamente a *um tempo privado de casa específica para administrar a Justiça*, a um tempo privado de casas (ou salas) de audiência e sobretudo a um tempo, longo, privado objectivamente de paços do concelho ou de casas da câmara. Enfim, a reconstituição dos mais antigos cenários do exercício e aplicação da Justiça reconduz-nos a um tempo em que não há uma *casa*, isto é, em que ainda não há um edifício específico que detenha um sobrado com sala e câmara no piso nobre – edifício esse que no futuro será conhecido entre nós predominantemente por *casa da câmara*, nome que lhe adveio, como também já sabemos, de uma muito óbvia e esclarecedora evolução semântica pela qual o nome de um espaço monofuncional num certo edifício público passou a designar a instituição que nele se abrigava.

Deste longo e heróico percurso em busca de um espaço específico e monumentalizado para o exercício da Justiça, isto é, em busca de uma *casa* em cuja *sala* tivessem lugar as audiências, temos um excelente exemplo proporcionado pelo *Couto* de S. Torcato (hoje no termo do concelho de Guimarães), do senhorio da Colegiada da Sr.^a da Oliveira. Assim, em 1726 aquele couto dispunha de

“hum casa da camara para as audiencias (que antigamente se fazião ahi perto em hum cadeira de pedra, e hum lage redonda por mesa, debaixo de hum carvalho); e nella hum pedra, na forma seguinte” [ver atrás Fig.^a 10]¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. II, p. 306, sublinhados nossos.

Ora, para lá da “cadeira de pedra, e huma lage redonda por mesa, debaixo de hum carvalho” do couto de S. Torcato, chegou-nos a referência, relativa à honra de Baltar (Paredes) ao “penedo onde os juízes ordinários faziam algumas audiências públicas, e ainda hoje o povo lhe chama – o *Penedo das Audiências*”¹⁴⁷. Outros dos mais antigos vestígios portugueses de um equipamento – se não de um espaço colectivo – ao serviço de um poder judicial local extremamente elementar são proporcionados pela *Pedra da Audiência* de Avintes (Vila Nova de Gaia)¹⁴⁸ e pela *Pedra da Audiência* de Fial (Tondela¹⁴⁹) [Fig.^a 525], já atrás recenseadas. Estas velhas relíquias do poder judicial remetem-nos para formas, práticas e até modelos de organização social, administrativa e judicial muito próprias, marcadas por uma *praxis* aparentemente espontânea, muito presa à terra e às suas gentes, ao sítio e às suas tradições, ao próprio carisma do local e aos seus particularismos. Por isso, aquelas relíquias, aqueles modelos e aquelas práticas quase primitivas fazem-nos pensar que a sua origem se encontre em remotos complexos civilizacionais, muito afastados da lógica radicalmente neutra, formalista, abstracta e escrita, que caracterizava o Direito Romano¹⁵⁰.

Ora, para lá das *pedras de audiência* sobreviventes chegaram-nos testemunhos de alpendres concelhios, como o do Funchal, de 1492, quando os juízes e demais oficiais da cidade “mandarom que sse meta em pregom ho **alpendre – a saber – a madeira e telha em que se ffazia audiencia**”¹⁵¹. Chegaram-nos também testemunhos gráficos excepcionais que

¹⁴⁷ *Monografia de Paredes*, Porto, 1922, p. 255; sublinhado no original.

¹⁴⁸ Num “Inventário do Património Construído do Concelho de Vila Nova de Gaia” consta que a Pedra da Audiência de Avintes foi construída em 1742. Nesse documento lê-se ainda: “Pedra da Audiência porque à volta se fazia justiça e se elegiam os juízes. As audiências faziam-se às quartas-feiras. No banco mais alto costumava sentar-se o juiz do couto empunhando a sua vara vermelha, enquanto o escrivão escrevia sobre a mesa, e o meirinho apregoava as arrematações. No dia 25 de Abril de 1961 o sobreiro [secular cuja sombra amenizava as audiências] é derrubado por uma rajada de vento. Passado algum tempo, um outro foi plantado para dar continuidade à história”, in *Inventário do Património Construído do Concelho de Vila Nova de Gaia*, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; policopiado.

¹⁴⁹ Note-se que o lugar de Fial, actualmente pertencente à freguesia de S. Miguel do Outeiro (no concelho de Tondela), nunca gozou do estatuto de concelho. Porém, S. Miguel do Outeiro foi a sede de um antigo concelho, extinto no século XIX, do qual resta a respectiva casa da câmara, cuja fachada foi já atrás referida. Seria a primitiva cabeça deste extinto concelho no lugar de Fiais? Esta hipótese parece verosímil, a ter em conta a tão insólita existência local daquela também tão rara *Pedra da Audiência*.

¹⁵⁰ Por isso, se ainda tem sentido o velho debate sobre a origem dos concelhos peninsulares, suscitado e encabeçado por Alexandre Herculano e que tanto apaixonou e dividiu os historiadores portugueses durante mais de cento e cinquenta anos, cumpre aduzir um novo contributo ao mesmo. Assim, se a necessidade de eleger juízes locais para aplicarem a Justiça suscitou o aparecimento e a organização dos concelhos, poder-se-ia avançar com (mais) um argumento a favor da tese “anti-clássica” ou “anti-romana” quanto à origem dos concelhos medievais portugueses. Do que sabemos da aplicação prática da justiça, dos seus agentes, dos seus métodos, das suas penas mas sobretudo dos espaços em que o seu exercício se desenrolava, tudo parece apontar para o reforço das teses “bárbaras” ou “germânicas” na origem dos concelhos portugueses...

¹⁵¹ Auto de 5-11-1492: *Vereações da Câmara Municipal do Funchal – Século XV...*, p. 296.

Deve notar-se, porém, que em documentos emanados do Infante D. Henrique, este “está de acordo que se façam junto da igreja principal uma casa para a «Relaçam» e outra para «Audiência», José Pereira da

nos mostram a sobrevivência dessa dimensão tão arcaizante do exercício da Justiça e da aparente improvisação dos espaços, muito informais, a ela dedicados. Um belo testemunho é proporcionado pelo tradicionalmente chamado “fórum” de Linhares, também já atrás referido (Celorico da Beira), em boa hora restituído num desenho recente [ver atrás **Fig.^a 13]**¹⁵². Como sabíamos da tradição oral e como este desenho comprova, *o “fórum” de Linhares era antigamente alpendrado*¹⁵³. Está localizado na praça local face ao pelourinho manuelino e à casa da câmara tardo-setecentista e instalado, como já atrás vimos, *sobre a própria fonte medieval do concelho*. No topo do pequeno eirado sobre a fonte, cercado de assentos de pedra corridos, destaca-se no “fórum” de Linhares uma *pedra larga e deitada*, apoiada sobre poiais também de pedra, que outrora proporcionaria a banca ao juiz local.

O outro desenho conhecido de uma velha audiência alpendrada é muito mais antigo e tem uma relevância documental extrema. Trata-se da representação da antiga audiência de Ouguela (Campo Maior), proposta por Duarte de Armas na conhecida vista que, no *Livro das Fortalezas*, representa o castelo daquela antiga vila¹⁵⁴. Já vimos tratar-se de um muito pequeno e modesto *espaço colectivo alpendrado*. Com efeito, na *vista* do castelo de Ouguela “da bamda do norte”, Duarte de Armas representa um alpendre encostado às muralhas, limitado por poiais corridos, cujo telhado é sustentado por cinco colunas provavelmente de madeira [**Fig.^a 526**]. A sua natureza de espaço concelhio público não oferece dúvidas: trata-se de um *espaço totalmente aberto* cuja função principal nos é conhecida pois, de acordo com a respectiva legenda, “**aqui fazem audiencya**”. Encostado à face Norte das muralhas, note-se ainda que o alpendre de Ouguela dispunha de uma localização estratégica, pois dispunha de sombra permanente, o que, em pleno Alentejo, era muito importante. Com efeito, aquela localização do alpendre de Ouguela, na face mais sombria das muralhas, amenizava os encontros, assembleias e julgamentos aí realizados.

Um alpendre ainda mais arcaico, de muito possível origem medieval e de muito provável tutela concelhia é o que Duarte de Armas representa na vista do castelo de Portelo, “da parte do Sull”¹⁵⁵. Este alpendre serve a entrada de uma casa localizada no que parece ser

Costa, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal – Século XV*, Ed. Centro de Estudos do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Região Autónoma da Madeira, Funchal, 1995, p. V.

¹⁵² Datado de 1980 e assinado “Alfredo”, publicado por Maria da Conceição Moreira, *Linhares – Aspecto Históricos*, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Lisboa, 1980, pág. 6.

¹⁵³ “Esta tribuna [do fórum] tinha um alpendre (...) o qual foi retirado há alguns anos atrás, sofrendo também outras alterações (...). Por baixo desta tribuna existe uma fonte de mergulho ou de chafurdo, referida já em documentos medievais; é notável pelo seu arco ogival lavrado em cantaria”, Id., *Ibidem*, pág. 38.

¹⁵⁴ Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas...*, f. 30.

¹⁵⁵ Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas...*, f. 99. O castelo de Portelo está localizado no lugar de Couto de Sendim, na freguesia de Padornelos, actualmente no Concelho de Montalegre. A existência de um castelo neste

a praça local. Note-se que as poucas casas do lugar, dominado pela colina muito pedregosa e alcantilada do castelo, são todas térreas e cobertas de colmo, tal como o alpendre em discussão. Este, que ocupa o primeiro plano da vista, é da maior simplicidade [Fig.^a 527]. De apenas uma água, a sua cobertura cobre uma área rectangular e é simplesmente apoiada em quatro pilares fronteiros de madeira, erguidos directamente no chão. Porém, apesar da sua extrema simplicidade, este alpendre suscita dois reparos. Em primeiro lugar, deve notar-se a presença do que parece ser uma grande mesa, que presumimos ser de pedra, apoiada em três suportes e apenas parcialmente abrigada pelo colmo da cobertura do alpendre. A segunda surpresa está no facto de a casa a que o alpendre dá acesso ser, de entre todas as representadas, a única que detém uma janela (pelo menos) na sua fachada principal – sinal que devemos entender como distintivo e nobilitador tanto da casa como do alpendre, aparentemente de uso colectivo, que lhe dá acesso.

11.3 – A emergência das casas da audiência

Muito diferente dos velhos alpendres concelhios é a “casa da audiencya” de Melgaço, também representada por Duarte de Armas numa das suas vistas desta vila¹⁵⁶, adiante analisada. Representada em 1509, ignoramos a data da sua construção. Porém, remontando a datas muito anteriores à das famosas vistas de Duarte de Armas, chegaram-nos importantes referências a audiências medievais, já atrás recenseadas enquanto lugar de realização de assembleias de homens-bons. Com efeito, fosse qual fosse a sua designação, casas de audiência deviam existir pelo menos em alguns concelhos portugueses em meados do século XIV. É o caso dos chamados “Paços da Audiência” de Monsaraz, adiante discutidos, dos quais se sabe que “não se encontravam ainda construídos em 1317” mas “que eles já existiam em Monsaraz no ano de 1362”, quando foram o cenário de um importante auto judicial envolvendo o respectivo Concelho¹⁵⁷. Temos, porém, mais notícias de casas de audiências remontando ao último quartel do século XIV. É o caso da “**Audiencijsa** da dicta villa” de Avis (que, muito transformada, arruinada e escandalosamente

lugar suscita a consideração da existência de um concelho na região, independentemente do lugar que lhe servisse de cabeça.

¹⁵⁶ Vista de Melgaço in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas...*, f. 104.

¹⁵⁷ José Pires Gonçalves “O Fresco dos Paços da Audiência de Monsaraz”, in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, N.º 5, 1966, p. 3. Ver ainda, sobre a datação dos paços da Audiência de Monsaraz, Túlio Espanca, “Antigos Paços da Audiência” in “Reguengos de Monsaraz (Freguesias Rurais)”, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora*, Vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, 1978, p. 390.

abandonada, sobrevive e adiante será discutida) onde, a 25 de Julho de 1383¹⁵⁸, se reuniram os vizinhos para elegerem o seu Procurador às já tão citadas Cortes de Santarém de 1383. Pela mesma altura (a 17 de Julho de 1383) e para o mesmo efeito se reuniram os moradores de Castelo Mendo (hoje no Concelho de Almeida) “seendo Juntos *em* noso conçelho **ante a porta da casa da [a]udjençia**”¹⁵⁹, onde foi “fecta a *procuraçom e* outorgada *em* castel Meendo **ante as casas da audjençia**”¹⁶⁰. Porém, a mais antiga (e a mais documentada) audiência que conseguimos recensear foi a de Elvas, que remonta pelo menos a 1376. Designada de “**paaço da Audiençea**”, aí se reuniram no dia 10 de Novembro os homens-bons do Concelho de Elvas para escolherem o seu Procurador às Cortes de Leiria de 1376”¹⁶¹.

A maioria das referências relativas às audiências medievais que conseguimos recolher surgem enquanto cenário de idênticas assembleias de homens-bons de vários concelhos, visando a eleição dos respectivos Procuradores às Cortes de Santarém de 1383, todas elas realizadas no mês de Julho daquele ano. Assim, no Concelho da Covilhã reuniram-se logo no dia 6, “no **Paaço da audiençia** da dicta villa”¹⁶². No dia 10, também “em no **páaço da Audiençia**” se reuniram os Homens-Bons de Soure¹⁶³. Em Vila Viçosa juntaram-se, dia 19, “no **páaço da Audiançia**”¹⁶⁴ e em Castelo Branco reuniram-se, dia 21, “em no **paaço da Audjançja** da dicta villa”¹⁶⁵. Em Portalegre juntaram-se, dia 26, “no **paço da audjançia**”¹⁶⁶ e no Crato reuniram-se, dia 29, “no **paaço da odença** [sic] da dicta

¹⁵⁸ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 52.

¹⁵⁹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 89.

¹⁶⁰ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 93.

¹⁶¹ Procuração do Concelho de Elvas aos seus representantes nas Cortes de Leiria de 1376, in Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 157.

No mesmo “**paaço da Audjançea**” se reuniu a mesma assembleia a 8-8-1380, para escolher Procurador às Cortes de Torres Novas de 1380: ver a *Procuração* do Concelho de Elvas aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 171]. Sempre no mesmo “**paaço da Audiançea**” se reuniram a 20-7-1383 os homens-bons do Concelho para elegerem o seu procurador às Cortes de Santarém de 1383: ver a respectiva *Procuração* in Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 119).

Devemos notar que os *Capítulos* do Concelho de Elvas às Cortes de Lisboa de 1456 já se refere explicitamente que na “**camara do conçelho da dicta villa** se fallam as cousas da homrra della, aa quall camara nom deuem hir saluo os offiçiaaes e alguuns çertos deputados aa proll do comuum”, publicado por Humberto Baquero Moreno, “A evolução do Município em Portugal nos séculos XIV e XV”, in *Os Municípios Portugueses...*, p. 41.

O edifício da primeira casa da câmara de Elvas (em uso até 1538) era certamente o velho “paaço da Audiençea” de 1376, naturalmente ampliado e modernizado, ficava no Largo do Salvador”, “local onde se localizavam as Casas da Câmara e a Igreja do Salvador”, Rui Rosado Vieira, *Centros Urbanos...*, p. 120.

¹⁶² A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II (1383), p. 107.

¹⁶³ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 343.

¹⁶⁴ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 398.

¹⁶⁵ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 83.

¹⁶⁶ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 281.

ujlla”¹⁶⁷, sendo então feita a respectiva Procuração “no dicto llogo do crato no **paaço de odjanca**”¹⁶⁸.

Ainda para a eleição de Procuradores às mesmas Cortes, os vizinhos de Torres Novas reuniram-se a 17 de Julho de 1383 “em no **pááço da Rollaçom**”¹⁶⁹. Mais de cem anos depois, a 28 de Julho de 1502, também os vizinhos do Concelho da Sertã (que a 26 de Julho de 1383 se tinham reunido “**em no Ad[ro]**”¹⁷⁰ para escolherem Procurador para as Cortes de Santarém de 1383¹⁷¹) se reuniram “no **paço da rrolaçam**” para escolherem o seu Procurador às Cortes de Lisboa de 1502¹⁷².

Independentemente do nome atribuído a estas audiências, não pode oferecer dúvida o seu carácter concelhio. Assim, a casa da câmara do Porto também era conhecida por “Paço da Rolaçom”¹⁷³ e também em Torres Novas “*pááço da Rollaçom*” é sinónimo de “*paaço do concelho*”: Como vimos, no dia 17 de Julho de 1383, reuniram-se “seendo todos Juntos em noso conçelho em **no pááço da Rollaçom**”¹⁷⁴ e no mesmo dia passaram a respectiva “*procuraçom em torres nouas no paaço do conçelho*”¹⁷⁵ – o outro nome dado *no mesmo documento* ao edifício que serviu de cenário à assembleia, naturalmente a casa do concelho daquela vila ribatejana. O mesmo se passou nove dias depois, em Portalegre onde, dia 26 de Julho de 1383, idêntica eleição foi feita “sseendo Juntos **no paço da audjançia**”¹⁷⁶, daí tendo resultado a competente *Procuração*, “ffecta em portalegre **en o paço do Conçelho**”¹⁷⁷.

A equivalência de significados entre estas expressões demonstra o carácter concelhio da casa ou do paço da audiência local, reforçado com mais dois exemplos, um dos fins do

¹⁶⁷ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 113.

¹⁶⁸ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 118.

¹⁶⁹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 361.

¹⁷⁰ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 313.

¹⁷¹ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 313.

¹⁷² Procuração dada pela vila da Sertã ao(s) procurador(es) da vila de Santarém para a representarem nas Cortes de Lisboa de 1502, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*..., p. 77.

¹⁷³ Manuel Luís Real, “A Construção Medieval no Sítio da Sé”, *Ob. Cit.*, N. 14, p. 16. Este autor informa-nos ainda que “a casa gótica, referida em documentos medievais como o «Paço do Concelho», «Paço da Rolação» ou «Sobrado da Rolação» foi construída na segunda metade do séc. XIV, após desabamento da anterior. Ele é frequentemente citado a partir de 1390, mas ainda irá sofrer grandes melhoramentos na centúria imediata”. A localização num terreno muito inclinado trouxe-lhe desde sempre sérios problemas de estabilidade, sentidos já em 1536, pelo que “em 1783 é ordenada a demolição total do edifício. Pouco depois, a Vereação procedeu à transferência dos trespectivos serviços, mas só será apeada a parte superior da Torre”, Manuel Luís Real e outros, “Escavações Arqueológicas no Morro da Sé”, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2.ª Série (1985/86) – Vol. 3/4, p. 10, Nota.

¹⁷⁴ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 361.

¹⁷⁵ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 366.

¹⁷⁶ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 281.

¹⁷⁷ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 286.

século XIV e outro dos fins do século XV. Com efeito, num documento referente a Abrantes, de 21 de Fevereiro de 1396, “é referido o **paaço do Concelho onde fazem a hodjença**”¹⁷⁸ e num documento de 1492, relativo ao Funchal, “**na cassa do concelho onde se ffaz audjencia**” foi lida certa carta do Duque de Beja D. Manuel, senhor da Ilha da Madeira¹⁷⁹.

A própria eleição do Procurador do Concelho de Torres Novas às Cortes de 1380 (a realizar também na vila de Torres Novas) – que teve lugar a 8 de Agosto de 1380, “seendo juntos na dicta villa **em Casa de Gil steuez juiz geeral**”¹⁸⁰ sublinha o carácter concelhio do cargo de Juiz e, por extensão, o dos espaços por ele ocupados ou por ele detidos e em particular os espaços de audiência, mesmo quando improvisados, como acontecia em Torres Novas em 1380. Um último exemplo do *carácter concelhio* do cargo de Juiz e, por extensão, *da sua própria casa* é proporcionado, mais de um século e meio depois, pelo Concelho do Lindoso (Ponte da Barca), embora agora num contexto geográfico extremamente isolado. Com efeito, o *Auto de Demarcação de Fronteiras* ordenado por D. João III ocorreu a 22 de Julho de 1538 “em o lugar de Limdoso que he com sua fortaleza, **a porta de Rodrygo de Lamella juiz ordynaryo** em este lugar”¹⁸¹. Como vemos, em pleno século XVI sobrevivía, embora num contexto muito periférico, o carácter como que concelhio da própria rua ou largo fronteiros à própria porta da casa do juiz local.

Deste *carácter concelhio da Justiça* e dos espaços de exercício (e aplicação) da Justiça ficou um rasto muito intenso. Merece reparo, porém, a lenta afinação da tipologia casa da câmara e em particular a clarificação das funções da respectiva sala – em vias de especialização funcional, ou melhor, em vias de assumir uma função reservada, a da realização *exclusiva* dos autos judiciais. Assim casa da câmara, audiência, câmara serão palavras mais ou menos indiscriminada e até confusamente usadas e declinadas nas mais diversas expressões, nos tombos, inventários e descrições sobreviventes. Assim, já no terceiro quartel do século XVI a vila de Pias (Ferreira do Zêzere) tinha, de acordo com certo *Tombo da Mesa Mestral* um “assento de casas na praça da vila, construído no meio d’ela, na Rua Direita, com duas divisões sobradadas, (...). A divisão d’este prédio voltada para o

¹⁷⁸ Publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, p. 142.

¹⁷⁹ Auto de 7-2-1492: *Vereações da Câmara Municipal do Funchal – Século XV...*, p. 310.

¹⁸⁰ Procuração do Concelho de Torres Novas aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. I, p. 187.

¹⁸¹ ANTT, *Núcleo Antigo*, 291 “Livro do Tombo das demarcaçoens [sic] dos lugares das Comarcas Tra los Montes...” [1538], edição de Humberto Baquero Moreno: *Demarcações de Fronteira...*, p. 149.

norte **serve para nela se fazerem as audiências e a câmara**”¹⁸². Por sua vez, na antiga vila de Banhos (hoje no Concelho de S. Pedro do Sul¹⁸³) numa data tão tardia com 1696, ainda

“ha **huma casa da Audiência, & Camera, que se desocupa no tempo das quadras** [*temporadas termais*], **para nella se acomodarem os enfermos, & consta de duas casas grandes, huma de sobrado, & outra ametade terrea, & outra ametade de sobrado**”¹⁸⁴.

Esta vocação plurifuncional tanto da audiência como do próprio edifício – temporária mas periodicamente usado como hospital – mostra bem a dificuldade local em se impor uma vocação exclusiva aos edifícios e aos seus mais importantes espaços interiores.

A *assimilação entre audiência e câmara*, que vimos registando, prossegue no século XVIII. Assim, em 1721, em Ansião (vila pouco depois extinta e substituída pela vila nova de Carrazeda de Ansiães), ao falar-se das respectivas “Cazas da Camara e Cadeya” dizia-se que

“dentro dos muros desta Vila [de Ansião] se conserva (sem embargo de suas ruínas e pouca povoação) **a caza da câmara e a audiencia aonde nas 3.^{as} e 6.^{as} os Juizes vam fazer audiências as partes**. Junto della esta sua praça com o Pelourinho de que acima tratamos e huma limitada e incapaz caza de cadeia para onde se mudou do castello onde era antigamente”¹⁸⁵.

Cinco anos depois, em 1726, o Corregedor de Guimarães Francisco Xavier da Serra Craesbeeck informa-nos de que, também naquela antiga vila de Guimarães

“a dita Casa da Rellação serve de Casa da Camara, com duas janelas para a Prassa de Nossa Senhora da Oliveira, e tem outras duas janellas mais na mesma frontaria, que são da Casa da Audiência, que he muito espassosa”¹⁸⁶.

Escrevendo mais de um século depois, em 1840 – passada já a tormenta da implantação do Liberalismo – o Administrador do Concelho de Vila do Porto de Santa Maria (Açores) pede o Convento local dos Franciscanos para nele se estabelecer a Casa das Audiências, pois “não existe neste Concelho Casa alguma própria das Audiências mas sim têm sido feitas n’uma indecente Sala dos paços do Concelho **por uma condescendência antiquíssima dos Membros da Câmara Municipal**”¹⁸⁷. Enfim, em 1861, já em pleno

¹⁸² Documento publicado por António Baião in *A Vila e Concelho de Ferreira do Zêzere – Apontamentos para a sua História Documentada*, Reimpressão da 1.ª Edição (1918), Edição da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, Ferreira do Zêzere, 1990, p. 67.

¹⁸³ A antiga vila de Banhos era, com Vouzela, uma das duas cabeças do Concelho, bicéfalo, de Lafões, ao que sabemos, o único em Portugal com duas “cabeças de concelho”.

¹⁸⁴ Antonio Pires da Sylva, *Chronographia Medicinal das Caldas de Alafoens*, Officina de Miguel Deslandes, Lisboa, 1696, citado por A. Nazaré Oliveira, *Termas de S. Pedro do Sul (Antigas Caldas de Lafões)*, Palimage Editores, Viseu, 2002, p. 58.

¹⁸⁵ P.º João Pinto de Moraes e António de Sousa Pinto, *Memórias de Ansiães* [1721], Leitura Introdução e Notas de Ricardo Manuel Paninho Pereira, Ed. Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, Carrazeda de Ansiães, 1985, p. 23.

¹⁸⁶ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, p. 100.

¹⁸⁷ *Ofício* – atrás citado – do Administrador do Concelho de Vila do Porto de Santa Maria para o Administrador Geral do Distrito de Ponta Delgada em que pede o Convento dos Franciscanos para nele se estabelecer a Casa das Audiências, Porto de Santa Maria, 8-5-1840, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2008.

Regime Liberal, em certa *Representação* da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo pede-se explicitamente “que a despesa com o local destinado ao serviço dos Tribunais de Justiça seja feita pela Direcção das Obras Públicas e não pela referida Câmara”¹⁸⁸, o que demonstra o carácter concelhio dos espaços de exercício e aplicação da Justiça. Como sabemos, este carácter concelhio dos espaços da Justiça terminará apenas nos Anos 30 do Séc. XX, com a construção das primeiras “Domus Justitiae” do Estado Novo¹⁸⁹.

11.4 – As casas da audiência térreas

Comprovada a existência de casas ou paços de audiência medievais (que estarão na base da tipologia casa da câmara que já atrás discutimos) e assinalado o seu inegável carácter concelhio, cumpre reconhecer que quase nada sabemos da sua arquitectura. Com efeito, deste *corpus* arquitectónico – que há-de ter sido muito vasto e muito variado em

Este *Ofício* faz parte de um processo muito interessante relativo ao estado de conservação das velhas audiências de alguns concelhos açoreanos, remetido para o Ministério do Reino a coberto do *Ofício* do Administrador Geral do Distrito de Ponta Delgada ao Ministro do Reino, relativos às “casas d’audiência dos Julgados da Vila da Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Nordeste, Capelas e Lagoa” e ainda à de Vila do Porto da Ilha de Santa Maria; Ponta Delgada, 3-7-1840. Este documento já foi várias vezes referido ao longo deste estudo (ver atrás, Apêndice Documental; Doc. N.º 27).

¹⁸⁸ *Ofício* do Governador Civil de Angra para o Ministro do Reino, remetendo uma *Representação* da Câmara Municipal daquela cidade (em anexo) “pedindo que a despesa com o local destinado ao serviço dos Tribunais de Justiça seja feita pela Direcção das Obras Públicas e não pela referida Câmara”; Angra do Heroísmo, 7-5-1861, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3080 [1861].

Anos antes, nos primeiros momentos do Liberalismo, tratava-se de encontrar espaços compatíveis para a realização dos mais diversos actos judiciais de acordo com os novos códigos (que exigiam espaços individualizados adequados) – espaços a disponibilizar nas próprias casas da câmara ou em outros edifícios públicos, nomeadamente nos velhos conventos acabados de entrar para a tutela do Estado. O documento seguinte mostra bem o problema levantado pela necessidade de encontrar espaços adequados para o exercício da Justiça, no jogo entre os edifícios concelhios e os edifícios estatais:

Ofício do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça ao Ministro de Reino, “sobre as dúvidas que se oferecem à expedição das Ordens que solicitei para que os Juizes de Direito das Comarcas e Juizes Ordinários dos Julgados se possam servir interinamente das casas da câmara quando nas mesmas Comarcas ou Julgados não haja local suficiente para as Audiências do Juízo”, Lisboa, 9-5-1837, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2005.

Seguem-se, sobre o mesmo assunto, *ofícios*, *minutas*, *resumos* para despacho e *cópia* da *Circular* acima referida, de 12-5-1837, documentos emanados do Ministério então tutelado por Passos Manual:

b) Cópia – N.º 184 – Circular – Sendo indispensável que os Juizes nomeados em virtude do Decreto de 29 de Novembro do ano passado tenham locais ou Salas públicas em que possam exercer suas funções, Manda a Rainha pela Secretaria d’Estado dos Negócios do Reino, que o Administrador Geral interino do Distrito de ... passe sem perda alguma de tempo a tomar informações sobre os Edifícios públicos que houver nas Cabeças de Comarca e nas Cabeças de Círculo de Jurados, e que proponha aqueles, ou parte deles, que julgar mais convenientes para o referido objecto e, não os havendo absolutamente, o mesmo Administrador Geral indicará o modo por que se deverá prover definitivamente nessa falta, devendo os Juizes servir-se interinamente das Casas das Câmaras respectivas para as suas Audiências - Palácio das Necessidades em 12 de Maio de 1837 - Manuel da Silva Passos.

¹⁸⁹ Para essas Domus Justitiae ver António Manuel Nunes, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo – Templos da Justiça e Arte Judiciária*, Minerva, Coimbra, 2003.

tamanho, em materiais e sobretudo em desenho – muito pouco sobreviveu. De entre os testemunhos sobreviventes conhecidos, o desenho da “casa da audiencya” de Melgaço, integrado na *vista* atrás referida de Duarte de Armas, merece um lugar particular. Deste desenho retenhamos agora apenas o facto de que em Melgaço temos já, em 1509, uma “casa da audiencya” de *dois pisos*, isto é, um *edifício sobradado*, convenientemente telhado e dotado de duas janelas. Como vemos, em Melgaço o espaço concelhio da audiência deixa de estar limitado a um alpendre aberto, circunscrito ou não com poiais ou bancos corridos, como acontecia em Ouguela pela mesma altura. Porém, *entre os alpendres primitivos e as casas sobradadas* trecentistas ou quatrocentistas haverá que contar com uma *geração intermédia de salas de audiência térreas*, ou melhor, ocupando a integralidade ou parte de edifícios térreos, sempre de tutela concelhia. A este grupo pertenciam certamente alguns dos **“paaços da Audiência”** medievais acabados de recensear enquanto lugar de realização da assembleia de homens-bons. Com efeito, de há muito perdidas, nada sabemos – repetimos – da configuração destes paços ou casas de audiência, mas é neste conjunto de audiências térreas que há que incluir as três mais importantes audiências medievais sobreviventes, aa de Bragança, de Estremoz e de Monsaraz (hoje no Concelho de Reguengos de Monsaraz).

A audiência de Estremoz, apesar da sua raridade, da sua singularidade e da qualidade arquitectónica da sua sala, da sua fachada e do seu alpendre (este já atrás discutido), não tem sido muito notada. A audiência de Monsaraz, apesar da sua raridade e da sua importância arquitectónica, tornou-se notada apenas por abrigar o famosíssimo fresco do *Bom e Mau Juiz*. Pelo contrário, a audiência medieval de Bragança é um dos edifícios históricos portugueses hoje mais divulgados e populares, mas é também um dos mais mal conhecidos e mais mal interpretados. Como já atrás vimos, é este edifício que *apenas desde o princípio dos anos 30 do Século XX* vem sendo incorrecta, anacrónica, abusiva mas quase universalmente denominado de “Domus Municipalis” em manuais didácticos, em livros de divulgação turística e mesmo nos estudos históricos mais sérios.

As *audiências* medievais de Bragança, de Estremoz e de Monsaraz são monumentos maiores não só da história da nossa arquitectura como da própria história do movimento concelhio português. Com efeito, elas representam três momentos que, independentemente da sua cronologia – tão difícil de estabelecer, aliás – apenas são entendíveis enquanto peças de uma história comum, a do agenciamento de espaços de audiência públicos e construídos de pedra e cal. Aqueles três edifícios, certamente todos eles multifuncionais na sua origem (embora todos eles estivessem sobretudo vocacionados para a realização de audiências), situam-se historicamente a meio caminho entre os primitivos espaços concelhios exteriores,

meramente alpendrados e a muito posterior monumentalização dos espaços públicos de audiência, com a edificação das primeiras *casas sobradadas* vocacionadas para o exercício da Justiça. Com efeito, as audiências medievais de Bragança, de Estremoz e de Monsaraz continuam, por um lado, a ser *edifícios térreos, tal como os velhos alpendres concelhios*. Por outro lado, apesar das enormes diferenças tipológicas entre as aberturas da casa da audiência de Bragança e a das duas audiências alentejanas acabadas de referir, adiante discutidas, todas estas três audiências medievais são abundantemente fenestradas. Ora, pensamos que a surpreendente *existência de muitas aberturas é uma das características gerais das velhas audiências medievais*, proporcionando mesmo uma das suas componentes identitárias mais visíveis.

11.4.1 – A casa da audiência de Bragança

Começaremos a nossa análise das três antigas casas da audiência sobreviventes, todas elas de origem medieval e todas elas térreas, pela discussão da de Bragança. Poderia oferecer dúvidas o carácter “térreo” da audiência de Bragança, pois está localizada e construída sobre a “caixa” exterior da cisterna da cidadela local. No entanto, uma simples representação do edifício em “corte”, com a figuração da cisterna, da sala primitiva e das respectivas coberturas nos mostra esse carácter rasante [Fig.^a 528]¹⁹⁰. Devemos notar ainda que a mera inexistência de um piso nobre, normalmente sobradado, inerente a um edifício de dois andares, impõe a integração da casa da audiência medieval de Bragança no grupo dos edifícios térreos de tutela concelhia.

Das três audiências térreas medievais sobreviventes, a mais antiga ou, pelo menos, a que corresponde a um modelo mais arcaizante é a de Bragança. Porém, a nossa proposta de identificação da verdadeira função original do histórico edifício merece discussão¹⁹¹. Com efeito, este notável monumento é o famoso edifício que durante séculos desempenhou as nobres funções de *casa da câmara* ou *casa do Senado da Câmara* da cidade, expressões por

¹⁹⁰ “Bragança – Corte longitudinal em que se mostra a proporção da cisterna”, In “*Domus Municipalis*” – Bragança, Boletim da Direcção Geral..., N.º 4, Junho de 1936, Fig.^a 14.

¹⁹¹ No único estudo monográfico do edifício (o que precedeu a realização das obras de restauro a cargo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) levanta-se a questão das verdadeiras razões para a sua construção: “Empreendendo tal obra, pretendeu-se, na realidade, dotar o concelho com uma casa onde o senado municipal pudesse realizar dignamente as suas reuniões, ou apenas edificar um abrigo forte, quási uma pequena alcáçova, para defesa, conservação e – digamos a palavra moderna, mas expressiva – municipalização efectiva da cisterna?”, “A ‘Domus Municipalis’ de Bragança (Notícia Histórica)”, in “*Domus Municipalis*” – Bragança, Boletim..., N.º 4, Junho de 1936, p. 12.

que era conhecido tradicionalmente, tanto pelos moradores como pelos visitantes ou por eruditos locais como José Cardoso Borges que, escrevendo algures cerca de 1721, considera que “sempre este edifício é uma das coisas notáveis que há nesta cidade”¹⁹². Tirando as inúmeras referências documentais de âmbito concelhio ou regional e os escritos de autores locais, a velha casa da audiência de Bragança foi notada uma primeira vez num “artigo anónimo publicado em 13 de Outubro de 1850, na ‘Revista Popular’, modesto semanário fundado em Lisboa, um ano antes, por Fradesso da Silveira, Latino Coelho e outros”¹⁹³. Aí se publicava então uma gravura do edifício [Fig.^a 529]¹⁹⁴ e se reconhecia a sua antiguidade, recomendando-se já a sua reparação.

Dado o exposto nas páginas precedentes, pensamos não existir dúvida quanto à primitiva vocação da *pseudo-domus municipalis* dos manuais e dos folhetos turísticos. Consideramos que o histórico edifício de Bragança era a *primitiva casa da audiência local*, a seu tempo construída sobre a cisterna do concelho. Porém, a favor da identificação daquele edifício como casa da audiência podem ser aduzidos alguns argumentos.

Por um lado há que lembrar que o exercício local da justiça é a caução da própria existência, da identidade e da legitimidade do concelho, com todas as suas atribuições, com todos os seus “oficiais”, com o seu respectivo termo e com a sua “cabeça”, isto é, a sua sede, quase sempre coincidente com a sua sede urbana, pesem embora as conhecidas e famosas excepções a esta práxis, já atrás referidas. Ora, é na vila sede do concelho que, desde muito cedo, *se localiza obrigatoriamente a audiência concelhia*, seja ela um alpendre improvisado ou um edifício construído de pedra e cal e devidamente telhado, *num tempo histórico que normalmente coincide ou é pouco posterior à atribuição do Foral*, tempo esse que *precede* como sabemos, a existência, muito posterior, de casas da câmara ao serviço dos concelhos portugueses. Enfim, as funções judiciais eram a *primeira*, mais importante e mais premente função dos “alvazis” e, depois, dos juízes que, até à implantação do Liberalismo, encabeçavam sempre a lista dos “oficiais” concelhios, dos quais o mais velho presidia às respectivas câmaras. Sabemos também que os juízes julgavam e arbitravam os conflitos entre os vizinhos com a autoridade e legitimidade que a lei e a tradição lhes atribuíam – e sem a acção dos quais a vida das diversas comunidades seria impossível. Por isso, a *adaptação de um espaço* informal ou a construção de uma casa (fosse ela térrea ou

¹⁹² José Cardoso Borges, *Descrição Topográfica de Bragança*, “manuscrito do primeiro quartel do século XVIII, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa” (A “Domus Municipalis” de Bragança (Notícia Histórica)), citado in *Ibidem*, N.º 4, Junho de 1936, p. 10.

¹⁹³ “A ‘Domus Municipalis’ de Bragança (Notícia Histórica)”, in *Ibidem*, p. 16.

¹⁹⁴ “Bragança – A ‘Domus’”, segundo uma estampa do século XIX (Da ‘Revista Popular’, 1850), reproduzida in *Ibidem*, Fig.^a 18.

sobradada) *para a realização das audiências precede a existência da chamada casa do concelho* e, por maioria de razão, *precede* sobretudo a existência de uma casa da câmara. Foi justamente o que se passou em Bragança onde, na velha casa da audiência medieval se adaptou mais tarde uma câmara das vereações, como sabemos, assim se tornando a velha audiência em *casa da câmara* da cidade. A história das funções abrigadas na audiência medieval de Estremoz é comprovadamente semelhante e confirma a nossa proposta de identificação. Com efeito quando esta antiga audiência medieval alentejana foi “atingida em 1698 pelo incêndio provocado por uma explosão (...) **aí funcionava na altura a casa da câmara**, que teve necessariamente de passar para outro local na parte baixa da vila”¹⁹⁵ Como vemos, tal como em Bragança, também em Estremoz a audiência primitiva, num segundo momento, passou a abrigar, ou melhor, deu lugar à casa da câmara do respectivo concelho.

Um outro argumento decorre do facto de todos os testemunhos escritos conhecidos confirmarem que as casas da audiência medievais portuguesas *precederam* – enquanto lugar de reunião da Assembleia dos Homens-Bons – as casas da câmara locais, fosse qual fosse a designação dada a estas na documentação conhecida.

Enfim um último argumento a favor da identificação acima proposta decorre da própria morfologia do histórico edifício de Bragança que, tal como as audiências de Estremoz e de Monsaraz, era inicialmente constituído apenas por *uma única divisão* que proporcionava a respectiva sala de audiência. Como sabemos – e quase todos os visitantes e estudiosos do edifício notaram – *aquela sala primitiva só seria dividida muito mais tarde*, por uma parede transversal, adiante referida, *de modo a proporcionar a “câmara” reservada* cuja existência, afinal tardia, legitimou a designação, também tardia mas historicamente dominante, de *casa da câmara* ao famoso edifício.

A construção da *casa da audiência* de Bragança sobre a cisterna do concelho era uma situação que, apesar de rara, não era única no Portugal medieval. Com efeito, já atrás víamos os Homens-Bons de Chaves a passarem uma Procuração ao Procurador do respectivo Concelho para as Cortes de Santarém de 1383 numa assembleia reunida “na villa de chaues **Em çima da Çisterna**”¹⁹⁶. Pensamos que algo de parecido se passaria

¹⁹⁵ Maria Teresa Raposo, “A Sala de Audiências de D. Dinis, em Estremoz”, in *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Vega, Lisboa, 1995, p. 200.

¹⁹⁶ Assembleia reunida a 19-7-1383. Documento publicado por A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II (1383), p. 106.

tradicionalmente em Bragança e noutros concelhos medievais¹⁹⁷, num tempo anterior à construção de *casas do concelho* – fosse qual fosse a designação original destas casas.

A adaptação da audiência de Bragança sobre a cisterna local pode ter ocorrido em dois ou três momentos sucessivos: pensamos que primeiramente se teriam edificado estruturas sólidas mais ou menos rasantes, que proporcionassem *resguardo e assento seguro aos seus utilizadores*. Sobre estas estruturas mais ou menos térreas se teriam então erguido *estruturas ligeiras e efémeras que os protegessem da chuva e do sol*. A ser assim, ao princípio haveria que contar provavelmente com sólidas grades de pedra que circunscrevessem o eirado da cisterna e que servissem de espaldar aos assentos corridos, também de pedra, que contornariam, tal como hoje, todo o perímetro do eirado primitivo.

Pensamos que sobre a primitiva estrutura de pedra se viriam a apoiar, num segundo momento, os esteios mais ou menos resistentes, embora informais, de pedra ou de madeira, que sustentassem um mais ou menos complexo e muito grande telheiro, à semelhança do que ocorria, embora numa escala muito mais pequena, em Linhares (Celorico da Beira), como vimos. Enfim, cobrindo ou não a integralidade do eirado sobre a cisterna, a cobertura do muito provável alpendre primitivo de Bragança, maior ou menor, abrigaria inicialmente todos os agentes e sujeitos envolvidos nos diversos autos judiciais e, simultaneamente, a generalidade dos demais actos concelhios. Pensamos ainda que, num terceiro momento, aquelas antigas estruturas ligeiras e efémeras poderão ter dado lugar ou a um primeiro edifício de pedra e cal que seria a seu tempo totalmente reformulado e reconstruído dando origem ao edifício que chegou até nós [Fig.^a 530]¹⁹⁸ – edifício que, a ser assim, resultaria da monumentalização muito mais tardia de um alpendre concelhio mais antigo.

Um erudito local, o Dr. Raúl Teixeira, Director do Museu de Bragança nos Anos 30 do século XX, já intuía na casa da câmara de Bragança, muito penetrantemente, o seu carácter de alpendre concelhio monumentalizado, localizado sobre a cisterna. Considerava este estudioso que a presumível descoberta acidental de uma nascente de água na cidadela, no sítio adjacente à velha igreja, fora um “preciosíssimo” achado,

“por inesperado em tal local e altitude, o que teria determinado o **levantamento da grandiosa cisterna** que abrigaria a linfa apetecida, de préstimo e utilidade de apreço raro, a garantir os moradores do burgo durante os longos assédios e perante as contingências dolorosas da vida aventureira de antanho. Fechada a abóbada da cisterna, de capacidade elevadíssima, **sobre ela se**

¹⁹⁷ Dois outros exemplos são proporcionados pelos espaços de audiência ou de assembleia dos Homens-Bons de Linhares (Celorico da Beira) e de Aguiar da Beira, respectivamente. Em ambas as localidades aqueles espaços estavam localizados nos eirados sobre as respectivas fontes do concelho.

¹⁹⁸ “Bragança – A «Domus» renascida e isolada, olhada de sudeste” in “*Domus Municipalis*” ..., Fig.^a 25.

ergueu o como que alpendre fenestrado e coberto, a que foi dada a útil aplicação de recinto destinado às reuniões da assembleia popular municipal”¹⁹⁹.

Esta ideia é retida no pioneiro estudo inserido no *Boletim da DGEMN*, em que se considera explicitamente que

“as paredes primitivas, com as suas arcadas abertas, constituíam **um todo singularíssimo, pouco diferente – na configuração e no desabrigo – de um alpendre monumental**”²⁰⁰.

A datação relativamente tardia proposta pelos estudiosos mais recentes parece confirmar a nossa proposta de reconstituição do edifício na sua forma primitiva. Dada a sua importância para uma melhor compreensão do mesmo, merecem registo as mais importantes propostas de datação do histórico edifício, a começar pela do Abade de Baçal. O famoso erudito, cruzando de uma forma muito engenhosa os dados decorrentes de documentação local então inédita, pôde deduzir que “a Casa da Câmara, intra-muros da cidadela, **deveu ser feita (...) ao mais remontar, nos fins do século XIII**”²⁰¹. Seguindo as deduções do Abade de Baçal, transcritas no estudo do Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que vimos citando, pode ler-se que a

“**época mais provável da construção** da casa do senado de Bragança [foi] **o último decénio do século XIII ou, melhor ainda, o primeiro do século XIV** – isto é, quando já governava Portugal o generoso D. Dinis, bisneto do indigitado fundador da primitiva igreja e do primitivo castelo [de Bragança]”²⁰².

Escrevendo muito mais tarde, em 1994, Pedro Dias avança com uma datação mais tardia. Este autor começa por integrar a casa da audiência de Bragança no ciclo construtivo e estilístico a que chama de “Arquitectura Gótica Portuguesa”²⁰³, apesar de algumas características construtivas e estilísticas do edifício, assim seguindo uma tendência em que seria acompanhado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Barroca. São de Pedro Dias as seguintes palavras:

“construção habitualmente datada de épocas anteriores àquela em que julgamos que realmente foi feita é a *Domus Municipalis de Bragança*. O seu aparelho, a decoração da cachorrada, o tipo de cisterna e a própria história da cidade **não permitem que se date de um período anterior a meados do século XIV, não nos repugnando, no entanto, aceitar que seja ainda posterior. Segue a gramática estilística do românico**, como acontece com os templos paroquiais transmontanos até à época manuelina, sendo raras as excepções que se conhecem. **É no entanto, uma obra que requer particular atenção, quer pela sua estrutura**, com as janelas a toda a volta da única e ampla sala, **quer pelo seu significado**, pois era o local de reunião dos homens-bons do concelho nordestino”²⁰⁴.

¹⁹⁹ Informação escrita do Dr. Raúl Teixeira, antigo Director do Museu de Bragança, transcrita in “A ‘Domus Municipalis’ de Bragança (Notícia Histórica)”, in *Ibidem*, p. 13.

²⁰⁰ “A ‘Domus Municipalis’ de Bragança – Antes da Restauração”, in *Ibidem*, p. 20.

²⁰¹ Citado em “A ‘Domus Municipalis’ de Bragança (Notícia Histórica)”, in *Ibidem*, p. 7.

²⁰² “A ‘Domus Municipalis’ de Bragança (Notícia Histórica)”, in *Ibidem*, p. 9.

²⁰³ Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

²⁰⁴ Id., *Ibidem*, pág. 186.

Mário Barroca também considera – na sequência das deduções de Pedro Dias e quase nos mesmos termos – que a *audiência* de Bragança remonta a um certo momento (para ele aparentemente indeterminado) do século XIV. Com efeito, em Bragança,

“Não se trata de uma construção românica, como vulgarmente se classifica e como alguns autores, valorizando o aspecto arcaico do edifício e os seus arcos de volta perfeita, defenderam (nomeadamente o abade de Baçal, Manuel Monteiro, Aarão de Lacerda, Reinaldo dos Santos e Gerhard Graf). Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida já teve oportunidade de salientar, a Casa da Câmara de Bragança pela ornamentação dos seus múltiplos modilhões, pela própria técnica de construção e pelo seu aparelho siglado, deverá ser obra do século XIV. De resto, a própria história de Bragança não permite conceber a iniciativa desta construção em épocas muito mais recuadas”²⁰⁵.

Como vemos, estas duas últimas propostas de datação apontando para datas mais ou menos indeterminadas mas muito tardias merecem muita consideração, apesar de contrariadas pelo carácter muito arcaizante do edifício, que se nota na sua localização, na sua estrutura e mesmo na composição das suas fachadas.

Enfim, seja qual for a datação atribuída à audiência de Bragança, que todos conhecemos, pensamos que *esta pode ter resultado da reformulação e mesmo da reconstrução de estruturas pré-existentes no local*, estruturas essas que – pela sua antiguidade, pelo seu prestígio, pela sua funcionalidade e até pelo seu impacto visual – se terá considerado, em determinado momento, útil, vantajoso e até mesmo necessário monumentalizar, mediante a reformulação total do alpendre primitivo, a que se daria a famosa fachada intensamente fenestrada que chegou até nós.

A ser assim, o histórico edifício de Bragança seria a resposta, o resultado de um amplo, lento e muito significativo processo de monumentalização de estruturas anteriores, provisórias e mais ou menos informais, todas elas a seu tempo adaptadas, apoiadas ou construídas no extradorso da abóbada da cisterna primitiva [Fig.^a 531]²⁰⁶. Desse processo resultaria a forma global do edifício que, como sabemos, proporcionava originalmente um único espaço contínuo, muito vasto e relativamente regular. Mas desse processo de monumentalização resultaria ainda a tão rara e aparentemente tão estranha teoria das tão características aberturas arqueadas que rodeiam as cinco fachadas do edifício, proporcionando a criação de uma inédita e muito original “sala, iluminada a toda a volta por uma série de pequenos arcos de volta perfeita”, para usarmos as palavras de Mário Barroca²⁰⁷. Com efeito, “a iluminação é assegurada por janelas de arco de volta perfeita, assentes sobre impostas e pilares quadrangulares, não tendo em regra decoração

²⁰⁵ In Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte... – O Gótico...*, p. 147.

²⁰⁶ “Bragança – Corte transversal em que se mostra a forma da armação e a abóbada de berço da cisterna”, in “*Domus Municipalis*”..., N.º 4, Fig.^a 15.

²⁰⁷ In Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *Ob. Cit.*, p. 147.

escultórica”, como notou Jorge Rodrigues²⁰⁸. Ora, estas aberturas, que circunscrevem todo o perímetro do edifício, poderão de algum modo evocar os inúmeros e amplíssimos vãos outrora existentes entre os esteios ou quaisquer outras estruturas de suporte de uma primeira cobertura do eirado primitivo. Desse passado remoto teria sobrevivido apenas o antigo eirado, muito espaçoso, que passou a constituir o piso da audiência. Como sabemos, este piso amplo e corrido só um pouco mais tarde seria dividido em dois por uma parede transversal [Fig.^a 532]²⁰⁹, assim se ganhando uma *câmara* recuada, reservada para as vereações. Como já sabemos, a divisão do edifício em duas salas, audiência e câmara (já atrás repetidamente assinalada) foi feita relativamente cedo, mediante uma parede transversal, onde se abria uma porta de ligação entre os dois espaços, parede e porta desmontadas no decorrer do restauro do edifício nos Anos 30 do Séc. XX.

Assim se modelaram e se adaptaram na audiência medieval – térrea – de Bragança as componentes do piso nobre de uma típica casa da câmara portuguesa. Cremos que estas alterações, provavelmente datáveis de um momento desconhecido do século XV, estavam já concluídas nos fins desse século. Fosse, porém, como fosse, a reunião que teve lugar a 2 de Agosto de 1502 para escolher os Procuradores da cidade às Cortes de Lisboa daquele ano, teve comprovadamente lugar (como atrás vimos) “na cidade de bragança **no paço da cisterna que he paço do concelho** da djta cidade Estando hij Juntos Em vereaçom [...]”²¹⁰. Oito anos depois, encarava-se a realização de obras importantes no edifício, como se pode ler numa carta de Janeiro de 1510 do Duque de Bragança aos oficiais da Câmara:

“quanto aa **casa do conselho que esta na cisterna** parece me que se no pode fazer boa obra: **cobrir as paredes que estam pera ficar seguras e começar de fazer mo la huma casa por esquadria** dando lhe o cumprimento e largura o mais que puder ser e ouver aquelle chaão e **poder derribar pera isso as duas ou as tres paredes ate o lajoamento** que no despense niso mais que o feito pois que a cantaria hi fica e **a altura das paredes** des o lajoamento ate a armaçan deve de ser

²⁰⁸ Jorge Rodrigues, *O Modo Românico* in Dalila Rodrigues (Coordenação) *Arte Portuguesa – Da Pré-História ao Século XX*, Fubu Editores, Lisboa, 2009, Vol. 2, p. 86.

Deve notar-se que as “janelas de arco de volta perfeita, assentes sobre impostas e pilares quadrangulares” da casa da audiência de Bragança são singularmente semelhantes, pela sua forma e até pelas suas dimensões, a idênticas janelas da torre sineira da igreja românica de Freixo de Baixo (Amarante) – torre sineira que Jorge Rodrigues considera “decerto construída já em data avançada da centúria de Duzentos”: ver Jorge Rodrigues, *Ibidem*, Vol. 2, p. 83.

Contrariando as propostas de datação dos autores mais modernos (que apontam para momentos mais ou menos indeterminados do século XIV), Jorge Rodrigues retoma as propostas dos autores mais antigos, fazendo recuar em mais de um século a data da sua construção. Com efeito, em texto muito recente, referindo-se à “*Domus Municipalis*”, Jorge Rodrigues considera que “a sua história é totalmente desconhecida, apenas se sabendo que se tratará de edifício iniciado em finais do século XII ou primórdios do seguinte”, Id., *Ibidem*, Vol. 2, p. 85.

²⁰⁹ “Bragança – Corte horizontal ao nível das janelas com o muro divisório interior e as paredes que serviam de suporte a aterros”, in “*Domus Municipalis*”..., N.º 4, Fig.^a 6.

²¹⁰ *Procuração* dada pela cidade de Bragança ao Duque de Bragança como seu procurador nas Cortes de Lisboa de 1502, publicada por João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*..., p. 39.

de quatro varas e mea e **a armação** deve de ser feita de boa madeira e bem lavrada e **devem lhe de fazer algumas janellas do modo que se agora acostuma**²¹¹.

Como vemos, o edifício conhecido com “**paço da cisterna**” ganhava então a designação de “**paço**” e “**casa do concelho**” mas, como sabemos, as obras previstas não se realizaram, pelo que a Época Manuelina – que deixara naquela antiga província casas da câmara “manuelinas” tão importantes como as de Vila Flor ou Freixo de Espada à Cinta – começou e acabou sem deixar nenhuma marca no edifício. Assim, as tais “janellas do modo que se agora acostuma”, cuja construção se recomendava em 1510, previsivelmente ao gosto manuelino, não chegaram a substituir a teoria de janelas medievais.

Quase cem anos depois, em 1589, o duque D. Teodósio, depara-se com a pequenez, a má localização, a velhice e o carácter antiquado do edifício. Por isso, escrevendo à vereação recém-eleita, considera:

“tambem sou informado que **a casa da Camara e audiencia** dessa cidade he pequena; e não e (sic) forma a que conven aber nella e que esta em lugar escuso; encomendo voz que procureis **que se faça outra casa acomodada para Camara, e audiencia em lugar publico dos cidadaoz e povo** pois a cidade tem rendas de **que se possa fazer a melhor que ouver nessa comarca, para que a fique mais emnobrecendo**, e confio de voz que no vosso ano pensareis dar orde a que as mais destas obras se acabem, e as que se não poderem acabar nelle, fiquem principiadas para as acabarem oz offeciaiz que ouverem de servir o ano que bem [...]”²¹².

Como vemos, o Duque encara mesmo a construção de uma nova casa da câmara (cujo projecto está então em discussão), num lugar mais central:

“quanto aas casas da Camara o que **quero he que me aviseis do lugar em que estão fazendo hu desenho dellas** e das que estiverem ahi perto, e **que vejaes aonde fica bom fazer sse outras, e o que poderão custar** e que me aviseis de tudo co brevidade co vosso parecer para vos eu avisar do que nisso assentar; **o desenho que se fiser ha de ser da praça e do lugar em que assentardes que he bem fazer se**”²¹³.

Como sabemos, também estes tão ambiciosos projectos não tiveram lugar, pelo que as adaptações posteriores feitas na casa da câmara e em particular na sua fachada Sul, a que dava para a minúscula praça – com a sua escada (muito rústica, aliás) e as suas janelas e sacadas “à moderna”, captadas na gravura e nas fotografias antigas do edifício (atrás reproduzidas) – têm sido datadas dos séculos XVII ou XVIII²¹⁴.

A tão memorável casa da audiência de Bragança, muito cedo transformada e conhecida como “paços do concelho” ou “casa da câmara” (ou, muito mais tarde, em contexto classicizante, como “casa do Senado da Câmara”) tem sido alvo do reparo de

²¹¹ Documento publicado por Luís Alexandre Rodrigues, *Bragança no Século XVIII – Urbanismo – Arquitectura*, Edição Junta de Freguesia da Sé, Bragança, 1997, Vol. I, p. 211.

²¹² Publicado por Luís Alexandre Rodrigues, in *Ob. Cit.*, Vol. I, p. 212.

²¹³ Publicado por Luís Alexandre Rodrigues, *Ibidem*, Vol. I, p. 212

²¹⁴ Será só em 1862 que a Câmara de Bragança compra as casas nobres da Rua Direita e das ruas circunvizinhas para lá instalar os Paços do Concelho: ver Id., *Ibidem*, Vol. I, p. 213.

visitantes, eruditos e historiadores. A sua singularidade exige uma referência (sem quaisquer pretensões de exaustividade) a algumas dessas descrições, pois elas não só nos dão o pulsar do discurso e do olhar historiográfico português nos últimos cem anos, como nos proporcionam descrições excelentes do edifício.

Uma das mais antigas descrições da casa da câmara de Bragança, com propósitos meramente monográficos, deve-se ao erudito local setecentista José Cardoso Borges, (já atrás referido):

“He este edificio de pedraria em forma quadrangular, baixo, e por toda a circunferencia tem janellas de arco com distancia de dous palmos de humas a outras, e pouco mais tem estas de largura. Formava hua grande, e espaçosa sala, que agora se ve dividida em duas; na primeira se fazem as audiencias do geral, e na segunda se junta o Senado [...]. Toda a capacidade deste edificio ocupa hua cisterna de agoa nativa, cuberta de fortissima abobeda e sobre esta estão as salas”²¹⁵.

Como vemos, o edifício é considerado muito regular e “baixo”, isto é, atarracado e privado de piso nobre. O autor nota não só a presença da teoria de “janellas de arco” distribuídas “por toda a circunferência” (perímetro) do edifício [Fig.^a N.º 533]²¹⁶, como a amplidão da “grande, e espaçosa sala” primitiva. Esta, de há muito se apresentava “dividida em duas; na primeira se fazem as audiências do geral, e na segunda se junta o Senado”. Assim, a divisão que dava para a nova entrada rasgada na sua parede Sul – a que se acedia por uma pequena escadaria muito rústica, como já vimos – servia, como por toda a parte, de sala de audiências. Como era costume nas velhas casas da câmara, nomeadamente nas mais pequenas, por esta divisão passava-se, sem nenhuma cerimónia, para a câmara das vereações, o “Senado” de que fala a descrição. Enfim, a “fortíssima abobeda” que cobria a tão famosa “cisterna de agoa nativa” proporcionava uma espécie de criptopórtico medieval ao edifício, pois é sobre a cisterna que “estão as salas” que compunham a casa da câmara.

Dada a sua singularidade e a sua relevância, a casa da câmara também mereceu a atenção dos visitantes célebres. Assim, uma das descrições mais antigas deve-se ao outrora muito popular escritor, dramaturgo e jornalista Rangel de Lima (1839-1909), hoje esquecido, que visitou Bragança em 1880, na companhia do famoso pintor e arquitecto português Alfredo de Andrade, activo sobretudo na Itália do Pós-Romantismo e sobretudo do “Verismo” de fins do século XIX e que então visitou também as Beiras e o Distrito do

²¹⁵ José Cardoso Borges, *Descrição Topográfica de Bragança*, c. de 1721; descrição publicada por Luís Alexandre Rodrigues, *Ibidem*, Vol. I, pp. 209, 210. Esta descrição tinha já sido publicada in “A ‘Domus Municipalis’ de Bragança (Notícia Histórica), in “*Domus Municipalis*”..., N.º 4, p. 11.

²¹⁶ “Bragança – O mesmo ângulo interior [ângulo de poente] do monumento, após a reintegração”, in “*Domus Municipalis*”..., N.º 4, Fig.^a 29.

Porto. Assim, em inícios de Abril de 1880, Alfredo de Andrade foi a Trás-os-Montes, onde, entre outros monumentos, analisou e desenhou a “cisterna pública do século XII (exemplar raro entre nós)”, e que “é hoje uma miserável habitação”, conforme escreveria no *Relatório* da sua visita, citado por Lucília Verdelho da Costa²¹⁷.

Também Rangel de Lima descreverá a casa da câmara de Bragança tal como a viu em 1880:

“Junto do castelo há em Bragança um edifício que **data dos primeiros tempos da monarquia**, sendo por conseguinte anterior à época em que foi introduzida entre nós a arte ogival, edifício que tem a maior importância para o arqueólogo português. É uma **vasta sala coberta por tecto e telhado**, a qual **assenta sobre uma elevada abóbada**. Por baixo da abóbada há uma grande cisterna. **Um banco de pedra rodeia a sala, que tem ao meio duas bocas, à maneira de poços, guarnecidas de cantaria**, e pelas quais se tirava água da cisterna. **Era iluminada na sua primitiva forma por muitos arquinhos** actualmente tapados de pedra e cal, os quais sustentam o telhado”²¹⁸.

Com vemos, este autor assinala a antiguidade do edifício, a “vasta sala” do mesmo, a “elevada abóbada” sobre que assenta, os “muitos arquinhos” que a iluminavam “na sua primitiva forma” [Fig.^a 534], as bocas então ainda resguardadas da cisterna e o “banco de pedra [que] rodeia a sala” – tópicos estes que marcarão uma presença mais ou menos intensa em todas as futuras descrições.

Uma das mais sentidas leituras do “vetusto Paço Municipal” de Bragança é a já atrás referida, devida a Manuel Monteiro, um erudito do início do século XX, que notou muito em particular a “série sucessiva das fenestras (...) com as arquivoltas chanfradas”, bem como “a angulosidade da fachada ocidental” ou “o ressalto da cornija circundante, sustentada por modilhões historiados em que predominam motivos antrope e zoomórficos”. Registando ainda que “a portinha d’acesso recorta-se em arco perfeito no lado sul sobre o pateozinho do escadóz d’alvenaria”, este autor reteve em particular o facto de a casa da câmara de Bragança ser “**o único edifício profano que do românico subsiste no país**”. Manifestando “revolta e desgosto pelas sevícias infligidas com **a ruptura d’uns janelões, a sul e oeste, destinados a iluminar o interior em substituição das fenestras primitivas**, obstruídas no século passado com enchimento e pedregulho”, o autor considera que esta “construção discreta e atarracada **absorve com delícia a imaginativa do espectador pela instituição admirável que sugere e pela clara luz que projecta na revivescência da arquitectura urbana do século XII**”. Este autor intui a relevância institucional e arquitectónica do edifício, face ao castelo vizinho e à igeja contígua:

²¹⁷ Citado por Lucília Verdelho da Costa, *Alfredo de Andrade (1839-1915) – Da Pintura à Invenção do Património*, Veja, Lisboa, 1997, p. 256. Para estas pioneira visitas de estudo ver em particular “Desenhos, excursões artísticas e relatórios sobre a arte portuguesa”, Id., *Ibidem*, pp. 245-279. Os desenhos então realizados por Alfredo de Andrade conservam-se no Museu Cívico de Turim.

²¹⁸ Id., *Ibidem*, pp. 256, 257.

“Levantado n’essa época remota, ante o espírito se apresenta como **um dos três principais edifícios que dominavam um burgo** pequenino e pobre, composto de habitações humildes e infectas de madeira e xisto”. Com efeito, considera que “presumivelmente, os canteiros que no tempo de D. Sancho I ergueram **o primitivo castelo e a antiga igreja de Santa Maria** foram os mesmos que trabalharam n’esta **venerável construção românica** d’uma equilibrada firmeza e d’uma segurança robusta, cheia de lógica e graça”.

Enfim,

“vislumbra-se **o ardor, o desinteresse e a solicitude que o estrito populacho medievo pusera na fábrica do seu Paço Municipal**, empregando a melhor e mais dispendiosa matéria construtiva para a sua perdurabilidade e resistência, e **cumulando-o carinhosamente dos recursos e labores artísticos ao seu alcance como se se tratasse d’um templo para a perene glorificação de Deus**”.

E o nosso autor prossegue na sua descrição da velha casa da câmara de Bragança, que faz com a unção e o arrebatamento próprios de quem visita, pisa e contempla os recintos e os templos mais sagrados e que por isso merece transcrição neste estudo:

“O **visitante, comovido sob o peso da veneranda tradição histórica**, avança respeitosamente os seus passos com ânsia de poisar os olhos na íntima solitude do **recinto augusto, onde tantas vezes os senadores medievais decidiram dos destinos do concelho**.

Mas ao penetrar no **interior, composto de duas salas que se comunicam por uma abertura ogival feita no muro divisório**, logo o assalta a severa austeridade, a desconfortável nudez e a tristeza da assolação que ali reinam.

Ao longo das paredes mestras caiadas, e em que se representam as deturpações acima expendidas, **corre uma bancada de pedra e ao alto a fileira dos modilhões esculpidos tendo um o escudo das cinco quinas** verosimilmente considerado como o brasão do segundo monarca português.

No aposento da direita e quasi sob o enorme e violento rasgão produzido por um incêndio no madeiramento do tecto e no telhado²¹⁹, **emerge do lagedo do pavimento o parapeito circular da boca da cisterna que ocupa a subjacência do edifício**.

A entrada para este depósito cava-se na frontaria oriental ao nível do solo. Sobre a lôbrega e soturna superfície do líquido mal se enxerga a vigorosa abóbada de cantaria em curva plena com arcos de reforço.

O indígena ignorante e supersticioso foge com pavor d’este presumido antro de bruxedo.

Tal é, desconhecida a sua vida histórica, a consideração que lhe merece o **venerando paládio das regalias e direitos municipais dos seus antepassados** e que é hoje um monumento excepcional, produto indiscutível d’uma arte definitiva e consumada, a cuja silharia de granito o tempo transmitiu um carácter solene com o tom esmorecido da velhice²²⁰.

Um dos vistantes mais famosos foi certamente o historiador Joaquim de Vasconcelos (1848-1936), que também vê na “ANTIGA CASA do SENADO (BRAGANÇA)” [Fig.^a 535]²²¹ “**um belo exemplar, infelizmente em muito mau estado**” da “**arquitectura românica, profana, de Portugal**”. Ora, da “casa da Câmara ou do Senado de Bragança,

²¹⁹ Nos anos imediatamente anteriores a 1907, data da publicação da descrição de Manuel Monteiro, o edifício, desafectado há muitos anos, era abrigo de indigentes que se pensa que acidentalmente tenham provocado um incêndio no mesmo, tendo então ardido parte da armação do respectivo telhado. O edifício ficaria destelhado durante décadas e é nele que, num estado de pleno abandono, com sedimentos, palhiço, ervas e traves pelo chão, o Abade de Baçal se deixará fotografar, algures por volta de 1932 [ver adiante Fig.^a 536].

²²⁰ Manuel Monteiro, “Bragança”, in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza...*, Vol. 7.º.

²²¹ Legenda da fotografia, já atrás referida, de Marques de Abreu que ilustra a casa da câmara de Bragança in Joaquim de Vasconcellos, *Arte Românica em Portugal*, Com reproduções seleccionadas e executadas por Marques de Abreu; Nota introdutória de Artur Nobre de Gusmão, reimpressão da 1.ª Edição, Porto, 1918, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992, pág. 187.

antiquíssima construção do século XII”, o grande historiador propõe-nos uma descrição que, dada a sua relevância histórica, reproduzimos na íntegra:

“Imagine-se uma **construção de um só andar, quadrilonga, em silhares de granito**, pedra enxuta, **levantada sobre uma grande arca d’água**, que serve de cisterna, e ostenta **grande aparelho, perfeitíssimo**.

Arcos de volta redonda, singelos, ligados por uma imposta corrida, sem ornamentação, simplesmente chanfrada; **uma cornija muito simples** também. **No interior um assento corrido ao longo das paredes, nuas de todo o ornato**, *opus incertum*; apenas um escudo de cinco quinas, semelhante ao brasão de D. Sancho I. Nenhum vestígio de mamposteria.

Os arcos contituem uma galeria aberta, hoje mutilada; na face estreita seriam cinco; três estão intactos e dois inutilizados; na face mais comprida seriam oito, quatro de cada lado da entrada, que é muito singela, de volta redonda. Repare-se: **não há uma coluna, um capitel**; em lugar d’estes vemos os arcos ligados pela tal imposta corrida.

Apenas os **modilhões da cornija apresentam a ornamentação característica do estilo**: carrancas humanas, cabeças de animais, etc.

Seria fácil e pouco dispendioso restaurar e conservar **esta jóia única**, que ameaça próxima ruína”²²².

Como vemos, as descrições da casa da câmara medieval de Bragança – que, fosse qual fosse a sua designação primitiva, começou por ser a casa da audiência local, como procurámos demonstrar – insistem ora na antiguidade, ora na localização do edifício sobre a cisterna (com a sua abóbada e as suas três bocas), ora na qualidade da construção, ora na vastidão da sala, ora na sua cobertura (com o seu telhado e a sua aparatosa armação). Todas as descrições notam a sua fenestração tão rara e todos os visitantes repararam nos bancos de pedra corridos ao longo das paredes. Com efeito, localizados “em baixo” das janelas e “circuitando o pavimento sustentado pela admirável abóbada da cisterna, **cinge-se às paredes uma bancada de granito**, apenas cortada junto dos três arcos centrais do lado do norte, para dar lugar às duas escadas interiores que naquele sítio descem paralelamente até ao nível da rua”²²³. Foi precisamente neste “banco de pedra [que] rodeia a sala” (Rangel de Lima), neste “assento corrido ao longo das paredes” (Joaquim de Vasconcelos) que o Padre Francisco Manuel Alves, o tão justamente celebrado Abade de Baçal, se deixou fotografar pelo grande fotógrafo portuense Marques de Abreu, *antes [Fig.^a 536]*²²⁴ e *depois* das

²²² Id., *Ibidem*, pág.s 40, 41.

²²³ “A ‘Domus Municipalis’ de Bragança (Notícia Histórica)”, in “*Domus Municipalis*”..., N.º 4, p. 14.

²²⁴ “Bragança – O Reitor do Baçal, P.e Francisco Manuel Alves, dentro da ‘Domus’ em ruína”, in “*Domus Municipalis*”..., N.º 4, Fig.^a 32.

Marques de Abreu (Porto, 1879-1958), fotógrafo, professor e editor, foi um importante industrial fotogravador e como tal apoiou a edição, entre nós, de inúmeras e pioneiras publicações de arte, assegurando as respectivas ilustrações. Justamente algumas das suas mais famosas fotografias foram publicadas no boletim da DGEMN “*Domus Municipalis*” – *Bragança*, acabada de referir. Por outro lado, fora a exposição das suas fotografias sobre o Românico português – feitas em articulação e o apoio do já então plenamente consagrado Joaquim de Vasconcelos – inaugurada a 4 de Janeiro de 1914 no Salão de Festas do Ateneu Comercial do Porto, que suscitou a famosa conferência do ilustre historiador, posteriormente editada: *Arte Românica em Portugal* (1918), um dos grandes monumentos da História da Arte em Portugal. Para mais informações sobre a colaboração dos dois intelectuais portuenses ver a “Nota introdutória” de Artur Nobre de Gusmão à reedição desta última obra (Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992).

importantes obras de restauro promovidas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nos princípios dos Anos 30 do século XX. O Abade, descoberto (o chapéu repousa no banco, ao seu lado), numa postura modesta mas extremamente digna de padre de aldeia de um tempo para sempre revolvido, com um olhar simultaneamente penetrante e sábio, resignado e doce, está sentado nos bancos corridos de pedra da velha casa da câmara enquanto verdadeiro Homem-Bom que efectivamente foi, ao serviço da História, da Arte e do Povo da sua Paróquia, do seu Distrito e da sua Pátria²²⁵.

Esta bela fotografia, uma das mais intensas e comoventes de toda a História da Arte portuguesa, foi captada antes do restauro exemplar do edifício, empreendido em 1932 pela então recém-criada Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Passados mais de setenta anos sobre aquelas obras pioneiras, merecem registo as palavras que encerram a pequena mas excelente “Notícia Histórica” não assinada que integra o *Boletim* relativo ao restauro da antiga casa da audiência de Bragança. Lê-se naquele belo texto que, com “a restauração” daquele velho edifício, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais,

“realizando esta obra, pagou integralmente uma dívida que há longo tempo afectava a dignidade nacional. Na verdade **constituía um vexame, para a nação culta e progressiva, o desmantelamento em que jazia, desestimado, humilhado, semelhante a mendigo que todos vêm e ninguém socorre, o mais original e um dos mais preciosos exemplares arquitectónicos do nosso país, se não da península**, e que deve considerar-se, a despeito das sombras que envolvem o pensamento determinante da sua construção, **o primeiro e maior padrão erguido pela gente portuguesa em honra da instituição municipal**”²²⁶.

Merecem muito reparo mas também muita discussão estas palavras, pois está por provar que a casa da audiência medieval de Bragança seja de facto o “primeiro e maior padrão erguido pela gente portuguesa em honra da instituição municipal”. De facto, a ter em conta as propostas mais recentes de datação da audiência de Bragança tudo indica que esta foi contemporânea ou precedeu de muito perto as duas outras audiências térreas medievais sobreviventes, as de Estremoz e de Monsaraz, que analisaremos a seguir.

²²⁵ Sobre a vida e a obra do P.^e Francisco Manuel Alves, o Abade de Baçal (Baçal; Concelho de Bragança, 9 de Abril de 1865 - 13 de Novembro de 1947), ver em particular Adérito Branco, *Abade de Baçal – Vida e Obra*, João Azevedo Editor, Mirandela, 1997.

²²⁶ “A ‘Domus Municipalis’ de Bragança (Notícia Histórica)”, in “*Domus Municipalis*”..., N.º 4, p. 17.

11.4.2 – A casa da audiência de Estremoz

A casa da audiência medieval de Estremoz – bem como a de Monsaraz, adiante também discutida – tem uma relevância histórica equiparável em tudo à de Bragança, como procuraremos mostrar nas páginas seguintes. Com efeito, estes dois históricos edifícios medievais alentejanos detêm também qualidades arquitectónicas absolutamente excepcionais. Por outro lado, eles partilham as mesmas características essenciais que já encontráramos na casa da audiência da cidade transmontana e que parece constituírem *as componentes tipológicas básicas das velhas audiências portuguesas* num tempo histórico que precedeu a emergência e a consolidação da nossa já tão conhecida tipologia *casa da câmara*. Com efeito, exentas ou adossadas a edifícios pré-existent, também as audiências medievais de Estremoz e de Monsaraz parece terem sido inicialmente dotadas de apenas *uma única sala*, servida por uma *fenestração abundante*, de configuração absolutamente singular. Além disso, todas elas terão tido muito provavelmente uma *bancada corrida, fixa, a toda a volta da sala*, que sobrevive quase integralmente em Estremoz, embora porventura reconstituída durante as obras de restauro da DGEMN nos anos 60.

Apesar da sua raridade tipológica e apesar das suas excepcionais características arquitectónicas, a audiência medieval de Estremoz, situada na cidadela, face ao castelo e à ilharga da igreja de Santa Maria, tem sido pouco notada, tendo permanecido como que oculta ou ofuscada pelo seu belíssimo alpendre. Trata-se da tradicionalmente “chamada sala de Audiências de D. Dinis, construção dos princípios do século XIV (cerca de 1320)” (designação discutida em seguida), sobre a qual “nada se sabe ao certo”²²⁷.

Embora esteja (também como a de Bragança) relativamente bem conservada, a audiência de Estremoz sofreu grandes alterações, acrescentos e mutilações que tornam muito difícil a reconstituição e pleno entendimento do complexo construído original. A ter em conta a sua implantação no local [ver atrás **Fig.^a 116**]²²⁸, o edifício, fosse qual fosse a sua configuração primitiva, estaria inicialmente – tendo em conta as suas fachadas laterais – encostado a outros, provavelmente demolidos no todo ou em parte durante a Guerra da Restauração, a fim de se providenciarem espaços abertos e livres para construções e

²²⁷ Maria Teresa Raposo, *Ob. Cit.*, p. 200.

²²⁸ “*Câmara Municipal de Estremoz – Planta Geral da Cidade em 1947*; Escala 1:200”, pormenor; Gabinete de Arqueologia e Estudos de Engenharia Militar, Planta N.º 7695, 5-68-83. O espaço de implantação da audiência medieval de Estremoz, já então desafiada de construções anexas, está também representado numa planta de 1818, existente no mesmo Arquivo: “*Carta Geral Militar e Topográfica da / Praça de Estremoz / Levantada pelo Major Manoel Joaquim Brandão de Souza em Junho e Julho de 1818*”, Gabinete de Arqueologia e Estudos de Engenharia Militar, Planta N.º 7680, 5-68-83.

manobras militares. O mais provável, porém, é que parte daqueles edifícios (pelo menos os adossados à audiência no seu lado ocidental) tenham sido gravemente danificados durante o desastre provocado pela famosa explosão do paiol da pólvora em 17 de Agosto de 1698 e nunca mais tenham sido reconstruídos. Com efeito, apesar de voltada para a praça da cidadela, a sua fachada ocidental [Fig.^a 537] é inexplicavelmente chã e cega, pois não só ficou desprovida de quaisquer aberturas como não apresenta nenhum elemento decorativo nem qualquer elemento de composição arquitectónica, por elementar que seja.

A casa da audiência de Estremoz, precedida por um excepcional e raríssimo *alpendre monumental*, provavelmente único em Portugal, tem sido repetida e insistentemente considerada como componente do complexo palaciano edificado provavelmente pelo Rei D. Dinis (reinado entre 1279 e 1325) no castelo e que teria o seu epicentro na respectiva Torre de Menagem. Assim, num estudo relativamente recente de Maria Teresa Raposo ainda é chamada de “Sala de Audiências de D. Dinis”, retomando uma designação certamente tradicional, de que se fizera eco Túlio Espanca, quando considera que o edifício parece remontar “ao 1.º terço do séc. XIV, aliás em concordância com a tradição, que manteve a fórmula arcaica de SALA DE AUDIÊNCIAS DE D. DINIS”²²⁹.

Um autor local, escrevendo nos fins da primeira metade do século XX, chama-lhe simplesmente “palácio de D. Dinis” numa descrição do edifício que transcrevemos em seguida:

“No largo em frente do edifício da sala de armas, junto à igreja de Santa Maria, existe uma arcaria de cunho antiquíssimo, a que vulgarmente chamam palácio de D. Dinis, arcos que abrem num pequeno recinto gradeado para dar entrada, por uma bela porta ogival, para o antigo celeiro comum Monte Piedade.

Sobre essa porta está uma lápide que o Sr. D. Afonso de Dornelas, sábio investigador de ciência heráldica diz ser uma bandeira e que tem uma inscrição cuja tradução Sua Ex.^a nos dá e que é a seguinte: «Era de 1379 anos reinando Dom Afonso o quarto, filho do mui nobre D. Dinis Rei de Portugal. Este Rei Afonso deu esta bandeira em quantas lidas que foi todas venceu em este tempo». Nessa bandeira está o escudo de armas de Estremôs. Ingressando na casa do antigo Celeiro Comum é digno de ver-se o seu abobadado ogival em arcos de arestas cruzadas em séries, nervuras em tijolo caneladas, dum acabado perfeitíssimo e elegante”²³⁰.

Esta mesma designação fora em parte retomada pelo próprio *Guia de Portugal*, que publica uma fotografia do alpendre, com a significativa legenda de “PALÁCIO DE D. DINIS” [Fig.^a 538]²³¹. Com efeito, o histórico edifício é assim notado por Carlos Selvagem, que o considera mera componente do castelo local:

²²⁹ Túlio Espanca, “Antigos Paços do Concelho”, in “Estremoz” in *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora – Concelhos de Arraiolos...*, Vol. I, p.100.

²³⁰ Marques Crespo, “Extremôs”, in Pedro Muralha (Dir.), *Álbum Alentejano – Distrito de Évora*, Imprensa Bele, Lisboa, s.d., Tomo II, p. 282.

²³¹ Carlos Selvagem, “Estremoz” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II...*, p. 107.

“é, porém, fora do recinto do quartel [de metrelhadoras, então instalado nos ‘restos do *Palácio real*’] que se conservam ainda **os únicos restos da construção dionisiaca dos antigos paços** – uma edificação de planta rectangular com galilé de abóbada artesoada e arcos ogivais de colunas emparelhadas, como em Alcobaça, e sobre a porta de entrada, também ogival, o brasão de armas da vila – um castelo com um tremoceiro entre o sol e a lua, dois escudetes e igual número de castelos, e as quinas ao alto”²³².

Enfim, num texto publicado em 1959 e redigido mesmo nas vésperas da intervenção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Túlio Espanca segue os dados da tradição, quando considera que na cidadela local merece referência, entre outros monumentos,

“o **palácio real**, cujo vestígio importante se resume na **galeria da Casa da Audiência**, de planta rectangular, com arcada de cinco tramos geminados, de colunelos de mármore, capitéis historiados e portais góticos, das primeiras décadas do século XIV. Regular guarnição de cachorrada, com modilhões de pedra, envolve a curiosa dependência que, na parte interior, conserva velhíssima escultura policromada, do *Calvário* e o brasão original de Estremoz, ambos coevos. A sala anexa, antigo Celeiro Comum, de cobertura estrelada, de ogivas, e a torre do Relógio de cúpula piramidal, revestida de azulejos e torrinhas nos acrotérios, são da reforma manuelina”²³³.

A designação de “Sala de Audiências de D. Dinis” seria logo em seguida utilizada pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que a continua a usar, como continua a associar também a “Sala de Audiências de D. Dinis” ao castelo vizinho, do qual a audiência é considerada uma mera componente²³⁴. Pedro Dias também considera que a audiência e em particular o seu alpendre (que “devem ser já do reinado de D. Dinis”) constituem “os mais antigos testemunhos da nossa arquitectura civil gótica, concretamente o que resta do *Paço Real de Estremoz*”²³⁵. Paulo Pereira retoma a designação de “Paços da Audiência de D. Dinis”²³⁶, enquanto Mário Jorge Barroca a designa apenas como “Sala ou Paço da Audiência”²³⁷. Também este autor parece ver no edifício um complemento dos “paços da Alcáçova de Estremoz”, tendo em conta quer a sua localização “nas imediações da Torre de Menagem”, quer a circunstância de a sua “formosa Galilé” ser obra do mestre-arquitecto do paço e da primeira fase das obras da torre de menagem do castelo anexo. Merecem muito reparo, com efeito, as considerações deste autor:

²³² Id., *Ibidem*, p. 106, sublinhados nossos. Deve notar-se que esta descrição do brasão está incorrecta e incompleta, pois o tremoceiro assenta sobre uma espécie de monte florido e não sobre um castelo; o sol e a lua estão rodeados de duas estrelas, dispostas simetricamente e não existem escudetes mas antes uma espécie de túmulos abertos ou antes tanques, cujo significado não conseguimos descodificar [ver adiante **[Fig.º 539]**].

²³³ Túlio Espanca, *Évora e o seu Distrito*, Livraria Nazareth, Évora, 1959, pp. 79, 80.

²³⁴ Com efeito, na ficha da DGEMN – “Castelo de Estremoz /Pousada Rainha Santa Isabel (v. PT0407040 30008)” assinalam-se em “Utilização Actual” para o complexo construído três utilizações “Turística: pousada (castelo) / **Cultural: Galeria de Desenho da C.M.E. (Castelo: Sala de Audiências de D. Dinis)** / Cultural: capela do castelo (ocasionalmente aberta ao culto); sublinhados nossos.

²³⁵ Pedro Dias, *Ob. Cit.*, pág. 185.

²³⁶ Paulo Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)” in Paulo Pereira (Direcção) *História da Arte Portuguesa*, Temas e Debates, Lisboa, Vol. 1, 1995, p. 395.

²³⁷ Mário Jorge Barroca: “Arquitectura Gótica Civil”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *Ob. Cit.*, p. 94.

“na escócia da imposta de um dos capitéis geminados da Galilé, no topo Oeste, encontra-se uma legenda curta mas de singular importância, declarando: ANTON ME ED(ificou). Trata-se do mesmo mestre-arquitecto que assina um dos capitéis do Salão Nobre da Torre de Menagem de Estremoz, uma inscrição divulgada por Luís Chaves há bastantes anos. **Mestre Antão seria, portanto, o arquitecto régio em quem D. Dinis terá confiado a tarefa de conceber os paços da Alcáçova de Estremoz e que, depois de intervir aqui [Galilé da Audiência], se terá ocupado da Torre de Menagem** que, na sua parte inferior será obra de D. Afonso IV, embora a parte superior resulte de uma reforma da responsabilidade de D. João I”²³⁸.

As designações “Palácio de D. Dinis” “Paço Real de Estremoz, “Sala ou Paço da Audiência de D. Diniz” ou “Sala de Audiências de D. Dinis” – quando aplicadas ao edifício da audiência – merecem discussão, tal como aconteceu em Bragança com a igualmente abusiva e historicamente tão incorrecta designação, hoje tão comum, de “domus municipalis” atribuída à audiência medieval local. José Custódio Vieira da Silva, notando embora que “até ao século XV (...) foi Estremoz a cidade alentejana que mais capitalizou a preferência dos monarcas e, de modo particular, de D. Dinis, que aí permaneceu amiudadas vezes”²³⁹, põe em causa o carácter régio da audiência de Estremoz. Este autor, apesar de considerar que a D. Dinis “se deverá, possivelmente, a construção dos paços de onde, em 1281, enviou seus embaixadores a requerer por esposa a infanta Isabel de Aragão que já rainha de Portugal, neles haveria de falecer em 1336”, adverte, porém – e muito pertinentemente – que

“importará, no entanto, esclarecer a confusão que se tem gerado em torno dos vestígios arquitectónicos dos princípios do século XIV ainda subsistentes e que consistem num **formoso alpendre** localizado a sul da igreja de Santa Maria do Castelo. **Comummente tem sido considerado como fazendo parte dos paços dionisinos, o que não parece corresponder à realidade.** Com efeito, a sua localização exterior aos muros da fortaleza é, desde logo, problemática (...). Por outro lado, o brasão que se encontra colocado sobre a porta de entrada não ostenta, ao contrário do da torre de menagem, as armas reais mas os símbolos distintivos do poder concelhio (...). **Estar-se-á, portanto, em presença possivelmente de casas da câmara** que na época manuelina foram transformadas”²⁴⁰.

Merecem a maior consideração estas palavras de José Custódio Vieira da Silva. Com efeito, *a sala da audiência do paço de D. Dinis* de Estremoz, a ter existido, nunca estaria fora do paço, num edifício isolado do lado de lá da praça e da esplanada de acesso ao mesmo, como acontece com a localização da audiência de Estremoz. De facto, a ter existido, a sala de audiência régia estaria integrada no próprio paço, instalada efémera ou definitivamente na própria sala, numa câmara do mesmo ou, no máximo, num espaço

²³⁸ Id., *Ibidem*, p. 94.

²³⁹ José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais...*, p. 89.

²⁴⁰ José Custódio Vieira da Silva, *Ibidem*, pp. 89, 90.

Já Túlio Espanca notara o carácter concelhio do edifício, ao titular a respectiva ficha de “Antigos Paços do Concelho” de Estremoz, a que também chama, nesse texto, de “velha DOMUS MUNICIPALIS do Castelo”, isto é, localizada no castelejo medieval local: Túlio Espanca, “Antigos Paços do Concelho”, in “Estremoz” in *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora...*, Vol. I, p.100.

indeterminado (coberto ou muito excepcionalmente aberto) circunscrito pelo muros exteriores do mesmo²⁴¹.

No entanto, não é nada provável que tal sala de audiência régia tenha existido em Estremoz, pois idêntica sala não consta aparentemente em paços reais como os de Coimbra ou de Leiria, provavelmente mais importantes e mais frequentados pela família real que o de Estremoz. Assim, o mais provável era não haver sala de audiência nenhuma na alcáçova ou no paço do castelo de Estremoz, improvisando-se a mesma, sempre que fosse necessário, no espaço disponível mais adequado. Por isso, pensamos que o edifício alpendrado de Estremoz, integrando um complexo construído “exento” e plenamente independente do paço ou da alcáçova do castelo, era de facto a *casa da audiência não do paço real, mas do próprio concelho de Estremoz*. Com efeito – e a confirmar a nossa proposta de identificação – na fachada monumental da audiência surge, bem centrado sobre a porta, o *brasão do concelho* [Fig.^a 539], já atrás descrito e notado por diversos autores, com o *tremoeiro* de Estremoz bem destacado no centro, rodeado de uma série de outros elementos heráldicos, entre os quais – à semelhança do que acontecia em tantos outros brasões concelhios – constam efectivamente, também bem centradas, as armas reais²⁴². Porém, serão apenas as armas reais e não as armas do concelho que estarão presentes tanto na torre de menagem como no paço real adjacente, assinalando obras, adaptações e acrescentos feitos ao longo dos tempos, durante sucessivos reinados.

Um argumento final parece reforçar o carácter concelhio da casa da audiência medieval de Estremoz. Detentora de um belíssimo alpendre, tudo indica que este era o *alpendre do concelho*, espaço que foi cenário de certo auto administrativo de que nos chegou o “Estromento para entregarem a Affonso e Pedro [...] certos carneiros e ovelhas”, já atrás referido. Com efeito, aquele auto, que ocorreu a 13 de Abril de 1394, teve lugar “em

²⁴¹ Espaços de audiência régia são de facto excepcionais nos nossos paços reais medievais. A partir do estudo de José Custódio Vieira da Silva que vimos citando, apenas conseguimos registar testemunhos muito ténues de audiências régias nos paços da Alcáçova de Lisboa e no paço de Sintra. Com efeito, José Custódio Vieira da Silva nota que “no *Inventário das casas e tendas* que D. Dinis (...) possuía” em Lisboa, “os paços da Alcáçova, com o seu curral e audiências, são explicitamente referidos como casa da morada do rei”, José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais...*, p. 88; sublinhados nossos.

No Paço Real de Sintra o mesmo autor refere o “**Pátio da Audiência** do paço de Sintra”, de que publica uma fotografia: Id., *Ibidem*, p. 221. Sempre no Paço de Sintra, também Mário Jorge Barroca refere, imediatamente depois da “Sala Grande”, a “**Sala** de D. Sebastião, do Conselho ou **da Audiência**”: Mário Jorge Barroca: “Arquitectura Gótica Civil”, in *Ob. Cit.*, p. 98.

²⁴² Mário Barroca ignora o carácter concelhio do brasão, incidindo apenas na intervenção real na construção da Casa da Audiência, quando considera que “sobre a porta de entrada na Sala da Audiência encontra-se um baixo-relevo à maneira de bandeira consagrando o papel de D. Afonso IV na conclusão da obra, em 1341”: Mário Jorge Barroca: “Arquitectura Gótica Civil”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *Ob. Cit.*, p. 94.

Estremos **so allpembre do paço do comselho**”²⁴³. Como vemos, a casa da audiência de Estremoz, aparentemente edificada algures entre 1320 e 1341²⁴⁴, nos fins do século XIV era já conhecida como “paço do concelho”. Aí teve lugar a assembleia, reunida a 29 de Julho de 1383, onde se escolheu o Procurador do Concelho de Estremoz às Cortes de Santarém de 1383, “seendo Juntos em nosso Concelho **em o Pááo del**”²⁴⁵. Nesta assembleia foi também passada a Procuração respectiva, a apresentar na Cortes, procuração aquela que “*fecta foy na dicta villa no Paaço do Concelho*”²⁴⁶. Ora, este “**Paaço do Concelho**” é justamente a “chamada sala de Audiências de D. Dinis”, de cuja acidentada história Maria Teresa Raposo nos propõe um resumo, que aqui transcrevemos, dado o seu valor informativo:

“atingida em 1698 pelo incêndio provocado por uma explosão que deflagrou no paiol de munições que se encontrava próximo, **aí funcionava na altura a casa da câmara, que teve necessariamente de passar para outro local na parte baixa da vila**. Depois da reconstrução, serviu de celeiro comum e desde o princípio deste século de sede da Cruz Vermelha, da Mocidade Portuguesa e também aí estiveram instalados alguns serviços do exército. Está hoje esta construção reduzida a uma pequena galilé e a uma sala à qual dá acesso. O seu exterior sofreu várias modificações antes do aspecto que mantém actualmente e que data das últimas obras de restauro levadas a cabo pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1962-67. A torre do relógio, hoje sem acesso possível, também restaurada e modificada na mesma altura, parece-nos bastante posterior ao reinado de D. Manuel, que mandou abobadar a galilé, assim como a sala contínua a esta”²⁴⁷.

Como vemos, a audiência de Estremoz – incorrectamente designada de “Sala de Audiências de D. Dinis”, como procurámos mostrar – era uma estrutura tipicamente concelhia, de que é muito provável que o rei de Portugal – fosse ele D. Dinis, D. Afonso IV (1325-1357) ou qualquer outro – nunca se tenha servido e onde nunca tenha entrado ou onde tenha entrado apenas episodicamente. Em todo o caso, a terem entrado reis de Portugal naquele espaço, a sua entrada, necessariamente cerimonial, seria feita pela porta principal, por onde teriam já entrado previamente *todos* os actores e espectadores²⁴⁸ do auto

²⁴³ Publicado por Maria Teresa Saraiva, in *Figueira...*, p. 32.

²⁴⁴ A ter em conta as propostas de datação do paço real propostas por Mário Jorge Barroca: “Arquitectura Gótica Civil”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *Ob. Cit.*, pp. 93, 94.

²⁴⁵ A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 125.

²⁴⁶ Id., *Ibidem*, Vol. II, p. 129.

²⁴⁷ Maria Teresa Raposo, *Ob. Cit.*, pp. 200, 201.

Túlio Espanca considera que se ignora se os antigos Paços da Audiência de Estremoz foram abandonados logo a seguir ao desastre de 1698, “se ulteriormente, tudo parecendo concordar em que a mudança se verificou ainda no século XVII, talvez porque a importância e o centro comercial e cívico da povoação se deslocaram, depois da GUERRA DA ACLAMAÇÃO, para a parte baixa da vila, na chamada PRAÇA, onde se realizava, todos os sábados, uma feira franca. Este centro forense, hoje designado LARGO LUIS DE CAMÕES, tinha no extremo norte-ocidente a igreja de St.º André (demolida), e sobranceiros os paços do Senado e as casas nobres da Vedoria do Exército”, Túlio Espanca, “Antigos Paços do Concelho”, in “Estremoz” in *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora...*, Vol. I, p.100.

²⁴⁸ A partir de alguns elementos e vestígios arquitectónicos sobreviventes na sala e sobretudo nas suas traseiras (adiante analisados), Maria Teresa Raposo avançou com uma proposta de reconstituição da sala na Época Medieval. Essa proposta é, porém, muito contestável, assim como o seu entendimento do funcionamento da sala da audiência. Dado, porém, o seu interesse para o entendimento global do complexo medieval, aqui a

administrativo, festivo ou mesmo celebratório a desenrolar no seu interior, ou então todos os protagonistas do drama judicial – nesse caso (e só nesse caso) presidido pelo rei – a representar naquela sala, prévia e competentemente equipada e decorada de acordo com a sua vocação primordial de casa de audiência, isto é, de casa edificada essencial e originalmente para o exercício da Justiça.

Tudo leva a crer que o complexo constituído pela casa da audiência medieval de Estremoz – “notável exemplar de arquitectura gótica trecentista”, no dizer de Túlio Espanca²⁴⁹ – era originalmente muito simples, sendo constituído então *apenas* (e mais uma vez à imagem da casa da audiência sua contemporânea de Bragança!) pela sala, a que muito provavelmente se acederia já por um alpendre, provavelmente muito modesto, que protegesse a sua entrada. A sala, com cerca de 100m², era muito vasta. Sendo aproximadamente quadrada, tinha originalmente cobertura de madeira, tal como o alpendre que protegia a sua entrada. Tal como hoje, a cota da sala era inferior à da praça onde se localiza, pelo que o acesso à mesma se devia fazer já então (também como hoje) descendo alguns degraus [Fig.^a 540]. A sala das audiências era originalmente rodeada por um banco corrido muito simples, de secção mais ou menos quadrada, construído em alvenaria rebocada e caiada (que sobrevive quase integralmente, como vimos²⁵⁰) e que lembra o banco de pedra da audiência de Bragança²⁵¹.

transcrevemos: “a sala de audiências poderia ter sido constituída por um corpo do qual faziam parte quatro elementos: a galilé, a sala, uma antecâmara, que teria no piso superior uma varanda. A antecâmara teria entrada pela porta entaipada de maiores dimensões (...) [existente numa parede exterior paralela à parede fundeira da sala]. Pela porta existente por baixo da escada e subindo dois degraus, o povo entrava na sala de audiências onde era ouvido pelo rei. Este e os seus conselheiros entrariam pela galilé que, obviamente, estaria voltada para a parte mais nobre do conjunto de edifícios do paço, onde provavelmente se encontrava a igreja, o palácio, a torre e talvez outras construções. Por cima da antecâmara existiria um alpendre com estrutura de madeira ou de arcaria de pedra (...). O acesso a esta varanda far-se-ia pelo interior da sala através da porta existente ao cimo da escada interior”, Maria Teresa Raposo, *Ob. Cit.*, p. 202.

²⁴⁹ Túlio Espanca, “Antigos Paços do Concelho”, in *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora...*, Vol. I, p.101.

²⁵⁰ Informadores locais insistem no facto de a actual bancada adossada às paredes ter sido feita (ou refeita) no decurso das obras de restauro feitas pela DGEMN entre 1962 e 1967. Também a cota do piso actual decorre, segundo os mesmos informadores, de rebaixamentos feitos no decorrer das mesmas obras, visando dar monumentalidade à sala e valorizar particularmente a abóbada manuelina que cobre a mesma.

²⁵¹ A bancada da audiência de Estremoz lembra também idêntico banco corrido na famosa igreja românica de S. Salvador de Bravães (Ponte da Barca), banco este que antecipa os que encontramos, construídos em alvenaria rebocada e caiada, em igrejas tardo-góticas tão famosas como a Matriz do Alvito ou a de Marvila de Santarém, ou mesmo a própria bancada em dois andares escalonados – construída sensivelmente na mesma época – que sobrevive na sala do capítulo do Convento da Conceição de Beja. Referindo-se à igreja de Marvila, uma autora local repara que uma “nota curiosa é a bancada de pedra, corrida e disposta ao longo de toda a igreja”, Maria Emília Vaz Pacheco, “A Igreja de Marvila em Santarém”, in *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Vega, Lisboa, 1995, p. 161. Esta autora vê na “bancada de pedra” desta igreja um “elemento que, articulado com as marcas manuelinas, nos deixa entrever uma intenção de funcionalidade, para utilização em reuniões, provavelmente da Colegiada ou da Ordem de Cristo” – intenção que nos parece francamente exagerada. A funcionalidade daquela bancada, como a de todas as bancadas de igreja semelhantes, era muito mais óbvia e muito mais pragmática: servia de simples apoio às devotas e aos

Porém, a par da vastidão da sala e certamente do aparatoso forro de madeira que a sala há de ter tido (substituído na época manuelina), o elemento mais marcante desta casa seria proporcionado então pela sua inesperada fachada monumental, onde se rasgavam muito provavelmente as únicas aberturas do edifício primitivo [Fig.^a 541]. Trata-se da “porta de arco quebrado, com moldura de toro-escócia, sem capitéis nem colunelos, ladeada por quatro janelas geminadas, um par de cada lado”²⁵². Apesar da sua monumentalidade, as ombreiras da porta, muito baixas, tornam a porta quase atarracada. Merece destaque, no entanto, o seu rebordo exterior, decorado com um perfil de secção circular, interrompido pelo arranque da imposta. Este perfil prossegue no airoso arco em ogiva que vence o vão da porta, embora com uma secção maior, e aqui sim, integrando o friso composto pelo jogo muito elegante de toros-escócias e delgados filetes que enquadram o arco central, proporcionando o conjunto um típico efeito de arquivoltas concêntricas, tão comum nos portais românicos e góticos.

O mais singular neste conjunto é o facto de o toro exterior, o mais desenvolvido e o mais saliente, ultrapassar o arranque (saimel) dos arcos e interromper as próprias impostas para, a partir do nível do arranque inferior destas, alastrar horizontalmente para os dois lados da fachada, de modo a proporcionar o friso rectangular que cinge e enquadra os dois panos rectangulares simétricos que, de um lado e de outro da porta central, emolduram os dois pares de janelas laterais [Fig.^a 542]. Os vãos destas, protegidos por portadas de madeira de há muito envidraçadas, são resolvidos por arcos de volta inteira que arrancam (tal como os arcos quebrados do alpendre fronteiro) dos capitéis vegetalistas finamente trabalhados e apoiados em três pares de colunas emparelhadas, todas exentas. Um par de colunas, localizado no centro, faz o papel de mainel separador dos lumes de cada par de janelas, estando os dois pares de colunas restantes localizadas nas extremidades de cada janela geminada. Os arcos são, enfim, decorados por um friso composto por um conjunto toro-escócia-filete que repete, agora numa escala menor, o friso, de perfil idêntico, que decora e sublinha a secção mais próxima do intradorso do arco quebrado da porta principal.

Para lá da sua erudição insuperável e da sua realização tão sofisticada, a composição tão aparatosa da fachada da casa da audiência do concelho de Estremoz, merece reparo pois,

devotos que nelas se sentavam. Com efeito, tal como hoje ainda vamos vendo em certas igrejas de aldeia, muitos fiéis sentavam-se nessas bancadas durante as suas intensivas devoções no dia a dia e sobretudo nas missas dominicais e nos longos e muito arrastados ofícios nos dias assinalados, depois de as cobrirem com um estrado corrido de madeira, com um simples estrado individual de esparto ou com uma mais rica almofada com enchimento de lã.

²⁵² Mário Jorge Barroca: “Arquitectura Gótica Civil”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *Ob. Cit.*, p. 94.

muito surpreendentemente, *copia e emula as fachadas – em tudo idênticas – das casas ou salas dos capítulos dos mosteiros e conventos* tardo-românicos e góticos. Com efeito, a fachada de Estremoz parece ser *uma réplica das fachadas de casas do capítulo de conventos medievais* que, independentemente da ordem religiosa a que pertençam, obedecem a *uma tipologia muito própria*, com o seu portal central ladeado simetricamente por janelas laterais singulares ou emparelhadas²⁵³. De facto, a fachada de Estremoz proporciona uma réplica, mais reduzida e simplificada da “magnífica entrada para a Sala do Capítulo”²⁵⁴ do próprio Mosteiro de Alcobaça! De facto, em Alcobaça – nas palavras do então muito jovem Artur Nobre de Gusmão – “o grande portal [da sala do capítulo] que abre para a galeria do claustro é formado por várias arquivoltas semi-circulares, repousando em pequenas colunas, cujas bases e capitéis são semelhantes aos da galeria [do mesmo claustro]. De cada um dos lados, fica uma janela geminada, com uma disposição idêntica, mas de menores proporções”²⁵⁵. Ora, independentemente das diferenças construtivas e estilísticas entre as duas fachadas monumentais acabadas de referir – pois a fachada de Estremoz em termos estilísticos parece mais evoluída que a de Alcobaça²⁵⁶ – o que cumpre agora realçar são as inegáveis e surpreendentes semelhanças entre as duas.

Mas a réplica e a emulação das casas do capítulo conventuais que registamos na fachada da casa da audiência de Estremoz aparece também noutras componentes e características da respectiva sala, que é, para todos os efeitos, a verdadeira “sala do capítulo” daquele concelho. Ela proporcionava de facto o espaço explicitamente concelhio e público

²⁵³ Um dos exemplos portugueses mais antigos é proporcionado pela “primitiva Sala do Capítulo” da Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira de Guimarães, que “conserva o portal e as duas janelas laterais, maineladas, com arcos ultrapassados ou de *ferradura*, do início do século XIII”, Jorge Rodrigues, *O Modo Românico* in Ob. Cit., Vol. 2, p. 38. Outro bom exemplo também de Guimarães é proporcionado pela casa do capítulo do convento de S. Francisco de Guimarães. Pedro Dias notou que, datável de “uma data já bastante avançada do século XV”, aqui sobrevive “a sala capitular”, que “guarda um curioso portal e duas janelas laterais, na forma, aliás, comum desde dois séculos antes no gótico nacional. Assim se fez em Alcobaça, na Batalha e em muitas outras casas religiosas”: Pedro Dias, *Ob. Cit.*, pág. 132.

²⁵⁴ Artur Nobre de Gusmão, *A Real Abadia de Alcobaça – Estudo Histórico-Arqueológico*, [1.ª Edição, 1948], 2.ª Edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1992, pp. 111, 112. Para a sala do capítulo de Alcobaça ver ainda, entre outros, Carlos Alberto Ferreira de Almeida: “Arquitectura Gótica”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *Ob. Cit.*, p. 40.

²⁵⁵ Artur Nobre de Gusmão, *Ob. Cit.*, p. 89.

²⁵⁶ Com efeito, ao contrário do que se passa na fachada de Estremoz, cuja porta tem um arco quebrado, todas as aberturas da fachada da sala do capítulo de Alcobaça – a porta e as janelas geminadas laterais – detêm ainda arcos de volta inteira, nomeadamente a porta. Assim, a dissonância formal imposta pelo arco quebrado da porta de Estremoz tanto pode ser entendida como uma imperfeição estilística, por colidir com os arcos de volta inteira das janelas, como um sinal de vanguardismo estético, ao romper obstinada e voluntariamente com o ordenamento imposto pelos arcos de volta inteira das janelas. Com efeito, ao contrário do que se passa em Alcobaça, em Estremoz, onde havia espaço disponível em altura, não havia necessidade técnica de usar um arco de volta inteira na porta da sala da audiência. O mesmo não se passava em Alcobaça. Com efeito, “aqui impunha-se uma arcada de volta perfeita devido à pouca altura disponível para um portal alargado. Se a arcada fosse quebrada o portal teria de ser mais estreito”: Carlos Alberto Ferreira de Almeida: “Arquitectura Gótica”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *Ob. Cit.*, p. 40.

para o exercício da Justiça e, suplementarmente, o lugar mais digno para reuniões, assembleias e ajuntamentos festivos e cívicos a toda a comunidade. Como espaço colectivo que era, foi a seu tempo dignificado arquitectonicamente, nisso emulando e copiando a mais adequada tipologia disponível então em uso em espaços colectivos de reunião e assembleia. Naturalmente forneceram o modelo as salas do capítulo dos mosteiros e conventos das diversas ordens religiosas (então já em uso ou ainda em obra), ao longo de todo o reino, mas em particular na comarca do Alentejo e provavelmente na própria vila de Estremoz, onde desde 1239 estavam em marcha as importantes obras do convento franciscano local²⁵⁷. Mas estas obras forneceram também muito provavelmente os mestres-pedreiros responsáveis pela construção da tão original sala de audiência, com a sua inesperada fachada “capitular”, tão “fradesca” e “claustral”.

Estas afinidades tão inesperadas da audiência de Estremoz com uma sala do capítulo conventual exigem que nos detenhamos nesta componente dos mosteiros e conventos. Ora, a sala do capítulo, nomeadamente nas abadias cistercienses, era, como nos ensina Artur Nobre de Gusmão,

a “**edificação mais importante da Abadia**, excluindo, claro está, a igreja. Lá se reuniam os monges, sob a presidência do Abade, para a realização do capítulo, tomando-se em assembleia as decisões que diariamente importavam à vida da comunidade. Pode dizer-se, em resumo, que **a sala capitular constituía o verdadeiro centro espiritual da comunidade**. Por isso mesmo sente-se o **cuidado e o apuro com que os monges distinguiam especialmente a sua construção**. Dentro do permitido pela regra, **atinge-se a maior elegância e luxo**”²⁵⁸.

Esta ideia é retomada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, quando considera que

“não admira, pois, que **a sala do capítulo seja sempre um espaço de certa dimensão (...), sempre bastante cuidado, com uma boa portada e, geralmente, ladeada por duas janelas** que a arejavam e **permitiam a visualização do seu espaço a um número maior de pessoas**”²⁵⁹.

Dadas as afinidades funcionais entre os dois tipos de salas, compreende-se que também o Concelho de Estremoz se tivesse esmerado na construção da sua casa da audiência. Com efeito, o apuramento construtivo da audiência de Estremoz, e em particular o da sua fachada, copia e emula mais uma vez idêntico apuramento nas salas do capítulo conventuais, que detêm sempre “um lugar nobre na disposição claustral”. Ora, se a sala do

²⁵⁷ Pedro Dias, notando que o convento de S. Francisco de Estremoz “já existia em 1255”, considera que “a igreja que chegou até aos nossos dias também deve ter sido começada a construir em tempo de D. Dinis, não diferindo grandemente das do gupo de Santarém”: Pedro Dias, *Ob. Cit.*, pág. 80. Paulo Pereira propõe uma datação mais antiga. Este autor considera que que “na série de edifícios das Ordens mendicantes, inscreve-se ainda o Convento de S. Francisco de Estremoz (também patrocinado por D. Beatriz), e construído nas suas partes essenciais entre 1239 e 1255”, Paulo Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)” in Paulo Pereira (Direcção) *História da Arte...*, Vol. 1, 1995, p. 373.

²⁵⁸ Artur Nobre de Gusmão, *Ob. Cit.*, pp. 111, 112.

²⁵⁹ Carlos Alberto Ferreira de Almeida: “Arquitectura Gótica”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *Ob. Cit.*, p. 28.

capítulo era “a casa mais importante da abadia [cisterciense], depois da igreja”²⁶⁰, também a casa da audiência – e a seu tempo a casa do concelho – seria (depois do castelo e sua alcaçova, bem como da igreja matriz local) a casa mais importante da comunidade pois, dadas as suas funções, era, como vimos, como que uma autêntica “casa do capítulo” para uso do povo, homens-bons e Concelho de Estremoz. Por isso são tão intensas quanto surpreendentes as afinidades arquitectónicas entre a típica casa do capítulo de uma abadia e a casa da audiência de Estremoz, já notadas tão flagrantemente nas componentes e na composição global das respectivas fachadas. De facto, estas afinidades começam pelo próprio *carácter e localização térrea* de ambas as casas²⁶¹.

Outro elemento de comparação é proporcionado pela *forma aproximadamente quadrada* da audiência de Estremoz, que emula, também nisto, a casa do capítulo de um típico mosteiro medieval pois, mais ou menos vasta, rica e aparatosa, **“a sala do capítulo era um compartimento quadrado”**²⁶², independentemente da natureza da sua planta, arranjada numa, em duas ou em três naves de um, dois ou três tramos, respectivamente – e também independentemente dos suportes da sua cobertura, também mais ou menos complexa. Enfim, um último elemento de comparação era ainda proporcionado pelas bancadas corridas adossadas às paredes da sala da audiência de Estremoz (tal como já tínhamos visto na de Bragança), que replicam idênticas bancadas presentes nas salas do capítulo das abadias, nomeadamente das cistercienses pois, também aqui, **“ao longo de toda a sala corria um banco contínuo**, apenas interrompido em frente da entrada para o claustro, pelo lugar destinado ao D. Abade”²⁶³.

A composição global da fachada da primitiva casa da audiência de Estremoz, bem como o desenho e o tratamento tão sofisticado das suas aberturas, suscitam o muito difícil problema da sua datação. À falta de testemunhos escritos inequívocos, esta questão só

²⁶⁰ Artur Nobre de Gusmão, *Ob. Cit.*, p. 89.

²⁶¹ Neste aspecto, divergimos de José Custódio Vieira da Silva, que considera que a audiência medieval de Estremoz disporia de um andar sobradado. De facto, quando refere as alterações posteriores do edifício – em que este autor intui muito penetrantemente as “casas da câmara” do concelho – acrescenta que estas “na época manuelina foram transformadas, cobrindo-se o piso térreo com uma abóbada estrelada que fez desaparecer o andar sobradado. Na mesma altura foi também lançada uma abóbada sobre o alpendre, em substituição do madeiramento primitivo que os cacos subsistentes comprovam”, José Custódio Vieira da Silva, *Paços...*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1995, p. 90.

²⁶² “Nas abadias mais pobres, a sala do capítulo era um compartimento quadrado com uma coluna central servindo de suporte à abóbada. Porém, mais frequentemente, atingia maiores proporções, seccionando-se em duas, ou em três naves de três tramos”: Artur Nobre de Gusmão, *Ob. Cit.*, p. 89. Ver, por exemplo, a planta da Sala do Capítulo do Mosteiro de Alcobaça, in “Alcobaça. Planta geral da Abadia (Segundo elementos fornecidos pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais)”, pormenor, publicada por Artur Nobre de Gusmão, *Ibidem*, p. 97.

Deve notar-se, porém, que se recenseiam antigas casas do capítulo rectangulares, como a do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar (Figueira de Castelo Rodrigo).

²⁶³ Artur Nobre de Gusmão, *Ob. Cit.*, p. 89.

poderá ser plenamente resolvida a partir da sua aturada análise construtiva e estilística, em comparação com outras fachadas conventuais semelhantes, no quadro mais geral da acção construtiva de reis, ordens religiosas e outros grandes encomendantes, a nível nacional, regional e local. Não sendo este o lugar adequado para se proceder a este tão vasto e tão complexo estudo, atenhamo-nos, enquanto baliza temporal de base para uma primeira proposta de datação da audiência, à data apontada por Mário Barroca para o início da construção do “Paço de Estremoz”. Segundo este autor, este paço “parece ter começado a ser construído em cerca de 1320, por iniciativa de D. Dinis”²⁶⁴. Tudo indica que a casa da audiência de Estremoz há-de ter sido construída num momento indeterminado situado algures à volta ou até anteriormente àquela data, no âmbito de um ciclo construtivo muito operativo, pujante e renovador. Com efeito, seja qual for a data da audiência de Estremoz, a verdade é que a sua construção integra o conjunto de obras levadas a cabo durante o amplo tempo histórico que terá o seu epicentro no longo reinado de D. Dinis, para prosseguir durante o reinado de D. Afonso IV (1325-1357), mas que parece ter-se iniciado algures durante o também longo reinado de D. Afonso III (1245-1279). De facto, e de acordo com as palavras de Paulo Pereira, pode “afirmar-se que somente após a crise que assolou Portugal entre 1190 e 1250 se observa um arranque efectivo de grandes iniciativas de construção, o que coincide com o reinado de D. Afonso III. É este o período habitualmente considerado como de consolidação da estética gótica. Coincide também com a *unificação territorial do Reino português*, dando-se finalmente a conquista completa do Sul do País”²⁶⁵.

Enfim, construída entre 1320 e 1341 (data da inscrição que circunscreve o brasão do concelho apostado na sua fachada, como veremos) ou até mesmo antes – a ter em conta o desenho aparentemente arcaizante das janelas laterais da sua fachada principal – a casa da audiência de Estremoz, dada a sua natureza e a sua função, tem que ser considerada um edifício muito precoce. Comprovadamente anterior a 1341, ela tanto pode ser a mais antiga audiência concelhia portuguesa sobrevivente como pode partilhar esse pioneirismo e essa honra com a audiência de Bragança que, como vimos, parece ser datável da mesma época ou ligeiramente posterior. Seja como for, a relevância histórica destas duas antigas audiências concelhias medievais (inerente às suas funções originais e às suas tão antigas datações) anda a par da sua em tudo equivalente relevância arquitectónica, o que dá aos dois edifícios um

²⁶⁴ Mário Jorge Barroca: “Arquitectura Gótica Civil”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *Ob. Cit.*, p. 93.

²⁶⁵ Paulo Pereira, *A Arquitectura Gótica* in Dalila Rodrigues (Coord.), *Arte Portuguesa...*, Vol. 3, p. 17.

lugar verdadeiramente transcendente e mesmo supra-nacional tanto na História das Instituições, como na própria História da Arquitectura portuguesa e mesmo peninsular.

Idênticas dificuldades de datação afectam o igualmente notável alpendre da casa da audiência de Estremoz, que pensamos poder ter sido *construído posteriormente à fachada*, num momento indeterminado do século XIV²⁶⁶, substituindo provavelmente um muito modesto alpendre primitivo (talvez de madeira), assim monumentalizado. Com efeito, para lá das diferenças estilísticas bem patentes no desenho das diversas componentes arquitectónicas da fachada e do alpendre, há que considerar a própria qualidade construtiva deste. Esta qualidade decorre da maior pureza e regularidade do seu aparelho, bem como da sua maior homogeneidade, patente sobretudo na face principal do alpendre – em contraste com o aparelho que encontramos na fachada, que é visivelmente mais irregular, em particular na sua secção superior. Com efeito, notam-se aqui ajustes e encaixes nitidamente improvisados, parecendo que todos os cuidados e requintes construtivos da fachada foram concentrados nas complexas molduras das portas e janelas, tratadas de facto com o maior apuro e sofisticação, como vimos.

Maria Teresa Raposo nota que o brasão do concelho, apostado na fachada, “tem uma legenda do Rei D. Afonso IV que, segunda consta, terminou a obra deste edifício”²⁶⁷, legenda já atrás transcrita na leitura de Afonso de Dornelas, datada da “Era de 1379” (ano de 1341). A data da inscrição pode relacionar-se quer com a conclusão da fachada da casa da audiência, quer até, como pensamos, com a provável *construção* do alpendre actual. Esta poderia ter exigido a desmontagem e a reconstrução do segmento superior da fachada, nomeadamente para o encaixe dos fortes cachorros de sustentação da estrutura da cobertura do alpendre, outrora em madeira, como sabemos. Durante essa operação de desmontagem e remontagem da fachada pode ter sido encaixado o brasão do concelho, bordejado pela inscrição atrás transcrita a assinalar o eventual apoio régio à construção deste alpendre concelhio. A data da inscrição – 1341 – e a referência explícita a D. Afonso IV e às suas vitórias parece sugerir que, a título muito particular e excepcional, a construção do alpendre concelhio de Estremoz pode ter sido financiada pelo próprio rei – instituído em magnânimo mecenas após a vitória na Batalha do Salado, travada no ano anterior (1340) – “na qual esteve envolvido o próprio D. Afonso IV”, como lembra Paulo Pereira²⁶⁸ – assim

²⁶⁶ Pedro Dias considera que “embora esta construção tenha sido remodelada na época manuelina, a sua bela galilé com as arcarias ogivais e os capitéis vegetalistas é do século XIV” Pedro Dias, *Ob. Cit.*, pág. 185.

²⁶⁷ Maria Teresa Raposo, *Ob. Cit.*, p. 201.

²⁶⁸ Paulo Pereira, *A Arquitectura Gótica* in *Ob. Cit.*, Vol. 3, p. 17. Este autor lembra ainda que a Batalha do Salado “deteve um grande poder evocativo”, motivando obras e *memoriais* relacionados com a celebração da

retribuindo eventuais serviços a seu tempo prestados pelo povo, homens-bons e Concelho de Estremoz. Fosse, porém, como fosse, devemos notar que a eventual operação de desmontagem e remontagem daquela fachada a fim de nela adaptar os *cachorros* de suporte à estrutura de madeira da cobertura do alpendre não tem nada de extraordinário, pois se fazia sempre que fosse necessário. De facto, fez-se comprovadamente no reinado de D. Manuel I, quando foi necessário inserirem-se na fachada as *mísulas* de que arrancam as nervuras da abóbada manuelina do alpendre, como veremos.

A datação da construção do alpendre da entrada da casa da audiência de Estremoz torna-se ainda mais dificultada quando consideramos que este apresenta afinidades com idênticas arcadas medievais, em particular com as arcadas muito mais tardias do claustro de S. Domingos de Guimarães²⁶⁹ ou mesmo da arcada da “*loggia* de D. João I” dos “paços reais do Castelo de Leiria”. Trata-se, também aqui – para usarmos novamente as palavras de Mário Barroca – de “uma formosa *loggia* com uma série de oito arcos apontados, com capitéis geminados e colunelos duplos, abrigando bancos afrontados”²⁷⁰. Ora, esta galeria, localizada no terceiro piso do paço, “ao centro e voltada para Leiria”, pertence já, sempre de acordo com este autor, aos paços reais “erguidos no tempo de D. João I, nos inícios do século XV”²⁷¹. Porém, tudo indica que a arcada do alpendre de Estremoz seja muito anterior. Com efeito – e segundo José Custódio Vieira da Silva,

“a decoração dos capitéis dos colunelos geminados, que sustentam cinco arcos e duas portas, misturam elementos animalistas com outros vegetalistas de um naturalismo incipiente, característico e comum a outras obras da época de D. Dinis, como os claustros da Sé de Lisboa e do Mosteiro de Alcobaça”²⁷².

Seja qual for a datação exacta da arcada do alpendre do Concelho de Estremoz, ela pode ter coincidido com outras obras importantes no edifício, visando quer a sua necessária expansão espacial, quer a melhor iluminação da sala das audiências. Assim, pensamos que,

respectiva vitória: “a iniciativa de engrandecimento da Sé” de Lisboa; “a construção em Guimarães do ‘padrão’ financiado, em 1349, pelo mercador local Pedro Esteves”; a “execução de uma lápide comemorativa – datada de 1340 – como a que existe na Sé de Évora, lugar onde se guarda o Santo Lenho transportado pelos hospitalários no campo de luta”, considerando ainda que a celebração da Batalha “inspirou um ciclo de pequenas capelas rurais de invocação a Nossa Senhora de Guadalupe” e, além disso, ainda “foi tema para uma das raras relações escritas da épica portuguesa medieval”, Paulo Pereira, *Ibidem*, Vol. 3, p. 54.

²⁶⁹ O claustro de S. Domingos de Guimarães “é de tipo contínuo, com arcarias largas assentes sobre pares de colunas num esquema vulgar nesta época dos fins do século XIV e princípios do XV que se vê em Tomar, Leiria, Santo Tirso, etc.”, Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994, pág. 133.

²⁷⁰ Mário Jorge Barroca: “Arquitectura Gótica Civil”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *Ob. Cit.*, p. 95.

²⁷¹ Id., *Ibidem*, p. 95. Ainda sobre “o paço régio de Leiria” ver José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais...*, pp. 120-122.

²⁷² José Custódio Vieira da Silva, *Ibidem*, p. 90. Como se sabe, o claustro de Alcobaça data do reinado de D. Dinis e teve obras entre 1308 e 1311: ver Artur Nobre de Gusmão, *Ob. Cit.*, p. 110.

num segundo momento, a casa da audiência há-de ter ganhado uma ou mais dependências anexas (de que nos chegaram bastantes elementos construtivos), a seu tempo edificadas ou adaptadas nas suas traseiras. Há, de facto, todos os motivos para acreditar na existência de uma muito provável *câmara traseira* (fosse qual fosse a sua configuração e a sua função originais), a que se acesse pela sala, a ter em conta certos elementos construtivos remanescentes, nomeadamente uma porta ogival aberta na parede fundeira da audiência, numa cota muito baixa, e ainda duas janelas geminadas, localizadas num nível muito elevado, a uma altura aparentemente inexplicável, pois são inalcançáveis do chão [Fig.^a 543]. Também os restos muito fragmentados de um portal gótico monumental, ainda hoje encaixados numa parede posterior, paralela à parede fundeira da sala da audiência²⁷³, confirmam a existência dessa câmara traseira cuja construção poderia ter coincido com a do alpendre monumental que chegou até nós.

Pelos vestígios e dados disponíveis, esta câmara deveria ser estreita (da largura da actual Capela dos Inocentes, adiante referida) e mais ou menos comprida. O seu acesso far-se-ia pela face oposta à da fachada principal da casa da audiência, pelo portal que detinha o arco quebrado acima referido. Porém, apesar da monumentalidade deste portal, a câmara posterior era certamente térrea e baixa, pois foi acima da cota do cumo do seu telhado (de uma ou de duas águas) que foram rasgadas as janelas da parede fundeira da sala da audiência, implantadas a uma cota muito alta, inacessível a partir do chão da mesma sala, como acabámos de ver. Pensamos ainda que estas janelas foram abertas em simultâneo com a construção da câmara posterior, a fim de proporcionarem mais iluminação natural à sala da audiência, que dispunha apenas da luz proveniente da porta e das janelas da fachada principal, voltada a Norte, como sabemos. Ora, a construção do alpendre de protecção à entrada, tornara a sala ainda mais sombria, o que exigiu o rasgamento daquelas janelas que, dada a câmara térrea anexa nas traseiras, tiveram que ficar àquela cota, de outro modo inexplicável.

Ora, se as funções do alpendre e da sala das audiências não oferecem dúvidas, o mesmo não se passa com as da câmara posterior. Qual teria sido a função daquela câmara, comprovadamente anexa à audiência primitiva? Independentemente da sua datação indeterminada, a julgar pela porta rasgada na parede fundeira da sala da audiência que lhe dá acesso, desprovida de qualquer monumentalidade, tudo indica que a sua função seria

²⁷³ Trata-se da “*parte superior de um arco quebrado de grandes dimensões* existente numa parede da Capela dos Inocentes, paralela à parede posterior da sala”, mas descentrado em relação a esta parede e à própria fachada principal da casa da audiência. Estes e outros elementos remanescentes foram recensados por Maria Teresa Raposo, *Ob. Cit.*, p. 201.

subsidiária da sala a que serviria de complemento. Com efeito, a porta de ligação entre a sala da audiência e essa câmara traseira [Fig.^a 544] não só é muito modesta, tanto pelo seu desenho, como pelo seu tamanho, muito atarracado, como é muito menorizada pela sua própria implantação (muito descentrada) na parede fundeira da sala da audiência, a uma cota baixíssima, inferior ao nível actual do chão da sala. Fosse qual fosse a sua função original, pensamos que *esta câmara serviria de apoio aos actos judiciais a terem lugar na sala das audiências*, podendo servir sucessiva ou mesmo simultaneamente de *cadeia* mais ou menos provisória, de *câmara das vereações* ou mesmo de capela.

A primeira hipótese relativa às funções da câmara anexa nas traseiras da casa da audiência de Estremoz aponta para a existência de uma cadeia. Com efeito, aquela câmara poderia ter servido de cadeia concelhia, improvisada (ou não), definitiva ou provisória. Percebe-se a lógica desta proposta: implantada nas traseiras do edifício da audiência, aquela cadeia facilitaria a guarda e o acesso dos presos aos julgamentos feitos na sala da audiência contígua.

Outra função possível a considerar para aquela antiga câmara das traseiras seria, apesar de inesperada e raríssima, se não única – mas quase tudo parece ser inesperado e singular na portentosa casa da audiência medieval de Estremoz! – seria, repetimos, *a existência de uma capela anexa à sala da audiência*, instalada efémera ou definitivamente naquela câmara. Com efeito, pelo menos parte do sítio de implantação daquela câmara é ainda hoje ocupado pela capela-mor de uma capela (cuja nave há muito foi demolida) com a invocação de “Capela dos Inocentes”. Esta invocação, tão sugestiva, que aponta mais para a defesa de prisioneiros e encarcerados e suas causas que para a protecção de expostos e engeitados, parece suscitar esta – para todos os efeitos muito estranha – proposta de identificação para as funções originais da primitiva câmara aí implantada. Apesar da informação que nos diz que a Capela dos Inocentes, “anexa à sala de audiências”, foi “mandada fazer com as esmolas dos devotos, no Séc. XVIII”²⁷⁴, nada nos indica que ela não tenha sido totalmente reconstruída sobre uma anterior, daquela ou de outra invocação. Pensamos, com efeito, que o espaço ocupado por esta capela setecentista pode muito bem ter sido ocupado desde muito cedo por uma capela de origem medieval, coetânea ou mais provavelmente posterior à construção da casa da audiência a que se apôs, que

²⁷⁴ Maria Teresa Raposo, *Ibidem*, p. 203, Nota.

Desta capela sobrevive apenas a capela-mor, hoje transformada num grande nicho aberto ao exterior, devido à demolição da respectiva nave. De facto, a fachada principal da capela alinhava com a fachada lateral da audiência, a ter em conta os dados constantes das plantas atrás referidas, situação que se verificava ainda em 1947, data após a qual terá sido demolida a nave, presumimos que no contexto das obras de restauro da audiência, empreendidas pela DGEMN.

complementava e que servia. É verdade que um argumento de peso se ergue contra esta hipótese, decorrente do *carácter estritamente laico dos nossos antigos concelhos*, absolutamente alheios e independentes de qualquer tutela religiosa ou eclesiástica. Com efeito, uma das características das nossas casas da câmara, componente principal da nossa arquitectura concelhia, é o facto de – salvo uma única mas muito relevante excepção! – não disporem de capela, como veremos adiante. Porém, temos notícia de (pelo menos desde o século XVI) uma audiência portuguesa – a da casa da câmara de Guimarães – deter um *oratório privativo*, adiante discutido.

Nada impede, com efeito, que se tenha construído uma capela anexa e afecta à audiência de Estremoz aquando da sua construção (algures nos primeiros quartéis do século XIV) ou pouco depois, num momento histórico em que a tipologia casa da câmara ainda não existia e em que a própria tipologia da sua antecessora, a casa da audiência, também ainda se encontrava numa fase de experimentação, e portanto ainda longe de estar consolidada. Pensamos de facto que nada se opõe à existência de uma capela “concelhia” adjacente à audiência, concelhia também – assim se adaptando entre nós – e por uma única vez! – modelos tipológicos e construtivos e até praxis institucionais e devocionais já então comuns no estrangeiro. Assim, apesar de a prática portuguesa rejeitar tradicionalmente capelas ou oratórios nas casas do concelho ou noutras formas de arquitectura de tutela concelhia, não repugna nada ver nas traseiras da casa da audiência medieval de Estremoz uma capela que, pelo menos no século XVIII, ganhou a invocação tão sugestiva dos “Inocentes”. A reforçar esta proposta está o facto de sobreviverem na parede Sul da actual capela-mor da capela os fragmentos atrás referidos de um portal monumental que poderia ter servido de acesso à capela a partir do exterior. A ser assim, esta disporia de duas entradas: uma discreta, a partir da sala das audiências e uma outra, a principal, a partir do exterior, facilitando o culto e facilitando sobretudo o acesso dos devotos, que escusariam de entrar pela audiência para a ela terem acesso.

Uma terceira hipótese deve ser considerada enquanto função inicial da câmara traseira da audiência medieval de Estremoz: a de câmara das vereações. Com efeito, a porta da traseira da audiência pode ter a ver com a posterior afectação da sala da audiência *exclusivamente* ao exercício da Justiça, o que exigiria (em 1341 ou noutro momento posterior do século XIV) a construção de uma câmara anexa nas suas traseiras para uso, também exclusivo, dos juízes e demais oficiais do concelho, ao serviço das vereações e da administração do mesmo. A ter sido assim, como supomos, a construção e a *mera existência desta câmara tornava e fazia da casa da audiência a casa do concelho*, ou melhor, *o paço*

do concelho, como se dizia já em 1383, como vimos – designação que precedeu a de *casa da câmara*, a expressão mais tardia e muito mais popular que seria consagrada pela tradição e que seria quase exclusivamente usada pelo povo e pelos oficiais concelhios portugueses, como já sabemos.

Curiosamente, os elementos arquitectónicos sobreviventes nas traseiras da sala da audiência de Estremoz parecem permitir conciliar as duas últimas hipóteses. Com efeito, num momento indeterminado (mas certamente também posterior à sua construção), foi aposto um corpo superior àquela câmara térrea, o que exigiu a implantação (muito grosseira e como que improvisada) de uma escada de acesso com patamar cimeiro na própria sala da audiência. De facto, na sala, ainda hoje sobrevive “uma escada [que] nasce junto à parede do lado esquerdo, terminando ao nível superior numa porta em arco quebrado de pequenas dimensões”²⁷⁵. A presença desta escada, provavelmente muito tardia, permite entrever dois espaços cobertos total ou parcialmente sobrepostos: uma provável capela no piso térreo e uma muito mais provável câmara das vereações no piso nobre. A dúvida que esta câmara superior levanta é a de – a ter existido uma capela medieval afecta à casa da audiência, facto que a História Local esclarecerá com alguma facilidade – se saber qual das duas funções terá surgido primeiro: a capela ou a câmara das vereações. Se primeiro surgiu a capela (que seria térrea, como a sala que servia), a câmara das vereações só surgiu muito mais tarde, no piso superior, após a construção das escadas respectivas. Se surgiu primeiro a câmara das vereações, então necessariamente térrea, a capela só surgiu quando se construiu uma câmara no piso superior e a respectiva escadaria de acesso. Seria então que se teria disponibilizado a câmara no piso térreo (assim tornada vaga) para capela de apoio aos juízes, vereadores e demais oficiais do Concelho de Estremoz, na multiplicidade das suas competências e funções. Tivesse, porém, existido capela afecta à audiência ou não, o que parece fora de dúvida é que os elementos arquitectónicos sobreviventes – escada de acesso e porta rasgada na parede fundeira da sala, num nível muito elevado da mesma – induzem a existência de uma câmara cimeira. Ora esta, no quadro mais geral da monumentalização do poder local que vimos tentando restituir e entender, só podia servir de câmara das vereações que, justamente no quadro desse processo, se transfere necessariamente do piso térreo para o piso nobre. Pensamos ainda que esta deslocação, ou melhor, esta nobilitação da câmara das vereações pode ter sido mais tardia, tendo ocorrido durante o grande período de edificação intensiva de casas da câmara – período este que coincide em muito grande parte com o

²⁷⁵ Maria Teresa Raposo, *Ob. Cit.*, p. 202.

reinado de D. Manuel I, em que processo semelhante ocorre na casa da audiência vizinha de Monsaraz (Reguengos de Monsaraz), como veremos já a seguir.

A ter sido assim, a casa da audiência medieval de Estremoz ganharia uma câmara de vereações no piso nobre de um corpo anexo, justaposto nas suas traseiras. Já vimos que o acesso a este corpo exigiu a construção das escadas e da porta de acesso ao mesmo. Este corpo, muito alongado, deveria ter um comprimento igual ao da largura da sala (c. de 10m) e uma largura igual à da capela mor da capela setecentista sobrevivente. Encostado à sala da audiência, deveria deter uma cobertura de uma ou mais águas, arrancando o telhado da face posterior da sala. Com efeito, “na parte exterior da parede do fundo da sala encontraremos dois modilhões que poderão ter servido de suporte à trave de sustentação da cobertura de um alpendre”²⁷⁶, nas palavras de Maria Teresa Raposo ou, mais provavelmente, como pensamos, do telhado dessa câmara das vereações. Devemos notar que a construção desta câmara tapou definitivamente a luz das duas janelas outrora rasgadas na parede fundeira da audiência.

Pensamos que a construção desta câmara superior deve ter ocorrido por volta de 1500, devendo ser coetânea das outras importantes obras de modernização e nobilitação da velha audiência medieval. De facto, como deduzimos da simples observação da casa da audiência de Estremoz e do seu alpendre monumental, estes dois corpos do edifício sofreram importantes beneficiações na Época Manuelina. Foi então que as coberturas medievais da sala e do alpendre, inicialmente em madeira, foram abobadadas, ao mesmo tempo que, *sobre* a secção Nascente do alpendre, se construía uma *torre sineira* extremamente alta, obras estas coetâneas da *nova cadeia concelhia*, também tipicamente manuelina, então construída na cidadela medieval, no lado oposto da Igreja de Santa Maria do Castelo, bem junto à a rua central, a dois passos da audiência. Da importância destas obras concelhias da Época Manuelina – que não podem ser vistas nem apreciadas isoladamente – dirá o facto de a audiência (que já seria uma das maiores) passar a ser das mais monumentais do Reino²⁷⁷. Do mesmo modo, a cadeia manuelina de Estremoz era comprovadamente – para lá de ser

²⁷⁶ Id., *Ibidem*, p. 202.

²⁷⁷ Com efeito, só depois de consideradas as transformações dessa época se pode dizer, com Túlio Espanca, que o complexo da audiência se dispõe “ao presente, em três parte absolutamente diferenciadas pelo estilo e época de construção. O corpo original, aparentemente de c.^a de 1320, é constituído por galilé de arcada original, de planta rectangular (...)”, pela “grande Sala do Concelho” (cujo “primitivo sistema de cobertura, provavelmente do tipo copular, em caixotaria de madeira obrada e policromada, foi substituído, nos alvares do séc. XVI, governando o rei VENTUROSO, pela magnífica abóbada polinervada de secção octogonal e aranhão de ogivas) e, enfim, pela “torre do Relógio e do sino de correr”, fruto da “terceira fase de ampliação da Câmara”, Túlio Espanca, “Antigos Paços do Concelho”, in “Estremoz” in *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora...*, Vol. I, pp.101, 102.

também uma das maiores – uma das mais sumptuosas cadeias concelhias do Antigo Regime, apenas superada nesta matéria pela muito posterior Cadeia da Relação do Porto (que era uma Cadeia estatal), erguida já na Época Pombalina.

Ainda da mesma época era a nova decoração da sala, que presumimos muito aparatosa, a ter em conta o fragmento de pintura a fresco encontrado no centro da parede Oeste da sala. Tratava-se de uma vasta composição de forma rectangular, circundada de uma inscrição. Dado o carácter muito fragmentário da pintura não é possível identificar o respectivo tema nem a leitura da legenda da respectiva moldura²⁷⁸. Com efeito, apenas sobreviveu o canto superior esquerdo do fundo de uma cena (de que se perderam todas as personagens), decorado com dois panejamentos de cores diferentes, cuja justaposição em diagonal parece poder querer insinuar um efeito de perspectiva, por rudimentar que seja. Enfim, a construção, nas suas traseiras, de uma câmara num piso nobre (sobradada ou assente em abóbada), as novas coberturas do alpendre e da sala e a decoração desta encerram o amplíssimo ciclo de obras inerentes à construção, modernização e maior nobilitação da casa da audiência, doravante tornada casa da câmara de Estremoz.

As nervuras da abóbada manuelina do alpendre arrancam de oito mísulas então inseridas na fachada da audiência e na face posterior da arcada do mesmo. A cobertura [Fig.^a 545] articula-se em três tramos, de modo a cobrir toda a área do alpendre e é assegurada por uma simples abóbada de cruzaria que, apesar de realizada em alvenaria, é igual na sua estrutura às que encontramos em claustros medievais com a monumentalidade dos da Sé de Évora²⁷⁹ ou dos dois do Mosteiro da Batalha. A adaptação desta abóbada (que nos três fechos centrais ostenta a Cruz de Cristo) proporcionando uma cobertura monumental ao alpendre medieval não foi feliz. A sua construção implicou a subida da fachada da audiência e a das três faces do alpendre, a fim de permitir a inserção dos vãos dos oito arcos formeiros que enquadram os três tramos da abóbada. Porém, este acrescento, feito também em alvenaria, apõe-se e interrompe abrupta e algo grosseiramente quer a fachada da audiência, quer as três faces internas do alpendre. O contraste entre os materiais utilizados – alvenaria caiada quinhentista sobre aparelho regular de mármore trecentista – acentua um efeito inesperado de remendo descuidado na inserção e no arranque da pequena abóbada. Este efeito de improvisação e de acrescento é particularmente visível no exterior, onde um muito banal e desgracioso corpo de alvenaria [ver atrás Fig.^a 537] é simples e

²⁷⁸ Na moldura da banda vertical parecem ler-se as letras t-e-j[?]-b-u-e-r-e e na da banda horizontal as letras s-e-o-p-o – letras e palavras cujo sentido não conseguimos descodificar.

²⁷⁹ Pedro Dias data o início da construção deste claustro em “um dos anos do terceiro ou quarto quartéis do século XIV: ver Pedro Dias, *Ob. Cit.*, pág. 109.

muito prosaicamente sobreposto à cachorrada e à moldura medievais para ocultar o extradorso da abóbada manuelina do alpendre. De facto, este surge surpreendentemente desprovido de balaustrada, platibanda ou qualquer outro elemento estrutural ou decorativo que dignificasse as faces exteriores deste tão banal corpo exterior apostado ao alpendre. Diga-se, enfim, que o mesmo carácter de improvisação se nota na implantação da torre manuelina [Fig.^a 546], estranho e altíssimo prisma quadrangular de uma sobriedade quase minimalista (não fora o recurso ao mármore aparelhado dos cunhais), estranhamente justaposto sobre o alpendre medieval. Surpreende, com efeito, a desarticulação global do conjunto, em que nenhuma das suas componentes – alpendre, corpo de alvenaria da abóbada respectiva e torre²⁸⁰ – tem a mínima ligação lógica com as restantes, contrastando todas entre si, pela forma arquitectónica, pelas dimensões e até pelos materiais e técnicas construtivas.

A implantação da abóbada manuelina na sala da audiência também não foi fácil. Como sabemos, a sala, coberta inicialmente de madeira, foi também abobadada algures por volta de 1500. Dada a forma quadrada da sala e a sua enorme dimensão, optou-se pela construção de uma abóbada estrelada, certamente a solução técnica mais prática para o abobadamento daquele vão²⁸¹, relativamente grande, de cerca de dez metros [Fig.^a 547]. Tal como se fizera na abóbada do alpendre, também aqui se copiou e adaptou, numa escala e sobretudo com materiais muito mais modestos, a estrutura em tudo idêntica de abóbadas de salas de base quadrada tão prestigiosas como a da própria Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha, quase quatro vezes maior²⁸², ou a própria abóbada da secção central da Capela do Fundador do mesmo Mosteiro²⁸³. Devemos, porém, considerar uma fonte alentejana – e

²⁸⁰ Desta integração muito deficiente da torre sobre o alpendre medieval decorria a deficiência do seu acesso, feito por escada lançada aparentemente a partir do próprio alpendre, assim desfigurado na Época Manuelina, como ainda se vê na fotografia publicada no *Guia de Portugal* [ver atrás Fig.^a 538]. Com efeito, o último vão da arcada medieval foi cerrado e no seu lugar rasgou-se uma pequena janela, visível na fotografia. Como Maria Teresa Raposo recorda, foi nesse vão que se adaptou uma capela e na abóbada manuelina desse verão se terá então rasgado a abertura de acesso à torre quinhentista. Com efeito, esta autora informa-nos ainda que, nos anos 60 do século XX, com a desmontagem desta capela e com a restituição integral da arcada do alpendre primitivo, se perdeu a escada de acesso à torre sineira, hoje só acessível a partir das suas altíssimas ventanas.

Ver uma descrição da torre manuelina da audiência de Estremoz in Túlio Espanca, “Antigos Paços do Concelho”, in “Estremoz” in *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora...*, Vol. I, p.101.

²⁸¹ Para as abóbadas alentejanas da segunda metade do século XV e da primeira metade do século XVI ver a síntese proposta por José Custódio Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal – A Arquitectura no Alentejo*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989, pp. 158-165.

²⁸² A sala do capítulo da Batalha, concluída por Mestre Huguet, tem 19 metros de lado e é “de planta quadrada, coberta por uma abóbada de estrela de um só voo. Esta abóbada é, efectivamente, uma obra de notável técnica construtiva gótica, sendo formada por dexasseis nervuras radiais, oito lançadas das paredes, as restantes lançadas das chaves secundárias exteriores, convergindo para uma grande chave central com decoração vegetalista desenvolvida em duas coroas”, Paulo Pereira, *A Arquitectura Gótica* in Dalila Rodrigues (Coord.) *Ob. Cit.*, Vol. 3, p. 64.

²⁸³ Têm-se notado as afinidades entre a sala do capítulo e a capela do Fundador. Por exemplo José Custódio Vieira da Silva nota que, “também de planta quadrada, com 19,80^m de lado, é a capela do Fundador,

cronologicamente muito mais próxima – para a construção desta abóbada: ela poderia ser proporcionada, pela que, no “Paço da Sempre Noiva” (arredores de Arraiolos)²⁸⁴, cobre “a câmara correspondente ao segundo piso da torre [que] conserva a abóbada de origem, com as **nervuras a constituírem uma estrela de oito pontas, fazendo-se a passagem do quadrado para o octógono através de trompas**”²⁸⁵. José Custódio Vieira da Silva dá mais exemplos alentejanos de “**abóbadas nervuradas desenhando uma estrela de oito pontas**” em edifícios religiosos do Tardo-Gótico como os “de S. Francisco de Évora, de S. Bento de Castris ou da capela do Esporão, na sé de Évora”²⁸⁶.

Com efeito, tal como nestas abóbadas estreladas, também na abóbada manuelina da audiência de Estremoz as nervuras cruzadas centrais bem como os “terceletes” assentam em oito mísulas. Estas são distribuídas duas a duas nas quatro faces da sala, de modo a que o seu alinhamento constitua um octógono mais ou menos regular, de cujos vértices arranquem os feixes de nervuras, principais e secundárias. O tratamento das mísulas – esculpidas em apenas dois terços da sua face, com as armas reais enquadradas por uma esfera armilar de cada lado [**Fig.^a 548**] – deixa presumir que se previu ou a criação de quatro espaços como que alveolares nos quatro ângulos da sala, ligados a esta por quatro amplas aberturas arqueadas cujos arcos arrancariam de pilares adossados às paredes e tangentes às mísulas ou então que se previsse a construção de uma espécie de apoio lateral prismático de reforço ao provável lançamento de uma abóbada que originalmente se pretendesse fazer de pedra. Porém, a fragilidade geral das paredes e em particular a da fachada, com os seus rasgamentos tão intensos, não terá permitido essa hipótese, que exigiria a construção de poderosos e volumosos contrafortes exteriores de reforço, impossíveis de construir na face exterior da fachada por causa do alpendre medieval. Fosse como fosse, a construção da abóbada, de alvenaria²⁸⁷, embora mais ligeira, exigiu a implantação de duas mísulas na face interior da fachada da casa, sobre dois volumosos e desgraciosos pilares. Dada a composição

igualmente coberta de uma abóbada estrelada de oito pontas, embora de menor dimensão [que a da sala do capítulo], por o quadrado passar a octógono na parte central”, José Custódio Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal...*, p. 39.

Este autor nota ainda que, “apesar das plantas quadradas não serem novidade total (as salas capitulares adoptavam muitas vezes essa configuração), é-o, no entanto, o seu emprego simultâneo em dois espaços do mosteiro da Batalha”, José Custódio Vieira da Silva, *Idem*, p. 39.

²⁸⁴ Para este paço tardo-medieval ver “O Paço da Sempre Noiva”, in José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais...*, pp. 149-263. Este autor atribui o essencial deste paço a D. Afonso de Portugal, bispo de Évora (1485-1522), que terá sido “o principal responsável pelas obras que deram ao paço da Sempre Noiva o aspecto final que ainda hoje apresenta”, José Custódio Vieira da Silva, *Idem*, p. 252.

²⁸⁵ José Custódio Vieira da Silva, *Idem*, p. 254.

²⁸⁶ José Custódio Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal...*, p. 159

²⁸⁷ José Custódio Vieira da Silva notou que “o sistema de abóbada utilizado na arquitectura do tardo-gótico alentejano é o que emprega, como materiais, a alvenaria rebocada e, como técnica, a abóbada de nervuras”, José Custódio Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal...*, 1989, p. 158.

das aberturas medievais, aqueles dois pilares tiveram que ser localizados na frente de um dos lumes de cada janela lateral [Fig.^a 549]. Por isso “as janelas geminadas que ladeiam a porta de entrada (...) ainda hoje (...) são cortadas a meio pelos maciços de alvenaria que suportam duas mísulas donde partem as nervuras da abóbada que arranca daquela parede”²⁸⁸.

As oito mísulas estão unidas entre si por arcos muito apontados criando oito panos verticais sobre os quais assentam oito arcos “formeiros”, também apontados [Fig.^a 550]. Nestes oito panos verticais rasgaram-se, enfim – e sempre à semelhança da Capela do Fundador, embora (mais uma vez) aqui de uma forma infinitamente mais modesta – oito fontes de luz, proporcionadas por oito pequenas aberturas meramente funcionais, de formato rectangular e de desenho surpreendentemente muito afastado de qualquer pretensão artística. A forma da abóbada e sobretudo o rasgamento das oito fontes de luz reflectem-se na forma muito engenhosa do telhado exterior, onde um monumental telhado piramidal de quatro águas é interseccionado por oito corpos irradiantes de duas águas cada um, correspondentes aos oito raios da estrela octogonal do interior. Cada um destes corpos termina e culmina numa espécie de empena, também radial onde se abrem as pequenas janelas que jorram luz para o interior e que tornam a abóbada tão ligeira e o espaço interior da sala da audiência tão aladamente aéreo.

A chave desta tão bela abóbada manuelina ostenta as armas de Portugal, tão comuns na arquitectura de tutela concelhia. Porém, a construção desta abóbada naquela casa da audiência, então já multissecular, assinala a inserção de elementos construtivos modernos num edifício antigo, ou melhor, a actualização de uma estrutura medieval, mediante a construção de uma abóbada “moderna” que teve apenas por função reforçar a nobilitação e a dignificação arquitectónica daquela velha audiência medieval. No entanto, o que há que reter como verdadeiramente “identitário” neste fabuloso edifício de um valor histórico ímpar – provavelmente a mais antiga audiência medieval que sobreviva entre nós! – é o seu carácter térreo, o seu espaço interior indiviso e contínuo, a sua forma regular (sensivelmente quadrangular), a sua cobertura original de madeira, as tão inesperadas aberturas “capitulares” da sua fachada principal e até o seu espectacular alpendre, monumentalizado provavelmente durante o reinado de D. Afonso IV. Também portadora de algumas destas características essenciais é a relativamente vizinha casa da audiência medieval de Monsaraz. Com efeito, partilhando um destino histórico também muito atribulado, a audiência de

²⁸⁸ Maria Teresa Raposo, *Ob. Cit.*, p. 202.

Monsaraz proporciona um objecto architectónico igualmente fascinante, como veremos já a seguir.

11.4.3 – A Casa da Audiência de Monsaraz

A casa da audiência de Monsaraz integra, com a de Bragança e a de Estremoz, o restrito grupo das três audiências térreas medievais sobreviventes o que, só por si, transforma esta antiga audiência portuguesa numa venerável peça de arquitectura. Tendo proporcionando o secular espaço de exercício da Justiça na antiga vila de Monsaraz (hoje no Concelho de Reguengos de Monsaraz) e, por inerência, a sede do poder concelhio local, este histórico edifício apenas terá sido notado quando se descobriu a pintura tardo-quadrocentista a que imediatamente se chamou de “O Bom e o Mau Juiz” – “casualmente descoberta na semana que decorreu de 6 a 11 de Outubro de 1958, quando a Junta de Freguesia local, ao proceder a obras de reparação e ampliação, demolia um pano mural no topo Norte da sala dos julgamentos dos antigos paços da Audiência de Monsaraz”²⁸⁹.

Como se sabe, o achado desta tão importante pintura deu brado²⁹⁰, tendo suscitado sucessivos e por vezes controversos estudos, ao contrário do histórico edifício que a abriga e na qual se conserva, quase sempre desprezado ou desvalorizado nesses estudos. Com efeito, este extraordinário fresco tornou-se quase instantaneamente num dos ícones mais impressionantes da história da pintura portuguesa. Assim, um dos resultados do achado inesperado e mesmo sensacional desta pintura tão importante acabaria por ser o de “apagar” muito injustamente o *edifício* que a contém e que a conservou. De facto, a histórica casa da audiência de Monsaraz, apesar da sua antiguidade, da sua história acidentada, da sua própria raridade *enquanto edifício construído para o exercício de funções tão específicas* e até do seu estado de conservação (que temos que considerar muito razoável), não tem merecido a atenção nem o estudo que tanto merece, ressalvadas as abordagens necessariamente elementares que lhe dedicaram já há muitas décadas José Pires Gonçalves e Túlio Espanca em textos pioneiros²⁹¹ que, infelizmente, não tiveram desenvolvimento nem seguidores.

²⁸⁹ José Pires Gonçalves “O Fresco dos Paços da Audiência de Monsaraz”, in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, N.º 5, 1966, p. 3.

²⁹⁰ A primeira notícia do achado é devida a Túlio Espanca: “Notável achado de arte em Monsaraz”, *Notícias de Évora*, Ano 59, N.º 17.509, de 29 de Novembro de 1958.

²⁹¹ José Pires Gonçalves “O Fresco dos Paços da Audiência de Monsaraz”, in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, N.º 5, 1966, pp. 1-24. Ver ainda, sobre a datação dos paços da Audiência de Monsaraz, Túlio Espanca,

Com efeito, o Paço da Audiência de Monsaraz fora ignorado por Raúl Proença e pelos seus colaboradores no seu *Guia de Portugal* de 1927 pelo que a primeira descrição conhecida da audiência é apenas de 1959, curiosamente do ano seguinte ao do achamento do fresco e é devida a Túlio Espanca. Dado o seu pioneirismo, merece que a transcrevamos aqui:

“À esquina da Rua Direita e defrontando a capelinha, com seu balcão de ferro batido e engrinaldado, de recorte donairoso, onde os presos assistiam à missa dominical, subsiste a primitiva *Domus Municipalis* adaptada a Cadeia comarcã. Edificação dum goticismo arcaico e ingénuo, com janelas geminadas e portas de lanceta ogival, fora sacrificada para esta última aplicação em período antigo mas indeterminado. A cobertura actual, bastante mais baixa, mas de artezões quinhentistas, mutilou, parcialmente, no pano Norte, a cimafrente de notável composição mural de temático da *Justiça Terrena*, onde são figuras dominantes os Juizes íntegro e Corrupto. Majestoso, o Criador Eterno envolve, em seu manto de transcendental fulgor a cena, autenticada pela heráldica da Casa Real Portuguesa, do último quartel do século XV. Trata-se de uma extraordinária pintura gótica, recentemente localizada, de influência flamenga de época, execução e assunto de rara originalidade na Península, de certa afinidade com o inestimável fresco do Palácio Comunal de Siena, de Ambrósio Lorenzetti (século XIV)”²⁹².

Ora, apesar de ignorada ou esquecida pela generalidade dos eruditos, visitantes e historiadores, consideramos que a casa da audiência de Monsaraz, *pela sua função original, pela sua antiguidade, pela sua tipologia e pelas suas características arquitectónicas, é tão importante como a pintura* pintada numa das suas paredes e que nela se conserva há mais de quinhentos anos. As páginas que se seguem procurarão de algum modo reparar esta situação, tentando contribuir simultaneamente para um melhor conhecimento do edifício, para tentar demonstrar, como esperamos, a sua eminente relevância histórica e arquitectónica e assim proporcionar um melhor entendimento global daquela notável pintura.

A casa da audiência de Monsaraz está localizada na confluência da rua central (a Rua Direita da vila) com a praça e – tal como as demais audiências medievais sobreviventes – à ilharga da igreja de Santa Maria, a matriz local, bem no coração do respectivo núcleo urbano, aqui polarizado pelo pelourinho e pelo resguardo do poço do concelho. Na lógica urbana da vila alentejana, a Igreja Matriz, em articulação com a Igreja e demais casas afectas à Misericórdia e com a contígua Capela de S. José (todas estas localizadas na face fronteira da praça), proporciona como que um eixo de simetria transversal, ordenador tanto do desenho global da vila como – numa escala mais pequena – da própria praça, nos extremos da qual estão, a Norte, a casa da audiência medieval e, a Sul, a casa da câmara quinhentista [Fig.^a 551]. Deve notar-se ainda que, ao contrário de Bragança e de Estremoz, a

“Antigos Paços da Audiência” in “Reguengos de Monsaraz /Freguesias Rurais)”, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora*, Vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, 1978, pp. 390-393.

²⁹² Túlio Espanca, *Évora e o seu Distrito*, Livraria Nazareth, Évora, 1959, p. 87.

casa da audiência de Monsaraz não é um edifício isolado: ela integra um vasto e denso quarteirão, sendo contígua às demais casas da rua e da praça em que está situada.

O aspecto actual do edifício, com a tão pitoresca escadaria da sua fachada principal [Fig.^a 552], resulta de profundas transformações (adiante analisadas) ocorridas algures nos princípios do século XVI, quando o edifício, inicialmente térreo, ganhou um andar superior. Apesar da sua localização tão central, poder-se-ia duvidar do *carácter concelhio do edifício*, pois não só estava rodeado de casas particulares como está surpreendentemente desprovido de qualquer brasão, real ou concelhio. Porém, tanto a tradição como os testemunhos escritos confirmam a sua função histórica de audiência *concelhia*, carácter sublinhado bem visivelmente pela presença do seu airoso *campanário* com o sino do concelho, montado em época indeterminada²⁹³. Por isso, muito cedo a casa da audiência foi conhecida como “paço do concelho”: foi na velha audiência térrea – então muito recentemente decorada com a famosa pintura de “O Bom e o Mau Juiz” – que, a 5 de Agosto de 1502, teve lugar a assembleia concelhia onde foram escolhidos os Procuradores do Concelho às Cortes de Lisboa de 1502, acto que decorreu “em a vjlha de monsaraz no **paço do concelho**”²⁹⁴. Como vemos, em Monsaraz (como por toda a parte) a casa da audiência, como edifício concelhio que era, passou a ser designado como casa e paço do concelho, designação que sobreviveria até ao Liberalismo²⁹⁵. Com efeito, a casa da audiência permaneceu em uso até à extinção do concelho, apesar da construção de uma nova casa da câmara quinhentista, no lado oposto da praça. Esta última construção fez com que o Concelho de Monsaraz ficasse com *duas casas do concelho, a audiência, de origem medieval e a casa da câmara, de origem quinhentista*, proporcionando assim uma situação absolutamente excepcional em Portugal, onde a câmara das vereações ficava, por sistema – e como já sabemos – ao lado ou por cima da sala da audiência, mas sempre no *mesmo* edifício. Testemunhos e cenários privilegiados do tempo longo em que se movia o poder local do Antigo Regime, a audiência e a casa da câmara de

²⁹³ “Elevado campanário do sino de correr, alvíssimo de caio, com pilastras e frontão de enrolamento, divide estes corpos imobiliários [a Audiência e a casa contígua, a Leste], estando o olhal composto por sino de bronze fundido”, datado de 1878”: Túlio Espanca, “Antigos Paços da Audiência” in “Reguengos de Monsaraz /Freguesias Rurais)”, *Ob. Cit* Vol. I, p. 390.

Este campanário concelhio de Monsaraz tem uma réplica na torre do relógio local, também concelhia, adaptada sobre uma das torres das portas da vila, também numa época indeterminada.

²⁹⁴ *Procuração* dada pela vila de Monsaraz a Lopo Martins de Aguiar como seu Procurador nas Cortes de Lisboa de 1502, in João José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*..., p. 57.

²⁹⁵ Por isso, na ficha que precede o *Relatório* inerente ao mais recente restauro da pintura, Teresa Sarsfield Cabral e Irene Frazão, citando José Pies Gonçalves e Túlio Espanca, ainda referem o edifício como “Antigo Tribunal ou *Domus Municipalis*”: Teresa Sarsfield Cabral e Irene Frazão, “Relatório de Exame e Tratamento”, in *O Fresco do Antigo Tribunal de Monsaraz – Conservação e Restauro*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1999. Pelo que ficou dito em capítulos anteriores, cumpre notar o carácter abusivo e anacrónico da última designação dada por estas autoras ao edifício de Monsaraz.

Monsaraz estariam em uso até 1838, até ao momento da extinção do velho concelho, cuja *cabeça* seria então deslocada para a aldeia de Reguengos, então promovida a cabeça de concelho.

A ameaça de extinção do antigo concelho, no âmbito do processo do que então se chamou de “arredondamento dos concelhos”, empreendido pelo Liberalismo, fez (em Monsaraz como, mais uma vez, por toda a parte) agitar a sonolência daquele tempo lento, para sempre revolvido. Foi então que as velhas casas da câmara proporcionaram um dos mais patéticos argumentos a favor da conservação dos velhos e doravante insustentáveis concelhos de origem medieval, cuja sobrevivência estava ameaçada. Foi o que se passou em Monsaraz que, na sua luta pela conservação do respectivo concelho, terá na sua velha audiência e na sua velha casa da câmara dois derradeiros argumentos para essa causa. Assim, numa *Representação* da Câmara de Monsaraz, de 30 de Abril de 1838, protestando contra as pretensões dos habitantes de Reguengos (que pediam a sua elevação a sede do concelho) a Câmara invoca que Monsaraz conta “há séculos com a Administração Judiciária”. A Câmara acrescenta ainda que Monsaraz detém os indispensáveis

“edifícios públicos, porque os há com os necessários estabelecimentos para os Tribunais; **tem suficientes Casas nos Paços do Concelho**, aonde há Sala para as Audiências Ordinárias e de Pronúncia, Sala para o Júri e neste mesmo Edifício estão duas Cadeias e Sala da Custódia²⁹⁶ com os quesitos que a Lei determina; **além deste tem uma magnífica Casa de Câmara com muitos cómodos**, que querendo-se utilizar dela em qualquer de duas grandes Salas que tem se podia fazer a Audiência Geral, como já aconteceu, sem que os Vereadores sejam privados de terem Sala para as suas Sessões”²⁹⁷.

A audiência de Monsaraz que chegou aos nossos dias – os “Paços do Concelho” onde em 1838 havia “Sala para as Audiências Ordinárias e de Pronúncia, Sala para o Júri e

²⁹⁶ Prisão preventiva.

²⁹⁷ *Representação* da Câmara do Concelho de Monsaraz protestando contra o teor de uma *Representação* dos habitantes de Reguengos pedindo a sua elevação a Concelho e ainda com considerações relativas à eminente extinção do seu Concelho e deslocação da respectiva sede para a aldeia de Reguengos; Monsaraz, 30-4-1838, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Offícios recebidos das Câmaras Municipais; Maço 1994 (Caixa 2).

Sobre o mesmo assunto – e apoiando também a conservação do concelho de Monsaraz – ver ainda o *Ofício* do Governo Civil de Évora ao Ministro de Reino, informando sobre medidas e posições da Junta Geral daquele Distrito e apoiando a restauração do concelho de Monsaraz, Évora, 16-8-1843, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Consultas das Juntas Gerais de Distrito, Maço 2028. Aí se lê: “tratando da divisão territorial diz a Junta Geral do Distrito com o intuito de provar a inconveniência da mudança da sede do Concelho de Reguengos para Monsaraz, que na última destas vilas faltam pessoas habilitadas para os cargos administrativos e Judiciais, que a Cadeia não é segura, que a Vila carece de Estalagens e é maior a povoação de Reguengos, encerrando além disto em si as capacidades que há no Concelho: não ignora V. Ex.^a que a conveniência do local para sede do Concelho em questão pela íntima ligação que tem com os princípios políticos das pessoas que advogam um e outro arbítrio é sempre encarada de diverso modo pelos dois partidos [...]. E sobre a segurança e capacidade da Cadeia de Reguengos [...] não devendo passar em silêncio que no orçamento para 1843 propôs a Câmara uma verba de 3:576\$000 para edificação de Casas de Câmara, de que tanto carece, que se celebram as sessões na casa cedida por um particular, a qual faz parte do prédio de sua habitação, enquanto na Vila de Monsaraz há Casas de Câmara e Cadeia, como capital do Concelho que foi desde há séculos até ao ano de 1838”.

[...] duas Cadeias e Sala da Custódia com os quesitos que a Lei determina” – resultou das ampliações feitas nos inícios do século XVI. A audiência medieval era mais simples e muito menos espaçosa: era *térrea*, tinha uma *planta rectangular* sensivelmente regular, ocupada, como pensamos, por *uma única sala contínua* [Fig.^a 553], à semelhança do que encontramos em Bragança e Estremoz, podendo ter tido *bancos corridos à volta da sala*, pelo menos em alguns dos seus lados. Tudo indica, enfim, que a audiência medieval era coberta por um *telhado com estrutura de madeira*, provavelmente de quatro águas.

Pensamos que o espaço original da sala correspondia à superfície dos dois primeiros tramos (a contar da entrada do edifício) do piso térreo do actual *Museu de Arte Sacra* instalado na sala. Merecem reparo as propostas de definição do espaço da sala da audiência apresentadas por Luís Afonso, quando considera que

“Originalmente a sala de audiências era mais pequena do que aquela que hoje em dia temos diante de nós, como aliás já foi defendido por Túlio Espanca. De facto, hoje em dia temos uma sala com três tramos, sendo que a pintura se encontra apenas num deles. Por isso, julgamos que onde hoje temos uma sala ampla de três tramos existiria apenas uma sala, ou quando muito duas salas intercomunicantes mais pequenas, estando a entrada localizada na parede sul descaindo para o lado nascente, numa localização próxima da actual”²⁹⁸.

Tudo indica, com efeito, que a sala da audiência medieval, embora talvez mais pequena que a sala do piso térreo actual, seria também contínua, como as das duas outras audiências medievais sobreviventes. A divisão em tramos da sala da audiência de Monsaraz é perfeitamente alheia à sala medieval – e conseqüentemente à localização e ao entendimento da pintura – pois lhe foi imposta posteriormente, no início do século XVI, quando a sala se expandiu a Nascente (assim ganhando o espaço relativo ao seu tramo fundeiro) e quando, ao mesmo tempo, se abobadou a sua cobertura para, sobre ela, se construir o segundo piso, que chegou até nós.

Como se sabe, foi a construção posterior do arco formeiro da parede fundeira que tapou parte do extremo direito da pintura. Com efeito, é sobre aquele arco (descentrado, aliás, relativamente ao eixo da composição do fresco) que se apoia um dos panos da abóbada do tramo respectivo.

O espaço da sala térrea medieval merece uma última consideração: inicialmente contínua, a sala da audiência pode ter sido ampliada e logo em seguida dividida, algures no século XV – também à semelhança do que ocorreu na audiência de Bragança – de modo a proporcionar uma *câmara* para as veriações. A ter sido assim, esta câmara localizar-se-ia, tal

²⁹⁸ Luís Afonso, “«O Bom e o Mau Juiz» de Monsaraz numa perspectiva estruturalista” in *A Cidade de Évora – Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, II Série, N.º 6, 2002-2006, Câmara Municipal de Évora, Évora, 2006, p. 329.

como na cidade transmontana, dada a topografia do sítio de implantação, ao lado (e não atrás) da audiência. Entrar-se-ia pelo portal monumental directamente na *audiência* (o espaço maior), localizada na face Oeste da casa, e desta se passaria para a *câmara*, localizada na parte Leste do complexo, no espaço correspondente ao segundo ou ao último tramo. A existência desta câmara é muito verosímil, não só por termos o precedente de Bragança, mas também porque a sua existência facilitaria posteriormente a adaptação do piso térreo da audiência medieval a cadeia, como veremos. Enfim, ligeiras prospecções arqueológicas confirmarão (ou excluirão) a hipótese da existência desta câmara.

Construída em alvenaria muito pobre, à base de xisto, devidamente rebocada e caiada²⁹⁹, a brancura da cal fazia ressaltar, então como hoje, as molduras das portas e das janelas, em granito – que outros elementos ou ornatos arquitectónicos de destaque não existiriam no edifício primitivo. Porém, aquelas portas e janelas proporcionavam os elementos mais importantes e mais identitários do edifício enquanto *audiência concelhia* que era. Com efeito, merecem reparo as *aberturas* da primitiva audiência, quer as que se abrem na sua fachada principal e que dão directamente para a praça, quer as que se abrem na sua fachada lateral.

A *fachada principal* da audiência medieval de Monsaraz está ocultada, desde o início do século XVI, pela caixa de escada construída em cima e à sua frente para dar acesso ao piso nobre então construído. No entanto, ela sobrevive intacta, proporcionando uma das faces do estreito corredor que desde então dá acesso ao portal monumental de acesso à sala do piso térreo e é digna do maior reparo. A fachada medieval integra *o portal e dois pares de janelas emparelhadas laterais, um de cada lado*, proporcionando o conjunto uma composição mais ou menos simétrica e – apesar de hoje abafada pelo minúsculo corredor que lhe foi aposto – de uma monumentalidade evidente [Fig.^a 554]. Afinal, *esta composição copia ou emula* muito inesperadamente, o arranjo das aberturas da fachada da casa da audiência de Estremoz, embora aqui num registo mais modesto e menos sofisticado mas estilisticamente mais actualizado. Estas afinidades entre as composições das fachadas das duas audiências fora, mais uma vez, intuída pelo sempre muito arguto José Pires Gonçalves quando considera que “o primitivo edifício dos Paços da Audiência de Monsaraz, no tipo arquitectónico do pórtico sul e da bela galeria de ogivas geminadas, é um edifício gótico

²⁹⁹ “O suporte da pintura é de alvenaria de xisto, muito irregular, assente com argamassa, sendo a superfície coberta por um reboco”, Teresa Sarsfield Cabral e Irene Frazão, “Relatório de Exame e Tratamento” in *Ob. Cit.*

que, pelo seu arcaísmo estrutural, permite admitir ter sido, pelo menos, contemporâneo da Casa da Audiência do Paço Real de Estremoz, se é que não lhe é até anterior”³⁰⁰.

Como vemos, instituída também ela em “casa do capítulo” do povo, homens-bons e concelho de Monsaraz, a sua audiência medieval quis-se dignificada, nobilitada e sobretudo monumentalizada mediante o recurso a um modelo de fachada proporcionado, mais uma vez, pelas fachadas, em tudo idênticas, das casas do capítulo dos mosteiros e conventos medievais.

O portal, aparentemente bastante descentrado no conjunto da fachada principal, é bastante atarracado, efeito resultante de um pé direito baixo e de um vão proporcionalmente muito largo. Este vão é vencido por um arco em ogiva de belo lançamento, sublinhado por uma muito discreta moldura em toro-escócia-filete, de realização muito rude. Uma moldura de perfil algo semelhante está também patente na robusta imposta que sustenta o arranque do arco. Ladeando o portal, dois pares de janelas geminadas, de arcos igualmente apontados, mas aqui sem imposta [Fig.^a 555], completam a composição da fachada principal primitiva, cuja primeira e única descrição que conhecemos é devida a Túlio Espanca: nela

“rasgam-se a portada ogival, de ábacos duplos, moldurados, e jambas de meias canas de capiteação naturalista, com o arco reconstruído e, lateralmente, correm duas fenestras geminadas, de molduras graníticas e do estilo gótico, outrora gradeadas”³⁰¹.

Também as fenestrações da *fachada lateral* da casa da audiência merecem muito reparo. No seu estado actual elas parecem proporcionar um eco muito longínquo (embora menos obstinado e intensivo) das fenestrações da casa da audiência medieval de Bragança. Com efeito, a fachada lateral da audiência de Monsaraz apresenta hoje uma teoria de três janelas geminadas ocupando toda a extensão desta fachada [Fig.^a 556 e 557]. Diga-se, enfim, que a composição e o tamanho destas janelas geminadas são em tudo semelhantes aos das janelas que ladeiam o portal da fachada principal.

As aberturas rasgadas na fachada lateral, tão importantes e até inesperadas, merecem discussão. Com efeito, a sua configuração global actual remonta apenas às obras do restauro da audiência medieval, levado a cabo pela DGEMN no fim dos Anos 50 do século XX, empreendidas na sequência da descoberta do fresco do “Bom e Mau Juiz” que urgia proteger. De facto, nesta fachada lateral de há muito dois pares de janelas geminadas ladeavam uma porta ogival central [Fig.^a 558]. Assim, esta fachada lateral repetia, muito

³⁰⁰ José Pires Gonçalves “O Fresco...”, in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, N.º 5, 1966, p. 4. Deve notar-se que estas afinidades se acentuam quando consideramos também as aberturas rasgadas na fachada lateral da audiência de Monsaraz, na forma em que chegou até aos restauros dos Anos 60, adiante referidas.

³⁰¹ Túlio Espanca, “Antigos Paços da Audiência” in “Reguengos de Monsaraz /Freguesias Rurais”, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora*, Vol. I, p. 393.

surpreendentemente, agora num espaço mais acanhado, a sensacional composição que encontrámos na fachada principal, definindo nova e típica composição simétrica de fachada “capitular”, raríssima em edifícios laicos e que chegou até ao fim dos Anos 50. Foi durante as obras de restauro acima referidas que a porta central desta fachada³⁰² foi substituída por uma janela geminada com as mesmas dimensões e o mesmo desenho que encontramos nas duas janelas laterais. Assim surgiram os lumes que hoje podemos contemplar nesta fachada, compostos por três pares de janelas emparelhadas, decorrentes do arranjo então imposto. Ignoramos, porém, a composição original global desta fachada³⁰³.

Voltada para Sul, para a praça e para o sol do Alentejo, a fachada principal primitiva devia ter sido protegida por um mais ou menos vasto e imponente *alpendre* concelhio, já intuído muito penetrantemente por Túlio Espanca³⁰⁴ – e que futuramente seria replicado no *pórtico* tão erudito da casa da câmara (provavelmente quinhentista) localizada na face fronteira da praça. Pensamos que o alpendre da audiência (apeado devido aos acrescentos feitos na casa primitiva nos inícios do século XVI) deveria ter uma estrutura construída parcialmente em pedra, pelo que pelo menos o poial e os esteios seriam realizados no mesmo denso granito em que foram realizadas as molduras de todas as aberturas do edifício.

Como dissemos atrás, este extraordinário e tão raro edifício tem passado bastante despercebido, pois tem sido quase total e muito injustamente ofuscado pela relevância do *fresco* que encerra no seu interior. Apesar de constituir um objecto arquitectónico de grande importância histórica, tem sido como que esquecido, ignorado e desprezado, nomeadamente pelos historiadores mais recentes. Por isso, começa por merecer muita ponderação a difícil questão da sua datação. Dada a sua natureza, a sofisticação relativa da composição das suas duas fachadas – mas também a realização algo grosseira das molduras das suas tão sensacionais aberturas – tudo indica que o edifício seja bastante antigo, remontando a um certo momento de meados do século XIV. Como já vimos, José Pires Gonçalves considera,

³⁰² Luís Afonso, no estudo atrás citado refere que “aparentemente, e seguindo a opinião de Túlio Espanca, esta porta foi aberta na mesma época em que se construíram as abóbadas das salas”, Luís Afonso, “«O Bom e o Mau Juiz» de Monsaraz...” in *Ob. Cit.*, p. 337, Nota.

³⁰³ Ligeiras prospecções arqueológicas no local avaliarão da pertinência das obras de transformação efectuadas na abertura central desta fachada, quando a porta deu lugar a uma janela. Assim, parecem discutíveis as seguintes palavras de Luís Afonso, no estudo atrás citado, quando considera “que o restauro do edifício efectuado no século passado foi feliz, ao conseguir repor com alguma verosimilhança a localização primitiva da porta de entrada”, acrescentando ainda “que essa entrada seria sempre mais nobre e funcional do que uma outra eventualmente existente na parede poente”: Luís Afonso, “«O Bom e o Mau Juiz» de Monsaraz...” in *Ob. Cit.*, pp. 328, 329.

³⁰⁴ Túlio Espanca nota “o corpo primitivo, gótico duo-trecentista, de caixa rectangular, amputado de alpendre [posteriormente, numa época indeterminada] e coroamento supostamente ameaado”: Túlio Espanca, “Antigos Paços da Audiência” in “Reguengos de Monsaraz /Freguesias Rurais”, *Ob. Cit.*, p. 390. Merece reparo também a intuição relativa à existência de ameias no Paço da Audiência medieval ou mesmo na sua versão pré-quinhentista, adiante discutida.

com argumentos muito pertinentes, que “a sua construção pode, portanto, situar-se no curto período de 45 anos, que decorre entre as datas de 1317 e 1362”³⁰⁵. Um estudo aturado do edifício, em confronto e no contexto do estudo da arquitectura daquela antiga vila e da da ampla região a que pertence, poderá trazer achegas a esta tão importante e premente questão – a da datação mais rigorosa da audiência de Monsaraz, uma das três únicas audiências medievais portuguesas sobreviventes!

Aparentemente mais fácil (embora não isenta de discussão) é a datação das importantes obras de modernização que beneficiaram e dignificaram o edifício, realizadas nos fins do século XV e de que nos chegou o famosíssimo fresco representando “O Bom e o Mau Juiz”³⁰⁶. Tudo indica que esta pintura há-de ter feito parte de um plano decorativo mais amplo, pelo que a decoração tão ambiciosa de fins do século XV suscita a questão de uma remodelação bastante intensa da velha audiência térrea medieval que então, certamente muito envelhecida, pode ter necessitado – como todas as casas necessitam – de importantes obras de conservação.

³⁰⁵ José Pires Gonçalves “O Fresco dos Paços da Audiência de Monsaraz”, in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, N.º 5, 1966, p. 4. Este autor acrescenta que “em 1362 já o velho edifício gótico era, documentalmente, identificado pela designação de «Paços da Audiência» de Monsaraz, e nele se celebravam, então, as sessões de julgamento do célebre pleito da defesa da Pedra Alçada”: José Pires Gonçalves, *Idem*, p. 8.

Escrevendo doze anos depois de José Pires Gonçalves, Túlio Espanca retoma a proposta deste autor para a datação do Paço da Audiência de Monsaraz: “O primitivo edifício dos Paços do Concelho e Tribunal de Monsaraz, foi edificado, concretamente, no 2.º quartel do século XIV, durante os reinados de D. Dinis-D. Afonso IV, como consequência histórica do desenvolvimento administrativo e económico da vila, após o seu repovoamento determinado pela concessão do foral dado pelo BOLONHÊS, no ano de 1276. A mais concreta referência documental remonta a 1362, data em que nas suas salas senatórias se realizaram as sessões de julgamento da discutida posse da DEFESA DA PEDRA ALÇADA, em que andou envolvido o Concelho de Monsaraz, representado pelos respectivos procuradores”, Túlio Espanca, “Antigos Paços da Audiência” in “Reguengos de Monsaraz /Freguesias Rurais”, *Ob. Cit.*, p. 390.

Devemos referir, porém, que na ficha que precede o *Relatório* relativo ao restauro da pintura, Teresa Sarsfield Cabral e Irene Frazão propõem a data aproximada de “meados século XV (?)”, embora, dada a falta de clareza da redacção das respectivas “informações gerais”, não saibamos se estas autoras se referem ao edifício se à pintura nele abrigada: Teresa Sarsfield Cabral e Irene Frazão, “Relatório de Exame e Tratamento”, in *Ob. Cit.*

Independentemente da efectiva datação do fresco, em cuja discussão não poderemos entrar aqui, e tendo em conta que as armas do Duque de Bragança poderiam ter sido pintadas de raiz ou apostas posteriormente à pintura, em 1496 ou nos anos imediatos (como adiante veremos), as balisas cronológicas propostas por José Pires Gonçalves para a datação do fresco – mas sobretudo para a construção do Paço da Audiência – são muito estimulantes e, apesar dos reparos dos historiadores acabados de referir, merecem a maior consideração. Com efeito, independentemente da efectiva datação do fresco, tudo indica que a construção da *parede* que o suporta e da *casa* que o abriga parece ter ocorrido muito provavelmente no período entre 1317 e 1362.

³⁰⁶ Para o estudo deste tão raro fresco da pintura portuguesa pré-quincentista ver (para lá do estudo já citado de José Pires Gonçalves) Dagoberto L. Markl: “A Justiça de Deus e a Justiça dos Homens – Uma pintura de Justiça em Monsaraz” in *O Fresco do Antigo Tribunal de Monsaraz – Conservação e Restauro*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1999.

Ver ainda o outro estudo integrado na mesma publicação, inerente à técnica de execução do fresco e ao restauro do mesmo, levado a cabo de Setembro a Novembro de 1996 pelas autoras acima referidas: Teresa Sarsfield Cabral e Irene Frazão, “Relatório de Exame e Tratamento” in *Ob. Cit.*

Entre as obras então levadas a efeito poderíamos imaginar, no seu exterior, a construção, reconstrução, modernização ou ampliação do muito provável alpendre antigo – bem como a muito provável implantação de ameias (já intuídas pelo sagaz Túlio Espanca), que poderemos imaginar com o seu recorte tipicamente chanfrado, à semelhança das que encontramos, nessa mesma época, em inúmeros edifícios militares, religiosos e civis. No interior do edifício haveria que contar com a decoração das paredes da sala, nomeadamente a da parede fundeira, a Nascente, de que resta a monumental pintura “O Bom e o Mau Juiz”, que provavelmente fazia parte de um conjunto que incluiria outras pinturas, de há muito perdidas, então realizadas na mesma e porventura noutras paredes – pinturas intuídas por Cátia Mourão, que considera que “as paredes dos primitivos Paços da Audiência eram decoradas com frescos de grandes dimensões alusivos à Justiça”³⁰⁷. Enfim, proporcionando uma cobertura adequada à decoração global da sala – nomeadamente à grande pintura sobrevivente bem como a outras pinturas eventualmente então realizadas – haveria que contar com a feitura de um muito provável *forro novo* de madeira, provavelmente também muito elaborado e aparatoso, bem à medida do gosto, dos recursos e das pretensões decorativas de quem encomendou a remodelação global do edifício

A partir da datação atribuída ao fresco poderemos datar estas tão importantes obras dos últimos anos de Quatrocentos. Dagoberto Markl, cujas deduções seguiremos neste aspecto, apresenta uma série de indicadores para a sua datação no estudo que faz da pintura de Monsaraz. Todos esses indicadores “concorrem para situar este fresco nos anos 90 do século XV”, acrescentando, logo a seguir, que “o fresco de Monsaraz terá sido executado depois de 1496 sendo, por consequência, obra já ‘manuelina’”³⁰⁸. Enfim, este autor conclui,

³⁰⁷ “O Bom e o Mau Juiz...”, in *A Cidade de Évora...* n.º 2, 2.ª série, Évora, 1996-1997, p. 305. Esta referência seria retomada por Dagoberto L. Markl, quando refere que Cátia Mourão “admite, como proposta de trabalho, a provável existência de outros frescos que emparceiravam com o *Bom e o Mau Juiz* de Monsaraz”: Dagoberto L. Markl, “A Justiça de Deus e a Justiça dos Homens – Uma pintura de Justiça em Monsaraz” in *Ob. Cit.*

³⁰⁸ Dagoberto L. Markl, *Ibidem*. Tudo indica, portanto, que a mais recente proposta (e provavelmente a mais correcta) para a datação do fresco seja a de Dagoberto L. Markl, que começara por considerar “que a pintura mural do Paço da Audiência de Monsaraz tem sido objecto de controvérsia no que concerne à sua cronologia”. Este autor (que aponta para 1496 ou anos seguintes) refere – e contesta veementemente – o que chama de “corrente que baseada na proposta do investigador José Pires Gonçalves procura situar a execução daquele fresco no período compreendido entre 1317-1362”: Id., *Ibidem*. Dagoberto Markl considera ainda, no mesmo estudo, que “a data das obras que deram origem à Sala do Tribunal é (...) de finais do século XV, mais concretamente de um período situável nos anos de 1495 e 1497, ou seja por ocasião da morte de D. João II, da subida ao poder de D. Manuel e do regresso a Portugal do duque de Bragança, D. Jaime. Este último evento é-nos sugerido pela presença do brasão de armas dos Braganças que figura à direita ladeando o registo superior da composição”.

Também Luís Afonso parece seguir nesta matéria Dagoberto Markl e refere a opinião de José Pires Gonçalves, com a qual também não concorda: Luís Afonso, “«O Bom e o Mau Juiz»...” in *Lug. Cit.*, p. 338, Nota.

Face ao que precede, pensamos dever registar-se aqui a proposta de José Pires Gonçalves relativamente à datação do fresco. A este autor não repugna atribuir a pintura “à primeira metade do século

afirmando que o fresco de “O Bom e o Mau Juiz” “foi mandado executar pelo Duque de Bragança, D.Jaime, depois de 1496 ou 1497, o que explica a presença das suas armas. A pintura inclui-se nas grandes obras que então foram levadas a cabo e transformaram a antiga prisão em Tribunal”³⁰⁹.

Fosse qual fosse a sua natureza e o seu alcance, a verdade é que a reformulação e a nova decoração tardo-quadrocentista da audiência de Monsaraz foi extremamente efémera, como veremos. Quis, porém, o destino da histórica sala, bem depressa afectada a novas funções, que o *fresco*, que por milagre ficou oculto durante cerca de quatro séculos e meio atrás de uma parede afortunadamente construída na sua frente, chegasse praticamente intacto até nós. Estando naturalmente fora dos nossos objectivos o estudo – muito aliciante – da pintura de Monsaraz, cumpre aqui dizer apenas que ela constitui uma peça do maior significado enquanto testemunho raríssimo, se não único, da decoração de uma audiência concelhia portuguesa realizada nas vésperas de Quinhentos. Com efeito, fosse qual fosse a sua amplitude e o seu grau de sofisticação, a decoração global da sala da casa da audiência de Monsaraz, a que esta pintura pertencia, precede de muito poucos anos esse projecto maior, agora de empresa estatal, régia e de âmbito nacional, realizado em plena época manuelina, constituído pela remodelação e decoração da *Relação de Lisboa*, no Limoeiro, em curso nos anos à volta de 1518. Tal como a audiência remodelada de Monsaraz o foi – naturalmente com os seus recursos limitados e na sua pequenina escala – também a Relação

XIV, talvez ao tempo de D. Dinis ou de D. Afonso IV”: José Pires Gonçalves “O Fresco dos Paços da Audiência de Monsaraz”, in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, N.º 5, 1966, p. 12. Este autor acrescenta que “cronologicamente o fresco de Monsaraz oferece iniludíveis elementos iconográficos que permitem datá-lo, seguramente, do século XIV e, com grandes visos de probabilidades, da primeira metade desta centúria”, ver José Pires Gonçalves “O Fresco dos Paços da Audiência...”, in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, N.º 5, 1966, p. 17). O mesmo autor avança mesmo com a “informação oral de Germain Bazin na visita feita a Monsaraz em 9 de Março de 1965” (José Pires Gonçalves, *Ibidem*, p. 15, Nota). José Pires Gonçalves acrescenta ainda que “a figura do vilão, que o mestre [do fresco de] Monsaraz representou a peitar o mau juiz com a insignificância da vianda do par de perdizes empioladas por uma pena é, no autorizado parecer de Germain Bazin, uma figura típica do século XIV”: (José Pires Gonçalves, *Ibidem*).

Ainda relacionada com a datação do fresco cumpre registar, enfim, a proposta de Túlio Espanca que, invocando argumentos desta vez muito discutíveis (adiante citados), considera que a pintura “não deve ultrapassar os meados do séc. XV”: Túlio Espanca, “Antigos Paços da Audiência” in “Reguengos de Monsaraz...”, *Inventário Artístico...*, Vol. I, pp. 392, 393.

³⁰⁹ Cátia Mourão propusera uma datação “entre 1498 e inícios do século XVI”, “O Bom e o Mau Juiz – Frescos dos Antigos Paços da Audiência de Monsaraz”, in *A Cidade de Évora – Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, dir. Manuel Branco, n.º 2, 2.ª série, Évora, 1996-1997, pp. 297-322, p. 308.

Note-se que merecem discussão as últimas palavras citadas de Dagoberto Markl. Com efeito, há que dizer que as “grandes obras que então foram levadas a cabo” nesses anos em pouco posteriores a 1496 – e que acabámos de tentar perceber – consistiram, conforme pensamos, na reparação e na actualização da velha audiência medieval, mas nunca na transformação da “antiga prisão em Tribunal”. O que ocorrerá, numa data pouco posterior é justamente o contrário, como veremos, com a transformação da audiência em cadeia.

há-de ter sido um edifício verdadeiramente sumptuoso³¹⁰, em tudo digno da grandeza, dos desígnios e da ambição artística do rei que encomendou a sua modernização – e que tanto reparo mereceu a Damião de Góis, que refere que o rei D. Manuel I

“fez de nouo em Lisboa, junto da Igreja de sam Martinho **hos Paços da casa da suplicaçã, & do çiucl, & cadea do limoeiro, obra muito manifica, & sumptuosa**, onde dantes fora ha casa da moeda, & depois paços de Reis”³¹¹.

Com efeito, estes “Paços da casa da suplicaçã, & do çiucl”, na sua dimensão representativa, laica, áulica e até simbólica, apenas teriam paralelo então na *Sala* do Paço da Ribeira de Lisboa³¹² e na chamada *Sala dos Brasões* do Paço de Sintra³¹³.

Enfim, a audiência medieval de Monsaraz, remodelada nos últimos anos de Quatrocentos é, repetimos, de uma importância histórica extraordinária, dada a sua tipologia arquitectónica, inerente à sua tão nobre função concelhia. Ora esta tão singular “caixa de arquitectura” contém e conserva nas suas paredes, como todos os portugueses cultivados sabem, uma pintura de relevância histórica absolutamente equivalente. Com efeito, o *fresco* de Monsaraz, como peça indissociável do corpo construído mais global que é aquela casa da audiência, só nessa condição tem o seu pleno sentido e só a essa luz tem que ser avaliado. De facto, tal como a antiga sala a que pertencia, que adornava e cuja decoração integrava, também a pintura “O Bom e o Mau Juiz” era, pelo seu tema, de uma extraordinária raridade. Peça única entre nós – como quase única é a sala que a contém! – ela integra o *corpus* restritíssimo da pintura portuguesa tardo-medieval de temática não estritamente religiosa. Com efeito, segundo Paulo Pereira, “entre os temas laicos ou profanos portugueses avulta em importância um de carácter exemplar e moralista muito evidente: a pintura mural *O Bom e Mau Juiz*, do Tribunal de Monsaraz.”

Na impossibilidade de entrarmos aqui na importante discussão das fontes e das influências externas confluentes nesta pintura, do seu tema à sua composição geral³¹⁴,

³¹⁰ Edifício emblemático da Lisboa manuelina, a *Relação* de Lisboa continua por estudar. Entre as obras em curso no edifício em torno do ano de 1518, a mais importante seria a da “decoração do coruchéu do Limoeiro ou obra da «rrolação de Lisboa»”, que suscitou a formação ou a consolidação de uma parceria, de uma importância histórica ímpar no quadro da pintura portuguesa do primeiro quartel do século XVI. Foi a essa parceria tão qualificada que foi confiada então a “grande empreitada oficial que reuniu diversos pintores, primeiro sob a direcção de Francisco Henriques e, após a morte deste [na peste de 1518], sob a de Garcia Fernandes”, Dalila Rodrigues, “A pintura no período manuelino – O primeiro ciclo da pintura portuguesa do Renascimento” in Paulo Pereira (Direcção) *História da Arte...*, Vol. 2, p. 206.

³¹¹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (dir. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, Parte IV, Cap. LXXV, p. 205; sublinhados nossos.

³¹² Certamente em uso a partir de 1506, ano da representação, neste paço, do auto “Quem tem farelos?” de Gil Vicente. Para o Paço da Ribeira ver Nuno Senos, *O Paço da Ribeira – 1501-1581*, Editorial Notícias, Lisboa, 2000.

³¹³ Certamente posterior a 1510: para o Paço de Sintra ver, entre outros, José Custódio Vieira da Silva, “O Paço de Sintra”, in José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais...*, pp. 199-247.

atenhamo-nos aqui apenas a algumas considerações de base para o seu entendimento, retomadas das propostas de leitura de Paulo Pereira e Dagoberto Markl, cujas conclusões seguiremos no essencial.

O fresco [Fig.^a 559], hoje cerceado no seu extremo superior direito devido ao lançamento posterior da abóbada em que se apoia o piso nobre quinhentista da casa da audiência, ocupava certamente a parede fundeira, rectangular, da sala, na face oposta à da fachada principal, onde se encontra a porta de entrada original. A pintura organiza-se em dois registos rectangulares sobrepostos e desiguais (ligeiramente mais largo o inferior). Os dois registos, simétricos, estão centrados em torno de um eixo de simetria comum. Os dois registos, superior e inferior, estão rodeados por um friso contínuo de intensas ressonâncias árabes ou moçárabes³¹⁵, aparecendo, porém, separados entre si por um friso, mais estreito, que “apresenta uma decoração tipicamente gótica em quadrifólios que decoram, também, os tronos dos Juízes”³¹⁶.

A composição é muito vasta e, dado o tamanho relativamente acanhado da sala, ganha uma presença visual de uma monumentalidade a toda a prova. Ela proporciona, pois, o campo visual em que se desenrolam as duas cenas, inerentes aos dois registos sobrepostos de que se compõe. Repetidamente descrita, ater-nos-emos aqui à descrição proposta por Paulo Pereira:

“Encimado por uma cena representando o Salvador rodeado por dois anjos e, em baixo, por duas figuras laicas, a cena inferior representa, lado a lado, o Bom Juiz (coroado de anjos) e o Mau Juiz. Rodeiam ambos os juízes dois acólitos, um deles escrivão. Com a vara partida, o Mau Juiz, atende porém a uma terceira personagem, estendendo uma das mãos, uma vez que esta se apresta a corrompê-lo oferecendo-lhe perdizes. Curiosamente, o Mau Juiz mostra duas caras, uma voltada para o corruptor (ou traficante de favores), outra de perfil, o que é o mesmo que dizer que se trata de uma justiça com duas faces; e é precisamente esta face de perfil que parece prestar atenção ao que uma estranha carantonha, representada quase em *grisaille* por detrás da cadeira, lhe parece sussurar ao ouvido: eis a figura do Diabo. No cimo, obviamente, o Salvador é o Juiz de todos os actos, o efectivo Juiz Supremo”³¹⁷.

Como vemos, a cena representada no registo inferior³¹⁸, com a *alegoria do bom e do mau juiz*, é a mais complexa. Também simétrica, representa uma sala de audiências devidamente equipada. A sala é rectangular e devidamente forrada com o que parece ser o

³¹⁴ “O tema, da maneira como é tratado e pela paleta de cores usada revela influência italianizante, que não se confina, assim, apenas ao aspecto iconográfico (com um modelo evidente radicado no fresco de Lorenzetti, no Palácio Comunal de Siena)”: Paulo Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)” in Paulo Pereira (Direcção) *História da Arte...*, Vol. 1, 1995, p. 425.

³¹⁵ Dagoberto L. Markl, “A Justiça de Deus e a Justiça dos Homens...” in *Lug. Cit.*, 1999.

³¹⁶ Dagoberto L. Markl, *Ibidem*.

³¹⁷ Paulo Pereira, “A Arquitectura (1250-1450)” in Paulo Pereira (Direcção) *Ob. Cit.*, Vol. 1, 1995, p. 425.

³¹⁸ No registo superior, pensamos que as duas figuras que, nos limites inferiores extremos dessa parte da composição ladeiam o Salvador, entrevistas por Paulo Pereira como “duas figuras laicas”, parece deverem ser consideradas como figurações de *dois profetas* dados os toucados e as cartelas que ostentam. Com efeito “pessoas laicas” não parece entrarem no registo visual próprio do sagrado e do transcendente.

típico forro “de camisa e saia” da velha carpintaria portuguesa, aqui dado numa perspectiva já bastante rigorosa e moderna³¹⁹. Por sua vez, a parede do fundo apresenta no seu centro uma porta ou janela fundeira com um arco querenado, adornada com uma cortina de típico brocado de aparato. A parede ostenta nos seus extremos laterais, tapeçarias ou, mais provavelmente, ornatos arquitectónicos meramente decorativos, de recorte tipicamente gótico. De cada lado da porta ou janela central surge uma cadeira de aparato – a *seda* referida a nas *Ordenações do Reino*³²⁰ – para cada juiz, cada uma devidamente apoiada no respectivo estrado. Aos lados da sala, mais ou menos alinhadas pelas duas *sédas*, duas mesas, as *bancas* dos escrivães e não dos corregedores, como se tem dito. Com efeito, a verdadeira identificação da natureza dos juízes representados merece consideração. Dado o aparato da cena e as opas que envergam não seriam juízes ordinários – os utilíssimos “juízes de proximidade”, como hoje diríamos, eleitos periodicamente pelos vizinhos do concelho, de acordo com o exposto nas *Ordenações*³²¹. Assim, os juízes representados poderiam ser Juízes de Fora ou, mais provavelmente, Corregedores da Comarca, que periodicamente visitavam os concelhos no âmbito e a fim de darem curso às correições prescritas pelas mesmas *Ordenações*. Porém, sabemos que Monsaraz, no século XV, deixou de ser um concelho de tutela régia. Túlio Espanca informa-nos que a vila fazia parte do senhorio da Casa de Bragança, cujas armas aparecem representadas no registo superior, como já vimos, assim “autenticando a benesse senhorial do burgo, posse do Conde de Arraiolos, D. Fernando, concedido pelo avô, o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, em 4 de Abril de 1422”³²². Por isso, os juízes representados no fresco poderiam ser os *Ouvidores* nomeados pelo Duque, ao serviço do qual exerciam a Justiça nos respectivos domínios nos mesmos termos e com as mesmas funções com que os Corregedores colocados pelo poder real o faziam nas respectivas Comarcas.

Pensamos, porém, que a discussão sobre a verdadeira identidade dos juízes representados, Corregedores ou Ouvidores, é pouco relevante, dado o carácter alegórico da pintura. Dagoberto L. Markl considera que o seu “tema é, em geral, objecto de uma sequência de pinturas relacionadas com o tema fulcral da Justiça e da adequada aplicação”.

³¹⁹ Merece reparo o rigor desta representação, aqui feita já segundo as regras da chamada perspectiva central cónica. Com efeito, as pranchas, de topo, do forro da sala definem as fugas da perspectiva, confluentes no ponto de observação ideal que insinua uma linha do horizonte aparentemente ao nível do observador.

³²⁰ *Ordenações Filipinas*, Livro Terceiro, Título XIX, §4. A grafia actual da palavra (cujo significado será adiante discutido) é “sêda”.

³²¹ Note-se que a dignidade institucional deste juízes era grande e reconhecida por toda a comunidade. Dela ficou a “famosa e celebrada sentença popular, clamando que «a juiz de Monsaraz, tarde ou nunca chegarás””, recolhida por José Pires Gonçalves in “O Fresco dos Paços...”, in *Lug. Cit.*, N.º 5, 1966, p. 8.

³²² Citado por Dagoberto L. Markl, “A Justiça de Deus e a Justiça dos Homens...” in *Lug. Cit.*.

Este autor considera que o fresco de Monsaraz se insere no género das “pinturas de justiça”, assim retomando o conceito de Erwin Panofsky quando nos fala das “pinturas de justiça (justice pictures) que, cada vez mais secularizadas quanto ao tema e cada vez mais pessimistas quanto ao seu sentido, iriam decorar tantas casas do concelho (town halls) quer nos Países Baixos, quer na Alemanha”³²³. Enfim, a figuração de Cristo no registo superior, a coroar a cena, mereceu muito interessantes considerações a Luís Afonso que, dada a sua pertinência, transcrevemos parcialmente. Assim, para este autor,

“O Cristo de Monsaraz”, “pelos dois braços levantados, pelas palmas das mãos viradas para o observador, pela exposição das chagas e pelo forte vermelho do manto, (...) recorda mais uma *imago pietatis* do que uma imagem de terror apocalíptico. Deste modo, não se pretende jogar com a ameaça do castigo eterno, mas apenas demonstrar a legitimidade divina da actividade judicial, a responsabilidade pessoal do juiz terreno perante o juiz celeste e a consequente independência do primeiro face a qualquer poder político, uma vez que o juiz só responde perante Cristo”³²⁴.

Como vemos, pela composição, pelas suas qualidades de desenho e de pintura, pela sua própria raridade mas, sobretudo, pelo seu tema e pelo seu significado – Cátia Mourão propõe a designação, que consideramos muito excessiva, de *A Legitimação do Direito Canónico sobre o Direito Civil*³²⁵ – esta pintura é da maior relevância na história da pintura portuguesa que, por isso, transcende (e em muito!) os parâmetros de uma apreciação meramente formalista que nela procurasse meras imprecisões ou debilidades na figuração de espaços, de objectos ou de anatomias – fragilidades e defeitos esses cujo alcance se esgota no próprio acto do seu enunciado, sumamente redutor, académico e até culturalmente pedante. Ora, pelas suas efectivas qualidades artísticas, pelo seu tema e pela sua própria raridade, repetimos, consideramos muito convictamente que a pintura prodigiosa de Monsaraz faz, a muito justo título, figura de obra maior na nossa história da arte e por isso não partilhamos de algumas apreciações que recentemente têm menorizado a sua valia histórica e estética³²⁶.

³²³ Citado por Dagoberto L. Markl, *Ibidem*; tradução livre nossa.

³²⁴ Luís Afonso, “«O Bom e o Mau Juiz» de Monsaraz...” in *Lug. Cit.*, p. 339, Nota.

³²⁵ Cátia Mourão, “O Bom e o Mau Juiz – Frescos dos Antigos Paços da Audiência de Monsaraz”, in *Lug. Cit.*, n.º 2, 2.ª série, pp. 297-322.

³²⁶ Assim, nesta matéria não perfilhamos do juízo de Túlio Espanca quando, discutindo a datação do fresco, invoca uma espécie de provincianismo atávico que tradicionalmente contaminaria a nossa arte regional: “apesar da ancianidade que se pretendeu atribuir ao precioso fresco, a sua cronologia factual (sic) não deve ultrapassar os meados do séc. XV, por concordância da crítica moderna com os factores arcaizantes frequentemente utilizados pelos nossos artistas plásticos, falhos de poder criador e subordinados, através de gerações, a cópias constantes de modelos consagrados em escolas estrangeiras”, Túlio Espanca, “Antigos Paços da Audiência” in “Reguengos de Monsaraz...”, *Inventário Artístico...*, Vol. I, pp. 392, 393.

Do mesmo modo, também tem algo de excessivo a apreciação que Dagoberto Markl repetidamente faz da “pintura mural do Paço da Audiência de Monsaraz”, quando diz que se trata de “uma pintura cheia de arcaísmos e ingenuidades características de um artista formado longe dos grandes centros irradiadores de cultura. É, por consequência, uma obra de puro recorte regional”. A mesma opinião é expressa por este autor nas considerações com que encerra o seu estudo, quando afirma que “dada a ruralidade do meio e o seu

Como já sabemos, este tão impressionante e tão comovente fresco é o único testemunho sobrevivente das importantes obras de conservação, remodelação e decoração empreendidas nos fins do século XV na audiência medieval de Monsaraz. Porém, tivessem essas obras tido o alcance que tivessem, a sua sobrevivência foi extremamente efémera, não tendo ultrapassado provavelmente o tempo muito breve de uma geração. Com efeito, em momento indeterminado dos princípios do século XVI o edifício foi ampliado, como já sabemos, com a construção de um andar nobre. Assim surgiu o edifício que chegou aos nossos dias, resultado de profundas transformações então ocorridas, quando o edifício, inicialmente térreo, ganhou um andar superior. Este acréscimo implicou a destruição do recente telhado e do respectivo forro de madeira. O acréscimo quinhentista é visível ainda hoje do exterior. Com efeito, a diferente grossura das fachadas exteriores marca bem a sobreposição dos dois corpos então justapostos, dos quais o mais grosso é o corpo térreo, o mais antigo.

Nessas obras, a audiência medieval ganhou também uma fachada principal nova, aposta à fachada primitiva, proporcionada pela caixa da escada de acesso exterior ao piso nobre. Com efeito, a construção da escadaria de acesso, de dois lances contíguos mas de direcções opostas, terá implicado a demolição do alpendre que pensamos ter amenizado e adornado a fachada primitiva, para sempre ocultada atrás e por baixo dessa tão vernácula escadaria.

As importantíssimas obras levadas a cabo na casa da audiência de Monsaraz ocorreram provavelmente por volta de 1510, a ter em conta a datação das também então projectadas obras de remodelação radical da velha “casa do conselho que esta na cisterna”³²⁷, justamente em Bragança, a *cabeça* da casa ducal a cujo senhorio a vila de Monsaraz também pertencia – obras estas nunca realizadas, como já sabemos. A ser assim, como pensamos, terá sido cerca de 1510 que a velha sala corrida medieval de Monsaraz foi

afastamento dos grandes centros, seria natural que a composição remanescente fosse suficiente para satisfazer uma clientela pouco exigente. Esta pintura mural é, sobretudo, um excelente documento de uma época, e mesmo que o seu valor artístico seja, de algum modo, reduzido, ela vale pela mensagem que nos transmite na sua ingenuidade e no seu arcaísmo”, Dagoberto L. Markl, “A Justiça de Deus e a Justiça dos Homens...”, in *Lug. Cit.*

³²⁷ Documento publicado por Luís Alexandre Rodrigues, *Bragança no Século XVIII...*, Vol. I, p. 211.

Não conseguimos datar as tão importantes obras da audiência de Monsaraz, levadas a cabo em momento indeterminado dos inícios do século XVI, de que resultou a configuração do edifício tal como chegou até nós. Porém, tendo em conta a carta do Duque de Bragança aos oficiais da Câmara daquela cidade, de Janeiro de 1510, ordenando as obras, acabadas de referir, na famosa casa da câmara local, poderemos propor aquela mesma data de 1510 para a realização das importantíssimas obras de Monsaraz. Como veremos, estas obras permitiram a adaptação da cadeia concelhia na audiência medieval, que Túlio Espanca data, o mais tardar, dos primeiros anos do Reinado de D. Manuel I: “ignora-se o período e razões do seu abandono (dos paços da Audiência) pela edilidade e a sua transformação em aljube civil (...). Portanto cremos e os elementos arquitectónicos o revelam, que a adaptação da carceragem, com o levantamento do sobrado, se verificou nos derradeiros anos do Príncipe Perfeito, ou primeiros do reinado do Venturoso”, Túlio Espanca, citado por Dagoberto L. Markl, “A Justiça de Deus e a Justiça dos Homens...” in *Lug. Cit.*

ampliada e dividida em três tramos relativamente desiguais e irregulares, de modo a proporcionar o lançamento de dois arcos torais entre os quais se estribou o lançamento das nervuras das três pequenas abóbadas que passaram a cobrir aquela sala. Estas abóbadas substituíram a cobertura medieval de madeira, então desmontada, e proporcionaram o suporte do piso do andar nobre da nova audiência.

As fachadas do novo corpo superior, assente sobre a velha audiência medieval, são infinitamente menos interessantes que as do piso térreo, muito mais antigas. Construídas também em alvenaria pobre de xisto, dignas de algum reparo têm apenas as suas mais que modestas e muito informais aberturas, uma porta e duas janelas, das quais uma dá para a praça e outra, na fachada lateral, dá para a rua principal da vila. Emolduradas no granito áspero e pardo das redondezas, o seu recorte é banal (rectangular o da porta; aproximadamente quadrados os das duas janelas) e o seu desenho é singularmente banal, desprovido de qualquer ornato. As ombreiras e os lintéis dos vãos surgem surpreendentemente despojados de qualquer ornato assinalável, para lá de um biselamento discreto e de lintéis ligeiramente arqueados na porta e na janela da fachada lateral que é, apesar de tudo, a de maiores pretensões decorativas, pois ostenta mesmo um sóbrio “avental” a sublinhar o respectivo peitoril.

Como vemos, o desenho global e o arranjo destas aberturas não apresenta, surpreendentemente, a mais pequena pretensão compositiva. Com efeito, estas aberturas são de larguras e alinhamentos desiguais, independentes entre si e sobretudo não têm correspondência alguma com as muito mais complexas aberturas medievais do piso térreo nem com o seu arranjo global, tão sofisticado. O seu interior (que infelizmente não pôde ser visitado no decorrer da visita de estudo inerente a este estudo) devia estar dividido em dois espaços contíguos de modo a proporcionar as componentes próprias de uma típica casa da câmara portuguesa. Assim, parece dever contar-se com uma *sala*, dando para a porta e para a pequena varanda superior localizada no cimo da escadaria. Esta sala – a *nova audiência concelhia* de Monsaraz, em uso até ao Liberalismo e à extinção do respectivo Concelho – ocupa certamente o espaço correspondente aos dois tramos do lado oriental do piso térreo do edifício e seria servida pela janela do lado da praça, localizada sobre a escada de acesso ao piso nobre. A outra divisão do piso nobre, no seu lado ocidental, servida pela janela da fachada lateral, seria a *câmara das vereações*, em uso, enquanto tal, apenas até à construção, algures em meados de Quinhentos, da nova casa da câmara, no lado oposto da praça. A parede divisória destes dois previsíveis espaços do piso nobre, a ter existido, assentava

certamente sobre o arco toral que delimita o primeiro tramo do actual piso térreo, contado a partir do lado de entrada na respectiva sala.

Perscrutado o piso nobre, cumpre perguntar: – e o piso térreo? Qual o destino da velha audiência medieval, após os acrescentos e remodelações de inícios do século XVI, que tanto a transformaram? Ora, apesar das especificidades arquitectónicas, ou melhor, da própria raridade tipológica do edifício primitivo enquanto audiência concelhia, a verdade é que esta audiência, agora reconvertida em “paço do concelho”, isto é, em casa da câmara, ganhou a *terceira componente* própria do piso térreo de uma típica casa da câmara, de acordo com a tipologia que informa a modelação funcional e espacial das nossas casas do concelho. Assim, a antiga sala da audiência foi então *adaptada a cadeia concelhia* que, em Monsaraz como também por toda a parte, se passou a localizar *no piso térreo* do edifício, *sob a audiência* local.

A adaptação da cadeia na audiência primitiva exigiu a sua divisão em espaços independentes, isolados e não comunicáveis directamente entre si. Esta divisão, feita certamente segundo a linha de separação dos três tramos então criados pelo abobadamento da sala, visava a adaptação de duas ou três divisões, autónomas entre si, para servirem de *cadeias privativas de homens e de mulheres*, por exemplo, bem como para proporcionar a criação de *enxovias*, as cadeias de segurança especial que, privadas de porta, só eram acessíveis a partir dos alçapões abertos nos sobrados do piso nobre, como veremos. Novas e ligeiras prospecções arqueológicas no edifício mostrarão os vestígios dos rasgamentos dos respectivos alçapões; sinais dos arranques das paredes transversais que, algures por volta de 1510, terão dividido a sala da audiência medieval, bem como de sinais de grades nas aberturas.

Da existência destas células autónomas na cadeia concelhia de Monsaraz, então adaptada no famoso edifício – apenas cerca de 15 anos depois da sua sumptuosa decoração com a pintura que já conhecemos – não restam quaisquer dúvidas, pois elas chegaram até ao Liberalismo. Com efeito, numa *Representação* de 1838 da Câmara do Concelho de Monsaraz, já atrás citada, consta expressamente que “neste mesmo Edifício [dos então chamados «Paços do Concelho», como vimos] estão duas Cadeias e Sala da custódia com os quesitos que a Lei determina”³²⁸, isto é, três espaços de encarceramento autónomos. Com efeito, a cadeia de Monsaraz dispunha de “Sala Livre” e de “enxovia”, espaços referidos

³²⁸ *Representação* da Câmara do Concelho de Monsaraz protestando contra o teor de uma *Representação* dos habitantes de Reguengos pedindo a sua elevação a Concelho e relativa à eminente extinção do seu próprio Concelho e à deslocação da respectiva sede para a aldeia de Reguengos; Monsaraz, 30-4-1838, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais; Maço 1994 (Caixa 2).

num patético ofício do Juiz de Monsaraz, de 1835, relativo ao péssimo estado de conservação, de segurança e sobretudo de insalubridade das cadeias daquele Julgado (Monsaraz, Montoito, Mourão e Terena), apresentando as medidas que considerava indispensáveis e urgentes para a sua possível remediação³²⁹.

Assim, no contexto da recente subversão política e social então vivida em Portugal – e com a emergência galopante das formas mais descontroladas de banditismo – o Juiz local em funções em 1835 informa das medidas que tem tomado e das que podem ser improvisadas para resolver o grave problema da insegurança suscitado pelo péssimo estado da cadeia de Monsaraz, exemplo perfeito da lastimosa situação da generalidade das velhas cadeias concelhias portuguesas herdadas pelo Liberalismo. Eis as palavras do Juiz de Monsaraz:

“Tenho tomado as medidas de cautela que me são possíveis, pondo **guardas nocturnas que possam obstar ao arrombamento e fuga**, sendo certo que a Cadeia desta Vila [de Monsaraz] pode servir muito bem para Mulheres, e os presos em Custódia internamente na **Sala Livre**; fazendo-se-lhe um pequeno reparo e principalmente um cano de despejo para fora em um tanque que tem na **enxovia**, sem saída, entulhado já de imundices com alto cogulo, que não só é danoso à saúde e limpeza dos presos, mas ameaçador de contágio para os Habitantes da Vila. Entretanto, para os presos de consideração poderia fazer-se comodamente Cadeia no Castelo, e com pouca despesa, pondo-se-lhe na porta e janela grades de ferro que poderiam tirar-se capazes do extinto Convento de Carmelitas Descalços da mesma Vila, acrescendo a estas comodidades a de haver no mesmo castelo despejos que podem servir de cloacas”³³⁰.

Como vemos, a velha casa da audiência medieval de Monsaraz, foi reconvertida em cadeia concelhia por volta de 1510, sendo usada como tal durante séculos. Porém, a sua adaptação a cadeia não foi fácil pois a má qualidade das alvenarias, feitas de xisto, exigiu *o reforço das respectivas paredes*. Foi então que, já depois do lançamento e conclusão das abóbadas de apoio ao novo piso da audiência, *se construiu uma parede interior aposta às*

³²⁹ Túlio Espanca nota, justaposta à Audiência de Monsaraz, no seu lado oriental, a existência de um “anexo posterior que corre sobranceiro à Igreja Matriz, de balcões de lousa trabalhada e adintelada, obra tardia, setecentista, que serviu de **aposentamento dos cadeeiros**”, para lá do “elevado campanário do sino de correr”, já atrás referido: Túlio Espanca, “Antigos Paços da Audiência” in “Reguengos de Monsaraz...”, *Inventário Artístico...*, Vol. I, p. 390.

³³⁰ *Ofício* do Juiz de Monsaraz para o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça relativo às cadeias do seu Julgado e com as medidas por si preconizadas para a melhor segurança e salubridade da cadeia de Monsaraz, Monsaraz, 17-11-1835, in Ministério do Reino – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça] – Maço 2032. (Apêndice Documental; Doc. N.º 32).

Esta proposta de obras de reconversão e de saneamento da cadeia de Monsaraz apenas teve seguimento no papel. De facto, do mês seguinte é o Auto de Avaliação da obra de pedreiro, carpinteiro, serralheiro e ferreiro a fazer na cadeia de Monsaraz e no Castelo da mesma vila, visando a sua adaptação a Cadeia, que teve lugar a 19 de Dezembro do mesmo ano de 1835. Aí se determinava (e cingir-nos-emos agora apenas aos reparos a fazer na velha cadeia quinhentista) que “a obra da Cadeia desta Vila de Monsaraz e seu reparo consiste [...] em se fazer cano de despejo para o tanque da enxovia pública e uma tampa no mesmo tanque e fica esta enxovia servindo para os presos de Custódia, e a outra para Mulheres e nada mais há d’obrar na cadeia d’esta Vila”. Ver a *Cópia do Auto de Avaliação* da obra de pedreiro, carpinteiro, serralheiro e ferreiro a fazer na cadeia de Monsaraz e no Castelo da mesma vila, visando a sua adaptação a Cadeia; Monsaraz, 19-12-1835, in Ministério do Reino – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça] – Maço 2032; Évora, 16-1-1836 (ver acima Apêndice Documental; Doc. N.º 32).

paredes primitivas, visando o seu reforço. Com efeito, em paredes tão frágeis como aquelas, os presos, servindo-se de gazuas, alavancas e ferros de todos os tamanhos e feitios – que com a maior das facilidades entravam nas cadeias pelas suas janelas abertas ao exterior, gradeadas, mas sem portadas nem vidraças – também com as maiores facilidades abriam buracos, esgaravatando os rebocos e escavando as aberturas necessárias à fuga. Esta prática era comum em todas as cadeias do Reino onde o permitisse a má qualidade construtiva das respectivas paredes, como veremos. Enfim, a fragilidade geral do aparelho das paredes laterais da velha audiência, agora transformada em cadeia, implicou em Monsaraz (como em tantas cadeias portuguesas do Antigo Regime) a sua consolidação mediante a construção de novas paredes interiores, então apostas às paredes medievais. Foi justamente a construção destas paredes suplementares, nomeadamente na parede fundeira da velha audiência, que permitiu a conservação do fresco tardo-quinhentista, que assim pôde ser “exumado” num relativamente bom estado de conservação.

Enfim, o fresco pré-quinhentista, não podia ter uma história mais acidentada: pintado muito provavelmente em 1496 ou nos anos imediatos, teve uma visibilidade extremamente efémera, pois foi tapado nas novas obras do edifício de cerca de 1510 pelas paredes interiores de reforço inerentes à adaptação da velha sala a cadeia, tendo, enfim, sido revelado em 1958, aquando da remoção dessa parede de reforço. Com efeito, no quadro das obras de conservação da antiga audiência de Monsaraz, levadas a cabo pela DGEMN nos anos seguintes, “foram feitas obras e é nessa altura que se descobre o fresco atrás da parede”³³¹. Já José Pires Gonçalves associara aquela parede suplementar à adaptação da velha sala a cadeia:

“o edifício primitivo fora antigamente adaptado a cadeia comarcã; e o pano de alvenaria que, durante muitos anos e com felicidade rara para o património artístico português, protegeu a pintura das agressões atmosféricas e humanas, teria sido levantado para reforçar a velha prisão, dar maior espessura ao pano mural do Norte, colado a uma casa particular, e retirar, assim, aos presos, qualquer veleidade de fuga”³³².

Enfim, aquelas paredes interiores de reforço, construídas cerca de 1510 e demolidas em 1958 foram a causa da conservação da preciosa pintura pré-quinhentista.

A passagem da *casa da audiência mono-espacial mas pluri-funcional* de Monsaraz para a *casa, paço do concelho* ou *casa da câmara*, pluri-espacial, por definição, como *casa* que é, integra-se no complexo e longo processo de “evolução da concepção de espaço de habitação ao longo do Gótico, anunciando a casa da Época Moderna, que teve como principal inovação a passagem dos espaços multifuncionais e polivalentes, característicos do

³³¹ Teresa Sarsfield Cabral e Irene Frazão, “Relatório de Exame...”, in *O Fresco do Antigo Tribunal...*

³³² José Pires Gonçalves “O Fresco dos Paços da Audiência de Monsaraz”, in *Lug. Cit.*, N.º 5, 1966, p. 3.

Românico, para os espaços cada vez mais especializados³³³. Com efeito, também em Monsaraz, um único espaço polivalente deu lugar a três espaços plenamente individualizados, tanto tipológica quanto funcionalmente.

O acrescento de um novo piso subverteu radicalmente a lógica construtiva e funcional da velha sala térrea medieval, pois proporcionou a ampliação e a divisão do seu espaço interior, bem como a integração de uma nova função, a de espaço de cadeia concelhia. Por outro lado, aquela ampliação proporcionou a hierarquização tanto dos seus dois pisos, térreo e nobre, como a das funções neles abrigadas. Enfim, aquela ampliação provocou a actualização do velho edifício medieval, adaptado de acordo com o modelo tipológico *casa da câmara* já tão nosso conhecido, então já plenamente estruturado e que, como também já sabemos, estava em vias de modelar a generalidade das casas da câmara portuguesas. De facto, estas obras foram levadas a efeito no contexto da *nobilitação geral e da consequente monumentalização das casas do concelho portuguesas*, processo que – em Monsaraz como por toda a parte – passou sistemática e quase obrigatória e universalmente pela *construção ou adaptação de uma sala e de uma câmara no respectivo piso nobre*.

Foi justamente o reforço como que retórico da monumentalização do espaço do exercício da Justiça – e consequentemente a nobilitação do próprio acto de julgar – que em Monsaraz impôs a construção de um piso superior, implantado directamente sobre a velha audiência térrea. Já sabemos que o mesmo processo de nobilitação da casa do concelho ocorreu então também em Estremoz e que, por esses mesmos verdes anos de Quinhentos, em 1510, o Duque de Bragança encomendava, justamente em Bragança, obras importantes de remodelação e actualização da sua famosa e então já muito velha e desactualizada “casa do conselho que esta na cisterna”³³⁴.

11.5 – A emergência das casas de Audiência sobradadas

O processo geral de monumentalização das velhas casas da audiência térreas de origem medieval, que comprovadamente ocorreu nos primeiros anos de Quinhentos, encerra um amplo movimento, de há muito iniciado, de adaptação ou mesmo de construção de casas do concelho devidamente sobradadas. Com efeito, a construção tardia de pisos nobres em

³³³ Carlos Alberto Ferreira de Almeida: “Arquitectura Gótica”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte...*, p. 91.

³³⁴ Documento publicado por Luís Alexandre Rodrigues, *Bragança no Século XVIII...*, Vol. I, p. 211.

audiências concelhias térreas visava apenas nobilitar os respectivos edifícios e, ao mesmo tempo, adaptá-los de modo a poderem acolher no piso assim acrescentado as duas componentes espaciais inerentes às duas funções a abrigar no piso nobre da casa ou paço do concelho – a casa da câmara portuguesa, cuja génese procuramos apreender.

Fosse qual fosse a sua designação e a sua função dominante, vinha de longe a existência de edifícios concelhios sobradados. José Custódio Vieira da Silva já notara a utilização da palavra *sobrado*

“como **sinónimo de Casa do Concelho**, exprimindo, neste caso, a importância de um edifício público onde se concentrava a administração municipal e, por isso mesmo, de **casa importante distinta das demais**”³³⁵.

Um exemplo excelente desta prática é proporcionado pelo sobrado do Concelho de Ponte de Lima. Com efeito, já atrás víamos que os Procuradores do Concelho de Ponte de Lima às Cortes de Torres Novas de 1380 tinham sido eleitos, a 7 de Agosto de 1380, “en Ponte de limhã **en no sobrado da Casa do Conçelho da dicta villa** en hu se de Custume soe de ffazer a vereaçom do dicto Conçelho”³³⁶. Outros “sobrados” concelhios mais ou menos coetâneos foram atrás referidos e poderiam agora ser novamente invocados. Porém, chegou-nos o testemunho de casas da audiência sobradadas em uso nas décadas (ou nos séculos) que precedem a entrada do século XVI. Assim, a “casa da audiencya” de Melgaço, representada por Duarte de Armas na sua vista “da parte do leste” desta vila minhota, é um surpreendente edifício de dois pisos **[Fig.^a 560]**³³⁷. Como vemos, o espaço da audiência, naturalmente concelhia, deixa de estar limitado a um alpendre aberto, circunscrito ou não com poiais ou bancos corridos, como encontráramos, também representado por Duarte de Armas, em Ouguela, ou mesmo a uma sala térrea, como acabámos de encontrar em Bragança, Estremoz ou Monsaraz.

Em Melgaço encontramos uma “casa da audiencya”, isto é, um *edifício de dois pisos, sobradado*, convenientemente telhado e dotado de duas janelas. Ora, se a existência de uma casa reservada pelo menos maioritariamente para a realização das audiências locais já seria motivo de surpresa, também a localização da audiência de Melgaço é motivo de reparo. Com efeito, a “casa da audiencya” desta vila, de que ignoramos a época da construção, está

³³⁵ José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais...*, p. 21; sublinhados nossos.

Para o *sobrado* e o seu significado, ver José Custódio Vieira da Silva, *Ibidem*, pp. 21, 22.

³³⁶ Procuração do Concelho de Ponte de Lima aos seus representantes nas Cortes de Torres Novas de 1380, in A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. I, p. 184.

Como também já sabemos, os Procuradores do mesmo Concelho de Ponte de Lima às Cortes de Santarém de 1383 também foram eleitos (a 21-7-1383) “en Ponte de limhã **en no sobrado da Casa do Conçelho da dicta villa**”: Ver A. H. de Oliveira Marques (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I...*, Vol. II, p. 275, sublinhados nossos.

³³⁷ Vista de Melgaço in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas...*, f. 104.

localizada sobre ou junto à barbacã que circunda todas as muralhas medievais, então já dotada de uma “coyração noua” por onde se acedia, “da parte do leste”, à vila e ao seu castelo.

O segundo motivo de reparo da audiência de Melgaço está, porém, na existência de *duas amplas janelas no piso nobre* da respectiva casa, episódio arquitectónico inesperado numa casa pré-quincentista muito pequena e de desenho aparentemente comum. A existência de uma sala no piso nobre, por pequena que fosse, mas tão excessivamente iluminada e aberta ao exterior é de facto merecedora de reparo, pois parece indiciar não só uma intenção explicitamente nobilitante como parece confirmar o que tende a ser *uma constante* presente em todas as casas de audiência portuguesas medievais chegadas até nós. Com efeito, *todas as casas de audiência medievais conhecidas são dotadas de amplas fenestraçãoes*, como já sabemos e o caso da audiência de Avis, a seguir analisada, confirma de uma forma muito enfática.

A casa dita *da audiência* da vila de Avis, de origem provavelmente quatrocentista, se não anterior, proporciona um contraponto alentejano, desta vez francamente monumental, à pequenina “casa da audiencya” de Melgaço. A audiência desta vila é da maior importância histórica. Ela permite-nos acompanhar melhor não só um momento importantíssimo na história da construção de edifícios vocacionados para o exercício da justiça, como – pela sua localização, as suas funções e a sua própria tipologia arquitectónica – a própria génese medieval das casas da câmara portuguesas.

Localizada num terreno algo inclinado, à ilharga e na face Norte da igreja matriz, a casa de audiência de Avis é um amplo edifício de dois pisos, seguramente *sobradado*, de planta rectangular, de quatro frentes, muito alto, embora de alturas desiguais, dado o inclinado do terreno de implantação. Acede-se ao seu piso nobre por uma típica escadaria exterior de um único lance, protegida por murete de alvenaria e adjacente à sua fachada principal (face Leste), a que detinha a empena inerente ao lançamento do telhado de duas águas que cobre o histórico edifício [Fig.^a 561]. Das suas aberturas da face Sul (uma porta para o piso térreo e duas janelas), todas muito diferentes e de implantação muito irregular, merece nota apenas uma janela de verga segmentada, de perfis fortemente biselados, aparentemente “manuelina”. A face Oeste do edifício dispõe apenas de uma porta para o piso térreo e de um pequeno janelo-respiradouro de forma losangular também aparentemente muito tardio. A surpresa do notável edifício da audiência de Avis está na sua fachada Norte. Ora, apesar da localização muito ingrata desta fachada, numa rua muito acanhada e muito sombria, ela detém cinco janelas monumentais, devidamente alinhadas,

que proporcionavam luz ao seu piso nobre [Fig.^a 562]. Todas estas janelas são emparelhadas e providas de um mainel intermédio – e todas elas estão de há muito emparedadas. A primeira janela do extremo oriental, amainelada e com as mesmas dimensões que as restantes janelas desta fachada, apresenta um desenho singular [Fig.^a 563]. Com efeito, os seus dois vãos são vencidos por arcos trilobados muito característicos, biselados tal como as restantes componentes desta tão sofisticada janela tipicamente pré-quinhentista. Os vãos das quatro janelas seguintes (sempre no lado ocidental da fachada) são vencidos por arcos quebrados, proporcionando o conjunto dessas janelas, com os seus mainéis e ombreiras biseladas, um motivo arquitectónico de grande efeito [Fig.^a 564].

A teoria de janelas do piso nobre da audiência de Avis repõe a questão do mais uma vez inesperado e aparentemente excessivo número de aberturas numa casa provavelmente tardo-medieval, numa época em que as fenestração das casas eram raras e em que as janelas eram normalmente pequenas e servidas por desenhos tendencialmente muito sóbrios. Com efeito, merece discussão a existência de tantas, tão grandes e tão complexas janelas numa casa meramente vocacionada para o exercício e a aplicação da Justiça aos modestos *vizinhos* daquele concelho. De facto, a presença de tamanha monumentalidade e sofisticação naquela casa de audiência concelhia contrasta com a sobriedade massiva da generalidade das fachadas da própria casa-mãe da Ordem, sedeadas naquela vila.

Pensamos que a casa da audiência de Avis, cujas origens podem remontar aos fins do século XIV, representa um elo muito importante na evolução das casas de audiência medievais. De facto, ela assinala um marco decisivo não só no *processo da monumentalização plena das audiências portuguesas* mas também no próprio *processo de definição, “afinação” e consolidação da* nossa já muito conhecida *tipologia casa da câmara*. As casas de audiência de Melgaço e de Avis, ambas devidamente sobradadas, apresentavam um progresso imenso em relação aos primitivos alpendres concelhios enquanto cenário quase improvisado para o exercício local da Justiça. Com efeito, *as casas sobradadas pré-quinhentistas* que acabámos de analisar representam o culminar de um processo de agenciamento e de nobilitação de espaços para o exercício de Justiça, processo que se iniciara com *os alpendres concelhios primitivos* e que teve um segundo momento histórico com a *geração intermédia de salas de audiência térreas*, ou melhor, ocupando a integralidade ou parte de edifícios térreos, de tutela inegavelmente concelhia, representadas pelas três mais importantes e famosas audiências medievais sobreviventes, as de Bragança, de Estremoz e de Monsaraz. Mais evoluídas tipologicamente, as audiências de Melgaço e de Avis constituem a terceira geração dos nossos espaços de Justiça medievais e proporcionam

a passagem para a *sala* das audiências das casas da câmara portuguesas, tema das páginas que se seguem.

11.6 – A sala da Casa da Câmara enquanto sala de audiências

A *Sala da Audiência* constituía a primeira e a mais importante das três componentes principais das casas da câmara portuguesas, de acordo com a tipologia destas, já tantas vezes referida. Divisão nobre por excelência da casa do concelho, localizava-se naturalmente no sector mais importante e de mais fácil acesso do seu piso principal, de acordo com uma planta global já atrás referida, que poderia variar consoante o tamanho, a configuração geral ou até o respectivo acesso àquele piso. Ou contígua ou disposta simetricamente em relação à câmara das vereações, a simples presença da sala das audiências na casa da câmara decorre da própria origem, natureza, funções e competências dos nossos antigos concelhos. Aquela presença, que traduz uma tão intensa proximidade entre o exercício da justiça e o da administração concelhia, vem lembrar-nos que o Antigo Regime não respeitava o princípio da Separação dos Poderes próprio dos regimes constitucionais da Época Contemporânea. Mas a localização da câmara das vereações, paredes meias com a sala da audiência, vem lembrar-nos também a importância e o significado, institucional mas também prático, do exercício local, *concelhio*, da justiça, pelo menos nas suas formas e instâncias mais elementares, sem o qual a vida quotidiana das comunidades locais, nomeadamente das mais isoladas, se tornaria impossível. Como também já sabemos, o modelo de organização, as praxis e o próprio recrutamento dos agentes da justiça, muito cedo definido, seria contemplado nas sucessivas *Ordenações do Reino*, que o consagrariam legalmente. Enfim, extremamente eficaz, aquele modelo sobreviveria, quase imutável, durante séculos.

A *Sala de Audiência* era o tribunal local, pelo que cabia a todos os concelhos a sua instalação nas próprias casas da câmara. Aos concelhos cabia também a sua dignificação, a sua decoração e a aquisição das mobília e demais equipamentos, bem como a respectiva conservação e manutenção. A sala de audiência – ou *audiência*, simplesmente, como, por facilidade, diremos nas páginas que se seguem – consistia numa sala maior ou menor, mais ou menos monumental e mais ou menos decorada, como ainda se vê em antigas casas da

câmara conservadas por esse país fora³³⁸. Lá se exerciam as formas de justiça mais sumárias, por agentes relativamente improvisados, os *Juizes Ordinários*, saídos da própria comunidade mas cuja legitimidade, reconhecida por todos, os tornava acatados pelos povos de que emergiam e que serviam, como já atrás se disse repetidamente.

Sala nobre do concelho, a audiência era também o lugar de realização das *correições*, a cargo do Corregedor da Comarca, que periodicamente visitava e inspeccionava os diversos aspectos da organização e da gestão de todos os concelhos portugueses. Do mesmo modo, a audiência, enquanto verdadeira sala do concelho, isto é, de todos, era também a sala onde tinham lugar as cerimónias concelhias que as conveniências exigissem que se realizassem num espaço abrigado e interior. Tratava-se de *autos* tão diversos como a tão ritualizada abertura periódica dos pelouros, a celebração (festiva ou fúnebre) de efemérides e de acontecimentos históricos a que os concelhos estavam vinculados pela tradição ou que eram obrigados a celebrar por imposição régia. Sala nobre da casa da câmara, aí se organizavam, daí partiam e aí recolhiam os cortejos cívicos que as circunstâncias e a tradição local impusessem. Daí partiam e aí recolhiam as delegações concelhias que, enquanto corpo de câmara, participavam colectivamente nos mais diversos autos religiosos, cívicos ou simplesmente administrativos.

Sala nobre do concelho, a audiência era literalmente – tal como, a nível local, apenas a igreja matriz da localidade o era – um espaço de todos *e de todas*, isto é, uma sala a que tinham livre acesso *todos* os moradores (e até os forasteiros e os viajantes em trânsito), de *todas* as idades, de *todas* as condições sociais, de *todos* os níveis de instrução e de *todos* os graus de riqueza³³⁹. Aí se acotovelavam velhos, adultos e crianças, homens e mulheres, ricos e pobres, durante os julgamentos mais emotivos, em que os réus (e as rés), as testemunhas, os familiares e os *partidos* de uns e de outros se comprimiam aguardando os veredictos do juiz, fosse qual fosse a categoria deste. Deve dizer-se que as escadarias da casa da câmara proporcionavam então uma extensão informal da própria sala da audiência. Nessas escadarias, quase sempre a céu aberto, se acumulava nessas ocasiões um cacho humano denso, colorido e ruidoso, que – como ainda hoje acontece – seguia os julgamentos e

³³⁸ As antigas salas da audiência só se tornam inadequadas com a entrada em vigor dos Códigos Penais do Liberalismo, que passaram a exigir diversos espaços autónomos e especializados afectos à audiência, para responderem às inerentes complexidades processuais.

³³⁹ Desta dimensão franca e aberta a todos da sala da audiência localizada na casa da câmara temos um testemunho muito curioso mas muito elucidativo no próprio acesso do povo de Sintra à *sala* do paço daquela vila, assinalada por José Custódio Vieira da Silva: “de carácter excepcional (...) é a autorização que os habitantes de Sintra obtiveram de D. João II para que os festejos anuais em honra do Espírito Santo se realizassem no interior da sala (actualmente designada Sala dos Cisnes) do paço de Sintra”, José Custódio Vieira da Silva, *O Fascínio do Fim*, Livros Horizonte, Lisboa, 1997, p. 27.

aguardava angustiado as sentenças, que por vezes contestava da maneira mais embravecida. A audiência, coalhada de gente e transbordando para o exterior durante os julgamentos dos casos mais explosivos, proporcionava então cenas de um pitoresco irrecusável. Por ela e pelas redondezas pulsava uma paisagem humana ímpar, onde a humildade, a pouca sorte e a própria indigência se cruzavam frequentemente com a desesperança e o destempero, mas também com a revolta, surda, temerária ou até libertária.

Como facilmente se compreende, a audiência era o cenário de quadros dramáticos muito intensos – que ciclicamente pontuavam e animavam o tempo remansoso de um quotidiano monótono – quadros aqueles onde todos sabiam que tinham, tinham tido, ou viriam a ter o seu papel enquanto espectadores, réus, testemunhas, ou até enquanto juízes ordinários. A audiência, lugar de exercício da Justiça, era assim uma espécie de máximo divisor comum institucional e espacial em que todos se reconheciam, pois todos eles eram membros da mesma comunidade, vivendo na mesma terra, labutando arduamente sob o mesmo sol, adorando o mesmo Deus e rezando aos mesmos santos, reféns todos eles das mesmas calamidades, dos mesmos temores e das mesmas vivências e pulsões existenciais. Sala de todos, a sala da audiência – que era a sala da casa do concelho – era, enfim, um lugar laico e cívico único, portador de uma dignidade sem mancha que se derramava sobre todos e a todos envolvia, irmanava e dignificava, enquanto elementos de um corpo comum, o *concelho*. Por isso, a dignidade da sala da audiência era também o contraponto, ou melhor, a projecção dos desígnios arquitectónicos, decorativos e simbólicos de *todos* os membros de uma comunidade briosa e ciente de si própria e da sua identidade irreduzível e que, regra geral, não conhecia dissidências, marginalidades ou rupturas culturais.

11.6.1 – A Sala

Proporcionando o espaço do “tribunal” concelhio, a audiência, instalada *sempre* na casa da câmara (ressalvada a excepção notabilíssima de Monsaraz, acabada de referir num sub-capítulo anterior), ocupava sempre a divisão maior, mais bem localizada e mais aparatosa do edifício. A sua própria localização na *sala*, por definição instalada no piso nobre da casa da câmara, está no cerne do amplo processo histórico que levou não só à emergência da casa do concelho e à sua implantação universal em todo o território do Reino, como à própria *monumentalização* do poder concelhio. Com efeito, a dignificação do exercício da Justiça (a principal competência concelhia) impõe uma *audiência interior*,

coberta e, num segundo momento, *um espaço específico no piso nobre do edifício concelho*, onde, por sistema, passa a ter lugar. Esta divisão maior, mais acessível e mais nobre, que passa a servir de cenário à Justiça, é a *sala*, a divisão mais importante da casa ou paço do concelho. Esta função tão dignificante da sala está de acordo com as palavras de José Custódio Vieira da Silva, quando considera que “no paço medieval, esta dependência [a sala] é sempre a de maiores dimensões e a mais importante, servindo para os actos de maior aparato”³⁴⁰.

A sala é um elemento essencial e verdadeiramente polarizador e identitário do paço medieval. Por isso, são ainda de José Custódio Vieira da Silva as palavras seguintes, em que este autor sintetiza as suas reflexões, essenciais para a compreensão da sala, em toda a sua complexidade morfológica, na multiplicidade das suas funções e em todo o seu valor simbólico:

“a *sala* parece ser, portanto, a dependência que mais excelentemente caracteriza a casa nobre, pelas suas dimensões acrescidas em relação às restantes divisões e pela multiplicidade de usos que permite: banquetes, recepções, festas, reuniões de cortes, encontram na sala o espaço por excelência de representação. É por isso que ela é, no paço medieval, a primeira dependência a estruturar o espaço, em contacto com o exterior para o qual se abre por amplas janelas ou varanda corrida que lhe amplia as dimensões. De certa forma, resume em si mesma a ideia de paço”³⁴¹.

Ora, todas as valências que este autor aduz para a caracterização da sala do paço medieval, tutelado pelo rei ou pela nobreza, podem ser invocados para a caracterização da sala da casa do concelho que, *justamente por deter uma sala, passa a constituir também um verdadeiro paço – o paço do concelho*. Esta transposição do significado da palavra *paço*, que perpassa do paço dos senhores (rei ou nobres) para o paço do concelho também já tinha sido notada por José Custódio Vieira da Silva, como atrás vimos³⁴².

A transposição vocabular acima referida, mediante a qual *a palavra paço perpassa do paço dos senhores para o paço do concelho*, que é inerente e decorre de este último paço deter um espaço interior, a sala, desde sempre vocacionada para a realização das audiências,

³⁴⁰ José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais...*, p. 21.

³⁴¹ José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais...*, p. 28.

Noutro importante texto José Custódio volta a insistir na relevância e no carácter estruturante da sala enquanto elemento mais importante do paço medieval: “a primeira dependência [do paço] – a *sala* – é a maior e a mais exterior. Destinava-se ao recebimento de visitantes e embaixadores, a cerimónias públicas, a festas de aparato (em que avultavam casamentos e banquetes), à realização, inclusive, de Cortes. Como diz D. Duarte, nela poderiam entrar os estrangeiros e todos os do senhorio que não fossem procurados pela justiça. É por isso, a dependência mais excelente, a que melhor identifica a própria habitação e onde o respectivo senhor se apresenta, perante os visitantes, na plenitude do seu poder”, José Custódio Vieira da Silva, *O Fascínio...*, p. 26.

Maria Ângela Beirante e João José Alves Dias tinham notado, por sua vez, que “sala” é uma “palavra de origem francesa (...). Segundo Simone Roux (...), na casa comum parisiense medieval, a *salle* era o compartimento correspondente à casa dianteira, por detrás da qual ficava a *chambre* e a *cuisine*”, Maria Ângela Beirante e João José Alves Dias, “O Património Urbano da ordem de Cristo em Évora no Início do Século XVI”, in *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão...*, p. 72, Nota 31.

³⁴² Ver José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais...*, p. 36; atrás citado.

decorre ou impõe também uma tipologia arquitectónica essencialmente comum aos dois tipos de paços acabados de referir. Esta materializa-se, como já sabemos, na existência de *dois pisos* e na existência de *uma sala e uma câmara no seu piso nobre*. Urge, pois, questionarmo-nos sobre a sua definição morfológica e, em seguida, sobre as suas dimensões, os materiais utilizados, a sua decoração, assim como sobre o seu mobiliário e equipamento específicos, ao serviço das suas funções essenciais de proporcionar o espaço adequado para a realização dos mais diversos autos judiciais.

11.6.1.1 – A planta da sala

Independentemente da época da construção, dos recursos materiais disponíveis e dos desígnios estéticos e representativos das vereações e dos povos que as mandaram construir, mesmo as casas da câmara mais antigas e vernaculares detinham, como atrás vimos, uma planta base que poderemos considerar de muito regular. Esta regularidade perpassava naturalmente para as suas divisões interiores. Assim, a sala da audiência (tal como a câmara das vereações ou as cadeias do piso térreo) tinha uma planta essencialmente regular, rectangular ou até quadrada. No entanto, devido provavelmente à adaptação da casa da câmara sobre estruturas construídas anteriores, surgem por vezes salas notoriamente enviesadas, como é o caso da audiência de Arronches, cuja planta define um paralelograma [Fig.^a 565].

Apesar de serem muito mais comuns as audiências rectangulares, começaremos pelas audiências de planta aproximadamente quadrada. Curiosamente estas parecem ser as mais antigas: é o caso da audiência térrea de Estremoz (que remonta à primeira metade do século XIV, como vimos) assim como da audiência (esta bastante irregular) adaptada na casa da câmara de Bragança, como atrás vimos. Audiências quadrangulares surgem também na casa da câmara de Coimbra, localizada pelo menos desde os fins da Idade Média no piso nobre da Torre sobre o Arco de Almedina daquela cidade. Evidentemente outras audiências poderiam dispor de uma forma quadrada, forma esta dependente da antiguidade, do tamanho ou mesmo das características de implantação do edifício. Assim, a audiência da casa da câmara medieval de Guimarães [Fig.^a 566] ou a da quinhentista de Marvão têm também uma forma sensivelmente quadrada, o mesmo se passando com a seiscentista de Melgaço, com a aparentemente setecentista de Nisa [Fig.^a 567] ou com a da pequenina audiência de Penalva de Alva (Oliveira do Hospital), datada de 1758.

Porém, a forma mais comum das velhas audiências medievais portuguesas era a rectangular. Assim, audiências como as da casa da câmara da Guarda, de Penamacor, de Vila do Conde, do Alandroal, de Borba, de Palmela [Fig.^a 568] ou de Esposende eram rigorosamente rectangulares. Merece uma referência também neste aspecto, a audiência de Palmela, cujas estranhas dimensões (16,85x5,35m) transformam a sala, muito comprida e estreita, numa espécie de amplo corredor.

Compreendem-se as vantagens de uma planta rectangular a modelar o espaço das audiências. Uma planta deste tipo permitia (e continua a permitir) a separação muito nítida entre o espaço dos espectadores e o espaço do exercício da Justiça e dos seus agentes. Isolando-os e separando-os um dos outros, nomeadamente pelo recurso a uma teia e até a entradas independentes, facilitava-se o cumprimento do ritual moroso e ruidoso de entradas e saídas, bem como o decoro dos autos. Mas aquela disposição, ao forçar uma grande separação entre os actores e os espectadores do drama judicial em curso na sala da audiência, visava também a segurança e a protecção dos agentes da Justiça e o dos réus, assim mais afastados dos espectadores, onde se podiam integrar eventuais provocadores e desordeiros que pretendessem impedir ou corromper os julgamentos ou que ousassem mesmo forçar criminosamente a fuga dos réus.

11.6.1.2 – As dimensões

Maior ou menor, consoante o tamanho da casa da câmara e a própria importância e riqueza do concelho, a sala proporcionava, mesmo assim, um dos maiores se não o maior espaço da vila ou da cidade onde se localizasse. Assim, tudo indica que a audiência da casa da câmara da Guarda (muito reconstruída nos meados do século XX) é ainda hoje não só a mais bem localizada como é também provavelmente a maior e sobretudo uma das mais airosas, mais luminosas e mais nobres salas de toda a cidade [Fig.^a 569]. O mesmo se passava noutras casas da câmara, que dispunham de salas de audiências verdadeiramente monumentais, como as quinhentistas de Viana da Foz de Lima ou a de Évora, esta com as suas 8,5 varas de comprimento e 7 de largura (c. de 80^{m2})³⁴³. Era também o caso das audiências de Tomar, de Belmonte, de Seia, de Braga, de Santiago do Cacém [Fig.^a 570], de

³⁴³ A ter em conta uma descrição da casa da câmara de Évora, de 1615, já atrás referida, publicada por Teresa Fonseca in *Absolutismo e Municipalismo...*, p. 137.

Grândola [Fig.^a 571]³⁴⁴, de Borba, e das Pós-Pombalinas da Póvoa de Varzim [Fig.^a 572], de Penafiel ou de Fronteira, instaladas nas salas nobres dos respectivos edifícios concelhios, todas elas de dimensões muito generosas e até inusitadas.

Algumas audiências (provavelmente a maioria), porém, eram muito pequenas. Pertenciam quase sempre a casas da câmara muito antigas e estavam ao serviço de concelhos pequenos e pobres. Porém, a audiência da Horta, em ruínas em 1822, apesar de servir um concelho muito grande e populoso, também era excepcionalmente pequena. De facto, num *Auto de Vistoria* daquele ano considerava-se “que a Caza que serve d’Audidencia se acha muito indecente e pella **pequenez da sala** não admite a sua continuação em o uso *que* de presente se lhe dá”³⁴⁵. Sempre nos Açores, chegou-nos a planta do piso nobre da casa da câmara das Lajes do Pico [Fig.^a 573], cuja audiência devemos considerar pequena, pois tinha apenas 5,5^m de largura e cerca de 8^m de comprimento. No Norte do Reino, aparentemente ainda mais pequena era a audiência de Lanheses (hoje no Concelho de Viana do Castelo) [Fig.^a 574] instalada, como por toda a parte, no piso nobre da casa da pequenina câmara local que, apesar das suas dimensões minúsculas, proporcionava (tal como a de Lajes do Pico) um exemplo perfeito da tipologia inerente àquelas *casas*, já atrás caracterizada. Outros exemplos de audiências minúsculas poderiam ser aduzidos, a começar pela de Marvão e passando pela de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira, adiante referida), pela de Sortelha (Sabugal), pela da Muxagata (Vila Nova de Foz Côa) [Fig.^a 575] ou, enfim, pela da Ucanha (Tarouca).

Também as audiências de casas da câmara de vilas e cidades relativamente importantes poderiam ser muito pequenas. Era o caso da de Castelo Branco que, instalada directamente sobre as cadeias concelhias locais, em 1866 detinha péssimas condições higiénicas, e que era objectivamente muito pequena:

“Vi logo quão acanhado era aquele recinto [da sala do Tribunal] para satisfazer as condições indispensáveis de qualquer Tribunal, por mais insignificante que fosse, e quanto eram precisas providências a tal respeito, pois que sendo aquela casa a que dava entrada e serventia para a Sala das Sessões da Câmara não havia Casa para testemunhas e Jurados” – como escrevia então o próprio Juiz de Direito da Comarca de Castelo Branco³⁴⁶.

³⁴⁴ No distrito de Setúbal merecem também referência as salas nobres das casas da câmara de Setúbal (incendiada no 5 de Outubro de 1910) e de Alcácer do Sal (incendiada nos fins dos Anos 50), ambas reconstruídas de uma forma extremamente feliz e mesmo sumptuosa nos Anos Trinta (Setúbal) e nos Anos Sessenta /Alcácer do Sal) do século XX, respectivamente.

³⁴⁵ Documento publicado pelo A.: “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

³⁴⁶ Ofício do Juiz de Direito da Comarca de Castelo Branco ao Governador de Castelo Branco, expondo as péssimas condições do Tribunal contestando o teor da Representação da Câmara sobre o mesmo assunto, e propondo algumas soluções provisórias para a decente instalação do Tribunal; Castelo Branco, 4-6-1866, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida...; Maço 3138. (Apêndice Documental; Doc. N.º 26).

Da pequenez da sala (a que se acedia directamente da porta de entrada do piso nobre do edifício) dava testemunho uma vistoria realizada no mesmo ano pois, segundo ela, “a Casa do antigo Tribunal Judicial tem de comprimento onze metros e doze centímetros e de largura cinco metros e sessenta e três centímetros”³⁴⁷, isto é, cerca de 61^{m2}.

11.6.1.3 – Os materiais

Enquanto sala nobre do concelho, a sala da audiência, que era sempre digna, podia, por vezes, ser muito rica e mesmo sumptuosa. A sua dignidade começava, porém, pela selecção dos melhores materiais para a sua construção. Recorrendo-se naturalmente aos materiais e às técnicas disponíveis localmente, não surpreende que as paredes sejam edificadas na alvenaria em uso em cada região, sempre devidamente reforçada, pois não só se tratava de dar a maior resistência estrutural possível ao edifício como se tratava de lhe dar a máxima segurança, uma vez que, por norma, a audiência assentava literalmente sobre as cadeias concelhias, localizadas no piso térreo da casa da câmara. Detivesse, porém, uma alvenaria mais resistente ou mais frágil, as suas paredes eram sempre de uma grossura apreciável, podendo mesmo atingir o colossal, como no caso das audiências de Silves ou de Coimbra [Fig.^a 576], ambas instaladas desde a Idade Média nas torres que protegiam as principais portas das respectivas cidades, como já sabemos.

Ainda relativamente aos materiais e às técnicas de construção usadas nos interiores da audiência – bem como nos da câmara das vereações – cumpre referir um aspecto muito relevante relativo aos respectivos revestimentos. Assim, temos que referir que *as paredes da audiência eram sempre rebocadas e caiadas*, pelo que se tornam historicamente falsos os interiores (e alguns exteriores) das velhas (e das menos velhas) casas da câmara que hoje apresentam as suas paredes desprovidas dos seus obrigatórios e históricos rebocos e respectivas caiações. É o que hoje triste e desconsoladamente se passa nas audiências (e câmaras de vereações) de edifícios tão antigos como a casa da câmara manuelina de Sortelha (Sabugal) ou na aparentemente setecentista audiência da casa da câmara de Boticas [Fig.^a 577] ou da antiga vila de Outeiro de Miranda (Bragança), esta acabada de descaracterizar em obras muito mal aconselhadas, levadas a cabo muito recentemente pela Junta de

³⁴⁷ *Auto d'exame* feito à Casa da Câmara por dois peritos, um pedreiro e um carpinteiro de Castelo Branco; Castelo Branco, 28-5-1866, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida...; Maço 3138 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 26).

Freguesia local. Com efeito, os rebocos e as caiações das divisões interiores destas como de tantas outras casas da câmara portuguesas³⁴⁸ foram vítimas da absurda moda hoje em curso, da pedra e do tijolo “à vista”.

O piso da sala da audiência (tal como o da câmara das vereações) era normalmente sobradado. Porém, nas regiões do Sul, onde eram comuns as abóbadas, o piso poderia ser coberto, pelo menos parcialmente, por placas de mármore. Era o que se passava na audiência de Vila Viçosa, cujo piso era simultaneamente em madeira e em mármore, correspondendo a linha de separação daquelas duas zonas à localização da teia do tribunal [Fig.^a 578]. A área revestida com soalho de madeira estava reservada ao juiz e aos demais intervenientes nos autos judiciais, enquanto a parte revestida a mármore estava reservada aos espectadores. Uma situação semelhante se passava na audiência da casa da câmara quinhentista de Marvão, que resiste praticamente intacta e onde o espaço do público era revestido a tijoleira, sendo o piso do espaço da Justiça proporcionado por um soalho de madeira. Com efeito, a madeira proporciona um importante factor de aclimação e de conforto (nomeadamente no Inverno) pelo que era usada quase universalmente nos sobrados das audiências do Reino.

Nos soalhos usavam-se madeiras variadas, provenientes do Reino e de fora dele. No Norte e em algumas regiões do Sul usar-se-ia em grande abundância o castanho (usado também nos tectos), tal como nas casas dos grandes lavradores locais. Em zonas menos ricas em madeira usar-se-iam madeiras importadas, nomeadamente da Galiza, da Flandres e sobretudo do Brasil. A aplicação das madeiras fazia-se em simples pranchas corridas e contíguas, sendo os respectivos vigamentos normalmente escorados devido à vastidão das salas e à amplidão dos vãos. Sobrevive o belo pilar oitavado de escoramento do sobrado da audiência de Vila do Conde, implantado bem no meio do antigo açougue do piso térreo da respectiva casa da câmara. Assente num soco circular [Fig.^a 579], o pilar detém um capitel singelo que sustenta a pequena mas muito sólida travessa tipicamente recortada [Fig.^a 580] em que se apoia o travejamento do sobrado.

³⁴⁸ Entre tantas outras, refiram-se apenas a título de mau exemplo as casas da câmara de Alverca da Beira (hoje no Concelho de Pinhel), Fornos de Algodres ou Oliveira do Hospital (esta só em algumas paredes interiores). Todos estes históricos edifícios sacrificaram à horrível moda da “pedra à vista” hoje em curso, já tantas vezes denunciada ao longo deste estudo.

Palelamente a esta moda – e como uma desgraça nunca vem só – há a referir a desmontagem e a substituição dos velhos e tão dignos e tão belos sobrados de madeira, todos eles sacrificados em nome da pseudo-resistência estrutural dos edifícios, aparentemente conseguida com placas absurdas e quantas vezes desnecessárias de cimento armado, que os empreiteiros e os responsáveis por todas estas casas da câmara têm imposto.

A aplicação das madeiras nos sobrados podia fazer-se de modo a formar composições mais ou menos elaboradas mas de grande efeito decorativo, como acontece no soalho da casa da câmara provavelmente joanina de Salvaterra de Magos [Fig.^a 581]. Porém, face a soalhos de luxo, subsistiam certamente soalhos muito modestos e mesmo arruinados, como parecia ser o caso, já em 1866, do “desgovernado solho da casa do Tribunal” de Castelo Branco, na casa da câmara local, que deixava passar os maus cheiros das cadeias localizadas por baixo do sobrado da audiência³⁴⁹.

Muito longe de Castelo Branco, também o Juiz de Direito da Comarca do Porto de Santa Maria (Açores) já em 1840 expunha, com o maior realismo, as condições igualmente deploráveis da “casa para as Audiências” local, a qual, na prática

“não existe, porque a que a Câmara tem tacitamente concedido para esse fim é o mesmo que a não houvesse, pois que nem o seu local tem capacidade nem arranjo nem decência alguma e até nem segurança, como V. Ex.^a julgo não ignora. As audiências até hoje presididas pelos Juizes ordinários o têm sido na **casa verdadeiramente imunda que serve d’entrada e d’espera à pequena e velha Casa da Câmara** (...). De semelhante Casa nunca se pagou renda alguma e hoje a Câmara a concede mas não é possível praticar lá as audiências, não só pelos motivos ponderados, **porém mais ainda porque de certo se abateria o sobrado com o peso dos Jurados, testemunhas e Povo que concorresse a presenciar qualquer acto judicial**”³⁵⁰.

Muito mais variados e complexos que os soalhos eram os tectos das velhas audiências portuguesas – e isto vale igualmente para os da câmara das vereações. Podiam ser realizados em madeira, em estuque ou em abóbada de alvenaria. Na sua grande maioria, porém, eram realizados em madeira, nomeadamente nas regiões a Norte do Tejo. Alguns destes tectos eram muito singelos, simplesmente planos e corridos, detendo apenas a função de proporcionarem um forro à audiência. Assim, entre muitas outras, encontramos tectos lisos e planos de madeira nas audiências de Ourém, de Santiago do Cacém [ver atrás Fig.^a 574], de Belmonte ou de Amares (estes dois últimos hoje muito transformados).

Apesar de muitos destes tectos – impostos pelo zelo e pelo brio cívico dos juízes, vereadores e demais oficiais do concelho – terem sido perdidos, merece reparo a sobrevivência quase milagrosa de alguns, embora por vezes muito arruinados). Deve aqui registar-se também a restituição muito competente de alguns importantes tectos de madeira

³⁴⁹ Ofício (já atrás referido) do Juiz de Direito da Comarca de Castelo Branco ao Governador de Castelo Branco, expondo as péssimas condições do Tribunal; Castelo Branco, 4-6-1866, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida... (Apêndice Documental; Doc. N.º 26).

³⁵⁰ *Ofício* – já atrás referido – do Juiz de Direito da Comarca da Vila do Porto de Santa Maria para o Administrador daquele Concelho, expondo as péssimas condições da actual Casa da Audiência (na velha Casa da Câmara local); Porto de Santa Maria, 7-5-1840, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2008 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 27).

perdidos feita em momentos diversos do século XX e já mesmo no século XXI.³⁵¹ Alguns desses tectos, refeitos em meados do século XX, reproduzem certamente a estrutura dos imponentes tectos originais. É o caso das salas de audiência da antiga casa da câmara de Viana da Foz do Lima, da Guarda, de Pinhel e provavelmente também da de Tomar.

No domínio dos tectos de madeira, o que apresenta uma estrutura mais antiga é sem dúvida o da sala da casa da câmara de Viana (restituído pela DGMN algures nos Anos 50 do século XX) [Fig.^a 582]. Apesar de se tratar de uma restituição, merece aqui uma referência especial devido à qualidade da sua execução e ao acerto muito feliz da sua integração. Mas este tecto vale também pela raridade da sua estrutura e do seu desenho global, aparentemente tão influenciado pelo tecto da vizinha Igreja da Colegiada da Sr.^a da Oliveira de Guimarães ou ainda pelo da mais próxima Igreja Matriz de Caminha. Neste tecto, porém, parece poder entrever-se também um inegável “acento” mudéjar (dado pela presença dos ornatos em *alfarje*) tão intenso na nossa Idade Média tardia e mesmo na Época Manuelina³⁵².

A vontade de dignificar a Justiça e de monumentalizar a casa da câmara cedo levaram, porém, a que a esmagadora maioria dos tectos de madeira (nomeadamente os construídos ou reconstruídos nos séculos XVII e XVIII) tivesse uma complexa e típica

³⁵¹ Algumas destas restituições modernas proporcionam uma revisitação particularmente inspirada dos velhos tectos das salas nobres das nossas antigas casas da câmara, traduzida ora em belíssimas réplicas de composições antigas, ora numa espécie de “variações sobre um tema antigo” que, nos casos mais felizes, tem permitido adaptar uma linguagem moderna numa estrutura antiga de uma forma muito estimulante. Assim, como preâmbulo a um breve levantamento de casos notáveis de antigos tectos de madeira das nossas casas da câmara, cumpre registar o excelente exemplo proporcionado pelo tecto muito recente da velha audiência da Muxagata (Vila Nova de Foz Côa), belamente restituído (projecto do Arquitecto Maia Pinto, já atrás referido) e que aqui se refere enquanto excelente exemplo de boas e modelares práticas em matéria de restauro de arquitectura, recentemente empreendidas entre nós. Este tecto repõe, embora em materiais, desenhos, ornatos e cores do nosso tempo, a lógica estrutural de um típico tecto de *masseira* português.

Outro exemplo de tecto restituído é proporcionado pelo tecto muito recente, também em *masseira*, da casa da câmara de Santa Cruz de Riba Tâmega (Amarante), de muito bom desenho e excelente execução. A vila de Ourém proporciona outro exemplo de um excelente tecto de uma audiência, embora desta vez plano, aparentemente refeito em tempos recentes.

Merecem também aqui uma referência os tectos refeitos e adaptados no século XIX em antigas casas da câmara, caracterizados pelo seu afastamento voluntário de qualquer pretensão historicista de reconstituir volumetrias, estruturas ou desenhos de tectos antigos. Um belo exemplo destes tectos oitocentistas, construídos provavelmente já após a implantação do Liberalismo, é proporcionado pelos das diversas divisões do piso nobre da casa da câmara de Seia. Com efeito, planos ou em “caixa”, lisos ou em caixotões, estes tectos parece proporcionarem um catálogo das soluções estruturais e dedecorativas dos tectos em uso tanto nas casas da câmara como nas casas mais abastadas daquela região na segunda metade do século XIX e mesmo nas primeiras décadas do século XX.

³⁵² Assim, referindo-se às coberturas interiores do paço régio de Leiria, de há muito perdidas, José Custódio Vieira da Silva considera que “a avaliar pelos vestígios, seriam, na sua maior parte, constituídas por tectos de madeira de lavor possivelmente mudéjar”: José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais...*, p. 121.

Noutro momento do seu estudo monumental que vimos citando – desta vez a propósito do paço de Sintra – este autor refere explicitamente “a sensibilidade mudéjar que, ao longo do século XV, progressivamente se foi manifestando na arte portuguesa”, José Custódio Vieira da Silva, *Ibidem*, p. 215.

estrutura, de forma tronco-piramidal muito achatada, de modo a constituir o tão famoso e popularmente chamado *tecto de masseira*, cujas faces são formadas de simples planos contínuos ou de caixotões mais ou menos vincados. Normalmente as faces trapezoidais dos lados da masseira, bem como a face quadrada ou octogonal do topo eram realizadas utilizando o tão tradicional aparelho de *camisa e saia*, em que uma prancha superior se sobrepunha às duas pranchas contíguas, colocadas num nível inferior, assentes directamente sobre as vigas (caibros ou barrotes) da estrutura do forro. Aquela prancha superior era sempre devidamente aparelhada, detendo as suas bordas uma moldura que podia ser mais ou menos trabalhada [ver adiante as **Fig.^{as} 588** ou **589**, por exemplo]³⁵³.

Proporcionando o tecto de madeira em masseira o modelo largamente dominante nas coberturas das antigas audiências portuguesas³⁵⁴, referiremos aqui apenas alguns exemplos relevantes, que nos mostram a popularidade deste tipo de cobertura interior. Começaremos pelos casos mais modestos que, apesar de relativamente recentes (pois são já realizados em fasquiado “de forro”, produzido aparentemente em serração mecânica), ilustram bem a intenção de dignificação das respectivas audiências. Começaremos pelos tectos da pequenina audiência da casa da câmara de Penalva de Alva (Oliveira do Hospital) [**Fig.^a 583**] e da audiência (muito maior) da casa da câmara de Évoramonte (Estremoz) [**Fig.^a 584**], que resistem heroicamente a décadas e décadas de abandono e de falta de manutenção dos respectivos telhados. Muito semelhante e igualmente simples é o tecto, também em masseira, da audiência de Melgaço [**Fig.^a 585**], também notável por deter, no caixotão superior, uma notável figuração da Justiça, adiante referida.

Muito mais sofisticados são os tectos que remontam ao século XVIII e que cobrem muitas das velhas audiências de província. É o caso dos tectos das audiências de casas da câmara tão antigas como as de Penamacor, da Praia da Vitória (aparentemente ambos reconstruídos) ou mesmo da de Boticas (esta aparentemente setecentista). É também o caso das pequeninas audiências aparentemente joaninas de Ucanha (Tarouca) [**Fig.^a 586**] e de Portocarreiro (Marco de Canavezes) [**Fig.^a 587**], ambos hoje muito arruinados. Como se pode verificar, estes tectos, realizados em madeira de castanho, em nada diferem, na sua estrutura ou no seu desenho, dos tectos ricos das salas das casas grandes e dos solares da região. Porém, o da Ucanha é particularmente engenhoso, pois as “trompas” que apresenta

³⁵³ Como se sabe, aquele aparelho foi dominante entre nós até à emergência das serrações industriais, que popularizaram as pranchas de forro aparelhadas em *macho-fêmea*, usadas até tempos muito recentes.

³⁵⁴ Os tectos de masseira cobriam também outras divisões das antigas casas da câmara. Assim, para lá das audiências e das próprias câmaras da vereação, os próprios alpendres das varandas de acesso às casas da câmara poderiam ser cobertos com tectos de madeira em masseira, como vemos no alpendre da pequenina casa da câmara pós-pombalina de Mondim de Basto.

nos ângulos proporcionam a criação de uma masseira mais complexa, de secção octogonal. Esta é composta de oito panos trapezoidais laterais, embora de tamanhos naturalmente diferentes, sendo maiores os dois planos que estão na continuidade das paredes maiores e menores os dois que arrancam das trompas angulares. Como vemos, o arranque de quatro panos laterais a partir destas quatro trompas localizadas nos ângulos definidos pela intersecção das quatro paredes permite que a típica masseira passe de quadrangular a octogonal. Por isso, o topo do belo tecto da Ucanha (não captável em fotografia devido ao negro muito denso da fuligem nele acumulada durante décadas e décadas) apresenta a configuração de um octógono alongado. Muito parecido na sua estrutura é o o belo tecto da audiência da Bemposta (Oliveira de Azeméis) [Fig.^a 588], aparentemente restituído durante o restauro recente do edifício. Também ele assenta sobre as quatro paredes da sala e sobre quatro trompas localizadas nos ângulos formados por aquelas, de modo a proporcionar uma masseira de secção octogonal, coroada por um caixotão central igualmente octogonal.

Enfim, no tecto da audiência da casa da câmara de Salvaterra de Magos [Fig.^a 589] cada “pano” da masseira é dividido em caixotões. Este tecto é, porém, estruturalmente mais simples pois, não apresentando trompas angulares, dispõe apenas de quatro faces laterais. Por outro lado, os triângulos angulares do extremo dos trapézios relativos a cada pano das faces laterais da masseira são tratados com ornatos algo dissonantes do desenho global.

Numa faixa do litoral Centro e Sul particularmente atingida pelo Terramoto de 1755³⁵⁵ subsistem importantes tectos em madeira nas audiências de Sesimbra e de Palmela³⁵⁶, ambos refeitos depois de 1755, no decurso das importantes obras de reconstrução das respectivas casas da câmara, que então tiveram lugar. O tecto da audiência de Sesimbra, de secção quadrangular [Fig.^a 590], é muito simples mas está hoje relativamente desfigurado, devido à sua repintura algo agressiva (que apagou mesmo a coroa real do brasão, então também integralmente repintado), levada a cabo provavelmente durante os restauros do edifício em meados do século XX. O tecto da audiência de Palmela [Fig.^a 591] está muito melhor conservado, apesar da ruína que ameaça a sensacional decoração das suas paredes, adiante referida. Trata-se de um tecto de masseira, embora pouco profunda. Sendo particularmente aparatoso, proporciona mesmo um dos mais belos

³⁵⁵ As casas da câmara pombalinas do Litoral Centro e Sul atestam bem os estragos do Terramoto de Lisboa de 1755, algures desde a Pederneira (Nazaré) até Silves, passando por Cascais, Lisboa, Almada, Palmela, Setúbal, Grândola ou Silves, como já atrás vimos.

³⁵⁶ Também a audiência da casa da câmara pombalina de Peniche deveria deter um tecto semelhante. Com efeito, nesta casa da câmara subsiste, na divisão que proporciona o actual gabinete do Presidente da Câmara local, um tecto de madeira em masseira em tudo semelhante ao da audiência de Sesimbra. Pensamos que esta divisão (adiante referida), era a primitiva câmara das vereações.

entre todos os tectos de audiências portuguesas setecentistas. Densamente policromado, merecem destaque (para lá dos seus elementos heráldicos e simbólicos) os seus vastos caixotões, bem como o caprichoso recorte dos mesmos, tão parecidos com os do monumental tecto pombalino, em tudo idêntico, da vizinha igreja de S. Julião de Setúbal.

Uma última variante de tecto nobre de audiência realizado em madeira é proporcionado pelos que, à semelhança dos de masseira, apresentam também uma cobertura cuja complexa volumetria ultrapassa o nível das paredes laterais da sala. Porém, nesta variante o tecto é constituído não por quatro planos laterais mas por quatro superfícies curvas (de curvatura mais ou menos acentuada) que se interceptam e convergem no ponto central da cobertura, proporcionando uma espécie de abóbada de madeira na característica forma tradicionalmente chamada de “barrete de clérigo”. Um bom exemplo é proporcionado pelos tectos aparentemente tardo-setecentistas da audiência e da câmara das vereações da casa da câmara de Guimarães.

A intensidade do Terramoto de 1755 e a própria vastidão da área geográfica então afectada fez com que muitas casas da câmara fossem atingidas mais ou menos intensamente pelos seus efeitos. Muitas delas tiveram que ser então mais ou menos globalmente reconstruídas. Nessas reconstruções ou nos restauros então empreendidos usaram-se com muita frequência materiais, tecnologias e modelos arquitectónicos e decorativos inovadores. Assim, se os tectos das casas da câmara tão vizinhas entre si de Sesimbra e de Palmela ainda são de madeira, muito outros, então construídos, são já de estuque, essa matéria ligeira, plástica, barata e resistente como poucas, que proporcionava coberturas interiores muito leves, de construção muito rápida e fácil e ainda por cima com extraordinárias potencialidades decorativas.

Como sabemos, a Época Pombalina cobriu abundante e muito eficientemente com tectos de estuque os vãos dos mais diversos espaços interiores, das naves de igrejas e capelas às salas e câmaras de aparato de casas, palácios e solares um pouco ao longo de todo o país. Naquela tão demarcada conjuntura de gosto – para usarmos a expressão emblemática de José-Augusto França – o estuque passou a cobrir também as divisões mais importantes de algumas velhas casas da câmara portuguesas e em particular as respectivas salas de audiência. As casas da câmara acompanhavam assim a moda da utilização intensiva do estuque na construção e decoração das coberturas interiores portuguesas – moda que teve o seu epicentro em Lisboa que, no contexto da Reconstrução Pombalina, parece dever ser instituída em capital dos estuques pombalinos portugueses. Material e técnica construtiva e decorativa tipicamente pombalina, a moda do uso intensivo dos estuques nas coberturas

interiores, muito arreigada e intensa, rapidamente alastraria a todo o Reino e a sua utilização ultrapassaria em muito a época da sua implantação entre nós, a segunda metade do século XVIII. Com efeito, a moda das coberturas em estuque, contínua e sucessivamente reciclada com novos desenhos, temas e ornatos, manteve-se em uso até décadas bem avançadas do século XX³⁵⁷.

Antes de recensearmos alguns tectos notáveis realizados em estuque, cumpre dizer que se o Sul apresenta o maior número de tectos realizados naquele material, também o Norte (sobretudo nos concelhos do Litoral) conheceu tectos de estuque setecentistas notáveis, tendo a cidade do Porto como ponto natural de irradiação.

Diga-se ainda que a cobertura de espaços interiores de casas da câmara com estuques, incentivada pela urgência imposta pelas reconstruções empreendidas na Época Pombalina, tanto se fez em edifícios então integralmente construídos ou reconstruídos, como em edifícios muito antigos, alguns dos quais portadores de uma história secular. É o caso da casa da câmara de Silves, há séculos adaptada na complexa e monumental torre aposta sobre as principais portas da cidade, onde a audiência (correspondente, como por toda a parte, à sala de entrada, a primeira do único piso abrigado naquela torre medieval) foi, muito provavelmente na Época Pombalina, coberta em estuque, embora dependente de uma estrutura muito tradicional com a sua típica forma de masseira³⁵⁸.

Muito dos tectos de estuque das salas de audiência das velhas casas da câmara apresentariam, porém, uma estrutura muito mais simples, proporcionando simples tectos planos e por vezes lisos ou apenas decorados com molduras e ornatos, embora por vezes muito aparatosos e complexos. Um excelente exemplo é proporcionado pelo belíssimo tecto da audiência da casa da câmara do Alandroal [Fig.^a 592], com os seus tão caprichosos frisos e molduras de inspiração tipicamente *rocaille*. Outros tectos alentejanos lisos de estuque são os da pequenina audiência da casa da câmara de Pavia (Mora) [Fig.^a 593] e o da de Portel. Neste grupo haveria ainda que incluir provavelmente o de Viana do Alentejo, hoje muito grosseiramente refeito com painéis sintéticos muito banais e cuja vulgaridade é em tudo indigna da nobreza daquela histórica casa da câmara.

³⁵⁷ Deve dizer-se que o estuque surge por vezes associado à madeira. Assim, no salão nobre (a antiga audiência) da casa da câmara de Setúbal, a cobertura apresenta também, pelo menos desde o sumptuoso e excelente restauro datável dos Anos 30 do Séc. XX, uma estrutura em masseira, de estuque, embora pontuada pela presença muito ritmada e mesmo vibrante de vigas de madeira aparentes, que desempenham o papel de suporte de toda a estrutura.

³⁵⁸ Note-se que ao lado da sala da audiência de Silves, a câmara das vereações mantém uma cobertura em madeira com uma insólita estrutura piramidal que, porém, pode remontar apenas ao restauro empreendido pela DGMN em meados do século XX.

Dentro dos tectos de estuque merecem, porém, um destaque particular os que transpõem para este material a tão típica estrutura tronco-piramidal que encontramos tão abundantemente utilizada nas coberturas interiores de madeira³⁵⁹. Estes tectos foram particularmente populares a Sul do Tejo. Assim, para lá do já referido tecto da audiência de Silves, certamente adaptado depois do Terramoto, refira-se a casa da câmara manuelina de Marvão [Fig.^a 594], que também ganhou tectos em estuque (tanto na audiência como na câmara das vereações), com uma estrutura em masseira de secção rectangular³⁶⁰. Tectos de estuque semelhantes, todos com estrutura em masseira, são proporcionados pelas audiências das casas da câmara de Portalegre, do Crato e de Borba [Fig.^a 595], sendo esta uma das mais sumptuosas e mais bem conservadas casas da câmara portuguesas.

Ora, se muitos tectos de estuque tardo-setecentistas emulam a típica estrutura tronco-piramidal tão própria dos tectos portugueses de aparato em madeira, alguns tectos de estuque apresentam uma variante muito interessante, proporcionando coberturas com uma estrutura de abóbada muito abatida. Exemplos muito interessantes são proporcionados pelos tectos das audiências de Montemor-o-novo [Fig.^a 596], de Mora e de Moura (este decorado na Época Liberal), todos eles proporcionando abóbadas “abatidas”, isto é abóbadas cuja curvatura vai diminuindo e quase aplanando à medida que ganha o centro do vão. No Norte merece registo o belo tecto de estuque da audiência da casa da câmara Pós-Pombalina da Póvoa de Varzim, com uma estrutura, em tudo semelhante, de abóbada muito abatida, embora a sua datação suscite muitas reservas³⁶¹

³⁵⁹ Note-se que ao lado da sala da audiência de Silves, a câmara das vereações mantém uma cobertura em madeira com uma insólita estrutura piramidal que, porém, pode remontar apenas ao restauro empreendido pela DGMN em meados do século XX.

³⁶⁰ Os tectos de estuque da casa da câmara manuelina de Marvão merecem muito reparo pois parece serem muito posteriores à Época Pombalina. Com efeito, tudo indica serem já da Época Liberal e, a ser assim, resultaram de uma vontade explícita de actualizar o edifício, que ganhou então (algures em meados do século XIX) uma fachada nova na face posterior à que dá para a Praça onde se mantém o Pelourinho. A serem verdadeiras estas deduções, a construção dos tectos em estuque oitocentistas (substituindo então tectos muito mais antigos certamente de madeira) fizeram parte da estratégia da Câmara de Marvão para manter o respectivo Concelho. Nesta estratégia um argumento relevante era justamente proporcionado pela existência de uma casa da câmara grande, digna, modernizada, com cadeias seguras, etc. Note-se que esta estratégia e este argumento foram seguidos e utilizados em inúmeros concelhos então ameaçados de extinção no âmbito do chamado processo de “Arredondamento dos Concelhos”, que visava racionalizar a rede dos mesmos, empreendida pelo Liberalismo a partir de 1836, mas particularmente intensa nos anos de 1853-1855, quando são extintas centenas de concelhos de origem medieval, espalhados ao longo de todo o território.

Um exemplo beirão desta estratégia para a conservação de um concelho ameaçado é proporcionado por uma *Representação* da Câmara de Fráguas (Vila Nova de Paiva), relativa à “necessidade urgente de conservação do Concelho de Fráguas pelas seguintes razões [...] : tem uma casa magnífica para Tribunal, ultimamente melhorada com grave despesa”; Fráguas, 6-6-1849: IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3358 (1849) (Livro 7.º; N.º 394).

³⁶¹ Com efeito, dada a sua muito rara estrutura abobadada e a sua decoração algo excessiva, este tecto pode datar já de meados (ou até de finais) de Oitocentos, momentos em que a arte das coberturas em estuque, nomeadamente em contexto urbano e burguês, conhece entre nós um verdadeiro renascimento, décadas e

Deve notar-se que a presente recensão de tectos em estuque se torna muito difícil porque, tal como acontecera com os de madeira, também muitos tectos de estuque foram perdidos. Terá sido este o caso do tecto da audiência da casa da câmara joanina de Braga³⁶² ou do da pós-pombalina de Esposende (aparentemente refeito em épocas recentes). Porém, o mais espectacular e aparatoso tecto de estuque ao serviço de uma velha audiência portuguesa terá sido o da casa da câmara de Viana da Foz do Lima, demolido pela DGMN no contexto do restauro do edifício, a ter correspondido àquela sala a sensacional fotografia constante do processo respectivo [Fig.^a 597], disponibilizada electronicamente. A ter em conta os dados desta imagem, tratava-se de um belíssimo e muito inesperado *tecto rocaille*, aparentemente mais próprio do Barroco galante, cortesão ou eclesiástico, da Europa Central. Com efeito, pela sua estrutura e pelos seus ornatos, de um aparato e de um cosmopolitismo tão raros em Portugal, este tecto perdido de Viana colidia com a prática largamente dominante se não esmagadora entre nós em matéria de coberturas interiores quer de igrejas, quer de salas, nomeadamente de audiência.

De facto, as coberturas tecnicamente mais complexas recenseadas em antigas audiências portuguesas são proporcionadas por verdadeiras abóbadas de alvenaria. Abóbadas destas parecem entrever-se nas coberturas do piso nobre da casa da câmara aparentemente quinhentista de Alvito [Fig.^a 598], bem como nas audiências da Vidigueira [Fig.^a 599], de Vila Viçosa ou do Redondo. Com efeito, datável de 1758, “a primitiva Sala de Audiência e Vereação [do Redondo] está situada no piso nobre do edifício, imediatamente na face esquerda do vestíbulo superior (zona que esteve ocupada até épocas recentes pelo Tribunal Judicial da Comarca) (...). É construída em planta quadrangular, **de alta abóbada** e alçados caiados de branco”³⁶³.

décadas após a sua introdução e aclimação gradual nos tempos do “Pombalinismo” e anos seguintes. A ser assim, esta cobertura ou pelo menos a sua decoração poderia remontar ao ano de 1896 ou anos seguintes, a ter em conta o projecto de *Melhoramentos a fazer no edifício camarario da Póvoa de Varzim*, 1896, Arquivo Histórico da Póvoa de Varzim.

³⁶² Este tecto foi refeito esplendorosamente, tal como a decoração integral da sala, algures nos Anos 70 ou 80 do Séc. XIX, em contexto estético de intensíssima penetração de um gosto tipicamente *Segundo Império*, sendo de destacar na sua decoração os painéis não só com grandes figuras do arcebispado (com a efígie de D. Frei Bartolomeu dos mártires em destaque) mas sobretudo com monumentos notáveis da cidade, então já então perdidos. Era o caso da figuração dos alpendres da Porta do Soito e o da própria casa da câmara manuelina, ambos quinhentistas e ambos da empresa do Arcebispo D. Diogo de Sousa.

A decoração da nova sala da audiência da casa da câmara de Braga tem um brilho decorativo que – do que me foi dado ver – só terá paralelo entre nós na decoração também sumptuosa do vestíbulo dos Paços do Concelho de Viseu, datável já de c. 1906-1912. Também em Viseu se notam influências francesas muito intensas (embora aqui já muito próximas da estética da *Terceira República* francesa) no que será talvez o mais coerente, monumental e sumptuoso espaço arquitectónico concelhio português construído após o triunfo do Liberalismo.

³⁶³ Túlio Espanca, “Concelho de Redondo”, in *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora...*, Vol. II, p. 294.

Na análise das coberturas abobadadas destas audiências deve, porém, pôr-se sempre a reserva quanto à verdadeira natureza das respectivas abóbadas, pois pode tratar-se de uma abóbada falsa, proporcionada por uma simples cobertura de estuque, embora com uma forma global abobadada, como parece ser o caso da cobertura da audiência da casa da câmara do Crato³⁶⁴.

11.6.1.4 – A decoração

A sobriedade e mesmo a modéstia que encontramos em algumas salas traz até nós a importante e mesmo sensível questão da decoração das salas de audiência portuguesas. Com efeito, encontrada a resposta à necessidade premente de, na própria casa da câmara, encontrar um espaço para as audiências tão vasto, amplo, arejado e luminoso quanto possível, outra necessidade se impunha, a de o dignificar e mesmo nobilitar, pelo recurso a uma decoração tão aparatosa, solene e rica quanto possível. Para este desígnio contribuíram certamente os materiais e as técnicas utilizadas, a começar pelo reboco e a caiação aprimorada das paredes e passando pelas boas madeiras, nomeadamente de castanho do Reino (ou mesmo por madeiras exóticas, de proveniência maioritariamente brasileira), muito proficiente e generosamente usadas na feitura de portas e janelas, molduras e guarnições mas sobretudo em esplendorosos tectos, lisos ou de caixotões, planos ou em masseira.

A necessidade de dignificar o espaço da audiência podia suscitar e suscitava certamente com grande frequência a decoração mais ou menos global e ambiciosa da sala, de acordo com os recursos, as modas, as imposições superiores de Juízes de Fora e de Corregedores, mas também de acordo (mais uma vez) com os desígnios estéticos e simbólicos das vereações e mesmo das próprias comunidades locais, fossem elas de homens-bons e de vizinhos, de simples residentes e de “súbditos fiéis” ou já de cidadãos esclarecidos. Fosse quais fossem as suas ambições e o seu âmbito, estes planos

³⁶⁴ Típicas do Sul, as abóbadas rareiam no Norte. Por isso merece grande reparo a vasta abóbada que cobre a actual sala da casa da câmara de Almeida, estranho edifício que, desprovido de piso nobre, ostenta na secção central da sua fachada principal as pompas de um amplo frontão neo-clássico cujo desenho tem intensas ressonâncias da arquitectura da Época das Luzes e do Iluminismo. Com efeito, a muito comprida e sombria sala térrea de Almeida, coberta de abóbada de alvenaria, parece ter sido edificada para sobre ela se ter edificado posteriormente uma sala nobre, a ter em conta a configuração global do estranho e “imperfeito” edifício. Esta impressão é ainda reforçada pelo carácter quase lúgubre da extensa e mesmo desajeitada sala actual que – fosse qual fosse a função original do histórico edifício – inicialmente poderia ter tido um papel muito menos nobre, bem de acordo com o carácter de “criptopórtico” que o conjunto do piso térreo desempenharia, enquanto suporte de um piso nobre desembaraçado e airoso nunca edificado, como o dá a entender o extraordinário apuro de desenho do piso térreo do edifício, o único construído.

decorativos incidiam sobretudo nas paredes e nos tectos e por isso aquelas antigas decorações sofreram as vicissitudes vividas por estes suportes. Por isso, sobreviveram poucos tectos e ainda menos paredes com a sua decoração original, pelo que começaremos a nossa análise por uma muito pequena recensão das velhas audiências portuguesas com paredes decoradas.

Como já sabemos, a dignidade da sala de audiência impunha o reboco e a caiação obrigatória das paredes mas a sobriedade dos tempos mais antigos dispensaria, pelo menos nas casas da câmara mais pobres, outros ornatos nas paredes, como lambris de pedra, de madeira ou de azulejos. A dignidade e o decoro da sala podiam impor, porém, a decoração de portas e janelas, mediante o recurso a sanefas e cortinados mais ou menos aparatosos. Assim, na sala de audiências da casa da câmara Tardo-Manuelina de Vila do Conde, redecorada na época de D. Maria I, como veremos, sobrevivem as extraordinárias e raríssimas *sanefas* de desenho rocaille, que decoram todas as aberturas da sala: as janelas e a própria porta de entrada da sala [Fig.^a 600]. As sanefas de Vila do Conde fazem parte de um desenho global que integrava também a tribuna do Juiz, adiante referida e assinalam-se não só pelo requinte da sua execução como pelo do seu desenho e respectivos ornatos, com concheados, coroa real e sobretudo com o seu friso com os típicos pendões barrocos, pintados a escarlate muito vivo.

Porém, a singeleza e a modéstia dos tempos mais antigos dispensariam estes e outros luxos. Assim, não encontrámos nenhuma referência a tapetes nem a tapeçarias de aparato. Com efeito, não só ignoramos qualquer testemunho da presença de tapeçarias³⁶⁵ como não encontrámos quaisquer painéis ou simples frisos de azulejos em nenhuma audiência do

³⁶⁵ Será o Estado Novo a reabilitar a tapeçaria enquanto elemento decorativo mais nobre, rico e simbólico ao serviço da dignificação e da nobilitação das inúmeras salas de audiência das jactantes *Domus Justitiae* do Estado Novo erguidas em inúmeras cidades e vilas de Província a partir de meados dos Anos 30 do século passado. Com efeito, este velho e nobre recurso decorativo encontra-se presente em importantes audiências de meados do século XX, a toda a hora trazidas à nossa presença no quadro de reportagens televisivas dos julgamentos mais populares.

As *Domus Justitiae* do Estado Novo proporcionam edifícios de uma pretensão e de uma presunção arquitectónicas muito grandes, rendidos quer às graças e ao charme de uma poética nacionalista, quer à presumida dignidade de um estilo ou melhor, de uma linguagem musculada, viril, austera e de odor por vezes fascizante. Erguidas durante mais de trinta e cinco anos por todo o país (bem como nas então colónias), os Tribunais do Estado Novo foram o fruto emblemático de uma colaboração tripartida que envolveu a intervenção dos três poderosos Ministérios envolvidos, Justiça, Obras Públicas e Interior ao serviço de um programa de actualização e renovação da velhíssima e doravante inadequada e mesmo inóspita rede de tribunais e cadeias portuguesas. Note-se que o ambicioso programa construtivo do Espado Novo fora precedido, nesta matéria, por um programa identicamente ambicioso, levado a cabo sobretudo na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, tanto pelo Poder Liberal como pelo Republicano. Um primeiro olhar sobre os tribunais do Estado Novo é proporcionado por António Manuel Nunes, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo – Templos da Justiça e Arte Judiciária*, Minerva, Coimbra, 2003.

Antigo Regime³⁶⁶. Chegaram-nos, porém testemunhos importantes de pinturas murais tardo medievais, proporcionados pelo fresco atrás analisado da audiência de Monsaraz e pelo fragmento de pintura da audiência de Estremoz. Quanto às eventuais pinturas murais em salas de audiência instaladas no piso nobre das velhas casas da câmara, a terem existido, ter-se-ão perdido³⁶⁷. Assim, posteriores ao Terramoto e remontando portanto já à fase final do Antigo Regime, restam-nos apenas as decorações da sala de audiência de Palmela, reconstruída na Época Pombalina, bem como as decorações da audiência de Fronteira que, embora já muito tardias ainda remetem para um evidente gosto neo-clássico, como veremos.

A sala da audiência de Palmela (o actual salão nobre da respectiva casa da câmara), parcialmente reconstruída depois do Terramoto de 1755, apresenta a mais rica e mais original decoração de todas as audiências portuguesas, anteriores ou posteriores à implantação do Liberalismo. Com efeito, nas suas paredes ostenta uma singular e inesperada galeria de retratos de reis de Portugal [Fig.^a 601], pintados provavelmente numa técnica mista, a fresco e a “seco”, isto é, avivados posteriormente a têmpera sobre o reboco seco.

Deve dizer-se que as sensacionais pinturas da audiência de Palmela levantam bastantes dificuldades, tanto a nível da sua conservação e restauro, como a nível da sua apreciação crítica. Com efeito, estas pinturas, repetida e algo grosseiramente repintadas, de há muito que estão arruinadas, mostrando-se a sua conservação muito difícil e levantando o seu restauro grandes dificuldades técnicas. Por outro lado, as pinturas de Palmela, muito raras e de concepção e de realização muito afastadas dos cânones decorativos portugueses tardo-setecentistas mais convencionais, não têm sido devidamente apreciadas enquanto parte integrante de um sensacional plano decorativo global da audiência, que contempla o tecto

³⁶⁶ O recurso a painéis de azulejos para decorar as audiências e outras divisões das casas da câmara, velhas ou novas, é muito tardio. Com efeito, parece surgir apenas nos inícios do séc. XX, num momento histórico marcado pelo uso intensivo do azulejo, cujas potencialidades decorativas irão ser exploradas nas décadas seguintes na arquitectura portuguesa, nomeadamente na mais impregnada dos valores de uma estética de coloração mais ou menos nacionalista. Assim, painéis de azulejos cobrirão intensivamente as entradas das casas da câmara tão tardias como as de Vila Pouca de Aguiar ou do Barreiro ou as caixas de escada da casa da câmara de Viseu (posteriores a 1910, dada a presença ostensiva da estrela de cinco pontas a substituir coroas reais ou murárias!) ou mesmo da pombalina de Borba ou salas da audiência como a da seiscentista casa da câmara de Montemor-o-velho, decorada com azulejos excessivamente rutilantes de Luigi Batistini, já de 1934. Diga-se ainda que a caixa da escada desta casa da câmara seria decorada, muito posteriormente com novos azulejos, de Querubim Lapa, provavelmente já dos Anos 60.

³⁶⁷ Com efeito, dessas pinturas, a terem existido, não só não nos chegam restos materiais como não nos chegam testemunhos escritos de terem existido. Diferente era a situação nas salas de audiências europeias, pelo menos de cidades-estado, naturalmente mais ricas que a generalidade das cidades e vilas de reinos como Portugal. Assim, o historiador Luís Afonso informa-nos de que em algumas audiências europeias, “era comum representar-se o Juízo Final na parede onde se sentava o juiz, e não na parede frontal ao magistrado (...). Mas não é só na iconografia que se demonstrava esta prática. Na Vestefália, os estatutos municipais de Soest afirmam categoricamente a obrigatoriedade da representação do Juízo Final literalmente sobre a cabeça do juiz”, Luís Afonso, “«O Bom e o Mau Juiz» de Monsaraz...”, *Lug. Cit.* p. 337, Nota.

mas que incluía também a mobília original, provavelmente perdida e o equipamento fixo da sala, hoje desmontado e provavelmente também perdido.

Na audiência de Palmela, reconstruída e decorada algures após o Terramoto, estamos muito longe das paredes simplesmente rebocadas e caiadas que muito provavelmente encontraríamos na sala primitiva. Com efeito, em Palmela o branco da cal foi substituído por uma pintura hoje de cor creme mas cujo tom primitivo, escondido sob camadas sucessivas de repintes, não andaria muito longe da cor actual, tão típica da arquitectura residencial da época, e que é fácil encontrar a decorar salas, câmaras e outras dependências de palácios e casas ricas urbanas dos fins do século XVIII. Sobre este fundo homogeneamente colorido surge um vistoso friso constituído por duas linhas paralelas vermelhas sobre o qual se enrolam ritmicamente ornatos vegetalistas de acanto, de típico recorte, pintados de vermelho muito carregado. Contrapondo-se a estes elementos, mas respeitando o mesmo ritmo, surge um enrolamento também contínuo de que pendem folhas e bagas, desta vez pintadas de verde (presentemente dadas num verde “veronese” muito ácido e pesado) de uma espécie vegetal algo fantasiosa. Este friso, muito vistoso, contorna e sublinha todos os elementos arquitectónicos das quatro paredes da sala – portas e janelas; rodapés e tecto **[Fig.^a 602]**, proporcionando ao mesmo tempo os diversos campos visuais onde se inscreve a galeria dos retratos **[Fig.^a 603]**. Estes, todos devidamente identificados com uma legenda em maiúsculas latinas de grande formato, surgem em grandes medalhões ovais, dentro de cercaduras vegetalistas constituídas por coroas monocromáticas de loureiro. Os medalhões, distribuídos regularmente, surgem suspensos de uma fita escarlate típica e caprichosamente enlaçada e que, atravessando as molduras, surge depois triplamente enlaçada a pender das mesmas **[Fig.^a 604]**.

Os retratos distribuem-se pela parede fundeira e pelas paredes laterais da sala, isolados ou em grupos, de acordo com o campo visual disponível entre cada elemento arquitectónico. Assim, seguindo a ordem cronológica da série dos reis de Portugal, aqui precedida pela representação da figura fundadora do Conde D. Henrique, temos, na parede da direita (do lado de quem entra na sala pela sua porta exterior) a sequência Conde D. Henrique – porta – “D. Afonso I. Rey de Portugal” – D. Sancho I – D. Afonso II – D. Sancho II – D. Afonso III – porta – D. Dinis. Na parede da esquerda a sequência é rigorosamente simétrica: D. Afonso IV – porta – D. Pedro I – D. Fernando – D. João I – D. Duarte – D. Afonso V – porta – D. João II. Na parede fundeira surge isolado o retrato de “D. Manoel I. Rey de Portugal”. A identidade do rei D. Manuel I não oferece dúvidas, pois o seu retrato ostenta a esfera armilar e a legenda já citada. Porém, segundo um documento técnico

interno da Câmara Municipal de Palmela que historia algumas das vicissitudes sofridas quer pelo edifício quer pela sua tão original decoração, ficamos a saber que os medalhões, que representam “os bustos de todos os reis portugueses até D. João II”, incluíam também o retrato de “D. Carlos no topo, por cima da mesa das audiências”. O mesmo documento informa-nos ainda de que, “uma sala anexa, hoje inexistente, apresentava os [retratos] restantes até D. Maria I. Num restauro do início do século XX, o retrato de D. Carlos foi substituído pelo de D. Manuel I, datando talvez dessa altura as pinturas de paisagem que encimam as bandeiras das portas. Na década de 50, a sala foi repintada por José Bernardo Guedes, conservando-se as pinturas como até hoje”³⁶⁸. Segundo outra fonte local, as obras que destruíram a câmara das vereações de Palmela, que incluía os retratos dos reis de Portugal, de D. Manuel I a D. Maria I foram iniciadas em Novembro ou Dezembro de 1984³⁶⁹.

A ter em conta a informação anterior, os retratos dos reis foram realizados na época de D. Maria I, provindo a fonte da respectiva iconografia provavelmente do *Elogio dos Reis de Portugal com os mais verdadeiros retratos que se puderam achar*, de Frei Bernardo de Brito³⁷⁰.

Alguma imperícia nas repintagens sucessivas destes retratos tem feito desvalorizar o seu valor decorativo e artístico, aparentemente considerado menor quer pelas autoridades e técnicos locais, quer por peritos ao serviço das entidades de restauro mais prestigiadas do país, quer por críticos e historiadores de arte. Chegou-nos, porém, um testemunho muito interessante que nos mostra que tanto as autoridades concelhias como as centrais tinham uma consciência muito apurada do valor global do edifício assim como do valor decorativo e mesmo artístico das pinturas cerca de meio século depois da sua execução. Com efeito, passadas as dores ainda muito recentes da implantação do Liberalismo, em 1837, com o edifício arruinado e a necessitar de obras de reparação urgentes, o Administrador do Concelho de Palmela considerava que

“a **bela e excelente Casa das Audiências**, contígua à da Câmara Municipal” estava ameaçada pela “lima subtil do tempo que tudo gasta e destrói [e que] tem reduzido aqueles Nobres Edifícios ao mais eminente risco de se perderem, pois que a Câmara Municipal não tem hoje meios de ocorrer prontamente ao progressivo estrago que neles observa”.

O zeloso Administrador e Palmela informa em seguida que

³⁶⁸ “Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho”, Documento técnico interno da Câmara Municipal de Palmela; Documento não datado.

³⁶⁹ “Importância ou projecção social do Salão Nobre” da casa da câmara de Palmela, Documento técnico interno da Câmara Municipal de Palmela; Documento não datado.

³⁷⁰ Frei Bernardo de Brito, 1603, referido in “Importância ou projecção social do Salão Nobre” da casa da câmara de Palmela, Documento técnico interno da Câmara Municipal de Palmela; Documento não datado.

“as madeiras dos forros já de podres caem em pedaços; os telhados rotos e deixam através passar as águas da chuva que, arruinando as madeiras dos tectos vem igualmente arruinar os soalhos. Os canos que recebem as águas dos Telhados estão igualmente rotos e a chuva, introduzindo-se nas paredes, ocasiona a sua total ruína, principiando por destruir as **pinturas entre as quais se acham as Reais Effgies de todos os nossos Monarcas, gravadas em grandes tarjas**, finalmente as Janelas, sem portas e pela maior parte faltas de vidros, deixam entrar as chuvas, as humidades e os ventos, que além dos estragos ordinários têm penetrado os Arquivos”.

Enfim, da qualidade do edifício, da sua ruína e da qualidade das pinturas então ameaçadas se faz eco, no mesmo ano, o Administrador Geral Interino do Distrito de Lisboa, ao pedir ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino

“o reparo e conservação de um edifício denominado «a Casa das Audiências», **que pela sua nobreza e perfeição merece particular cuidado**, até mesmo porque reunindo em si comodidades para muitas oficinas, todas em utilidade pública, **encerra uma boa galeria de quadros dignos de atenção**”³⁷¹.

A galeria de retratos da audiência (e, como vimos, da própria câmara das vereações) de Palmela merece muito reparo. Com efeito, tudo indica que ela seria única em Portugal onde, que saibamos, nunca nenhuma audiência do Antigo Regime terá tido o retrato de qualquer rei de Portugal. O contrário se passava nos “hôtels de ville” franceses que, devido à presença do retrato do rei, por vezes equestre e em escala monumental, merecem aqui uma referência especial. De facto, o retrato real marcava uma presença intensiva tanto no interior do ‘hôtel de ville’ como nas próprias fachadas e mesmo nas praças fronteiras, refeitas e redesenhadas em pleno apogeu do Absolutismo. Um exemplo era proporcionado pela “estátua de Henrique IV, em terracota envernizada, que decorava desde 1612 o ‘hôtel de ville’ de La Rochelle, (...) apeada e quebrada em 1793”³⁷² – estátua que, dada a natureza do material de que era feita e a região onde se localizava, na húmida costa atlântica da Bretanha, presumimos localizar-se no interior do edifício³⁷³.

³⁷¹ *Ofício* do Administrador Geral Interino do Distrito de Lisboa ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, remetendo cópia de *Ofício* do Administrador do Concelho de Palmela abaixo transcrito) “pedindo o reparo e conservação de um edifício denominado «a Casa das Audiências»”; Lisboa, 3-8-1837, in IAN-TT; *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Cívicos e das Administrações Gerais; Maio 2021, Cx. 1. No mesmo processo constam:

a) *Ofício* do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, de, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, também “sobre os reparos de que precisam os paços do Concelho de Palmela [...], Edifício que reunindo comodidades para diversas oficinas e estabelecimentos públicos, é digno de toda a tenção para se não deixar cair por terra”; Lisboa, 7-11-1837;

b) *Cópia* de *Ofício* do Administrador do Concelho de Palmela, ao Administrador Geral do Distrito de Lisboa, relativo ao Tribunal de Palmela, considerando que o único sítio adequado para a sua instalação era a Casa da Audiência na Casa da Câmara daquela vila, cujo edifício está muito arruinado e cuja reparação se propõe; Palmela, de 8-6-1837 (Apêndice Documental; Doc. N.º 33).

³⁷² Louis Réau, *Histoire du Vandalisme*..., p. 301, nota.

³⁷³ Na sua recensão das destruições de retratos reais na época da Revolução, Louis Réau refere também – para lá das estátuas atrás citadas – a “estátua pedestre de Luís XIV, por Coysevox, erguida em 1689 no pátio do ‘Hôtel de Ville’” de Paris, que escapou às destruições da Revolução Francesa: Louis Réau, *Ibidem*, p. 307. O mesmo autor refere a estátua de Luís XIV, de mármore (1675), no nicho do vestíbulo do hôtel de ville de Arles, quebrada durante a Revolução: Id., *Ibidem*, p. 311.

Ora, em Portugal, ao contrário da França, a presença do poder real, sempre muito intensa e legitimadora, manifestava-se sempre a nível simbólico e, apenas excepcionalmente, alegórico. Assim, eram constantes entre nós as representações das armas reais, quer na fachada da casa da câmara (como já vimos) quer nos seus interiores, nomeadamente nos tectos das duas divisões mais importantes do seu piso nobre, sala das audiências e câmara das vereações³⁷⁴.

Tutelada pela Ordem de Santiago, a casa da câmara do Concelho de Palmela proporcionava uma variante raríssima a esta norma, pois ostentava no tecto da audiência as armas da Ordem de Santiago **[Fig.^a 605]** – o que, diga-se, em nada feria os privilégios reais, pois os reis de Portugal de há muito detinham a tutela e o próprio Mestrado das Ordens Religioso-Militares. O mesmo se passava no tecto da audiência da casa da câmara de Tomar, que ostenta a cruz da Ordem de Cristo **[Fig.^a 606]**. Porém, o elemento simbólico mais presente na sala das audiências portuguesas eram as armas reais, que encontramos ainda com bastante frequência. Um belo exemplo é proporcionado pela audiência manuelina de Elvas, que conserva, sobre a porta de entrada, um raríssimo brasão manuelino com a pintura original **[Fig.^a 607]**. Ora a audiência de Elvas, provavelmente arruinada pelo Terramoto, ganhou um tecto novo onde se pintaram as armas reais aparentemente de D. Maria I **[Fig.^a 608]**. Em Esposende, o brasão de D. Maria I (hoje muito repintado) surge na parede fundeira da sala numa estranha estrutura que apresenta um curioso e inesperado efeito retabular **[Fig.^a 609]**, que pode ter servido de fundo à tribuna do juiz ou ter simplesmente resultado de intervenções recentes na sala, hoje muito transformada.

Como já sabemos, a galeria de retratos da audiência de Palmela não tem qualquer paralelo em nenhuma outra audiência em Portugal. Assim, remontando aos fins do Antigo Regime, apenas encontrámos o retrato de D. João VI na casa da câmara de Borba, datado de 1819. Porém, a implantação tão atribulada do Liberalismo, tão patente nas aclamações e contra-aclamações das realezas de D. Miguel e de D. Maria II (traduzidas na própria rasura dos respectivos autos feita nos livros de actas de diversas Câmaras!...) fez com que, a pouco e pouco, comesçassem a surgir retratos monumentais da rainha na cabeceira das salas das audiências³⁷⁵. Um dos mais impressionantes retratos é o de D. Maria II na audiência de Vila do

³⁷⁴ Como sabemos, as representações das armas reais tornaram-se num elemento extremamente útil de datação da construção ou da remodelação das casas da câmara. Com efeito, ligeiras variantes heráldicas ou intensas alterações estilísticas permitem atribuir com muita segurança os mais diversos brasões aos reinados a que cronologicamente correspondem.

³⁷⁵ O exemplo mais famoso é proporcionado pelo retrato de D. Maria II, que coroa a sala do próprio Supremo Tribunal de Justiça, no Terreiro do Paço.

Conde, adiante referido, dado o aparato verdadeiramente retabular em que se enquadra³⁷⁶, mas que surge isolado, privado da companhia de outros retratos régios. Com efeito, a única galeria de retratos reais que nos foi dado ver foi a da antiga audiência de Penafiel que, encabeçada por D. Pedro IV, integra todos os reis constitucionais portugueses – galeria que, pelo seu valor documental e pela sua raridade extrema entre nós, aqui se refere e reproduz [Fig.^a 610], apesar de pertencente a um período histórico muito posterior ao do considerado neste estudo.

A decoração ímpar da sala da audiência de Palmela suscita, enfim, a consideração das decorações das paredes e dos tectos das velhas audiências concelhias portuguesas. Como já atrás dissemos, são raríssimas as decorações originais sobreviventes nas respectivas paredes, pintadas e repintadas inúmeras vezes, de forma a atenuar os desgastes inerentes ao uso da sala e à própria degradação natural das camadas pictóricas. Assim, perderam-se as decorações das paredes de audiências como as de Borba, do Alandroal ou de Braga (esta refeita e redecorada algures no reinado de D. Luís I). As ambições e a própria complexidade da decoração das paredes da audiência pombalina de Borba poderia intuir-se pela sumptuosa decoração do tecto, que felizmente sobreviveu. Com efeito – e esta é outra lição a extrair da portentosa audiência de Palmela – as audiências (como as câmara das vereações) eram *espaços globais*, isto é, salas e câmaras em que os soalhos, as paredes e as coberturas, construídas, restauradas ou remodeladas em conjunto, se completavam e harmonizavam entre si de modo a proporcionarem *espaços estrutural e decorativamente muito homogêneos* que integravam, sempre dentro da maior harmonia e coerência, a mobília e os equipamentos necessários ao cabal exercício das funções inerentes a cada um destes espaços. Assim, ressaltando a sala da audiência muito tardia de Fronteira (mas que estilisticamente ainda cabe no tão amplo âmbito temporal deste trabalho), que mantém a sua decoração original excepcionalmente bem conservada, bem como a de Castelo de Vide, cuja decoração foi sensacional, original e festivamente “reinventada” nos anos que se seguiram ao 25 de Abril, como veremos, todas as outras grandes salas de audiência portuguesas, a seguir recenseadas e analisadas, chegaram até nós mutiladas, privadas nomeadamente da decoração original das suas paredes.

³⁷⁶ Outros retratos de reis e rainhas da Monarquia Constitucional portuguesa se encontram em velhas e menos velhas casas da câmara portuguesas. Assim, na casa da câmara de Figueiró dos Vinhos sobrevive um retrato de D. Luís I e nos Paços do Concelho de Lourenço Marques (hoje Maputo; povoação elevada a vila em 1876, data da criação do Concelho) existiam em 1967 os retratos de D. Luís I (de António Ramalho, 1888), de D. Carlos I (de José Malhoa, 1905) e de D. Manuel II (de Columbano, erradamente datado de 1907): ver Alfredo Pereira de Lima, *O Palácio Municipal de Lourenço Marques*, Ed. do Autor, Lourenço Marques, 1967. Em Mangualde sobrevive um retrato da rainha D. Amélia, várias vezes exibido devido às jóias e condecorações setecentistas que ostenta.

Apesar de hoje apresentar as suas paredes simplesmente pintadas de branco, a sala das audiências da casa da câmara de Borba ainda é uma das mais dignas e mais belas de Portugal [Fig.^a 611]. Perdida a sua decoração global, dela sobreviveu, porém, a decoração do tecto, que tem uma estrutura em masseira, embora seja realizado em estuque [Fig.^a 612], como seria de esperar num edifício tipicamente pombalino como este é. As quatro faces laterais da masseira apresentam molduras relevadas, também em estuque, de desenho muito caprichoso, em curvas e contra-curvas que, em conjunto com frisos lisos em “trompe l’oeil” e ornatos simplesmente pintados com motivos “rocaille”, enquadram campos centrais ostentando figurações de evidente carácter alegórico, aparentemente alusivas à Sabedoria e às suas Luzes. Estas figuras, de pequena escala, realizadas em grisalha sobre fundo azul anilado claro, representam sucessivamente uma figura feminina expondo um livro em branco a um adolescente que nele escreve; uma figura feminina sentada sobre uma esfera com um sol irradiante numa mão e um livro e uma palma na outra; outra figura feminina, togada e com um bastão, também com um livro na mão [Fig.^a 613] e, em último lugar, uma figura feminina sentada, com um ceptro alado na mão). Enfim, no extremo de cada uma das faces da masseira do tecto, dispostos simetricamente, surgem, também pintados, candelabros de três lumes com os seus espelhos de fundo, suspensos de fitas vermelhas tipicamente enlaçadas [Fig.^a 614].

As figurinhas alegóricas pintadas em grisalha contrastam vivamente com a figura policromática e monumental representada no painel existente no plano cimeiro do tecto. Com efeito, no painel que ocupa toda a largura deste plano surge uma figuração alegórica da *Justiça* [Fig.^a 615], pintada em 1795 por um muito operoso pintor local, José de Sousa de Carvalho³⁷⁷, a quem se deve também o resto da decoração do tecto da sala, bem como a decoração do da vizinha câmara das vereações. O painel é simétrico e tem uma forma regular, sendo rectilíneo nos lados e semicircular nos topos, projectando-se convexamente para cima e para baixo dos limites superior e inferior do rectângulo de base. O fundo da composição da pintura do painel é proporcionado pelos panejamentos nobilitantes de uma cortina vermelha tipicamente arrepanhada que enquadra um pórtico de escala colossal e de vão semicircular, dando para o exterior. A composição geral assenta numa plataforma sobreelevada que na sua secção central apresenta um perfil circular convexo, sobre a qual se ergue um plinto de típico desenho barroco [Fig.^a 616], no qual se apoia a figura da *Justiça*,

³⁷⁷ João Miguel Simões, *Borba – Património da Vila Branca*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Borba, Lisboa / Borba, 2007, p. 221. Sobre o pintor José de Sousa de Carvalho ver João Miguel Simões, *Borba – Património da Vila Branca*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Borba, Lisboa / Borba, 2007, pp. 233-240.

como se se tratasse de uma mera estátua. O plinto ostenta na sua face central um relevo monocromático onde um velho barbado e pensativo se sobrepõe a uma série de figuras humanas. A representação de folhas de papel e de um tinteiro com três penas no primeiro plano deste falso relevo pintado parece remeter para a ideia de códigos e de registos escritos, inerentes ao bom exercício do Direito.

A Justiça, de olhos bem abertos, de cabelos louros descobertos e calçada com sandálias ao antigo, surge togada de branco com uma fita vermelha à cintura. Na mão direita empunha a *espada* alçada e desembainhada³⁷⁸ e na esquerda a *balança*. Aos seus pés estão representados dois *dados de jogar* – de simbólica para nós obscura neste contexto – e *algemas* de desenho antigo. Ladeando a Justiça, do lado esquerdo surgem dois prisioneiros acorrentados, com grilhetas nas suas mãos esquerdas, donde pendem as respectivas cadeias, aparentemente conduzidos por um carcereiro cuja cabeça surge no último plano ostentando um gorro vil. No lado direito, um escrivão vestido com uma camisa desabotoada, coberto com uma estranha capa vermelha e com um chapéu, está sentado na sua banca, devidamente ornada por um sumptuoso pano verde duplamente franjado a ouro, sobre a qual está o competente tinteiro de latão.

Representações alegóricas da Justiça surgem também nos tectos das salas das audiências das casas da câmara de Melgaço e de Guimarães, bem como na audiência de Caminha. Já várias vezes referida, a audiência de Melgaço – talvez a mais bem conservada de todas as antigas audiências portuguesas a Norte do Tejo – apresenta um tecto de masseira de madeira, outrora certamente pintado e decorado na sua integralidade, mas do qual só sobreviveu o painel cimeiro [Fig.^a 617], pois a decoração dos panos laterais foi perdida ou ocultada por camadas sucessivas de pintura lisa, de cor hoje branca. O painel apresenta uma monumental figuração alegórica da Justiça e dos seus atributos num medalhão oval de muito grandes dimensões, pois ocupa a quase integralidade do espaço do painel respectivo. O medalhão é circundado por uma grossa moldura também oval ostentando ornatos de inspiração neo-clássica, de que emergem nos topos superior e inferior florões de desenho muito característico [Fig.^a 618].

Muito repintada, a composição central, de forma oval [Fig.^a 619], apresenta uma paisagem campestre por fundo, distribuída em vários planos, dos quais o fundeiro ostenta

³⁷⁸ Símbolo de bravura e poder, a *espada* “estabelece a Paz e a Justiça”; “associada à balança, a espada relaciona-se de uma forma geral com a Justiça: separa o bem do mal, golpeia o culpado”. “Símbolo do Verbo, da Palavra”, a espada está também “associada à ideia de luminosidade, de claridade” e “designa, por vezes, a palavra e a eloquência, pois a língua tem, tal como a espada, dois gumes”, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dicionário de Símbolos*, Teorema, Lisboa, 1994, pp. 299, 230.

um céu carregadíssimo onde irrompe uma aurora muito intensamente rosada. A Justiça, de pé, simbolicamente vendada e com a espada desembainhada na mão direita e com a balança na mão esquerda, ocupa a parte esquerda da composição e parece constituir um modelo didático do traje feminino grego da Idade Clássica, pois ostenta o *xitón* (vestido), aqui verde escuro, o *peplos*, branco, sobreposto, aqui cingido por uma faixa azul e o *himation* (manto ou xaile), vermelho, por cima de tudo.

A parte direita da composição é igualmente muito significativa, pois apresenta um anjo alado com um elmo guerreiro na cabeça ostentando *atributos da realeza: globo e ceptro de ouro*. Além disso, aponta para a *coroa real* que encima um brasão de recorte típico onde estranha mas simbolicamente se representam não as armas de Portugal mas o *pelicano*, ao serviço de uma heráldica piedosa que vê no pelicano um símbolo da abnegação e do amor paternal e mesmo um “símbolo do supremo sacrifício de Cristo”³⁷⁹.

Uma figuração semelhante, embora muito mais tardia, pois aparentemente foi apenas pintada em anos muito avançados do século XIX (a ter em conta certos valores pictóricos típicos de Naturalismo), era proporcionada pela pintura que cobria a audiência de Caminha (hoje muito transformada), curiosamente a funcionar, tal como em Monsaraz, num edifício monumental que incluía as cadeias locais, mas afastada e totalmente independente da velha casa da câmara. Aqui, a figura da Justiça [Fig.^a 620], coroada e de olhos abertos, está de pé e veste uma túnica branca com um manto azul escuro por cima. Na mão direita ostenta a espada desembainhada mas descaída e, com a mão e o braço esquerdos carrega a balança simbólica, desta vez encostada ao colo em vez de ostensivamente suspensa, como acontece nas representações mais tradicionais.

A decoração global da sala da audiência da antiga casa da câmara de Guimarães chegou até nós muito mutilada, tal como aconteceu com a da generalidade das antigas audiências portuguesas. Com efeito, não só se perdeu a decoração original que muito provavelmente adornava as suas paredes como se desmontou e desmantelou o retábulo do seu importante e raríssimo oratório privativo, adiante analisado. Sobrevive, porém, embora lamentavelmente muito arruinado, o notabilíssimo tecto desta audiência, que ostenta a pintura com a mais extraordinária alegoria da Justiça que encontramos em antigas audiências portuguesas [Fig.^a 621]. A pintura ocupa a secção central do tecto da sala, que é de madeira e que detém uma raríssima estrutura em “barrete de clérigo”, como atrás já tínhamos visto. Tal como em Borba, também o painel que integra a pintura da Justiça tem a

³⁷⁹ Hans Biedermann, *Dicionário Ilustrado de Símbolos*, Melhoramentos, São Paulo, 1993, p. 296. Ver ainda Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Ob. Cit.*, pp. 516, 517.

forma de um vasto rectângulo com dois semi-círculos anexos nos seus topos superior e inferior. Em Guimarães sobrevivem também, embora igualmente muito arruinadas, as decorações laterais do tecto da sala, que figuram em “trompe l’oeil” os caixotões laterais de uma masseira fingida [Fig.^a 622]. No centro dos dois maiores caixotões laterais fingidos surgem ornatos de típico recorte neoclássico, aqui de uma execução excepcionalmente primorosa [Fig.^a 623].

A alegoria da Justiça do tecto de Guimarães é extremamente complexa³⁸⁰. A Justiça surge no centro da composição emergindo e apoiando-se em nuvens [Fig.^a 624], numa posição muito dinâmica, prestes a calcar e esmagar com os seus pés os inimigos das virtudes que nela concorrem e que estão figurados simbolicamente à sua volta. De olhos vendados, a Justiça ostenta uma túnica branca muito ampla e pregueada, apanhada com um discreto cinto azul. A túnica tem umas mangas muito curtas, muito típicas dos figurinos barrocos, decoradas com um franjado dourado muito elaborado e rico, que decora igualmente a orla de um manto descaído e prestes a despenhar-se. A Justiça ostenta densos cabelos negros soltos sobre as costas e o peito e calça sandálias ao antigo, como em Borba. Em posição muito aguerrida, ergue a espada desembainhada na mão direita e ostenta quase ameaçadoramente a balança na mão esquerda. Mas a Justiça tem mais atributos: parcialmente ocultada pela sua própria figura e pelo manto, surge a parte superior do típico feixe de varas, o *feixe lictório* (“fascas”), que “na antiga Roma era o emblema da autoridade” e no qual “a machadinha no meio das varas simbolizava a autoridade judiciária”³⁸¹. À sua volta surgem outros atributos da Justiça, cujos símbolos são sustentados por anjos de asas de desenho inesperadamente afastado da iconografia tradicional, aproximando-se muito das que a estética romântica vai atribuir às sílfides e outros seres do imaginário nórdico. Assim, temos sucessivamente um *elmo guerreiro*, que um anjinho carrega na sua própria cabeça [Fig.^a 625, ao centro da fotografia]; um *freio*, que um anjo transporta, enquanto faz o sinal de silêncio³⁸² [Fig.^a 626]. O anjo seguinte ergue a *espada* que, com um rigor verdadeiramente geométrico, aponta para um *olho*³⁸³, suspenso na sua vertical [Fig.^a 627]. O terceiro anjo carrega um *livro* de volume muito avantajado, encadernado a escarlata e aparentemente com as quinas de Portugal na

³⁸⁰ Um bom guia para um melhor entendimento do valor simbólico de todos os atributos presentes nesta alegoria podem ser proporcionados por qualquer bom dicionário de símbolos.

³⁸¹ Hans Biedermann, *Dicionário Ilustrado...*, p. 155. Esta é uma das mais antigas representações portuguesas que conhecemos do “feixe lictório”, tornada comum com o triunfo do Neo-Classicismo.

³⁸² Trata-se de uma figuração verdadeiramente modelar do “Silêncio”, que ombreia de igual para igual com a que encontramos em Tomar no intradorso do arco triunfal manuelino que dá acesso à charola – e que proporciona um dos mais intensos ícones da arte portuguesa.

³⁸³ “O olho único, sem pálpebra é (...) o símbolo da Essência e do Conhecimento divino”, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dicionário...*, p. 485.

lombada [Fig.^a 628]. Pode simbolizar as *Ordenações do Reino*, que constituíam a lei geral do Reino ou, mais simples e simbolicamente, a própria Lei. Enfim, num plano inferior, três anjinhos quase em vias de se despenharem, seguram o fuste de uma pesada *coluna* de pedra³⁸⁴ [Fig.^a 629]. Alinhando por estes últimos, no extremo esquerdo da composição um último anjo vela por dois *livros*, também encadernados a vermelho, sobre os quais repousa uma *ampulheta* [Fig.^a 630; no canto superior esquerdo da fotografia], ambos de simbólica mais ou menos evidente.

Mas a alegoria da audiência de Guimarães apresenta uma outra singularidade. Com efeito, emparelhando com a figura da Justiça, surge, representada a seu lado e numa escala semelhante, uma corpulenta figura feminina, armada de elmo garbosamente emplumado e couraça dourada de que pendem as correias, azuis, tão típicas das armaduras clássicas, usada sobre uma túnica também azul, parcialmente coberta de manto vermelho descaído. Tal como a Justiça, cuja marcha acompanha, vem também calçada com sandálias clássicas e irrompe da mesma nuvem, que igualmente a sustém. Com a mão esquerda segura um grande objecto oval apoiado no “chão”, cuja identidade poderia oferecer dúvidas, pois tanto poderia parecer um espelho como um escudo. Atendendo à sua forma e à moldura dourada muito fina que o circunscreve, à sua localização aos pés da figura que o carrega e ao próprio traje guerreiro que esta tão ostensivamente usa, podemos dizer que se trata de um escudo. Ele representa, porém, e de certo modo, um pouco as duas coisas simultaneamente – escudo e espelho – pois se trata de um escudo que, de tão polido, ganha também algo do valor simbólico do espelho³⁸⁵.

Esta aparentemente tão intrusa personagem feminina que ladeia a figura da Justiça tem um papel central tanto na composição como na alegoria que a pintura nos propõe. Com efeito, com a sua mão direita aponta para cima [Fig.^a 631], para o céu, que (sem qualquer outra figuração suplementar) se limita a ser muito rosado, claro e luminoso e de onde emerge um raio de luz oblíqua que incide directamente nas *quinas* das armas de Portugal, galharda e tão briosamente representadas no extremo superior esquerdo da composição, num belo e riquíssimo brasão, profusamente ornado de festões e de infinitas pérolas devidamente enfiadas e sustentado pelos quatro últimos anjinhos desta pintura prodigiosa [Fig.^a 632]. Dados os seus trajes e atributos – a que não falta a lança – tudo indica tratar-se da deusa

³⁸⁴ Símbolo por excelência da solidez, a coluna “simboliza o poder que assegura a vitória e a imortalidade dos seus efeitos”, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Ibidem*, p. 212.

³⁸⁵ O espelho reflecte “a verdade, a sinceridade, o conteúdo do coração e da consciência”, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Ob. Cit.*, p. 300.

Minerva, ou melhor, de uma espécie de Minerva Lusitana³⁸⁶, azougada virgem guerreira, varonil, prudente e sábia, capaz de convocar a Luz verdadeira, a que vem de cima – mas que já não irradia nem de Deus nem sequer de um Sol único e ofuscante – Luz aquela que incide e ilumina as armas de Portugal, de onde se reflecte de modo a iluminar o peito e a inflamar o coração da figura da Justiça – figura que, por sua vez, concentra em si todos os valores e todas as virtudes simbolizadas nos atributos que por todo o lado a rodeiam, a *autoridade* do “feixe lictório”, o *silêncio prudente* do freio, a *verdade justiceira* da espada, a *luz espiritual* e a *sabedoria* do olho, a *lei* dos livros, a *força* da coluna e, enfim, a *intemporalidade* da justiça e a *eternidade* dos seus efeitos, evocadas pela ampulheta.

É fortalecida com o concurso de todas estas virtudes que a Justiça – apoiada pela deusa Minerva e animada pela Luz que vem de cima, devidamente espelhada nas armas do Reino – pode exercer a sua missão civilizadora e “justiceira” de fazer reinar a sua Lei, exercer o seu Império e impor o Direito a todos e sobre todos. É na confluência de todas as virtudes que a Justiça se pode impor para exercer o seu domínio, isto é, para esmagar o Vício, o Erro e o Crime, personificados nos três seres monstruosos e nas serpentes que preenchem a parte inferior da composição [Fig.^a 633].

Os monstros do registo inferior – um dos quais ostenta uma máscara (símbolo da Hipocrisia?) – são personificações alegóricas do Mal, seja qual for a sua natureza e o grau em que se manifeste. Por isso são seres *deformados*, porque afastados da rectidão das Virtudes, tornaram-se *disformes* pelo Vício e estão *acorrentados* ao Crime. Com efeito, eles surgem acorrentados por grilhetas e cadeias e envolvidos por serpentes negras que chispam fogo das goelas – novos símbolos do Mal e do Erro, quais górgonas descidas aos espaços existencial e simbolicamente mais inferiores. Ora, estes espaços, sumamente *caóticos* e *sombrios*, estão muito enfaticamente figurados na *parte inferior* da composição. Enfim, as trevas densas que caracterizam este espaço têm uma última função e um último significado – o de dar sentido à *diafanidade*, à *leveza* e à *ordem* vivida nas regiões superiores. Afinal, a parte inferior da composição é a parte *negra* e *inferior* que lhe faltava para, enquanto contraponto às claridades celestes da sua parte superior, dar o máximo sentido a esta tão rica e tão bela alegoria.

Merece reparo o facto de esta representação da Justiça, bem como a do combate alegórico subjacente – que na prática é a luta entre a Luz e as Trevas ou entre a Ilustração e

³⁸⁶ O valor simbólico de Minerva coincide naturalmente com o de Atena, deusa “que simbolizará mais particularmente a combatividade espiritual, aquela que deve estar sempre desperta”, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Ibidem*, p. 96.

a Ignorância ou o Despotismo – não ter qualquer conotação religiosa. Com efeito, dados os seus valores iconográficos, num primeiro momento ainda poderíamos entender esta *Justiça* e os seus combates, como uma espécie de repaganização erudita de um tema que a tradição católica centralizava na figura do Arcanjo S. Miguel. A verdade, porém, é que esta alegoria da Justiça está desprovida de qualquer laivo de sacralização ou diabolização.

A figuração da Justiça do tecto da sala da audiência de Guimarães cinge-se estritamente aos valores éticos e estéticos do Iluminismo e do Neo-Classicismo emergentes. Como se sabe, estes impunham um imaginário predominantemente laico, em que a inspiração ou as intensivas referências mitológicas não passavam de um preito assumido, voluntário e até utópico à Antiguidade Clássica e aos seus valores, próprio do espírito do tempo e dos hábitos culturais da época. Note-se, porém, que aquele apego à Antiguidade Clássica coincidia com idêntico processo de afastamento e mesmo de abandono de referentes quer da hagiografia mais popular, quer da própria história sagrada, proviessem eles do Velho ou do Novo Testamento. Por isso, com a Justiça de Guimarães estamos muito longe do combate entre Deus e o Diabo (ou dos anjos e dos demónios, seus agentes) bem como de uma simples luta entre as Virtudes e os Pecados. Muito inesperadamente, não há nesta alegoria qualquer presença da religião, dos seus ícones ou dos seus símbolos. Registo estritamente laico, repetimos, de certo modo esta pintura inaugura entre nós um discurso cultural e ideológico desprovido de qualquer valor, de qualquer conteúdo ou de qualquer juízo portador do mínimo “sinal” religioso. Porém, na sua dessacralização radical, aquela alegoria também acaba por inaugurar entre nós o lento e longo caminho de uma espécie de sacralização como que invertida de uma certa forma de Estado – o *Estado Iluminado*, tal como o Marquês de Pombal o entendeu e tentou modelar e impor entre nós – bem como a sacralização da sua Lei, dos seus Rituais, dos seus Símbolos e até dos seus Agentes, auto-investidos em “sacerdotes” laicos ao serviço de uma *liturgia do Poder* renovada, revigorada e vocacionada para a criação e o domínio de uma *nova ordem*. Como sabemos, uma nova ordem social, política e moral – burguesa, liberal e explicitamente laica – haveria de emergir a seu tempo, fruto do debate doloroso entre o autoritarismo do Despotismo Iluminado e as pulsões libertárias e individualistas próprias do Pré-Romantismo e do Liberalismo radical.

A representação da Justiça da casa da câmara de Guimarães suscita e merece uma pesquisa apurada visando o restabelecimento das variadas fontes iconográficas que nela confluem, bem como as que inspiraram as figurações das demais alegorias da Justiça que encontrámos e que, do alto dos respectivos tectos, encabeçam quer a decoração das salas respectivas, quer o drama judicial que durante muitas décadas ou mesmo durante séculos se

desenrolou literalmente sob a sua presença, a seus pés. Não sendo este o momento próprio para se fazer tal pesquisa, de algum modo fora do âmbito e dos objectivos desta *dissertação*, temos que dizer que a simples presença de todas estas *Justiças* bem como a respectiva realização plástica (a par da das decorações em que se integram) merece algumas considerações.

A apreciação crítica mais fácil e mais cómoda a propor para as figurações de todas estas *Justiças* seria a de as desprezar em conjunto, pois poderemos sempre dizer que elas fogem em maior ou menor grau aos padrões dominantes da melhor pintura erudita da época, por contraditórios e descontraídos que estes fossem. Por outro lado, estas pinturas também não podem gozar em bom rigor da valorização que lhes atribuíamos se elas integrassem efectivamente o *corpus* do que poderíamos chamar de arte ou de pintura “popular”. Com efeito, aquelas figurações também fogem aos padrões próprios de uma pintura descomplexadamente assumida enquanto “popular” e portanto afastada de quaisquer convencionalismos ou pretensões estéticas que não fossem as de decorar o mais garrida, vistosa e eficazmente possível a sala em que fossem pintadas.

Face a estas pinturas, localizadas num muito esquivo território estético que não é nem o do erudito nem o do popular, a nossa atitude não será a do desprezo pedante nem a do despreocupado desmerecimento do seu valor histórico e estético. Pelo contrário, dadas as suas características e o valor excepcional que decididamente detêm, as figurações da *Justiça* de Borba, Melgaço ou Guimarães, pintadas nas salas das audiências locais e conservadas pelas respectivas autoridades, merecem o nosso maior apreço. Trata-se de pinturas realizadas por artistas locais, mais ou menos dotados, em plena e muito feliz articulação com os seus encomendantes e utentes directos, de cujos gostos e juízos estéticos são um retrato de um valor diríamos que transcendente. Além disso, inspiradas ou mesmo impostas por Corregedores e Juizes de Fora voluntariosos e actualizados, recém-formados numa Universidade ela própria recém-reformada ao serviço do Estado Pombalino e Pós-Pombalino – estas pinturas revelam uma capacidade notável de recolherem, de espelharem e de reproduzirem voluntária e explicitamente entre nós os mais actualizados e eruditos modelos e tipos iconográficos disponíveis, no quadro de uma rara vontade política de renovação, de racionalização e de normativização imposta de cima para baixo e sentida em todo o Reino³⁸⁷.

³⁸⁷ Com efeito, um pouco por todo o Reino se notam os efeitos de uma vontade explícita de actualização e de normativização”. Deles são bem patentes ainda hoje os sinais, um pouco por todo o país, de Ponte da Barca a S. João da Pesqueira, de Oeiras a Elvas ou a Vila Real de Santo António, do Porto Santo à Ribeira Grande ou à

O apreço que estas pinturas nos merecem não é apenas de natureza sentimental, próprio de quem empatiza e gosta de “coisas” mais ou menos antigas, periféricas, pitorescas, simbólicas e pouco ou nada convencionais. Também não é de natureza paternalista, próprio de quem displicentemente transigisse em lançar o seu olhar “superior”, de perito, por obras consideradas objectiva e reconhecidamente “menores”, mas capazes, talvez por isso mesmo, de excitarem uma sensibilidade mais ou menos condescendente e enfastiada da contemplação intensiva de “obras-primas” em colecções e museus por esse mundo fora. Aquele apreço transcende, enfim, uma atitude meramente cívica que visse nestas pinturas mais um elemento, mais ou menos “interessante” e válido, a integrar no grande e caótico “caldeirão” a que se tem chamado de “património histórico-cultural”, que também civicamente haveria que classificar, conservar e valorizar, mesmo que acriticamente, como tão frequentemente se faz nos dias que correm...

Ora, para lá da empatia, do arrobo sentimental ou da consciência cívica que em nós possam produzir ou avivar, nestas pinturas da Justiça confluem uma carga histórica, sociológica e até antropológica que lhes dá um valor inestimável. De facto estas pinturas têm para nós um valor inestimável enquanto ícones prestigiados, desejados e queridos pelas comunidades que as encomendaram, as pagaram, as contemplaram e as conservaram. No entanto elas valem também enquanto singelas e fragrantíssimas obras de arte que de facto são, no pleno exercício e na dimensão exacta do que sensatamente se pode pedir e sensatamente se pede a uma obra de arte: o de responder de uma forma eficaz, bela, decente e vital às comunidades que a solicitaram, a quiseram, a conservaram e nela se reviram com aplauso e agrado – ou até com desagrado, pois uma obra de arte, no passado como hoje, não deixa o seu público indiferente.

Estas considerações ajudar-nos-ão a perceber e a valorizar melhor os sensacionais programas decorativos das duas últimas audiências que nos falta considerar, as de Fronteira e de Castelo de Vide. De caminho, duas referências a audiências com figurações especiais nos respectivos tectos. Em Trás os Montes, o forro em masseira muito rebaixada da sala da audiência de Boticas (hoje lamentavelmente desprovida do reboco e da respectiva caiação) apresenta, num dos topos do seu plano cimeiro, um painel com a figuração, agora simbólica, da Justiça [**Fig.^a 634**]. Este painel articula-se com o brasão da vila, no lado oposto do tecto, e é muito interessante: num campo brasonado, a balança equilibrada da Justiça sobrepõe-se a

Madalena (ilha do Pico) – cidades e vilas de constituição muito antiga ou muito recente, mas todas elas detentoras de estruturas e equipamentos concelhios então (segunda metade do século XVIII) contruídos de novo ou devidamente reformados e actualizados.

duas espadas cruzadas em aspa sobre as quais aparece, mesmo no centro da composição, um livro aberto com a inscrição “DURA LEX, SED LEX”. Esta figuração parece ser já tardia, mas outras representações simbólicas da Justiça, aparentemente também tardias, nobilitam e decoram outras salas de audiência portuguesas. Porém, muito longe desta simbólica, há que referir a representação inesperada que surge no tecto liso de estuque da antiga sala de audiência da casa da câmara de Sousel. Com efeito, no seu tecto surge, em relevo de estuque policromado, a figura do mártir S. Sebastião, para nós difícil de explicar no tecto de uma sala como aquela (infelizmente não fotografada no decurso da visita inerente a este estudo).

Tal como a de Palmela, também a decoração das paredes da antiga audiência de Fronteira (o actual salão nobre do respectivo edifício) sobreviveu praticamente intacta. Trata-se de uma sala muito bela [Fig.^a 635] que, apesar de tardia e insuperavelmente provinciana, remete para um evidente gosto neo-clássico, onde ganham o maior destaque os seus aparatosos e muito sobrecarregados frisos decorativos [Fig.^a 636], sucessivamente vegetalistas e geométricos; simples e complexos; em relevo de estuque e em relevo fingido em trompe l’oeil ou, enfim, de natureza erudita face a outros de cunho popular. A densa sobreposição de frisos decorativos da sala de Fronteira ganha assim um carácter de preciosíssimo e muito raro catálogo de ornatos e efeitos decorativos ao serviço da nobilitação e decoração de uma sala rica portuguesa nas décadas que precedem e se sucedem ao fim do Antigo Regime. De facto, também em Fronteira as opções e as ambições decorativas da respectiva sala de audiência proporcionam um excepcional retrato das ambições cívicas e dos gostos estéticos das vereações e do povo de uma pequena comunidade urbana portuguesa, desta vez em tempo de mudança de regime e de gosto. Assim, em pleno Alentejo, num momento fulcral algures entre os fins do Antigo Regime e a consolidação do Liberalismo, a pujança e a soltura decorativas, verdadeiramente populares, tão patentes na sala de Fronteira, trazem até nós o debate estético entre o decoro neo-clássico e a eclética sobrecarga decorativa de recorte tão tipicamente oitocentista e burguês, aqui efusivamente anunciada.

A vontade de tudo encher de ornatos, que proporciona um desenho global talvez pouco sofisticado mas do maior efeito decorativo, tem um dos seus apogeus na audiência de Fronteira. Ora, culminando o aparatoso plano decorativo que vimos analisando, o tecto desta sala ostenta uma pintura (provavelmente a fresco) com uma nova e muito rara alegoria, figurando, segundo pensamos, a *Exaltação da Pátria* [Fig.^a 637]. A respectiva composição está disposta num amplíssimo medalhão oval decorado, mais uma vez, com uma moldura com ornatos de cunho neo-clássico. A composição, ao serviço de uma iconografia muito

rara entre nós em salas semelhantes, apresenta ao centro a figura da *Pátria*, acompanhada do *Oceano* ou do *Tejo* e aclamada pelo provável génio da *Fama*. Sentada numa paisagem campestre, a *Pátria* [Fig.^a 638] envergava uma túnica branca, um elmo generosamente emplumado de branco e sandálias ao antigo. Sobre a túnica traz uma couraça de azul muito carregado e sobre esta um amplo e muito rodado manto vermelho, preso por um firmal com a forma de um escudete vertical em cujo campo surgem representadas as *quinas* de Portugal, dispostas em cruz. O manto está decorado abundantemente com *castelos* heráldicos, de acordo com o tão familiar modelo iconográfico usado nas armas de Portugal. A figura da *Pátria* detém, enfim, dois importantes símbolos de soberania, um ceptro dourado na mão direita e um globo enorme na mão esquerda.

A composição do tecto de Fronteira integra ainda duas outras figuras. No chão, encostada ao rebordo esquerdo da moldura, temos uma primeira personagem: uma figura masculina nua, semi-deitada e de costas, de longas e fartas barbas brancas, coroada de limos ou de plantas aquáticas. Esta figura surge acompanhada de uma fonte, ou melhor, de uma “cratera” ou cântaro de barro de bocal extremamente amplo, de onde corre um curso de água de grande caudal, formando um típico efeito de cascata. Esta figura é uma alegoria do *Oceano* ou mais provavelmente do próprio *Tejo*, dadas as suas afinidades com a tradição iconográfica inerente à representação personificada dos rios, que remonta à Época Helenística e que será revitalizada no Renascimento, nomeadamente por Miguel Ângelo, com as famosas figurações do Tibre e do Pó que o grande artista inseriu na decoração da própria escadaria monumental do *Palazzo del Senatore*, a casa da câmara de Roma, no Capitólio. Por outro lado, a própria natureza da composição, desprovida de quaisquer elementos marítimos (ondas, barcos, praias ou rochedos costeiros...), parece sugerir tratar-se da figuração alegórica de um rio, aqui numa atitude de submissão face à *Pátria*, literalmente encantado ou submergido pelos clamores da *Fama*, que domina toda a parte superior da composição.

Na parte superior da composição, sobre os ares, surge, com efeito, a imagem do que pensamos ser a *Fama* [Fig.^a 639], uma vigorosa figura feminina, vestida de túnica clássica muito descaída, deixando a nu um ubérrimo peito muito avantajado e de desenho nada convencional. Sobre a túnica verde clara esvoaça o que parece ser um manto rosado muito claro. Dotada de asas, como é próprio de um ser que cavalga os ares e espalha os seus clamores pelos pontos mais altos e mais distantes do Espaço, a *Fama* surge descalça mas provida de coroa de louros. Na sua mão direita ostenta uma longa trombeta dourada e na esquerda uma bandeira já da Monarquia Constitucional portuguesa, azul e branca, com as

armas de Portugal sobrepostas, mas com um arranjo global ainda em fase de experimentação e afinação, onde todos veriam a exaltação simbólica da realeza de D. Maria II. Da trombeta saem bem visivelmente os intensos sopros “sonorosos” dos louvores da Pátria. Para acentuar o carácter laudatório do toque, sobre a trombeta surge uma filactera branca enrolada com a legenda “IN OMNEM TERRAM”, a sublinhar o ostensivo carácter da pintura, cuja mensagem é a da exaltação da Pátria, aclamada tanto nos Céus como na Terra.

Muito diferente é a decoração actual da antiga sala da audiência da casa da câmara de Castelo de Vide, ampla e belíssima sala a que se acede pelas complexas e extraordinárias escadas a céu aberto atrás consideradas. A sala, rectangular, como todas as que temos vindo a analisar, tem uma cobertura em estuque, também com estrutura em masseira [Fig.^a 640]. O plano decorativo que hoje ostenta é muito recente e deve-se a António Ventura Porfírio (1908-1998), um famoso e muito operativo pintor, decorador e técnico de restauro português, nascido em Castelo de Vide e pai do crítico de arte, conservador e antigo director do Museu Nacional de Arte Antiga José Luís Porfírio³⁸⁸.

Apesar de restaurado e redecorado entre Maio de 1983 e Abril de 1989 (embora a pintura decorresse apenas entre 1987 e 1989)³⁸⁹, a decoração do actual salão nobre da casa da Câmara de Castelo de Vide merece ser trazida aqui por três motivos essenciais, que se prendem quer com a sua qualidade intrínseca, quer por se tratar de uma notável intervenção descomplexadamente ousada e até heterodoxa num edifício histórico tão qualificado, quer devido às opções decorativas tomadas, enquanto exemplar revisitação, simultaneamente muito fiel e muito livre, de modelos e de temas decorativos tradicionais.

O plano decorativo global de Ventura Porfírio integra o desenho de equipamento para uso na sala, a decoração das molduras das aberturas e sobretudo a decoração do tecto e a das paredes, estas com painéis tri-dimensionais muito originais. O equipamento integra os muito interessantes suportes de madeira para exibição das antigas varas dos juízes e vereadores, bem como os expositores de parede para as faixas dos vereadores da Época Liberal. Do projecto fazem ainda parte as lanternas de parede (de uma tipologia

³⁸⁸ Para a obra de António Ventura Porfírio ver José Luís Porfírio (Comissário da Exposição), *Ventura Porfírio – 1908-1998*, Catálogo da Exposição retrospectiva da obra do pintor em Castelo de Vide, Câmara Municipal de Castelo de Vide, Castelo de Vide, 2001.

³⁸⁹ José Luís Porfírio, *Castelo de Vide – Castelo da Vida – Um trabalho de Ventura Porfírio no Salão Nobre da Câmara Municipal de Castelo de Vide*, Ed. Câmara Municipal de Castelo de Vide, Castelo de Vide, 1989, p. 10.

Para o restauro e decoração do salão nobre da casa da câmara de Castelo de Vide ver ainda “Castelo de Vide – Castelo da Vida” in José Luís Porfírio (Comissário da Exposição), *Ventura Porfírio – 1908-1998...*, pp. 26-28.

que as aparenta com as lanternas processionais) e o candeeiro central, sendo este, tal como as lanternas de latão, pintado ao gosto tradicional.

As molduras das aberturas mantêm o desenho clássico próprio destes elementos arquitectónicos. Estes são, porém, realçados mediante o recurso a um “trompe l’oeil” muito característico, de esponjados e marmoreados de cor acastanhada numa base cinzenta clara, de modo a figurarem as texturas de pedras nobres, sendo o resultado de grande efeito decorativo.

A decoração do tecto, também muito convencional, consiste essencialmente no acentuar com vistosas barras pintadas as linhas estruturais do mesmo: cornija de base e arestas laterais e superiores da masseira do tecto. Estas servem de moldura aos diversos painéis e são dadas com o recurso ao mesmo esponjado fingido que já encontráramos nas molduras das aberturas. Assim se realçam nitidamente quatro vastos painéis laterais, de fundo branco, muito sobriamente decorados com pequenos medalhões nos ângulos. Estes apresentam muito pequenas imagens religiosas do devocionário local e pequenas pombas esvoaçantes azuladas em fundos brancos e azuis [Fig.^a 641]. Estes pequenos medalhões estão rodeados de ornatos vegetalistas de desenho nada convencional. No centro desses painéis surgem alternadamente os brasões com as armas reais de Portugal em uso após a reforma de D. João II de 1485 (nos painéis dos topos fronteiro e fundeiro) e com as armas da vila (nos painéis laterais). O painel do cume do tecto tem apenas um muito discreto ornato em coroa de círculo, em torno do ponto de suspensão do belo mas sóbrio candeeiro central, pintado em vermelho-escarlata. Apesar do seu carácter como que cenográfico, merece reparo a singeleza decorativa deste tecto, que voluntariamente se cinge à sobriedade e ao despojamento de algumas das nossas melhores tradições decorativas – aqui revisitadas com grande austeridade e mesmo alguma secura, tão típicas de certa corrente da arte oficial e de algumas convenções académicas em vigor entre nós em meados do século XX e nas décadas seguintes.

Face à singeleza da decoração do tecto e até à frieza dos tons cromáticos aí dominantes, a decoração das paredes integra duas composições invulgares, assumida e ostensivamente não convencionais. Com efeito, a composição dos painéis laterais rompe explicitamente com as normas mais tradicionais da decoração clássica de paredes interiores. Por um lado, as composições de Ventura Porfírio não só desprezam quaisquer molduras de enquadramento como fogem mesmo a uma qualquer forma global reconhecível, pois se apresentam muito informalmente desprovidas de qualquer contorno regular, geométrico ou não. Por outro lado, a planimetria – enquanto categoria própria da

pintura tradicional e muito em particular da pintura mural, é literalmente rompida pois as duas composições não só integram adereços amovíveis (pedras, aguilhadas e instrumentos agrícolas, por exemplo) como do seio de si próprias emergem objectos fortemente projectados para fora da superfície-base das duas composições, como é o caso da própria *rabiça* de um arado [Fig.^a 642], cuja relha como que entra na terra figurada na pintura, no acto de a lavrar! Esta interpenetração do real e do figurado, do objecto físico e da superfície pintada, da presença concreta e da imitação pictórica, ao serviço de uma retórica como que expressionista muito própria, produz um estranho mas muito convincente efeito dramático, singular e simultaneamente subtil e ambíguo, mas também muito estimulante e comunicativo.

Canto do cisne da carreira do seu autor enquanto restaurador de arte e decorador, a decoração do salão nobre da casa da Câmara de Castelo de Vide proporcionou a Ventura Porfírio uma aventura estética muito arriscada e mesmo temerária que se traduziu, porém, numa obra ímpar e memorável, na qual nunca se transpuseram as fronteiras temíveis do *pastiche* e do mau gosto, riscos sempre presentes num projecto como este, mas aqui sempre vitoriosamente ultrapassados. A esse projecto derradeiro se entregou de alma e coração, com um arrebatamento idealista e uma sinceridade desarmante. Com efeito, a decoração de Castelo de Vide conduziu o seu autor para “uma nova e inesperada campanha de projecto para pintura decorativa” – para usarmos as palavras particularmente autorizadas de José Luís Porfírio num texto evocativo daquela decoração³⁹⁰.

No mesmo texto José Luís Porfírio presta uma homenagem, simultaneamente artística e filial, ao artista de Castelo de Vide. Aí caracteriza sumariamente a estratégia decorativa seguida e historia ainda as condições quase heróicas em que o velho artista empreendeu esta sua obra e afrontou as dificuldades inerentes. São dele as seguintes palavras:

“Esta intervenção privilegiou elementos figurativos locais: a folha e a lande de carvalho, as imagens dos oragos das quatro freguesias do concelho: Santa Maria, S. João Baptista, S. Tiago e Nossa Senhora da Graça. O escudo de Castelo de Vide, o escudo nacional bem como um elemento decorativo e simbólico, as pombas da paz, completavam o leque dos elementos utilizados. A concepção do conjunto inspira-se, de um modo bem livre, em decorações e pinturas murais de uma tradição que se pode definir entre o popular e o provincial. A execução final deste trabalho sobre placas de madeira que foram depois aparafusadas ao tecto, foi laboriosa, muito repetitiva e, por isso mesmo, cansativa e desgastante, criando quer no pintor quer nos que lhe estavam próximos uma enorme expectativa, acompanhada por não menor impaciência de passar à fase final dos trabalhos”³⁹¹.

³⁹⁰ José Luís Porfírio, *Castelo de Vide – Castelo da Vida...*, p. 10.

³⁹¹ José Luís Porfírio, *Ibidem*, p. 10.

Voluntária e heterodoxamente afastado das formas e dos procedimentos mais convencionais na estrutura e na composição destes painéis murais, Ventura Porfírio parece retomar neles algo de uma certa tradição “subversiva” ou mesmo esteticamente “libertária” detectada nos fins das respectivas carreiras em artistas tão académicos como Eduardo Malta, por exemplo, mais ou menos sinceramente marcados pelos procedimentos e pelo imaginário surrealista e suas “licenças”. Por outro lado Ventura Porfírio aborda por um momento o sonho idealista e radical da obra de arte integral, liberta de quaisquer limites, constrangimentos de forma ou de matéria – e liberto até de barreiras estéticas convencionais. Nessa sua liberdade, a decoração de Castelo de Vide tanto rompe com a tradição e a norma convencional como nos proporciona (no mesmo projecto e na mesma sala!) uma muito feliz restituição da decoração de uma antiga e típica sala nobre portuguesa, pois um tecto como o que o artista nos propôs podê-lo-íamos encontrar um pouco por toda a parte a decorar velhas audiências portuguesas – e este é, como vimos, um dos motivos porque trazemos aqui esta sala histórica com a sua complexa e tão ambígua decoração, simultaneamente historicizante e “a-histórica”.

Por outro lado, a sala de Castelo de Vide também merece aqui uma referência especial porque a sua tão singular decoração (com o equipamento então desenhado e construído) apresenta uma qualidade global que merece reparo, fruto de um brilho técnico e de uma competência artesanal excepcional e hoje tão lamentavelmente em vias de extinção.

O terceiro motivo porque a trazemos aqui é porque, retomando técnicas e modelos decorativos tradicionais e até convencionais, a decoração global de Castelo de Vide é de uma vitalidade, de uma pujança decorativa e mesmo de uma pulsão narrativa tão intensa e tão assumida que provoca em nós um efeito salutar de frescura e de desarmante prazer estético – em suma: é um regalo para a vista, como toda a boa decoração deve ser. Com efeito, toda a alegria, vitalidade e pulsão expressiva desta decoração global – de que decorre o infinito prazer estético que nos proporciona – são um refrigerio e um bálsamo abençoado perante a “dieta pseudo-minimalista” que nos impõem e em que se comprazem alguns arquitectos e decoradores maiores e menores do nosso tempo que, um pouco por todo o país, leviana e irresponsavelmente vão descaracterizando os interiores das nossas velhas casas da câmara em nome de intervenções e “requalificações” agressivas, forçadas, sumamente vãs e inconsequentes, ao sabor de estranhas modas, praxis e modos de fazer, em uso nos dias que correm. Longe desta *praxis* e à revelia de qualquer moda, a decoração sensacional de Castelo de Vide acaba por fazer daquela sala – que já de si seria notável, tendo em conta o

extraordinário edifício em que se encontra – uma das mais singulares e mais belas salas nobres de entre todas as das velhas casas da câmara portuguesas.

11.6.2 – O equipamento e o mobiliário

O estudo das velhas salas de audiência portuguesas tinha que contemplar uma abordagem, por resumida que fosse, do respectivo equipamento, fixo e móvel, assim como do mobiliário específico, ao serviço dos sujeitos e dos agentes da Justiça bem como dos espectadores dos mais variados autos judiciais. Com efeito, ontem como hoje, havia que acomodar o mais digna e até confortavelmente possível, as “tres pessoas [que] são necessarias em qualquer Juizo; **Juiz** que julgue, **autor** que demande, e **reo** que se defenda”³⁹². É o levantamento, necessariamente muito breve, do mobiliário e do equipamento então em uso ao serviço da Justiça e dos seus agentes, nas salas das audiências e fora delas, que se proporá nas próximas páginas.

Descontando as naturais diferenças de materiais e de desenho, deve dizer-se que o equipamento e o mobiliário específicos das antigas audiências era em grande parte semelhante ao das actuais, dada a especificidade da função daquelas salas e a dos autos judiciais nelas desempenhados. Tal como hoje, cingia-se essencialmente a três componentes: a uma *teia* de separação para a sala, à *cadeira do juiz*, a uma *banca* ou *mesa para o escrivão* (e respectivo assento), aos *assentos para os demais actores e espectadores* do drama judicial³⁹³ e, outrora, ainda às *varas dos juízes*.

Deste equipamento – pouco presente na iconografia disponível e uma vez perdidos quase todos os seus vestígios materiais – temos vislumbres muito ténues na documentação

³⁹² *Ordenações do Reino*, Livro Terceiro, Preâmbulo do Título XIX; sublinhados nossos.

³⁹³ Já em pleno contexto liberal, na então recentemente construída e equipada sala da audiência dos Paços do Concelho de Oliveira de Azeméis o equipamento e o mobiliário contiava a responder essencialmente às mesmas necessidades. Assim, na audiência daquela vila “alçou-se **uma tribuna de três degraus e n’ela se colocou a cadeira do juiz**, sobranceira à qual está patente o **retrato de el-rei D. Pedro V, encimado por uma sanefa dourada**, d’onde pende um cortinado de seda carmesim. **Fez-se um supedâneo**, à direita, para a colocação da cadeira do agente do Ministério Público e, do lado esquerdo, tem o seu assento o contador do juízo. **Construíram-se duas bancadas**, uma para os advogados, outra para os jurados. **Também se fez uma teia de balaustrada**, que separa este recinto dos espectadores, para os quaes se fizeram **bancos**”, in AAVV, *Annaes do Muncipio de Oliveira de Azeméis*, 1909, pp. 58, 59; sublinhados nossos.

Note-se que sobrevivem importantes testemunhos do equipamento e do mobiliário construídos e usados na Época Liberal. Regustem-se, sem nenhuma pretensão de exaustividade, as teias de Portel, de Moura ou de Estarreja, todas *in situ*, ou os bancos de Estarreja ou os de Oliveira do Hospital, adiante referidos.

sobrevivente³⁹⁴ e na própria legislação. Assim, o Título XIX do Terceiro Livro das *Ordenações do Reino*, «Do Regimento das Audiências», regulamentava os procedimentos e os comportamentos a seguir nos julgamentos, relativos a horários e aos intervenientes (Título XIX, Preâmbulo), mas também às normas relativas à divisão do espaço da sala, com ou sem “**grades**” (teia; Título XIX, §10) e ainda à natureza e ocupação dos lugares, da “**Seda**” (cadeira) dos Juizes (Título XIX, § 4) aos “**assentos**” e “**bancos ordenados**” para diversos agentes, cada um segundo hierarquias rigorosamente estabelecidas (Título XIX, §§7 e 8)

11.6.2.1 – A teia

A *teia* era o elemento mais estruturante da sala de audiências, pois dividia o espaço da sala em duas partes diferentes, ambas sob o mesmo tecto e uma decoração comum. Ao mesmo tempo, a teia hierarquizava aqueles dois espaços, dos quais mais importante e mais inacessível era o espaço do exercício da Justiça e sendo menos importante, mas acessível a todos, o do público espectador. Aparentemente não existia teia em todas as antigas salas de audiência pois nas *Ordenações do Reino* referem-se explicitamente “lugares”, isto é, cidades e vilas “**onde nas audiencias houver grades**”, face a outros “**onde não houver grades**” nas respectivas salas de audiência³⁹⁵.

A presença de teias nas audiências era, porém, muito frequente e considerada mesmo como uma componente identitária das salas respectivas. Assim, a pequena vila de Pias (hoje no Concelho de Ferreira do Zêzere), no terceiro quartel do século XVI dispunha já, na respectiva casa da câmara, “na sala que servia para nela se fazerem as audiências e a

³⁹⁴ Assim, a título de exemplo, refira-se a *Representação* do Juiz de Direito de Almada, pedindo mobília da extinta Junta do Comércio para o Tribunal local, referindo que “é muito pequena aqui a Casa das Audiências e eu, tendo em vista a maior economia, em breve exporei o que julgo n’esta parte mais conveniente; **há todavia objectos que são para já indispensáveis, a saber: Seis mesas, doze cadeiras e alguns bancos rasos e de encosto**; e como eu sei que há de todos estes móveis com abundância na extinta Junta do Comércio, imploro a Vossa Majestade a graça de mandar expedir ordem à Comissão respectiva para mos entregar, a fim de ficarem pertencendo a este Juízo”, Almada; não datado, mas datável de 1835 ou de 1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Negócios Diversos, Maço 2041.

³⁹⁵ “E nos lugares, **onde nas audiencias houver grades**, não se assentará pessoa alguma das grades a dentro, se não for Official da audiencia: salvo quando o Julgador lho mandar. E **onde não houver grades**, não se assentarão nos assentos, que forem ordenados para os Officiais da audiencia, e assentando-se sem sua licença, o Porteiro terá cuidado de lhes dizer, que se saiaõ fóra das grades, ou se alevantem dos ditos assentos”, *Ordenações do Reino*, Livro Terceiro, Título XIX; §10; sublinhados nossos.

câmara”, de “**uma separação de grades como costumavam ter tais casas**”³⁹⁶. Maior e mais rica, a casa da câmara de Benavente dispunha em 1685 de “humas cazas em que se faz Camara e audiencia”, sendo esta, segundo o *Tombo do Concelho* daquele ano, “uma casa grande, **dividida por uma balaustrada a formar o tribunal propriamente dito** e deixando uma passagem para a casa anexa que servia de sala das sessões da Câmara”³⁹⁷. Naturalmente, a teia não poderia faltar na audiência instalada no piso nobre da casa da câmara de uma cidade como Évora. Com efeito, a ampla “casa das audiências” daquela cidade dispunha em 1615 de “uma **grade atravessada pelo meio com sua porta**”³⁹⁸, isto é, com uma cancela no meio, para franquear ou impedir a comunicação entre as duas partes da sala, assim dividida.

As teias das antigas audiências podiam ser mais simples ou mais elaboradas, podendo mesmo apresentar um desenho muito complexo. Era o caso da teia da pequena sala da audiência da antiga casa da câmara pombalina de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Como era costume, o espaço da Justiça desta audiência, relativamente amplo, estava assente sobre um estrado sobreelevado em relação ao resto da sala, destinada ao público. O rebordo desse estrado, no qual assentavam os balaústres da teia era muito aparatoso: sendo rigorosamente simétrico, tinha um desenho muito elaborado e recortado, com um típico perfil côncavo-convexo-côncavo [Fig.^a 643], semelhante ao que se encontra em teias de igrejas e capelas da época. Enfim, a teia da audiência de Alverca do Ribatejo, de há muito perdida, deveria ser constituída por balaústres torneados de desenho requintado, provavelmente executados em madeira do Brasil, como era tão comum na região de Lisboa. Uma *balaustrada* luxuosa, provavelmente ainda setecentista, sobreviveu no actual salão nobre da casa da câmara de Braga [Fig.^a 644]. Apresenta uma planta também muito elaborada, de perfil convexo-rectilíneo-convexo e é constituída por balaústres de madeira exótica ricamente torneados e decorados com belos ferros de metal dourado (tal como os pilaretes extremos de reforço da respectiva balaustrada). No meio da teia surge uma cancela dupla constituída por balaústres semelhantes.

Normalmente a planta das teias era mais simples, sendo simplesmente rectilínea. Era o caso da teia da antiga audiência da casa da câmara pombalina de Vila Viçosa. Os seus balaústres, de há muito removidos da sua localização original, estavam colocados em linha

³⁹⁶ De acordo com certo *Tombo da Mesa Mestral* – informação referida em António Baião, *A Vila e Concelho de Ferreira do Zêzere...*, p. 67.

³⁹⁷ Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente...*, pp. 48, 49.

³⁹⁸ Descrição da casa da Câmara de Évora, de 1615, publicada por Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, p. 137.

recta, como se nota ainda hoje, pois deles nos ficaram as respectivas marcas no solo da antiga audiência, no piso nobre do edifício [Fig.^a 645]. Estes balaústres, hoje remontados numa sala do piso térreo da respectiva casa da câmara, merecem o maior reparo pois, sendo de secção quadrada, muito esguios e elegantes, eram de mármore [Fig.^a 646], material disponível em qualidade e abundância naquela vila alentejana, mas que não encontrámos usado em balaústres em mais nenhuma antiga audiência portuguesa.

Na antiga casa da câmara de Castelo Mendo (Almeida), hoje reconvertida em simpático museu histórico, expõem-se, embora desmontados e muito mutilados, restos apreciáveis do equipamento e do mobiliário da antiga audiência local, instalada naturalmente no piso nobre daquele edifício. Como estamos em plena Beira Interior, em terra de madeira boa e barata, a maior parte deste equipamento foi realizado no excelente castanho local – material usado naturalmente na *grade* da respectiva audiência, de que nos chegou um importante fragmento. Trata-se de uma típica balaustrada setecentista [Fig.^a 647], provavelmente já da época de D. Maria I (reinado a que pertence o brasão que decora o espaldar do coetâneo “banco da Câmara”, outrora na matriz daquela antiga vila, adiante referido). Os balaústres da teia de Castelo Mendo são recortados e vazados, de modo a formarem um típico desenho, muito comum nas balaustradas de capelas e igrejas mais modestas, mas também na protecção de velhas varandas alpendradas nomeadamente na antiga Província da Beira. Apesar da sua singeleza, o valor decorativo da teia da audiência de Castelo Mendo era inegável, devido não só aos belos perfis dos seus balaústres, como também à pintura do conjunto, de intenso cunho popular, em escarlate com típicos mas muito rústicos efeitos de marmoreado.

Igualmente modesta era a teia da sala da audiência do piso nobre da casa da câmara quinhentista de Marvão. Tal como em Castelo Mendo, esta *balaustrada* fazia parte de um projecto global que integrava a *banca* e a *cadeira do Juiz* e o respectivo *espaldar monumental*, bem como os *assentos* dos demais agentes e espectadores do acto judicial [Fig.^a 648]. Trata-se de um conjunto excepcional de velho equipamento “judiciário”, também integralmente realizado em madeira de castanho policromada, aparentemente em meados do século XVIII ou ainda mais provavelmente depois de 1755, numa altura em que o edifício deve ter tido importantes reparações, a ter em conta o próprio tecto da audiência, em estuque, como atrás vimos.

Este equipamento, que esteve em uso até décadas bem avançadas do século XX e que sobreviveu milagrosamente quase intacto até aos nossos dias *na mesma sala para onde originalmente foi feito*, dá a esta o estatuto ímpar de constituir o melhor exemplo de uma

típica audiência portuguesa do Antigo Regime. Podemos dizer mesmo que – dada a homogeneidade do seu equipamento e do seu mobiliário histórico, a sobrevivência quase integral deste bem como o seu excelente estado global de conservação, a par da qualidade, coerência e harmonia rara do conjunto – a pequenina sala da audiência da casa da câmara de Marvão ganha uma importância e um significado histórico e simbólico que transcendem mesmo um âmbito meramente nacional.

Tal como a de Castelo Mendo, também a balaustrada de Marvão é de madeira policromada, estando os respectivos balaústres igualmente dispostos em linha recta [Fig.^a 649]. Porém, aqui os balaústres são torneados e enquadrados por pilaretes apilastrados de secção quadrangular, devidamente reforçados³⁹⁹. No centro surge a competente cancela de passagem, embora em Marvão tenha um desenho diferente do resto da balaustrada, pois os balaústres dão aqui lugar a pequenas portadas com espelhos simples e vazados.

11.6.2.2 – A “seda” do juiz

Fosse qual fosse a sua forma e o seu tamanho, a “séda”, trono ou cadeira do juiz, era o elemento central do mobiliário das antigas audiências. Mesmo num modelo muito arcaico de exercício da Justiça, em que faltasse tudo ou quase tudo, era inerente à dignidade do cargo de juiz que este exercesse a sua função sentado. Naturalmente que em vilas pequenas e pobres, localizadas em regiões de maior isolamento e em contextos sociais mais rústicos, manter-se-iam em uso até muito tarde velhos espaços informais para o exercício da Justiça, equipados com “mobiliário” igualmente informal e muito primitivo. Como vimos, chegaram até nós algumas *pedras de audiência*, mais ou menos toscas, todas localizadas ao ar livre. Ora, durante séculos estas *pedras* constituíram o único equipamento fixo ao serviço dos modestos juízes locais, no exercício da sua nobre e digníssima função social de julgarem e punirem os maus e imporem e fazerem triunfar a Justiça no seio das respectivas comunidades. Da longa e anacrónica sobrevivência desses equipamentos e dessas *praxis* muito arcaicas temos um testemunho indirecto mas muito interessante e verdadeiramente

³⁹⁹ Nas reservas do Museu da Figueira da Foz existe um fragmento de uma teia provavelmente proveniente da antiga audiência local. Aparentemente realizados em madeira de castanho, os balaústres, de secção quadrada, são ricamente recortados, proporcionando (a par da de Braga) a mais opulenta balaustrada que nos foi dado encontrar.

hilariante na farsa do *Juiz da Beira* de Gil Vicente⁴⁰⁰, na qual o juiz Pero Marques, “porque dava algumas sentenças disformes por ser homens simples, foi chamado à corte e mandaram-lhe que fizesse uma audiência diante de el-rei”. É o Juiz da Beira, que mal entra começa logo por se apresentar com toda a sua jactância provinciana:

Juiz Pêro Marques: “Olhai vós bem qu’este sou eu
Homem de boa ventura,
Empacho nunca m’atura,
E hei-de dizer o meu
Com’a qualquer criatura.
Pêro Marques sou da Beira
E juiz mexericado”⁴⁰¹.

Num diálogo muito cómico, em que intervém o próprio Porteiro do Paço, ficamos a saber como, em certas localidades isoladas do Reino, o exercício da Justiça se continuava a fazer em condições verdadeiramente arcaicas. Com efeito, uma vez chegado à Corte, o Juiz pede imediata e imperiosamente ao Porteiro:

Juiz Pêro Marques: **“Ora traga vossa mercê
Um banco e uma esteira,
E uma cortiça inteira,**
E vossa mercê me dê
Licença que o requeira.
Ide logo sem tardar.
Porteiro: Quem no vir assim mandar
Cuidará que sabe o que diz:
Tal é ele p’ra juiz
Como eu sou pera pregar.
Pêro: Olhe cá, senhor Porteiro.
Porteiro: Senhor Juiz, que me manda?
Juiz Pêro Marques: **Pregoai a quem tem demanda,
Que venha aqui a terreiro**
E diga em que termos anda.
E venha o banco todavia
Muito bom, muito direito”⁴⁰².

Como vemos, na sua modesta e certamente muito isolada vila beirã ainda não havia casa de audiência, pois ele pede que quem quizer fazer demanda que “venha aqui a terreiro!” Quanto ao equipamento, contentava-se com uma esteira, um banco e uma cortiça inteira!... O diálogo prossegue, com a busca sumamente cómica de **“um banco para a audiança”**. Como este não aparece, Pêro Marques, o Juiz da Beira, convocará uma figura cimeira da própria arquitectura manuelina, provavelmente a assistir à representação da farsa:

Ferreiro: **Que andais buscando, Porteiro?**

⁴⁰⁰ Agradeço ao Dr. Pedro Gomes a informação relativa a esta farsa de Gil Vicente que, ainda por cima, traz uma referência a Diogo de Arruda, um dos grandes arquitectos de D. Manuel I e do Manuelino, ao que sabemos não notada pelos historiadores de arte.

⁴⁰¹ Gil Vicente, “O Juiz da Beira”, *Obras Completas*, Edições Sá da Costa. 6.ª Edição, Lisboa, 1978, Vol. V, p. 273. Por “mexericado” entenda-se: acusado, falado, difamado, censurado formalmente por exercício indevido ou inadequado do cargo.

⁴⁰² Gil Vicente, *Ibidem*, Vol. V, p. 273 e seg.s; sublinhados nossos.

Porteiro: **Um banco para a audiança.**
 Ferreiro: Aqui banco não se alcança
 Senão em casa do carpinteiro.
 Porteiro: **Digo a Deus e à ventura,**
Não é melhor esta cadeira
Que tem pele e tem madeira
E tem-se bem e é segura?
 Ferreiro: **Poucas destas viu o Juiz**
 Vasco Afonso: Boa é ela para assentar,
 Mas este atafal não diz.
 Porteiro: Isto é pera encostar.
Senhor Juiz, isto é cadeira;
Cortiça, nem ponta dela.
 Juiz Pêro Marques: **Dai ó demo a cancela**
E quem a trougue da feira:
Eu não saberei aqui ser.
Dou já ó fogo a guitarra!
Quem tinha esta zanguizarra?
 Porteiro: Quem a sabe conhecer.
 Juiz Pêro Marques: **I-me a Diogo d'Arruda**
Que me faça uma trepeça.
 Porteiro: Que juiz e que cabeça!⁴⁰³

Confrontado pela primeira vez na sua vida com uma aparatosa cadeira do paço, “**que tem pele e tem madeira / E tem-se bem e é segura**” – certamente disposta na sala em que se representava a farsa, ao lado de inúmeras cadeiras semelhantes, todas devidamente alinhadas e em fila – o Juiz da Beira acha-a parecida com uma “**cancela**” rústica, imprestável para nela se sentar. Por isso a cadeira do paço o faz exclamar com uma singeleza desarmante: “– **Eu não saberei aqui ser**”, isto é, “não conseguirei estar, sentar-me aqui”. Ora, face à indisponibilidade do Juiz da Beira em usar uma cadeira do paço, Gil Vicente põe-no a pedir muito galhofeira, confiada e familiarmente ao Porteiro: “**I-me a Diogo d'Arruda / Que me faça uma trepeça**”.

Tudo indica, por este testemunho, que Diogo de Arruda estava presente na primeira representação desta farsa, que teve lugar em Almeirim, num momento indeterminado do ano de 1525, proporcionando assim um novo elemento relativo à biografia do grande mestre da arquitectura manuelina. Dada a sem cerimónia com que o seu nome é referido, podemos mesmo presumir que Diogo de Arruda se pode ter cruzado e mesmo colaborado activamente com Gil Vicente, em algum ou alguns momentos da sua longa carreira, quer na criação de adereços e estruturas teatrais quer até (como é mais provável) na adaptação de salas e outras divisões para a criação de espaços cénicos, fosse qual fosse a amplitude ou a natureza destes.

⁴⁰³ Id., *Ibidem*, Vol. V, pp. 278-279.

A cómica cena termina com o aparecimento do banco, assim se dando cumprimento à ordem do juiz e assim se pondo termo à confusão e à desordem que a presença da cadeira pusera na sua rústica cabeça:

Porteiro: **Ei-lo banco cá está.**

Esteis muitieramá:
Tomai lá, senhor juiz,
Pera vós este vos diz.

Juiz Pêro Marques: **Pera mi! Aí serei:**

**Pardeus, próprio é com'este
Um banco que lá deixei:
Agora esto com'a El-Rei,
E praza a Deus que me preste.
Ora sus, agasalhar,
Tirai d'i essas cancelas;
quelas i não hão-d'estar:
Ou fora, à rua com elas**⁴⁰⁴.

Enfim, apesar de desconhecida do Juiz da Beira, a *cadeira* do Juiz estava já presente nas audiências medievais. Dela temos um testemunho na pintura alegórica de Monsaraz, onde cadeiras de aparato eram usadas pelos dois juízes. Figurações importantes de cadeiras semelhantes constavam nas famosas gravuras das portadas dos diversos Livros das *Ordenações Manuelinas*, começadas a publicar a partir de 1512. Nessas gravuras o rei, como supremo juiz que é, surge sentado numa muito aparatosa e mesmo monumental cadeira de espaldar e braços: era a “seda”, “séda” ou “sede”, tal como a palavra é grafada nos dicionários mais actuais⁴⁰⁵. Tratava-se da “*Séde*” dos Julgadores, “o assento ou cadeira do Juiz”⁴⁰⁶, embora a palavra ganhasse o significado mais genérico de “assento, cadeira”⁴⁰⁷, no dizer abalizado dos melhores dicionaristas.

A palavra – fosse qual fosse a sua grafia – significava ainda os bancos ou assentos de alvenaria ou sobretudo de pedra implantados nos vãos das outrora tão comuns *janelas de assento* ou *conversadeiras*. Com efeito, *sede* também é o “assento de pedra, fixado na parede, junto à janela, especialmente em construções antigas”⁴⁰⁸. Assim, o famoso contrato de construção da casa da câmara de Setúbal, de 1526, especifica que na respectiva

“caSa das audiências (...) avera **duas Janellas huma de pee e outra de sedas e peitoril e** Far se am no lugar homde vam emlegidas,. e terem de lume sete pallmos e meyo, e d alto doze, e serem de dous arcos com suas culunas e vasas e capitees de marmore, e **a que for de sedas avera suas sedas gramdes e boas e serem asemgadas dous pallmos e meyo d alto.** e ho peitorijll hum

⁴⁰⁴ Gil Vicente, *Ibidem*, Vol. V, pp. 280, 281.

⁴⁰⁵ “Sede – Lugar onde alguém se pode sentar ou fixar”, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 8.^a Edição, Porto, 1998, p. 1484.

⁴⁰⁶ Nota do editor ao §4 do Título XIX do Livro Terceiro das Ordenações Filipinas, in *Ordenações Filipinas – Livros II e III*, Fund. C. Gulbenkian, Lisboa, pág. 585.

⁴⁰⁷ A. de Moraes e Silva, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Confluência, 10.^a Ed., Lisboa 1956, Vol. IX, pp.s 974, 975.

⁴⁰⁸ A. de Moraes e Silva, *Ibidem*, Vol. IX, pp.s 974, 975.

bom pallmo e meyo d alto e seram todas de pedrarya com suas ombreyras chamFradas e as voltas Seram polo teor de huum debuxo que pera yso he Feito”⁴⁰⁹.

Tratando-se de um tipo de janela muito frequente na antiga arquitectura portuguesa, chegaram até nós muito exemplares de velhas janelas com as suas “sedas” intactas. Um bom exemplo é o proporcionado pela janela da sala da audiência da casa da câmara manuelina de Marvão [ver atrás **Fig.^a 648**]. Porém, sendo as “sedas dos Julgadores” uma componente obrigatória do mobiliário das velhas salas das audiências, chega-nos uma referência muito antiga à “**sseda da audjencia**” da casa da câmara do Funchal, datada de 1495⁴¹⁰. Também num momento indeterminado de meados do século XVI, em certo auto concelhio no concelho de Sobral de Monte Agraço (do senhorio da Diocese e Universidade de Évora), os oficiais do concelho, recém-empossados,

“dirigindo-se aos paços do bispo, havidos como ‘cabeça do concelho’ e cuja escadaria subiram, tomaram dele posse real e entraram na casa onde os juizes, vereadores e almotacé ‘faziam audiências e vereações’, **sentando-se o procurador na ‘ceda’ do juiz (...)**”⁴¹¹.

Enquanto componente central e obrigatória do mobiliário da sala das audiências, a “seda” é explicitamente referida nas *Ordenações do Reino* como assento privativo dos Juizes que, obrigatoriamente sentados, nelas presidiam às audiências. Estas só terminavam quando eles se levantavam: o Juiz,

“**antes que se alevante da Seda**, mandará ao Porteiro, que pergunte em voz alta, se alguém quer requerer alguma cousa. E não vindo alguma pessoa, então se levantará, e o Alcaide, e Meirinho se tornem com elle para sua casa”⁴¹².

E logo a seguir as *Ordenações* insistem no carácter reservado e exclusivo do seu uso: “**E com os Juizes na Seda se não assentará Official algum de qualquer qualidade que seja**, posto que sejaõ Scrivães dos nossos feitos, ou Meirinhos da Corte”⁴¹³.

⁴⁰⁹ Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; ano de 1526, in IAN-TT / *Núcleo Antigo*, Doc. 815.

Naturalmente, havia mais “janelas de sedas” no edifício. Assim, também “a casa da câmara (...) avera **tres Janellas .s. huma de pee e duas de sedas** asentadas nos lugares omde vam emlegidas e seram polo teor e gramdura das outras e todas averam suas Culunas e vasas e capites asy **as das sedas como a de pee**”. Também a “caSa pera os direitos d el Rey”, também no andar nobre da casa da câmara, teria “huma Janela no lugar omde vay emlegido e tera de lume seys pallmos E d alto nove,. e **avera suas sedas e peito rjs tudo de pedrarja**”: IAN-TT / *Núcleo Antigo*, Doc. 815; Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; ano de 1526 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 20).

⁴¹⁰ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. 387.

⁴¹¹ Maria Micaela Soares, *Sobral de Monte Agraço e o Colégio do Espírito Santo e Universidade de Évora*, Separata do “Boletim Cultural” da Assembleia Distrital de Lisboa, Série IV, N.º 93, 2.º Tomo, Lisboa, 2000, p. 10.

⁴¹² *Ordenações do Reino*, Livro Terceiro, Título XIX, §4.

⁴¹³ *Ordenações do Reino*, Livro Terceiro, Título XIX, §9.

Uma das pouquíssimas “sedas dos Julgadores” que conseguimos encontrar remonta já ao reinado de D. Maria I. Trata-se da que sobrevive milagrosamente, embora mutilada [Fig.^a 650], na pequenina casa da câmara de Outeiro, a antiga vila de Outeiro de Miranda (hoje no Concelho de Bragança)⁴¹⁴. A cadeira de Outeiro foi realizada e pintada por modestos marceneiros e pintores locais, de recursos técnicos e artísticos muito afastados dos artesãos mais qualificados dos grandes centros urbanos, cujos serviços eram cobiçados por encomendantes, laicos ou religiosos, muito mais exigentes. Mesmo assim, aquela cadeira, apesar de uma singeleza e mesmo de uma rusticidade extremas, é muito digna e a seu modo também aparatoso, com os seus braços, com as suas travessas de reforço das pernas dianteiras e traseiras simetricamente recortadas e sobretudo com o seu espaldar muito alçado. Realizada em castanho, como todo o equipamento e mobiliário das velhas audiências que encontrámos nas regiões interiores do Norte, das Beiras e em parte do Alentejo, a cadeira é pintada, o que também constitui uma característica largamente dominante desse equipamento.

Esta cadeira, que pela sua forma, pelas suas dimensões e pelo seu aparato global seria algo diferente das modestas cadeiras que se encontrariam nos fins do século XVIII nas casas dos lavradores mais abastados daquela antiga vila e das aldeias do seu termo, distingue-se, porém, pela presença das armas reais pintadas no respectivo espaldar. Com efeito, sobre o carregadíssimo cinzento azulado do espaldar, devidamente emoldurado com uma barra lisa e muito delgada de escarlata, surge o brasão da rainha D. Maria I, a que falta a coroa. De facto, o espaldar, de há muito mutilado, terminava por uma espécie de frontão cimeiro semicircular, meramente decorativo, mais ou menos recortado e provavelmente rodeado de pequenas volutas laterais. Nesta parte superior do espaldar da cadeira, de há muito perdida, aparecia certamente pintada a coroa real do brasão, de que era naturalmente um elemento obrigatório – sendo por sua vez os brasões reais uma componente outrora quase sempre presente na arquitectura e no equipamento de tutela concelhia, como sabemos.

Visando dar maior visibilidade à figura e à pessoa do juiz, bem como à dos demais actores e figurantes do auto judicial, o espaço da justiça podia ser sobrelevado, como já vimos na audiência de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Porém, visando destacar o Juiz dos demais intervenientes nos processos, a respectiva cadeira costumava estar assente sobre um estrado privativo a que se subia por degraus. Era o que se passava

⁴¹⁴ Sobreviveram também alguns fragmentos, muito arruinados, do espaldar da cadeira do juiz da audiência de Castelo Mendo (Almeida).

comprovadamente em velhas audiências portuguesas, de há muito perdidas. Assim, na antiga vila do Funchal, a 12 de Setembro de 1495 os oficiais da Câmara do Funchal

“mandarom ao procurador que mande ffazer o **degrao desta maneira abayxo da sseda da audjencia** segundo lhe ffoy mandado per o ouujdor e [o] tesoureyro que page a despessa que sse nelle fezer”⁴¹⁵.

Também na audiência da casa da câmara de Pias (Ferreira do Zêzere) havia, no terceiro quartel do século XVI, “**duas cadeiras para os juízes, para as quais se sobe por dois degraus**”⁴¹⁶.

A séda ou cadeira do Juiz de Marvão também está assente, ainda hoje, sobre um estrado a que se sobe também por dois degraus laterais, protegidos por resguardos de típico rebordo curvilíneo de gosto barroquizante. Os *degraus*, a *cadeira* e a *tribuna*, *púlpito*, *mesa* ou *banca do juiz* de Marvão estão emoldurados por um grande *respaldo*, muito desenvolvido [Fig.^a 651], formando este conjunto o mais pitoresco, mais bem conservado e mesmo mais monumental equipamento sobrevivente ao serviço dos Juízes e do exercício da Justiça nas velhas audiências portuguesas. Realizado em madeira de castanho (tal como a teia, atrás referida) foi integralmente pintado, como era moda fazer-se em Portugal a muito mobiliário de aparato realizado com madeiras nacionais. Em Marvão a cor predominantemente usada é um castanho muito intenso, com marmoreados muito grosseiros, sendo as molduras avivadas num azul claro também marmoreado. Outras molduras menos importantes, bem como alguns raros ornatos foram, à falta de um efectivo douramento, pintados num ocre dourado muito forte, proporcionando um típico efeito de dourado fingido, muito comum na arte popular.

A *tribuna do juiz*, pequena e estreita, é o elemento mais simples do conjunto: trata-se de um simples corpo plano de madeira, rectangular e disposto verticalmente. O corpo da tribuna, devidamente emoldurado por uma discreta moldura em azul, também com efeitos de marmoreado, é constituído por dois “espelhos” verticais, emoldurados a amarelo-ocre. O topo da tribuna é proporcionado por uma moldura mais desenvolvida e projectada, que constitui o verdadeiro tampo da banca. Muito delgado, como vemos, neste tampo não cabia sequer o enorme volume da primeira edição das *Ordenações do Reino*...

A tribuna oculta a *séda* ou *cadeira do Juiz*, aqui sem pernas pois, estando directamente adossada à estrutura como que retabular de enquadramento do conjunto, assenta nos seus resguardos laterais, muito projectados. Com efeito, estes resguardos, muito recortados, são contínuos, arrancando directamente do chão, pelo que proporcionam

⁴¹⁵ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal*..., p. 387.

⁴¹⁶ António Baião, *A Vila e Concelho de Ferreira do Zêzere*..., p. 67; sublinhados nossos.

simultaneamente as pernas da cadeira e os seus encostos laterais. Sobre o assento, no lugar do seu espaldar, destaca-se um motivo decorativo plano, simétrica mas caprichosamente recortado, igualmente pintado a castanho-escuro com marmoreados, onde se aplicou bem escusadamente um memorial muito banal em latão, alusivo a Mousinho da Silveira, que aqui serviu de Juiz de Fora a partir do dia 1 de Março de 1809. Enfim, a enquadrar a figura do Juiz, surge uma moldura sem qualquer papel estrutural (também pintada a azul com marmoreados), constituída por uma espécie de pilastras laterais que sustentam um minúsculo entablamento curvilíneo [Fig.^a 652]. Esta moldura faz de espaldar monumental à cadeira, efeito reforçado pela figuração de pequenos pináculos torneados pintados a ocre-dourado e localizados no topo das pilastras e no extremo do pequenino entablamento.

A moldura de enquadramento do pseudo-espaldar da cadeira do juiz é um dos elementos centrais da composição da grande estrutura retabular que proporciona o fundo ao conjunto deste extraordinário mobiliário judicial. Assente no piso do degrau de acesso à cadeira do Juiz, esta estrutura, à semelhança dos retábulos religiosos mais modestos da época, é constituída por dois corpos horizontais e por três corpos verticais, coroados pelo respectivo entablamento e por um remate decorativo superior.

O corpo horizontal inferior, directamente assente no degrau de acesso à cadeira, limita-se a enquadrar o assento desta e é muito simples. É constituído por três corpos ou tramos, separados por duas pilastras, sendo o corpo central muito mais largo que os laterais. Este corpo central integra a face posterior da cadeira, a parte inferior da moldura que contorna o seu pseudo-espaldar e, nas suas extremidades, um estreito espelho de madeira de moldura recortada. Os dois corpos laterais integram apenas dois espelhos de madeira, semelhantes aos anteriores, embora um pouco mais largos.

O corpo superior da estrutura retabular, muito mais visível é também mais desenvolvido. Uma moldura horizontal muito fina, pintada em azul marmoreado, separa-o do corpo inferior, sobre o qual assenta. Os seus três corpos respeitam e reproduzem o alinhamento dos três corpos inferiores, igualmente separados por pilastras, que também se apoiam nas do corpo inferior. O tramo central, que enquadra o espaldar da cadeira, é muito mais largo e é rigorosamente rectangular, apresentando nos seus extremos laterais espelhos de madeira muito delgados. Os tramos laterais são muito estreitos e detêm uma forma global muito caprichosa, aproximadamente triangular. Com efeito, os seus rebordos laterais apresentam típicas volutas que, com os seus recortes curvilíneos, sucessivamente convexos e côncavos, proporcionam a ligação do corpo inferior, mais largo, ao entablamento superior,

mais estreito. Uma concha esculpida na base destes corpos laterais é o elemento decorativo mais sofisticado destes corpos laterais.

Os três corpos verticais e as respectivas pilastras sobrepostas sustentam uma espécie de entablamento superior, praticamente reduzido à cornija [Fig.^a 653], com o seu típico perfil, integralmente pintado no mesmo azul claro marmoreado que já encontrámos noutros ornatos do conjunto. Sobre a cornija assenta um remate meramente decorativo, que é a componente mais elaborada de toda a estrutura, com os seus concheados, as suas volutas e o seu perfil global muito caprichosamente recortado, embora simétrico – mas também com a sua tão típica inclinação para a frente, (que também encontramos em idênticos retábulos religiosos da época) num gesto simultaneamente reverenciador, envolvente e acolhedor. No centro deste remate, numa cartela de moldura também muito caprichosa, surge pintada, algo grosseira mas muito laicamente, a *balança da justiça*, a negro sobre fundo azul muito carregado [Fig.^a 654].

O destaque decorativo dado à “seda” e à tribuna do juiz na audiência de Marvão, apesar de aparentemente ser raro entre nós, tinha paralelos noutras velhas audiências portuguesas. Assim, sobreviveu parcialmente a rica e muito aparatosa estrutura decorativa que enquadrava a tribuna da audiência da casa da câmara de Vila do Conde [Fig.^a 655]. Apesar de ostentar um enorme retrato de D. Maria II, o dossel que remata este conjunto ostenta as armas de D. Maria I, época a que toda a estrutura decorativa pertence, como se comprova pelo desenho global do conjunto e pelo desenho dos respectivos ornatos. Detendo, tal como em Marvão, uma típica estrutura retabular, o respaldo da tribuna do juiz de Vila do Conde, também realizado em madeira, é profusa e belamente pintado e dourado.

Este respaldo é constituído por três componentes, a base, o corpo superior e o dossel. A base, plana, copia em tudo um típico frontal de altar, com os seus soberbos painéis em brocados e em marmoreados fingidos [Fig.^a 656]. É enquadrada, nos seus extremos, pelos dois socos avançados em que se apoiam as pilastras laterais de enquadramento do corpo superior. Como vimos, este corpo, que contém o retrato da rainha D. Maria II, é o elemento principal da estrutura. É igualmente constituído por um único plano, profusamente decorado com motivos florais de excelente desenho e de belo colorido e é enquadrado por duas pilastras laterais, decoradas com marmoreados a que se sobrepõem típicos ornatos dourados de teor barroquizante. O elemento dominante deste corpo central é, de há muito, o retrato monumental de D. Maria II, devidamente emoldurado.

O elemento mais vistoso do conjunto é, porém, o muito aparatoso dossel que coroa o conjunto [Fig.^a 657], com os seus concheados e as suas volutas caprichosas a enquadrarem o

brasão da rainha D. Maria I sobre o qual surge a coroa real, amparada por dois anjinhos. O outro elemento de destaque deste dossel é constituído pela típica sanefa recortada, brilhantemente pintada a escarlate muito vivo, de onde pendem borlas douradas, proporcionando o conjunto o mais belo efeito decorativo, aqui devidamente replicado em sanefas de desenho idêntico, já atrás referidas e que protegem e decoram todas as aberturas da sala, a porta [ver atrás **Fig.^a 600**] e as janelas [**Fig.^a 658**].

Estranhamente, a estrutura retabular de Vila do Conde apresenta, na face exterior do seu resguardo lateral, uma grande cartela oval onde estão registadas certas rendas da câmara, a serem obrigatoriamente dispendidas num importante culto concelhio local:

“COM A OBRIGAÇÃO DE BARER A CAPELA DE S. SEBASTIAÕ E LAVAR AS ALVAS, TOALHAS E MAIS ROUPA BRANCA PERTENCENTE A FABRICA DA MESMA CAPELA” [**Fig.^a 659**].

Esta inscrição, salvo melhor leitura, mandada fazer a 25 de Dezembro de 1813, permite datar aproximadamente a estrutura de respaldo da tribuna, anterior a esta data.

11.6.2.3 – Bancas, bancos e outros assentos

O regular exercício da justiça exigia a presença de outro mobiliário. Ora, sendo o auto judicial desde muito cedo necessariamente registado, havia que contar, antes de mais, com o assento e a respectiva banca para o escrivão, figura sempre presente nos julgamentos. Assim, ladeando os respectivos juízes, no fresco de Monsaraz surgem duas bancas, devidamente ocupadas pelos respectivos escrivães. Trata-se de simples mas relativamente vastas mesas planas, sem ornato algum, marcadas apenas pela presença bem visível das folhas de papel, onde os escrivães escrevem diligentemente [ver atrás **Fig.^a 559**]. A banca do escrivão da alegoria da Justiça da audiência de Borba é mais aparatosa [ver atrás **Fig.^a 616**]. Tem um estranho formato circular e destaca-se pelo rico pano verde que a cobre integralmente, duplamente franjado a ouro.

Ignoramos os desenhos da restante mobília de uma antiga audiência portuguesa, pois a alegoria de Borba não a representa. Porém, em Borba como por toda a parte, haveria sempre que contar – tal como em Cascais na mesma época, com a “**cadeira, Banca e Bancos para a audiencia, tanto do juiz de Fora como dos Almotaces** como he costume em todas as mais villas, e assi sempre nesta”. Com efeito, praticamente contemporânea da alegoria da Justiça de Borba, era este o mobiliário que a Câmara de Cascais mandava fazer a

30 de Dezembro de 1780, por “que os não ha por se averem de todo destrohidos”. Numa sessão realizada naquele dia

“se resolveo se pusesse a pergão **a dita obra de cadeira, Bancos, e Banca** a quem mais barato a fizesse, pellos apontamentos que no fim desta veriação hirão transcritos, e mandarão de comum acordo que se arrematasse aquelle que mais barato a fizesse, tomados os lanços em asta publica na forma do estillo”⁴¹⁷.

Embora não nos tenham chegado os “apontamentos” referidos (orçamentos e desenhos ou simples esquemas) tudo indica que aquela tenha sido uma empreitada muito modesta, porque a 13 de Janeiro de 1781 já se mandava “pagar a **despesa que se fez com a cadeira, meza e Bancos da audiencia, e Camara**”⁴¹⁸.

Mais complexos ou mais simples, mais luxuosos ou mais modestos, numa sala da audiência típica dos fins do Antigo Regime havia sempre que contar com assentos para os advogados e provavelmente também para as testemunhas e réus, bem como com bancos para os espectadores – estes localizados na parte fundeira da sala, devidamente separada da parte principal pela respectiva teia, como vimos. Nas *Ordenações* previam-se assentos para outras autoridades para lá dos juízes: “e os Meirinhos, e Alcaldes teraõ seu assento acima dos Procuradores junto da Seda dos Juízes, para que com segredo lhes possaõ mandar o que cumprir a bem da Justiça”⁴¹⁹. Quanto aos advogados, podiam dispor de *tribunas privativas* e em 1615 a sala da audiência da casa da Câmara de Évora, detinha um estranho “**tabernáculo para os advogados e escrivães** que [por *quando?*] assiste o Juiz a fazer audiências”⁴²⁰. É obscuro o sentido da palavra “tabernáculo” nesta expressão: tratar-se-ia de um sobre-céu que protegesse, pelo menos parcialmente, os lugares ocupados por aqueles agentes da Justiça, ou antes, de algo como uma banca, púlpito ou tribuna privativa?

Fosse qual fosse o seu nome, os advogados podiam dispor de bancas ou *tribunas privativas* de apoio, como na audiência de Castelo Mendo (Almeida), onde sobrevive uma, embora algo mutilada, realizada em madeira policromada (aqui, surpreendentemente de pinho) [Fig.^a 660]. A tribuna de Castelo Mendo é muito simples, sendo composta apenas de dois planos contíguos mas perpendiculares entre si, apoiados em três pés e rematados superiormente por uma prancha muito delgada pois, à semelhança da da tribuna do juiz de Marvão, também aí não cabia a primeira edição das *Ordenações do Reino*. Pintada de azul muito escuro – tal como a *seda* e a tribuna do juiz, atrás referidas, de cujo conjunto faz parte

⁴¹⁷ Arquivo Histórico Municipal de Cascais: AHMC/ALL-CMC/B/A/001/Livro 102 – *Livro de Registo de Termos e Autos de Vereação, 1779-1782*, ff. 26, 26 v.

⁴¹⁸ AHMC/ALL-CMC/B/A/001/Livro 102 – *Livro de Registo de Termos...*, 1779-1782, f. 29.

⁴¹⁹ *Ordenações do Reino*, Livro Terceiro, Título XIX, §9.

⁴²⁰ Documento publicado por Teresa Fonseca: *Absolutismo e Municipalismo...*, p. 137.

– a tribuna dos advogados de Castelo Mendo é, porém, sublinhada com discretos ornatos com marmoreados e motivos vegetalistas. A sublinhar a modéstia do conjunto, note-se o pequeno buraco, aparentemente de origem, no meio da prancha superior da tribuna e que servia, segundo o testemunho de informadores locais, de muito prosaico apoio a uma vela de cera para iluminar o advogado e os seus papéis, vela restituída presentemente na exposição da tribuna no pequeno museu histórico local.

A mobília da audiência incluía, finalmente, os bancos corridos para uso de todos os assistentes do auto judicial, todos devidamente acomodados e *obrigatoriamente sentados*, a fim de se prevenirem desacatos, atitudes descompostas e sobrelotações indesejáveis, pois estas poderiam ser impeditivas da boa ordem dos julgamentos. A audiência de Marvão, em que se perdeu a banca do escrivão e talvez também a dos advogados (se é que existiam), conserva um conjunto notável de bancos corridos adossados às paredes, que serviam para uso de advogados, testemunhas e outros agentes da Justiça. Merecem reparo pelas suas pernas dianteiras encurvadas em “S” e com pés de garra, pelos seus espaldares muito caprichosamente recortados, pelos seus encostos laterais, igualmente recortados e, enfim, pela sua pintura, em azul intenso, com molduras avivadas a ocre-dourado, de grande efeito decorativo. Neste conjunto de assentos, merece nota o chamado (pelos informadores locais) *banco dos réus* [Fig.^a 661], presentemente disposto na frente da tribuna do Juiz, muito simples, também de espaldar recortado e provido de encostos terminados em típica voluta. Enfim, ainda em Marvão, merecem reparo os dois *bancos do público* [Fig.^a 662] um corrido e outro de ângulo, mas articulados entre si de modo a preencherem o espaço disponível, muito limitado, e cujo desenho proporciona uma variante muito interessante relativamente aos demais bancos do conjunto.

Mais ou menos aparatosos, semelhantes aos de Marvão e provavelmente da mesma época serão os “quatro bancos de espaldar, pintados de vermelho, das audiências públicas”, pertencentes à sala de audiências da casa da câmara do Redondo, peças que emparelhavam com um “bufete grande, do despacho, com coberta de damasco encarnado [e] outras mesas destinadas aos oficiais de diligências”, mobília esta que constava num velho inventário da Câmara do Redondo, referido por Túlio Espanca⁴²¹.

Não encontrámos outros bancos tão sofisticados como os bancos alentejanos do Redondo ou de Marvão. A maioria dos bancos que encontrámos para uso do público nas velhas audiências portuguesas são de diversas épocas (sendo alguns já muito tardios) e

⁴²¹ Túlio Espanca, “Concelho de Redondo”, in *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora...*, Vol. II, p. 294, Nota.

alguns são mesmo banais, com os seus assentos definidos por simples pranchas de madeira, com ou sem encosto. É o caso dos da audiência do notável Paço do Concelho tardo-oitocentista de Estarreja, que têm encosto e que permanecem *in situ*. Merecem também reparo os três bancos da antiga audiência de Oliveira do Hospital [Fig.^a 663], hoje expostos no pequeno museu histórico da antiga vila da Bobadela (hoje integrada no Concelho de Oliveira do Hospital). Estes bancos, todos diferentes entre si, pertencem a três épocas diferentes e algumas já relativamente tardias, como parece ser o caso do banco sem encosto e de pernas torneadas constante na respectiva fotografia, acima referida. Os dois bancos restantes, representados na mesma – um de encosto e o outro sem encosto (mas de desenho muito elaborado), provavelmente também reservados ao público que assistia às audiências – podem ser muito anteriores, em particular o banco sem encosto, dado o seu desenho tão elaborado.

11.6.2.4 – A iluminação da sala

A informalidade e a modéstia da humilde vela de cera que encontrámos a iluminar o lugar do advogado na audiência de Castelo Mendo, tão improvisadamente colocada no tampo da respectiva tribuna, suscita a questão da iluminação das salas de audiência – mas também a das câmaras da vereação e a das cadeias das velhas casas da câmara portuguesas, estas adiante consideradas. Aparentemente, trata-se de uma questão muito periférica, pois *as audiências e as vereações ocorriam obrigatoriamente durante o dia*. Com efeito, no Portugal do Antigo Regime não há notícia da realização de actos concelhios (públicos ou reservados) nocturnos de qualquer natureza, judicial, administrativa, festiva ou mesmo celebratória, como já atrás vimos. Não sendo da competência do nosso velho poder local a organização e a realização de festas ou banquetes, estas funções sociais não só não eram promovidos pelos nossos antigos concelhos como não há o mais pequeno sinal de que algum dia tivessem decorrido nas instalações das nossas antigas casas da câmara. Como sabemos, as funções sociais de maior significado para a comunidade (assembleias ou “partidas” culturais, bailes ou récitas teatrais, por exemplo) tanto se desenrolavam nos pátios ou nas próprias salas das casas particulares dos cidadãos mais abastados e importantes, que as cediam gratuitamente para isso, como no exterior, ao ar livre, na própria praça, onde era possível participar e assistir a representações teatrais, jogos, bailes ou touradas e por onde

passavam obrigatoriamente as procissões religiosas e os desfiles e cortejos de toda a natureza.

A natureza diurna das funções e actos concelhios portugueses tolerava e impunha uma excepção notável a esta prática, a da muito antiga tradição das *luminárias*. Tratava-se de um ritual festivo e congratulatório promovido pelas câmaras, mediante o qual se iluminava exteriormente a casa do concelho e eventual ou obrigatoriamente as dos cidadãos mais importantes da vila, nomeadamente as localizadas na praça ou nas ruas principais. Utilizavam-se archotes dos mais diversos tipos, localizados estrategicamente, a par de fiadas de lamparinas que então se dispunham alinhadamente nos rebordos de peitoris, sacadas, escadarias e até de beirais e campanários, assim se proporcionando um efeito decorativo e festivo do maior efeito, cujo brilho e alegria contrastavam com a escuridão e a soturnidade das demais noites do ano, nomeadamente num tempo que desconhecia a iluminação pública universal e muito menos a proporcionada pelas novas fontes de energia surgidas com a Revolução Industrial. Como sabemos, o ritual das luminárias era normalmente imposto superiormente, para festejar qualquer acontecimento festivo. Assim, celebrava-se tanto o fim de certa guerra ou conflito ou o termo de qualquer catástrofe, como a assinatura de qualquer tratado ou a notícia de qualquer vitória. Celebravam-se, enfim, as aclamações reais, as entradas régias e o casamento, nascimento ou baptizado de infantes, príncipes ou outras figuras importantes da família real.

Ora, apesar de os autos judiciais serem sempre realizados de dia, merece discussão a eventual iluminação artificial das antigas salas de audiências. Com efeito, tanto estas como outras divisões das antigas casas da câmara podiam e por vezes tinham mesmo que ser iluminadas. A verdade é que quer os costumes inerentes à vida do Antigo Regime, quer os horários oficiais então em uso impunham, como sabemos, tanto no Verão como no Inverno, o começo de qualquer sessão, auto ou actividade oficial sempre muito cedo. Por isso, os autos judiciais e camarários poderiam exigir o recurso a iluminação artificial, nomeadamente nos dias curtos e sombrios de Inverno. De facto, apesar de serem sempre amplamente fenestradas, as salas da audiência – onde obrigatoriamente se escrevia, se lia e se consultava legislação – exigiam fontes de iluminação artificiais, de que nos chegou um exemplo notável: o grande candeeiro da audiência da casa da câmara de Vilar Maior (hoje no Concelho do Sabugal) [Fig.^a 664]. Trata-se de um muito raro candeeiro de folha, hoje pintado muito alacremenente com tinta industrial de cor azul turquesa claro, tão grata ao gosto popular. Tem a forma de um prisma octogonal regular recto, estando as suas oito faces laterais protegidas com vidro. Na base do candeeiro era colocada a fonte de iluminação, vela

de cera ou candeia de azeite. Fosse qual fosse a fonte de energia utilizada, deveríamos contar com vários lumes, dado o tamanho bastante grande do candeeiro e a amplidão relativa da sala a iluminar. Como nas lanternas semelhantes, a face do topo da estrutura prismática do candeeiro era rasgada e relevada, de modo a proporcionar uma espécie de chaminé para a renovação do ar e o escoamento de fumos e cheiros. O candeeiro era coroado por quatro volutas de curvaturas muito características que se uniam em arco no cimo da estrutura. Aí se fixava uma argola por onde se suspendia o candeeiro, certamente num ponto estratégico do tecto da sala, por uma corda que permitisse o seu içamento ou o seu apeamento, visando a sua manutenção e limpeza, bem como a renovação da matéria combustível.

Não encontrámos mais nenhum exemplar semelhante e, estranhamente, também não encontrámos qualquer referência documental à iluminação das antigas audiências, à sua natureza, às fontes de energia utilizadas ou mesmo ao seu financiamento. Uma busca documental mais intensiva a nível local trará certamente até nós informações concretas sobre esta matéria, bem como eventuais testemunhos materiais relativos à iluminação das antigas audiências – lustres, candeeiros, lanternas ou outros tipos de iluminação, certamente usados aqui e ali, bem à medida dos recursos, das disponibilidades e dos desígnios decorativos e representativos mais ou menos ambiciosos dos diversos responsáveis e agentes camarários.

12 – A Câmara das Vereações

A *câmara das vereações* era, depois da sala das audiências, a divisão mais importante e de certo modo a verdadeira razão de ser da casa do concelho – justamente chamada de *casa da câmara* por causa da existência no seu seio desta tão importante divisão. Era a *câmara* propriamente dita, isto é, um espaço nobre mas de acesso reservado daquela casa a que, em princípio, só tinham acesso os moradores mais importantes do Concelho, que constituíam o que já se tem chamado de “oligarquia local”, pois entre si asseguravam mais ou menos rotativamente a generalidade dos cargos concelhios. Com efeito, aquele grupo restrito de notáveis chamava a si e por vezes detinha quase em exclusivo os cargos e o poder político decorrente do exercício do poder concelhio.

Deve dizer-se, porém, que nos concelhos mais pobres e mais pequenos (que ocupavam uma parte significativa do território do Reino e onde vivia uma parte significativa da população), este exercício podia ser muito penoso, dados os encargos e sacrifícios que comportava nomeadamente para os eleitos. Era justamente o que se passava nos fins do século XVIII no pequenino Concelho de Valongo dos Azeites (então na Comarca de Trancoso; hoje integrado no Concelho de S. João da Pesqueira). Com efeito, a Câmara e Povo deste Concelho, numa *Representação* à Rainha datada de 1795, referem-se explicitamente às dificuldades sentidas em recrutarem pessoas competentes para o exercício dos cargos concelhios nomeadamente devido à pobreza do concelho e dos seus moradores:

“Daqui rezulta **não haver pessoas, que ocupem ou sirvão os Cargos da Republica pelas importantes, e desproporcionadas despezas que, trazem comsigo; mais intoleravens, por que quazi sempre são os mesmos os que os ocupão, e aquele [sic] preciso pagarem-nas ás suas proprias custas**, por no Concelho não haver por onde se possam satisfazer”⁴²².

Ora, independentemente dos encargos e mesmo dos custos pessoais que o desempenho das diversas mas muito importantes funções concelhias podia proporcionar aos diversos agentes e oficiais do concelho – aquele desempenho proporcionava também um inegável prestígio social, representativo e simbólico, reconhecido por toda a comunidade. Fosse, porém, como fosse, a casa da câmara e em particular a câmara das vereações eram o

⁴²² *Representação* da Câmara de Valongo dos Azeites (outrora na Comarca de Trancoso; hoje no Concelho de S. João da Pesqueira) à Rainha, sobre a decadência da vila, a pobreza e falta de rendimentos do concelho, a redução do número e a pobreza dos seus moradores; Valongo dos Azeites, 26-12-1795, in NA-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 987; Caixa 1107.

cenário privilegiado do desempenho das funções concelhias, fonte e razão de ser dos encargos e do prestígio social inerentes àquele desempenho.

Entre outros actos, na câmara tinham lugar as *vereações*, em dias determinados da semana, a fim de os eleitos do concelho despacharem os assuntos do interesse do mesmo, fossem eles administrativos, financeiros ou de outra natureza. Aí se discutiam as matérias relevantes para a comunidade e, por proposta do Procurador do Concelho, aí se decidia em matéria de obras concelhias, isto é, sobre a feitura ou reparação de edifícios e equipamentos concelhios, a começar pela própria casa da câmara e passando pela construção e manutenção de fontes, pontes e estradas, respectivos encargos e modelos de financiamento. Aí se deliberava, enfim, sobre pedidos e petições dos povos, bem como sobre requerimentos e reclamações tanto dos residentes como de forasteiros.

Com a aproximação dos momentos derradeiros do Antigo Regime estas rotinas seculares rompem-se e a câmara das vereações passa a ser solicitada para actos e funções cada vez mais díspares e inesperadas. Assim, em 1823, o “Manjor [sic] do Regimento de Melicias de Lagos” solicitava à câmara de Lagos a “sála em que a Camara faz as suas sessoens”, a fim de “proceder aos sortiamentos dos apurados para as tropas da primeira linha no dia seis do presente mes a fim de Recrutar o numero destinado a este Concelho conforme as ordens de Sua Magestade”. Entretanto, O Major de Lagos faz ainda um convite para “que a mesma Camara queira honrar este acto com a sua presença”⁴²³. Inúmeros actos, cada vez mais diversificados e atípicos, passarão a decorrer na câmara das vereações nestes momentos de viragem política e institucional que precedem e acompanham a difícil implantação do Liberalismo.

12.1 – A câmara

Tal como a sala da audiência, também a câmara das vereações estava normalmente localizada no piso nobre da casa do concelho. A sua disposição efectiva no primeiro andar do edifício variava de acordo com a natureza e a organização do espaço disponível, dependendo também da implantação urbana e do próprio tamanho da casa da câmara. Assim, era comum aquela câmara localizar-se por vezes na parte lateral ou mesmo nas traseiras do edifício,

⁴²³ Requerimento do Major do Regimento de Milícias de Lagos à “Câmara Constitucional da Cidade de Lagos”, pedindo a sala das sessões da mesma para aí proceder ao acto do sorteio dos soldados a recrutar neste concelho; Lagos, 4 de Maio de 1823, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 986; Caixa 1104/1512 (Apêndice Documental; Doc. N.º 34).

normalmente ao lado ou posteriormente em relação à sala de audiência e quase sempre contígua a esta.

Independentemente da localização, da riqueza ou mesmo do tamanho da casa do concelho, a câmara das vereações constituía sempre uma divisão mais ou menos recolhida, normalmente menor que a sala de audiências. Aquela divisão constituía a *câmara* da casa a que pertencia pois, enquanto *casa* que era, a casa do concelho detinha obrigatoriamente *uma sala e uma câmara*, obedecendo, também nisto, à tipologia, ao modelo funcional e espacial proporcionado pelas casas e paços medievais. Ora, nestes, “à sala seguem-se as câmaras, dependendo o seu número da grandeza da própria habitação” – nas palavras de José Custódio Vieira da Silva⁴²⁴. Este autor, referindo-se à câmara, notou ainda que “esta dependência pode resumir, como por antonomásia, toda a habitação, seja em casas simples (...) seja mesmo em paços da nobreza”⁴²⁵. Prossequindo este raciocínio, o mesmo autor acrescenta que

“é também esta a razão fundamental por que os paços do concelho vão, progressivamente, sendo chamados apenas de *câmara*”, notando enfim que “o nome da dependência onde só entra a vereação («os mais chegados da casa») para se reunir e decidir acaba por dar o nome a todo o edifício”⁴²⁶.

Já Marcelo Caetano notara que a Câmara Municipal «começou por ser a *sala* onde reunia a vereação, antes de designar a própria vereação»⁴²⁷. Como vemos (e como já atrás tínhamos referido), a casa do concelho acabou por passar a chamar-se entre nós esmagadoramente de *casa da câmara* justamente por deter – como casa que era – *uma câmara* de acesso reservado onde se reuniam as vereações para tratarem dos assuntos e negócios do concelho, escolhidas entre os notáveis da terra. Enfim, do nome daquela pequena divisão reservada do piso nobre, a *câmara do concelho*, acabou por derivar, por uma notável evolução semântica, o nome da própria instituição concelhia, a *Câmara*, que só muitíssimo mais tarde, após o Liberalismo, passou a designar-se de *Câmara da Municipalidade* e de

⁴²⁴ José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais...*, p. 28.

⁴²⁵ José Custódio Vieira da Silva, *Ibidem*, p. 29.

⁴²⁶ José Custódio Vieira da Silva, *Ibidem*.

Noutro seu importante texto, José Custódio Vieira da Silva caracteriza e descreve particularmente bem o lugar da câmara enquanto componente fundamental da casa e do paço medievais: “depois da antecâmara seguia-se a *câmara de dormir*, denominação que, desde logo, designa a função que desempenhava. Nela só poderiam entrar, como facilmente se depreende e D. Duarte também confirma, os «*maiores e mais chegados de casa*». No paço medieval esta é a câmara por excelência, de tal modo que é ela que estrutura e determina a designação das outras câmaras – *antecâmara*, a que a precede e *trascâmara*, a que se lhe segue. É um local reservado e intimista que, de alguma forma, se torna por vezes sinónimo de toda a habitação. E é interessante sublinhar que **é precisamente esse carácter restritivo que terá ficado associado à designação das Câmaras Municipais, espaço onde só os vereadores – afinal os «maiores e mais chegados de casa» – podiam entrar para resolver os assuntos da sua competência**”, José Custódio Vieira da Silva, *O Fascínio do Fim*, Livros Horizonte, Lisboa, 1997, p. 28.

⁴²⁷ Marcello Caetano, *História do Direito Português [1140-1495]*, Verbo, 2.^a Ed., Lisboa, 1985.

Câmara Municipal, sendo esta a expressão que vingou e que é de uso esmagadoramente dominante para designar a instituição concelhia nos dias de hoje.

A organização do espaço da câmara das vereações era muito simples. Mais ou menos ornamentada, a câmara acompanhava, quanto à planta, aos materiais e à própria decoração global, a vizinha sala da audiência. Por isso, tudo quanto se disse no capítulo anterior relativamente a estas matérias vale para as câmaras das vereações, localizadas quase sempre ao seu lado ou nas suas traseiras, como vimos. Assim, podemos dizer que a câmara tinha sempre uma forma geométrica quase sempre rectangular⁴²⁸ e os materiais usados na sua construção eram os próprios da região; paredes de cantaria ou maioritariamente de alvenaria; sobrados de madeira e tectos também de madeira (e, a seu tempo, em estuque), mais uma vez como acontecia na vizinha sala da audiência, abrigada sob o mesmo telhado comum.

12.1.1 – As dimensões

A câmara das vereações, que face à sala da audiência tinha uma localização algo periférica, era também quase sempre, se não sempre, mais pequena do que aquela sala, independentemente das suas dimensões efectivas. Assim, na casa da câmara de Évora, se a “casa das audiências” mede 8,5x7 varas, “a casa da Câmara [...] tem de comprimento oito varas e de largura seis”⁴²⁹. Como vemos, a câmara, apesar de ser excepcionalmente grande (cerca de 58m²), era, mesmo assim, mais pequena do que a sala da audiência contígua. O mesmo se passava na casa da câmara de Castelo Branco, cujas dimensões conhecemos. Nesta *casa*, de origem manuelina e que sobrevive, embora com transformações interiores muito importantes, “a Casa do antigo Tribunal Judicial” tem 11,12^mx5,63^m. Ao seu lado, “a Casa que serve de Tribunal da Câmara tem de comprimento nove metros e de largura cinco metros e sete centímetros” (cerca de 45m²)⁴³⁰.

⁴²⁸ Claro que se podiam encontrar câmaras da vereação quadradas. Era o caso da pequenina câmara de Cardigos (hoje no concelho de Mação), que era quadrada, pois media “quatro varas de largo e quatro de comprido”, P.^o Henrique da Silva Louro, *Cardigos, Subsídios para a sua História*, Composto e impresso na Gráfica Maiadouro – Vila da Maia (Porto), Agosto de 1982; pp. 130, 131.

⁴²⁹ Publicado por Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, p. 137.

⁴³⁰ *Vistoria* – já atrás referida - feita à casa da câmara por dois peritos, um pedreiro e um carpinteiro de Castelo Branco; Castelo Branco, 28-5-1866: IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 399; Maço 3138 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 26).

Na casa da câmara de Leiria (há muito demolida) havia uma desproporção ainda maior entre as áreas das suas duas divisões principais, sala e câmara. Com efeito, já atrás vimos que a *casa* de Leiria tinha no seu piso nobre

“duas salas contíguas; ao lado esquerdo da entrada, uma delas bastante espaçosa, que é a destinada para o Tribunal do Julgamento das causas cíveis e crimes e a outra incomparavelmente mais pequena, que a Câmara reservou para as suas Sessões”⁴³¹.

Finalmente, a câmara das vereações de Cardigos (hoje no concelho de Mação) era provavelmente ainda mais pequena que a de Leiria, pois não chegava a medir 20m². Com efeito, segundo um tombo de 1777, ficamos a saber que no piso nobre do modesto edifício da casa da câmara local a “casa donde se faz a vereação [*tem*] quatro varas de largo e quatro de comprido”⁴³².

12.1.2 – A decoração

À semelhança das salas de audiência, também as câmaras das vereações eram equipadas, mobiladas e decoradas de modo a proporcionarem um espaço tão funcional, confortável e digno quanto possível. Com efeito, a busca de padrões elevados de bom gosto, decoro e conforto para a câmara das vereações era uma constante verificável nas casas da câmara da generalidade dos concelhos portugueses e acentuava-se naturalmente nas dos mais ricos.

Também nisto as casas da câmara portuguesa estavam em consonância com a generalidade das *casas* dos concelhos dos demais países europeus, embora algumas cidades europeias mais ricas tivessem casas concelhias sumptuosamente decoradas, nomeadamente com a intervenção directa de nomes grandes da História da Arte. Assim, a Sala das Sessões da *casa consistorial* de Madrid, que “está luxuosamente decorada”, tem uma pintura de fins do século XVII que “foi realizada, tal como a da capela [da casa consistorial], por Antonio Palomino e representa uma apologia do rei reinante nesse momento, Carlos II”⁴³³. Também o *hôtel de ville* de Paris era um autêntico museu de pintura e de escultura, bem como do melhor

⁴³¹ *Ofício* do Administrador Geral Interino do Distrito de Leiria ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, relativo a uma Portaria que obrigava a Câmara a prontificar ao Juiz de Direito “a Sala das suas Sessões para as Audiências ordinárias, gerais, de ratificação de pronúncia e de polícia correcional”; Leiria, 6-4-1839; sublinhados nossos, in IAN-TT; *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais; Maio 2020, Caixa. 1 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 28).

⁴³² P.º Henrique da Silva Louro, *Cardigos, Subsídios para a sua História*, Composto e impresso na Gráfica Maiadouro – Vila da Maia (Porto), Agosto de 1982; pp. 130, 131.

⁴³³ DOCUMADRID, *La Plaza de La Villa*, Ediciones La Librería, Madrid, 2001, p. 47.

das artes decorativas francesas. A sua perda em 1871, no contexto das tão dramáticas lutas em defesa da Comuna de Paris, foi devidamente pranteada por Louis Réau no seu famoso inventário dos “monumentos destruídos da arte francesa”⁴³⁴. Nesta obra o grande historiador considera que, com o incêndio do Hôtel de Ville, “a arquitectura e a escultura francesas da Renascença perdiam do que tinham de melhor. Os baixos relevos em madeira de Jean Goujon, representando os meses, que decoravam a Sala do Zodíaco, arderam e só nos são conhecidos pelas moldagens conservadas na Escola das Belas Artes. Mas não é tudo. A própria pintura francesa do século XIX teve também percas imensas. A decoração dos tectos do Salão do Imperador e do Salão da Paz tinha sido confiada durante o Segundo Império aos dois maiores pintores da época, Ingres e Delacroix”⁴³⁵.

Longe das pompas decorativas de Paris, nas portuguesíssimas câmaras das vereações (tal como nas suas vizinhas salas da audiência), o elemento decorativo mais destacado e mais visível era o tecto, por vezes muito aparatoso, com a sua estrutura em masseira, com os seus caixotões mais ou menos destacados por molduras ricamente lavradas e com ornatos de grande sofisticação. Assim, em 1615, a “casa da Camara”, isto é, a câmara das vereações da casa da câmara do rico Concelho de Évora era “fornada de madeira em painéis com várias pinturas e as molduras douradas”⁴³⁶. Muito mais recente – provavelmente reconstruída ou apenas reparada depois do Terramoto de 1755 – a câmara das vereações de Monsaraz, que “se alcança por escadaria de ardósia”, é “de planta quadrangular e alto pé direito [e] **mantém a cobertura de quatro esteiras de estuque, ligeiramente tocada por filetes e faixas de**

⁴³⁴ “O 24 de Maio de 1871 assinala um dos mais desastrosos dias registados nos anais da história do vandalismo em Paris. Um incêndio criminoso atado por gente enraivecida destruiu em algumas horas dois dos seus mais belos edifícios da Renascença: as Tulherias e o Hôtel de Ville, o palácio dos reis e o palácio do povo”, Louis Réau, *Histoire du Vandalisme...*, p. 797.

Noutro passo da sua obra, Louis Réau, referindo-se aos incêndios do Palácio das Tulherias e ao Hôtel de Ville, tece considerações muito pertinentes. Transcrevemo-las aqui pois elas ilustram e são um alerta para os desastres e as destruições criminosas que a irracionalidade (em qualquer das suas formas, terrorismo, vandalismo ou pseudo-requalificação) pode impor aos edifícios históricos: “se as Tulherias dos Bourbons e dos Napoleões podiam ofuscar os ‘communards’, embora seja absurdo tornar os edifícios responsáveis pelos acontecimentos que lá se passaram, o incêndio do Hôtel de Ville, berço das liberdades municipais, a que chamavam “as Tulherias do povo”, é um crime sem desculpa. Mas o ódio e o pânico não conhecem leis. Desde a entrada em Paris das tropas encarregadas de restabelecer a ordem, os chefes da Comuna, decididos a tudo para retardar o avanço dos ‘Versaillais’ [tropas estacionadas em Versalhes para atacarem os Regimentos fiéis à Comuna de Paris], não hesitaram um minuto em sacrificar este monumento histórico por excelência. Na Galeria das Festas tinham acumulado previamente garrafas de petróleo e barris de pólvora. O incêndio durou oito dias, no fim dos quais do magnífico edifício, ao qual Francisco I tinha colocado em 1533 a primeira pedra, não restavam mais que panos de paredes enegrecidos e montanhas de cinzas fumegantes”, Louis Réau, *Ibidem*, pp.s 800, 801.

⁴³⁵ Id., *Ibidem*, p. 801

⁴³⁶ Publicado por Teresa Fonseca, *Ob. Cit.*, p. 137.

tinta de água”⁴³⁷. Um belo exemplo de um tecto em estuque (embora provavelmente tardio) é proporcionado pelo da câmara das vereações de Nisa [Fig.^a 665], uma das mais belas de Portugal, a que voltaremos nas páginas seguintes. Muito recente, merece reparo o tecto da “câmara” da casa da câmara provavelmente quinhentista da Muxagata [Fig.^a 666], bela e ousadamente restituído em materiais e com desenho muito modernos no contexto de um restauro exemplar que já aqui tem sido referido e elogiado várias vezes. Enfim, normalmente, no topo dos tectos surgiam, pintadas ou esculpidas em madeira, as armas reais, adiante referidas.

Mais uma vez à semelhança do que se passava na vizinha sala das audiências, as estratégias decorativas das câmaras das vereações passavam também pelo eventual recurso a “parquets” de aparato nos sobrados⁴³⁸, por revestimentos dignamente rebocados e caiados e pelo recurso mais ou menos intensivo a painéis e até a pinturas nas paredes. Começaremos esta breve recensão pelas paredes, fazendo notar que a respectiva decoração contempla, como sempre, *componentes fixas* como ornatos e frisos aplicados e pintados directamente sobre a mesma e *componentes móveis*, como sanefas, cortinas ou quadros. Neste momento convém referir ainda que são escassos os testemunhos documentais relativos à decoração das antigas câmaras de vereação. Do mesmo modo, muito poucas “câmaras” chegaram até nós com a sua decoração original conservada na sua integralidade e em razoável estado de conservação.

A decoração e sobretudo a dignificação das paredes das câmaras assentava essencialmente no seu reboco e na respectiva caiação, sempre obrigatória – e muitas vezes, nas casas da câmara mais pequenas, a decoração das paredes não passaria destes modestos luxos. Com efeito, nas paredes das velhas casas da câmara do Portugal do Antigo Regime pensamos que são inexistentes os revestimentos com painéis de madeira e, na pátria do azulejo, surpreende a raridade do seu uso⁴³⁹. Assim, fazem figura de excepção os excelentes azulejos pombalinos que sobrevivem nos lambris de um lance de escada na antiga casa da câmara de Santarém [Fig.^a 667], que foi uma das mais opulentas mas infelizmente é hoje uma das mais descaracterizadas casas da câmara de Portugal, graças nomeadamente às intervenções desastrosas promovidas pelas vereações do Liberalismo, mas graças também a

⁴³⁷ Túlio Espanca, “Novos Paços do Concelho” in “Reguengos de Monsaraz...”, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora...*, Vol. I, p. 393.

⁴³⁸ Excepcionalmente podem encontrar-se revestimentos em mármore, como na câmara das vereações de Borba, onde este material nobre é muito barato e de qualidade excepcional. Com efeito, placas de mármore branco e preto cobrem o chão desta “câmara”, de modo a formar uma composição do mais belo efeito decorativo.

⁴³⁹ A utilização mais intensa destas técnicas decorativas ocorre apenas no Portugal do Liberalismo e acentuar-se-á no século XX, na decoração de espaços camarários restaurados, reconstruídos ou então construídos de novo

obras de “beneficiação” muito mal aconselhadas feitas posterior e mesmo recentemente – intervenções estas que tanto contribuíram para descaracterizar e banalizar o histórico edifício.

Uma variante decorativa mais sofisticada mas mais tardia, utilizada na decoração das nossas antigas câmaras da vereação, passava, enfim, pela aplicação mais ou menos intensiva de ornatos em estuque, cuja moda se acentua no século XIX⁴⁴⁰. A câmara das vereações de Nisa oferece um dos exemplos mais perfeitos de aplicação de ornatos de estuque nas respectivas paredes [Fig.^a 668], aqui em plena articulação com a composição e a decoração do tecto, proporcionando um exemplo excelente de decoração global de uma antiga “câmara” portuguesa.

As intervenções decorativas aplicadas directamente nas paredes – mas também noutros elementos arquitectónicos – cingem-se, porém, e esmagadoramente, a meros ornatos pintados. Estes, organizados de modo a constituírem painéis e composições isoladas ou frisos contíguos a molduras, cornijas, portas e janelas, passarão a ser o elemento decorativo mais vistoso das paredes das câmaras das vereações. Estes ornatos – quase todos perdidos – também se encontravam a decorar outras componentes espaciais das antigas casas da câmara portuguesas, saletas, gabinetes e corredores, por exemplo. Assim, no pé direito de um arco de passagem no piso térreo da antiga casa da câmara de Santarém, há um resto extraordinário, embora muito pequeno e arruinado, de uma antiga decoração pintada [Fig.^a 669]. O desenho erudito do ornato, dourado, provavelmente ainda quinhentista, merece o maior reparo. Também não abundam os restos de decorações pintadas mais recentes. Mesmo assim, existem restos muito interessantes dessas decorações em câmaras setecentistas como as de Salvaterra de Magos ou de Santiago do Cacém [Fig.^a 670], embora nos dois casos as respectivas decorações pareça serem pintadas tardiamente, já em pleno século XIX.

Paralelamente aos frisos e ornatos, a decoração das paredes podia contemplar, excepcionalmente, a pintura de painéis relativamente grandes, normalmente a fresco, como na câmara das vereações da casa da câmara pombalina de Borba e, no caso notabilíssimo da câmara das vereações de Elvas, a pintura a óleo de amplas composições historiadas, pintadas em tela e posteriormente recortadas, engradadas e aplicadas nas paredes para que foram

⁴⁴⁰ Assim, em 1866/67, a Câmara de Arronches despendeu 510\$584 réis no “emadearamento e concertos nos telhados e **estucados das salas dos Paços do Concelho, pintura das mesmas** e levante e reparo paredes”: ver AN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1868), Livro 26, Proc. N.º 1276; Maço 3175 – “Mapa estatístico das obras municipais efectuadas nos diversos Concelhos deste Distrito com referência ao ano económico de 1866-1867”; Portalegre, 1868.

Belos exemplos de decorações em estuque tipicamente oitocentistas são proporcionados, entre tantos outros, pelos actuais salões nobres das casas da câmara setecentistas de Sobral de Monte Agraço, da Póvoa de Varzim ou de Mourão.

concebidas, como se de painéis historiados de azulejos se tratasse. Dado o carácter alegórico de ambas as pinturas, serão descritas e discutidas adiante.

Muitos dos efeitos decorativos das câmaras das vereações seriam assegurados por *ornatos e adereços móveis*, como sanefas, cortinas, quadros e até tapeçarias. Perdidas antigas cortinas e colgaduras, ignoramos também quaisquer sanefas anteriores à Época Liberal, ressaltando as que encontrámos a decorar as portas e janelas da antiga audiência de Vila do Conde, atrás referidas.

Igualmente comum nas paredes das câmaras da vereação seria a presença de pinturas de tema variado mas sobretudo de retratos. Assim, na câmara das vereações da casa da câmara pombalina de Lisboa havia retratos de reis portugueses, provavelmente dos mais recentes e também muito provavelmente pintados já depois do Terramoto de 1755. Com efeito, no incêndio de 1863, que destruiu o edifício pombalino, entre outros quadros, “arderam os **retratos de pessoas reais que ornavam a sala das sessões da câmara**”⁴⁴¹. Muito longe do Reino, no Brasil, na casa da câmara de Salvador da Baía, “a sala dos Vereadores, instalada no primeiro pavimento da ala esquerda, em 1682, ostentava o **retrato do ex-Governador Roque da Costa Barreto**”, governador que deixara o Governo da Baía em 2 de Março de 1682⁴⁴².

A título muito excepcional, haveria que contar com pinturas de tema religioso, como na câmara das vereações de Viana de Foz do Lima, em cujas paredes existia um quadro

“que representava a cena da crucifixão. Foi pintado em 1610 pelo artista de Abrantes de nome Fortunato de Andrade (...). A moldura era dourada. Custou 25.000rs. Foi adquirido «por ser obra muito necessaria para ornato da camara e veneração da ditta imagem»”⁴⁴³.

Paralelamente à presença de pinturas, haveria que contar – mas apenas nas câmaras muito ricas, com a presença de tapeçarias. Assim na casa da câmara de Lisboa, embora numa época indeterminada (século XVI?),

“as paredes da sala das sessões da câmara eram revestidas de uns magníficos panos de raz, que representavam passos da vida do imperador Constantino. Tinham custado 16:000 cruzados, e eram os melhores que havia em Lisboa”⁴⁴⁴.

⁴⁴¹ Ribeiro Guimarães, “Os Paços da Câmara da Cidade de Lisboa”, in *Summario de Varia Historia – Narrativas, Lendas, Biographias, Descrições de Templos e Monumentos, Estatísticas, Costumes Civis, Políticos e Religiosos de Outras Eras*, Rolland & Semiond, Lisboa, 1872, p. 138; sublinhados nossos.

⁴⁴² Carlos Ott, *A Casa da Câmara da Cidade do Salvador*, Publicação da Universidade Federal da Baía, Baía, 1981, p. 9.

Este autor informa-nos ainda de que “o quadro central da Sala dos Vereadores, o Cristo crucificado, pintado por José Rodrigues Nunes, em 1857, [...] não possui valor artístico”, Id., *Ibidem*, p. 21. Informa-nos também de que, aparentemente na época em que escreve a sua pequena monografia, na mesma sala estão ainda retratos de D. Pedro I e de D. Pedro II, do Governador D. Rodrigo José de Menezes e Castro (1784-1788) e ainda de Salvador Correia de Sá e Menezes, Id., *Ibidem*, p. 21.

⁴⁴³ Manuel António Fernandes Moreira, *O Município e os Forais de Viana do Castelo*, Ed. da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1986, p. 101.

Ora, o tema destas pinturas – cenas da vida de Constantino, o primeiro imperador cristão – conduz-nos directamente à dimensão simbólica que a decoração das câmaras da vereação (também à semelhança do que se passava com as salas da audiência) podia ter e tinha efectivamente. Antes, porém, da discussão das componentes simbólicas patentes mais ou menos ostensivamente na decoração das “câmaras”, cumpre fazer uma ligeira recensão do mobiliário respectivo e do principal equipamento ao serviço dos vereadores e demais agentes do poder local.

12.1.3 – O mobiliário e demais equipamento

Como em qualquer espaço de reunião, os elementos principais da mobília da câmara das vereações seriam a *mesa* e as cadeiras dos vereadores e demais oficiais do concelho. A mesa onde se faziam as vereações, maior ou menor, mais aparatosa ou mais simples, localizava-se no centro ou num topo da “câmara”. À sua volta se sentavam, em cadeiras ou em bancos corridos, os vereadores e demais oficiais do concelho, presididos pelo agente do poder concelhio que desempenhasse as funções de presidente da câmara.

A restituição das antigas mobílias camarárias é hoje muito difícil, pois se trata de equipamento quase sempre móvel na sua integralidade, construído sempre em materiais perecíveis. Assim, tal como se perdera a decoração original destas “câmaras”, perdeu-se igualmente o seu antigo mobiliário. Fora de moda e fora de uso, esquecidos e destruídos, são muito raros os vestígios do mobiliário usado nas velhas câmaras da vereação portuguesas. A própria documentação de arquivo, que poderia trazer alguma luz ao assunto, não deixa de ser pobre, apesar de ser um pouco mais abundante que os vestígios materiais daquelas antigas e perdidas mobílias. Muitas vezes as informações são obscuras ou muito banais, limitando-se a generalidades que nos impedem de ver ou intuir com um mínimo de clareza e rigor a efectiva natureza das velhas mobílias camarárias portuguesas. Assim, nada sabemos da “**mobília nos paços do Concelho** e mais edifícios a cargo da Câmara e no quartel em S. Francisco”, adquirida no “ano económico de 1866-1867” pela Câmara de Portalegre. Podemos apenas intuir que deveria ser pouca e pouco sofisticada, pois com ela e com outros “reparos” indeterminados a Câmara despendeu a modestíssima verba de 99\$973 réis. Do mesmo modo, ignoramos a natureza e a função original dos “**dois panos franceses**” referidos na lista das

⁴⁴⁴ Ribeiro Guimarães, “Os Paços da Câmara da Cidade de Lisboa”, in *Summario de Varia Historia...*, p. 138.

obras empreendidas pela Câmara do Gavião no mesmo ano económico de 1866-1867: “ferraram-se duas casas dos Paços do Concelho, **fizeram-se dois panos franceses, alizares e portais**”, que orçaram a verba de 136\$655⁴⁴⁵.

Perdida quase integralmente a decoração e as mobílias originais das antigas câmaras da vereação, chegaram-nos testemunhos materiais notáveis de espaços de reunião e respectivo equipamento essencialmente semelhantes aos que encontraríamos naquelas “câmaras”. Trata-se das *salas do consistório* das infinitas Irmandades da Misericórdia locais, instituições a seu modo também concelhias, pois também elas estavam espalhadas pela esmagadora maioria dos antigos concelhos do Reino. Como sabemos, os “irmãos” das respectivas irmandades reuniam em “salas do consistório” que nos dão um excelente retrato do que foram as velhas salas mais ou menos públicas de reunião e, em particular, das antigas câmaras da vereação – e por isso as invocamos aqui.

Embora em pequeno número, sobreviveram algumas velhas salas consistoriais de Misericórdias (e de outras irmandades afins) espalhadas ao longo de todo o país. Muito dignas de recensão integral e de estudo aturado (que lamentavelmente está todo ou quase todo por fazer), elas proporcionam-nos, repetimos, uma imagem muito rigorosa do que foram as câmaras da vereação integradas nas velhas casas da câmara portuguesas. Assim, entre as pompas da grande sala consistorial de uma Misericórdia rica como a de Montemor o Novo [Fig.^a 671] e a modéstia remediada da pequenina sala do consistório da Misericórdia do Torrão (hoje no Concelho de Alcácer do Sal) [Fig.^a 674], há que intuir toda uma série de equipamentos e de salas que, maiores ou menores, mais ricas ou mais modestas, correspondiam rigorosamente à importância e ao significado que estas Irmandades e instituições afins tinham e

⁴⁴⁵ “Mapa estatístico das obras municipais efectuadas nos diversos Concelhos deste Distrito com referência ao ano económico de 1866-1867”; Portalegre, 1868, in AN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1868), Livro 26, Proc. N.º 1276; Maço 3175.

Do mesmo modo, são pobres as referências documentais às mobílias da Câmara de Penedono, de que apenas sabemos que são modestas, referidas em documentação datada de 1863, relativa a sindicâncias a fazer àquela entidade. Ver AN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Livro 21, Proc. N.º 342; Ano de 1863); Maço 3099 – Conjunto de documentos relativos à sindicância feita pelo Administrador de Sernancelhe às irregularidades na Câmara de Penedono, incluindo entre outros, os seguintes:

a) *Ofício* do Governador Civil de Viseu para o Ministério do Reino, informando, entre outras muitas coisas, que “no orçamento [da Câmara de Penedono] de 1859 a 1860 foi votada para **mobília dos Paços do Concelho, a saber, para uma mesa, cadeira d’espaldar e bancos**, a quantia de 16:000 rs”; Viseu, 8-8-1863; sublinhados nossos.

b) *Ofício* do Administrador de Sernancelhe ao Governador Civil de Viseu, dando conta da sindicância feita em Penedono e informando “que aparecem em diferentes Orçamentos verbas que, julgo, não tiveram a devida aplicação, por exemplo, nos três últimos anos vêm-se verbas para mobília e reparos dos Paços do Concelho, fui vê-los, apenas achei uma caiadura por fora e dentro **meia Dúzia de cadeiras d’assento de pau e uma maior com assento de palhinha e uma mesa muito ordinária**; não era possível consumir-se nisto 58.000 rs, que foram aprovados nos Orçamentos”; Sernancelhe, 30-5-1863; sublinhados nossos.

representavam para as respectivas comunidades. Merece um reparo particular a sala do consistório da Misericórdia do Torrão, que ainda foi integralmente redecorada em meados do século XIX, com a sua mesa e os seus bancos de encosto para uso dos irmãos. Com efeito, esta pequena sala ilustra bem a natureza simultaneamente reservada e intimista mas sempre muito digna, própria destes espaços de reunião – características estas inerentes também à respectiva mobília.

O elemento central da mobília da “câmara” era a mesa das vereações. Assim, num momento indeterminado, aparentemente do século XVI, na “sala das sessões, que servia também de tribunal” da casa da câmara de Viana de Foz do Lima “estava posta **uma mesa coberta por pano de Londres do tamanho de seis côvados**”⁴⁴⁶. Ainda mais antiga é a decisão dos vereadores e demais oficiais concelhios do Funchal que, a 29 de Julho de 1497, “acordaram e mandaram [...] a Joam Colaço tesoureiro que **compre hum pano verde pera a tauolla desta camara**”⁴⁴⁷. Quanto à “casa da Câmara de Évora”, em 1615,

“**tem uma mesa levantada com seus assentos e grades** em que se faz Vereação e **o encosto de tabuado lavrado de bordo** que pela parte do poente chega até o friso dos painéis”⁴⁴⁸.

Desta informação parece poder deduzir-se que, na “câmara” de Évora a mesa e os bancos dos vereadores e demais oficiais do concelho estavam resguardados por uma grade ou teia, tal como acontecia na sala da audiência vizinha e na generalidade das audiências, como vimos. Aparentemente mais simples era a implantação da mesa da câmara das vereações de Salvador da Baía. Com efeito, a 18 de Maio de 1695, “o Senado da Câmara pagou a «Gaspar João por **hum mesa que fez para servir de nella assistirmos as vereações neste Senado**»”⁴⁴⁹. Do mesmo modo, escrevendo em 1740, um cronista local diz-nos que na câmara das vereações de Santarém, “está a **mesa dos Senadores** e aí tem uma bem armada Capela de Nossa Senhora”, isto é, um oratório provavelmente monumental⁴⁵⁰ – equipamento a considerar em algumas (poucas) casas da câmara, dado o carácter essencialmente laico das mesmas.

O mobiliário das câmaras da vereação suscita a questão dos respectivos *assentos* e inerentes precedências protocolares. Ora, no âmbito de uma *Consulta* da Câmara de Lisboa a El-Rei, de 1773, suscitada pela “impropriedade, com que a respeito de todas as mais Camaras do Reyno, e Tribunaes desta Corte se acha existindo o [*Tribunal*] do Senado da Camara [de

⁴⁴⁶ Manuel António Fernandes Moreira, *Ob. Cit.*, p. 101.

⁴⁴⁷ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal – Século XV...*, p. 634.

⁴⁴⁸ Publicado por Teresa Fonseca, *Ob. Cit.*, p. 137.

⁴⁴⁹ Carlos Ott, *Ob. Cit.*, p. 27.

⁴⁵⁰ Padre Inácio da Piedade de Vasconcelos, *História de Santarém Edificada*, Ano 1740, II Parte, Livro II, Cap. I, pp. 251-252, transcrito in *Da Vila de Ontem à Cidade de Hoje*, Catálogo da exposição organizada pela Comissão de História Urbana da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém no Museu Distrital de Santarém, de 13 a 29 de Janeiro de 1979, Policopiado (peça 79).

Lisboa] pelo que pertence à mesa do Despacho, e assentos della”, chegou-nos a *planta* geral do arranjo da câmara da sala das sessões, com a respectiva distribuição dos lugares na *mesa das vereações* usada tradicionalmente na Câmara de Lisboa [Fig.^a 673]. Tratava-se então da melindrosa questão de adaptar e encaixar esta disposição tradicional na sala das sessões da nova casa da câmara, pois se afigurava

“dificultosa a acomodação do referido Tribunal [do Senado da Câmara de Lisboa], mas também sucederia quando se pertende-se estabelecer do mesmo modo, **ficar deturpado, e abatido o Magnifico Prospecto, e Ornamento com que a dita Caza do Novo Edificio se acha já concluída, e prompta para a mesma mudança**”⁴⁵¹.

Esta *planta* é do maior interesse para nós: trata-se da “Planta da Salla onde se acha prezenemente o Tribunal do Senado da Camara com a ordem que até agora no dito se tem observado a respeito dos acentos, a qual ordem se não pode ajustar em nada com a Salla que ha de servir a este Tribunal Idificado na Praça do Comercio”. De acordo com a respectiva legenda, vê-se que na “Meza do Tribunal do Senado” de Lisboa havia lugar para o “Acento do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Prezidente” (assinalado na Planta com a Letra A), para o “Acento dos Quatro Veriadores” (Letra B), para o “Acento do Escrivão da Camara” (Letra C), para o “Acento dos Procuradores da Cidade” (Letra D), para o “Acento dos quatro Procuradores dos Mesteres” (Letra E). Na *planta* constam, enfim as “Menzinhas hunidas a [*mesinhas unidas à*] Meza grande mais baixas tres polegadas, para os quatro Procuradores dos Mesteres” (Letra B). Da *planta* citada parece poder deduzir-se que a mesa e os lugares circundantes, localizados rigorosamente no centro da sala, assentavam num estrado relativamente alto e destacado da “câmara” (provavelmente à semelhança do que se passava em Évora em 1615) a que se subia por dois degraus laterais, um de cada lado, que proporcionavam o acesso a um pequeno corredor praticável do lado do assento do Presidente e dos Vereadores.

⁴⁵¹ AN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 986; Caixa 1104 – *Consulta* da Câmara de Lisboa a El-Rei, expondo as dificuldades de adaptação da distribuição tradicional do corpo de câmara na futura sala das sessões da casa da câmara nova da cidade, apresentando uma “Planta da Salla onde se acha prezenemente o Tribunal do Senado da Camara com a ordem que até agora no dito se tem observado a respeito dos acentos, a qual ordem se não pode ajustar em nada com a Salla que ha de servir a este Tribunal Idificado na Praça do Comercio” e uma outra (aparentemente extraviada, pois não consta neste processo) “em que se acha delineado o modo por que com mais propriedade, e decência se pode estabelecer de novo a Meza e Assentos do Tribunal do Senado, sem haver consideravel diferença na graduação dos ditos Lugares, e ficarem de todo concluídas as questoes até agora suscitadas entre huns e outros Vogaes delle; para que merecendo a Real aprovação de V. Magestade Seja Servido ordenar se faça o novo estabelecimento na conformidade da dita Planta, ou determinar o que for mais do Seu Real agrado”, Lisboa, 5-11-1773. A *Consulta* vai acompanhada de cópias e extractos do “Regimento para a Câmara”, de D. Sebastião, de 1572; de um Alvará de D. Filipe I, de 1585; do “Regimento da Mesa da Vereação”, de 1592; de uma “Carta de El Rey” D. Filipe II, de 1618, do “Regimento do Principe Dom Pedro dado a Câmara de Lisboa”, de 1671 e, finalmente, de uma “Consulta sobre o Requerimento do Juiz do Povo e Caza dos vinte e quatro em que pertendem que os Procuradores dos Mesteres sejam restituídos aos seus assentos da Meza da Vereação sem distinção”, de Lisboa, 1757.

A Consulta de 1773 da Câmara de Lisboa a El-Rei que vimos referindo levava anexa uma série de cópias de documentos relativos a procedimentos e práticas protocolares que contêm algumas referências aos assentos em uso naquela Câmara desde fins do Século XVI. Assim, no “Regimento da Mesa da Vereação”, de 1592, determina-se que

“o Presidente se assentará no meyo da Mesa da Vereação (que hora se fas de novo, conforme ao que nisso tenho assentado) e pela mesma parte de seu assento, que há de ser no comprido da dita mesa, que agora fica cabeceira della, se assentaraõ os seis Vereadores, tres á mão direita e tres á esquerda, por suas precedencias, e antiguidades da Camara, como athé aqui se costumou, e os assentos seraõ escabellos com espaldares, e acolchoados de couros, todos iguaes”⁴⁵².

Enfim, numa *Carta* de El Rey D. Filipe II, de 1618, comunica-se a autorização real para

“que o Regimento da Camara se acrescente declarando que o Presidente terá na Meza da Vereação Almofada de velludo no Lugar em que se assentar, e a Cadeira do mesmo nos actos publicos em que os Vereadores as tem de couro”⁴⁵³.

Cremos que muitas das Câmaras do Reino não poderiam dar-se aos luxos de mesas e assentos como os da câmara das vereações de Lisboa. Mesmo assim, a imagem que perpassa pela pouca documentação sobrevivente é a da presença de mobílias muito dignas e mesmo confortáveis ao serviço dos oficiais concelhios. Assim, relativamente a Abrantes, chegou-nos notícia de um Alvará de D. Filipe II, de 9 de Abril de 1612, “para que a Câmara desta vila [*de Abrantes*] se possa assentar em **cadeiras de espaldar**”⁴⁵⁴. Por sua vez, num antigo *Inventário* da Câmara do Redondo – já atrás referido e muito mais tardio, talvez de fins do século XVIII – constava, entre outro mobiliário (e para lá das cadeiras de serviço à aposentadoria) **“outra meia dúzia de cadeiras novas, de nogueira, com pés de cabra, assentos e encostos de triple carmezim, entalhadas e de guarnição dourada”**⁴⁵⁵.

Tudo indica que quer a Consulta da Câmara de Lisboa de 1773, quer o *Inventário* do Redondo assinalem e coincidam com momentos de renovação do equipamento e do mobiliário camarário um pouco por todo o país. Com efeito, muito daquele mobiliário, certamente de origem muito antiga e intensiva e continuamente usado durante décadas e décadas, se não

⁴⁵² Cópia de um *Alvará* de D. Filipe I, de 1592, alterando o Regimento da Câmara de Lisboa; sublinhados nossos. Esta cópia está anexa à *Consulta* da Câmara de Lisboa a El-Rei, expondo as dificuldades de adaptação da distribuição tradicional do corpo de câmara na futura sala das sessões da casa da câmara nova da cidade; Lisboa, 1773, in AN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 986; Caixa 1104.

⁴⁵³ Cópia de uma *Carta* de El Rey D. Filipe II, de 1618, introduzindo um pequeno acrescento ao Regimento da Câmara de Lisboa; sublinhados nossos. Esta cópia está anexa à *Consulta* da Câmara de Lisboa a El-Rei, expondo as dificuldades de adaptação da distribuição tradicional do corpo de câmara na futura sala das sessões da casa da câmara nova da cidade; Lisboa, 1773, in AN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 986; Caixa 1104.

⁴⁵⁴ Manuel António Morato e João Valentim da Fonseca Mota, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes, para servir de começo aos Anais do Município* [c. 1868] (Organização de Eduardo Campos), Câmara Municipal de Abrantes, Abrantes, 2002, p. 133.

⁴⁵⁵ Túlio Espanca, “Concelho de Redondo”, in *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora...*, Vol. II, p. 294, Nota.

séculos, estaria então certamente envelhecido, desgastado e antiquado. Assim, sabemos que em 1767 a câmara de Évora procurava financiamento

“para a substituição do mobiliário e decoração, cujo mau estado podemos confirmar através do parecer do corregedor. Segundo este magistrado, **os cortinados de damasco das portas e janelas estavam ‘gastos e rotos’**, sendo necessário mandar fazer outros novos. **As cadeiras utilizadas nas reuniões de vereação, pelo seu mau estado, eram «indignas»** de uma edilidade como a de Évora. **Os espaldares, colocados nas igrejas e outros locais quando o senado assistia a funções públicas, além de terem rasgado o veludo carmezim que os guarnecia, estavam quebrados e por isso incapazes de serem transportados**”⁴⁵⁶.

Pensamos que o mobiliário da câmara de Évora deve ter sido então competentemente renovado. Com efeito, numa época de grandes reformas e mudanças, que se assinalam durante todo o século XVIII e se acentuam na segunda metade do século, iniciou-se um processo de grande renovação nomeadamente ao nível da arquitectura de tutela concelhia, já atrás referida, traduzida no restauro, reconstrução e mesmo construção de raiz de casas da câmara amplas, salubres e estilisticamente actualizadas. Do mesmo modo, parece poder deduzir-se que na mesma época se assistiu também a uma renovação intensiva das mobílias e demais equipamento camarário. Embora pouco abundantes, chegaram-nos testemunhos dessa renovação, traduzida em mobílias, bandeiras e mesmo em varas de juízes e vereadores – elementos e equipamentos estes datáveis dos reinados de D. José I e de D. Maria I.

Assim, e apenas a título de ilustração desta renovação das mobílias camarárias (que é também uma renovação decorativa e uma actualização estética), assinale-se a belíssima mesa [Fig.^a 674] e as cadeiras, muito provavelmente setecentistas da câmara de Borba, estas com o brasão do concelho no espaldar de couro lavrado [Fig.^a 675]⁴⁵⁷. Cadeiras muito semelhantes e também setecentistas sobrevivem na casa da câmara de Campo Maior, com a curiosidade de terem esculpido o brasão real no topo do encosto [Fig.^a 676]. Muito mais tardias são as cadeiras de Montemor-o-Novo, já subsidiárias de um gosto Neo-Clássico [Fig.^a 677], que apresentam a curiosidade de terem esculpido no topo do encosto o brasão do concelho, belamente dourado. Muito mais tardia ainda, pois aparentemente data já dos fins do século XIX, merece reparo a cadeira nobre do Presidente da Câmara de Braga⁴⁵⁸, que aqui referimos

⁴⁵⁶ Teresa Fonseca, *Ob. Cit.*, p. 138.

⁴⁵⁷ Na Câmara de Borba vimos outras excelentes cadeiras tardo-setecentistas, embora de desenho diferente e de carácter mais utilitário. Encontrámos também cadeiras excelentes, pertencentes à Câmara de Ponte de Lima, expostas no núcleo museológico organizado na antiga cadeia manuelina local. Estas cadeiras, muito tardias, apresentam o topo do encosto esculpido com as armas reais, a que se retirou a coroa na Época Republicana.

⁴⁵⁸ A Câmara de Braga detém também belíssimas cadeiras tardo-setecentistas. No seu extraordinário salão nobre, totalmente redecorado nos fins do século XIX num gosto extremamente cosmopolita de nítida inspiração francesa, provavelmente ainda no reinado de D. Luís I, merecem reparo (para lá das pinturas com *retratos* de personalidades célebres da cidade e da arquidiocese e com *vistas* de monumentos famosos da cidade, alguns dos quais então já destruídos) as mobílias. Assim, para lá da teia extraordinária, já atrás referida, há a assinalar, não

por se ater a um modelo de cadeira de aparato tipicamente oitocentista e por apresentar um belo brasão concelhio, esculpido no topo do encosto [Fig.^a 678], embora mutilado (como se nota) na Época Republicana, quando lhe retiraram a coroa – fosse ela real ou murária!

De entre o mobiliário usado pelas antigas câmaras o mais surpreendente para nós era o que as vereações usavam fora da câmara das vereações, no exterior da casa da câmara. Ente este, merece o maior reparo o *banco da câmara nas igrejas locais* para ser usado pelas autoridades do concelho durante algumas cerimónias religiosas. Já atrás vimos a referência feita por Teresa Fonseca aos “espaldares, colocados nas igrejas” para uso dos juízes, vereadores e demais oficiais da câmara de Évora – “quando o senado assistia a funções públicas”. A questão dos bancos da câmara nas igrejas levanta-se porque, apesar do carácter estrita e rigorosamente laico do poder local, por vezes os juízes, vereadores e demais oficiais da câmara assistiam obrigatória e formalmente a cerimónias religiosas. Algumas destas eram promovidas, organizadas e financiadas pela própria Câmara, no respeito pelo prescrito nas *Ordenações do Reino*⁴⁵⁹. Nestas cerimónias, os oficiais concelhios, organizados em Corpo de Câmara sentavam-se num banco reservado, o *banco da câmara*. Assim, no “Regimento do Príncipe Dom Pedro dado a Câmara de Lisboa” no ano de 1671, estabelece-se que “**na Sé, e**

só os assentos, assegurados por cadeiras de diversas épocas e tipologias, mas também uma espécie de escrivaninhas alinhadas, aparentemente para uso dos vereadores e demais oficiais do concelho.

Deve notar-se que, paralelamente à mutilação dos brasões reais, com a desmontagem ou a simples amputação da coroa real, a Época Republicana chega a impor uma iconografia especificamente republicana no equipamento e no mobiliário. Assim, a Câmara de Loulé detinha cadeiras com o barrete frígio esculpido no espaldar de algumas cadeiras de aparato, que se conservam nos serviços culturais daquela autarquia.

⁴⁵⁹ Vejam-se as *Ordenações Manuelinas*, Livro I, Título LXXVIII, “**Que se façam em cada huum anno duas Preciçsões solenes aalem das mais ordenadas**, e que os moradores do Termo aalem de legua nom sejam pera aas Preciçsões constringidos”: “Ordenamos, e Mandamos que em todos Nossos Reynos, e Senhorios, em cada huum anno em o **día da Visitaçam de Nossa Senhora**, que vem aos dous dias do mes de Julho, se faça huma Preciçsam solene a louuor de Nossa Senhora, pera que assi como ella quis visitar corporalmente a Sancta Isabel, assi espiritualmente nos visite, e a todos os fiees Cristaõs, pera que nossas obras sejam feitas, e aderçadas a seruiço de Nosso Senhor, e seu.

1 E isso mesmo Mandamos, que em cada huum anno no terceiro Domingo do mes de Julho polo dito modo se faça outra Preciçsam solene, por **comemoraçam do Anjo Custodio**, que tem cuidado de nos goardar e defender, pera que sempre seja em nossa guarda e defensam. **As quaes Preciçsões se faram, e ordenaram com aquella festa e solenidade, com que se faz a Preciçsam do Corpo de Deos**”, *Ordenações Manuelinas*, Reimpressão “fac-simile” da Edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1797, Fundação C. Gulbenkian, Lisboa, 1984, Livro I, pp. 566, 567; sublinhados nossos.

As *Ordenações Filipinas* retomam estas prescrições, quase nos mesmos termos, embora com uma chamada ainda mais clara aos oficiais concelhios: “Procissões – §48. Item, mandamos aos Juizes e Véreadores, que em cada hum anno aos dous dias do mez de Julho ordenem huma procissão solemne à honra da Visitação de Nossa Senhora. E assi mesmo farão em cada hum anno no terceiro Domingo do mez de Julho outra procissão solemne, por commemoração do Anjo da Guarda, que tem cuidado de nos guardar e defender, para que sempre sejam em nossa guarda e defensão. As quais procissões se ordenarão e farão com aquella festa e solemnidade, com que se faz a do Corpo de Deos”, *Ordenações Filipinas*, Título LXVII, Dos Vereadores, § 48.

nos mais Lugares aonde o Corpo do Senado se assenta em publico, se assentaraõ todos os Vereadores em cadeiras de espaldas de veludo”⁴⁶⁰.

Não encontrámos nenhuns *bancos* anteriores ao reinado de D. Maria I. Porém, todos os bancos da câmara que encontrámos nas igrejas matrizes das respectivas vilas são muito mais simples e modestos que os que se possam intuir na sé de Lisboa de propriedade e ao serviço da respectiva Câmara. Com efeito, os bancos da câmara na igreja eram sempre simples bancos corridos de madeira, com assento para cerca de seis a oito pessoas. O banco tinha respaldar e era integralmente pintado de acordo com a moda do tempo. No centro do espaldar pintava-se o brasão com as armas reais, o que permite a sua datação aproximada. Encontrámos alguns destes bancos, pertencentes a diversos concelhos, quase todos ainda nas igrejas onde serviam. Tivemos a oportunidade de estudar o mais modesto, o da antiga câmara de Castelo Bom (Almeida) [Fig.^a 679], que permanece na capela-mor da igreja matriz daquela antiga vila⁴⁶¹. Por baixo do brasão pintado, datável de cerca de 1820, embora posteriormente redesenhado e repintado, a inscrição “CAMARA” [Fig.^a 680], não oferece dúvidas quanto à natureza e ao destino do banco.

Os bancos mais antigos ostentam as armas da Rainha D. Maria I e são o de Castelo Mendo (Almeida), [Fig.^a 681], muito mutilado, exposto no museu histórico daquela antiga vila e o de Mesão Frio [Fig.^a 682], que permanece numa dependência da igreja do convento franciscano local, que há muito serve de casa da câmara. Ambos os bancos são pintados – o de Castelo Mendo num belíssimo tom de escarlata, hoje muito esvaído – e ostentam o brasão real no centro dos respectivos espaldares. O brasão do banco de Mesão Frio, muito vistoso (tal como o espaldar onde está pintado, de perfil muito caprichosa e ingenuamente recortado) é de execução francamente popular [Fig.^a 683]. Uma legenda sob o brasão, inscrita numa cartela de desenho também muito ingénuo, esclarece quanto à identidade da instituição sua proprietária e usufrutuária: “CENADO DA CAMARA”. Outro banco com grandes afinidades com o de Mesão Frio, dado o carácter popular do seu desenho barroquizante e da sua realização é o de Sátão [Fig.^a 684], datado de 1829 (?), que também continua na capela-mor da respectiva igreja matriz.

⁴⁶⁰ Cópia do “Regimento do Príncipe Dom Pedro dado a Câmara de Lisboa” em 1671, in **AN-TT – Ministério do Reino – Informações das Câmaras do Reino, Maço 986; Caixa 1104**. Esta cópia está anexa à *Consulta* da Câmara de Lisboa a El-Rei, expondo as dificuldades de adaptação da distribuição tradicional do corpo de câmara na futura sala das sessões da casa da câmara nova da cidade; Lisboa, 1773.

⁴⁶¹ Ver do A., “Uma Relíquia do Velho Poder Municipal: o ‘Banco da Câmara’ do extinto Concelho de Castelo Bom na Igreja Matriz daquela antiga Vila”, *Praça Velha – Revista Cultural*, Ed. Núcleo de Animação Cultural da Câmara Municipal da Guarda, Guarda, Fevereiro de 2006, N.º 19, pp. 95-106. Neste estudo fizemos algumas referências e considerações sobre a natureza laica do poder concelhio e sobre as suas relações com a Igreja e os seus agentes, bem como com alguns cultos nacionais e locais.

Mais recente, e de desenho igualmente muito ingénuo, é o banco da câmara de Almodôvar, que também permanece na capela-mor da igreja matriz local. É também integralmente pintado e decorado por um artista popular e é datável de cerca de 1820, a ter em conta o brasão que ostenta, o do *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*, a que se retirou a coroa real, provavelmente na Época Republicana [Fig.^a 685]. Enfim, um último banco merece ser referido, o da Câmara de Campo Maior, que se guarda na sacristia da matriz daquela vila alentejana [Fig.^a 686]. Aparentemente é o mais tardio de todos, pois ostenta um brasão que parece ser já da época de D. Maria II. A ser assim, pertenceria aos primeiros anos do Liberalismo, pois a tradição dos bancos das Câmaras nas igrejas matrizes parece perder-se, uma vez que não encontrámos mais nenhum datável de qualquer outro momento do período da Monarquia Constitucional.

O banco da câmara de Campo Maior, corrido, tem uma estrutura mais complexa que os anteriores. O espaldar comum divide-se em oito espaldares individuais em que cada um tem um rebordo superior arqueado. Porém, todos os espaldares são devidamente almofadados e revestidos a couro, tal como os assentos respectivos, com capacidade para oito utentes. O banco ostenta dois encostos laterais de madeira e, na sua face frontal, detém um inesperado resguardo de latão, a jeito de genuflexório, para apoio e resguardo dos utentes.

12.2 – Equipamento concelhio móvel de uso comum

A discussão da câmara das vereações – da sua implantação e definição arquitectónica, bem como da sua decoração e do seu mobiliário – suscita, enfim, uma referência, por ligeira que seja, à infinidade de *objectos* e *utensílios* que eram usados quotidiana ou periodicamente pelos diversos oficiais concelhios, de acordo com as suas funções específicas e as necessidades concretas da vida do concelho. Alguns tombos fazem referência a esse conjunto muito heterogéneo de objectos e equipamentos. Assim, em Guimarães, em 1726,

“na dita Casa da Camara, se conçervão dous tinteiros muito grandes de prata lavrada; e dentro da mesma Casa está hua Capella, em que se dis missa antes de entrar a Vereação, que he do Morgado Gaspar Leite, do Cano. Também ha aqui hum almario en que estão as medidas antiguas, a que vem aferir os da Comarca, e no mesmo esta o Cartorio dos pergaminhos [...]. Tem a mesma Casa da Câmara seo sino para as Audiencias e negócios da dita Camara. Há nesta vila Pelourinho que no anno de 1588 se mudou da Prassa, para onde agora está de frente da Alfandega”⁴⁶².

⁴⁶² Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas da Província...*, Vol. I, p. 100.

Infinitamente mais modesta era a Câmara de Cardigos (hoje no Concelho de Mação) que, segundo certo auto de “medição e descrição dos bens do conselho”, em 1767 dispunha (para lá da *casa da câmara*, já atrás repetidamente referida e do *pelourinho da praça*, também arrolados e descritos), dos seguintes objectos móveis:

“Tem uma mesa de pau de castanho.
Mais uma Ordenação grande em um só tomo.
Mais uma corrente de ferro.
Mais os pesos de ferro de mais de meio arrátel até uma arroba.
Mais as medidas de pao [*por pau, madeira*], de alqueire até um selamim.
Mais as medidas de barro, de alqueire até meio quartilho”⁴⁶³.

Quase um século depois, em 1850, o pequeno e igualmente modesto concelho de Almendra (hoje no Concelho de Vila Nova de Foz Côa) – então ameaçado de extinção por se ter tornado inviável – nem disso dispunha. Com efeito, uma *Representação* daquele ano da Câmara do recém-criado Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo pedindo a sua abolição e a sua anexação no seu termo, dá-nos um retrato da modéstia se não indigência e até impropriedade do equipamento concelhio daquela antiga e outrora opulenta vila raiana beirã. Assim, lê-se naquela *Representação* que

“a Casa da Câmara [*do Concelho de Almendra*] é de telha vã, a da Cadeia está em completa ruína, fendida por todos os lados; **a Câmara não tem insígnias algumas, nem varas, nem Estandarte Real e nas festas públicas o seu maior ornato é um capote azul de pano ordinário, forrado de verde**, que lhe foi dado por um dos interessados na anómala conservação do Concelho; em suma, **o Concelho d’Almendra é um simulacro de Concelho**”⁴⁶⁴.

Para lá das meras listas do equipamento que existia em Cardigos ou da do que faltava em Almendra, há toda uma série de objectos e utensílios absolutamente indispensáveis para o normal desenrolar da vida concelhia. Tratava-se de objectos de todos os tipos, tamanhos, formatos, materiais e funções, a começar pela *arca do concelho*, pelo *baú dos pelouros* e respectivo *saco* ou *saquinho* ou pelo *selo do concelho* e passando pelo material de apoio à mesa da vereação em geral e em particular ao Juiz Ordinário ou de Fora, que servia de presidente. Haveria igualmente que contar com o material a usar pelo escrivão, por vezes muito rico e mesmo de grande aparato, bem como pelo equipamento de apoio aos procuradores do concelho, aos porteiros e sobretudo aos almotacés, visando quer a realização dos tombos, quer as avaliações oficiais, quer sobretudo o controle e as aferições regulamentares de pesos e medidas. Enfim, haveria que contar com o material a usar pelos alcaides, quadrilheiros e

⁴⁶³ P.º Henrique da Silva Louro, *Cardigos...*, pp. 130, 131.

⁴⁶⁴ *Representação* da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo pedindo a abolição do vizinho e minúsculo Concelho de Almendra e sua anexação a Figueira, contestando ainda o teor de uma *Representação* do Concelho de Almendra em que se pedia a respectiva conservação e desanexação do de Figueira; Figueira de Castelo Rodrigo, 12-5-1850, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.ª Direcção – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3369 (Ano de 1850; Livro 8.º; N.º 526).

carcereiros, que poderia incluir *lanças* e sobretudo *grilhões*, *argolas*, *cadeias* e até uma “*corrente de ferro*”, como vimos em Cardigos e que certamente se usava nas cadeias concelhias e nas complicadas e trabalhosas levas de presos.

Não sendo este o lugar adequado para recensear, tipificar e estudar todo este complexo e variado equipamento de natureza inegavelmente concelhia, diga-se apenas que dele nos chegaram testemunhos documentais e materiais que, apesar da sua relativa raridade, são do maior interesse histórico e até artístico. A lista que em seguida se apresenta, meramente ilustrativa, tem apenas a função de lembrar a existência de toda uma série de objectos e utensílios que, secularmente ao serviço dos nossos velhos concelhos, merecem uma recensão integral e um estudo adequado, tendo em conta a sua importância histórica. Ora, consideramos que todo aquele equipamento tem uma relevância verdadeiramente transcendente, seja qual for o ponto de vista por que se encare, local ou nacional; institucional ou artístico, material ou simplesmente documental.

12.2.1 – O volume das *Ordenações do Reino*

Para lá das mobílias, já atrás recenseadas, o inventário dos bens móveis concelhios parece dever iniciar-se pelo próprio volume ou volumes das *Ordenações do Reino* – a lei geral do país que, exterior e superior aos concelhos, determinava e regulamentava os mais diversos aspectos da vida concelhia. Como se sabe, os concelhos muito ricos dispuseram de versões manuscritas, integrais ou parciais, das *Ordenações Afonsinas*⁴⁶⁵. Com o advento da imprensa os concelhos puderam passar a dispor das edições impressas das *Ordenações Manuelinas* e das *Ordenações Filipinas*. Não conseguimos encontrar nenhuma versão daquelas em nenhum concelho português. Porém, mais tardias, as *Ordenações Filipinas* deveriam fazer já parte da documentação obrigatória presente em todas as Câmaras do Reino, oferecidas pelo poder real ou obrigatoriamente adquiridas à sua custa pelos diversos concelhos. Com efeito, um concelho pobre como o de Cardigos (Mação) dispunha em 1767, como vimos, de “**uma Ordenação grande em um só tomo**”⁴⁶⁶. Tratava-se provavelmente da primeira edição das *Ordenações*

⁴⁶⁵ Para o respectivo historial, ver os prefácios dos editores, antigo e moderno, das *Ordenações Afonsinas*, Livro I, Reprodução «fac-simile» da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra de 1792, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

⁴⁶⁶ P.^e Henrique da Silva Louro, *Cardigos, Subsídios...*, pp. 130, 131.

Filipinas, de 1603⁴⁶⁷ de que um exemplar ainda se conserva no muito rico *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo*. Durante séculos ao serviço da respectiva Câmara – e da respectiva Comarca, pois aquela vila era cabeça da enorme Comarca do mesmo nome – o referido exemplar apresenta a seguinte indicação manuscrita logo na primeira página de texto: “Ordenação do C.º da Torre de Mencoruo” [Fig.^a 687]. No mesmo exemplar notar-se-á o grande desgaste dos “Títulos” do Livro I, relativos à organização e gestão do poder local.

12.2.2 – A arca do concelho e o baú dos pelouros

Equipamente especificamente concelhio era proporcionado, antes de mais nada, pela própria *arca do concelho*, de madeira ou de ferro, sempre de grandes dimensões e quase sempre reforçada com ferragens adequadas, como as de Alcácer do Sal [Fig.^a 688] ou a de Estarreja [Fig.^a 689]. Este reforço suplementar justificava-se porque aí se guardavam os bens, os documentos e as escrituras mais importantes do concelho. Assim, a 24 de Março de 1567, quando se procede ao tombo do Concelho de Monte Agraço, começa-se pela “arca do concelho, **de onde saiu o selo e o foral do concelho**”⁴⁶⁸.

Na arca do concelho se conservava também o *baú dos pelouros*, onde estava o *saco* ou *saquinho* dos pelouros, onde se guardavam os *pelouros de cera* com as diversas listas alternativas com os nomes das vereações futuras, a sortear de acordo com o exposto nas *Ordenações*, por um menino de idade até sete anos. Era o “**cofre dos pelouros**”, como se dizia na vila de Santa Cruz (Região Autónoma da Madeira), em 1516, como veremos – ou, como dizia o Escrivão da Câmara de Cascais em meados do século XVII – “o **Cofre da eleição donde estão os pilouros**”. Este era aberto com todas as formalidades, durante uma cerimónia que em Cascais se fazia sempre no dia seguinte ao dia de Natal e da qual se fazia o competente termo. Chegaram-nos inúmeros “Autos” relativos à abertura dos pelouros em vários concelhos. Transcreveremos aqui a parte principal do termo relativo à cerimónia de abertura dos pelouros, realizada nesta vila a 26 de Dezembro de 1652. Com efeito, não só se trata do mais antigo *auto* semelhante relativo a este concelho de que nos tenha chegado o

⁴⁶⁷ O privilégio da publicação das *Ordenações Filipinas* “foi dado de 1603 a 1773 ao mosteiro de S. Vicente de Fora. Eram os frades de S. Vicente de Fora os únicos que podiam publicar as *Ordenações Filipinas*, e realmente publicaram-se várias edições, algumas delas até graficamente muito bonitas, que são chamadas *Ordenações Vicentinas*”, F. Borges de Lacerda e A. da Silva Rego, “segundo as prelecções do Ex.mo Professor Dr. MARCELLO CAETANO ao curso do 1.º ano jurídico de 1939-40, *Lições de História do Direito Português*, policopiado, c. 1941, p. 408.

⁴⁶⁸ Maria Micaela Soares, *Sobral de Monte Agraço e o Colégio do Espírito Santo...*, Lug. Cit., p. 9.

respectivo termo, como neste se descreve com bastante pormenor aquela importante cerimónia, tão típica da vida dos nossos antigos concelhos.

Assim, no dia 26 de Dezembro

“dia en *que* costumão os offeciais da Camara abrir o **Cofre da eleição donde estão os pilouros** [*riscado*] *pera* saber os offeciais *que* hão de seruir o Anno *que* imhora entra de mil e seis centos e cincoenta e tres, *pera* o dito efeito mãodarão pelo porteiro [*ilegível*] tanger o sino da parada [...] por espaço de tempo e chamar pelo alcaide joão moreira as pessoas *que* costumam andar na gouernança desta villa *pera que* se achasem na dita abridura e sendo todos juntos em presença de mi escriuão mãodarão uir o **cofre donde estão os pilouros da eleição que estaua serrado na arca do cartorio da Camara, o coal cofre serrado com tres chaves** se abrio e dele tomarão **hum saco de bocaxim amarelo que se achou com tres pilouros** do coal chamando se **hum menino de idade de bij annos por nome joão**, filho de joão mendes e metendo a mão no dito saco **tirou hum pilouro de sera vermelha** *que* sendo aberto e delle tirada a pauta da eleição se achou nella escrito *pera* hauer de servir de offeciais As pessoas seguintes [...]”⁴⁶⁹.

Como se vê, dentro do “Cofre da eleição donde estão os pilouros” estava “**hum saco de bocaxim amarelo que se achou com tres pilouros**”. Anos mais tarde, em 1692, dentro do “Cofre das eleições” estava “**hum saquinho de tafeta verde com seu cordão de o fechar dentro, no qual se acharão dous pelouros de sera verde**”⁴⁷⁰.

O baú dos pelouros, *cofre dos pellouros* ou *cofre das eleições*, como vimos que se dizia em Santa Cruz e em Cascais, respectivamente, era a caixa onde se guardavam os pelouros. Era, como o nome indica, uma pequena caixa, quase sempre de três fechaduras, como a *arca do concelho*. Chegaram-nos referências muito antigas ao seu uso. Assim, a 16 de Novembro de 1516, os oficiais camarários da vila de Santa Cruz (Região Autónoma da Madeira) “fezerem contrato com Joam Aluarez carpinteiro sobre **o preço da caixa onde este ho cofre dos pellouros** e por avença lhe deram trezentos rs afora as **fechaduras** que os dictos ofeciaes compraram do dinheiro do concelho”⁴⁷¹.

O baú dos pelouros podia ter formas muito variadas, nomeadamente a de um pequenino baú como o da Câmara de Grândola, revestido a couro, ou como o de Moncorvo,

⁴⁶⁹ “Auto *que* mãodarão fazer os offeciais da Camara *pera* se auer de abrir o pilouro da eleição dos officiais da Camara *que* ão de seruir o Anno *que* imhora entra de 653”; Cascais, 26-12-1652; sublinhados nossos, in Arquivo Histórico Municipal de Cascais - AHMC/ALL – CMC/B/A/001/ Livro 2 - *Livro de Termos e Autos*, 1652-1656, f. 11.

No mesmo Arquivo costam muitos mais autos semelhantes. Ver, por exemplo, o auto de “entrega das chaves do Cofre dos pilouros”, Cascais, 26-12-1652, in ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS – AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 2 – *Livro de Termos e Autos*, 1652-1656, f. 13.

⁴⁷⁰ “Autto *que* mandarão fazer os officiais da Camara *para* se abrir o segundo pelouro da eleição dos officiais *que* an de seruir o ano *que* vem de mil seiscentos nouenta e dous annos, digo nouenta e três”; Cascais, 26-12-1692, in Arquivo Histórico Municipal de Cascais: AHMC/ALL – CMC/B/A/001/ Livro 14 *Livro dos Acórdãos*, 1692-1697, ff. 3, 3v, 4. Trata-se de uma cerimónia em tudo semelhante à anteriormente transcrita, pelo que não se transcreve o respectivo “auto”.

⁴⁷¹ Auto de Vereação; Santa Cruz (Região Autónoma da Madeira); 16-11-1516 in *Vereações da Câmara Municipal do Funchal - Primeira Metade do Século XVI e Apenso Vereações da Câmara de Santa Cruz - 1515-16*, José Pereira da Costa, Ed. Centro de Estudos do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Região Autónoma da Madeira, Funchal, 1998, p. 506.

que era revestido a pele e parcialmente chapeado [Fig.^a 690]. Igualmente notáveis são os *baús dos pelouros* das câmaras de Porto de Mós [Fig.^a 691], de Cortegaça (Ovar), de Castelo Mendo (Almeida), da Lousã e de Valença [Fig.^a 692] – os mais modestos de todos os que encontrámos – todos eles em forma de caixa e todos eles feitos de madeira, embora alguns parcialmente chapeados com tiras de ferro⁴⁷².

12.2.3 – O selo do concelho

O *sinete* com o *selo do concelho* era outro dos equipamentos essenciais para a vida da comunidade, pois com ele se autenticavam os documentos mais importantes do concelho. Na sua infelizmente incompleta *História do Direito Português*, Marcelo Caetano refere a lei do Rei D. Dinis de 1305 “sobre instrumentos lavrados por tabeliães e que **cria os selos dos concelhos**”⁴⁷³. Com efeito, por essa lei, D. Dinis determinou que as escrituras celebradas pelos tabeliães passassem a ser seladas

“com o selo que deveria, daí em diante, existir em cada cidade, vila ou julgado, contendo ‘os meus sinais e letras que contam o meu nome e o nome da cidade, ou da vila, ou do julgado’. O selo ficaria confiado a um homem-bom, de nomeação régia, jurado sobre os Santos Evangelhos, e seria apostado em cera na escritura ou carta, perante o devedor ou interessado nela”⁴⁷⁴.

Conservam-se, com efeito, selos muito antigos, como, entre os de tantas outras importantes vilas medievais, os de Torres Vedras [Fig.^a 693]⁴⁷⁵. A utilização do sinete respectivo era, porém, muito reservada e a sua guarda, conservação e transmissão merecia sempre os maiores cuidados das vereações. Assim, chegou-nos o auto da cerimónia de entrega do selo do Concelho de Cascais, relativo ao ano de 1693 que, pela sua curiosidade, aqui transcrevemos:

“aos vinte e hum dias do mes de Feuereiro de mil e seis Centos nouenta e tres annos nos passos do Concelho desta Villa de Cascais, mandarão os officiais da Camara entregar o **selo do ditto Concelho** a Manoel Pinheiro Vreador mais velho do anno paçado; **o qual he hum esmalte, sinette de bronze grande com as armas do Marquez Senhor desta ditta Villa**, o qual Resebou, e se deu por

⁴⁷² Neste grupo haveria que incluir, embora muito tardias, as raras *urnas eleitorais*, como a de Evoramonte ou a de Montemor-o-novo, (ambas em folha de Flandres) ou, enfim, a raríssima urna eleitoral da Câmara de S. Vicente (Região Autónoma da Madeira), que merece o maior reparo. É “uma caixa que servia de urna para as eleições, a qual existe nos Paços do Concelho. Trata-se de uma caixa em forma de tambor, rotativa, em vinhático, e de uma beleza extraordinária. O carpinteiro que a executou, em 1878, pediu, como remuneração do seu trabalho, a quantia de 10.000 réis. Porém, a Câmara Municipal só consentiu em dar-lhe 6.000 réis”: João Adriano Ribeiro, *S. Vicente – Subsídios para a História do Concelho*, Câmara Municipal de S. Vicente, S. Vicente, 2005, p. 95.

⁴⁷³ Marcello Caetano, *História do Direito Português...*, p. 318.

⁴⁷⁴ Marcello Caetano, *Ibidem*, p. 357; sublinhados nossos.

⁴⁷⁵ Ver imagens dos selos medievais de Torres Vedras in António Vicente, Carlos Guardado da Silva, Pedro Barbosa e Pedro do Canto, *O Foral Medieval...*, pp.s 60, 61 e 62.

entregue delle para sellar os papeis tocantes a este ditto Concelho, e os mais a que tocar, na forma da Ordenação, e de como o Recebeu e se deu por entregue delle fis este termo que Comigo assinou”⁴⁷⁶.

Escrevendo em 1726, o Corregedor de Guimarães Francisco Xavier da Serra Craesbeeck diz-nos que naquela então vila, “a Câmara concervou o seu sello da imagem de Nossa Senhora da Oliveira com 12 letras à roda, que disem – VIMARANENSIS”⁴⁷⁷.

O exemplar mais antigo de sinete que conhecemos é o do Machico (Região Autónoma da Madeira), em cuja Câmara se conserva. Este sinete tem cabo de marfim belamente torneado e o seu selo ostenta a esfera armilar do brasão de D. Manuel I [Fig.^a 694], rei que, segundo uma muito antiga tradição local, o terá oferecido à Câmara daquele Concelho.

12.2.4 – A “escrevaninha” e objectos afins

Relativamente ao material de apoio ao escrivão merecem igualmente uma referência as *escrevaninhas*, com os seus tinteiros, areeiros, campainhas⁴⁷⁸ e caixas de obreias. Exemplares notáveis são os da Câmara de Beja (no Museu Regional local), de prata, que ostentam o brasão do concelho, sobrepujado pelas armas do Rei D. Manuel I [Fig.^{as} 695 e 696]⁴⁷⁹, rei que as ofereceu ao respectivo Concelho. Muito mais recente, aparentemente de fins do século XVIII, merece referência o sumptuoso e completíssimo conjunto de escritório da Câmara de Lisboa ou o da antiga vila de Aldeia Galega (hoje Montijo), em que cada uma das peças surge devidamente identificada com a inscrição “CAM.^{RA} D’ALDEIA GALEGA DO RIBATEJO” [Fig.^a 697]. Este notável conjunto, integralmente em prata, integra o

⁴⁷⁶ Auto de entrega do selo do concelho; Cascais, 21-2-1693, in Arquivo Histórico Municipal de Cascais: AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 14 *Livro dos Acórdãos, 1692-1697*, f. 14.

⁴⁷⁷ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, p. 99.

⁴⁷⁸ No “Regimento para a Câmara”, de D. Sebastião, de 1572, cuja cópia consta da *Consulta* de 1773 da Câmara de Lisboa a El-Rei, atrás referida, consta a referência à campainha: “O Prezidente [...] prezidirá em todas as couzas que na Câmara se tratarem, e **dará á campainha, e mandará entrar e responderá as partes**, e tomará os Vôtos, e votará por derradeiro”. Ver AN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 986; Caixa 1104 – *Consulta* da Câmara de Lisboa a El-Rei, expondo nomeadamente as dificuldades de adaptação da distribuição tradicional do corpo de câmara na futura sala das sessões da casa da câmara nova da cidade; Lisboa, 5-11-1773, sublinhados nossos.

⁴⁷⁹ Na imagem o tabuleiro, circular, e uma seta, provavelmente da mesma época, de uma imagem de S. Sebastião, um culto igualmente concelhio, como sabemos. Ver “77. Escrevaninha de prata, dada à cidade [de Beja] por D. Manuel I” e “78. Escrevaninha de prata: fundo interior da bandeja, tinteiro, areeiro e pena (outros pormenores)” in Junta Distrital de Beja (Organização), *Museu Regional de Beja – Catálogo de Algumas das Principais Peças*, Junta Distrital de Beja, Beja, s.d.

respectivo taboleiro e ainda um par de castiçais também de prata e está exposto no belo Museu Municipal local⁴⁸⁰.

12.2.5 – Padrões de pesos e medidas

O material de apoio ao exercício das importantes funções dos almotacés, que passavam pelo controle dos preços e pelas aferições dos pesos e medidas, implicava a conservação e guarda dos padrões e das respectivas balanças. Não encontramos nenhuma balança concelhia que nos parecesse remontar ao Antigo Regime. Porém, ainda hoje encontramos conjuntos muito ricos e bem conservados de *padrões de pesos e medidas*. O conjunto mais completo de todos é talvez o da antiga Câmara de Vila Verde dos Francos (Alenquer), de há muito exposto no simpático *Museu Municipal de Alenquer*⁴⁸¹. Com efeito, aí se expõem os padrões manuelinos de pesos e os padrões com as medidas de capacidade para sólidos e líquidos – todos estes do reinado de D. Sebastião [Fig.^a 698].

⁴⁸⁰ Chegaram-nos referências muito interessantes relativas às escrevaninhas de prata e objectos afins da Câmara do Porto, aparentemente desencaminhadas ou mesmo subtraídas na sequência do Cerco do Porto e das Guerras Liberais: ver AN-TT – Ministério do Reino – Negócios Diversos [Correspondência recebida – Câmaras Municipais], Maço 1905, (Caixa 2) (1834): *Representação* da Câmara do Porto à Rainha expondo que, na época do Cerco da Cidade, a Câmara se retirou, levando consigo livros, papéis, trastes de prata, dinheiros etc. Expõe-se ainda que, constando que aqueles valores estão na cidade de Elvas, o Provedor do Concelho desta cidade esclareceu que as escrevaninhas de prata da Câmara do Porto foram expedidas para Lamego, para serviço da Relação que aí se pretendia estabelecer, prevendo-se a remessa dos valores restantes ao Tribunal do Tesouro Público. Face ao exposto, a Câmara do Porto solicita a entrega daqueles bens; Porto, 25-10-1834.

Este documento é acompanhado pela *Cópia* do *Ofício* do Provedor interino de Elvas ao Provedor do Concelho do Porto, informando que os cofres com os valores da Câmara do Porto extraviados foram abertos e os valores aí contidos devidamente inventariados e separados, decidindo-se a remessa das escrevaninhas de prata e outros objectos à Relação de Lamego e os restantes valores remetidos ao Tesouro Público; Elvas, 4-10-1834.

Ver ainda, sobre o mesmo assunto, AN-TT – *Ministério do Reino* – Negócios Diversos, Maço 1911, Caixa b) – *Ofício* da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e Justiça ao Bispo Conde Frei Francisco relativo às escrevaninhas de prata e mais objectos levados da Câmara Municipal do Porto pelo ex-Governador das Justiças, que se encontram em Elvas mas de facto pertencem à extinta Relação do Porto e não à Câmara daquela Cidade; Lisboa; 8-11-1834.

Enfim, no inventário da Câmara de Redondo (já atrás referido) constavam também uma “escrevaninha, bacia e gomil de estanho, etc., etc”., Túlio Espanca, “Concelho de Redondo”, in *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora...*, Vol. II, p. 294, Nota.

⁴⁸¹ Esta colecção sensacional de padrões de pesos e medidas surge referida em documentação visando a sua recolha e “musealização” adequada em Lisboa. Ver AN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida – [Ano de 1857 – Livro 15, Proc. N.º 817]; Maço 3417 – *Ofício* do Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria ao Ministro do Reino relativo aos velhos padrões de pesos e Medidas do extinto Concelho de Vila Verde dos Francos; Lisboa, 5-9-1857 (Apêndice Documental: Documento N.º 35).

De todos os padrões antigos sobreviventes, os de pesos são aparentemente os mais abundantes⁴⁸², tendo-nos chegado tiragens muito tardias, já realizadas em cobre, como é o caso da dos de Castelo de Vide, datados de 1796 e fundidos no Arsenal do Exército. Estes padrões têm a curiosidade de, para lá de ostentarem as armas de D. Maria I e as armas do Concelho, reproduzirem rigorosamente o modelo primitivo, que remontava a 1499, ordenado por D. Manuel I, como Damião de Góis nos ensina:

“**Mãdou lançar pesos de cobre per todo ho regno**, por hos de ferro serem falsos, per caso da antiguidade hos ter desfalcado cõ ha ferrugem que criauão”⁴⁸³.

Os padrões de pesos mais tardios que encontrámos são, porém, os de Trancoso que, apesar de datados de 1823, ainda ostentam as armas do Reino Unido de Portugal Brasil, e Algarves [Fig.^a 699], pois naquela data Portugal ainda não tinha reconhecido a independência do país irmão. Merece reparo esta tiragem tão tardia, feita na época em que – fruto da Revolução Liberal triunfante de 1820 – se ensaiavam já os primeiros passos para a muito complicada e muito lenta introdução do *Sistema Decimal* em Portugal. Com efeito, a tiragem de 1823 dos padrões de pesos de Trancoso, ainda com os valores relativos às antigas designações, parece ser uma resposta, ou melhor, uma compensação àquela vila beirã pelos estragos feitos mais de dez anos antes, em 1810, pelos soldados ingleses de Wellington, aboletados naquela vila, no âmbito da III Invasão Francesa, enquanto aguardavam a passagem das tropas francesas do General Massena pela vizinha Estrada de Celorico.

⁴⁸² São também os mais documentados. Assim chegou-nos um “Termo de entrega do marco” de ferro; Cascais, 21-1-1694 [?] feito na Câmara de Cascais: ver Arquivo Histórico Municipal de Cascais: AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 14/ *Livro dos Acórdãos, 1692-1697*, f. 44. Eis a sua transcrição: “Aos vinte e hum dias do mes de Janeiro nesta villa de Cascais nas pouzadas de mim escriuão pareceu Antonio Fernandes official de Sarralheiro morador nesta ditta Villa, o qual rematou o marco de ferro e recebeu da mão do Afilador paçado o marco de bronze com as armas Reais são e inteiro que tem duas arobas menos huma onça por *que* lhe faltão duas meyas onças, e de como o Resebou se deu por entregue e assim este termo e eu Luis Alves de Matos e Carvalho o escreuy.

a) António Fernandes.

Muito mais tardia é a “Relação dos padrões de cobre que recebeo o Rematante Manuel Rebello desta villa [de Cascais] para dar conta delles”, relativa ao ano de 1812: Ver Arquivo Histórico Municipal de Cascais: AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 228 - *Livro de Termos, Autos e Acórdãos, 1810-1813*, folha 1v. Aí constam as seguintes medidas para líquidos:

“1 pote de seis canadas

1 Dito de tres canadas

1 canada

½ canada

1 coartilho

½ coartilho

todas de cobre novos e de como as tenho se obrigou a dar conta dellas a 8 de Julho de 1812”.

⁴⁸³ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei...*, Parte IV, Cap. LXXXVI, p. 210.

Como se sabe, a reforma dos pesos e medidas de D. Manuel I remonta a 1499 e a de D. Sebastião, que impôs uma “importante reforma das unidades de volume”, data de 26 de Janeiro de 1575, *Pesos e Medidas em Portugal*, Catálogo da “Exposição de Metrologia”, coordenada pelo Instituto Português da Qualidade; Edição do Catálogo do Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1990, p. 34. Este catálogo proporciona uma primeira abordagem deste importante tema, em grande parte ainda por estudar.

Aquartelados na própria casa da câmara local, aí devem ter feito grandes estragos, pois as mobílias tiveram que ser integralmente feitas de novo alguns anos depois – e aí terão feito desencaminhar os velhos padrões manuelinos.

12.3 – Equipamento concelhio móvel de representação

12.3.1 – A bandeira do concelho

Deixando por agora a referência ao importante equipamento usado por alcaides, quadrilheiros e carcereiros, no exercício das suas funções, a discutir no capítulo seguinte, cumpre referir o equipamento concelhio com maior visibilidade e com maior carga simbólica. Trata-se da *bandeira* ou *estandarte* do concelho que, por isso, merece uma chamada muito particular. Independentemente das diversas tipologias que poderiam ser consideradas relativamente à forma e à própria heráldica das velhas bandeiras concelhias, estas normalmente continham sempre as armas reais na sua face principal. Ângela Beirante refere, a propósito, “a oferta de uma bandeira de tafetá com as quinas de Portugal que, em 1490, D. João II fez a Évora. Devia estar sempre na câmara”⁴⁸⁴.

Sobrevivem exemplares belíssimos em vários concelhos, a começar pelo de Ferreira do Alentejo [Fig.^a 700], que detém a bandeira provavelmente mais antiga de todas as que encontrámos, pois tudo indica que seja anterior ao reinado de D. João V. Merecem registo também a enorme bandeira joanina de Vilar Maior (Sabugal) [Fig.^a 701], as duas de Aldeia Galega do Ribatejo (hoje Montijo), ambas da época de D. Maria I [Fig.^a 702], ou as de Almodôvar e de Grândola, ambas da época de D. João VI⁴⁸⁵.

De todas as bandeiras concelhias que encontrámos, algumas merecem uma referência particular. É o caso do chamado *lábano*⁴⁸⁶, provavelmente também da época de D. João V, da Câmara de Porto de Mós, raríssima e riquíssima bandeira concelhia nobilitada com a inscrição de “SENATUS CONCILII DE PORTU MOLARUM” [Fig.^a 703]. É ainda o caso

⁴⁸⁴ Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade...*, p. 742.

⁴⁸⁵ Desta época era o “rico Estandarte” da Câmara de Almeida, da época “d’um Monarca, o único que talvez devia governar homens sem Constituição, o Senhor D. João VI, de gloriosa memória”, o qual “o fez desaparecer uma mão ávida e desconhecida. Esta Câmara agora o reclama da pessoa que moralmente estava encarregada d’ele. Está principiado o pleito e se pedem ao ex-Juiz de Fora Homem por ele e 50 arrobas de ferro do Relógio e Torre, que vendeu, 1200\$000\$; ver AN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais, Maio 1992/Q – *Representação* do Presidente da Câmara de Almeida, no momento da sua despedida, “apresentado “um ligeiro bosquejo dos nossos actos administrativos”; Almeida, 26-4-1838.

⁴⁸⁶ “Estandarte imperial dos Romanos; estandarte militar do imperador Constantino; bandeira; pendão” *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 8.^a Edição, Porto, 1998, p. 976.

do “estandarte” da câmara de Povos (Vila Franca de Xira, em cujo Museu Municipal se encontra exposto), minúscula bandeira quadrada e bordada a ouro, prata e lantejoulas com as armas do Concelho e do Reino, datável já da época de D. Miguel [Fig.^a 704]. É, enfim, o caso da enorme bandeira de Pinhel, que tem a singularidade de estar acompanhada de uma sensacional e cremos que rara, se não única colecção de bandeiras das corporações locais das artes e ofícios, conjunto datável da segunda metade do século XVIII.

12.3.2 – As varas dos juízes e dos demais oficiais concelhios

As *varas* eram um equipamento ou adereço usado pelos juízes, vereadores e demais oficiais e agentes do concelho, nomeadamente em cerimónias, desfiles, autos de toda a natureza e sobretudo em diligências judiciais realizadas no exterior. Usadas desde a Idade Média enquanto símbolo do poder e da autoridade, como veremos, o seu uso venceu os séculos e chegaram até nós referências documentais claríssimas relativas ao seu uso intensivo ainda nas décadas finais do Antigo Regime. Assim, em certo *Livro de Autos de Vereações* da Câmara de Cascais, relativo a 1795, lá consta o competente “Termo de Nomiação que fez este Senado de **Homens da vara** na forma adiante declarada”. Tratava-se, como se diz em certo passo do mesmo “termo”, dos “**homens da vara ou Coadrilheiros**”⁴⁸⁷, isto é, de uma espécie de corpo de segurança urbano, mais ou menos improvisado, recrutado pela Câmara de entre os moradores do Concelho.

Para lá das referências documentais, chegaram-nos conjuntos riquíssimos de varas dessa mesma época, isto é, datáveis dos reinados de D. Maria I e de D. João VI devido aos brasões pintados que ostentam. Exemplos notáveis, embora uns mais sofisticados que outros, são proporcionados, entre tantos outros, pelos extraordinários conjuntos das Câmaras de Montemor-o-velho, da Figueira da Foz, de Vila Flor ou, no Alentejo, dos das Câmaras do Alvito ou de Portalegre (parte destas muito grosseiramente pintadas) [Fig.^a 705]. Outros exemplos excelentes são proporcionados pelas varas, ambas com as armas de D. Maria I, das Câmaras de Fronteira [Fig.^a 706 e 707] e de Torre de Moncorvo [Fig.^a 708], estas últimas com o brasão real e também com o do concelho destacados em relevo.

⁴⁸⁷ Arquivo Histórico Municipal de Cascais: AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 157 - *Livro de Autos de Vereações, 1791-1796*, Auto de veriação de 16-5-1795, f. 68v.

A maioria das varas sobreviventes remontam, porém, à época de D. João VI, pois ostentam o já tantas vezes referido brasão do *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves* (1816-1825) patente, por exemplo, nas varas da Câmara de Campo Maior, muito bela e sofisticadamente douradas e pintadas [Fig.^a 709]. Também as varas de Grândola [Fig.^a 710] e de Almodôvar [Fig.^a 711] pertencem a esta época, embora nos dois casos tenham a particularidade de fazerem parte de conjuntos de equipamento concelhio que integram também as respectivas bandeiras da Câmara. Para além disso, as varas de Almodôvar merecem reparo por serem integralmente douradas e por terem sido parcialmente mutiladas na Época Republicana, quando se lhes apagou a coroa real. Enfim, as varas deste belo conjunto ostentam ainda umas raríssimas fitas de seda, brancas e vermelhas, suspensas das suas extremidades superiores, terminadas em cabeça de fuso torneado.

O uso das varas sobreviveu até às reformas do poder local empreendidas pelo Regime Liberal, pois ainda se vêem varas datáveis do início do reinado de D. Maria II, a ter em conta certas particularidades do desenho dos respectivos brasões nelas pintados. Além disso, algumas varas da época de D. João VI, anteriores a 1825 e ao reconhecimento oficial da Independência do Brasil e à consequente extinção do *Reino Unido*, foram parcialmente repintadas, tendo-se então apagado e disfarçado a esfera armilar que naquele brasão representava o Brasil. Foi justamente o que se passou com as varas da Câmara da Lousã, onde a esfera armilar deu lugar a um amplo campo pintado de azul, de outro modo inexplicável [Fig.^a 712].

Para lá das sobreviventes, chegou até nós o rasto documental da utilização intensiva das varas pelos mais diversos oficiais concelhios. Assim, num auto de vereação realizado a 3 de Setembro de 1496 na então vila do Funchal,

“sse acordou por boa a ordenança ssegundo o rregimento de Lixboa que **os juizes do cjuel e os juizes do crime e os vereadores e os almotaces tragom de cote varas vermelhas com as quinas del Rej e as dos almotaces sseram curtas e as outras compridas e o procurador do concelho [traga] tambem vara da marca dos vereadores**”⁴⁸⁸.

Desta tão antiga e tão rara referência ficamos a saber *quem usava varas e a natureza, a cor e os símbolos que ostentavam*. Assim, todos os oficiais referidos no documento as usavam; todas elas eram vermelhas e todas elas tinham pintadas “**as quinas del Rej**”. Além disso, ficamos também a saber que as varas “**dos almotaces sseram curtas e as outras compridas**” – característica que sobrevive até ao Liberalismo. Com efeito, a Câmara de Maфра conserva as *varas dos respectivos almotacés*, que mantêm o brasão real

⁴⁸⁸ Auto de vereação de 3-9-1496, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. 532.

(provavelmente já de D. Maria II), aqui moldado e gravado em chapa, mas que de facto são *mais curtas* e sobretudo *muito mais finas* que as varas dos demais oficiais concelhios.

De um auto de vereação realizado, também no Funchal, no ano de 1497, sabemos que as varas, sempre pintadas, eram usadas em grande número. Com efeito, naquele ano decidiu-se que o tesoureiro pagasse por *trinta e nove* “varas de estreito pera os ofeciaes ij^CR rs que custam e isso mesmo de [*leia-se: dê*] por **hum arratell de vermelham pera as pintar clxxx** rs que custou”⁴⁸⁹. Uma quantidade igualmente exorbitante era encomendada, cem anos depois, pela rica Câmara de Torres Vedras, para uso dos “**juizes das vintenas e pera os codrilheiros**”. Com efeito, num Acórdão de 21 de Fevereiro de 1598,

“nesta vila de Torres Vedras e casa da Camara e vereação dela, estando ahi juntos em camara e vereação [...] loguo na dita camara asentarão de se **mandarem comprar a Lisboa cem varas branquas, pera se temgirem, pera os juizes das vintenas e pera os codrilheiros**. E se em Lisboa as quizerem temgir a vintem, **que de la venhão tintas com as Armas Reais e da vila**”⁴⁹⁰.

Como já sabemos, esta prática do uso e da encomenda de varas para os oficiais e agentes do concelho permanecia intacta nas últimas décadas do século XVIII, quando já se aproximava o fim do Antigo Regime. Assim, em certo “auto de vereação” da Câmara de Cascais, realizado em 1781, ainda “se **determinou mais que se mandassem fazer varas para as insignias dos juizes da vintena do termo**, a custa dos bens do concelho”⁴⁹¹.

A documentação sobrevivente traz até nós particularidades interessantes, relativas à natureza e à pintura das varas. Assim, por um Acórdão de 1596 ficamos a saber que os oficiais concelhios de Torres Vedras tinham tomado uma decisão muito curiosa, quando “em a dita camara mãodarão **seja noteficado aos quadrilheiros não tragão varas quebradisas senão verdes**, com pena de quinhentos reis e da cadea para o concelho”⁴⁹².

Para lá do número surpreendentemente elevado de varas em uso pelos antigos oficiais concelhios, merece registo também o facto de aquelas serem *sempre* pintadas e de ostentarem *sempre* as armas reais e, por vezes, também o brasão do concelho. De facto, chegaram-nos testemunhos muito interessantes a pintores de varas. Assim, ao serviço da Câmara de Óbidos, Vítor Serrão regista

⁴⁸⁹ Auto de vereação de 30-8-1497, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. 634.

⁴⁹⁰ Acórdão de Sábado, 21-2-1598, publicado por Carlos Veiga e Carlos Guardado da Silva, *O Livro de Acórdãos do Município de Torres Vedras 1596-1599*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, 2003, p. 102.

Muito longe do Reino, em Salvador da Baía, “o marceneiro José Rodrigues Marrecos, em 1682, fez 40 varas, em seguida pintadas e douradas pelo pintor José Pereira da Costa, para símbolo que os Vereadores carregavam na procissão de Corpus Christi”, Carlos Ott, *Ob. Cit.*, p. 10.

⁴⁹¹ Arquivo Histórico Municipal de Cascais: AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 102 - *Livro de Registo de Termos e Autos de Vereação, 1779-1782*, Auto de veriação de 5-4-1781, f. 49.

⁴⁹² Acórdão de 29-5-1596, publicado por Carlos Veiga e Carlos Guardado da Silva, *O Livro de Acórdãos do Município de Torres Vedras...*, p. 38.

“duas ligeiras referências a Matos: em 1605, **pintou uma haste de bandeira processional** para a Câmara obidense, por escassos 200 rs; em 1606, o «*pintor das Caldas*» (sic) cobrou 1440 rs. da mesma entidade por **pintar dezoito varas processionais para os almotacéis**”⁴⁹³.

Chegou-nos igualmente uma referência ao *pintor das varas* ao serviço da Câmara de Abrantes, na primeira metade do século XVII. Com efeito,

“dada a importância desses instrumentos como símbolo de poder, pela quantidade e variedade que revestiam, **havia continuamente trabalho para este profissional**. Manuel Lopes, dourador, morador na Rua do Tem-te Bem, é o nome que mais frequentemente vem citado na documentação camarária, com sucessivos contratos e ordens de fornecimento ou pagamento, sobretudo desde 1623 até 1637, data em que enviuvou. **Só no primeiro destes anos pintou mais de uma centena de varas, destinadas aos oficiais da Câmara e aos almotacés** (cerca de seis dúzias, a 200 réis cada vara). **Mais umas trinta unidades para os juizes das vintenias, mesteres da Câmara e quadrilheiros** (estas a 110 réis cada)”⁴⁹⁴.

De entre as varas usadas pelos diversos oficiais do Concelho, as varas dos juizes merecem, porém, um destaque especial. Elas são por isso explicitamente referidas nas *Ordenações do Reino*, onde se determina que

“os **Juizes ordinarios traraõ varas vermelhas, e os Juizes de fóra brancas continuamente, quando pela Villa andarem**, sob pena de quinhentos réis por cada vez, que sem ella forem achados”⁴⁹⁵.

Como vemos, as suas cores correspondiam ao estatuto dos respectivos juizes, pelo que as *varas dos juizes ordinários eram vermelhas e as dos juizes de fora eram brancas* [Fig.^a 713]⁴⁹⁶. Tudo indica que as varas fossem recolhidas na própria sala da audiência em expositores adequados cujos desenhos originais nos escapam, embora pudessem ser mais ou menos parecidos com os que existem na antiga audiência de Castelo de Vide, restituídos por Ventura Porfírio, ou os que sustentam algumas varas expostas em Borba [Fig.^a 714].

⁴⁹³ Vítor Serrão, “A arte na vila das Caldas da Rainha durante o século XVII: o apogeu contra-reformista numa dimensão de periferismo”, in Luís Nuno Rodrigues, Mário Tavares e João B. Serra (Coord.), *Terra de Águas: Caldas da Rainha...*, p. 100.

⁴⁹⁴ Joaquim Candeias da Silva, *Abrantes: A Vila e seu termo no Tempo dos Filipes (1580-1640)*, Edições Colibri, Lisboa, 2000, p. 188.

Relativamente a uma época indeterminada, chegou-nos a referência a um José Eça, “pintor dourador, **artista do brasão dos paços do Concelho**”, ao serviço da Câmara de Seia: Arquivo Municipal de Seia – C/B Pessoal – Pasta D, referido por Filomena de Carvalho (Coordenação), *Arquivo Municipal – Seia*, Câmara Municipal de Seia, Seia, 2001, p. 17.

⁴⁹⁵ *Ordenações do Reino*, Livro Primeiro, Título LXV, §1.

⁴⁹⁶ As *varas dos juizes* são muito difíceis de distinguir das *varas dos vereadores*, muito mas frequentes. Encontrámos varas brancas nomeadamente nos concelhos de Lousã, de Miranda do Corvo (aqui reproduzida) e de Montemor-o-velho. Encontrámos varas vermelhas em Santiago do Cacém (de c. de 1820) e em Borba (esta aqui reproduzida).

Para lá das varas dos demais oficiais concelhios, as varas dos juizes devem também distinguir-se das *varas dos irmãos da Misericórdia*, que eram pintadas de preto mas que também detinham as armas reais. Excelentes exemplos de varas desta Irmandade são proporcionados pelas da Misericórdia de Torres Novas ou pela de Vila Flor (estas expostas no Museu local).

Ao que parece usadas formalmente pelos juízes apenas fora dos julgamentos, no exterior das audiências, é relativamente fácil apreender o valor simbólico das varas⁴⁹⁷, símbolos do mando e do poder, da força e da coerção. Assim, a expressão “conduzir alguém (uma testemunha, por exemplo) sob vara” significa que será conduzido com a utilização de força, se necessário, e ficará à disposição do juiz. Do mesmo modo, ameaçar alguém com vara, neste contexto, é submetê-lo ao poder da Justiça. Esta há-de ter meios, pela força, se necessário, para impor o seu normal exercício e as suas decisões, ou então não serviria para nada. Por isso, e como complemento e reforço do simbolismo da vara, a Justiça é representada, como vimos, – para lá da venda nos olhos para que não faça distinção entre os “jurisdicionados” – com a balança numa das mãos (significando ponderação, equilíbrio e equidade) e com a espada na outra, significando também força e poder.

Símbolo da soberania e da ordem, a vara é uma “insígnia de juízes, vereadores e dos irmãos de certas confrarias”⁴⁹⁸. Por isso as varas ainda hoje são usadas em cortejos, romarias e procissões, como arrimo, apoio ou mais ou menos ostensivo símbolo de autoridade e instrumento de coerção. Com efeito, ainda hoje as encontramos, empunhadas por mestres de cerimónia e mordomos dos rituais e cerimónias mais diversas. Desse uso, de tão antigas tradições, temos um exemplo nas belíssimas varas de prata que continuam a ser garbosamente empunhadas nas procissões da Senhora da Saúde de Lisboa [Fig.^a 715] pelos mordomos ou juízes da respectiva confraria.

Os nossos antepassados tinham plena consciência do valor simbólico e do carácter quase transcendente da vara. Assim, escrevendo em 1726, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, o tão criterioso Corregedor da antiga Comarca de Guimarães, considera mesmo que

“Moises foi o primeiro juiz a quem Deos deu a vara, para insignia de sua justiça, que depois exercitou, presidindo aos Settenta Seniores que correspondião ao que hoje são os Senadores ou Vereadores das Camaras”⁴⁹⁹.

Com estas palavras o Corregedor pretendia dignificar, nobilitar e mesmo sacralizar a figura e a acção dos juízes, vereadores e demais oficiais camarários, ao serviço da “República”, do bem comum de todos e, em particular, da boa administração dos nossos

⁴⁹⁷ Referindo-se ao “bastão” – o equivalente de “vara” numa tradução correcta mas pouco feliz – Jean Chevalier e Alain Gheerbrant consideram, no seu famoso *Dicionário*, que “o bastão aparece na simbólica sob diversos aspectos, mas essencialmente como arma e, sobretudo, como uma arma mágica; como apoio da caminhada do pastor e do peregrino; como eixo do mundo”. Mais adiante, noutro momento da mesma “entrada”, acrescentam: “apoio, defesa, guia, o bastão torna-se ceptro, símbolo de soberania, de poder e de comando, tanto na ordem intelectual e espiritual como na hierarquia social”, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dicionário de...*, p. 117.

⁴⁹⁸ *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 8.^a Edição, Porto, 1998, p. 1674.

⁴⁹⁹ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas*, Vol. I, p. 105.

antigos concelhos, dos seus bens e das respectivas rendas. Por isso, os juízes e as demais autoridades concelhias eram como que os sacerdotes laicos, mas sempre muito dignos, briosos e diligentes, ao serviço de um “nume” tutelar porventura algo indistinto e impreciso mas que se manifestava no *bem comum* dos povos, da república, do rei e da família real – entidade transcendente que não sofria contestação e que todos serviam da maneira mais convicta.

Era essa entidade – o bem comum de todos – provavelmente difusa, ambígua e abstracta mas muito intensamente querida, ardentemente desejada e sempre presente nas mentes e nos actos dos agentes e oficiais concelhios, que havia que cultivar com a maior dignidade possível. Claro que os momentos mais solenes do respectivo ritual de celebração – que era também um ritual de exercício do poder – impunham o uso formal da vara, símbolo do poder e da autoridade por excelência – mas símbolo também de uma vitalidade existencial e de uma pulsão viril sem quebra nem mancha. Também por isso – e como reforço dessa vitalidade e dessa rectidão varonil e eterna que se queria para o reino, o rei e as instituições – é que tanto as varas dos juízes como as varas camarárias (tal como as das Irmandades das Misericórdias locais), detinham, sempre bem visíveis na sua extremidade superior, as *armas de Portugal*, pintadas e repintadas ao sabor das sucessivas modas decorativas e de acordo com eventuais variações heráldicas.

Enfim, ao reclamar-se como sucessor de Moisés – “o primeiro juiz” – o Corregedor de Guimarães pretendia legitimar e como que sacralizar também as nobres funções concelhias e o próprio sistema administrativo e judicial em que aquelas se enquadravam, de que emergiam e que serviam. Afinal, os nossos antepassados julgavam que aquelas funções e aquele sistema estavam filiados numa linhagem como que transcendente e quase mítica, muito mais importante que a mera tradição, muito mais antiga que as Ordenações do Reino ou mesmo que o Direito Romano e cuja legitimidade superava, ou melhor, transcendia a lição dos próprios Evangelhos. Com efeito, para o Corregedor de Guimarães – que não estava sozinho nas suas considerações sobre a natureza e a origem do poder judicial – o sistema administrativo e judicial que servia, bem como as funções concelhias e os seus agentes, eram os elos vivos de uma cadeia ininterrupta que ancorava nos varões e nos princípios mais arcaicos e mais patriarcais do Antigo Testamento. Era essa ordem primordial que ciclicamente se celebrava, se revisitava, se restituía e se revitalizava pelos juízes, vereadores e demais oficiais camarários quando investidos nas suas nobres e, a seu modo, patriarcais funções ao serviço da Justiça e do Povo do Concelho que administravam e que tão abnegadamente serviam.

12.4 – Elementos simbólicos na decoração e nos equipamentos concelhios

12.4.1 – Os brasões

O programa decorativo das câmaras da vereação, bem como o das mobílias, utensílios e demais equipamento concelhio podia ter uma dimensão funcional, isto é, podia estar submetido à produção de imagens, pintadas e esculpidas, de símbolos e de composições monumentais alegóricas de óbvio conteúdo político, cívico ou moral. *O elemento simbólico mais comum era proporcionado pelos brasões*, apostos nos elementos arquitectónicos mais visíveis, no mobiliário e em diversos equipamentos de apoio às funções concelhias. Com efeito, o uso dos brasões, tanto o do Concelho, como sobretudo o do Reino – para lá da sua presença intensiva nas fachadas das casas da câmara, já atrás discutido – era quase uma constante quer na decoração da câmara das vereações quer no mais diverso equipamento concelhio: bandeiras, varas, padrões de pesos e medidas, etc. Tudo começava na decoração da própria entrada de acesso na “câmara”, com a colocação do brasão do concelho ou do do Reino na verga da respectiva porta, assim nobilitada. Por isso, na verga ou lintel da porta da “câmara” de Elvas (a seu tempo transformada em sala da audiência) constam ainda hoje as armas daquela então vila, encimadas pela cruz de Cristo esculpida e ladeadas de duas esferas armilares pintadas de D. Manuel I, [ver atrás **Fig.^a 257**]. O mesmo se passa na verga da porta da “câmara” da Muxagata (Vila Nova de Foz Côa), que ostenta as armas do Reino, curiosamente sem coroa, embora aqui com uma realização plástica muito rude. Enfim, no lintel da porta de acesso ao “senado” da casa da câmara de Coimbra – no terceiro piso da Torre de Almedina, como atrás vimos – aparece o brasão da cidade⁵⁰⁰, belamente esculpido, aparentemente na primeira metade do Séc. XVI e aí adaptado em 1541, o que lhe terá custado a sua mutilação parcial [**Fig.^a 716**].

O brasão do poderoso concelho de Coimbra suscita a questão da existência e utilização dos brasões concelhios. Não sendo este o lugar próprio para fazer a história e discutir a natureza, a origem e a evolução destes brasões, diga-se, apenas, que muitos concelhos, provavelmente a maioria, não detinham tradicionalmente brasão privativo, usando o brasão real sempre que necessário. Assim, um concelho hoje tão poderoso como o de

⁵⁰⁰ Séculos depois, em 1853, os vereadores de Santarém ainda colocaram o brasão desta então vila sobre o lintel de uma porta interior da respectiva casa da câmara, no decurso das obras que tanto descaracterizaram o histórico edifício.

Cascais, só teve brasão próprio em 1934⁵⁰¹, no âmbito da reforma geral da heráldica concelhia então empreendida a nível nacional. Ora, tanto para os moradores como para as vereações, mas também para os humanistas da época, o *leão* e a *serpente ou dragão* do brasão da cidade de Coimbra tinham – ou presumiam ou queriam que tivessem – uma origem e uma natureza quase míticas. Estas foram repetidamente glosadas, tendo suscitado ao próprio Gil Vicente a “Comédia sobre a divisa da cidade de Coimbra”. Nesta peça, representada nesta cidade em 1527, a personagem Colimena – nome de que o dramaturgo faz derivar o próprio nome da cidade – explica a razão de ser daqueles animais no brasão da cidade:

Colimena: Eu assentei aqui esta cidade;
 E eu sou de Coimbra; e vem de Colimena.
Tomei por divisa aquesto Liam
E aquesta Serpe, por que fui livrada;
E o calez do meio he cousa errada,
Porque ha de ser torre com huma prisam.

E porque fui livre per graça de Deos,
Tomei estas armas, fazendo a saber
 Que tudo Deos faz e pode fazer,
 E as cousas da terra procedem dos Ceos”⁵⁰².

Para lá de Coimbra, muitas outras cidades e vilas detinham brasões concelhios igualmente prestigiados. Assim, escrevendo sobre Guimarães, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck diz-nos que

⁵⁰¹ Manuel Ferreira de Andrade, *Monografia de Cascais*, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 1969.

⁵⁰² Gil Vicente, “Comédia sobre a divisa da cidade de Coimbra”, *Obras Completas*, 4.ª Edição, Lisboa, 1971, Vol. III, p. 167; sublinhados nossos.

Marques Braga, o editor das *Obras Completas* de Gil Vicente que vimos consultando, em nota à “Comédia sobre a divisa da cidade de Coimbra”, informa-nos de que também “Sá de Miranda, na *Fábula do Mondego*, descreve o Brasão de armas de Coimbra. O Conde da Ericeira, no poema *Henriqueida* (1741), também se refere à «Lenda da Donzela» do Brasão de Coimbra”: Marques Braga, in Nota à “Comédia sobre a divisa da cidade de Coimbra”, Gil Vicente, *Obras Completas*, 4.ª Edição, Lisboa, 1971, Vol. III, p. 167, Nota.

Dado o seu valor poético e documental, transcrevemos aqui os versos correspondentes de Sá de Miranda:

“Por nueva prueba del antiguo cuento,
 que mi flaca Talía os ha cantado,
conservólo Coimbra en su pendon,
como hoy cad’año al aire desplegado,
la Ninfa en forma d’un encantamiento,
que la guarda un drago y un león;
y por justo blasón,
 (pues qu’el Reino pregona
 qu’es allí su corona)
a la Ninfa corona fue añadida,
que hermosa va por el agua metida,
 quanto mano pintar la pudo hermosa;
pero como ofendida,
turbada toda y toda desdeñosa”,

Francisco de Sá de Miranda, “Fábula do Mondego”, *Obras Completas*, Livraria Sá da Costa Editora, 4.ª Edição, revista, Lisboa, 1976, Vol. I, p. 97; sublinhados nossos.

“as antigas armas desta villa [de Guimarães] erão a imagem do glorioso S. Miguel, quando estavam devididas a villa do burgo, mas depois que el Rej D. Fernando mandou unir o burgo à villa como tiveçe a villa nova por armas a Nossa Senhora da Oliveira com hum ramo de oliveira na mão [...]; assim andarão sempre unidas em a bandeira da Camara, aonde de huma banda estava S. Miguel e da outra Nossa Senhora da Oliveira. Contudo, pello tempo adiante se conçervou somente o brasão antigo, na bandeira da Camara emcarnada com a imagem de S. Miguel, a qual em porcição acompanha o Senado desta villa e Menistros, no dia do Anjo Custodio”⁵⁰³.

Não pudemos entrar em tempo útil na sala do “Senado” de Coimbra, acima referida, uma das poucas antigas “câmaras” sobreviventes, embora tudo indique que deva ter perdido a figuração, pintada ou esculpida, das armas do concelho no respectivo tecto, que sabemos ter sido muito restaurado. Com efeito, presumimos que tivesse havido brasões concelhios pintados ou esculpidos nos tectos de muitas antigas câmaras das vereações portuguesas. Assim, muito longe de Coimbra, do lado de lá do Atlântico, o pintor António Simões Ribeiro, que colaborara “na decoração da Biblioteca da Universidade de Coimbra”, numa data posterior a 1733 – data do forro novo da câmara das vereações da respectiva casa da câmara,

“pintou as armas da Cidade do Salvador (um pombo em voo, com um ramo de oliveira no bico) no meio do forro da Sala de Vereadores e flores nos cantos, com traços azuis e vermelhos em fundo branco, recebendo o pagamento de 120\$000 rs”⁵⁰⁴.

Novamente no território do Reino, também o belo tecto da câmara das vereações da joanina casa da câmara de Pinhel ostenta ainda hoje o brasão concelhio, que aqui é esculpido e policromado [Fig.^a 717]. Merece muito reparo este brasão no caixotão central deste tecto, belamente reconstruído algures em meados do século XX, na que é uma das maiores, mais

⁵⁰³ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, p. 99.

De entre as muitas outras descrições de brasões concelhios, refiram-se ainda a do Concelho de Abrantes: “As armas de Abrantes compõem-se de *quatro Flores de Lis em campo azul, quatro Corvos, uma Estrela no centro e um Pelicano por timbre*. As flores-de-lis tomou-as ou deu-lhas o seu 1.º alcaide-mor, D. Pedro Afonso, filho bastardo de D. Afonso Henriques. Os corvos, inseparáveis companheiros do ínclito mártir S. Vicente, atestam ser este santo o patrão ou o orago da vila. A estrela simboliza a Virgem Maria, como memorando a fundação da igreja de Sr.^a Maria do Castelo sobre as ruínas da mesquita dos mouros; querem, porém, alguns autores que signifique simplesmente o ter sido habitada esta vila por eles. O pelicano, símbolo do amor e da caridade, era o timbre de que sempre usou o seu 1.º alcaide-mor, homem caridoso por excelência”, Manuel António Morato e João Valentim da Fonseca Mota, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes...*, p. 11.

Por sua vez, as armas da antiga villa de Ourém constam de “um castello de duas torres, as cinco quinas em cruz, por cima uma aguia de azas estendidas, ao lado esquerdo a meia lua, e ao direito uma estrella”, José das Neves Gomes Eliseu, *Esboço Histórico do Concelho de Vila Nova de Ourém...*, p. 61.

Quanto ao brasão ou armas do Concelho de Benavente, posteriores a 1404 e anteriores a 1436, constam do sinete ou selo “de que ainda usa a Câmara Municipal de Benavente: é gravura que parece do século XVI, e não é conhecido outro mais antigo padrão das armas benaventinas”, Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente...*, p. 23. Este autor publica uma reprodução do brasão do Concelho de Benavente (Id., *Ibidem...*, p. 23). Quanto à sua descrição, sigamos também Álvaro Rodrigues d’Azevedo: “o brasão de armas de Benavente consta de um estandarte vermelho, quadrado e franjado, sem dúvida o estandarte real; por baixo deste, a cruz da ordem de Avis e ao lado de cada um dos braços da cruz, uma trave ou peia de ferro. E, consequentemente, estamos em que este brasão significa que Benavente é vila da Ordem de Avis e sob a especial protecção régia”: Id., *Ibidem*, p. 24.

⁵⁰⁴ Carlos Ott, *A Casa da Câmara da Cidade do Salvador...*, p. 12.

belas e mais bem conservadas câmaras da vereação do Antigo Regime existentes a Norte do Tejo. O brasão de Pinhel justapõe a heráldica concelhia com a real: num fundo densamente entalhado com típicas volutas barrocas, o *pinheiro* com as suas poderosas raízes e carregado com as *pinhas* heráldicas, sustenta uma ave cuja identificação nos escapa e está sobrepujado pelas armas reais de D. João V. Da coroa real emergem as duas cabeças do que pensamos ser uma águia bicéfala.

Enfim, numa época tão tardia como 1829, mesmo no limite temporal extremo deste estudo, ainda em Olhão se providenciava um brasão para aquele então recém-criado concelho:

“em sessão de 28 de Janeiro de 1829, resolveram os vereadores ‘...que se fizesse hum Taboleta, assim como hum sinete com o **Brazão d’Armas desta villa que sera a figura da Fidelidade metida em hum Embarcação com as Armas Reais em cima...**”⁵⁰⁵.

Por sua vez, nos actuais paços do concelho do Sardoal sobrevive, infelizmente desmontado e apeado da sua implantação original, um belo brasão concelhio também esculpido em madeira, embora aqui não policromada [Fig.^a 718]. Aparentemente tardio, um elemento identitário local erigido em símbolo heráldico do concelho – um *lagarto* ou *sardão* – articula-se com as armas reais, aqui mediante uma sobreposição parcial.

Muito mais recente, o tecto de estuque com estrutura em masseira da “câmara” de Marvão ostenta também as armas da vila, desta vez modelado em estuque e policromado,

⁵⁰⁵ Alberto Iria, *A Invasão de Junot no Algarve (Subsídios para a História da Guerra Peninsular – 1808-1814)*, sem ind. Editor, Lisboa, 1941, p. 296.

A concessão de brasões aos concelhos portugueses acentua-se na Época Liberal. Assim, relativamente ao brasão do então recém-criado Concelho de Santana (Madeira), veja-se IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais Maço1992/Q (Caixa 3) – Conjunto de documentos relativos ao brasão da vila de Santana:

a) *Representação* da Câmara de Santana, apresentando para aprovação régia uma proposta de escudo de armas, com o respectivo desenho em anexo; Santana; 9-9-1837;

b) *Ofício* do Administrador Geral do Funchal ao Ministério do Reino, remetendo a *Representação* da Câmara de Santana, relativa ao brasão do respectivo Concelho; Funchal; 2-10-1837;

c) *Parecer* do Rei d’Armas Portugal, sobre a proposta de brasão apresentada pela Câmara de Santana; Lisboa; de 7-11-1837.

Relativamente ao brasão do Concelho da Figueira da Foz, em 1840, veja-se IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais Maço1992/Q (Caixa 3) – Conjunto de documentos relativos ao brasão da Figueira da Foz:

a) *Representação* da Câmara da Figueira da Foz, apresentando para aprovação régia uma proposta de escudo de armas daquele Concelho; Figueira da Foz; 11-7-1840;

b) *Ofício* da Câmara da Figueira ao Ministro do Reino, remetendo a *Representação* anterior; Figueira da Foz; 11-7-1840

c) *Ofício* do Administrador Geral de Coimbra ao Ministério do Reino, remetendo a *Representação* da Câmara da Figueira, relativa ao brasão do respectivo Concelho, com um parecer favorável sobre o solicitado; Coimbra; 25-7-1840,

d) *Parecer* do Procurador Geral da Coroa, considerando que a Figueira, que “é hoje a Vila mais notável do Distrito de Coimbra”, é digna de obter a graça implorada de um brasão de armas; Lisboa; 28-7-1840;

e) *Parecer* do Rei d’Armas Portugal sobre a formulação heráldica adequada para o escudo de armas da Figueira da Foz, a partir da proposta da respectiva Câmara Municipal; Lisboa; 28-8-1840.

provavelmente mutiladas na Época Republicana, quando terá sido removida a coroa respectiva – real ou mural – então substituída por um ornato muito desproporcionado e banal [Fig.^a 719]. Sempre no Alto Alentejo, o tecto também em estuque com estrutura em masseira da “câmara” de Nisa ostenta as armas da vila, também em estuque modelado e policromado, desta vez rodeado de ornatos aparentemente muito tardios [Fig.^a 720].

O *brasão do Concelho* presente na “câmara” de Nisa impõe a referência ao *brasão do Reino*, presente noutro tecto daquela bela casa da câmara tardo-setecentista. Com efeito, os dois brasões da casa da câmara de Nisa – o do concelho e o do reino – merecem o maior reparo, pois a sua distribuição pelas duas divisões mais importantes da casa tem um valor simbólico óbvio. De facto, *no tecto da câmara das vereações consta o brasão do concelho*, enquanto *no tecto da antiga sala da audiência consta o brasão real*, na circunstância o de D. José I [Fig.^a 721]. Esta distribuição parece assinalar e reforçar o carácter concelhio da câmara e das funções aí desempenhadas e exercidas e o carácter como que extra ou supra-concelhio das funções judiciais exercidas na sala da audiência, funções estas que têm no rei, fonte da justiça e da equidade, o juiz supremo. Apesar da distribuição dominante acabada de referir, algumas câmaras da vereação também ostentam o brasão real. Assim, o brasão real mais vistoso que encontrámos é o da sensacional câmara das vereações de Elvas a que voltaremos a seguir, no âmbito da discussão da portentosa decoração global da respectiva “câmara”.

Todos os brasões, reais, concelhios ou ‘mistos’ (os que justapõem ou combinam as armas do Concelho e as do Reino), suscitam ou repõem a questão da *presença nobilitante e quase obrigatória dos brasões na arquitectura e equipamentos concelhios*. Com efeito, o brasão real (muito mais que o do concelho) tanto integra a generalidade das fachadas das casas da câmara, como atrás vimos, como surge em elementos e em pormenores arquitectónicos⁵⁰⁶ e decorativos, realizado nos mais diversos materiais e aplicado nas mais diversas circunstâncias. Assim, o Corregedor de Guimarães informa-nos de que

“as armas de que hoje esta villa [de Guimarães] usa são as Reaes do Reino, como se ue na bandeira da Camara, sello della e em algumas fontes, como he no da Prassa do Toural [...], e nas janelas da Casa da Camara, e no tecto della e em outras muitas partes”⁵⁰⁷.

Assim, o brasão real tanto pode aparecer no tecto que cobre a escadaria monumental da casa da câmara de Fronteira [Fig.^a 722], como pode surgir nas grades de ferro forjado das sacadas da casa da câmara Pós-Pombalina de Esposende (aqui desprovido de coroa real,

⁵⁰⁶ O Corregedor de Guimarães Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, escrevendo em 1726, conta-nos que na então recém-construída “casa da Camara [de Basto] **se puserão sobre a porta da audiencia as armas reaes, muito bem feitas**”⁵⁰⁶; Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob. Cit.*, Vol. I, pp. 328-329.

⁵⁰⁷ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ibidem*, Vol. I, p. 99.

provavelmente retirada na Época Republicana) [Fig.^a 723]. Mas o brasão real pode também ser encontrado em pormenores decorativos tão secundários como nas que encontramos nas portas da antiga audiência da casa da câmara de Tomar, brasão este de belo desenho embora algo grosseiramente restituído [Fig.^a 724]. Evidentemente, dependendo da efectiva tutela do concelho, couto ou honra, poder-se-iam entrever as armas do respectivo titular do concelho. Uma réplica do brasão que decorava a antiga casa da câmara da Chamusca – que “representa as armas partidas de Portugal e Espanha, adoptadas pela rainha D. Mariana Vitória, mulher de D. José I”⁵⁰⁸ – atrás referido, foi há muito restituída no tecto do salão nobre dos actuais paços do concelho, embora sem coroa [Fig.^a 725], bem como nos espaldares das cadeiras de aparato da mesma sala, aqui com coroa, o que denota serem anteriores à Implantação da República.

Cumprir dizer, enfim, que na arquitectura, nos espaços ou no equipamento concelhio do Portugal do Antigo Regime (tanto no Reino como nas Ilhas ou nas Partes de Além), não havia lugar para a presença de quaisquer outros símbolos ou atributos que não fossem os reais ou, residualmente, os concelhios. A presença fortuita de retratos de individualidades particulares ou de imagens, símbolos ou quadros de tema religioso era sempre excepcional, como vimos. Assim, postos de lado quaisquer laivos de laicismo militante e sectário, sempre inoportuno mas particularmente descabido num estudo como este, tem que se dizer que nunca encontramos a presença de crucifixos na sala ou na câmara da casa do concelho – laica e cívica por definição, vocação e tradição. Com efeito, a presença, raríssima, aliás, de oratórios e de imagens sagradas, apenas confirma o carácter laico das funções concelhias, pelo que não teria sentido nenhum encontrar crucifixos em espaços tão profanos como o eram as casas da câmara, onde se tratava dos negócios do concelho.

Assim, parecem inoportunos e inadequados os crucifixos que hoje se encontram bem no centro das paredes fundeiras dos actuais salões nobres dos paços do concelho de Lamego e de Viseu [Fig.^a 726]. Com efeito, a sua presença insólita naquelas salas, única, ao que sabemos, contraria a tradição e a própria lógica de uma muito sábia e muito antiga “divisão de poderes” não escrita nem verbalizada mas implícita na lógica concelhia e até na lógica arquitectónica e urbana locais, que exigiam uma nítida e muito clara separação de poderes: o eclesiástico de um lado, face ao concelhio ou ao régio, isto é, face ao político ou ao administrativo. Esta separação de poderes implicava a existência simultânea de dois sinos (o da câmara e o da igreja), de duas casas (a do concelho e a de Deus e seus santos, por vezes

⁵⁰⁸ João José Samouco da Fonseca, *História da Chamusca – I – das Origens a 1643*, Câmara Municipal da Chamusca, Chamusca, 2001, p. 114.

fisicamente muito próximas) e até de agentes absolutamente independentes (os oficiais do concelho e os agentes do rei, face aos sacerdotes e outros elementos do clero local). Repetimos: o poder concelhio tinha uma natureza estritamente laica e portanto uma independência total de qualquer tutela que não fosse a real.

Vinha de longe a tradição de independência do poder concelhio face a qualquer outro poder. Ela foi, porém, oportunamente renovada como que simbolicamente pelo rei D. Manuel I quando, em 1501, impediu a vereação de Évora de assinalar obras muito importantes com a pintura das armas pessoais dos vereadores que as promoveram. Gabriel Pereira publicou a carta dirigida por D. Manuel I ao juiz de fora de Évora pela qual o rei, sabendo “como os vereadores deste anno **querem mandar pymtar na casa da Câmara desa cidade suas armas e devisas por diserem que foy feita em seu tempo**”, proibiu formalmente aquelas pinturas. Com efeito, na mesma carta o rei acrescenta simplesmente: “porque **nam o avemos por nosso serviço** vos mandamos que lhe digaes de nossa parte **que o nam façam nem vós lho consentaes**, e assy o compry”⁵⁰⁹.

Curiosamente esta prática não se verificava noutros países da Europa. Louis Réau refere os retratos individuais e sobretudo colectivos de sucessivos ‘corps de ville’ de Paris, isto é, dos agentes do poder local existentes no *hôtel de ville* de Paris, destruídos nos momentos mais radicais da Revolução Francesa. Dado o seu interesse para o entendimento do poder local, das suas dinâmicas, das suas particularidades e das suas afinidades e diferenças com o modelo português transcrevemos aqui mais uma página do grande historiador, relativa às destruições de obras de arte durante a Revolução Francesa:

“Actos isolados de vandalismo foram certamente muito numerosos nessa época. Mas nada se aproxima da destruição massiva dos retratos corporativos do ‘corps de ville’ de Paris. A hecatombe de obras de arte que teve lugar a 10 de Agosto de 1792, por ocasião da pilhagem do ‘Hôtel de Ville’ foi para a pintura francesa um verdadeiro desastre. A *Maison commune*, como a tinham baptizado os jacobinos, que farejavam na palavra *hôtel* um odor intenso a ‘Ancien Régime’, era com efeito um museu municipal parisiense onde estavam reunidos todos os quadros encomendados pelo ‘corps de ville’ composto pelo ‘*prévôt des marchands*’ [magistrado, juiz dos mercadores], de quatro ‘*échevins*’ [vereadores] e de vinte e quatro conselheiros, chamados ‘*Messieurs de Ville*’. **Estas pinturas apresentavam a particularidade de serem quase todas retratos colectivos na tradição dos quadros de confrarias e de corporações da Idade Média**, retomada pela Escola Holandesa no século XVII⁵¹⁰.

⁵⁰⁹ Carta de D. Manuel I para Pêro Lourenço, Juiz de Évora, proibindo os vereadores da cidade de mandarem pintar as suas armas e divisas pessoais na casa da câmara; Lisboa, 15-12-1501, in ANTT – *Corpo Cronológico*, Parte I, Maço 3, Documento 75: documento publicado por Gabriel Pereira in *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Reimpressão da edição de 1891; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1998, p. 499.

⁵¹⁰ Louis Réau, *Histoire du Vandalisme...*, p. 328.

Num passo mais adiante, este autor considera que a destruição destas pinturas “é para a pintura francesa uma perda igual à que representa para a escultura a destruição sistemática das estátuas reais: todo um capítulo da história do retrato francês que o fanatismo revolucionário apagou!”, Id., *Ibidem*, p. 329.

A tradição da presença, praticamente em regime de exclusividade, de símbolos e retratos reais era tão intensa que, numa data tão tardia como 1831, o Governador da província de Trás-os-Montes escreveu ao Juiz de Fora de Chaves contestando a colocação numa sala da casa da câmara daquela cidade de uma gravura representando certo episódio militar ocorrido em 1823. O Governador da Província opunha-se à exibição daquela gravura por considerar “**que nos Paços do Conselho só se pode colocar o Estandarte Real, e o Retrato de Vossa Magestade**”⁵¹¹.

12.4.2 – As alegorias

O recurso a símbolos e alegorias variadas fazia parte dos desígnios representativos do concelho. Por isso se encontram quer na decoração dos espaços mais importantes da casa da câmara, quer na decoração do mobiliário respectivo. Símbolos encontram-se, enfim, no próprio equipamento móvel do concelho, enquanto elementos identitários de fácil descodificação por todos. Assim, símbolos e alegorias – usadas e consagradas no *brasão do concelho* ou nas próprias *armas do reino* – constavam já do selo e da bandeira do concelho, como vimos, e eram aplicados, pintados ou apostos obrigatoriamente nas varas ou nos padrões de pesos e medidas, como acabámos de ver. Porém, a utilização explícita e mesmo intensiva de elementos figurativos de carácter simbólico ou alegórico fazia parte da estratégia decorativa das câmaras da vereação. Os dois exemplos mais completos e simultaneamente mais bem conservados são proporcionados pelas “câmaras” de Elvas e de Borba – edifícios cuja transcendente importância histórica e arquitectónica já foi repetidamente referida ao longo deste estudo.

Tendo em vista a forma da sala, a estrutura da sua cobertura e o próprio plano decorativo global, a câmara das vereações da casa da câmara pombalina de Borba é em tudo semelhante à sala da audiência contígua [Fig.^a 727]. A sua decoração, datável de 1795, deve-se, como já sabemos, a um artista local, José de Sousa de Carvalho⁵¹². Ignoramos como seria a decoração parietal original da “câmara”, pois dela apenas sobreviveram as extraordinárias

⁵¹¹ *Representação* da Câmara de Chaves a El-Rei relativa a um processo relativo à colocação numa sala da Casa da Câmara de Chaves de uma gravura representando certo episódio militar ocorrido em 13-3-1823, o que a Câmara autorizava mas ao que o Governador da Província se opôs por considerar que nos Paços do Concelho só se pode colocar o estandarte real e o Retrato do rei; Chaves, momento indeterminado de 1831, in ANTT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 985.

⁵¹² João Miguel Simões, *Borba – Património da Vila Branca*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Borba, Lisboa / Borba, 2007, p. XXVII.

pinturas do tecto. Este, de estuque com estrutura em masseira, apresenta no topo uma composição complexa centrada na figura da *Justiça*. Os panos laterais apresentam alegorias diversas. As diversas composições – aparentemente pintadas a fresco – inserem-se todas em formas recortadas de desenho mais ou menos caprichoso, enquadradas em molduras de estuque relevado, de bela execução. As composições dos panos laterais, relativamente pequenas, estão rodeadas de ornatos, também em estuque, de desenho *rocaille*. Os fundos entre as diversas composições são pintados a um rosa muito vivo e do mais belo efeito, sobre o qual se inserem novos ornatos em estuque, também de desenho *rocaille*.

Surpreendentemente, a figura central da composição da alegoria do topo do tecto representa a *Justiça*, também presente na composição central do tecto da vizinha sala da audiência, como vimos. Surge vestida de túnica, de *coroa* na cabeça e está sentada num *trono* e com o braço esquerdo apoiado nos grossos volumes dos *livros da Lei* [Fig.^a 728]. Com a mão esquerda empunha uma *espada* desembainhada e segura uma *balança*, apoiada no seu regaço. Com a mão direita segura as *tábuas da Lei*, que lhe apresenta uma figura que aparenta ser um “génio” juvenil, parcialmente desnudo.

Sentada aos pés da figura da *Justiça* surge, muito ensimesmada mas senhora de si, a própria *Vila de Borba* personificada, vestida de túnica amarelada e de cabelos descobertos, segurando com a sua mão direita uma cartela oval onde está “esculpido” o *brasão do Concelho*, apoiado no seu regaço [Fig.^a 729]. Com a mão esquerda segura os *frutos da terra*, um feixe de trigo generosamente espigado, parcialmente sobreposto a enormes cachos de uvas. Igualmente sentada, numa posição algo simétrica à figuração da *Vila de Borba*, surge nova figura feminina, vestida com uma túnica vermelha e parcialmente coberta com um manto branco. Dadas as características iconográficas da figura, aparenta ser uma personificação da *Paz*. Com efeito, na cabeça tem uma *coroa* provavelmente de folhas de oliveira e na mão direita ostenta um *ramo* que aparenta ser da mesma espécie vegetal. A mão esquerda está apoiada numa espécie de pequeno altar ou ara de estranha forma cónica. Enfim, atrás desta figura e por baixo das tábuas da *Lei*, surge um *fascio*. No topo, um *sol irradiante*, rodeado por um denso resplendor dourado, assente sobre uma nuvem muito recortada, domina toda a composição, parcialmente enquadrada por um previsível e muito convencional drapejado vermelho, que se sobrepõe às vagas arquitecturas do fundo.

Parece óbvio o simbolismo desta aparatosa alegoria, a que poderíamos dar o título de *A Vila de Borba governada pela Justiça, acompanhada pela Paz e iluminada pela Luz*. Com efeito, a *Vila de Borba*, dominada pela *Justiça* soberana e enquadrada pela *Paz*,

sempre presente, medra e prospera, sob um *Sol* radioso, fonte de vida, mas fonte também da *Sabedoria* e da *Razão* – e fonte da *Luz* que derrota as *Trevas*, simbolizadas na *Nuvem* carregada sobre a qual se sobrepõe o resplendor dos seus raios irradiantes e invencíveis.

As alegorias das quatro faces laterais do tecto são mais simples. Pintadas em grisalha de tom avermelhado, de efeito muito próximo do de uma típica *sanguínea*, elas representam a “sabedoria (espelho e serpente), a solidez (coluna), a união (facho) e a harmonia (música)”⁵¹³. Circundando as composições centrais dos painéis mais pequenos da estrutura de masseira do tecto, surgem pequenos *troféus* simétricos, também pintados em grisalha, agora em tons cinzentos sobre fundo azulado muito claro. Estes troféus ostentam – como se pode ver nos que circundam a alegoria da Sabedoria [Fig.^a 730], no topo da sala onde se abrem as duas portas de acesso à mesma – uma última alegoria, desta vez às *Letras*, às *Artes* e à *Arte da Guerra*. Estas estão simbolizadas respectivamente no livro, nas máscaras da Tragédia e da Comédia e no que parece ser uma pena de escrever; na régua e no esquadro e, enfim, no ceptro, no bastão, no *fascio* e na espada.

Merecem muito reparo estas alegorias, quer pela sua natureza exclusivamente profana, quer pelo seu conteúdo ideológico, quer pela complexidade de todo o seu rico simbolismo, quer pelas suas fontes iconográficas quer, enfim, pela sua notável realização pictórica. Por tudo isto, o seu interesse ultrapassa em muito um âmbito meramente local ou regional. Não sendo este o sítio adequado para o seu estudo monográfico global, diga-se apenas que o efeito decorativo global produzido pela sua presença é simplesmente notável. De facto, o conjunto das pinturas com todas estas alegorias, plena e muito felizmente articuladas com a estrutura arquitectónica que lhes serve de suporte, faz deste tecto um dos mais belos e memoráveis de toda a arquitectura concelhia portuguesa do Antigo Regime – tornando a “câmara” que o acolhe e a que serve de cobertura numa das mais belas câmaras da vereação portuguesas.

A decoração desta portentosa “câmara” inclui ainda, pintados na parede do topo da mesma, sob a alegoria da Sabedoria, *os brasões com as armas do reino* [Fig.^a 731] e *as do concelho* [Fig.^a 732]. Pintados muito mais tarde, por volta de 1820, a óleo directamente sobre a parede, estes brasões surpreendem pelo carácter não académico da sua pintura. Com efeito, numa “câmara” como a de Borba, a pintura destes brasões tardios é estranha e surpreendentemente muito ingénua e muito afastada de quaisquer pretensões artísticas. De execução tipicamente popular, estas tão modestas pinturas dos brasões vêm lembrar-nos

⁵¹³ João Miguel Simões, *Ibidem*, p. 222.

mais uma vez a importância e o significado da presença dos símbolos do reino e do concelho nas câmaras das vereações. Por isso, pintados ou esculpidos, eles decoravam e dignificavam a generalidade das antigas câmaras da vereação portuguesas.

Muito próximo de Borba, o programa decorativo da câmara das vereações da casa da câmara de Elvas, apesar de muito ambicioso, actualizado e mesmo cosmopolita, retoma da tradição portuguesa a presença das armas reais. Com efeito, embora muito afastado da inesperada *gaucherie* da tardia pintura dos brasões existentes na parede da câmara das vereações de Borba, o tecto da “câmara” de Elvas ostenta, bela e muito eruditamente pintado a fresco, o mais galhardo brasão com as armas reais que nos foi dado recensear nos tectos de todas as velhas (e das menos velhas) casas da câmara portuguesas⁵¹⁴. Este brasão está representado numa bandeira branca, muito grande, garbosamente desfraldada, erguida por um *cavaleiro áulico* muito belicoso, pintado no grande medalhão oval do topo do tecto [Fig.^a 733]. O cavaleiro cavalga um cavalo rompante, ajaezado com uma pele de leopardo, à antiga, e está equipado com armadura à romana, com a sua couraça, saio de correias e elmo emplumado, parcialmente coberto por um manto vermelho de belo drapejado esvoaçante. O cavaleiro segura com a mão direita a haste da bandeira e com a mão esquerda um escudo onde se inscrevem as quinas de Portugal.

O brasão da câmara das vereações de Elvas está pintado no painel central do tecto da “câmara”, tipicamente pós-pombalino, realizado em estuque sobre uma estrutura em masseira. Já atrás discutimos a localização desta câmara das vereações, aposta à primitiva sala de audiências de origem manuelina, implantada sobre uma das portas daquela então vila, a meio caminho entre a praça e o antigo arrabalde, que se iniciava na chamada *Rua da Cadeia* que, neste sítio, contorna pelo exterior a linha da muralha medieval. Já atrás vimos também que esta casa da câmara detinha uma história construtiva muito atribulada, de que resultou uma fachada muito variada e complexa, contribuindo para que esta seja uma das mais belas e sobretudo mais pitorescas casas da câmara portuguesas.

A câmara das vereações de Elvas – a seu tempo acrescentada e integrada no edifício manuelino e talvez reconstruída, pelo menos parcialmente, depois do Terramoto de Lisboa de 1755 – não desmerece em nada do edifício a que passou a pertencer.

⁵¹⁴ Pintado por Cirilo Volkmar Machado em 1779, bem como todas as pinturas da câmara das vereações de Elvas, como mostrou Mário Henrique Z. Cabeças, in “Cyrillo Volkmar Machado em Elvas. As pinturas da Sala das Sessões dos antigos Paços do Concelho (1779)”, *ARTIS – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2010-2011, n.º 9-10, pp. 373-387. Este autor publica um estudo preparatório de Cirilo, que designa de “As Armas da Cidade de Elvas”, conservado no Gabinete de Desenhos do Museu Nacional de Arte Antiga in *Ob. Cit.*, p. 384, Fig.^a 3.

Integralmente decorada nas décadas finais do século XVIII, esta câmara das vereações faz parte de um *ciclo de casas da câmara pombalinas e pós-pombalinas do Leste Alentejano* localizadas numa faixa raiana que começa em Mourão, que inclui o Redondo, Vila Viçosa e Borba e que perpassa por Evoramonte (Estremoz) e Cano (Portel)⁵¹⁵. Com efeito, este ciclo culmina, a Norte, justamente nas pompas decorativas e cívicas, únicas entre nós, da opulenta câmara das vereações pombalina (ou pós-pombalina) da antiga casa da câmara de Elvas.

A “câmara” de Elvas é uma sala rectangular relativamente pequena, orientada longitudinalmente no sentido das muralhas medievais, sobre que parcialmente se apoia. Os lados menores da “câmara” são o anterior, que dá para a sala da audiência (a que, por comodidade, chamaremos lado A) – e o posterior (lado B). Os lados maiores são os da parede à direita de quem entra na “câmara”, paralela à Rua da Cadeia (lado C) e, no lado oposto, o da parede da esquerda, que dá para a praça e a sé (lado D). A “câmara” é servida por seis portas, uma que comunica directamente com a sala da audiência, onde se rasga a porta de acesso à mesma (lado A); outra para o lado da Rua da Cadeia (lado C); duas outras, na face posterior da câmara (lado B), que dão para duas divisões traseiras, uma das quais dá acesso actualmente à torre do relógio da câmara, construída apenas na época do Estado Novo. Enfim, na parede voltada para a praça e a sé abrem-se mais duas portas que dão para uma sacada aparentemente pré-pombalina (lado D).

As pinturas desta câmara das vereações que, ressaltando quatro pequenos apontamentos “realistas” em medalhões decorativos, são todas de teor alegórico ou bíblico, cobrem integralmente as paredes e o tecto, este integralmente pintado a fresco. Com efeito, o plano decorativo global desta câmara das vereações assenta numa *juxtaposição muito complexa de três níveis de figuração*: *rodapés* em marmoreado no plano inferior das paredes; *pinturas monumentais* com representações de cenas mítico-históricas na parte restante das mesmas e, finalmente, nos quatro painéis laterais da masseira do tecto, *alegorias* de diversas virtudes, a enquadrarem, no painel central, o guerreiro a cavalo que ostenta, no escudo e na bandeira que ergue, as quinas e o brasão com as armas de Portugal, respectivamente.

Os *rodapés* na parte inferior das paredes, são muito altos (têm cerca de 1,10^m, isto é, aproximadamente uma vara) e, no seu aspecto actual, resultam provavelmente de uma pintura ou repintura muito tardia. São pintados *a fresco* com marmoreados em *trompe*

⁵¹⁵ A esta lista haveria que incluir a igualmente notável casa da câmara alentejana de Castro Verde, também datável do reinado de D. Maria I.

l'oeil de execução muito frouxa. Figuram amplas e algo desgraciosas “almofadas” azuladas, fingidas, distribuídas regularmente e cercadas por molduras em rosa, igualmente fingidas.

Uma moldura negra, aparentemente em relevo, assinala o topo superior destes rodapés bem como os contornos das portas e serve de enquadramento às composições monumentais pintadas nas paredes. Estas composições têm formas irregulares e são todas diferentes, pois têm que se adaptar às paredes que decoram, também todas diferentes entre si, pelo tamanho, pela localização e pelo número e o tamanho das portas que em cada uma delas se abrem. Por isso, a forma das pinturas das paredes é recortada, interrompida por aquelas aberturas rasgadas nas paredes, como veremos.

Para lá da complexidade do enquadramento global destas pinturas, a decoração das paredes apresenta também recursos técnicos inesperados. Com efeito, não só *as paredes são integralmente pintadas*, como as pinturas das composições históricas monumentais são realizadas a *óleo sobre tela*, pintadas provavelmente em atelier e posteriormente transpostas, recortadas e aplicadas nos espaços adequados. Note-se que não encontrámos esta tão rara solução técnica em mais nenhuma casa da câmara da época nem em nenhuma outra decoração tardo-setecentista portuguesa⁵¹⁶.

Tal como em Borba, os diversos painéis do tecto da câmara das vereações de Elvas destacam-se uns dos outros por faixas de cor que assinalam as arestas da estrutura tronco-piramidal do tecto, onde se inscrevem discretos ornatos relevados, igualmente realizados em estuque. Os painéis laterais, naturalmente de forma trapezoidal, têm uma composição rigorosamente simétrica e muito erudita, igual em todos eles [Fig.^a 734; lado C]. Assim, no céu azul e aberto do plano do fundo emergem os topos de arvoredos muito vicejantes. Sobre este fundo temos, no primeiro plano, a parte superior de um friso arquitectónico decorado com festões clássicos de desenho muito puro, pintados em *trompe l'oeil*. No topo deste friso (sublinhado por uma ligeira cornija) apoia-se um par de estatuetas douradas, simetricamente distribuídas, representando deuses do panteão clássico (entre eles entrevê-se um Jano com a típica cabeça bifronte; representado no painel do lado C). A este elemento sobrepõe-se, na sua secção central, uma espécie de pódio de desenho muito elaborado, em cuja face frontal se inscreve uma cartela, de cujo fundo (num tom de púrpura carregado) emerge uma máscara dada em branco, bem como alguns ornatos de bom desenho. Sobre o pódio e sobreposta à

⁵¹⁶ Só em fins do século XIX, no contexto da decoração de algumas salas do *Museu Militar de Lisboa*, voltaremos a encontrar entre nós paredes decoradas integralmente com painéis pintados a óleo sobre tela, recortada de modo a encaixar nos espaços arquitectónicos disponíveis, de acordo com as suas dimensões e a implantação das respectivas portas e janelas.

paisagem do fundo, insere-se uma segunda cartela, agora rectangular, mas de cantos muito chanfrados onde, pintada a grisalha de tom dourado, estão representadas paisagens mais ou menos convencionais. No pódio sentam-se duas figuras alegóricas monumentais, masculinas ou femininas, também dispostas simetricamente e de costas uma para a outra, ostentando as insígnias respectivas, de acordo com a iconografia tradicional.

Das quatro paisagens figuradas nas cartelas centrais, merece um particular destaque a do caixotão do Lado B, que representa um fragmento do monumental aqueduto da Elvas [Fig.^a 735]. As figuras alegóricas deste lado são a *Justiça* (à esquerda) e a *Caridade* (à direita). Nos restantes caixotões surgem as seguintes alegorias, a ser correcta a nossa proposta de identificação: a *Prudência* e o *Amor à Pátria* (lado A)⁵¹⁷, a *Geografia* e as *Ciências* (aquela figurada pela esfera armilar; esta por uma Minerva; lado C) [ver atrás Fig.^a 734] e, finalmente, a *Abundância* e o *Comércio* (aquela com uma cornocópia, este figurado por um Mercúrio; Lado D) [Fig.^a 736].

A simples presença destas alegorias na decoração de um tecto de uma câmara das vereações portuguesa seria já motivo de grande reparo, pois, que saibamos, estas pinturas apenas emparceiram com as da vizinha “câmara” de Borba, coetâneas mas de realização bem menos académica. Porém, a acrescentar à carga decorativa, simbólica e ideológica destas alegorias, há a considerar ainda as notáveis pinturas murais que a câmara de Elvas também ostenta. Trata-se, como já vimos, de extraordinárias pinturas monumentais realizadas a óleo sobre tela, de temática subsidiária da História Sagrada (Antigo Testamento), à excepção da composição, aparentemente alegórica, também de difícil interpretação que ocupa toda a parede posterior (Lado B).

Mário Henrique Z. Cabeças identifica as cenas e as principais personagens figuradas, extraídas do *Livro de Ester*, do *Antigo Testamento*, “fonte inspiradora da composição temática das telas”⁵¹⁸. Este autor informa-nos ainda que “da narrativa bíblica, Volkmar

⁵¹⁷ Mário Henrique Z. Cabeças publica igualmente um desenho prepatório de Cirilo, conservado igualmente no MNAA, in *Ob. Cit.*, p. 383; Fig.^a 2. Segundo este autor, as demais figuras alegóricas figuram a “Eloquência / Retórica ou Paz (?)”, Abundância, Justiça, Caridade, Ciência / Conhecimento (?) e Sabedoria (aqui personificada por Minerva)”, *Ob. Cit.*, p. 381.

⁵¹⁸ Mário Henrique Z. Cabeças, *Ob. Cit.*, p. 379. Segundo este autor, o *Livro de Ester* “narra o papel decisivo que a judia rainha Ester (esposa do rei persa Assuero, identificado pelos exegetas com Artaxerxes, filho de Dario) – exortada pelo seu tio e pai adoptivo Mardoqueu, funcionário real, da tribo de Benjamim – desempenhou ao evitar o extermínio de ‘todos os judeus que habitavam no reino de Assuero’ (*Est*, 3, 6), decretado pelo monarca sob instigação de Haman, ‘o segundo dignitário depois do rei’. O ódio que Haman nutria por Mardoqueu e, por extensão, pelo povo israelita, devia-se à circunstância de Mardoqueu ter denunciado uma conspiração que visava o soberano, promovida por dois eunucos, e por se ter recusado a prostrar-se e a dobrar o joelho diante de Haman, à porta do palácio.

O édito, expedido por correio para ‘todas as províncias reais’, determinava a matança e o extermínio de ‘todos os judeus, jovens, velhos, crianças e mulheres, num só dia, no dia treze do duodécimo mês, que é o mês

Machado representou em Elvas os seguintes episódios: *O Sonho de Mardoqueu*, associando a este tema a *Tentação de Adão e Eva* pintada em grisalha; *O Segundo Banquete de Ester*, *A Exaltação de Mardoqueu e a Humilhação de Haman*, *Ester na Presença do Rei* e, novamente, *O Segundo Banquete de Ester* (parte em que Haman implora à rainha ‘a graça da vida, porque via bem que no espírito do rei estava decretada a sua perda’ (*Est.* 7,7), e a *Condenação de Haman*”⁵¹⁹.

A pintura da face A [Fig.^a 737], sob as alegorias da *Prudência* e o *Amor à Pátria* pintadas no caixotão correspondente do tecto, representa *Ester na Presença do Rei*. A “cena”, muito assimétrica, representa uma galeria monumental, aberta para o horizonte e para o topo de um jardim. É delimitada por uma teoria de opulentas colunas salomónicas assentes num luxuoso chão de mármore de perspectiva algo errática. Para completar o cenário, o fundo ostenta panejamentos muito arrepanhados e as respectivas cordas e borlas, tudo de efeito muito cenográfico. À direita, sobre um estrado, surge um trono de onde o soberano acabou de descer, para amparar e confortar, juntamente com outras duas personagens femininas, a rainha, em vias de desfalecer⁵²⁰.

A pintura da face C, à direita de quem entra [Fig.^a 738], representa *A Exaltação de Mardoqueu e a Humilhação de Haman*. A “cena”, também muito teatral, representa um cais aparentemente fluvial, mas enquadrado por equipamentos urbanos e arquitecturas de escala monumental que deixam entrever uns longes penhascosos. Na “cena” acumula-se uma pequena multidão, maioritariamente constituída por homens, devidamente togados e de cabelos cobertos por uma espécie de turbantes mais próximos do mundo oriental que do clássico. No lado direito surgem duas mulheres, uma à frente da outra, ambas sentadas, embora em dois níveis diferentes. A de trás parece exhibir algo no regaço enquanto a da frente está acompanhada de duas crianças nuas, um menino e uma menina, agarrados e

de Adar, a fim de entregar à pilhagem os seus despojos (*Est.* 3, 13). A intercessão de Ester junto de Assuero permitiu não só a revogação do édito que ditava o massacre do seu povo, concedendo ainda ao povo de Israel o direito a se defender dos seus inimigos, como a condenação de Haman (o qual foi suspenso na forca que tinha preparado para Mardoqueu). Por sua vez, Mardoqueu passou a ocupar ‘um alto lugar no palácio real e a sua fama espalhava-se por todas as províncias, onde a sua influência crescia dia a dia’ (*Est.* 9, 4).

Se para os judeus Ester se tornou uma heroína nacional, responsável pela libertação do povo judaico, dando este acontecimento origem à importante festa do Purim, para os cristãos ela seria interpretada como a prefiguração da Virgem Maria”, *Ob. Cit.*, pp. 379, 380.

⁵¹⁹ Mário Henrique Z. Cabeças, *Ibidem.*, p. 380.

⁵²⁰ Mário Henrique Z. Cabeças nota que a fonte desta figuração está na pintura com o mesmo tema do pintor francês Charles-Antoine Coypel, de fins de Seiscentos e pertencente ao Museu do Louvre; Id., *Ibidem.*, p. 380. Em Abril de 2012 o antiquário de Lisboa António Costa (António Costa Antiguidades; R. do Alecrim, 76) tem em exposição duas pequenas pinturas de tema bíblico, sobre vidro, de autor anónimo mas datáveis do século XVIII, de Escola Italiana, que representam uma a “Descoberta de Moisés” e a outra justamente o tema bíblico de *Ester na Presença do Rei*. A composição geral desta última é em tudo parecida com a versão de Cirilo, com a diferença de a cena aparecer invertida, como que reflectida.

como que refugiados no seu regaço. No centro da composição surgem duas figuras a cavalo. A de trás traz na sua mão direita uma coroa e um ceptro, os atributos do rei, cavaleiro do primeiro plano, que domina a cena. Haman está prostrado e de costas no primeiro plano à esquerda. Enfim, na face esquerda da composição, está representado *O Segundo Banquete de Ester* [Fig.^a 739].

A pintura da parede do lado esquerdo (lado D), muito recortada, pois nela se rasgam as duas janelas que dão para a praça é igualmente muito interessante. Representa *O Segundo Banquete de Ester* “(parte em que Haman implora à rainha ‘a graça da vida, porque via bem que no espírito do rei estava decretada a sua perda’ (*Est.* 7,7)”. A “cena” representa uma espécie de colonata, peristilo ou pórtico muito monumental, definido por pilastras coríntias de mármore vermelho intensamente caneladas, mas cujo entablamento está parcialmente oculto por panejamentos muito cenográficos. No primeiro plano, Haman implora a graça à rainha [Fig.^a 740].

Enfim, a pintura da parede do fundo (lado B) – totalmente diferente das anteriores, tanto pelo tema como pela composição [Fig.^a 741] - representa um firmamento ou um céu aberto em que flutuam coroas de anjinhos. Na sua frente, e sobre o primeiro plano, um pódio acinzentado de desenho muito rebuscado ostenta uma cartela com uma cena em *grisalha* do mesmo tom cujo tema nos escapa. Sobre o plinto surge um envasamento muito desenvolvido sobre o qual se erguem, nas suas extremidades laterais, duas cariátides, cujas cabeças sustentam um entablamento clássico em que se apoiam as pequenas extremidades de um frontão circular interrompido de desenho pouco convencional. As cariátides, providas de braços e mãos, seguram, com a sua mão esquerda, colunas coríntias de mármore azul, inclinadas, que tentam encaixar sob capitéis coríntios dourados que elas seguram com a sua mão direita. Enfim, esta composição, também monumental, poderia constituir uma *alegoria do triunfo das ordens e, em particular, da ordem coríntia*. Porém, as duas cariátides e as colunas que estas seguram e tentam encaixar entre o envasamento e o entablamento, enquadram muito estranha e inesperadamente um grande quadro emoldurado, *sobrepondo-se* à composição arquitectónica e ao céu ou firmamento do fundo, com a pintura de uma paisagem muito convencional, o que suscita nova interrogação: tratar-se-á da celebração alegórica do *triunfo*, da *articulação*, da “*igualdade*” ou da *concórdia das artes - pintura, escultura e arquitectura*?

Estas pinturas só recentemente têm merecido a atenção dos estudiosos, graças nomeadamente ao estudo citado de Mário Henrique Z. Cabeças⁵²¹. Era conhecida, porém, a muito ligeira referência de 1927, feita por Raul Proença no seu *Guia de Portugal*, no âmbito da igualmente muito displicente referência à casa da câmara de Elvas, assim notada: “Câmara Municipal, construída em 1538 (**na antiga sala das sessões, pinturas, muito fracas, atribuídas, talvez sem fundamento, a Volkmar Machado**)”⁵²². Merece reparo esta referência e o juízo que nela é feito a estas pinturas e que, pelo que temos vindo a expor – e com o maior respeito pelo grande pensador e viajante que foi Raul Proença – não podemos partilhar. Com efeito, para lá da sua raridade, do seu efectivo valor pictórico e do seu efectivo valor decorativo, estas pinturas têm para nós um valor extraordinário tanto pela sua temática e pela sua riqueza alegórica e simbólica, como pela sua intenção moralizante e mesmo ideológica.

Estabelecida a questão tão importante das fontes e da autoria destas tão notáveis pinturas, da mão de Cirilo Volkmar Machado⁵²³, como Mário Henrique Z. Cabeças mostrou, há que reconhecer que a sua importância decorre, a par da sua singularidade, do facto de terem sido concebidas, encomendadas e pintadas num gosto neo-clássico, no contexto da introdução e da afirmação quase militante do Iluminismo em Portugal (pelas mãos de juízes e corregedores recém-formados na então também recém-reformada Universidade de Coimbra). Daqui decorre que estas pinturas tenham uma carga ideológica muito intensa, que parece exaltar, por um lado, o triunfo das *Virtudes*, impostas pelo soberano “iluminado” e acatadas por todos. Mas, por outro lado, estas pinturas visavam, segundo Mário Cabeças, “ser um exemplo moral e edificante para a conduta e acção de todos aqueles que aí se reuniam, ou seja, de todos aqueles que tinham em mãos os destinos da cidade, de uma cidade que também ela, em certa medida, tinha em mãos os destinos do país, por se tratar de um importante bastião contra as incursões dos inimigos, como cidade de fronteira que era, e pelo papel que no passado desempenhara na defesa de Portugal. Por outro lado (...) podemos, de igual modo, fazer a leitura de que a rainha Ester, neste caso, é a personificação da própria cidade de Elvas, sendo, ao fim e ao cabo, uma apologia da cidade alentejana. Por outras palavras: assim como Ester salvou o seu povo de um extermínio e lhe concedeu o direito a se defender dos seus inimigos, também Elvas, sob a providência divina, desempenhara (...) um papel

⁵²¹ No seu estudo, Mário Henrique Z. Cabeças recenseia a bibliografia sobre estas pinturas, onde constam estudos recentes de Nuno Grancho e de Maria José Pinheiro: *Ob. Cit.*, p. 376, notas.

⁵²² Raul Proença, “Elvas – Sé”, in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II...*, p. 441.

⁵²³ Para as ideias estéticas de Cirilo Volkmar Machado ver Paulo Varela Gomes, “Cyrillo Vokmar Machado e a História da Arte em Portugal na transição do século XVIII para o século XIX”, in Paulo Varela Gomes, *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Séc. XVIII*, Caminho, Lisboa, 1988, pp. 149-173.

crucial na ‘salvação’/independência do povo português, sobretudo face ao tradicional adversário castelhano”⁵²⁴. Enfim, o seu rico e complexo significado integra as pinturas de Elvas numa velha tradição, que vinha da Idade Média, de pinturas de temas de conteúdo moralizante em edifícios públicos, nomeadamente nos concelhios⁵²⁵.

⁵²⁴ Mário Henrique Z. Cabeças, *Ob. Cit.*, p. 382.

⁵²⁵ Dagoberto Markl, no seu estudo atrás referido “A Justiça de Deus e a Justiça dos Homens...”, dá-nos uma série de exemplos europeus de pinturas “cívicas”. Assim, refere as seguintes pinturas: de Giotto, “Brutus, protótipo do Bom Juiz, atacado pelos vícios e defendido pelas Virtudes”, para o Palazzo del Podestà de Florença, de c. 1334; de Lorenzetti, a famosa “Alegoria do Bom e Mau Governo da Cidade”, para o Palazzo Pubblico de Siena, de 1339; de Roger van der Weyden, os “Exemplos de Justiça”, encomendados pela “Câmara” de Tournai, de c. 1439; de Dirc Bouts, a “Justiça de Otão”, para a “Câmara” de Lovaina, de 1468 e, enfim, de Gerard David, “A Justiça de Cambises”, para a cidade de Bruges, 1498. Id., *Ibidem*.

Para a decoração pictórica de teor alegórico do “Palazzo Pubblico” de Siena (a casa da cidade desde a Idade Média) ver Enzo Carli in Aldo Cairola e Enzo Carli, *Le “Palazzo Pubblico” de Sienne*, Editalia – Roma, 1965. Assim, de entre as pinturas monumentais que decoram o Palazzo Pubblico de Siena constam uma “Maestà” de Simone Martini (c. 1315; na chamada “Sala do Mapa Mundo”) e ainda “Guidoriccio da Fogliano vittorioso sui castelli di Montemassi et Sassoforte di Maremma” (1328; na mesma sala), também de Simone Martini.

Porém, o ciclo decorativo mais famoso do “Palazzo Pubblico” de Siena é o de Ambrogio Lorenzetti, (1438, 1439; na “Sala dos Nove”), que contém a chamada “Alegoria do Bom Governo”, que integra a alegoria dos “Efeitos do Bom Governo na Cidade e nos Campos” e a “Alegoria do Mau Governo” com os “Efeitos do Mau Governo nos Campos”.

A “ante-capela” do “Palazzo Pubblico” de Siena detém também ciclos decorativos importantes para o nosso tema, devidos a Taddeo di Bartolo (pintados a fresco em 1407, tal como as pinturas que fez na capela contígua). Trata-se de pinturas “muito interessantes pelo assunto e porque nos mostram a evolução das ideologias éticas e políticas em Siena, no início do século XV. Elas representam, com efeito, as *Virtutes politicae*, com uma série de Homens romanos ilustres. As virtudes, representadas nas lunetas sob as abóbadas, com os seus atributos respectivos, são em número de cinco: três cardeais, e precisamente a *Força*, a *Prudência* e a *Justiça*, mais a *Magnanimidade* e a *Religião*, entendida no duplo significado de piedade cristã e de religião pagã. Os Homens ilustres são representados em meio-busto, em medalhões dispostos à volta das Virtudes, ou de pé, sob aquelas, mas sempre em relação com o sentido de cada uma delas”, Enzo Carli, *Ibidem*, pp. 194; 201.

Nas páginas seguintes, Enzo Carli regista outras pinturas de carácter cívico e moralizante do mesmo pintor e discute as respectivas fontes e o seu significado. Assim, nas abóbadas da contígua “Sala Nova” Martino di Bartolommeo pintou (em 1408) um novo ciclo de Virtudes, pintadas em “meio-busto, com uma cartela que as identifica: *Identificação, Prudência, Sabedoria, Humildade, Castidade, Temperança, Nobreza, Misericórdia, Paz, Justiça, Graça, Força e Circunspecção* (duas outras cartelas são ilegíveis)”, Id., *Ibidem*, p. 203.

Embora mais tardias, outras importantes pinturas de cunho alegórico decoram o tecto da sala chamada do “Consistório”: são devidas a Domenico Beccafumi e são datadas de 1529-32. O plano decorativo deste tecto contemplava também “a exaltação das *Virtutes politicae*”, agora representadas “através dos episódios da história romana e grega, inspirados na sua maior parte na obra de Valério Máximo e podendo aplicar-se a acontecimentos da história sienense”. O plano decorativo centra-se na figuração de três virtudes, a *Justiça*, a *Concórdia* e o *Amor da Pátria*, à volta das quais “se desenrola um friso com episódio históricos, cada um com a sua legenda (...). Nos cantos da abóbada são representados, dois a dois, oito heróis gregos e romanos”, Id., *Ibidem*, p. 227.

A decoração desta última sala mereceu as seguintes considerações a Enzo Carlo: “a decoração da sala do ‘Consistório’ foi a última grande iniciativa do Estado Sienense no que se refere à pintura. Sente-se aí pairar, talvez mesmo com uma ligeira nuance de nobre retórica, o sentimento e o orgulho (fierté) da liberdade republicana; sentimento e orgulho que ainda correspondiam a uma realidade histórica, bem viva e que, adoptadas como regra de coexistência civilizada, eram uma fonte de esperança e um garantia (gage) para o futuro”, Id. *Ibidem*, p. 228.

Ver ainda, sobre pinturas cívicas ou moralizantes em edifícios públicos e em edifícios concelhios em particular, Steven Robert Golan, *Scenes from Roman Republican History in Seventeenth-Century Dutch Art: ‘Exempla Virtutis’ for Public and Private Viewing*, Dissertação de Doutoramento na Universidade do Kansas, 1994; microfilme disponibilizado na Internet [Scenes from Roman Republican history in seventeenth century Dutch art. Exempla virtutis for public and private viewing.pdf (12 MB), <http://www.sendspace.com/file/8pm4k3>]. Note-se em particular o título do seu II Capítulo: “The virtues of a

As pinturas da câmara das vereações de Elvas suscitam uma última consideração. Com efeito, aplicadas nas paredes, elas enquadram e como que suportam a pintura das alegorias do tecto e em particular a da *alegoria das alegorias, proporcionada pelas próprias armas do Reino de Portugal*, tão galhardamente pintadas no painel central. Afinal, a representação das armas do Reino dificilmente poderia estar ausente de uma típica câmara das vereações portuguesa. Pintados ou esculpidos, os brasões decoram e nobilitam as antigas câmaras das vereações, muito sofisticada ou então muito toscamente realizados por artesãos locais sem grandes luzes e com recursos técnicos muito modestos – como inesperadamente acontecia com os tardios e tão ingénuos brasões pintados na parede da câmara das vereações da vizinha vila de Borba, como atrás vimos. Ora, para os nossos antepassados, como em grande parte para nós próprios, tanto o brasão do Reino como o do Concelho eram – ou pretendiam ser – figurações, ou melhor, símbolos identitários supremos, irredutíveis, imorredouros e imperecíveis de algo de superior a eles próprios, de transcendente e de eterno. Mas, afinal, irredutíveis, imorredouras e imperecíveis eram justamente as categorias que se pretendiam para o Reino em geral e para cada Concelho em particular, enquanto entidades políticas supra-locais ou supra-individuais em que todos se reviam e que todos consideravam – conjuntamente com os seus agentes – estarem sempre ao serviço dos Povos.

Presentes na câmara das vereações, onde se tratava das causas, dos negócios e dos interesses desses mesmos Povos, enquanto corpo colectivo a que de há muito se chamava de *Concelho*, a presença daqueles brasões constituía a garantia da desejável satisfação plena do bem comum de todos e do bom andamento das coisas públicas, isto é, das coisas da *República* – ou melhor, das pequenas ou minúsculas repúblicas que os antigos concelhos em si constituíam. Ora, a *Cúria* destas “repúblicas” ideais era proporcionada, material e simbolicamente, pela câmara das vereações da casa da câmara local, adaptada, reconstruída ou mesmo muito esmeradamente redecorada para bem servir os tão cívicos e tão nobres desempenhos das vereações que aí se reunissem – e que a si mesmas explícita e tão briosamente se auto-designavam de *Senado da Câmara*.

Enfim, a extraordinária decoração global da câmara das vereações de Elvas ilustra bem a vontade de dignificar a “câmara” e, através dela, a vontade de dignificar e nobilitar as próprias funções concelhias, entendidas enquanto instrumentos administrativos, políticos e ideológicos de uma espécie de *utópica República Romana*

strong republic: The depiction of Roman Republican leaders in the seventeenth-century Amsterdam Town Hall and their interpretation in the context of Italian Renaissance public building imagery”.

radical como que enxertada no Alto Alentejo, servida por senadores virtuosos, no quadro e nos limites de uma ordem social e política também utopicamente virtuosa e por isso justa, sábia, austera e digna.

Esta *ordem* virtuosa também se pretende eterna, ou melhor, intemporal e, por isso, pode ou deve ser invocada e revivida num cenário a seu modo também utópico, para o qual se convocaram as figurações dos reis, dos sacerdotes, dos heróis, dos sábios, das matronas, dos patrícios e dos plebeus mais ilustres da História Antiga, sagrada ou profana. As representações das suas figuras bíblicas e dos seus gestos mais emblemáticos, com toda a carga ideológica que detinham, proporcionavam, assim, uma inspiração, uma motivação e um reforço suplementar para os nobres e tão elevados desígnios dos agentes do poder, fosse qual fosse a natureza e o âmbito deste – real, concelhio ou outro. Por isso a ideologia, a ética e a estética das Luzes e do Iluminismo – que inspiraram as pinturas da “câmara” de Elvas – impõem quase sempre, como sabemos, uma revisitação explícita e voluntariosa da História Sagrada, da História da Antiguidade e, em particular, da História e da Arte da Roma Antiga⁵²⁶.

São esta ideologia, esta ética e esta estética – que informam o melhor do Neo-Classicismo europeu – que se manifestam quer nas construções de pedra e cal, quer sobretudo nos planos e projectos radicalmente utópicos dos arquitectos e demais artistas que voluntariamente “sacrificam” nos altares da grande utopia iluminista e da grande utopia revolucionária, que tão empenhada e militantemente servem. São ainda a mesma ideologia, a mesma ética e a mesma estética que se manifestam quer na efemeridade das celebrações cívicas e laicas inerentes à festa revolucionária, quer na produção de ciclos artísticos extremamente coerentes ao serviço da propaganda das Luzes e dos seus agentes. Enfim, foram ainda a mesma ideologia, a mesma ética e a mesma estética que inspiraram o projecto arquitectónico, a decoração, as mobílias e os próprios equipamentos de alguns importantes espaços de reunião, de poder e de decisão. Por isso, a força, a coerência e a luz daquela ideologia, daquela ética e daquela estética chegaram até nós em toda a sua pureza e em todo o seu brilho. Por isso ainda, numa cidadezinha portuguesa de fronteira, a muitos milhares de léguas de distância dos grandes focos ideológicos e culturais do Iluminismo e do Neo-Classicismo, aquela ideologia, aquela ética e aquela estética puderam inspirar explicitamente o tão singular e tão raro

⁵²⁶ Sobre a estética e as artes próximas da chamada “Filosofia das Luzes” ver, entre outros, Emil Kaufmann, *La Arquitectura de la Ilustracion – Barroco y Posbarroco en Inglaterra, Italia y Francia*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1974.

programa decorativo da câmara das vereações de Elvas e em particular as suas tão notáveis pinturas.

13 – A cadeia

O Antigo Regime deixou-nos uma rede gigantesca de velhas cadeias concelhias. Esta rede de cadeias – uma por concelho! – era própria de uma sociedade tradicionalmente muito conflituosa e que por isso recorria intensiva e quase quotidianamente ao julgamento sumário e ao encarceramento dos acusados e implicados – justa ou injustamente - em pequenos e menos pequenos delitos e transgressões. Esta situação chegou quase aos nossos dias e Aquilino Ribeiro dá-nos um comovente exemplo dos transtornos e ansiedades provocados numa pobre comunidade rural pela injusta prisão preventiva de desprotegidos camponeses beirões apanhados nas malhas da Justiça nos anos pesados dos primeiros tempos do Estado Novo. Com efeito, na cadeia comarcã instalada na casa da câmara já atrás referida da vila de ficção de Bouça de Rei, foram recolhidos “uns vinte e quatro lapónios, que nunca sonharam ir parar com os ossos à cadeia”¹, acusados de serem os cabecilhas dos graves confrontos com os agentes de reflorestação dos baldios da Serra do Milhafre, nome de ficção para a beirã Serra do Pisco. Por causa daquelas prisões em massa, “durante um mês, enquanto o poder digeriria a sua cólera, Bouça de Rei andou em rebuliço com a assistência e romaria aos presos das populações serranas”².

13.1 – As cadeias, equipamento público ao serviço das sociedades tradicionais

Para lá da discussão das características construtivas e mesmo arquitectónicas das velhas cadeias concelhias – objecto do presente capítulo – estas suscitam um outro estudo, em grande parte por fazer³, sobre o estatuto e a condição social, quer dos carcereiros quer dos presos, uns e outros sempre intimamente integrados na comunidade de que emergiam. Desta aproximação entre a comunidade, os seus carcereiros e os seus presos, temos testemunhos notáveis na própria figuração dos carcereiros nomeadamente na pintura decorativa

¹ Aquilino Ribeiro, *Quando os Lobos Uivam*, Livraria Bertrand, 1.ª Edição, Lisboa, 1958, p. 222.

² Id., *Ibidem*, p. 224. Deve notar-se que estes presos foram posteriormente transferidos para o Porto, em cujo Tribunal da Relação decorrerá o seu dramático julgamento.

³ Para os presos das cadeias da época da Monarquia Constitucional ver Varia José Moutinho Santos, *A Sombra e a Luz – As Prisões do Liberalismo*, Edições Afrontamento, Porto, 1999.

portuguesa. Estes surgem, com efeito, em algumas belas figurações setecentistas das *Obras de Misericórdia*⁴, como nas da Igreja da Misericórdia de Tavira onde, no painel referente à *sexta*, que nos impõe “Remir os catiuos” [Fig.^a 742] surge, à porta da cadeia, um galhardo carcereiro com as chaves da cadeia na mão [Fig.^a 743]. Uma figuração coetânea e muito semelhante do carcereiro, sempre de chaves na mão [Fig.^a 744], surge no painel relativo à *quarta* Obra de Misericórdia (“VIZITAR OS ENFERMOS ENCACERADOS”) que sobrevive em instalações do que foi a antiga Misericórdia de Estremoz. Um último testemunho extraordinário sobre o papel dos carcereiros concelhios está na homenagem prestada pela Câmara de Mafra em data indeterminada (mas provavelmente em meados do século XX) ao carcereiro local mediante uma inscrição alusiva, gravada em mármore, onde se lê: “ANTONIO SILVESTRE / 33 ANOS / DE CARCEREIRO” [Fig.^a 745], hoje infelizmente apeada e guardada nas ricas reservas do Museu Municipal daquela vila.

As velhas cadeias concelhias proporcionavam uma inegável fonte de pitoresco social, decorrente não só dos modestos agentes e funcionários concelhios que as tutelavam e administravam, mas também da condição, sempre muito precária, dos presos, que tão intensamente perpassa pela documentação disponível, a aguardar o estudo que tanto merece. Sobre a sua condição, diga-se apenas que os presos nas cadeias do Antigo Regime eram quase sempre pobres e humildes cidadãos a quem a pobreza, a pouca sorte e os desmandos próprios e alheios empurravam, por vezes algemados e acorrentados, para a alçada da Justiça, tal como os vemos representados na bela alegoria do painel central da audiência de Borba, atrás referida [Fig.^a 746].

Os presos da maioria das cadeias concelhias – a quem a Câmara local normalmente dava apenas a *tarimba* para dormirem, pois não tinha rendas nem recursos para mais – eram quase sempre amparados apenas pelos familiares e sobretudo pela piedade dos moradores da vila e em particular pelos das vizinhanças da cadeia. Com efeito, os presos pobres viviam da caridade pública e por isso era considerado desejável que as cadeias concelhias se localizassem no centro das localidades, na praça ou nas ruas mais centrais das diversas vilas e cidades, como veremos.

Condenados, os presos que jaziam nas cadeias e enxovias beneficiavam, porém, da piedade, espontânea ou organizada, dos fiéis, pois todos cumpriam e praticavam as *Obras de Misericórdia*, nomeadamente a *quarta* que, como já sabemos, nos manda “uisitar os enfermos, e encacerados” [Fig.^a 747] e a *sexta*, que nos manda “Remir os catiuos” [ver atrás

⁴ Gabriel Pereira lembra-nos que “a primeira obra de misericórdia de entre as corporais” “he remir captiuos e visitar os presos”, Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora...*, p. 325.

Fig.^a 742] – como se lê nas legendas dos belos painéis de azulejos da igreja da Misericórdia de Tavira, já acima referidos. Para lá da imposição moral expressa no enunciado catequético das “Obras de Misericórdia”, muitas das Irmandades da Misericórdia apoiavam explicitamente os presos das cadeias concelhias locais, quer em matéria jurídica durante o seu julgamento, quer visando a eventual condução para o degredo dos condenados em condições mais humanitárias, quer a sua libertação. Com efeito, a prestação de “apoio jurídico” aos presos era uma competência assumida por algumas Misericórdias locais, como acontecia com a da Chamusca, cujo primitivo *Compromisso* seguiremos⁵.

Ora, logo no “1.º Compromisso”, provavelmente quinhentista, da Misericórdia daquela vila ribatejana, previa-se a criação (no seu capítulo XI) do cargo do “**Mordomo dos presos**”, determinando-se que

“pera Mordomo dos presos ellegera o Prouedor com os mais irmãos hum irmão nobre dos da meza, e este por seruiço de Nosso Senhor e da Virgem Nossa Senhora **tera cuidado de correr com o prezos que a casa liurar que he hum dos mores seruiços que pode fazer a Nosso Senhor que este foi o principal exercício com que se fundarão estas irmandades**. E sendo abzenti ou impedido de maneira que não possa acodir a esta ocupação em quanto lhe durar o impedimento se ellegera outro irmão dos da meza, ou seja nobri, ou de menor condição **que corra com os prezos, por que não haja falta em seus liuramentos**”⁶.

⁵ O “Compromisso” da Irmandade da Misericórdia da Chamusca impunha que “no livramento dos prezos e mais cousas seguirão a ordem que lhe for dada em meza, aonde darão conta dos termos em que vão os feitos e do modo com que se corre com elles, de que o escriuão fara assento em hum livro, que para esse effeito hauerá e **farão que os prezos se confessem e comunhem pella quaresma e quatro jubileos desti Arcebisnado**. [...]”

Serão obrigados a proseguir as appellações dos prezos do rol da caza fazedo as ir a relação com cartas a misericórdia de lisboa para que as faça despachar e proceder nellas conforme ao uzo da casa e procurarão que tragão suas sentenças dando conta na meza para os custos, que quando a casa não puder, se tirarão por esmolas de maneira que não sejam dilatadas suas sentenças e solturas e não tirarão appelação sem se dar conta na meza.

Se os prezos saírem com degredo, solicitarão que sejam soltos para os irem cumprir, e sendo os degredos de outra qualidade os farão levar as cadeias conforme as ordenações do Reyno para os irem cumprir, leuando suas sentenças e cartas de guia, dando primeiro conta na meza para lhos ordenar o que hão de fazer”; publicado por João José Samouco da Fonseca, *História da Chamusca I...*, Vol. I, pp.s 267-269; sublinhados nossos.

⁶ Publicado por João José Samouco da Fonseca, *Ibidem*, Vol. I, pp.s 267-269.

O mesmo “Compromisso” da Irmandade da Misericórdia da Chamusca determinava ainda as seguintes medidas de apoio aos presos:

“Primeiro qui a meza aceiti algum prezo para se corer com seu liuramento, mandara a meza por dous irmãos della **informar sse muy inteiramente se o prezo he pobre, e não tem nada de seu e se he desamparado, que não tenha quem faça por elle, e esta prezo ao desamparo, no que farão toda a diligencia possiuel, e se o prezo for de fora se informarão muy particularmente, se nas terras onde habitou, ou he natural tem alguma cousa de seu, ou seja mouel, ou raiz, e se for de todo dezemparado de bens e de parentes, que ao desamparo esteia na cadeia o aceitarão fazendo o prezo primeiro petição de sua pobreza e desamparo a meza pedindo pello amor de Deos o admittão ao rol da casa que se o elle não pedir com efficaça, não sera admitido; mas não serão admitidos os que forem prezos por diuidas, ou fianças, nem os que estiuierem prezos por não irem cumprir seus degredos, e os que forem recebidos não ser antes de trinta dias de prizão com folha corrida, e com os presos que a meza aceitar, correrá com seus liuramentos com todo o feuor e diligencia que por falta della se não dilate na cadeia**.

Em os mordomos tomando cargo de algum preso lhe declararão que seu feito ha de correr sem parar, e se elli o não consentir largarão logo mão delle e o riscarão do rol, e ao mesmo sera se quizer ajudar se de alguma prouisão del Rey, ou rescrito de Roma para impugnar a sentença que contra elle foi dada, porque pello mesmo caso, que teve valia e dinheiro para isso se deue presumir que não he tão dezemparado, que seja prouido

Mais frequentemente ainda, as Misericórdias proporcionavam os cuidados de saúde e sobretudo a alimentação dos presos, com rações bi-semanais, como na Chamusca, por exemplo, onde os

“Mordomos dos prezos [...] **prouerão os prezos do pão das esmollas que se tirão aos Domingos**, e não bastando lho comprarão conforme possibilidade da casa e isto **aos Domingos e quartas feiras serão prouidos e farão por se lhe dar aos Domingos sua posta de carne**, e sendo doentes **lhe darão todo o socorro que a caza puder para serem curados em suas enfermidades** e estes mordomos terão particular cuidado de os visitarem pellas manhans e as tardes para lhe fazerem applicar o que lhe for necessario e darão conta na meza para que proueião nisso, como puder ser, e a terra der lugar”⁷.

Em algumas vilas e cidades gente piedosa e caritativa, de uma forma espontânea ou organizada em modestas irmandades constituídas durante o Antigo Regime, faziam também peditórios para os presos, nomeadamente para a sua alimentação – *o pão* ou *o comer para os presos*. Esta prática caritativa era muito antiga. Com efeito, na sessão de 22 de Agosto de 1495, na câmara do Funchal

“sse acordou por sserujço de Deus e **derom o cargo de pedir pera os pressos** a Aluaro Fernadez carpinteiro e Lopo Fernandez alfayate morador na dicta vjlla na Rua de Santa Maria do Calhao **os quais pediram cada Domingo e a esmolla que tirarem e asj a que vjer dos Lugares de Bayxo que elles a rrepartam per os pressos maes proues** que elles acharem que na dicta cadea jazem”⁸.

Devemos dizer que as preocupações daquelas irmandades contemplavam peditórios para vestuário e agasalhos e alargavam-se mesmo à própria higiene dos presos e à das sórdidas celas onde estavam encarcerados, como veremos.

pella misericórdia, e isto não sendo **em casos de morte** que se o for **se lhe buscara todo o remedio que a meza parecer com charidadi christam, que não seja desamparado. Farão por alcançar perdão das partes que accusão os prezos se os casos forem de qualidade que sofrão pediren lho sem escandalo** e se for necessario darem auiso a meza para que os mandem chamar na forma que lhe parecer conueniente”: publicado por João José Samouco da Fonseca, *Ibidem*, Vol. I, pp.s 267-269.

⁷ “Compromisso” da Irmandade da Misericórdia da Chamusca, in Id., *Ibidem*, Vol. I, pp.s 267-269; sublinhados nossos.

Referente à Midericórdia de Évora Gabriel Pereira publica “Do compromisso da confraria da Misericórdia [de Évora]- De como ham de visitar os presos Capitulo viij

Outros dous conselheiros teram cuidado de **dar de comer aos presos saõs que forem pobres desemparedos** ssegundo esteuerem por Roll **Aos quaes daram duas vezes na ssomana de comer .s.** ao domingo pam que lhees abaste ate quarta feira e huuma posta de carne e uma meia canada de vinho a cada huu E as quartas feiras pam que lhe abaste ate domingo e meia canada de vinho de maneira que toda a ssomana tenham que comer”, publicado em Gabriel Pereira, *Documentos Históricos...*, pp. 329, 330.

⁸ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal - Século XV...*, p. 382.

Também em Vila Franca de Xira, em data indeterminada, mas certamente anterior à implantação do Liberalismo, “os dois Mordomos dos Presos Nobre e Plebeu [da Misericórdia] saindo à Vila ornados com as vestes da Confraria e varas pretas na mão cada um com sua bolsa, e o Andante vestido de azul adiante, e um dos Homens da Tumba com uma alcofa percorriam as ruas da Vila **pedindo esmola para os presos; em dinheiro recebiam nas bolsas os dois Irmãos as fatias de pão, ou este inteiro na alcofa. Esta espécie de esmola logo se entregava aos presos para saciarem sua fome; a de dinheiro a carregava ao Tesoureiro o Escrivão da Mesa, e dela se socorriam os detidos na prisão**”, João José Miguel da Silva Amaral, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira...*, Vol. II, pp. 41, 42.

Apesar dos apoios da comunidade, espontâneos ou organizados, muitos presos depressa se tornavam presas impotentes e indefesas das formas mais horríveis de miséria humana, o que afrontava a consciência humanitária das autoridades, nomeadamente a dos Corregedores das Comarcas que, durante as respectivas Correições, pouco mais podiam fazer do que denunciar e lamentar aquela situação deplorável. Também os Juizes de Fora denunciavam a péssima condição das cadeias portuguesas. Assim, na sua *Representação* de 1800, já atrás referida, dirigida ao Príncipe Regente, o Juiz de Fora de Guimarães tece as seguintes considerações:

“Senhor, as Cadeas, que o fim da Publica Segurança, e tranquilidade dos Estados faz indispensaveis no mais das Sociedades Politicas, merecerão sempre á Clemencia dos Soberanos aquella Piedosa Contemplação que a Humanidade reclama, para que os miseraveis nellas detidos nam soffrão alem da privação da Liberdade, dos remorsos inseparaveis do Crime, e do susto de huma pena eminente os horrores d’huma casa incomoda, mal sã, e afflictiva.

Estas Religiozas considerações moverão mais de huma vez a Paternal Benevolencia dos Senhores Reis deste Reino a melhorar muitas destas Cazas Publicas: e por isso confiando nas Reaes Virtudes de V. A. que tanto enobrecem o seu Real Espirito, e o exaltão sobre os grandes Principes do Mundo, eu tenho a honra de representar a V. A. este objecto publico em rellação á Villa de Guimarens, onde tenho a honra de servir a V. A. em o Lugar de Juiz de Fora; porque o estado actual das Cadeias da mesma Villa e outras consideraçoes emdecorosas o fazem digno da Regia Contemplação de V. A. Real”⁹.

Como vemos, também as autoridades concelhias e supra-concelhias eram impotentes para alterarem a situação e melhorarem, por pouco que fosse, a condição tão desumana dos presos detidos nas cadeias concelhias durante o Antigo Regime.

13.1.1 – Cadeias privadas no Antigo Regime

A esmagadora maioria das velhas cadeias era de inegável tutela concelhia. Cumpre, porém, referir aqui que a Idade Média e o Antigo Regime conheceram outros tipos de cadeias, reservadas a certos grupos e até a certas instituições. A referência a estas cadeias privadas num estudo como este justifica-se pois elas ajudam a entender melhor a natureza, o alcance o próprio significado das velhas cadeias concelhias portuguesas.

Deve dizer-se que, durante todo o Antigo Regime, havia que contar, antes de mais, com as cadeias estatais de Lisboa, Porto e Coimbra¹⁰ e com as próprias cadeias militares.

⁹ Carta do Juiz de Fora de Guimarães sobre o estado lastimoso das duas cadeias dessa vila, a da Relação e a do Castelo, propondo a fusão das duas numa só, a construir no campo de S. Francisco daquela vila; Guimarães, 20-4-1800, in IAN – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 368 – Caixa 491 (Apêndice Documental: Doc. N.º: 36).

¹⁰ As cadeias estatais portuguesas do Antigo Regime eram a *Cadeia do Limoeiro de Lisboa*, a *Cadeia da Portagem de Coimbra* e a monumental *Cadeia da Relação do Porto*. A Cadeia do Limoeiro de Lisboa foi

Porém, o panorama carcerário da época contava também com as cadeias privativas de certas instituições e grupos sociais, como a Igreja ou a própria Universidade. Assim, escrevendo em 1836, o Juiz de Direito de Évora informa-nos que

“nesta Cidade ou na Cabeça do Julgado, além da **Cadeia pública Civil, sita na Praça e contígua às Casas da Câmara** [...], existe uma **Casa denominada Aljube** e situada na Rua Ancha, **que era a prisão privada dos Eclesiásticos e pertencia à Mitra Metropolitana do Arcebispado d’Évora**, por onde se pagava também ao Carcereiro que habitava parte do edifício, o ordenado anual de dois moios de trigo, três alqueiras d’azeite e doze mil réis em moeda”¹¹.

Décadas depois, porém, ainda se falava em Évora no “**edifício denominado ‘Cadeia dos Estudantes’**”, situado intra-muros e na freguesia da Sé d’esta Cidade, o qual está destinado à construção d’uma cadeia distrital pelas óptimas condições que oferece”¹².

Também em Coimbra existia uma *Cadeia do Aljube* – a prisão eclesiástica¹³ – bem como uma *Cadeia da Universidade*, cobiçada em 1835 pela câmara para substituir, ainda que

adaptada por D. Manuel I no que fora o Paço do Limoeiro medieval, quando mandou fazer “hos Paços da casa da suplicação, & do çiucl, & cadea do limoeiro, obra muito manifica, & sumptuosa, onde dantes fora ha casa da moeda, & depois paços de Reis”, nas palavras famosas de Damião de Góis, já atrás referidas. A Cadeia da Relação do Porto, que usava a cadeia concelhia da cidade, ganha um monumental edifício na Época Pombalina. Para a Cadeia da Relação do Porto ver Maria José Moutinho Santos e Margarida Santos Coelho, *O Palácio da Relação e Cadeia do Porto*, Edições Asa, Porto, 1993. A Cadeia da Relação de Coimbra – que surge quando é criada a Relação de Coimbra, em fins do século XVI – funcionava na Cadeia da Portagem, que era a cadeia concelhia daquela cidade, como veremos.

Ainda no domínio das prisões estatais portuguesas merece referência um projecto – a que chamaríamos de vanguardista – de José Manuel de Carvalho Negreiros (c. 1751-1815), devidamente assinalado por Paulo Varela Gomes, que nos informa que aquele arquitecto “no texto da *Jornada pelo Tejo* (...) apresenta (...) a descrição de um plano de cadeia em planta quadrada com edifícios e torreão nos cantos; o corpo principal deveria ser uma espécie de trapézio sem base apontado a uma igreja tendo os corredores uma tribuna para que todos os presos pudessem ver a igreja e assistir à missa – forma católica do *Panoptikon* das prisões iluministas onde o olhar do Estado é substituído pelo de Deus (M. Foucault, 1975). O texto, que revela preocupações com o asseio e a comodidade dos presos, foi escrito em 1792”, Paulo Varela Gomes, “Sobre José Manuel de Carvalho Negreiros” in Paulo Varela Gomes, *A Cultura Arquitectónica...*, p. 109.

¹¹ Relação dos Juizes dos antigos Julgados que cumpriram a Circular do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça / Repartição de Justiça, de 8 de Junho de 1836, a respeito de Cadeias” – Informação do Juiz de Direito de Évora sobre o estado das Cadeias daquele Julgado; Évora, 29-6-1836, in IAN-TT –*Ministério do Reino* – Circulares, Maio 2004 (Apêndice Documental: Doc. N.º 37).

¹² Ofício do Governador Civil de Évora ao Ministro dos Negócios do Reino relativo à compra do “edifício enominado ‘Cadeia dos Estudantes’”; Évora, 14-7-1875, in IAN-TT - *Ministério do Reino* – Direcção-Geral da Administração Política e Civil / 2.ª Repartição - Correspondência Recebida (1875); Livro 33; Proc. N.º 654, Maio 2544.

¹³ A Cadeia do Aljube da Diocese de Coimbra em 1851 era usada como complemento da famosa Cadeia da Portagem local e era assim descrita num Ofício do respectivo Governador Civil: “a Cadeia do Aljube não é susceptível de reparos, para que fique segura, cómoda e salubre [...]. Está encravada n’um grupo de casas particulares, com que está em contacto, formando todo o grupo um quadrilongo em que esta Cadeia apenas ocupa parte de um dos lados, o do Poente. Ainda há poucos tempos fizeram os presos um arrombamento n’uma parede, saíram a um terreiro de um vizinho e daí pelos muros saltaram dois, até saírem à Rua, antes de se poder embarçar a sua fuga; e não fugiram todos os outros porque possuídos de um terror pânico ao ouvirem as vozes da sentinela, que estava na Rua, retrocederam, e pelo mesmo arrombamento de novo se recolheram à prisão que já tinham deixado. As prisões são pouco ventiladas; as paredes pouco espessas e mal construídas, a área toda do edifice é pequena”: *Ofício do Governo Civil de Coimbra ao Ministro do Reino acerca de uma Representação da Câmara daquela cidade sobre a Cadeia da Portagem*, informando sobre a tradicional utilização da Cadeia da Portagem, da sua inadequação assim como da do Aljube (prisão Eclesiástica); Coimbra, 3-2-1851, in IAN-TT – *Ministério do Reino* [3.ª Divisão – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida (L.º 6.º, N.º 512; L.º 7.º, N.º

provisoriamente, a então muito inóspita e acanhada cadeia local, a famosa Cadeia da Portagem, como já sabemos. Com efeito,

“como não seja possível a construção da nova Cadeia com a brevidade que se precisa, lembra-se a Câmara de pedir a Vossa Majestade **para uso interino de todos ou parte dos presos a Cadeia da Universidade, debaixo da Livraria da mesma**, a qual se acha hoje incorporada aos bens Nacionais e nenhum uso presta aos estabelecimentos Literários. Ela não é boa e o sítio é remoto e por isso incómodo a certa classe de presos, mas apesar disso acha-se n'outro estado de segurança e limpeza muito acima da Prisão da Portagem”¹⁴.

Como pensamos, a Cadeia da Universidade ficava nos fundos da Livraria, isto é, na espécie de criptopórtico em que assenta a chamada Biblioteca de D. João V. As autoridades universitárias contestam as pretensões da Câmara, invocando os seguintes argumentos:

“esta Cadeia, como a Câmara nota em sua Representação, está situada debaixo da Livraria; ora **o sossego requerido nos estabelecimentos desta natureza é incompatível com a algazarra de uma Cadeia pública**. Um incêndio arriscado com semelhante destino pode consumir em minutos o primeiro estabelecimento Nacional deste género e destruir o trabalho acumulado de muitos séculos. **A casa de que a Câmara fala tem na verdade o nome de Cadeia e tem tido esse destino**, que não deve ter hoje, extinta a Jurisdição privativa, mas é preciso notar que **a Cadeia de uma Universidade no tempo de privativa era uma Casa de Correção destinada a conter uma classe polida da sociedade sempre por tão pouco tempo e em tão pequeno número que não apresentava nem o carácter nem os inconvenientes de uma Cadeia pública**”¹⁵.

13.1.2 – As cadeias públicas enquanto equipamento concelhio

As velhas cadeias concelhias, espalhadas por todo o país, gozavam de uma privilegiada implantação urbana, normalmente muito central, de que ficaram intensos sinais na toponímia histórica local. Com efeito, ainda hoje vamos encontrando *Ruas da Cadeia* um pouco por todo o país, de que são exemplo as que encontramos nas cidades de Silves ou de Elvas, nas antigas vilas de Almada e Alcochete – onde sobrevive a “Rua da Cadeia Velha” [Fig.^a 748] – ou na antiga vila beirã de Ranhados (Meda), ou na antiga vila de Vilas Boas (Vila Flor) [Fig.^a 749].

As velhas cadeias concelhias, conservadas ainda hoje numa percentagem muito significativa, constituem um *corpus* arquitectónico que – apesar da sua despreensão

962], Maço 3363. Este Ofício integra um conjunto muito grande e interessante de documentos relativos à ruína e insalubridade da Cadeia da Portagem de Coimbra e à necessidade da sua transferência para sítio mais apropriado da cidade (Apêndice Documental; Doc. N.º 38).

¹⁴ *Representação* da Câmara Municipal de Coimbra, pedindo autorização para poder utilizar a Cadeia da Universidade, Coimbra, 16-5-1835, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais Maço1992/Q (Caixa 3). Esta Representação é acompanhada por outros documentos sobre o mesmo assunto (Apêndice Documental; Doc. N.º 39).

¹⁵ *Ofício* do Vice-Reitor da Universidade ao Ministro dos Negócios do Reino, contestando as pretensões da Câmara daquela cidade em usar a Cadeia da Universidade, Coimbra, 29-6-1835, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais; Maço 1992/Q (Caixa 3). Este Ofício está acompanhado por outros documentos sobre o mesmo assunto (ver acima Apêndice Documental; Doc. N.º 39).

essencial – temos que considerar muito importante, seja qual for o ponto de vista por que se encare. Com efeito, estas cadeias não só detêm características e qualidades construtivas dignas de registo, ao serviço de uma importante tipologia arquitectónica, como detêm um valor documental e sobretudo um significado histórico da maior relevância, enquanto testemunhos de uma época e dos seus modos de vida, dos seus modelos de organização social e administrativa e dos seus sistemas de valores jurídicos, religiosos e morais. Enfim, o simples enunciado das listas acima referidas traz até nós uma realidade histórica muito peculiar – a vivida pela sociedade portuguesa no longo período abrangido pelo âmbito temporal deste estudo. Ora, *esta sociedade exigia e tinha ao seu serviço uma rede muito densa de cadeias que, como já sabemos, desde a Idade Média faziam parte efectiva da arquitectura e dos equipamentos concelhios portugueses.*

A criação e a manutenção de uma rede tão vasta de cadeias concelhias e respectivo equipamento, por modesto que fosse, bem como o recrutamento e o pagamento do respectivo carcereiro, impunham custos muito elevados aos inúmeros concelhos portugueses. Por isso, já nos fins do séc. XV nos *Capítulos* do Concelho do Alandroal às Cortes de Lisboa de 1498, os povos se queixavam de que “tem este comçelho bem iij [mil] b^c **de despesa ordenada** de stpriuam E porteiro., e **casa da cadeya**”¹⁶. Com efeito, a manutenção das respectivas cadeias impunha custos muito elevados a *todos* os concelhos - tanto no Reino como nas Ilhas ou nas Partes de Além, no Brasil em África ou na Índia. Assim, em 1740, uma *Ordem Régia* determinava que

“havendo necessidade de se concertar a Cadea da dita Vila de Santo Antonio do Recife **se fação os ditos concertos pelos sobejos da renda da Camara**, e não os havendo sou servido se fação por finta, *que* se lançará pondo se em Lanços e rematando se pelo menos com toda a segurança, ficando se sempre observando para o futuro esta ordem”¹⁷.

Quase cem anos depois – respondendo à câmara de Ponta Delgada que, em 1837, se pretendia eximir aos pesados encargos com a manutenção da cadeia concelhia local, instalada na própria casa do concelho – os agentes do Poder Central no Ministério do Reino vêm lembrar que

“as Cadeias Públicas das Vilas e Cidades do Reino, com excepção da de Lisboa e Porto, foram sempre consideradas edificios Municipais e a sua manutenção e ordenado dos Carcereiros a cargo dos Concelhos, e não se pode duvidar que os habitantes dos Municípios são os que tiram maior vantagem destes edificios que são uma verdadeira necessidade Municipal. Enquanto não for

¹⁶ Cortes de Lisboa de 1498, Capítulos especiais do Alandroal (29-1-1498), in *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., p. 344.

¹⁷ *Ordem régia* para o Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco ordenando que, em relação ao pedido que lhe fora feito pelos Officiais da Câmara da Vila de Santo António do Recife relativo ao concerto da cadeia daquela vila, se fizesse a referida obra, impondo os meios do respectivo financiamento; Lisboa, 22-8-1740, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Minutas, cópias de Decretos, Avisos e outros Documentos; Maço 626, Caixa 729 (Apêndice Documental, Doc. N.º 40).

regularizado novo sistema de Cadeias em todo o Reino, parece-me que a prática e uso antigo deve subsistir neste ponto; e que a Fazenda Pública sem lei expressa se não deve encarregar do pagamento das despesas das Cadeias de todo o Reino; e que assim a representação inclusa da Câmara Municipal da Cidade de Ponta Delgada só deve ser atendida quando por Lei se determinar esta matéria”¹⁸.

A rede de cadeias portuguesas era naturalmente de origem muito antiga. Uma modalidade de cadeia concelhia parece estar no medieval *tronco do concelho*, uma forma de encarceramento cuja tipologia nos escapa mas que presumimos ter constituído um modelo muito arcaico de detenção mais ou menos provisória e preventiva. O tronco era tutelado pelas câmaras e o mais famoso terá mesmo sido o de Lisboa, onde o próprio Luís de Camões esteve detido em jovem na sequência de um desacato célebre¹⁹. A fama do tronco de Lisboa chegou à vila do Funchal pelo que, a 19 de Setembro de 1495, os respectivos juizes, vereadores e demais oficiais camarários impuseram a Simão Gonçalves da Câmara, Alcaide Mor do Funchal,

“que dese e fezese tronco em que se metessem todos os que fosem presos de noute e outros que leuariam perante os juizes por didjdas e outras cousas leues e ciuys por quanto era gramde opresam ao poboo e se premdiam mujtos homens por cousas mujto leues em modo que jaziam na cadea prelomgados [...] como se costumaua na cidade de Lixboa homde avya o dicto tronco”²⁰.

Face ao tronco ou à cadeia concelhias havia que contar, pelo menos nos fins da Idade Média, com as cadeias sedeadas nos castelos locais. O seu mau funcionamento e a tendência para os abusos da parte dos seus titulares suscitou o protesto dos Povos nas Cortes de Lisboa de 1498:

“açerqua das grandes opresões que segumdo dizes Reçebeem nosos poucos pellos allcaides moores e capitaaes teerem as Cadeas nos casteellos e omde nam ha Casteello em sua casa e de sua mão de que se segueem grandes Jmcomvenientes.

Pedindo nos que por se evytar tamto dano, Mandamos que **as ditas cadeas sse torneem as villas e lugares Como soya antiguamente Ou que ao menos Os ditos alcaides as teenham na villa e Nam em suas Casas**”²¹.

¹⁸ *Ofício* do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça ao Ministro dos Negócios do Reino, relativa à pretensão de “serem dispensadas as Câmaras de contribuir para a despesa do custeamento das Cadeias e do pagamento do ordenado dos respectivos carcereiros”, Lisboa, 21-4-1837, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais; Maço 1995 (Caixa 2). Este *Ofício* integra um conjunto de documentos relativos às pretensões da Câmara de Ponta Delgada e do Administrador Geral de Angra de não custearem os custos e encargos com as cadeias e sua manutenção (Apêndice Documental; Doc. N.º 41).

¹⁹ Na sequência do incidente ocorrido no dia 16 de Junho de 1552, dia de Corpo de Deus, Camões é preso “no Tronco da Cidade, onde permanece até 10.3.1553”, J.M.A., in Francisco Santana e Eduardo Sucena – *Dicionário da História de Lisboa*, C. Quintas & Ass., Lisboa, 1994, p. 204.

²⁰ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal - Século XV...*, p. 389.

²¹ “xxxiiij Capitollo dos **alcaydes mores e capitães que tem as cadeas nos castelos ou em suas casas**”: Capítulos Gerais do Povo, Versão definitiva (24-3-1498) dos capítulos gerais apresentados pelo Povo com as respectivas respostas, Capítulo 33.º in *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*..., pp.s 319, 320.

Estas queixas dos Povos eram muito antigas. Com efeito, já nas Cortes de Santarém de 1331 os Povos pediam a D. Afonso IV que proibisse os cárceres privados: “*Item dizem que os Alcaides e Mejrinhos e as outras justças que prendem fazem troncos e Aliubes hu nunca foram fectos en dano e en stragamento do uoso poboo. Peden uos que seia uosa mercee que se nom faça [...]*”: Capítulos Gerais das Cortes de Santarém de 1331, in *Cortes Portuguesas - Reinado de D. Afonso IV...*, p. 47.

13.2 – As cadeias concelhias

As cadeias eram uma das mais típicas, das mais presentes e mesmo das mais identitárias estruturas construtivas e institucionais dos velhos concelhos portugueses. Com efeito, elas estavam presentes em *todos* os concelhos pois, desde a origem destes, a principal função dos mais importantes oficiais concelhios – os juizes ordinários ou os juizes de fora, conforme a importância relativa do concelho – estava, como já sabemos, na aplicação expedita da justiça a toda a comunidade, com toda a legitimidade de que estavam investidos e que ninguém contestava.

Na articulação muito íntima dos modelos de carceragem e seus agentes com o quotidiano das diversas comunidades tradicionais, urbanas ou rurais, assentava a importância funcional e social das velhas cadeias concelhias, pois elas tinham o papel cimeiro de assegurarem a *segurança dos povos e dos seus bens*. Daqui decorria a primeira das suas características construtivas e mesmo arquitectónicas, a de deverem ser *fortes*, de modo a impedirem a fuga dos «facinorosos» presos – como os criminosos eram frequentemente designados na documentação do século XVIII – e de modo a resistirem também às acções de vandalismo ou de “terrorismo” mais radical, como o verificado em meados do século XVIII na cadeia da antiga casa da câmara de Torres Vedras. Com efeito, “a última grande reconstrução daquele edifício foi motivada por um **fogo posto por um dos presos da cadeia em 1744**”²².

Deve notar-se que as cadeias concelhias – enquanto resposta institucional, administrativa e judicial à intensa conflitualidade das sociedades tradicionais – sobreviveram, por vezes muito penosamente, ao fim do Antigo Regime, tendo sido vítimas da sua pequenez, da sua ruína e mesmo da extinção dos concelhos a que pertenceram e que serviram durante séculos. Da modéstia, pequenez e péssimo estado de conservação das antigas cadeias concelhias dirão também os sucessivos levantamentos e inquéritos feitos pelo novo Poder

Mais de um século depois, a 23-6-1494, em Santarém foi dado um privilégio que contraria o exposto no Capítulo anterior, pois se permite “que aja hum alcaide em o noso Moesteiro de Santa Maria da Viteira **o qual tenha casa e ferros pera aver de premder quãesquer homeens que lhe o vedor e juiz das obrras do dito Moesteiro mamdar premder**” [IAN-TT – Chancelaria de D. Manuel, Livro 28, fl. 130], publicado in Saúl António Gomes, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2002, Vol. II, p. 275.

²² Júlio Vieira, *Torres Vedras Antiga...*, p. 101.

Muito mais tarde, em 1845, houve também um incêndio ateadado propositadamente na cadeia de Vila Nova de Cerveira, como se deduz de um conjunto muito interessante de “documentos relativos ao **incêndio posto na cadeia de Vila Nova de Cerveira** por um indivíduo que o respectivo Administrador do Concelho ali mandara recolher na qualidade de alienado” (resumo feito no Ministério do Reino a 8-7-1845), in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição - Correspondência Recebida; Maço 3332.

Liberal, que herda uma rede arruinadíssima, inóspita e muito imprópria de cadeias concelhias, pelo que logo a partir de 1822 se criam sucessivas “Comissões para o Melhoramento das Cadeias”, da acção de algumas das quais nos chegou documentação excelente. Do mesmo modo, a necessidade de racionalizar, renovar, ampliar e dignificar as instalações “para os juízes exercerem as suas funções” suscitou várias *Circulares*²³ em resposta às quais foram produzidos imensos relatórios pelas autoridades distritais e concelhias, com informações preciosas sobre o estado geral de muitas casas da câmara e respectivas cadeias concelhias nos primeiros anos do Regime Liberal, de que nos temos servido abundantemente. Assim – e a título de exemplo - logo em 1836 o Governador Civil do recém-criado Distrito de Viana do Minho envia para o Ministério do Reino uma *Relação* contemplando a situação vivida nesta matéria em quase todos os antigos concelhos então incluídos no respectivo Distrito, de onde se retiraram muitas referências documentais usadas nestas páginas²⁴. Da sua leitura ressalta o péssimo estado geral das casas da câmara e respectivas cadeias concelhias daquela região. O Concelho de Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima) proporciona um excelente exemplo do triste estado a que chegara a velha arquitectura camarária portuguesa. Assim, da *Relação* acima referida ficamos a saber que, neste concelho, “a Câmara Municipal exerce suas funções nas casas das Audiências, que são junto com as Cadeias”. Quanto à cadeia local,

²³ Ver por exemplo a *Circular* acerca dos edifícios públicos para os juízes exercerem suas funções, Lisboa; 12-5-1837, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2005: “Cópia - N.º 184 - Circular - Sendo indispensável que os Juizes nomeados em virtude do Decreto de 29 de Novembro do ano passado tenham locais ou Salas públicas em que possam exercer suas funções, Manda a Rainha pela Secretaria d’Estado dos Negócios do Reino, que o Administrador Geral interino do Distrito de ... passe sem perda alguma de tempo a **tomar informações sobre os Edifícios públicos que houver nas Cabeças de Comarca e nas Cabeças de Círculo de Jurados**, e que proponha aqueles, ou parte deles, que julgar mais convenientes para o referido objecto e, não os havendo absolutamente, o mesmo Administrador Geral indicará o modo por que se deverá prover definitivamente nessa falta, **devendo os Juízes servir-se interinamente das Casas das Câmaras respectivas para as suas Audiências** - Palácio das Necessidades em 12 de Maio de 1837 - Manuel da Silva Passos”; sublinhados nossos.

A cópia da Circular acima referida vem acompanhada do *Ofício* do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça ao Ministro de Reino, de 9-5-1837, “sobre as dúvidas que se oferecem à expedição das Ordens que solicitei para que os Juizes de Direito das Comarcas e Juizes Ordinários dos Julgados se possam servir interinamente das Casas da Câmara quando nas mesmas Comarcas ou Julgados não haja local suficiente para as Audiências do Juízo”. Seguem-se, sobre o mesmo assunto, mais *ofícios*, *minutas* e *resumos* para despacho.

Na mesma colecção constam outras Circulares da mesma época sobre assuntos semelhantes:

- Circular de 21-8-1839, “sobre o estado das Casas de Audiências e dos melhoramentos que precisam” (IAN/TT - *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2008);

- Circular de 22-3-1840, “sobre o estado das Casas d’audiência e melhoramentos de que precisam” (IAN-TT - *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2009);

- Circular de 10-6-1843, ordenando que os Cartórios dos Administradores do Concelhos sejam estabelecidos nos Paços dos Mesmos Concelhos (IAN-TT - *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2010).

²⁴ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”; Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental, Doc. N.º 11).

“**carece de bastantes reparos**, os quais são reedificar as paredes, meter tranqueiros n’as portas que tem, por estarem muito mal seguras, a fim de poderem chumbar-se as portas, meter uma porta na parede de entre-meio das Cadeias, por ser muito necessária, segurar o madeiramento e pôr mais caibros e meter guardapó para melhor a segurar; grades de ferro em quatro janelas e, último, ferragens, cal, telha, etc”.

Enfim, a pequenez e a modéstia do edifício deduzem-se da modéstia dos “orçamentos correspondentes tanto a concertos como a novas construções [*que*] poderão importar em [...] 191\$200” – uma verba reconhecidamente muito baixa, mesmo para os padrões daquela época.

Sendo numerosas as cadeias arruinadas ou a necessitarem de concertos, os seguintes exemplos proporcionam uma amostra eloquente sobre o deficiente estado de conservação das cadeias concelhias do Alto Minho. Assim, no Concelho de Feitosa (Ponte de Lima) “há uma **Cadeia e casa da Câmara muito arruinada**” mas, apesar disso, “as funções da Câmara e da Administração exercem-nas na mesma Casa, assim mesmo arruinada como se acha”. No Concelho de Lanheses (Viana do Minho) “a Câmara Municipal exerce as suas funções no Paço do Concelho, em baixo do qual está a cadeia; **além de incapaz, está tão arruinado de solho e telhados que a Câmara não pode exercer as suas funções**”. Quanto a Lindoso (Ponte da Barca), “há neste Concelho **uma cadeia térrea que precisa ser reparada de paredes**”. Por sua vez, “a **insignificantíssima Cadeia**” do Concelho de Rebordões (hoje Souto de Rebordões, Ponte de Lima) “**precisa ser reparada** em todo o madeiramento de seu tecto”. Também no Concelho de Sanfins (hoje Couto de Sanfins; Valença) “há uma Cadeia **mas precisa de concerto**”, o memo se passando no Soajo (Arcos de Valdevez), pois “a Cadeia que existe neste Concelho **precisa de bastantes reparos** – uma porta, três janelas e a reedificação das grades de ferro nas mesmas e parede de entre-meio e uma de lado e reedificação de ferros, tanto da Cadeia como do Paço do Concelho e uma vidraça para a Janela do mesmo e rebocar os telhados”. Enfim, o rico Concelho de Valença exigia mais cuidados: “a Cadeia, com todo o edifício no Antigo Paço do Concelho, **precisa fazer-se de novo**”, sendo “**preciso construir-se outra** no mesmo lugar, juntamente com todo o edifício”.

Sempre no Norte do Reino, em 1840 propunha-se, depois de bem ponderada a situação, a *venda* das velhas e doravante quase inúteis cadeias – e das casas da câmara que as integravam – de três antigos concelhos então recém-extintos e integrados no concelho de Amarante. Era o caso da

“Casa da antiga Cadeia e Câmara d’Ovelha do Marão, [*que*] se acha **sem préstimo algum, em vista do seu estado ruinoso do telhado, solho e até das paredes, incapaz por isso para o fim da sua construção**, ainda quando para ele precisa fora”.

Na mesma altura propunha-se também a venda da cadeia de Gestação, que

“se acha em melhor estado, mas **sem a serventia anterior, pela união d’aquela Concelho ao de Amarante, que tem Cadeia suficiente para recolher os presos dele**, e que por essa razão foi **arrendada pala Câmara requerente para recolhimento de lenhas e outros usos d’uma casa vizinha**”. Enfim, a “Casa [da câmara e cadeia] de Gouveia está há tempos [...] **servindo de Casa da Roda dos Expostos e habitação das Amas**”²⁵.

No entanto, algumas das velhas cadeias concelhias sobreviveram longamente ao fim do Antigo Regime, tendo o seu uso chegado quase até aos nossos dias. Um dos casos mais notáveis é proporcionado pela cadeia da casa da câmara manuelina de Marvão, que permaneceu em uso até aos Anos 50 do século XX. Com efeito, algumas integraram a antiquada e densa rede de cadeias concelhias e comarcãs que – redefinida, racionalizada e actualizada pelo Liberalismo – esteve em uso até muito recentemente, como os leitores mais velhos desta *dissertação* sabem, pois todos eles se recordam das velhas cadeias das pequenas e grandes cidades e vilas de Província²⁶.

13.2.1 – A cadeia enquanto componente essencial das Casas da Câmara

Vimos atrás que a portuguesíssima tipologia arquitectónica “casa da câmara” contemplava normalmente – para lá da presença eventual de outros espaços e equipamentos típicos do antigo poder local português, adiante discutidos – a própria *cadeia concelhia local*, a par da *câmara das vereações* e da *sala da audiência*.

Em relação funcional directa com a sala da audiência – de que eram o complemento natural – as *Cadeias* constituíam a terceira componente quase sempre presente nas antigas casas da câmara portuguesas. Era o caso da esmagadora maioria delas, fosse qual fosse a sua época de construção, o seu tamanho, a sua riqueza ou mesmo as suas pretensões

²⁵ *Ofício* do Administrador Geral do Distrito do Porto, de 8-5-1840, ao Ministro do Reino, sobre a venda das Cadeias dos extintos Concelhos de Gouveia, Gestaço e Ovelha do Marão, com considerações sobre a venda de bens dos concelhos, nomeadamente dos extintos, Porto, 8-5-1840, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – *Ofícios* recebidos das Câmaras Municipais; Maço 1992/Q (Caixa 2) (ver atrás Apêndice Documental; Doc.º N.º 13.).

²⁶ Deve notar-se que as cadeias e respectivo mobiliário e equipamento permaneceriam na estrita tutela concelhia até quase à Época do Marcelismo, já nos finais do Estado Novo, quando a rede de cadeias concelhias e comarcãs é progressivamente desactivada e substituída por uma rede muito moderna de cadeias estatais centralizadas, mas agora da tutela integral do Ministério da Justiça. Com efeito, a velha rede de cadeias concelhias, muitas delas entretanto promovidas a cadeias comarcãs, estiveram em uso até ao fim do Estado Novo, momento histórico que coincide com a reformulação radical da rede de cadeias portuguesas, ou melhor, do sistema prisional português, doravante racionalizado e centralizado em cadeias gigantescas, seguras, higiénicas e salubres, que tinham um ilustre precedente histórico na formidável Cadeia da Relação pombalina do Porto.

Recorde-se, enfim, que o Ministério da Justiça, que desde então exerce a tutela sobre a integralidade das cadeias portuguesas também só passara a tutelar a integralidade dos tribunais civis portugueses após a construção das primeiras “*Domus Justitiae*”, processo que arrancara nos fins dos Anos 30 do século XX, como atrás vimos.

arquitectónicas e representativas. Era já assim na Guarda 1482, pois era “no paaço do concelho **honde a dicta nossa cadea Esta**”²⁷. Muitos séculos depois, em 1836, “a Câmara Municipal” de Valadares (Monção) ainda “exerce as suas funções em a Casa antigamente já para isso destinada, **existente sobre a Cadeia**”. Naquela data a cadeia de Valadares era “nova e segura e de nenhum concerto carece actualmente”²⁸.

Deve dizer-se que este excelente estado de conservação era muito raro em 1836. Assim, o vizinho Concelho de Rebordões (hoje Souto de Rebordões, Ponte de Lima) dispunha de uma “**insignificantíssima Cadeia**” que constituía “parte integrante da pequena casa térrea que serve de antigo Foral das audiências”, isto é, de casa da câmara. A modéstia da verba orçamentada “para as obras necessárias para **substituir-se o antigo Foral e má Cadeia** com as comodidades de que precisa” dar-nos-á ideia da pequenez deste edifício²⁹.

Como já sabemos, as cadeias concelhias estavam presentes em *todos* os concelhos, mesmo se a fraca pressão demográfica ou o remanso da vida quotidiana permitissem um convívio pacífico continuado entre todos os vizinhos. Por isso, o Concelho de Castro Laboreiro (Arcos de Vadevez) ainda em 1836 mantinha a sua velha cadeia, que “está suficiente e não precisa de reparos alguns; porém, **neste Concelho passam de anos que não entra nenhum preso**”. Mesmo assim – e ao contrário do que se passava na maioria das cadeias concelhias da época – a cadeia de Castro Laboreiro “está segura e oferece segurança, no caso de haver algum criminoso”³⁰.

Tornada quase invariante da tipologia *casa da câmara*, a presença da cadeia, naturalmente no seu piso térreo, encontrava-se por toda a parte e desde épocas muito recuadas. Assim, detinham cadeia a casa da câmara pré-quinhentista de Melo (hoje no Concelho de Gouveia) e as casas da câmara manuelinas de Ribeira de Pena, de Vila Pouca de Aguiar, de Vila Flor e de Freixo de Espada à Cinta; de Marialva (Meda) e de Trancoso; de Sortelha (Sabugal), de Castelo Novo (Fundão) e de Castelo Branco; da Redinha (Pombal), de Marvão ou de Vila Ruiva (Cuba) [Fig.^a 750]. Mais recentes, continuavam a deter cadeia no seu piso térreo as casas da câmara também quinhentistas de Setúbal (perdida no Terramoto de 1755), bem como as de Monção, da Guarda, de Santarém, de Tomar, de Pavia (Mora)

²⁷ IAN-TT, *Chancelaria de D. João II*, livro 2, fól.s 79-79v.º e 80; publicado por Rita Costa Gomes in *A Guarda Medieval...*, pp. 185-186.

²⁸ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”, Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004.

²⁹ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”, Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004.

³⁰ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”, Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Doc.; Doc. n.º 11).

[Fig.^a 751] ou, nos Açores, a da Horta (Faial; esta demolida em meados do século XIX) ou a da vila da Praia (Terceira). Também importantes e mesmo monumentais casas da câmara seiscentistas como as de Melgaço, de Seia, da Covilhã, de Alpedrinha (Fundão) ou de Abrantes detinham a cadeia concelhia no respectivo piso térreo.

O longo século XVIII português – quer no seu ciclo joanino, quer no pombalino e pós-pombalino – proporciona-nos também inúmeros exemplos de cadeias instaladas no piso térreo dos respectivos edifícios concelhios. Era o que se passava nas casas da câmara aparentemente joaninas de Cabeceiras de Basto, de Sobrosa (Paredes) [Fig.^a 752], de Carrazeda de Ansiães, de Quintela (no sítio da Lapa; Moimenta da Beira) [Fig.^a 753], de Arruda dos Vinhos, de Terena (Alandroal) ou de Santiago do Cacém. Do mesmo modo as mais recentes e normalmente muito vastas e actualizadas casas da câmara pombalinas e pós-pombalinas continuavam a deter as respectivas cadeias concelhias no seu piso térreo. Era o que se passava nas casas da câmara de Ponte da Barca, de Aguiar de Sousa (hoje Paredes), de Penafiel, de S. João da Pesqueira, de Pombal [Fig.^a 754], da Pederneira (Nazaré), de Cascais [Fig.^a 755], de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira), de Almada, de Palmela, de Sesimbra, de Grândola, de Évoramonte (Estremoz), de Borba ou de Vila Viçosa. Era também o que se passava com a cadeia de Porto Santo (na actual Região Autónoma da Madeira) e muito provavelmente com a da Madalena (Ilha do Pico, Açores).

13.2.2 – Outras localizações da cadeia concelhia

A esmagadora maioria das cadeias estava instalada no piso térreo da casa da câmara. No entanto, devem aqui referir-se os casos dos concelhos cujas cadeias ficavam localizadas em edifícios da mais diversa tipologia, muito próximos ou muito afastados da própria casa do concelho.

13.2.2.1 – Cadeias apostas à Casa da Câmara

Por vezes a cadeia concelhia ficava localizada num edifício contíguo à casa da câmara. Era o que se passava com as cadeias de Pinhel e do Sabugal, bem como com as da Vidigueira e do Vimieiro (Arraiolos). Era também o que se passava com a muito maior e mais famosa cadeia de Évora [Fig.^a 756], igualmente localizada num edifício adjacente à histórica casa da câmara local, no sítio onde arrancava a antiga *Rua da Cadeia* (a actual Rua

Romão Ramalho) – designação de há muito recordada numa tabela toponímica aposta naquele sítio. Por ser contígua à casa do concelho, o Juiz de Direito de Évora, escrevendo em 1836, pode dizer, numa informação sobre o estado das Cadeias daquele Julgado, que a então arruinada “Cadeia Civil sita na Praça” é cobiçada pelas autoridades concelhias, que têm repetidamente pedido “que se lhe desse o edifício da actual Cadeia para se acrescentarem as Casas do Concelho, como muito se carece”³¹.

13.2.2.2 – Cadeias localizadas junto à torre do relógio

Por vezes, a cadeia concelhia ficava anexa à torre do relógio local, como em Pernes (Santarém) [Fig.^a 757] ou em Figueiró dos Vinhos, onde a cadeia concelhia (e posteriormente comarcã, lamentavelmente “demolida na década de oitenta do século XX”) foi adossada em 1555 à primitiva torre concelhia (datada de 1506), torre esta desde então conhecida por “Torre da Cadeia”³². Enfim, num caso pelo menos, o de Monsanto (Idanha a Nova) a cadeia chegou a funcionar na própria torre em 1842. Com efeito, segundo uma informação desta data ficamos a saber

“que no Julgado de Monsanto não há Casa de Câmara nem Cadeia Pública e que por isso **são os presos recolhidos na Torre do Relógio, que está exposta aos rigores do tempo**”³³.

13.2.2.3 – Cadeias localizadas no castelo ou na torre de menagem

Em algumas cidades e vilas a cadeia concelhia podia estar instalada na própria torre de menagem ou noutras dependências do castelo medieval local. Era o que se passava em Portalegre ainda em 1851, quando “a actual Cadeia da Cidade de Portalegre [...] **constituía uma anexa do castelo** confiado à guarda do Alcaide Mor, nos termos do §8 da Ordenação do Livro 1.º, Título 74, e não era propriedade particular dele”³⁴. Quanto à cidade de Lamego, a

³¹ Relação dos Juizes dos antigos Julgados que cumpriram a Circular do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça / Repartição de Justiça, de 8 de Junho de 1836, a respeito de Cadeias” – Informação do Juiz de Direito de Évora sobre o estado das Cadeias daquele Julgado; Évora, 29-6-1836, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maio 2004 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 37).

³² Jorge Gaspar (Dir.), *Monografia do Concelho de Figueiró dos Vinhos*, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, Figueiró dos Vinhos, 2004, p. 226.

³³ Ofício do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça ao Ministro dos Negócios do Reino referente aos edifícios públicos da vila de Monsanto (Idanha a Nova); Lisboa, 1-2-1842, in *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça], Maio 2033.

³⁴ *Cópia do Parecer* do Procurador Geral da Coroa relativo à tutela da antiga Cadeia Civil de Portalegre, localizada no castelo local, e aos meios relativos à construção da nova Cadeia daquela cidade no antigo

respectiva cadeia concelhia esteve durante séculos na torre de menagem do respectivo castelo – de onde só saiu em 1948! O mesmo se passava na tão poderosa cidade de Braga, onde as sucessivas casas da câmara – a manuelina (do tempo de D. Diogo de Sousa) e a actual (que remonta ao fim do reinado de D. João V, devida a André Soares) – nunca detiveram cadeia. Com efeito, o Concelho de Braga serviu-se durante séculos da Torre de Menagem do velho castelo medieval e das torres e edifícios anexos como espaços de detenção e carceragem [Fig.^a 758]. Por isso, aquela torre, localizada junto à antiga Porta do Soito, aparecia já identificada como *Urbis Praesidium* na famosa *vista de Braga* de 1594³⁵ [Fig.^a 769].

Também a antiga vila de Guimarães, cuja casa da câmara nunca teve cadeia, de há muito adaptara uma das duas cadeias em uso naquela vila no seu famoso castelo, o que não deixava de ofender os brios cívicos e patrióticos do respectivo Juiz de Fora que, em 1800, escrevia ao Príncipe Regente considerando que

“este edificio do Castello de Guimaraes he hum Monumento dos mais sagrados, e mais respeitavel para a Nação inteira: nelle fez o seu primeiro estabelecimento o Senhor Conde D. Henrique, quando começou a grande obra da Fundação da Monarquia Portuguesa, e nelle mesmo foi o Nascimento do Seu Primeiro Rey o Senhor D. Affonso Henriques: E parece indecorosa aos Nacionais, e Estrangeiros que huma Casa veneranda por tantos respeitos, e que deveria ser conservada diligentemente, e mesmo a Custa do Publico, para resistir a voracidade dos tempos, perpetuando a memoria viva de Senhores tão gloriosos, e para servir d’azilo a infelices, esteja sendo hoje huma Casa de opressão, e huma Caça de horror”³⁶.

Convento dos Agostinhos; Lisboa, 31-12-1851, in IAN/TT - *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição - **Correspondência Recebida** - [Ano de 1855 - Livro 13, Proc. N.º 523] ; **Maço 3403**. Trata-se de um conjunto muito vasto de documentos relativos à cadeia de Portalegre e à sua instalação no extinto Convento de Santo Agostinho.

³⁵ *Vista de Braga* dedicada ao “Ill.^{mo} D.^{no} Fratri Augustino à Iesu Brac. / Ache.po et D.^{no}, Hispaniarum Primate, Lu / sitaniae Magnati, Regiae Mai. à Consilijs / Gaspar Alvarus Machiadus Sete Brac. / eccl.iae historiographus nuncupavit ‘Brac. / Aug. Idibus Aug. Anno 1594’”; reimpressão da Câmara Municipal de Braga, s.d.

³⁶ *Carta* do Juiz de Fora de Guimarães sobre o estado lastimoso das duas cadeias dessa vila, a da Relação e a do Castelo, propondo a fusão das duas numa só, a construir no campo de S. Francisco daquela vila; Guimarães, 20-4-1800, in IAN – Ministério do Reino – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 368 – Caixa 491 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 36).

Deve notar-se que, propondo o Juiz de Fora, na mesma *Representação*, a construção de uma nova cadeia em Guimarães, considera que **“o meio de socorrer á construção deste edificio he 1.º tirar dos muros da Villa que ficão proximos toda a pedra tosca, e Lavrada que for necessaria, o que** abrevia grandemente a sua edificação, diminuindo em *muito* a despesa total da obra. 2.º vender a Cadea actual da Correição, e aplicar o seu producto a este fim, aproveitando cuidadosamente todo o ferro de huma e outra Cadea: e 3.º a imposição d’hum real em cada quartilho de vinho, *que* se vender na *Villa* e termo sem excepção alguma; meio este *que* tem já sido mais vezes aprovado [...] pello tempo em *que* a obra continua. Com este estabelecimento, se elle for digno da Real Aprovação de V. A., fará V. A. hum bem inestimavel aos infelizes, que o crime fizer victimas da Justiça”; *Lug. Cit.*

13.2.2.4 – Cadeias localizadas numa torre privativa

As cadeias concelhias podiam funcionar em torres, adaptadas ou mesmo construídas de raiz já na Época Quinhentista com o objectivo exclusivo de servirem de prisões concelhias. Nestes casos, tratava-se sempre de torres de grandes dimensões e de vários pisos, contíguas às velhas muralhas medievais mas desprovidas de qualquer função militar. Era o que se passava com a cadeia de Elvas, localizada na ainda hoje chamada *Torre da Cadeia*, corpo monumental próximo mas totalmente independente da casa da câmara local.

O mesmo se passava com a *Torre da Cadeia* manuelina de Ponte de Lima, também de grandes dimensões, cuja presença imponente ainda hoje domina a frente daquela vila minhota sobre o Rio Lima [Fig.^a 760]. Em 1836 era, porém, considerada, pelo recém-nomeado Governador Civil de Viana, como “**um Cárcere horroroso e impróprio ao estado actual da Civilização Portuguesa**”³⁷. O seu estado, então muito inóspito, merecia, na mesma altura, as seguintes considerações das autoridades concelhias liberais:

“a outra [cadeia da vila] é em uma das torres velhas da muralha desta Vila e onde vivem não menos de quarenta e tantos criminosos; **é imunda, pouco sadia e, muitos anos, por vezes inundada pelas enchentes do rio. - A humanidade inteira reclama a sua demolição, por não dever existir n’um Governo justo e livre e para nos fazer esquecer as masmorras onde jazeram tantas vítimas da liberdade**, tendo sido arrombada várias vezes, e se não fossem as Guardas de dia e noite nem um preso n’ela estaria. Por estes motivos, **quaisquer reparos nunca melhorariam a triste condição dos presos**”³⁸.

Enfim, bem no coração do Reino, também a famosa *Cadeia da Portagem* de Coimbra estava implantada numa estrutura fortificada algo semelhante. Com efeito, a *Cadeia da Portagem* estava localizada junto às portas e à praça do mesmo nome, na embocadura da histórica ponte de Santa Clara³⁹.

³⁷ *Ofício* do Governo Civil de Viana para o Ministro do Reino, remetendo o “orçamento geral de todas as obras e reparos” necessários para a instalação dos tribunais e cadeias dos concelhos do distrito e ainda com considerações sobre o péssimo estado das casas da Câmara e Cadeias do Distrito e sobre as formas de financiamento das obras necessárias à sua recuperação; Viana, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004, (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

³⁸ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”; Viana do Castelo, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004. Esta *Relação* vem precedida do *Ofício* referido na Nota anterior, em que se propunha que a pedra da torre manuelina, cuja demolição se advogava, deveria ser aplicada numa cadeia nova: “para se construir esta nova prisão deve vender-se a pedra da torre que presentemente serve de Cadeia e seu terreno, bem como a Cadeia nova a ela junta, o que se julga poderá render a quantia de seiscentos mil réis” (ver atrás Apêndice Documental; Doc. n.º 11).

³⁹ Note-se que a *Cadeia da Portagem* de Coimbra era uma velha cadeia concelhia que, como atrás vimos, acumulava estas funções com as de *Cadeia da Relação* a partir de fins do século XVI, época da criação desta instituição judiciária. Do mesmo modo, a *Relação* de Coimbra também se servia, para as audiências respectivas, da sala da audiência concelhia (localizada na Torre de Almedina, como sabemos).

A *Cadeia da Portagem* de Coimbra foi demolida em 1859 ou em data pouco anterior, como se deduz do *Ofício* do Governador Civil de Coimbra para o Ministro do Reino, informando “que a **Câmara Municipal de Coimbra não só tomou posse do edifício da antiga Cadeia da Portagem e o demoliu, se não também vendeu em praça pública o terreno em que se achava edificada a dita cadeia**, mediante a aprovação do

13.2.2.5 – Cadeias localizadas junto às muralhas

Muitas vezes, as cadeias concelhias construíram-se ou adaptaram-se em edifícios contíguos às velhas muralhas medievais. Era o caso das cadeias de Arronches [Fig.^a 761], de Campo Maior ou de Mourão [Fig.^a 762] – esta lamentavelmente demolida em meados do século passado no decurso do muito contestável processo de *disencumbering*⁴⁰ visando o desafrontamento das muralhas daquela vila alentejana, no âmbito do restauro então empreendido pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no castelo local. A localização desta cadeia, muito afastada do centro urbano da pequena vila, criava dificuldades aos presos e por isso em 1839 as autoridades locais “pelo perfeito conhecimento que têm”, consideravam

“que a Cadeia existente pela sua natureza e situação é a mais horrorosa e cruel que dizer se pode, que humanamente se deve construir outra n’esta Vila porque a existente se acha no antigo Castelo, sítio medonho e desabitado, de que têm resultado as maiores privações aos presos e facilitado a uns a sua fuga e a outros serem ali assassinados por causa de semelhante retiro”⁴¹.

Localização semelhante, à ilharga das muralhas dos velhos castelos locais, tinham também as notáveis cadeias concelhias do Alandroal, de Juromenha (Alandroal) [Fig.^a 763], de Serpa [Fig.^a 764], de Mértola, de Faro (esta demolida em fins do século XIX para dar lugar à construção do edifício do Governo Civil local⁴²) e de Tavira [Fig.^a 765], demolida

Concelho de Distrito, dada em sessão de 7 de Dezembro próximo passado”; Coimbra, 20-2-1860, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3439 [1860].

Ainda sobre a Cadeia da Portagem de Coimbra ver o *Ofício* do Governo Civil de Coimbra ao Ministro do Reino acerca de uma *Representação* da Câmara daquela cidade sobre a mesma Cadeia, informando sobre a sua tradicional utilização, sobre a sua inadequação actual, bem como da inadequação da Cadeia do Aljube (prisão Eclesiástica); Coimbra, 3-2-1851, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – [3.^a Divisão – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida (L.^o 6.^o, N.^o 512; L.^o 7.^o, N.^o 962], Maço 3363, que integra um conjunto muito grande e interessante de documentos relativos à ruína e insalubridade da Cadeia da Portagem de Coimbra e à necessidade da sua transferência para sítio mais apropriado da cidade (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.^o 38).

⁴⁰ Para o fenómeno urbano do “disencumbering” (“desatravancar”, libertar; “*dégagement* ou *isolement*, em Francês”) ver Spiro Kostof, *The City Assembled – The Elements of Urban Form...*, pp. 138-141.

⁴¹ *Vistoria* ordenada pelo Administrador do Concelho de Mourão, relativa ao estado em que se acha a Cadeia da Vila de Mourão, então muito arruinada; Mourão, 26-11-1839, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – *Ofícios recebidos de vários Ministérios* [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça], Maço 2033 (Apêndice documental; doc. N.^o 42).

⁴² Para a antiga cadeia concelhia de Faro e o seu lamentável estado em 1871 ver IAN/TT - *Ministério do Reino* – *Direcção-Geral da Administração Política e Civil - 2.^a Repartição - Correspondência Recebida (Ano de 1871), Livro 29 , Proc. N.º 764; Maço 2505* – Conjunto de documentos relativos ao mau estado da cadeia de Faro, integrando entre outros os seguintes:

- *Ofício* do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça ao Ministro do Reino “sobre a representação em que a Câmara Municipal do Concelho de Faro solicita lhe seja doado o Convento em ruínas situado naquela Cidade, e que pertenceu aos religiosos franciscanos reformados, denominados Capuchos, a fim de ali edificar uma cadeia apropriada às necessidades da Comarca”; Lisboa, 5-9-1871;

- *Ofício* do Juiz de Direito de Faro ao Conselheiro Presidente da Relação de Lisboa, informando que “a Cadeia que existe é uma vergonha no centro d’uma Cidade capital d’um Distrito e Província; e quanto ao

“cerca de 1930” e localizada “na rua Nova Grande (actual Rua da Liberdade), junto a uma das portas da muralha (Porta da Alfeição) e defronte da Capela de Nossa Senhora da Consolação”⁴³.

Com efeito, todas estas cadeias estavam literalmente coladas ou apostas às muralhas medievais e estavam quase sempre na vizinhança ou eram mesmo contíguas às portas principais destas vilas e cidades, como em Mourão, Mértola, Faro e Tavira. Enfim, estas cadeias ocupavam edifícios, adaptados ou construídos de raiz, por vezes com algumas pretensões arquitectónicas, como em Campo Maior, Tavira e provavelmente em Faro. Porém, a maior parte das vezes ocupavam edifícios muito simples, construídos numa linguagem muito vernácula, como em Arronches ou Mourão, sem outra preocupação que não fosse a segurança dos presos e, mediante esta, a segurança dos povos.

13.2.2.6 – Cadeias localizadas atipicamente

Um último grupo de cadeias concelhias merece ser recenseado neste breve levantamento: o das cadeias instaladas em edifícios autónomos, independentes tanto das casas da câmara como do castelo local, das suas torres e das suas muralhas. Trata-se normalmente de edifícios muito modestos e quase indistintos das casas contíguas. Com efeito, quase sempre localizados nas praças (como na antiga vila de Punhete, hoje Constância) ou nas ruas principais das respectivas cidades ou vilas (como no Crato, por exemplo), nada distinguiria esta última série de cadeias das demais casas da respectiva vila ou cidade se não fossem os sinais como que “tipológicos” que ostentavam, inerentes a uma típica cadeia portuguesa. Com efeito, todas estas cadeias apresentavam *grades nas janelas* e, por outro lado, muitas delas ostentavam na sua fachada principal o *brasão real*, enquanto muitas outras detinham um *campanário* com o respectivo sino – brasão e campanário que eram componentes típicas quase obrigatórias num edifício de tutela concelhia, como comprovadamente o eram as antigas cadeias portuguesas.

Tribunal de Justiça, basta lembrar que não existe algum, nem bom nem mau, fazendo-se as audiências em casas d'aluguer sem as condições nem acomodação necessárias”; Remete-se em anexo a resposta aos “Quesitos propostos pela 2.^a Repartição do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça em relação ao convento dos extintos frades capuchos de Faro, e resposta aos mesmos quesitos” (Faro, 18-8-1871); Faro, 21-8-1871.

- *Ofício* do Governador Civil de Faro ao Ministro do Reino sobre as más condições da Cadeia de Faro; Faro, 8-7-1871 (Apêndice Documental; doc. N.º 43).

⁴³ Daniel Santana in AAVV, *Tavira, Território e Poder*, Catálogo da Exposição, Câmara Municipal de Tavira, Museu Nacional de Arqueologia, 2003, p. 326.

Um bom exemplo de uma cadeia deste tipo parece ter sido a de Alcáçovas (Viana do Alentejo), que em 1762 teve que ser substituída pela própria casa da câmara para guardar certo indivíduo, “prezo nas Cazas da Câmara desta Villa [...] por estar **incapaz a cadeya publica** da mesma villa [...]”⁴⁴. Chegaram-nos exemplares muito interessantes de velhas cadeias concelhias localizadas em edifícios afastados das casas da câmara locais. Assim, a cadeia de Castelo de Vide (em uso até ao princípio dos Anos 70 do século XX!), localizada na rua principal da vila alta, bem no coração da histórica cidadela amuralhada local, é um excelente exemplo de cadeia concelhia instalada em edifício independente. Outro exemplo de cadeia com implantação semelhante era proporcionado pela modesta cadeia de Lindoso (Ponte da Barca), pois ainda em 1836 se escrevia que

“há neste Concelho uma **cadeia térrea** que precisa ser **reparada de paredes, subindo à altura de ficar por cima uma sala onde se possam exercer as funções Judiciais**, ficando por baixo casa de presos”⁴⁵.

Exemplos de cadeias com semelhantes localizações, afastadas das casas da câmara e dos castelos ou das muralhas locais, são proporcionados pelas cadeias de Mirandela, de Mós (Torre de Moncorvo), de Freixo de Espada à Cinta, de Mões (Castro Daire), de Sátão, de Gouveia, de Vila de Rei (em uso até cerca de 1950⁴⁶) [Fig.^a 766], do Sardoal, [Fig.^a 767], de Punhete (Constância) [Fig.^{as} 768 e 769], de Alenquer, de Nisa, de Beringel (Beja) [Fig.^a 770], do Crato [Fig.^a 771], de Castro Verde, de Ferreira do Alentejo, de Ourique [Fig.^a 772], de Aljustrel [Fig.^a 773], de Aljezur (há muito demolida mas captada numa fotografia antiga, ainda com o seu pequeno campanário) ou de Alcoutim, demolida mas de que ficou desenho [Fig.^a 774]. Com efeito, em matéria de localização, de tamanho, de singeleza e mesmo de grande despojamento arquitectónico e construtivo, todas estas pequenas cadeias competem umas com as outras. Todas notáveis, destas velhas cadeias merece um reparo particular a de

⁴⁴ “Termo da Declaração que fez Manoel Diaz Meno, prezo nas Cazas da Câmara desta Villa, por estar incapaz a Cadeya della: Aos dez dias do mes de Janeyro de mil settecentos e seçenta e Dois annos nesta villa das Alcáçovas, e Casas do Concelho della, aonde se acha prezo Manoel Diaz Meno, por estar incapaz a cadeya publica da mesma villa [...]”; Alcáçovas, 10-1-1762, in Ministério do Reino – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 367.

Na visita que fizemos a Alcáçovas, que já não detém a velha casa da câmara, deparámo-nos, à entrada da vila (para quem entra por Viana do Alentejo) com uma típica torre anexa a uma casa relativamente pequena e desprovida de grandes pretensões arquitectónicas: seria a torre da velha cadeia?

⁴⁵ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”; Viana do Castelo, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004.

⁴⁶ Hoje museologizada, embora muito modestamente, na janela de uma das enxovias ostentava em 2004 a seguinte informação: “Um dos últimos presos, que fugiu, deixou a seguinte quadra: ‘Viva Vila de Rei / Terra de Santa Maria / Abaixo o Padre Zé Rolo / Mais a maltezaria’. Esta cadeia ficou desactivada há, mais ou menos, 50 anos”.

Ourém, que apresenta dois corpos contíguos mas plenamente independentes e separados entre si [Fig.^a 775]⁴⁷.

A localização das cadeias concelhias era matéria de grande preocupação dos moradores e das próprias autoridades. Com efeito, por vezes as cadeias estavam localizadas longe dos centros urbanos e dos sítios de passagem mais concorridos. Certas cadeias – bem como as casas da câmara onde estavam instaladas – estavam localizadas em sítios desabitados mas que de há muito eram as efectivas “cabeças de concelho”. Assim, em 1836, propunha-se a construção de uma nova cadeia na vila de Arcos (de Valdevez), “sendo ao mesmo tempo necessário **que a nova Cadeia seja em sítio mais frequentado**, já para segurança dos presos, **já para sua subsistência**”⁴⁸. Era também o caso da cadeia monumental de Cabeceiras de Basto, localizada face ao pelourinho, como vimos, mas num sítio desabrigado e quase despovoado, sobranceiro ao magnífico convento de Refóios de Basto, face ao qual sobrevive a antiga casa da câmara do *couto* respectivo. Era também o caso da cadeia do antigo Concelho de Albergaria de Penela (Ponte de Lima), cuja cadeia em 1836

“precisa de um pequeno concerto, mas assim mesmo **não oferece segurança alguma por se achar remota dos vizinhos e em um canto do Concelho**, ao Norte dele e na Jurisdição do Julgado do Pico [de Regalados]”⁴⁹.

Já atrás vimos que se considerava vantajoso que as cadeias se localizassem bem no centro das localidades pois esta localização induzia e era facilitadora da caridade e sobretudo das ofertas quotidianas de água e de vinho, de sopa ou de pão e de carne, etc. Por isso, a localização das cadeias nos castelos, muitas vezes nas periferias urbanas, era considerada muito inconveniente, como já vimos em relação à cadeia de Mourão. Porém, o desagrado dos Povos quanto a semelhantes localizações nos afastados castelos locais vinha de muito antes. Assim, nos *Capítulos* especiais de Montemor-o-Novo levados às Cortes de Lisboa de 1562 pede-se nomeadamente:

“[...]E outrosy **Senhor esta villa he mujto agrauada de vosa alteza em mamdar que a cadea sobr'esteuese asy no castello** [...] **Pedem A vosa aLteza que mamde que a dicta cadea se**

⁴⁷ Na segunda metade do século XIX esta cadeia era assim descrita: “Ainda um edifício publico, a cadeia. Esta casa é **separada dos antigos paços**; é de aparência mesquinha e consta de três andares, ficando o primeiro, que é enxovia, subterraneo do lado da encosta do monte. Não se attentou ainda contra a sua existência; pois a sua remoção não fazia falta a Ourém: talvez por esta circunstância permaneça intacta”, Joaquim António de Oliveira Flores, “Anotações ao Esboço Histórico do Dr. José das Neves Gomes Eliseu” [c.1870-1877], in AAVV, *Ourém, Três Contributos...*, pp. 214-217.

⁴⁸ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”; Viana do Castelo, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maio 2004.

⁴⁹ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”; Viana do Castelo, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maio 2004.

tire do dicto castello *E se ponha em ha dicta villa em huma casa forte omde de [sem] pre esteue como se fez em beja E em eluas E em estremo* [...] ⁵⁰.

Séculos depois, no ano de 1800, uma das muitas inconveniências da cadeia de Guimarães, instalada nos arredores da vila, no histórico castelo local, como já sabemos, era, segundo o Juiz de Fora, a de estar

“Situada no mais alto da Villa, **longe da povoação** de maneira que os miseraveis nella encarcerados alem de **não terem comodidade para pedir esmollas**, e de soffrerem os incomodos d’huma estreiteza mui limitada, **são obrigados a pagar a quem lhe va comprar longe hum vintem de pão, e a quem lhe conduza agoa**, quando as mais das vezes nem mesmo tem, com *que* comprem aquelles mais frugaes, e mais precisos meios da substistencia humana”.

Por isso, propunha-se então a adaptação de uma nova cadeia melhor situada, em “hum sitio central da *Villa* em **que os presos podem suplicar esmolos aos transuentes**”⁵¹.

Implantado o Liberalismo, em 1836, em Ponte de Lima encarava-se já “a construção de uma nova Cadeia acomodada aos tempos modernos e a um Governo justo e Livre, tal o que temos a felicidade de gozar”. Segundo o Governador Civil de Viana seria muito fácil fazer-se aquela construção naquela vila minhota pois, entre outras vantagens, existia

“Principiada uma casa de Caridade [em Ponte de Lima], a qual oferece, pelo terreno em que está situada, todas as comodidades de se poder nela fazer uma boa prisão com casa de Carcereiro, introduzir-se nela água e prometer ser mais sadia do que a que hoje existe, por ser sítio arejado e onde lhe não chega o rio; **oferece mais a comodidade dos seus presos pedirem esmolos aos viajantes, por ser ao lado de uma rua da maior passagem para Braga, Guimarães e Barcelos**”⁵².

A densidade demográfica e a própria localização do concelho também podiam suscitar ou mesmo impor a existência ou a construção de um complexo carcerário mais desenvolvido, extenso e até mais salubre. Chegaram-nos testemunhos dessas cadeias, amplas e particularmente reforçadas em concelhos muito povoados, alguns deles localizados ou servidos por estradas particularmente importantes e concorridas, onde o número de passantes e viandantes provocava a emergência e a ocorrência de crimes e de desvios em maior quantidade e gravidade. Assim, em 1836, tornava-se urgente a reedificação da cadeia de Vila Franca de Xira, “queimada na madrugada do dia 5 do corrente mês de Novembro de 1836”⁵³, como veremos. Para isso se davam as competentes ordens

⁵⁰ Publicado por Cláudia Valle Santos, “A Vila Quinhentista” in Jorge Fonseca (Coord.), *Montemor-o-Novo Quinhentista e o Foral Manuelino*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo, 2003, p. 53.

⁵¹ *Carta* do Juiz de Fora de Guimarães sobre o estado lastimoso das duas cadeias dessa vila, a da Relação e a do Castelo, propondo a fusão das duas numa só, a construir no campo de S. Francisco daquela vila; Guimarães, 20-4-1800, in IAN – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 368 – Caixa 491 (Ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 36).

⁵² “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*”; Viana do Castelo, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; doc. N. 11).

⁵³ “Auto de Orçamento”, com o “Orçamento da despesa a fazer com a reedificação da cadeia deste Concelho” de Vila Franca de Xira; Vila Franca de Xira, 13-11-1836, in IAN-TT; *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Cívicos e das Administrações Gerais; Maço 2021, Cx. 2. Ver Apêndice Documental: Doc. N.º 44.

“a fim de ser reedificada com a maior brevidade possível, atendendo à necessidade que há d’aver naquela Vila uma cadeia, não só porque é cabeça de um Julgado num [concelho] populoso, **como por ser um lugar de trânsito, onde de diferentes partes do Reino vêm dirigidos presos para depois seguirem seu ulterior destino**”⁵⁴.

Também a localização específica de certos concelhos – tanto junto aos postos fronteiriços mais importantes, como junto aos portos de mar ou a portos de embarque de qualquer natureza – era igualmente muito atractiva para os criminosos e facilitadora do crime, impondo por isso a existência de cadeias fortes e amplas. No entanto, a vila de Aldeia Galega do Ribatejo (hoje Montijo) em 1849 era detentora de uma velha, muito arruinada e insegura cadeia, apesar de aquela vila franquear o acesso à estrada do Alentejo e estar localizada frente a Lisboa. Por isso, as autoridades consideravam em 1849 que “muito mais aumenta ainda a necessidade d’uma cadeia nesta Vila **a grande concorrência de presos que por aqui passam, quando vêm e vão para todo o Alentejo**”⁵⁵.

Enfim, por um ou por outro destes motivos ou pela confluência deles todos, existiam complexos carcerários muito amplos e reforçados espalhados por todo o Reino, de que nos chegaram excelentes exemplos, muitos deles em uso até tempos muito recentes (Anos 60 e princípio dos Anos 70 do século XX!). Era o caso dos proporcionados pelas cadeias de vilas como Caminha, Valença, Miranda do Douro, Sabugal, Castelo de Vide ou Campo Maior. Todas estas opulentas vilas fronteiriças eram detentoras de enormes cadeias concelhias, em uso até tempos muito recentes, como é o caso da muito tardia cadeia do Sabugal, encostada à linha das muralhas medievais da vila, nas traseiras da modestíssima e também tardia casa da câmara local, muito modestamente refeita após a instauração do Liberalismo.

Como vemos, outrora considerava-se que era muito conveniente a localização das cadeias no centro das vilas e cidades ou junto às vias e mesmo às estradas de maior passagem pois, para lá de outras vantagens, havia a possibilidade de, à janela das respectivas celas, os presos poderem pedir esmola para a sua sustentação e para os seus pequenos prazeres e vícios privados, pois tanto pediam pão, água, vinho e dinheiro, como papel, caneta e tinta; pedaços de madeira e instrumentos para a entalhar ou, enfim, os preciosos cigarros com que

⁵⁴ *Ofício* do Administrador Geral Interino do Governo Civil de Lisboa ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, relativo ao orçamento das obras a fazer na cadeia de Vila Franca de Xira após o incêndio ocorrido na madrugada de 5-11-1836 in IAN-TT – *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais; Maio 2021, Cx. 2. (este documento precede o “Auto de Orçamento” referido na Nota anterior: ver Apêndice Documental: Doc. N.º 44).

⁵⁵ *Cópia de Ofício* do Delegado do Procurador Régio da Comarca de Aldeia Galega do Ribatejo ao Procurador Régio, descrevendo a cadeia daquela Vila, o seu estado de ruína e de insegurança e a necessidade de construção de uma nova; Aldeia Galega do Ribatejo, 13-10-1849, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.ª Direcção – 2.ª Repartição – *Correspondência Recebida*; Maio 3361 (Ano de 1849; Livro 7.º; N.º 793). A *Cópia* deste *Ofício* integra um conjunto muito rico de documentos relativos à ruína da cadeia de Aldeia Galega do Ribatejo e à sua reconstrução, integrando nomeadamente a planta e orçamento de uma cadeia nova.

os presos fumadores enganavam o passar do tempo. Em troca, pelo menos os mais habilidosos ofereciam pequenas peças e objectos, por vezes muito engenhosos, por si fabricados. Os presos podiam mesmo prestar pequenos favores tanto aos moradores das vizinhanças como aos forasteiros. Com efeito, tanto recebiam e davam recados como – os que o sabiam fazer – liam e escreviam mensagens e cartas a quem precisasse, em troca de modesto pagamento ou esmola. Por tudo isso, a gigantesca cadeia de Montalegre [Fig.^a 776]⁵⁶, construída provavelmente já na Época Liberal e hoje lamentavelmente demolida, beneficiava de uma localização muito central. Com efeito, ficava na Rua Direita, bem no coração daquela vila, como o mostra a seguinte descrição em verso – feita propositada e muito amavelmente para esta *dissertação* por um inspiradíssimo poeta popular natural daquele concelho⁵⁷ – e que tão bem capta a paisagem urbana e humana que tinha o seu epicentro na cadeia concelhia local:

“Cadeia de Montalegre
Era uma casa mal feita
Que a gente via ao entrar
Ali na Rua Direita.

Era logo ao começar
Que havia esse Forte:
Antes da rua actual,
Indo de Sul para Norte.

Para te dizer melhor
E talvez com mais mestria,
A prisão ficava em frente
Da actual pastelaria.

Quando íamos à feira
E ao passarmos pela rua
Os presos davam a mão;
Cada um estendia a sua.

As janelas tinham grades
Para guardar a prisão;
Nos braços que eles estendiam
Os de fora davam pão.

Conversavam com amigos
Com leigos e até com padres:
Entre os de dentro e de fora
Só havia as ditas grades”.

⁵⁶ Ver: <http://www.cm-montalegre.pt/postais/getcard.php?cardid=1228042538>. Agradeço ao meu amigo, o Eng.º Rui Moura Chaves, natural do Concelho de Montalegre, este documento, bem como a descrição em verso, adiante transcrita, muito amavelmente feita a seu pedido pelo Sr. Dr. Juiz Conselheiro Custódio Montes, a quem agradeço desde já.

⁵⁷ Versos datados de 8 de Dezembro de 2008.

13.3 – A estrutura arquitectónica das cadeias concelhias

Recenseados brevemente alguns tipos de velhas cadeias concelhias, as páginas que se seguem ater-se-ão essencialmente às cadeias localizadas nas casas da câmara portuguesas. A cadeia instalada na casa da câmara de Setúbal – cuja construção Bartolomeu de Paiva, “Amo d el Rey nosso senhor”, contratava em 1526 com “gill fernamdez pedreiro morador na cidade de lixboa” – ajudar-nos-á na análise, que agora se propõe, das velhas cadeias concelhias. Com efeito, o contrato, já atrás repetidamente referido⁵⁸, da construção da casa da câmara de Setúbal, permite discutir a efectiva *implantação e localização* das cadeias nos edifícios das casas do concelho, bem como a importante questão da *segurança construtiva* das respectivas instalações. Mas o documento de 1526 referente a Setúbal poder-nos-á também servir de guia para o levantamento das *componentes essenciais* das velhas cadeias e consequentemente, das suas *variantes tipológicas* mais importantes. Enfim, matéria sobre todas volátil, procuraremos apreender algo do *mobiliário e do equipamento* em uso pelos agentes e utentes das velhas cadeias portuguesas – afinal uns e outros esmagadoramente provindos do mesmo grupo social e que, pela força das circunstâncias, se encontravam quase irmanados na mesma condição de prisioneiros, pois uns e outros estavam de certo modo encerrados nas mesmas paredes, abrigados sob o mesmo telhado e a coberto das mesmas grades.

13.3.1 – A implantação da cadeia na Casa da Câmara

A implantação das cadeias nas casas da câmara decorre da própria vocação funcional da casa do concelho. Com efeito, e como atrás vimos, se a divisão mais importante do edifício era a sala do piso nobre, transformada em sala de audiências concelhia, era de toda a vantagem que a cadeia concelhia se localizasse no mesmo edifício. Esta implantação, porém, tinha as maiores consequências arquitectónicas. Com efeito, já Paulo Thedim Barreto, referindo-se justamente às “Casas de Câmara e Cadeia” do Brasil da Época Colonial considerara com muita finura que

“o princípio que orienta a construção da cadeia é o da ‘segurança dos presos’. Aí tudo se fortalece na singeleza. Já na câmara, quase tudo se expressa em apuros de delicadeza. Neste contraste, tudo contribui para soluções plásticas cujas formas comuniquem aos monumentos e às suas partes constitutivas conveniência, solidez e expressão. Eram essas formas realçadas por modenaturas e

⁵⁸ Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; Lisboa, ano de 1526, in IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815 (Ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 20).

comodulações, subordinadas, muitas vezes, a traçados regulares (...). A ordem de finura e o grau de reforço a que se submetiam os elementos de distribuição e os elementos construtivos decorativos da Casa de Câmara e Cadeia eram também módulos que lhes davam proporcionado carácter”⁵⁹.

Independentemente da pertinência destas considerações de Paulo Thedim Barreto, a implantação da cadeia concelhia na casa da câmara era uma realidade muito intensa, no Reino como fora dele, como se vê nas determinações do Juiz de Fora das vilas brasileiras setecentistas de Bragança e de Ourém do Estado do Pará, relativas à localização daquelas vilas e ao seu povoamento:

“na Segunda Praça da Vila [de Bragança] que tem sincoenta e sinco braças de Comprimento e quarenta de Largura, **distinei o lugar da Caza da Camera e Cadeya**, que he o *que* se acha notado no Mappa com a Letra R. Esta obra se deve logo fazer imediatamente ás Casas dos Povoadores”⁶⁰.

Ora, se era quase uma constante a presença da cadeia concelhia nas velhas casas da câmara erguidas durante séculos tanto no Reino como nas “Partes de Além”, deve dizer-se, porém, que as casas do concelho de cidades tão prestigiadas e tão ricas como Lisboa e Porto – das mais antigas mas também das mais atípicas do Reino – não detinham nem nunca detiveram cadeia incorporada no respectivo edifício. Recordemos ainda que casas da câmara instaladas em torres das muralhas ou junto às portas das cidadelas, como as de Coimbra, Penamacor, Elvas ou Silves, também nunca detiveram cadeias. No entanto, pondo de lado as casas do concelho destas cidades e vilas, todas elas com importantes mas muito específicas características tipológicas comuns, a verdade é que a generalidade das casas do concelho sobradadas construídas num período que provavelmente alcança todo o século XV *passa a deter no seu piso térreo a cadeia concelhia*. Com efeito, pensamos que terá sido nesse longo século XV que as cadeias passaram a ser integradas nas primeiras casas da câmara – da câmara, repetimos, e já não da audiência – enquanto edifícios concelhios em vias de acelerada definição tipológica de que resultaria o modelo arquitectónico que tão longamente temos discutido, assente justamente na presença da cadeia concelhia no piso térreo do novo edifício, como *complemento* à sala da audiência e à câmara das vereações, ambas localizadas no piso nobre.

⁵⁹ Paulo Thedim Barreto, “Casas de Câmara e Cadeia”, *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1947; N.º 11, p. 88.

⁶⁰ Carta do Juiz de Fora das Vilas de Bragança e de Ourém, do Estado do Pará, descrevendo a localização daquelas Vilas e enunciando medidas a tomar para o seu melhor povoamento e administração, Pará, 20-10-1758, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 597, Caixa 700. Muito longe do Brasil e do Reino, também “[...] esta vila [de Quelimane] tem feitoria de pedra e cal de que he feitor o mesmo Comandante havendo goarnição competente, **com Caza de Camara, Cadea, e Pelourinho**”, *Memorial* não datado (segunda metade do século XVIII), assinado por Joaquim Jozé Varella, in Ministério do Reino - Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 604, Caixa 707.

A presença das cadeias na casa do concelho ou num edifício anexo era uma velha prática europeia⁶¹ e em Portugal assinala-se em casas da câmara tão antigas como a de Melo (Gouveia), pré-quinhentista, onde sobrevive a janela da respectiva enxovia, embora muito refeita algures na Época Moderna. Facilmente se entende a articulação das cadeias do piso térreo com as duas divisões do piso nobre e em particular com a sua localização. Com efeito, dado que as cadeias eram um complemento natural e directo da sala das audiências, pois de lá provinham ou para lá iriam os réus condenados a pena de encarceramento, era frequente as cadeias localizarem-se directamente sob a sala das audiências, fazendo-se muitas vezes a respectiva ligação por um simples alçapão, rasgado no próprio sobrado da audiência, como veremos. Seria este o caso das cadeias de Almodôvar ou de Entradas (Castro Verde), implantadas directamente sob as primitivas salas da audiência (ambas hoje muito transformadas). Outros exemplos poderiam ser proporcionados pelas casas da câmara de Pombal, de Grândola ou de Santiago do Cacém, bem como por tantas outras grande ou pequenas casas da câmara construídas ao longo dos tempos por esse país fora.

Relativamente à implantação das cadeias nas casas da câmara há ainda que considerar a parte ou as partes do edifício, frontais, laterais ou traseiras, ocupadas por aquelas. Com efeito, merece reparo a frente ou frentes do edifício para a qual ou para as quais dava a respectiva cadeia. Normalmente, as cadeias davam para a fachada principal e abriam-se, pelo menos por janelas, para a rua principal ou a praça, como em Leomil (Moimenta da Beira), Seia, Setúbal ou Grândola, para não citar mais exemplos. Outras vezes estavam localizadas ou davam para fachadas laterais ou mesmo para as traseiras da casa do concelho, muitas vezes voltadas para Norte. Assim, as cadeias concelhias da Horta ficavam na face Norte da casa da câmara e estavam extremamente arruinadas em 1822:

“as prizois do lado do Norte estavam da mesma sorte arruinadas e fora do prumo as paredes ameaçando total e instantanea Ruina tambem com Risco das vidas dos que na vizinhança morão, e das proprias cazas vizinhas por ser estreita a rua que entre huma e outras intremedeia⁶²”.

Como se depreende, esta localização era muito inóspita, porque as cadeias, privadas da luz directa do Sol, tornavam-se muito doentias pois ficavam muito sombrias e insuportavelmente frias no Inverno. A localização desajustada de outras cadeias tornava-as, porém, irrespiráveis e mesmo asfixiantes no Verão.

⁶¹ Ver, por exemplo, a localização da cadeia e das enxovias (“segrete”) comunais de Siena, contíguas ao respectivo “Palazzo Publico”, Aldo Cairola, “L’Architecture”, in Aldo Cairola e Enzo Carli, *Le “Palazzo Publico” de Sienne*, Editalia – Roma, 1965, pp. 35-41.

⁶² *Auto de Vistoria* da casa da câmara da Horta e instalações anexas; Horta, 15-7-1822 in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620, publicado pelo A. in “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

13.3.2 – O número de pisos

A esmagadora maioria das cadeias instaladas nas antigas casas da câmara portuguesas eram *térreas*. Era o caso das cadeias da casa da câmara manuelina de Marialva (Meda), das seiscentistas da Covilhã ou de Melgaço, das joaninas de Carrazeda de Ansiães e das Caldas da Rainha, bem como das casas da câmara pombalinas de Pombal, da Pederneira (Nazaré), de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira) ou de Borba e das pós-pombalinas de Fornos de Algodres, de Alverca da Beira (Pinhel) ou de Cascais. Esta característica térrea das cadeias verificava-se tanto em edifícios muito pequenos, como na modestíssima casa da câmara de Lanheses (Viana do Castelo) [Fig.^a 777] ou de Monte Real (Leiria), como em edifícios monumentais, como nas de Penafiel, Sertã [Fig.^a 778], Grândola ou Santiago do Cacém.

A cadeia pós-manuelina de Setúbal apresenta, porém, uma singularidade, pois dispunha de uma divisão num *entressolho*. Assim, ao contrário do que se passava na esmagadora maioria das cadeias instaladas nas casas da câmara portuguesas, “A Casa da cadea” de Setúbal, encostada à “casa do paço do tryguo”, não era integralmente *térrea*. Com efeito, no *Contrato* de 1526 previa-se a construção “da escada dos **amtreSolhos que esta cadea ha d aver**”. Tratava-se de uma escada interior “com degraos de pedra *pera* seruemtya dos ditos hamtresolhos *que* ha d aver”, pois se determinava que “Sobre a cadea se hão de Fazer huns **amtreSolhos pera aposesntamemto do caçereiro e cadea de mulheres**”⁶³. Ora, face à esmagadora maioria das cadeias portuguesas, que eram *térreas*, são raras as casas da câmara a deterem “entressolhos” entre o piso térreo e o piso nobre. Para lá de Setúbal, encontrámos entressolhos, também reservados às mulheres, na casa da câmara de origem manuelina de Castelo Branco: São as “**Cadeias superiores**”, assim chamadas num “Auto d’exame” (vistoria) realizado já em 1866, suscitado pelas suas péssimas condições higiénicas⁶⁴.

⁶³ *Contrato* entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; Lisboa, ano de 1526, in IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815 (ver atrás, Apêndice Documental; Doc. N.º 20).

⁶⁴ *Auto d’exame* (vistoria) feito à casa da câmara por dois peritos, um pedreiro e um carpinteiro de Castelo Branco; Castelo Branco, 28-5-1866, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 399; Maço 3138 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 26).

Outras cadeias concelhias ocupavam parte de dois pisos da casa do concelho⁶⁵. Era o caso da cadeia de Marvão ou de Alpedrinha (Fundão) – ambas com três pisos – mas também o da Horta, onde as “prisões Civas” instaladas na casa da câmara daquela antiga vila detinham uma *cadeia no piso nobre do edifício*, reservada para *Cadeia das Mulheres*⁶⁶. Também a cadeia de Évora, contígua à casa da câmara, dispunha de uma *Cadeia das Mulheres* no seu primeiro andar. Deve notar-se que a localização das Cadeias das Mulheres no primeiro andar dos edifícios das cadeias parece ser um costume das antigas cadeias portuguesas, suscitado pela necessidade de resguardar tanto as presas como os passantes das muito sórdidas agressões verbais ruidosa e desbragadamente disparadas de ambas as partes. Assim, a transferência das mulheres para um piso superior (e até para as traseiras) dos edifícios das cadeias decorria não de questões de inviolabilidade ou de segurança física das mesmas mas da exigência de respeito pelas normas de pudor e decoro público que as autoridades concelhias se viam na necessidade de impor às “más mulheres” que normal e frequentemente iam presas. Com efeito, as utentes femininas das cadeias eram invariavelmente mulheres de baixo nível social – as *bravas* – cuja soltura de comportamentos tanto incomodava as autoridades e cujos desmandos tanto perpassam pela documentação medieval sobrevivente. Por isso, o *Regimento da Cidade de Évora*, feito por João Mendes de Góis, Corregedor da Corte no tempo de D. João I, continha um “**Titulo das Bravas**”, onde se afirmava explicitamente que

“huum dos grandes aazos porque os homeens da terra som defamados e de que nascem muytos arruidos e desavenças e grandes escandollos assy **he per as mulheres que som desmesuradas e braadam e se doestam assy em pubrico como per almaras e trejeitos e remoques que ellas sabem fazer e diser posto que grandes aleives e mentiras sejam**”⁶⁷.

Como sabemos, era no seio deste grupo de tão baixa extracção social que se recrutavam verseiras (vendedeiras de hortaliças), peixeiras, regateiras, fanqueiras e sobretudo as mulheres de má vida, essas “mulheres solteiras”, “que fazem pelos homens”, que perpassam pela documentação de origem tardo-medieval.

⁶⁵ Deve dizer-se que também praticamente todas as antigas cadeias concelhias instaladas em edifícios independentes e mono-funcionais pertenciam a esta categoria. Era o caso das cadeias de Caminha, de Montalegre, de Vila de Rei, do Sardoal, das duas de Nisa (a antiga e a tardo-oitocentista) e ainda das cadeias do Crato, de Castelo de Vide, de Campo Maior, de Estremoz, do Alandroal, de Serpa, de Mértola, de Ourique, de Aljustrel e da de Alcoutim.

⁶⁶ *Auto de Vistoria* do edifício da Casa da Câmara da Horta e instalações anexas; Horta; 15-7-1822, integrado num conjunto de documentos relativos nomeadamente ao estado de ruína da Casa da Câmara, in AN-TT – Ministério do Reino – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620 – documentos publicados pelo A. in “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

⁶⁷ Publicado em Gabriel Pereira, *Documentos Históricos...*, p. 199.

Muito mais tardia, a magnífica casa da câmara de Ponte da Barca tinha os *dois andares* do corpo central da sua tão monumental fachada principal (lado da estrada) ocupados pela cadeia concelhia [Fig.^a 779] que, em 1836 merecia as seguintes considerações das autoridades concelhias: “Há nesta Vila uma boa Cadeia [...]; precisa de alguns pequenos concertos [...]. Foi feita esta Cadeia, que **custou grandes somas, em 1814; é talvez uma das melhores do Distrito** e por isso não precisa construir-se outra”⁶⁸. Ora, a visibilidade extrema e sobretudo a inesperada implantação, tão central, desta cadeia no centro daquela tão erudita fachada, lembra-nos o *carácter conflituoso das sociedades tradicionais* e simultaneamente *a importância da segurança* para essas mesmas comunidades. Como já sabemos, no quadro das dinâmicas sociais do Antigo Regime, a segurança dos povos era assegurada pelo julgamento expedito, pelas penas rigorosas e pelo encarceramento intensivo dos delinquentes e prevaricadores, grandes e pequenos. Era esta a lição, a mensagem ou, se quisermos, o significado daquele tão elevado número de janelas gradeadas da cadeia de Ponte da Barca: quatro por piso! As grades da cadeia lembravam e impunham ao passante, fosse ou não do concelho, a presença como que monumentalizada da *Ordem*, da *Lei* e da *Autoridade* – mas da *Justiça* também, exercida mediante o castigo imparcial mas exemplar dos maus, devidamente encarcerados para exemplo de todos e para descanso e sossego dos bons.

Por isso, aquela fachada, que é muito airosa e quase “palladiana” devido às arcadas do piso térreo dos dois corpos laterais, é também austera e outrora era mesmo extremamente severa, devido ao engradamento (entretanto removido) das janelas do seu corpo central. Este é desprovido de outras galas arquitectónicas que não sejam o poderoso envasamento em que se sustém, as pilastras colossais que o delimitam lateralmente e a cornija que o trava superiormente. Note-se, enfim, que esta cornija, pouco convencional, é quebrada para poder proporcionar o efeito de uma empena triangular onde, a modo de frontão, se inscreve o brasão com as *armas reais* que, tanto simbolicamente como em termos compositivos, tudo estruturam, a tudo se sobrepõem e a quem tudo obedece, enquanto ponto focal cimeiro desta tão complexa e tão digna fachada da casa da câmara de Ponte da Barca, que para todos os efeitos constitui um dos mais belos e mais intensos cantos do cisne da velha arquitectura camarária portuguesa.

⁶⁸ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

13.3.3 – O número de divisões

Algumas das antigas cadeias concelhias portuguesas eram muito simples e constavam de uma única divisão. Era o caso das cadeias instaladas nos pisos térreos das pequeninas casas da câmara de Lanheses (Viana do Castelo) [Ver atrás **Fig.^a 263**], de Outeiro de Miranda (Bragança), da Ucanha (Tarouca), de Penalva de Alva (Oliveira do Hospital) ou de Entradas (Castro Verde). Era também o que se passava em 1836 na maioria das cadeias do Julgado de Aldeia Galega (hoje Montijo). Com efeito, segundo o testemunho do Juiz de Direito daquela vila

“neste Julgado há 8 Cadeias, tantas quantas as Vilas de que ele se compõe. **Todas elas são más, compostas a maior parte de uma só casa denominada enxovia, que nem divisão tem para quando se encontram presos de diferentes sexos**”⁶⁹.

O exemplo das cadeias do Julgado de Aldeia Galega poderia multiplicar-se indefinidamente. Com efeito, nas minúsculas e material e simbolicamente promíscuas cadeias concelhias conviviam como podiam homens e mulheres, desprovidos de qualquer privacidade ou isolamento e desprovidas aquelas de qualquer protecção face ao assédio dos seus companheiros de cela. Com efeito, as mulheres estavam apenas protegidas do assédio sexual dos carcereiros pois, pela lei, estes perderiam os cargos em caso de assédio comprovado às presas que estivessem à sua guarda.

Por vezes as cadeias detêm duas divisões, das quais uma passa a ser reservada para as mulheres. Porém, a maioria das casas da câmara mais ricas detinham cadeias com mais divisões. Excelentes exemplos eram proporcionados pelas cadeias quinhentistas de Setúbal (arruinada e reconstruída após o Terramoto de 1755) e de Castelo Branco, cujos espaços de carceragem alastravam pelos respectivos “entressolos”, como vimos. Porém, havia cadeias térreas com várias divisões. Um exemplo excelente, também de origem quinhentista, era proporcionado pela cadeia da casa da câmara de Pavia (Mora) [**Fig.^a 780**], cujo piso térreo conserva uma típica estrutura como que celular de *quatro* pequenos espaços relativamente independentes, dos quais um era a pequenina casa da carcereiro. O mesmo se passava certamente nas cadeias das grandes e mesmo monumentais casas da câmara de Melgaço, de Cabeceiras de Basto, de Vila Pouca de Aguiar, de Carrazeda de Ansiães, da Covilhã, de

⁶⁹ *Ofício* do Juiz de Direito de Aldeia Galega para o Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça informando que naquele Julgado há 8 Cadeias, todas más e em particular a da Cabeça de Julgado, que deve ser aumentada e reformada, para o que se envia a despesa orçamentada para o efeito. Propõe-se ainda a criação de uma comissão de três homens para administrar a cadeia e fiscalizar as obras. Finalmente, pedem-se providências para dar de comer aos presos pobres, que padecem das maiores carências; Aldeia Galega, 5-7-1836, IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (Apêndice Documental: Doc. N.º 45).

Alpedrinha (Fundão), de Santiago do Cacém ou da Horta (Faial). Mais recentes, as cadeias das casa da câmara pombalinas de Penafiel, de S. João da Pesqueira, de Setúbal ou de Grândola dispunham também de autênticas “máquinas” de carceragem, proporcionadas por sucessivas salas e celas contíguas, muito diferentes entre si, porém, quanto à sua natureza, tamanho e nível de segurança. Enfim, a cadeia da pós-pombalina casa da câmara da Póvoa de Varzim detinha também um complexo carcerário notável, constituído por três salas de dimensões diferentes entre si, que nos fins do séc. XIX ocupavam metade do piso térreo do edifício [Fig.^a 781]. Também a “boa Cadeia” de Ponte da Barca, construída em 1814, como vimos, “se compõe de **duas salas e duas enxovias**”⁷⁰, divisões estas de dimensões certamente muito generosas, dado o enorme tamanho da fachada que as abriga, no corpo central da respectiva casa da câmara [ver atrás Fig.^a 779].

Da observação das poucas plantas disponíveis e da documentação sobrevivente é fácil de presumir que o espaço das celas podia ser dividido em parcelas menores, consoante as necessidades. Recessos ou acidentes arquitectónicos como o arranque de arcos facilitavam a adaptação e a improvisação de celas mais pequenas, mediante a construção de paredes suplementares ou a aplicação de portais de madeira e sobretudo de grades de ferro. Assim, de acordo com o *Contrato* de 1526,

“nesta cadea [de Setúbal] avera huum Repartymmento [...] No quall **avera huum harco** o quall tera de vão doze pallmos em cadrado [?] **com sua volta escaçante e haverá suas ombreiras chamfradas de huum palmo e meyo de groSo com suas couçeiras e bolhões pera ter portas da parte de demtro, e asy Fara outro tal arco da mesma grandura E de fromte do outro na parede da Rua, e estes arcos ambos averam suas grades de ferro Fortes**”⁷¹.

Como vemos, em Setúbal o espaço contínuo da cadeia térrea era segmentado por arcos (sobre os quais assentavam paredes das divisões do piso nobre) cujos vãos seriam ou poderiam ser preenchidos ou ocupados com grades, de modo a proporcionar celas relativamente independentes.

13.3.4 – As dimensões

As cadeias concelhias portuguesas eram por vezes muito pequenas, nomeadamente quando detinham apenas uma divisão. Ao serviço de comunidades pouco populosas e

⁷⁰ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

⁷¹ *Contrato* entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; Lisboa, ano de 1526; sublinhados nossos, in IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 20).

sobretudo pobres, as dimensões das cadeias eram naturalmente proporcionais às casas da câmara onde se instalavam, igualmente muito pequenas. Para lá das já referidas nas páginas anteriores, registam-se cadeias pequenas nos pisos térreos das igualmente pequenas casas da câmara de alguns minúsculos concelhos, de há muito extintos e integrados no actual Distrito de Viseu como Lalim (Lamego) [Fig.^a 782], Valença do Douro (Tabuaço), Couto do Mosteiro (Santa Comba Dão; muito reconstruída), Tavares (cabeça do concelho em Chãs de Tavares, Mangualde) ou Rio de Moinhos (Sátão) [Fig.^a 783].

Ora, se estas cadeias chegaram ao nosso tempo com as suas dimensões tão pequenas, outras cadeias quinhentistas, embora ao serviço de concelhos muito mais importantes e ricos, tinham dimensões semelhantes. Assim a cadeia de Setúbal, contratada em 1526, “em comprido *nom* sera senão de sete [varas]”⁷², isto é, teria apenas 7,7^m de comprimento, dimensão que temos que considerar muito pequena para a cadeia dos homens de uma vila já então tão populosa e florescente. Tudo indica que a cadeia das mulheres fosse ainda mais pequena, pois ficava por cima, no “entressolho” já referido, que tinha que partilhar com a casa do carcereiro, que lhe ficava contígua. Chegou-nos também a altura das diversas divisões do piso térreo da casa da câmara de Setúbal, todas da mesma altura, pois as paredes “das Casas terreas .S. acouges e casa da balança e casa dos legumes e parte da cadea Ate emtestar com a caSa dos direitos d ell Rey Sobiram n altura dos tardoze dos arcos do paço do tryguo que são vymte sete pallmos d alto”, isto é, 5,94^m. Note-se, porém, que nesta altura de quase 6^m havia que integrar o piso intermédio do “entressolho”, onde ficava a cadeia das mulheres e a casa do carcereiro, como já sabemos.

Por um *Tombo* de 1767 ficamos a saber que a infinitamente mais modesta cadeia concelhia de Cardigos (hoje no concelho de Mação), adaptada no piso nobre sobre a primitiva enxovia, media, tal como esta, “**quatro varas de comprido e duas e meia de largo**”⁷³, isto é, 4,4x2,75^m, o que dava a minúscula área de 12,1m². Muito mais rica, populosa e central, a vila de Aldeia Galega do Ribatejo (hoje Montijo) dispunha de uma cadeia igualmente acanhada:

“A Cadeia compõe-se de **duas casas grandes**, uma térrea e outra no pavimento superior, as quais têm **trinta e quatro palmos de comprimento e vinte e cinco de largura**, tendo além disso mais dois quartos pequenos no pavimento superior, dos quais um serve para prisão de mulheres e outro inutilizado e incapaz de nele se conservar preso algum”⁷⁴.

⁷² Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo...; Lisboa, ano de 1526, in IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815 (ver atrás Apêndice Doc.: Doc. N.º 20).

⁷³ Citado por P.º Henrique da Silva Louro, *Cardigos...*; pp. 130, 131.

⁷⁴ *Cópia de Ofício* do Delegado do Procurador Régio da Comarca de Aldeia Galega do Ribatejo ao Procurador Régio, descrevendo a cadeia daquela Vila, o seu estado de ruína e de insegurança e a necessidade de construção de uma nova; Aldeia Galega do Ribatejo, 13-10-1849, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.ª Direcção – 2.ª

Como vemos, as duas celas da cadeia de Aldeia Galega mediam apenas 7,48^mx5,50^m – o que é manifestamente pouco para uma vila tão populosa e tão central, onde tinham que se recolher as levas de presos em trânsito de todo o Sul do Reino, a caminho de Lisboa.

Da *Relação* de 1836 relativa ao Distrito de Viana do Minho, atrás referida, deduzimos – para lá do seu mau estado de conservação – as *dimensões, normalmente minúsculas das velhas cadeias concelhias portuguesas*. Assim, a cadeia de Castro Laboreiro (Arcos de Vadevez), “**está suficiente**”, apesar de pequena, pois “neste Concelho passam de anos que não entra nenhum preso”. O mesmo se passa na cadeia de Correlhão (Correlhã, Ponte de Lima), que “**é pequena**, porém suficiente para segurança accidental de qualquer preso”. Porém, as autoridades consideram que a cadeia do Concelho de Lanheses (Viana do Minho) “**não tem a capacidade necessária**” e que a “insigificantíssima Cadeia” de Rebordões (hoje Souto de Rebordões, Ponte de Lima), que já atrás encontrámos, não merecia a despesa da sua reparação ou reconstrução, “apesar de insuficiente pela **sua pequenez e fraca construção** [...], por ser em distância de légua à de Ponte de Lima”.

Outros concelhos das vizinhanças detinham cadeias igualmente pequenas, mesmo quando eram mais populosos e mais ricos. Assim, a cadeia de Arcos (de Valdevez), “precisa reformar-se toda, tanto pela **sua incapacidade** como pelo seu estado de ruína”, pelo que em 1836 se considera que “é indispensável fazer uma nova em outro sítio, porque **a actual é pequena, mal segura, mal situada e arruinada**, sendo até necessário ter guardas continuamente, o que vexa muito os povos; e **os presos vivem no maior estado de penúria pela pequenez da Cadeia**” – que, do mesmo inquérito, sabemos estar localizada nos fundos da casa da câmara. Do mesmo modo se considerava que a cadeia do grande concelho de Monção “por ora oferece segurança, **mas é pequena**; mas com os reparos e acréscimos expostos, ficará sendo uma boa prisão, e com segurança”. O mesmo se passava com a de Viana do Minho, pois “**a Cadeia desta Vila não tem actualmente a suficiente capacidade**”.

Face à pequenez, à modéstia e à ruína geral, havia que contar, porém, com *cadeias grandes e mesmo muito modernas*, como a da Ponte da Barca (de 1814), que já sabemos ser muito grande, com os seus dois pisos e as suas enormes quatro divisões, “duas salas e duas

Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3361 (Ano de 1849; Livro 7.º; N.º 793). A *Cópia* deste *Ofício* integra um conjunto muito rico de documentos relativos à ruína da cadeia de Aldeia Galega do Ribatejo e à sua reconstrução, nomeadamente a planta e orçamento de uma cadeia nova.

enxovias”⁷⁵. Também em Coura (Paredes de Coura) “a Cadeia que há neste Concelho **é bem construída, tem três andares e pode acomodar em cada um andar quinze pessoas**”⁷⁶.

13.4 – Materiais, técnicas e recursos construtivos

As cadeias concelhias, bem como as casas da câmara de que faziam parte integrante, eram naturalmente construídas com os materiais da região e com as técnicas em uso no lugar e no momento da sua construção. Deve dizer-se que a diferença dos materiais e das técnicas construtivas – que em Portugal é tão diferente de região para região! – proporciona as principais diferenças entre as diversas casas da câmara construídas ao longo do país em determinada época. Com efeito, se todas se atêm durante séculos a uma mesma tipologia comum, deve dizer-se que os materiais, as técnicas e os recursos construtivos de cada região têm as maiores consequências na configuração global do edifício. Assim, se é diferente construir em silharia de granito, em alvenarias, duras ou brandas, em tijolo ou mesmo em adobe, é também muito diferente o aspecto global dos edifícios construídos com esses materiais tão diferentes. Daí a casa da câmara de Penamacor ser aparentemente tão diferente da de Silves, apesar de ambas estarem implantadas sobre as portas mais importantes das respectivas muralhas; daí a casa da câmara de Vila Pouca de Aguiar ou a sua vizinha de Ribeira de Pena não terem nada a ver com a de Vila Ruiva (Cuba), apesar de remontarem todas à Época Manuelina; daí a de Rebordãos, ou a de Gostei [Fig.^a 784] (ambas hoje no Concelho de Bragança) nada terem a ver com as de Oriola (Portel) [Fig.^a 785], Cabeço de Vide (Fronteira) [Fig.^a 786] ou Entradas (Castro Verde) – umas e outras tão rotunda e tão saborosamente vinculadas às formas mais entranhadamente vernáculas da nossa arquitectura popular. Pelos mesmos motivos, a casa da câmara de Belmonte [Fig.^a 787] não tem nada a ver com a de Cano (Portel) [Fig.^a 788] ou com a de Pavia (Mora), apesar de serem quase da mesma época e de terem tantas afinidades tipológicas entre si; daí a casa da câmara de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) ser tão diferente da de Alpalhão (Nisa), apesar de ambas deterem três andares; daí a casa da câmara de Aveiro ser tão diferente da de Penafiel, apesar de serem contemporâneas e igualmente monumentais.

⁷⁵ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

⁷⁶ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

Os materiais proporcionam o verdadeiro corpo físico dos edifícios e por isso sem eles não há verdadeira arquitectura. Por isso, construir com silharia de granito sumptuosamente aparelhada, como nas casas da câmara de Viana de Foz de Lima, Freixo de Espada à Cinta (de há muito demolida) ou da Guarda [Fig.^a 789], todas de diversos momentos de Quinhentos, era diferente de construir em alvenaria rebocada e caiada, como em Monção, Esposende [Fig.^a 790], Seia ou Tavira, apesar de todas elas deterem uma importante especificidade tipológica comum – a arcada do piso térreo. Do mesmo modo, é muito diferente cobrir vãos com vigas de madeira, com arquivases de pedra ou com arcos de pedra ou tijolo. É também muito diferente cobrir espaços interiores com sobrados de madeira ou com abóbadas, sejam elas de alvenaria ou de tijolo. Com efeito, casas da câmara cujo piso térreo seja abobadado, como as de Cabeço de Vide (Fronteira), Vila Ruiva (Cuba) ou Pombal serão necessariamente mais altas que as que sejam simplesmente sobradadas como, por exemplo, as de Marialva (Meda), Sortelha (Sabugal) [Fig.^a 791] ou Outeiro (Bragança), todas elas sobradadas e consequentemente muito mais baixas e por vezes até atarracadas.

Enfim, a utilização dos diversos materiais e das técnicas construtivas disponíveis ao longo do território do Reino teve as maiores consequências não só em matéria de segurança das cadeias abrigadas nessas velhas casas da câmara, como na sua própria sobrevivência e estado de conservação actual. Se sem materiais não há verdadeira arquitectura, a sobrevivência desta depende em muito grande parte da resistência daqueles, bem como das técnicas construtivas utilizadas. Se houvesse dúvidas nesta matéria, a muito desigual sobrevivência e estado de conservação das velhas casas da câmara no amplo âmbito espacial abrangido por este estudo – todo o território do Reino – proporcionaria uma cabal demonstração do que pretendemos mostrar. Com efeito, se no Minho e em certas zonas de Trás os Montes, das Beiras Alta e Baixa e em quase todo o Alto e Baixo Alentejo sobreviveu um número apreciável de excelentes exemplares de velhas casas da câmara, o mesmo se não passa em grandes franjas do Litoral e em certas áreas do centro do território nacional. Com efeito, estas zonas, barrentas, de aluvião, onde apenas afloram diferentes tipos de calcário, por vezes muito brando, apresentam muito menos exemplares da velha arquitectura concelhia. De facto, nestas amplas zonas perderam-se inúmeras casas da câmara antigas, pois os materiais de que eram construídas impediu ou dificultou a sua conservação. Assim, se certas zonas dos distritos de Bragança, de Castelo Branco ou de Beja já são relativamente pobres nesta matéria, os distritos de Aveiro, de Coimbra, de Leiria, de Santarém e de Faro são aqueles onde é mais rarefeita a presença de antigas casas da câmara. Devemos notar que, se algumas das antigas *casas* destas regiões foram vítimas de processo acelerados e

intensivos de reconstrução e de modernização, muitas delas foram certamente vítimas da sua própria fragilidade estrutural e física, o que implicou a sua ruína ou a sua simples demolição, pois a sua conservação se considerava muito difícil e problemática. Como exemplo extremo da fragilidade construtiva de algumas casas da câmara do centro de Portugal, diga-se que a casa da câmara de Ferreira do Zêzere, construída em época indeterminada numa alvenaria muito frágil, reforçada a barro, como era costume na região, desabou integralmente em meados do século XX, sem que nada pudesse impedir a sua derrocada [Fig.^a 792].

13.4.1 – As paredes

A primeira qualidade que se exige a uma cadeia é que seja *forte*. Antigamente também se exigia o mesmo e, por isso, a fortaleza das cadeias começava pela própria natureza das suas paredes, que deviam ser grossas e muito resistentes. Estas características não só contribuíam para a solidez e o reforço estrutural da casa da câmara em que a cadeia estava inserida, como impediam ou dificultavam a evasão dos presos. Com efeito, os desejos e as tentativas de fuga – inerentes, por definição, à condição de preso em qualquer época e em qualquer tipo de cadeia⁷⁷ – eram a grande ameaça e o grande teste à segurança e à resistência das mesmas.

⁷⁷ Veja-se, a propósito, o Título LXXXX, “Dos que tiram os presos de poder a Justiça, ou das **prisooens, em que jazem**” das *Ordenações Afonsinas*: “e outras vezes vaaõ aas nossas prisooens, honde jazem os presos, e **per força entram a ellas, quebrando as portas, e furando as paredes, e aas vezes entram pellos telhados, e tiram os ditos presos, quebrando os ferros e prisooens, em que jazem presos**, pera se delles fazer comprimento de direito e justiça”, *Ordenações Afonsinas*, Livro V, Título XCIII, Reprodução «fac-simile» da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra de 1792, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984, p. 334.

Relacionada com uma sangrenta fuga colectiva, Saúl António Gomes publica uma muito pitoresca “Carta de perdão concedida por D. João II a Brás de Figueiredo, morador na Golpilheira, por se ter evadido da Cadeia de Leiria”; Santarém, 8-11-1486: “Dom Joham ct^a. Saude. Sabede que Bras de Figueiredo morador na Guollpelheira termo de Leirea nos enviou dizer que podera ora aver dous annos que elle fora preso na prisam da dita villa de Leirea e fora entregue a huum Pero Afonso lavrador morador na Mara termo da dita villa como cacerreiro que hera da cadeã della e que jamzendo elle asy preso em seu poder e asy outros pressos acomtecera que huuã noute huum dos ditos presos que jazia com o ditõ cacerreiro na cama porque fiava delle e em dormimdo o dito cacerreiro lhe furtara as chaves que tinha a huuã ylhargua da cama e desfechara as ditas cadeas e prisões em que elle sopricante e os outros presos jaziam presos e que tanto que asy solltos forom elle sopricante e os outros presos saltaram com o dito caçerreiro por elle nam bradar e elles nam serem sentidos e nom poderem fugir e que por see o dito cacerreiro nam querellar lhe derom certas facadas .scilicet. huuã na cabeça e outra no rrosto abaixo do olho esquerdo ambas abertas e samguoeentadas e que asy lhe deram rranhaduras na guargamta por que se nom querrea calar senom bradar e chamar da nosa parte [*de El-Rei*] e que tanto que lhe esto asy fizeram a outra casa de çima sobradada despreguaram huuã porta de huuã camara e por huuã janella que ia comtra huuã azinhagua e saltarom pella ditã janella fora na dita azinhagua peguamdo o dito cacerreiro com huum delles e amdando com elle a brauços e bradando da nosa parte elle sopricante e os outros lhe tiram das mãaos e o feriram como ditõ he e se poseram em salvo per a ditã janella e per bem dello o ditõ caçerreiro querellara delle sopricante e dos outros e elle sopricante se amorara e amdava amorado com themor

A construção das paredes impunha os maiores cuidados na escolha dos materiais e das respectivas técnicas construtivas. Escolhia-se naturalmente o material mais resistente disponível na região⁷⁸, a começar pelo granito, que se usava abundantemente nas velhas casas da câmara, nomeadamente no Norte, nas regiões onde era muito barata a sua extracção e o seu transporte. Inúmeras casas da câmara das diversas províncias do Norte eram construídas em granito, mais áspero ou mais brando, mais duro ou mais macio, consoante a natureza das pedreiras locais. Claro que a experiência e a sabedoria secular dos mestres pedreiros daquelas regiões sabia tirar todo o partido das suas excepcionais qualidades construtivas. Assim, o granito era muito áspero em Linhares (Celorico da Beira) e muito macio em Marialva (Meda) e estas qualidades transparecem nas respectivas casas da câmara. Do mesmo modo, a sábia articulação do granito com o desenho, vernáculo ou erudito, das fachadas das casas da câmara em que se utilizasse, podia transmitir uma força expressiva muito intensa e quase brutalista, como na casa da câmara de Trancoso, ou uma elegância e uma suavidade incomparáveis, como na fachada da da Guarda.

Material de eleição no Norte do país, o granito é usado intensivamente na construção de inúmeras casas da câmara, nomeadamente nas mais antigas, que ostentam excelentes fachadas de cantaria compostas por *silhares* muito sábia e belamente *aparelhados*, segundo procedimentos construtivos muito antigos que podemos considerar vernáculos. Dessa utilização são excelentes exemplos as velhas casas da câmara de Guimarães e Barcelos e as quinhentistas de Viana da Foz do Lima, Freixo de Espada à Cinta (demolida), Guarda ou Sortelha (Sabugal). As fachadas das casas da câmara de Penamacor e de Castelo Novo (Fundão), também quinhentistas, bem como a seiscentista de Alpedrinha (Fundão), assinalam os limites extremos, a Sul, da utilização dos silhares regulares de granito sempre

das nosas justiças e amdando asy amorado ouvera nosa carta de perdam da dita fugida e ora o ditō caçereiro querelloso era ja finnado e elle sopricante se amorara per bem da querella que o dito caçarreiro delle e dos outros presos asy dera. E porem nos pedia por merçe [...] lhe perdoasemos a nosa justiça [...]. E nos vemdo o que nos elle asy dizer e pedir [...] temos por bem e perdoamos lhe a nosa justiça [...]” [IAN-TT – *Chancelaria de D. D. João II*, Livro 8, fls. 95-95 v.º], publicado por Saúl António Gomes in *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha...*, Vol. II, p. 237.

⁷⁸ As circunstâncias podiam, por vezes, exigir alguma improvisação nesta matéria, recorrendo-se aos materiais disponíveis, ainda que frágeis. Assim, a 9 de Abril de 1559, “na casa do concelho”, pelos oficiais da Camara “foy mandado a Manoell Qallado que presente estava que se queria servir seu offiço de allqaide he caçereiro que lhe tornariao a dar a vara. He elle dixe que si [...] he que se não achase cacereiro qu ele estaria na cadea com sua molher porém que **aquella casa onde estava a cadea não era casa pera estar cadea nem hum allqaide Ter sua molher por ser huma casa de palha, velha, furada por todas as partes, que lhe reperia a elles juizes lhe mandasem dar huma boa casa que fose pertencente pera cadea.** E os dictos juizes dixerão que lhe mandavão que resedise na cadea tall quall era he que requere se sua justiça porque elles estavam prestes pera lhe dar outra casa achando-se huma boa casa d’alluger”, in *Vereações de Velas (S. Jorge) (1559-1570-1571)*, António dos Santos Pereira, Introdução, Transcrição e Notas, Secretaria Regional de Educação e Cultura / Universidade dos Açores, 1984, p. 89.

devidamente aparelhados. Com efeito, aquela linha divisória, a caminho do Tejo e do Sul, decorre da constituição geológica do território e assinala naturalmente nítidas alterações nos materiais e nas técnicas construtivas tradicionais, muito diferentes no Norte e no Sul, como sabemos.

Para lá da sua utilização em silhares regulares, devidamente lavrados, o granito podia ser usado ao serviço de outras técnicas construtivas. Com efeito ele era o material de base das *alvenarias muito resistentes* que, devidamente rebocadas e caiadas, começam a ser construídas, a partir de diversos momentos do século XVI, a Norte e a Sul da linha divisória acima referida, nas regiões onde o granito aflora mais ou menos abundantemente. Com efeito, em inúmeras casas da câmara o granito usa-se nas *alvenarias que, pelo menos desde o Renascimento, são sempre obrigatoriamente rebocadas e caiadas*. Nessas fachadas, o granito só emerge, devidamente aparelhado, nos elementos arquitectónicos mais importantes – molduras de portas e janelas, cunhais, pilastras, cornijas, brasões e ornatos diversos. Deste uso do granito – um dos materiais mais comuns entre nós, pois se usa intensamente na arquitectura portuguesa de inspiração classicizante desde o Tardo-Renascimento até ao século XX pleno – temos abundantes exemplos nas casas da câmara construídas nessa tão longa época. Diga-se ainda que daquele uso decorre um inegável ar de família que perpassa por muita da nossa melhor arquitectura religiosa e residencial dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX – e que perpassa também por muitas das mais belas casas da câmara portuguesas então construídas. Delas são excelentes exemplos as de Vilar Seco de Lomba (Chaves), Murça [Fig.^a 793] e Carrazeda de Ansiães ou Mondim de Basto e Ermelo (Mondim de Basto); S. João da Pesqueira, Pinhel e Seia; Arouca [Fig.^a 794] e Bemposta (Oliveira de Azeméis) [Fig.^a 795], bem como as casas da câmara de Salvaterra do Extremo e Rosmaninhal [Fig.^a 796] (ambas no actual Concelho de Idanha a Nova) ou, no Sul do Tejo, as de Marvão e Castelo de Vide. Outros excelentes exemplos deste uso do granito em alvenarias rebocadas e caiadas – mas cujo reboco foi infeliz e barbaramente removido em obras recentes, muito mal aconselhadas – é proporcionado, entre tantas outras, pelas excelentes casas da câmara de Sobrosa (Paredes), de S. Martinho de Mouros (Resende), de Penedono, de Alverca da Beira (Pinhel) [Fig.^a 797], de Fornos de Algodres, de S. Miguel do Outeiro [Fig.^a 798] e de S. João do Monte [Fig.^a 799] (ambas no actual Concelho de Tondela) ou, enfim, na de Couto de Esteves (Sever do Vouga) [Fig.^a 800].

Sendo muitas vezes o único ou então o mais importante material de construção usado, as suas qualidades construtivas, bem como a resistência que dá às construções, fez com que aquele tipo de pedra fosse utilizado na construção de casas da câmara como as de Grijó (Vila

Nova de Gaia) [Fig.^a 801] e sobretudo nas de Ovar e da Esgueira (Aveiro) [Fig.^a 802], erguidas já em terras de aluvião, reconhecidamente pobres em granito, que era, muito dispendiosamente, transportado de pedreiras localizadas a léguas e léguas de distância. Diga-se que, nestes e noutros casos, algumas componentes construtivas estruturantes assim como as molduras e os ornatos de granito enquadram e reforçam alvenarias frágeis construídas noutros materiais como o calcário ou o xisto. Estão neste caso as casas da câmara de Algosó (Vimioso), de Valença do Douro (Tabuaço) e de Soutelo do Douro (S. João da Pesqueira; também infelizmente desprovida de reboco em obras recentes, igualmente muito mal aconselhadas) [Fig.^a 803], cujas alvenarias, muito frágeis, são de xisto, tão abundante naquelas regiões.

A Sul da linha Aveiro-Coimbra-Abrantes começam as terras e as pedreiras de calcário, o material de eleição da arquitectura da faixa litoral das velhas províncias do Centro e do Sul do Reino. Assim, encontramos as mais diversas qualidades de calcário – devidamente incorporado em alvenarias mais ou menos resistentes – em casas da câmara como as de Aveiro ou de Abrantes, bem como nas de Mafra, de Arruda dos Vinhos ou de Cascais. Deve dizer-se que em obras particularmente ambiciosas se recorria à importação de pedra, por vezes de regiões muito distantes. Assim, no *Contrato* de reconstrução da casa da câmara de Abrantes de 1715 previa-se que para a realização das molduras de portas e janelas exteriores se usasse o lioz de Lisboa: “com declaração que **a pedraria de portados e genellas extiriores sera de Lisboa e capas de semelhante obra**”⁷⁹. Enfim, o calcário local usa-se nas muito mais modestas casas da câmara ribatejanas de Ulme (Chamusca) [Fig.^a 804] ou de Salvaterra de Magos e nas *casas* vizinhas de Pavia e Cabeção [Fig.^a 805] (ambas no actual concelho de Mora). A Sul do Tejo, o calcário é o único material a usar-se em casas da câmara como as de Almada, Canha (Montijo) [Fig.^a 806] e Setúbal ou Santiago do Cacém e Alvalade do Sado (Santiago do Cacém) [Fig.^a 807]. Mais a Sul, o calcário ainda se encontra em exclusivo em *casas* como as de Cabeço de Vide (Fronteira), de Entradas (Castro Verde) ou de Almodôvar.

Nas vilas alentejanas de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, bem como nas terras circundantes, confluem o uso do granito, do calcário e do mármore, este usado em exclusividade nas monumentais casas da câmara pombalinas de Borba, Vila Viçosa, Alandroal e na bela casa da câmara, muito mais modesta, de Veiros (Estremoz) [Fig.^a 808]. Mas o mármore já fora usado na soberbíssima *casa da cadeia* manuelina de Estremoz, bem

⁷⁹ Publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, pp. 147, 149.

como na vizinha audiência concelhia medieval desta antiga vila, como víramos. A presença mais ou menos intensiva ou pontual do mármore alastra pelas casas da câmara dos concelhos vizinhos, usado nomeadamente nos *colunelos* da galeria do piso nobre da casa da câmara quinhentista de Elvas e nas *colunas toscanas* do pórtico da casa da câmara quinhentista de Monsaraz (Reguengos de Monsaraz), bem como nas da galeria da casa da câmara de Moura, muito mais a Sul.

Cumpre dizer, enfim, que – independentemente do material usado – a resistência das paredes das velhas cadeias concelhias é uma busca sempre desejada tanto pelas autoridades como pelos construtores e mestres pedreiros. Por isso, estes recorriam sistematicamente ao uso de *paredes muito grossas* – e temos testemunhos muito antigos desta prática. Assim, na casa da câmara quinhentista de Setúbal

“o lamço da parede da parte da cadea quamto diz a cadea sera de quatro palmos de groSo ate o amdar do sobrado e daly pera çima de tres, E pola mesma maneira sera da parte de fora, e ysto,. **quamto diz a cadea somente**, E as outras caSas daly pera baixo seram pela ordenamça das outras paredes,. E as dos Repartimentos d amtre as casas terreas seram de dous pallmos e meyo de groSo”.

Como vemos, a parte térrea da tão complexa casa da câmara ocupada pela cadeia tinha paredes reforçadas, orçando a grossura de cerca de 88^{cm}! Por sua vez, um autor local notou que a parede da casa da câmara pombalina de Torres Vedras (que acolhia a ventana do sino do concelho) era invulgarmente espessa, pois “**tem a monstruosidade de 1,55m de espessura**”⁸⁰. Esta grossura, aparentemente tão exagerada, justificar-se-ia dadas as alvenarias relativamente frágeis usadas na região. Porém, no extremo Norte do Reino, merece o maior reparo a grossura e a robustez das paredes da antiga casa da câmara de Valença do Minho [Fig.^a 809]. Do mesmo modo, no extremo Norte da velha província da Beira, num ecossistema em que predomina o granito, as paredes da antiga casa da câmara de S. Martinho de Mouros (Resende) [Fig.^{as} 810 e 811] têm paredes com uma grossura igualmente surpreendente. A caminho do litoral, mas ainda numa região granítica, a casa da câmara de Sever do Vouga [Fig.^{as} 812 e 813], onde se acolhe a cadeia concelhia local, detém as paredes mais grossas que encontrámos. Com efeito, este pequeno edifício de origem quinhentista, que está assente num envasamento já de si exageradamente reforçado, detém paredes de uma grossura mais própria de uma torre que de um edifício tão modesto.

Em contraste total com esta prática, chegaram-nos referências a cadeias fracas como a do Concelhos de Lanheses (Viana do Minho) que, em 1836, para lá de ser pequena

⁸⁰ Júlio Vieira, *Torres Vedras Antiga...*, p. 101.

“ainda mesmo depois de reparada não oferece segurança alguma, porque **as paredes não têm mais grossura que as de uma casa ordinária** e por isso torna-se indispensável a construção de outra”⁸¹.

13.4.2 – Os revestimentos

Sendo a segurança dos presos o primeiro e o principal atributo de uma boa cadeia, o modo mais comum de a atingir passava pelo recurso à construção de paredes muito grossas, como acabámos de ver. No entanto, mesmo quando construídas em silhares de granito muito bem aparelhado, as cadeias podiam tornar-se vulneráveis. Por isso, as autoridades viam-se constantemente na necessidade de impedir ou de combater a abertura e o rasgamento criminoso das paredes de modo a impedirem as evasões dos presos, feita deste modo. Com efeito, a abertura de rasgos nas paredes era feita clandestinamente, tanto pelos próprios presos, a partir do interior das cadeias, como pelos seus cúmplices, a partir de fora – uns e outros a coberto da noite e da clandestinidade. Devemos notar que o rasgamento de aberturas era muito facilitado pelo facto de a generalidade das cadeias concelhias ser térrea e de as respectivas janelas estarem desprovidas de vidraças e mesmo de portadas de madeira. Assim, através das suas janelas, localizadas sempre ao nível da rua e dos passantes, entrava tudo para o seu interior, nomeadamente ferros, martelos, alavancas e gazuas, proficientemente usadas para arrombar, a partir de dentro, tudo o que pudesse ser arrombado.

Em primeiro lugar, os presos tentariam naturalmente arrombar as *portas* das cadeias, os *alçapões* das enxovias e os próprios *sobrados*, mediante o levantamento das pranchas e das tábuas respectivas. Por isso, *as portas das cadeias eram sistematicamente reforçadas e ferradas*, por vezes de uma forma muito grosseira, pelos ferreiros ou até pelos carcereiros locais. Chegaram-nos exemplos de portas ferradas como as das cadeias de Belmonte, Ponte de Sor ou Vidigueira [Fig.^a 814], provavelmente todas de uma época já algo tardia⁸². Chegaram-nos também exemplos de portas com *ferrolhos* muito reforçados e mesmo engenhosos, como em Grândola [Fig.^a 815] e até mesmo na cadeia concelhia da Guarda,

⁸¹ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

⁸² A “porta de ferro” da velha cadeia de Sintra “está hoje na Quinta da Cruz, ao fundo das Escadinhas dos Amarais”, José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo – Bairros de Sintra*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1977, Vol. I, p. 30. A cadeia de Sintra ficava na praça da vila, “ao lado da velha torre do relógio, onde está hoje a estação dos Correios (...), da qual ainda tenho uma vaga ideia [...]”. Encerrou, para ali ser instalada a estação dos CTT, em 1911, e passou, provisoriamente, para onde é hoje o quartel dos Bombeiros”, José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo – Bairros de Sintra*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1977, Vol. I, p. 30.

adaptada nas cadeias do antigo Paço Episcopal daquela cidade após a implantação definitiva do Liberalismo. Chegaram-nos, enfim, portas com *vigias de observação* como em Marvão [Fig.^a 816] ou como a que se previa abrir na cadeia da casa da câmara de Vila Flor em 1791, quando o Corregedor de Moncorvo ordenava “que no corredor que havia de ficar anterior a mesma parede, que faça a **vigia perciza para ocularmente vigiar o carcereiro os presos**”⁸³.

À semelhança das paredes e das portas, também *os sobrados podiam ser reforçados e ferrados*, para evitar o seu arrombamento e a consequente fuga dos presos, muitas vezes saltando pelas janelas do piso nobre ou fugindo pelos telhados da casa da câmara para os telhados das casas vizinhas, no âmbito de fugas por vezes muito rocambolescas que, por todos os motivos, incendiavam o imaginário local.

Para lá destes arrombamentos, os presos rasgavam muitas vezes aberturas nas próprias paredes⁸⁴ que, por isso, tinham que ser devidamente reforçadas. A forma mais comum de reforço era feita a partir do uso de “*gatos*” de ferro, aplicados interior e exteriormente nas componentes mais frágeis das paredes, normalmente junto às janelas das cadeias e às respectivas grades. Assim, a cadeia de Caminha, em 1836, precisava, entre outras coisas, de “uma sapata de cantaria pela parte de fora, desde a porta principal até ao cunhal, **com gateamento de ferro**”⁸⁵. Na mesma data, também a enorme e “bem construída” cadeia de Coura (Paredes de Coura), “não precisa de outros reparos do que **gatear a parede com ferro**, aonde têm costume os malfeitores arrombá-la”, pois “**gateando-se a parede fica segura**”⁸⁶. Enfim, em 1845, as arruinadíssimas paredes da velha cadeia concelhia de Vila Real já nem “gatos” novos suportavam: “sendo as suas paredes de pouco mais de três palmos de grossura, por toda a parte apresentam ruínas consideráveis, que **já se não podem remediar com mais número de gateamento afora os que tem**”⁸⁷. Enfim, exemplos muito expressivos destes reforços suplementares das paredes são proporcionados pelos *gatos* sobreviventes, aplicados nas paredes das cadeias dos pisos térreos das casas da câmara de

⁸³ “Copia autentica do Provimto que nesta Villa [Vila Flor] deixou em o Anno de 1791...”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

⁸⁴ Deve notar-se, porém, que da inúmera documentação consultada, não encontramos quaisquer tentativas de abertura de túneis subterrâneos, tão comuns nas grandes cadeias estatais dos séculos XIX e XX.

⁸⁵ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

⁸⁶ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

⁸⁷ *Offício* do Tenente Engenheiro Correia d’Almeida, da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Vila Real, ao Presidente da Câmara relatando o teor de uma vistoria feita na cadeia de Vila Real; Vila Real, 1-7-1845, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – 3.ª Divisão – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3363. Este *Offício* integra um conjunto de documentos relativos à ruína da cadeia de Vila Real e à necessidade de construção de uma nova Cadeia Civil para aquela Vila.

Porto Carreiro (Marco de Canaveses) [Fig.^a 817] ou de Linhares (Celorico da Beira) [Fig.^a 818] – ou mesmo numa janela da própria torre da cadeia de Ponte de Lima [Fig.^a 819].

A pulsão “securista” das autoridades, enquanto contraponto à pulsão “libertária”, ou melhor, evasiva, dos presos podia exigir medidas ainda mais radicais. Assim, nas terras de alvenarias frágeis, *as paredes interiores das cadeias podiam ser reforçadas com lajes maiores ou menores de pedra*. Ao contrário do que se passava no Brasil colonial, nem no Reino nem nas Ilhas encontrámos cadeias reforçadas interiormente com pranchas de madeira. No Brasil, porém, as primeiras cadeias das diversas vilas recém-criadas eram mais ou menos improvisadas e tinham por isso que ser reforçadas interiormente com o material disponível, grossas pranchas de madeira. Era o que se determinava na “Caza da Camera e Cadeya” da recém-criada vila de Bragança (Estado do Pará), que se queria que fosse suficientemente resistente. Ora,

“pela difficuldade de cal, **se deve fazer de madeira forte e para o ser mais pode ser athe ao pavimento do Sobrado de duas ordens de Acapú**”⁸⁸, e me parece *que não será fácil de arrombar esta Cadeia pelas paredes*, e deve a mesma ter huma grade de ferro”.

Na vizinha vila de Ourém, também recém-criada, havendo já

“hum Torreão de Taipa a *que* Chamão Fortaleza, [...] e Como esta chamada Fortaleza de nenhuma deffeza pode servir a dita Vila, me parecia *que* se podia fazer na mesma Caza de Camera e Cadea, **fortificando Se por dentro com huma parede de Acapú athe ao pavimento do Sobrado**”⁸⁹.

No Reino, o reforço das cadeiras era assegurado, como dissemos, com placas de pedra colocadas interiormente. Era o que se passava na cadeia de Santarém onde, em 1852, o respectivo Governador Civil notou, numa inspecção feita de surpresa, que “em um dos

⁸⁸ Acapu, “Árvore da família das faseoláceas (...), que fornece madeira para construções civis e navais. Tem a casca adstringente. É conhecida também pelos nomes de *teca-do-brasil* e de *macapú*”, in António de Moraes Silva, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.^a Ed., Ed. Confluência, Lisboa, 1949, Vol. I, p. 191.

⁸⁹ *Carta do Juiz de Fora das Vilas de Bragança e de Ourém, do Estado do Pará, descrevendo a localização daquelas Vilas e enunciando medidas a tomar para o seu melhor povoamento e administração*, Pará, 20-10-1758, in IAN-TT – Ministério do Reino – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 597, Caixa 700.

Paulo Thedim Barreto refere outras cadeias construídas no Brasil no século XVII e na primeira metade do século XVIII também reforçadas interiormente com pranchas muito grossas de madeira. Assim, em São Paulo, “em 1653, o ouvidor João Velho de Azevedo, à vista de não se poder fazer cadeia de pedra-e-cal, ordenou ‘se fizesse de taipa de pilão **com vigas da banda de dentro a pau-a-pique**’.

Em 1675, determina o ouvidor Paulo de Unhão Castelo Branco que ‘visto a cadeia ser tam fraca que a estão arrombando os prezos e fogindo della, os oficiais do anno que vem **a fortifiquem forando lhe as paredes e rodeando-a de vigas fortes por dentro e a comprido** fazendo lhe humas grades de ferro bem fortes’”, Paulo Thedim Barreto, “Casas de Câmara e Cadeia”, *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1947; N.º 11, pp. 89, 90; ligeiras correcções na transcrição.

No seu estudo pioneiro, Paulo Thedim Barreto, como arquitecto que era, estuda com evidente gosto e com bastante pormenor a questão dos materiais e das técnicas construtivas em uso no Brasil Colonial. Ver o Capítulo VII do seu estudo, cujos sub-títulos transcrevemos: “Origem dos sistemas construtivos. Técnicas adoptadas nas construções das Casas de Câmara e Cadeia: Taipa; Taipa-de-pilão; Frontal e Frontais; Pau-a-pique; Adobe e Tijolo; Pedra-e-barro; Pedra-e-cal. Princípios que orientam a construção”, Paulo Thedim Barreto, “Casas de Câmara e Cadeia”, *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1947; N.º 11, p. 84.

quartos da enxovia [...] **as lajes não estavam bem seguras**, facilitando assim qualquer tentativa de saída, a que é necessário obviar”⁹⁰. Como vemos, tratava-se das lajes que capeavam interiormente as paredes de alvenaria da cadeia. Com efeito, na cadeia da casa da câmara de Tomar as paredes interiores das antigas celas do piso térreo, de alvenarias igualmente muito frágeis, ainda hoje estão forradas de lajes de pedra de cerca de uma vara de altura (c. 1,10^m) e com cerca de meio palmo de grossura [Fig.^a 820]. A Sul do Tejo, a cadeia de Sesimbra, no piso térreo da casa da câmara local, mantém parte das lajes do revestimento original do chão e das paredes [Fig.^a 821]. Também a cadeia de Juromenha (Alandroal), encostada à face exterior das muralhas e hoje tão triste e lamentavelmente abandonada e mesmo vandalizada, estava literalmente forrada com placas quadradas de mármore, de corte muito regular, aqui reforçadas com gatos de chumbo ou de bronze, todos eles de há muito removidos pelos pastores e moradores das vizinhanças [Fig.^a 822].

O reforço das paredes interiores das cadeias podia ser mais aparatoso e dispendioso, pois podia exigir a construção de um muro interior suplementar, adossado às paredes primitivas. Assim, ainda em 1836, o Juiz de Évora propunha a construção de um muro interior de reforço para consolidar as paredes da muito frágil cadeia “da Vila e Concelho de Aguiar”, que “é uma Casa térrea e mal construída, porque ainda que tem abóbada, são as paredes de pedra e barro quasi solto e a porta é no meio d’altura da parede, de maneira que esta tem sido várias vezes queimada, e aquelas furadas pelos presos em uma só noite”. O Juiz de Évora informa que “para se reparar e tornar segura, diz o Presidente do respectivo Município, **é necessário forrar por dentro as paredes com tijolo assente em cal, suposto que diminua a casa [...]**”⁹¹. Três anos depois, sempre no Alentejo, em Mourão, as autoridades previam que as paredes da cadeia nova a construir junto à casa da câmara daquela vila fossem reforçadas com as lajes de pedra da cadeia antiga. Previam-se então a demolição da cadeia antiga e determinava-se “**forrar a enxovia d’homens com cantaria da antiga**, aproveitando-se as grades de ferro, e mais materiais da mesma”⁹².

⁹⁰ *Ofício* do Governo Civil de Santarém, dando conta da visita à Cadeia daquela Vila, informando sobre a sustentação dos presos pobres e o estado das respectivas enxovias; Santarém, 12-3-1852, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida - Livro 10, N.º 242, Ano de 1852; Maço 3381.

⁹¹ Relação dos Juizes dos antigos Julgados que cumpriram a Circular do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça / Repartição de Justiça, de 8 de Junho de 1836, a respeito de Cadeias” – Informação do Juiz de Direito de Évora sobre o estado das Cadeias daquele Julgado; Évora, 29-6-1836, in IAN-TT – *Ministério do Reino*, Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 37).

⁹² *Auto de Obra* de uma cadeia nova a construir em Mourão, por a cadeia antiga estar arruinada e mal localizada; Mourão, 26-11-1839, in Ministério do Reino – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça], Maço 2033 (ver atrás Apêndice documental; doc. N.º 42).

Mais de trezentos anos antes, também em Monsaraz (Reguengos de Monsaraz) se construíra um muro interior de reforço, exigido pela adaptação da velha audiência local a cadeia concelhia, nos primeiros anos do século XVI. Com efeito, as paredes da velha audiência, construída com alvenaria muito frágil de xisto, como atrás vimos, exigiu o seu reforço mediante a construção de uma parede suplementar, literalmente aposta às paredes antigas, visando a inviolabilidade das respectivas paredes e a consequente segurança da cadeia, então aí adaptada. Como já sabemos, foi a construção destas paredes que salvou o famoso fresco com a *Alegoria do Bom e do Mau Juiz*. De facto, a construção da parede de reforço, poucos anos depois da realização da famosa pintura, foi também posterior à construção das abóbadas em que assenta o piso nobre do edifício, para onde se trasladara a velha audiência térrea medieval. Foi a demolição desta aparentemente estranha e mesmo desnecessária parede de reforço – a última estrutura a ser construída, certamente para dar segurança à cadeia – que permitiu a descoberta da pintura durante as obras de restauro do edifício, como vimos.

Fosse qual fosse o material usado na construção das paredes, estas eram, porém – e por sistema – rebocadas e caiadas interiormente. Por isso, não surpreende que encontremos restos desses rebocos históricos em cadeias tão antigas como as de Mós (Torre de Moncorvo), Freixo de Estada à Cinta ou Outeiro de Miranda (Bragança). Esta prática, muito antiga, chegou naturalmente aos nossos dias e por isso a superfície lisa dos rebocos e a brancura proporcionada pelas caiações era o suporte ideal para inscrições, grafittis e desenhos de toda a natureza, como os que se vão encontrando um pouco por aqui e por ali. Dessas inscrições, feitas pelos presos em momentos de desespero, de resignação ou de arrependimento, sejam exemplo as diversas “lamentações” da cadeia manuelina de Marvão, como uma de 1942 [Fig.^a 823], que diz

“FRANCISCO MEIO TOSTÃO / RIBEIRA DE NISA PORTALEGRE / E / JOAQUIM PEREIRA / PEDRA DO OURO PORTALÉGRE / EM 7 DE JULHO DE 1942 / AGRADECE-MOS AO BOM AMIGO QUE SE ENTERSOU / PELA GENTE / AGRADECEMOS ÀS BÔAS RAPARIGAS DA PETARANHA / QUE NOS DERAM 6 CARAPAOS / E 1 PAO MOL [PÃO MOLE]”⁹³.

Mas essas inscrições podiam ser simplesmente feitas em momentos de puro entretenimento. Assim, na vizinha cadeia concelhia de Castelo de Vide sobrevivem, aplicados directamente sobre o reboco caiado, desenhos muito recentes a carvão (provavelmente já dos Anos 60 do século XX), feitos por um preso com notório gosto pelas

⁹³ Desenhos e sobretudo inscrições feitas pelos presos surgem também nas cantarias das janelas das cadeias da casa da câmara de Pombal e nas portadas de madeira das cadeias da casa da câmara de Melgaço.

artes, com figurações quase monumentais de caras femininas, atletas e mulheres nuas [Fig.^a 824].

O revestimento das paredes das velhas cadeias, com o seu reboco e a respectiva caiação, tinha duas funções óbvias, a da segurança e a da higiene. Por um lado, a caiação sistemática tornava difícil a dissimulação de aberturas nas paredes, feitas clandestinamente pelos presos para tentarem a fuga. De facto, eventuais tentativas de abertura seriam facilmente detectadas durante as inspecções que os carcereiros ou outros agentes camarários fizessem às cadeias. Mas a caiação generalizada das paredes, feita periodicamente, tinha também a função muito importante de desinfectar as cadeias que, como muito facilmente se deduz, tinham condições higiénicas muito deficientes. Com efeito, as cadeias facilmente se tornavam num ninho de ratos e sobretudo numa incubadora de vermes e insectos de toda a natureza, tornando-se, por isso, num foco de doenças e numa gravíssima ameaça à saúde pública. A caiação integral das cadeias, promovida sistematicamente pelas autoridades, proporcionava o único meio ou, pelo menos, o meio mais expedito de combater a propagação de doenças tanto entre os presos como entre a comunidade de vizinhos.

As lajes de pedra que encontrámos a revestir as paredes das cadeias de Tomar e da Juromenha (Alandroal) suscitam a questão do *revestimento do chão das cadeias*. Em algumas casas da câmara mais pequenas e mais antigas o chão das respectivas cadeias podia ser por vezes em *terra batida*, o que as tornava muito desconfortáveis e pouco higiénicas e, por isso, muito insalubres e doentias – para lá de pouco seguras. Porém, o chão de muitas delas eram revestido com lajes de granito mais ou menos grossas, como encontrámos por esse país fora, desde a cadeia de Ribeira de Pena, de Carrazeda de Ansiães [Fig.^a 825] ou de Leomil (Moimenta da Beira), passando pelas de Vilar Maior ou Sortelha (ambas hoje no Concelho do Sabugal) [Fig.^a 826]. Note-se que ainda em 1836 se considerava que a cadeia de Monção “precisa nos baixos d’ela ser **ladrilhada com pedras de comprimento de cinco palmos e grossura de palmo e quarto e para maior segurança**”⁹⁴.

No centro do país usavam-se outros materiais de revestimento. Assim, as cadeias de Tomar [Fig.^a 827] e de Sesimbra [ver atrás Fig.^a 821] têm os seus pisos térreos ainda hoje forrados com belas lajes de calcário. A cadeia de Juromenha estava forrada de placas de mármore, semelhantes às que forram as paredes desta extraordinária cadeia. Diga-se ainda que, no Sul, o chão das cadeias é muitas vezes coberto com ladrilho de tijolo, assente directamente no solo, como nas cadeias das casas da câmara de Grândola, Moura [Fig.^a 828],

⁹⁴ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

Entradas (Castro Verde), Almodôvar ou Terena (Alandroal). Com efeito, em 1835, considera-se, relativamente à cadeia de Terena, “que a sala primeira e casa da letrina precisam **ladrilhadas de Adobre** [sic], rebocadas nos lugares precisos, e tomadas algumas rachas nas paredes”. Considerava-se ainda “que a prisão das mulheres **só precisa alguns ladrilhos**, rabocos e caiada”⁹⁵.

Seguindo uma velha e muito vernácula técnica construtiva, o ladrilho era muitas vezes assente em travejamento de madeira, como no piso do entressolo da cadeia da casa da câmara de Marvão [Fig.^a 829] ou em idêntico piso na casa da câmara de Abrantes. Com efeito, de acordo com o *Contrato* de 1715 de arrematação das respectivas obras prevê-se que o arrematante

“no andar das Cazas por sima d abobeda porá **bons vigamentos de Castanho ou Carvalho para sustentarem os ladrilhos que se lhe puzerem** [...]. E outrosim **no primeiro e segundo andar sera ladrilhado de tigollo rebatido bom**”⁹⁶.

Enfim, algumas cadeias, nomeadamente no Norte, eram forradas com soalho de madeira. Era o que se passava na pequenina cadeia de Bretiandos (Ponte de Lima) que, em 1836, se achava “**muito arruinada de solhos**, Janelas, Portas e Telhados” e que, na mesma data, se considerava que “inda que seja reedificada, não oferece segurança para criminosos de maior consideração pelos defeitos com que foi construída; só demolida e construída de novo”⁹⁷. Anos depois, em 1862, na Covilhã, sente-se “a necessidade que há de **mandar assoalhar a enxovia** que na cadeia d’aquela Vila é destinada aos presos do sexo masculino”⁹⁸. Como facilmente se deduz, as cadeias assoalhadas eram mais confortáveis para os presos nelas recolhidos pois, pelo menos no Inverno, tornavam-se muito menos frias.

13.4.3 – As coberturas

Um elemento importante para a segurança das cadeias – e para a dignificação global da casa da câmara – estava na sua cobertura. Já atrás vimos que os presos tentavam muitas

⁹⁵ Cópia do *Auto de Orçamento* das importantes obras de reparação da Cadeia da Vila de Terena; Terena, 13-12-1835, in *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça] – Maço 2032 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 32).

⁹⁶ Publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, pp. 147, 149.

⁹⁷ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

⁹⁸ *Ofício* do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça ao Ministro do Reino sobre a necessidade de mandar assoalhar a enxovia dos homens e considerando também que se deve “para melhor aparência do edifício da mesma cadeia e para limpeza interna, serem de novo caiadas as paredes”; Lisboa, 7-1-1862; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Livro 20, Proc. N.º 19; Ano de 1861); Maço 3088 [Ano de 1861].

vezes a fuga a partir dos sobrados do piso nobre das mesmas, levantando as pranchas respectivas. Com efeito, nas terras do Norte, onde a madeira é boa e barata, ela era generosamente usada na construção, nomeadamente para vencer vãos ou para cobrir espaços interiores. Assim, a generalidade das cadeias portuguesas a Norte do Tejo era coberta com sobrado de madeira, por vezes de execução muito pouco sofisticada. Era o caso, muitíssimo comum, das cadeias das casas da câmara – todas elas sobradadas – de Monção, de Amares [Fig.^a 830], de Outeiro de Miranda (Bragança) [Fig.^a 831], da Ucanha (Tarouca), de Marialva, de Sortelha ou de Idanha a Velha⁹⁹ e, a Sul do Tejo, também o caso das cadeias de Castelo de Vide [Fig.^a 832], localizadas na cidadela medieval, afastadas da casa da câmara, localizada na vila baixa, como atrás vimos.

Porém, sempre que era possível – e por motivos de segurança – as cadeias eram abobadadas. Por isso, no *Auto de Vistoria* do muito arruinado edifício da Casa da Câmara da Horta, de 15 de Julho de 1822, se recomendava o abobadamento dos espaços da respectiva cadeia. Com efeito, relativamente ao piso nobre daquela casa da câmara, aí se lê “que a prizão sobre o açougue e propria para Molheres tambem está em bom estado de paredes, mas precisa igual bobeda no tecto, ser assoalhada e fazerem se de novo as juntas e Janellas”¹⁰⁰. Por isso, no *Orçamento da Despeza* das obras de restauro e reconstrução da casa da câmara da Horta, feito em 1822, lá constam as parcelas relativas ao “**Orçamento da bobeda para a prizão da caza do Orathorio**” e o “**Orçamento da bobeda da prizão sobre o açougue**”¹⁰¹.

⁹⁹ Deve dizer-se que estes velhos sobrados estão hoje muito ameaçados, pois no decurso de obras de conservação e de restauro empreendidas pelas entidades que detêm as respectivas casas da câmara eles estão a ser sistematicamente substituídos por placas mais ou menos aparatosas de cimento. Foi o que aconteceu recentemente com o sobrado da casa da câmara de Outeiro de Miranda (Bragança), recentemente destruído e foi também o que aconteceu em inúmeras casa da câmara das Beiras, como Vilar Maior e Sortelha (ambas hoje no Concelho do Sabugal), Alverca da Beira (Pinhel) ou Fornos de Algodres.

¹⁰⁰ *Offício* do Ministro Secretário de Estado da Fazenda remetendo à Secretaria de Estado do Reino a *Representação* de 24-1-1822 da Junta Provisional da Comarca da Horta, em que esta expõe o estado de ruína do edifício da Casa da Câmara, Casa da Audiência, Cadeias, Casa do Carcereiro e Açougues e a necessidade nomeadamente de edificação duma nova Casa da Roda dos Expostos da Vila da Horta e se pede autorização para transferir a Matriz da Vila para a Igreja do Colégio dos Jesuítas dado o estado de ruína da actual, cuja demolição se solicita também, prevendo-se o arranjo de uma praça no seu sítio, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620. Segue-se o *Auto de Vistoria* de 15-7-1822 do edifício da Casa da Câmara e instalações anexas e o *Orçamento da Despeza* de 24-12-1822 das importantíssimas obras de restauro e reconstrução do conjunto e a construção de uma nova Casa da Roda num lugar mais adequado, tudo no valor global de 6:705\$664 reis; Horta, 24-1-1822.

No *Auto de Vistoria* lê-se “que a caza do Orathorio, prizão que lhe fica immediata e inchovias que ficão de baixo está boa de paredes, mas os sobrados, portas e Janellas estão incapazes de uzo nem de segurar prezos, **precizando no tecto huma bobeda**, ser de novo assoalhada sobre as mesmas traves ainda soffríveis, e de novo fazer se portas e janellas que em algumas já não tem”. Documentos publicados pelo A. in “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

¹⁰¹ Ver *Orçamento da Despeza* das obras de restauro e reconstrução da casa da câmara da Horta e da construção de uma nova Casa da Roda; Horta, 24-1-1822, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620 (Publicado pelo A. in “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

Também no Continente, em Vila Franca de Xira, se previa a construção de abóbadas na cadeia local em época pouco posterior. Assim, no “Auto de Orçamento” de 1836, relativo à “despesa a fazer com a reedificação da cadeia deste Concelho [*de Vila Franca de Xira*], queimada na madrugada do dia 5 do corrente mês de Novembro de 1836”, consta a verba relativa à reconstrução ou reparação do “Forro de enxelharia nas paredes das Enxovias, e **estas cobertas de abóbada feita a um e meio tijolo** – lageada por cima e atracada com quatro linhas de ferro, alçapão do dito material embutido na mesma”¹⁰². Como vemos, nas abóbadas das enxovias rasgava-se o alçapão, devidamente ferrado, de acesso às mesmas – traço identitário fundamental daquele tipo de celas, como veremos.

Três anos depois, em 1839, encarava-se, como já vimos, a construção de uma cadeia nova em Mourão, anexa à casa da câmara local, higiénica e forte, para o que contribuiriam as abóbadas, “singelas” e “dobradas”, então previstas para a cobertura dos seus variados espaços interiores. Com efeito, as autoridades de Mourão ainda projectavam em 1839 para a sua cadeia concelhia o

“fabricar paredes fortes de pedra e cal, **a enxovia para homens com abóbada dobrada, abóbada singela sobre uma porção de terreno** que serve de Cavelherice (cavalariça) pública, para no alto se fazerem **duas casas para Sala livre com abóbadas singelas em cima**”¹⁰³.

Quanto à inóspita cadeia concelhia de Faro, que continuava em uso em 1871, considerava-se então que “**são baixas as abóbadas** e como o solo da prisão está n’um plano muito inferior ao das ruas que a cercam, é ali permanente a humidade”¹⁰⁴. Muitos anos antes, em 1835, entre as melhorias a fazer nas enxovias da arruinada cadeia de Terena (Alandroal), determinava-se que fossem devidamente “rabocadas e muito bem caiadas as ditas duas prisões inclusive as Abóbadas”¹⁰⁵.

Sendo as abóbadas de construção sempre difícil e até muito cara, a cobertura das cadeias localizadas no piso térreo das casas da câmara com abóbadas também decorria, como

¹⁰² “Auto de Orçamento”, de 13-11-1836, com o Orçamento da despesa a fazer com a reedificação da cadeia deste Concelho, queimada na madrugada do dia 5 do corrente mês de Novembro de 1836” in IAN-TT; *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Civis e das Administrações Gerais; Maço 2021, Cx. 2 (ver atrás Apêndice documental; Doc. N.º 44).

¹⁰³ *Vistoria* ordenada pelo Administrador do Concelho de Mourão, relativa ao estado em que se acha a Cadeia da Vila de Mourão, então muito arruinada; Mourão, 26-11-1839, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça], Maço 2033 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 42).

¹⁰⁴ *Ofício* do Governador Civil de Faro ao Ministro do Reino sobre as más condições da Cadeia de Faro; Faro, 8-7-1871 in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção-Geral da Administração Política e Civil – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1871), Livro 29, Proc. N.º 764; Maço 2505; (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 43).

¹⁰⁵ *Cópia do Auto de Orçamento* das importantes obras de reparação da Cadeia da Vila de Terena; Terena, 13-12-1835, in Ministério do Reino – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça] – Maço 2032; (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 32).

sabemos, dos materiais disponíveis e das técnicas construtivas em uso em cada região. Assim, o seu uso é muito mais intenso nas terras do Sul que nas do Norte, onde a presença de abóbadas é muito rara, como veremos. Por isso, as abóbadas surgem naturalmente nas cadeias concelhias do Sul do Tejo¹⁰⁶, estejam estas arquitectonicamente mais próximas de uma linguagem vernacular ou de uma linguagem erudita. O exemplo mais antigo parece ser o proporcionado pela adaptação da cadeia na velha audiência medieval de Monsaraz que, como já sabemos, suscitou a sua cobertura com uma abóbada sobre a qual assentou a nova audiência local, então transferida do piso térreo.

Enquanto técnica construtiva típica das terras do Sul, detêm abóbadas as cadeias instaladas nas casas da câmara – e esta lista é apenas exemplificativa – de Almodôvar [Fig.^a 833], de Entradas (Castro Verde), de Alvito, de Vila Nova da Baronia (Alvito) [Fig.^a 834], de Viana do Alentejo, da Juromenha (Alandroal), de Évoramonte (Estremoz) [Fig.^a 835], de Mora [Fig.^a 836], de Cano (Sousel) ou de Cabeço de Vide (Fronteira). A Norte do Tejo as abóbadas rareiam, mas registam-se em edifícios tão monumentais como nos das casas da câmara de Tomar ou de Abrantes ou, no extremo Norte do Reino, na de Valença [Fig.^a 837], esta hoje infelizmente desprovida de reboco. Trata-se nestes três casos – como nos atrás referidos de Pombal ou de Penafiel – de comuns embora monumentais abóbadas de aresta, assentes em pilares e em mísulas apoiadas nas paredes. De todas estas abóbadas merecem, porém, uma referência particular as puríssimas abóbadas das cadeias da casa da câmara quinhentista de Tomar¹⁰⁷, as mais antigas de todas.

¹⁰⁶ Naturalmente, nem só as cadeias concelhias eram abobadadas. Sempre que possível, também eram abobadadas as cadeias afectas a outras instâncias de poder. Assim, as cadeias militares da Fortaleza de S. João Baptista, do Funchal, eram abobadadas. Para aí foram transferidos alguns presos da cadeia concelha daquela cidade, por sobrelotação e por imperiosa necessidade de obras da mesma. Foi na cadeia militar da Fortaleza de S. João Baptista, do Funchal “que na noite de 5 para 6 de Fevereiro passado, aproveitando-se os presos da vantagem que lhes ofereceu essa tenebrosa noite, durante a qual continuamente choveu e ventou com estrondo, **abriram um arrombamento na abóbada da prisão onde estavam, servindo-se para isso de uma pequena barra de ferro que lhes levara uma mulher (segundo consta)** e por ali se evadiram 15 dos civis e 2 militares, descendo pela muralha por meio de uma corda convenientemente arranjada”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça], Maço 2033: *Ofício* do Governador Civil do Funchal para o Ministro do Reino; Funchal, de 28-5-1842. Este documento é acompanhado pelo *Ofício* do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, de 15-3-1842, ao Ministro dos Negócios do Reino remetendo vários documentos “sobre a transferência de uns presos da cadeia civil para a Fortaleza de S. João Baptista, ordenada pelos Juizes Ordinários da sede das Comarcas do Funchal”.

¹⁰⁷ Mereceria discussão o paralelismo entre esta abóbada e a da vizinha Sinagoga de Tomar, esta provida de pioneiras e singularíssimas mísulas em cone invertido a suportarem capitéis “jónicos” de desenho nada académico que o Professor Rafael Moreira oportunamente sinalizou em texto famoso: Rafael Moreira, “Cultura material e visual”, in Francisco Bethencourt e Kirty Chaudhuri (Dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 1998. Por sua vez Paulo Pereira considera que a abóbada da Sinagoga, juntamente com a da cripta da Igreja Colegiada de Ourém, “constituem, por si só, um grupo tipológico completamente novo: na realidade, com as abóbadas situadas à mesma altura, *são o primeiro exemplo de espaço unificado existente em Portugal* (...) e representam por isso mesmo uma experiência inovadora no que respeita à modulação do espaço”, Paulo Pereira, “As grandes edificações (1450-1530)” in Paulo Pereira (Dir.), *História da*

Sempre realizadas em alvenaria de tijolo, as abóbadas das cadeias das velhas casas da câmara portuguesas eram quase sempre estruturalmente muito simples, optando-se por modestas abóbadas de berço, como em Alvito ou em Mora ou, nos casos mais eruditos, por abóbadas simples de aresta, como em Tomar, Abrantes ou Valença, como acabámos de ver. Porém, a abóbada provavelmente pré-quinhentista de uma célula do que pensamos ter sido a cadeia de Moura (espaço abobadado localizado ao lado da porta da vila e da galeria que a encima, já atrás referida) é uma bela e muito complexa abóbada de nervuras [Fig.^a 838]. Também uma célula pequena da antiga cadeia de Pavia (Mora) detém um pitoresco e algo complexo jogo de abóbada de arestas [Fig.^a 839].

A necessidade de reforço das cadeias, assim como a renovação e a actualização das técnicas construtivas – mas também a vontade de nobilitação dos edifícios concelhios – suscitou, na época pombalina, o uso mais intenso das abóbadas nas casas da câmara então construídas ao longo de todo o Reino. Assim, detém abóbadas de arestas casas da câmara tardo-setecentista tão monumentais como a de Penafiel [Fig.^a 840], a da Póvoa de Varzim, a de Aveiro, bem como, mais a Sul, as de Pombal [Fig.^a 841] ou, a Sul do Tejo, as tão importantes casas da câmara de Almada ou as de Borba e de Vila Viçosa.

13.4.4 – As aberturas e as grades

Quer se tratasse de portas ou de janelas, por motivos de segurança as cadeias tinham naturalmente o menor número possível de aberturas rasgadas para o exterior. Porém, por motivos de salubridade, aquelas aberturas, nomeadamente as janelas, deviam ser o mais numerosas e o mais amplas possível. Do jogo muito variável e mesmo algo errático entre estas duas condicionantes decorria o aspecto e a configuração geral das cadeias e a das casas da câmara que as abrigavam. Com efeito, nas comunidades urbanas do Antigo Regime as casas da câmara tinham uma componente fortemente *gradeada* e *reforçada* e por isso normalmente representavam e apresentavam-se para todos, moradores e forasteiros, como um corpo construído cheio de grades e por isso *quase hostil*. Um excelente exemplo de edifícios fortemente gradeados é proporcionado pela vasta cadeia que ocupava os dois pisos do corpo central da casa da câmara de Ponte de Barca, cujas grades foram removidas em época que

Arte Portuguesa..., Vol. II, p. 27; sublinhados do autor. Ora, a planta e o espaço unificado da Sinagoga de Tomar parece terem proporcionado uma das fontes de inspiração da concepção e do desenho inesperadamente muito “moderno” da cadeia do piso térreo da casa da câmara de Tomar.

ignoramos [ver atrás **Fig.^a 779**]. Outros exemplos são proporcionados pelas cadeias das casas da câmara de Cabeceiras de Basto, Pombal ou Portel, cujos antigos edifícios concelhios continuam – e muito bem! – a ostentar as grades históricas das cadeias que aí funcionaram durante séculos¹⁰⁸.

Em obras recentes, muitas grades de velhas cadeias concelhias foram escusadamente removidas. Foi o caso das cadeias de Grândola, removidas já depois do 25 de Abril, quando o Partido Comunista Português se instalou no edifício, lamentavelmente abandonado pela respectiva Câmara anos antes. Com efeito, o novo ocupante da histórica casa da câmara pombalina de Grândola tratou imediatamente de retirar todas as grades das janelas da cadeia instalada no respectivo piso térreo¹⁰⁹, aparentemente para exorcizar a memória opressiva dos muitos anos passados na prisão por alguns dos seus militantes mais famosos. Quanto às grades da cadeia de Ferreira do Alentejo, igualmente removidas, foram incorporadas numa “escultura” datada de Abril de 1987, exposta no Museu local¹¹⁰. Enfim, desprovidas das suas nobres funções de outrora, as grades das velhas cadeias concelhias continuam a ser escusadamente removidas, pois elas eram um poderoso elemento identitário não só do edifício que as acolhia como da própria comunidade, naturalmente muito ciosa da presença da sua cadeia concelhia. Um último exemplo de uma dessas inúteis remoções aconteceu no decurso de obras recentes na pequenina e muito digna casa da câmara setecentista de Ermelo (Mondim de Basto), quando foram recolhidas pelo Sr. Guilherme Dinis Levandeira, o morador das vizinhanças que as conserva e que muito amavelmente se deixou fotografar com elas no decurso das visitas inerentes a este estudo [**Fig.^a 842**].

Para lá das grades, temos que referir que as próprias *portas, janelas e frestas* das cadeias portuguesas são também elementos a considerar, pois também deles decorria a segurança das velhas cadeias concelhias. Assim, na cadeia da casa da câmara de Setúbal, contratada em 1526 previa-se a construção de

“**duas Janelas gramdes ferradas** [...] na Fromtarya da praça” e, num anexo da mesma, previa-se “**huma Janela Ferrada** de seis pallmos de lume e oyto d alto,. E a vera seu peyorjll de hum pallmo e meyo d alto Com suas Couçeiras e boulhões pera terem portas” e ainda uma “**fresta**

¹⁰⁸ Muitas casas da câmara construídas na Época Liberal e mesmo mais tardiamente detinham também cadeias notáveis. Um bom exemplo é proporcionado pela de Marco de Canaveses, que ocupava o corpo central das traseiras deste notável edifício tardo-oitocentista.

¹⁰⁹ Foi também então que a janela central do piso térreo foi rasgada para dar lugar à porta actual, a única desta fachada, a mais importante do edifício, pois é a que dá para a praça.

¹¹⁰ Este medíocre *memorial* do que foi a pretensa opressão da cadeia concelhia local proporciona, porém, um excelente exemplo de uma típica “intervenção” bem ao gosto do actual “estilo municipalista contemporâneo português”. Pelo “conceito” e pela sua realização material, aquela “intervenção” não é particularmente honrosa para o escultor que a concebeu nem para o Concelho que a encomendou e pagou.

Rasguada d ambas partes,, e ferrada e tera de lume seys palmos em quadrado, e sera semtada. Doze pallmos d alto do chão ate aresta do Rasguado”¹¹¹.

Como se vê, em Setúbal, estas aberturas, fosse qual fosse a sua tipologia ou as suas dimensões, detinham sempre uma *forma rectangular*, vencida sempre com vergas ou lintéis de boa pedra, por vezes reforçada. Com efeito, o uso de arcos nas aberturas torná-las-ia mais frágeis e por isso menos seguras. Com efeito, seria mais fácil deslocar uma simples aduela de um arco do que o lintel de uma porta ou de uma janela. Cumpre referir, porém, que as janelas das cadeias podiam deter ornatos arquitectónicos, desde que não prejudicassem a segurança das mesmas. Assim, as janelas das cadeias de Ribeira de Pena, de Estremoz ou de Vila Alva (Cuba) detêm chanfros tipicamente manuelinos. Enfim, sempre à semelhança de Setúbal, todas as janelas das cadeias eram *ferradas*, isto é, detinham *grades*, que assim se tornam num dos *elementos estruturantes e mesmo tipológicos de uma típica cadeia*, concelhia ou estatal.

Consideradas hoje injusta e absurdamente como símbolo de opressão, nomeadamente por alguns autarcas, pelos seus agentes e os seus técnicos, muitas vezes pouco informados mas excessivamente inflamados por uma ideologia “pseudo-libertária”, *as grades das cadeias eram, porém, o garante legítimo da liberdade e da segurança das comunidades*. Afinal, a cadeia é – e era-o também para os nossos antepassados – o legítimo destino dos elementos do grande grupo que, por desvios e transgressões de toda a natureza, rompem – e rompiam – criminosamente os laços e os compromissos inerentes à vida em comum de há muito estabelecidos pela Tradição, os Costumes e a Lei. Por isso as grades eram outrora, como continuam a ser hoje, o símbolo da prisão em que, em qualquer sociedade organizada, se encarceravam e se continuam a encarcerar os seus membros condenados pela Justiça.

Metáfora suprema da segurança das cadeias e da segurança dos povos, mas também equipamento físico concreto aplicado nas janelas e frestas de cadeias e enxovias, não admira que as grades estejam sempre presentes na documentação sobrevivente. Com efeito, chegaram-nos referências abundantes não só às “janelas ferradas” (como vimos que se dizia no *Contrato* de 1526 relativo à construção da casa da câmara de Setúbal), mas também às grades das cadeias. Assim, nas obras da casa da câmara de Abrantes, contratadas em 1715, previa-se que o arrematante “nas genellas de asento porá somente **grades nas que servirem de Cadeias e na Cadeia da emxovia porá duas grades de ferro grossas e bem fortes para guarda dos prezos**”¹¹². Enfim, num ano tão tardio como o de 1822, já nos fins do Antigo

¹¹¹ Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; Lisboa, ano de 1526, in IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 20).

¹¹² Publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in *Ob. Cit.*, pp. 147, 149.

Regime, no *Orçamento da Despesa* relativo às importantíssimas obras de restauro previstas (mas afinal nunca realizadas) na então muito arruinada casa da câmara da Horta, feito a 24 de Dezembro de 1822, lá constavam “**4 grades de ferro novas**”, “**4 ditas referradas**” e ainda “**36 ferros gatos para as grades**” que, “a 200 reis”, orçariam a verba de 7\$200 reis¹¹³. Presumimos que estes “ferros gatos” fossem ferros suplementares de reforço às grades das cadeias, como os que encontrámos em Almodôvar ou Estremoz, ou mais possivelmente “gatos” para reforçar as paredes da cadeia em sítios mais vulneráveis. No Norte do Reino, poucos anos depois, em 1836, já entrado o Liberalismo, a cadeia de Caminha precisava, entre outras pequenas reparações, “de **quatro grades de vergalhão grosso para chumbar por fora das quatro janelas** que têm as enxovias”¹¹⁴. Na mesma data, também a cadeia de Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima), que então “carece de bastantes reparos”, carecia em particular de “**grades de ferro em quatro janelas**”¹¹⁵. Muitas destas grades chegaram à Época liberal muito desgastadas, corroídas e “remendadas” com reforços suplementares. Assim, na então muito arruinada cadeia de Portalegre, em 1846, “**os ferros das janelas estão de tal forma corruídos e recravados**, que já não têm som, o que torna impraticável reconhecer bem qualquer tentativa [de fuga] que por eles se premedite”¹¹⁶.

¹¹³ *Orçamento da Despesa* relativo às obras de restauro da casa da câmara da Horta e à construção de uma nova Casa da Roda num lugar mais adequado, no valor global de 6:705\$664 reis; Horta, 24-1-1822, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620. Este documento está precedido, entre outros, por um *Auto de Vistoria* do edifício da Casa da Câmara e instalações anexas; Horta, 15-7-1822. Este documento foi integralmente publicado pelo A. in “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

Enfim, e a título de curiosidade, deve referir-se que o *Orçamento da Despesa* acima referido contemplava os diversos trabalhos de serralharia previstos nas respectivas obras e os respectivos custos. Pela sua raridade, transcrevêmo-lo aqui: “Orçamento da obra de Ferreiro para o sobredito edificio e prízões:

Seis dobradices grandes para o purtão da entrada a 1000 reis	6\$000
tranqueira de correr ao alto, com fechadura, e outra atraveçada	4\$500
21 dobradices de rabo para as portas das emchovias a 600 reis	12\$600
229 ditas de rabo de peixe para as demais portas a 160	36\$640
6 fichaduras de ferrolho a 2000 reis	12\$000
7 ditas sem ferrolho a 1200	8\$400
60 ferros pedreiros a 320	19\$200
36 ferros gatos para as grades a 200 reis	7\$200
4 grades de ferro novas, feitio a 9600	98\$400
4 ditas referradas dito a 6000	<u>21\$000</u>
	168\$940”.

¹¹⁴ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

¹¹⁵ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

¹¹⁶ *Cópia do Offício* do Administrador do Concelho ao Governador Civil de Portalegre, informando ter procedido à vistoria da cadeia Pública daquela cidade, cujas péssimas condições de segurança e de higiene descreve; Portalegre, 30-1-1846, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.ª Direcção – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida – [Ano de 1855 – Livro 13, Proc. N.º 523]; Maço 3403. Este *Offício* integra um conjunto muito vasto de documentos relativos à cadeia de Portalegre e à sua instalação no extinto Convento de Santo Agostinho (Apêndice Documental: Doc. N.º 46).

Como seria de esperar, a história das cadeias concelhias é também a história das tentativas de fuga e evasão, por todos os modos e feitios – do rompimento das paredes ao arrombamento de grades de portas e janelas de cadeias e enxovias. Os tempos modernos trazem novidades nas técnicas de fuga, como a usada em 1830 na cadeia de Guimarães, que naquela data continuava no histórico castelo local. Com efeito, “na madrugada do dia 19 do corrente [mês de Novembro] fugirão cinco presos da torre do mesmo castelo: **aparecendo um varão da fresta que desta [sic] para a parte do nascente Limado, com sinaes de agoa forte**; ficando assim inutilizada esta prizão enquanto se não Sigurar”. Como se vê, um varão de ferro foi limado não com limas tradicionais mas corroído com “**agoa forte**”¹¹⁷, isto é, com ácido.

13.5 - As componentes essenciais das cadeias

Se as cadeias concelhias mais pequenas podiam ter uma estrutura extremamente simples, sendo compostas de uma só divisão, o mesmo não se passava, porém, na generalidade das velhas cadeias concelhias portuguesas. Com efeito, independentemente das dimensões e das próprias pretensões arquitectónicas da casa da câmara, *as cadeias detinham normalmente várias componentes*, das quais algumas eram quase obrigatórias, como a *enxovia* ou a *cadeia das mulheres* – face a outras quase facultativas, como a *casa do carcereiro*, a *casa do segredo*¹¹⁸ ou o *oratório* da missa dos presos. Assim, a antiga e muito importante cadeia concelhia de Évora dispunha, em 1836 – no momento em que se encaravam algumas adaptações enquanto se não arranjava um novo edifício carcerário, maior e mais salubre – de uma super-lotada *cadeia de mulheres*, de um “antigo *segredo*” (“que tem em quadro 3½ varas”, isto é, cerca de 13,8m²), de uma “*sala livre*”, de uma “*casa de custódia*” e da “chamada *Casa dos Guardas*”, para lá de um inesperado e muito grande:

¹¹⁷ Exposição da Câmara de Guimarães participando ao Conde de Basto enquanto Ministro Secretário d’Estado dos Negócios do Reino e como Alcaide-Mor do Castelo daquela Vila a fuga de cinco presos da Torre do Castelo, restando apenas como cadeia a Enxovia da Lage, no mesmo Castelo, insalubre e com pouca segurança; Guimarães, 22-11-1830, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Contas e Informações dos Juizes do Povo; Maço 593; Caixa 693.

¹¹⁸ Na cadeia da casa da câmara de S. Salvador da Baía existia uma “casa do segredo”: “em 1699 ainda se fez na Cadeia a ‘Casa de Segredo’ para se administrar a justiça nos casos de condenação dos réus à pena de morte (sic)”, Carlos Ott, *A Casa da Câmara...*, p. 11.

Pouco frequentes, não dispomos de quaisquer testemunhos que nos permitam uma caracterização, por mínima que seja, destes “segredos”, certamente adaptados nas cadeias com a finalidade de isolar ou punir certos presos a título excepcional. Porém, cremos que eles se aproximariam em tudo das enxovias das respectivas cadeias, adiante analisadas.

“*Corredor* junto às Casas da Câmara [*que*] tem de comprimento 13¾ varas e de largura 2½ e 1/8” (cerca de 15x2,75m)¹¹⁹. Note-se que o “segredo” recenseado em 1836, já se registava nesta cadeia, em 1765¹²⁰.

Facultativas ou obrigatórias, deve dizer-se que vão rareando os testemunhos materiais destas antigas e tão típicas componentes das nossas velhas cadeias, vítimas indefesas da ruína, de obras de recuperação muito agressivas ou mesmo de demolições promovidas pelos seus actuais proprietários (autarquias e particulares), lamentavelmente pouco informados e sobretudo muito inconscientes do seu extraordinário valor histórico. Por isso, nas páginas seguintes ater-nos-emos essencialmente a testemunhos escritos, relativamente abundantes nomeadamente para os primeiros anos do Liberalismo – momento histórico em que a antiga rede de cadeias, apesar de ameaçada, continuava intacta ao serviço dos velhos concelhos de origem medieval, a maioria dos quais iria ser extinta a partir de 1836, como sabemos.

A documentação escrita sobrevivente – apesar de esmagadoramente produzida no momento histórico em que aquelas cadeias concelhias perdiam a sua função histórica multissecular como consequência da extinção de muito dos velhos concelhos a que tinham pertencido – proporciona, porém, um retrato excelente das típicas cadeias do Antigo Regime no momento da sua lenta e dolorosa agonia. Esta documentação permitir-nos-á, por isso, entrever as diversas componentes das cadeias e discutir a sua natureza tipológica. Com efeito, as velhas cadeias concelhias podiam ter divisões de natureza muito distinta. Por um lado, havia que contar com *celas*, maiores ou menores, a que se acedia pela porta – espaços a que os nossos antepassados chamavam de *cadeia* ou de *prisão*. Porém, na discussão dos espaços de uma velha cadeia portuguesa há que contar com *enxovias*, que eram celas, também de tamanho variável, mas a que, por motivos de segurança, se acedia *apenas* por alçapões rasgados no respectivo tecto. Assim, o complexo carcerário integrado na casa da câmara da Horta integrava, no piso térreo, “as prizois do lado do Norte” e no piso nobre, a “prizão sobre o açougue e propria para Molheres” e a “prizão *que* [...] fica immediata [à “caza do Orathorio”]), localizada sobre as “inchovias que ficão de baixo”, isto é, também no piso térreo. Do *Orçamento da Despeza* das importantíssimas obras de restauro da casa da câmara da Horta feito no dia 24 de Janeiro de 1822 lá consta a verba de 25\$400 réis “para as

¹¹⁹ Relação dos Juizes dos antigos Julgados que cumpriram a Circular do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça / Repartição de Justiça, de 8 de Junho de 1836, a respeito de Cadeias” – Informação do Juiz de Direito de Évora sobre o estado das Cadeias daquele Julgado; Évora, 29-6-1836, in IAN-TT – *Ministério do Reino*, Maço 2004 (Apêndice Documental: Doc. N.º 37).

¹²⁰ *Carta* do Juiz de Fora de Évora onde se lê que “Sua Magestade é servido determinar me que conserve **no segredo desta cidade** ao preso Francisco do Carmo athe segunda ordem”; Évora, 8-6-1765, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Juizes de Fora – Maço 368 – Caixa 491.

duas Janellas das Emchovias na frente do *dito* Edifício”¹²¹ – afinal as duas únicas aberturas das lúgubres celas, por onde se entrava necessariamente por um alçapão rasgado no sobrado da “prizão” que lhe ficava em cima – como era típico das enxovias, como veremos.

13.5.1 – Cadeias

Os espaços de encarceramento providos de portas – as cadeias, propriamente ditas – eram relativamente comuns no Portugal do Antigo Regime. Acedia-se-lhes por portas interiores, abertas para outras divisões do piso térreo das casas do concelho como por exemplo celas contíguas ou corredores de acesso ou mesmo pela casa do carcereiro. Com efeito, por óbvios motivos de segurança, muito raramente a porta da cela abria para o exterior, pois normalmente *as casas da câmara, mesmo as mais monumentais, tinham apenas uma porta no respectivo piso térreo*. Era o caso, por exemplo, das de Tomar, de Portalegre, de Viana do Alentejo, de Montemor o Novo, de Grândola ou, a Norte do Douro, das de Esposende, da setecentista da Póvoa de Varzim ou da de Penafiel.

A cadeia da casa da câmara quinhentista de Setúbal, relativamente complexa, é um exemplo muito elaborado de uma velha cadeia concelhia. É uma autêntica casa dentro da casa maior que é a casa da câmara que a acolhe e de que ocupa parte do piso térreo e os “amtreSolhos”, como sabemos. De acordo com o *Contrato* de 1526, o acesso à cadeia de Setúbal era algo complexo. Com efeito,

“na parede do Repartimento de dentro [da cadeia] fara **hum portall de pedrarya pera serventia da cadea de dentro** e tera de lume dous pallmos e meyo, E d alto seys e meyo Com suas ombreyras da grosura das houtras E **na parede da parte da Rua Fara outro portall** pera seruemtya da escada dos amtreSolhos *que* esta cadea ha d aver o quall tera tres pallmos de luume e sete d allto, E loguo a entrada dele da *parte* de dentro **Fara outro portallinho pequeno** da grandura do [*de*] dentro,. e **huma parede que se aly ha de Fazer** de dous palmos e meyo de groSo,. E **amtre estas paredes ambas se fara huma escada com degraos de pedra** pera seruemtya dos ditos hamtresolhos *que* ha d aver,”¹²².

¹²¹ Para as duas Janellas das Emchovias na frente do *dito* Edifício

Cantaria	14\$000
Carretos	2\$400
trabalho	<u>9\$000</u>
	25\$400.

Ver *Orçamento da Despeza* das obras de restauro e reconstrução da casa da câmara da Horta e da construção de uma nova Casa da Roda; Horta, 24-1-1822, in Ministério do Reino – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620, doc. Publicado pelo A. in “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

¹²² Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; Lisboa, ano de 1526, in IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 20).

Como vemos, a cadeia de Setúbal não tinha qualquer porta na sua fachada principal, contígua à da do Terreiro do Trigo e abrigada pelo poderoso pórtico arqueado que ocupava toda a frente do piso térreo da casa da câmara, voltada para a praça, como atrás vimos. O seu acesso fazia-se por uma pequena porta aberta na fachada lateral, de apenas 0,66x1,54^m, que dava para uma primeira divisão, igualmente pequena – de onde arrancava também a escada para o entresolho onde ficavam a cadeia das mulheres e a casa do carcereiro – divisão aquela onde se abria a porta de acesso directo à cadeia, ainda mais pequena, pois tinha apenas 0,55x1,43^m.

Merecem grande reparo as dimensões das portas da cadeia de Setúbal, a da rua e a interior, pois assinalam o carácter de grande acanhamento e de clausura que as cadeias efectivamente tinham e que lhes era atribuído, como que simbolicamente, pelas autoridades. Com efeito, a dimensão das duas portas da cadeia contrasta em absoluto com a das portas principais do piso nobre da casa, a exterior e a interior. Com efeito, a porta exterior, de acesso ao piso nobre e à sala da audiência, rasgada no mesmo plano e a poucos metros da porta exterior da cadeia, media 1,32x2,20^m, enquanto a porta interior do piso nobre, de acesso à câmara das vereações, media 1,20x1,98^m. Como vemos, trata-se de dimensões quase monumentais, absolutamente contrastantes com as do piso térreo, afectas à cadeia. Diga-se, enfim, que a cadeia do piso térreo, reservada aos homens, era um espaço contínuo, mas divisível por grades separadoras, como já vimos, onde se juntavam presos de toda a natureza.

Três séculos depois, o mesmo se passava na cadeia de Viana do Minho, pois as autoridades locais queixam-se, em 1836, de que

“a Cadeia desta Vila não tem actualmente a suficiente capacidade e menos as necessidades, separações e indispensáveis comodidades que a justiça e a humanidade imperiosamente exigem a bem dos presos, mais de uma vez desgraçados, achando-se muitas vezes como apinhados uns sobre os outros, existindo réus de Grandes Crimes a par de réus de faltas leves”¹²³.

Como vemos, embora muito abusivamente, quase que poderíamos chamar de “inclusivas” às antigas cadeias concelhias. Com efeito, muitas delas abrigavam numa mesma

¹²³ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

Note-se que em Viana considerava-se, em 1836 que **“esta grande falta é da maior consideração relativamente à Cadeia; é de esperar que dentro de pouco tempo deixe de existir, logo que a Câmara Municipal possa utilizar-se do edifício da Misericórdia, que pelo Governo de Sua Majestade a Rainha lhe foi concedido; removendo-se o Hospital para o edifício do extinto Convento de Santo António, que para esse fim foi igualmente concedido à Irmandade da Misericórdia. Poderá então formar-se uma Cadeia com toda a segurança, com grande capacidade, bem ventilada, com muita luz e com as precisas separações e comodidades, se a actual Cadeia se juntar ao edifício da Câmara e as Sessões desta passarem-se a fazer em a sala novamente arranjada no edifício da Misericórdia”**. Prevvia-se então que “as obras que devem fazer-se na casa que a Câmara ocupa actualmente, o que deve depois da transferência dela ser reduzida a Cadeia para aumentar a que hoje existe, importarão aproximadamente em 2:000\$”; documento citado.

cela comum os presos de todas as condições, categorias e até sexos. Por isso, quando havia diferenciação de sexos falava-se explicitamente em *cadeia de mulheres* ou em *cadeia de homens*, como se fazia em Melgaço no mesmo ano de 1836 quando as autoridades locais declaram, entre outras coisas, que “a **prisão dos homens** está reparada de todo o necessário desde o ano de 1834, cujo reparo foi feito à custa dos Povos do Concelho, e a **prisão das mulheres** precisa de ser solhada”¹²⁴.

13.5.2 – Enxovias

Tanto nas cadeias mais humildes como nas das localidades mais importantes, as velhas cadeias concelhias portuguesas dispunham frequentemente de *enxovias*. Tratava-se de celas excepcionalmente seguras, por vezes localizadas no interior das casas da câmara e, nestes casos, não só com ventilação muito precária como desprovidas mesmo de iluminação directa. O seu acesso era muito reservado, pois *as enxovias, por definição, não dispunham de porta*, a elas se acedendo por escadas interiores, na prática sempre amovíveis, a partir de alçapões rasgados nos sobrados ou nas abóbadas que cobriam o espaço das celas. Destes espaços de encarceramento tão sombrios temos imagens muito vivas nos sinistros «cachots» da tradição francesa, nas gravuras visionárias de Piranesi, nas novelas e romances históricos do Romantismo e na própria cenografia do teatro e da ópera romântica, que tem na cena da prisão do II Acto do *Fidelio* de Beethoven o seu ícone mais emblemático.

As enxovias das velhas cadeias concelhias portuguesas eram bem menos poéticas que as do imaginário libertário europeu. Na sua pequenez, na indigência de muitos dos seus ocupantes e na modéstia das suas funções – mesmo assim muito importantes – as enxovias estavam presentes por todo o lado no Portugal do Antigo Regime. Assim, a cadeia concelhia de Cardigos (hoje no Concelho de Mação), tinha, segundo certo *Tombo* de 1767, uma “casa [...] com sua chaminé que também serve de cadeia de cima com sua janela e grade de ferro”. De acordo com o mesmo *Tombo*, ficamos a saber que “**debaixo desta está a enxovia com janela e grade de ferro** para a parte norte. Tem a mesma medição” da “cadeia de cima” (“quatro varas de comprido e duas e meia de largo”)¹²⁵. Muito maior, também a cadeia da casa da câmara da Horta (Faial) continuava a ter enxovias em 1822, ano que se

¹²⁴ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

¹²⁵ Citado por P.º Henrique da Silva Louro, *Cardigos, Subsídios...*, pp. 130, 131.

considerava que “as grades de ferro nas **duas enxovias na fronteira** [...] precisão ser reformadas”¹²⁶. Em 1836, as autoridades locais de Capareiros (hoje Barroselas, Viana do Castelo) ainda consideravam que se precisava de “pequeno **reparo na enxovia**” da pequena cadeia concelhia local¹²⁷. Enfim, o Governador Civil de Santarém informava em 1844 que na velha cadeia de Ourém – que “é muito velha e não tem segurança”,

“**a Enxovia é muito húmida; fica subterrânea** da parte do Poente e Sul; por este lado corre nos meses d’Inverno encostado à parede um rego d’água e por outro lado fica um continuado Outeiro; **não tem segurança nem se lhe pode dar, já pela situação e já pela antiguidade**, sendo muito incómoda ao povo quando há presos para os guardarem”¹²⁸.

Componente essencial das velhas cadeias concelhias, a construção ou adaptação de enxovias foi uma preocupação das autoridades até tempos muito tardios. Assim, muito longe de Capareiros, no mesmo ano de 1836 ainda se propunha a reedificação integral das velhas enxovias da cadeia do rico e muito populoso concelho de Vila Franca de Xira, localizada na casa da câmara local e então incendiada, talvez criminosamente. Com efeito, no “Orçamento da despesa a fazer com a reedificação da Cadeia deste Concelho, queimada na madrugada do dia 5 do corrente mês de Novembro de 1836” lá constam, “quanto à obra de pedreiro”, a construção de um

“**forro de enxelharia nas paredes das Enxovias**, e estas **cobertas de abóbada** feita a um e meio tijolo – lageada por cima e atracada com quatro linhas de ferro, **alcapão** do dito material embutido na mesma, **dois vãos de cantaria para as janelas** com o grosso da parede pegado, **quatro grades de ferro** de duas polegadas de grossura para as mesmas; ratificação de paredes, sendo feitas de novo na parte em que o precisarem, telhados novos e todo o Edifício guarnecido e caiado, orçado o material e mão d’obra na quantia de – 2:038\$400”¹²⁹.

Como vemos, em 1836 – e num concelho localizado às portas de Lisboa! - ainda se destinava uma verba tão elevada à reedificação de enxovias.

Três anos mais tarde, em 1839, ainda as autoridades locais do Concelho de Mourão propunham, face ao estado de ruína em que se achava a Cadeia daquela Vila, que se construísse uma nova cadeia, no centro da vila, “em um terreno contíguo às Casas da Câmara **para se fazer uma Enxovia para homens**”. Prevvia-se então a adaptação de certo espaço camarário “para enxovia de Mulheres”, assentando-se finalmente no

¹²⁶ Horta, *Auto de Vistoria* de 15 de Julho de 1822, já repetidamente referido.

¹²⁷ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

¹²⁸ “Governo Civil do Distrito de Santarém – Mapa demonstrativo do estado das cadeias do mesmo Distrito”; Governo Civil do Distrito de Santarém, 28 de Dezembro de 1844, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.ª Direcção – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3326.

¹²⁹ “Auto de Orçamento”, com o Orçamento da despesa a fazer com a reedificação da cadeia deste Concelho [de Vila Franca de Xira], queimada na madrugada do dia 5 do corrente mês de Novembro de 1836”, Vila Franca de Xira, 13-11-1836; in IAN-TT; *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais; Maço 2021, Cx. 2 (ver Apêndice documental; Doc. N.º 44).

“plano d’esta obra, que **consiste em separar com segurança a enxovia das Mulheres dos Homens**, fabricar **paredes fortes de pedra e cal, a enxovia para homens com abóbada dobrada**, abóbada singela sobre uma porção de terreno que serve de Cavelherice [*Cavalariça*] pública, para no alto se fazerem duas casas para Sala livre com abóbadas singelas em cima, **latrina** que possa servir para todas as referidas prisões, **chaminé e forrar a enxovia d’homens** com cantaria da antiga, aproveitando-se as **grades de ferro**, e mais materiais da mesma, fazendo-se portas de madeira assim como para as janelas”¹³⁰.

O *alçapão* de acesso ao interior das enxovias era o seu elemento identitário essencial – mas era também a caução da sua segurança, que se pretendia inviolável. Por isso, em 1835, ainda se previa o arranjo do *alçapão* das enxovias da pequenina cadeia de Terena (Alandroal). Considerava-se então

“que o **Alçapão** da primeira sala precisava **amanhada a ferraje e o engradamento a ponto de ficar seguro, rebaxando-se a ficar ao nível do pavimento da sala**, por se haver sobreposto sem segurança e o da segunda sala **rabaxar-se igualmente e amanhar-se-lhe a fechadura e chave que não está em estado de servir**”¹³¹.

Como vemos, os *alçapões* das enxovias de Terena estavam montados e sobrepostos a uma espécie de bocais muito elevados, como se de um poço se tratasse. A busca de segurança exigia no ano seguinte, em 1836, que as autoridades de Lanheses (Viana da Foz de Lima) ainda considerassem que a enxovia a que se resumia a pequenina cadeia local “precisa de portas, grades de ferro e solho pela parte de cima e **alçapão**”¹³². Muito longe do Minho, naquele mesmo ano de 1836, o Juiz de Évora, informando sobre a também muito pequena e frágil cadeia de Aguiar (Aguiar do Alentejo, hoje no Concelho de Viana do Alentejo), considerava que

“para se reparar e tornar segura (...) **a porta deve passar para o tecto d’abóbada, construindo-se um alçapão forrado de ferro**, pelo que deve crescer para cima d’abóbada a parede n’altura necessária para se construir o telhado, ficando o pé direito necessário n’esta casa superior”¹³³.

Enfim, em 1836 ainda se propunha a *transformação da cadeia em enxovia, mediante a substituição da porta por um alçapão* devidamente gradeado!

Chegaram até nós alguns *alçapões* de velhas enxovias, aparentemente todos conservados em cadeias alentejanas¹³⁴. Com efeito, se não os encontrámos em cadeias a

¹³⁰ *Vistoria* ordenada pelo Administrador do Concelho de Mourão, relativa ao estado em que se acha a Cadeia da Vila de Mourão, então muito arruinada, Mourão, 26-11-1839, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça], Maço 2033 (*Ver atrás* Apêndice documental; doc. N.º 42).

¹³¹ *Cópia do Auto de Orçamento* das importantes obras de reparação da Cadeia da Vila de Terena; Terena, 13-12-1835, in Ministério do Reino – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça] – Maço 2032 (*ver atrás* Apêndice Documental: Doc. N.º 32).

¹³² “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (*ver atrás* Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

¹³³ *Relação dos Juizes dos antigos Julgados que cumpriram a Circular do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça / Repartição de Justiça*, de 8 de Junho de 1836, a respeito de Cadeias” – Informação do Juiz de Direito de Évora sobre o estado das Cadeias daquele Julgado; Évora, 29-6-1836, in IAN-TT – *Ministério do Reino*, Maço 2004 (Apêndice Documental: Doc. N.º 37).

Norte do Tejo, no Alentejo sobrevivem belos exemplos de alçapões, todos eles naturalmente rasgados nos sobrados de madeira ou nas abóbadas em que assentam os pisos nobres das casas da câmara ou das cadeias locais. Assim, na cadeia de Castelo de Vide os *quatro* alçapões que encontrámos são rasgados no sobrado de madeira do piso nobre da cadeia [Fig.^a 843] e ainda hoje estão todos devidamente aferrolhados – diga-se que com ferrolhos muito modernos [Fig.^a 844] Na cadeia do Crato [Fig.^a 845], na de Marvão [Fig.^a 846] e na de Almodôvar os alçapões são rasgados nas abóbadas das enxovias respectivas e encontram-se intactos, com as suas tampas devidamente gradeadas. Embora hoje desprovida de alçapão, sobrevive a abertura que outrora dava acesso à enxovia da cadeia lamentavelmente arruinada da Juromenha (Alandroal) [Fig.^a 847], enquanto outras aberturas foram tapadas após o fim do uso carcerário das velhas enxovias. Foi o que se passou em Évoramonte (Estremoz) [Fig.^a 848] e provavelmente no Alandroal.

De todos os que encontrámos, o alçapão mais comovente mas ao mesmo tempo mais impressionante e mesmo brutal é o da enxovia (hoje muito transformada) da casa da câmara de Almodôvar [Fig.^a 849], que é protegido por uma prancha de azinho extremamente reforçada.

Desprovidas de portas e desprovidas de escadarias internas de acesso, descia-se às enxovias por escadas amovíveis de madeira, de corda ou de metal. Assim, a tão insalubre cadeia da casa da câmara de Ponta Delgada detinha naturalmente **“enxovias para as quais se desce por uma escada ou corda”**¹³⁵. Também na terrível e muito arruinada enxovia da cadeia de Portalegre ainda em 1846 se entrava “por um **alçapão com escada de mão, à maneira das casas onde se guardam animais ferozes**”. Claro que as condições desta enxovia eram horríveis, pelo que às autoridades da época liberal não escapava “o seu estado de excessiva humidade, em um pavimento térreo, ou de calçada; o asqueroso de uma latrina no mesmo local onde os presos jazem, o qual apenas recebe luz d’uma janela não muito grande”. Enfim, o Administrador do Concelho podia concluir: “parece-me este recinto

¹³⁴ Chegou-nos também o testemunho de outros escusadamente desmontados, mesmo em obras recentes. É o caso do alçapão da extraordinária cadeia da casa da câmara pombalina de Pombal, onde se atulhou muito escusadamente (e sem proveito nenhum) a respectiva abertura, no decurso de um recente restauro, muito agressivo e desastroso, em que também se removeu absurdamente o reboco histórico das abóbadas pombalinas das respectivas cadeias.

¹³⁵ “Cópia de alguns parágrafos da conta do Presidente da Relação dos Açores”; Ponta Delgada, não datada (1841?), in IAN – TT – *Ministério do Reino* – Cadeias; Maço 1992/P. Esta “Cópia” acompanha um *Ofício* do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça ao Ministro dos Negócios do Reino, de 9-9-1841, “sobre o mau estado da Cadeia de Ponta Delgada” (Apêndice Documental; Doc. N.º 48).

hediondo, e que quem ali é metido, porque é a única prisão mais espaçosa, em breve perderá a saúde”¹³⁶.

Na cadeia de Castelo de Vide sobrevive uma escada de ferro, articulada, outrora muito provavelmente ao serviço das respectivas enxovias [Fig.^a 850]. Em Marvão sobrevive um *içadoiro* dos presos [Fig.^{as} 851 e 852], uma espécie de baloiço de corda que, suspenso numa roldana colocada directamente sobre o alçapão permitia a entrada e a saída da enxovia. Trata-se de uma peça relativamente recente, datável dos Anos 50 do século XX, do curto período que precedeu a desactivação da velha e histórica cadeia manuelina de Marvão, ocorrida nessa mesma época.

Todas as enxovias de que vimos falando eram térreas, abrindo directa e normalmente para o exterior pelas suas janelas gradeadas. Porém, as enxovias podiam ser interiores, recebendo luz e ventilação pelas escadas, também interiores, de acesso ao piso nobre das respectivas casas da câmara. Era o que se passava nas de Tomar e de Santarém. Assim, sobrevivem as pequenas janelas gradeadas das enxovias de Tomar, rasgadas para a monumental escadaria nobre desta portentosa casa da câmara [Fig.^a 853]. Implantação semelhante tinham as enxovias da casa da câmara de Santarém, que detinham pequenas janelas abertas para a escadaria interior do edifício [Fig.^a 854]. Dada a implantação urbana desta histórica (e hoje tão descaracterizada e degradada) casa da câmara, as enxovias de Santarém deviam ser particularmente sombrias e inóspitas.

A reconstrução atrás referida das cadeias de Vila Franca de Xira e de Mourão (proposta em 1836 e em 1839, respectivamente) mostra-nos que nestes anos ainda se considerava a construção, a adaptação e o uso de enxovias, apesar do arcaísmo evidente quer da sua morfologia arquitectónica, quer do modelo carcerário que as suscitava e impunha. Com efeito, por estes mesmos anos que se seguiram à implantação do Liberalismo, assistia-se ao fim da enxovia enquanto elemento central de um sistema carcerário tornado muito arcaico e cuja renovação se reclamava cada vez mais insistentemente. As velhas enxovias, de acesso tão difícil e de morfologia arquitectónica tão arcaica tornaram-se inóspitas e doentias, fenómeno agravado pelo desgaste e até pela ruína inerente à sua antiguidade e ao seu uso multissécular. Por isso, nestes mesmos anos entram em desuso e assiste-se à sua *adaptação ou transformação em cadeias, mediante o simples rasgamento das antigas janelas*, hoje todas

¹³⁶ Cópia do *Ofício* do Administrador do Concelho ao Governador Civil de Portalegre, informando ter procedido à vistoria da cadeia Pública daquela cidade, cujas péssimas condições de segurança e de higiene descreve; Portalegre, 30-1-1846, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida – [Ano de 1855 – Livro 13, Proc. N.º 523]; Maço 3403 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 46).

elas abertas e transformadas em portadas, como sabemos e como já vimos em Melo (Gouveia), Rua (Moimenta da Beira) ou Rio de Moinhos (Sátão), por exemplo, *ou mediante o simples rasgamento de portas* nas respectivas paredes. Assim, no ano de 1836, considerava-se que a monumental cadeia de Caminha precisava apenas “de **uma portada que faça a entrada da enxovia dos homens no patamar da escada**, de cantaria, com seus degraus, para dizer para [*para comunicar com*] a dita enxovia”¹³⁷. Como vemos, propunha-se simplesmente a abertura de uma porta (localizada no patamar da escadaria interior da cadeia) que comunicasse directamente com a velha enxovia – que assim deixaria de o ser, para se transformar numa cela comum. Quatro anos depois, em 1840, na cadeia de Soure nota-se também “a imperiosa necessidade da **abertura d’uma porta de comunicação para as enxovias, visto não ser possível fazer-se a entrada para as mesmas pelo alçapão**”¹³⁸.

Ora, as obras propostas em 1836 para a enxovia de Caminha ou em 1840 para a cadeia de Soure, acabadas de referir, tão contrastantes com as propostas em 1836 para a pequenina cadeia de Aguiar do Alentejo, também atrás referidas, esclarecem-nos quanto à natureza das enxovias e à sua relação com as celas das cadeias comuns e ilumina bem o destino das arcaicas enxovias. Como vemos, enquanto em Aguiar ainda se propunha a substituição da porta por um alçapão rasgado na abóbada da cobertura, a enxovia histórica de Caminha, naturalmente desprovida de porta, impunha que em 1836 se propusesse a construção “de **uma portada que faça a entrada da enxovia dos homens**”, como acabámos de ver. Em Soure passara-se o mesmo pois, “pelo andamento da obra [de melhoramento da respectiva cadeia] se descobriu **uma exigência de primeira necessidade**, que nunca se tinha previsto e vem a ser uma **porta forte e ferrada para a comunicação das duas enxovias**, porque tendo subido muito seu pé direito, **não é possível fazer-se a entrada por alçapão**”, o que traz um aumento de 19\$200 réis (que é o valor da dita porta ferrada) ao previamente orçamentado¹³⁹. Enfim, tanto em Caminha como em Soure – como por toda a parte – as novas “portadas” ou as novas “portas fortes e ferradas” substituiriam os velhos alçapões de acesso às históricas enxovias.

¹³⁷ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

¹³⁸ *Ofício* do Administrador Geral de Coimbra ao Ministro dos Negócios do Reino, remetendo cópias de documentos da “Comissão d’Inspeção das Obras da Cadeia de Soure, visando o melhoramento desta; Coimbra, 1-10-1840, in IAN – TT – *Ministério do Reino* – Cadeias; Maço 1992/P.

¹³⁹ *Cópia do Ofício* da Comissão de Inspeção das Obras da Cadeia de Soure ao Administrador Geral do Distrito de Coimbra, relativo às obras de melhoramento daquela Cadeia, 12-9-1840, in IAN – TT – *Ministério do Reino* – Cadeias; Maço 1992/P.

13.5.3 – Cadeia das mulheres

Já sabemos que as antigas *cadeias* concelhias existentes na casa da câmara dispunham de cadeia para homens e, sempre que possível e o tamanho do edifício o permitisse, de cadeia para mulheres. Com efeito, a *cadeia* podia desdobrar-se em *Cadeia de Homens* e em *Cadeia de Mulheres*, embora esta, apesar de muito comum, não fosse uma constante nas velhas cadeias portuguesas. Assim, ainda em 1836 as autoridades consideravam que a cadeia do Concelho de Capareiros (hoje Barroselas; Viana do Castelo) “**precisa de uma Cadeia para o Sexo feminino não estar junto com o masculino**, o que bem se pode fazer na mesma Cadeia, por ter separação suficiente”, bastando apenas a construção de uma “janela com grade de ferro para a **separação dos diferentes sexos**”¹⁴⁰.

Outros exemplos se podiam aduzir de casas da câmara “unissexo”, naturalmente ao serviço de concelhos pequenos e pobres. Porém, nas cidades e vilas maiores, mais ricas e mais povoadas, haveria que contar com a presença, praticamente obrigatória, da *cadeia das mulheres*. Com efeito, a sua existência era facilitada pela própria dimensão do edifício concelhio, pois nas cadeias das casas da câmara grandes era fácil adaptar uma cela reservada às mulheres. Porém, também a própria densidade demográfica da região e localização do concelho podiam exigir uma cadeia maior e mais complexa, que comportasse celas individuais para as mulheres. Assim, a velha cadeia de Vila Franca de Xira dispunha de uma “Cadeia das mulheres”, localizada no 1.º andar da respectiva Casa da Câmara, sobre a qual se previa em 1836 a construção da “Casa destinada à residência do Carcereiro”¹⁴¹. Por todo o país existiam, enfim, enormes complexos carcerários contemplando cadeias para homens e cadeias para mulheres.

Já atrás referimos a baixa condição social a que pertenciam as pobres “donas” que, ao longo de todo o Antigo Regime, ocupavam a *cadeia das mulheres* das velhas cadeias concelhias portuguesas. Deve dizer-se, porém, que a presença das mulheres podia fazer com que as cadeias ocupassem também parte do piso nobre das casas da câmara. Com efeito, era aí que, por motivos de decoro público, se localizavam sempre que possível as cadeias das mulheres, como já vimos. Era justamente o que se passava na cadeia da casa da câmara quinhentista da florescente vila de Setúbal. Com efeito, já nos fins do I quartel do século XVI

¹⁴⁰ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

¹⁴¹ *Ofício* do Administrador Geral Interino do Governo Civil de Lisboa ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, relativo ao orçamento das obras a fazer na cadeia de Vila Franca de Xira após o incêndio ocorrido na madrugada de 5-11-1836 in IAN-TT; *Ministério do Reino*, *Ofícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais*; Maço 2021, Cx. 2 (ver Apêndice Documental: Doc. N.º 44).

se previa que a cadeia da casa da câmara a construir dispusesse de uma “casa das mulheres”. Esta localizar-se-ia num piso intermédio, literalmente sobre a cadeia dos homens. Com efeito, no *Contrato* de 1526, previa-se que “Sobre a cadea se hão de Fazer **huns amtreSolhos pera aposentamento do caçereiro e cadea de mulheres**”¹⁴². No *Contrato*, infelizmente pouco claro na descrição desta componente da casa da câmara, previa-se um determinado número de aberturas, respectiva tipologia e dimensões.

Aparentemente, a cadeia das mulheres de Setúbal era muito pequena e sombria pois, na prática, era uma divisão interior quadrangular de pequenas dimensões e que apenas recebia luz, indirecta, de uma janela aberta na parede que a separava da contígua casa do carcereiro. Com efeito, a cadeia das mulheres comunicava com a contígua casa do carcereiro por uma janela interior:

“na caSa das mulheres avera **outra Janella baixa .s. d huma casa pera a outra** asy como vay emlegida e sera Ferrada e tera de lume quatro palmos e meyo, E d alto hoyto do cham ate voltas, e o peitorjll sera de dous palmos e meyo, e avera suas couçeiras E boulhões”¹⁴³.

Tratava-se de uma janela aparentemente de verga em arco abatido, de dimensões generosas, de c. de 1^m de largura por c. 1,20^m de altura, cuja função era a de dar luz à cadeia. Note-se, porém, que esta janela, devidamente gradeada, seria resguardada por portadas de madeira, a fim de dar um mínimo de privacidade quer às presas quer ao carcereiro, mas também a fim de abrigar a casa deste dos maus cheiros que fatalmente haveriam de exalar da cadeia das mulheres.

De origem também quinhentista (se não anterior) era a “Cadeia Civil” de Évora, contígua à casa da câmara local, como sabemos. Numa *Informação* do Juiz local, em 1836, considerava-se que “pela sua posição e âmbito, não seja susceptível de grandes melhoramentos, porque **mal chega para os presos que costumam ocupá-la ordinariamente**”. Ora, esta cadeia, tornada muito insalubre e por isso perigosa para a saúde pública, *continuava a deter uma cadeia de mulheres, então super-lotada*,

“havendo por isso ao presente **o risco de se desenvolver uma moléstia epidémica se não contagiosa, especialmente na casa das mulheres, por muito sobrecarregada, que tem dezoito** quando apenas pode ter oito presas e **não tem outra luz e ventilação mais do que a provinda de uma janela pequena** que diz sobre telhados ao meio-dia”¹⁴⁴.

¹⁴² Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro, sobre a feitura do Paço do Trigo, Cadeia, Casa da Câmara, Casa da Audiência e Açougues na vila de Setúbal; Lisboa, ano de 1526, in IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 20).

¹⁴³ Documento referido na nota anterior: ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 20.

¹⁴⁴ Relação dos Juizes dos antigos Julgados que cumpriram a Circular do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça / Repartição de Justiça, de 8 de Junho de 1836, a respeito de Cadeias” – Informação do Juiz de Direito de Évora sobre o estado das Cadeias daquele Julgado; Évora, 29-6-1836, in IAN-TT – *Ministério do Reino*, Maio 2004 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 37).

Embora posterior a estas cadeias, também a da Horta (Faial), de origem seiscentista, dispunha de cadeia de mulheres, também aqui localizada no piso nobre do edifício da casa da câmara, como era costume em algumas cadeias portuguesas. Com efeito, no *Auto de Vistoria* do muito arruinado edifício da Casa da Câmara da Horta e instalações anexas, de 15 de Julho de 1822, lá consta “a **prizão sobre o açougue e propria para Mulheres**”¹⁴⁵, que então precisava de várias reparações, como já sabemos.

Como vemos, as velhas cadeias das mulheres, enquanto componente das cadeias concelhias portuguesas, integradas ou não no edifício da casa da câmara local, sobreviviam nos fins do Antigo Regime e continuavam activas nos primeiros anos do Liberalismo. Assim, em 1836, a cadeia de Melgaço continuava a dispor, a par da “prisão dos homens”, de uma “prisão das mulheres” que então, entre outras pequenas reparações, precisava “de ser solhada”¹⁴⁶. Do mesmo modo, em Mourão ainda se propunha em 1839 “separar com segurança a **enxovia das Mulheres** das dos Homens” numa cadeia nova a construir naquela vila alentejana¹⁴⁷. Ora, se as velhas cadeias das mulheres sobrevivem amplamente na documentação anterior e posterior à implantação do Liberalismo, deve dizer-se que a documentação respectiva é pobre quanto a informações relativas quer às dimensões quer à própria morfologia do espaço das celas, que presumimos ser em tudo idêntica às das celas das cadeias dos homens.

13.6 - Componentes facultativas

Para lá das celas obrigatórias – sem as quais não haveria cadeias – destinadas aos homens e, sempre que possível, das celas privativas para mulheres, as velhas cadeias concelhias podiam ter outras componentes. Antes de mais, haveria que contar, pelo menos nas cadeias das casas da câmara grandes e ricas, com os normais espaços de circulação e de

¹⁴⁵ *Auto de Vistoria* da casa da câmara da Horta e instalações anexas; Horta, 15-7-1822 in IAN-TT – Ministério do Reino – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620. Ver também o *Orçamento da Despesa* das obras de restauro e reconstrução da casa da câmara da Horta e da construção de uma nova Casa da Roda; Horta, 24-1-1822, in Ministério do Reino – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620. Ambos os documentos publicados pelo A. in *Ob. Cit.*

¹⁴⁶ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

¹⁴⁷ *Vistoria* ordenada pelo Administrador do Concelho de Mourão, relativa ao estado em que se acha a Cadeia da Vila de Mourão, então muito arruinada, Mourão, 26-11-1839, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça], Maço 2033 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. n.º 42).

arrumação, à semelhança do que poderíamos encontrar nos fundos de qualquer casa rica da época. Porém, nas velhas cadeias portuguesas havia que contar também com espaços de vocação mais especializada como a *residencial*, a *higiénica* ou mesmo a *devocional*. Trata-se de componentes cuja presença é muito mais rara e a que, por isso, chamaremos de facultativas. Destas, a componente mais importante e muito mais comum é a *casa do carcereiro*. As outras componentes, infinitamente muito mais raras, são proporcionadas pelo espaço isolado da *latrina* da cadeia e pelo *oratório* da missa dos presos. Este, muitas vezes construído ou adaptado num edifício independente da própria cadeia, será discutido num capítulo posterior desta *dissertação*.

13.6.1 – Casa do carcereiro

Muitas cadeias concelhias, nomeadamente as dos concelhos mais ricos e populosos, tinham incorporada junto às celas dos presos a casa para o carcereiro. Localizada no piso térreo ou mesmo no piso nobre do edifício, como acontecia em algumas antigas casas da câmara, a casa do carcereiro constituía uma espécie de pequena casa dentro de uma casa muito maior, a casa da câmara. Apesar de a maioria das casas da câmara do Antigo Regime – nomeadamente as dos concelhos mais pequenos (que constituíam a esmagadora maioria) nunca terem chegado a deter casa do carcereiro, estas registam-se desde muito cedo. A mais antiga que encontrámos surge enquanto “**aposemtamemto do caçereiro**”, justamente na casa da câmara de Setúbal, contratada em 1526 por Bartolomeu de Paiva ao mestre Gil Fernandes, como já sabemos. No respectivo *Contrato* prevê-se explicitamente que “sobre a cadea se hão de Fazer huns amtreSolhos **pera aposemtamemto do caçereiro e** cadea de mulheres”.

Como vemos, em Setúbal a casa do carcereiro emparelhava com a cadeia das mulheres e aparentemente dava para a praça, para onde se abriam

“**duas Janelas Ferradas** nos lugares omde vam emlegidas e averam suas sedas e peitorjs baixos,. e terão de lume çimquo palmos e meyo e d alto dos peytorjs **pera** çima seis palmos ate a vollta A qual sera escaçamte e os peitorjs terem tres palmos e meyo d alto com as sedas”.

Uma janela de forma e dimensões semelhantes dava para a fachada lateral do edifício. Estas janelas, cujo vão era vencido por um arco abatido, eram muito amplas (c. 1,20x1,30^m), dignas da monumentalidade do edifício. Do *Contrato* ficamos ainda a saber que

“na parede *que* ha de vir amtre a cadea das mulheres e a casa diamteyra avera huum portall no Corredor [*para acesso à casa do carcereiro*] o quall tera tres pallmos de lume e sete e meyo d allto, e

sera de pedrarya, E os outros mais Repartymmentos não se Falla neles *por que ham* de ser de madeira”¹⁴⁸.

Como se vê, face à amplidão verdadeiramente monumental das janelas, também aqui as aberturas interiores eram muito mais modestas, pois a própria porta de acesso à casa do carcereiro media apenas 0,66^mx1,65^m! Do *Contrato* ficamos também a saber que as divisões interiores da pequena casa do carcereiro eram de madeira, certamente em tabique, como era tão comum na arquitectura popular portuguesa. Diga-se ainda que nas entradas relativas aos custos orçamentados – e já pagos – o *Contrato* referia a “Janela que ha de Fazer na **camara de demtro do caçereiro**”. Enfim, dispondo a pequena casa de uma escada e de um pequeno corredor, que partilhava com a cadeia das mulheres, a casa dispunha de uma minúscula loja térrea – “ha **logea do caçereiro**” ou “**caSa terrea do cacereiro**” – com acesso privativo para o exterior, rasgado na fachada lateral da casa da câmara. Porém, sendo a redacção do *Contrato* de 1526 muito sintética e ambígua nas especificações desta parte deste tão complexo edifício, pouco mais ficamos a conhecer da morfologia desta casa, onde aparentemente não se previa a construção de nenhuma chaminé, talvez para prevenir o perigo de incêndio num edifício tão central e sobretudo tão cheio de componentes verdadeiramente estratégicas, dos celeiros do Paço do Trigo aos Açougues ou às Cadeias dos Homens, para apenas nos cingirmos ao piso térreo do edifício.

Enfim, do *Contrato* de Setúbal de 1526 ficamos ainda a conhecer uma das invariantes das casas dos carcereiros adaptadas nas casas da câmara, a da sua *extrema segurança*, manifestada nomeadamente na presença obrigatória de grades nas respectivas janelas: eram as “**Janelas Ferradas**”, como as duas dos “amtreSolhos” da casa da câmara de Setúbal, que davam para a praça “nos lugares omde vam emlegidas” e que se contratavam em 1526, como vimos. Outras janelas ferradas de velhas casas de carcereiro se poderão referir: é o caso das duas que sobrevivem na casa do carcereiro, também no entressolo da casa da câmara seiscentista de Alpedrinha (Fundão) [Fig.^a 855] – *casa* esta aparentemente anexa à cadeia das mulheres, tal como acontecia em Setúbal.

Para lá das casas de carcereiro acabadas de referir, de Setúbal e Alpedrinha, muitas outras podem ser recenseadas, a começar pela que em 1685 existia na antiga casa da câmara de Benavente, localizada no sítio da actual, segundo o Tombo do Concelho datado daquele ano: “a camara desta villa tem humas cazas em que se faz Camara e audiencia as quaes são duas cazas por sima, e **por baixo tem duas cazas que servem de cadea e duas em que**

¹⁴⁸ Contrato entre Bartolomeu de Paiva e Gil Fernandes, mestre pedreiro..., Lisboa, 1526, in IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 20).

mora o carcereiro e um bocado de quintal”¹⁴⁹. Em 1791, o Corregedor de Moncorvo determinava que “**a cozinha das cadeyas aonde vivia o Carcereiro**”, nos “Paços da Camara” de Vila Flor, passasse a dar serventia às “apozentadorias dos Ministros em Correição”. Determinava-se ainda que ao carcereiro “se lhe pode destinar hum [...] quarto immediato a cozinha com o novo corredor para a sua vivenda, independente de todas as mais cazas que ficão para apozentadoria dos Ministros”¹⁵⁰. Poucos anos mais tarde, em 1822, continuava a existir uma “**caza em que reside o carcereiro**” na então já muito arruinada casa da câmara da Horta. Esta casa do carcereiro estava localizada no segundo ou no terceiro piso da casa da câmara, exigindo naquela data a pequena verba de 30\$000 relativa a “madeira e feitio para duas portas e duas Janellas”¹⁵¹. Enfim, a cadeia concelhia de Ponta Delgada mantinha uma minúscula e inóspita casa de carcereiro. Com efeito naquela cadeia ainda em 1841 havia

“um **carcereiro que com sua numerosa família habita um quarto igual às enxovias**, e que bem pode considerar-se nas mesmas circunstâncias dos presos; habituado por isso às privações e à falta de asseio, é por consequência o menos próprio para o promover dentro das prisões; vive além disso de um diminuto ordenado e o produto das carceragens para pouco lhe dá, por isso que quasi todos os presos são pobres, e alguns haverá a quem ele seja obrigado a sustentar; assim mesmo trata-os com caridade talvez por os considerar companheiros de infortúnio antes do que criminosos entregues à sua vigilância”¹⁵².

Normalmente as casas do carcereiro localizavam-se bem junto às cadeias, dando para as fachadas laterais ou mesmo para as traseiras das casas da câmara, podendo dispor, a título muito excepcional, de uma porta privativa para a rua, como já vimos acontecer em Setúbal e acontecia também nas casas da câmara de Tomar, Santiago do Cacém e Grândola, por exemplo. Por vezes a casa do carcereiro ficava no piso térreo do edifício concelhio, como em Santiago do Cacém ou num piso superior da casa da câmara, como aparentemente acontecia em Marvão. Excepcionalmente, poderia localizar-se nos “amtreSolhos”, como acontecia em Setúbal, em Alpedrinha ou na casa da câmara de Abrantes. Com efeito, o ambicioso *Contrato* de arrematação das respectivas obras ao mestre pedreiro Manoel Luiz da Silva, de 25 de Setembro de 1715 impunha que em Abrantes “se ha de fazer **Caza sufissiente para Carssereiro**”, localizada “**por sima** das ditas lógias” – espaços térreos cuja reconstrução

¹⁴⁹ Publicado por Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente...*, pp. 48, 49.

¹⁵⁰ “Copia autentica do Provimento que nesta Villa[Vila Flor]...”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

¹⁵¹ *Orçamento da Despeza...*; Horta, 24-1-1822, in Ministério do Reino – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620 (doc. publicado pelo A. in: “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152).

¹⁵² “Cópia de alguns parágrafos da conta do Presidente da Relação dos Açores”; Ponta Delgada, não datada (1841?), in IAN – TT – *Ministério do Reino* – Cadeias; Maço 1992/P. Esta “Cópia” acompanha um *Ofício* do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça ao Ministro dos Negócios do Reino, de 9-9-1841, “sobre o mau estado da Cadeia de Ponta Delgada” (Apêndice Documental; Doc. N.º 47).

então também se contratava¹⁵³. Idêntica localização tinha a casa do carcereiro na quinhentista casa da câmara de Castelo Branco. Com efeito, a respectiva “**habitação do carcereiro**”¹⁵⁴ localizava-se no piso intermédio do edifício, tendo entrada pelo patamar da escada, conforme se lê numa *Vistoria* de 1866:

“Que a serventia para o Paço do Concelho é por uma escadaria de pedra descoberta e exterior de dois lances, começando na Praça com direcção do Poente ao Nascente; **no cimo do primeiro lance está o primeiro patamal e aí a porta da entrada da Casa do Carcereiro**”¹⁵⁵.

Vimos atrás que, segundo o Tombo do Concelho de 1685, a antiga casa da câmara de Benavente detinha um “bocado de quintal” contíguo às duas “casas” “**em que mora o carcereiro**”¹⁵⁶. Com efeito, algumas antigas casas da câmara dispunham de quintal: era o caso das de Garvão (Ourique) ou de Vila Nova da Baronia (Alvito). A cadeia de Mértola dispunha de um pátio privativo (outrora cultivável) encaixado e adaptado na própria muralha medieval. O quintal mais vasto que encontrámos é, porém, o das traseiras da cadeia de Castelo de Vide, que também ocupa um imenso espaço devoluto no interior das muralhas medievais desta vila alentejana. A partir da varanda posterior da cadeia, acedia-se a este quintal (hoje infelizmente abandonado mas ainda provido das estruturas de apoio típicas de uma pequena propriedade rural) por uns pitorescos degraus de acesso, inseridos na pequena parede de separação entre a varanda e o quintal [Fig.^a 856].

A casa do carcereiro era sempre uma casa muito pequena, de uma ou de duas divisões, igualmente pequenas, das quais a mais reservada servia de câmara de dormir e a outra, mais frontal, muito maior e mais importante, servia simultaneamente de cozinha e de sala. A presença da cozinha suscitava a *presença de uma lareira e da respectiva chaminé*, que davam a única nota residencial ou “civil” à casa da câmara. Belos exemplos de lareiras são proporcionados pelas que sobrevivem em casas do carcereiro como a de Santiago do Cacém [Fig.^a 857], hoje muito degradada, bem como pela de Marvão, pela da cadeia de Mértola ou pela de Évoramonte, que mantém a bancada de cozinha adjacente [Fig.^a 858].

A maioria das lareiras sobreviventes em velhas casas da câmara (algumas delas certamente de apoio à aposentadoria de Juizes de Fora e sobretudo de Corregedores, como já

¹⁵³ Publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in Manuel António Morato, *Ob. Cit.*, pp. 147, 149.

¹⁵⁴ *Offício* do Governador Civil de Castelo Branco ao Ministro do Reino, relativo às deficientes condições do Tribunal daquela Cidade na respectiva Casa da Câmara; Castelo Branco, 22-6-1866, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 399; Maço 3138 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 26).

¹⁵⁵ *Vistoria* feita à Casa da Câmara...; Castelo Branco, 28-5-1866, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 399; Maço 3138; ver acima Apêndice Documental: Doc. N.º 26).

¹⁵⁶ Publicado por Álvaro Rodrigues d’Azevedo, *Benavente – Estudo Histórico...*, pp. 48, 49.

sabemos) são extremamente monumentais. É o caso das duas que sobrevivem – uma no segundo e outra no terceiro piso – na casa da câmara de Alpedrinha (Fundão) [Fig.^a 859], da que sobrevive (muito transformada e desfigurada) no que foi a casa da câmara de Alvarenga (Arouca) ou da que sobrevive no piso nobre da casa da câmara de Castelo Mendo (Almeida) – esta de tipologia rara, de canto. Por sua vez, a casa da câmara de Valença do Minho detém três lareiras igualmente monumentais, uma no piso térreo [Fig.^a 860] e duas no piso nobre [Fig.^{as} 861 e 862].

A presença das lareiras nas casas da câmara suscita a discussão da verdadeira função original daquelas estruturas. Em Portugal tudo parece indicar que as lareiras das casas da câmara, localizadas no Norte, no Centro ou no Sul do Reino, não eram meras estruturas de aquecimento da casa ou dos seus utentes, juízes, vereadores ou vizinhos do concelho. Com efeito, ao contrário do que comprovadamente se passava nas casas da câmara inglesas ou escocesas e em muitas francesas e mesmo castelhanas (quando localizadas em regiões de Invernos muito frios) – que exigiam estruturas mais ou menos monumentais de aquecimento dos seus utentes – *em Portugal as lareiras detinham uma função estritamente “doméstica”* ao serviço de uma *cozinha adaptada na casa do concelho*, sempre a título excepcional. Com efeito, embora muito raras, cozinhas documentam-se em algumas antigas casas da câmara portuguesas. Era o caso da de Melgaço, que em 1836 era “um edifício sofrível denominado o paço do Concelho, tendo duas salas, **uma cozinha** e um quarto bastante decente, e nos baixos deste edifício se acham constituídas as prisões”¹⁵⁷.

Evidentemente dessas cozinhas proviriam as brasas para braseiras certamente usadas nos dias mais frios nas casas da câmara portuguesas, nomeadamente nas salas da audiência ou nas câmaras da vereação, para maior conforto dos juízes, vereadores e demais oficiais do concelho. Deve dizer-se que não encontramos nenhuma referência documental a este tipo de equipamento – braseiras, escalfetas ou outras formas, mais ou menos rudimentares de aquecimento – mas, mais aparatoso ou mais modesto, ele existia certamente, pois nas terras de Invernos muito frios o uso do mesmo sobreviveu em escolas e até em igrejas até tempos muito recentes. Quanto à lenha e às brasas, elas provinham das lareiras das casas da câmara ou poderiam ser oferecidas pelos moradores ricos das vizinhanças, podendo até ser trazidas pelos próprios agentes concelhios das suas próprias casas.

Dada a presença relativamente rara das cozinhas, também a vocação destas, quando integradas nas velhas casas da câmara, merece discussão. Pensamos que a esmagadora

¹⁵⁷ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

maioria das cozinhas (e lareiras inerentes) estavam afectas exclusivamente à casa do carcereiro. Porém, uma minoria das lareiras monumentais dos pisos nobres das velhas casas da câmara poderia estar afecta a muito prováveis *casas de aposentadoria*, que existiam comprovadamente em algumas casas da câmara, pelo menos a partir de inícios do século XVIII, como já vimos. Com efeito, e como já sabemos, as Câmaras eram obrigadas a fornecer alojamento a quem vinha de fora com funções oficiais, nomeadamente aos Juízes de Fora ou aos Corregedores, por exemplo. Assim, o destino das três chaminés da monumental casa da câmara de Valença não parece oferecer dúvidas: a do piso térreo estaria reservada ao carcereiro enquanto as duas do piso nobre serviam à aposentadoria de magistrados colocados pelo poder central, fossem eles Juízes de Fora ou Corregedores. A aposentadoria muito digna destes agentes do poder real nesta outrora muito opulenta vila justificava-se plenamente pela sua localização muito afastada da Corte e sobretudo pela sua implantação fronteiriça, o que suscitava a passagem e o acolhimento permanente de viajantes, mercadores e militares de todas as patentes. A proximidade da fronteira impunha certamente um investimento suplementar de aparato, conforto e mesmo ostentação na casa do concelho, que assim reforçava ainda mais o seu óbvio papel de representação simbólica – que se queria o mais digna possível – do Reino e sobretudo do Concelho, dos seus moradores e agentes. Tratava-se, enfim, de fazer com que a monumentalidade da casa da câmara (também manifestada na grandeza dos seus equipamentos) ombreasse dignamente com as suas congéneres do lado de lá da fronteira.

Enfim, fosse qual fosse o seu destino original, a presença de lareiras tão monumentais e a das respectivas chaminés trazem uma nota de domesticidade às casas da câmara – mais própria da arquitectura “civil” que da arquitectura concelhia, a que podemos chamar de “cívica”. Com efeito, a generalidade das casas da câmara estavam desprovidas daquelas componentes tipicamente domésticas e, por isso, eram *diferentes* de todas as demais casas da vila ou cidade a cujo concelho pertencessem e servissem, e também por isso eram detentoras de uma *tipologia arquitectónica* própria e irredutível – a tipologia casa da câmara, que atrás procurámos identificar e restituir.

Pensamos que a esmagadora maioria das casas da câmara do Antigo Regime estava desprovida de casa do carcereiro. Os concelhos eram normalmente muito pequenos como pequenas eram as suas rendas e as respectivas casas da câmara. Por isso, pensamos que a adaptação ou a construção intensiva de casas do carcereiro na própria casa do concelho é um fenómeno tardio que se deve ter acentuado após a implantação do Liberalismo. Assim, em 1836, em Vila Franca de Xira, “a reedificação da Cadeia desta Vila, proximamente

queimada, para ficar com a devida segurança, com as mesmas dimensões e acomodações que d’antes tinha” suscitava uma nova despesa inerente a uma componente também nova no histórico edifício: a “despesa que seria necessária para se lhe **construir dentro uma casa para habitação do Carcereiro**”¹⁵⁸. Enfim, no mesmo *Auto de Orçamento* de 1836 se regista que “a Casa destinada à **residência do Carcereiro que julgavam de muita necessidade para segurança dos presos**, só podia ter lugar **em um segundo andar por cima da Cadeia das mulheres**, cuja despesa orçavam na quantia de seiscentos mil réis”: era a “**Casa para residência do carcereiro feita em o segundo andar por cima da Cadeia das mulheres**; orça-se o material e mão d’obra na quantia de – 600\$000”. Enfim, outros exemplos poderiam ser aduzidos, confirmando o processo, empreendido pelo Poder Liberal, de adaptação e construção de casas do carcereiro mesmo nas casas da câmara mais antigas.

13.6.2 – Latrinas

Pelo menos nos concelhos maiores e mais populosos as velhas cadeias concelhias portuguesas detinham uma taxa de ocupação bastante alta. Estando ao serviço de comunidades por vezes muito carenciadas e por isso tradicionalmente muito conflituosas, as cadeias – que, repetimos, pelo menos nos concelhos maiores, recolhiam homens e mulheres em número bastante elevado – tinham que responder à satisfação das necessidades mais básicas dos presos. Por vezes a limpeza das cadeias concelhias podia constituir um encargo – bem pesado – dos moradores da Vila ou do seu Termo. Assim, a limpeza da cadeia de Trancoso “esteve por largos anos a cargo dos moradores de Souto Maior e Porcas, que lançavam os lixos para fora dos muros, junto à muralha. Deste encargo só se viram livres em 1830”¹⁵⁹. Mas a limpeza das cadeias concelhias, dada a premência humanitária que podia alcançar, podia ser um encargo da própria Misericórdia local. Com efeito, referente à cadeia de Évora, Gabriel Pereira publica uma ordem “**Sobre a limpeza das Cadeias**”, do ano de 1494 (?):

“Gouernador Amigo, **Aos mordomos da confraria da Misericórdia desta cidade temos dado cuidado de limparem e fazerem estar limpa a cadea desta cidade** por sermos certo que da çugidade della se causa sua doença

¹⁵⁸ “Auto de Orçamento”, com o Orçamento da despesa a fazer com a reedificação da cadeia deste Concelho, queimada na madrugada do dia 5 do corrente mês de Novembro de 1836”, Vila Franca de Xira, 13-11-1836, in IAN-TT – *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Cívicos e das Administrações Gerais; Maio 2021, Cx. 2; (Apêndice documental; Doc. N.º 44).

¹⁵⁹ Lopes Correia, in *Trancoso (Notas para uma Monografia)*, Câmara Municipal de Trancoso, Trancoso, 2.^a Edição, 1989, p. 156, Nota.

notificamo-vo-lo assi *pera* naquellas horas que forem honestas os mandardes entrar *pera* isso cumpi-o assy”¹⁶⁰.

Para satisfazer as necessidades dos presos e facilitar a limpeza das cadeias, estas detinham uma série de equipamentos que permitiam resolver aquelas necessidades de uma forma mais ou menos eficiente e higiénica. Tratava-se das *latrinas* e dos *urinóis* ou *mijadouros dos homens*, improvisados ou instalados, por vezes de uma forma muito sofisticada, nas velhas cadeias concelhias portuguesas¹⁶¹.

Apesar de hoje já muito raras, ainda se vão encontrando algumas velhas e muito típicas latrinas durante séculos ao serviço daquelas cadeias. Deve dizer-se que algumas cadeias detinham latrinas instaladas numa divisão relativamente reservada, contígua às celas, a que chamaremos de *privada*, quer dispusesse de portas, quer não. Trata-se da “**casa da letrina**” do piso térreo e do “**quarto da litrina**” do piso nobre da cadeia da casa da câmara de Terena (Alandroal)¹⁶². Latrinas deste tipo sobrevivem na cadeia de Almodôvar, que detém uma dessas privadas, independente mas anexa ao que foram as celas da velha cadeia concelhia local. Trata-se de um espaço de planta arredondada [Fig.^a 863], com cerca de dois metros de diâmetro, com paredes em pedra solta e muito estranhamente coberto com falsa abóbada construída com pedras de xisto deitadas e muito rusticamente sobrepostas umas sobre as outras, como ainda se vai encontrando em alguns abrigos e até fornos rurais [Fig.^a 864]. Outrora regularmente caiada, ignoramos a data da sua construção, que pode ser muito antiga, dado o arcaísmo do aparelho e do próprio tipo de construção. No centro ou encostada a um dos lados ficaria a cloaca inerente à latrina propriamente dita, infelizmente removida em obras recentes.

Registam-se outras privadas igualmente isoladas e instaladas em espaços reservados sempre muito pequenos. É o caso das duas que sobrevivem no piso nobre da vizinha cadeia de Mértola, infelizmente muito alteradas e hoje também desprovidas das respectivas cloacas [Fig.^{as} 865 e 866]. Estas duas privadas – uma provavelmente destinada a homens e outra a mulheres – parece terem sido implantadas no grosso das paredes das cadeias. O mesmo se passava com a minúscula privada que sobrevive no que foram as cadeias da casa da câmara

¹⁶⁰ Gabriel Pereira, *Documentos Históricos...*, p. 281.

¹⁶¹ Havia, porém, cadeia bem importantes desprovidas de quaisquer equipamento nesse sentido. Era o caso da Cadeias da Portagem” da cidade de Coimbra, que “**não tem latrinas** e a Câmara vê-se na precisão de **pagar a duas pessoas que fazem o despejo diário**”: *Representação* da Câmara Municipal de Coimbra, pedindo autorização para poder utilizar a Cadeia da Universidade, Coimbra, 16-5-1835, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Câmaras Municipais Maço 1992/Q (Caixa 3). Esta *Representação* é acompanhada por outros documentos sobre o mesmo assunto (Apêndice Documental; Doc. N.º 39).

¹⁶² *Cópia do Auto de Orçamento* das importantes obras de reparação da Cadeia da Vila de Terena; Terena, 13-12-1835, in Ministério do Reino – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça] – Maço 2032 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 32).

de Aveiro [Fig.^a 867]. Em plena Época Liberal, na monumental cadeia concelhia que se projectava para Mirandela constam, anexas às respectivas enxovias do piso térreo, privadas semelhantes, encaixadas na grossura das paredes e onde o projectista assinalou a localização das “cluacas” respectivas [Fig.^a 868]¹⁶³.

Outras latrinas instalavam-se numa espécie de caixa rectangular, ou melhor, num vão regular muito pequeno, vazado simplesmente no grosso dos muros das cadeias, sem qualquer grau de privacidade para os seus utentes. É o que se passa no que foi uma cadeia outrora existente no piso nobre da casa da câmara de Amares [Fig.^a 869], na cadeia do piso térreo da casa da câmara de Leomil (Moimenta da Beira) [Fig.^a 870], ou na da casa da câmara de Serém de Baixo (Águeda) [Fig.^{as} 871 e 872], também térrea. Com efeito, todas estas cadeias mantêm as cloacas das respectivas latrinas, de forma semi-esférica, a algumas das quais se acrescentou, no sítio adequado, uma concavidade de típico recorte, bem patente na de Serém de Baixo. Esta última cloaca, desprovida de qualquer conduta ou esgoto, dava directamente para o exterior, para um espaço hoje devoluto, aparentemente baldio, à ilharga da pequenina casa da câmara. O mesmo se passava sensivelmente com as cloacas das cadeias das demais casas da câmara que, também desprovidas de esgotos, descarregavam directamente – e a céu aberto – para as traseiras dos edifícios concelhios ou para uma rua lateral aos mesmos.

Provavelmente também desprovida de esgoto parece ser a cloaca que sobrevive no canto de uma cela térrea da antiga cadeia da casa da câmara de Pombal [Fig.^a 873]. O mesmo se passa com a de Castelo Mendo (Almeida), que também surge num canto da cadeia. Realizada no brando granito local, esta latrina é, porém, de uma realização extremamente rústica [Fig.^a 874]. Com efeito, tal como estas, muitas outras cloacas estavam simplesmente instaladas nas respectivas celas sem qualquer espécie de resguardo ou protecção. Normalmente localizavam-se no topo de uma das tarimbas, sendo realizadas no mesmo material – alvenaria rebocada ou grossos silhares de granito – e estavam naturalmente sempre encostadas a uma das paredes da cadeia.

Desmontadas ou destruídas inúmeras latrinas, nomeadamente em obras recentes, como a da cadeia de Cano (Sousel), sobrevive uma latrina deste tipo, realizada em alvenaria, na cadeia de Cabeço de Vide (Fronteira). No extremo de uma das tarimbas de alvenaria um estranho corpo cilíndrico muito desenvolvido encerra a cloaca da respectiva latrina. Parece terem sido deste tipo as três que se projectava beneficiar em 1835 na arruinada cadeia de Terena (Alandroal), “amanhando-se a meia vara de Altura as **tres bocas das coluacas nas**

¹⁶³ A cadeia instalada no piso térreo da casa da câmara tardo-oitocentista de Figueira de Castelo Rodrigo detém uma privada deste género.

prisões inferiores e superior com as tampas correspondentes”¹⁶⁴. Muito diferente, a cadeia de Vilar Maior apresenta uma latrina muito mais simples. A latrina está muito simplesmente localizada na extremidade da tarimba, realizada em belíssimos silhares de granito e encostada a uma das paredes do edifício concelhio. Do mesmo tipo parece ser a latrina da cadeia de Sortelha (Sabugal) que apresenta, porém, junto à cloaca, os rossos de implantação de uma muito provável divisória de madeira que outrora separaria a tarimba da latrina e que daria um mínimo de privacidade aos utentes desta última.

Os urinóis dos homens eram uma componente praticamente obrigatória das velhas cadeias. Fáceis de realizar e de instalar, os urinóis eram constituídos por uma pia mais ou menos regular provida de um longo cano de escoamento. Sendo o conjunto talhado num único bloco de pedra, era convenientemente instalado na parede da cadeia à altura apropriada para uso de um adulto. Encontrámos duas destas pias, ambas de realização muito rústica, já desmontadas, pertencentes às cadeias das antigas vilas de Mós (Torre de Moncorvo) **[Fig.^a 875]** e de Rio de Moinhos (Sátão) **[Fig.^a 876]**. Também na cadeia concelhia de Valença, no piso térreo da casa da câmara local, sobrevive o remate de um destes canos, pertencente a uma pia mutilada, aqui de realização muito sofisticada **[Fig.^a 877]**.

Algumas destas pias de velhos urinóis permanecem *in situ*. É o caso da que sobrevive na mesma cadeia de Mós (Torre de Moncorvo) **[Fig.^a 878]** e também das da cadeia de Melgaço **[Fig.^a 879]**, de Jarmelo (Guarda) **[Fig.^a 880]**, de Fermedo (Arouca) **[Fig.^a 881]** ou de Couto de Esteves (Sever do Vouga) **[Fig.^a 882]**. Outras velhas pias ou urinóis dos presos detectam-se facilmente a partir do exterior, devido aos tão típicos canos de despejo que sobrevivem na face exterior das paredes das respectivas cadeias. A cadeia de Tavares (hoje Chãs de Tavares, Mangualde) **[Fig.^a 883]** mantém um desses canos de despejo e a da casa da câmara de Sanfins da Beira (Cinfães) mantém dois **[Fig.^{as} 884 e 885]**, hoje escusadamente cerceados, localizados a uma cota muito baixa, resultante dos alceamentos provocados por empedrados recentes. Também a cadeia da casa da câmara de Linhares (Celorico da Beira) ostenta dois canos de descarga de velhos urinóis, igualmente cerceados no exterior **[Fig.^{as} 886 e 887]**, certamente para não incomodar o trânsito da pequena rua contígua à fachada lateral daquela monumental casa da câmara, onde se localizam. Com efeito, também estes canos de descarga suscitam a questão da sua localização nas casas da câmara em cujas cadeias serviam. Como naturalmente se percebe, por motivos de higiene e de decoro público,

¹⁶⁴ *Cópia do Auto de Orçamento das importantes obras de reparação da Cadeia da Vila de Terena; Terena, 13-12-1835, in IAN-TT – Ministério do Reino – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça] – Maço 2032 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 32).*

os escoadouros dos urinóis – tal como os das latrinas - davam para as traseiras ou para paredes laterais e *nunca* para a fachada principal das casas da câmara. Por vezes previa-se a construção de canos de esgoto, como em Abrantes. Com efeito, no âmbito das importantes obras de restauro e mesmo de reconstrução da casa da câmara, contratadas em 1715, determinava-se que o arrematante **“finalmente fara hum cano para as immundissias das Cadeias** que o encaminhara pella melhor parte que for em convinienssia do povo e ruas delle”¹⁶⁵. Porém, canos como este da cadeia de Abrantes eram luxos urbanos a que a generalidade dos concelhos não tinha acesso. Por isso, mais de um século depois, em 1841, ainda se considerava que – relativamente às enxovias da cadeia de Ponta Delgada – entre “os reparos necessários para as tornar salubres e poderem nelas viver os presos com mais comodidade”, parecia “indispensável para esse fim a **construção de um cano que levasse ao mar as imundícias, obra esta tão indispensável ao asseio das Cadeias, como fácil pela proximidade em que estão do mar**, metendo-se apenas uma rua pouco larga”¹⁶⁶ entre a casa da câmara e a praia quase fronteira.

A precariedade dos sistemas de limpeza e de higiene fazia com que as cadeias concelhias fossem muito inóspitas e a condição de preso orçasse frequentemente os níveis mais baixos da condição humana. As características e as condições de encarceramento vividas nas cadeias concelhias portuguesas, que já nos fins do Antigo Regime tanto incomodavam a consciência e a piedade das autoridades¹⁶⁷, tornam-se insuportáveis após o triunfo do Liberalismo. Com efeito, a mais sórdida promiscuidade em que os presos vegetavam nas cadeias concelhias agredia a sensibilidade e a consciência humanitária de sectores cada vez mais importantes da população, que denunciavam da maneira mais efusiva aquelas tristes condições de encarceramento. Uma descrição da cadeia de Sines, feita em 1850 por um romântico autor local, ilustra bem o seu triste estado:

“A cadeia de Sines é uma casinhola térrea por baixo das casas da Câmara. Tem uma divisão para mulheres, outra para homens.

Que moralidade!

Sois Povo e pobre? – Imaginai-vos só, preso ali, devorado por insectos hediondos, famintos como vós, empestado pelos gases mais pestilentos de excrementos repostos em fermentação activa, diariamente reforçada n’um poço cego, cujo respiradouro é o vosso ar de vida – n’uma tarimba nua

¹⁶⁵ Publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in Manuel António Morato, *Ob. Cit.*, pp. 147, 149.

¹⁶⁶ “Cópia de alguns parágrafos da conta do Presidente da Relação dos Açores”; Ponta Delgada, não datada (1841?) in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Cadeias; Maço 1992/P (Apêndice Documental; Doc. N.º 47).

¹⁶⁷ Assim, no “Capítulo 43. Outros objectos de Policia” da “Memoria dos abuzos praticados na Comarca de Moncorvo, e Provimentos do Corregedor José António de Sá”, datável dos últimos anos do século XVIII, lê-se: “entrei nas Cadeias, Provi a limpeza dellas, obrigando na Cabeça da Comarca o Carcereiro a **faze lla barrer todos os dias, pelos prezos em roda, e cada oito dias a borriba lla com vinagre, e esfrega lla com ervas perseverativas da Corrupção**, e pertendo fazer nellas aberturas para ventillar o ar”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

com a única roupa que possuíis, esfarrapada pelo tempo e pela sarna, fétida e imunda – desfeito de fome e de sede, transido de frio, a grenha hirsuta empastada de lixo e suor oleoso – o olhar ardente e profundo da miséria, a fisionomia héctica. Lívida, esqualida, selvagem, indefinível, de urso e d’homem – as unhas acaireladas, aduncas quasi garras – as mãos crassas de malhas e efélicas [ephelidas] verdeneiras das mais asquerosas excreções; o cancro da fome no estômago, a flama da sede no sangue – a da vingança n’alma – e a noite que vem, que mais vos transe nas trevas, que vos apavoram e interissão [sic, por inteiriçam?] – e o dia que vem estampar-vos por Céu apenas uma grade de luz frouxa no horro da vossa lóbrega curujeira, e os meses e os anos amaldiçoados... e o óbolo esmolado à compaixão insultante, um mugido de feroz gratidão, pão e água que minam [...].

De noite eu tenho ouvido uma voz caritativa, que pede pelo amor de Deus um pedaço de pão para os presos – Para quê? Era melhor matá-los.

[...] Leitores, quereis saber o que é a Cadeia de Sines? É um teatro como o são todas as nossas Cadeias, onde, de quando em quando, se representam vários actos desta tragédia de medonha verdade”¹⁶⁸.

Enfim, tanta miséria e tanta promiscuidade tornaram-se numa ameaça gritante à saúde pública. Por isso, independentemente dos apelos humanitaristas próprios de um sincero espírito de caridade cristã ou do sentimentalismo romântico, as autoridades tiveram que tomar medidas radicais visando não só a melhoria da triste condição dos presos mas também a salubridade das cidades e vilas e a saúde dos seus moradores. Por isso, a fim de prevenir a propagação das doenças contagiosas que tinham nas velhas cadeias um dos focos difusores mais activos, por todo o país se propuseram então medidas objectivas de melhoramento das cadeias tais como a reparação e a ampliação de edifícios antigos ou mesmo medidas radicais como o seu abandono, a sua demolição e a consequente transferência dos presos para cadeias militares ou para cadeias adaptadas nomeadamente nos conventos devolutos.

Não sendo este o lugar adequado para estudar essas medidas – que entram no domínio da história das instituições, das mentalidades e da própria sociedade liberal – as linhas que se seguem pretendem apenas retratar resumidamente uma situação calamitosa vivida nas velhas cadeias concelhias portuguesas que permaneciam em uso ao longo de todo o século XIX. Assim, já atrás vimos que em 1836 o Governador Civil de Viana considerava enfaticamente “a triste condição dos presos” da cadeia manuelina de Ponte de Lima, cuja demolição então propunha¹⁶⁹. A sorte dos presos da cadeia de Viana do Minho não era então muito melhor pois, segundo o mesmo testemunho,

“a Cadeia desta Vila [de Viana] não tem actualmente a suficiente capacidade e menos as necessidades, separações e **indispensáveis comodidades que a justiça e a humanidade imperiosamente exigem a bem dos presos, mais de uma vez desgraçados, achando-se muitas vezes como apinhados uns sobre os outros**, existindo réus de Grandes Crimes a par de réus de faltas leves”.

Para resolver o problema das más condições da cadeia concelhia de Viana o Governador Civil propunha então a sua expansão para a vizinha e contígua casa da câmara:

¹⁶⁸ Francisco Luiz Lopes, *Breve Notícia de Sines...*, pp. 88, 90.

¹⁶⁹ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

“poderá então formar-se uma **Cadeia com toda a segurança, com grande capacidade, bem ventilada, com muita luz e com as precisas separações e comodidades**, se a actual Cadeia se juntar ao edifício da Câmara e as Sessões desta passarem-se a fazer em a sala novamente arranjada no edifício da Misericórdia”.

A adaptação da casa da câmara quinhentista a cadeia não seria barata, pois “as obras que devem fazer-se na casa que a Câmara ocupa actualmente, o que deve depois da transferência dela ser reduzida a Cadeia para aumentar a que hoje existe, importarão aproximadamente em 2:000\$”¹⁷⁰.

Referente à cadeia do Funchal, o Governador Civil deste Distrito, escrevendo ao Ministro do Reino em 1842, faz-se eco de informações das autoridades judiciais locais

“ponderando-me o lamentável estado a que se acham reduzidos os presos da Cadeia Pública desta Capital – **quadro horrível de fome e miséria – atacados de lepra e outras moléstias cutâneas, originadas não só por aquelas privações como também pela insalubridade das prisões, imundícias que ali há e pelo grande número de presos que encerram, mui superior à sua capacidade**, passei a visitar a dita Cadeia acompanhado de um Facultativo (o Delegado do Conselho de Saúde Pública do Reino) e na verdade **conheci pessoalmente quão desgraçada era a sorte d’aquelles infelizes!** Reconheci também a necessidade que havia de remover d’ali alguns deles para outras prisões, não só para se poder efectuar vários reparos que a Cadeia exigia, como também porque um número tal de indivíduos não poderia, sem funestas consequências, subsistir naquele Edifício”¹⁷¹.

Muito mais tarde, em 1866, as deploráveis condições higiénicas do complexo carcerário da casa da câmara de Castelo Branco, de origem quinhentista, tornavam o ambiente insuportável e irrespirável para quem viesse de fora, como o Juiz daquela Comarca, recém-colocado, que conta, da maneira mais pitoresca, as suas primeiras impressões do pequenino e histórico tribunal instalado na primeira divisão do piso nobre daquela casa da câmara:

“deparei com a casa d’espera da Sala da Câmara, à porta da rua, a que se chamava o Tribunal Judicial, e **muito admirei ver os Oficiais de Diligências com defumadores acesos, defumando a casa**, o que me pareceu extremamente admirável e ridículo, por me parecer que se recebia o novo Juiz com o aparato Eclesiástico desusado nas demais Comarcas em que tenho servido e que tenho visto; **não pude resistir à curiosidade de perguntar o motivo por que ali assim se praticava e logo me disseram que era por causa do mau cheiro que havia na casa, e depois**, pelo uso vi e conheci que eram indispensáveis os tais defumadores, pois haviam [sic] dias que nem com eles acesos ali se podia estar; averigui a causa e **vi que procedia das exalações das coloacas [sic] das prisões, das quais uma que é a da prisão das mulheres** ficava no pavimento inferior por baixo da minha cadeira, separada d’aquela coloaca apenas pelo desgovernado solho da casa do Tribunal”¹⁷².

¹⁷⁰ “Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

¹⁷¹ *Ofício*, já atrás referido, do Governador Civil do Funchal para o Ministro do Reino sobre as péssimas condições da cadeia do Funchal e a transferência dos presos respectivos para uma prisão da Fortaleza de S. João baptista; Funchal, 28-5-1842, IAN-TT – Ministério do Reino – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça], Maço 2033.

¹⁷² *Ofício* do Juiz de Direito da Comarca de Castelo Branco ao Governador Civil de Castelo Branco, expondo as péssimas condições do Tribunal local...; Castelo Branco, 4-6-1866, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 399; Maço 3138 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 26).

As condições higiénicas tão deficientes daquelas cadeias suscitaram a intervenção directa do Delegado de Saúde de Castelo Branco que, muito ciente do seu papel e das suas responsabilidades, analisa a situação com um rigor quase positivista, não fora a temerosa invocação final – “o que Deus afaste!” – com que encerra o seu relatório:

“as condições higiénicas da casa do tribunal e geralmente de todo o edifício não são boas. As causas principais que as determinam são duas latrinas que tem dentro, com péssimas condições higiénicas, uma ao norte e outra ao sul do edifício, estas em consequência da sua má construção estão constantemente exalando emanações fétidas, infeccionando não só o ar de todas as prisões mas de todas as casas e salas do edifício, inclusive as do tribunal judicial, ao lado direito do qual, e por baixo, existe uma das ditas latrinas.

Os canos que atravessam as ditas latrinas não têm a altura e o declive necessário, e com muita facilidade se acumulam grandes porções de materiais fecais, e como estas latrinas não podem ser limpas convenientemente porque a estreiteza dos canos o não permite, e só o são, e mal, quando vêm as águas pluviais; tem acontecido muitas vezes os ditos canos terem rebentado, e as matérias pútridas irem transbordar para os pontos mais declives [sic] do edifício, e das casas circunvizinhas, por onde passam os ditos canos. – As latrinas não têm sifões nem coisa que obste ao desenvolvimento e introdução dos gazes fétidos em todas as casas do edifício.

- A Ilustríssima Câmara tem agora mandado fazer algumas obras e as condições higiénicas com referência aos presos têm alguma coisa melhorado: mandou assoalhar o pavimento da casa da enxovia, que além de ser térreo, era húmido e frio; mandou cair internamente todas as casas pertencentes ao edifício, inclusive as do tribunal.

- Todos estes melhoramentos, com quanto modifiquem algum tanto as más condições higiénicas, contudo como lá existem os dois focos permanentes de infecção – as duas latrinas, nas quais se não tem feito melhoramento algum – Concluo que a casa do antigo tribunal judicial desta Cidade não tem as condições higiénicas necessárias para lá se poder funcionar livremente, quando estamos ainda ameaçados do terrível hóspede cholera-morbus - o que Deus afaste!”¹⁷³.

Por fim, escrevendo para o Ministério do Reino, o Governador Civil de Castelo Branco conclui que

“os paços do Concelho não oferecem as comodidades necessárias para ali se exercerem as funções judiciais, muito principalmente enquanto lhes não fizerem os reparos e obras convenientes para melhorar as suas condições higiénicas, o que é de grande e instantane necessidade, não só para evitar as fatais consequências que podem resultar da existência de um foco de infecção permanente no centro da Cidade, mas também para atenuar o sofrimento dos desgraçados presos, no meio de uma atmosfera tão viciada como a que ali se respira”¹⁷⁴.

Enfim, anos mais tarde, já em 1871 – e com este último testemunho damos por findo este já longo excursão sobre as lamentáveis e desumanas condições das velhas cadeias portuguesas ao longo de todo o século XIX, quando para a maioria delas se aproximava já o momento final do seu uso – a cadeia concelhia de Faro ainda merecia palavras e considerações muito críticas. Estas constam de uma *Representação* da Câmara de Faro, expondo as suas condições péssimas:

¹⁷³ Cópia do *Ofício* do Delegado de Saúde de Castelo Branco ao Governo Civil daquela cidade sobre as péssimas condições higiénicas do Tribunal e das cadeias de Castelo Branco; Castelo Branco, 17-6-1866, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida...; Maço 3138 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 26).

¹⁷⁴ *Ofício* do Governador Civil de Castelo Branco ao Ministro do Reino, relativo às deficientes condições do Tribunal daquela Cidade na respectiva Casa da Câmara; Castelo Branco, 22-6-1866, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1866), Livro 24, Proc. 399; Maço 3138 (ver atrás, Apêndice Documental; Doc. N.º 26).

“as detestáveis condições da sua construção, **as emanções deletérias, viciando e corrompendo a atmosfera**, tornam este lugar mais próprio para antro de animais ferozes do que para casa de correcção de desgraçados que foram condenados pelas leis à retenção e ao isolamento para expiação de seus crimes, e não a serem pasto dos mais asquerosos vermes e insectos [...]. **Uma cadeia assim é um verdadeiro seminário de iniquidades, um viveiro de criminosos e um foro constante de vício e imoralidades**”¹⁷⁵.

Na sequência desta *Representação*, o próprio Governador Civil de Faro tece considerações muito pertinentes, que transcrevemos, dado o seu valor informativo:

“A cadeia civil desta cidade não pode continuar nas condições actuais: 1.º porque é **altamente ofensiva à saúde pública**; 2.º porque é **altamente ofensiva da moral**; 3.º porque **corrompendo a moral dos delinquentes e viciando-lhe a saúde, não corresponde aos fins da pena**, o que é uma contradição da justiça e dos seus tribunais.

É altamente nociva à saúde pública.

A casa da cadeia, situada no centro mais populoso da cidade, tem péssima construção e **nenhumas condições de higiene**. Pelo lado exterior tem quatro paredes irregulares, através dos quais passa algum ar e **pouca luz** por quatro pequenas janelas a leste e oeste.

No interior é dividida em dois pavimentos, sendo o inferior calçado de tal modo que as pedras, por mal unidas e grandes, dificilmente consentem o trânsito. São baixas as abóbadas e como o solo da prisão está n’um plano muito inferior ao das ruas que a cercam; **é ali permanente a humidade. O ar e a luz são ali escassos** como já fiz sentir a V. Ex.^a, mas além de escassos, são **completamente viciados pelo mau cheiro das latrinas, sem respiradouro interno, pelas exalações pútridas do esparto, que quasi apodrece na água antes de receber a mão de obra, e além disso pela aglomeração dos presos que ali dormem em velhas tarimbas, mal resguardadas da humidade do solo, embrulhados em farrapos pestilentos e mal alimentados!**

Em tais circunstâncias insalubres, já V. Ex.^a vê que **o actual estado da prisão é, não digo, péssimo, mas intolerável.**

Já por mais de uma vez o delegado da saúde aconselhou e até pediu para que fosse **removido do centro da cidade aquele foco de infecção**. Em 1865, então que o collera dizimava a Europa, foi ordenada séria inspecção a **local tão insalubre**”.

Noutro passo do mesmo *Ofício* considera-se que

“a sua estreiteza, a defeituosa repartição, a elevação dos terrenos exteriores acima do nível das enxovias, a colocação do edifício em pequeno largo que todo ocupa, deixando apenas espaço limitado para a viação e só podendo alargar-se à custa de dispendiosas expropriações, enfim, a falta de ventilação foram e são ainda hoje dificuldades insuperáveis e que resistem a qualquer melhoramento. Assim, **o único melhoramento deste edifício é a sua demolição, e se lucra imediatamente a saúde pública, não lucra menos a moral.**

A cadeia, nas circunstâncias em que hoje está [...] oferece além disso ao público espectáculo repugnante e imoral. Repugnante pelas razões que já aludi; imoral porque, além de tudo, ali se acham confundidos em estreitas enxovias os grandes criminosos e os que apenas merecem leves correcções. Deste modo, esta cadeia, tão diferente do fim que hoje deve realizar, vai ampliando e em vez de morigerar, corrompendo os que ali entram ainda com alguns princípios de justiça e moralidade. Assim, tal cadeia não corresponde nem aplica a pena arbitrada ao criminoso; além da retenção, vai-lhe minando a saúde, e como lhe impede a futura reabilitação, é excessiva no castigo e contradiz o fim dos tribunais, que devem estabelecer justa proporção entre a pena e o delito”¹⁷⁶.

¹⁷⁵ *Representação* da Câmara de Faro, expondo as condições péssimas da Cadeia daquela Cidade e pedindo as ruínas do extinto Convento dos Capuchos, para lá adaptar a cadeia; Faro, 27-5-1871; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção-Geral da Administração Política e Civil – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1871), Livro 29, Proc. N.º 764; Maço 2505 (ver atrás, Apêndice Documental; Doc. N.º 43).

¹⁷⁶ *Ofício* do Governador Civil de Faro ao Ministro do Reino sobre as más condições da Cadeia de Faro; Faro, 8-7-1871; IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção-Geral da Administração Política e Civil – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1871), Livro 29, Proc. N.º 764; Maço 2505 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 43).

Enfim, a triste condição das enxovias agredia a consciência cristã, humanitária e cívica das autoridades. Por isso, logo em 1836, o inflamado Delegado do Procurador Régio Interino de Vila Franca de Xira escrevia – em termos quase libertários – ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, informando que se dispunha a atulhar “os segredos subterrâneos” das cadeias das vilas de Castanheira e Povos. Com efeito,

“nas cadeias das Vilas de Povos e Castanheira, em cada uma delas há um **segredo subterrâneo, privado de luz, ventilação e sem colocação**, mor tormento e abafados com grossos e pesados sobrados onde limitados alçapões davam entrada às vítimas. Se o boi de Phaloris matava queimando, estes segredos matariam, enregelando ou abafando, segundo as Estações.

Ainda que eles estão em desuso pelas novíssimas disposições e civilização do Século, todavia **eu insto pela sua inutilização, entupindo-se de pedra e cal e na forma que jamais possam servir**. Prive-se a tirania, quando seja possível colocar-se no poder, deste meio cruel de saciar a sua fereza, atormentando os seus semelhantes de que se quiser desfazer. Embora use de outros tormentos, porém tenha menos este, e quando o queira custe-lhe o fazê-lo de novo ou desobstruindo os entupidos”¹⁷⁷.

13.7 - Equipamento e mobiliário

Como facilmente se deduzirá, o equipamento das velhas cadeias concelhias era muito modesto, precário e mesmo muito rudimentar. Com efeito, e como já sabemos, as câmaras pouco mais forneciam que a tarimba e a palha para os presos se acomodarem de uma forma que, pelo menos a partir da segunda metade do século XVIII, começa a ser considerada muito imprópria, deficiente e mesmo desumana pelos agentes do Poder Central – Corregedores e Juizes de Fora, formados já no quadro dos valores do Iluminismo que de algum modo inspiraram a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra. Ora, não fornecendo a câmara a alimentação aos presos, deve dizer-se que também se não cozinhava nem acendia lume nas celas das cadeias portuguesas e por isso a generalidade das nossas casas da câmara não tinha normalmente lareiras nem chaminés, como já sabemos. Do mesmo modo, não seria de esperar encontrar nessas cadeias fogões, fogareiros ou braseiras para qualquer forma, por rudimentar que fosse, de confecção ou aquecimento de comida ou de ambiente. Enfim, também não seria de esperar encontrar talheres nem mesas ou cadeiras nas velhas cadeias concelhias¹⁷⁸. Com efeito, a alimentação dos presos era cedida pela caridade

¹⁷⁷ *Ofício* do Delegado do Procurador Régio Interino de Vila Franca de Xira ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, relativo ao péssimo estado das enxovias das cadeias de Castanheira e Povos, pedindo que sejam atulhadas de pedra e cal; Vila Franca de Xira, 6-10-1836, in Ministério do Reino – Ofícios recebidos de vários Ministérios – [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça] – Maço 2032 (Apêndice Documental; Doc. N.º 48).

¹⁷⁸ Deve dizer-se que, referente já a 1854, há um pedido para que na cadeia histórica de Viana do Castelo, “podendo ser, **se faça na prisão superior com duas ou três tábuas um louceiro em que os presos coloquem a louça em que comem**”: *Cópia do Ofício* do Delegado do Procurador Régio de Viana ao Presidente da Câmara de Viana, informando ter feito a visita à Cadeia da Cidade e pedindo para serem feitas algumas obras para

dos habitantes do concelho e em particular pelos mais abastados moradores da vizinhança. Em certos concelhos a alimentação era concedida pela Misericórdia local ou excepcionalmente por outras Irmandades e Confrarias, que faziam repetidos e pitorescos peditórios para o “pão para os presos”, como atrás já vimos¹⁷⁹.

Uma singularidade deve ser notada, porém, no funcionamento das velhas cadeias concelhias. Com efeito, a câmara, que não fornecia alimentação nem aquecimento, fornecia iluminação para os presos, cremos que para maior segurança da cadeia e maior controlo dos presos. Assim, ainda em 1836 o Juiz de Direito de Évora, numa informação oficial sobre as carências então vividas na própria “Cadeia Civil sita na Praça” daquela cidade escreve o seguinte: -“tenho-me visto na precisão de prestar alguma coisa da minha diminuta algibeira para **luzes na cadeia**, porque esgotados os recursos legais não me restava outro meio, **a fim de concorrer para a segurança dos presos**”¹⁸⁰. Nas cadeias de Coimbra a luz dos presos das duas cadeias em uso em 1840 na cidade (Cadeia da Portagem e Aljube) era paga parte pelos próprios presos e parte “pela Santa Casa da Misericórdia desta Cidade [que] dá esmola de cento e vinte réis semanalmente a cada preso pobre, e **sessenta réis para luz da Cadeia, isto é, da [Cadeia da] Portagem**, além dos remédios e dieta aos doentes; ao mesmo tempo que **por antigo costume cada um dos presos quando entra paga cento e vinte réis para luz**”. Da mesma informação ficamos a saber “que **a luz diária de cada uma das Cadeias da Cidade pode regular-se por um quartilho** [de azeite?] e o sustento de cada preso feito em rancho a cinquenta réis diários”¹⁸¹.

Alguns anos depois, em 1874, a Câmara de Tomar “suprimiu parte das **luzes que fornecia para o serviço da Cadeia**”, o que provocou protestos do próprio Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Com efeito, naquela data tão tardia as autoridades

segurança e conforto dos presos; Viana, 2-10-1854, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida – [Ano de 1854 – Livro 12, Proc. N.º 888] ; Maço 3399.

¹⁷⁹ Ainda quanto à condição social e à manutenção dos presos, deve dizer-se que os presos ricos pagavam a sua própria comida, que contratavam com alguém que lha cozinhasse, lha levasse e lha servisse pela própria janela da cadeia. O mesmo se passava com a mobília: recorde-se que, nas primeiras décadas do século XIX – a época da acção do romance *Amor de Perdição* de Camilo de Castelo Branco – é Mariana quem providencia a mobília para a cela de Simão, o herói do romance, apesar de estar preso numa prisão estatal, a *Cadeia da Relação* do Porto.

¹⁸⁰ Informação do Juiz de Direito de Évora sobre o estado das Cadeias daquele Julgado; Évora, 29-6-1836, in IAN-TT – *Ministério do Reino*, Maço 2004, “Relação dos Juizes dos antigos Julgados que cumpriram a Circular do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça / Repartição de Justiça, de 8 de Junho de 1836, a respeito de Cadeias”.

¹⁸¹ *Cópia* de um *Ofício* do Juiz de Direito ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, sobre as cadeias da Comarca de Coimbra e sobre a sustentação dos presos e a iluminação das duas Cadeias da cidade de Coimbra; Coimbra, 27-6-1840: IAN-TT – *Ministério do Reino* [3.^a Divisão – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida (L.º 6.º, N.º 512; L.º 7.º, N.º 962)], Maço 3363. Aquele documento integra um conjunto muito grande e interessante de documentos relativos à ruína e insalubridade da Cadeia do Aljube e sobretudo da Cadeia da Portagem de Coimbra e à necessidade da sua transferência para sítio mais apropriado da cidade.

judiciais do Reino continuavam a considerar que a iluminação da cadeia “é muito conveniente não só para mais facilmente se **evitar qualquer tentativa de evasão**, mas também para a **manutenção da ordem e polícia da cadeia**”, pelo que aquele Ministério pede providências “para que **a Câmara, a cujo cargo sempre tem estado aquela despesa, continue a fornecer a mesma quantidade de luzes** que fornecia até há pouco tempo”¹⁸². Enfim, no pequeno Museu instalado na antiga casa da câmara de Vilar Maior exhibe-se um candeeiro ou lanterna, já atrás referido, apresentado como tendo servido a sala da audiência local [ver atrás **Fig.^a 664**], mas que poderia ter sido utilizado na cadeia local.

Para lá dos candeeiros, lanternas, candeias e archotes, o equipamento das cadeias reduzia-se assim praticamente às *tarimbas* onde os presos dormiam, sobre enxergas, sobre palha mais ou menos renovada de tempos a tempos, ou simplesmente sobre as tábuas ou as pedras da tarimba, enrolados em mantas e cobertores cedidos tanto pela câmara como pela Misericórdia, por vizinhos ricos ou por familiares e amigos dos presos. Chegou-nos, porém, o testemunho de uma cadeia sem tarimbas, pelo menos nas celas do seu piso térreo. Trata-se da importante e então muito arruinada cadeia da vila de Aldeia Galega do Ribatejo: em 1844, na sua

“casa térrea **existe um sobrado nivelado com o chão, onde os presos fazem as camas**; porém, este sobrado só chega até meia casa (**sem haver ao menos uma tarimba**), de modo que até é impossível ser lavado, como deveria ser, porquanto corre água e vai fazer lamaçal na outra parte, que é de terra”¹⁸³.

Pensamos que as tarimbas estivessem sempre encostadas às paredes das cadeias e, como atrás vimos, podiam ser realizadas quer em pedra ou alvenaria, quer em madeira. Como facilmente se imagina, estas tarimbas, mesmo quando em uso até datas muito tardias, desmontaram-se no momento em que as velhas cadeias perderam as suas funções históricas. Porém, sinais da sua existência notam-se, por exemplo, na cadeia de Castelo de Vide, em uso até ao princípio dos Anos 70 do século passado [**Fig.^a 888**]. Com efeito, tudo indica que as linhas horizontais e verticais que surgem em “negativo” entre os espaços caiados numa parede da velha cadeia de Castelo de Vide correspondessem às traves de sustentação das

¹⁸² *Ofício* do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça ao Director-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Reino, informando que a Câmara de Tomar suprimira parte das luzes da Cadeia local e ordenando que a mesma continue a iluminar a cadeia da forma em que o fazia até então; Lisboa, 18-12-1874, in Ministério do Reino – Direcção-Geral da Administração Política e Civil / 2.^a Repartição – Correspondência Recebida, Maço 2539; Proc. 1013.

¹⁸³ *Cópia de Ofício* do Delegado do Procurador Régio da Comarca de Aldeia Galega do Ribatejo ao Procurador Régio, descrevendo a cadeia daquela Vila, o seu estado de ruína e de insegurança e a necessidade de construção de uma nova; Aldeia Galega do Ribatejo, 13-10-1849, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição - Correspondência Recebida; Maço 3361 (Ano de 1849; Livro 7.º; N.º 793). A *Cópia* deste *Ofício* integra um conjunto muito rico de documentos relativos à ruína da cadeia de Aldeia Galega do Ribatejo e à sua reconstrução, nomeadamente a planta e orçamento de uma cadeia nova.

tarimbas, desmontadas após aquela última caiação. Também no que deve ter sido a cadeia da complexa e pouco canónica casa da câmara de Ferreira de Tendais (Cinfães) sobrevivem, a cerca de 50^{cm} de altura, os rossos dos encaixes das traves de sustentação de muito prováveis tarimbas de há muito desmontadas.

Apesar de provavelmente todas perdidas hoje, pensamos que as tarimbas de madeira seriam as mais comuns, dados os custos muito menores da sua construção e ainda o muito maior conforto que proporcionariam aos presos. Seja, porém, como for, elas aparecem com alguma frequência na documentação escrita sobrevivente. Assim, em 1822, o “Orçamento das **tarimbas para todas as prisões**” do complexo carcerário da então muito arruinada casa da câmara da Horta impunha as seguintes verbas parcelares:

“Taboado 2000 pez	80\$000
Pregadura	19\$800
Trabalho	<u>40\$000</u>
	139\$800” ¹⁸⁴

Do mesmo modo, “a prisão das mulheres” da tão importante cadeia concelhia de Melgaço – hoje uma das mais bem conservadas de todo o país – em 1836 precisava, entre outros equipamentos e pequenas reparações, de “**tarimba**, Janela de pau rente das grades e reedificarem-se estas”¹⁸⁵. Também no já atrás referido “Orçamento da despesa a fazer com a reedificação da Cadeia deste Concelho [de Vila Franca de Xira], queimada na madrugada do dia 5 do corrente mês de Novembro de 1836” consta a importante verba de 1\$850\$000 relativa a “emadearmentos, forros, portas, janelas, caixilhos para vidros e **tarimbas para as Enxovias**”¹⁸⁶. Enfim, muitas décadas depois, em 1871, os presos da péssima e então antiquada cadeia de Faro ainda “**dormem em velhas tarimbas**, mal resguardadas da humidade do solo, embrulhados em farrapos pestilentos e mal alimentados!”¹⁸⁷.

Perdidas as tarimbas de madeira, todas as tarimbas que encontrámos – sempre muito difíceis de fotografar, dado o ambiente de penumbra por vezes muito intensa das antigas cadeias – eram por isso de pedra ou de alvenaria. Quase sempre contíguas às latrinas, como

¹⁸⁴ *Orçamento da Despesa* das obras de restauro e reconstrução da casa da câmara da Horta e da construção de uma nova Casa da Roda; Horta, 24-1-1822, in Ministério do Reino – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620 (Doc. publicado pelo A. in “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152).

¹⁸⁵ “*Relação das terras onde se precisam estabelecer Cadeias...*” Viana do Minho, 18-8-1836, in IAN/TT – Ministério do Reino – Circulares; Maço 2004 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 11).

¹⁸⁶ IAN-TT – *Ministério do Reino*, Ofícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais; Maço 2021, Cx. 2 (ver Apêndice documental; Doc. N.º 44).

¹⁸⁷ *Ofício* do Governador Civil de Faro ao Ministro do Reino sobre as más condições da Cadeia de Faro; Faro, 8-7-1871 in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção-Geral da Administração Política e Civil – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1871), Livro 29, Proc. N.º 764; Maço 2505 (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 43).

atrás vimos, encontrámos tarimbas de pedra em Vilar Maior (Sabugal) e em Sortelha (Sabugal). Próprias das terras do Sul, encontrámos tarimbas em alvenaria em Cabeço de Vide (Fronteira), em Marvão [Fig.^a 889] e em Entradas (Castro Verde). Sempre encostadas às paredes das cadeias, as tarimbas eram constituídas por uma espécie de poial corrido de topo a topo da parede a que se encostavam, com cerca de 50^{cm} de altura por 50^{cm} de largura. Um bom exemplo de tarimbas deste tipo é proporcionado pelas que, em 1836, ainda se mandavam fazer na pequenina e arruinada cadeia de Terena (Alandroal). Com efeito, entre outros melhoramentos então também orçamentados, pretendia-se melhorar a condição dos presos **“fazendo-se-lhe dois piais [sic] de Alvanaria que sirvão de tarimba nas duas prisões”**¹⁸⁸.

A pequena largura destas tarimbas impedia o emparelhamento dos presos, assim impedidos de dormirem juntos, lado a lado. Dado o comprimento das tarimbas, presumimos que os presos se acomodassem topo a topo, isto é, dormissem “para os pés” ou “para a cabeça” uns dos outros.

Nas velhas cadeias haveria ainda que contar com o material relacionado com a manutenção e limpeza das mesmas e com a higiene dos presos. Um exemplo – já muito tardio, pois é relativo ao ano de 1866 – é dado pela cadeia de Seia, onde se gastou a modesta verba de 3\$840 réis na “construção de dois baldes para a limpeza das cadeias e concerto dos telhados da mesma”¹⁸⁹

Enfim, ainda relacionado com as velhas cadeias portuguesas – e sobretudo com a segurança do Concelho – haveria que contar com o material a usar pelos alcaides, quadrilheiros e carcereiros, que poderia incluir *lanças* e sobretudo *grilhões*, *argolas*, *cadeias* e até uma *“corrente de ferro”*, como vimos em Cardigos (Mação), no *Tombo* de meados do século XVIII¹⁹⁰. Relativamente à cadeia de Évora, Maria Ângela Beirante diz-nos que no século XV

“os presos andavam dentro da cadeia normalmente com grilhões nos pés. Os documentos falam de **adoves, farropeas, ferros, machos que lhes dificultavam o andar** e tentavam impedir a fuga. Minavam paredes, saltavam pelo telhado, destrancavam a porta, sequestravam o carcereiro e fugiam”¹⁹¹.

¹⁸⁸ *Cópia do Auto de Orçamento* das importantes obras de reparação da Cadeia da Vila de Terena; Terena, 13-12-1835, in Ministério do Reino – Ofícios recebidos de vários Ministérios [Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça] – Maço 2032 (ver atrás Apêndice Documental: Doc. N.º 32).

¹⁸⁹ “Mapa estatístico das obras municipais efectuadas nos diferentes Concelhos d’este Distrito, com referência ao ano económico de 1864 a 1865”, in *Relatório apresentado à Junta geral do Distrito da Guarda na sua Sessão Ordinária de 1866 pelo Governador Civil António Pais de Sande e Castro*; Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.ª Divisão / 3.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1867), Maço 3151.

¹⁹⁰ P.º Henrique da Silva Louro, *Cardigos...*, pp. 130, 131.

¹⁹¹ Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora...*, p. 713.

Relativamente aos anos derradeiros do mesmo século XV, a 24 de Março de 1491, o Procurador do Concelho do Funchal recebeu “de Andre ssaralheiro **dous colares e quatro algemas e quatro camelos** todo stagrado [sic]”¹⁹². Muito poucos anos depois, mas em data indeterminada, o mesmo oficial da Câmara do Funchal recebeu “de Andre sserralheyro **dous collares e duas algemas estanhados pera a picota**; atras he assentado em sseu lugar”¹⁹³. Anos depois, a 15 de Março de 1516, na vizinha vila de Santa Cruz (Região Autónoma da Madeira) em câmara decidiu-se “requerer ao capitam **ferros pera ha cadea**”¹⁹⁴. Enfim, relativamente à cadeia do concelho do Vimieiro (Arraiolos), adjacente à antiga casa da câmara e demolida em 1964, Túlio Espanca referia em 1975 que “**as correntes de ferro e outros instrumentos dos encarcerados, talvez do séc. XVI, subsistem, dispersos, no imóvel**”¹⁹⁵.

Ignoramos infelizmente o desenho, a forma, o tamanho e mesmo a função de todos estes instrumentos e equipamentos de segurança de uso nas prisões. Claro que as “algemas estanhadas” recebidas pelo Procurador da Câmara do Funchal se destinavam ao pelourinho local. Ignoramos, porém, o destino dos outros instrumentos referidos. Essencialmente produzidos em ferro aquele equipamento usaria certamente outros materiais como cabedal e mesmo corda. Com efeito, cadeias, cadeados, cordas e correias usar-se-iam certamente em grande quantidade nas complicadas e trabalhosas *levas de presos* de umas cadeias concelhias para as outras, a caminho das prisões estatais de Lisboa, Porto e Coimbra. Porém, realizado em ferro ou em materiais muito mais frágeis, praticamente nada nos chegou deste velho equipamento de segurança e aprisionamento. Por isso, assume uma importância histórica ainda maior o pesado grilhão [Fig.^a 890] que se expõe no Museu *A Cidade do Açúcar*, do Funchal, encontrado em escavações na antiga cadeia concelhia daquela cidade, activa até à Época Liberal.

¹⁹² *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. 330.

¹⁹³ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal...*, p. 336.

¹⁹⁴ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal – Primeira Metade do Século XVI e Apenso Vereações da Câmara de Santa Cruz – 1515-16*, Org. José Pereira da Costa, Ed. Centro de Estudos do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Região Autónoma da Madeira, Funchal, 1998, p. 519.

¹⁹⁵ Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora: Concelho de Arraiolos*, Vol. I, p. 52.

14 – Outras componentes relevantes das Casas da Câmara portuguesas

Vimos atrás que a multiplicidade de funções asseguradas pelos concelhos portugueses suscitou a emergência de um *corpus* muito importante e variado de equipamentos e construções a que chamámos, por facilidade de expressão – mas também, pensamos, com alguma propriedade – de *arquitectura concelhia* ou de *tutela concelhia*. De entre as múltiplas e muito diversificadas formas deste amplo e hoje quase esquecido *corpus*, destacámos açougues e matadouros, casas de aposentadoria e casas da roda, alpendres e até ermidas. Se a esmagadora maioria destas instalações ficava em edifícios e espaços autónomos, também já sabemos que *algumas estavam incorporadas no próprio edifício da casa da câmara*, abrigadas sob o mesmo telhado que cobria a câmara das vereações, a sala da audiência e quase sempre a própria cadeia concelhia.

Sabemos, com efeito, que algumas casas da câmara acolhiam no seu piso térreo os *açougues do concelho* e até instalações anexas como a *Casa do Peso* ou do *Ver-o-Peso*. Algumas, muito poucas, detinham um *oratório* – enquanto outras tinham um complemento óbvio nas pequenas e muito devotas *capelas onde se rezava a missa para os presos*, localizadas no outro lado da rua ou da praça, bem na frente da cadeia concelhia, quase sempre instalada na casa da câmara, como tão repetidamente temos visto. Outras, mais tardias, detinham já uma divisão vocacionada para *cartório* ou *arquivo* da câmara, onde se guardavam os documentos do concelho, bem como os seus bens móveis mais preciosos. Cumpre, porém, referir aqui que pelo menos uma casa da câmara – a da Horta – detinha, muito excepcionalmente, a própria *casa da roda* nas traseiras do seu piso térreo. Diga-se que “**este estabelecimento de caridade**” era considerado absolutamente inapropriado e inóspito numa *Vistoria* realizada em 1822 à respectiva casa da câmara, então muito arruinada:

“a **caza dos Expostos he huma emchovia pestilenta** em proximidade de huma cloaca emteiramente incapaz do fim para que foi estabelecida que mais serve de infeccionar os tristes innocentes que ali se recebem do que lhes dar a vida e criação para que nella se lanção”.

Para a impropriedade das respectivas instalações contribuía ainda o facto de se achar “a dita **Roda pegada ao assougue publico** aonde nunca há bom cheiro”¹⁹⁸.

¹⁹⁸ *Auto de Vistoria* do edifício da Casa da Câmara da Horta e instalações anexas; Horta, 15-7-1822, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 498, Caixa 620. Nota: este documento faz parte de um enorme conjunto documental anexo ao *Ofício* do

A singularidade da casa da roda da casa da câmara da Horta só tem paralelo com a raríssima, se não única, “enfermaria” existente em 1839 na velha casa da câmara de Leiria, aqui contígua ao chamado “quarto do Carcereiro”. No piso nobre do edifício, “do lado esquerdo da entrada consta de um corredor que se pode fechar sobre si, quarto do Carcereiro e uma outra casa chamada «enfermaria», todas estas [divisões] também exíguas”¹⁹⁹.

Ministro Secretário de Estado da Fazenda remetendo à Secretaria de Estado do Reino a *Representação* da Junta Provisional da Comarca da Horta [Horta, 24-1-1822], em que esta expõe o estado de ruína do edifício da Casa da Câmara, Casa da Audiência, Cadeias, Casa do Carcereiro e Açougues e a necessidade de edificação duma nova Casa da Roda dos Expostos da Vila da Horta e se pede autorização para transferir a Matriz da Vila para a Igreja do Colégio dos Jesuítas dado o estado de ruína da actual, cuja demolição se solicita também, prevendo-se o arranjo de uma praça no seu sítio; Lisboa, de 26-3-1823. Este conjunto documental foi publicado pelo A. in “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

Após o intenso debate suscitado pela sua extinção na segunda metade do século XIX, o fenómeno social das Rodas e sobretudo da criação dos expostos só agora começa a ser estudado. Indicam-se em seguida referências relativas à criação, à legislação, a textos clássicos e a estudos recentes sobre as Rodas e a sua história:

- António Joaquim de Gouveia Pinto, “Resumo de Providencias estabelecidas a Favor da Criação, e Educação dos Expostos ou Engeitados”, in *Compilação das Providencias que a Bem da Criação, e Educação dos Expostos ou Engeitados se tem publicado, e achão espalhadas em Differentes Artigos de Legislação Patria, a que accrescem outras, que respeitando ao bom regimen, e economia da sua Administração, e sendo com tudo filhas das mesmas Leis, tem a experiencia provado a sua utilidade*, Lisboa, 1820;

- *Regulamento e Instruções para o Serviço da Administração dos Hospícios destinados á Recepção de Crianças Expostas – Abandonadas e Outras e dos Subsídios de Lactação Aprovado pela Junta Geral de Districto em Sessão de 13 de Julho de 1870*, Districto Administrativo de Lisboa, Lisboa, 1870 (in IAN-TT, *Ministério do Reino* - Direcção-Geral da Administração Política e Civil - 2.ª Rep. Liv.º 37, Proc.º 256, Maço 2572);

- Manoel Emygdio Garcia, *A Roda dos Expostos*, Imprensa Litteraria, Coimbra, 1871;

- Luís de Pina, “Da Roda dos Expostos à «Carta dos Direitos da Criança»”, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol. XXVII – Fasc. 3-4, Câmara Municipal do Porto, Porto, 1964;

- Carlos Andrade Teixeira, “Apontamentos para o Estudo da... Casa dos Expostos de Cascais”, in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, Câmara Municipal de Cascais, 1984, N.º 5, pp.s 31-44;

- Maria João Madeira Rodrigues (Coord.), *Sinais de Expostos – Exposição Histórico-Documental*, Catálogo da Exposição da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa Lisboa, 1987;

- Nuno Osório Cortes, *O Abandono de Crianças no Algarve – O Caso dos Expostos de Loulé (1820-1884)* – Tese de Mestrado apresentada à Un. do Porto, Porto 1991 (policopiado);

- Sebastião Matos, *Os Expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*, Ass. Cultural e Recreativa de Areias de Vilar, 1.ª Ed., Barcelos, 1995.

Na perspectiva da História da Arquitectura e, em particular, da arquitectura de matriz concelhia, ver, do A., a entrada «Casa da Roda» de Cascais, escrito na sequência do convite da Dr.ª Ana Clara Justino, Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Cascais para escrever a entrada “Casa da Câmara” para integrar um projectado *Dicionário de História de Cascais*, programado em 2005 mas nunca publicado.

Enfim, para a assistência na Idade Média, nomeadamente em Florença ver, de Stefano Filipponi, Eleonora Mazzocchi e Ludovica Sebgondi, *Il Mercante, L'Ospedale, I Fanciulli – La donazione di Francesco Datini, Santa Maria Nuova e la Fondazioni degli Innocenti*, Catálogo da exposição em curso (27 de Novembro de 2010 a 1 de Maio de 2011) no “Istituto degli Innocenti”, Florença, Nardini Editore, Florença, 2010. O “Istituto degli Innocenti” é o herdeiro do *Ospedale degli Innocenti*, cuja criação e cuja construção resultaram de uma doação de Francesco Datini. Daquela doação “de mil florins teve origem, já há seiscentos anos, o Ospedale degli Innocenti, primeiro lugar no mundo agora conhecido exclusivamente dedicado à assistência e à criação (“cura”) da infância abandonada”, Alessandra Maggi, Presidente do “Istituto degli Innocenti”, na apresentação da exposição citada.

¹⁹⁹ *Offício* do Juiz de Direito de Leiria ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiástico e de Justiça, “a respeito da casa em que devem recolher os Jurados e testemunhas” no Tribunal de Leiria; Leiria, 9-4-1839, in IAN-TT – *Ministério do Reino*, Offícios Recebidos dos Governos Cíveis e das Administrações Gerais; Maço 2020, Cx. 1 (Apêndice Documental: Doc. N.º 28).

Pensamos que o entendimento global das nossas velhas casas da câmara impõe um último olhar sobre estes espaços, destinados a estas tão específicas funções, como que complementares e que, a título excepcional, também eram abrigadas nas velhas casas da câmara. Incidiremos naturalmente nos *açougues*, *oratórios* e *arquivos* por abrigarem funções muito importantes no quadro da vida concelhia do Antigo Regime e até no da mentalidade da época.

14.1 – O Açougue

Tudo indica que o açougue fosse inicialmente um espaço de mercado mais ou menos improvisado, destinado à venda de produtos alimentares variados: carne, mas também aves de capoeira, caça, peixe e provavelmente também hortaliça e frutas. Os açougues devem derivar dos espaços de mercado cobertos, de origem medieval. Nas arcadas do piso térreo da casa da câmara quinhentista de Viana, localizada no “topo nascente da Praça do Campo do Forno”, existia um mercado deste tipo. Com efeito, o seu “rés-do-chão era aberto, funcionando nele, durante este período, o **mercado do pão e da farinha**. Em 1526, foi empedrado e dotado de assentos de pedra e bancas para as regateiras, «bem feitos e de maneyra que possam bem pôr nelles para se vender as cousas»²⁰⁰. Do mesmo modo, ainda em 1685 constava no respectivo *Tombo do Concelho* que a Câmara de Benavente dispunha de “huas cazas pegadas a dita torre [do Relógio, também contígua à casa da câmara] que ficam partindo com a mesma prassa da banda do nacente [...], as quaes **servem de asougue de peixe e de vender fruta**”, embora, no mesmo Tombo conste que a Câmara “tem mais hum casa que serve de asougue sita na rua de Evora [...]²⁰¹. Do mesmo modo, numa descrição da casa da câmara de Santarém publicada em 1740 ainda se escreve que “contíguas a estas Cadeas [do piso térreo da casa da câmara] estão **os açougues onde se vende carne e peixe**”²⁰².

Com o tempo, o crescimento urbano e o próprio desenvolvimento do comércio, os primitivos espaços informais de mercado de bens comestíveis deram origem a espaços de comércio cobertos, fechados e especializados. Estes estavam já bem patentes no *Contrato de*

²⁰⁰ Manuel António Fernandes Moreira, *O Município e os Forais de Viana...*, pp. 101, 102.

²⁰¹ Publicado por Álvaro Rodrigues d’Azevedo in *Benavente – Estudo Histórico...*, pp. 48, 49.

²⁰² Padre Inácio da Piedade de Vasconcelos, *História de Santarém Edificada*, Ano 1740, II Parte, Livro II, Cap. I, pp. 251-252, transcrito in *Da Vila de Ontem à Cidade de Hoje*, Catálogo da exposição organizada pela Comissão de História Urbana da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém no Museu Distrital de Santarém, de 13 a 29 de Janeiro de 1979, Policopiado (peça 79).

construção da casa da câmara de Setúbal de 1526, que contemplava, no seu piso térreo, a par da cadeia e do Terreiro do Trigo, mais três divisões autónomas, todas de cunho comercial: “huma **CaSa pera os legumes**”, a “**Casa da balança**” e a “**caSa pera os açougues**”:

“Item Mais abaixo da dicta caSa [**da balança**] se fara **caSa pera os açougues** a quall tera de comprido sete braças, e de larguo A largura do dicto lamço, E a vera huum portall grande de pedrarya no meyo da dicta caSa e tera dez palmos de lume e doze d alto E de cada parte huuma Janela asy como vay emlegida no dicto debuxo,. e seram ambas ferradas e seram de peyto, e terão de lume sete palmos e d alto Nove do peyto ate o pomto da volta e o dicto peyto sera de cymco palmos d alto,. e terão suas couceyras e boulhões pera terem portas,. e posto que este portall vay ordenado em doze palmos d alto sera de quatorze,. Item mais No topo da dicta caSa da parte da outra Rua que a trauesa a vera outro portal de seys palmos de lume e dez d alto”²⁰³.

Como vemos, o açougue de Setúbal tinha de largura o tamanho muito considerável de 15,4^m e, na sua fachada principal dispunha de um amplo portal de 2,2^m de largura por 2,64^m de altura, rodeado de duas enormes janelas, uma de cada lado, ambas com 1,54^m de largura por 1,98^m de altura. Note-se que este açougue dispunha ainda, na sua fachada lateral, de um portal com 1,32^m de largo por 2,2^m de altura.

A “**caSa pera os açougues**” de Setúbal mostra-nos como muito cedo se estabeleceu a tipologia e a vocação essencial dos açougues concelhios – a de pequena loja, sempre térrea, fechada e coberta, onde se vendia carne a retalho, talhada nos *talhos* reservados às três espécies então mais correntes e apreciadas, porco, vaca e borrego. Com efeito, o açougue era “a **Caza em que dantes se talhavam as carnes**”, que na casa da câmara manuelina de Vila Flor ombreava com o matadouro concelhio, o que era considerado muito inóspito e indecoroso: “alem de **ficar couza indecente aos Paços da Camara ter matadouro dentro da mesma**, como naquelle tempo tinha”²⁰⁴. Por isso, aquele matadouro tinha sido transferido por Provisão Régia de 30 de Abril de 1767, determinando-se então que

“a caza que servio de Matadouro se concerte, e acrescente, como for percizo pondo-se a obra della a lanços para se rematar a quem por menos a fizer, e servir do mesmo Ministério [de açougue], para que **a caza que nos dittos Paços do concelho serve de se talharem as carnes**, se arendar aos mercadores nas occazioens das feiras, como me insinuão [sugerem]”²⁰⁵.

Como vemos, o açougue de Vila Flor estava primitivamente nos alpendres do piso térreo da casa da câmara, passando depois para o espaço provavelmente contíguo do primitivo matadouro. Liberto o seu primitivo espaço, nas arcadas, este doravante “podia servir nos dias de feira para portal de tendeiros, ou mercadores, em que interessava o

²⁰³ IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815: Conjunto documental relativo à construção da casa da câmara de Setúbal e instalações anexas (ver atrás: Apêndice Documental: Doc. N.º 20).

²⁰⁴ “Copia autentica do Provimento que nesta Villa [Vila Flor]...”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

²⁰⁵ Transcrito no provimento relativo à Correição do ano de 1791, como consta da “Copia autentica do Provimento que nesta Villa [Vila Flor]...”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

concelho doze, ou mais tostões cada hum anno”, como determinava o Corregedor de Moncorvo em 1791.

Do facto de nos açougues se talharem as carnes decorre o nome actual de “talho”, patente na toponímia local, como na pitoresca *Rua do Talho*, no centro de Alcochete [Fig.^a 891], contraponto moderno das outrora muito presentes *Ruas do Açougue*, que ainda vão sobrevivendo por aqui e por ali, como em Cedovim (Vila Nova de Fozcoa) [Fig.^a 892], ou em Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira), onde existe ainda uma *Travessa do Açougue Velho*, ou, enfim, em S. Miguel do Outeiro (Tondela), onde sobrevive a *Rua do Açougo* [Fig.^a 893].

Como atrás vimos, a esmagadoura maioria dos açougues localizava-se em edifícios isolados e independentes, na praça ou muito junto dela. Uma minoria deles, porém, localizava-se no piso térreo da própria casa da câmara, tanto no Reino como fora dele²⁰⁶. Esta localização tinha óbvias vantagens, pois beneficiava não só da centralidade da casa da câmara como de uma muito maior vigilância das autoridades concelhias. Além disso, beneficiava e simultaneamente contribuía para a própria monumentalidade da casa do concelho, como veremos²⁰⁷.

Como atrás dissemos, no Alto Alentejo encontrámos ainda dois antigos açougues em uso, os das casas da câmara de Cano (Sousel) e de Gáfete (Crato). Trata-se de lojas térreas, outrora ambas servidas por portadas muito amplas, que se mantêm intactas no açougue de Cano. Outros açougues relevantes integrados em antigas casas da câmara são os de Borba e de Monforte e, a Norte do Tejo, os de Vila do Conde, Pinhel, Santarém ou Manique do Intendente (Azambuja) – todos eles de há muito desactivados.

Estes açougues estavam localizados num extremo da fachada principal da casa da câmara em que se integravam. A sua entrada era, porém, quase sempre monumentalizada.

²⁰⁶ Assim, longe do Reino, mas emulando em tudo o que se fazia em Portugal, a casa da câmara de Salvador da Baía integrava, para lá da cadeia, o açougue, cujas portas estavam a ser colocadas em 1681, Carlos Ott, *A Casa da Câmara...*, p. 9.

²⁰⁷ A localização do açougue de Salvador da Baía, bem como a da cadeia contígua, no piso térreo da casa da câmara local, mereceu a Carlos Ott as seguintes palavras: “é de estranhar que se não tivesse modificado esta distribuição interna [açougue na ala direita de Prefeitura e cadeia na ala posterior do edifício] delineada por [o Governador] Francisco Barreto de Menezes. **A instalação de açougue e cadeia nos recintos abaixo das divisões onde funcionavam a Sala de Audiência e o Tribunal de Contas era de todo inconveniente**, fazendo certamente supor aos juizes e Procuradores que ali trabalhavam que o Governador sofria de séria deficiência olfactiva; estes, porém, não teriam bastante coragem para reclamar, em vista do sistema paternalista a que estavam sujeitos, o que se verificou até mesmo sob outros Governadores. Quanto à instalação da Cadeia na Prefeitura ninguém reclamara, por ser de costume multissecular”, Carlos Ott, *Ibidem*, p. 9. Ora, ao contrário do que pensa o historiador brasileiro, era tradicional em toda a Europa a localização muito central dos mercados de comestíveis. Com efeito, o mercado de frutas e legumes, pão e carne ficava quase sempre na praça central ou nas suas imediações, estando por vezes localizado no piso térreo das próprias casas do concelho.

Com efeito, com a notável exceção dos das casas da câmara de Monforte e de Borba, o acesso a todos os outros acima referidos é feito – a exemplo do de Setúbal, contratado em 1526 – por entradas arqueadas de dimensões muito apreciáveis. A entrada arqueada do açougue de Vila do Conde é a mais complexa, protegida por um pequeno alpendre abobadado localizado sob a varanda de entrada do piso nobre da casa da câmara [ver atrás **Fig.ªs 391, 392 e 393**], e replicada numas arcadas de desenho tardo-gótico algo complexo, como atrás vimos. O acesso ao açougue de Gáfete (Crato) fazia-se também através de uma complexa e monumental arcada datada de 1690, hoje incorporada no interior do piso térreo da respectiva casa da câmara [**Fig.ª 894**]. A entrada do açougue de Cano (Portel) é rasgada quase informalmente na fachada, sendo o vão, muito amplo, vencido por um arco abatido de desenho e de realização surpreendentemente muito rústicas [**Fig.ª 895**], pois integra-se num edifício remodelado no ano de 1759, já em plena Época Pombalina. O portal deste açougue ainda hoje é protegido, como outrora, por um simples portão de varões de ferro. Algo semelhante é a entrada, igualmente muito ampla, do que foi o açougue de Santarém [**Fig.ª 896**], muito refeita durante as obras do século XIX. O açougue de Pinhel oferece a particularidade de ter uma entrada monumental dupla. A abertura do açougue de Manique do Intendente (Azambuja) é mais sofisticada. Localizada na extremidade direita da respectiva fachada, muito monumental, como atrás vimos, a abertura deste açougue é vencida por um arco de volta inteira de grande vão e de realização muito cuidada e mesmo erudita [**Fig.ª 897**], sem réplica no outro extremo da fachada, assim tornada quase obstinadamente assimétrica.

Todos estes açougues eram térreos e localizados junto às cadeias locais: “**contíguas a estas Cadeas estão os açougues**”, como se lê numa descrição da casa da câmara de Santarém de 1740, já atrás referida²⁰⁸. Tal como as cadeias contíguas, alguns destes açougues eram abobadados: era o caso dos de Cano, de Borba [**Fig.ª 898**], de Vila Nova da Baronia e de Monforte [**Fig.ª 899**], que ainda hoje detêm belíssimas abóbadas, embora as de Vila Nova da Baronia e de Monforte tenham sido lamentavelmente “descascadas” em obras recentes. Quanto aos de Santarém, excepcionalmente vastos, eram como que divididos longitudinalmente por poderosos arcos de grande vão sobre os quais se escoravam os sobrados do piso intermédio da respectiva casa da câmara [**Fig.ª 900**].

²⁰⁸ Padre Inácio da Piedade de Vasconcelos, *História de Santarém Edificada*, Ano 1740, II Parte, Livro II, Cap. I, pp. 251-252, transcrito in *Da Vila de Ontem à Cidade de Hoje*, Catálogo da exposição organizada pela Comissão de História Urbana da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém no Museu Distrital de Santarém, de 13 a 29 de Janeiro de 1979, Policopiado (peça 79).

O elemento mais identificador dos açougues eram os *talhos* respectivos, isto é, os balcões ou poiais onde se talhava a carne, de acordo com a espécie pretendida, bem à vista do consumidor. Os talhos mais bem conservados são os que sobrevivem no açougue de Monforte [Fig.^a 901] e os dois que continuam em uso, como vimos, no histórico e sensacional açougue da casa da câmara do Cano [Fig.^a 902]. Estes talhos são muito parecidos: constam de simples pranchas de mármore apoiadas em dois robustos pés de desenho muito característico, belamente realizados também em mármore. Os talhos do açougue de Gáfete (Crato) foram muito transformados, sendo hoje simples e quase banais balcões corridos, também realizados em mármore [Fig.^a 903].

Um último elemento caracterizador dos antigos açougues haveria a considerar: as *barreiras de separação* entre o público e os talhantes. Com efeito, à semelhança do que acontecia nas salas da audiência do piso superior da casa da câmara, os talhos podiam deter – provavelmente já em épocas muito antigas – uma espécie de teia separadora. Visando a protecção do consumidor, nas *Posturas* da Câmara de Coimbra de 1838 determinava-se que nos açougues da cidade

“não poderá haver balcão tapado pela frente, mas sim de grades ou ripado, de maneira que o povo possa ver bem o que estiver dentro, por cujo motivo não deverá haver na casa do açougue divisão alguma de parede, enchamel, tabique, tabuado, ou loja interior que possa ocultar alguma coisa à vista do público”²⁰⁹.

Chegaram-nos duas “teias” de velhos açougues concelhios, a da câmara de Monforte, realizada em alvenaria e encimada por cobertura de mármore (que servia certamente de balcão de apoio dos talhantes e seus fregueses) [Fig.^a 904] e a de Borba, já muito tardia, formada por balaústres de ferro fundido [Fig.^a 905]. No centro destas teias haveria que contar, tal como nas salas de audiência, com a *cancela* que vedaria a passagem ao público. Sobrevivem as cancelas do açougue de Monforte, realizada em ferro forjado, e a de Borba, realizada também em ferro fundido [Fig.^a 906].

Equipamento essencial dos açougues eram as *balanças*, por vezes gigantescas, como a que esteve em uso no açougue de Monforte, provavelmente já muito tardia. Nas *Posturas* da Câmara de Coimbra de 1838 acima referidas determinava-se – sempre em benefício do consumidor – que

“é também proibido o uso de conchas de balança de cobre ou latão, devendo ser de ferro em forma de grelha [...]. Outrossim os donos dos açougues ou seus administradores serão obrigados a tirar a competente licença da Câmara e a aferir pesos e balança no mês de Janeiro e a conferir no de Julho de todos os anos”²¹⁰.

²⁰⁹ *Posturas...*, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Consultas das Juntas Gerais de Distrito, Maço 2028.

²¹⁰ *Posturas...*, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Consultas das Juntas Gerais de Distrito, Maço 2028.

Emfim, sempre das mesmas *Posturas* ficamos a saber que “os açougues serão sempre abertos e com a carne à venda às seis horas da manhã desde o primeiro de Abril até ao fim de Setembro e às oito horas desde o primeiro de Outubro até ao fim de Março; de tarde serão fechados em qualquer tempo à hora do sol posto”²¹¹.

Equipamento a considerar nos açougues eram também as *barras* e os *ganchos* para desmanche de animais abatidos e para exposição de peças de carne, suspensos do tecto ou das paredes, e que ainda se vão encontrando, nomeadamente em Borba [Fig.^a 907] e em Vila Nova da Baronia (Alvito) [Fig.^a 908].

Enfim, as balanças (e até os padrões de pesos) eram os elementos principais da *Casa do Peso* ou do *Ver-o-Peso*, que em 1532 já existia no piso térreo da antiga casa câmara de Aveiro²¹², certamente contíguas aos açougues concelhios. Como também já vimos, em 1526 previa-se a construção de uma **Casa da balança** no piso térreo da casa da câmara de Setúbal em 1526, entre a da “CaSa pera os legumes” e a “caSa pera os açougues”:

“Jtem Abaixo desta caSa se fara outra do mesmo tamanho pera ser Casa da balança a quall tera hum Arco de pedraria chamfrado de dez palmos de lume e quynze d alto,. E de fromte do dicto arco pera ha parte da Rua se fara hum fresta ferrada e Rasguada d ambas partes a quall tera de lume quatro palmos e d alto çymco”²¹³.

Como vemos, previa-se que a “Casa da balança” de Setúbal dispusesse de um arco monumental de 2,20^m de vão por 3,30 de altura mas de função para nós pouco clara: aparentemente seria uma estrutura interna para suspender as enormes balanças do concelho, aptas a pesar pesos consideráveis.

Ainda dentro dos espaços e equipamentos concelhios por vezes instalados nas casas da câmara, relativos ao abastecimento e até à defesa do consumidor, cumpre dizer que a de Santarém dispunha, em 1740, da *casa dos Almotacés*. Com efeito, segundo uma descrição publicada naquele ano,

“no meio da escada em que se sobe da Praça para o dito Senado [da Câmara de Santarém] fica **uma casa com uma janela de grades sacada, que é onde os Almotacés em certos dias fazem as suas audiências**”²¹⁴.

²¹¹ *Posturas...*, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Consultas das Juntas Gerais de Distrito, Maço 2028.

Nas mesmas *Posturas* determinava-se ainda que “em quaisquer açougues deste Município, ou sejam francos ou arrematados pela Câmara, se à mesma parecer conveniente, **haverão [sic] duas chaves diferentes da mesma porta, uma das quais estará na mão do Presidente ou Fiscal da Câmara e a outra na mão dos marchantes ou de quem os representar**. Nos dias de venda o Meirinho da Câmara entregará à hora competente aos ditos marchantes ou seus empregados a primeira chave, que às horas de fechar tornará a receber dos mesmos para a entregar onde convier [...]”.

²¹² Inês Amorim, “A construção da Câmara de Aveiro nos finais do Séc. XVIII: 1790/94 (?) – 1797/99 I”, *Boletim Municipal – Cultura e Património*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, Dezembro 1997, p. 112.

²¹³ IAN-TT – *Núcleo Antigo*, Doc. 815: Conjunto documental relativo à construção da casa da câmara de Setúbal e instalações anexas (ver atrás: Apêndice Documental: Doc. N.º 20).

²¹⁴ P^e Inácio da Piedade de Vasconcelos, *História de Santarém Edificada*, Ano 1740, II Parte, Livro II, Cap. I, pp. 251-252, transcrito in *Da Vila de Ontem à Cidade de Hoje*, Catálogo da exposição organizada pela

14.2 – Espaços de devoção

Já sabemos que uma singularidade tipológica das casas da câmara portuguesas – e era particularmente nisto que se distinguiam das suas congéneres do resto da Península e mesmo das do resto da Europa – era a *ausência de capela*²¹⁵. Exceção notável a esta regra era proporcionada pela casa da câmara de Lisboa, que detinha a importante e riquíssima capela de Santo António, devoção concelhia tutelada pela Câmara, como já sabemos. Com efeito, Damião de Góis diz-nos que o Rei D. Manuel I “**fez de nouo ha Egreja de sancto Antonio de Lisboa, per legado delRei dom Ioam segundo**, que lho deixou encomendado em seu testamento”²¹⁶. No contexto das respectivas obras, Sousa Viterbo informa-nos de que “em 5 de Julho de 1509 dirigia el-rei D. Manuel uma carta à câmara de Lisboa, dizendo-lhe que instasse com Ruy Mendes para que concluísse o *retavolo de santantonio*, de que fora incumbido”²¹⁷. Segundo este mesmo autor,

“esta capela, de que não restam vestígios, porque foi destruída pelo terramoto, **ficava situada debaixo da casa da câmara**, como o dá claramente a entender outra carta do mesmo monarca, de 28 de Julho de 1498, em que se lê o seguinte período «... e **por que debaixo desta cassa, como sabees, avemos de mamdar fazer a capella de santo Antonio** e que ha sseer d abobeda, e queremos que fique logo feitos em arcos de ladrilho a porta e freestras que nesta parede se ham de usar, e por respeito da obra da dita capella podera conprir a dita parede ficar mais forte...»”²¹⁸.

14.2.1 – Inscrições votivas e imagens religiosas

A devoção muito intensa e sincera das comunidades e a dos próprios oficiais camarários fazia com que por vezes se construíssem ou adaptassem capelinhas ou oratórios nas casas da câmara – ou que, embora muito excepcionalmente, se colocassem imagens religiosas ou inscrições piedosas nas respectivas fachadas principais. Assim, a consagração do Reino de Portugal à Senhora da Conceição suscitou a produção massiva de lápides alusivas, por vezes colocadas nas fachadas principais das casas da câmara, como por

Comissão de História Urbana da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém no Museu Distrital de Santarém de 13 a 29 de Janeiro de 1979, Policopiado (peça 79). Note-se que já atrás referimos a casa dos almotacés de Montemor-o-novo, instalada num edifício localizado na casa e absolutamente independente da casa da câmara local.

²¹⁵ Assim, por exemplo, a capela da casa da câmara de Madrid estava decorada e tinha pinturas de Antonio Palomino, *DOCUMADRID, La Plaza de La Villa*, Ediciones La Librería, Madrid, 2001, p. 47.

²¹⁶ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, Parte IV, Cap. LXXV, p. 204.

²¹⁷ Sousa Viterbo, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos...*, Vol. I, p. 283.

²¹⁸ Sousa Viterbo, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos...*, Vol. I, pp. 284.

Para a casa da câmara de Lisboa e a Casa de Santo António em particular, ver ainda “A Real Casa de Santo Antonio”, in Ribeiro Guimarães, *Summario de Varia Historia – Narrativas...*, pp. 1-11. Ver ainda, sobre o mesmo tema, “Órgão Novo”, in Ribeiro Guimarães, *Ob. Cit.*, p. 22; e “Ainda a Real Casa de Santo Antonio”, in Id., *Ibidem*, pp. 24-26.

exemplo em Castelo Branco, em Miranda do Douro [Fig.^a 909] ou em Guimarães. A lápide votiva da casa da câmara desta antiga vila, datada de 1654, localiza-se no topo do atarracado contraforte da fachada principal [Fig.^a 910], bem à vista e ao alcance de todos.

A devoção pública e mesmo oficial à Senhora da Conceição suscita a referência à presença de uma imagem de Nossa Senhora e o Menino bem no centro da própria fachada principal da casa da câmara de Braga [Fig.^a 911]. A presença tão surpreendente – e mesmo única – desta imagem pode ser uma provável reminiscência quer de imagem semelhante já presente num nicho localizado também no centro da fachada principal da casa da câmara quinhentista da cidade [ver atrás Fig.^a 301], quer da presença da imagem da Virgem no próprio brasão da cidade²¹⁹.

A presença de imagens religiosas era naturalmente mais frequente no interior das casas da câmara. Um belo exemplo é proporcionado pelo nicho onde se continua a expôr uma imagem de Nossa Senhora da Conceição [Fig.^a 912] que encontramos no próprio patamar da escadaria nobre da casa da câmara de Nisa. Realizado em pedra, trata-se de um nicho muito convencional, encimado por uma superfície esférica onde se modela a concha simbólica. Está enquadrado por um jogo de duas pilastras sobrepostas de cada lado e, no seu topo arqueado, por arquivoltas muito desenvolvidas, embora de desenho bem pouco sofisticado. O conjunto está apoiado numa pequena consola ovalada onde se apoia também uma pequena peanha que sustenta a imagem, provavelmente realizada também em pedra e hoje muito alacremenente policromada. Dado o desenho classicizante da imagem e do próprio nicho, tudo indica que todo este conjunto devocional seja muito anterior aos fins do século XVIII, época a que remonta pelo menos a parte superior da fachada e o melhor da decoração interior da bela casa da câmara local.

Pela sua localização, numa escadaria nobre, e pela sua estrutura, que nem sequer permite a colocação de castiçais nem de vasos com flores, o nicho votivo da escadaria nobre da casa da câmara de Nisa não se pode comparar com um oratório. Com efeito, para lá da exposição – por devota que fosse – da imagem da Virgem – e do sinal da cruz que esta suscitaria aos passantes, este nicho devocional não podia sustentar nem apoiar nenhuma forma de culto, por rudimentar que fosse. O contrário se passava com os *oratórios*²²⁰, que

²¹⁹ Note-se que também o brasão da cidade do Porto ostenta a imagem da Virgem e o Menino.

²²⁰ Os oratórios existiam já nos paços medievais. José Custódio Vieira da Silva, considera que o oratório “poderia ser um compartimento totalmente autónomo, no caso de o respectivo paço ser muito desenvolvido (como acontecia no de Sintra, onde existiam vários oratórios), ou limitar-se apenas a um pequeno altar, com uma imagem de vulto ou um retábulo portátil, disposto na câmara de dormir”, José Custódio Vieira da Silva, *O Fascínio...*, p. 30.

permitiam não só a exposição de imagens e símbolos devotos, como permitiam a realização de actos litúrgicos, embora para um público muito reservado.

14.2.2 – Oratório da Câmara

O mais importante oratório de que nos chegou notícia era o da casa da câmara de Guimarães, de que resta o nicho, cavado no grosso de uma parede interior do seu piso nobre [Fig.^a 913]. O nicho é pouco profundo mas muito grande (a largura ultrapassa os 1,218^m) e tem a forma de um rectângulo sobrepujado por um semi-círculo [Fig.^a 914]. Muito mutilado, restam fragmentos da decoração (muito tardia) de concheados sobre madeira [Fig.^a 915], que outrora revestia integralmente as suas paredes laterais. Mas deste oratório resta ainda, muito bem conservada, a vasta pintura votiva do fundo, hoje conservada no vizinho *Museu de Alberto Sampaio*. Trata-se do extraordinário *Pentecostes* pintado sobre madeira de castanho que, segundo a respectiva ficha do *Catálogo do Museu*²²¹, é “proveniente da capela da Casa do Senado” [Fig.^a 916] e datável de “ca. 1540-1550”.

Tudo é notável nesta pintura, a começar pela sua inesperada presença numa casa da câmara e pelo seu inesperado tema, tendo em conta a sua localização original. Dignas de nota são ainda a grande qualidade global da pintura e a figuração do provável encomendante ou doador da mesma. Este é representado de joelhos numa atitude de grande devoção, no canto inferior direito da composição, envergando o hábito de Cristo.

No texto que acompanha a ficha desta pintura no *Catálogo do Museu*, Dalila Rodrigues atenta sobretudo na figura do doador e no grande desequilíbrio que a sua representação traz à pintura. Com efeito, a ilustre autora começa por dizer que “o pintor representa, num modelo figurativo que pouco foge ao habitual, não fosse a presença do doador à direita, a cena do *Pentecostes*”²²². A historiadora considera que a representação do doador traz à pintura um elemento muito dissonante: “a perda de equilíbrio e de ritmo compositivo decorre sobretudo da estranha presença, em termos formais, da figura da direita, identificada com o licenciado Baltazar Vieira de Carvalho”²²³. Estas considerações são depois desenvolvidas por Dalila Rodrigues, quando diz que

²²¹ Ficha N.º 11 in AA.VV., *A Coleção de Pintura do Museu de Alberto Sampaio – Séculos XVI-XVIII*, Instituto Português de Museus, Lisboa, 1996, p. 80.

²²² Dalila Rodrigues in AA.VV., *A Coleção de Pintura do Museu de Alberto Sampaio...*, p. 80.

²²³ Id., *Ibidem*, p. 80.

“à superfície visível a presença desta figura causa uma certa estranheza, seja pelo modo como se sobrepõe à figura de S. Pedro, seja pela simplificação pictural, a originar notórias deformações anatómicas, ou ainda pelo desequilíbrio cromático, em virtude da figura se apresentar trajada com o hábito de cavaleiro da cruz de Cristo”²²⁴.

Valendo esta pintura pela sua efectiva qualidade pictórica, o nosso entendimento do seu significado e o do seu grande valor histórico passa pela discussão do seu tema, pela figuração e pela identificação do seu pretenso doador. Dalila Rodrigues retoma e aceita a proposta tradicional, que o identifica como sendo o Dr. Baltazar Vieira de Carvalho e faz-se eco, embora com muitas e legítimas reservas, de uma velha tese defendida por eruditos locais segundo a qual “além do Dr. Baltazar Vieira de Carvalho, que figura como doador, são ainda identificáveis na obra as suas duas irmãs, Camila Vieira e Brites Lopes de Carvalho, que figuram com uma aparência jovem junto à Virgem”²²⁵. Independentemente da discutível identificação dos modelos das duas figuras femininas, Dalila Rodrigues considera, apoiada em bons argumentos, que “se foi efectivamente o Dr. Baltazar a encomendar o *Pentecostes* ignora-se, mas não há dúvida que existe uma relação efectiva entre esta personagem, a localização original da pintura, e o tema inovado”²²⁶.

O tema da pintura é a distribuição e partilha dos dons do Espírito Santo pelos apóstolos, que celebramos na festa do Pentecostes. A devoção do Dr. Baltazar Vieira de Carvalho pelo Espírito Santo confirma-se – e, por via dela, a sua ligação a este retábulo – pois, seguindo mais uma vez Dalila Rodrigues, no seu testamento (datado de 30 de Janeiro de 1578), este vincula “a sua Quinta da Torre, instituindo-a **cabeça do morgadio do Espírito Santo, com obrigação de duas missas por semana na Casa da Câmara, em dias**

²²⁴ Id., *Ibidem*, p. 80.

²²⁵ Id., *Ibidem*, p. 82.

²²⁶ Id., *Ibidem*, p. 82.

O quadro figura na capa de um excelente álbum infanto-juvenil dedicado justamente ao Museu de Guimarães: ver Rosa Maria Saavedra (texto) e Vasco Carneiro (ilustrações), *Museu de Alberto Sampaio – O Berto descobre o Museu*, Edição Instituto Português de Museus, Lisboa, 2006. A figuração do doador é, porém, substituída, de uma forma muito engenhosa e engraçada, pela do jovem Beto, o herói do guião do Museu, enquanto pré-adolescente de calções e sacola, devidamente ajoelhado e recolhido, assim replicando a figura do Dr. Baltazar Vieira de Carvalho. Na parte do guião do Museu relativa à “Sala das pinturas e esculturas” é dado o maior destaque ao quadro: o guia imaginário, o Sr. Adão, “aproximou-se de um quadro com muitas personagens e disse-lhe:

- Todos os quadros têm segredos. Este também tem... Quem o mandou pintar foi um juiz muito rico e piedoso que viveu no século XVI, chamado Baltazar Vieira de Carvalho. Escolheu um tema religioso, o ‘Pentecostes’, que significa a descida do Espírito Santo sobre a Virgem e os Apóstolos. O segredo está em que o Doutor Baltazar, o mecenas, ficou representado no quadro e aparece ao lado dos Apóstolos.

- Os doadores ou mecenas gostavam que os seus rostos passassem à posteridade e nós hoje descobrimos, graças a eles, o aspecto de personagens de outras épocas. O Dr. Baltazar está de joelhos, mãos postas em oração e tem uma veste com a cruz de Cristo”.

Num “balão”, o jovem exclama: “quando for grande e rico vou ser um mecenas como o Doutor Baltazar Vieira de Carvalho!!!”.

de vereação”²²⁷. Em 1726 mantinha-se esta piedosa obrigação, pois “dentro da mesma Casa está hua Capella, em que se dis missa antes de entrar a Vereação, que he do Morgado Gaspar Leite, do Cano”²²⁸.

É do maior significado o tema da pintura outrora patente no nicho que sobrevive na que há-de ter sido a primitiva audiência ou mesmo a primitiva câmara das vereações. A pintura representa o *Pentecostes*, isto é, a distribuição das graças ou *dons do Espírito Santo*²²⁹, certamente invocados sempre que havia que tomar decisões camarárias importantes e provavelmente quando havia que fazer julgamentos particularmente difíceis. Com efeito, a *Sabedoria*, a *Inteligência* e o bom *Conselho* (bem como os demais *dons*) esperavam-se dos agentes do poder concelhio, juizes, vereadores e demais oficiais camarários – e esperavam-se também de agentes régios, a começar pelos próprios Corregedores da importante Comarca de Guimarães, que actuavam naquele e a partir daquele mesmo edifício. Dada a sua localização primitiva, esta invocação explícita dos dons do Espírito Santo filia esta pintura na velha temática do *bom governo da cidade* que, como atrás vimos, desde a Idade Média comprovada e tradicionalmente decorava velhas casas do concelho e em particular as respectivas câmaras de vereações e salas de audiência.

Pensamos que o encomendante ou doador da pintura deve ter sido um indivíduo importante, natural da vila ou activo nela enquanto Juiz de Fora ou Corregedor da Comarca de Guimarães²³⁰. Por isso, a sua identidade e o verdadeiro estatuto com que é figurado na

²²⁷ AA.VV., *A Colecção de Pintura do Museu de Alberto Sampaio – Séculos XVI-XVIII*, Instituto Português de Museus, Lisboa, 1996, p. 82. No mesmo Testamento alude-se ainda “a uma certa quantidade de prata para fazer «um corpo do Martir Santo Sebastião dourado pelas partes que parecer necessário e do tamanho que se possa levar na procissão que se faz ao redor de Guimarães no dia do mesmo Santo”, Dalila Rodrigues in *Ibidem*, p. 82.

²²⁸ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, p. 100.

²²⁹ Os sete *dons* do Espírito Santo são: Sabedoria, Inteligência, Conselho, Fortaleza, Ciência, Piedade e Temor de Deus. Diga-se que os *frutos* do Espírito Santo são doze: “Caridade, Alegria, Paz, Paciência, Longanimidade, Bondade, Benignidade, Mansidão, Fidelidade, Modéstia, Continência e Castidade”.

Note-se que na Missa de Domingo de Pentecostes se recita a “Sequência” “**Vinde, Espírito Santo, / E enviai do céu / Um raio da Vossa Luz / [...] / Dai aos Vossos fiéis, / Em Vós confiados, / Os sete dons sagrados. / E a glória dos fortes, / E o céu, após a morte, / E a felicidade sem fim. / Amen. Aleluia!**”, *Missal Romano com o Próprio de todas as Dioceses de Portugal*, Edição de Monsenhor J. Silva Saraiva, Edições Lux, Gouveia, 1959, 2.ª Edição, p. 517.

Paralela a esta “Sequência” é a famosa “Invocação do Espírito Santo”, mais conhecida pelas suas primeiras palavras “Véni, Criador”: “Vinde, Espírito criador, visitai as almas daqueles que são Vossos; enchei de graça celeste os corações que criastes! / [...] / **Vós que sois o Dedo da Direita do Pai, dai-nos os sete dons; Vós que usufruindo a promessa do Pai destes abundância de palavras. / Acendei a luz nas nossas almas; infundi o amor nos corações e amparai sempre com a Vossa força a fraqueza do nosso corpo [...]**”, *Missal Romano com o Próprio...*, p. 1438.

²³⁰ O pretensu doador da pintura podia mesmo ser o Desembargador do Tribunal da Relação, de que Guimarães dispunha pois, segundo o testemunho de Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, “regia-çe naquelle seculo [XVI?] Guimarães como por Corte por Tribunaes, tendo Relação e Casa do Concelho [...], onde assistia o Juis particular que deferia as Causas Ordinarias; e na Prassa estaua a **Casa da Relação, sobre arcos, onde se**

pintura – doador ou não – é tão importante como o tema da própria pintura. Figura grada da vila e sua região, tudo indica que, num gesto sincero de grande devoção e generosidade, tenha criado este oratório, que muito provavelmente pagou do seu bolso, para que na casa da câmara de Guimarães – a sua terra natal ou a terra que, por motivos profissionais, passou a ter como sua – se pudessem celebrar missas e outros actos litúrgicos adequados. Fosse qual fosse a natureza destes, seriam sempre dominados pela figuração da partilha dos dons do Espírito Santo – inerentes ao culto do Pentecostes, representado no retábulo do pequeno oratório da casa da câmara.

Como Dalila Rodrigues notou, a figuração do Dr. Baltazar Vieira de Carvalho na pintura do *Pentecostes* traz um elemento de dissonância e mesmo de desarmonia ao conjunto. Com efeito, enquanto doador, encomendante ou grande *benemérito*, a figuração do Dr. Baltazar Vieira de Carvalho demarca-se nitidamente do resto do conjunto pela composição, pelo desenho e pelas suas características pictóricas. Porém, ao contrário de Dalila Rodrigues, pensamos que a pintura tal como chegou até nós é *obra a duas mãos e a dois tempos*. Num primeiro momento, algures nos meados do século XVI, um pintor notável pintou muito competentemente uma equilibradíssima e muito requintada figuração do Pentecostes que, do que vamos sabendo da pintura quinhentista portuguesa, ombreia plenamente com a elevada qualidade média da produção pictórica da época²³¹. Passados poucos ou provavelmente muitos anos, um outro pintor, muito menos dotado, acrescentou a figura do Dr. Baltazar Vieira de Carvalho, sobrepondo-a como pôde à pintura inicial, provocando uma evidente dissonância compositiva e pictórica na pintura, só compreensível se se pensar num *enxerto posterior, aposto à pintura original* e imposto pelo próprio ou, como pensamos, *imposto e encomendado por outros*. Com efeito, a partir da análise de uma simples reprodução da pintura, pensamos poder deduzir que a figuração do Dr. Baltazar Vieira de Carvalho é nitidamente *obra de outra mão*, muito menos dotada e treinada, a ter em conta a implantação defeituosa da figura, a quebra de escala face às demais, a “moleza” do seu desenho geral, a medíocre realização pictórica do hábito (a léguas da sofisticação dos panejamentos que cobrem as demais figuras) e, enfim, a empobrecida paleta cromática, muito distinta da usada na notável figuração das restantes figuras. Pense-se apenas na diferença das carnações do rosto e mãos do chamado doador face à das dos demais

expedição as Causas Maiores e as Appellações”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Ob. Cit.*, Vol. I, p. 98, 99.

²³¹ Não sendo este o lugar para a discussão da autoria deste extraordinário *Pentecostes*, devemos dizer, porém, que – e mais uma vez ao contrário de Dalila Rodrigues – pensamos que a pintura, de autor não identificado, transcende em muito o regionalismo para que a autora remete o seu desconhecido autor, “sediado em Guimarães, produzindo para uma clientela local”, Dalila Rodrigues, *Ob. Cit.*, p. 82.

figurantes, nomeadamente à dos que lhe estão mais próximos, para se deduzirem, à vista desarmada, sensíveis diferenças cromáticas. Estas, bem como as diferenças de desenho e de recursos técnicos do pintor do chamado doador, traduzem uma evidente recessão de gosto da parte de encomendantes e espectadores comuns e remetem-nos, agora sim, para um ambiente artístico local subitamente empobrecido.

Merece discussão o estatuto com que o Dr. Baltazar Vieira de Carvalho aparece na pintura. Pensamos que ele é figurado não como doador nem como encomendante da pintura mas como *benemérito* do Povo de Guimarães, do seu Concelho e até da sua Comarca. Aquela figuração, muito provavelmente *póstuma*, como procurámos mostrar, seria assim uma homenagem ao Dr. Baltazar tanto pelas doações comprovadamente feitas à Câmara como pelos serviços prestados ao Concelho e à própria Comarca, instituições que, provavelmente logo depois da sua morte, resolveram retribuir todos aqueles serviços com a sua figuração no painel principal do retábulo que ele próprio teria oferecido, provavelmente muito antes, para o oratório da casa da câmara daquela então opulenta vila minhota.

Pensamos, enfim, que a pintura do *Pentecostes* está incompleta, pois, dada a sua evidente monumentalidade (altura 1,270^m), ela seria a tábuia mais importante de um retábulo que naturalmente incluiria uma predela e a competente banquetta de altar. Dada a natureza da *câmara* ou *sala* onde se localizava – a própria câmara de vereações ou a sala de audiências! – tudo indica que o conjunto incluísse uma predela e sobretudo *dois volantes* de protecção do conjunto votivo, devidamente decorados e pintados na sua face interior de acordo com um programa iconográfico que nos escapa. Estes volantes estariam normalmente fechados, só se abrindo para a realização dos actos religiosos prescritos pelo costume local e os encomendados no testamento do Dr. Baltazar. Seja, porém, como for, o nicho que abrigava a pintura do Pentecostes integrava um *altar*, provavelmente de madeira, cuja largura não deveria ultrapassar a da pintura e cuja estrutura poderia servir de arcaz para guarda de paramentos e alfaias religiosas.

Embora raros, chegaram-nos notícias de mais capelas e oratórios existentes em outras casas da câmara, destinados ao serviço religioso privativo dos agentes do poder concelhio, como os de Viana de Foz do Lima, Évora ou Santarém. Com efeito, a câmara das vereações de Viana dispunha de um oratório já no século XVI:

“numa das paredes da sala residia um retábulo, que representava a cena da crucifixão. Foi pintado em 1610 pelo artista de Abrantes de nome Fortunato de Andrade. Serviu de modelo igual pintura existente em São Domingos. A moldura era dourada. Custou 25.000 rs. Foi adquirido «por **ser obra muito necessaria para ornato da camara e veneração da ditta imagem**». Foi diante deste quadro que, por ocasião das sublevações de 1636, surgidas devido ao lançamento do imposto do Real d'Água e do aumento da quarta parte no cabeção das sisas, a multidão rezou, «e **pondo sse todos de**

joelhos os que estavam dentro da caza da Camara diante de hum Christo Crucificado pedindo misericórdia»²³².

Em 1615 a casa da câmara de Évora dispunha também de um oratório no seu piso nobre, que fora adaptado na “casa do Cartório” contígua à câmara das vereações: “esta casa do Cartório a divide uma parede (...) que se separou para **uma Capelinha que tem à entrada...**”²³³. Pelo menos na primeira metade do século XVIII, também as “casas do Senado da Câmara” de Santarém dispunham, “no último andar de cima” – o seu terceiro piso, o da câmara das vereações – de “três fermosas casas [divisões]: na segunda está a mesa dos Senadores e aí tem **uma bem armada Capela de Nossa Senhora, onde se diz Missa todos os dias em que há despacho**”²³⁴. Também a câmara das vereações da casa da câmara pombalina de Lisboa dispunha de um oratório, perdido no incêndio de 1863, quando “arderam os retratos de pessoas reais que ornavam a sala das sessões da câmara, bem como o **painel de Nossa Senhora da Conceição, que estava no topo da sala, e era obra do insigne Pedro Alexandrino Coelho**”²³⁵. A casa da câmara tardo-setecentista do Porto também dispunha de capela (cuja invocação ignoramos) no seu piso nobre, já existente no edifício primitivo comprado pela câmara ou construída e adaptada por esta, como atrás vimos²³⁶. Enfim um último oratório afecto a uma histórica casa da câmara deve ser referido: o que, construído em época que ignoramos, existia no alpendre do paço da Audiência medieval de Estremoz:

“o tramo fundeiro [da galeria interior da ‘galilé de arcada ogival’], carregado de alvenaria na altura da construção da torre do Relógio, esteve durante séculos composto por **nicho de exposição de interessante CALVÁRIO**, policromado, gótico, aparentemente aproveitado de um capitel do edifício”²³⁷.

²³² Manuel António Fernandes Moreira, *O Município e os Forais...*, pp. 101, 102.

²³³ Publicado por Teresa Fonseca em “O Senado Camarário Eborense: sua Caracterização”, in Teresa Fonseca, *Absolutismo e Municipalismo...*, p. 137.

²³⁴ Padre Inácio da Piedade de Vasconcelos, *História de Santarém...*, transcrito in *Da Vila de Ontem à Cidade de Hoje*, Catálogo da exposição no Museu Distrital de Santarém, de 13 a 29 de Janeiro de 1979, Policopiado (peça 79).

²³⁵ Ribeiro Guimarães, “Os Paços da Câmara da Cidade de Lisboa”, in *Summario de Varia Historia...*, p. 138.

²³⁶ *Ofício*, já atrás referido, da Câmara do Porto ao Governador das Justiças da Relação e Casa da Porto, expondo os sete motivos pelos quais não se pode instalar nos respectivos Paços do Concelho o Depósito Público daquela cidade; Porto, 15-6-1822, in IAN – TT – Ministério do Reino - Consultas de Diferentes Repartições - Junta do Depósito Público; Maço 360, Caixa 481.

²³⁷ Túlio Espanca, “Antigos Paços do Concelho”, in “Estremoz”: *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora – Concelhos de Arraiolos...*, Vol. I, p.101.

14.2.3 – Oratório da missa dos presos

Algumas Câmaras, sempre em número muito reduzido, entendiam dever providenciar serviço religioso aos presos das cadeias concelhias. Assim, no orçamento da Câmara de Setúbal datado de 17 de Agosto de 1772 consta a verba dispendida anualmente com a “Cadea, quando vay o Senhor aos prezos”²³⁸.

Diga-se, em aparte, que as cadeias estatais portuguesas dispunham de oratórios, dentro ou defronte do complexo carcerário. Assim, Eduardo Freire de Oliveira refere a capela defronte da cadeia do Limoeiro, onde se dizia a missa dos condenados²³⁹. Por outro lado, numa data tão tardia como 1803 e relativamente à pombalina Cadeia da Relação do Porto, sabemos que “he o costume, como a V. A. R. he constante, que os sentenciados comunguem, hindo o Senhor da Freguesia ao Oratorio da Cadêa”²⁴⁰. Sabemos ainda que certa sala da Relação do Porto dispunha de um “Oratório, com uma perfeita imagem da Senhora da Conceição, e no qual se diz missa em todos os dias de Relação, para os desembargadores a ouvirem antes que entrem ao despacho”²⁴¹.

Em Portugal, sabemos que alguns dos poucos oratórios e capelas existentes nas antigas casas da câmara podiam estar não apenas ao serviço das autoridades mas também ao das necessidades espirituais e religiosas dos presos detidos nas cadeias concelhias contíguas. Esta prática, que também foi levada pelos portugueses para o Brasil²⁴², verificava-se um

²³⁸ Plano orçamental da Câmara de Setúbal, referido na vereação extraordinária da Câmara; Setúbal, 17-8-1772, in Ministério do Reino - Informações das Câmaras do Reino, Maço 987; Caixa 1106/1514.

²³⁹ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. VIII, p. 193, Nota.

²⁴⁰ Pedro de Mello Breyner (Governador das Justiças da Relação e Casa do Porto), “Memoria sobre a Carta Regia de 21 de Janeiro de 1803” in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Ministros Territoriais e Câmaras da Província da Beira; Maço 355; Caixa 474.

Esta prática verificava-se também nas casas do concelho estrangeiras e respectivas cadeias. Assim, na cadeia comunal de Siena, contígua ao famoso “Palazzo Publico” local, sabemos que “junto das enxovias (“segrete”), se encontrava uma pequena capela para os condenados à morte”: Aldo Cairola, “L’Architecture”, in Aldo Cairola e Enzo Carli, *Le “Palazzo Publico” de Sienne*, Editalia – Roma, 1965, p. 41. Por sua vez, o conde Lichnovsky, preso na cadeia de Barcelona, acusado de espionagem ou de agitação revolucionária descreve a capela daquela cadeia, provavelmente estatal: “no Domingo, às seis horas da manhã, disse-se missa: no meio do terraço havia uma **capela envidraçada por todos os lados e disposta de modo que do pátio e de todas as prisões podia ser visto o padre**; os criminosos comuns ajoelhavam no pátio em duas compridas fileiras, os distintos e os perigosos, bem como as mulheres, que habitavam um corpo especial do edifício, ouviam a missa das suas janelas; o som agudo de uma sineta dava o sinal: é um momento solene e melancólico aquele em que o padre, da elevada posição em que se acha, e no meio de um silêncio profundo, abençoa essa multidão de presos, alguns dos quais ouvem missa pela última vez”, Felix Lichnovsky, *Portugal – Recordações do Ano de 1842*, Frenesi, Lisboa, 2005.

²⁴¹ Para a sua localização ver o “Plano que mostra a ordem com que os desembargadores da cidade do Porto despacham em Relação”, in Padre Agostinho Rebelo da Costa, *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto* [1788], 3.ª Edição, Editora Frenesi, Lisboa, 2001, p. 142.

²⁴² Referente ao Brasil, e à cadeia da casa da câmara de Salvador da Baía, Carlos Ott informa-nos que o “pedreiro Manoel Pontes **construiu a Capela dos presos no pátio da Prefeitura**, cujas portas foram colocadas pelo serralheiro Manoel Pereira de Carvalho”, Carlos Ott, *A Casa da Câmara da Cidade do*

pouco por todo o lado. Assim, no *Contrato* de arrematação das obras da casa da câmara de Abrantes, parcialmente reconstruída em 1715, determinava-se que o arrematante “ultimamente será obrigado a **fazer hum oratorio para nelle se dizer missa aos presos** o qual se fará na parte que for mais conviniente para a segurança dos presos sendo toda a obra feita conforme a planta detriminada debaxo dos apontamentos declarados”²⁴³. Também a casa da câmara pombalina do Redondo dispunha de um oratório para a missa dos presos, instalado numa das faces da antigamente chamada “Sala livre” do piso nobre do edifício, assim descrita por Túlio Espanca:

“é construída em planta quadrangular, de alta abóbada e alçados caiados de branco, tendo, sensivelmente no eixo do ocidente, **o altar próprio da capela destinada ao culto dos presos do tronco municipal, metido em arco pleno, apilastrado, enobrecido pelo escudo régio e grande moldura recortada, de mármore negro**, lavrada (...) em Dezembro de 1758. **Nela se expõe a pintura de óleo sobre tela, da Virgem Nossa Senhora**, obra de fraco nível artístico e de mão desconhecida, que esteve longos anos oculta e se redescobriu na década de 1950. Sobranceiras ficam as **frestas, outrora gradeadas, dos presos dos dois sexos, que nos domingos e dias festivos, se deslocavam aqui para assistência do serviço divino**”²⁴⁴.

Outro excelente exemplo de oratório para a missa dos presos era proporcionado pelo da casa da câmara da Horta, localizado no piso nobre o edifício, de há muito demolido. Sendo provavelmente muito pequeno, é conhecido o *Auto* de “**Benção do oratorio dos presos**” desta cadeia, benzido em 1798 pelo Dr. Francisco Ignacio Xavier Withon, “vigario proprio da matriz do Santissimo Salvador desta villa da Horta da ilha do Fayal”:

“faço saber que por virtude d’uma Comissão do Ex.mo e R.mo Senr. Bispo passada a favor do magistrado da camara desta dita villa da Horta, vesitei **o Oratorio** constante na mesma comissão **erecto nas casas da mesma camara, e por o achar situado em lugar decente, ornado e paramentado decentemente para nelle se celebrar o sacrosanto sacrificio da missa** como consta do auto da sua aprovação, que fica junto a sua comissão, o aprovei e concedo licença para que no mesmo oratorio se celebre o sacrossanto sacrificio da missa, visto a faculdade que me concede o Ex.mo e R.mo Snr. Bispo na sua comissão passada nesta villa da Horta sob meu signal, sello chancelleria, e resisto aos 22 de maio, de 1798”²⁴⁵.

Salvador, Publicação da Universidade Federal da Baía, Baía, 1981, p. 10. Informa-nos ainda que a 25 de Fevereiro de 1683, o Senado da Câmara pagou 100\$000 “ao mestre pedreiro Manoel de Pontes pela obra de cantaria e telhado que fez na **capela que se fez no pateo da Casa da Câmara para se dizer missa aos presos da Cadeia**”, Carlos Ott, *A Casa da Câmara...*, p. 25. O mesmo autor refere também que “em 1816 o pintor Alexandre de Souza Ribeiro **pintou o Oratório de Santo António, da cadeia, existente no pátio, e encarnou a imagem do dito Santo**”, Id., *Ibidem*, p. 12.

²⁴³ *Contrato de arrematação* das obras da casa da câmara de Abrantes celebrado com o mestre pedreiro Manoel Luiz da Silva, em 25-9-1715, publicado por Eduardo Campos, “Nota sobre a casa da Câmara”, in Manuel António Morato e João Valentim da Fonseca Mota, *Ob. Cit.*, pp. 147, 149.

²⁴⁴ Túlio Espanca, “Concelho de Redondo”, in *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora...*, Vol. II, p. 294.

²⁴⁵ Documento publicado por António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, Reimpressão fac-similada da edição de 1871, Região Autónoma dos Açores, Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1981, 1.º Vol., pp.s 533, 534, de onde foi transcrito e republicado pelo A. in “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida...*, Vol. XLIX, pp. 123-152.

Sempre nos Açores, também a péssima cadeia de Ponta Delgada dispunha de um oratório ou capela. Com efeito, dada a superlotação da cadeia, o Presidente da Relação dos Açores anuía, em 1841, em “permitir que a **casa destinada ao serviço Divino sirva também de prisão**, aonde, bem como nos outros lugares, se recolhem sem distinção de idade e crime”²⁴⁶. Por sua vez, em 1847, a nova cadeia de Angra do Heroísmo, adaptada no Convento das Capuchas, dispunha de uma “excelente Capela ali fabricada [que] **permite a todos os presos o assistirem ao acto da Missa** nos Domingos e Dias Santos”²⁴⁷. Anos depois, em 1867, o concelho de Montemor-o-velho dispunha, entre muitos outros equipamentos concelhios, de uma “cadeia com capela, para os presos ouvirem Missa”²⁴⁸.

14.2.4 – Capela da missa dos presos

Como sabemos, a esmagadora maioria das câmaras não providenciava qualquer tipo de apoio religioso aos presos e a generalidade das casas da câmara não dispunha de oratórios privativos para aquele apoio. Assim, o serviço religioso aos presos das cadeias concelhias era assegurado pela piedade dos fiéis, individualmente ou organizados em confrarias e irmandades locais como as Misericórdias. Por isso, implantado o Liberalismo, logo em 1834 vemos o próprio Joaquim António d’Aguiar, enquanto Ministro Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, a questionar a “Comissão encarregada do melhoramento das Cadeias da Capital”, sobre se “ela deve pagar as Missas que se dizem aos presos das

²⁴⁶ “Cópia de alguns parágrafos da conta do Presidente da Relação dos Açores” remetidos em *Ofício* do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça ao Ministro dos Negócios do Reino, “sobre o mau estado da Cadeia de Ponta Delgada”; cópia de Lisboa, 9-9-1841, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Cadeias; Maço 1992/P.

²⁴⁷ *Ofício* do Governador Civil de Angra do Heroísmo para o Ministro do Reino, louvando as obras feitas no extinto Convento das Capuchas, para se mudar para lá a cadeia Civil daquela Cidade e propondo um louvor público à Câmara de Angra por ter feito aquelas obras tão necessárias e tão bem feitas; Angra do Heroísmo, 26-2-1847, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – 3.^a Direcção – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida; Maço 3341 (1847) (Livro 5; Proc. N.º 173); (Apêndice Documental; Doc. N.º 49).

²⁴⁸ Carta do Vice-Presidente da Câmara de Montemor-o-velho ao Administrador do respectivo Concelho, relativo à conservação e ampliação do mesmo Concelho, Montemor-o-velho, 10-8-1867, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Negócios diversos relativos à divisão territorial [ano de 1867] – Maço 3150 (Macete Distrito de Coimbra).

Nos fins do século XIX – e relativamente à cadeia civil da comarca do Funchal” – temos referência “ao padre que ali celebra missa”: *Ofício* da Delegação da Procuradoria Régia da Comarca do Funchal ao Conselheiro Director dos Negócios do Reino; Funchal, 28-4-1893, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Direcção-Geral da Administração Política e Civil / 2.^a Repartição – Correspondência Recebida (Livro 51, ano de 1893) Maço 2712; Proc.º 474; 599.

diferentes prisões ou se este encargo deve correr por conta da Santa Casa da Misericórdia”²⁴⁹.

Normalmente para a missa dos presos os encomendantes – autoridades, confrarias ou particulares – serviam-se de capelas já existentes, disponibilizadas para a celebração das missas dos presos. Assim, em Torres Vedras, “os presos costumavam ouvir missa numa capela pertencente à Misericórdia e que existia em um prédio fronteiro do mesmo largo [da casa da câmara e cadeia, localizada na parte poente do edifício], servindo ao mesmo tempo de Passo [da Via Sacra]”²⁵⁰. O mesmo se passava em Ovar, onde a Capela dos Passos da Madalena servia simultaneamente de capela dos presos da cadeia concelhia, instalada no piso térreo da casa da câmara, localizada mesmo em frente²⁵¹. Em Tavira “a antiga Cadeia Civil”, que remontava à Época Manuelina, localizava-se “defronte da Capela de Nossa Senhora da Consolação”²⁵². Tudo indica que esta servisse para lá se rezarem as missas dos presos. Quanto a Sintra, conhece-se a referência à “ermida da **Senhora dos Desamparados**, que existiu encostada à face exterior da parede da ábside da Igreja de S. Martinho e que foi demolida no dito ano [de 1867]” e que, pela sua invocação, deve ter desempenhado também as funções de capela para dizer missa para os presos da cadeia quase fronteira.

Outras vezes improvisavam-se ou construíam-se de raiz capelas reservadas à celebração da missa dos presos, que se localizavam na frente das cadeias concelhias locais, por particulares ou, muito excepcionalmente, pelas autoridades. Assim, escrevendo em 1726, o Corregedor de Guimarães Francisco Xavier da Serra Craesbeeck informa-nos que “no sobredito lugar de Villa Pouca [de Aguiar] (como cabeça do concelho) está a caza da Audiencia e da camara [...]. De fronte da caza da camara e audiencia fica a cadeia, sufficiente para o citio [...] e **brevemente terão os presos capella fronteira, para ouvirem missa nos dias feriados**”²⁵³. Por sua vez, em Trancoso, nos fins da primeira metade do século XVIII, adaptava-se uma capela para a missa dos presos na fachada posterior da igreja medieval de S. Pedro [Fig.^a 917], então em vias de

²⁴⁹ *Ofício* de Joaquim António d’Aguiar, Ministro Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, a Bento Pereira do Carmo referindo a questão levantada pela Comissão do Melhoramento das Cadeias sobre se é aquela Comissão ou a Misericórdia que deverão pagar as Missas que se dizem aos presos das diferentes prisões; Lisboa, 29-7-1834, in IAN-TT – Ministério do Reino – Negócios Diversos, Maço 1911, Caixa b (Apêndice Documental: Doc. N.º 50).

²⁵⁰ Júlio Vieira, *Ob. Cit.*, p. 100.

²⁵¹ Para a casa da câmara de Ovar ver, do A., “A antiga casa da câmara de Ovar”; *Dunas...*; pp. 53-66.

²⁵² Daniel Santana in AAVV, *Tavira, Território e Poder*, Catálogo da Exposição, Câmara Municipal de Tavira, Museu Nacional de Arqueologia, 2003, p. 326.

²⁵³ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. II, pp. 320, 321.

reconstrução integral. Como a cabeceira da igreja se localiza face à fachada principal da antiga casa da câmara daquela vila beirã, foi fácil a adaptação:

“e porquanto esta Igreja [Matriz da freguesia de S. Pedro da Vila de Trancoso] se anda fazendo de novo por ordem e despeza da Confraria do Senhor, para a qual tem concorrido o Commendador actual, se acha a Capella mor feita de novo, com abobeda de pedra, e com a Sancristia para a parte do Sul **com huma capelinha piquena junto a ella para os prezos ouvirem missa** e da parte do norte tem outra Capella junto a Capella mor, com a porta e tribuna para ella que se fez para o uzo e Serviço da Confraria do Senhor”²⁵⁴.

Sabemos também que entre os “imóveis da responsabilidade da Vereação” da Câmara de Aveiro, nos fins do século XVIII estavam, entre outros, a “**capela de Santo António dos Presos**”²⁵⁵. Com efeito, a antiga casa da câmara de Aveiro, que detinha a cadeia concelhia local, emparelhava com a Igreja de S. Miguel, localizada na sua frente, e este conjunto arquitectónico “articulava-se com a capela de Santo António dos Presos, acerca da qual poucos dados encontramos, mas que deveria ser a serventia para os presos da antiga Cadeia, no adro de S. Miguel” [Fig.^a 918]²⁵⁶. Note-se que a “**capela de S.to António para os presos ouvirem missa**” (N.º 7 da planta) ficava mesmo face à cadeia do piso térreo da casa da câmara (N.º 6), encostada ao “paredão de dois metros de altura” que delimitava o adro (N.º8) da igreja de S. Miguel, localizada no seu centro (N.º 12). Em época indeterminada do Antigo Regime, sabemos que dentro da torre de menagem do castelo de Lamego, que serviu de cadeia até meados do século XX, “estava huma capella de Santa Barbora, que por mal tratada se mandou fazer outra fora do muro do Castello, **pera os prezos ouvirem Missa**”²⁵⁷. É esta segunda capela que é referida nas *Memórias Paroquiais*: “**de frente das grades do castello**, em que recolhem os presos de secular, **está huma Ermida de Santa Bárbara, aonde se vai dizer Missa todos os Domingos e dias Santos, por ordem da Camara** desta cidade, que he a que paga ao Capelão”²⁵⁸. Enfim, também a cadeia do extinto concelho de Pereira Jusã (Ovar) dispunha de uma capela fronteira à cadeia do piso térreo da câmara. Das suas janelas os presos assistiam às missas rezadas na pequenina capela localizada na sua frente [Fig.^a 919].

²⁵⁴ “Medição do Adro e Igreja de São Pedro Matris desta Commenda”, nos “Autos do Tombo da Commenda de São Pedro da villa de Trancozo da Ordem de Christo de que he Commendador Fernando Joze da Gama Lobo” [f. 4 e seg.s], in Tombo da Comenda de S. Pedro da Vila de Trancoso, Trancoso, 1743-49: IAN-TT, *Mesa da Consciência e Ordens* – Tombo das Comendas – TC 531.

²⁵⁵ Inês Amorim, “A construção da Câmara de Aveiro nos finais do Séc. XVIII: 1790/94 (?) – 1797/99 I”, *Boletim Municipal – Cultura e Património*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, Dezembro 1997, p. 112.

²⁵⁶ Id., *Ibidem*, p. 112.

²⁵⁷ Códice 547 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, cit. in F. J. Cordeiro Laranjo, *Cidade de Lamego – Castelo*, Ed. Câmara Municipal de Lamego, Lamego, 1994, pp. 47, 48.

²⁵⁸ Cit. in F. J. Cordeiro Laranjo, *Ibidem*, p. 48.

Tudo indica que a preocupação com a construção ou adaptação de capelas e oratórios para a missa dos presos se acentue nos fins do Antigo Regime, promovida nomeadamente por Corregedores e Juizes de Fora mais piedosos e sobretudo mais sensíveis aos valores humanitários que se afirmavam no quadro do Iluminismo. Assim, escrevendo em 1789, o Corregedor da Comarca de Moncorvo informa-nos de que “no tempo que fui Juis de Fora desta Villa **estabeleci Missa na Cadeia para ouvirem os presos**, com Rendimento Certo, para hum capellão”²⁵⁹.

Extintos muitos dos velhos concelhos e demolidas muitas casas da câmara e respectivas cadeias, estas capelas tornaram-se inúteis e foram profanadas e sobretudo demolidas. Uma das sobreviventes parece ser a que se conserva na cabeceira da que há-de ter sido a igreja matriz de Portimão. Com efeito, aposta à cabeceira mas na direcção oposta à orientação da igreja, existe uma pequena capela [Fig.^a 920] voltada para a pequena praça fronteira onde se terá localizado outrora a casa da câmara e a respectiva cadeia. A abertura desproporcionadamente grande desta capela, semelhante à de outras capelas comprovadamente afectas ao serviço religioso dos presos de outras cadeias, suscita a hipótese de esta ter outrora servido para lá se rezar a missa dos presos da cadeia que muito provavelmente se localizava na praça fronteira.

Sobrevivem algumas capelas dos presos. Uma das mais bem conservadas é a de Vila do Conde, localizada face à casa da câmara, também no lado oposto da vasta praça. Obra de um devoto local, trata-se de uma típica capelinha tardo-setecentista portuguesa rodeada de um lado do respectivo campanário e do outro de uma pequena casa anexa, para a residência de um ermitão, sacristão ou servidor da capelinha [Fig.^a 921]. O interior, muito pequeno, é dominado por um enorme retábulo, muito tardio e repintado, que ostenta uma figuração do Calvário, numa escala verdadeiramente monumental [Fig.^a 922].

Igualmente relevante é a capela da missa dos presos da vila do Crato, localizada em plena rua principal da vila, mesmo em frente da antiga cadeia concelhia [Fig.^a 923]. Trata-se de uma pequeníssima e muito pouco profunda capela localizada cerca de uma vara acima da cota da rua, onde apenas cabem o padre, o sacristão e um ou dois devotos. A sua marca tipológica essencial é a da generosa abertura para a rua, cujo vão é, no Crato, dividido por uma bela coluna de mármore [Fig.^a 924] e encimado por um frontão de volutas de bom desenho, sendo o conjunto encimado por um airoso frontão triangular de belo efeito.

²⁵⁹ Título “Missa na Cadeya”, no “Provimento de Moncorvo em correição de 1789”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Corregedores, Maço 325.

Muito perto do Crato, em Castelo de Vide sobrevive, muito mutilado, a capela da missa dos presos, localizada face à cadeia [Fig.^a 925]. Profanada e de há muito transformada em fontanário [Fig.^a 926], assinalem-se as suas pequenas dimensões, os bancos de alvenaria apostos às paredes laterais e, mais uma vez, o tamanho monumental da abertura. Esta, provida de dimensões tão vastas, dava aos presos, apinhados nas janelas da cadeia fronteira, uma maior visibilidade dos actos litúrgicos celebrados na capela e facilitava, além disso, uma melhor projecção da voz do sacerdote, permitindo assim que todos os presos acompanhassem os ofícios religiosos.

Um oratório para a missa dos presos em tudo semelhante é o que sobrevive quase intacto em Penedos (Pernambuco) e que, apesar de situado no Brasil, aqui referimos, pois ele nos ajuda a perceber melhor a organização interna destes espaços de devoção. Localizado face ao palácio do Governador, é conhecido localmente como “Oratório da Força” e foi edificado em 1769, “à custa da sua fazenda”, por certo Sargento-mor, como se lê na inscrição existente na fachada [Fig.^a 927]. O oratório, muito pequeno, tem planta sensivelmente quadrada e dispõe de uma abertura tão ampla como a que encontrámos em Castelo de Vide. No interior [Fig.^a 928], o pequeno altar, apoiado numa espécie de balaústre belamente aparelhado, está apoiado à parede fundeira, tudo indicando que o retábulo primitivo fosse pintado, pois restam importantes fragmentos de pintura a fresco na mesma parede. Outro elemento sobrevivente é a teia que protegia o espaço do altar, constituída por modestos balaústres de madeira recortada, que enquadram a cancela de acesso ao altar. Aparentemente profanado, este oratório da missa dos presos é um último e muito remoto testemunho da piedade dos nossos antepassados.

Não sabemos a invocação deste oratório. No entanto, merece discussão a invocação destas capelas e oratórios da missa dos presos. Vimos atrás uma da invocação de Santa Bárbara, face a outras com calvários²⁶⁰. A invocação mais popular em Portugal parece ter sido, porém, a de Santo António ou de Santo António dos Presos. Matéria sobre todas esquivada, chegaram-nos notícias de cultos locais como o do “Senhor da Prisão” [Fig.^a 929],

²⁶⁰ Embora S Leonardo seja o padroeiro dos presos, não consta que em Portugal nenhuma capela ou oratório afecto à missa dos presos tivesse essa invocação. De presença muito rara na arte portuguesa, a partir da tabela da famosa escultura florentina de Andrea della Robbia do Museu Nacional de Arte Antiga, ficamos a saber que S. Leonardo era um monge afecto à corte do Rei Clóvis. Tendo salvado a rainha Clotilde de um parto difícil, recebeu terras para fundar o mosteiro dos frades brancos de Noblac (Limoges), sendo-lhe conferido pelo rei também “a prerrogativa de poder ilibar condenados e libertar presos, passando assim a ser considerado padroeiro dos prisioneiros. Os atributos da imagem evocam essa hagiografia: as vestes brancas de monge, as grillhetas de libertador dos presos e o livro do saber monástico”.

pequena e modesta imagem de roca hoje no Museu Municipal da Póvoa do Varzim²⁶¹, objecto da devoção popular, como o testemunha o ex-voto com o “Milagre que fez o Senhor da Prisão a Joaquim da Costa [...]”, exposto no mesmo Museu.

14.3 – O cartório ou arquivo

Tradicionalmente os documentos e bens móveis mais preciosos dos concelhos guardavam-se em arcas, caixas e armários, por vezes arrumados em cartórios. Assim, em 1726, o Corregedor de Guimarães Francisco Xavier da Serra Craesbeeck diz-nos que na “dita Casa da Rellação [que] serve de Casa da Câmara” **“ha aqui hum almario en que estão as medidas antiguas, a que vem aferir os da Comarca, e no mesmo esta o Cartorio dos pergaminhos”**²⁶². Mais de cem anos depois, ainda em 1834 a Câmara de Belas, no âmbito de um conflito com o Juiz Ordinário daquela vila, exigia a este **“as chaves de um Armário que se acha na dita Casa [da Câmara] servindo de Arquivo aos livros e mais papéis deste Juizo”**²⁶³. Ainda sobre o mesmo assunto, o Secretário da recém-criada Prefeitura da Estremadura informava que a **“A Câmara [de Belas] tem para Arquivo um caixão** podendo deixar o Armário para arquivo do Juiz Ordinário”²⁶⁴. Como sabemos, a guarda e conservação dos documentos e bens do concelho fazia-se em arcas, caixas, caixões e armários, que eram devidamente abertos e fechados com todas as formalidades, sempre de acordo com a legislação respectiva.

Face ao desejo de conservação dos documentos manifestado pelas autoridades, a sua destruição, por extravio ou acidente, era uma ameaça constante. Assim, na casa da câmara

²⁶¹ “Senhor da Prisão”, Museu Municipal da Póvoa do Varzim; Inv.º N.º P-54; P-60. “O Senhor Jesus da Prisão” era o padroeiro do Hospital da Misericórdia de Póvoa de Varzim. Ver Paula Carolina Ramos Dionísio, *A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim...*, p. 214.

Na antiga vila de São Cosmado (Armamar) existe ainda a “Rua do Senhor das Prisões” e sobrevive “o cruzeiro do **Senhor das Prisões**”, “que é um monolito de granito de 1616”, J. Gonçalves Monteiro, *Armamar – Terra e Gente*, Edição da Câmara Municipal de Armamar, Armamar, 1999, p. 200.

²⁶² Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas...*, Vol. I, p. 100.

²⁶³ *Representação* do Juiz Ordinário da Vila de Belas ao Presidente da Relação de Lisboa, expondo que, ao contrário do que se praticava desde tempos imemoriais, a Câmara de Belas tinha proibido as Audiências na Casa da Câmara (que pertence ao Marquês de Belas que sempre a emprestou para esse fim) e que tinha exigido as chaves do armário que servia de arquivo àquele Juízo, Belas, 1-8-1834, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Negócios Diversos, Maço 1911, Caixa b); Doc. N.º 18).

²⁶⁴ *Informação* do Secretário da Prefeitura da Estremadura ao Prefeito da Estremadura relativo à *Representação* do Juiz Ordinário da Vila de Belas, confirmando que as audiências se fazem nas Casas da Câmara desde 1823, o que é vantajoso pois, entre outros motivos, tem uma ligação interior com a cadeia da Vila. Refere-se ainda o arquivo e o selo do Concelho; Belém, 23-8-1834, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Negócios Diversos, Maço 1911, Caixa b) (ver acima Apêndice Documental; Doc. N.º 18).

de Torres Vedras, aquando do “fogo posto por um dos presos da cadeia em 1744 [...] **ardeu parte do cartório da Câmara, perdendo-se os pergaminhos e os mais antigos papéis e livros que ali existiam**”²⁶⁵. Entre os factores de destruição há que contar com os tumultos de cariz mais ou menos revolucionário, sentidos um pouco por toda a parte sobretudo após a implantação do Liberalismo. Assim, “o Arquivo Municipal” do concelho do Vimieiro (Arraiolos), “no edifício [da respectiva casa da câmara] reunido, sofreu descaminho intencional várias vezes, até que se perdeu na quase totalidade em 1846, durante o incêndio provocado pela população nas agitações da *Patuleia*”²⁶⁶. Para a destruição dos arquivos concelhios poderiam também contribuir causas naturais. Assim, o Terramoto da Praia da Vitória de 15 de Junho de 1841 suscitou algumas providências das autoridades relativas à guarda nomeadamente dos Arquivos da Câmara e da Igreja Matriz daquela vila, então severamente destruída. Assim, o Administrador do Distrito de Angra sugeriu que os arquivos fossem para esta cidade, o que suscitou a oposição das autoridades concelhias da Praia, que se manifestaram extremamente ciosas da conservação dos seus arquivos na vila. Assim,

“sendo na Rua do Cruzeiro em casa para isso destinada, se congregaram os Vereadores e Conselheiros abaixo assinados em consequência de um Ofício de Sua Excelência o Senhor Administrador Geral deste Distrito, dirigido a esta Municipalidade em data de hoje, **tendente à segurança dos Cartórios da Câmara e Administração do Concelho, Registo Civil e Eclesiástico [propondo que] sejam remetidos em grau de depósito para a Cidade d’Angra do Heroísmo**, cujo ofício tendo sido presente à mesma Câmara, deliberou o seguinte:

Que sendo a causa da guarda dos indicados Cartórios proveniente dos terramotos, e sendo estes gerais n’esta Ilha, que por isso se ignorava o lugar mais conveniente aonde pudessem ser depositados sem risco, e que posto n’esta Vila tivessem sido mais violentos do que na Cidade d’Angra

²⁶⁵ Júlio Vieira, *Torres Vedras...*, p. 101.

Muito excepcionalmente, a tumultuosa implantação do Liberalismo suscitou por vezes a rasura de autos relativos a aclamações quer do Liberalismo quer do “regresso à ordem absolutista”, quer da Monarquia Constitucional quer do restauro da Monarquia Absolutista, quer de D. João VI enquanto rei absoluto ou constitucional, quer, enfim, dos Infantes D. Pedro ou D. Miguel. Mudada a conjuntura política, as actas respectivas eram apagadas, rasgadas ou rasuradas. A Câmara de Resende chega a propor a destruição do livro respectivo, uma vez recuperadas e trasladadas as actas respeitantes a actos de mera gestão administrativa: “**a Câmara suplica a Vossa Majestade se digne autorizá-la para publicamente e à voz do pregoeiro, mandar queimar um livro que encerra documentos que pela sua infâmia e heresia merecem ser consumidos pelo fogo, extraindo-se previamente dele para outro livro os acórdãos e documentos que a Câmara julgar deverem-se conservar**. Ou que, não se devendo queimar o livro, se arranquem dele as folhas nas quais eles estão escritos, por se queimarem pela sobredita maneira, lavrando-se de tudo um termo no Livro dos Acórdãos”, *Representação* da Câmara de Resende à Rainha, pedindo autorização para queimar o Livro dos Acórdãos daquela vila, onde consta o Auto de Aclamação de D. Miguel; Resende, 15-2-1835, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos das Prefeituras, Maio 1953 – Prefeitura da Beira ALTA. Esta Representação vem acompanhada por, entre outros, o *Ofício* do Sub-Prefeito da Beira Alta ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios do Reino, de Viseu, 16-3-1835, remetendo uma *Representação* da Câmara de Resende, de 6-2-1835, relativa à Veriação desse dia, em que, face ao «auto infame», «exarado no Livro dos Acórdãos», relativo à aclamação local do Rei D. Miguel, celebrado naquela Câmara a 3-5-1828, se acordou unanimemente nomeadamente a proposta de queima do livro de actas respectivo (Apêndice Documental. Doc. N.º 51).

²⁶⁶ Túlío Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora: Concelho de Arraiolos*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1975, Vol. I, p. 51.

do Heroísmo todavia também n'este concelho existem povoações e lugares aonde pouco estrago tinham feito, e que por isso **concordavam unanimemente que eles fossem removidos e guardados n'esta mesma Casa, que actualmente serve das Sessões**, pela razão da mesma não ter sofrido ruína alguma pela sua boa localidade, **sendo metidos em caixas pregadas e acauteladas e guardadas por uma força militar**”²⁶⁷.

Face a esta resposta, o Administrador Geral do Distrito intuiu o valor quase simbólico que as autoridades concelhias da Praia atribuíam aos seus arquivos, que para eles era quase sinónimo de autonomia e de sobrevivência do próprio concelho, então provavelmente ameaçado no âmbito do processo de “arredondamento dos concelhos” levado a cabo pelo Poder Liberal. Por isso, informa que tentou

“fazer recolher aos cofres da Contadoria a prata da Igreja Matriz e em pôr em segurança os diferentes Cartórios públicos. Era meu intento mandá-los recolher à Cidade [de Angra] mas a **Câmara Municipal alguma repugnância mostrou em que se tomasse esta providência, como receando que a remessa dos Cartórios para a cidade importasse o mesmo que a extinção do Concelho e Julgado da Praia**”²⁶⁸.

Tudo indica que preocupações como as das autoridades camarárias da vila da Praia com a conservação dos respectivos arquivos concelhios fossem muito raras. Com efeito, tudo indica que a situação mais comum na generalidade dos concelhos do Reino fosse a da maior precariedade em matéria de conservação dos respectivos documentos, nomeadamente dos mais antigos. Por toda a parte se registava a maior desorganização e mesmo desleixo em relação aos documentos que se foram acumulando ao longo dos séculos pelo que a situação vivida nesta matéria na generalidade dos velhos concelhos portugueses devia ser caótica. Desta desordem dos arquivos concelhios é testemunho o depoimento do Provedor da Comarca de Elvas que em 1782 escreve:

“eu quizera informar a V. Ex.^a com aquelle Methodo *que* V. Ex.^a se digna confiar de mim; mas por ventura o não posso sempre fazer, como dezejo, porque **as couzas que dependem de**

²⁶⁷ *Cópia* da Acta da Vereação da Praia de 21-6-1841, relativa à guarda e conservação do Arquivo Municipal naquela Vila e cópia do officio relativo à guarda e conservação do Arquivo da Igreja Matriz da Praia, Praia, 21-6-1841, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Offícios recebidos do Tesouro Público [Terramoto na Ilha Terceira, 15-6-1841] – Maço 2074. Esta *Cópia* é remetida em anexo ao *Officio* do Administrador Geral de Angra do Heroísmo para o Ministro do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, dando conta dos primeiros socorros prestados às vítimas do terramoto de 15-6-1841 na Praia da Vitória e outras providências relativas à guarda dos Arquivos da Câmara e da Igreja Matriz; Angra do Heroísmo, 30-6-1841.

Em anexo constam ainda as *minutas* de officios da Administração Geral de Angra do Heroísmo aos Administradores dos Concelhos dos Açores, dando conta do Terramoto de 15-6-1841 na Praia da Vitória e pedindo diligência na abertura da subscrição nacional de apoio às vítimas; Angra, 22-6-1841; segue-se minuta de officios de igual teor e do mesmo dia para o Administrador Geral do Distrito da Horta; para os Vice-Cônsules representados nos Açores; para o Embaixador de Portugal em Londres e para o Cônsul Geral da Inglaterra nos Açores; Angra, 22-6-1841 e dias seguintes.

Seguem-se finalmente exemplares de jornais de Angra que descrevem o Terramoto da Praia da Vitória do passado dia 15-6-1841 (Apêndice Documental; Doc. N.º 52).

²⁶⁸ *Officio* do Administrador Geral de Angra do Heroísmo para o Ministro do Reino (?) Rodrigo da Fonseca Magalhães, dando conta dos primeiros socorros prestados às vítimas do terramoto de 15-6-1841 na Praia da Vitória e outras providências relativas à guarda dos Arquivos da Câmara e da Igreja Matriz; Angra do Heroísmo, 30-6-1841, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Offícios recebidos do Tesouro Público [Terramoto na Ilha Terceira, 15-6-1841] – Maço 2074.

memorias antigas, se achão tão mal arecadadas nos confuzos, e indigestos Archivos das Camaras, *que sobre o trabalho das Letras antigas, quaze apagadas, e sem Indeces em grandes volumes; hé digno de Lamentar-se o outro mayor, e irremediavel descuido de se não terem Lançado em Livros couzas importantíssimas*²⁶⁹.

Entrado o Liberalismo, a situação caótica dos arquivos permanecia. Assim, em 1834 o Prefeito Interino da Província de Trás-os-Montes informava, relativamente ao “Livro da Receita e outro de todos os bens pertencentes à Fazenda Nacional”, que deveriam existir nos arquivos dos concelhos daquela Província, que **“tais livros não existem** nem eles se poderão julgar consistir nas **informes colecções que se acham espalhadas por todos os Arquivos das Câmaras**”²⁷⁰. Quanto ao arquivo de Sines, mereceu em 1850 os seguintes comentários de um autor local (já atrás citado):

“a Casa da Câmara [de Sines] é um prédio humilde. Nele há dois compartimentos ou divisões. N’uma está o escritório do Concelho. N’outra o arquivo da Câmara. **O arquivo da Câmara! É uma arca comprida com um espaldar em forma de banco de Igreja ou coisa que o valha!** Aí, 10 livros de sessões que remontam apenas ao ano de 1600, de capa engelhada de pergaminho e escrita intrincada de sulfato de ferro e a carta do foral da Vila, que está bem conservada, foi tudo que vi. A Câmara deve mandar trasladar aqueles livros para letra legível, e ir fomando de espaço com exactidão e sem dispêndio (no que lucrará honra e proveito) um tombo das suas propriedades”²⁷¹.

Como vemos, as preocupações com a desorganização dos arquivos vinham de longe. Assim, o muito escrupuloso Corregedor de Moncorvo, na *correição* que faz em Vila Flor mesmo no fim do século XVIII tece as seguintes considerações relativas ao “Archivo da Camera”, que transcrevemos dada a sua pertinência:

“sendo os Archivos della [da Câmara de Vila Flor] de tanta circunstancia, *que envolve todos os Livros, Pergaminhos, Papeis, e Monumentos intersantíssimos ao Concelho, e ao governo Municipal delle, hé couza Lamentavel ver o mao estado, em que se acha o desta Camera, tendo-se perdido tudo, o que era antigo, e ainda moderno*, por ter havido quasi sempre hum cartorio volante, que tem passado de mão em mão de tantos serventuários, e ainda que o Remedio já não pode empecer o mal passado, **para evitar o futuro provejo, que se observe a Ordenação Lib. 1 no § 23 do Regimento dos Veriadores, e o § 6 do Escrivão da Camera, histo hé que na Caza destinada para a mesma Camera, se faça huma arca ou armario, aonde se Recolha tudo o que possa pertencer ao Referido Archivo, e estará fichada com duas chaves, huma das quais terá o Escrivão da Camara, e outra hum dos Veriadores, e querendo-se tresladar algum papel depois de servir, se recolherá á mesma arca, tudo conforme a Ordenação. E para se saber e Constar os Livros, e Papeis pertencentes à Camara Mando ao Escrivão della [sob] pena de suspensão que requeira logo hum Inventario**, o qual fará hum dos Tabaliaens do Juizo do geral”²⁷².

O consciencioso corregedor de Vila Flor determina ainda que

²⁶⁹ *Representação* do Provedor da Comarca de Elvas relativo ao ofício de Escrivão da Câmara, Almotaçaria e Órfãos de Elvas e respectiva propriedade, com considerações sobre o estado dos Arquivos das Câmaras Municipais, Elvas, 26-2-1782, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Correspondência dos Provedores das Comarcas, Maço 467.

²⁷⁰ Ofício do Prefeito Interino da Província de Trás-os-Montes ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios do Reino em que, relativamente à obrigatoriedade de remessa ao Tesouro Publico de certos Livros de Registo de bens, se expõe o estado caótico da generalidade dos Arquivos das Câmaras Municipais daquela Província, Vila Real, 17-8-1834, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Negócios Diversos, Maço 1921.

²⁷¹ Francisco Luiz Lopes, *Breve Noticia de Sines...*, p. 62.

²⁷² “Copia de hum dos Capitulos dos Provimentos da Correição [relativo a Vila Flor]...”, in IAN-TT – Ministério do Reino – Correspondência dos Corregedores, Maço 326.

“o Escrivam da Camera fique advertido para **Registrar as Leis, que faltão, e ordens [...]; e em cada Livro fará Index de todos os Registos segundo a ordem Alfabetica e as Leis, Provizoens e Ordens, depois de Registadas, as goardara no Cartorio da Camera**”.

Como vemos do testemunho do Corregedor de Moncorvo – que ainda hoje guarda dos mais ricos arquivos concelhios portugueses! – a boa guarda dos papéis do concelho estava prevista no título competente das *Ordenações*. Porém, a desordem dos arquivos concelhios era uma constante em todo o Reino e sobreviverá longamente ao fim do Antigo Regime. Dessa desordem é testemunho a medida imposta, nesta matéria, pelo “Governador Civil do Districto d’Evora”, dirigido em 1842

“às Câmaras sobre **o bom arranjo, conservação, e segurança dos seus archivos, mandando fazer um Índex de todos os livros – documentos, e mais papeis, depois de classificados por ordem chronologica**, e remetter um duplicado do mesmo Index a este Governo Civil”²⁷³.

A importância material e até simbólica dos documentos e papéis do concelho suscita a necessidade da sua guarda e até a da sua classificação arquivística. Assim, com o tempo, a acumulação de documentação digna de ser guardada começa a suscitar a necessidade de espaços reservados para a sua guarda e conservação, deste modo se prevenindo a sua destruição. Assim surge o *arquivo* ou o cartório, também referido na documentação e que começa a ser uma presença constante pelo menos nalgumas casas da câmara mais importantes²⁷⁴, acentuando-se a sua presença na segunda metade do século XVIII, construídas no Reino ou nas Partes de Além. Assim, numa época muito recuada, provavelmente ainda no século XVI, a casa da câmara de Viana dispunha já, anexa à câmara das vereações, de uma “outra **repartição [onde] estavam guardadas a arca das escrituras e dos pelouros, a bandeira, varas dos oficiais e outras insígnias**”²⁷⁵. Do mesmo modo, a casa da Câmara de Évora, em 1615 dispunha já de cartório: “e desta casa [câmara das vereações] (...) entram (...) para a **casa em que está o Cartório da mesma Câmara** e o dito Cartório é de caixões de bordo e tem (...) uma janela (...)”²⁷⁶. O Cartório de Évora devia ser grande, pois foi possível adaptar nele a “capelinha” já atrás referida.

Sabemos também que em 1740 a casa da câmara de Santarém dispunha, no seu terceiro piso, contígua à câmara das vereações, de uma sala vocacionada para a guarda dos papéis e bens móveis do concelho:

²⁷³ “Synopse das principais medidas adoptadas pelo Governador Civil do Districto d’Evora [...]”, Évora, 17-12-1842, in IAN-TT - *Ministério do Reino* – Ofícios recebidos dos Governos Cíveis -Maço 1943.

²⁷⁴ Como atrás vimos, previa-se que, de acordo com o *Contrato* de construção de 1526, a casa da câmara de Setúbal tivesse uma pequena divisão no seu piso nobre, a “**caSa pera os direitos d el Rey**” e ainda uma outra pequena divisão desprovida de janelas, provavelmente destinada a arquivo e a arrecadação e guarda de bens móveis do concelho (ver atrás Apêndice Documental; Doc. N.º 20).

²⁷⁵ Manuel António Fernandes Moreira, *O Município e os Forais...*, pp. 101, 102.

²⁷⁶ Publicado por Teresa Fonseca em “O Senado Camarário Eborense: sua Caracterização”, *Ob. Cit.*, p. 137.

“e logo mais para dentro está **uma grande casa na qual existe o Cartório, ou Arquivo onde se depositam todas as cousas pertencentes a esta Vila, assim as antigas como as modernas**”²⁷⁷.

Relativamente ao então muito pobre Concelho de Cascais, em 1781, chega-nos a notícia da

“necessidade que havia nesta camara de hum **Porteiro da mesma Camara** que satisfizesse aos obrigações da mesma Camara bem riguladas como são a de **tomar conta das chaves, trastes, e livros e Cartorio para trazer tudo limpo, e assiado, e bem guardado**, e outrossim assistisse a todas as funções da mesma Camara tanto as que ella praticasse nesta villa como no mesmo termo, e juntamente abrir as portas da caza da audiencia, e servir em tudo o mais a Camara com decencia, que se pratica em os mais tribunais de graduação”²⁷⁸.

Em 1788 a cabeça da Capitania de “Monsanbique” dispunha de hum bom edefício de huma nobre caza de Camara, não só para todas as decentes funções do Senado, mas tão bem para as audiências do Juizo Ordenario, com boa Sala Livre, Sala fechada, **Archivo para os Livros competentes**, Rezidência para o carcereiro, Cadeas fortissimas, por baixo Armazeins para seleiro publico de mantimentos”, edifício aquele devido “ao zelo de Dezembargador Antonio Jose Moraes Durão falecido este anno de 1788”²⁷⁹.

Poucos arquivos e cartórios sobreviveram. A antiga casa da câmara de Mora dispõe de uma divisão, localizada no seu piso nobre provida de estantes e prateleiras que tudo indica serem já muito tardias, aparentemente destinada a livraria e eventualmente a cartório e a arquivo. Porém, o mais belo exemplo de cartório ou de livraria que encontrámos foi o do piso nobre da casa da câmara pombalina de Vila Viçosa²⁸⁰. Trata-se de uma vasta sala abobadada, integralmente rodeada de armários e prateleiras de excelente factura [Fig.^a 930] e que presumimos ter servido para a arrumação dos papéis e livros do concelho. Ignoramos a data da criação do seu magnífico mobiliário, que deve remontar ainda ao século XVIII – e com esta bela e muito rara – se não única – sala de cartório, livraria ou arquivo da casa da

²⁷⁷ Padre Inácio da Piedade de Vasconcelos, *História de Santarém Edificada...*, transcrito in AA,VV., *Ob. Cit.*.

²⁷⁸ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS – AHMC/ALL – CMC/B/A/001/Livro 102, *Livro de Registo de Termos e Autos de Vereação*, 1779-1782, f. 29; Auto de veriação de 13-1-1781.

²⁷⁹ “Discrição da Capitania de Mosanbique...”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar, Maço 604, Caixa 707.

Na Época Liberal os Arquivos parecem ser uma constante. Assim, em 1868, em Nisa “**melhoraram-se as Casas dos Arquivos** da secretaria da Câmara e da Conservatória (49\$940)” e em Souzel prosseguiram os “melhoramentos no edificio dos paços do Concelho e **arranjos precisos para a acomodação dos Arquivos** da Conservatória e da Câmara e da aula de instrução primária”, no valor de 386\$960 réis: “Mapa estatístico das obras municipais efectuadas nos diversos Concelhos deste Distrito [de Portalegre] com referência ao ano económico de 1866-1867”: Obras municipais no distrito de Portalegre, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1868), Livro 26, Proc. N.º 1276; Maço 3175.

²⁸⁰ A biblioteca da casa da câmara de Vila Viçosa mereceu o reparo de Raul Proença: “a *Câmara Municipal*, na face S. da praça (**com uma importante biblioteca**), é um edifício de muito carácter, constr. de 1754-57 por José Francisco de Abreu”, Raul Proença “Vila Viçosa”, in *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo...*, p. 118.

câmara pombalina de Vila Viçosa terminamos este tão longo excuro sobre as nossas antigas casas da câmara, objecto da presente dissertação.

Diga-se, enfim, que o nosso desconhecimento quer da efectiva vocação original desta última sala de Vila Viçosa, quer da datação exacta do seu notável equipamento são uma excelente imagem das dificuldades e dúvidas com que nos debatemos ao estudar o *corpus* das nossas velhas casas da câmara enquanto componente central da nossa velha arquitectura concelhia portuguesa. Ora, a perda e sobretudo o carácter fragmentário dos nossos velhos arquivos concelhios são a imagem perfeita da destruição, do desmazelo e do desamor que se abateu sobre os tão variados quanto desconhecidos e desvalorizados elementos daquela velha arquitectura concelhia que, polarizada nas nossas antigas casas da câmara, este nosso estudo tentou conhecer melhor e que procurou resgatar para a História da Arte Portuguesa, visando a sua conservação, a sua recuperação e a sua entrega às comunidades que as detêm.

CONCLUSÃO

“Não há mais couza alguma de que se deva fazer memoria neste concelho, em o qual se acabão também as memorias desta correição de Guimarães. Que tudo seja para honra e gloria de Deos e de Nossa Senhora da Oliveira, que foi a primeira origem e cauza deste meu trabalho”, Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, Edições Carvalhos de Basto, Ponte de Lima, 1992, Vol. II, p. 355.

A *volta a Portugal* que este estudo exigiu revelou – entre tantas e tantas maravilhas da terra, da arquitectura e do urbanismo portugueses (que dos horrores mais ou menos recentes não cabe aqui falar...) – um *corpus* arquitectónico gigantesco, insuspeito e praticamente inédito, constituído pelas casas da câmara dos antigos concelhos portugueses. Estas, erguidas nas mais diversas épocas históricas e estilísticas, modeladas de acordo com os gostos artísticos mais desencontrados, construídas nos mais diversos tamanhos, com os mais diversos materiais e com o recurso às mais diversas técnicas construtivas, estiveram, durante séculos, ao serviço de um poder local que, estribado essencialmente nos velhos concelhos de origem medieval, cobria uniforme, invariável e universalmente *todo* o território do Reino.

Da universalidade da organização concelhia que, modelada e estruturada na Idade Média, se manteve em vigor até à implantação do Liberalismo, decorria a universalidade daquele *corpus*, que também cobria integralmente todo o território. Da coerência, da eficiência e da unidade essencial do modelo concelhio, que tinha as mesmas características, competências, praxis e formas de actuação em todo o território, decorre uma *tipologia arquitectónica* também comum, que tivemos oportunidade de restituir e discutir ao longo do presente estudo e que consistia essencialmente, recorde-se, numa *casa sobradada* de *dois pisos* que abrigava, *sob um mesmo telhado*, a *sala de audiências* e a *câmara das vereações* no seu piso nobre e, no seu piso térreo, directamente por baixo da sala da audiência, a *cadeia concelhia* onde se recolhiam os presos e para a qual se entrava por vezes apenas por um alçapão, rasgado no sobrado da audiência, formando neste caso uma *enxovia*, desprovida de porta mas sempre guarneçada de pelo menos uma janela.

Esta tipologia comum, muito cedo definida, simples, prática e também sumamente eficiente – que, ao que sabemos, tinha as maiores afinidades com a das “casas da câmara” dos “concelhos” dos demais reinos peninsulares e mesmo dos dos demais reinos europeus – suscitou e permitiu a grande coerência daquele *corpus* arquitectónico, quer ao longo do território quer ao longo dos tempos. Com efeito, ela modelou tanto as casas da câmara do Norte como as do Centro e do Sul do território; as das Ilhas Atlânticas como as das demais cidades e vilas do que tem sido chamado, com toda a propriedade, de Império Marítimo Português. Aquela tipologia modelou também tanto as casas da câmara de origem medieval como as tardo-pombalinas, devendo reafirmar-se que o seu prazo de validade só se esgotaria com a emergência do Estado Novo e a construção das primeiras *Domus Justitiae*, como tivemos oportunidade de mostrar.

Mas o presente estudo procurou mostrar também que o *corpus* das antigas casas da câmara portuguesas, para lá de uma afirmação e de uma presença espacial e temporal raras, é também de uma valia arquitectónica singular. De facto, as velhas casas da câmara proporcionam um conjunto extrema e inesperadamente qualificado em termos construtivos e arquitectónicos. Independentemente da região, da época de construção ou dos recursos técnicos, financeiros e artístico-culturais disponíveis nos diversos concelhos no momento histórico da respectiva construção, as nossas velhas casas da câmara, na sua eficiência tipológica, na sua qualidade construtiva, na sua singeleza formal e na sua beleza irredutível, proporcionam um *corpus* construído de uma qualidade e de uma dignidade arquitectónica ímpares. A visita intensiva aos velhos concelhos portugueses mostrou abundantemente que, tal como a melhor arquitectura portuguesa das melhores épocas – à semelhança, por exemplo, da arquitectura da Ribeira de Lisboa, que aqui se recorda com saudade – também a arquitectura concelhia e, em particular, a das casas da câmara, a seu modo despojadas e sobretudo muito despretensiosas, se materializa “em formas geométricas que não necessitam de articulações espaciais elaboradas nem de grandes superfícies extensivamente esculpidas”, características em que, para Rafael Moreira, “reside, talvez, o carácter mais castiço e o natural bom gosto da arquitectura nacional”¹⁹⁸.

Filhas da terra – e da pedra e demais materiais, bem com das tecnologias disponíveis na região – as velhas casas da câmara beneficiaram num grau superlativo do pragmatismo e da experiência construtiva que caracterizam o melhor da arquitectura portuguesa tradicional.

¹⁹⁸ Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e Classicismo”, in Paulo Pereira (Dir.) – *História da Arte Portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Temas e Debates, 1999, Vol. II, p. 303.

Muitas delas partilham mesmo do melhor da nossa arquitectura vernácula, no que esta tem de mais existencialmente necessário e vital, de mais impulsivamente poético e, enfim, de mais irredutivelmente arquitectónico – e que se derrama generosa e tão saborosamente por casas da câmara como as de Entradas (Castro Verde), Terena (Alandroal), Elvas, Cabeço de Vide (Fronteira), Pavia (Mora), Amieira (Nisa); Canha (Montijo) Mafra, Pernes (Santarém), Avô (Oliveira do Hospital) Marialva (Meda), Lalim (Lamego), Miranda do Douro, Gostei ou Outeiro de Miranda (Bragança).

Filhas da vontade dos homens, organizados em concelhos, nas velhas casas da câmara portuguesa confluem também as vontades explícitas de afirmação cosmopolita e de actualização estilística que, por vezes, orça o aventureirismo estético, como no caso da fachada principal da casa da câmara de Campo Maior, que previa duas escadarias monumentais exteriores de acesso ao piso nobre, simétricas e servidas por um desenho de uma erudição extrema. A vontade de actualização estilística perpassa, de facto, por inúmeras casas da câmara do país inteiro e, perdidas praticamente todas as casas da câmara medievais (à excepção de algumas das que se erguiam sobre as portas das respectivas muralhas, como as de Silves ou Penamacor, por exemplo), mostras dessa actualização formal são abundantemente dadas pelas casas da câmara erguidas ao abrigo e ao correr sucessivo dos ciclos artísticos em que se integra muito do melhor da arquitectura portuguesa construída nomeadamente desde os fins do século XV até aos inícios do século XIX. Assim, se pela discussão da sua *localização* poderemos ter um índice certo e insuspeitado do urbanismo português, também o conjunto das casas da câmara portuguesas edificadas no período acima referido nos dão um retrato, cremos que muito fiel, do que foi a arquitectura portuguesa dessa época, tanto das suas grandes linhas de força como de algumas das suas resistências mais conservadoras ou das suas dinâmicas mais subtis, mais experimentais e formal e estilisticamente mais cosmopolitas e vanguardistas. Assim, podemos dizer que a História da Arquitectura Portuguesa perpassa pelas casas da câmara integráveis no ciclo *manuelino* (que se surpreende de Vila Ruiva – Cuba e de Marvão, a Castelo Novo - Fundão, a Freixo de Espada a Cinta ou a Vila do Conde e Viana de Foz do Lima), no ciclo *classicista* (que vai de Tomar e Guarda, até Melgaço e Monção e perpassa pela Covilhã, Portalegre e Castelo de Vide), no ciclo *joanino* (de Arruda dos Vinhos a Pinhel, Aguiar da Beira, Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Coa, Baltar – Paredes, até chegar às culminâncias estilísticas da casa da câmara de Braga), no ciclo *pombalino* (de Grândola, Borba, Redondo, Lisboa, Alcobaça, Pombal até Esposende e Póvoa de Varzim) e, enfim, no ciclo *pós-pombalino*

(Alandroal, Nisa, Cascais, Aveiro, Fornos de Algodres ou Soutelo do Douro – S. João da Pesqueira).

Mas esta pulsão erudita, atida a modelos alheios às tradições vernáculas portuguesas, perpassa também por objectos arquitectónicos tão notáveis como a casa da câmara pombalina de Almada (que, a seu modo, emula o *Palazzo del Senatore* do Capitólio de Roma!) e por complexos urbanísticos tão insólita e inesperadamente vanguardistas como o *joanino* de Carrazeda de Ansiães ou os *pombalinos* ou *pós-pombalinos* de Ponte da Barca, de S. João da Pesqueira ou de Castro Verde, todos eles polarizados em torno ou face às respectivas casas da câmara, que aguardam o estudo que tanto merecem. Enfim, e a jeito de inventário, cumpre referir a casa da câmara de Penafiel, simultaneamente a maior casa da câmara do Antigo Regime e historicamente a mais importante de todas as construídas nos cinquenta anos que precedem o fim do Absolutismo. Com efeito, este monumento da velha arquitectura concelhia, erguido no fim do século XVIII, em 1782, funciona simbolicamente como testamento, como pedra-chave ou como síntese final de uma tradição gloriosa cuja origem remontava a meados do século XIV, pois precede e anuncia as casas da câmara dos duzentos anos seguintes, isto é, proporciona o modelo arquitectónico à esmagadora maioria das casas da câmara construídas sob o signo do Liberalismo, da Primeira República e mesmo do Estado Novo, pelo menos nos seus primeiros anos. Ora, esta capacidade de deixar sementes, de anunciar modelos e de “construir pontes” entre tempos históricos tão diferentes é, foi e continuará a ser, afinal, timbre da melhor arquitectura, seja ela de inspiração vernácula ou de influências eruditas.

Mas as virtualidades arquitectónicas das velhas casas da câmara perpassam também – para lá da variedade e da riqueza formal, estilística e construtiva que facilmente se intui das palavras anteriores – pela capacidade de erguer edifícios que fossem capazes de potencializar os recursos, os elementos e as componentes em presença - técnicas, financeiras ou representativas, que nelas confluem - no *longo* tempo histórico da sua construção e do seu uso. A generalidade das casas da câmara que, em si, são casas como as outras, são também casas *diferentes* das outras: elas captam e concentram – para delas irradiar – o brio bairrista, cívico e identitário das comunidades locais, bem patente não só no *brasão* com as armas reais, pintado ou esculpido na fachada principal, como no próprio sino da câmara, montado num campanário modesto ou numa torre sineira monumental e erudita como a da casa da câmara de Aveiro. Assim, humildes como a de Idanha a Velha (Idanha a Nova) ou monumentais como as da Esgueira (Aveiro) ou de Linhares (Celorico da Beira), por todas

elas perpassa a aura própria da casa de todos, da casa do concelho, nobilitada e briosa, simultaneamente padrão, cabeça simbólica, cenário, retrato e mesmo rosto da comunidade concelhia local. É este carácter de *casa comum de todos* que justifica os primores de construção e de decoração que, por vezes, apenas se captam nos seus interiores, *sempre* nobilitados pelo recurso ao reboco e à caiação, pelos apainelados de madeira dos tectos, pelas madeiras nobres nas mobílias e pelos panos de luxo nas mesas e assentos principais e, nos dias festivos, pelas colgaduras nas janelas. Nas casas da câmara confluía, com efeito, todo o brio concelhio, todo o aparato e toda a galhardia com que, quer em dias comuns quer nos dias de festa, se encaravam e se cumpriam os rituais cívicos em que toda a comunidade se revia.

Mas o extraordinário valor patrimonial e cultural que o *corpus* das velhas casas da câmara detém, seja qual for a perspectiva em que se encare, transcende em muito o simples olhar da História da Arquitectura Portuguesa. Com efeito, a relevância deste *corpus* arquitectónico também é institucional e política e, acima de tudo, cultural e eminentemente educativa e cívica. As velhas casas da câmara dos antigos concelhos portugueses foram não só o cenário do Poder Local, que tinha uma matriz de pendor inegavelmente democrático, mas também a matriz identitária, cívica e laica, dos povos organizados em concelhos. Por isso, um dos objectivos cimeiros deste estudo foi o de pretender contribuir para as resgatar do esquecimento e do abandono que de há muito se abateu sobre a esmagadora maioria delas, assim contribuindo para a sua dignificação e a sua devolução às comunidades a que pertencem e ao serviço de quem estiveram durante tantos séculos. Com efeito, repetimos, espalhadas por todo o território do Reino (e, a seu tempo, pelas Ilhas e pelas mais diversas partes do Império), as casas da câmara ao serviço dos Concelhos portugueses constituíram não só um dos elementos básicos da coesão e da identidade portuguesas como podemos dizer que constituíram mesmo, para parafrasearmos o grande Jaime Cortesão, um dos “Factores Democráticos da Formação de Portugal”.

Enfim, pelas suas históricas funções, pelo seu simbolismo e pela sua extraordinária qualidade arquitectónica, as velhas casas da câmara são monumentos essenciais da identidade e do património cultural português. Daqui decorre todo o seu significado, todo o seu valor cívico, todo o seu valor cultural e todo o seu valor patrimonial, pois as casas da câmara proporcionam não só um documento privilegiado da natureza, dos desígnios e dos valores que pautaram secularmente o velho poder local português e os seus agentes, como se tornam elas próprias num extraordinário objecto de contemplação e de estudo, válido e

legitimado por si próprio. Sendo as casas da câmara o melhor documento sobre si próprias, elas instituem-se também em prodigiosa fonte de ensinamentos para todos, na sua coerência, na sua capacidade extraordinária de se auto-modelarem, de se adaptarem e de se metamorfosearem, de acordo com os meios geográficos, as épocas, as conjunturas e as circunstâncias locais. As casas da câmara ensinam-nos que a *boa architectura* se encontra onde menos se espera, que a boa architectura pode dispensar protagonismos e vedetismos, escalas brutais ou materiais e técnicas de construção do outro mundo: ela está, muito “sustentavelmente” (como agora se diz...), à nossa mão, ao alcance de todos e pode ser maravilhosa e higienicamente pura, funcional, familiar e singela, sem ter que ficar refém da “dieta minimalista” tão em voga e tão patente na esquálida architectura em curso nos dias que correm. Fonte de ensinamentos para teóricos e artistas, ela é também fonte de ensinamentos para historiadores, pois as casas da câmara portuguesas ensinam-nos que há mais mundos que os que vêm nos compêndios; que a grande architectura não cabe toda nos livros nem nas palavras; que há que sair, que ir à aventura, ao encontro do real e das suas contradições, das suas complexidades, dos seus sentidos e das suas belezas. As velhinhas casas da câmara ensinam-nos, enfim, a sermos capazes de olhar e a aprender a olhar pura e singelamente para as coisas pequenas e humildes; a sermos capazes de tirar ou afastar o véu petulante do *snobismo* que tolda os olhares e que os cerra à beleza e à *nudez forte da verdade*; elas ensinam-nos, enfim, que ser historiador e ser historiador de arte é também ter a coragem de sermos capazes de olhar para esta architectura concelhia, por vezes modesta senão pobre; de contemplarmos esta architectura (quase sempre) sem architectos, anónima, mas pletórica, pujante e coalhada de significações e que tanto espera pelo nosso olhar, pelo nosso estudo e pelo nosso amor.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

NOTA: O trabalho de arquivo inerente à presente *dissertação* iniciou-se no riquíssimo fundo de plantas urbanas históricas do Gabinete de Arqueologia e Estudos de Engenharia Militar, do Ministério da Defesa. Subsidiariamente consultaram-se documentos em arquivos locais: Arquivo Histórico Municipal de Almada, Arquivo Histórico Municipal de Santiago do Cacém, Arquivo Histórico de Póvoa de Varzim, Arquivo Histórico de Angra do Heroísmo e sobretudo Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Cascais. Porém, o grosso da investigação decorreu no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde se consultaram os seguintes fundos:

- *Núcleo Antigo*
- *Corpo Cronológico*
- *Mesa da Consciência e Ordens*
- *Desembargo do Paço*
- *Ministério do Reino*

Todos os documentos utilizados ao longo da *dissertação* foram devidamente referenciados nos sítios respectivos. Dada, porém, a relevância do *Ministério do Reino* enquanto fonte privilegiada da mesma, indicam-se em seguida as diversas colecções consultadas, pertencentes a este fundo.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Ministério do Reino*:

- Correspondência dos Juizes de Fora;
- Correspondência dos Corregedores;
- Correspondência dos Provedores das Comarcas;
- Correspondência de várias Comissões.
- Informações das Câmaras do Reino;
- Informações dos Magistrados das Províncias do Reino,
- Informações dos Ministros Territoriais e Câmaras da Província da Beira,
- Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar,
- Informações das Juntas Provisionais do Governo erectas pelo Povo na Restauração do Reino,
- Negócios Diversos do Algarve,
- Negócios Diversos relativos às lhas da Madeira e dos Açores,
- Minutas, Cópias de Decretos, Avisos e outros Documentos,
- Memórias sobre Diversos Assuntos,
- Negócios Diversos,
- Aulas de Desenho, Gravura e Escultura,
- Correspondência Municipal dos Açores,
- Consultas de diferentes Repartições,
- Correspondência da Câmara Municipal do Porto,
- Documentos Avulsos,
- Governo de D. Miguel – Concessão da Real Efigie,
- Junta da Fazenda do Senado da Câmara,
- Negócios Diversos relativos às Ordens Militares e Mesa da Consciência e Ordens,
- Negócios Diversos relativos às Cortes,
- Ofícios recebidos das Prefeituras
- Ofícios recebidos dos Governos Cíveis,
- Pareceres de Juntas do Estado, Camarárias e Outras,
- Registo de Correspondência expedida às Prefeituras,
- Requerimentos

- Ofícios recebidos da Câmara dos Pares e dos Senadores e das Câmaras Municipais,
- Guarda Nacional – Câmaras Municipais.
- Ofícios recebidos do Tesouro Público,
- Ofícios recebidos de vários Ministérios,
- Ofícios recebidos dos Governadores Cíveis e Administrações Gerais de Distrito.
- Ofícios recebidos das Câmaras Municipais,
- Consultas das Juntas Gerais de Distrito,
- Nomeações de Administradores dos Concelhos,
- Representações das Juntas de Paróquia,
- Circulares,
- Compromissos e Estatutos,
- Cadeias,
- Relatórios e Representações,
- Negócios Diversos relativos à Divisão Territorial,
- Registo de Correspondência Recebida.

Arquivo da Câmara Municipal de Palmela – *Elaboração de Estudos / Projecto para Conservação e Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho – Vol. 1 – Projecto de Execução*, Palmela, 1996.

Arquivo Histórico da Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, *Livro dos Acórdãos e Vereações do Senado da Câmara desta Vila de Aljezur* (iniciado a 2-1-1765).

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Alcoutim, *Fundo Câmara Municipal de Alcoutim – Órgãos do Município*, Livro N.º 7 das Actas das Reuniões de Vereação, fl. 45v.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada, CMA/B/A/001/LVO 29, f. 1v.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 30/1, CMR/015 - *Vila de Rates – Correições de 1733 a 1738*, f. 12 v.º.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 1784 – *Livro do Tombo dos bens do Concelho desta Vila e seu Termo*, ff. 5, 5v.º e 6.

Arquivo Municipal do Redondo, AG 51 – Livro das Vereações da Câmara de Redondo (1754-1798), fl. 32; AG 52 – Livro das Vereações da Câmara de Redondo (1749-1754), fl. 70v, 71, 71v.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Amarante, *Livro de Tombo que se faz de todos os bens, foros, rendas e propriedades, pertencentes à Casa do Hospital do Concelho de Gouveia anexo à Santa Casa da Misericórdia de Amarante*, Livro 88, Fl.15.

Biblioteca Municipal do Concelho da Lousã – *Tombo de todos os bens moveis e de raiz do Concelho de Serpins*; Serpins, 1828 -

FONTES IMPRESSAS

“Acta da inauguração dos novos Paços do Município, que teve lugar a 5 de Outubro de 1893”, *Cira – Boletim Cultura*, n.º5, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1991-92

ALEGRE, Carlos, *Forais de Terras do Actual Concelho da Anadia*, Aqua Nativa, N.º 19, Anadia, Dezembro de 2000.

As Gavetas da Torre do Tombo, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1974, Vol. X, p. 239.

AZEVEDO, Estêvão da Gama de Moura e – *Notícias da Antiguidade, Aumento e Estado presente da Vila de Campo Maior, Tiradas de Autores, Papéis Autênticos e Tradições Antigas, e Conservadas na Memória de seus Naturais*, Rui Rosado Vieira (organização, introdução, biografia, transcrição e notas), Campo Maior, Câmara Municipal de Campo Maior, 1993 (documento anterior a 1734).

AZEVEDO, Manuel Thomaz de Souza – *Relatorio Apresentado ao Ministerio da Justiça em 20 de Abril de 1857*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1857.

BASTO, Magalhães, “*Vereações*” – *Anos de 1390-1395 – O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, Vol. II, Porto, Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade – Documentos e Memórias para a História do Porto, 1937, pp. 247-306.

Biblioteca Pública Municipal do Porto – Joaquim Cardoso Vitória Vilanova: litografo portuense do século XIX, Porto, BPMP, 1996.

- BORGES, José Cardoso – *Descrição Topográfica de Bragança*, descrição publicada por Luís Alexandre Rodrigues, *Bragança no Século XVIII – Urbanismo – Arquitectura*, Vol. I, Bragança, Junta de Freguesia da Sé, 1997 (documento de c. de 1721).
- BRITO, Paulo Joze Miguel de – *Memoria Política sobre a Capitania de Santa Catharina escripta no Rio de Janeiro em o Anno de 1816*, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1829.
- CADORNEGA, António de Oliveira de, *Descrição de Vila Viçosa [1683]* (Introdução, proposta de Leitura e Notas por Heitor Gomes Teixeira), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, pp. 41, 42.
- CAPELA, José Viriato – *As Freguesias do Distrito de Braga nas “Memórias Paroquias” de 1758 – A Construção do Imaginário Minhoto Setecentista*, Braga, [s.n.], 2003.
- CAPELA, José Viriato – *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas “Memórias Paroquias” de 1758 – Alto Minho, Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção / Universidade do Minho, 2005.
- CARVALHO, Adão de – *Memórias de Torres Vedras*, Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 1991.
- CASTELO BRANCO, Fernando (Introdução e Notas) – *Actas da Câmara de Santo António da Ilha do Príncipe – I (1672-1777)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970.
- Chancelarias Portuguesas – D. Pedro I [1357-1367]*, Organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa / Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.
- Chancelarias Portuguesas – D. Duarte*, 2 tomos e 4 vol.s, Organização e Revisão Geral de João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002.
- COSTA, Félix José da – *Memória Estatística e Histórica da Ilha Graciosa*, Apresentação de José A. R. dos Santos e Lúcia de Lurdes O. T. Santos, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura / Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, 2007 (edição facsimilada da 1.ª Edição, de 1845).
- COSTA, José Pereira da – *Vereações da Câmara Municipal do Funchal – Século XV*, Funchal, Centro de Estudos do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Região Autónoma da Madeira, 1995.
- COSTA, José Pereira da, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal – Primeira Metade do Século XVI e Apenso Vereações da Câmara de Santa Cruz – 1515-16*, Funchal, Centro de Estudos do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Região Autónoma da Madeira, 1998.
- COSTA, José Pereira da – *Vereações da Câmara Municipal do Funchal – Segunda Metade do Século XVI*, Funchal, Centro de Estudos do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Região Autónoma da Madeira, 2002.
- DIAS, João José Alves (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1.ª Ed. Lisboa, 2002.
- DIAS, José Alves Dias (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1.ª Ed. Lisboa, 2001.
- DIAS, João José Alves (Introdução e transcrição) – *Gentes e Espaços: Edição Crítica do Numeramento de 1527-1532 e Dicionário Corográfico do Portugal Quinhentista – Comarca de Entre Douro e Minho*, Cascais, Patrimonia Historica, 1999.
- Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livro de Reis*, vol. 6, Lisboa, 1962.
- “Fontes Documentais – Forais do Concelho de Vila Franca de Xira”, *Boletim Cultural*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1985, N.º1, pp. 147-175.
- Forais de Gondomar – D. Sancho I – D. Manuel I*, Pelouro da Cultura – Câmara Municipal de Gondomar, Gondomar, 1998.
- Foral de Salvaterra de Magos*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, Lisboa, 1992, p. 8.
- GIL, António (“Tradução e Coordenação”) – *Foral das Terras de Aguiar de Pena*, Vila Pouca de Aguiar, Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, 1993.
- GIL, António (“Tradução e Coordenação”) – *Foral das Terras de Jales*, Vila Pouca de Aguiar, Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, 2004.
- GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (dir. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes), 4 vol.s, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.
- GOMES, Saúl António – *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, 2 vol.s, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2002.
- GOMES, Saúl António – *Porto de Mós – Colectânea histórica e documental, Sécs. XII-XIX*, Porto de Mós, 2005.
- LEÃO, Duarte Nunes do – *Descrição do Reino de Portugal*, Transcrição do texto, notas, aparato crítico e biografia do autor de Orlando Gama, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.
- LINSCHOTEN, Jan Huygen van – *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- Lopes, Fernão, *Crónica del Rei DomJoão I da Boa Memória*, 2 Vol.s, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.

- Mapa da Vila do Cadaval*, Apresentação e estudo de João Ludgero Marques Gonçalves, Cadaval, Câmara Municipal do Cadaval, 2002.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Centro de Estudos Históricos da FCSH-UNL / Junta Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1982.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Pedro I (1357 - 1367)*, Centro de Estudos Históricos da FCSH-UNL / Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1986.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, Vol. I (1367-1380), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica /Centro de Estudos Históricos da UNL., Lisboa, 1990.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (Org.), *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, Vol. II (1383), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da FCSH-UNL / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.
- MARQUES, José – *Livro de Joham Çonçallvez Carasco do Procuratório da Vila de Moos do Ano de IIII.C Trinta Nove Anos* [Arquivo Municipal de Moncorvo] in “A Administração Municipal de Mós de Moncorvo, em 1439”, *Brigantia – Revista de Cultura*, Vol. V, N.ºs 2-3-4, Bragança, Assembleia Distrital de Bragança, Abril-Dezembro de 1985, pp. 543-560.
- MARQUES, José, *A Administração Municipal de Vila do Conde, em 1466*, Separata da Revista *BRACARA AUGUSTA*, Vol. XXXVII, Braga, Janeiro-Dezembro, 1983.
- MORATO, Manuel António; MOTA, João Valentim da Fonseca – *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes, para servir de começo aos Anais do Município* (Organização de Eduardo Campos), Câmara Municipal de Abrantes, Abrantes, 2002 (documento de c. 1868).
- MORENO, Humberto Baquero – *Demarcações de Fronteira*, 3 vols., Porto, Centro de Investigação e Documentação de História Medieval – Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2003.
- NUNES, Francisco – *O Livro da Câmara de Panóias – A Estrutura Agrária do Campo de Ourique nos Séculos XVII, XVIII e XIX*, [s.l.], edição do autor, 2002.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a Historia do Município de Lisboa*, Tomos I a XVIII, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1887-1911.
- Ordenações e Leis do Reino de Portugal Publicadas em 1603 [Ordenações Filipinas]*, *Collecção da Legislação antiga e moderna do Reino de Portugal - Parte II – Da Legislação Moderna – Tomo I*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1806 (3 vols.).
- Ordenações Afonsinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984 (Reprodução «fac-simile» da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra de 1792), (5 vols.).
- PEREIRA, António dos Santos (Introdução, Transcrição e Notas) – *Vereações de Velas (S. Jorge) (1559-1570-1571)*, Secretaria Regional de Educação e Cultura / Universidade dos Açores, 1984.
- PEREIRA, António dos Santos – *Ribeira Grande (S. Miguel – Açores) no Século XVI – Vereações (1555-1578)*, Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2006.
- PEREIRA, Gabriel – *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 (Reimpressão da edição de 1891).
- Regimento dos Officiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos*, Prefácio de Marcelo Caetano, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1955 (edição facsimilada do texto impresso por Valentim Fernandes em 1504).
- Registos Paroquiais – Cura de S. Pedro de Dois Portos (Torres Vedras), de 6-5-1758, publicado pelo Cap. França Borges, *O Julgado da Ribaldeira*, 1948.
- SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de Vereação de Loulé – Séculos XIV-XV*, Separata da Revista *Al’-Ulyã*, N.º 7, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1999/2000.
- SERRÃO, J. Veríssimo – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria*, republicação in “Fontes Documentais – Relatos de Viajantes”, *Boletim Cultural*, N.º2, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1986.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *Os Forais Manuelinos da Terra de Ovar e do Concelho de Pereira Jusã*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2000.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (Estudo Introdutório) – *Foral de Santa Cruz de Riba Tâmega*, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2008.
- SILVA, Joaquim Candeias da – *O Concelho do Fundão através das Memórias Paroquiais de 1758*, Fundão, ed. do autor, 1993.
- Tombo da Vila e Termo de Vila Pouca de Aguiar – Textos Escolhidos* [IAN-TT, Núcleo Antigo, 263] Direcção, Introdução, Breve Estudo, Notas e Glossário por Maria Olinda Rodrigues Santana, Vila Pouca de Aguiar, Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, 2001.
- Vista da Praça d’Tavira Tirada da Parte Occidental*, desenho da 2.ª metade do século XVIII, da Biblioteca Pública de Évora.

FONTES LITERÁRIAS

- BIZET, Georges; Saint-Georges; Adenis. A (LIBRETO) – *La Jolie Fille de Perth*, ópera em 4 Actos, EMI France Digital, Paris, 1985, (direcção musical da edição discográfica, Georges Prêtre).
- DONIZETTI, Gaetano; Cammarano, Salvatore (libreto) – *L'Assedio di Calais*; ópera em três actos, Opera Rara, Londres, 1989.
- FLAUBERT, Gustave – *Madame Bovary*, Paris, Le Livre de Poche / Librairie Générale Française, 1999.
- IVO, Pedro – *O Selo da Roda*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1984.
- MAGALHÃES, Ana Maria; ALÇADA, Isabel – *Uma Aventura em Evoramonte*, 10.^a Edição, Caminho, Lisboa, 1995 (1.^a edição, 1984).
- MELO, D. Francisco Manuel de – *Apólogos Dialogais*, 2 Vol.s, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1959.
- MEYERBEER, Giacomo; SCRIBE, Eugène (libreto) – *Les Huguenots*, ópera em cinco actos, Decca, Londres, 1991 (direcção musical da edição discográfica, Richard Bonyngue),
- MIRANDA, Francisco de Sá de – “Fábula do Mondego” in *Obras Completas*, 4.^a Edição, revista, Vol. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1976, pp. 75-98.
- QUEIRÓS, Eça de – *O Crime do Padre Amaro*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1999.
- RIBEIRO, Aquilino – *Geografia Sentimental (História, Paisagem, Folclore)*, 4.^a Edição, Lisboa, Livraria Bertrand, [s.d.].
- RIBEIRO, Aquilino – *Quando os Lobos Uivam*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1958.
- SOUSA, Luís de, Frei – *Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.
- STENDHAL, *Le Rouge et le Noir*, Paris, Gallimard, 2003.
- VICENTE, Gil – “Comédia sobre a divisa da cidade de Coimbra”, *Obras Completas*, Vol. III, 4.^a Edição, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1971.
- VICENTE, Gil – “O Juiz da Beira”, *Obras Completas*, Vol. V, 6.^a Edição, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1978.
- WAGNER, Richard – *Die Meistersinger von Nürnberg*, ópera em três actos, EMI Classics, 1999 (direcção musical da edição discográfica, Herbert von Karajan).

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. – *Annaes do Muncipio de Oliveira de Azeméis*, 1909.
- AA.VV. – “Arco da Praça”, in *Memórias da História – Torres Novas 1190-2000 – Roteiro*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, 2000.
- AA.VV. – *A Colecção de Pintura do Museu de Alberto Sampaio – Séculos XVI-XVIII*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1996.
- AA.VV. – *Memórias da História – Torres Novas 1190-2000 – Roteiro*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, 2000.
- AAVV – *Ourém, Três Contributos para a sua História*, Ourém, Câmara Municipal de Ourém, 1994.
- AA.VV. – *Tavira, Território e Poder*, Catálogo da Exposição, Câmara Municipal de Tavira / Museu Nacional de Arqueologia, 2003.
- ABRANCHES, Joaquim Cândido, *Album Michaelense*, Ponta Delgada, 1869.
- Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (Séc. XII a XIX)*, 2 Volumes, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso, 1988

- Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1989.
- AFONSO, Luís – “‘O Bom e o Mau Juiz’ de Monsaraz numa perspectiva estruturalista” in *A Cidade de Évora – Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, II Série, N.º 6, Évora, Câmara Municipal de Évora, 2006.
- AGUIAR, P. M. Vieira de – *Descrição Histórica, Corográfica e Folclórica de Marco de Canaveses*, Porto, Oficina de S. José, 1947.
- ALBUQUERQUE, Martim de; ALBUQUERQUE, Rui de, *História do Direito Português I*, Lisboa, 1984/1985 (policopiado).
- ALMEIDA, Alfredo Betâmio de – *Breve História das Casas da Câmara de Benavente*, Benavente, Câmara Municipal de Benavente, 1954.
- ALMEIDA, Bernardo Pinto de; GOMES, Paulo Varela – *Matosinhos – Paços do Concelho*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, 1992.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal – O Românico*, Lisboa, Presença, 2001.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Lisboa, Presença, 2002.
- ALMEIDA, Carlos Casimiro de – *Alfeizerão – Apontamentos para a sua História*, Alfeizerão, Junta de Freguesia de Alfeizerão, [s.d.].
- ALMEIDA, Cármen (Coord.) – *Riscos de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora*, Évora, Arquivo Fotográfico Municipal / Câmara Municipal de Évora, 2001.
- ALMEIDA, Manuel Costa Gaio Tavares de – *Selo, Brasão, Bandeira e Pedras de Armas da Vila de Grândola – Breve Estudo Heráldico-Genealógico*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 1957.
- ALMEIDA, Manuel Costa Gaio Tavares de – *Roteiro Setecentista da Vila de Grândola – Subsídios para uma Monografia III*, Grândola, Câmara Municipal de Grândola, 1998.
- ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal); – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo IX, Bragança, Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus / Museu do Abade de Baçal, 2000.
- ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal); AMADO, Adrião Martins – *Vimioso – Notas Monográficas*, Paulo Quintela (dir. da publicação), Vimioso, Câmara Municipal do Vimioso, 2002 (reimpressão da edição da Junta Distrital de Bragança, 1968).
- AMADO, Carlos; CUSTÓDIO, Jorge; MATA, Luís (Coord.) – *Torre das Cabaças – Núcleo Museológico do Tempo*, Catálogo da exposição, Santarém, Museu Municipal de Santarém / Câmara Municipal de Santarém, 1999.
- AMARAL, Diogo Freitas do – *D. Manuel I e a construção do Estado moderno em Portugal*, Coimbra, Edições Tenacitas, 2003.
- AMARAL, Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e – “S. Sebastião e o seu Culto em Angra”, in *Biografias e Outros Escritos*, Angra do Heroísmo, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 1989.
- AMARAL, João José Miguel da Silva – *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*, Leitura actualizada, prefácio e índices de Maria Cristina Marques, Vol. II, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1997 (documento de c. 1860).
- AMORIM, Inês – “A construção da Câmara de Aveiro nos finais do Séc. XVIII: 1790/94 (?) – 1797/99 I”, *Boletim Municipal – Cultura e Património*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, Dezembro 1997.
- AMORIM, Manuel – “Os Antigos Paços do Concelho da Póvoa de Varzim”, in *Póvoa de Varzim – Boletim Cultural*, Vol. XXX, N.ºs 1-2, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal de Póvoa do Varzim, 1993.
- AMORIM, Manuel – *A Póvoa Antiga – Estudos sobre a Póvoa de Varzim, Séculos X-XVI*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 2003.
- AMORIM, Sandra Araújo de – *Vencer o Mar, Ganhar a Terra: Construção e Ordenamento dos Espaços na Póvoa Presqueira e Pré-Balnear*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 2004.
- ANACLETO, Regina – *Arganil*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- ANDRADE, Amélia Aguiar – “Percursos Vividos, Percursos Conhecidos nos Núcleos Urbanos Medievais”, in *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995.
- ANDRADE, Amélia Aguiar – *A Construção Medieval do Território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- ANDRADE, Manuel Ferreira de – *Monografia de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1969.
- ANDRADE, Mário Marques de – *Subsídios para a Monografia de Segura – Aldeia Raiana das Mais Pitorescas*, Lisboa, Ed. do Autor, 1949.
- ANDRADE, Primo Pedro da Conceição Freire – *Ponte de Sor – Cinzas do Passado*, Ponte de Sor, Câmara Municipal de Ponte de Sor, 1986.
- ANICA, Arnaldo Casimiro – *Tavira e o seu Termo – Memorando Histórico*, Vol I, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993.

- ARAGÃO, António – *Para a História do Funchal – Pequenos Passos da sua Memória*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1979.
- ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV – I – A Sucessão de D. Fernando*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1960.
- Arquitectura Militar na Madeira – Séculos XVI a XIX*, Catálogo da Exposição realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, Julho/Agosto de 1982, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- AZAMBUJA, João Rosa – *Cidade da Marinha Grande – Subsídios para a sua História*, Marinha Grande, [s.n.], [s.d.].
- AZEVEDO, Álvaro Rodrigues d' – *Benavente – Estudo Histórico-Descritivo*, Benavente, Câmara Municipal de Benavente, 1981 (reimpressão da 1.^a edição, Lisboa, 1926).
- AZEVEDO, António – *Memória da Inauguração do Novo Edifício dos Paços do Concelho da Maia 2000*, Maia, Câmara Municipal da Maia, 2000.
- AZEVEDO, José Alfredo da Costa – *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo – Bairros de Sintra*, Vol. I, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1977.
- AZEVEDO, José Alfredo da Costa – *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo – Memórias do Tempo*, Vol. V, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1998.
- AZEVEDO, Pedro de – “Apontamentos de viagem de Herculano pelo país em 1853-1854”, in *Archivo Histórico Português*, vol. IX, 1914.
- AZEVEDO, Pedro de – *As Cartas de criação de cidade concedidas a povoações portuguesas*, in “Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências”, Vol. X, Lisboa, 1917.
- BACON, Edmund N. - *Design of Cities*, 3.^a Edição, Londres, Thames and Hudson, 1978 (1.^a edição, Londres, 1967).
- BAIÃO, António – *A Vila e Concelho de Ferreira do Zêzere – Apontamentos para a sua História Documentada*, Ferreira do Zêzere, Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, 1990, (reimpressão da 1.^a Edição, de 1918).
- BANDEIRA, Manuel Sopas de Melo – *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII – A reconstituição da cidade a partir do ‘Mappa das Ruas de Braga’ e dos ‘Índices dos Prazos das Casas do Cabido’*, Porto, Edições Afrontamento, 2000.
- BAPTISTA, Graça – *Vila Velha de Ródão – Viagens do Olhar*, Vila Velha de Ródão, Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, 2001.
- BARATA, António Francisco – “Concelho de Redondo – Notas descritivas e a sua história”, in Pedro Muralha (Dir.), *Álbum Alentejano – Distrito de Évora*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Bele, s.d., p. 438.
- BARATA, António Francisco – “Templo de Diana – Monumento romano” in Pedro Muralha (Dir.), *Álbum Alentejano – Distrito de Évora*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Bele, s.d., p. 317.
- BAROSA, Joaquim – *Memórias da Marinha Grande, Marinha Grande, 1911-1912*, Marinha Grande, Reimpressão Câmara Municipal da Marinha Grande, 1993.
- BARREIRO, José do (pseudónimo de José Corrêa Pacheco de Portocarrero) – *Monografia de Paredes*. Porto, Tipografia Mendonça, 1922.
- BARREIRO, José do (pseudónimo de José Corrêa Pacheco de Portocarrero) – *Monografia de Paredes, correções e acrescentos*, Porto, Barros & Costa, 1924.
- BARRETO, Paulo Thedim – “Casas de Câmara e Cadeia”, *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, N.º 11, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1947, pp. 9-195.
- BARRETO, Paulo Thedim – “Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana”, *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, N.º 16, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1968, pp. 219-251.
- BARROCA, Mário Jorge – “Medidas-padrão medievais portuguesas”, sep. da *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, vol. IX, Porto, 1992.
- BARROS, Luís – “Trabalhos Arqueológicos nos Paços do Concelho de Almada”, *Al Madan* N.º 3, Almada, 1984.
- BASTO, Magalhães – “Os diversos Paços do Concelho da Cidade do Porto – Subsídios para a sua História”, in Magalhães Basto, “*Vereações*” – *Anos de 1390-1395 – O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, Vol. II, Porto, Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade – Documentos e Memórias para a História do Porto, 1937, pp. 247-306.
- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha – *Santarém Quinhentista*, Lisboa, Livraria Portugal, 1981.
- BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.
- BEIRANTE, Maria Ângela; DIAS, João José Alves – “O Património Urbano da Ordem de Cristo em Évora no Início do Século XVI”, in *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995.

- BERNARDO, Alex – “Apontamentos para um estudo Histórico Arqueológico das Hospedarias – Guião para Visita” (policopiado).
- BETTENCOURT, Jácome de Bruges – *A Cerâmica Terceirense na Obra do seu Maior Artista – Joaquim Laureano*, Angra do Heroísmo, Edição do Autor, 1997.
- BETTENCOURT, Jácome de Bruges – “Os paços do Concelho e a Cidade de Angra do Heroísmo – Cidade Património Mundial, pela UNESCO, desde 1983”, Angra do Heroísmo.
- BIEDERMANN, Hans – *Dicionário Ilustrado de Símbolos*, São Paulo, Melhoramentos, 1993.
- BLOCH, Marc – *Introdução à História* (tradução de *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien*), Lisboa, Publicações Europa-América, 1997.
- BLOCH, Óscar; WARTBURG, W. von – *Dictionnaire Étymologique de la Langue Française*, 2.^a Edição, Paris, Presses Universitaires de France, 1950.
- Boletim Municipal – Cultura e Património*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, Dezembro de 1997.
- BONFANTE, Pietro – *Histoire du Droit Romain*, Tomo 1.^o, Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1928.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Apologia da História Política – Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999.
- BORGES, Augusto Moutinho – “A ‘Roda dos Eispostos’ de Almeida no Anno de 1843”, *Praça Velha – Revista de Cultura da Cidade da Guarda*, 1.^a Série, Ano IV, N.^o 9, Guarda, 2001, pp. 21-40.
- BORGES, Capitão França – *Vila da Ribaldeira – Um documento para a sua História*, Caldas da Rainha, Tip. Caldense, 1940.
- BOTÃO, Maria de Fátima – *Silves, A Capital de um Reino Medieval*, 2.^a ed., Silves, Câmara Municipal de Silves, 1998.
- BOTÃO, Maria de Fátima – “A Paisagem Urbana de Loulé nos Finais da Idade Média” in *III Congresso Histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua Época*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004.
- BRANCO, Adérito – *Abade de Baçal – Vida e Obra*, Mirandela, João Azevedo Editor, 1997.
- BRAUDEL, Fernand – *Écrits sur L'Histoire*, Paris, Flammarion, 1969.
- BRAUDEL, Fernand – *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à L'Époque de Philippe II*, 2 tomos, 3.^a Edição, Paris, Armand Colin, 1976.
- BRAVO, Manuel de Castro Pinto – *Monografia do Extinto Concelho de Sanfins da Beira*, Cinfães, Reimpressão Câmara Municipal de Cinfães, 1997 (Marânus, Porto, 1838).
- BRIOSIO, Bernardo Calvo *et alii* – *Itinerarios Arquitectonicos Zamoranos*, Zamora, Ayuntamiento de Zamora, 1999.
- BROTAS, Maria Adélia Mendes – *Memórias da Erra*, Coruche, Câmara Municipal de Coruche, 2000.
- BRUNO, Jorge A. Paulus (Coord.) – *Inventário do Património Imóvel dos Açores – Pico – Madalena*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional da Cultura / Instituto Açoriano de Cultura / Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, 2001.
- BRUNO, Jorge A. Paulus (Coord.) – *Inventário do Património Imóvel dos Açores – Flores – Santa Cruz*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional da Cultura / Instituto Açoriano de Cultura / Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, 2008.
- BRÜTT, F.; MORAES, Cunha – *A Arte e a Natureza em Portugal*, Emílio Biel & C.^a Editores, Porto, 1907.
- BUCHO, Domingos – *Fortificações de Castelo de Vide – História, Arquitectura e Restauro*, Portalegre, Região de Turismo de São Mamede, 2004.
- BUCHO, Domingos – *Portalegre e as suas Fontes*, Portalegre, Ed. autor, 1996.
- BUSTAMANTE GARCIA, Agustín – *La Arquitectura Clasicista del Foco Vallisoletano (1561-1640)*, Valladolid, Institucion Cultural Simancas, 1983.
- CABEÇAS, Mário Henrique Z. – “Cyrillo Volkmar Machado em Elvas. As pinturas da Sala das Sessões dos antigos Paços do Concelho (1779)”, *ARTIS – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.^o 9-10, Lisboa, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, 2010-2011.
- CABRAL, Teresa Sarsfield; FRAZÃO, Irene – “Relatório de Exame e Tratamento” in *Cadernos 2, O Fresco do Antigo Tribunal de Monsaraz – Conservação e Restauro*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1999.
- CAETANO, Carlos – *A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Pandora, 2004.
- CAETANO, Carlos – “No rasto de um monumento perdido do património do Faial: a antiga Casa da Câmara da Horta”, *Atlântida – Revista de Cultura*, Vol. XLIX, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004, pp. 123-152.
- CAETANO, Carlos – “Uma Relíquia do Velho Poder Municipal: o Banco da Câmara do extinto Concelho de Castelo Bom na Igreja Matriz daquela antiga Vila”, *Praça Velha – Revista Cultural*, N.^o 19, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, 2006.

- CAETANO, Carlos – “A demolição das muralhas de Pinhel no contexto da destruição das muralhas medievais das cidades europeias”, *Praça Velha – Revista Cultural*, N.º 20, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, 2006, pp. 33-48.
- CAETANO, Carlos – “Quinhentos Anos de Arquitectura Municipal: As Casas da Câmara dos velhos Concelhos da Beira Interior”, *Património I Jornadas – Belmonte – Actas*, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 2008, pp. 241-243.
- CAETANO, Carlos – “A antiga Casa da Câmara de Ovar”, *Dunas – Temas e Perspectivas – Revista Anual sobre Cultura e Património da Região de Ovar*, N.º 9, Ovar, Câmara Municipal de Ovar; 2009.
- CAETANO, Carlos – “As casas da câmara dos antigos concelhos do Vale do Tâmega – Um olhar sobre um património desconhecido”, *II Congresso Histórico de Amarante 2009 – Património, Arte e Arqueologia*, Actas, Tomo I, II Volume, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2009, pp. 143-167.
- CAETANO, Carlos – “Casa da Câmara” de Cascais in *Dicionário da História de Cascais* (no prelo).
- CAETANO, Carlos – “Casa da Roda” de Cascais in *Dicionário da História de Cascais* (no prelo).
- CAETANO, Marcello – *História do Direito Português [1140-1495]*, 2.ª Ed., Lisboa, Verbo, 1985.
- CAIROLA, A.; CARLIS, E. - *Le “Palazzo Publico” de Sienne*, Roma, Editalia, 1965.
- CALADO, Mariano – *Peniche na História e na Lenda*, 3.ª Edição, Ed. Autor, 1984.
- CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana do Castelo*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.
- CALDAS, José – “Guimarães” in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Vol. 2.º, Porto, Emílio Biel & C.ª Editores, 1907.
- Câmara Municipal de Celorico de Basto – *Celorico de Basto – Entre o Passado e o Futuro*, Celorico de Basto, Câmara Municipal de Celorico de Basto, [s.d.].
- Câmara Municipal de Coruche – *Caracterização do Concelho de Coruche*, Coruche, (policopiado).
- Câmara Municipal de Rio Maior – *Descobrir o Concelho de Rio Maior*, 2. Ed., Rio Maior.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão – “A História de Landim”, in *Boletim Cultural* 10/11, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1990/91.
- CAMPOS, Eduardo – “Nota sobre a casa da Câmara”, in Manuel António Morato e João Valentim da Fonseca Mota, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes, para servir de começo aos Anais do Município* [c. 1868], Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 2002.
- CÂNDIDO, Guida da Silva – *Paços do Concelho da Figueira da Foz – História de um Edifício*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 2001.
- CARDOSO, Nuno Catharino – *Pelourinhos da Extremadura*, Lisboa, Edição do Autor, 1936.
- CARDOSO, António (Org. e Prefácio) – *Marânus – Antologia de Textos sobre Amarante: a Terra e as Gentes*, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, [s.d.].
- CARITA, Rui – “As defesas da antiga vila da Praia na Ilha Terceira nos séculos XV a XVII” in *Francisco Ornelas da Câmara – Actas do Colóquio Comemorativo do seu Nascimento*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura / Câmara Municipal da Praia da Vitória, 2007.
- CARVALHO, Amadeu Ferraz de – *A Terra de Besteiros e o Actual Concelho de Tondela (Esboço Histórico e Toponímico)*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 1981 (1.ª Edição, 1943).
- CARVALHO, António Alves de – *Concelho de Celorico de Basto (Monografia)*, [s.l.], [s.n.], [s.d.].
- CARVALHO, Filomena de (Coordenação) – *Arquivo Municipal – Seia*, Seia, Câmara Municipal de Seia, 2001.
- CARVALHO, João Manuel A. S. de – *Diário da Peste de Coimbra (1599)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.
- CARVALHO, J. M. Teixeira de – “Os Presos da Cadeia de Lamego” in *Bric-À-Brac – Notas Históricas e Arqueológicas*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1926.
- CARVALHO, Paulo – *A Vila da Lousã – Contributo para um Estudo de Geografia Urbana*, Lousã, Câmara Municipal da Lousã, 1999.
- CARVALHO, Sérgio Luís de – *História de Sintra – As Eras da Vila no Contexto do seu Tempo*, Sintra, Sintra Editora, 1992.
- Castelo de Silves*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 51, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Março de 1948.
- CASTILHO, Júlio de – *A Ribeira de Lisboa – Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, 5 Vol.s, 3.ª Edição, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1948-1981.
- CASTRO, Ângela – *Memórias da Urbe*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 1984.
- CAVACO, Hugo – “Visitações” da *Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio (Subsídios para o Estudo da História da Arte no Algarve)*, Vila Real de Santo António, 1987.
- CAVACO, Hugo – *Castro Marim Quinhentista – O Foral Novo (de 1504) e o Tombo da Comenda (de 1509) – Subsídio para uma interpretação histórica da Vila*, Castro Marim, Câmara Municipal de Castro Marim, 2000.

- CHADYCH, Danielle; LEBORGNE, Dominique - *Atlas de Paris – Évolution d'un Paysage Urbain*, Paris, Parigramme, 1999.
- CHAMBINO, Mário Lobato – *Rosmaninhal – Lembranças de um Mundo Cheio*, Associação de Estudos do Alto Tejo – Núcleo Regional de Investigação Arqueológica, N.º 3, 2.ª Edição, Vila Velha de Ródão, 2000.
- CHAVES, Agostinho; MAGALHÃES, Edmundo – *Gondomar – Um Coração Rendilhado*, Gondomar, Câmara Municipal de Gondomar, 1999.
- CHAVES, Luís – *Os Pelourinhos Portugueses*, Vila Nova de Gaia, 1930, *apud* in Júlio Rocha e Sousa, *Pelourinhos do Distrito de Viseu*, Viseu, Edição do Autor, 1998.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain – *Dicionário de Símbolos*, Lisboa, Teorema, 1994.
- CHICÓ, Mário Tavares – *A Arquitectura Gótica em Portugal*, 2.ª Edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1968.
- CIDADE, Hernâni – “Azaruja” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 94 (Reimpressão da 1.ª Edição, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 1927).
- CIPRIANO, Rui Marques – *Vamos Falar da Lourinhã*, Lourinhã, Câmara Municipal da Lourinhã, 2001.
- COELHO, António Borges – *Comunas ou Concelhos*, Lisboa, Prelo Editora, 1973.
- COELHO, António Borges; MARQUES, Gustavo, *Vendas Novas – História e Património*, Vendas Novas, Câmara Municipal de Vendas Novas, 1991.
- COELHO, António Matias – *Histórias do Património do Concelho de Constância*, Constância, Câmara Municipal de Constância, 1999.
- COELHO, António Matias – “Cadeia Concelhia – Recuperar o edifício, preservar a memória”, *Constância – Boletim Informativo*, N.º 111, Maio/Junho 2008, pp. 15-17
- COELHO, José – *Beira Histórica, Arqueológica e Artística – Memórias de Viseu (Arredores) I – A Freguesia do Salvador e o extinto Concelho do Barreiro e Notas Toponímicas de Viseu e Concelhos Limitrofes*, Viseu, Edição do Autor, 1941.
- COELHO, José – *Património Etnológico da Beira – Feixe de 12 teses apresentadas ao VII Congresso Beirão em Viseu e unanimemente aprovadas na sessão de 16 de Setembro de 1942*, Viseu, Edição do Autor, [s.d.].
- COELHO, Laranjo; PROENÇA, Raul – “Castelo de Vide” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 407 (Reimpressão da 1.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927).
- COELHO, Laranjo; PROENÇA, Raul – “Marvão” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 413 (Reimpressão da 1.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927).
- COELHO, Maria Helena da Cruz – “No palco e nos bastidores do Poder Local”, in Fernando Taveira da Fonseca (Coord.), *O Poder Local em tempo de Globalização – Uma História e um Futuro*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica / Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005, p. 73.
- COIMBRA, Artur Ferreira, *Fafe – A Terra e a Memória*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1997.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá – “Um Pouco de História”, *Notícias de Freixo de Numão*, N.º 28, Outubro de 1984.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá; TRABULO, António Alberto Rodrigues – *Evolução Político-Administrativa na Área do Actual Concelho de Vila Nova de Foz Côa – Séculos XII a XX*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Foz Côa, 1995.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá; TRABULO, António Alberto Rodrigues – *Por Terras do concelho de Foz Côa - Subsídios para a sua História - Estudo e Inventário do seu Património*, 2ª edição, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1999.
- CONDESSA, Maria Sofia Marques – *A Memória das Cidades dos Séculos XII a XIV nas Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*, Cascais, Patrimonia Histórica, 2001.
- Convívio com as Freguesias – Celavisa* (15-5-1999), Celavisa, Junta de Freguesia de Celavisa, 1999.
- CORBOZ, André – *Haut Moyen Age*, Friburgo, Office du Livre, 1970.
- COROMINAS, Joan – *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*, Madrid, Gredos, 2003 (11.ª reimpressão da 3.ª Edição, Madrid, 1973).
- CORRAL GARNICA, Rosario Díez del – *Arquitectura y Mecenazgo – La imagen de Toledo en el Renacimiento*, Madrid, Alianza Editorial, 1987.
- CORREIA, Alberto – *Viseu*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*, Rodrigo José de Lima Felner (ed.), Tomo II, Livro Segundo, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1860.
- CORREIA, José Eduardo C. Horta – *Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, 2.ª Edição, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.
- CORREIA, Lopes – *Trancoso (Notas para uma Monografia)*, 2.ª Edição, Trancoso, Câmara Municipal de Trancoso, 1989.

- CORTES, Nuno Osório – *O Abandono de Crianças no Algarve – O Caso dos Expostos de Loulé (1820-1884)*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Porto, Porto, 1991 (policopiado).
- CORTESÃO, Jaime – “Pombal” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 509. (Reimpressão da 1.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927).
- COSTA, Alexandre Carvalho da – *Nisa – Suas Freguesias Rurais*, 1996.
- COSTA, Anabela Valente Pereira da – *Os Paços do Concelho de Oliveira de Azeméis*, trabalho escolar Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000 (policopiado).
- COSTA, António Domingues de Sousa – *O Mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993.
- COSTA, Fernando Jorge dos Santos Portugal; ALVES, João António de Sequeira – *Aguiar da Beira, A Terra e as Gentes*, Aguilar da Beira, Câmara Municipal de Aguilar da Beira, [s.d.].
- COSTA, Jorge Braga da – *Pelourinhos do Distrito de Lisboa – Relação dos Pelourinhos existentes no Distrito de Lisboa no Final do Século XX*, Lisboa, Governo Civil de Lisboa, 2001.
- COSTA, Lucília Verdelho da – *Alfredo de Andrade (1839-1915) – Da Pintura à Invenção do Património*, Lisboa, Veja, 1997.
- COSTA, Luís – *Braga – Roteiro Monumental e Artístico do Centro Cívico*, Braga, 1985.
- COSTA, Maria Clara Pereira da – *Da Investigação Histórica sobre a Casa de Camões em Constância*, Constância, 1977.
- COSTA, Maria Isabel Gomes Marques M. da – *Monografia de Ouguela*, 1981 (policopiado).
- COSTA, Paulo Ferreira da; GALANTE, Helena Sanches – *Cadaval, Contributos para o Estudo da Memória de uma Concelho*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000.
- COSTA, Sousa – *Grandes Dramas Judiciários (Tribunais Portugueses)*, Porto, Editorial “O Primeiro de Janeiro”, 1944.
- CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, 2 volumes, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 1992.
- CRESPO, Marques – “Extremôs” in Pedro Muralha (Dir.), *Álbum Alentejano – Distrito de Évora*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Bele, [s.d.], p. 282.
- CRUZ, Joaquim do Vale – *A Vila de Alcanede*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1995.
- CRUZ, Júlio – *Viseu Revisitado* (no prelo).
- CUNNINGHAM, Colin – “Town Hall” in *The Dictionary of Art*, Vol. 31, Nova Iorque, Grove Macmillan Publishers, 1996.
- D’AZEVEDO, Álvaro Rodrigues – *Benavente – Estudo Histórico-Descritivo*, Benavente, Reimpressão da Câmara Municipal de Benavente, 1981 (Lisboa, 1926).
- Da Vila de Ontem à Cidade de Hoje*, Catálogo da exposição organizada pela Comissão de História Urbana da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém no Museu Distrital de Santarém, de 13 a 29 de Janeiro de 1979 (policopiado).
- DIAS, Domingues – Prefácio a *Foral das Terras de Jales*, “Tradução e Coordenação” de António Gil, Vila Pouca de Aguiar, Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, 2004.
- DIAS, João José Alves; MARQUES A. H. de Oliveira, RODRIGUES, Teresa, *Álbum de Paleografia*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.
- DIAS, João José Alves – *Paio de Pele – A Vila e a Região do Século XII ao XVI*, Santarém / Vila Nova da Barquinha, Junta Distrital de Santarém / Câmara Municipal da Barquinha, 1989.
- DIAS, João José Alves – *Gentes e Espaços (Em torno da População Portuguesa na Primeira Metade do Século XVI)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.
- DIAS, Manuel Augusto – *Chão de Couce – Estudo Monográfico*, Chão de Couce, Junta de Freguesia de Chão de Couce, 2001.
- DIAS, Pedro – *Coimbra – Guia para uma Visita*, Coimbra, Dias e Maleitas, 1970.
- DIAS, Pedro – *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- DIAS, Pedro – *Coimbra – Arte e História*, 3.ª Edição, Coimbra, Minerva, 1995.
- DIAS, Pedro; REBELO, Fernando – *Lousã – A Terra e as Gentes*, Lousã, Câmara Municipal da Lousã, 1985.
- Dicionário da Língua Portuguesa*, 8.ª Edição, Porto, Porto Editora, 1998.
- DIONÍSIO, Paula Carolina Ramos – *A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim – Assistência e Caridade numa Vila Piscatória (1756-1806)*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 2005.
- DOCUMADRID, *La Plaza de La Villa*, Madrid, Ediciones La Librería, 2001.
- DOMINGUES, Maria de Jesus; SILVA, Armando B. Malheiro da – *Heráldica Melgacense – Associativa, de Domínio e Eclesiástica*, Melgaço, Câmara Municipal de Melgaço, 1989.

- Domus Municipalis, Bragança*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 4, Lisboa, Junho de 1936.
- DURÃES, Margarida – “Breve História da Formação do Município Famalicense, em 1835” in *Boletim Cultural* N.º 1; Novembro 1980, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1980, pp. 13-25.
- ELISEU, José das Neves Gomes – *Esboço Histórico do Concelho de Vila Nova de Ourém* [1868], reimpressão in AAVV, *Ourém, Três Contributos para a sua História*, Ourém, Câmara Municipal de Ourém, 1994.
- “Em defesa do património de Pinheiro da Bemposta”, *Com Tradição*, N.º 13, Agosto-Outubro, Bemposta, 1995.
- ENLART, Camille – “Hotels de Ville” in *Manuel d’Archéologie Française depuis les Temps Mérovingiens Jusqu’à la Renaissance*, Deuxième Partie – Architecture Civile et Militaire, 2.ª Ed., Paris, Auguste Picard, 1932, pp. 325-339.
- ESPANCA, Túlio – “Notável achado de arte em Monsaraz” in *Notícias de Évora*, Ano 59, N.º 17.509, de 29 de Novembro de 1958.
- ESPANCA, Túlio – *Évora e o seu Distrito*, Évora, Livraria Nazareth, 1959.
- ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VIII, *Distrito de Évora: Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, 2 tomos, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1975.
- ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, *Distrito de Évora – Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, 2 tomos, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1978.
- ESTEVAM, José – *Anais de Alcochete – Dados Históricos desde o Século XIII*, Lisboa, Edição de Couto Martins, 1956.
- FARINHA, P.e António Lourenço – *A Sertã e o seu Concelho*, Lisboa, Escola Tip. das Oficinas de S. José, 1930.
- FERNANDES, A. de Almeida – *As Dez Freguesias do Concelho de Tarouca (História e Toponímia)*, Braga, Câmara Municipal de Tarouca, 1995.
- FERNANDES, Armando; RODRIGUES, Luís Alexandre – *Monografia das Freguesias do Concelho de Bragança*, Bragança, Câmara Municipal de Bragança, 2004.
- FERNANDES, José Manuel – *Angra do Heroísmo – Aspectos Urbano-Arquitectónicos*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.
- FERNANDES, José Manuel – “Ribeira Grande, Açores – Urbanismo, Arquitectura e Ordenamento” in *Atlântida – Revista de Cultura*, Vol. XLIV, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1998-1999.
- FERNANDES, Paulo Jorge da Silva – *Elites e Finanças Municipais em Montemor-o-Novo do Antigo Antigo Regime à Regeneração (1816-1851)*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o Novo, 1999.
- FERNANDES, Rui Rosado – *Campo Maior – Vila quase Cidade entre os Séc.s XVI-XVII*, Campo Maior, Câmara Municipal de Campo Maior, 1987.
- FERREIRA, Anabela – *O Edifício da Antiga Câmara de Alverca – Uma Arquitectura Setecentista*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005 (policopiado).
- FERREIRA, Anabela – *Casa da Câmara de Alverca – Conhecer a sua História, Valorizar um Património (1755-1855)*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património da Universidade Aberta (policopiado).
- FERREIRA, Cândida Florinda – *Carrazeda de Ansiães – Notas Monográficas*, Lisboa, [s.n.], [s.d.].
- FERREIRA, Eduardo Marrecas – *Aljubarrota – Pequena Monografia*, Lisboa, Oficinas Fernandes, 1931.
- FERREIRA, Francisco Messias Trindade – *A Antiga Freguesia de Eixo e Oliveirinha e a sua População (1666-1900) – Estudo Demográfico*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 2001.
- FERREIRA, J. A. Pinto – *Freixo de Numão – Apontamentos*, Porto, Edições Marânus, 1954.
- FERREIRA, J. C. Lobato – *Monografia da Antiga Vila de Belver (da Ordem de S. João do Hospital)*, Gavião, Câmara Municipal de Gavião, 1999.
- FIGUEIRA, Henrique Albino – “A Visita de El-Rei D. Sebastião em Ourique” in *Cadernos Culturais d’Ourique*, Ourique, ORIK/Associação de Defesa do Património de Ourique, 2006.
- FIGUEIRA, Henrique Albino – “O Assalto à Cadeia de Ourique” in *Cadernos Culturais d’Ourique*, Ourique, ORIK/Associação de Defesa do Património de Ourique, Agosto de 2007.
- FIGUEIREDO, A.C. Borges de – *Coimbra Antiga e Moderna*, Coimbra, Almedina, 1996.
- FIGUEIREDO, José Francisco – *Monografia de Nisa*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1956.
- FIGUEIREDO, Paula – 2003 “Antiga casa da Câmara de Belmonte/Biblioteca Municipal”, ficha do IPA / Monumento; N.º IPA 0501010022, 2002/2003.
- FILHO, Adolfo Morales de los Rios – *O Rio de Janeiro Imperial*, 2.ª Edição, Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 2000 (1.ª edição 1946).

- FLORES, Joaquim António de Moura – *Trabalho realizado no âmbito do primeiro semestre do Curso de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e dos Núcleos Urbanos*, Faculdade de Arquitectura, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1995/96.
- FOLGADO, José Ferreira – *Medalhas do Concelho da Covilhã – Aspectos Medalhísticos e Monográficos – 1861-1990*, Covilhã, Ed. do Autor, 1991.
- FONSECA, Fernando Taveira da (Coord.), *O Poder Local em tempo de Globalização – Uma História e um Futuro*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica / Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005.
- FONSECA, João José Samouco da – *História da Chamusca I – das Origens a 1643*, Chamusca, Câmara Municipal da Chamusca, 2001.
- FONSECA, Jorge – *Arquivo Histórico Municipal de Arraiolos – Inventário*, Arraiolos, Câmara Municipal de Arraiolos, 1999.
- FONSECA, Jorge (Coord.) – *Montemor-o-Novo Quinhentista e o Foral Manuelino*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2003.
- FONSECA, Teresa – *Absolutismo e Municipalismo: Évora, 1750-1820*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.
- FRAGA, João Baptista de Almeida – *Melo na História e na Genealogia*, 2.^a Edição, Lisboa, ed. do Autor, 2003.
- FRANÇA, José-Augusto – *Tomar*, Lisboa, Editorial Presença, 1994.
- FRANCO, Norberto – *O Porquê de Barrancos*, Barrancos, Município de Barrancos, 2005.
- FREITAS, Eugénio da Cunha e – *Vila do Conde – 2. História e Património*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001.
- FURRIEL, Francisco Jorge – *Da Pré-História à Actualidade – Monografia de Porto de Mós* (3 Vol.s), Porto de Mós.
- GALLINO, Antonella – *Simboli del Potere e Grandi Dinastie*, Milão, Electa, 2004.
- GARCIA, Eduíno Borges – *Acerca dos Pelourinhos dos Coutos de Alcobaça – Encontro do Desaparecido Pelourinho de Alfeizerão*, Alcobaça, Alcobaciana, [s.d.].
- GARCIA, Manoel Emygdio – *A Roda dos Expostos*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1871.
- GASCON, José António Guerreiro – *Subsídios para a Monografia de Monchique*, 2.^a Edição, Faro, Algarve em Foco Editora, 1993 (1^aed., 1955).
- GASPAR, João Gonçalves – *Eixo na História*, Eixo, Paróquia de Santo Isidoro, 1998.
- GASPAR, Jorge – “Do Pelourinho ao Centro Comercial”, *Povos e Culturas*, N.º 2 – *A Cidade em Portugal: Onde se Vive*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa / Universidade Católica Portuguesa, 1987, pp. 243-259.
- GASPAR, Jorge (Dir.) – *Monografia do Concelho de Figueiró dos Vinhos*, Figueiró dos Vinhos, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2004.
- GOÊS, Manuel Lourenço Casteleiro de – *Beja – XX Séculos de História de uma Cidade*, Beja, Câmara Municipal de Beja, 1999.
- GOLAN, Steven Robert – *Scenes from Roman Republican History in Seventeenth-Century Dutch Art: ‘Exempla Virtutis’ for Public and Private Viewing*, Dissertação de Doutoramento na Universidade do Kansas, 1994. Acessível em <http://www.sendspace.com/file/8pm4k3>.
- GOMES, Fátima Freitas – *Machico – A Vila e o Termo: Formas do Exercício do Poder Municipal (Fins do Século XVII a 1750)*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2002.
- GOMES, Manuel Maia – *Memória Descritiva e Justificativa – Projecto de Ampliação do Edifício dos Paços do Concelho [de Vila do Conde]*, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1996 (policopiado).
- GOMES, Paulino – *Covilhã – Percursos de Uma História Secular*, Paços de Ferreira, Héstia Editores, 2003.
- GOMES, Paulo Varela – *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Séc. XVIII*, Lisboa, Caminho, 1988.
- GOMES, Rita Costa – *A Guarda Medieval – Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*, Cadernos da *Revista de História Económica e Social* 9-10, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987.
- GOMES, Saúl António – *Porto de Mós Medieval (Breves Subsídios para o seu Conhecimento)*, Porto de Mós, Câmara Municipal de Porto de Mós, 1985.
- GONÇALVES, F. – “Artistas Estrangeiros em Portugal – II – Reinaldo Oudinot na Póvoa do Varzim”, *Brotéria*, Vol. 47, Lisboa, 1948.
- GONÇALVES, A. Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VI, *Distrito de Aveiro – Zona Sul*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1959.
- GONÇALVES, A. Nogueira – “O Escultor João de Ruão e a Misericórdia de Coimbra” in *Estudos de História da Arte da Renascença*, Aveiro, Livraria Estante Editora, s.d.
- GONÇALVES, Fernando de Sousa e Silva (Ed.) – *Memórias de Vila Real*, 1.^o Volume, Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real / Câmara Municipal de Vila Real, 1987.
- GONÇALVES, Gabriela A. M. – *Lanheses – Subsídios para uma Monografia*, Viana do Castelo [Arquivo Municipal de Viana do Castelo], s.d. (policopiado).

- GONÇALVES, João Ludgero M. – *Fontes do Concelho do Cadaval – Sistemas de Captação e de Abastecimento de Água*, Cadaval, Câmara Municipal do Cadaval, 2001.
- GONÇALVES, José Pires – “O Fresco dos Paços da Audiência de Monsaraz” in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, N.º 5, Évora, 1966.
- GONÇALVES, Luís Manuel – *Sardoal do Passado ao Presente – Alguns Subsídios para a sua Monografia*, Sardoal, Câmara Municipal do Sardoal, 1992.
- GORDO, João António – *Regresso aos Municípios*, 2.ª Edição, Castelo de Vide, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 1987 (1ª ed. 1925).
- GRAÇA, Lais Santos – *Montijo – Imagens da Tradição Concelhia*, Montijo, Elo, 2001.
- GRADIM, Alexandra – *O Espaço Urbano e Rural de Alcoutim. Dos Finais da idade Média ao Fim do Antigo Regime* (no prelo).
- GREGÓRIO, Paulo Renato Ermitão – *A Igreja da Misericórdia de Torres Novas – Um Estudo Monográfico (1572-1700)*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, 2003.
- GUERREIRO, Hugo – *Évoramonte – Um Contributo para a sua História e Património Cultural Edificado*, Estremoz, Câmara Municipal de Estremoz.
- GUIA, A. Bento da – *Os Oito Concelhos de Moimenta da Beira*, 3.ª Edição, Moimenta da Beira, Câmara Municipal de Moimenta da Beira, 2001.
- Guia da Esgueira*, Junta de Freguesia da Esgueira, Esgueira.
- Guia do Múncipe – Câmara Municipal de Redondo*, Redondo, Câmara Municipal de Redondo, 2001.
- GUIMARÃES, Ribeiro – *Summario de Varia Historia – Narrativas, Lendas, Biographias, Descripções de Templos e Monumentos, Estatisticas, Costumes Civis, Políticos e Religiosos de Outras Eras*, Lisboa, Rolland & Semiond, 1872.
- GUSMÃO, Artur Nobre de – *A Real Abadia de Alcobça – Estudo Histórico-Arqueológico*, 2.ª Edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1992 (1.ª ed., 1948).
- GUTIERREZ, Ramón – *Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica*, 3.ª Edição, Madrid, Cátedra, 1997.
- HENRIQUES, Guilherme João Carlos (da Carnota) – *Alemquer e seu Concelho – Parte X – A Villa de Alemquer*, 2.ª Edição, Lisboa, 1902.
- HEYDENREICH, Ludwig H.; Lotz, Wolfgang - *Arquitectura en Italia 1400-1600*, Madrid, Manuales Arte Catedra, 1991.
- Igreja de Almacave – Lamego* – Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 67, Lisboa, Março de 1952.
- Imagens de Famalicão Antigo* – Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1990.
- Inventário do Património Construído do Concelho de Vila Nova de Gaia*, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (policopiado).
- IRIA, Alberto – *A Invasão de Junot no Algarve (Subsídios para a História da Guerra Peninsular – 1808-1814)*, Lisboa, [s.n.], 1941.
- IRIA, Alberto – *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do Século XV (Subsídios para a sua História) – 1401-1449*, Volume I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990.
- ISIDORO, Alcina; et alii – *Do Foral à Covilhã do Séc. XII*, Covilhã, Associação de Estudo e Defesa do património Histórico-Cultural da Covilhã, 1988.
- JULIÁ, Santos; RINGROSE, David; SEGURA, Cristina – *Madrid – Historia de una Capital*, Madrid, Alianza Editorial, 1994.
- Junta Distrital de Beja (Organização) – *Museu Regional de Beja – Catálogo de Algumas das Principais Peças*, Beja, Junta Distrital de Beja, [s.d.].
- KAUFMAN, Emil – *La Arquitectura de la Ilustración*, Barcelona, Gustavo Gili Ed., 1974.
- KOSTOF, Spiro – *Historia de la Arquitectura*, 3 vols., Madrid, Alianza Editorial, 1988.
- KOSTOF, Spiro – *The City Assembled – The Elements of Urban Form Throug History*, 2.ª Edição, Londres, Thames & Hudson, 1999 (1ª ed. 1992).
- KOSTOF, Spiro, *The City Shaped – Urban Patterns and Meanings Through History*, 3.ª Edição, Londres, Thames & Hudson, 2001 (1ª ed. 1991).
- LADEIRA, Francisco Dias – *A Vila de Águeda – Monografia*, Águeda, Ed. do Autor, [s.d.].
- LAMY, Alberto Sousa – *Datas da História de Ovar, 922-2005*, 4 vols., Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2005.
- LANDEIRO, José Manuel – *O Concelho de Penamacor, na História, na Tradição e na Lenda*, [s.l.], [s.n.], [s.d.].
- LANGHANS, Franz-Paul – *Estudos de Direito Medieval – As Posturas*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / Instituto Jurídico, 1937.
- LARANJO, F. J. Cordeiro – *Vultos e Ruas de Lamego*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego, 1993.
- LARANJO, F. J. Cordeiro – *No Compasso do Concelho de Lamego (24 Freguesias)*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego, 1995.

- LARANJO, F. J. Cordeiro – *Cidade de Lamego – Castelo*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego, 1994.
- LEÃO, José Manuel – “Agência em Évora: a questão das fachadas do edifício”, *Revista Interna do Banco de Portugal*, N.º 12, Lisboa, Março de 1989.
- LEBOVICH, William L. - *America's City Halls*, catálogo da exposição, Washington, Historic American Building Survey / The Preservation Press / National Trust for Historic Preservation in the United States, 1984.
- LEITE, Antonieta Reis – “Angra – Um Porto no Percurso da Cidade Portuguesa”, *Atlântida*, Vol. XLVII, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2002.
- LEITE, Fernando Barbosa Barros – *Concelho de Penalva do Castelo – Recolha Bibliográfica / Contributo para uma Monografia*, Penalva do Castelo, Câmara Municipal de Penalva do Castelo, 1997.
- LEITE, Luís Emanuel Melo – *Casa da Câmara da Ribeira Grande: Contexto, História e Memória*, Trabalho escolar para a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2007 (policopiado).
- LEMONS, Álvaro Viana de – *A Lousã e o seu Concelho*, 2.ª Reedição, Lousã, Câmara Municipal da Lousã, 2001.
- LICHNOWSKY, Félix – *Portugal – Recordações do Ano de 1842*, Lisboa, Frenesi, 2005.
- LIMA, Alfredo Pereira de – *O Palácio Municipal de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, ed. do Autor, 1967.
- LIMA, Miguel Pedroso de; RAMALHO, José Filipe – *Projecto de Salvaguarda e Valorização do Castelo e Fortificação de Ouguela*, Projecto Alentejo-Extremadura (PAX), (policopiado).
- LINO, Mário – *Louriçal – Imagens da Freguesia*, Pombal, Câmara Municipal de Pombal, 2005.
- LOJENDIO, María; RODRÍGUEZ Abundio, Luis de - *La España Romanica – Castilla/2 – Soria, Segovia, Avila y Valladolid*, Madrid, Encuentro Ediciones, 1981.
- LOPES, Augusto, “*Rio Maior – Síntese histórica*” (policopiado).
- LOPES, Francisco Luiz – *Breve Notícia de Sines, Patria de Vasco da Gama*, Sines, re-impressão Câmara Municipal de Sines, 1985 (1ª ed., Lisboa, Tipografia do Panorama, 1850).
- LOPES, João Baptista da Silva – *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 2 vols., Faro, Reimpressão da Editora Algarve em Foco, 1988 (1.ª Edição, 1841).
- LOPES, Manuel – “O Génio do Lugar” in *O Comércio da Póvoa de Varzim*, 17-7-1986.
- LOPES, Roger Teixeira – *Valpaços – Património Artístico, Terra Transmontana*, Mirandela, João Azevedo Editor, 1997.
- LOUREIRO, José Pinto – *Concelho de Nelas (Subsídios para a História da Beira)*, 3.ª Edição, Nelas, Câmara Municipal de Nelas, 1988.
- Loures – *Tradição e Mudança I Centenário da Formação do Concelho – 1886-1986*, Loures, Serviços Culturais do Município de Loures.
- LOURO, P.º Henrique da Silva – *Cardigos, Subsídios para a sua História*, Vila da Maia (Porto), Gráfica Maiadouro, 1982.
- LOURO, Manuel Francisco Estanco – *O Livro de Alportel – Monografia*, 3.ª Edição, S. Brás de Alportel, Câmara Municipal de S. Brás de Alportel.
- LOZANO BARTOLOZZI, María del Mar – *Historia del Urbanismo en España II – Siglos XVI, XVII y XVIII*, Madrid, Cátedra, 2011.
- LUCAS, Isabel Maria Mendes Oleiro – *Subsídios para a História do Concelho do Montijo – Cronologia Geral*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 1992.
- MAÇÃO, Hélder Vitória – *Tancos – Ecos do passado*, Vila Nova da Barquinha, Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, 1995.
- MACEADO, António Lourenço da Silveira – *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, 4 vols., Angra do Heroísmo, Região Autónoma dos Açores / Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, (reimpressão fac-similada da edição de 1871).
- MACEADO, Luís Pastor de; ARAÚJO, Norberto de – *Casas da Câmara de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1951.
- MACHADO, Francisco Soares de Lacerda – *História do Concelho das Lages (Ilha do Pico)*, Figueira da Foz, Tipografia Popular, [s.d.].
- MACHADO, João Saavedra – “As Caldas – A fundação do Hospital e da vila pela Rainha D. Leonor – Aspectos da sua evolução até ao séc. XVII”, in Luís Nuno Rodrigues, Mário Tavares e João B. Serra (Coord.), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993.
- MACHADO, José Pedro – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais Antiga Documentação Escrita e Conhecida de muitos dos Vocábulos Estudados*, 3 vols., 2.ª Edição, Lisboa, Editorial Confluência e Livros Horizonte, 1967.
- MACHADO, Margarida Vaz do Rego – *Os Paços do Concelho da Vila de Lagoa*, Lagoa, Câmara Municipal de Lagoa, 2000.
- Madrid - *Atlas Historico de la Ciudad*, Madrid, Fund. Caja de Madrid e Lunwerg Editores, [s.d.].

- MAGALHÃES, Joaquim Romero – “Os concelhos”, *No Alvorecer da Modernidade* coord. de Joaquim Romero Magalhães, *História de Portugal*, dir. por J. Mattoso, Vol. III, Lisboa, Estampa, 1997.
- MAGALHÃES, P.^c Francisco de Azevedo Coelho de – *Historia Antiga e Moderna da Sempre Leal e Antiquíssima Villa de Amarante desde a sua Primeira Fundação pelos Turdetanos...*, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2008 (reimpressão fac-similada da 1.^a edição, Londres, 1814).
- MALAFIA, E. B. de Ataíde – *Pelourinhos Portugueses – Tentâmen de Inventário Geral*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- MALVEIRO, José Pereira – *Garvão – Herança Histórica*, [s.l.], Edição do Autor, 2003.
- MANIQUE, António Pedro – “A Evolução territorial do Concelho de Vila Franca de Xira de fins do Antigo Regime a 1926” in *Boletim Cultural*, N.º3, Vila Franca de Xira, Edição da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1987/8, pp. 73-87.
- MANIQUE, Luís de Pina – *A Arte Manuelina na Arquitectura de Alvito – Impressões e Apontamentos*, 4.^a ed., Alvito, Edição Câmara Municipal de Alvito, 2005 (1.^a ed., 1949).
- MARÍAS, Fernando – *El Largo Siglo XVI – Los Usos Artísticos del Renacimiento Español*, Madrid, Taurus, 1989.
- MARKL, Dagoberto L. – “A Justiça de Deus e a Justiça dos Homens – Uma pintura de Justiça em Monsaraz”, *Cadernos 2, O Fresco do Antigo Tribunal de Monsaraz – Conservação e Restauro*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1999.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – “Pesos e Medidas” in Joel Serrão (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves – *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2003.
- MARQUES, António *et alii* – “Centro Histórico de Belmonte, incluindo a provável Judiaria”, ficha do IPA, Conjunto; N.º IPA 0501010015, 2002/2003.
- MARQUES, Bernardo de Serpa – “Formação e Evolução Territorial do Concelho de Amarante”, *Entremuros – Revista Cultural – Amarante*, N.º 1, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 1990, pp. 10-14.
- MARQUES, Jaime – *Ulme – Uma Vila – A História e as suas Tradições*, Ulme, Junta de Freguesia de Ulme, 2002.
- MARQUES, José – “A Administração Municipal de Vila do Conde, em 1466”, Separata da Revista *BRACARA AUGUSTA*, Vol. XXXVII, Braga, 1983.
- MARQUES, José – “A Administração Municipal de Mós de Moncorvo, em 1439” in *Brigantia – Revista de Cultura*, Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, N.ºs 2-3-4, Abril-Dezembro de 1985, Vol. V, pp. 543-560.
- MARQUES, José – “O Concelho Alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, Vol. V, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1988.
- MARQUES, Monsenhor José Pinheiro – *Terras de Algodres (Concelho de Fornos)*, Fornos de Algodres, Câmara Municipal de Fornos de Algodres, 2001 (reimpressão da 1.^a Edição, 1938).
- MARQUES, Padre Manuel – *Assumar e Nuno Álvares – Alguns Subsídios para uma Monografia*, Évora, Gráfica Eborense, 1961.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *As terras de Mira – perspectiva histórica*, Mira, Câmara Municipal de Mira, 1993.
- MARTA, Roberto – *L'Architettura Manuelina – Protagonista dell'Impero Portoghese*, Roma, Edizioni Kappa, 1998.
- MARTINHO, António Manuel Matoso – “Tondela – Breve Percorso Histórico” in D. Jaime – *Cadernos de Cultura*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 2003.
- MARTINS, A. Rita – “Redondo e a Serra de Ossa” in Pedro Muralha (Dir.), *Álbum Alentejano – Distrito de Évora*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Bele, [s.d.], p. 441.
- MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira – *O Mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: O Percorso de uma Comunidade Feminina*, Porto, Universidade Portucalense, 2001.
- MARTINS, Isilda Maria Renda – *Loulé no Século XX – Volume I – Da Decadência da Monarquia à Implantação da República*, Lisboa, Ed. Colibri / Câmara Municipal de Loulé, 2001.
- MARTINS, Isilda Maria Renda – *Loulé no Século XX – Volume II – A Primeira República – 1910 a 1926*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2004.
- MARTINS, José António de Jesus – *A Freguesia da Vila de Sagres – Estudo Histórico Monográfico*, Sagres, 2000.
- MARTINS, Oliveira – *A Inglaterra de Hoje (Cartas de um Viajante)*, Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, 1951.
- MATOS, Alfredo de – *A Comarca de Porto de Mós*, 1956.
- MATOS, Sebastião – *Os Expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*, Barcelos, Associação Cultural e Recreativa de Areias de Vilar, 1995.

- MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal – A Monarquia Feudal (1096-1480)*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- MAURÍCIO, Maria Fernanda – *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*, Lisboa, Colibri História, 1997.
- MAURÍCIO, Rui – *O Mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532) – Urbanismo e Arquitectura*, 2 Vol.s, Leiria, Magno Edições, 2000.
- MEDEIROS, Carlos – *Figueiró dos Vinhos – Terra de Sonho*, Figueiró dos Vinhos, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2002.
- Memória Descritiva e Justificativa – Recuperação da Galeria Municipal para a Instalação da Assembleia Municipal [do Montijo]*, Câmara Municipal do Montijo, Junho de 1996.
- Memorial Histórico ou Colecção de Mermorias sobre Oeiras Desde seu Princípio, como Lugar e Cabeça de Julgado, e depois Vila com o Título Condasdo e Cabeça de Concelho*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1982.
- MENDES, António – *Alvarenga – Esboço de uma Monografia*, [s.l.], ed. do autor, 1995.
- MENDONÇA, Manuela – *Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal – Estudos de História Regional Portuguesa*, Vol. 1, Lisboa, Colibri, 1995.
- MERÊA, Manuel Paulo – *O Poder Real e as Cortes*, Coimbra, Coimbra Editora, 1923.
- MERELIM, Pedro de (pseudónimo de Joaquim Gomes da Cunha) – *Memória Histórica do Salão Municipal*, Angra do Heroísmo, [s.n.], 1970.
- MERELIM, Pedro de (pseudónimo de Joaquim Gomes da Cunha) – *Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho*, Angra do Heroísmo, 3.^a Edição, 1984.
- MIGUEL, Pedroso de; RAMALHO, José Filipe – *Projecto de Salvaguarda e Valorização do Castelo e Fortificação de Ouguela*, Projecto Alentejo-Extremadura (PAX) (policopiado).
- MINGUIJÓN, Salvador – *Historia del Derecho Español*, 3.^a Edição, Barcelona, Editorial Labor, 1943.
- MIRANDA, Manuel – *Mira no Século XX*, Mira, Câmara Municipal de Mira, 2005.
- MIRANDA, Marta - *Vila do Conde*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- Monografia do Concelho de Castanheira de Pêra*, 3.^a Edição, Castanheira de Pêra, Câmara Municipal de Castanheira de Pêra, 2004.
- MONTCLOS, Jean-Marie Pérouse de – *Hôtels de Ville de France – De la Curie Romaine à la Mairie Républicaine, Vingt Siècles d'Architecture Municipale*, Paris, Dexia Éd. / Imprimerie Nationale Éd., 2000.
- MONTEIRO, Emília – *Monografia de Marco de Canaveses – Século e Meio de História*, Marco de Canaveses, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1996.
- MONTEIRO, J. Gonçalves – *Armamar – Terra e Gente*, Armamar, Câmara Municipal de Armamar, 1999.
- MONTEIRO, Manuel – “Bragança” in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Vol. 7.^o, Porto, Emílio Biel & C.^a Editores, 1907.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Os Poderes Locais no Antigo Regime” in César Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local [dos Finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- MONTERO VALLEJO, Manuel - *Historia del Urbanismo en España I – Del Eneolítico a la Baja Edad Media*, Madrid, Cátedra, 1996.
- MORAIS, P.e João Pinto de; PINTO, António de Sousa – *Memórias de Ansiães [1721]*, Leitura Introdução e Notas de Ricardo Manuel Paninho Pereira, Ed. Carrazeda de Ansiães, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, 1985.
- MORÁN, Miguel; GARCÍA, Bernardo J. – *El Madrid de Velázquez y Calderón*, Catálogo de Exposição, Madrid, Caja de Madrid / Ayuntamiento de Madrid, 2002-2003.
- MORATO, Manuel António; MOTA, João Valentim da Fonseca – *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes, para servir de começo aos Anais do Município* (Organização de Eduardo Campos), Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 2002 (documento de c. 1868).
- MOREIRA, Carlos Gil – “Rossio de Alcobaça – Praça ou terra de ninguém?”, *Oeste Cultural – Urbanismo*.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes – *O Município e os Forais de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1986.
- MOREIRA, Maria da Conceição – *Linhares – Aspecto Históricos*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques / Reservas e Património Paisagístico, 1980.
- MOREIRA, Rafael – “Portugal, Roma e Galiza: Frei Julião Romero e a Arquitectura da Contra Reforma” in Xosé Carlos Valle Pérez (Coord.), *Do Tardo-Gótico ao Maneirismo – Galiza e Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação Pedro Barrié de la Maza, 1995.
- MOREIRA, Rafael – “Cultura material e visual” in Francisco Bethencourt e Kirty Chaudhuri (Dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

- MOREIRA, Rafael, “Arquitectura: Renascimento e Classicismo”, in Paulo Pereira (Dir.), *História da Arte Portuguesa*, Vol. II, 3ª ed., Lisboa, Temas e Debates, 1999.
- MORENO, Humberto Baquero – “A evolução do Município em Portugal nos séculos XIV e XV” in *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI – Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.
- MORRIS, A. E. J. – *Historia de la Forma Urbana, desde sus Orígenes hasta la Revolución Industrial*, 5ª. Edição, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1995 (1ª ed. 1974).
- MOTA, Valdemar – *Misericórdia da Praia da Vitória – Memória Histórica – 1498-1998*, Praia da Vitória, Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, 1998.
- MOURA, Mário – *Ribeira Grande: Entender a Cidade*, Separata da Revista *Islenha*, N.º 26 – Janeiro-Junho de 2000; Ribeira Grande, Edição Museu da Ribeira Grande, 2000.
- MOURÃO, Cátia, “O Bom e o Mau Juiz – Frescos dos Antigos Paços da Audiência de Monsaraz” separata de *A Cidade de Évora – Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, 2.ª série, n.º 2, Évora, 1996-1997, pp. 297-322.
- MOURO, Manuel Barros – *A Região de Lafões (Subsídios para a sua História)*, 2.ª Edição, Coimbra, [s.n.], 2004.
- MUCCINI, Ugo – *Palazzo Vecchio – Guide de l’édifice, des appartements et des collections*, Florença, Scala, 1989.
- MULLER, Christian - “New evidence for Hans Holbein the Younger’s wall paintings in Basel Town Hall” in *The Burlington Magazine*, Vol. CXXXIII; n.º 1054. Janeiro de 1991, pp. 21-26.
- MULLER, Werner; VOGEL, Gunther – *Atlas de Arquitectura*, 2 vols., Madrid, Alianza Ed., 1992.
- MURPHY, James – *Viagens em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.
- NEMÉSIO, Vitorino– *Memorial da Muito Notável Vila da Praia da Vitória no Centenário da Acção de 11 de Agosto de 1829*, Prefácio, Direcção e Coordenação da reimpresão, refundida e aumentada, de Eduardo Ferraz da Rosa, Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 2002, (1.ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1929).
- NETO, Margarida Sobral – “A persistência senhorial”, *No Alvorecer da Modernidade*, coord. de Joaquim Romero Magalhães, *História de Portugal*, dir. por J. Mattoso, Vol. III, Lisboa, Estampa, 1997.
- NEVES, Elísio Amaral – “O Edifício dos Paços do Concelho”, *A Voz de Trás-os-Montes*, 1981.
- NEVES, Francisco Ferreira (Editor) – “A Memória sobre Aveiro, do Conselheiro José Ferreira da Cunha e Sousa”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1940, p. 83.
- NEVES, Hermano – “Albufeira” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 223 (reimpressão da 1.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927).
- NEVES, Joaquim Pacheco – *Vila do Conde*, 2.ª Edição, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1991.
- NIETO, Victor; MORALES, Alfredo J.; CHECA, Fernando - *Arquitectura del Renacimiento en España, 1488-1599*, 2.ª Edição, Madrid, Manuales Arte Catedra, 1993.
- NOBRE, Antero – *História Breve da Vila de Olhão da Restauração – Monografia Local*, Olhão, Edição de “A Voz de Olhão”, 1984.
- NORTON, Maria Henriqueta C. R. Teixeira da Mota (ed.) – *Terras de Lanhoso – Monografias I – O Inquérito de 1758*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 1987.
- Notícias de Penella – Apontamentos Historicos e Archeologicos*, Lisboa, Casa Minerva, 1884.
- NOVA, Bernardo Vila – *Alcobaça através do Arquivo da sua Câmara Municipal (1836-1902)*, Alcobaça, [s.n.], 1940.
- NOVA, Bernardo Vila – *Notas Etimológicas e outras sobre Alcobaça e sua Região*, Alcobaça, [s.n.], 1958.
- NOVA, Bernardo Vila – *Mais Subsídios para a História de Alcobaça*, Alcobaça, [s.n.], 1962.
- NOVA, Bernardo Vila; NOVA, Silvino Vila, *Breve História de Alcobaça*, Alcobaça, 1995.
- NUNES, Ana Sílvia A. Oliveira – *História Social da Administração do Porto (1700-1750)*, Porto, Universidade Portucalense, 1999.
- NUNES, António Jorge – *Pontes Antigas do Concelho de Bragança*, Mirandela, João Azevedo Editor, 1997.
- NUNES, António Manuel, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo – Templos da Justiça e Arte Judiciária*, Minerva, Coimbra, 2003.
- NUNES, Mário – *Cataventos de Coimbra*, Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 2000.
- OLEIRO, Diogo – “Abrantes” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 383 (reimpressão da 1.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927).
- OLIVEIRA, António de – “A República e as Repúblicas” in FONSECA, Fernando Taveira da (Coord.), *O Poder Local em tempo de Globalização – Uma História e um Futuro*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica / Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005.

- OLIVEIRA, A. Lopes de – *Terras de Bouro*, Terras de Bouro, Câmara Municipal de Terras de Bouro, [s.d.].
- OLIVEIRA, A. Nazaré – *Termas de S. Pedro do Sul (Antigas Caldas de Lafões)*, Viseu, Palimage Editores, 2002.
- OLIVEIRA, Ataíde – *Monografia do Concelho de Loulé*, 3.^a Ed., Faro, Algarve em Foco Editora, 1989 (1.^a Edição, Porto, 1905).
- OLIVEIRA, Ataíde – *Monografia do Concelho de Olhão*, 3.^a Edição, Faro, Algarve em Foco Editora, 1999 (1.^a ed. 1906).
- OLIVEIRA, Camilo de, *O Concelho de Gondomar*, 2 vols. 1936.
- OLIVEIRA, César (Dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local [dos Finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de – “Casas da Câmara de Lisboa” in *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1887, p. 380-388.
- OLIVEIRA, Elisabete (Coord.) – *Alfredo Betâmio de Almeida – Pintura*, Benavente, Câmara Municipal de Benavente, 2004.
- OLIVEIRA, Jorge de; TOMÁS, Ana Cristina – *As Forças do Distrito de Portalegre 140 Anos após a Abolição da Pena de Morte*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.
- OLIVEIRA, Padre Miguel de – *Ovar na Idade Média*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 1967.
- OLIVEIRA, Padre Miguel de – *Válega, Memória Histórica e Descritiva*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 1981.
- ORTIGÃO, Ramalho – *Arte Portuguesa Tomo I – O culto da Arte em Portugal e Outros Estudos*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943.
- “Os Paços do Concelho [de Vila Real] ao longo dos tempos”, in *História ao Café*, N.º 90, Vila Real, Câmara Municipal de Vila Real, 20 de Março de 2002.
- “Os Pelourinhos do Concelho de Vila Franca de Xira” in Catálogo da Exposição *Memórias de Pedra e Cal*, Coordenação de Graça Soares Nunes, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira – Pelouro da Cultura, 2001.
- OTT, Carlos – *A Casa da Câmara da Cidade do Salvador*, Baía, Publicação da Universidade Federal da Baía, 1981.
- PACHECO, Maria Emília Vaz – “A Igreja de Marvila em Santarém” in *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995.
- PARDINHAS, Albertino Alves – *Monografia de Cortegaça*, [s.l.], ed. do autor, 1997.
- PAZ, Pablo N.; GÓMEZ, Pablo R.; GARCIA, Juan V. - *Salamanca – Guía de Arquitectura*, Salamanca, Colegio Oficial de Arquitectos de León, 2001.
- PEDRO, Padre Jorge Simões – *A Trapa – Monografia Histórica*, 1956.
- PEIXOTO, António Maranhão – “Arquivo Municipal de Viana do Castelo: Proposta de solução global” in António Maranhão Peixoto (Coord.), *Actas do III Encontro Navional de Arquivos Municipais*, Viana do Castelo, 1994, pp.s 179 – 187.
- Pelourinhos do Distrito de Lisboa* – Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 123, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Março de 1966.
- PEREIRA, João Manuel Rodrigues – *Elites Locais e Liberalismo – Torres Vedras 1792-1878*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2000.
- PEREIRA, Maria Olinda Alves (Coord.) – *Recenseamento dos Arquivos Locais – Câmaras Municipais e Misericórdias* – Vol. 3 / Distrito de Viana do Castelo, Lisboa, Ministério da Cultura, 1996.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes – *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- PEREIRA, Paulo (Dir.) – *História da Arte Portuguesa*, 3 Vol.s, 3.^a ed., Lisboa, Temas e Debates, 1999.
- PEREIRA, Paulo – “A Arquitectura Gótica” in Dalila Rodrigues (Coord.), *Arte Portuguesa – Da Pré-História ao Século XX*, Vol. 3, Lisboa, Fubu Editores, 2009.
- PEREIRA, Vítor Manuel Fernandes – “Intervenção Arqueológica no Edifício dos Antigos Paços do Concelho, Guarda” in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*, Amadora, Câmara Municipal da Amadora, 2003.
- PEREIRA, Virgílio, *Cancioneiro de Arouca*, Arouca.
- Pesos e Medidas em Portugal*, Catálogo da “Exposição de Metrologia”, coordenada pelo Instituto Português da Qualidade; Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- PIERONI, Geraldo; COATES, Timothy – *De Couto do Pecado à Vila do Sal – Castro Marim [1550-1850]*, Lisboa, Sá da Costa Ed. / Câmara Municipal de Castro Marim.
- PIMENTEL, Alberto – *A Praça Nova*, Porto, Edição da «Renascença Portuguesa», 1916.
- PIMENTEL, Alberto – *Memoria sobre a Historia e Administração do Municipio de Setubal*, Lisboa, 1877.
- PINA, Fernando Correia – *Fronteira – Subsídios para uma Monografia*, Fronteira, Câmara Municipal de Fronteira, 2001.
- PINHEIRO, P.e Luís G. Martins, *À Roda de Negrelos*, 1957.

- PINHO, António Homem de Albuquerque – *Albergaria-a-Velha – Oito Séculos do Passado ao Futuro*, 2.^a Ed., Paredes, Reviver Editora, 2001.
- PINHO, João Frederico Teixeira de – *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*, Prefácio, revisão e notas de Monsenhor Miguel de Oliveira, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 1959.
- PIÑNELA XIMENEZ, Antonio – *Descripción Histórica de la Provincia de Zamora, su Póvincia y Obispado*, Zamora, Instituto de Estudios Zamoranos «Florián de Ocampo» / Diputación de Zamora, 1987.
- PINTO, Jorge Oliveira – *Vila Cova à Coelheira – Um Encontro com a História – Irmandades e Associações*, Tomo I, [s.l.], ed. do autor, 2004.
- PISKORSKI, Vladimiro – *Las Cortes de Castilla en el Período de Tránsito de la Edad Media a la Moderna – 1182-1520*, Tradução de C. Sánchez-Albornoz, Barcelona, Universidade de Barcelona, 1930.
- PONGA MAYO, Juan Carlos; RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, María Araceli - *Arquitectura Popular en las Comarcas de Castilla y León*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2000.
- PORFÍRIO, José Luís – *Castelo de Vide – Castelo da Vida – Um trabalho de Ventura Porfírio no Salão Nobre da Câmara Municipal de Castelo de Vide*, Castelo de Vide, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 1989.
- PORFÍRIO, José Luís (Comissário da Exposição) – *Ventura Porfírio – 1908-1998*, Catálogo da Exposição, Castelo de Vide, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2001.
- PORTALETE, João; CALADO, Carla (Colaboradores) – “Centro Histórico de Nisa” in Juan M. Sarmiento Nove (Editor), *Manuales de Materiales y Técnicas Constructivas Tradicionales*, Colômbia, Manizales, 2003.
- POUSINHO, Nuno – *Castelo Branco: Governo, Poder e Elites (1792-1878)*, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Castelo Branco, 2004.
- Processo Administrativo para Classificação Histórica e Patrimonial dos Paços do Concelho do Barreiro – Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, Março de 2003, pp. 5-6.
- PROENÇA, Raul (Coordenação Geral) – *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983 (reimpressão da 1.^a Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927).
- QUARESMA, António Martins – “Cercal: da obtenção da sede concelhia à extinção do concelho” in Fonseca Santos (Dir.), *Gentes e Culturas – Freguesia do Cercal do Alentejo*, [s.l.], Edição Liga dos Amigos de Vila Nova de Santo André, 2003.
- QUEIRÓS, António José – “Antigos Paços do Concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega” in *Amarante Municipal*, N.º 11, Dezembro 2006, pp. 35-38.
- RAMOS, Fernando Soares – *Sever do Vouga – Uma Viagem no Tempo*, Sever do Vouga, 1998.
- RAMOS, Mário (Fundador, Director, Editor e Proprietário) – *Arquivo Histórico de Góis, (1956-1971)*, Vol. II, Góis, Reimpressão da Câmara Municipal de Góis, 1999.
- RAPOSO, Maria Teresa – “A Sala de Audiências de D. Dinis, em Estremoz” in *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, pp. 200-201.
- RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2.^a Edição, Lisboa, Ed. Fenda, 1992 (Reimpressão da edição de Coimbra, 1920).
- REAL, Manuel Luís – “A Construção Medieval no Sítio da Sé”, *Monumentos*, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 14, Lisboa.
- REAL, Manuel Luís – “Como nasceu a Câmara Municipal do Porto” in *Ponto de Encontro*, Ano 1, N.º 1 (Maio-Junho de 1991), Porto, 1991.
- REAL, Manuel Luís *et alii* – “Escavações Arqueológicas no Morro da Sé”, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2.^a Série (1985/86), Vol.s 3/4, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1985/86.
- REAL, Mário Guedes – “Antigos Concelhos da Estremadura”, *Estremadura – Boletim da Junta de Província*, Série II – N.º XII, Lisboa, Maio-Agosto de 1946.
- RÉAU, Louis - *Dictionnaire Polyglotte des Termes d'Art et d'Archéologie*, Paris, P.U.F., 1953.
- RÉAU, Louis - *Histoire du Vandalisme - Les Monuments Détruits de L'Art Français* (Éd. augmentée par Michel Fleury et Guy-Michel Leproux), Paris, Robert Laffont, 1994.
- REDENTOR, Armando – “Os antigos Municípios de Lomba e Paçó e os seus Pelourinhos”, *Actas do Congresso Histórico 450 anos de fundação* (Bragança, 7 a 10 de Outubro de 1996), Bragança, Comissão de Arte Sacra de Bragança – Miranda, 1997, pp. 211-236.
- REIGOTA, João – *A Gândara Antiga – Concelhos de Cantanhede, Mira e Vagos*, Cantanhede, Mira e Vagos, Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luís de Albuquerque, 2000.
- REIS, António Matos – *Ponte de Lima no Tempo e no Espaço*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2000.

- REPENICADO, António Vicente Raposo – “Da Notável Vila de Castelo de Vide – Apontamentos”, Separata do Jornal “*Terra Alta*”, Castelo de Vide, Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide, 1969.
- Repertorio Commentado sobre Foraes e Doações Regias, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848, p. 236.
- RIBEIRO, Aquilino – “Olhão” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 223 (reimpressão da 1.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927).
- RIBEIRO, Camilo – “Notícia Histórica” in Anuário do Concelho da Covilhã, 2.º Ano, 1898, *apud* José Ferreira Folgado, *Medalhas do Concelho da Covilhã – Aspectos Medalhísticos e Monográficos – 1861-1990*, Covilhã, ed. do autor, 1991.
- RIBEIRO, João Adriano – *Ponta do Sol – Subsídios para a História do Concelho*, Ponta do Sol, Câmara Municipal da Ponta do Sol, 1993.
- RIBEIRO, João Adriano – *Porto do Moniz – Subsídios para a História do Concelho*, Porto do Moniz, Câmara Municipal do Porto do Moniz, 1996.
- RIBEIRO, João Adriano – *Machico – Subsídios para a História do seu Concelho*, Machico, Câmara Municipal do Machico, 2001.
- RIBEIRO, João Adriano (Coordenação, Introdução e Notas) – *Viagens Românticas no Concelho da Ponta do Sol*, Ponta do Sol, Câmara Municipal da Ponta do Sol, 2001.
- RIBEIRO, João Adriano – *S. Vicente – Subsídios para a História do Concelho*, S. Vicente, Câmara Municipal de S. Vicente, 2005.
- RIBEIRO, José Diogo – *Memórias de Turquel*, Porto, Livraria Figueirinhas Editora, 1908.
- RIBEIRO, Orlando – “A Rua Direita de Viseu”, *Geographica, Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Vol. IV, N.º 16, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1968.
- RIBEIRO, Teresa Casquilho – *O Município de Alter do Chão nos finais do séc. XVIII – Rostos do Poder Concelhio*, Viseu, Palimage Editores, 1998.
- RINCÓN GARCÍA, Wifredo – *Ayuntamientos de España*, Madrid, Espasa-Calpe, 1988.
- RIOS, Francisco Abbad – *Catalogo Monumental de España – Zaragoza*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas / Instituto Diego Velazquez, 1957.
- RIOTOR, Léon – *L’Hôtel de Ville*, Paris, Éd. Pierre Lafitte, 1928.
- RISCO, P.º Fr. Manuel - *Historia de la Ciudad y Corte de Leon, y de sus Reyes*, Madrid, Oficina de Don Blas Román, 1792.
- ROCHA, Alípio da – *Monografia de Valhelhas – Pitoresca Povoação Serrana à Beira do Zêzere*, Coimbra, Edição do Autor, 1962.
- RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida – *Torres Vedras – A Vila e o Termo nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste – Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996.
- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – *Histórias (Ilustradas) do Crato – Nos 755 Anos do Foral do Crato*, Catálogo da Exposição, Crato – Biblioteca Municipal, 1987-1988, (policopiado).
- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – *Portalegre*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- RODRIGUES, Jorge – “O Modo Românico” in Dalila Rodrigues (Coordenação) *Arte Portuguesa – Da Pré-História ao Século XX*, Vol. 2, Lisboa, Fubu Editores, 2009.
- RODRIGUES, Luís Alexandre – *Bragança no Século XVIII – Urbanismo – Arquitectura*, Vol. I, Bragança, Junta de Freguesia da Sé, 1997.
- RODRIGUES, Luís Nuno; TAVARES, Mário; SERRA, João B. (Coord.) – *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993.
- RODRIGUES, Maria João Madeira (Coord.) – *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, 4.ª Edição, Lisboa, Quimera, 2005.
- RODRIGUES, Martinho Vicente – *A Vila de Santarém (1640 – 1706) – Instituições e Administração Local*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2004.
- ROGEIRO, Filipe Soares – *Alenquer Desaparecida – Fotografias das Décadas de Trinta e Quarenta da Colecção de Graciano Troni*, [s.l.], Arruda Editora, 2002.
- ROKISKI LAZARO, Maria Luz – *Arquitectura del Siglo XVI en Cuenca*, Cuenca, Diputacion Provincial de Cuenca, 1985.
- ROSA, J. António Pinheiro e – “Os Paços do Concelho da Cidade de Faro” in *Anais do Município de Faro*, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1974.
- ROSA, José António Pinheiro – “Introdução Histórica” in Rui M. Paula; Frederico Paula, *Faro – Evolução Urbana e Património*, Faro, Ed. Camara Municipal de Faro, 1993.
- ROSSA, Walter – “A Cidade Portuguesa”, in Paulo Pereira (Dir.), *História da Arte Portuguesa*, Vol. III, 3ª ed., Lisboa, Temas e Debates, 1999.

- ROY, Max Le – *Initiation À L'Archéologie Romaine*, Paris, Petite Bibliotheque Payot, 1965.
- Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland - *Tolbooths and Town-Houses – Civic Architecture in Scotland to 1833*, Edimburgo, The Stationery Office, 1996.
- SÁ, António Pedro Ferreira Duarte de *et alii* – *Contributos para a Monografia do Concelho de Mortágua*, Mortágua, Câmara Municipal de Mortágua, 2001.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – *A Circulação de Crianças na Europa do Sul: O Caso dos Expostos do Porto no Século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.
- SALVADORI, António – *Venise – Guide de L'Architecture*, Paris, Canal Éditions, 1996.
- SAMPAIO, Alberto – *Estudos Históricos e Económicos – As Vilas do Norte de Portugal* (Prefácio de Maria José Trindade), Lisboa, Editorial Veja, 1979.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *Una Ciudad Hispano-Cristiana hace un Milenio – Estampas de la vida en León*, Buenos Aires, Editorial Nova, [s.d.].
- SANHUDO, A. – *Heráldica Marcoense*, 1992/93 (policopiado).
- SANPERE, A. Durán y – *La Casa de la Ciudad – Historia de su Construcción*, Guía para su Visita, Barcelona, Ayuntamiento de Barcelona, 1943.
- SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, C. Quintas & Ass., 1994.
- SANTOS, Cláudia Valle – “A Vila Quinhentista” in Jorge Fonseca (Coord.), *Montemor-o-Novo Quinhentista e o Foral Manuelino*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2003.
- SANTOS, José Avelino Rocha dos – *O Município de Angra nas Vésperas do Liberalismo (1810-1820)*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2009.
- SANTOS, José Costa dos – *Monografia de Pedrógão Grande*, Pedrógão Grande, Câmara Municipal de Pedrógão Grande, 1985.
- SANTOS, José Dinis dos – *Resenha Histórica da CALE Vila de Portugal e Castelo de Gaia*, Separata de *Comunidades Portuguesas*, N.º 21 – Dezembro de 1970.
- SANTOS, Maria José Moutinho – *A Sombra e a Luz – As Prisões do Liberalismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.
- SANTOS, Pedro – *Santo André de Poiares – Paisagens e Memórias Urbanas*, Vila Nova de Poiares, Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, 2003.
- SANTOS, Reinaldo dos – “Évora – História da Arte” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983 (reimpressão da 1.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927).
- SANTOS, Reinaldo dos – “Vila Viçosa” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, (reimpressão da 1.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927).
- SANTOS, Reinaldo dos – “Tomar – S. João Baptista” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983 (reimpressão da 1.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927).
- SANTOS, Rossel M. – *História do Concelho de Lagoa*, 2 vols., Lisboa / Lagoa, Colibri / Câmara Municipal de Lagoa, 2001.
- SANTOS, Zagalo dos – *Saibam Quantos*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2001.
- SARAIVA, José Hermano – “Origem e Evolução Histórica dos Municípios Portugueses”, “Introdução Histórica” a AA.VV., *História das Freguesias e Concelhos de Portugal*, Vol. 1, Matosinhos, QuidNovi, 2004.
- SARAIVA, Maria Teresa – *Figueira – Comenda da Ordem de Avis (Publicação de Fontes)*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.
- SARDOEIRA, Albano – *Elementos documentais para a História de Amarante: I – O General Silveira e a Reedificação de Amarante*, Porto, 1954.
- SARDOEIRA, Albano – *O General Silveira e a Reedificação de Amarante*, Amarante, Câmara Municipal de Amarante, 2008 (reimpressão da 1.ª Edição de 1954).
- SELVAGEM, Carlos – “Estremoz” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 44 (reimpressão da 1.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927).
- SENOS, Nuno – *O Paço da Ribeira – 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- SEQUEIRA, Matos – “Olivença” in Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983 (reimpressão da 1.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927).
- SERRA, Manuel Pedro – “Introdução” às *Actas de Vereação de Loulé – Séculos XIV-XV*, (Coordenação de Manuel Pedro Serra), Separata da Revista *Al'-Ulyā*, N.º 7, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1999/2000.

- SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vítor – *Sesimbra Monumental e Artística*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 1997.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, 2.^a Edição, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1987.
- SERRÃO, Vítor – “A arte na vila das Caldas da Rainha durante o século XVII: o apogeu contra-reformista numa dimensão de periferismo” in Luís Nuno Rodrigues, Mário Tavares e João B. Serra (Coord.), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993.
- SERRÃO, Vítor; MECO, José – *Palmela Histórico-Artística – Um Inventário do Património Artístico Concelhio*, Lisboa/ Palmela, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2007.
- SETA, Cesare de; GOFF, Jacques Le (Eds.) – *La Ciudad y las Murallas*, Madrid, Catedra, 1991.
- SILVA, António de Moraes – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10.^a Ed., Lisboa, Ed. Confluência, 1949 e anos seguintes.
- SILVA, António Garcez da – “Um Quadro de Silva Porto representando a torre da antiga casa da câmara de Vila Franca de Xira”, in *Vida Ribatejana*, Vol. XI, 1963, p. 43.
- SILVA, Domingos M. da – *Monografia do Concelho de Amares e Terras do Bouro*, 2 vols., Amares, 1959.
- SILVA, Francisco (Coord.) – *Almada e o Tejo – Itinerários*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1999.
- SILVA, João Aires da – *História da Covilhã*, Covilhã, ed. do autor, 1996.
- SILVA, Joaquim Candeias da – *Abrantes: A Vila e seu termo no Tempo dos Filipes (1580-1640)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- SILVA, Joaquim Palminha – *Alvito... há Cem Anos – Memórias e Retratos*, Alvito / Lisboa, Edição Câmara Municipal de Alvito / Inatel, 2.^a Edição, 2000.
- SILVA, José Custódio Vieira da – *O Tardo-Gótico em Portugal – A Arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1995.
- SILVA, José Custódio Vieira da – *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997.
- SILVA, Manuela Santos – *O Primeiro Concelho do Cadaval (1371-1496)*, Cadaval, Câmara Municipal do Cadaval, 2004.
- SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da – *História do Direito Português – Fontes de Direito*, 3.^a Ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- SILVA, Teresa Rebelo da – “Foral de Alcoutim – 9 de Janeiro de 1304” in “*O Foral de D. Dinis e Alcoutim Medieval e Moderno*”, Acoutim, Câmara Municipal de Alcoutim, [s.d.].
- SILVA, Vieira da – *A Cerca Fernandina*, 2 vols., 2.^a Ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.
- SILVA, Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 2 vols. 3.^a Edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.
- SIMÕES, João Miguel – *Borba – Património da Vila Branca*, Lisboa / Borba, Edições Colibri / Câmara Municipal de Borba, 2007.
- SITTE, Camillo – *L'art de Bâtir les Villes - L'Urbanisme selon ses Fondements Artistiques* [1889], Paris, Point, Seuil, 1996.
- SMITH, Robert C. – “A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)”, *BRACARA AUGUSTA*, Vol. XXII – Fasc. 51-54 (63-66), Separata, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1968, pp. 5-42.
- SMITH, Robert C. – “Arquitectura civil do período colonial”, *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, n.º 17, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1969.
- SOARES, Maria Micaela – *Monte Agraço e o seu Foral*, Sobral de Monte Agraço, Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 1990.
- SOARES, Maria Micaela – *Sobral de Monte Agraço e o Colégio do Espírito Santo e Universidade de Évora*, 2.º Tomo, Série IV, n.º 93, Lisboa, Separata do “Boletim Cultural” da Assembleia Distrital de Lisboa, 2000.
- SOARES, Torquato Brochado de Souza – *Subsídios para o Estudo da Organização Municipal da Cidade do Porto durante a Idade-Média*, Porto, Livraria Civilização, 1989 (edição fac-similada da edição da Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1935).
- SOBRAL, Carlos; MATIAS, José – *Património Edificado de Santiago do Cacém – Breve Inventário*, Lisboa / Santiago do Cacém, Edições Colibri / Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2001.
- SOUSA, Elvino Duarte Martins (Coord.) – *Inventário do Património Imóvel do Concelho do Machico*, Machico, Câmara Municipal de Machico / Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira, 2005.
- SOUSA, Elvino Duarte Martins – *Arqueologia da Cidade de Machico – A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*, Machico, Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2006.
- SOUSA, Elvino; SPINOLA, Hélder – *Roteiro Turístico - Concelho da Ponta do Sol - Ilha da Madeira*, Ponta do Sol, Câmara Municipal de Ponta do Sol, 2000.

- SOUSA, Fernando de – “Portugal nos fins do Antigo Regime. Fontes para o seu estudo”, separata da revista *Bracara Augusta*, Tomo XXXI, Braga, 1977.
- SOUSA, F. Pereira de – *Rio Maior – A Vila, seu Concelho e Comarca*, Rio Maior, Tip. Dias Ferreira, [s.d.].
- SOUSA, Júlio Rocha e – *Pelourinhos do Distrito de Viseu*, Viseu, edição do autor, 1998.
- SOUSA, Júlio Rocha e – *Pelourinhos do Distrito do Porto*, Viseu, ed. do autor, 1998.
- SOUSA, Júlio Rocha e – *Pelourinhos do Distrito de Braga*, Viseu, ed. do autor, 2000.
- SOUSA, Júlio Rocha e – *Antigas Vilas do Concelho de Sernancelhe*, Viseu, edição do autor, 2001.
- SOUSA, Júlio Rocha e – *Pelourinhos do Distrito de Vila Real*, Viseu, edição do autor, 2002.
- SOUSA, Maria José Pinto Barreira Rego – *Cascais 1900*, Lisboa, Edições INAPA, 2003.
- SOUSA, R. H. Pereira de – *Almada – Toponímia e História das Freguesias Urbanas*, Câmara Almada, Municipal de Almada, 1985.
- SOUZA, Hélder Diegues Cerqueira de – “A Criação Administrativa do Concelho de Vila Verde: documentos para uma cronologia” in António Varela (Dir.) *Boletim Cultural*, n.º 1, Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2005, pp. 75-99.
- TEIXEIRA, Carlos Andrade – “Apontamentos para o Estudo da Casa dos Expostos de Cascais” in *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, n.º 5, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1984, pp. 31-44.
- TEIXEIRA, Irene Avilez – *Trancoso: Terra de Sonho e Maravilha*, Trancoso, [s.n.], 1982.
- TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.) – *A Praça na Cidade Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001 (Comunicações apresentadas no Colóquio *A Praça na Cidade Portuguesa*, organizado pelo Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura do ISCTE, em Março de 1999).
- TEIXEIRA, Manuel Rufino – *Um Olhar pelos Primórdios da Capitania de Machico e das Suas Gentes*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2004.
- TITTLER, Robert – *Architecture and Power: The Town Hall and the English Urban Community, c. 1500-1640*, Oxford, Oxford University Press, 1991.
- TODOLY, Ubaldo de Casanova y – *Salamanca – Biografía de una Ciudad*, Salamanca, Amarú Ed. - Consorcio Salamanca 2002.
- TORRES, Manuel Agostinho Madeira – *Descrição Historica e Economica da Villa e Termo de Torres-Vedras*, 2ª Edição, Torres Vedras, Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, 1988 (reimpressão da 1ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862).
- TRINIDADE, Luísa – *Urbanismo na Composição de Portugal*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento na área de História, especialidade de História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009 (texto policopiado).
- Um Olhar sobre o Concelho de Salvaterra de Magos*, Salvaterra de Magos, Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, 2001.
- VACHON, Maurice, *L'Ancien Hôtel de Ville de Paris*, Paris, 1882.
- VALIÑO DEL RIO, E. – “Municipium”, *Gran Enciclopedia RIALP*, Tomo XVI, Madrid, Edições RIALP, 1973, pp. 464-465.
- VARELA, António (Dir.) – *Boletim Cultural*, n.º 1, Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2005, pp. 73-74.
- VARGA, José Manuel – “De Alcochete ao Barreiro – Alguns elementos para o estudo do antigo Concelho do Ribatejo” in *História de Palmela ou Palmela na História*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1988.
- VARZEANO, José – “Coisas Alcouteganas – A desaparecida cadeia [de Alcoutim]”, *Jornal do Algarve / Magazine*, 30 de Novembro de 1993, pp. 17-18.
- VARZEANO, José – “Coisas Alcouteganas – Os Paços do Concelho [de Alcoutim] – os Actuais funcionam há 110 anos”, *Jornal do Algarve / Magazine*, 24 de Fevereiro de 1994, pp. 17-18.
- VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito – *Notícias Históricas de Tavira – 1242-1840*, 2.ª Edição, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1989 (1.ª ed. de 1937).
- VASCONCELLOS, Joaquim de – *A Arte Românica em Portugal*, reproduções seleccionadas e executadas por Marques Abreu), Lisboa, Publicações D. Quixote, 1992 (re-impressão da edição de Marques Abreu, Porto, 1918).
- VASCONCELOS, Padre Inácio da Piedade de – *História de Santarém Edificada*, Ano 1740, II Parte, Livro II, Cap. I, pp. 251-252, *apud Da Vila de Ontem à Cidade de Hoje*, Catálogo da exposição realizada em Santarém, pela Comissão de História Urbana da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém / Museu Distrital de Santarém, 1979 (policopiado).
- VAZ, Artur – *Monumentos de Almada – Inventário*, Ed. Revista e aumentada, 1989, p. 33.
- VEDIA Y GOZNES, Enrique de – *Historia y Descripcion de la Ciudad de La Coruña*, Coruña, 1845.
- VEIGA, Carlos; SILVA, Carlos Guardado da – *O Livro de Acórdãos do Município de Torres Vedras 1596-1599*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2003.

- VENÂNCIO, Luís Manuel Rucha – *Alenquer – Concelho Multissecular e Monumental*, Alenquer, Sporting Clube de Alenquer, 1983.
- VERÍSSIMO, Nelson – *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Região Autónoma da Madeira, 2000.
- VICENTE, António; SILVA, Carlos Guardado da; BARBOSA, Pedro; CANTO, Pedro do – *O Foral Medieval da Vila de Torres Vedras – 15 de Agosto de 1250*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2001.
- VIDEIRA, César – *Memória Histórica da Muito Notável Vila de Castello de Vide*, Empreza da Historia de Portugal 1908.
- VIEIRA, Júlio – *Torres Vedras Antiga e Moderna*, Torres Vedras, Victor Fonseca & Almeida Editores, 1920.
- VIEIRA, Rui Rosado – *Campo Maior: de Leão e Castela a Portugal (Séculos XIII-XIV)*, edição do autor, 1985.
- VIEIRA, Rui Rosado – *A Praça da República de Campo Maior (Elementos para a sua História)*, edição do autor, 1999.
- VIEIRA, Rui Rosado – *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço – Campo Maior, Elvas e Olivença (De Inícios do Século XVI a Meados do Século XVII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- VIEIRA, Venâncio Dias de Figueiredo (1819-1894) – “Memória sobre a Vila de Eixo”, *Boletim Municipal de Aveiro*, N.º 3, 1984 (documento de cerca de 1868-69).
- Vila de Pereira – Roteiro Urbano*, Pereira, Junta de Freguesia de Pereira, 1997.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos – *Abrantes Medieval – Séculos XIV-XV*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 1988.
- VIOLLET-LE-DUC, E.– “Hôtel de Ville” in *Dictionnaire Raisonné de L’Architecture Française du XI^e au XVI^e Siècle*, Tomo 6.º, Paris, Bibliothèque de l’Image / Aubin, 1997, pp. 88-99.
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, Porto, 1984.
- VITERBO, Sousa – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 3 vols., Lisboa, INCM, 1988 (reimpressão da edição de 1922).
- Vizeu Illustrado – Album Litterario Collaborado por 29 Senhoras e 89 Cavalheiros*, [s.d.] (posterior a 1882).

ÍNDICE DE IMAGENS

ÍNDICE DE IMAGENS

- Fig.^a 1** – Representação da pseudo-*Domus Municipalis* de Bragança; Coimbra, *Portugal dos Pequeninos*.
Fig.^a 2 – Representação da casa da câmara de Viana do Castelo; Coimbra, *Portugal dos Pequeninos*.
Fig.^a 3 – Representação do Arco de Almedina da muralha medieval da cidade de Coimbra; Coimbra, *Portugal dos Pequeninos*.
Fig.^a 4 – Casa da câmara quinhentista de Muxagata (Vila Nova de Foz Coa); restauro do Arq.^o Maia Pinto.
Fig.^a 5 – “A view of the Temple of Diana at Évora”, James Murphy, *Viagens em Portugal*, Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Livros Horizonte, Lisboa, 1998; Prancha XIX.
Fig. 6 – “Marco de delimitação territorial do Couto de Ferreira – Citânia de Sanfins”, Museu Municipal de Paços de Ferreira.
Fig. 7 – *Pedra da Audiência* de Avintes (Vila Nova de Gaia).
Fig. 8 – *Alpendre* da igreja de Salto (Concelho de Cabeceiras de Basto).
Fig. 9 – *Alpendre* da igreja de Castro Marim.
Fig. 10 – Insculptura na *Pedra da Audiência* do Couto de S. Torcato (hoje no Concelho de Guimarães) in Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, Edições Carvalhos de Basto, Ponte de Lima, 1992, Vol. II, p. 306.
Figs 11 – *Fonte do concelho* de Aguiar da Beira.
Figs 12 – *Eirado da Fonte do concelho* de Aguiar da Beira.
Figs 13 – “*Fórum*” de Linhares (Celorico da Beira); desenho datado de 1980 e assinado “Alfredo”; publicado por Maria da Conceição Moreira, *Linhares – Aspecto Históricos*, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Lisboa, 1980, pág. 6.
Fig. 14 – “*Fórum*” de Linhares da Beira (actual Concelho de Celorico da Beira); estado actual.
Fig. 15 – *Largo da Praça Velha* do antigo Concelho de Abiúl (hoje no Concelho de Pombal).
Fig.^a 16 – *Largo da Praça* da antiga vila de Cheleiros, hoje no actual Concelho de Mafra.
Fig.^a 17 – *Rua da Praça* do antigo Concelho de Enxara dos Cavaleiros, hoje no actual Concelho de Mafra.
Fig.^a 18 – *Poço do Mestre*, Trancoso, desenho datado de 1971 e assinado Danton in Lopes Correia, in *Trancoso (Notas para uma Monografia)*, Câmara Municipal de Trancoso, Trancoso, 2.^a Edição, 1989.
Fig.^a 19 – *Poço do Largo da Praça* de Cheleiros, (hoje no Concelho de Mafra).
Fig.^a 20 – *Poço* na rua principal da antiga vila de Salvaterra do Extremo (Idanha a Nova).
Fig.^a 21 – Boca da *cisterna* do castelo de Sesimbra, na chamada “casa da cisterna”, a provável casa da câmara local.
Fig.^a 22 – Fachada da *cisterna medieval* da antiga vila de Castelo Rodrigo (Figueira de Castelo Rodrigo).
Fig.^a 23 – Interior da *cisterna* da antiga vila de Castelo Rodrigo (Figueira de Castelo Rodrigo), com sinais da existência de um sobrado de madeira.
Fig.^a 24 – *Chafariz das Bravas*, Évora, Estrada de Lisboa, in *Arquitectura Popular Portuguesa*, Sindicato Nacional dos Arquitectos. Lisboa, 1961.
Fig.^a 25 – *Fonte Nova*; Campo da Feira, Trancoso: desenho não datado (1971?), assinado D (Danton) in Lopes Correia, in *Trancoso (Notas para uma Monografia)*, Câmara Municipal de Trancoso, Trancoso, 2.^a Edição, 1989.
Fig.^a 26 – *Fonte* de Arruda dos Vinhos, datada de 1789.
Fig.^a 27 – *Fonte* de Torres Vedras, datada de 1776, encostada à casa da câmara pombalina.
Fig.^a 28 – *Lavadouro público* de Vilar de Maçada (Alijó).
Fig.^a 29 – Vista do Sabugal: “*altar*” à entrada da Vila, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 2.^a Edição, Lisboa, 1997, f. 64, (pormenor).
Fig.^a 30 – Vista do Sabugal: *ponte* sobre o Côa, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 2.^a Edição, Lisboa, 1997, f. 64 (pormenor).
Fig.^a 31 – *Celeiro Comum* de Sobral de Monte Agraço; 1813.
Fig.^a 32 – *Celeiro público* de Mourão (actual casa da câmara), fachada.
Fig.^a 33 – *Celeiro público* de Mourão, naves do piso térreo.
Fig.^a 34 – Rosmaninhal (Idanha a Velha): planta da vila com a localização nomeadamente do *Curral do Concelho*, entre outras estruturas concelhias, publicada por Ricardo Lobato Chambino, *Rosmaninhal* –

Lembranças de um Mundo Cheio..., Açafa, N.º 3, Associação de Estudos do Alto Tejo – Núcleo Regional de Investigação Arqueológica, 2000.

Fig.ª 35 – Forno concelhio ritual do Concelho de Avelar (Ansião).

Fig.ª 36 – Forno concelhio ritual do Concelho de Abiúl (Pombal).

Fig.ª 37 – “*Forum frumentarium*” na vista quinhentista de Braga de Georg Braun, *Bracarum Avgvste descriptio*, dedicada ao “Ill.^{mo} D.^{no} Fratri Augustino à Iesu Brac. / Ache.po et D.^{no}, Hispaniarum Primati, Lu / sitaniae Magnati, Regiae Mai. à Consilij / Gaspar Alvarus Machiadus Sete Brac. / eccl.iae historiographus nuncupavit ‘Brac. / Aug. Idibus Aug. Anno 1594’”, in *Civitates Urbium Terrarum, Urbium Precipuarum Mundi Theatro Quinto, Kholn*; reimpressão da Câmara Municipal de Braga, s.d.

Fig.ª 38 – Poiais alpendrados do Campo da Feira de Pínzio (no Concelho de Pinhel): “Fig.ª 26, Mercado medieval ao ar livre (Pínzio, Penafiel [sic], Portugal)”, in Robert-Henri Bautier, *A Economia na Europa Medieval / História Ilustrada da Europa*, Editorial Verbo.

Fig.ª 39 – Poiais alpendrados do mercado de Gagos (no antigo Concelho do Jarmelo e hoje no da Guarda).

Fig.ª 40 – Poiais alpendrados do mercado de Gagos (Jarmelo - Guarda).

Fig.ª 41 – Poiais do mercado aberto da Carrapichana (Concelho de Celorico da Beira).

Fig.ª 42 – Alpendres do mercado da Carrapichana (Celorico da Beira).

Fig.ª 43 – Rua do Jogo da Bola da antiga vila de Freixiel (Vila Flor).

Fig.ª 44 – Jogo da Malha da antiga vila da Bemposta (Oliveira de Azeméis).

Fig.ª 45 – Pilares na praça para as corridas de touros, na antiga vila de Atougua (Peniche), in *Arquitectura Popular Portuguesa*, Sindicato Nacional dos Arquitectos. Lisboa, 1961.

Fig.ª 46 – Ruínas do camarote ducal de Abiúl (Pombal), usado nas corridas de touros feitas na praça daquela antiga vila.

Fig.ª 47 – Crianças jogando à malha no terreiro da freguesia da Castanheira (Bragança), junto da antiga vila de Gostei (hoje no concelho de Bragança).

Fig.ª 48 – Casda da câmara de Braga, escadaria principal: painel de azulejos representando o pelourinho e a arcada quinhentista da Porta do Souto.

Fig.ª 49 – Vista antiga de Ponte de Lima: alpendres do mercado (de há muito demolidos), publicada por António Matos Reis, *Ponte de Lima no Tempo e no Espaço*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 2000, p. 15.

Fig.ª 50 – Alpendre do Concelho de Caminha.

Fig.ª 51 – Alpendre e pelourinho do Concelho de Ponte da Barca; 1752.

Fig.ª 52 – “Alpendrada do mercado” de Sintra: desenho à pena do Rei D. Fernando, 1843, publicado in Felix Lichnowsky, *Portugal – Recordações do Ano de 1842*, Frenesi, Lisboa, 2005.

Fig.ª 53 – Alpendre do Concelho de S. João da Pesqueira; 1794.

Fig.ª 54 – Casa da câmara de S. João da Pesqueira: inscrição (datada de 1794) comemorativa das obras concelhias empreendidas pelo Juiz de Fora José Xavier e Cerveira naquela Vila.

Fig.ª 55 – Arronches, Rua do Açougue (placa toponímica).

Fig.ª 56 – Açougue da antiga Vila de Colos (Odemira).

Fig.ª 57 – Açougue modernista de Alvaiázere (Anos 30 do século XX).

Fig.ª 58 – Açougues de Garvão (Ourique).

Fig.ª 59 – Açougue setecentista de Santiago do Cacém, vista geral.

Fig.ª 60 – Açougue setecentista de Santiago do Cacém, inscrição datada de 1765.

Fig.ª 61 – Provável açougue setecentista da antiga vila de Paialvo (Tomar).

Fig.ª 62 – Açougue de Garvão (Ourique); campanário.

Fig.ª 63 – Fotografia antiga dos Açougues de Évora: “Açougue no templo de Diana”, in Cármen Almeida (Coordenação), *Riscos de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora*, Arquivo Fotográfico Municipal e Câmara Municipal de Évora, Évora 2001, p. 23.

Fig.ª 64 – Casa da Almotaçaria de Montemor o Novo: armas reais (coroa picada).

Fig.ª 65 – Casa da Almotaçaria de Montemor o Novo: armas do Concelho.

Fig.ª 66 – Casa dos Corregedores; Miranda do Douro.

Fig.ª 67 – Casa do Juiz; Maças de Caminho (hoje no Concelho de Alvaiázere); pormenor de uma janela.

Fig.ª 68 – Casa do Juiz; Alvalade do Sado (hoje no Concelho de Santiago do Cacém).

Fig.ª 69 – Casa dos Ministros; Covilhã; vista geral.

Fig.ª 70 – Casa dos Ministros; Covilhã; brasão.

Fig.ª 71 – Casa e Capela de S. Lázaro; Praia da Vitória (Terceira); vista geral.

Fig.ª 72 – Casa e Capela de S. Lázaro; Praia da Vitória (Terceira); vista geral; fotografia antiga publicada in Vitorino Nemésio (Org.), *Memorial da Muito Notável Vila da Praia da Vitória no Centenário da Acção de 11 de Agosto de 1829*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1929; Prefácio,

Direcção e Coordenação da reimpresão, refundida e aumentada, por Eduardo Ferraz da Rosa, Edição da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Praia da Vitória, 2002.

Fig.^a 73 – Ruínas da *Casa da Roda* de Vilar Maior (Sabugal).

Fig.^a 74 – *Casa da Roda* de Cascais.

Fig.^a 75 – *Casa da Roda* da Praia da Vitória; anterior a 1816.

Fig.^a 76 – *Casa da Roda* de Torre de Moncorvo; datada de 1783.

Fig.^a 77 – “*Hospício dos Expostos*” in *Edifícios do Porto em 1833: Álbum de Desenhos de Joaquim Cardoso Vitorio*, (Prancha 70).

Fig.^a 78 – *Casa da Roda* de Caria (Belmonte).

Fig.^a 79 – *Casa da Roda* de Torre de Moncorvo; quarto da roda.

Fig.^a 80 – *Casa da Roda* de Ferreiros de Tendaís: encaixe da roda.

Fig.^a 81 – *Casa da Roda* de Torre de Moncorvo: encaixe da roda.

Fig.^a 82 – *Casa da Roda* da Praia da Vitória; roda.

Fig.^a 83 – *Casa da Roda* da Praia da Vitória; armas reais.

Fig.^a 84 – *Capela de S. Sebastião* de Alvito.

Fig.^a 85 – Plataforma do *pelourinho* de Cedovim (Vila Nova de Foz Côa).

Fig.^a 86 – *Pelourinho* de Vila Nova da Baronia (Alvito).

Fig.^a 87 – *Pelourinho* de Chacim (Macedo de Cavaleiros).

Fig.^a 88 – *Pelourinho* de Rossão (Castro Daire).

Fig.^a 89 – *Largo do Pelourinho*; S. Lourenço do Bairro (Anadia); inscrição toponímica.

Fig.^a 90 – *Pelourinho* reconstruído de S. Lourenço do Bairro (Anadia).

Fig.^a 91 – Vista da Praça de S. Pedro, de Trancoso, com o *pelourinho* local, in *Arquitectura Portugal Portuguesa*, Sindicato Nacional dos Arquitectos. Lisboa, 1961.

Fig.^a 92 – *Pelourinho* de Castelo Mendo (Almeida), in *Arquitectura Portugal Portuguesa*, Sindicato Nacional dos Arquitectos. Lisboa, 1961.

Fig.^a 93 – Fragmento do *Pelourinho* de Alcochete; Museu Municipal local.

Fig.^a 94 – *Pelourinho* de Moure (Póvoa de Lanhoso).

Fig.^a 95 – *Pelourinho* de Terena (Alandroal).

Fig.^a 96 – *Pelourinho* de Algodres (Fornos de Algodres).

Fig.^a 97 – *Forca* de Cabeço de Vide (Fronteira).

Fig.^a 98 – *Forca* de Freixiel (Vila Flor).

Fig.^a 99 – Vista de Penha Garcia: representação da *forca*, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 2.^a Edição, Lisboa, 1997, f. 60; pormenor.

Fig.^a 100 – Vista de Freixo de Espada à Cinta: representação da *forca*, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 2.^a Edição, Lisboa, 1997, f. 78; pormenor.

Fig.^a 101 – Vista de Serpa: representação da *forca*, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 2.^a Edição, Lisboa, 1997, f. 8; pormenor.

Fig.^a 102 – Vista de Castelo Mendo: representação da *forca*, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 2.^a Edição, Lisboa, 1997, f. 69; pormenor.

Fig.^a 103 – Vista de Arronches: representação da *forca*, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 2.^a Edição, Lisboa, 1997, f. 32.

Fig.^a 104 – Vista de Bragança: representação da *forca*, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 2.^a Edição, Lisboa, 1997, f. 90.

Fig. 105 – Representação da “DOMUS” de Bragança na *planta* “Castelo de Bragança – Estudo de Arranjo da Cidadela”, MOP – DGEMN – Direcção de Serviços dos Monumentos Nacionais – Repartição Técnica – 2.^a Secção, 21-03-1955, in Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Bragança; pormenor.

Fig.^a 106 – Representação dos “Passos do Concelho” e da “Praça” de Bragança na “Planta da Cidade de Bragança” “levantada em 1878 por E. Larmande – Geometra, actualizada em 1941 por A. Potier – Engenheiro”; Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Bragança; pormenor.

Fig. 107 – Inscrição “Domus Municipalis” na fachada principal da casa da câmara de Bemposta (Penamacor).

Fig.^a 108 – Inscrição pintada “SENADO” e inscrição gravada “NO ANO 1541”: Coimbra, Torre de Almedina – Casa do Senado da Câmara.

Fig.^a 109 – Representação da *cidadela* de Bragança, dos “Passos do Concelho” e da “Praça” de Bragança na “Planta da Cidade de Bragança” “levantada em 1878 por E. Larmande – Geometra, actualizada em 1941 por A. Potier – Engenheiro”; Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Bragança; pormenor.

Fig. 110 – Casa a demolir no antigo *Largo da Casa da Câmara* de Bragança, visando o respectivo alargamento.

Fig.^a 111 – Representação da *cidadela* de Faro na “Planta de Faro”; não datada; Arquivo Histórico de Engenharia Militar 2-19A-27, n.º 4024; pormenor.

Fig.^a 112 – Casa da câmara de Vila Nova de Cerveira.

Fig.^a 113 – Casa da câmara de Marialva (Meda); arquivo da DGEMN.

Fig.^a 114 – Ouguela (Campo Maior), *praça da cidadela*, com marcas da implantação da casa da câmara encostados a uma porta e às muralhas da vila. Da casa da câmara, demolida nos Anos Trinta ou Quarenta do Séc. XX, ficou a escadaria de acesso ao respectivo piso nobre.

Fig.^a 115 – Provável *casa da câmara* medieval de Castelo de Vide, na cidadela local.

Fig.^a 116 – Representação da *cidadela de Estremoz* na “Planta Geral da Cidade em 1947 – Câmara Municipal de Estremoz”; Arquivo Histórico de Engenharia Militar 5-68-83, n.º 7695; pormenor.

Fig.^a 117 – *Pórtico* de Lorsh (Alemanha) (Época Carolíngia, c. 800 d. C.), in Spiro Kostof – *Historia de la Arquitectura* 2, Alianza Editorial, Madrid, 1988, p. 485.

Fig.^a 118 – A casa da câmara de Silves, sobre as portas principais da cidade.

Fig.^a 119 – Cobertura do vão das *Portas de Silves*, sob a casa da câmara local.

Fig.^a 120 – *Portas de Silves*: arco de acesso à parte Norte e Noroeste da cidade.

Fig.^a 121 – Coimbra, *Arco de Almedina*.

Fig.^a 122 – Coimbra, *Arco de Almedina*, lojas encravadas na base.

Fig.^a 123 – Coimbra, “*porta Almedinae*”, letra “H” in *Illustris ciuitatis CONIMBRIAE in Lusitania ad flumen Mundam effigies*, vista quinhentista reproduzida no Posto Municipal de Turismo de Coimbra.

Fig.^a 124 – Coimbra, localização da *Porta da Barbacã e Arco de Almedina*: “CÊRCA DE COIMBRA – ARCOS E TORRE DE ALMEDINA – MONUMENTOS NACIONAIS – PLANTA DA ZONA DE PROTECÇÃO”, arquivo da DGEMN.

Fig.^a 125 – Coimbra, *Torre de Almedina* – Galeria arquivada quinhentista da Casa do Senado da Câmara (último piso).

Fig.^a 126 – Coimbra, *Torre de Almedina*; Sala da Audiência – Janelas do 1.º Piso da Torre.

Fig.^a 127 – Coimbra, *Torre de Almedina*; Sala da Audiência – Fresta do 1.º Piso da Torre.

Fig.^a 128 – Coimbra, *Torre de Almedina* – Imagem da Virgem, ladeada dos braços do Reino e da Cidade, no arco da Porta de Almedina, sob as abóbadas do primeiro piso da torre.

Fig.^a 129 – Coimbra, *Torre de Almedina*; sino de correr, no campanário adaptado na galeria do último piso.

Fig.^a 130 – Coimbra, *Torre de Almedina*; arranque da escada interior de acesso à galeria cimeira, cavada no próprio corpo da parede da torre.

Fig.^a 131 – Coimbra, *Torre de Almedina*; escada interior de acesso à galeria cimeira, cavada no próprio corpo da parede da torre.

Fig.^a 132 – Casa da câmara (fachada posterior) e pelourinho de Penamacor.

Fig.^a 133 – Casa da câmara de Penamacor (fachada principal).

Fig.^a 134 – Casa da câmara de Penamacor: brasão manuelino na fachada principal da casa câmara, lado da vila. A parede era rebocada e caiada e os símbolos heráldicos eram aparelhados, estucados e pintados com as cores respectivas.

Fig.^a 135 – Casa da câmara de Lamego, numa torre das muralhas da cidade medieval, junto a uma das portas da cidade.

Fig.^a 136 – “PLANTA da Cidade de Lamego e Seus Arredores, Levantada, por J. Auffdiener, no Anno d’1793. Copiada, na Secretaria do Real Corpo d’Engenheiros, pelo 2.º Tenente M. E. de Saldanha Machado, No anno de 1818”, Arquivo Histórico de Engenharia Militar 2-17-24, n.º 2076; pormenor.

Fig.^a 137 – Casa da câmara de Lamego, arco inferior da torre – cobertura sobradada.

Fig.^a 138 – Casa da câmara de Lamego, acesso ao piso nobre sobre as muralhas medievais.

Fig.^a 139 – Casa da câmara de Elvas: arco da muralha medieval.

Fig.^a 140 – Elvas, “praça velha” e Sé, vistas da galeria quinhentista do piso nobre da casa da câmara.

Fig.^a 141 – “PLANTA da Cidade de Elvas”; 12-5-916; Joaquim Picotte; Arquivo Histórico de Engenharia Militar 5-73-77, n.º 7678; pormenor.

Fig.^a 142 – Casa da câmara de Elvas, piso térreo (Posto de Turismo).

Fig.^a 143 – Casa da câmara de Elvas, piso térreo (café particular).

Fig.^a 144 – Casa da câmara de Elvas, Sala das Sessões: vestígios das muralhas ou de uma provável torre medieval.

Fig.^a 145 – Casa da câmara de Moura, instalada sobre uma porta das velhas muralhas do castelo local.

Fig.^a 146 – Casa da câmara de Moura, brasões reais sobre as portas da Vila.

Fig.^a 147 – Antiga casa da câmara da Covilhã, nas vésperas da sua demolição; ao centro o arco da porta da muralha à volta do qual e sobre o qual se desenvolveu a casa da câmara.

Fig.^a 148 – Casa da câmara de Caminha.

Fig.^a 149 – Casa da câmara de Pinhel: fachada para o largo que contém o pelourinho.

Fig.^a 150 – Ponte de Lima: “EDIFÍCIOS PÚBLICOS – 1.º quartel do séc. XV” – localização da *casa do concelho* desta vila na Idade Média, in Amélia Aguiar Andrade, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

Fig.^a 151 – Casa da câmara de S. Miguel de Acha (Idanha a Nova), na rua “direita” da vila.

Fig.^a 152 – Casa da câmara de Carrazeda de Ansiães, na rua principal, face ao complexo barroco da fonte e pelourinho.

Fig.^a 153 – Localização da “Caza da camara, cadeia e tribunal” de Melgaço, assinalada com “H” em “Esboço topographico da Villa e Praça de Melgaço, levantado em março de 1857”; Arquivo Histórico de Engenharia Militar 2A-25-35, n.º 3130-I; pormenor.

Fig.^a 154 – “Edifício dos Paços do Concelho – reabilitação/recuperação – Estudo Prévio - Novembro de 2003 - Planta de Implantação”; Arquivo Municipal de Portalegre.

Jorge Rodrigues e Paulo Pereira, Portalegre, Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 53.

Fig.^a 155 – Localização da casa da câmara da Guarda (assinalada com 1) na chamada Praça Velha local, in Vítor Manuel Fernandes Pereira, “Intervenção Arqueológica no Edifício dos Antigos Paços do Concelho, Guarda”, in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*, Câmara Municipal da Amadora, Amadora, 2003.

Fig.^a 156 – Localização da *casa da câmara* de Belmonte, na praça local; Planta da CMB.

Fig.^a 157 – Localização dos “Passos do Concelho” de Barcelos in IAN/TT – Ministério do Reino – 3.ª Direcção – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida – [Ano de 1857 – Livro 15, Proc. N.º 872]; Maço 3417.

Fig.^a 158 – Localização da casa da câmara quinhentista de Braga, na extremidade Sul da Rua de Maximinos, in *Mapa das Ruas de Braga*, realizado em 1750 pelo Padre Ricardo Rocha (1702-1767); Arquivo Distrital de Braga; publicado por Manuel Sopas de Melo Bandeira, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII...*, p. 47.

Fig.^a 159 – Localização da casa da câmara medieval de Guimarães in “PLANTA DA PRAÇA DA OLIVEIRA NA CIDADE DE GUIMARÃES”, Guimarães, 17 de Dezembro de 1871: IAN/TT – Ministério do Reino – Direcção-Geral da Administração Política e Civil – 2.ª Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1871), Livro 29, Proc. N.º 82; Maço 2500.

Fig.^a 160 – Casa da câmara medieval de Chaves, na praça local, in “CHAVES – Praça D. Carlos (Actual Praça da República ou do Pelourinho) (Col. M.M.)”; reprodução cedida amigavelmente pelo Dr. José Henrique Rodrigues Dias.

Fig.^a 161 – Localização da “Casa del Senado ô audiência” de Miranda do Douro, assinalada com “S” no “PLANO de la Plaza de Miranda y su Castillo...”, datado de 12-5-1762 (reprodução na C. M. de Miranda do Douro).

Fig.^a 162 – Casa da câmara quinhentista das Caldas da Rainha, na praça local, junto ao Hospital, à Igreja de N.ª Sr.ª do Pópulo e demais dependências anexas, in Luís Nuno Rodrigues, “Caldas da Rainha no século XVIII: o Hospital e a Câmara”, in Luís Nuno Rodrigues, Mário Tavares e João B. Serra (Coord.), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Caldas da Rainha, 1993, p. 111.

Fig.^a 163 – Localização da casa da câmara de Sintra in “SINTRA – 1850” – “Reprodução da planta assinalada no livro ‘O Paço Real de Sintra’ de Francisco Costa”.

Fig.^a 164 – Alenquer, “Casas da Câmara, 1873” fotografia publicada in Guilherme João Carlos Henriques (da Carnota), *Alemquer e seu Concelho – Parte X, A Villa de Alemquer*, 2.ª Ed., Lisboa, 1902.

Fig.^a 165 – Sines, *Praça Tomás Ribeiro* (antiga praça onde se localizava a casa da câmara) Planta de Sines (pormenor).

Fig.^a 166 – Beja, *Praça D. Manuel*. Ao fundo a Misericórdia (os Açougues do Infante D. Luís) e, à direita, a velha casa da câmara, com a mesma implantação da actual, erguida na época do Estado Novo. Desenho do Museu Regional de Beja local, publicado por Manuel Lourenço Casteleiro de Goês, *Beja – XX Séculos de História de uma Cidade*, Câmara Municipal de Beja, Beja, 1999, p. 241.

Fig.^a 167 – Viana do Castelo: *praça*. Ao fundo, a casa da câmara manuelina; imagem de uma pintura, aparentemente oitocentista, de autor não identificado, disponibilizada no “site” da DGEMN.

Fig.^a 168 – Localização da “Praça” onde se localizava a casa da câmara in “Planta da villa da Torre de Moncorvo – 1839”, in Arquivo Histórico de Engenharia Militar 2-23ª-33, n.º 2628; pormenor.

Fig.^a 169 – “A vila das Caldas em finais do século XVIII (Planta conjectural)”, in Luís Nuno Rodrigues, “Caldas da Rainha no século XVIII: o Hospital e a Câmara”, in Luís Nuno Rodrigues, Mário Tavares e

João B. Serra (Coord.), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Caldas da Rainha, 1993.

Fig.^a 170 – “Praça dos Imperadores” em Manique do Intendente, in *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, N.º 123 – Pelourinhos do Distrito de Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Março de 1966.

Fig.^a 171 – Planta de Monsaraz. No centro a praça da vila, sinalizada pela implantação do pelourinho, ao lado do poço do concelho (não assinalado na planta); *Arquitectura Popular Portuguesa*, Sindicato Nacional dos Arquitectos. Lisboa, 1961.

Fig.^a 172 – Planta de Sobreira Formosa (Proença a Nova). No centro, a localização da *casa da câmara*, de há muito demolida; Arquivo da C. M. de Proença a Nova.

Fig.^a 173 – Planta da *praça* de Óbidos, in *Arquitectura Popular Portuguesa*, Sindicato Nacional dos Arquitectos. Lisboa, 1961.

Fig.^a 174 – *Praça* de Salvaterra, com a localização da casa da câmara local, in “Salvaterra de Magos em 1788 segundo a planta anexa ao livro ‘População de Salvaterra...’ existente no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Copiada em 1957”, Arquivo da C. M. de Salvaterra de Magos.

Fig.^a 175 – Planta de Nisa, publicada por João Portalete e Carla Calado (Colaboradores) in “Centro Histórico de Nisa”: Juan M. Sarmiento Nove (Editor), *Manuales de Materiales y Técnicas Constructivas Tradicionales*, Manizales, Colômbia, 2003.

Fig.^a 176 – Planta de Grândola. No centro a *Praça de D. Jorge*, onde se localiza a casa da câmara local, sinalizada como “Cadeia e Tribunal”, que em 2005 era a sede local do PCP; Arquivo da C. M. de Grândola.

Fig.^a 177 – Planta-diagrama da *Praça* de Aveiro. A casa da câmara está sinalizada com o n.º 6. In Amorim, Inês, “A construção da Câmara de Aveiro nos finais do Séc. XVIII: 1790/94 (?) – 1797/99 I”, *Boletim Municipal – Cultura e Património*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, Dezembro 1997, p. 112.

Fig.^a 178 – Planta da *praça* de Moreira de Rei (Trancoso), in *Arquitectura Popular Portuguesa*, Sindicato Nacional dos Arquitectos. Lisboa, 1961.

Fig.^a 179 – Planta de implantação da casa da câmara de Almada in Luís Barros, “Trabalhos Arqueológicos nos Paços do Concelho de Almada”, *Al Madan*, N.º 3, Maio/Novembro de 1984.

Fig.^a 180 – Planta de implantação da *casa da câmara* de Santiago do Cacém, in “Planta Topografica da vila de Santiago do Cacem – 1920-1930”; Arquivo da C.M. de Santiago do Cacém.

Fig.^a 181 – Planta de implantação da casa da câmara de Mafra in *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, N.º 123 – Pelourinhos do Distrito de Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Março de 1966.

Fig.^a 182 – “Casa da Câmara e Cdeia do antigo Concelho do Banho”; desenho da Rainha D. Amélia, 1894 (?), in *A Arte Portuguesa*, Ano I, N.º 1, Janeiro de 1895: reprodução publicada por A. Nazaré Oliveira, *Termas de S. Pedro do Sul (Antigas Caldas de Lafões)*, Palimage Editores, Viseu, 2002.

Fig.^a 183 – Casa da câmara de Soutelo do Douro (S. João da Pesqueira).

Fig.^a 184 – Casa da câmara de Vilar Maior (Sabugal).

Fig.^a 185 – Casa da câmara de Valença do Douro (Tabuaço).

Fig.^a 186 – Casa da câmara de Melo (Gouveia), in João Baptista de Almeida Fraga, *Melo, na História e na Genealogia*, Ed. do Autor, 2.ª Edição, Lisboa, 2003.

Fig.^a 187 – Casa da câmara de Pinhel; fachada lado praça e fachada lateral.

Fig.^a 188 – Casa da câmara de Castelo Branco.

Fig.^a 189 – Casa da câmara de Castelo de Vide.

Fig.^a 190 – Casa da câmara de Barrancos.

Fig.^a 191 – Localização da casa da câmara de Alvito in Luiz de Pina Manique, *A Arte Manuelina na Arquitectura de Alvito – Impressões e Apontamentos* (1.ª Edição, 1949), Edição Câmara Municipal de Alvito, Alvito, 4.ª Edição, 2005.

Fig.^a 192 – Casa da câmara de Redondo.

Fig.^a 193 – Casa da câmara de Rio de Moinhos (Sátão).

Fig.^a 194 – Casa da câmara de Évoramonte (Estremoz).

Fig.^a 195 – Casa da câmara da Ribeira Grande; fotografia Inês Maya.

Fig.^a 196 – Casa da câmara de Vila Flor; restauro e reconstrução parcial da época do Estado Novo.

Fig.^a 197 – *Quintal* da casa da câmara de Garvão (Ourique).

Fig.^a 198 – *Cadeia* concelhia de Mirandela, com o seu campanário na fachada.

Fig.^a 199 – *Sineta* do mercado concelhio de Monchique, aplicado numa arquitrave da fachada.

Fig.^a 200 – TEMPLO DE DIANA, Litografia da Imprensa Nacional in *Universo Pitoresco, Jornal de Instrução e Recreio*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1839, reproduzido in Cármen Almeida (Coordenação),

Riscos de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora, Arquivo Fotográfico Municipal e Câmara Municipal de Évora, Évora 2001, p. 23.

Fig.^a 201 – *Sineta* da câmara de Mação; Museu local.

Fig.^a 202 – *Sino da câmara* de Pampilhosa da Serra, na fachada da respectiva casa da câmara.

Fig.^a 203 – Armação de ferro de apoio ao *sino da câmara*, no topo da empena da fachada da casa da câmara de Tábua.

Fig.^a 204 – Nicho de inserção do *sino da câmara*, no topo da fachada da casa da câmara de Alpedrinha (Fundão).

Fig.^a 205 – Nicho de inserção do *sino da câmara*, no topo da fachada da casa da câmara de Vouzela.

Fig.^a 206 – Nicho de inserção do *sino da câmara*, na empena da fachada da casa da câmara de Oliveira de Frades.

Fig.^a 207 – Ventana do *sino da câmara*, na parede lateral do alpendre da casa da câmara de Outeiro de Miranda (Bragança).

Fig.^a 208 – Ventana do *sino da câmara*, improvisada na galeria cimeira do Arco de Almedina; Coimbra.

Fig.^a 209 – *Torre do relógio* da vila de Póvoa e Meadas (Castelo de Vide).

Fig.^a 210 – *Torre do relógio* de Almodôvar.

Fig.^a 211 – *Torre do relógio* da vila de Fonte Arcada (Sernacelhe).

Fig.^a 212 – *Torre do relógio* de Vila Nova de Foz Côa.

Fig.^a 213 – *Torre do relógio* de Serpa.

Fig.^a 214 – *Torre do relógio* de Freixo de Espada à Cinta.

Fig.^a 215 – *Torre do relógio* de Viana do Alentejo.

Fig.^a 216 – *Torre do relógio* de Montemor o Novo.

Fig.^a 217 – *Torre do relógio* de Fronteira.

Fig.^a 218 – *Torre do relógio* da casa da câmara da Esgueira (Aveiro).

Fig.^a 219 – *Torre do relógio* da casa da câmara de Arruda dos Vinhos.

Fig.^a 220 – Os dois *campanários* da casa da câmara de S. Vicente da Beira (Castelo Branco).

Fig.^a 221 – *Campanário* da casa da câmara de Rebordãos (Bragança), no topo da escada de acesso ao piso nobre do edifício.

Fig.^a 222 – *Campanário* da casa da câmara de Rabaçal (Penela), na fachada posterior do edifício.

Fig.^a 223 – *Campanário* da casa da câmara de Portalegre, na fachada posterior do edifício.

Fig.^a 224 – *Campanário* da casa da câmara de Rebordãos (Bragança).

Fig.^a 225 – Cornija de suporte do demolido *campanário* da casa da câmara de Melo (Gouveia), no topo da parede do lado da praça e do pelourinho.

Fig.^a 226 – *Campanário* da casa da câmara de Gostei (Bragança).

Fig.^a 227 – *Campanário* da casa da câmara de Avô (Oliveira do Hospital).

Fig.^a 228 – *Campanário* da casa da câmara de Amarante.

Fig.^a 229 – *Casa da câmara* do Redondo.

Fig.^a 230 – *Campanário* com cruz na muito provável casa da câmara de Mões (Castro Daire).

Fig.^a 231 – *Brasões do reino e do concelho* na fachada da casa da câmara da Guarda.

Fig.^a 232 – *Brasões do reino e do concelho* na fachada da casa da câmara de Vouzela.

Fig.^a 233 – *Brasões do reino e do concelho* na fachada da casa da câmara de Celorico da Beira.

Fig.^a 234 – *Brasão do reino*, com as armas de D. Sebastião, na fachada da casa da câmara de Amarante.

Fig.^a 235 – *Brasão do reino*, com as armas de D. Sebastião, na fachada da casa da câmara de Amarante, desenho de Francisco Xavier da Serra Craesbeeck in *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, Edições Carvalhos de Basto, Ponte de Lima, 1992, Vol. I., p. 256.

Fig.^a 236 – *Brasão do reino* na fachada da casa da câmara de Melo (Gouveia).

Fig.^a 237 – *Brasão do reino* na fachada da casa da câmara de Vila do Conde.

Fig.^a 238 – *Brasão do reino* na fachada da casa da câmara de S. Vicente da Beira (Castelo Branco).

Fig.^a 239 – *Brasão do reino* na fachada lateral da casa da câmara de Melgaço.

Fig.^a 240 – *Brasão do reino* na fachada da casa da câmara de Ourém.

Fig.^a 241 – *Brasão do reino* na fachada do lado da praça da casa da câmara de Pinhel.

Fig.^a 242 – *Brasão do reino* na fachada da casa da câmara de Porto Santo (R.A. da Madeira).

Fig.^a 243 – *Brasão doreino* na fachada da casa da câmara de Alverca da Beira (Pinhel).

Fig.^a 244 – *Brasão do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves* na fachada da casa da câmara de Valença do Douro (Tabuaço).

Fig.^a 245 – *Brasão do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves* na fachada da casa da câmara de Fornos de Algodres.

Fig.^a 246 – *Brasão do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves* na fachada da casa da câmara de Cascais, hoje mutilado pois lhe foi picada a coroa a seguir ao 5 de Outubro.

Fig.^a 247 – *Brasão do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves* na fachada da casa da câmara de Pavia (Mora).

Fig.^a 248 – *Brasão do reino* na esquina das fachadas principal e secundária da casa da câmara de Melo (Gouveia).

Fig.^a 249 – *Brasão do reino*, em estuque, na fachada da *casa dos almotacés* de Montemor o Novo; a coroa foi removida a seguir ao 5 de Outubro, dela restando apenas a base.

Fig.^a 250 – *Brasão do reino*, em estuque, na fachada da cadeia concelhia de Juromenha (Alandroal).

Fig.^a 251 – *Brasão do reino*, em alvenaria e estuque, na fachada da casa da câmara de Canha (Montijo).

Fig.^a 252 – *Brasão do reino*, em esgrafito, na fachada da casa da câmara de Garvão (Ourique); coroa real removida.

Fig.^a 253 – *Brasão do reino*, de origem aparentemente manuelina, aplicado na fachada posterior da casa da câmara oitocentista de Vila Nova de Foz Côa.

Fig.^a 254 – Corpo aparelhado no topo do frontão da fachada da casa da câmara de Braga, preparado para nele se picar o *brasão* com as armas do reino.

Fig.^a 255 – *Brasão “cego”* do reino na esquina de duas fachadas contíguas da casa da câmara de Azurara (Vila do Conde). As quinas e os castelos eram pintados no sítio respectivo.

Fig.^a 256 – *Brasão* policromado na fachada principal da casa da câmara de S. João da Pesqueira.

Fig.^a 257 – *Brasão* policromado na entrada da sala da audiência de Elvas.

Fig.^a 258 – “Bragança – Corte horizontal ao nível das janelas com o muro divisório interior e as paredes que serviam de suporte a aterros”, in “*Domus Municipalis*” – *Bragança*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N.º 4, Junho de 1936; fig. 6.

Fig.^a 259 – Casa da câmara de Vila Pouca de Aguiar.

Fig.^a 260 – Planta da casa da câmara da Guarda; Arquivo DGEMN.

Fig.^a 261 – “Edifício dos paços do Concelho – reabilitação/recuperação – Estudo Prévio – Novembro de 2003 - Plantas dos pisos – Existentes”: *planta* do piso térreo; Arquivo Municipal de Portalegre.

Fig.^a 262 – Casa da câmara da Póvoa de Varzim: “Planta andar térreo modificado” in “Projecto dos melhoramentos a fazer no edifício camarário da Póvoa de Varzim”, 1896; Arquivo Histórico da C.M. da Póvoa de Varzim.

Fig.^a 263 – “Casa da Cadeia”, planta do piso térreo da casa da câmara de Lanheses (Viana do Castelo), publicada por Gabriela A. M. Gonçalves, *Lanheses – Subsídios para uma Monografia*, Policopiado, s.d. (Arquivo Municipal de Viana do Castelo), s.d., p. 93.

Fig.^a 264 – Casa da câmara de Pavia (Mora); planta do piso térreo; Arquivo da Junta de Freguesia local.

Fig.^a 265 – Casa da câmara de Nisa; planta do piso térreo, publicada por João Portalete e Carla Calado (Colaboradores) in “Centro Histórico de Nisa”: Juan M. Sarmiento Nove (Editor), *Manuales de Materiales y Técnicas Constructivas Tradicionales*, Manizales, Colômbia, 2003, p. 322.

Fig.^a 266 – “PAÇOS MUNICIPAIS (antigos) GUIMARÃES”, piso térreo alpendrado, Arquivo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Repartição Técnica – Secção do Norte; datada de 22/8/1963.

Fig.^a 267 – Casa da câmara da Guarda; pórtico do piso térreo.

Fig.^a 268 – Casa da câmara de Ucanha (Tarouca); cobertura da sala do piso nobre (pormenor).

Fig.^a 269 – Casa da câmara de Portocarreiro (Marco de Canaveses); cobertura da sala do piso nobre (pormenor).

Fig.^a 270 – Casa da câmara de Bragança, interior.

Fig.^a 271 – “DOMUS MUNICIPALIS: BRAGANÇA”, planta da *casa da câmara* de Bragança, in Arquivo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A parede divisória é tardia, visando dividir o espaço único primitivo em duas divisões, de modo a proporcionar a sala de audiência e a câmara das vereações.

Fig.^a 272 – “Casa da Cadeia”, planta do piso térreo e do piso nobre da casa da câmara de Lanheses (Viana do Castelo), publicada por Gabriela A. M. Gonçalves, *Lanheses – Subsídios para uma Monografia*, Policopiado, s.d. (Arquivo Municipal de Viana do Castelo), s.d., p. 93.

Fig.^a 273 – Escadaria monumental da casa da câmara de Castelo de Vide.

Fig.^a 274 – Sala de audiências da casa da câmara de Amares com a porta de entrada no piso nobre do edifício, ao fundo da sala.

Fig.^a 275 – Casa da câmara de Pavia (Mora); planta do piso nobre; Arquivo da Junta de Freguesia local.

Fig.^a 276 – Casa da câmara de Barrancos: topo da escadaria, interior, de acesso ao piso nobre.

Fig.^a 277 – Casa da câmara da Guarda; no centro a porta de acesso à antiga sala de audiências.

Fig.^a 278 – Casa da câmara de Linhares (Celorico da Beira); escadaria de acesso ao piso nobre.

Fig.^a 279 – Casa da câmara de Vila Viçosa; escadaria monumental de acesso ao piso nobre.

Fig.^a 280 – Pórtico da casa da câmara de Castelo Mendo (Almeida).

Fig.^a 281 – Casa da câmara de Castelo Mendo: fachada para a praça.

Fig.^a 282 – Casa da câmara de Guardão (Janardo; Tondela).
Fig.^a 283 – Casa da câmara de Avô (Oliveira do Hospital).
Fig.^a 284 – Casa da câmara de Cardigos (Mação); desenho publicado pelo P.^o Henrique da Silva Louro, *Cardigos, Subsídios para a sua História*, Composto e impresso na Gráfica Maiadouro – Vila da Maia (Porto), Agosto de 1982, p. 124.
Fig.^a 285 – Casa da câmara de Vila Nova de Mil Fontes (Odemira).
Fig.^a 286 – Casa da câmara de Lalim (Lamego).
Fig.^a 287 – Casa da câmara da Mesquitela (Celorico da Beira).
Fig.^a 288 – Casa da câmara de Penalva de Alva (Oliveira do Hospital).
Fig.^a 289 – Casa da câmara de Montalvão (Nisa).
Fig.^a 290 – Casa da câmara medieval de Óbidos.
Fig.^a 291 – Casa da câmara medieval de Castelo de Vide.
Fig.^a 292 – Casa da câmara de Freixo de Espada à Cinta, desenho publicado por Joaquim Augusto Ramos Taborda, *Freixo de Espada à Cinta Monografia*, S.N.I., Lisboa, 1948, p. 64.
Fig.^a 293 – Casa da câmara de Vila do Conde.
Fig.^a 294 – Casa da câmara de Sever do Vouga.
Fig.^a 295 – Casa da câmara de Tomar: embasamento com banco público.
Fig.^a 296 – Casa da câmara de Esposende: embasamento com banco corrido.
Fig.^a 297 – Casa da câmara de S. Martinho de Mouros (Resende).
Fig.^a 298 – Casa da câmara de Penafiel: fachadas lateral e posterior.
Fig.^a 299 – Casa da câmara de Macieira de Cambra (Vale de Cambra): envasamento da fachada lateral
Fig.^a 300 – Casa da câmara da Pederneira (Nazaré).
Fig.^a 301 – Casa da câmara manuelina de Braga in “Mappa das Ruas de Braga (realizado em 1750 pelo Padre Ricardo Rocha (1702-1767); Arquivo Distrital de Braga, publicado por Rui Maurício: *O Mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532) – Urbanismo e Arquitectura*, Magno Edições, Leiria, 2000.
Fig.^a 302 – Casa da câmara da Guarda.
Fig.^a 303 – Casa da câmara de Seia.
Fig.^a 304 – Casa da câmara de Penamacor (fachada do lado da vila).
Fig.^a 305 – Casa da câmara de Castelo Mendo (Almeida; fachada do lado de fora da vila).
Fig.^a 306 – Casa da câmara de Linhares (Celorico da Beira).
Fig.^a 307 – Casa da câmara de Assumar (Monforte).
Fig.^a 308 – Casa da câmara de Vila Nova da Baronia (Alvito).
Fig.^a 309 – Casa da câmara de Cano (Sousel).
Fig.^a 310 – Casa da câmara de Manique do Intendente (Azambuja).
Fig.^a 311 – Casa da câmara de Arruda dos Vinhos.
Fig.^a 312 – Casa da câmara de Alpedrinha (Fundão); alçado; Arquivo da DGEMN.
Fig.^a 313 – Casa da câmara de Pinhel: fachada lateral e fachada para a Praça.
Fig.^a 314 – Casa da câmara de Grândola.
Fig.^a 315 – Casa da câmara de Vila Viçosa.
Fig.^a 316 – Casa da câmara de Macieira de Cambra (Vale de Cambra).
Fig.^a 317 – Casa da câmara de Tomar.
Fig.^a 318 – Mosteiro de Alcobaça: *Hospedaria Velha*; fotografia de Alex Sousa Bernardo.
Fig.^a 319 – Casa da câmara de Monção; desenho; reprodução no Arquivo da C. M. de Monção.
Fig.^a 320 – Casa da câmara de Portalegre.
Fig.^a 321 – Casa da câmara de Braga.
Fig.^a 322 – Casa da câmara da Golegã.
Fig.^a 323 – Casa da câmara de Aveiro.
Fig.^a 324 – Casa da câmara de Aveiro: secção central da fachada principal.
Fig.^a 325 – Casa da câmara de Redondo.
Fig.^a 326 – Casa da câmara de Penafiel: fachadas principal e lateral.
Fig.^a 327 – Casa da câmara de Viana do Foz do Lima: ameias.
Fig.^a 328 – “Antigo Paço do Concelho / Demolido em 1775”: pintura no actual Salão Nobre da casa da câmara setecentista de Braga (pormenor); ameias da fachada.
Fig.^a 329 – Casa da câmara de Freixo de Espada à Cinta: ameias; desenho publicado por Joaquim Augusto Ramos Taborda, *Freixo de Espada à Cinta Monografia*, S.N.I., Lisboa, 1948, p. 64; pormenor.
Fig.^a 330 – Casa da câmara da Guarda: remate da fachada.
Fig.^a 331 – Casa da câmara de Alvito: empenas.
Fig.^a 332 – Casa da câmara de Campo Maior: empena na fachada central.
Fig.^a 333 – Casa da câmara de Santiago do Cacém: empena.

Fig.^a 334 – Casa da câmara de Alpalhão (Nisa): empena.

Fig.^a 335 – Casa da câmara de Vila do Conde: pseudo-frontão.

Fig.^a 336 – Casa da câmara de Redondo: frontão do campanário.

Fig.^a 337 – Casa da câmara de Portalegre: frontão.

Fig.^a 338 – Casa da câmara de Manique do Intendente (Azambuja): frontão; fotografia in *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, N.º 123 – *Pelourinhos do Distrito de Lisboa*, Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Março de 1966.

Fig.^a 339 – Casa da câmara de Penafiel: frontão.

Fig.^a 340 – Casa da câmara de Aveiro: frontão.

Fig.^a 341 – Casa da câmara de Monforte: balaustrada.

Fig.^a 342 – Casa da câmara de Pavia (Mora).

Fig.^a 343 – Casa da câmara de Muxagata (Vila Nova de Foz Côa).

Fig.^a 344 – Casa da câmara de Melo (Gouveia): janela da enxovia, adaptada em porta.

Fig.^a 345 – Casa da câmara de Caria (Vila da Rua): janela da enxovia, adaptada em porta.

Fig.^a 346 – Casa da câmara de Campo Maior: fachada principal, com a restituição gráfica das duas portas e das duas escadarias exteriores inicialmente projectadas.

Fig.^a 347 – “Primitivos Paços do Concelho” das Lages do Pico (Pico; R. A. Açores), desenho com a referência A. Viana de Lemos”, publicado por Francisco Soares de Lacerda Machado, *História do Concelho das Lages (Ilha do Pico)*, Tipografia Popular, Figueira da Foz, sd., p. 29.

Fig.^a 348 – “Portal dos antigos paços do concelho de Évora”, in Mário Tavares Chicó, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 2.ª Edição, 1968, p. 195; Fig.^a 59.

Fig.^a 349 – Casa da câmara de Castelo Novo (Fundão); fotografia do Arquivo da DGEMN.

Fig.^a 350 – Casa da câmara de Palmela; C. M. de Palmela.

Fig.^a 351 – Casa da câmara de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Coa); fachada lateral.

Fig.^a 352 – Casa da câmara de Alijó; fotografia do Arquivo da DGEMN.

Fig.^a 353 – Casa da câmara de Viana de Foz do Lima (fachada posterior).

Fig.^a 354 – Casa da câmara de Marialva (Meda) (fotografia do Arquivo da DGEMN).

Fig.^a 355 – Casa da câmara de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa); fotografia in J. A. Pinto Ferreira, *Freixo de Numão – Apontamentos*, Edições Marânus, Porto, 1954.

Fig.^a 356 – Casa da câmara de Rates (Póvoa do Varzim).

Fig.^a 357 – Casa da câmara de Vila de Frades (Vidigueira).

Fig.^a 358 – Casa da câmara da Atouguia da Baleia (Peniche).

Fig.^a 359 – Casa da câmara de Cano (Sousel).

Fig.^a 360 – Casa da câmara de Manique do Intendente (Azambuja).

Fig.^a 361 – Casa da câmara de Castelo de Vide.

Fig.^a 362 – Casa da câmara de Castelo de Vide: *arco de entrada*.

Fig.^a 363 – Maquete didáctica com a proposta de reconstituição da *casa da câmara* quinhentista de Benavente, segundo segundo Alfredo Betâmio de Almeida, *Breve História das Casas da Câmara de Benavente*, Ed. Câmara Municipal de Benavente, Benavente, 1954.

Fig.^a 364 – Casa da câmara quinhentista de Braga: *arcos* dos açougues.

Fig.^a 365 – Casa da câmara de Pinhel: *portais* dos açougues.

Fig.^a 366 – Casa da câmara de Aveiro: *portais arqueados* na fachada principal.

Fig.^a 367 – Casa da câmara de Lamego: acesso ao piso nobre.

Fig.^a 368 – Casa da câmara de Silves: *arco de entrada* para a Rua da cadeia e o interior da cidade.

Fig.^a 369 – Casa da câmara de Rio de Moinhos (Sátão).

Fig.^a 370 – Casa da câmara da Covilhã.

Fig.^a 371 – Casa da câmara de Nisa: *arco de passagem*, aberto no centro da fachada.

Fig.^a 372 – Casa da câmara de Campo Maior: *arco de passagem*, aberto no centro da fachada; alçado do Arquivo da C. M. da Campo Maior.

Fig.^a 373 – Casa da câmara de Monforte: inserção da *passagem arqueada*.

Fig.^a 374 – Casa da câmara de Évoramonte (Estremoz): *passagem arqueada*.

Fig.^a 375 – “Antigo edifício da Câmara Municipal” da Ribeira Grande *passagem arqueada* (S. Miguel; R. A. dos Açores); Joaquim Cândido Abranches, *Album Michaelense*, Ponta Delgada, 1869.

Fig.^a 376 – Representação da casa da câmara de Viana da Foz de Lima numa planta daquela vila, feita em “Vianna 28 de Março de 1752 annos / Pello Ajudante de Infantaria e Engenheyro da Província do Minho Joze Miguel da Cruz”, Gabinete de Arqueologia e Estudos de Engenharia Militar, Planta N.º 2897, 24-26A-38.

Fig.^a 377 – Casa da câmara de Freixo de Espada à Cinta: *pórtico*; desenho publicado por Joaquim Augusto Ramos Taborda, *Freixo de Espada à Cinta Monografia*, S.N.I., Lisboa, 1948, p. 64 (pormenor).

Fig.^a 378 – “Reconstituição hipotética dos Estaus” quatrocentistas de Tomar, publicada por José-Augusto França: *Tomar*, Editorial Presença, Lisboa, 1994, p. 8.

Fig.^a 379 – “Casa dos Velhos”, Viana do Castelo.

Fig.^a 380 – “Paços do Concelho – Guimarães”, in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Emílio Biel & C.^a Editores, Porto, 1907, Vol. 2.^o.

Fig.^a 381 – Localização da casa da câmara medieval de Guimarães in “Planta da Praça da Oliveira na Cidade de Guimarães”, assinada por “Cesareo Augusto Pinto (?)”, Conductor de Trabalhos” e datada de “Guimarães, 17 de Dezembro de 1871”, in IAN/TT – *Ministério do Reino* – Direcção-Geral da Administração Política e Civil – 2.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1871), Livro 29, Proc. N.^o 82; Maço 2500.

Fig.^a 382 – Nave do *pórtico* da casa da câmara de Guimarães.

Fig.^a 383 – Casa da câmara de Guimarães: “Planta do R/Chão”; Arquivo DGEMN.

Fig.^a 384 – Casa da câmara de Guimarães: “Corte AB”, “Corte CD” e “Corte EF”; Arquivo DGEMN.

Fig.^a 385 – Casa da câmara de Guimarães: fachada posterior e lateral.

Fig.^a 386 – *Pórtico* da casa da câmara de Barcelos.

Fig.^a 387 – Casa da câmara de Chaves (demolida); reprodução de fotografia histórica cedida amigavelmente pelo Dr. José Henrique Rodrigues Dias.

Fig.^a 388 – “Paços do Concelho e chafariz” de Viana de Foz do Lima (pormenor), in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Emílio Biel & C.^a Editores, Porto, 1907, Vol. 2.^o.

Fig.^a 389 – Casa da câmara de Viana de Foz do Lima, depois dos restauros da primeira metade do século XX.

Fig.^a 390 – Casa da câmara de Vila Flor (alpendres quinhentistas); fotografia in *O Primeiro de Janeiro*, 1-7-1940; cortesia da direcção do Museu Municipal Dr.^a Berta Cabral.

Fig.^a 391 – Casa da câmara de Vila do Conde: *pórtico*.

Fig.^a 392 – Casa da câmara de Vila do Conde: *pórtico*; pormenor decorativo.

Fig.^a 393 – Casa da câmara de Vila do Conde: *pórtico*; pilastras renascentistas.

Fig.^a 394 – “Évora – Antigos paços do Concelho de Évora”: postal ilustrado; Arquivo Municipal de Évora.

Fig.^a 395 – Casa da câmara de Monsaraz (Reguengos de Monsaraz); *pórtico*.

Fig.^a 396 – Casa da câmara da Guarda: *pórtico*.

Fig.^a 397 – Casa da câmara da Guarda: *pórtico*; ornato concheado renascentista.

Fig.^a 398 – Casa da câmara de Tomar: *pórtico*.

Fig.^a 399 – Casa da câmara de Seia: *pórtico*, gravura de Tavares Correia, publicado por P.^o Dr. Quelhas Bigotte *Monografia da Cidade e Concelho de Seia*, 2.^a Edição; Ed. da C. M. de Seia, 2001, Seia.

Fig.^a 400 – Casa da câmara de Lavre (Montemor o Novo).

Fig.^a 401 – Casa da câmara de Melgaço: *pórtico*.

Fig.^a 402 – Casa da câmara de Melgaço: *pórtico*; desenho de artista amador local, em exibição no “Solar do Alvarinho”, instalado na antiga casa da câmara de Melgaço.

Fig.^a 403 – Casa da câmara de Amieira (Nisa): *pórtico*.

Fig.^a 404 – Casa da câmara de Castelo Mendo (Almeida).

Fig.^a 405 – Casa da câmara de Gáfete (Crato): *pórtico* do açougue.

Fig.^a 406 – Casa da câmara quinhentista da Póvoa de Varzim: *pórtico*; desenho Orlando Barbosa; 1937; Arquivo C. M. Póvoa de Varzim.

Fig.^a 407 – Casa da câmara de Monção; desenho Arquivo C. M. Monção.

Fig.^a 408 – Casa da câmara de Caminha: *pórtico*.

Fig.^a 409 – Casa da câmara de Caminha: fachada.

Fig.^a 410 – Casa da câmara de Esposende.

Fig.^a 411 – Casa da câmara de Esposende: *pórtico*.

Fig.^a 412 – Antiga casa da câmara de Ovar; reprodução de desenho cedido pela C. M. de Ovar.

Fig.^a 413 – “Planta e alçado da arcada do edifício da Câmara Municipal de Tavira / Planta do Rez do Chão”; Arquivo DGEMN.

Fig.^a 414 – Casa da câmara de Tavira: *pórtico*.

Fig.^a 415 – Casa da câmara de Tavira in “vista da Praça d’Tavira tirada da parte Occidental”, desenho da 2.^a metade do século XVIII, da Biblioteca Pública de Évora, de que se usou uma reprodução disponibilizada pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Tavira.

Fig.^a 416 – Casa da câmara da Vidigueira.

Fig.^a 417 – Casa da câmara da Vidigueira: *pórtico*.

Fig.^a 418 – Casa da câmara de Cuba.

Fig.^a 419 – Casa da câmara tardo-pombalina da Póvoa de Varzim; fotografia antiga; CM Póvoa do Varzim.

Fig.^a 420 – “Póvoa de Varzim – Casa da Câmara e Cadeia” reprodução de postal ilustrado; CM Póvoa do Varzim.

Fig.^a 421 – Casa da câmara tardo-pombalina da Póvoa de Varzim: *pórtico*.

Fig.^a 422 – Casa da câmara de Ponte da Barca.

Fig.^a 423 – Casa da câmara de Salvador da Baía – Brasil; desenho oitocentista de autor anónimo, publicado por Paulo Thedim Barreto, “Casas de Câmara e Cadeia”, *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1947; N.º 11, p. 47.

Fig.^a 424 – Fonte Arcada (Sernancelhe), “Casa do Paço (ou da Loba)”, sede tradicional da câmara desta antiga vila: cachorros de apoio ao *alpendre*.

Fig.^a 425 – Casa da audiência de Estremoz: *alpendre*.

Fig.^a 426 – Casa da audiência de Estremoz: *alpendre*; cachorros da estrutura de madeira do alpendre primitivo.

Fig.^a 427 – Casa da audiência de Estremoz: *alpendre abobadado*.

Fig.^a 428 – Casa da audiência de Estremoz: *alpendre*.

Fig.^a 429 – Casa da câmara de Castelo Novo (Fundão): *alpendre*.

Fig.^a 430 – Casa da câmara de Castelo Branco: *alpendre*.

Fig.^a 431 – Casa da câmara de Miranda do Douro: *alpendre*.

Fig.^a 432 – Casa da câmara de Entradas (Castro Verde).

Fig.^a 433 – Casa da câmara de Terena (Alandroal).

Fig.^a 434 – Casa da câmara de Outeiro de Miranda (Bragança): *alpendre*.

Fig.^a 435 – “Fachada da Câmara Municipal [de Palmela]”; (Foto Américo Ribeiro, 25-9-1948); Arquivo Municipal de Palmela”, publicada por Vítor Serrão e José Meco in *Palmela Histórico-Artística – Um Inventário do Património Artístico Concelhio*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Lisboa/Palmela, 2007, p. 218.

Fig.^a 436 – Casa da câmara de Palmela: *arcadas do alpendre*, fotografia publicada por Vítor Serrão e José Meco in *Palmela Histórico-Artística – Um Inventário do Património Artístico Concelhio*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Lisboa/Palmela, 2007.

Fig.^a 437 – Casa da câmara de Angra (Terceira); desenho da segunda metade do século XIX (?); Museu de Angra do Heroísmo.

Fig.^a 438 – Casa da câmara Pombalina de Setúbal: fachada depois do incêndio do 5 de Outubro de 1910.

Fig.^a 439 – Casa da câmara de Setúbal: *alpendre*.

Fig.^a 440 – Casa da câmara de Redondo: *alpendre*.

Fig.^a 441 – Casa da câmara de Macieira de Cambra (Vale de Cambra), *alpendre*.

Fig.^a 442 – Casa da câmara de Elvas: *alpendre*.

Fig.^a 443 – Casa da câmara de Bragança; nas traseiras, a torre sineira da igreja da cidade.

Fig.^a 444 – Casa da câmara de Tomar: *galerias* da fachada posterior; in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Emílio Biel & C.^a Editores, Porto, 1906, Vol. Sexto.

Fig.^a 445 – Casa da câmara de Tomar: caixa de *escada* e *galerias* da fachada posterior.

Fig.^a 446 – Torre de Almedina, Coimbra: inscrição quinhentista pintada “SENADO” e inscrição gravada “NO ANO 1541”, ambas na porta da câmara das vereações de Coimbra.

Fig.^a 447 – Torre de Almedina, Coimbra: alçado para o exterior da muralha; Arquivo DGEMN.

Fig.^a 448 – Torre de Almedina, Coimbra: alçado para o interior da muralha; Arquivo DGEMN.

Fig.^a 449 – Torre de Almedina, Coimbra: *galeria*.

Fig.^a 450 – Casa da câmara de Moura: fachada sobre a Porta da Vila.

Fig.^a 451 – Casa da câmara de Moura: fachada lateral.

Fig.^a 452 – Casa da câmara de Moura: *galeria* sobre a Porta da Vila.

Fig.^a 453 – Casa da câmara de Moura: *galeria* na fachada lateral, sobre a fonte barroca.

Fig.^a 454 – Casa da câmara de Elvas: piso térreo no intradorso da porta da vila: *loja comercial*.

Fig.^a 455 – Casa da câmara de Elvas: fachada principal; lado da Praça e da Sé.

Fig.^a 456 – Casa da câmara de Elvas: resto das *ameias* das muralhas medievais descobertos na antiga sala manuelina, localizada sobre a porta principal da vila.

Fig.^a 457 – Casa da câmara de Elvas: *janela amainelada* da sala primitiva, sobre a porta da vila, dando para o exterior das muralhas (Rua da Cadeia).

Fig.^a 458 – Casa da câmara de Elvas: *porta* da sala manuelina, com as armas de D. Manuel pintadas.

Fig.^a 459 – Casa da câmara de Elvas: *galeria quinhentista* de acesso à sala manuelina.

Fig.^a 460 – Casa da câmara de Ermelo (Mondim de Basto): fachada lateral.

Fig.^a 461 – Casa da câmara de Óvoa (Santa Comba Dão): fachada posterior.

Fig.^a 462 – Casa da câmara de Cabeço de Vide (Fronreira): fachada lateral.

Fig.^a 463 – Casa da câmara de Pinhel: fachada lateral.

Fig.^a 464 – Casa da câmara de Sobrosa (Paredes): fachada posterior, com *abertura no piso nobre* entaipada.

Fig.^a 465 – Casa da câmara de S. Miguel do Outeiro (Tondela): fachada lateral, com *abertura no piso nobre* entaipada.

Fig.^a 466 – Casa da câmara medieval de Óbidos: *escada exterior*.

Fig.^a 467 – Casa da câmara de Quintela-Lapa (Sernancelhe): *escada exterior* na fachada principal.

Fig.^a 468 – Casa da câmara de Carrazeda de Ansiães: *escada exterior* na fachada lateral.

Fig.^a 469 – Casa da câmara de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): *escadaria* provavelmente quinhentista; pintura de Barata Moura, 1985; Museu de Freixo de Numão.

Fig.^a 470 – Casa da câmara de Grândola: fachada lateral.

Fig.^a 471 – Casa da câmara de Silves: *escada exterior*.

Fig.^a 472 – Casa da câmara de Marvão: *escada exterior*.

Fig.^a 473 – Casa da câmara de Ermelo (Mondim de Basto): *escada exterior*.

Fig.^a 474 – “Antiga casa do Senado – Bragança”: *escada exterior*; fotografia in F. Brütt e Cunha Moraes, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Emílio Biel & C.^a Editores, Porto, 1907, Vol. Sétimo.

Fig.^a 475 – Casa da câmara de Gostei (Bragança).

Fig.^a 476 – Casa da câmara de Rebordãos (Bragança).

Fig.^a 477 – Casa da câmara de Melo (Gouveia), desenho in João Baptista de Almeida Fraga, *Melo, na História e na Genealogia*, Ed. do Autor, 2.^a Edição, Lisboa, 2003.

Fig.^a 478 – Casa da câmara de Idanha a Velha (Idanha a Nova).

Fig.^a 479 – Casa da câmara de Trancoso; desenho do coronel Xavier da Cunha; C. M. de Trancoso.

Fig.^a 480 – Torre de Almedina: *escada exterior*.

Fig.^a 481 – Casa da câmara de Vila do Conde: *escadaria*.

Fig.^a 482 – Casa da câmara de Gáfete (Crato): *escada exterior*.

Fig.^a 483 – Casa da câmara de Castelo Novo (Fundão): *escada exterior*.

Fig.^a 484 – Casa da câmara de Alijó: *escada* em dois lances perpendiculares.

Fig.^a 485 – Casa da câmara de Pombal: *escadaria monumantal*.

Fig.^a 486 – Casa da câmara de Maфра: *escadaria monumental*.

Fig.^a 487 – Casa da câmara de Maфра: *escadaria monumental*.

Fig.^a 488 – Casa da câmara de Ribeira de Pena.

Fig.^a 489 – Casa da câmara de Óvoa (Santa Comba Dão).

Fig.^a 490 – Casa da câmara de S. João do Monte (Tondela).

Fig.^a 491 – Casa da câmara de Avô (Oliveira do Hospital).

Fig.^a 492 – Casa da câmara de Baltar (Paredes): *escadaria*.

Fig.^a 493 – Casa da câmara de Baltar (Paredes): *escadaria*.

Fig.^a 494 – Casa da câmara de Lajes do Pico (Ilha do Pico): *escadarias*; Lages do Pico (Pico; R. A. Açores), desenho com a referência A. Viana de Lemos”, publicado por Francisco Soares de Lacerda Machado, *História do Concelho das Lages (Ilha do Pico)*, Tipografia Popular, Figueira da Foz, sd., p. 29.

Fig.^a 495 – Casa da câmara quinhentista de Angra (Terceira) na “vista” de Angra publicada por Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, CNCDP, Lisboa, 1977.

Fig.^a 496 – Casa da câmara da Praia da Vitória (Terceira); fotografia antiga publicada in Vitorino Nemésio (Org.), *Memorial da Muito Notável Vila da Praia da Vitória no Centenário da Acção de 11 de Agosto de 1829*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1929; Prefácio, Direcção e Coordenação da reeimpresão, refundida e aumentada, por Eduardo Ferraz da Rosa, Edição da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Praia da Vitória, 2002.

Fig.^a 497 – Casa da câmara de Aguiar de Sousa (hoje Paredes): *escadaria*.

Fig.^a 498 – Casa da câmara de Cabeceiras de Basto: *escadaria*.

Fig.^a 499 – Casa da câmara de Pinhel: *escadaria*.

Fig.^a 500 – Casa da câmara antiga de Angra: desenho da segunda metade do século XIX (?); Museu de Angra do Heroísmo.

Fig.^a 501 – Casa da câmara de Palmela.

Fig.^a 502 – Casa da câmara de Ponta Delgada; fotografia Inês Maya.

Fig.^a 503 – Casa da câmara de Vila Franca do Campo (Ilha de S. Miguel), desenho publicado por Joaquim Cândido Abranches, *Album Michaelense*, Ponta Delgada, 1869.

Fig.^a 504 – Casa da câmara de Porto Santo (Madeira).

Fig.^a 505 – Casa da câmara de Almada.

Fig.^a 506 – Casa da câmara de Campo Maior.

Fig.^a 507 – Pátio do Belvedere – Roma: diagrama in J. S. Ackerman, *The Architecture of Michelangelo*, publicado por Ludwig H. Heydenreich e Wolfgang Lotz, *Arquitectura en Italia 1400-1600*, Manuales Arte Catedra, Madrid, 1991, p. 246, pormenor; adaptado.

Fig.^a 508 – Roma, Praça do Capitólio, com o Palácio do Senador ao fundo: desenho de autor anónimo; escola italiana; c. 1555; Museu do Louvre, Paris, publicado entre muitos outros por Edmund N. Bacon, *Design of Cities*, (1967) Thames and Hudson, 3.^a Edição, Revista, Londres, 1978, p. 117.

Fig.^a 509 – Casa da câmara antiga de Angra: *chafarizes*: desenho da segunda metade do século XIX (?); Museu de Angra do Heroísmo; pormenor.

Fig.^a 510 – Casa da câmara de Viana do Alentejo: *fonte*.

Fig.^a 511 – Casa da câmara de Sesimbra: *fonte*.

Fig.^a 512 – Casa da câmara de Castelo de Vide: átrio do piso térreo com arco de acesso ao primeiro lance da escadaria.

Fig.^a 513 – Casa da câmara de Castelo de Vide: *escadaria monumental*.

Fig.^a 514 – Casa da câmara de Castelo de Vide: *caixa da escadaria*.

Fig.^a 515 – Casa da câmara de Castelo de Vide: *caixa da escadaria*.

Fig.^a 516 – Casa da câmara de Leomil (Moimenta da Beira): *varanda alpendrada*.

Fig.^a 517 – Casa da câmara da Muxagata (Vila Nova de Foz Côa): *varanda alpendrada*.

Fig.^a 518 – Casa da câmara da Redinha (Pombal): *varanda alpendrada*.

Fig.^a 519 – Casa da câmara da Redinha (Pombal): *escadaria de acesso*.

Fig.^a 520 – Casa da câmara de Évora; Arquivo Histórico da C. M. de Évora, desenho publicado por Cármen Almeida (Coordenação), *Riscos de um Século – Memórias da Evolução Urbana de Évora*, Arquivo Fotográfico Municipal e Câmara Municipal de Évora, Évora 2001.

Fig.^a 521 – Casa da câmara de Miranda do Douro: *varanda alpendrada*.

Fig.^a 522 – Casa da câmara de Miranda do Douro: *varanda; sacada*.

Fig.^a 523 – Casa da câmara de Miranda do Douro: *varanda; arquitrave da cobertura*.

Fig.^a 524 – Casa da câmara de Mondim de Basto.

Fig.^a 525 – *Pedra da Audiência* do lugar de Fial (Tondela).

Fig.^a 526 – *Alpendre* da “audiencya” de Ouguela (Campo Maior); Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 2.^a Edição, Lisboa, 1997, f. 30.

Fig.^a 527 – *Alpendre concelhio* (?), colmado, de Portelo (Couto de Sendim, Padornelos; concelho de Montalegre); Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 2.^a Edição, Lisboa, 1997, f. 99.

Fig.^a 528 – Casa da câmara de Bragança: “Bragança – Corte longitudinal em que se mostra a proporção da cisterna”, in “*Domus Municipalis*” – *Bragança*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N.º 4, Junho de 1936 (Fig.^a 14).

Fig.^a 529 – Casa da câmara de Bragança: “Bragança – A «Domus», segundo uma estampa do século XIX (Da ‘Revista Popular’, 1850), in “*Domus Municipalis*” – *Bragança*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N.º 4, Junho de 1936 (Fig.^a 18).

Fig.^a 530 – Casa da câmara de Bragança: “Bragança – A «Domus» renascida e isolada, olhada de sudeste” in “*Domus Municipalis*” – *Bragança*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N.º 4, Junho de 1936 (Fig.^a 25).

Fig.^a 531 – Casa da câmara de Bragança: “Bragança – Corte transversal em que se mostra a forma da armação e a abóbada de berço da cisterna”, in “*Domus Municipalis*” – *Bragança*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N.º 4, Junho de 1936 (Fig.^a 15).

Fig.^a 532 – Casa da câmara de Bragança: “Bragança – Corte horizontal ao nível das janelas com o muro divisorio interior e as paredes que serviam de suporte a aterros”, in “*Domus Municipalis*” – *Bragança*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N.º 4, Junho de 1936 (Fig.^a 6).

Fig.^a 533 – Casa da câmara de Bragança: “Bragança – O mesmo ângulo interior [do ângulo de poente] do monumento, após a reintegração”, in “*Domus Municipalis*” – *Bragança*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N.º 4, Junho de 1936 (Fig.^a 29).

Fig.^a 534 – Casa da câmara de Bragança; interior.

Fig.^a 535 – “ANTIGA CASA do SENADO (BRAGANÇA)”, fotografia de Marques de Abreu da casa da câmara de Bragança, in Joaquim de Vasconcellos, *Arte Românica em Portugal*, Com reproduções seleccionadas e executadas por Marques de Abreu; Nota introdutória de Artur Nobre de Gusmão, reimpressão da 1.^a Edição, Porto, 1918, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992, pág. 187.

Fig.^a 536 – “Bragança – O Reitor do Baçal, P.^o Francisco Manuel Alves, dentro da ‘Domus’ em ruína”, in “*Domus Municipalis*” – *Bragança*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, N.º 4, Junho de 1936 (Fig.^a 32).

- Fig.^a 537** – Casa da Audiência de Estremoz: actual fachada ocidental, voltada para a praça, in Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora – Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978, Vol. II.
- Fig.^a 538** – fotografia do alpendre da casa da audiência de Estremoz: legendada como “PALÁCIO DE D. DINIS”, publicada por Carlos Selvagem, in “Estremoz”: Raul Proença (Coordenação Geral), *Guia de Portugal – Vol. II: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Reimpressão da 1.^a Edição (Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 1927), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983, p. 107.
- Fig.^a 539** – Casa da Audiência de Estremoz: o brasão do concelho com o tremoceiro de Estremoz bem destacado no centro, rodeado de outros elementos heráldicos.
- Fig.^a 540** – Casa da Audiência de Estremoz: degraus de acesso à sala; in Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora – Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978, Vol. II.
- Fig.^a 541** – Casa da Audiência de Estremoz: fachada monumental.
- Fig.^a 542** – Casa da Audiência de Estremoz: janelas geminadas laterais na fachada principal.
- Fig.^a 543** – Casa da Audiência de Estremoz: janelas geminadas na parede fundeira da sala da audiência, numa cota muito alta.
- Fig.^a 544** – Casa da Audiência de Estremoz: porta ogival aberta na parede fundeira da sala da audiência, numa cota muito baixa; in Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora – Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978, Vol. II.
- Fig.^a 545** – Casa da Audiência de Estremoz: abóbada manuelina do alpendre, com as mísulas de arranque das respectivas nervuras implantadas na fachada principal e no topo da face interior do alpendre.
- Fig.^a 546** – Casa da Audiência de Estremoz: torre manuelina construída sobre o alpendre medieval.
- Fig.^a 547** – Casa da Audiência de Estremoz: abóbada estrelada manuelina da sala da audiência, in Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora – Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978, Vol. II.
- Fig.^a 548** – Casa da Audiência de Estremoz: mísulas de suporte das nervuras da abóbada manuelina da sala da audiência, esculpidas em apenas dois terços da sua face, com as armas reais enquadradas por uma esfera armilar de cada lado.
- Fig.^a 549** – Casa da audiência de Estremoz: pilar de suporte a uma nervura da abóbada, apostado na frente de um dos lumes de uma das janelas laterais da fachada principal.
- Fig.^a 550** – Casa da audiência de Estremoz: mísulas, arcos formeiros e nervuras relativas aos terceletes e ogivas inerentes ao arranque da abóbada na face Oeste da sala; notem-se as aberturas de iluminação dispostas concêntricamente.
- Fig.^a 551** – Localização da Casa da Audiência de Monsaraz: “Planta de Monsaraz: em ‘A’ os Paços da Audiência”, publicada por José Pires Gonçalves “O Fresco dos Paços da Audiência de Monsaraz”, in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, N.º 5, 1966, prancha em extra-texto à p. 5.
- Fig.^a 552** – Casa da Audiência de Monsaraz: aspecto exterior.
- Fig.^a 553** – “Redução da planta dos Paços da Audiência”, publicada por José Pires Gonçalves “O Fresco dos Paços da Audiência de Monsaraz”, in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, N.º 5, 1966, prancha à p. 8.
- Fig.^a 554** – Casa da Audiência de Monsaraz: fachada principal primitiva.
- Fig.^a 555** – Casa da Audiência de Monsaraz: um par de janelas geminadas da fachada principal primitiva.
- Fig.^a 556** – Casa da Audiência de Monsaraz: Fachada lateral com os três pares de janelas geminadas.
- Fig.^a 557** – Casa da Audiência de Monsaraz: a face interior dos três pares de janelas geminadas da fachada lateral.
- Fig.^a 558** – Fachada lateral da Casa da Audiência de Monsaraz antes do restauro dos Anos 60 do Século XX: fotografia publicada por José Pires Gonçalves com a seguinte legenda: “Os Paços da Audiência de Monsaraz, vistos da Travessa do Sanabre. (A porta entre as ogivas geminadas é um arranjo moderno, pouco feliz. Note-se a janela «manuelina» do 1.º andar...)” in “O Fresco dos Paços da Audiência de Monsaraz”, in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, N.º 5, 1966, prancha à p. 5.
- Fig.^a 559** – Casa da Audiência de Monsaraz: fresco “O Bom e o Mau Juiz”, in Dagoberto L. Markl, “A Justiça de Deus e a Justiça dos Homens – Uma pintura de Justiça em Monsaraz” in *O Fresco do Antigo Tribunal de Monsaraz – Conservação e Restauro*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1999.
- Fig.^a 560** – “Casa da Audiência” de Melgaço, na vista de Melgaço in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA, 2.^a Edição, Lisboa, 1997, f. 104.
- Fig.^a 561** – Casa da audiência de Avis; *escadaria exterior* de acesso ao piso nobre.
- Fig.^a 562** – Casa da audiência de Avis; fenestrações, de há muito emparedadas da fachada Norte.

Fig.^a 563 – Casa da audiência de Avis; fachada Norte: primeira janela do topo Leste.

Fig.^a 564 – Casa da audiência de Avis; fachada Norte: as duas últimas janelas do topo Oeste.

Fig.^a 565 – *Planta* do piso nobre da casa da câmara de Arronches, cuja audiência define um paralelograma bastante envezado.

Fig.^a 566 – *Planta* do piso nobre da casa da câmara de Guimarães, com a localização da sala da audiência.

Fig.^a 567 – *Planta* do piso nobre da casa da câmara de Nisa, com a localização da sala da audiência; publicada por João Portalete e Carla Calado (Colaboradores) in “Centro Histórico de Nisa”: Juan M. Sarmiento Nove (Editor), *Manuales de Materiales y Técnicas Constructivas Tradicionales*, Manizales, Colômbia, 2003, p. 322.

Fig.^a 568 – *Planta* do piso nobre da casa da câmara de Palmela, com a localização da sala da audiência: “Planta do Piso 2” in *Elaboração de Estudos / Projecto para Conservação e Reabilitação do edifício dos Paços do Concelho – Vol. 1 – Projecto de Execução*, Palmela, 1996, Arquivo da Câmara Municipal de Palmela.

Fig.^a 569 – *Planta* do piso nobre da casa da câmara da Guarda, com a localização da sala da audiência; Arquivo DGEMN.

Fig.^a 570 – Sala da audiência no piso nobre da casa da câmara de Santiago do Cacém, transformada em sala de um grupo de escuteiros local.

Fig.^a 571 – Sala da audiência no piso nobre da casa da câmara de Grândola, transformada em sala de congressos da secção local do Partido Comunista Português. Na parede do fundo, gravuras com os retratos de Marx, Engels e Lenine, produzidas na antiga União Soviética.

Fig.^a 572 – *Planta* do piso nobre da casa da câmara Pós-Pombalina da Póvoa de Varzim, com a localização da sala da audiência, in *Melhoramentos a fazer no edifício camarario da Póvoa de Varzim*, 1896, Arquivo Histórico da Póvoa de Varzim.

Fig.^a 573 – “Primitivos Paços do Concelho” das Lages do Pico (Pico; R. A. Açores): “Planta do andar nobre, excluindo a caranda alpendrada”, publicado por Francisco Soares de Lacerda Machado, *História do Concelho das Lages (Ilha do Pico)*, Tipografia Popular, Figueira da Foz, sd.

Fig.^a 574 – *Planta* do piso nobre da casa da câmara de Lanheses (Viana do Castelo), com a localização da sala da audiência, publicada por Gabriela A. M. Çonçalves, *Lanheses – Subsídios para uma Monografia*, Policopiado, s.d. (Arquivo Municipal de Viana do Castelo), s.d.

Fig.^a 575 – Sala da audiência no piso nobre da casa da câmara da Muxagata (Vila Nova de Foz Côa), transformada em sala principal do Posto de Acolhimento local do Parque Arqueológico do Vale do Côa; projecto de restauro e adaptação do Arq.^{to} Maia Pinto.

Fig.^a 576 – Casa da câmara de Coimbra: antiga sala da audiência no piso nobre da Torre de Almedina; Arquivo DGEMN.

Fig.^a 577 – Casa da câmara de Boticas: antiga sala de audiência.

Fig.^a 578 – Casa da câmara de Vila Viçosa: antiga sala de audiências no piso nobre; pormenor do piso, com indicação da implantação dos balaústres da teia original e com a diferenciação do espaço dos agentes da Justiça e dos espectadores.

Fig.^a 579 – Casa da câmara de Vila do Conde: soco de apoio do esteio de reforço do sobrado.

Fig.^a 580 – Casa da câmara de Vila do Conde: esteio de reforço do sobrado, pormenor do topo e da travessa de apoio da trave.

Fig.^a 581 – Casa da câmara de Salvaterra de Magos: desenho no sobrado do piso nobre.

Fig.^a 582 – Casa da câmara de Viana de Foz do Lima: tecto actual da sala do piso nobre.

Fig.^a 583 – Casa da câmara de Penalva de Alva (Oliveira do Hospital): tecto da sala do piso nobre.

Fig.^a 584 – Casa da câmara de Evoramonte (Estremoz): tecto da sala do piso nobre.

Fig.^a 585 – Casa da câmara de Melgaço: tecto da sala da audiência, no piso nobre.

Fig.^a 586 – Casa da câmara de Ucanha (Tarouca): tecto da sala do piso nobre.

Fig.^a 587 – Casa da câmara de Portocarreiro (Marco de Canavezes): tecto da sala do piso nobre.

Fig.^a 588 – Casa da câmara de Bemposta (Oliveira de Azeméis): tecto da sala do piso nobre.

Fig.^a 589 – Casa da câmara de Salvaterra de Magos: tecto da sala de audiência no piso nobre.

Fig.^a 590 – Casa da câmara de Sesimbra: tecto da sala da audiência no piso nobre.

Fig.^a 591 – Casa da câmara de Palmela: tecto da sala da audiência no piso nobre.

Fig.^a 592 – Casa da câmara do Alandroal: tecto da sala da audiência no piso nobre.

Fig.^a 593 – Casa da câmara de Pavia (Mora): tecto em estuque da sala da audiência no piso nobre.

Fig.^a 594 – Casa da câmara de Marvão: tecto em estuque da sala da audiência no piso nobre.

Fig.^a 595 – Casa da câmara de Borba: tecto da sala da audiência no piso nobre.

Fig.^a 596 – Casa da câmara de Montemor-o-novo: tecto da sala da audiência no piso nobre.

Fig.^a 597 – Casa da câmara de Viana de Foz do Lima: demolição do tecto da antiga sala da audiência, no piso nobre; Arquivo DGEMN.

Fig.^a 598 – Casa da câmara de Alvito: tecto da sala da audiência no piso nobre.

Fig.^a 599 – Casa da câmara da Vidigueira: tecto da sala da audiência no piso nobre.

Fig.^a 600 – Casa da câmara de Vila do Conde: Sanefas da porta de entrada da sala da audiência no piso nobre.

Fig.^a 601 – Casa da câmara de Palmela: sala da audiência.

Fig.^a 602 – Casa da câmara de Palmela: pormenor da decoração das paredes da sala da audiência.

Fig.^a 603 – Casa da câmara de Palmela: friso com reis de Portugal; pormenor da decoração das paredes da sala da audiência.

Fig.^a 604 – Casa da câmara de Palmela: “O Conde D. Henrique”; pormenor da decoração das paredes da sala da audiência.

Fig.^a 605 – Casa da câmara de Palmela: armas da Ordem de Santiago no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 606 – Casa da câmara de Tomar: armas da Ordem de Cristo no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 607 – Casa da câmara de Elvas: armas de D. Manuel I pintadas sobre a porta da sala da audiência.

Fig.^a 608 – Casa da câmara de Elvas: armas de D. Maria I (?) no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 609 – Casa da câmara de Esposende: armas de D. Maria I no topo da antiga sala da audiência.

Fig.^a 610 – Casa da câmara de Penafiel: galeria de retratos reais (Monarquia Constitucional) na antiga sala da audiência.

Fig.^a 611 – Casa da câmara de Borba: sala da audiência.

Fig.^a 612 – Casa da câmara de Borba: tecto da sala da audiência.

Fig.^a 613 – Casa da câmara de Borba: medalhão com figura alegórica no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 614 – Casa da câmara de Borba: ornato pintado figurando candelabro de três lumes no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 615 – Casa da câmara de Borba: alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 616 – Casa da câmara de Borba: alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência; pormenor.

Fig.^a 617 – Casa da câmara de Melgaço: tecto da sala da audiência com alegoria da Justiça.

Fig.^a 618 – Casa da câmara de Melgaço: tecto da sala da audiência com alegoria da Justiça; pormenor.

Fig.^a 619 – Casa da câmara de Melgaço: tecto da sala da audiência com alegoria da Justiça; pormenor da cerdadura do medalhão; pormenor.

Fig.^a 620 – Casa da audiência e cadeia de Caminha: alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 621 – Casa da câmara de Guimarães: alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 622 – Casa da câmara de Guimarães: caixotões laterais pintados no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 623 – Casa da câmara de Guimarães: caixotões laterais pintados no tecto da sala da audiência; pormenor.

Fig.^a 624 – Casa da câmara de Guimarães: alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência; pormenor.

Fig.^a 625 – Casa da câmara de Guimarães: atributos simbólicos na alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência; pormenor.

Fig.^a 626 – Casa da câmara de Guimarães: atributos (*Silêncio*) na alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência; pormenor.

Fig.^a 627 – Casa da câmara de Guimarães: atributos (*Espada e Olho*) na alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência; pormenor.

Fig.^a 628 – Casa da câmara de Guimarães: atributos (*Livro da Lei* ou *Ordenações do Reino*) na alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência; pormenor.

Fig.^a 629 – Casa da câmara de Guimarães: atributos (*Coluna*) na alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência; pormenor.

Fig.^a 630 – Casa da câmara de Guimarães: atributos (*Ampulheta*) na alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência; pormenor.

Fig.^a 631 – Casa da câmara de Guimarães: figuração da “Minerva Lusitana” na alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência; pormenor.

Fig.^a 632 – Casa da câmara de Guimarães: brasão de Portugal (armas de D. Maria I?) na alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 633 – Casa da câmara de Guimarães: o castigo dos maus na alegoria da Justiça no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 634 – Casa da câmara de Boticas: símbolo da Justiça no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 635 – Casa da câmara de Fronteira: sala da audiência.

Fig.^a 636 – Casa da câmara de Fronteira: ornatos neo-classicizantes na sala da audiência.

Fig.^a 637 – Casa da câmara de Fronteira: alegoria à *Exaltação da Pátria* no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 638 – Casa da câmara de Fronteira: a *Pátria* no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 639 – Casa da câmara de Fronteira: a *Fama* no tecto da sala da audiência.

Fig.^a 640 – Casa da câmara de Castelo de Vide: sala da audiência; decoração global de Ventura Porfírio.

Fig.^a 641 – Casa da câmara de Castelo de Vide: tecto da sala da audiência.

Fig.^a 642 – Casa da câmara de Castelo de Vide: painel alegórico na parede da sala da audiência; pintura de Ventura Porfírio.

Fig.^a 643 – “Paços da extinta Camara Municipal de Alverca”: *planta* do piso nobre da casa da câmara de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira); Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira.

Fig.^a 644 – Casa da câmara de Braga: *teia* da antiga sala da audiência (?) (actual salão nobre).

Fig.^a 645 – Casa da câmara de Vila Viçosa: marcas dos *balaústres* no piso da antiga sala da audiência no piso nobre.

Fig.^a 646 – Casa da câmara de Vila Viçosa: *teia* da antiga sala da audiência do piso nobre, presentemente remontada numa sala do piso térreo.

Fig.^a 647 – Casa da câmara de Castelo Mendo (Almeida), *teia* da antiga sala de audiência.

Fig.^a 648 – Casa da câmara de Marvão: sala de audiência.

Fig.^a 649 – Casa da câmara de Marvão: *teia* da sala de audiência.

Fig.^a 650 – Casa da câmara de Outeiro de Miranda (Bragança): “seda” da antiga sala de audiência; fotografia de Paulo, um informador local.

Fig.^a 651 – Casa da câmara de Marvão: *tribuna* do juiz na sala de audiência.

Fig.^a 652 – Casa da câmara de Marvão: encosto do juiz na sala de audiência; pormenor.

Fig.^a 653 – Casa da câmara de Marvão: tribuna do juiz na sala de audiência; pormenor.

Fig.^a 654 – Casa da câmara de Marvão: *tribuna* do juiz na sala de audiência; pormenor com a cartela com a balança da Justiça.

Fig.^a 655 – Casa da câmara de Vila do Conde: sala de audiência.

Fig.^a 656 – Casa da câmara de Vila do Conde: base da tribuna do juiz na sala de audiência.

Fig.^a 657 – Casa da câmara de Vila do Conde: *dossel* da tribuna do juiz na sala de audiência.

Fig.^a 658 – Casa da câmara de Vila do Conde: *sanefas* das janelas da sala de audiência.

Fig.^a 659 – Casa da câmara de Vila do Conde: cartela com inscrição na estrutura lateral da tribuna do juiz na sala de audiência.

Fig.^a 660 – Casa da câmara de Castelo Mendo (Almeida), *tribuna* do advogado na sala de audiência, Museu histórico local.

Fig.^a 661 – Casa da câmara de Marvão: *banco dos réus* na sala de audiência.

Fig.^a 662 – Casa da câmara de Marvão: *bancos* articulados entre si para o público na sala de audiência.

Fig.^a 663 – Museu Histórico da Bobadela (Oliveira do Hospital): *bancos* para o público da antiga sala de audiência de Oliveira do Hospital.

Fig.^a 664 – *Candeeiro* da sala da audiência de Vilar Maior (Sabugal); Museu histórico local, instalado na casa da câmara desta antiga Vila.

Fig.^a 665 – Casa da câmara de Nisa: tecto da antiga câmara das vereações.

Fig.^a 666 – Casa da câmara da Muxagata (Vila Nova de Foz Côa): tecto da antiga câmara das vereações, restituído em obras recentes; Projecto do Arquitecto Maia Pinto.

Fig.^a 667 – Casa da câmara de Santarém, azulejos pombalinos nos lambris de um lance de escada.

Fig.^a 668 – Casa da câmara de Nisa: ornatos de estuque da câmara das vereações.

Fig.^a 669 – Casa da câmara de Santarém: resto de uma antiga decoração pintada no pé direito de um arco de um piso intermédio.

Fig.^a 670 – Casa da câmara setecentista de Santiago do Cacém: ornatos pintados nas paredes da provável antiga câmara das vereações.

Fig.^a 671 – Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-novo: “Consistório. Sécs XVII – XVIII”, in Túlío Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora – Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978, Vol. II, Est. 68.

Fig.^a 672 – Santa Casa da Misericórdia do Torrão (hoje no Concelho de Alcácer do Sal): sala do consistório.

Fig.^a 673 – “Planta da Salla onde se acha prezentemente o Tribunal do Senado da Camara com a ordem que athé agora no dito se tem observado a respeito dos acentos, a qual ordem se não pode ajustar em nada com a Salla que ha de servir a este Tribunal Idificado na Praça do Comercio”, in *Consulta* da Câmara de Lisboa a El-Rei, expondo as dificuldades de adaptação da distribuição tradicional do corpo de câmara na futura sala das sessões da casa da câmara nova da cidade; Lisboa, 5-11-1773; AN-TT – *Ministério do Reino* – Informações das Câmaras do Reino, Maço 986; Caixa 1104.

Fig.^a 674 – Casa da câmara de Borba: mobília provavelmente setecentista da antiga câmara da vereação.

Fig.^a 675 – Casa da câmara de Borba: brasão do concelho no espaldar de couro lavrado das cadeiras provavelmente setecentistas da antiga câmara da vereação.

Fig.^a 676 – Casa da câmara de Campo Maior: brasão real no topo do encosto de antigas cadeiras provavelmente setecentistas.

Fig.^a 677 – Casa da câmara de Montemor-o-Novo: o brasão do concelho, esculpido no topo do encosto de antigas cadeiras, aparentemente neo-clássicas, hoje conservadas no Arquivo Histórico Municipal local.

Fig.^a 678 – Casa da câmara de Braga: brasão real (mutilado na Época Republicana) no topo do encosto da cadeira tardo-oitocentista da presidência, ainda hoje no actual salão nobre.

Fig.^a 679 – *Banco* da antiga câmara de Castelo Bom (Almeida), que permanece na capela-mor da igreja matriz desta antiga vila; cerca de 1820; parcialmente repintado c. de 1825.

Fig.^a 680 – *Banco* da câmara de Castelo Bom (Almeida): pormenor do espaldar, com o brasão e, em baixo, a inscrição “CAMARA”; igreja matriz local.

Fig.^a 681 – *Banco* da câmara de Castelo Mendo (Almeida): pormenor do espaldar com as armas da Rainha D. Maria I; Museu histórico local, localizado na antiga casa da câmara.

Fig.^a 682 – *Banco* da câmara de Mesão Frio, hoje numa dependência da igreja matriz, instalada na igreja do antigo convento franciscano local e contígua aos actuais paços do concelho, também instalados nas dependências do mesmo convento.

Fig.^a 683 – *Banco* da câmara de Mesão Frio: pormenor do espaldar, com o brasão de D. Maria I e, em baixo, a inscrição “CENADO DA CAMARA”; igreja matriz local.

Fig.^a 684 – *Banco* da câmara de Sátão, que permanece na capela-mor da igreja matriz desta vila.

Fig.^a 685 – *Banco* da câmara de Almodôvar, que permanece na capela-mor da igreja matriz desta vila.

Fig.^a 686 – *Banco* da câmara de Campo Maior, hoje na sacristia da igreja matriz desta vila.

Fig.^a 687 – *Ordenações Filipinas*, Livro I; Título I; 1603; Arquivo Histórico da Câmara de Torre de Moncorvo.

Fig.^a 688 – *Arca do concelho* da Câmara de Alcácer do Sal, hoje exposta na escadaria monumental dos respectivos Paços do Concelho.

Fig.^a 689 – *Arca do concelho* da Câmara de Estarreja, hoje exposta no salão nobre dos respectivos Paços do Concelho.

Fig.^a 690 – *Bau dos pelouros* da Câmara de Torre de Moncorvo; Arquivo Histórico da Câmara de Torre de Moncorvo.

Fig.^a 691 – *Bau dos pelouros* da Câmara de Porto de Mós; Museu histórico local.

Fig.^a 692 – *Bau dos pelouros* da Câmara de Valença; Biblioteca Municipal de Valença.

Fig.^a 693 – *Selo* medieval do Concelho de Torres Vedras in António Vicente, Carlos Guardado da Silva, Pedro Barbosa e Pedro do Canto, *O Foral Medieval da Vila de Torres Vedras – 15 de Agosto de 1250*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, 2001, p. 60.

Fig.^a 694 – Sinete com o *selo* manuelino do Concelho do Machico; Câmara Municipal do Machico.

Fig.^a 695 – “Escrivaninha de prata, dada à cidade [de Beja] por D. Manuel I”, in Junta Distrital de Beja (Organização), *Museu Regional de Beja – Catálogo de Algumas das Principais Peças*, Junta Distrital de Beja, Beja, s.d.

Fig.^a 696 – “Escrivaninha de prata: fundo interior da bandeja, tinteiro, areeiro e pena (outros pormenores)” in Junta Distrital de Beja (Organização), *Museu Regional de Beja – Catálogo de Algumas das Principais Peças*, Junta Distrital de Beja, Beja, s.d.

Fig.^a 697 – *Escrivaninha* da Câmara de Aldeia Galega do Ribatejo (hoje Montijo); Museu Municipal do Montijo.

Fig.^a 698 – *Padrões de pesos* (manuelinos) e padrões com as medidas de capacidade para sólidos e líquidos (reinado de D. Sebastião) do antigo Concelho de Vila Verde dos Francos (Alenquer); Museu Municipal de Alenquer.

Fig.^a 699 – *Padrões de pesos* do Concelho de Trancoso, datados de 1823; Câmara Municipal de Trancoso; ; fotografia de Carlos Andrade, da C. M. de Trancoso.

Fig.^a 700 – *Bandeira* da Câmara de Ferreira do Alentejo; Museu Municipal.

Fig.^a 701 – *Bandeira* da Câmara de Vilar Maior (Sabugal); Museu histórico local. Nesta face, a bandeira ostenta as armas daquele antigo Concelho; no verso, as armas do Reino, aparentemente de D. João V.

Fig.^a 702 – *Bandeira* da Câmara de Aldeia Galega do Ribatejo (hoje Montijo). O bordado das armas reais, de D. Maria I, foi posteriormente transposto, algures na segunda metade do século XIX, para um damasco novo, quando se aplicou a inscrição “CAMARA MUNICIPAL DE ALDEGALLEGA”.

Fig.^a 703 – *Lábaro* do Concelho de Porto de Mós, provavelmente da época de D. João V, com a inscrição “SENATUS CONCILII DE PORTU MOLARUM”.

Fig.^a 704 – *Bandeira* do Concelho de Povos (Vila Franca de Xira) atribuída à época de D. Miguel.

Fig.^a 705 – Dois conjuntos de *varas* dos oficiais da câmara de Portalegre; épocas diversas e indeterminadas.

Fig.^a 706 – Conjunto de *varas* dos oficiais da câmara de Fronteira; época do reinado de D. Maria I.

Fig.^a 707 – Conjunto de *varas* dos oficiais da câmara de Fronteira; provavelmente posteriores a 1825.

Fig.^a 708 – *Vara* dos oficiais da câmara de Torre de Moncorvo; época de D. Maria I (?).

Fig.^a 709 – Conjunto de *varas* diversas dos oficiais da câmara de Campo Maior; época de D. João VI; anteriores e posteriores a 1825.

Fig.^a 710 – Conjunto de *varas* dos oficiais da câmara de Grândola; época de D. João VI; anteriores a 1825.

Fig.^a 711 – Conjunto de *varas* dos oficiais da câmara de Almodôvar; época de D. João VI; anteriores a 1825. Atrás, a *bandeira* do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Fig.^a 712 – Conjunto de *varas* da Câmara da Lousã; cerca de 1820, com repintura parcial posterior a 1825.

Fig.^a 713 – Provável *vara branca* do Juiz de Fora de Miranda do Corvo.

Fig.^a 714 – Conjunto de *varas* de Borba. Da esquerda para a direita: prováveis vara vermelha do juiz Ordinário e vara dos almotacés; à direita, vara preta dos irmãos da Misericórdia, in João Miguel Simões, *Borba – Património da Vila Branca*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Borba, Lisboa / Borba, 2007.

Fig.^a 715 – Mordomo da Irmandade da Senhora da Saúde de Lisboa durante a procissão respectiva; 9-5-2004.

Fig.^a 716 – Coimbra, Torre de Almedina, 3.º Piso; *brasão* da cidade; primeiras décadas do Séc. XVI, numa data anterior a 1541, ano em que foi remontado, o que lhe terá custado a sua mutilação.

Fig.^a 717 – Casa da câmara de Pinhel; *brasão concelhio*, no tecto da antiga câmara das vereações; provavelmente da primeira metade do século XVIII, foi remontado no mesmo sítio no decurso das obras de reconstrução do belo tecto actual, provavelmente nos Anos 40 do século XX.

Fig.^a 718 – *Brasão* do Concelho do Sardoal, datável de meados do século XIX; Paços do Concelho do Sardoal.

Fig.^a 719 – Casa da câmara de Marvão: tecto da antiga câmara das vereações, com as armas da vila; meados do século XIX, com provável mutilação na Época Republicana.

Fig.^a 720 – Casa da câmara de Nisa: *brasão* do Concelho no tecto da antiga câmara das vereações.

Fig.^a 721 – Casa da câmara de Nisa: *brasão* com as armas reais (D. José I) no tecto da antiga sala de audiências.

Fig.^a 722 – Casa da câmara de Fronteira: *armas reais* de D. José I (?) no tecto da escadaria monumental.

Fig.^a 723 – Casa da câmara de Esposende: *grade de sacada* com as antigas armas de Portugal, provavelmente mutiladas, com a amputação da coroa real.

Fig.^a 724 – Casa da câmara de Tomar: *armas reais* de D. Manuel I nas *ferragens* das fechaduras das portas do salão nobre (antiga sala de audiências).

Fig.^a 725 – *Armas da rainha D. Mariana Josefa* restituídas no tecto do salão nobre dos Paços do Concelho da Chamusca.

Fig.^a 726 – *Crucifixo* no salão nobre (decorado no início do século XX) dos paços do concelho tardooitocentistas de Viseu.

Fig.^a 727 – Casa da câmara de Borba: antiga câmara das vereações; pormenor da decoração; cerca de 1975.

Fig.^a 728 – Paine central do tecto da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Borba.

Fig.^a 729 – Paine central do tecto da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Borba; pormenor.

Fig.^a 730 – Paine lateral do tecto da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Borba; pormenor: alegoria da “Sabedoria”.

Fig.^a 731 – *Armas* do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves na parede principal da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Borba.

Fig.^a 732 – *Armas* do Concelho de Borba na parede principal da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Borba.

Fig.^a 733 – Cirilo Volkmar Machado, *Armas* de Portugal no painel central do tecto da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Elvas.

Fig.^a 734 – Cirilo Volkmar Machado, painel lateral do tecto da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Elvas (Lado C); provável alegoria da Geografia e alegoria da Ciência (Minerva).

Fig.^a 735 – Cirilo Volkmar Machado, painel lateral do tecto da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Elvas (Lado B); alegorias da Justiça e da Caridade; na cartela central, representação do Aqueduto de Elvas.

Fig.^a 736 – Cirilo Volkmar Machado, painel lateral do tecto da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Elvas (Lado D); *alegorias* da Abundância e do Comércio.

Fig.^a 737 – Cirilo Volkmar Machado, painel lateral da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Elvas (Lado A); *Ester na Presença do Rei*; no caixotão correspondente do tecto, as *alegorias* da Prudência e o Amor à Pátria.

Fig.^a 738 – Cirilo Volkmar Machado, painel lateral da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Elvas (Lado C); *A Exaltação de Mardoqueu e a Humilhação de Haman*.

Fig.^a 739 – Cirilo Volkmar Machado, faixa esquerda do painel lateral da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Elvas (Lado C); *O Segundo Banquete de Ester*.

Fig.^a 740 – Cirilo Volkmar Machado, painel lateral da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Elvas (Lado D); *O Segundo Banquete de Ester - Haman implora a graça à rainha*.

Fig.^a 741 – Cirilo Volkmar Machado, painel lateral da antiga câmara das vereações da casa da câmara de Elvas (Lado B); *provável alegoria* da “Concórdia das Artes, Pintura, Escultura e Arquitectura”.

Fig.^a 742 – Cartela “Remir os catiuos”; painel de azulejos na Igreja da Misericórdia de Tavira.

Fig.^a 743 – Carcereiro; painel de azulejos na Igreja da Misericórdia de Tavira.

Fig.^a 744 – Carcereiro; painel de azulejos em instalações da antiga Misericórdia de Estremoz (hoje afectas à banda Filarmónica local).

Fig.^a 745 – Inscrição de homenagem a um Carcereiro da cadeia de Mafra; reservas do Museu Municipal de Mafra.

Fig.^a 746 – Prisioneiros; casa da câmara de Borba, *alegoria* do painel central do tecto da audiência local (pormenor).

Fig.^a 747 – Cartela “uisitar os enfermos, e encacerados”; painel de azulejos na Igreja da Misericórdia de Tavira.

Fig.^a 748 – *Placa toponímica* “Rua da Cadeia Velha”, de Alcochete.

Fig.^a 749 – *Placa toponímica* “Rua da Cadeia”, de Vilas Boas (Vila Flor).

Fig.^a 750 – Casa da câmara de Vila Ruiva (Cuba).

Fig.^a 751 – Casa da câmara de Pavia (Mora), in Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora – Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978, Vol. II, Est. 424.

Fig.^a 752 – Casa da câmara de Sobrosa (Paredes).

Fig.^a 753 – Casa da câmara de Quintela (no sítio da Lapa; Moimenta da Beira).

Fig.^a 754 – Casa da câmara de Pombal.

Fig.^a 755 – “Câmara Municipal” de Cascais, in Maria José Pinto Barreira Rego Sousa, *Cascais 1900*, Edições INAPA, Lisboa, 2003, p. 19.

Fig.^a 756 – Cadeia de Évora, fotografia do Arquivo Histórico Municipal de Évora.

Fig.^a 757 – Cadeia de Pernes (Santarém).

Fig.^a 758 – Cadeia de Braga, instalada no castelo e torre de menagem da cidade, painel de azulejos (inícios do século XX) na escadaria central da casa da câmara de Braga.

Fig.^a 759 – *Urbis Praesidium*, in *vista de Braga* dedicada ao “Ill.^{mo} D.^{no} Fratri Augustino à Iesu Brac. / Ache.po et D.^{no}, Hispaniarum Primati, Lu / sitaniae Magnati, Regiae Mai. à Consilijs / Gaspar Alvarus Machiadus Sete Brac. / eccl.iae historiographus nuncupavit ‘Brac. / Aug. Idibus Aug. Anno 1594’; reimpressão da Câmara Municipal de Braga, s.d.

Fig.^a 760 – Torre da Cadeia de Ponte de Lima.

Fig.^a 761 – Cadeia de Arronches.

Fig.^a 762 – Cadeia de Mourão, pintura decorativa no “Café Central”; Mourão.

Fig.^a 763 – Cadeia de Juromenha (Alandroal).

Fig.^a 764 – Cadeia de Serpa.

Fig.^a 765 – Cadeia de Tavira, in AAVV, *Tavira, Território e Poder*, Catálogo da Exposição, Câmara Municipal de Tavira, Museu Nacional de Arqueologia, 2003, p. 326.

Fig.^a 766 – Cadeia de Vila de Rei.

Fig.^a 767 – Cadeia do Sardoal.

Fig.^a 768 – Cadeia de Punhete (Constância); painel de azulejos no jardim local. Note-se a figuração do campanário, entretanto demolido.

Fig.^a 769 – Cadeia de Punhete (Constância).

Fig.^a 770 – Cadeia de Beringel (Beja).

Fig.^a 771 – Cadeia do Crato.

Fig.^a 772 – Cadeia de Ourique.

Fig.^a 773 – Cadeia de Aljustrel.

Fig.^a 774 – Cadeia de Alcoutim; desenho in José Varzeano: “Coisas Alcoutejanas – A desaparecida cadeia”, *Jornal do Algarve / Magazine*, 30 de Novembro de 1993, p. 17.

Fig.^a 775 – Cadeia de Ourém.

Fig.^a 776 – Cadeia de Montalegre; fotografia in:
<http://www.cm-montalegre.pt/postais/getcard.php?cardid=1228042538>

Fig.^a 777 – Casa da câmara de Lanheses (Viana do Castelo), in Gabriela A. M. Gonçalves, *Lanheses – Subsídios para uma Monografia*, Policopiado, s.d. (Arquivo Municipal de Viana do Castelo), s.d., pp. 128-129.

Fig.^a 778 – Cadeia da Sertã, na casa da câmara local; fotografia do Arquivo da C. M. da Sertã.

Fig.^a 779 – *Alçado* do “Edifício dos paços do Concelho da Vila da Ponte da Barca; *Alçado*; *Planta*”, in IAN-TT – *Ministério do Reino* – Direcção Geral da Administração Civil – 2.^a Divisão / 3.^a Repartição – Correspondência Recebida (Ano de 1867), Livro 25, Proc. -; Maço 3149. Esta planta acompanha uma *Representação* da Câmara de Ponte da Barca, de 31-8-1867.

Fig.^a 780 – Casa da câmara de Pavia (Mora); planta do piso térreo; Arquivo da Junta de Freguesia de Pavia.

Fig.^a 781 – Casa da câmara da Póvoa de Varzim; *planta* do piso térreo; Arquivo Histórico da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.

Fig.^a 782 – Casa da câmara de Lalim (Lamego).

Fig.^a 783 – Casa da câmara de Rio de Moinhos (Sátão).

Fig.^a 784 – Casa da câmara de Gostei (Bragança).

Fig.^a 785 – Casa da câmara de Oriola (Portel).

Fig.^a 786 – Casa da câmara de Cabeço de Vide (Fronteira).

Fig.^a 787 – Casa da câmara de Belmonte.

Fig.^a 788 – Casa da câmara de Cano (Portel).

Fig.^a 789 – Casa da câmara da Guarda.

Fig.^a 790 – Casa da câmara de Esposende.

Fig.^a 791 – Casa da câmara de Sortelha (Sabugal).

Fig.^a 792 – Antiga casa da câmara Ferreira do Zêzere; painel de azulejos modernos, apostos num edifício concelhio recente.

Fig.^a 793 – Casa da câmara de Murça.

Fig.^a 794 – Casa da câmara de Arouca.

Fig.^a 795 – Casa da câmara de Bemposta (Oliveira de Azeméis).

Fig.^a 796 – Casa da câmara de Rosmaninhal (Idanha a Nova).

Fig.^a 797 – Casa da câmara de Alverca da Beira (Pinhel).

Fig.^a 798 – Casa da câmara de S. Miguel do Outeiro (Tondela).

Fig.^a 799 – Casa da câmara de S. João do Monte (Tondela).

Fig.^a 800 – Casa da câmara de Couto de Esteves (Sever do Vouga).

Fig.^a 801 – Casa da câmara de Grijó (Vila Nova de Gaia).

Fig.^a 802 – Casa da câmara de Esgueira (Aveiro).

Fig.^a 803 – Casa da câmara de Soutelo do Douro (S. João da Pesqueira).

Fig.^a 804 – Casa da câmara de Ulme (Chamusca).

Fig.^a 805 – Casa da câmara de Cabeção (Mora).

Fig.^a 806 – Casa da câmara de Canha (Montijo).

Fig.^a 807 – Casa da câmara de Alvalade do Sado (Santiago do Cacém).

Fig.^a 808 – Casa da câmara de Veiros (Estremoz); note-se a coroa real removida do brasão, na Época Republicana.

Fig.^a 809 – Casa da câmara de Valença do Minho; janela; pormenor.

Fig.^a 810 – Casa da câmara de S. Martinho de Mouros (Resende); porta do piso térreo; pormenor.

Fig.^a 811 – Casa da câmara de S. Martinho de Mouros (Resende); porta interior do piso térreo; pormenor.

Fig.^a 812 – Casa da câmara de Sever do Vouga; janela; pormenor.

Fig.^a 813 – Casa da câmara de Sever do Vouga; porta do piso térreo; pormenor.

Fig.^a 814 – Cadeia da Vidigueira; porta chapeada; pormenor.

Fig.^a 815 – Casa da câmara de Grândola; ferrolho de uma porta da cadeia do piso térreo.

Fig.^a 816 – Casa da câmara de Marvão; porta com *vigia de observação* de uma cela do piso intermédio.

Fig.^a 817 – Casa da câmara de Porto Carreiro (Marco de Canaveses); marcas dos *gatos* de reforço da parede.

Fig.^a 818 – Casa da câmara de Linhares (Celorico da Beira); marcas dos *gatos* de reforço da parede.

Fig.^a 819 – Torre da Cadeia de Ponte de Lima; *gatos* de reforço da parede.

Fig.^a 820 – Casa da câmara de Tomar.

Fig.^a 821 – Casa da câmara de Sesimbra.

Fig.^a 822 – Cadeia de Juromenha (Alandroal).

Fig.^a 823 – Casa da câmara de Marvão: “lamentações” de presos, escritas na parede da cadeia, datadas de 1942.

Fig.^a 824 – Cadeia de Castelo de Vide: desenhos feitos pelos presos na parede da cadeia, provavelmente já dos Anos 60 do século XX.

Fig.^a 825 – Casa da câmara de Carrazeda de Ansiães; lajeado das cadeias do piso térreo.

Fig.^a 826 – Casa da câmara de Sortelha (Sabugal); lajeado das cadeias do piso térreo.

Fig.^a 827 – Casa da câmara de Tomar; lajeado das cadeias do piso térreo.

Fig.^a 828 – Casa da câmara de Moura; tijoleira das cadeias do piso térreo.

Fig.^a 829 – Casa da câmara de Marvão; piso do entressolo das cadeias.

Fig.^a 830 – Casa da câmara de Amares; sobrado na cobertura das cadeias do piso térreo.

Fig.^a 831 – Casa da câmara de Outeiro de Miranda (Bragança); sobrado na cobertura das cadeias do piso térreo.

Fig.^a 832 – Cadeia de Castelo de Vide; sobrado na cobertura das cadeias do piso térreo.

Fig.^a 833 – Casa da câmara de Almodôvar; abóbadas da cadeia.

Fig.^a 834 – Casa da câmara de Vila Nova da Baronía (Alvito); abóbadas da cadeia.

Fig.^a 835 – Casa da câmara de Évoramonte (Estremoz); abóbadas da cadeia.

Fig.^a 836 – Casa da câmara de Mora; abóbadas da cadeia.

Fig.^a 837 – Casa da câmara de Valença; abóbadas da cadeia.

Fig.^a 838 – Casa da câmara de Moura; abóbada do piso térreo.

Fig.^a 839 – Casa da câmara de Pavia (Mora); abóbada do piso térreo.

Fig.^a 840 – Casa da câmara de Penafiel; abóbada do piso térreo.

Fig.^a 841 – Casa da câmara de Pombal; abóbada do piso térreo.

Fig.^a 842 – Sr. Guilherme Dinis Levandeira com as grades, recentemente removidas, da cadeia da casa da câmara de Ermelo (Mondim de Basto).

Fig.^a 843 – Cadeia de Castelo de Vide: alçapão da enxovia na cobertura do piso térreo.

Fig.^a 844 – Cadeia de Castelo de Vide: ferrolho moderno de um alçapão da enxovia.

Fig.^a 845 – Cadeia do Crato; alçapão da enxovia na cobertura do piso térreo.

Fig.^a 846 – Casa da câmara de Marvão; alçapão da enxovia na cobertura do piso térreo.

Fig.^a 847 – Cadeia da Juromenha (Alandroal); alçapão da enxovia na cobertura do piso térreo.

Fig.^a 848 – Casa da câmara de Évoramonte (Estremoz); alçapão da enxovia na cobertura do piso térreo, tapado após a desactivação da mesma.

Fig.^a 849 – Casa da câmara de Almodôvar; alçapão da enxovia na cobertura do piso térreo.

Fig.^a 850 – Cadeia de Castelo de Vide: escada articulada de ferro.

Fig.^a 851 – Casa da câmara de Marvão: *içadoiro* dos presos; argola de suspensão.

Fig.^a 852 – Casa da câmara de Marvão: *içadoiro* dos presos; assento.

Fig.^a 853 – Casa da câmara de Tomar: janela de uma enxovia interior.

Fig.^a 854 – Casa da câmara de Santarém: janela de uma enxovia interior.

Fig.^a 855 – Casa da câmara de Alpedrinha (Fundão): janelas da provável *casa do carcereiro*.

Fig.^a 856 – Cadeia de Castelo de Vide: degraus de acesso ao *quintal* a partir da varanda da fachada posterior do edifício.

Fig.^a 857 – Casa da câmara de Santiago do Cacém: lareira da casa do carcereiro.

Fig.^a 858 – Casa da câmara de Évoramonte (Estremoz): bancada da cozinha da provável casa do carcereiro.

Fig.^a 859 – Casa da câmara de Alpedrinha (Fundão): lareira do 3.º piso.

Fig.^a 860 – Casa da câmara de Valença do Minho: lareira do piso térreo .

Fig.^a 861 – Casa da câmara de Valença do Minho: lareira do piso nobre.

Fig.^a 862 – Casa da câmara de Valença do Minho: segunda lareira do piso nobre.

Fig.^a 863 – Casa da câmara de Almodôvar: *privada* da cadeia, representada na planta do piso térreo do edifício “Almodôvar – Biblioteca Municipal – Rés-do-chão – Instalação de Tomadas”, GAT Beja, N.º Geral 2541; desenho n.º 3, in Arquivo da C. M. de Almodôvar.

Fig.^a 864 – Casa da câmara de Almodôvar: *privada* da cadeia.

Fig.^a 865 – Cadeia de Mértola: *privada* do piso nobre.

Fig.^a 866 – Cadeia de Mértola: nicho de encaixe da *privada* do piso nobre.

Fig.^a 867 – Casa da câmara de Aveiro: *privada* da cadeia do piso térreo.

Fig.^a 868 – Projecto da cadeia de Mirandela: localização das *privadas das enxovias* do piso térreo, assinaladas com a palavra “cluaca”.

Fig.^a 869 – Casa da câmara de Amares: latrina do piso nobre.

Fig.^a 870 – Casa da câmara de Leomil (Moimenta da Beira): latrina da cadeia do piso térreo.

Fig.^a 871 – Casa da câmara de Serém de Baixo (Águeda): latrina da cadeia do piso térreo.

Fig.^a 872 – Casa da câmara de Serém de Baixo (Águeda): latrina da latrina da cadeia do piso térreo; pormenor.

Fig.^a 873 – Casa da câmara de Pombal: latrina da cadeia do piso térreo.

Fig.^a 874 – Casa da câmara de Castelo Mendo (Almeida): latrina da cadeia do piso térreo.

Fig.^a 875 – Urinol dos homens, desmontado, da cadeia da vila de Mós (Torre de Moncorvo).

Fig.^a 876 – Urinol dos homens, desmontado, da cadeia da vila de Rio de Moinhos (Sátão).

Fig.^a 877 – Fragmento de um provável urinol, desmontado, da cadeia da casa da câmara de Valença.

Fig.^a 878 – Urinol dos homens da cadeia de Mós (Torre de Moncorvo).

Fig.^a 879 – Urinol dos homens da cadeia da casa da câmara de Melgaço.

Fig.^a 880 – Urinol dos homens da cadeia da casa da câmara de Jarmelo (Guarda).

Fig.^a 881 – Urinol dos homens da cadeia da casa da câmara de Fervedo (Arouca).

Fig.^a 882 – Urinol dos homens da cadeia da casa da câmara de Couto de Esteves (Sever do Vouga).

Fig.^a 883 – Cano de despejo, mutilado, do urinol da cadeia da casa da câmara de Tavares (hoje Chãs de Tavares, Mangualde).

Fig.^a 884 – Os dois canos de despejo, mutilados, dos urinóis dos presos da cadeia da casa da câmara de Sanfins da Beira (Cinfães).

Fig.^a 885 – Cano de despejo, mutilado, de um urinol da cadeia da casa da câmara de Sanfins da Beira (Cinfães).

Fig.^a 886 – Cano de despejo, mutilado, de um urinol da cadeia da casa da câmara de Linhares (Celorico da Beira).

Fig.^a 887 – Cano de despejo, mutilado, de um urinol da cadeia da casa da câmara de Linhares (Celorico da Beira).

Fig.^a 888 – Prováveis marcas das tarimbas da cadeia de Castelo de Vide.

Fig.^a 889 – Tarimba da cadeia da casa da câmara de Marvão, a servir de balcão de exposição em posto de venda de artesanato.

Fig.^a 890 – Grilhão encontrado na cadeia do Funchal; Museu *A Cidade do Açúcar*; Funchal.

Fig.^a 891 – *Rua do Talho*, placa toponímica em Alcochete.

Fig.^a 892 – *Rua do Açougue*, tabela toponímica em Cedovim (Vila Nova de Foz Côa).

Fig.^a 893 – *Rua do Açougo*, tabela toponímica em S. Miguel do Outeiro (Tondela).

Fig.^a 894 – Casa da câmara de Gáfete (Crato): arcada do açougue, hoje incorporada no interior do piso térreo da respectiva casa da câmara; datada de 1690.

Fig.^a 895 – Casa da câmara do Cano (Portel): portal do açougue.

Fig.^a 896 – Casa da câmara de Santarém: portal do açougue.

Fig.^a 897 – Casa da câmara de Manique do Intendente (Azambuja): portal do açougue, localizado no corpo direito da fachada.

Fig.^a 898 – Casa da câmara de Borba: abóbadas do açougue do piso térreo.

Fig.^a 899 – Casa da câmara de Monforte: abóbadas do açougue do piso térreo.

Fig.^a 900 – Casa da câmara de Santarém, arcos do açougue do piso térreo.

Fig.^a 901 – Casa da câmara de Monforte; talho do açougue.

Fig.^a 902 – Casa da câmara do Cano (Sousel): talhos do açougue.

Fig.^a 903 – Casa da câmara de Gáfete (Crato): talhos do açougue.

Fig.^a 904 – Casa da câmara de Monforte: “teia” do açougue, em alvenaria e mármore.

Fig.^a 905 – Casa da câmara de Borba: “teia” do açougue, em ferro fundido.

Fig.^a 906 – Casa da câmara de Borba: cancelas do açougue, em ferro fundido.

Fig.^a 907 – Casa da câmara de Borba: gancho de suspensão, numa parede do antigo açougue.

Fig.^a 908 – Casa da câmara de Vila Nova da Baronia (Alvito): gancho de suspensão, no tecto do antigo açougue.

Fig.^a 909 – Casa da câmara de Miranda do Douro; fachada principal: lápide alusiva à consagração do Reino de Portugal a Nossa Senhora da Conceição.

Fig.^a 910 – Casa da câmara de Guimarães; fachada principal: lápide alusiva à consagração do Reino de Portugal a Nossa Senhora da Conceição, datada de 1654.

Fig.^a 911 – Casa da câmara de Braga; fachada principal: imagem de Nossa Senhora e o Menino.

Fig.^a 912 – Casa da câmara de Nisa; patamar da escadaria nobre: imagem de Nossa Senhora da Conceição.

Fig.^a 913 – Casa da câmara de Guimarães: planta do piso nobre com representação do nicho do oratório na antiga câmara das vereações.

Fig.^a 914 – Casa da câmara de Guimarães: nicho do oratório.

Fig.^a 915 – Casa da câmara de Guimarães: nicho do oratório (pormenor).

Fig.^a 916 – *Pentecostes*; Escola Portuguesa; autor desconhecido (atribuído por alguns estudiosos a António Vaz); óleo sobre madeira; meados do século XVI; hoje exposto no Museu de Alberto Sampaio, mas proveniente do oratório da casa da câmara de Guimarães.

Fig.^a 917 – Fachada posterior da igreja de S. Pedro de Trancoso: porta da *capela da missa dos presos*; fim da primeira metade do século XVIII.

Fig.^a 918 – *Planta* da praça da casa da câmara e do adro da Igreja de S. Miguel, com a localização da “capela de S.to António para os presos ouvirem missa” (N.º 7 da planta; face ao n.º 6, a casa da câmara), publicado por Inês Amorim: “A construção da Câmara de Aveiro nos finais do Séc. XVIII: 1790/94 (?) – 1797/99 I”, *Boletim Municipal – Cultura e Património*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, Dezembro 1997, p. 112.

Fig.^a 919 – Cadeia do extinto concelho de Pereira Jusã (Ovar) e *capela da missa dos presos*, localizada na sua frente; Arquivo da Câmara Municipal de Ovar.

Fig.^a 920 – Capela na cabeceira da igreja matriz de Portimão, que pode ter servido para se rezarem as missas dos presos.

Fig.^a 921 – Capela da missa dos presos de Vila do Conde.

Fig.^a 922 – Retábulo com a representação do Calvário; capela da missa dos presos de Vila do Conde.

Fig.^a 923 – Capela da missa dos presos da vila do Crato.

Fig.^a 924 – Capela da missa dos presos da vila do Crato; pormenor da fachada com a abertura da capela.

Fig.^a 925 – Antiga capela da missa dos presos de Castelo de Vide.

Fig.^a 926 – Fontanário público adaptado na profanada capela da missa dos presos de Castelo de Vide.

Fig.^a 927 – Antiga capela da missa dos presos de Penedos (Estado de Pernambuco; Brasil), conhecida localmente como “Oratório da Força”; datada de 1769; fotografia de João Pedro Gomes.

Fig.^a 928 – Antiga capela da missa dos presos de Penedos (Estado de Pernambuco; Brasil); pormenor do interior, com restos de pintura mural na parede fundeira, altar e teia; fotografia de João Pedro Gomes.

Fig.^a 929 – Imagem do “Senhor da Prisão”, hoje exposta no Museu Municipal da Póvoa do Varzim; Inv.º N.º P-54; P-60, publicada por Paula Carolina Ramos Dionísio: *A Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim – Assistência e Caridade numa Vila Piscatória (1756-1806)*, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, 2005, p. 214.

Fig.^a 930 – Casa da câmara de Vila Viçosa: provável cartório, livraria e arquivo.

